



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 33^a À 37^a SESSÃO DA 2^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA

VOLUME 28 Nº 14
7 ABR. A 15 ABR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2004

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I
CEP 70165-900 – Brasília – DF – Brasil**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2003-2004)

PRESIDENTE	Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador PAULO PAIM (PT- RS)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO	Senador ROMEU TUMA (PFL- SP)
2º SECRETÁRIO	Senador ALBERTO SILVA (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador SÉRGIO ZAMBIASI (PMDB-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB- MA)
2º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
3º Senador	GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSDB- AC)
4º Senador	MARCELO CRIVELLA (PL- RJ)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL □
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO

PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ

PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS

PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS - João Batista Motta
PSDB - Marcos Guerra
PL - Magno Malta

PIAUI

PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes

PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA

PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS

Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL - Maria do Carmo Alves
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE

PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB - Valmir Amaral
PT - Cristovam Buarque
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PFL - Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB - Paulo Elifas
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA

PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRICULTURA		ARTIGO DE IMPRENSA	
Trata da utilização do Modal Ferroviário para escoamento da produção agrícola do Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.....	453	Demonstra sua surpresa com a matéria intitulada “Rio pode perder para Brasília a sede da Agência Nacional de Saúde Suplementar”, publicada no jornal O Globo, de 28 de março do corrente. Senador Paulo Octávio.	43
AGROPECUÁRIA		Comenta o artigo intitulado “Lula está dormindo”, de autoria de Dom José Maria Libório Camino Saracho, Bispo de Presidente Prudente. Senador Mão Santa.	46
Comenta a abertura, no mesmo dia, da quarta edição da Agrotins – Feira de Tecnologia Agropecuária. Senador João Ribeiro.	356	Aplauda o editorial do jornalista Herbert de Moraes Ribeiro, no Jornal Opção, intitulado “O rei está nu e o Estado corre risco”. Senador Demóstenes Torres.	78
Cobra liberação de recursos para superar a crise no setor agropecuário do Estado de Santa Catarina, devido à estiagem que atingiu a região. Senador Leonel Pavan	402	Comenta artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal Folha de S. Paulo, intitulado “Eu creio, a CPI é possível”, de 5 do corrente. Senador José Jorge.....	82
ÁGUA		Comenta artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal Folha de S. Paulo, intitulado “O governo, a soja e o trovão”, de 29 de março último. Senador José Agripino	83
Registra a reorientação que o governo do PT está dando aos investimentos públicos na área de saneamento e abastecimento de água no Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa	416	Comenta o artigo “Quem é quem”, de autoria da colunista Eliane Catanhêde, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 23 de março último. Senadora Lúcia Vânia.	85
Soma-se ao pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa no que tange a força para que recursos sejam destinados ao Estado do Pará. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Duciomar Costa. .	417	Comenta artigo intitulado “Um jogo disputado”, de autoria do colunista Zuenir Ventura, publicado no jornal O Globo, de 10 de março último. Senador Sérgio Guerra.	87
ALIMENTAÇÃO		Trata da intenção do Governo de não discutir a reforma política no Congresso Nacional, conforme matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, de 10 e 11 de março último. Senador João Tenório.....	87
Trata do voto do Brasil no Congresso da ONU, em maio próximo, sobre Estratégia Global de Alimentação Saudável. Senadora Serys Silhessarenko. ..	337	Congratula o Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde e a coordenação do Programa Nacional de DST e AIDS pela referente publicação denominada “Critérios de definição de	
ARMA			
Registra documento encaminhado pelos congressistas peruanos ao Congresso dos Estados Unidos para que reorienta sua política de venda de armas aos países latino-americanos. Senador Valdir Raupp	455		

	Pág.		Pág.
casos de AIDS em adultos e crianças”. Senador Romero Jucá.	90	Folha de S. Paulo, de 5 do corrente. Senador Arthur Virgílio.	386
Comenta sobre matérias publicadas no jornal O Estado de S. Paulo, sobre o episódio Waldomiro Diniz. Senador Antero Paes de Barros.	91	Comenta matérias intituladas “Presidente do PL ataca Palocci” e “Lula dobra o PL e Valdemar”, publicadas no Jornal do Brasil e no Jornal O Globo, de 16 e 17 do corrente, respectivamente. Senador Leonel Pavan.	387
Comenta o artigo intitulado “Coisas menores e maiores”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado nos jornais O Globo e Correio Braziliense, de 04 do corrente. Senador Arthur Virgílio.	98	Comenta artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, intitulado “Em nome da Justiça”, publicado nesta quinta-feira pelo jornal Correio Braziliense, sobre o processo de cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, aos quais apresenta solidariedade. Senador Eduardo Suplicy.	450
Faz comentários sobre entrevista do Ministro Aldo Rebelo ao jornal O Globo, do mesmo dia. Senador Arthur Virgílio.	156	Comenta matéria “Vítima de preconceito”, publicada no jornal Correio Braziliense, edição de 18 de março do corrente. Senador Eduardo Azeredo.	461
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo ao Jornal Nacional. Senador Roberto Saturnino.	163	Analisa o artigo intitulado “A avaliação de Lula”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, de 23 de março do corrente. Senador Reginaldo Duarte.	463
Comenta o artigo “PF prende ex-presidente da Câmara de SP”, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 20 de março último. Senador Leonel Pavan.	177	Comenta sobre o artigo de autoria da jornalista Dora Kramer, intitulado “A queda de Abril”, publicado no Jornal do Brasil, de 8 de abril do corrente. Senador Álvaro Dias.	465
Comenta o artigo “A imprensa e outros fantasmas do PT”, publicado no jornal Valor Econômico, de 9 de março último. Senador Sérgio Guerra.	179	Analisa o artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, do dia 21 de março, do corrente intitulado “O destruidor exotismo petista”. Senador Leonel Pavan.	466
Aproveita o pronunciamento do Senador Efraim Moraes para ler algumas manchetes de jornais que circularam pelo Brasil nos últimos dias. Aparte ao Senador Efraim Moraes. Senador Leonel Pavan.	367		
Comenta manchetes de jornais sobre Waldomiro Diniz e as campanhas eleitorais do PT, a violência no país e no crescimento do desemprego. Senador Leonel Pavan.	368	ASSENTAMENTO	
Comenta matéria publicada no jornal A Tarde, da Bahia, sob o título “Suspenso o dinheiro das estradas”. Senador Antônio Carlos Magalhães.	379	Anuncia o início do processo de assentamento no campo pelo Governo Lula. Senador Roberto Saturnino.	35
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães no que tange os problemas que enfrentam as estradas brasileiras. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Efraim Moraes.	380	AUDIÊNCIA	
Faz considerações ao assunto abordado no pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães: a problemática das estradas. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Aloízio Mercadante.	380	Faz comentários sobre audiência de S.Exa. com o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Senador Paulo Paim.	36
Faz considerações ao discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	381	AVISO	
Registra o artigo intitulado “Governar é preciso” de autoria do Sr. José Serra, publicado no jornal		Aviso nº 8, de 2004-CN (nº 516-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão ,º 343, de 2004 – TCU (Plenário), bem como do Acórdão nº 1.844, de 2003 – TCU – Plenário, dos respectivos relatório e voto que os fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de restauração da BR-259/ES, subtrecho Colatina – Divisa ES/MG, segmento Km 59,0 – Km 108,6, a cargo do Consórcio Contek – Ápia	

	Pág.		Pág.
			III
			Pág.
– Programa de Trabalho nº 26.782.0220.2834.0032 – (TC nº 012.016/2003-8).	7	CASA CIVIL	
Aviso nº176, de 2004, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as infor- mações em resposta ao Requerimento nº 858, de 2003, do Senador João Alberto Souza.....	1	Fez pedido de convocação, em nome da Ban- cada do PSDB, do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Co- missão de Fiscalização e Controle, para que fale sobre atos da Casa Civil. Senador Arthur Virgílio.	436
Aviso nº 180, de 2004, de 1º do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimen- to, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 145, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....	1	Faz considerações ao pronunciamento do Se- nador Arthur Virgílio, no que se trata da convocação do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Comissão de Fiscal- ização e Controle. Senador Eduardo Suplicy.	437
Aviso nº 181, de 2004, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as infor- mações em resposta ao Requerimento nº 906, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....	1	COMEMORAÇÃO	
Aviso nº 184, de 2004, de 2 do corrente, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abas- tecimento, encaminhando as informações em res- posta ao Requerimento nº 157, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	122	Trata do transcurso do oitavo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, no próximo dia 17 do corrente. Senadora Ana Júlia Carepa.	458
Aviso nº 275-A, de 2004, de 24 de março passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Pre- sidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.116, de 2003, do Senador José Agripino	1	COFINS	
		Defende alterações na Medida Provisória 135/2003, que eleva a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Co- fins. Senador Hélio Costa.	401
BINGO		CONFLITO	
Comenta a respeito da polêmica da decisão do Governo em fechar os bingos no País. Senador Papaléo Paes	342	Faz reflexão sobre conflito, entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os ruralistas. Senador Aelton Freitas.	406
Faz considerações à Medida Provisória do bingo. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Ramez Tebet.	343	Manifesta sua apreensão com os conflitos no campo e as invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Senador Jefferson Péres.	409
Propõe que sejam absorvidos os trabalhado- res de bingo. Senador Magno Malta.....	348	CONGRESSO NACIONAL	
Critica a Medida Provisória dos bingos e faz apelo no sentido de proteger os trabalhadores do desemprego. Senadora Heloísa Helena.....	357	Trata da necessidade de implementação de uma agenda produtiva para agilizar as votações no Congresso Nacional. Senador Efraim Morais.....	365
BIOSSEGURANÇA		COTA	
Pede premência na tramitação do projeto que trata da biossegurança e dos organismos geneticamente modificados. Senador Álvaro Dias.	162	Comenta sobre matérias publicadas na im- prensa a respeito de reservas de “cotas para afro- brasileiros” nas universidades públicas. Senador Paulo Paim	124
CAMPANHA DA FRATERNIDADE		CPI	
Reflete, por ocasião da semana santa, sobre a Campanha da Fraternidade da CNBB que tem como tema este ano “Água: fonte da vida”. Senador Decídio Amaral.	55	Acrescenta informações ao pronunciamento do Senador Sérgio Guerra no que se diz respeito	

IV

	Pág.		Pág.
a CPI da Terra. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Eduardo Suplicy.	443	Parabeniza o Senador Sérgio Guerra pelo pronunciamento e importância, para a Nação, da questão levantada. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador César Borges.	444
CRIME ORGANIZADO		DENÚNCIA	
Elogia o trabalho desenvolvido no combate ao crime organizado pelo Dr. José Roberto Santoro, Sub-Procurador-Geral da República. Senador Magno Malta.	412	Comemora os dois meses da denúncia do caso Waldomiro Diniz. Senador José Agripino.	234
CUMPRIMENTO		Trata de denúncia sobre a ameaça de morte sofrida pelo jornalista Juno Brasil do jornal Gazeta Carajás do Estado do Pará cometida pelo Deputado Estadual Faisal Salmon. Senadora Ana Júlia Carepa.	236
Cumprimenta o Senador Romero Jucá pela sua atitude, ao qual se refere em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senador Sérgio Guerra.	17	Crítica os dois meses de impunidade do caso Waldomiro Diniz. Senador Arthur Virgílio.	237
Cumprimenta o Senador Valdir Raupp pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Leonel Pavan.	50	Demonstra surpresa na denúncia feita ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Roberto Saturnino.	246
Cumprimenta o Senador Delcídio Amaral por enaltecer a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Eduardo Suplicy.	57	DESEMPREGO	
Comenta sobre a aprovação da PEC nº 77. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes.	126	Manifesta sua preocupação com o aumento do desemprego em função da possibilidade de desativação da Mina de Urucum no Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Delcídio Amaral.	55
Cumprimenta o Senador Papaléo Paes pelo seu oportuno pronunciamento. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Valdir Raupp.	133	Comenta incidente ocorrido, no mesmo dia, em frente ao Palácio do Planalto, em que um jovem ateou fogo ao próprio corpo por estar desempregado. Senador Paulo Paim.	223
Cumprimenta o Senador Paulo Paim pela pessoa política que é. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ney Suassuna.	225	Trata do problema de desemprego. Senador Mão Santa.	228
Cumprimenta o Senador Mão Santa por trazer assuntos importantes para o Plenário. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Duciomar Costa.	229	Reflete sobre o desemprego no Brasil quando faz referências ao desempregado que ateou fogo sobre o próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto. Senadora Heloísa Helena.	233
Cumprimenta o Senador João Batista Motta pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Leonel Pavan.	232	DESENVOLVIMENTO	
Cumprimenta o Senador João Capiberibe pela pessoa política que é. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Tião Viana.	241	Faz considerações sobre o projeto de lei que regulamenta as parcerias entre o setor público e privado para a realização dos empréstimos necessários o desenvolvimento. Senador Valdir Raupp.	49
Testemunha a respeito da vida pública do Senador João Capiberibe, cumprimentando-o. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Eduardo Suplicy.	241	Questiona sobre o fato do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, interferir em obras que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do País. Senador Antônio Carlos Magalhães.	166
Cumprimenta o Senador João Capiberibe pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Antero Paes de Barros.	243	DESMATAMENTO	
Cumprimenta o Senador Osmar Dias pela pessoa que é. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Mão Santa.	420	Faz considerações sobre o desmatamento na Amazônia, áreas indígenas e zonas de fronteiras. Senador Sibá Machado.	146
Cumprimenta o Senador Sérgio Guerra pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Heráclito Fortes.	444		

	Pág.		Pág.
			V
			Pág.
Comenta a existência de grande número de ONGs que cuidam de reservas, para que não haja desmatamento. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Ney Suassuna.	147	EMPREGO	
Cumprimenta o Senador Sibá Machado pelo seu pronunciamento em prol do não desmatamento amazônico. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senadora Fátima Cleide.	149	Comenta sobre a paralisação do Programa “Primeiro Emprego”, ressaltando a necessidade de sua reavaliação. Senadora Lúcia Vânia.....	174
DESVIO DE VERBA		EMPRESA	
Anuncia que moverá ação contra o Ministério Público Federal por ter tido o seu nome incluído equivocadamente numa investigação sobre desvio de verbas, no município de Cantá-RR. Senador Romero Jucá.	15	Faz considerações sobre a nova Lei de Recuperação de Empresas. Senador Ramez Tebet. .	227
Solidariza-se ao Senador Romero Jucá, quanto à inclusão equivocada de seu nome em investigações de desvio de verbas. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senador Ney Suassuna.	17	EMPRESA AÉREA	
ECONOMIA		Critica postura da empresa aérea TAM quanto a vendagem a mais de passagens, o que acarretou trans-torno à dezenas de pessoas. Senador Leonel Pavan. .	171
Faz análise crítica à equipe econômica do Governo Lula. Senador Mão Santa.	169	ENERGIA ELÉTRICA	
Trata da importância do debate sobre a política econômica brasileira. Senadora Heloísa Helena. .	233	Faz apelo ao Governo Federal para que direcionem efetivamente ao Estado do Pará o programa governamental “Luz para Todos”. Senador Duciomar Costa.	320
Trata das dificuldades enfrentadas pelo país no campo econômico. Senador Ney Suassuna.....	376	Comenta lançamento do Programa Luz para todos no Estado da Bahia. Senador Rodolpho Tourinho.	467
Cobra medidas do Governo Federal para reduzir “spread” bancário, o que contribuirá para a redução dos juros aos consumidores. Senador José Agripino.....	410	ESTADO	
EDUCAÇÃO		Trata da transferência de verbas da União aos Estados Brasileiros. Senador João Batista Motta..	52
Faz considerações sobre a erradicação do analfabetismo, analisando o mapa do analfabetismo no Brasil e das desigualdades regionais. Senador Valdir Raupp.....	136	ESTADO DE PERNAMBUCO	
Cumprimenta o Senador Valdir Raupp pelo seu discurso acerca do analfabetismo. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Osmar Dias.	137	Trata da questão fundiária de Pernambuco. Senador Sérgio Guerra.....	441
Faz considerações quanto a situação do analfabetismo no País. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.	138	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Sérgio Guerra no que se trata do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Ramez Tebet.	442
Faz comentários a respeito do pronunciamento do Sr. Valdir Raupp, em defesa da reforma da educação no Brasil. Senadora Serys Slhessarenko.	139	ESTADO DE RONDÔNIA	
Critica a gestão do Ministro da Educação, Tarso Genro, e especialmente ao programa Universidade para Todos. Senador José Jorge.	340	Manifesta sua preocupação com o conflito entre garimpeiros e os índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	353
Faz considerações ao pronunciamento do Senador José Jorge. Senador Sérgio Zambiasi. ...	341	ESTADO DE RORAIMA	
		Apresenta resultados da cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima. Senador Romero Jucá.	456

VI

	Pág.		Pág.
ESTADO DO ACRE		nistério na fiscalização da fruticultura do Estado do Rio Grande do Norte. Senador Garibaldi Alves Filho.....	171
Registra a ida do Presidente Lula ao Estado do Acre. Senador Tião Viana.	149		
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL E SOCIAL	
Comenta a respeito do equívoco administrativo do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) em relação ao Projeto Frigorífico Norte Capixaba. Senador João Batista Motta.....	230	Defende a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial e Social. Senador Paulo Paim	36
Faz considerações ao pronunciamento do Senador João Batista Motta, quanto ao ocorrido no Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Magno Malta.	232	ESTATUTO DO IDOSO	
Comenta o aumento do número de homicídios no Estado do Espírito Santo. Senador Magno Malta.	348	Trata da implementação efetiva do Estatuto do Idoso. Senador Paulo Paim.	36
ESTADO DO RIO DE JANEIRO		ESTRADA	
Preocupa-se com a questão da segurança decorrente dos recentes episódios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Senador José Agripino.	234	Defende a utilização dos recursos da CIDE para a recuperação das estradas de rodagem. Senadora Serys Slhessarenko.....	10
Solicita à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro dos ofícios que Waldomiro Diniz disse ter encaminhado ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, e ao corregedor-geral da União, Waldir Pires. Senador Antero Paes de Barros.	239	Solicita que o seu discurso seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, apelando ao Governo Federal que dê atenção ao problema das estradas. Senador Antônio Carlos Magalhães.	379
Comunica a decisão da Subcomissão de Segurança do Senado de convocar autoridades para debater o problema da segurança pública no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	250	EXPORTAÇÃO	
Apóia a proposta do Senador Arthur Virgílio, quanto ao problema da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Senador Roberto Saturnino.	250	Faz apelo ao Ministro da Agricultura para o credenciamento do Estado de Rondônia como área livre de aftosa, a fim de que possa exportar carne para a União Européia. Senador Valdir Raupp.....	49
Faz considerações à questão da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Senador Aloízio Mercadante.	250	Fala sobre a solicitação dos integrantes da bancada federal do Tocantins ao Ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues, para que faça gestões junto à missão da Comunidade Européia que inspecionará áreas de produção de carne bovina brasileira destinada à exportação, a fim de que inclua o Tocantins dentro dos estados a serem visitados. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	135
Fala, em nome do PSDB, que está sócio da idéia do Senador Arthur Virgílio no que tange a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Senador Ney Suassuna.	251	Comenta sobre o pronunciamento do Sr. Eduardo Siqueira Campos. Senador Valdir Raupp.	136
Comenta a respeito da Subcomissão Permanente de Segurança Pública e da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Senador José Agripino. ..	251	Faz considerações ao pronunciamento do Sr. Valdir Raupp, no que tange o direito do Tocantins à exportação. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Osmar Dias.....	136
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		GARIMPEIRO	
Apela ao Ministro do Trabalho para verificar os excessos praticados pelos fiscais daquele Mi-		Apela para providências do Governo no sentido de que seja formada a comissão para analisar o pleito de garimpeiros acampados na cidade de Araguaína – TO. Senador João Ribeiro.	413

	Pág.	VII	Pág.
GOVERNO FEDERAL			
Comenta sobre a divulgação de recente pesquisa do Ibope sobre a queda da popularidade do Governo Lula. Senador Álvaro Dias.	30	Faz críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa.	447
Faz comentários acerca do Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Leonel Pavan.....	32	Faz considerações ao pronunciamento do Senador César Borges no que tange críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges. Senador Heráclito Fortes.	447
Manifesta sua surpresa com uma recente propaganda do Governo Federal, no qual é anunciada a distribuição de 1.480 ambulâncias por todo País, criticando a iniciativa governamental. Senadora Lúcia Vânia.	45	Comenta matérias publicadas na imprensa a respeito de pesquisas que confirmam a queda da popularidade do Governo Lula. Senador Antero Paes de Barros.	458
Cobra do Governo Lula mais ousadia para implantação de projetos econômicos e sociais. Senador João Batista Motta.....	52	HOMENAGEM	
Critica o Governo Federal pelo fechamento de cursos de universidades públicas. Senador Osmar Dias.....	140	Homenageia o transcurso do cinqüentenário do Colégio D. Orione, em Tocantinópolis-TO. Senador João Ribeiro.	132
Critica o Governo Federal pela política de impedimento de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito. Senador Arthur Virgílio.	156	Testemunha sua admiração pelo Senador Osmar Dias. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Mão Santa	142
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio no que tange o impedimento do Governo Federal de instalação de CPI. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Álvaro Dias...	159	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Reitera tópicos de seu discurso de críticas ao Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	164	Faz homenagem de pesar pelo falecimento do desportista piauiense Pedro Alelaf. Senador Mão Santa.	411
Comenta matérias publicadas na imprensa, com análises e informações sobre o Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	313	IBGE	
Comenta sobre matéria publicada no jornal Gazeta Mercantil, do mesmo dia, intitulada "Governo Lula tem saldo negativo com BID e BIRD". Senadora Lúcia Vânia.....	321	Comenta sobre pesquisa de indicadores sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Senador Lúcia Vânia.	393
Posiciona-se contrário à Medida Provisória que faz mudanças na estrutura do executivo e cria cargos de confiança no Governo Federal. Senador Papaléo Paes.	342	ÍNDIO	
Critica o preenchimento de cargos de confiança no Governo Federal. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Heráclito Fortes.	344	Trata das ONGs internacionais e da questão indígena no Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	323
Comenta a respeito de seminário no Rio de Janeiro sobre avaliação do Governo Lula. Senador Álvaro Dias.	350	IRRIGAÇÃO	
Faz avaliação histórica da situação do funcionalismo público no Brasil, do Governo Collor ao Governo Lula. Senador Sibá Machado.	403	Manifesta sua satisfação com a promulgação, hoje, da Emenda Constitucional 43, que prorroga, por 10 (dez) anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Senadora Lúcia Vânia.	451
Critica o Governo Federal pela situação em que se encontra o País, fazendo um painel co manchetes publicadas em diversos jornais. Senador César Borges.....	445	JUROS	
		Comenta a baixa de juros, concedida através de decisão tomada pelo Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central. Senador Eduardo Suplicy.	384

VIII

	Pág.		Pág.
LEI DE FALÊNCIAS			
Comenta a respeito da Lei de Falências. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim.	9	cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.....	252
MEDIDA PROVISÓRIA			
Mostra-se contrário ao excesso de medidas provisórias. Senador Ramez Tebet.	8	Mensagem nº 44, de 2004 (nº 161/2004, na origem), de conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 52 do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.	257
Faz considerações quanto ao excesso de medidas provisórias. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim.	9	Mensagem nº 155 que, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submete à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição do Planejamento de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004”.	123
MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
Mensagem nº 40, de 2004 (nº 152/04, na origem), de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submete à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que deseja fazer, do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.	100	MST	
Mensagem nº 41, de 2004 (nº 150/2004, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 10.855, de 1º de abril de 2004.....	122	Faz comentários a respeito de invasões de terras pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Senador Álvaro Dias.	30
Mensagem nº 42, de 2004 (nº 154/2004, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2004, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 143, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.856, de 5 de abril de 2004.	122	Faz consideração ao pronunciamento do Senador Álvaro Dias, no que tange as invasões de terras pelo MST. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Eduardo Suplicy.	31
Mensagem nº 43, de 2004 (nº 160/2004, na origem), de conformidade com o disposto no art 52, inciso III, alínea f da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete a consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o		Manifesta sua preocupação com as ações do MST, especialmente no Estado da Bahia. Senador César Borges.	42
		MUNICÍPIO	
		Critica a recente decisão do Supremo Tribunal Federal em reduzir o número de vereadores na maioria dos municípios brasileiros. Senador Garibaldi Alves Filho.....	41
		Explicita justificativas sobre a PEC 13/2003, que altera a redação do parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de municípios. Senador Sérgio Zambiasi. ..	341
		NUTRIÇÃO	
		Trata da questão da baixa qualidade nutricional do brasileiro. Senador Valmir Amaral.	454
		OFÍCIO	
		Ofício nº 164, de 2004, de 5 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao	

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 136, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	122	Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB). Senador Fernando Bezerra.	209
ORÇAMENTO		Parecer nº 333, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39, de 2004 (nº 153/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2004. Senador Delcídio Amaral.	212
Comenta a necessidade da liberação de recursos vinculados no orçamento público. Senadora Heloísa Helena.	233	Parecer nº 334, de 2004 – PLEN, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, originário da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Delcídio Amaral.	281
PARECER		Parecer nº 335, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás. Senadora Lúcia Vânia.	328
Parecer nº 328, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 30, de 2003, (nº 128/2003, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Senador Eduardo Azeredo.	1	PARTIDO POLÍTICO	
Parecer nº 329, de 2004, da Comissão de Assunto Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da república, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências. Senador Pedro Simon.	196	Trata da realização do Congresso PTB 100%, pelo Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho, nos dias 3 e 4 do corrente. Senador Sérgio Zambiasi.	318
Parecer nº 330, de 2004, da Comissão de Assunto Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da república, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências. Senador Pedro Simon.	200	Interpela o Senador Aloízio Mercadante sobre promessa do PT na campanha eleitoral, de no primeiro ano, recuperar estradas, aumentar salários, dentre outras. Senador Heráclito Fortes.	382
Parecer nº 331, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350 (nº 2.313/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002. Senador Eduardo Azeredo.	207	Pondera as palavras do Senador Heráclito Fortes quanto às cobranças de promessas do PT durante a campanha eleitoral. Senador Aloízio Mercadante.	382
Parecer nº 332, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), que solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do		PETROBRÁS	
		Comenta a respeito do lucro obtido pela Petrobrás e programas realizados pela mesma. Senador Mão Santa.	228
		PETRÓLEO	
		Protesta contra o aumento do gás de cozinha decorrente do aumento da sua tributação em algumas capitais brasileiras. Senador Ney Suassuna..	33

	Pág.		Pág.
Comenta sobre o preço do gás de cozinha. Senador Mão Santa.....	228	Previdência Social – Anfip, denominado “Alternativa de Financiamento”, que enfoca a proposta de contribuição previdenciária sobre o faturamento das empresas. Senador Efraim Moraes.....	468
Trata dos impostos incidentes sobre a gasolina. Senador Mão Santa.	228		
Trata da comercialização de gás liquefeito de petróleo e gás natural. Senadora Maria do Carmo Alves.....	360	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
Faz considerações ao pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves no que se trata de derivados petrolíferos. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Romeu Tuma.	362	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador José Jorge.	283
POLÍCIA FEDERAL		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Antero Paes de Barros.	284
Faz apelo ao Presidente Lula para que reveja a política governamental em relação aos servidores da Polícia Federal. Senador Efraim Moraes.	365	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena.....	285
POLÍTICA		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.	286
Defende a gestão de Fernando Henrique. Senador Arthur Virgílio.	156	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Almeida Lima.	287
POLÍTICA AGRÁRIA		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Osmar Dias.	288
Critica a política agrária adotada pelo Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	407	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Sérgio Guerra.	289
Critica a atuação do Governo Federal na condução da política agrária no País. Senador Osmar Dias.....	418		
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Osmar Dias quanto à política agrária. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Ramez Tebet. .	419		
POLÍTICA REMUNERATÓRIA			
Faz críticas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que cancelou audiência com as lideranças e as bancadas do Amapá, Roraima e Rondônia, marcada para o mesmo dia, que iria tratar da revisão do plano de carreira e da política remuneratória dos servidores e policiais militares dos ex-territórios federais. Senador Papaléo Paes.	412		
Apela para que os servidores dos ex-territórios brasileiros tenham o mesmo aumento salarial do funcionalismo federal. Senador Mozarildo Cavalcanti.	414		
PREVIDÊNCIA			
Faz considerações sobre o estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da			

Pág.		Pág.
	dência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Aloízio Mercadante.....	
290	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador José Agripino.	
292	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Álvaro Dias.	
293	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Efraim Moraes.	
295	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.	
296	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Tasso Jereissati.	
298	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senadora Ana Júlia Carepa	
299	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Leonel Pavan	
300	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.	
302	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Valadares..	303
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	304
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo.	305
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes.	306
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Mão Santa.....	308
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Senador Ramez Tebet.	310
	Manifesta contrariedade ao Projeto de Lei de Conversão 20, de 2004. Senador Efraim Moraes... .	365
	PROJETO DE LEI – CONGRESSO NACIONAL	
	Projeto de Lei nº 2, de 2004 – CN que altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.....	123
	PROCESSO ELEITORAL	
	Justifica o Projeto de Lei 71/2004, de sua autoria, que altera o artigo sexto da Lei 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a inclusão de fotografia do título eleitoral e a realização de cadastramento dos atuais eleitores, em todo território nacional. Senador Papaléo Paes.....	132

	Pág.		Pág.
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO			
Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004. Senador Ramez Tebet.....	213	nº 10.406, de 10 de janeiro instituiu o Código Civil, providências. Senador Demóstenes Torres.	427
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL			
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2004-CN, que altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.	123	Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2004, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para adaptá-lo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que finge como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência física. Senador Sérgio Cabral.	431
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2004, que revoga os arts 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal -, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri. Senador Aelton Freitas.	217	Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2004, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas. Senador Rodolpho Tourinho.	432
Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2004, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condenados e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena. Senador Aelton Freitas.	218	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida. Senador Aelton Freitas. ..	220	Projeto de Resolução nº 10, de 2004, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Senador Ramez Tebet.	4
Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2004, que modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Senador Jorge Bornhausen.	221	Projeto de Resolução nº 11, de 2004, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2002, que “dispõe sobre a impressão de trabalhos gráficos”, com vistas a permitir as publicações de autoria de Senador ou desenvolvidas sob sua orientação a respeito de assuntos históricos ou culturais de interesse regional, bem como àquelas destinadas ao apoio a atividades de caráter humanitário. Senadora Roseana Sarney.	76
Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos. Senador Mozarildo Cavalcanti.	334	Projeto de Resolução nº 12, de 2004, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200,00 (quatrocentos e vinte sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracteriza como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para O crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB). Senador Ramez Tebet.	211
Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2004, que modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador. Senador Tião Viana.	425	PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	
Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, que altera a redação do inciso I do art 202 da Lei		Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art 144 da Constituição Federal, para estabelecer aos delegados de polícia a garantia da inamovibilidade. Senador Romeu Tuma.	215

	Pág.		Pág.
Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2004, que altera o inciso VII do art 208 da Constituição Federal, para estender aos educandos de ensino médio os programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Senador Ney Suassuna.	396	Apela para a aprovação da “PEC paralela”. Senadora Serys Slhessarenko.	139
RECURSOS HÍDRICOS		Apela pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da “PEC paralela” à reforma da previdência. Senador Paulo Paim.	223
Comenta a respeito da mobilização da sociedade para preservação dos recursos hídricos. Senador Flávio Arns.	453	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Paulo Paim quanto à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Magno Malta. ..	224
REFORMA AGRÁRIA		Rende tributo ao Senador Paulo Paim quanto à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet.	224
Comenta a respeito da necessidade do avanço da reforma agrária. Senadora Serys Slhessarenko.	10	Comenta sobre a “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.	225
Trata da questão da reforma agrária. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sérgio Guerra.	12	Concorda com o dito no pronunciamento do Senador Paulo Paim no que se refere à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Maguito Vilela.	225
Comenta artigo “Vendeta na Reforma Agrária”, de autoria de Xico Graziano, publicado no jornal O Estado de S. Paulo. Senador Álvaro Dias.	350	Faz considerações especiais sobre a “PEC paralela” e a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das rodovias. Senadora Serys Slhessarenko.	337
REFORMA JUDICIÁRIA		Solidariza-se com a Senadora Serys Slhessarenko quanto à aprovação da PEC 77. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador José Jorge. .	337
Faz considerações à Reforma do Judiciário. Senadora Serys Slhessarenko.	10	Manifesta sua preocupação com o descumprimento do acordo firmado em torno da “PEC paralela”. Senador Papaléo Paes.	342
Comenta a respeito da Reforma do Judiciário. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sérgio Guerra.	12	Faz considerações à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senadora Heloísa Helena.	344
REFORMA PREVIDENCIÁRIA		Cumprimenta o Senador Papaléo Paes pelo seu pronunciamento e faz considerações à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Magno Malta.	345
Trata da necessidade de aprovação da “PEC paralela” na Câmara dos Deputados. Senadora Serys Slhesarenko.	10	Cobra a votação da “PEC paralela”. Senador Jefferson Péres.	347
Faz cobranças do acordo feito entre o Governo e o Congresso Nacional para aprovação da “PEC Paralela”. Senador Paulo Paim.	36	Cobra a votação da “PEC paralela”. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Eduardo Azeredo.	371
Trata da importância da aprovação da “PEC paralela”. Senador Paulo Paim.	124	Comenta o adiamento da votação da “PEC paralela”. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Efraim Morais.	371
Comenta sobre a aprovação da PEC nº 77. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Osmar Dias.	126	RELIGIÃO	
Defende a aprovação da “PEC paralela”. Senador Papaléo Paes.	132	Comenta sobre experiências vividas, nos últimos meses, ao ensejo da Semana Santa, que evoca valores morais e religiosos. Senadora Heloísa Helena.	14
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Papaléo Paes quanto a ao compromisso com a aprovação da “PEC paralela”. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.	134	REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 414, de 2004, que requer, nos termos do art. 40 § 1º, I do Regimento Inter-	

	Pág.		Pág.
no do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão no exterior, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre 11-4 e 23-4-2004, para comparecer aos compromissos relacionados abaixo, cujos convites faço anexar, e que não representarão quaisquer ônus para o Senado Federal”. Senador Cristovam Buarque.	1	Requerimento nº 423, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, eleito Personalidade na Categoria Economia pelo Prêmio Faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.	154
Requerimento nº 415, de 2004, que requer , nos termos regimentos , que o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2004, que “altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura”, seja encaminhando à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Osmar Dias.	151	Requerimento nº 424, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.....	154
Requerimento nº 416, de 2004, que requer informações ao Ministro da Saúde, acerca do programa de farmácias Populares. Senador Arthur Virgílio.....	152	Requerimento nº 425, de 2004, requerendo, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso, em memória, à família do Senhor Sérgio Vieira Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.....	155
Requerimento nº 417, de 2004, que requer, nos termos do art 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Erir Ribeiro eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio Faz Diferença. Senador Fátima Cleide.	152	Requerimento nº 426, de 2004, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano Categoria Esportes pelo Prêmio faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.....	155
Requerimento nº 418, de 2004, que requer nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no dia de hoje, de Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do Jornal Diário do Pará, sendo o mesmo comunicado à sua família e ao referido jornal. Senador Luiz Otávio.	152	Requerimento nº 427, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Aloizio Teixeira eleito Personalidade na Categoria Magazine pelo Prêmio faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.	155
Requerimento nº 419, que requer ao Ministro da Saúde informações acerca da política de prevenção ao câncer de mama. Senador Arthur Virgílio.	153	Requerimento nº 428, de 2004, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 1997, a realização no dia 19 de abril de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Índio. Senadora Fátima Cleide.	155
Requerimento nº 420, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão estratégica sobre os valores gastos pela Radiobrás com a produção do programa “Café com o Presidente”. Senador Arthur Virgílio.....	153	Requerimento nº 429, de 2004, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Ofício “S” nº 30, de 2003, que “solicita autorização para efetuar a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se ao recursos à execução do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura”. Senador Ramez Tebet.	193
Requerimento nº 421, de 2004, que requer voto de pesar ao ator Fernando Almeida, assassinado na madrugada do último dia 04 de abril, em Realengo-RJ. Senador Arthur Virgílio.	154	Requerimento nº 430, de 2004, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos PRS 066, de 2002, e o PRS 002, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Hélio Costa.....	193
Requerimento nº 422, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. Senadora Fátima Cleide.	154		

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 431, de 2004, que requer voto de pesar, pela trágica morte do skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que ele, desde 2002, esperava derrotar com a construção de um centro social. Senador Arthur Virgílio.....</p>	194
<p>Requerimento nº 432, de 2004, que requer voto de aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção. Senador Arthur Virgílio.....</p>	194
<p>Requerimento nº 433, de 2004, requerendo, nos termos do art 50, § 2º da Constituição Federal e art 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Tarso Fernando Herz Genro, informações que menciona. Senador Rodolpho Tourinho.</p>	194
<p>Requerimento nº 434, de 2004, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto Lei do Senado nº 4, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Eduardo Azeredo</p>	195
<p>Requerimento nº 435, de 2004 que requer, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação. Senador Pedro Simon.....</p>	195
<p>Requerimento nº 436, de 2004, que requer voto de aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade de São Paulo – USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido. Senador Arthur Virgílio ...</p>	196
<p>Requerimento nº 437, de 2004, requerendo, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 397, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras. Senador Eduardo Azeredo.</p>	251
<p>Requerimento nº 438, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 – Violência Doméstica. Senador Tião Viana</p>	252
<p>Requerimento nº 439, de 2004, que requer, nos termos do art 336, II, combinado com o art.</p>	
<p>338, IV, do RISF, urgência para a MSF 33, de 2004 que “Propõe ao Senador Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até E427.200,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – PAFIB”.....</p>	252
<p>Requerimento nº 440, de 2004, que requer, nos termos do art 40, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para participar do Intercâmbio Luso-Brasileiro que será realizado em Lisboa, Portugal, de 18 a 25 de abril do vigente ano, como membro da FRENCO-OP – Frente Parlamentar do Cooperativismo, com ênus para o Senado Federal. Comunica que estará ausente do País no período de 18 de 25 de abril. Senador Jonas Pinheiro.</p>	252
<p>Requerimento nº 441, de 2004, que requer, nos termos do art 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das propostas de emendas à Constituição de nº 11, de 2003, e a nº 8, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Sibá Machado.</p>	335
<p>Requerimento nº 442, de 2004, que requer, nos termos do Art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do Senhor Pedro Alelaf, grande desportista do Piauí, ex-jogador de futebol, fundador e Presidente do Parnaíba Esporte Clube, pelo seu falecimento, nesta sala, na Cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....</p>	335
<p>Requerimento nº 443, de 2004, requerendo, na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2002, que “Altera a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica” e o Projeto de Resolução do Senado nº 71, de 2003, que “Estabelece alíquota mínima do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, medicamentos, insumos agrícolas, energia elétrica de baixa renda e sobre prestações de serviços de transportes e comunicações, para produtos da cesta básica”, por tratar-se de matéria correlata. Senador Ramez Tebet</p>	335
<p>Requerimento nº 444, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que a competência da “Comissão Especial Externa – Questões Fundiárias RR/MS” se estenda também aos Estados de Rondônia. Senador Paulo Elifas.</p>	425

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 445, de 2004, que requer, nos termos do art 259, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 160, de 2004, de minha autoria, que solicita a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei Senado nº 501, de 2003. Senador Leonel Pavan.....	431	federais. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Valdir Raupp.....	338
Requerimento nº 446, de 2004, que requer, nos termos do art. 336, I, do Regimento Interno do Senado Federal, regime de urgência para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, que “altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias”. Senador Marcelo Crivella.....	434	Trata da necessidade da rodovia BR-364 no Estado de Rondônia. Senador Paulo Elifas.....	391
Requerimento nº 447, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro- Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais sobre o relatório da Comissão de Sindicância que investigou denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz no Palácio do Planalto. Senador Arthur Virgílio.	434	SALÁRIO MÍNIMO	
		Comenta sobre a votação do salário mínimo, por faltarem somente 13 dias. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim.	9
RESERVA INDÍGENA		Defende a instituição de um salário mínimo, no valor de cem dólares. Senador Paulo Paim.....	124
Relata conflitos entre garimpeiros e índios cinto-larga, na reserva indígena Rooservelt, em Rondônia, no sábado que se passou. Senadora Fátima Cleide.....	143	Apóia a proposta de aumento do salário mínimo. Senador Arthur Virgílio.	407
Faz considerações quanto a questão de reservas indígenas no País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador João Capiberibe.	149	SAÚDE	
RODOVIA		Comenta sobre o transcurso de Dia Mundial da Saúde. Senadora Lúcia Vânia.	45
Comenta sobre a participação dos vereadores do Estado de Santa Catarina na caminhada entre os municípios de Osório e Palhoça, em Santa Catarina, para reivindicar a duplicação da rodovia BR-101. Senador Leonel Pavan.	34	Trata da inconsistência na política nacional de saúde. Senadora Lúcia Vânia.	45
Defende a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias federais. Senadora Serys Slhessarenko.....	139	Comemora o transcurso do Dia Mundial da Saúde. Senador Mão Santa.	46
Reivindica recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para recuperação da malha rodoviária federal brasileira. Senador Ney Suassuna.....	145	Trata da difícil situação da saúde no Brasil. Senador Mão Santa.	46
Cumprimenta a Senadora Serys Slhessarenko por carregar a bandeira da restauração das rodovias		Cumprimenta o Senador Mão Santa pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.	47
		Comenta sobre o Dia Mundial da Saúde, que tem como tema “O Trânsito”. Senador Augusto Botelho.....	53
		Trata da importância da prevenção e destinação de recursos para o estudo, a pesquisa e o aparelhamento técnico visando o combate ao câncer, a propósito do Dia Mundial de Combate ao Câncer, no último dia 8 do corrente. Senador Valmir Amaral. .	385
		Comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelo sistema de saúde brasileiro, em especial pelas Santas Casas de Misericórdia. Senador Romeu Tuma.	392
		SEGURANÇA PÚBLICA	
		Trata da necessidade de uma política de segurança pública para o país. Senador Magno Malta.	348
		Comenta a falta de segurança no Brasil. Senador Ney Suassuna.	376
		Trata a atuação do Ministro da Justiça no episódio de violência na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, apontando a necessidade de uma política pública de segurança para o País. Senador Demóstenes Torres.	438

	Pág.		Pág.
Clama por segurança no País. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Demóstenes Torres.....	440	caso do referido Senador. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Lúcia Vânia.	247
SENADO FEDERAL		Manifesta sua solidariedade ao Senador João Capiberibe e transmite a da Senadora Ideli Salvatti, que se encontra enferma. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Sibá Machado.	247
Demonstra sua preocupação com o andamento dos trabalhos legislativos. Senador Ramez Tebet.....	8	Transmite a sua solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Antônio Carlos Valadares.	248
Manifesta sua satisfação com aprovação do relatório de S. Exa. ao Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que denomina de Arquivo Cora Coralina ao arquivo do Senado Federal. Senador Maguito Vilela.	239	Solidariza-se com o episódio que envolve o Senador João Capiberibe. Senador Mão Santa.....	248
SERVIDOR		Associa-se aos demais Senadores na solidariedade à luta do Senador João Capiberibe por qual está passando. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Heráclito Fortes.....	248
Anuncia estudo, feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o reajuste salarial dos servidores federais dos ex-territórios. Senador Romero Jucá.....	449	Soma a sua solidariedade ao Senador João Capiberibe neste difícil momento de sua vida. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Alberto Silva.	249
SOLIDARIEDADE		Manifesta solidariedade em seu nome e no de seu partido, o PSDB, ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Leonel Pavan.	249
Solidariza-se ao Senador João Capiberibe e a Deputada Janete Capiberibe, ameaçados de perda de mandato. Senadora Fátima Cleide.....	143	Manifesta solidariedade ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	420
Solidariza-se ao Senador João Capiberibe quanto a questão indígena. Senador Tião Viana...	149	STE	
Solidariza-se com a questão que está envolvendo o Senador Capiberibe a qual procure denegrir sua imagem e de sua família. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Magno Malta.	244	Presta esclarecimentos sobre o processo a ser julgado pelo Superior Tribunal Eleitoral que ameaça o mandato de S. Exa. e o de sua esposa, a Deputada Janete Capiberibe. Senador João Capiberibe.	240
Traz a sua palavra de solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Eduardo Azeredo.	244	Faz considerações ao processo a ser julgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Arthur Virgílio.....	241
Solidariza-se com o Senador João Capiberibe quanto ao episódio que envolve o nome do referido Senador. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Aloízio Mercadante.	245	Faz considerações a questão que envolve a Deputada Janete Capiberibe num processo a ser julgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador José Agripino.	243
Solidariza-se com o Senador João Capiberibe no equívoco que mencionou seu nome. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Flávio Arns....	245	Faz considerações sobre o processo contra o Senador João Capiberibe, em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Senador Jefferson Péres.	347
Manifesta seu apoio em solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	246	Presta esclarecimentos sobre processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Senador João Capiberibe.	348
Tece comentários a respeito da vida pública do Senador João Capiberibe, solidarizando-se com V. Exa. no caso que envolve seu nome. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Sérgio Guerra.	247	SUDENE	
Comenta sobre a honestidade e honra do Senador João Capiberibe, solidarizando-se com o		Defende a recriação da Sudene. Senador João Alberto Souza	452

XVIII

	Pág.		Pág.
TCU		moração do Dia Mundial da saúde, no último dia 7. Senador Valmir Amaral.	319
Comenta evento promovido pelo TCU “Diálogo Público: O TCU em Diálogo com o cidadão”. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	420	TRIBUTO	
TECNOLOGIA		Faz considerações à bitributação mencionada no pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Rodolpho Tourinho.	362
Solidariza-se com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que tem agido com firmeza para resguardar a tecnologia brasileira de enriquecimento de urânio. Senador Eduardo Suplicy.	54	Congratula com a Senadora Maria do Carmo Alves pela oportunidade do pronunciamento que discute a questão da bitributação. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Heráclito Fortes.	362
TRABALHO ESCRAVO		Faz considerações ao pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves no que tange a bitributação. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. Senador José Agripino.	363
Trata da importância do combate ao trabalho escravo no Brasil. Senador Paulo Paim.	36	Trata da bitributação que sofre o Estado da Paraíba. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Ney Suassuna.	363
TRANSCRIÇÃO		TURISMO	
Pede transcrição, nos Anais da Casa, de Ofício do Ministério da Justiça, solicitando adiamento de audiência na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, para conhecer melhor as denúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Alberto Costa, que foi diretor do FBI. Senador Eduardo Suplicy.	172	Elogia o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltando a importância das atividades na geração de empregos e oportunidades. Senador Garibaldi Alves Filho....	414
Pede transcrição, nos Anais do Senado, de matéria intitulada “Poder reconstruído”, publicada no jornal Correio Braziliense, de 18 de março último. Senador João Tenório.	175	VIOLÊNCIA	
Pede transcrição, nos Anais do Senado, de matérias publicadas na imprensa nacional sobre o episódio Waldomiro Diniz. Senador Álvaro Dias. ..	181	Comenta a respeito da obra “Violência nas Escolas” de iniciativa da Unesco, com apoio do Banco Mundial, Instituto Ayrton Senna e Fundação Ford. Senador Romero Jucá.	324
Pede transcrição de discurso a respeito do conflito entre garimpeiros e índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	354	Faz reflexões sobre a violência urbana no país e a gravidade da situação no Rio de Janeiro. Senador Magno Malta.	348
Pede transcrição de matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, no dia 15 de abril último, intitulada “Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST”. Senador Sérgio Guerra.	464	Parabeniza o Senador Ney Suassuna por trazer um assunto de tanta importância para a tribuna: violência. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Efraim Moraes.	378
TRÂNSITO		Faz considerações a respeito da violência. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Duciomar Costa.	378
Comenta sobre a relevância do tema Segurança no Trânsito debatido por ocasião da come-			

Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Augusto Botelho e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 176, de 2004, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 858, de 2003, do Senador João Alberto Souza;

Nº 180, de 2004, de 1º do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 145, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 181, de 2004, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 906, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, e

Nº 275-A, de 2004, de 24 de março passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.116, de 2003, do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas em cópia aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2004

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do Art. 40, § 1º, I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão no exterior, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre 11-4 e 23-4-2004, para

comparecer aos compromissos relacionados abaixo, cujos convites faço anexar, e que não representarão quaisquer ônus para o Senado Federal, quais sejam:

Local	Período	Compromissos
Alexandria/ Egito	11 a 18/04	Participação em Conferências Preparatórias de Alexandria sobre “O Medo da Civilização Hegemônica do Século XXI” a convite do Secretário Geral da Academie de la Latinité.
Kwait	18 a 20/04	Participação em Reuniões preparatórias para o Encontro de Cúpula de Chefes de Governo e de Estado do Oriente Médio, que se realizará em Brasília em dezembro/2004, e para o incremento do relacionamento do Brasil e países da América do Sul com países da Liga Árabe, com autoridades locais, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e do Comitê de Amizade Brasil-Kuaite da Assembléia Nacional kuaiteana, a convite do Embaixador do Brasil no Kuaite.
Teerã	20 a 23/04	Participação em Encontros com autoridades locais, parlamentares, acadêmicos, universidades, jornalistas e experts em educação e relações internacionais, assim como Audiência com o Ministro da Educação do Irã, a convite do Embaixador do Brasil em Teerã.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse mesmo período.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2004. – **Cristovam Buarque**, PT-DF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De acordo com o requerimento que acaba de ser lido, a Presidência designa o nobre Senador Cristovam Buarque para representar o Senado nos eventos citados.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 328, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 30, de 2003, (nº 128/2003, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **ad doc**: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado São Paulo, por intermédio do Ofício “s” nº 30, de 2003, solicitando autorização para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, tendo passado a vigor a partir de 21-12-2001, data de sua publicação.

Já a Resolução nº 43, de 21-12-2001, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, tem sua vigência a partir de 26-12-2001, data em que foi publicada no **DOU**.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US\$30,0 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes desse empréstimo pretendido, serão aportados, como contrapartida nacional, até US\$10,0 milhões pelo Tesouro do Estado de São Paulo. O Projeto deverá ser executado em seis anos.

A operação de crédito externo pretendida será realizada nas seguintes condições:

credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

garantidor: República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da Lei Estadual nº 11.353, de 17 de março de 2003, autorizativa do empréstimo pretendido, as cotas ou parcelas da participação do estado na arrecadação da União, complementadas pelas receitas próprias do estado;

valor: US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

prazo de desembolso: até seis anos, não podendo ser inferior a três anos;

amortização: será efetuada em parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira no mês de fevereiro ou agosto imediatamente após seis anos, contados a partir da assinatura do contrato, e a última em vinte e cinco anos, contados a partir da assinatura do contrato;

juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela (i) taxa de juros Libor trimestral para dólar americano, (ii) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor, (iii) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações Libor e (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; *comissão de crédito:* 0,75% ao ano, pagos semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor 60 dias após assinatura do contrato, inspeção e supervisão gerais: limitadas a US\$200.000,00 (1% sobre o montante total do empréstimo), desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

II – Análise

A operação de crédito pretendida pelo Estado de São Paulo alcança o valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), e destina-se ao financiamento parcial do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura. Esse empréstimo contará, também, com recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, como contrapartida nacional, e deverá ser contratado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Com efeito, a esse ofício, foi juntada a Mensagem nº31, de 2004, na qual o Presidente da República propõe seja autorizada a contratação da referida operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil.

Nos pareceres são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação do Estado de São Paulo no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União corresponde a operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando a prévia autorização do Senado Federal, tão-somente, as operações financeiras externas, ou internas que extrapolem aqueles limites.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional que o garantido, Estado de São Paulo, tem condições de cumprir com as obrigações financeiras a serem garantidas pela União. Isso porque:

- a) há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado de São Paulo, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas por recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso 4º, todos da Constituição Federal;
- b) assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadas da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela COREM/STN, o estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Por outro lado, de acordo com informações contidas no Parecer STN/COREF/GFRFI nº 416, de 19 de dezembro de 2003, Consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débitos em nome do Estado de São Paulo. No entanto, foi localizado registro em nome de unidade da administração indireta, em processo de regularização.

Em decorrência, poderia ocorrer inobservância do inciso II do § 9º do art. 3º da referida Resolução nº 96, de 1989, e do § 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, seus débitos para com a União necessitariam ser equacionados preliminarmente à contratação da referida operação de crédito.

Entendemos, entretanto, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como (ii) de acordo com a STN, o Estado de São Paulo conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo, não impondo, portanto, restrições a atual situação fiscal do estado, nem atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de pendências no âmbito do Siafi em relação à prestação de contas de recursos recebidos da União, assim como não há registro de débito em nome do Estado de São Paulo em operações de crédito já garantidas, de acordo com informação prestada pela STN.

Dessa forma, entendemos, S.M.J., estariam sendo satisfatoriamente observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF/GERFI nº 416, de 19 de dezembro de 2003;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 2.251/2003, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Projeto de Lei nº 734, relativo ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período 2004-2007.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Projeto de Lei nº 990, de 2003, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de São Paulo para o corrente exercício financeiro, contempla dotações suficientes para a execução do projeto no ano de 2004.

Todavia, entende a STN que o Estado de São Paulo, previamente à formalização dos instrumentos contratuais, deverá comprovar que as ações para a execução do programa estão contemplados no PPA 2004-2007 em valores compatíveis, e que as dotações na Lei Orçamentária de 2004 são suficientes para permitir a plena execução do Programa, ou seja, o ingresso de recursos externos, a contrapartida nacional, bem como os demais encargos decorrentes da operação.

d) o Parecer STN/COPEM nº 191, de 3 de julho de 2003, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado de São Paulo atende os limites estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, a exceção dos definidos nos incisos II e III do art. 7º, que tratam, respectivamente, do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada, e do montante consolidado da dívida do estado relativamente a sua receita corrente líquida.

Todavia, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos mencionados limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001, ambas do Senado Federal. Mais ainda, como já enfatizado, é informado que o estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Quanto a esse aspecto, é de se ressaltar que o referido projeto constava no Programa de Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo com valor do empréstimo junto ao BJD equivalente a US\$ 10 milhões. Por solicitação do Governo de São Paulo, procedeu-se a uma redistribuição das operações de crédito em relação à definição contida no anexo IV daquele programa de ajuste fiscal, elevando, em consequência, seu valor para os atuais pleiteados US\$ 20 milhões.

Conforme manifestação da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Mu-

nicipios (COR.EM/STN), o remanejamento concedido não implica quaisquer alterações dos valores em dólares americanos das operações de crédito acertadas no Programa de Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, não caracterizando, portanto, violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União.

e) ademais, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo atesta o cumprimento, pelo estado, do disposto na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, enfatizando, entre outros aspectos, os explicitamente exigidos nos termos do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, consoante a carta de credenciamento Decec/Diope/Sucre — 2003/387, de 16 de dezembro de 2003, evidenciando, portanto, que ela atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 2,96% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, sendo, portanto, indicativo de condições financeiras aceitáveis pela referida secretana.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de São Paulo, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III _ Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2004

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvi-

to (BID), no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social — Fábricas de Cultura.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – garantidor: República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da Lei Estadual nº 11.353, de 17 de março de 2003, autorizativa do empréstimo pretendido, as cotas ou parcelas da participação do estado na arrecadação da União, complementadas pelas receitas próprias do estado;

III – valor: US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – prazo de desembolso: até seis anos, não podendo ser inferior a três anos;

V – amortização: será efetuada em parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira no mês de fevereiro ou agosto imediatamente após seis anos, contados a partir da assinatura do contrato, e a última em vinte e cinco anos, contados a partir da assinatura do contrato;

VI – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual pata cada trimestre composta pela (i) taxa de juros LIBOR trimestral para dólar americano, (ii) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, (iii) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações LIBOR e (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VII – comissão de crédito: (0,75%) setenta e cinco centésimos por cento ao ano, pagos semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor 60 dias após assinatura do contrato;

VIII – inspeção e supervisão gerais: limitadas a US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que o Estado de São Paulo vincule, como contragarantias à União, as transferências constitucionais de receitas tributárias a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, mediante formalização de contrato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Ramez Tebet**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Efraim Morais** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Tasso Jereissati** – **Patrícia Saboia Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste à metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º Nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 10, de 2004** (OFS nº 30, de 2003), que *autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América*, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 113/04

Brasília, 6 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substi-

tuição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 178, de 31-3-2004, que “autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro, nas condições em que especifica”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Gilberto Mestrinho
 Hélio Costa
 Paulo Elifas

Suplentes

Valmir Amaral
 José Maranhão
 Maguito Vilela

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 114/04

Brasília, 6 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 179, de 1-4-2004, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — CPMF, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Maguito Vilela
 Pedro Simon
 Sérgio Cabral

Suplentes

João Alberto Souza
 Hélio Costa
 Paulo Elifas

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 115/2004

Brasília, 6 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Elites, como membro suplente, em vaga anteriormente ocupado pelo Senador Papaléo Paes na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinado a apurar responsabilidades relativas ao contrabando de sementes transgênicos de soja, bem como o seu plantio ilegal realizado em todo o território nacional.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 116/2004

Brasília, 6 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Elites, como membro suplente, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Papoléo Paes, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 117/2004

Brasília, 6 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, como membro titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Papaléo Paes, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Serão feitas as substituições solicitadas. Sobre a mesa, ofício do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 372

Brasília, 7 de abril de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.852, de 2003, do Senado Federal (PLS nº 534/03), o qual “Convalida a Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do art. 17 da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário .

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte Aviso:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 8, de 2004-CN (nº 516-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 343, de 2004 – TCU (Plenário), bem como do Acórdão nº 1.844, de 2003 – TCU – Plenário, dos respectivos relatório e Voto que os fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de restauração da BR-259/ES, subtrecho Colatina – Divisa ES/MG, segmento Km 59,0 – Km 108,6, a cargo do Consórcio Contek – Ápia – Programa de Trabalho nº 26.782.0220.2834.0032 – (TC nº 012.016/2003-8).

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, conforme possibilita o Regimento, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Quando cheguei ao plenário, havia um microfone levantado, imagino que o de V. Ex^a. Inscrevo-me em segundo lugar, caso V. Ex^a esteja inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senadora Heloísa Helena, será assegurada a V. Ex^a a inscrição em primeiro lugar. Em segundo lugar, fica inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Ney Suassuna; em terceiro, este Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Ramez Tebet.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos. Em seguida, falará a Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside os nossos trabalhos, Sr^{as} e Srs. Senadores, inaugurando esta sessão, vim à tribuna, nesta manhã, para repisar um assunto referente a medidas provisórias.

Foram editadas pelo atual Governo 76 medidas provisórias, o que, em 15 meses de governo, dá uma média de três por mês. O assunto da maioria delas, indiscutivelmente, não constituiu – nem constitui, já que algumas estão em andamento – objeto de medida provisória e poderia ter sido tratado por lei ordinária.

O Texto Constitucional tem sido batido, rebatido e repisado, mas não obedecido. Tanto o Poder Executivo quanto nós temos ratificado as medidas provisórias sem que tenham o caráter de urgência e relevância, requisitos exigidos pela Constituição Federal. Portanto, se cabe culpa ao Executivo pelo excesso de medidas provisórias, também nós, do Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado, temos a nossa responsabilidade, porque as estamos aceitando sem a análise desses requisitos indispensáveis.

Qual a conseqüência disso? O Legislativo perde sua força e até mesmo – eu diria – sua razão de ser. Por quê? Porque as medidas provisórias trancam a pauta do Senado, já que têm preferência sobre qualquer projeto de lei em tramitação, por mais importante que seja. Ora, isso implica, primeiro, a ineficiência do Poder Legislativo; segundo, a perda de suas prerrogativas, de sua principal função, que é legislar, e, conseqüentemente, da sua independência. Nós estamos inteiramente na dependência do Poder Executivo, o que é intolerável, porque enfraquece a nossa instituição. E o enfraquecimento do Poder Legislativo implica o enfraquecimento do próprio regime democrático, o que demonstra a gravidade da situação.

O assunto mais se assalta ao meu espírito quando vejo que estamos em um ano eleitoral. Isso significa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os nossos trabalhos legislativos só acontecerão até o mês de junho, no máximo, porque, a partir daí, cada um de nós, por uma questão de sobrevivência democrática – muitos não entendem que a prática eleitoral é o primeiro passo para a efetivação da democracia –, estará envolvido num pleito eleitoral de importância, porque se trata de eleger Prefeitos e Vereadores em mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Senador Paulo Paim, temos assuntos importantes a serem tratados nesta Casa, por isso vim pedir a colaboração do Executivo e a atenção do Senado da República. Ao primeiro, faço um apelo para que diminua a média de medidas provisórias enviadas a esta Casa; ao segundo, para que apreciemos efetivamente

os requisitos constitucionais de cada medida provisória, sob pena de sermos acusados de ineficiência.

A partir da próxima semana, projetos importantes tramitarão nesta Casa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, ontem, a reforma do Poder Judiciário, que vem ao Plenário para debate, e não é algo simples. Trata-se de melhorar o Poder Judiciário, de dar-lhe eficiência. Trata-se de discutir questões importantes, como, por exemplo, a súmula vinculante, que, se aprovada, sem dúvida, reduzirá o número de recursos intermináveis e colocará um basta na prepotência do Poder Executivo, que é o responsável pela grande quantidade de recursos analisados pelos tribunais superiores. É o Executivo que recorre de todas as decisões e entope os tribunais superiores com seus recursos. Essa matéria é controvertida, assim como o controle do Poder Judiciário.

Alguns aceitam o controle do Poder Judiciário; outros, não, sob o seguinte argumento: quem o controlará? Se o Poder Judiciário ficar sujeito a um controle externo, a moda poderá pegar. Não estou discutindo o mérito, porque o objetivo do meu discurso hoje não é esse. Mas, positivamente, já se fala em controle externo do Ministério Público e do Congresso Nacional. Onde vamos parar? Controle externo do Congresso Nacional? Este Congresso Nacional é controlado pela cidadania e pelo voto. Mas a moda pode pegar, se não tomamos cuidado.

Em suma, a reforma do Poder Judiciário estará em pauta. Mas, se a pauta estiver trancada por medida provisória, teremos condições de votar a reforma do Poder Judiciário?

Darei outro exemplo: a Lei de Falências – que haverá de mudar de nome, se Deus quiser, para Lei de Recuperação Judicial – é uma tentativa de se compatibilizar o capital e o trabalho, de se fazer com que as empresas passem a ter um conteúdo – como já o têm, mas assim não são entendidas – não só econômico, mas social. Sem o capital, não há emprego; e, sem o trabalho digno e honrado das nossas famílias, não há como se falar em capital.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Lei de Recuperação das Empresas está sendo apontada como a lei do sistema financeiro ou do capital. Podem estar certos de que, no meu relatório, não haverá isso, porque o direito do trabalhador brasileiro, daquele que vive do seu salário e dele depende o sustento de sua família, será respeitado no relatório que haveremos de apresentar na próxima semana.

Pois bem, essa lei vai parar aqui se continuarem chegando medidas provisórias ao Senado da República e à Câmara dos Deputados. Não votaremos essas matérias importantíssimas às quais me referi, porque,

a torto e a direito, vão-se editando medidas provisórias. É esse o alerta que desejava fazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, peço que me conceda um aparte no momento que considerar adequado, sem interromper a sua brilhante oratória.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, acredito sinceramente que os apartes dos meus colegas sempre vêm ajudar, ainda mais o de V. Ex^a, que tanto luta pela classe trabalhadora deste País. Por gentileza, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, eu presidia os trabalhos, mas convidei o Senador com quem divido a alegria de ser Vice-Presidente desta Casa para assumir a Presidência a fim de apartear-lo com o intuito de tratar dos dois temas que V. Ex^a aborda. Começo pela Lei de Falências. De público, agradeço a V. Ex^a por ter ido duas vezes ao Rio Grande do Sul em duas semanas. Um dos motivos de sua visita foi debater com cerca de 1.000 sindicalistas do Estado a Lei de Falências. A atitude de V. Ex^a foi despojada, pois deixou de ficar no seu Estado em um ano eleitoral para ir ao Rio Grande do Sul a convite dos três Senadores, Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi e Senador Pedro Simon, para tratar com os trabalhadores. E o depoimento que V. Ex^a dá, nesta tribuna, neste momento, é exatamente o eixo da sua palestra no Estado, onde foi aplaudido de pé pelos líderes dos trabalhadores por essa posição muito firme de dizer que, no seu relatório, estará contemplado, em primeiro lugar, no caso de falência – e vamos torcer para que, efetivamente, não aconteça a falência –, o direito dos trabalhadores. Trago este depoimento, cumprimentando V. Ex^a e agradecendo em nome do Rio Grande do Sul a sua brilhante palestra concedida àqueles líderes, que ficaram impressionados – quero dizê-lo de público – por seu linguajar fácil. V. Ex^a, que é um jurista respeitado em todo o País, conversou com os trabalhadores, muitos deles humildes, e todos entenderam a sua palestra, que se estendeu por toda manhã. Quero também rapidamente referir a questão das medidas provisórias. Casualmente, com a Ordem do Dia na minha frente, percebo que 86 projetos de iniciativa do Congresso estão parados, não podem ser votados. Isso porque todas as semanas temos medidas provisórias que acabam criando obstáculos para que a pauta da Casa seja efetivamente encaminhada e votada. Por isso, quero concordar com V. Ex^a e fazer um apelo ao Executivo, de forma muito respeitosa – V. Ex^a sabe que eu sou um Parlamentar da base do Governo –, no sentido de resolvermos essa questão. Inclusive acredito que teremos que mudar o rito das medidas provisórias, conforme alteração feita pelo

próprio Congresso. E V. Ex^a dá o caminho, começa na discussão da urgência e da relevância. Fui Constituinte e me lembro de que o instrumento da medida provisória foi adotado porque estávamos convencidos de que iríamos passar para o parlamentarismo. E sou parlamentarista. Fomos para as urnas e, no plebiscito, acabou aprovado o presidencialismo. Ficamos, assim, com o instituto da medida provisória – normal e comum no sistema parlamentarista – no sistema presidencialista, e sendo usado, no meu entendimento, numa quantidade exagerada. Só para finalizar, lembro a V. Ex^a que estamos para votar o salário mínimo – faltam treze dias para o dia 1º de maio. Por que a Casa não se debruçou e deliberou sobre o assunto? Porque, nos últimos anos, criou-se quase uma tradição de que o salário mínimo vem por medida provisória. E aí, mais uma vez, elogio V. Ex^a. O projeto está na Comissão da qual V. Ex^a é o Presidente, e, como tal, já indicou o Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que nos disse que, na semana que vem, apresentará o seu parecer. Eu gostaria muito que o salário mínimo este ano fosse deliberado por projeto de lei e não por medida provisória. A Senadora Heloísa Helena lembra que os dois projetos dela estão pensados e têm praticamente o mesmo teor, garantindo que o salário-mínimo vai ultrapassar a faixa dos R\$300,00, e estendem o mesmo percentual aos aposentados e pensionistas. Mas fiz este aparte muito mais para cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante trabalho que faz dentro e fora do Congresso Nacional, indo inclusive a outros Estados para colaborar quando solicitado pelos seus colegas do Senado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, é claro que o seu aparte enriquece o meu pronunciamento, e eu agradeço. V. Ex^a sempre foi muito generoso comigo. Em verdade, fui ao seu Estado, o Rio Grande do Sul, a convite de V. Ex^a, secundado pelos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Cheguei lá e fiquei surpreso: eram cerca de mil trabalhadores, com quem pude dialogar da forma mais civilizada possível, ouvindo-os e sendo ouvido, e auferindo dali lições que me foram úteis para a elaboração do relatório.

Agradeço a V. Ex^a. Por coincidência, estamos sempre juntos em algumas batalhas. Refiro-me a matérias importantes – faço aqui justiça a V. Ex^a, e a toda a Casa a partir de V. Ex^a. Se as medidas provisórias continuarem vindo, essa PEC paralela também pode ir lá para as calendas gregas se tiver que voltar para cá para votarmos outra vez. Porque, como eu disse, nossos trabalhos, Senador Eduardo Siqueira Campos, vão até junho ou julho. Isso é importante. Essa PEC paralela é um compromisso firmado nesta Casa com

as lideranças políticas do País, com o aval do Governo Federal. Sempre é bom salientar isso.

De sorte, Senador Paulo Paim, que lhe agradeço muito o aparte. E V. Ex^a me deu um gancho: entendo que, embora tenhamos que modificar um pouco alguma coisa por meio de emenda constitucional, com referência à edição de medidas provisórias, mais do que fazer isso, devemos analisar as duas. Isso porque, se passarmos a agir com independência nesta Casa na análise da urgência e da relevância, se prestarmos atenção nisso, talvez não precisemos mudar a lei. Estamos vivendo num mundo em que tudo acontece com muita rapidez. O Executivo precisa de um instrumento, mas não pode exagerar na sua utilização.

No período do regime autoritário, decreto-lei só se referia à matéria financeira. Agora estamos num regime democrático, e o Poder Executivo ficou com as prerrogativas do Legislativo. Não dá para entender isso! Isso está acontecendo muitas vezes.

Casos muito graves têm ocorrido aqui. Por exemplo, quando está tramitando um projeto de lei sobre determinado assunto, e o Governo tem maioria, em vez de trabalhar o projeto de lei, o que faz o Poder Executivo? Envia medidas provisórias, como se quisesse dizer: eu é que mando, eu quero resolver, tirando o mérito do Poder Legislativo. Não é mérito que nós queremos, mas, sim, exercer nossas funções. Não podemos abdicar das prerrogativas do Poder Legislativo, ou melhor, do nosso poder e do nosso dever de legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Essa é a finalidade do Poder Legislativo e do Senado da República.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – O Senado representa não só o povo, mas também dos Estados da Federação. Por isso, temos o sistema igualitário. São vinte e sete Estados da Federação, três Senadores para cada um, perfazendo 81 Srs. Senadores.

Disponho ainda de 38 segundos, Sr. Presidente, e estou olhando o relógio. No entanto, penso que a matéria é importante. É uma pena que não alcance essas crianças que aqui nos honram com as suas presenças, mas isto é importante: o Senado perto do cidadão. São crianças que comparecem ao Senado da República com os seus professores, orientadores e educadores para aprenderem, desde agora, como funciona o Poder Legislativo. Não há necessidade que entendam o nosso funcionamento e as matérias que discutimos aqui, mas é importante que tenham dentro de si, dentro do seu coração, o conceito de civismo e de democracia. Por isso, vendo-as no plenário, quero saudar o futuro do Brasil nas pessoas dessas crianças e cumprimentar os professores, os diretores ou quem,

neste momento, for responsável pela visita dessas crianças ao Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço, portanto, um apelo ao Presidente Lula e aos seus ministros, para que evitem, o máximo possível, a edição de medidas provisórias. Se isso acontecer, aprovaremos a Lei de Falências. Ela é muito importante porque nos permitirá recuperar as empresas. A tentativa é recuperar as empresas e evitar casos como o da Encol e o da Parmalat, por exemplo, mencionando os mais rumorosos. Buscamos, com a aprovação dessa lei, defender as pequenas e médias empresas, decretar a falência só em último caso e ainda: aplicar pena grave às falências fraudulentas. Que falência seja a palavra menos ouvida neste País.

Recuperação, crescimento econômico, desenvolvimento, geração de empregos, trabalho, renda, justiça social. As leis têm de ter essa finalidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Que o Executivo nos ouça e que nós analisemos mesmo os requisitos da urgência e da relevância. O Brasil está pedindo urgência para o seu crescimento econômico, para o seu desenvolvimento e por medidas que possam diminuir-lhe o desemprego.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Paulo Paim, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2^o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Presentes às galerias desta Casa as crianças da Escola Classe nº 3, da Ceilândia, de 1^a e 2^a séries, com professoras, coordenadores e coordenadoras. Para nós, Senadoras e Senadores, é uma honra, uma alegria e uma benção a presença das crianças nesta sessão.

Não é demais lembrar a passagem bíblica de Marcos, capítulo 10, versículo 14. Quando imaginavam que a presença de muitas crianças em torno de Jesus Cristo poderia atrapalhar a sua fala, disse Ele: “Deixai vir a mim as criancinhas”.

Anuncio as palavras da Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Mato Grosso. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo os trabalhadores da educação e as crianças, assim como o Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, acaba de fazer. Realmente isso é muito

importante. Fui professora 26 anos e atribuo um valor imenso ao trabalho na educação, que é o fundamento da nossa sociedade. Não tenho dúvida disso. Só a educação não resolve todos os problemas, mas uma educação para transformação faz com que nos conscientizemos e vejamos a possibilidade de mudança da sociedade.

Venho falando nos últimos dias, sempre que consigo assomar à tribuna, de dois assuntos sobre os quais não vou tratar hoje, mas vou citá-los por uma questão até de compromisso. Um deles é a PEC paralela, que precisa ser aprovada urgentemente. Aguardamos e esperamos isso.

Outro ponto é a liberação dos recursos da Cide, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a comercialização de combustíveis para conservação, restauração e construção de estradas federais. A medida provisória foi aprovada, repassando 25% para os governos estaduais, mas queremos um percentual definido e determinado para o órgão competente, em nível federal, visando à conservação, restauração e construção das estradas federais. O percentual tem de ser definido, e esses recursos têm de ser destinados urgentemente. Existem em caixa, arrecadados pela Cide, hoje, R\$10 bilhões. Já foram arrecadados R\$18 bilhões; desses, pouco mais de R\$7 bilhões já foram liberados, e o valor que está em caixa deve ser liberado o mais urgente possível.

O Senador Ramez Tebet falou aqui de muitos assuntos hoje. Gosto muito desse tipo de fala, em que o orador não se atém a um só assunto. Senador, é indiscutível o quanto é importante a aprovação da Lei de Falências. O assunto vem sendo tratado e amplamente discutido, sob a coordenação de V. Ex^a como Relator.

A reforma do Judiciário. Sou membro titular da CCJ, e ontem acabamos a discussão dos destaques da reforma do Judiciário. Há pontos extremamente relevantes, como a súmula vinculante, que estava amarrada a vários patamares da Justiça. Caiu a súmula vinculante do Superior Tribunal de Justiça, permanecendo a do Supremo Tribunal Federal.

Outra questão foi o controle externo. Atribuo a maior relevância ao controle externo do Judiciário. Faz-se necessário controle, sim, do meu ponto de vista, porque nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos controlados. Não existe essa história de o Congresso Nacional estar determinando o controle externo do Judiciário. E quem controla o Congresso? Nós somos controlados. Quer maior controle do Congresso Nacional, dos Senadores e Deputados Federais, do que o voto nas urnas, o voto popular? Estamos sob controle, sim. O maior controle

que existe é este, o do povo, que nós traz para cá ou nos deixa fora daqui por ocasião das eleições.

Não tenho dúvida alguma de que esse é o maior controle que existe. Tem que acabar essa história de que estamos querendo impor o controle sobre o Judiciário esquecendo de indicar quem nos controlará. O nosso controle já existe, é maior, é o principal: é o controle popular.

Não poderíamos continuar com o Judiciário sem nenhum controle, como se seus membros fossem semideuses. Depois que passam a ser ministros ou desembargadores, ninguém toma conhecimento, não existe mais o problema.

Contra-argumentam dizendo que existem as corregedorias. Mas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, no Superior Tribunal de Justiça de nosso País há a questão de Vicente Leal – que de leal não tem muita coisa, aliás, não tem nada –, que foi afastado e, agora, foi aposentado. Qual é a punição? A sua aposentadoria é de quantos mil reais? Aí cessa tudo o que a antiga musa canta.

Pergunto: qual o Senador ou Presidente da República – já tivemos um caso – que, após receber uma punição, perder o mandato, continua sendo processado? Chega no Judiciário... Pergunto: Vicente Leal continua sendo processado depois de aposentado? Foi afastado? Com certeza, não é por que não existiam irregularidades, porque certamente existiam muitas. Agora foi aposentado e cessa tudo. Acabou tudo, ninguém mais tasca, ninguém mais mexe. Não tem mais justiça para ele.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o controle externo do Judiciário é necessário sim – eu nem falaria sobre isso, mas o Senador Ramez Tebet estimulou-me ao provocar essa discussão extremamente importante.

Uma outra discussão que também permeia a questão da reforma do Judiciário – são muitas – é a que diz respeito ao nepotismo. O fim do nepotismo foi aprovado. Chega de alguém virar autoridade para empregar seus achegados e familiares neste País. Passou o fim do nepotismo no Judiciário, e algo semelhante tem que passar no Legislativo e no Executivo também. Foi fechado o compromisso ontem na CCJ de que não inseriríamos o fim do nepotismo no Legislativo e no Executivo na reforma do Judiciário, mas ele acontecerá. Foi assumido um compromisso pelo Líder do nosso Governo, Senador Aloizio Mercadante, nesse sentido, uma PEC será feita para abordar o tema. Já há, a propósito, uma PEC de autoria do Senador Demóstenes Torres – há muitas propostas que tratam do fim do nepotismo no Legislativo e no Executivo. Esperamos que seja aprovado também nos outros poderes. Não pensem os membros do Judiciário que estamos aqui

querendo o controle do Judiciário, o fim do nepotismo apenas naquele Poder. Queremos sim, mas queremos também no Legislativo e no Executivo.

Essas esferas do poder não podem servir de cabide de emprego para parentes. Devemos cercar por todos os lados: nada daquela história de que eu não emprego o meu parente, mas o gabinete do lado o emprega, ficando tudo do mesmo jeito e do mesmo tamanho. Cercamos para que isso realmente não possa acontecer. Parente tem direito de trabalhar nas instâncias a que chegamos, em qualquer um dos poderes, mas deve fazê-lo por meio de concurso público, como outra pessoa qualquer.

Como disse, não iria falar sobre esses assuntos, mas já gastei praticamente a metade do meu tempo falando sobre eles.

Hoje gostaria de falar um pouco – e é o tema que havia pensado e escolhido – sobre a reforma agrária em nosso País. Nos últimos dias, ouvimos falar das ocupações de terra neste País. Nos meios de comunicação foi um alarde danado, foram muitos discursos desta tribuna e de tribunas pelo País afora por conta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, das declarações feitas pelo companheiro, líder do MST, João Pedro Stédile, que, aliás, esteve aqui, dando o seu depoimento na CPML da Terra.

Essa questão é muito mais profunda, muito maior. É uma questão que começa com o descobrimento do Brasil – e não vou fazer aqui relato histórico, até porque não cabe isso neste momento. Devemos enfrentar a realidade mais rapidamente, mas, se pegarmos um livro de história e dermos uma estudada, uma lida, veremos qual foi o procedimento, como as coisas aconteceram neste País com relação à terra: a superconcentração nas mãos daqueles que aqui chegaram, que aqui aportaram e começaram a se apropriar de forma indevida de grandes extensões de terra. O processo se perpetua com as capitâneas hereditárias e os senhores de engenho e agora temos o que todos conhecem: poucos com quase todas as terras e muitos com pouquíssima terra ou sem terra alguma – gente com vocação para trabalhar a terra sim. Faço a ressalva porque se ouviu muito o seguinte discurso: não tem vocação, faz a reforma agrária, não tem vocação, vai para lá, vende a terra etc. Não, não é assim a história.

Em primeiro lugar, quero dizer que há muita gente com vocação sim, gente que trabalhou a terra a vida inteira – aliás, isso vem ocorrendo há centenas de anos, já se vão mais de 500 anos que este País deixou de ser apenas dos indígenas e a história com relação à terra vem se repetindo. As pessoas têm vocação, sim, para a terra, mas lá trabalhavam e trabalham ainda hoje, muitas vezes, sob regime semi-escravo e até escravo

mesmo. Não têm vocação? Têm sim. O que não há é terra para que eles possam trabalhar, produzir, sustentar suas famílias com dignidade, é isso que eles não têm. Vocação para trabalhar a terra eles têm sim; eles não têm é a terra, e aí eles ficam trabalhando como meeiros, como parceiros e de uma série de formas. Dão o sangue e o suor no dia-a-dia, mas sem conquistar os lucros que deveriam ser fruto do seu trabalho e do seu suor – esses lucros ficam, na maioria das vezes, quase sempre, com o dono da terra.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Serys Slhessarenko, cheguei um pouco atrasado para o seu discurso, ouvi parte dele: seu comentário sobre a reforma do Judiciário, outro sobre o problema das estradas e do financiamento do sistema rodoviário federal brasileiro e ouço agora suas ponderações sobre o MST, a reforma agrária e sobre pronunciamentos que têm conferido intensidade a essa questão recente. V. Ex^a afirma, com toda razão, que essa questão tem origem e fundamento histórico e esclarece com precisão algo com que todos concordamos: que há um problema de divisão da terra no Brasil. Mais que isso: há um problema de má distribuição da terra no Brasil. Aliás, a má distribuição é a marca do processo patrimonial e econômico brasileiro, não se dá apenas na questão da terra, mas se dá também na questão da renda e na questão da distribuição regional e inter-regional. Nunca tratamos da questão da distribuição do patrimônio nacional de forma correta. Porém, há um relativo consenso das pessoas que trabalham com espírito público de que uma grande parcela dos brasileiros precisa da terra para trabalhar. Mas também há um grande e crescente consenso de que o uso da terra implica uma logística, um processo para que a reforma agrária produza resultados socialmente defensáveis e auto-sustentados. Para 80% da minha região, o Nordeste, a terra vale muito pouco. Na região do semi-árido, a terra não chega a ser disputada porque é incapaz de sustentar economicamente famílias ou empreendimentos mais amplos. Oitenta por cento do meu Estado, por exemplo, é semi-árido, dos quais 50% não são passíveis de pressão social para terra porque, simplesmente, não têm sustentação social e econômica para ninguém. Outra área de transição, chamada agreste, tem uma estrutura fundiária extremamente dividida. O problema lá passa a ser não a posse ou a propriedade da terra, mas uma organização que sustente a agricultura familiar e que dê fundamento e economicidade à agricultura de subsistência. V. Ex^a falou dos senhores de engenho. Na antiga Zona da Mata, produtora de cana-de-açúcar, na prática, os senhores de engenho empobreceram. Sou de uma fa-

mília de senhores de engenho. Tenho primos, que hoje moram em Recife, capital de Pernambuco, que procuram pequenos empregos para sobreviver. A propriedade produtora da cana-de-açúcar, para a grande maioria de seus antigos produtores, senhores de engenho, é uma garantia de pobreza e não de sobrevivência. Nesse contexto – que não é fácil de ser resolvido e cujas implicações macroeconômicas e históricas são complexas –, há uma ebulição social, em grande parte, estimulada. Essa estimulação produziu, nesses dias, 40 invasões. Impossível a uma autoridade, seja ela qual for, estadual ou federal, estruturar um programa de reforma agrária capaz de governar 40 a 50 invasões no prazo de 30 dias e de dar solução a tantas invasões acumuladas em um prazo tão curto. No meu Estado, Pernambuco, há recursos naturais de menos para população de mais, o que não se dá em outras áreas do Brasil. No Nordeste, esta é a marca: recursos naturais de menos para populações excessivamente densas e insustentáveis por aqueles recursos naturais. Esse é o exame tranqüilo do problema, eu diria emocional e ponderável. Primeiro, a pressão dos trabalhadores estimulada pelas instituições que os dirigem para invasão de propriedade. Segundo, o uso extremamente mal feito das propriedades já distribuídas. Terceiro, o empobrecimento dos agricultores no plural, pequenos, médios e grandes. Quarto, a incapacidade prática de um governo estadual enfrentar o problema. E quinto, absoluta, total, geral e irrestrita – como a anistia – ausência do Governo Federal no assunto. Esse é o cenário para o qual temos de examinar soluções práticas e compatíveis. Quem tem responsabilidade pública, neste momento, tem que levantar a questão e exigir das autoridades, no plural, uma ação responsável, ativa e produtiva, o que não se dá há muito tempo e não está se dando, de maneira especial, agora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Sérgio Guerra, quando iniciamos nosso discurso sobre a terra, dissemos que não íamos fazer um histórico do descobrimento do Brasil para cá, mas começamos a citar a concentração da terra por poucos em detrimento da falta de terra para muitos. Com certeza, desejamos falar sobre os pontos abordados por V. Ex^a e discorrer também sobre a necessidade e a importância da reforma agrária. O problema é que nunca houve reforma agrária no Brasil, e hoje ela está sendo feita de forma extremamente lenta. Há muitos anos se discute a reforma agrária, muitos governos falaram sobre a questão, mas não conseguiram – muitos por falta de vontade política, outros por falta de condições – fazer com que ela ocorresse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos avançar nesse processo. Não podemos continuar ape-

nas dizendo que estão ocupando terra. Os sem-terra, generalizando, são as pessoas que têm vocação para trabalhar a terra, para produzir, para, com dignidade, tirar da terra sustento para si e para suas famílias. Confio nos sem-terra de modo geral e em especial no MST. Eles precisam da terra para trabalhar.

Chega de pensar em fazer reforma agrária, de fazer discurso sobre esse assunto, de propor uma série de medidas e projetos e anunciá-los. Precisamos ver a reforma agrária ser realizada concretamente. Precisamos de terra para quem quer nela trabalhar e produzir e de política agrícola. Como V. Ex^a disse, é óbvio que precisamos de política agrícola, de condições de financiamento ao alcance daqueles que têm uma pequena extensão de terra, de política de preços, de política de escoamento para o produto, organização dos pequenos produtores rurais. Da mesma forma que os trabalhadores se organizam para a conquista da terra, também têm que se organizar para obter crédito e produzir. Daí a importância do cooperativismo, principalmente para o pequeno produtor rural e para a agricultura familiar. Essa é uma questão que precisamos discutir.

Infelizmente, o meu tempo acabou e não falei sobre os dados que tenho aqui sobre o histórico da reforma agrária no nosso País e sobre as propostas de nosso Governo, inclusive de liberação de recursos. Há poucos instantes, recebi um comunicado do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre a liberação de recursos para o meu Estado.

São muitos os problemas que envolvem a reforma agrária: distribuição da terra, habitação, financiamento, crédito agrícola, política de preços, política de escoamento. Enfim, são muitas questões, cuja discussão continuaremos na próxima oportunidade em que ocuparmos a tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Hoje, Dia Mundial da Saúde, esta Presidência deseja se congratular com todas as Sr^{as} e Srs. Senadores médicos, enfermeiros, militantes da área da saúde, cumprimentar os telespectadores da TV Senado e anunciar a presença de outras turmas da Escola Classe nº 3, da Ceilândia, acompanhados de professores e coordenadores. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma alegria a presença das crianças nas nossas galerias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição pela Liderança do PMDB, para falar logo após a Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência anuncia que falará agora a Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável. O Senador Alvaro Dias, regularmente inscrito, falará após o Senador Ney Suassuna, também para uma comunicação inadiável. Se for desejo de V. Ex^a, Senador Romero Jucá, e em entendimento com a Senadora Heloísa Helena, poderá falar antes da Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Por mim, não há problema, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Falar após a Senadora Heloísa Helena é sempre uma inspiração.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Apesar da provocação do Senador Romero Jucá, se algum dos Senadores tiver problema, posso falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem, pois, a palavra a Sr^a Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como esta é uma semana muito especial na vida dos cristãos, e eu, Senador Ney Suassuna, além de trotskista, sou cristã, falarei um pouco sobre esta semana de reflexão.

Este ano tem sido muito importante para mim, aliás, desde o ano passado tenho vivido situações muito importantes. O Senador Ney Suassuna diz que é uma cruz. Mas sou uma pessoa de muita fé, além de ter muita fé em Deus, tenho muita fé nas mulheres, nos homens, na transformação da sociedade.

Srs. Senadores e todos que assistem pela TV Senado esta sessão, que, apesar de não-deliberativa, tem muitos Senadores, considero muito importante refletirmos um pouquinho, nesta Semana Santa, sobre o que foi a vida de Jesus, como Ele denunciou a hipocrisia, o moralismo farisaico. Vemos tantos “cristãos” que, às vezes, sentam nos primeiros lugares dos templos, das sinagogas, das igrejas e lá murmuram, quase de forma repetitiva, orações, pegam a Bíblia, fazendo de conta que são cristãos, e são tão hipócritas!

Do ano passado para cá, foi importante a experiência que eu vivi! Como foi importante identificar o quanto de hipocrisia havia no lugar que eu militava, em que dediquei os melhores anos de minha vida! Quanto havia de hipocrisia e moralismo farisaico! Quantas pessoas que apresentavam determinadas formulações como se fossem expressão da verdade e condenavam as propostas apresentadas pelos outros como se fos-

sem fraudulentas e, de repente, passaram a apresentá-las! Tanta coisa importante eu aprendi!

Espero que, nesta semana, que é de reflexão para o povo brasileiro, não tenhamos medo da fraqueza, não tenhamos medo de nossos próprios medos. Até Jesus Cristo, Senador Eduardo Siqueira Campos, com mais de trinta anos de heróica paciência, o Filho de Deus, quando se viu diante do perigo e da morte, suou sangue, angustiou-se e quis recuar, dizendo: “Senhor, afasta de mim este cálice!” Ele, o Filho de Deus, quando estava na cruz, duvidou do seu Pai: “Pai, por que me abandonastes?”

Este é sempre um momento de muita reflexão para cada um de nós. Que não tenhamos medo das próprias fraquezas, que possamos reconhecer os nossos medos e que, ao fazer isso, possamos renascer a cada dia em esperança e solidariedade. Que aprendamos com as mais belas lições de luta e de libertação, de defesa dos fracos, dos oprimidos, dos explorados. Nesta semana, celebramos a semana de Jesus, celebramos a Sua vida, celebramos a hipocrisia daqueles que, no Domingo de Ramos, lá estavam, quase em coro, aclamando Jesus. Jesus era o queridinho. Eles que, diante dos poderosos, dos sacerdotes, de César, imediatamente abandonaram Jesus e hipocritamente se renderam a esse poder.

Entendo até que Judas foi menos pecador do que Pilatos, porque Judas pelo menos se arrependeu, jogou fora as moedas que ele tinha recebido pela delação. Pilatos agiu de modo pior, porque, em vez de ficar ao lado de uma causa justa, simplesmente lavou as mãos para ficar ao lado do poder, ao lado de César.

Então, que, nesses momentos de reflexão, pessoas como eu, Senador Geraldo Mesquita Júnior – além de trotskista, sou cristã –, possamos, realmente, interpretar bem a história de luta e de libertação do povo de Deus.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Graças a Deus!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Graças a Deus! E que nós possamos interpretar bem a história do Evangelho, que não é uma história de subserviência, de hipocrisia e falso moralismo. É uma história de luta e de libertação em defesa dos explorados e dos oprimidos.

Então, que possamos, nesta passagem muito especial, identificar por que Jesus foi condenado. Já imaginaram que, quando Jesus entrou no templo – não é uma coisa qualquer –, cheio de sacerdotes, escribas e pessoas supostamente maravilhosas, Ele chamou de covil de ladrões e colocou todos os comerciantes para fora, no chicote. E acabou, evidentemente, morto e nós estamos aqui para celebrar a Sua história de vida.

Que nós, nesta semana que finaliza com a Páscoa, possamos celebrar a vida, a fé, a liberdade, a esperança e que possamos sempre fazer com que Ele seja a inspiração para que, durante a Semana Santa, revivamos a Sua história de luta, de libertação e de opção pelos oprimidos e pelos marginalizados e reviver o quanto Ele combateu a hipocrisia e o poder a serviço dos grandes e dos poderosos.

Essa, sem dúvida, é a história que temos que celebrar durante esta semana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder, por até cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje abordar um assunto, descumprindo uma regra normal na política de que, quando se é atacado, não se deve reverberar ou ampliar a discussão da questão específica.

No entanto, como tenho compromisso com o povo de Roraima, com esta Casa, com o meu mandato e com a minha consciência, venho prestar esclarecimentos sobre matéria veiculada esta semana na imprensa nacional escrita e também nos programas de televisão Jornal da Record e Jornal Nacional.

Anteontem, fui tomado por insatisfação e perplexidade ao ler matéria em **O Globo** intitulada: “Ministério Público Federal pede abertura de inquérito contra Senador Romero Jucá”. A matéria dizia que o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, atendendo à solicitação do Ministério Público Estadual de Roraima, e tendo em vista fiscalização do Tribunal de Contas da União no Município do Cantá, havia solicitado investigação e relacionava, portanto, meu nome para ser investigado nessa possível irregularidade praticada por um prefeito municipal.

A notícia da investigação começou, então, a ser deturpada. O **Jornal de Brasília** anuncia: “Romero Jucá denunciado por Fonteles”. E por aí vai, e a desinformação vai levando até à execução pública.

Coincidentemente, essa matéria saiu no mesmo dia em que o Governador de Roraima do PT, Flamarion Portela, é denunciado – e aí sim – no STJ, por uma série de irregularidades referentes ao processo dos gafanhotos, a desvio de recursos do DER, a desvio de recursos da eletrificação rural. Enfim, são questões que estão sendo discutidas na Justiça e sobre a qual nunca vim a este plenário atacar ou registrar, porque entendo que a Justiça

deve fazer sua investigação e os culpados devem ser punidos.

É uma coincidência muito grande que, no mesmo dia, saiam matérias sobre o Governador do Estado de Roraima e a citação de que eu seria investigado ou, em algumas fontes, que eu estava sendo denunciado.

Como eu nunca havia ouvido falar nesse tipo de investigação, muito menos de acusação, contra mim, procurei, no dia de ontem, levantar todos os dados.

O Procurador Cláudio Fonteles, a quem já solicitei uma audiência, que se dará na próxima semana, inicia o pedido para abertura do inquérito assim: “Cuida-se do inquérito, oriundo de Roraima, instaurado a pedido do Ministério Público daquele Estado, com a finalidade de apurar prática de desvios identificados pelo Tribunal de Contas da União. Essa é a justificativa do Dr. Fonteles.

Encaminhei, na data de ontem, ofício ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Edson Damas, do Ministério Público Estadual, perguntando se havia alguma coisa contra mim ou alguma investigação do Ministério Público Estadual no Município do Cantá. O Dr. Edson Damas encaminhou-me, na data de ontem ainda, resposta que diz:

Senhor Senador,

Apraz-me cumprimentá-lo e, em atenção ao Ofício nº 056/2004 – GSRJ, informo a Vossa Excelência que não existe nenhum processo contra sua pessoa tramitando neste Órgão Ministerial, especialmente, ligado à Prefeitura do Cantá – RR.

Ao ensejo, renovo protestos de consideração e apreço.

Então, sobrava a justificativa do Tribunal de Contas. Encaminhei correspondência ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, solicitando informações sobre auditorias feitas pelo Tribunal de Contas no Cantá e se, efetivamente, existe algum tipo de correlação, de citação ou de identificação de irregularidade cometida por mim em qualquer dessas auditorias.

Também, na data de ontem, o Ministro encaminhou-me resposta dizendo que foram realizadas várias auditorias no Município do Cantá, uma delas transformada em tomada de contas especial, e foi determinada a conversão em autos e a citação do Prefeito Paulo de Souza Peixoto, que deve responder pelos dispêndios da Prefeitura, solidariamente com as empresas J. Anchieta Júnior, Construtora Raiar e A.A. Construções e Serviços.

E diz no Item 2:

O nome de Vossa Excelência não consta entre as pessoas instadas a apresentarem defesa perante o Tribunal acerca de possíveis irregularidades no TC-004.972/2003 –1.

Portanto, do Tribunal de Contas também não partiu nenhum pedido, nenhum indício, nenhuma suspeição contra mim.

Junto com o ofício, S. Ex^a encaminhou o relatório do Tribunal de Contas abordando os questionamentos feitos ao Prefeito e não sou mencionado em nenhuma fase, em nenhum momento desse relatório.

Restava, então, buscar onde estava sendo levantada tal questão.

Estive com o Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, Relator dessa solicitação que, em tese, foi encaminhada ao Procurador-Geral da República. Para minha surpresa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que gerou o processo do Ministério Público Federal, do Dr. Cláudio Fonteles, pedindo a investigação contra mim, foi uma carta do Sr. Antonio Ailton da Silva, Secretário da Central dos Assentados de Roraima, durante o período eleitoral, em 2 de setembro de 2002, em que encaminha ao Ministério Público Federal de Roraima denúncia contra o Prefeito Paulo Peixoto. Ele diz, na denúncia, que teria gravado uma fita em que o Prefeito pede dinheiro para ele e mais uma quantia que iria passar para um Senador. No entanto, não diz qual era o Senador. Pode ser César Dias, João França, Romero Jucá ou Mozarildo Cavalcanti. Só não pode ser Augusto Botelho, porque S. Ex^a assumiu agora. Qualquer Senador poderia ter sido mencionado, até irregularmente, pelo Prefeito. Quero deixar claro que a ressalva que faço é a de que, de 2002 para trás, qualquer Senador que tinha mandato em Roraima poderia ter sido citado. O Senador Augusto Botelho foi eleito em 2002, assumiu em 2003, portanto está fora do leque de suspeições, vamos dizer assim.

É preciso verificar o texto dessa fita, que não fala, em nenhum momento, no nome de qualquer Senador.

O Prefeito Paulo Peixoto não é do meu Partido, não era meu aliado político, mas, mesmo assim, levei recursos para o Município do Cantá, assim como para todos os Municípios do Estado de Roraima. No entanto, ao levar esses recursos, eu publicava as obras, distribuía para a comunidade e fiscalizava a sua execução. Então, a rodoviária do Município do Cantá, o asfalto e uma série de benefícios foram realizados com recursos que levei, mas tudo foi fiscalizado pelos órgãos que liberaram esses recursos, como a Suframa, a Caixa Econômica e a Fundação Nacional de Saúde.

Esse delegado da Central dos Assentados de Roraima, que é candidato a Prefeito daquela cidade pelo Partido dos Trabalhadores, tem uma briga direta e pessoal com o Prefeito e fez a denúncia no período eleitoral. Ela foi encaminhada à Polícia Federal, que mandou abrir um inquérito para ouvir o Prefeito Carlinhos, provável Secretário Municipal de Saúde; Augusto, proprietário de um telefone celular, que é Secretário ou Vereador; Mauro, Secretário ou Vereador; Eugênio Teles, bolsista; Bosco, Secretário Municipal; André Luis da Silva Brum Bueno; Ângela, funcionária da Prefeitura; Zé Paulo, provável Secretário da Prefeitura, e Artur, provável Vereador.

A Polícia Federal não me ouviu, não me relacionou por qualquer suspeição nessa questão, e isso ocorreu logo após o período eleitoral, 27 de novembro de 2002.

Como surgiu então essa solicitação?

Estranhamente, o Procurador-Geral da República que estava passando um tempo em Roraima, o Sr. Carlos Fernando Mazzoco, encaminhou para o juiz federal a solicitação de inquérito e, aí sim, já antevendo a minha participação – não sei como ele chegou a essa posição –, pediu que fosse feita uma investigação, porque, segundo ele, o Prefeito Paulo Peixoto estaria ficando com 10%, e eu, com 25%, de R\$20 milhões que foram gastos no Município do Cantá.

Ora, se somarmos todos recursos que o Município do Cantá recebeu desde a sua fundação, eles não chegam a R\$20 milhões. Eu repassei para o Município do Cantá, por convênios pelos quais batalhei durante todo o meu mandato anterior, de oito anos, algo em torno de R\$6 milhões, dos quais prestei contas à comunidade. Está aqui a publicação que distribuí no Município, em que listo os convênios e, depois, coloco a fotografia das obras realizadas. Nenhuma das obras deixou de ser realizada.

O Sr. Carlos Fernando Mazzoco inferiu, anteviu e pediu, irresponsavelmente, a abertura desse inquérito, sem base nenhuma, inclusive solicitando segredo de Justiça.

Estive, ontem, com o Ministro Marco Aurélio e solicitei a S. Ex^a que dê prioridade a esse inquérito, com um prazo de 60 dias para a investigação. Mais: não quero segredo de Justiça. Pedi ao Ministro Marco Aurélio publicidade dessa informação, pois não tenho nada a esconder. Isso é uma irresponsabilidade. Tenho uma audiência marcada com o Procurador-Geral da República e vou registrar a minha indignação quanto a isso.

Devemos tomar providência porque o Ministério Público Federal tem todo o direito de investigar quem quer que seja, mas não tem o direito de ser leviano, irresponsável e, principalmente, de endossar denúncias

eleitoreiras que ocorrem em cada período de eleição. Entendo que isso deve ficar esclarecido.

Moverei uma ação contra o Ministério Público Federal e a União, e estou preparando uma emenda constitucional para que as ações contra o Ministério Público onerem o seu próprio orçamento e não o da União. Que seja o Ministério Público Federal responsável tanto pelas denúncias quanto pelas calúnias. Se as denúncias forem verdadeiras, que se punam os culpados; se houver calúnias feitas pelo Ministério Público, que ele pague com o seu orçamento e que não onere a sociedade cobrando da União, da forma como é hoje.

Faço este registro e peço a transcrição de todas essas matérias dizendo que por mais que tentem nivelar os políticos de Roraima por baixo, eu não estou inserido nesse rol. Existe, sim, uma quadrilha roubando o Estado e há sérias investigações sendo feitas pela Polícia Federal.

Mas essa é uma tentativa de me tornar igual àquelas pessoas que, há 13 anos, combato no meu Estado, porque sou oposição ao Governo do Estado de Roraima e, durante esse período, tenho denunciado essas irregularidades que agora estão sendo constatadas.

A política lá é a de tentar nivelar por baixo, tentar criar suspeição sobre todos para mostrar ao povo de Roraima que todo mundo é igual e, por isso, pode-se votar em gente que foi presa, em bandido e em quem assaltou os cofres públicos.

Quero registrar, por fim, a minha indignação e pedir a transcrição de toda a documentação que li desta tribuna.

Após minha audiência com o Procurador Cláudio Fonteles, voltarei a falar sobre a matéria. Não quero que o Procurador engavete a investigação. Quero que S. Ex^a a faça, e rapidamente. Não é possível ficarmos expostos por até quatro anos a esse tipo de leviandade, que só serve para os adversários assacarem contra a honra durante as campanhas políticas.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabênzo e elogio a atitude do Senador Romero Jucá, que, diante de uma denúncia absolutamente inconsistente e, mais do que isso, aparentemente irresponsável, toma a iniciativa de, no Congresso Nacional, explicar e dar as suas razões. A Senadora Serys Slhessarenko, há pouco, em excelente pronunciamento que fez, dizia que políticos, de maneira geral, são fiscalizados. A vida pública implica ampla exposição. Quem conhece o campo da política prática, nos Estados e nos Municípios, sabe o tamanho dessa exposição e

o quanto os políticos são vulneráveis a acusações públicas infundadas. O Senador Romero Jucá é um Senador dos melhores, com imensa capacidade de trabalho, e cuja competência, seguramente, deve incomodar muita gente. Não apenas por ser seu amigo há muitos anos – trata-se de um dos bons pernambucanos que conheço –, digo, como membro de um Partido de Oposição, que o Senador Romero Jucá cumpre, hoje, um dos bons momentos de seu mandato.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra o aparte.

Sr. Presidente, fiz questão de prestar contas, apesar de o povo de Roraima me conhecer. Fui reeleito em uma eleição em que concorreram 11 candidatos a Senador e em que eu obtive 61% de um total de 100%. Portanto, é uma votação expressiva, que mostra a confiança que o povo de Roraima tem em mim.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mesmo assim, apesar de não ser necessário no meu Estado, eu gostaria de esclarecer os fatos para todo o País e para a imprensa.

Sr. Presidente, os documentos estão disponíveis para todos, e, efetivamente, vou acompanhar a investigação, para que, o mais rapidamente, uma resposta possa ser dada. Não é possível ser caluniado dessa forma! A notícia é veiculada pelo Jornal Nacional e pela imprensa. No entanto, quando for provado que não há nada, certamente a notícia não sairá no Jornal Nacional. Portanto, é importante o esclarecimento.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, a título de cumprimento do Regimento Interno, esclarece, em primeiro lugar, ao Senador Romero Jucá, que, podendo S. Ex^a usar da palavra por 5 minutos para uma comunicação de interesse partidário, a Mesa já lhe permitiu mais doze minutos. E, para não ser deselegante com o Senador Ney Suassuna, a Presidência consente o aparte pleiteado, pedindo a S. Ex^a que seja breve.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Serei breve, Sr. Presidente. Apenas quero solidarizar-me com o Senador Romero Jucá e dizer que sei o que é isso. Não houve inquérito, nenhuma investigação contra mim, e fui caluniado. Disseram que houve corrupção em duas cidades quando fui Ministro. Mas nunca coloquei um centavo sequer nessas cidades. O objetivo da denúncia era pura e simplesmente po-

lítico. Sei o quanto sofremos, quanto sofrem nossa família e os nossos correligionários até que se prove e se mostre que não existe nada. Temos também o exemplo do Senador Fernando Bezerra. É preciso parar com isso. V. Ex^a precisa continuar com esse projeto, levando-o adiante, e eu serei mais um signatário dele.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Sr. Presidente, aproveito para encerrar as minhas palavras e solicitar novamente a transcrição de todo o material lido por mim da tribuna.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GRUPO I - CLASSE III - 1ª Câmara

TC-004.972/2003-1 (c/ 01 volume)

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidade: Município de Cantá/RR.

Responsável: Paulo de Souza Peixoto, Prefeito, CPF n. 061.221.702-49.

SUMÁRIO: Relatório da auditoria realizada em Prefeitura Municipal, na área de convênios, acordos e ajustes, em cumprimento ao Plano de Auditorias do primeiro semestre de 2003. Constatação de sobrepreço, pagamento de itens de obra não-executados e substituição de materiais por outros de menor custo. Outras irregularidades. Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial. Citação e audiência do responsável. Determinações.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cantá/RR, no período de 25/03 a 25/04/2003, em cumprimento ao Plano de Auditoria do primeiro semestre de 2003 (TC 009.976/2002-5).

2. A equipe da Secex/RR destaca, inicialmente, que a presente auditoria teve por objetivo fiscalizar a aplicação dos recursos federais repassados ao Município de Cantá/RR, nos exercícios de 2000 a 2002, por meio de convênios, acordos e ajustes. Em face do elevado número de termos celebrados, o exame concentrou-se naqueles com valores superiores a R\$ 400.000,00, abaixo listados:

N. do Convênio no SIAFI	N. Original	Objeto do Convênio
406775	026/2000	Execução do projeto “implantação da cultura do café”, com plantação em 60 hectares de café, no Município de Cantá/RR.
407544	260/2000	Construção do centro de turismo e artesanato, no Município de Cantá/RR.
418307	11/2001-MI	Pavimentação urbana.
419316	004/2001	Construção de 29,5 km de estradas vicinais, sendo: 5,0 km de estrada vicinal no PA/Caxias; 7,5 km de est. vicinal e construção de 50 m. de ponte de madeira de lei no PA/União e 17km de est. vicinal e 20 m. de ponte no PA/Taboca, localizados no Município do Cantá/RR.
431657	085/2001	Execução do projeto “implantação da cultura do abacaxi”, viabilizando implantação de viveiros e mudas, perfuração de poços e aquisição de equipamentos, na região da vila Serra Grande II, no Município de Cantá/RR.
433364	CV 664/01	Execução de melhorias sanitárias domiciliares (projeto alvorada).
448909	729/2001-MI	Urbanização do igarapé sucuriçu.
450262	2362/2001-MI	Construção de galerias de águas pluviais, urbanização e obras complementares.
472782	452/2002-MI	Construção de rede de eletrificação rural trifásica.
477995	604/2002-MI	Execução de rede de drenagem pluvial.
478339	451/2002-MI	Pavimentação e drenagem das vilas Serra Grande I e II.

78 *Romero Jucá*

3. A equipe informa, ainda, que dentro da amostra selecionada foram analisados “todos os documentos relativos à formalização dos convênios, processos licitatórios, execução dos convênios e contratos, tais como processos de pagamentos, medições, faturas, bem como vistoria **in loco** nas obras e/ou serviços conveniados”.

4. Adiante, registra que o Convênio n. 2.362/2001 (Siafi n. 450262), firmado com o Ministério da Integração Nacional, não foi examinado, tendo em vista a existência de processo específico nesta Corte versando sobre ele, bem como que não foram repassados os recursos correspondentes aos Convênios ns. 452/2002-MI, 604/2002-MI e 451/2002-MI. Assim, os valores fiscalizados totalizaram R\$ 5.863.114,55.

5. Foram detectadas pela equipe de auditoria, em síntese, as seguintes situações (fls. 22/32):

5.1 - em relação ao Convênio n. 11/2001-MI, celebrado com o Ministério da Integração Nacional, tendo por objeto a pavimentação de vias urbanas na sede do Município:

5.1.1 - ausência de informação, nos documentos de fls. 87/111 do vol. 1, acerca da localização em que seriam efetuadas as obras;

5.1.2 - inobservância, nas propostas apresentadas pelas licitantes, dos quantitativos de serviços de pavimentação e drenagem constantes do orçamento do projeto básico. Houve a correção parcial dessa falha, com a solicitação de nova proposta de preços pela Prefeitura à empresa vencedora, redundando em nova proposta, compatível com o orçamento do projeto básico, exceto no quantitativo relativo ao item dragagem;

5.1.3 - pagamento dos contratos com base nas faturas apresentadas pelas empresas, sem que a Prefeitura fizesse as devidas medições e atestasse as obras realizadas, fato esse também constatado nos Convênios ns. 004/2001, 085/2001, 664/2001 e 729/2001;

5.2 - quanto ao Convênio n. 085/2001, firmado com a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, objetivando a implantação da cultura do abacaxi no município:

5.2.1 - não-apresentação da prestação de contas no prazo ajustado;

5.2.2 - pagamento de 405.000 mudas de abacaxi ao preço unitário de R\$ 0,67. Ao inspecionar o local da plantação, a equipe confirmou a existência de menos de 160.000 mudas;

5.2.3 - pagamento de itens que não foram adquiridos e aplicados no projeto, em virtude da mudança do sistema de irrigação de “gotejamento” para “por aspersão”, tais como tubulações e conectores (fls. 36/42 do vol. 1);

5.3 - no tocante ao Convênio n. 260/2000, celebrado com o Ministério da Integração Nacional, visando à construção de um centro de turismo e artesanato naquela localidade:

5.3.1 - pagamento de itens contratuais que não foram executados;

5.3.2 - sobrepreço no item ladrilho hidráulico. Ao se comparar os preços desse item no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil (Sinapi), cotado a R\$ 9,80 o metro quadrado (m²), com o preço apresentado na oitava medição, de R\$ 46,47 o m², verificou-se a existência de sobrepreço da ordem de R\$ 29,81 por m², já acrescida a margem do BDI para o preço constante do Sinapi. Foram faturados, medidos e pagos 1.820,28 m²;

5.3.3 - prestação de serviços em desconformidade com os respectivos contratos, com a substituição de alguns materiais por outros de menor custo;

5.3.4 - não-apresentação da prestação de contas no prazo pactuado;

5.4 - no respeitante ao Convênio n. 729/2001, firmado com Ministério da Integração Nacional, tendo por finalidade promover a urbanização do igarapé sucuriju:

5.4.1 - pagamento de itens contratuais que não foram executados;

5.4.2 - prestação de serviços em desconformidade com os respectivos contratos, com a substituição de alguns materiais por outros de menor custo;

5.5 - no que tange ao Convênio n. 004/2001, celebrado com o Ministério da Integração Nacional, tendo por objeto a construção de 29,5 km de estradas vicinais, apurou-se que contrato com a licitante vencedora estabeleceu cláusula prevendo o pagamento de 10% do seu valor total a título de adiantamento para mobilização dos equipamentos (fls. 133/137 do vol. 1). Não obstante, a obra foi executada a contento, segundo inspeção *in loco* da unidade técnica;

5.6 - com relação ao Convênio n. 604/2002, firmado com o Ministério da Integração Nacional, houve a emissão de ordem de serviço e o conseqüente início das obras, com a emissão da respectiva fatura (fls. 150 e 145/148 do vol. 1, respectivamente), sendo que o Convênio em tela só foi assinado em 24/12/2002 e até a data da fiscalização não haviam sido repassados quaisquer valores à municipalidade, nem mesmo depositada a contrapartida municipal na conta corrente específica (fls. 143/144 do vol. 1).

6. Além dessas ocorrências, a equipe menciona a existência de algumas falhas que foram verificadas em vários dos convênios fiscalizados, a saber:

6.1 - via de regra, os recursos da contrapartida da Prefeitura só foram depositados na fase final do convênio, não obedecendo ao cronograma pactuado com o órgão concedente;

6.2 - os valores obtidos por meio de convênios, em geral, não estão incluídos no orçamento anual da Prefeitura, sendo eles classificados como extra-orçamentários;

6.3 - a Prefeitura não vem promovendo a publicação de suas licitações no Diário Oficial do Estado, limitando-se a fazê-lo no Diário Oficial da União e em Jornal Local;

6.4 - as cauções apresentadas pelas empresas contratadas constituíram, em muitos casos, cheques que ficavam guardados no cofre da Prefeitura.

7. Em face dessas ocorrências, a unidade técnica conclui pela existência dos seguintes tipos de impropriedades: falhas na formalização, condução e execução dos convênios; medição e pagamento de itens não-executados; e prática de sobrepreço.

8. Ao final, a Secex/RR propõe, em pareceres uniformes (fls. 33/35 e 45), a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com vistas a: efetivar a citação dos responsáveis pelas irregularidades descritas nos itens 5.2.2, 5.2.3, 5.3.1, 5.3.2 e 5.4.1 acima; promover a audiência do Prefeito sobre os fatos relatados nos itens 5.1.3, 5.3.3 e 5.4.2 *supra*.

9. Outrossim, sugere que sejam expedidas determinações à Prefeitura Municipal de Cantá/RR, bem como comunicado aos órgãos concedentes de que foi instaurada TCE referente aos Convênios ns. 260/2000 (Siafi n. 407544 - Ministério dos Esportes e Turismo), 729/2001-MI (Siafi n. 448909 - Ministério da Integração) e 085/2001 (Siafi n. 431657 - Suframa).

É o Relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

Mediante os trabalhos de auditoria executados pela equipe da Secex/RR, em cumprimento ao Plano de Auditoria referente ao primeiro semestre de 2003, realizou-se importante ação no sentido de fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Município de Cantá/RR, consubstanciada no Relatório de fls. 20/35, contemplando a área de convênios, acordos e ajustes firmados com órgãos federais nos exercícios de 2000 a 2002, com valores superiores a R\$ 400.000,00, totalizando cerca de R\$ 5.863.114,55 fiscalizados.

2. De início, creio que as ocorrências apuradas pela auditoria, consubstanciadas nos itens 5.2.2, 5.2.3, 5.3.1, 5.3.2 e 5.4.1 do Relatório precedente, fornecem robustos indícios de dano ao erário, sendo necessária, portanto, a conversão dos presentes autos em TCE, com amparo no art. 47 da Lei n. 8.443/1992, para que se proceda a citação dos responsáveis a fim de que apresentem defesa ou recolham os valores impugnados, nos moldes propostos pela Secretaria de Controle Externo em Roraima.

3. No tocante à proposta de audiência do Gestor Municipal pela utilização de materiais de menor preço do que os originalmente previstos, com conseqüente dano ao Erário, consoante ressaltou a unidade técnica, noto que os itens em que foram constatadas as diferenças de qualidade e preço estão devidamente discriminados nos autos, conforme tabela à fl. 29, sendo conveniente, portanto, que a Secex/RR apure e quantifique o débito decorrente, ainda que por estimativa, nos termos do art. 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, identificando os responsáveis pelo fato e promovendo-se, então, a respectiva citação.

4. Quanto aos pagamentos feitos apenas com base nas faturas apresentadas pelas empresas, sem a devida medição pela Prefeitura, observados nos Convênios ns. 11/2001, 004/2001, 085/2001, 664/2001 e 729/2001, alinhando-me às conclusões da unidade técnica, no sentido de se promover a audiência do Prefeito, ante a inexistência de indícios de dano ao erário, salvo no que tange ao Convênio n. 729/2001, pois, em relação a este, a equipe constatou pagamento de itens contratuais não executados, constituindo, portanto, débito, a ser objeto de citação dos responsáveis.

5. Ainda, cumpre ressaltar que foram detectadas as seguintes falhas de natureza formal: falta de discriminação no projeto básico do local das respectivas obras; aplicação da contrapartida municipal em desacordo com o cronograma pactuado; não-inclusão dos recursos de convênios no orçamento do Município; não-publicação das licitações no Diário Oficial do Estado, muito embora fossem publicadas no Diário Oficial da União e em jornal local; apresentação de caução mediante cheques, que ficavam guardados no cofre da Prefeitura; aceitação de propostas em desconformidade com os quantitativos previstos no edital de licitação, com a sua posterior correção; previsão de pagamento adiantado em contrato; início de obras sem recursos financeiros suficientes para o pagamento das obrigações resultantes do contrato; não-apresentação da prestação de contas no prazo pactuado. Tais ocorrências não ocasionaram, segundo os relatos da equipe de auditoria, danos ao erário, razão pela qual considero apropriadas as determinações propostas pela unidade técnica.

6. Finalmente, estando os autos em meu Gabinete, ingressou o Ofício n. 150/03-MPF/PR-RR, subscrito pelo eminente Procurador da República, Carlos Fernando Mazzoco, solicitando cópia integral do presente Relatório de Auditoria, pedido esse em condições de ser deferido.

Com essas considerações, acolhendo, em essência, os pareceres da unidade técnica, manifesto-me por que seja adotada a decisão que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 24 de junho de 2003.

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

ACÓRDÃO Nº 1.347/2003 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC 004.972/2003-1 (c/ 01 volume).
2. Grupo: I, Classe de Assunto: III - Relatório da auditoria.
3. Responsável: Paulo de Souza Peixoto, Prefeito, CPF n. 061.221.702-49.
4. Entidade: Município de Cantá/RR.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/RR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cantá/RR, no período de 25/03 a 25/04/2003, em cumprimento ao Plano de Auditoria do primeiro semestre de 2003 (TC-009.976/2002-5), tendo por objetivo fiscalizar a aplicação dos recursos federais repassados ao Município de Cantá/RR, nos exercícios de 2000 a 2002, por meio de convênios, acordos e ajustes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 - com fundamento no art. 47 da Lei n. 8.443/1992, converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial;

9.2 - com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, promover a citação do Sr. Paulo de Souza Peixoto, Prefeito Municipal, solidariamente com as empresas abaixo identificadas, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU) o recolhimento ao Tesouro Nacional, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, das quantias abaixo consignadas, devidamente atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir das datas discriminadas, nos termos da legislação em vigor, ou apresentem as respectivas alegações de defesa:

9.2.1 - com a empresa J. Anchieta Júnior - CNPJ 34.808.436/2001-23, acerca das seguintes ocorrências:

9.2.1.1 - pagamento de itens contratuais sem que estes tenham sido executados, referente ao Convênio n. 260/2000 (Siafi 407544) - Construção do Centro de Turismo e Artesanato, conforme relação abaixo:

Item não executado	Valor pago (R\$)	Data (última fatura)
Papeleira de louça - administração	22,93	05/12/2001
Saboneteira de louça - administração	10,88	05/12/2001
Toalheiro tipo industrial - administração	13,24	05/12/2001
Mictório aço inox - administração	2.422,81	05/12/2001
Registro para mictório - administração	49,70	05/12/2001
Papeleira de louça - sanitários	344,35	05/12/2001
Saboneteira de louça - sanitários	137,57	05/12/2001
Espelho de cristal - sanitários	298,20	05/12/2001
Bancada de granito p/ 03 cubas de louça	1.903,44	05/12/2001
08 pontos hidráulicos - lanchonetes	233,04	05/12/2001
Refletor 250w a vapor de mercúrio c/ ptº elétrico - quadra de esportes	5.562,00	05/12/2001
Tubo galvanizado 4" com 6 metros de altura - quadra de esportes	1.279,26	05/12/2001

9.2.1.2 - prática de sobrepreço no item "ladrilho hidráulico" da planilha de preços do Convênio n. 260/2000 (Siafi 407544) - Construção do Centro de Turismo e Artesanato, totalizando a quantia de R\$ 54.262,54 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), a ser atualizada a partir de 05/12/2001, tendo em vista que foram faturados, medidos e pagos 1.820,28 m² relativos a esse serviço, ao preço de R\$ 46,47 o m², enquanto o mesmo serviço encontra-se cotado a R\$ 9,80 o m² no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil (Sinapi), havendo sobrepreço da ordem de R\$ 29,81 por m², conforme cálculos da Secex/RR às fls. 31/32, encaminhando-se aos responsáveis, a título de subsídio, cópia do Relatório de Auditoria na parte referente a essa ocorrência;

9.2.2 - com a empresa Construtora Raiar - CNPJ 34.798.637/0001-97, acerca do pagamento de itens contratuais sem que estes tenham sido executados, conforme relação abaixo, referente ao convênio 729/2001-MI (Siafi 448909) - Urbanização do Igarapé Sucurijú:

Item não executado	Valor pago (R\$)	Data (última fatura)
26 bancos em concreto	12.832,63	25/09/2002
3 Conjunto de luminárias com 4 pétalas com lâmpadas, montagem de núcleos, postes, cabos e eletrodutos.	8.539,51	25/09/2002
Bancada em granito dos sanitários	1.041,40	25/09/2002
Espelho dos sanitários	201,05	25/09/2002
Papeleiras de louça dos sanitários	88,80	25/09/2002
Saboneteiras de louça dos sanitários	81,25	25/09/2002
Porta toalha tipo industrial dos sanitários	362,50	25/09/2002

9.2.3 - com a empresa A.A. Construções e Serviços - CNPJ 02.532.806/0001-56, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU) o recolhimento à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, das quantias abaixo consignadas, devidamente atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir das datas discriminadas, nos termos da legislação em vigor, ou apresentem as respectivas alegações de defesas sobre:

9.2.3.1 - o pagamento de 405.000 mudas de abacaxi, sendo que em verificação **in loco** foi constatada a existência de menos de 160.000 mudas - Convênio n. 085/2001 (Siafi 431657), totalizando R\$ 164.150,00 (cento e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta reais), atualizados a partir de 16/07/2002;

9.2.3.2 - não-aquisição de itens constantes na planilha da empresa, em decorrência da mudança na forma como foi feita a irrigação no projeto de implantação da cultura do abacaxi, passando de gotejamento para aspersão, não obstante tenha se efetuado o pagamento destes mesmos itens - Convênio n. 085/2001 (Siafi 431657), no valor total de R\$ 164.150,00 (cento e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta reais), atualizado a partir de 11/11/2002;

9.3 - determinar à Secex/RR que apure e quantifique o débito decorrente da troca de materiais/serviços ocorrida nas obras relativas aos Convênios ns. 260/2000 e 729/2001, ainda que por estimativa, nos termos do art. 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, identificando os responsáveis pelo fato e promovendo-se, então, a respectiva citação;

9.4 - determinar, com base no art. 12, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso III, do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Paulo de Souza Peixoto, Prefeito do Município de Cantá/RR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, apresentar razões de justificativa acerca do pagamento dos contratos feitos com base nas faturas, sem a realização de medições por parte da Prefeitura e conseqüente atesto pelo responsável da administração municipal, fato este observado nos Convênios 11/2001, 004/2001, 085/2001 e 664/2001;

9.5 - determinar à Prefeitura Municipal do Cantá/RR que, quando da utilização de recursos federais:

9.5.1 - faça constar no projeto básico a localização das obras a serem efetuadas, bem como todos os demais elementos exigidos pelo inciso IX do art. 6º da Lei n. 8.666/1993;

9.5.2 - observe fielmente o Plano de Trabalho quando da aplicação dos recursos da contrapartida municipal, depositando-a na conta corrente específica do convênio nos períodos definidos no cronograma de desembolso aprovado pelo órgão repassador;

9.5.3 - inclua os recursos obtidos mediante convênios no orçamento anual do Município, em conformidade com o disposto no art. 2º, § 4º, da IN/STN 01/1997;

9.5.4 - observe rigorosamente o disposto no art. 21 da Lei n. 8.666/1993, promovendo a publicação dos seus editais de licitação também no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União;

9.5.5 - nos casos em que for exigida a prestação de garantia contratual, abstenha-se de utilizar modalidade de garantia não prevista em lei, atentando, para tanto, aos ditames do art. 56, § 1º da Lei n. 8.666/1993;

9.5.6 - atente para o disposto nos arts. 43, inciso IV e 48, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, promovendo a desclassificação das propostas que não guardem correspondência com os requisitos previstos no edital de licitação;

9.5.7 - observe o que estabelecem os arts. 63, § 2º, inciso III e 65 c/c o art. 68, todos da Lei n. 4.320/1964, deixando de incluir nos contratos cláusulas que prevejam pagamento por meio de adiantamentos;

9.5.8 - abstenha-se de emitir ordens de serviço quando não houver recursos financeiros disponíveis para execução dos contratos, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

9.5.9 - respeite os prazos para a apresentação de prestação de contas dos recursos repassados mediante convênio, nos termos do § 5º do art. 28 da IN/STN 01/1997, promovendo, desde logo, a regularização da situação dos Convênios ns. 085/2001 e 260/2001, em que constatou-se a não-apresentação da prestação de contas.

9.6 - dar ciência desta deliberação ao Ministério dos Esportes e Turismo, ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, informando-lhes que foi instaurada Tomada de Contas Especial referente aos Convênios ns. 260/2000 (Siafi n. 407544 - Ministério dos Esportes e Turismo), 729/2001-MI (Siafi n. 448909 - Ministério da Integração) e 085/2001 (Siafi n. 431657 - Suframa);

9.7 - encaminhar cópia dos presentes autos ao Procurador da República no Estado de Roraima, Carlos Fernando Mazzoco.

10. Ata nº 21/2003 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 24/6/2003 - Ordinária

12. Especificação do **quorum**:

12.1 Ministros presentes: Humberto Guimarães Souto (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues e o Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

12.2 Auditor presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente
PAULO SOARES BUGARIN
Subprocurador-Geral

Aviso nº 582-GP/TCU

Brasília, 06 de abril de 2004.

Senhor Senador,

Em atenção ao Of. Nº 057/2004-GSRJ, informo a Vossa Excelência, relativamente aos itens questionados no referido expediente, o seguinte:

1. Foi realizada, em cumprimento ao plano semestral de auditoria deste Tribunal, fiscalização na Prefeitura Municipal de Cantá-RR, no período de 25 de março a 25 de abril de 2003, tendo por objetivo verificar a aplicação dos recursos federais repassados àquele Município nos exercícios de 2000 a 2002, por meio de convênios, acordos e ajustes. O processo foi autuado sob o nº TC-004.972/2003-1, tendo por relator o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. Nesse processo foi proferido o Acórdão nº 1.347/2003-TCU-1ª Câmara (cópia anexa, acompanhada do respectivo Relatório e Proposta de Decisão), por meio do qual foi determinada a conversão dos autos em tomada de contas especial e a citação do Prefeito Municipal, Senhor Paulo de Souza Peixoto, solidariamente com as empresas J. Anchieta Júnior, Construtora Raiar e AA Construções e Serviços.

2. O nome de Vossa Excelência não consta entre as pessoas instadas a apresentarem defesa perante o Tribunal acerca das possíveis irregularidades apuradas no TC-004.972/2003-1.

3. Com relação aos fatos objeto da fiscalização efetuada no Município de Cantá-RR, no mencionado processo, o contato entre o TCU e o Ministério Público Federal limitou-se ao encaminhamento de cópia dos autos à Procuradoria da República naquele Estado, em atendimento a solicitação nesse sentido (cf. item 9.7 do aludido Acórdão).

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador ROMERO JUCÁ FILHO
Senado Federal
Brasília – DF

Esclareço, por fim, que o processo de tomada de contas especial resultante da conversão da auditoria acima comentada, em curso sob o mesmo nº TC-004.972/2003-1, ainda não foi objeto de deliberação final por parte desta Corte de Contas.

Atenciosamente,



VALMIR CAMPELO
Presidente

Of. Nº 057/2004 – GSRJ

Brasília, 06 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Fui surpreendido, no dia de ontem, com a ação do Ministério Público Federal de solicitar ao Supremo Tribunal Federal, licença para instaurar investigação visando denúncias de irregularidades na Prefeitura Municipal de Cantá, no Estado de Roraima.

Em alguns releases de matérias sobre o assunto e, também, no dia de ontem na TV Redord, foi noticiado que esta investigação teria por base auditoria do Tribunal de Contas da União. Como nunca tinha ouvido falar ou me pronunciado sobre o referido assunto e não tendo sido também, obviamente, prefeito daquele município, solicito, encarecidamente, as seguintes respostas e providências desta Egrégia Corte de Contas:

1 – Informar se foi realizada a referida auditoria. Se verdadeiro o fato, enviar cópia do relatório que solicitou as investigações;

2 – Se existe algum fato que liga meu nome a possibilidade da ocorrência de irregularidades naquele município;

2 – Se o Tribunal de Contas da União, encaminhou pedido ao Ministério Público para ser empreendida investigação sobre minha pessoa. Se positivo, gostaria de solicitar cópia do referido expediente.

Por fim, quero reafirmar que estarei sempre à disposição para prestar quaisquer informações a respeito deste ou de outro processo, e renovar meus protestos de estima e consideração.



Senador ROMERO JUCÁ

Exmº Sr.

Ministro VALMIR CAMPELO

DD. Presidente do Tribunal de Contas da União

Brasília - DF

OFÍCIO Nº 082/04 - GAB / PGJ

Boa Vista, 06 de abril de 2004

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Romero Jucá

Senhor Senador,

Apraz-me cumprimentá-lo e, em atenção ao Of. Nº 056/2004 - GSRJ, informo a Vossa Excelência que não existe nenhum processo contra sua pessoa, tramitando neste Órgão Ministerial, especialmente, ligado à Prefeitura do Cantá - RR.

Ao ensejo, renovo protestos de consideração e apreço.


EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

A Sua Excelência o Senhor
ROMERO JUCÁ
Senador de Roraima
Boa Vista - RR

Of. Nº 056/2004 – GSRJ
2004

Brasília, 05 de abril de

Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar seus bons ofícios no sentido de que me seja informado, com a maior brevidade possível, para o fax (61) 311-2153, do meu Gabinete, se existe algum processo contra a minha pessoa tramitando nesse Ministério Público, especialmente, ligado à Prefeitura de Cantá, Roraima.

Certo da atenção que Vossa Excelênciaa vier a dispensar ao assunto, aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de consideração e apreço.

Senador ROMERO JUCÁ

Exmº Sr.

Dr. EDSON DAMAS DA SILVEIRA

DD. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima

CARTA/DENUNCIA Nº 01/2002.

Boa Vista/RR, 02 de Setembro de 2002.

PARA: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA
A/C: DILMA LINDALVA PEREIRA COSTA
SUPERINTENDENTE REGIONAL

Prezada Senhora.

Vimos por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria uma fita cassete comum, com uma gravação envolvendo o senhor Prefeito Municipal do Cantá-RR, Paulo de Sousa Peixoto, no qual afirma a um empreiteiro e ao Secretário de Finanças do Município – Bosco, que recebe comissão de 10% (dez por cento) de toda obra realizada no município do Cantá/RR e afirma ainda que um Senador de Roraima também recebe comissão das obras realizadas. É uma situação muito preocupante que envolve autoridades constituídas e um volume de recursos público significativo deste órgão. Os recursos via convênio, seus valores e discriminação são possíveis de ser localizados no site da Secretaria Federal de Controle Interno.

Na gravação participam: O Prefeito Paulo Peixoto, no qual cobra comissão (10%) do empreiteiro – R\$ 25.200,00. Obra – Sistema de abastecimento de água, construção de 05 caixas d'água com poços artesianos, recursos proveniente do Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde, convênio nº CV 508/99 – Valor R\$ 257.420,41. O Empreiteiro (de nome não identificado, ainda) reclama do pagamento da comissão exagerada ao Prefeito e ao Senador e faz uma ligação para o articulador, Augusto. O Secretário de Finanças do Município, Bosco, no qual agiliza toda a documentação, processo para efetuar o pagamento. Também é citado na gravação um sujeito de nome Augusto (Ex-funcionário da F.N.S.) telefone 095.9971-4733, este indivíduo é quem organiza toda a documentação, procedimentos das obras da Prefeitura junto com o Bosco. Citam também um Vereador do Cantá de nome Mauro Rocha (também empreiteiro) de quem o Prefeito fala que recebeu uma comissão de 10% pela construção de uma Escola no município. Participam também o Secretário de Obras do Município, Carlinhos (primo do Prefeito) das conversas. E um senhor não identificado que cuida da parte burocrática, documentos da Prefeitura. Na gravação os nomes dos envolvidos são citados claramente, exceto do empreiteiro e do Senador. No final da gravação os valores do pagamento da fatura ao empreiteiro são claramente citados.

Importante: Sabemos que o Prefeito Municipal do Cantá tem relações políticas claras com uma Senadora (Marluce Pinto) e um Senador (Romero Jucá), ambos têm articulados projetos e recursos financeiros dos Ministérios para o Cantá/RR.

Fundamental: Pelo teor da conversa gravada, todas as obras realizadas no município do Cantá, o senhor Prefeito e Senador recebem comissões dos empreiteiros, isto é, o Prefeito que afirma na conversa.

Gostariamos que a INCRA-RR tomassem as devidas providências, mas, não revele o nome da CAR e muito menos o meu nome, porque correríamos sérios problemas de vida, porque estamos tratando de pessoas que roubam, se apropriam de recursos públicos a muito tempo no Estado de Roraima. É um esquema grandioso, articulado desde do Governo Federal até ao simples empreiteiro no município.

Atenciosamente.


ANTONIO AILTON DA SILVA
SECRETÁRIO-CAR

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Romero Jucá, a solicitação que V. Ex^a faz à Mesa será atendida, na forma do disposto no Regimento Interno.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB, mas antes quero saber se existem outros na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em primeiro lugar.

A Presidência vai dar a palavra agora ao Senador Alvaro Dias. No processo de intercalar oradores, o Senador Ney Suassuna falará para uma comunicação inadiável e, em seguida, V. Ex^a falará como Líder inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a autoridade do Presidente da República está profundamente abalada em razão dos últimos acontecimentos. Isso se reflete na opinião pública, que já anuncia sua desesperança com o atual Governo. Mais uma pesquisa, divulgada ontem pelo Ibope, revela nova queda no prestígio do Presidente Lula. A imprensa internacional dá destaque a essa queda.

Cinqüenta e dois por cento da população brasileira entende que o País está no rumo errado. Até há pouco tempo, a maioria da população entendia que o País caminhava no rumo do acerto.

Sem dúvida, um conjunto de fatores influencia a opinião pública brasileira nesse início de descrença que começa a se generalizar. Um deles, que destaco hoje, diz respeito à conflagração no campo. As últimas invasões, os pronunciamentos de líderes do MST e a ausência de providências do Governo vão promovendo o recrudescimento das tensões na área rural, com invasões, violência e desrespeito à lei por parte da autoridade constituída e dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

A situação agravou-se, Sr. Presidente, porque há uma peculiaridade que tem que ser destacada. O MST constitui-se em braço político do PT. O PT instrumentalizou o MST para a ação de natureza político-eleitoral. Nas últimas eleições, o MST apoiou abertamente a candidatura do Presidente Lula, que afirmou, taxativamente, que era o único candidato capaz de promover a reforma agrária no País sem violência. Diante da ex-

pectativa semeada a frustração se tornou maior. Não há frustração maior do que aquela provocada pelo exagero da promessa. A promessa foi efusiva. A promessa foi generosa. A promessa foi decantada em todos os palanques eleitorais durante a última campanha.

Portanto, Lula chegou à Presidência da República como o “Presidente Esperança”. O trabalhador sem-terra imaginava que havia chegado o seu momento de glória, de realização, de conquista, de superação de todas as dificuldades, de realização do sonho acalentado durante tanto tempo. E o sonho, Senador Sérgio Guerra, vai se tornando o pesadelo que vivem os trabalhadores sem-terra e os proprietários rurais do seu Estado, Pernambuco, onde as invasões ocorrem em grande quantidade nos últimos dias.

A preocupação é maior, sobretudo, quando há alvos preferenciais. Por exemplo, agora, na Bahia, o Movimento invadiu aquele que é o maior empreendimento, o maior investimento da atualidade no Brasil: a fazenda da Veracel Celulose, onde se realiza um investimento da ordem de US\$1,25 bilhão na construção de uma fábrica. Esse é o maior empreendimento privado lançado durante o Governo Lula. Essa invasão repercute internacionalmente. O **Financial Times**, por exemplo, destaca que não é possível um investidor estrangeiro optar pelo Brasil diante dessa instabilidade, dessa insegurança e da desordem que se institucionaliza a cada passo, diante da ausência da autoridade governamental.

O Presidente Lula precisa agir com rigor e rapidez, sob pena de continuar semeando dúvida e preocupação para investidores estrangeiros, que, certamente, desistirão de investir em nosso País, se essa for a intenção preliminar. A opção por outra nação, com certeza, oferecerá maior segurança se não restabelecermos em nosso País um clima de ordem e operosidade, para que se acredite no futuro desta Nação, para que esta Nação seja tida como próspera, onde a ordem e a lei devem prevalecer.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, há um inconformismo latente, há uma revolta que explode em função da paralisia do Governo. O bolsão de pobreza cresce de forma assustadora com o aprofundamento da crise social decorrente do encolhimento da economia de nosso País, asfixiada pela perversidade da política financeira internacional, sobretudo, e pela incompetência governamental.

Se há o agravamento da crise social no campo, obviamente o desafio se torna superior. Há um enorme desafio porque a pressão social cresce de forma a assustar-nos. Nas últimas semanas especialmente, esse cenário se tornou visível. O Governo vai-se tornando desacreditado. A palavra do Presidente não vale mais.

Discurso não resolve. Ação vigorosa e ágil pode restabelecer credibilidade. Sem isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, credibilidade não haverá, e, sem credibilidade, a desordem prevalecerá, com violência, com vítimas e com o comprometimento do processo produtivo da agricultura ora em evolução destacada.

A agricultura brasileira, pela competência e, sobretudo, pela ousadia do produtor rural, agrega valores tecnológicos, produz mais, compete de forma eficiente com grandes nações em matéria de produtividade. Esse processo não pode ser comprometido pela institucionalização da desordem no campo.

As ordens judiciais não valem, não são respeitadas pelos Governos estaduais. De quando em vez, anuncia-se que foi decretada intervenção em determinado Estado. Mas o que há é apenas a notícia, porque a intervenção não ocorre. Assim, não há lei, não há ordem, e, quando não há lei e não há ordem, sobrepoem-se a desordem e a violência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Lamentavelmente, é isso que vem ocorrendo nos campos de nosso País. Esse setor foi responsável por 42% das nossas exportações no último ano.

O Governo Lula foi abençoado pela agricultura brasileira, pois, se não fosse o desempenho notável do agronegócio, estaria amargando indicadores sociais e econômicos ainda mais dramáticos, apesar de que ganham dramaticidade a cada passo os indicadores vigentes.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não fosse, repito, o desempenho da agricultura brasileira, o desastre seria ainda maior.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com prazer. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, V. Ex^a fala hoje não apenas como um Senador do Estado do Paraná, onde a agricultura é muito importante, mas numa condição de grande responsabilidade pela atribuição que o Senado Federal lhe conferiu, até por ser o proponente, de ser o Presidente da CPI da Terra. V. Ex^a tem a missão de justamente promover um diagnóstico sobre a situação fundiária brasileira e propor soluções, inclusive com o espírito de propiciar um entendimento entre todas as partes envolvidas, sejam os proprietários de terra, seja o próprio Estado brasileiro, a União, os Estados e os Municípios e também aqueles trabalhadores que desejam ter a oportunidade de cultivar e lavrar a terra. Quero, inclusive, agradecer a V. Ex^a, porque, na última quinta-feira, contamos com a presença de João

Pedro Stédile, um dos principais coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi-lhe concedido o direito de ali expor um ponto de vista que gostaria de reiterar em aparte a V. Ex^a. Expressei que o MST terá condições de granjear muito maior simpatia e apoio à causa da reforma agrária, que é muito justa, na medida em que caracterizar suas ações pela não-violência, pela forma pacífica de realizar os protestos e as ocupações. Como V. Ex^a pôde testemunhar, aquela observação produziu uma reação de João Pedro Stédile, no sentido de ele reiterar que a característica do MST é a de realizar movimentos pacíficos. Então, quando surgem situações como a da fazenda da Veracel, no que diz respeito ao aspecto de estarem destruindo ali a plantação de eucaliptos, creio que isso precisa ser pensado e refletido com o MST. É possível que o Movimento esteja realizando ações que vão além do compromisso aqui reiterado, qual seja o de que o MST não se caracteriza pela violência. Quero lembrar alguns dos aspectos do pronunciamento dele, sobretudo a parte histórica e a comparação com outros países que realizaram a reforma agrária. Faz-se uma comparação do que ocorreu no Brasil em inúmeras ocasiões – quando, por exemplo, da Abolição da Escravatura – com o que ocorreu nos Estados Unidos quando o Presidente Abraham Lincoln promoveu uma lei em que todas as pessoas passariam a ter o direito de possuir até 100 hectares de terras. No Brasil, nada se fez comparativamente. Houve outras ocasiões em que se perdeu a oportunidade de realizar a reforma agrária. Penso que todos concordamos com a necessidade de acelerar o processo de reforma agrária e creio ser essa a intenção do Presidente Lula, de V. Ex^a e do Congresso Nacional. Gostaria de sugerir que, à luz do que está ocorrendo no Brasil, dinamizássemos ainda mais o trabalho da CPMI que V. Ex^a preside. Talvez fosse interessante, Senador Alvaro Dias, realizarmos algumas missões, deslocando-nos para algumas das áreas onde há a iminência de conflitos, a fim de servirmos como mediadores, ou para aquelas áreas onde têm havido experiências positivas de assentamentos, para vermos como estes acontecem. Fica a sugestão a V. Ex^a, como apoio a essa missão tão importante que temos no Congresso Nacional.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. O aparte de V. Ex^a é da maior importância.

Já programamos as audiências em cada Estado conflagrado. As visitas serão realizadas, porque o objetivo da CPMI é também o de procurar contribuir para que se estabeleça o entendimento entre os vários setores envolvidos: os proprietários rurais, os traba-

lhadores sem terra e os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Na verdade, o Governo anunciou, há poucos dias, um incremento orçamentário, que não é suficiente para atender as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Os recursos previstos não são suficientes; mesmo que fossem suficientes, Sr. Presidente, há necessidade de competência gerencial, o que tem faltado ao atual Governo.

O Governo precisa instrumentalizar o Incra de forma qualificada, para que execute o programa de reforma agrária com agilidade e eficiência. Isso não está ocorrendo, o que tem provocado inconformismo e revolta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que muito esperava do atual Governo. Enquanto o Governo não oferecer, não disponibilizar os recursos necessários e não instrumentalizar, com competência, o Incra, para a execução da reforma agrária, certamente o conflito persistirá e a instabilidade sobreviverá, em detrimento dos interesses de progresso e de desenvolvimento, na esteira do sucesso empresarial da agricultura brasileira.

Na próxima terça-feira, Senador Leonel Pavan, já que recebemos o Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ouviremos também a liderança dos ruralistas do País, estabelecendo o contraponto, para que se possa chegar ao entendimento possível, a fim de se restabelecer a ordem na área rural do Brasil, sob pena, repito, de comprometermos a economia nacional, já que o seu maior patrimônio é a terra brasileira, de fertilidade incomum, e, sobretudo, a mão-de-obra, o ser humano que sobre ela vive e trabalha, o agricultor brasileiro, que é denodado e ousado e tem a competência daqueles que desbravaram este País, formando a civilização em que vivemos.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan, antes que se esgote o meu tempo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, primeiro quero dizer que, para o PSDB, é uma honra, um orgulho muito grande ter em seus quadros V. Ex^a, uma pessoa de tamanha visão e competência, um homem público que já prestou muitos serviços, aprovados e reconhecidos pelo Brasil e no Estado do Paraná, e que agora os realiza, com a mesma grandeza, no Parlamento, no Senado Federal. Queria apenas dizer ao nobre Senador e aos demais Senadores que me preocupa quando o Presidente da República tenta calar o Parlamento, quando Sua Excelência diz que a Oposição fala demais. Esquece o Presidente que a palavra “parlamento” significa “parlar”. E aqui estamos para defender os interesses do povo, para alertar o Presidente, chamar sua atenção para os compromissos que foram assumidos com a

sociedade e que não estão sendo cumpridos. Todos já ouvimos ou lemos que o Presidente, em função de falar demais, tem cometido inúmeras gafes e tem sido motivo de chacota no Brasil e até no exterior. O Presidente deveria trabalhar mais e deixar de chamar a atenção dos Srs. Senadores. Fernanda Montenegro disse: comece a governar, Presidente, fale menos. Por falar demais, Sua Excelência assumiu compromisso com o Fome Zero, mas o projeto está acabado; dele não se fala mais como se fazia no começo do Governo. O Presidente dizia que falava ao MST como se o fizesse a seus próprios filhos e que colocaria à disposição do Movimento tantas terras, que não haveria pessoas suficientes para nelas acampar. No entanto, estamos vendo o contrário: revolta, indignação, invasões, o sentimento de que a insegurança do homem do campo e do sem-terra está aumentando a cada dia. Cumprimento V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, pelo seu pronunciamento. O Governo se gaba de que a produção e a exportação estão aumentando, mas há que se refletir que isso ocorre em função de investimentos do passado e da capacidade de cada agricultor de trabalhar bem sua terra, com sua coragem e com seus recursos. O Governo tem que aplaudir – e temos de elogiá-lo –, mas deve reconhecer o esforço do homem do campo. Espero que o Presidente comece a governar, como disse Fernanda Montenegro, e deixe os Senadores e os Deputados trabalharem, porque somos os legítimos representantes e fiscais do povo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. V. Ex^a é um aguerrido representante de Santa Catarina e tem contribuído, de forma extraordinária, com muita lucidez, nos debates desta Casa.

Sempre ouvimos – e V. Ex^a, provavelmente, no interior de Santa Catarina, onde há um empresariado extremamente competente – que basta que o Governo não atrapalhe, e o resto o povo faz. Essa é uma verdade, Senador César Borges.

Ouvimos, agora, que é uma conquista do Governo a produção agrícola do País. Pergunto: o que o atual Governo fez para que essa conquista pudesse ser comemorada como sua? Essa é uma conquista do trabalhador brasileiro, do agricultor deste País, do homem do interior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, lamentamos informar que seu tempo está findo. V. Ex^a, com sua oratória, tem convencido os brasileiros e conquistado todos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa e vou concluir. Fui honrado com alguns apartes longos – especialmente o do Senador Eduardo Suplicy –, que tomam tempo. Por

isso, agradeço a condescendência de V. Ex^a, que me permite concluir.

Em defesa, sobretudo, do agricultor brasileiro, quero, desta tribuna, protestar contra essa tentativa de se atribuírem méritos ao Governo pela conquista extraordinária de quem trabalha na terra, produzindo com competência e fazendo com que este País possa sobreviver economicamente, porque a agricultura é responsável pela sobrevivência econômica deste País, sobretudo porque o Governo não tem tido competência para estabelecer uma política que permita a retomada do crescimento econômico com geração de emprego, sobretudo na área urbana.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo mais uma vez um apelo ao Governo para que permita aos trabalhadores deste País que trabalhem em paz e que ofereça condições de trabalho. O direito ao trabalho é inalienável ao cidadão, e é uma obrigação irrecusável de quem governa concedê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa esperança é de que os campos deste País possam viver em paz para que o agricultor, na luta diária, lance a semente plantando uma vida melhor para as futuras gerações deste País.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB do Estado da Paraíba.

O nobre Senador usará o prazo de cinco minutos para uma comunicação inadiável, conforme traduz e reza o Regimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.) – Peço também a minha inscrição, como Líder do PT, para uma comunicação partidária e urgente. Aproveito para comunicar que estou cedendo o meu tempo de inscrição normal ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será inscrito e chamado no momento oportuno.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, o que muito nos honra.

Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de dois meses vim a esta tribuna informar que o famo-

so Protocolo 33 penalizaria os Estados da Paraíba, do Piauí, de V. Ex^a, Sr. Presidente, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Amapá, do Acre, dentre outros, e que isso precisava ser consertado. Esse protocolo, que já tinha sido assinado por onze Estados, estabelecia que os que produziam gás natural, de onde derivaria o GLP, ou os que importavam o gás passariam a cobrar na fonte, na origem, cabendo a esses Estados citados acima bitributarem – cobrarem também no ingresso no Estado, portanto, no consumo –, e terem, assim, gás mais caro para suas populações.

Fui ao Ministério das Minas e Energia, fui à Agência Nacional de Petróleo e ao Ministério da Fazenda. O tempo passou e começaram as bitribuições, Sr. Presidente.

Da Agência **O Globo**, a repórter Juliana Rangel informa que caminhões com GLP, gás de botijão, destinados a abastecer a Paraíba estão parados na fronteira do Estado, que não admite que o imposto não seja pago também na Paraíba.

O botijão deve subir cerca de R\$5,00. Fiz a conta para mostrar que, para um cidadão que recebe um salário mínimo, isso representa quase 20%. Sobram-lhe 80% do salário para comida, educação, limpeza, transporte, remédios e todas as demais necessidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos voltar ao tempo do fogareiro. Nas regiões agrestes de nossos Estados, será quebrada a pouca vegetação que ainda existe para se cozinhar.

Não foram tomadas as providências. Hoje, estamos sob a égide da bitribuição. Trago a esta tribuna o meu protesto.

Graças a uma Adin movida pelo Estado do Piauí, temos ainda a esperança de que o Supremo Tribunal Federal decida que ambos são derivados do petróleo – um é feito na refinaria e o outro é feito pela natureza, porque é oriundo do gás natural – e ambos têm que ser tributados ou na origem e no consumidor, ou, como é hoje, só no consumidor.

A verdade é que os Estados da Paraíba, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Acre e Amapá não devem pagar mais por um gás que custa mais barato no restante do País.

Esse é o protesto que venho lavar.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que é impressionante como as aflições do povo mais pobre não são publicadas na imprensa.

Ninguém pára para pensar o que é um botijão de gás para uma família pobre. Lamento que ninguém pare para pensar o quanto custará mais R\$5,20 no preço de um botijão de gás para um pobre da Paraíba ou do Piauí.

Ontem, votamos inúmeras e importantes matérias, como, por exemplo, a destinação de R\$3,4 bilhões para

compensação de importação, e a Cide, que representará a melhoria das estradas. Os leitores dos jornais de hoje não lerão tais notícias. Só são publicadas notícias ruins, que correm sangue, que têm tragédia, que falam de corrupção. A miséria do dia-a-dia não é notícia. Não é notícia uma pobre família do interior da Paraíba, do Piauí ou dos demais Estados considerados de segunda categoria ter que deixar de comprar comida porque o botijão de gás subiu mais do que devia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina.

S. Ex^a terá o prazo de cinco minutos, de acordo com a força do Regimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão em Brasília Vereadores de Palhoça, Sombrio, Içara, Corupá e Garopaba que participaram de uma marcha, durante 24 dias, juntamente com algumas centenas de pessoas dos Municípios de Osório a Palhoça. Percorreram toda a região da BR-101, reivindicando a duplicação daquela rodovia, que já ceifou tantas e tantas vidas, que deixou tantas famílias sofrendo e deu prejuízos enormes para os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, e para todo o Brasil, prejudicando enormemente a economia e as empresas.

A duplicação dessa rodovia tem o apoio dos Prefeitos, dos Vereadores, da sociedade, dos Deputados, de toda a Bancada de Santa Catarina. Hoje, esses Vereadores, juntamente com um grupo de pessoas de Brasília, tentarão, pela última vez, falar com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. O ex-Ministro foi inúmeras vezes ao Sul do País e ao sul de Santa Catarina prometendo iniciar a obra.

Inúmeras vezes assumi esta tribuna e debati esse assunto com a atual Líder do Governo. S. Ex^a dizia que não iriam iniciar a obra nos primeiros três meses de Governo. Passados os três meses, prometeram que o fariam nos próximos três meses; depois, em mais um mês. Já se passaram dezesseis meses, e a obra ainda não começou.

Os Vereadores estão aqui hoje, com o Governador Luiz Henrique da Silveira – seu amigo, Senador Mão Santa, padrinho da sua filiação ao seu Partido –, para novamente pedir ao Presidente Lula que realmente comece a trabalhar, pare de achar desculpas e colocar a culpa no Parlamento, nos Senadores, pelo que não está fazendo. Que Sua Excelência comece a trabalhar, como disse Fernanda Montenegro, e comece a governar este País.

Aliás, após um ano e quatro meses, não foram cumpridas as promessas, e ainda se fala em herança maldita.

Quero informar à população brasileira que estamos prestes a ter um prejuízo maior ainda. As 24 Prefeituras do Sul de Santa Catarina estão preparando um movimento em que cada Município vai paralisar um dia aquela rodovia. Desde Palhoça até Osório, divisa com o Rio Grande do Sul, cada Município vai paralisar um dia a BR-101. Sabem o que é paralisar uma rodovia onde passam mais de 25 mil veículos por dia? Toda a nossa produção passa por aquela região. O prejuízo, o desemprego, será enorme. Cada dia paralisado tornará a obra mais cara, com toda a certeza. Calcula-se que os 24 dias de paralisação significariam quase 30 ou 40% do valor da obra, tamanho será o prejuízo que terão as empresas, os Municípios, os Estados e o nosso País.

Quero dizer aos Vereadores que não estive presente à caminhada, não pude dela participar. Entretanto, não apenas o Senador Leonel Pavan, mas outros Senadores, de outros Estados, por diversas vezes, usamos esta tribuna, pedindo ao Presidente para investir na BR-101, porque o mal dela afetará também outros Estados. Se a produção por lá não passar, isso vai encarecer cada vez mais os produtos, que vão chegar atrasados no destino final, trazendo enorme prejuízo para outros Estados.

A RBS TV está promovendo uma campanha, assim como o fez em 1995, para a duplicação do trecho norte de Santa Catarina. O Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu a sua obrigação: entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo, quase 500 quilômetros de rodovias foram duplicados. Agora, estamos aqui fazendo um apelo ao Senhor Presidente e ao novo Ministro dos Transportes para que o Presidente pare de discursar e comece a governar. Estamos aqui para cumprir o nosso papel e usar da tribuna todos os dias, se possível, para aprovar projetos bons do Governo e dos Srs. Senadores. Mas estamos aqui também para fiscalizar e chamar a atenção. Nós somos a extensão do povo brasileiro no Parlamento. Não podemos parar de falar. Reunimo-nos aqui diariamente para dizer o que sentimos e o que vimos neste nosso País.

Presidente, não nos mande parar de falar. Recomendamos que Vossa Excelência fale menos e comece a trabalhar, porque não é possível continuarmos desta forma. Todos os dias, vimos aqui cobrar compromissos, como a PEC paralela, investimentos no social e na agricultura, a geração de empregos, assentamento dos sem-terra, compromissos firmados pelo Presidente. Todos os dias relembramos que, em campanhas eleitorais, especialmente na campanha passada, Sua

Excelência percorreu o País inteiro dizendo que, desde o primeiro dia, o Brasil começaria a mudar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Leonel Pavan, lamento. V. Ex^a está cobrando tanto do Presidente, e quero cobrar também o cumprimento do Regimento quanto ao tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar, agradeço sua bondade enorme, Presidente Mão Santa, mas nós, que estamos aqui lutando tanto, se não pudermos usar os microfones do Senado Federal para chamar a atenção, alertar e até ser parceiros do Governo, dizendo o que é bom para o Brasil e o que realmente o povo sente nas ruas, então, não adianta ficarmos aqui no Parlamento.

Há pouco, falei com o Senador Paulo Paim que assumimos o compromisso com a população – assim como V. Ex^a, Senador Mão Santa, e como a Senadora Heloísa Helena, o Senador Ramez Tebet e tantas outras pessoas – de aprovar a reforma da previdência. Confiamos no Governo Federal e na sua Liderança de que a PEC paralela seria a extensão de um projeto e de um compromisso do Legislativo com o Governo, e hoje estamos sofrendo nas ruas.

Fico imaginando, Senador Paulo Paim, quem apóia o Governo! Sabemos que V. Ex^a apóia, mas também cobra todos os dias. Que vergonha! Como olhar para os aposentados? Como olhar para aqueles que esperavam que esse projeto fosse aprovado, se nós, com quinhentos e poucos Deputados, oitenta e um Senadores, não temos autoridade para exigir que o Presidente cumpra um compromisso assumido neste Parlamento e, pela imprensa, com o Brasil inteiro?

Obrigado, Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador, do PT do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Saturnino.

S. Ex^a terá cinco minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no tema que vou abordar, quero dizer ao Senador Pavan que o compromisso em relação à PEC paralela é nosso também. Estamos com o mesmo elã de S. Ex^a, cobrando com a mesma ênfase dos Deputados do Governo e da Oposição a aprovação dessa PEC, de acordo com o compromisso estabelecido nesta Casa, que é um compromisso do Governo.

Sr. Presidente, refiro-me rapidamente, dentro do tempo curto de que disponho, a essa questão das terras e da movimentação do MST. Acho perfeitamente natural que a Oposição explore, positiva e compreensivelmente, esse sentimento nacional que não gosta de

invasão de propriedade. É claro que se entende que a propriedade tem que ter finalidade social, e até se olham com mais compreensão aquelas invasões que nitidamente ocupam terras improdutivas, mas o fato é que há um sentimento nacional de respeito ao direito de propriedade, que não gosta dessa sucessão de invasões de terra.

Trata-se de um tema explosivo que, há décadas, para não falar de séculos, percorre a vida política deste País. A reforma agrária já estava nos planos e propostas do Patriarca da Independência, José Bonifácio, e foi postergada e adiada por todos os governos que nos antecederam no Poder. Dessa forma, é uma responsabilidade que temos, um compromisso que o Presidente reafirma a todo o momento, e nós, seguramente, podemos acompanhar Sua Excelência e dizer que realmente a reforma agrária será feita. Obviamente, não será feita na sua totalidade. As limitações do tempo não permitem, mas haverá um avanço como nunca houve na história deste País. E a começar deste ano, seguramente.

Ela está atrasada? Está. Reconhecemos o atraso em função das restrições de natureza fiscal e orçamentária pelas quais o Governo teve de passar, em razão da herança que recebeu, mas a decisão e os compromissos estão reafirmados. A decisão de iniciar o processo de desapropriação e de assentamento já está tomada. Seus primeiros passos avançam com mais celeridade do que em todos os tempos passados nesta República.

Agora, também, estamos preocupados, e o Governo Federal está atento à questão do cumprimento da lei. É claro que o cumprimento da lei, neste caso, diz mais respeito aos Estados – a Constituição atribui aos Estados, à Justiça dos Estados, à polícia dos Estados, a repressão e o cumprimento da lei. O Governo Federal apóia a ação dos Estados nessa repressão legal e impede que ela adquira o caráter de violências que ocorreram no passado, com massacres, com a execução de verdadeiros massacres que deslustraram a imagem do País no campo internacional e chocaram todos os brasileiros. Dentro do bom senso e da sobriedade, o Governo Federal apoiará os Estados – está apoiando – no cumprimento da lei, porque isso é absolutamente necessário. É convencimento e compromisso nosso.

Dentro do espírito de reforma agrária, reafirmamos que, ainda este ano, o assentamento e a desapropriação ganharão uma velocidade nunca vista na história deste País. Agora, compreendemos o aproveitamento que a oposição dá a esses fatos. Acharmos isso absolutamente natural dentro do regime democrático, mas estamos aqui para reafirmar a palavra

do Governo de compromisso com a execução da reforma agrária numa velocidade nunca vista antes na história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador do Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, que é Vice-Presidente desta Casa, Paulo Paim.

Com expectativa, o País aguarda suas palavras e ações em defesa do idoso, em proteção ao negro e, sobretudo, em defesa do salário do trabalhador e da manutenção da honra desta Casa com a aprovação da PEC Nº 77.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside a sessão, V. Ex^a faz uma introdução que facilita o meu pronunciamento. É justamente sobre esses temas que me vou debruçar outra vez da tribuna do Senado da República brasileira.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Saturnino, que me cedeu este espaço para que eu pudesse falar sobre esses temas.

Sr. Presidente, tenho vindo à tribuna todos os dias para falar da PEC paralela, venho cobrando o acordo firmado entre o governo e esta Casa. No dia de hoje, Senador Saturnino, posso dizer que estou mais animado.

Ontem tive uma conversa com o Ministro José Dirceu. Tratamos de três assuntos. O primeiro deles, por iniciativa do ministro, foi a PEC paralela. O ministro me disse exatamente o que V. Ex^a falou da tribuna minutos atrás: que o Governo entende que o acordo tem que ser cumprido. Tanto é assim, que ele falou com o atual Líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho, para que estabeleça, junto com o Relator Pimentel, uma série de conversas para que a PEC paralela seja aprovada rapidamente. Ele tem o mesmo entendimento que temos: se até junho ela não for aprovada definitivamente, ela não será aprovada este ano.

Eu me comprometi a falar todos os dias sobre a PEC paralela. Hoje venho numa linha afirmativa. A aprovação dessa matéria é a vontade de todos os Senadores que encaminharam naquele dia o voto a favor da PEC paralela, a famosa PEC fruto de um amplo acordo nesta Casa.

A segunda questão é a questão do salário-mínimo, sobre a qual também tenho me debruçado diariamente da tribuna. O Ministro José Dirceu disse-me que essa é uma decisão do Presidente Lula, mas que faria de tudo para que o Presidente aceitasse conceder uma audiência para conversar com os Senadores e Deputados que estão a debater essa matéria tão importante para cem milhões de brasileiros.

A questão do salário-mínimo. Para mim, o Governo Lula faria um gol de placa se, no próximo dia 1º de Maio, cumprindo acordo firmado no ano passado, fizesse com que o salário-mínimo alcançasse os cem dólares. Posso fazer considerações firmes em relação ao Governo, mas acordo é acordo, e foi acordado conosco que a data-base este ano seria 1º de Maio. Não procede a crítica – crítica que respeito, a posição é legítima – relativamente à mudança da data-base de abril para maio. Não mudou. Foi acordado, inclusive está no Estatuto do Idoso, que a data-base passa a ser unificada no dia 1º de Maio. Qual é a vantagem para aqueles que recebem o salário-mínimo e pagam os idosos? Vamos computar a inflação de 13 meses e não de 12 meses, inflação de 1º de abril a 1º de maio. Claro que todos nós trabalhamos com aumento real, estendendo o mesmo percentual para os aposentados e pensionistas, o que é um ganho do Estatuto do Idoso. Além disso, foi também acordado o pagamento até o 5º dia útil, que está também sendo cumprido.

A terceira questão que considero importante e que chamo de gol de placa é o Governo Lula chegar pelo menos à faixa dos 100 dólares no segundo ano do seu governo – o que é possível. Se eu pudesse dar um conselho ao nosso Governo – vou insistir na tese –, sugeriria que o salário-mínimo ultrapasse a faixa dos cem dólares. Isso é possível. No segundo ano do Governo Lula, o salário-mínimo estaria, então, ultrapassando essa faixa, o que daria em torno de R\$300,00.

O projeto que aqui apresentei também é nessa linha – ele tem como relator o Senador Geraldo Mesquita, que entregará parecer final já na semana que vem na Comissão respectiva.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de sugerir, para o bom debate na Casa que, quando for encaminhada ao Congresso uma medida provisória que trate de assuntos que já são objeto de projeto de lei, que a medida provisória seja incorporada, apensada ao projeto mais antigo que trata da mesma matéria, sem prejuízo da vigência dela, já que ela tem força de lei. Na hora da apreciação e da votação final, na forma do substitutivo, seria contemplada a iniciativa do Senador ou do Deputado, sem nenhum prejuízo ao que foi colocado na medida provisória por parte do Governo. Acho que seria uma saída para resolvermos o impasse do vício de iniciativa, num grande entendimento entre o Legislativo e o Executivo.

Também gostaria de falar, de forma afirmativa, que, ao longo dos últimos dez anos, acostumamo-nos a ouvir, no Congresso Nacional, que servidor público teria um reajuste de 1%, de 0% – no ano passado, inclusive, foi de 1%. Vim a esta tribuna e fiz críticas

contundentes. Eu dizia: se é para dar 1% é melhor dar zero, não dêem nada, fica muito melhor.

Eu vim aqui e fiz diversos discursos sobre as greves das mais variadas categorias, promotores, procuradores, advogados da União, fiscais, auditores, policiais. É claro que, neste momento, vejo como positiva a iniciativa do Ministro Mantega de chamar os servidores para buscar uma saída negociada. Passou-se a falar num reajuste equivalente, no mínimo, à inflação do período. Nenhum servidor receberia, neste ano, pelas informações que recebi, um reajuste menor do que 12,7%, chegando a até 32%. Claro que isso é positivo, não dá para negar que é positivo, porque até o ano passado estávamos a criticar a falta de diálogo e o fato de que os reajustes ficariam na faixa de 1% a 2%. Agora estamos a discutir reajustes que variam de 12,7% a 32,8%. Claro que isso é positivo. Pode não atender aos interesses da categoria, mas estamos avançando com essa sinalização.

E aí entro de novo na questão do salário-mínimo: se os menores salários receberão o correspondente a, no mínimo, 32,8%, se o salário-mínimo receber 30%, ele já ultrapassa a faixa dos R\$300,00, como estão pedindo inúmeros setores do movimento sindical. Lembro aqui, a propósito, o discurso feito recentemente desta tribuna pelo Senador Ney Suassuna, no qual disse ser preciso que lembremos o preço do botijão de gás. Em algumas capitais, o salário mínimo tem o valor de seis botijões de gás.

Então, é inaceitável o valor do salário mínimo! A melhor forma de combater a fome, a miséria e a exclusão social é valorizando o salário mínimo. Por isso, mais uma vez, apelo ao Presidente Lula, que, dessa forma, estaria mostrando à sociedade brasileira e ao mundo que estamos investindo no social.

O salário mínimo tem uma simbologia muito grande e, queiram ou não alguns, está na ordem do dia, está em debate na Câmara e no Senado. Por que não fazemos o que foi feito em passado recente do qual participei? Por que não montamos uma comissão especial de Deputados e de Senadores, para entabular uma discussão com o Executivo, construir uma proposta alternativa ao salário mínimo, apontando, inclusive, fontes de recurso? Já fizemos isso em outras oportunidades.

Portanto, venho à tribuna para mostrar que é possível avançarmos nesse debate com a maior tranqüilidade, sem preocupação de oposição ou situação, mas pensando naqueles que estão em estado de miséria absoluta há algumas décadas neste País.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um breve aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, com muita alegria, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Coloco-me ao lado de V. Ex^a, em primeiro lugar, quando aponta o salário mínimo como uma remuneração que tem um caráter simbólico extremamente importante, mas também um caráter efetivo de promotor da demanda de bens de consumo de massa. Enfim, constitui um vetor fundamental na construção de uma economia de consumo de massas, de que o Brasil tanto precisa. Em segundo lugar, apoio a proposta de V. Ex^a de se constituir um grupo de trabalho com a participação do Congresso Nacional, para que seja dada à sociedade brasileira uma demonstração de efetiva preocupação, de consideração, de prioridade em relação ao assunto salário mínimo, para que se encontre um limite, um patamar que reflita, de um lado, o espírito de justiça, que deve prevalecer, e, de outro lado, a consideração das limitações reais que ainda existem na nossa economia. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento que dá esse caráter especial ao salário mínimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino pelo seu aparte, reforçando a importância de fazermos o que chamamos do bom debate sobre matéria que interessa a cem milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, aproveitando ainda o meu tempo, gostaria de me reportar ao Estatuto do Idoso – assunto a que V. Ex^a se referiu quando me deu a palavra. Estou vislumbrando a possibilidade real, e aproveito a presença do Senador César Borges, Relator da matéria, de conseguirmos aprovar, antes de junho, o Estatuto da Igualdade Racial, um instrumento de combate a qualquer tipo de preconceito.

Sr. Presidente, triste do homem que não tem sonhos. Devemos, pois, sonhar, sonhar com o dia em que todos seremos respeitados e vistos como iguais. Sonhar com um mundo melhor para todos é um direito, mas lutar por esse mundo melhor é um dever daqueles que amam a liberdade e buscam a justiça.

Sr. Presidente, pronunciei essas palavras em meu primeiro discurso nesta Casa. Declarei-me, naquele dia, quando aqui chegava, um sonhador, mas me declarei também um lutador do tipo que luta para dar vida a meus sonhos que procuram refletir as esperanças de um povo, de uma nação, porque acredito ser essa a atividade fim e a nossa missão como Parlamentar.

Faço essa introdução para retomar um assunto que, inúmeras vezes, me trouxe a esta tribuna. Falo do Estatuto do Idoso, instrumento normativo que reflete os sonhos de milhões de brasileiros, que, após 7 anos

de tramitação, enfim foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado.

Ao defender o Estatuto, Sr. Presidente, lembro algumas frases que ouvi durante o período em que o debatemos, no dia em que foi aprovado. Foi dito que o Estatuto era um marco jurídico importantíssimo que entrava para a história do País, que era um instrumento vigoroso que permitiria a inserção social do idoso, que, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, era um conjunto de normas de vanguarda, que permitiria a plena aplicabilidade do previsto no art. 230 da nossa Carta Magna.

Não obstante esse reconhecimento unânime, estamos a debater a implementação efetiva do Estatuto do Idoso. Sabemos que, quando atuamos no campo do direito humano, sua eficácia somente ocorrerá quando for promovida uma mudança cultural no meio social. Acredito ser essa nossa grande empreitada na questões pertinentes ao Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, não me vejo só nessa empreitada, ao tempo em que sei contar com o apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, tomei conhecimento de uma ação efetiva e exemplar do Estado do Paraná, propriamente da Coordenação Estadual do Procon daquele Estado, por intermédio do Sr. Algaci Túlio, Coordenador Estadual do órgão. Por determinação desse ilustre e sensível cidadão, foi proposta uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, sob o número 98/2004, que tramita na 20ª Vara Cível da comarca de Curitiba, contra 23 empresas concessionárias de transporte rodoviário interestadual, por não estarem cumprindo o Estatuto do Idoso. Essa atitude foi inovadora, já que fundamentou-se na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso e no Código de Defesa do Consumidor.

Essa medida merece meus aplausos não somente pela ação isolada, mas também pela perspicácia e inteligência da fundamentação que entendeu ser um lucro abusivo do empresário que, tendo obrigação de disponibilizar duas vagas aos idosos ou conceder descontos de, no mínimo, 50% nas demais vagas quando elas estiverem ocupadas, não tem cumprido o artigo do Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, repito que a iniciativa do Procon do Paraná poderá ser exemplo para outros Estados, de forma que aquele que não cumprir o Estatuto do Idoso poderá ser punido, conforme o disposto, de seis meses a doze anos de prisão, porque é crime inafiançável, e ainda pagar multa a ser decidida pelo juiz.

Sr. Presidente, concluo ressaltando a importância do combate ao trabalho escravo em nosso País. Peço que esse pronunciamento seja publicado na íntegra. Trago alguns dados que nos preocupam. Para dar uma

melhor idéia do que é a escravidão neste Brasil afora, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho, levantou que, entre 1995 e 2000, 1999 trabalhadores foram libertados do regime escravo e apenas quinze pessoas responsáveis pelo delito foram presas. Ou seja, cerca de dois mil trabalhadores sob o regime de escravidão foram libertos.

A Comissão Pastoral da Terra do Pará relata – e o próprio Ministério do Trabalho avalia – que o número total de trabalhadores escravizados era quatro vezes maior do que o número de libertados. Ou seja, na verdade, no mínimo 8.000 trabalhadores estavam sob o regime de escravidão, de acordo com os dados oficiais obtidos até o momento.

Sr. Presidente, quero lembrar aqui a figura do ex-Senador Ademir Andrade, que foi quem apresentou pela primeira vez uma emenda constitucional estabelecendo que a terra onde fosse verificado trabalho escravo seria passível de desapropriação para reforma agrária. Considero esse instrumento muito importante.

É preciso que, de uma vez por todas, estabeleçamos como punição, quando comprovado o regime de escravidão, a perda de todos os bens, não apenas da terra. E naturalmente esse cidadão passará a não ter mais crédito no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que as medidas propostas contra o trabalho escravo sejam rapidamente aprovadas e que, até lá, o Governo faça cumprir a lei de forma rigorosa, a fim de atender aos reclamos de nossos irmãos brasileiros ainda escravizados.

Em memória dos três auditores fiscais e do motorista, que também cumpria o trabalho de fiscalização ao conduzir os auditores que foram assassinados no exercício da profissão, que tenhamos uma posição cada vez mais rigorosa contra o trabalho escravo no nosso País.

Sr. Presidente, concluo dizendo que tenho muita esperança de que o Estatuto da Igualdade Racial e Social, que trata também dessas questões, seja aprovado rapidamente. Percebo que virá do Executivo um projeto, ao qual também rendo meus aplausos e minha homenagem, e espero que, quando encaminhado a esta Casa, seja debatido e talvez incorporado ao Estatuto da Igualdade Racial e Social, na questão das cotas, no sentido de que vejamos essa matéria, de uma vez por todas, aprovada.

Quem ganhará com isso, eu sempre digo, serão negros e brancos que lutam pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM:**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das mais difíceis tarefas que uma sociedade tem é a de distribuir entre seus membros, com um mínimo de justiça, os benefícios que, de direito, todos têm, em igualdade de condições. E a dificuldade começa pela ganância humana. Aquela que faz com que uns tantos queiram juntar ao que lhes cabe o que é devido aos outros.

Dessa verdadeira chaga da humanidade, que, creio eu, acompanha-nos desde que Adão e Eva foram expulsos do Paraíso, para usar a linguagem bíblica, deriva a histórica exploração do homem pelo homem.

E dessa exploração, muitas vezes convalidada por convenções aceitas por largas parcelas da sociedade, surge a mais vil das formas de exploração humana – o trabalho escravo.

Sabemos que durante séculos o escravo foi uma figura social aceita mesmo por sociedades consideradas desenvolvidas em seu próprio tempo. Assim, a hoje celebrada democracia grega, como também a república romana, tinham como socialmente defensável a existência de escravos, desprovidos de todos os direitos atribuídos aos respectivos cidadãos.

A evolução do conceito de sociedade, ou melhor, de humanidade, fez com que chegássemos ao que hoje chamamos de igualdade de todos perante todos, independentemente de raça, credo ou qualquer outro critério diferenciador. E tal conceito acabou por fundamentar a Carta da ONU sobre direitos humanos e se inscreveu na Constituição Federal do Brasil em seu artigo 5º, como base dos direitos individuais e coletivos de todos quantos habitam o território brasileiro.

Importante é observar que no inciso III do artigo 5º de nossa Carta Magna, está dito: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

Ora a escravidão já está definitivamente proscrita da ordem jurídica e social do Brasil desde 1888. Assim, não cabe qualquer tergiversação no seu combate, quaisquer que sejam as formas sob as quais ela é praticada, veladas ou não.

Sr. Presidente, o que estarrece é que, apesar de todo o consenso sobre a iniquidade da escravidão, ela ainda seja consentida e praticada no Brasil. No Estado do Pará, da minha nobre colega Ana Julia, é cotidiana a denúncia de tal prática. A situação chegou a tal ponto que até “termo de compromisso” foi assinado entre as autoridades responsáveis por coibir tal prática e fazendeiros, alguns envolvidos em denúncias.

Ora, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não cabe à autoridade pública estabelecer qualquer convênio para

ratificar que um empresário deve cumprir a lei. Cabe ao empresário-fazendeiro obedecer à ordem jurídica estabelecida e aos agentes da lei assegurar que assim seja feito. E caso não seja, aplicar as penalidades que a lei prescreve.

Sr. Presidente, para dar uma melhor idéia do que seja a escravidão no campo neste Brasil afora, a Secretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho levantou que, entre 1995 e 2000, 1999 trabalhadores foram libertados do regime escravo e apenas 15 pessoas responsáveis pelo delito foram presas. A Comissão da Pastoral da Terra no Pará relata que o próprio Ministério do Trabalho avalia que o número total de trabalhadores escravizados era quatro vezes maior do que o dos que foram libertados.

Vamos e convenhamos, estamos à beira da insanidade social! Sob que argumento é possível tolerar que ainda se pratique o trabalho servil no Brasil? Por que as autoridades não agem de modo implacável contra os que, ao arrepio da lei e de todos os valores hoje consagrados pela sociedade, se permitem subjugar seus semelhantes, rebaixando-os à forma mais degradante de servidão humana?

Não há argumentos aceitáveis para a inação neste caso. Falta de recursos, de meios materiais, de pessoal ou qualquer outro pretexto, não são mais que meros subterfúgios para acobertar a convivência entre poderosos ou a conveniência dos acomodados.

Lentidão da justiça? Que se aplique a lei na forma das ações administrativas de caráter executivo, cuja eficácia já seria suficiente para coibir a maior parte dos casos constatados, com isso acabaria com o sentimento de impunidade.

Apresentei ao Senado Federal, em 2003, o Projeto de Lei do Senado nº 487/2003. Este projeto objetiva dotar o Estado de instrumento fortemente inibidor da prática do delito de escravidão.

Vale destacar também a Proposta de Emenda à Constituição 57/99, do nosso colega Ademir Andrade, que altera o art. 243 da Constituição, que passaria a permitir a expropriação de terras onde se constatar a existência de trabalhadores escravos, tramitando agora na Câmara dos Deputados.

Outro mecanismo importante no combate ao trabalho escravo é o de transferir para a esfera da Justiça Federal a competência para ajuizar e julgar crimes contra os direitos humanos, na medida em que coloquem o Brasil em posição de ser interpelado por tribunais internacionais, com base nos acordos multilaterais que assinou. Tal alteração de competência se inscreveria na reforma mais ampla do Judiciário brasileiro, ora em tramitação na Casa e para a qual me permito chamar

a especial atenção do Senador José Jorge, atual relator da matéria.

Em razão dessas lamentáveis circunstâncias, trago esse assunto novamente a debate, para que busquemos abolir o trabalho escravo de uma vez por todas. Mas, diferentemente do poeta Castro Alves, em seus arroubos, apelamos não à natureza, mas aos homens, para que a exploração de trabalhadores seja um fato do passado, particularmente aos homens públicos, detentores do poder de reprimir esse verdadeiro crime hediondo.

Ademais, o que leva essas pessoas a concordarem em trabalhar em regiões distantes, sem comunicação com a família é uma lei mais forte: a lei da fome; e entre a fome absoluta e a sujeição a um salário miserável, o imperativo de sobreviver fala mais alto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que as medidas propostas sejam rapidamente aprovadas. Mas que, até lá, o Governo brasileiro faça cumprir a lei em sua forma mais rigorosa para atender aos reclamos dos nossos irmãos brasileiros ainda escravizados, e em memória dos auditores fiscais do trabalho assassinados no exercício de suas profissões.

Sr. Presidente, desejo abordar ainda outro assunto nesta manhã.

Sr^{as} e Srs. Senadores, “triste do homem que não tem sonhos...”

“... Devemos, pois, sonhar, sonhar com o dia em que todos serão respeitados e vistos como iguais...” “... sonhar com um mundo melhor para todos é um direito, mas lutar para construir este mundo é um dever daqueles que amam a liberdade e buscam a justiça. Estas foram palavras ditas por mim em meu primeiro discurso nesta casa. Declarei-me sonhador mas, também declarei-me um lutador do tipo que luta para dar vida a meus sonhos, sonhos que procuram refletir as esperanças de um povo, de uma nação, porque acredito ser esta a atividade fim e a missão do parlamentar.

Faço tal introdução para retomar um assunto que inúmeras vezes trouxe-me a esta tribuna, falo do Estatuto do Idoso, instrumento normativo que reflete os sonhos de milhões de brasileiros, instrumento normativo que após sete anos de tramitação e seis meses de sanção ainda não assegura o pleno exercício dos direitos dos idosos.

Ao defender a eficácia e efetivação desta lei não o faço somente por ser de minha autoria, mas porque fiz da luta do povo brasileiro a minha luta. Fiz da defesa daqueles que nada têm a minha missão, missão que acredito ser de todos nós parlamentares, do Estado e da sociedade como um todo.

Não poucas vezes ouvi e li elogios ao Estatuto do Idoso, frases que diziam ser o estatuto um marco jurídico importante..., ser um instrumento vigoroso que permitirá a inserção social do idoso..., o estatuto do idoso, a exemplo do estatuto da criança e do adolescente, é um conjunto de normas de vanguarda que permitirá plena aplicabilidade do previsto no art. 230 da nossa Carta Magna...

Não obstante esse reconhecimento unânime, tanto da sociedade organizada quanto do Estado, quem de direito ainda não providenciou a mecanização do que se faz necessário para a efetiva vigência desta elogiada e louvada lei que nesta Casa foi concluída.

Sabemos que, quando atuamos no campo do direito humano, sua eficácia somente ocorrerá quando for promovida uma mudança cultural no meio social, acredito ser esta a minha, a nossa grande empreitada nas questões atinentes ao idoso, empreitada a que conclamo todos a abraçar, tal como nos unimos para votar e aprovar o Estatuto do Idoso.

Mas Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me vejo só nesta empreitada; ao tempo em que sei contar com o apoio de V. Ex^{as}, tomei conhecimento de uma ação efetiva e exemplar advinda do Estado do Paraná, propriamente da Coordenação Estadual do Procon daquele Estado, por intermédio do Sr. Algaci Túlio, Coordenador Estadual do órgão.

Por determinação desse ilustre e sensível cidadão, foi proposta uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, sob o nº 98/2004 que tramita na r. 20ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR, contra 23 empresas concessionárias de transporte rodoviário interestadual. Atitude esta inovadora já que fundou—se não só em nossa Constituição Federal ou no Estatuto do Idoso, mas, mais propriamente, no Código do Consumidor.

A medida merece meus aplausos não somente pela ação isolada, mas também pela perspicácia e inteligência da fundamentação que entendeu ser um lucro abusivo do empresário que, tendo obrigação de disponibilizar duas vagas aos idosos e conceder descontos de no mínimo 50% nas demais vagas a esses cidadãos específicos em cada ônibus, não as disponibilizavam aos idosos e sim as vendiam, excedendo o que seria, moralmente e legalmente, aceito como lucro legal.

Ora se a lei determina a reserva de duas vagas por veículo, estas vagas não deveriam ser postas a venda, necessariamente se existe idoso que as reivindicam, ao negar a vigência da Lei e vender estas vagas sabiamente, aquele cidadão, que também representa o Estado, vislumbrou um caminho que, se não surtir efeito na esfera jurídica certamente vai surtir efeito na mudança da cultura social quando nos acena

que é possível, família, sociedade e governo mudar o contexto social, praticando justiça social. Neste caso fazendo valer uma lei moderna, inovadora e que deve merecer o respeito de todos.

Como afirmei inicialmente quero ser um sonhador mas, mais que este direito, assumo o dever de lutar para ver realizado meus sonhos, principalmente quando refletem anseio de uma camada tão sofrida de cidadãos, neste caso os idosos.

Para finalizar Senhor Presidente, conclamo a todos meus pares a assumirem esta empreitada de ver efetivo os sonhos de tantos velhinhos e velhinhas neste nosso imenso Brasil, pois se assim o fizermos estaremos honrando a todos os brasileiros que edificaram e edificam nossa nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Queremos externar aqui os nossos cumprimentos a V. Ex^a. Como dizia o Padre Antônio Vieira, “o exemplo arrasta”, e V. Ex^a deu um exemplo a todos os Senadores: usou rigorosamente o seu tempo de vinte minutos como orador.

Concedo a palavra ao Senador pelo PMDB do Estado do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso). – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os meios políticos receberam, com perplexidade, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da limitação e conseqüente redução do número de Vereadores na grande maioria dos Municípios brasileiros.

Esta decisão do Supremo Tribunal Federal, que originariamente só se aplicava a um Município do interior de São Paulo, acaba de ser estendida pelo Tribunal Superior Eleitoral a todos os Municípios do País, aumentando, assim, o clima de insegurança em que vivem as lideranças locais, já quase às vésperas das eleições.

Importante destacar, Sr. Presidente, que o Tribunal Superior Eleitoral fez constar de sua própria Resolução regra segundo a qual, se o Congresso Nacional dispuser a tempo sobre a questão, nossa deliberação será levada na devida conta.

Por isso chamo a atenção do Senado Federal e do Congresso Nacional para a urgente necessidade de tratarmos deste assunto, de modo a restaurar a autenticidade da representação popular em nível das comunidades locais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, adiantando ou provocando um debate em torno do tema, esclareço que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a forma como se estava aplicando o art. 29, inciso IV, da Cons-

tituição da República, não era a correta. Entretanto, é importante destacar que, durante mais de 15 anos, a regra constitucional foi uniformemente aplicada no País, segundo a interpretação que sempre predominou. Ou seja, sempre se entendeu que a Constituição, no dispositivo citado, apenas fixava faixas amplas de população, com o número mínimo e o número máximo de Vereadores em cada uma das três faixas previstas. Conseqüentemente, dentro de cada uma dessas faixas da população, eram os próprios Municípios que fixavam o número preciso de seus Edis.

Essa interpretação da Constituição vigorou, repito, por mais de 15 anos, desde a promulgação da Carta de 1988, e agora é abrupta e radicalmente alterada. Isso significa que uma prática constitucional, que vinha sendo incontestavelmente seguida, de uma hora para outra, é posta de lado, sem se levar em conta os peculiares interesses locais, a aceitação do eleitorado e a convivência das lideranças políticas locais com o uso sedimentado, que já ganhara força de lei, pela sua consolidação e persistência.

Na verdade, Sr. Presidente Mão Santa, quis o Constituinte deixar ao discernimento de cada Município a fixação do número de seus Vereadores, posto que a representação popular não pode ser tabelada por fórmulas matemáticas.

O grau de cultura política de uma comunidade pode ser bem diferente de outra, nada obstante a semelhança quanto ao número de habitantes. A participação popular mais ou menos efetiva, a complexidade das tarefas administrativas municipais, a necessidade de uma fiscalização mais atuante são fatores que devem ser levados em conta em cada Município, quando se trata de fixar o número dos componentes de suas Câmaras.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, uniformizou os desiguais, impondo regra rígida de proporcionalidade aritmética a todos os Municípios, que, tendo população semelhante, mas hábitos políticos e necessidades de representação diversos, não podem ter número diferente de Vereadores.

Vou citar apenas um exemplo do meu Rio Grande do Norte, em que a segunda cidade do Estado, que hoje tem 21 Vereadores, passará, agora, com a Resolução do TSE, a ter apenas três Vereadores.

Creio mesmo, Sr. Presidente, que a decisão do Supremo Tribunal Federal, à qual tributamos respeito, mas com a qual não temos o dever de concordar sem discussão, a par de contrariar a tradição política e constitucional, além de negar valor ao interesse local, não resolve, mas agrava o problema, o que clama por interferência política do Congresso Nacional.

Ilustro este ponto de meu raciocínio com uma observação. Entendeu o Supremo que dentro de cada uma das três faixas de população previstas no art. 29, inciso IV, da Constituição, haveria de se aplicar a fórmula matemática da proporcionalidade entre o número mínimo e o número máximo de Vereadores. Ocorre que a primeira faixa, que vai até 999 mil habitantes, pode ter um mínimo de 9 e um máximo de 21 Vereadores. Pois bem, a segunda faixa prevista na Constituição vai de 1 milhão a 5 milhões de habitantes, e se tivesse pretendido a Constituição manter rígida proporcionalidade matemática, o Município com 999 mil habitantes teria 21 Vereadores, e aquele com 1 milhão haveria de ter 22 Edis.

Isso não ocorre, pois a segunda faixa inscrita na Constituição, ao invés de prever um mínimo de 22 Vereadores, já salta para 33, prova eloqüente de que nenhuma interpretação possível haverá de reduzir o texto da Constituição a uma simples fórmula matemática.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso ocorre exatamente porque a realidade da representação popular não se pode conformar pela exatidão de fórmulas. A representação do povo tem fundas raízes em fatos sociais e políticos, portanto, não se aprisiona em preconceitos, mesmo de grande rigor científico.

Além disso, Sr. Presidente, a razão da contestação que de pouco tempo para cá se tem feito ao número de Vereadores é inspirada em pretensas razões de economia. Diz-se que a representação popular é excessivamente onerosa ao povo brasileiro.

Não penso que se possam medir a importância e a imprescindibilidade de uma genuína representação, singelamente, por seus custos financeiros. O argumento, a propósito, sempre tem rondado todos os Parlamentos nos tempos de conspiração.

A representação popular se justifica por si, e danoso ao povo é não ter uma representação legítima e adequada às necessidades de cada comunidade municipal.

É importante observar, ainda, que uma representação ampla está mais destinada à autenticidade, pois mais infensa às pressões externas e mesmo aos perigos da corrupção.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, penso que o Senado e o Congresso Nacional devem responder de imediato ao chamado feito pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, que, conforme consta de sua Resolução já referida, se dispõe a adotar as regras que o Legislativo baixar sobre a questão.

Há alguns projetos tramitando no Senado e na Câmara. É preciso, que, com grande urgência, sejam eles objeto de análise e apreciação, para que, com o pecado político da indiferença e da omissão, não seja-

mos responsabilizados pelo nocivo amesquinamento da representação popular em nossos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder da Minoria, ao Senador César Borges, por cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de falar, neste momento, de uma questão que preocupa toda a Nação brasileira, mas, de forma especial, o meu Estado, a Bahia. Refiro-me, Sr. Presidente, às intoleráveis ações atuais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, que prometeu um abril vermelho, que está efetivamente ocorrendo.

Apesar de o Stedile ter dito que “infernizar” não era bem a palavra apropriada e, numa brincadeira de mau gosto, tê-la trocado por “azucrinar”, não sei qual a diferença efetiva. Acredito que, na prática, ela não exista, porque ele está, efetivamente, infernizando a vida do povo brasileiro, principalmente daquele setor mais ativo da economia brasileira, o setor do agronegócio, que sustentou a economia brasileira no ano de 2003 e que agora sente-se inseguro com essa ação de azucrinar ou infernizar. Seja qual for o tipo de denominação que queira o Stedile usar, ele conta com a leniência do Governo Federal e do Ministro Rossetto, que é simpaticamente da causa das invasões, essa é a verdade. Isso traz uma intranquilidade imensa a todo o País.

Podem ocorrer perdas inestimáveis no setor do agronegócio, que, se por um lado está pujante, não deve nada a este Governo, que, ao contrário, tem lhe criado dificuldades, como essas invasões, que, com certeza, contam com a complacência governamental, e a falta de investimentos na infra-estrutura para fazer com que o setor prospere e a produção escoe rapidamente.

O Governo prometeu, no ano passado, assentar 60 mil famílias. Assentou pouco mais de 30 mil, e desses apenas 6 mil assentamentos foram feitos graças ao atual Governo, porque os restantes, cerca de 20 mil, já estavam estruturados, desapropriados e prontos para serem realizados. Isso foi feito no governo passado.

Já se passaram 25% do ano de 2004, estamos no segundo trimestre, mas o Governo sequer alcançou 10% da sua meta de atendimento de 117 mil famílias neste ano. O que faz o Governo? Anuncia que vai ampliar os recursos para o assentamento, mas não aumenta o número de assentados, ou seja, está enganando o povo brasileiro, o MST, dizendo que os recursos de 1,5 bilhão disponíveis eram suficientes para assentar as 117 mil famílias, serão ampliados para 1,7 bilhão,

mas mantendo o mesmo número de pessoas. Aí, há alguém enganando alguém.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me preocupa é que se falava que a invasão se daria em terras improdutivas, mas, na Bahia, ela ocorreu em terra produtiva, ocupada por uma plantação de eucaliptos.

O extremo sul da Bahia e o norte do Espírito Santo são as melhores regiões do mundo para o crescimento mais rápido do eucalipto. No Espírito Santo, temos a Aracruz, e, na Bahia, a Bahia Sul Celulose. Temos agora o novo projeto da Veracel, que há mais de 10 anos planta eucalipto, um projeto que precisava de solução, de uma engenharia financeira para se realizar. Isso foi concluído agora, com recursos da Finlândia, da Suécia e do Brasil, porque a Veracel é composta pela Aracruz, pela Stora, que é sueca, e pela Enso, que é filandesa. Portanto, são as maiores, são os *dealers* mundiais da produção de celulose. Sr^{as} e Srs. Senadores, é um projeto de US\$1,250 bilhão. Os executivos dessa empresa estiveram com o Presidente da República e anunciaram esse como o maior empreendimento da área de celulose do mundo atualmente sendo implantado. O que dirão esses investidores estrangeiros agora? Terra produtiva, legalizada, invadida por mais de três mil pessoas.

E o Governo fica contemplativo, leniente, como se isso não tivesse nada a ver com ele. O Ministro Miguel Rossetto diz que não pode ser contra os movimentos sociais. E quem é contra o movimento social? Quem é contra o movimento social é o Governo, que não tem atendido às necessidades do povo brasileiro, da reforma agrária. Que já perdeu mais de um ano sem tomar as atitudes que deve tomar. E coloca o Presidente da República o boné na cabeça, achando que com isso ganha a simpatia do MST. Sabemos que o MST, se por um lado pleiteia algo justo, que é a terra para assentar trabalhadores, por outro tem um componente político perigosíssimo, que, na verdade, visa a trazer inquietação política e institucional para o nosso País.

Portanto, essa é a solução que, a meu ver, tem que ser adotada com rapidez. É a solução de um Governo afirmativo, de um Governo que tem que zelar pela paz institucional e pelo Estado de Direito democrático. Sr. Presidente, a própria Justiça já deu reintegração de posse e, hoje, o Governo do Estado da Bahia tenta, numa ação extremamente conseqüente, conversar, dialogar, para que a reintegração de posse, que faz parte do nosso Estado de Direito, não se dê de forma tal que possa, amanhã, ser lamentada, com mortes ou conflitos indesejáveis.

Sr. Presidente, essa situação, sem sombra de dúvida, tem uma parcela fundamental de responsabilidade ou, eu diria, de irresponsabilidade do atual

Governo. Imaginem o Brasil, o extremo sul Estado da Bahia, perder um investimento de US\$1,250 bilhão, por conta da leniência de um Governo que não está cumprindo, infelizmente, as suas obrigações com o povo, com o trabalhador do campo, que merece uma reforma agrária feita dentro da lei e com recursos federais – que não estão sendo alocados.

Era isso que eu queria colocar aqui, hoje, Sr. Presidente, esperando que o abril vermelho possa, efetivamente, não se cumprir até o final do mês. Se temos hoje, dia 7, no início do mês, já tantas invasões no campo, imaginem quando chegarmos ao final do mês de abril que tipo de situação estará vivendo o Brasil, em função da falta de ação do Governo Federal.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – Pi.) – V. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno, tem direito ao uso da palavra por cinco minutos.

O Senador César Borges quer tirar o vermelho do campo, e eu, do tempo que S. Ex^a excedeu.

Concedo a palavra, como Líder do PFL, ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, li, com certo espanto, uma matéria publicada no jornal **O Globo** de 28 março último, com o título “Rio pode perder para Brasília a sede da Agência de Saúde Suplementar”, cujo conteúdo decorre de decisão tomada, acertadamente, por seu Diretor-Presidente, Dr. Fausto Pereira dos Santos, de permitir que seus despachos administrativos possam ocorrer em Brasília, ou seja, na Capital Federal.

Permito-me recordar a V. Ex^{as} os fatos que ocorreram por ocasião da tramitação, no Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 1.928, de 25 de novembro de 1999, que criava a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Na época, eu exercia meu mandato de Deputado Federal, representando nossa Capital.

A referida medida provisória, após inúmeras discussões naquela sessão histórica do Congresso Nacional, presidido então pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, veio a ser votada em plenário no final do mês de janeiro de 2000, durante convocação extraordinária. Muitos foram os debates em torno do tema, dada a peculiaridade e a importância da criação de um órgão regulador que disciplinasse o setor de planos de saúde.

Naquele dia, inesquecível para mim, a Bancada do Distrito Federal marchou unida, e, embora contasse com apenas oito Deputados Federais, conseguimos extrair um compromisso do Governo, subscrito por seus

Líderes e por todos os Líderes partidários. Fazia-se necessário alterar seu artigo primeiro de modo que a sede da agência, prevista equivocadamente para o Rio de Janeiro, pudesse ser fixada em Brasília.

Alertávamos, na época, para os transtornos que a fixação da sede da nova autarquia no Rio iria causar, em face da distância que se estabeleceria entre seu corpo diretivo e o Ministério da Saúde, implicando em equívoco ainda pior do que o ocorrido em relação à Agência Nacional do Petróleo, cuja sede, embora fixada na lei como sendo em Brasília, funciona realmente no Rio de Janeiro, por força de um artifício chamado “Escritório Central”, situação que continuamos lutando para modificar.

Ocorre que a situação da Agência Nacional de Saúde Suplementar é diferente, daí resultar que a medida, repito, acertada, instituída pelo seu diretor-presidente por meio de resolução interna, autorizando-o a despachar em Brasília, não deveria acarretar qualquer reação por parte dos ilustres representantes do Rio de Janeiro no Congresso Nacional, como se verifica no conteúdo da matéria.

Há uma porque a mencionada resolução nada mais faz senão antecipar os efeitos do Projeto de Lei nº 2.707, de 2000, cujo texto modifica expressamente o art. 1º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro do mesmo ano, para determinar Brasília como sede e foro da ANS; há duas, porque a resolução interna e moralizadora atende ao princípio da economicidade, uma vez que permite, de imediato, que a direção da agência possa despachar em Brasília, já que era irracional, do ponto de vista administrativo, que a sua direção viesse à Capital Federal tratar de questões fundamentais do setor de planos de saúde com o Ministro da Saúde, e tivesse que retornar ao Rio de Janeiro para implementar tal decisão e, há três, porque a mudança da sede foi fruto de acordo subscrito no Parlamento por todos os Líderes partidários e do Governo, não se podendo cogitar que o mesmo possa ser descumprido.

Aliás, o que ocorre hoje é que o projeto de lei está entrando no seu quarto ano de tramitação, somente na Câmara dos Deputados, quando já deveria estar em vigor, uma vez que foi, registro mais uma vez, objeto de acordo celebrado no Parlamento. Com isso permito-me esclarecer ao nobre e combativo Deputado Antonio Carlos Biscaia que não se trata, o ato do presidente da ANS, “de qualquer subterfúgio no sentido de promover uma mudança gradual da sede da ANS”, porquanto, a não ser que o Parlamento resolva quebrar um compromisso assumido e assinado pelos Líderes partidários durante sessão do Congresso Nacional, a mudança da sede da agência para Brasília é mera questão de agilização do processo legislativo.

Também não se trata de desprestígio para o Rio, Estado imponente por suas belezas naturais e por seu destacado desenvolvimento industrial, e que tão bem cumpriu o seu papel de Capital Federal, até 1960, mas pura e simplesmente do chamamento à ordem das coisas, do cumprimento da Constituição Federal, que prevê Brasília como Capital Federal e sede administrativa do País, do respeito à nossa condição de pólo indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, cuja posição central em relação a todas as unidades da Federação facilita inclusive o trabalho parlamentar, além de dar racionalidade administrativa – o que todos queremos – a uma área tão vital para a saúde do nosso povo.

Aliás, penso que é chegada a hora de irmos ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, Deputado Maurício Rands, para solicitar que agilizem a tramitação do Projeto de Lei nº 2.707/2000, de modo que o acordo firmado no Congresso Nacional seja efetivamente cumprido e a sede da Agência Nacional de Saúde Suplementar se estabeleça definitivamente em Brasília, Capital de todos os brasileiros.

Por tais razões é que gostaria de enaltecer a atitude do Presidente da ANS, Dr. Fausto Pereira dos Santos, de se adiantar à demora do Parlamento para tornar definitiva essa questão da sede da agência, com a convicção de que muitos ganhos administrativos e políticos advirão dessa acertada medida adotada pela direção superior de tão importante órgão regulador, cujo funcionamento se fará muito melhor quando sua sede for definitivamente estabelecida em nossa Capital.

Sr. Presidente, sei que posso contar com o apoio de V. Ex^a e dos demais Pares desta Casa no importante intuito de consolidar Brasília efetivamente como Capital administrativa do País. Não podemos mais admitir que órgão novos, criados recentemente, como a Empresa Brasileira de Energia Elétrica, venham a se fixar no Rio de Janeiro. É ruim para o Congresso Nacional, é ruim para o nosso trabalho, é ruim para quem tem que se deslocar para tratar de assuntos de interesse do Governo Federal. E é muito caro, porque todos esses técnicos que trabalham nessas entidades vêm constantemente a Brasília. Se formos apurar as contas das agências que funcionam no Rio, verificaremos gastos exorbitantes com passagens aéreas e hospedagem em Brasília.

Por isso, faço mais uma vez, como já fiz mais de uma dezena de vezes, o apelo ao Congresso Nacional para que amadureça a idéia e não deixe de consolidar Brasília. Precisamos do apoio de todos os Senadores

e Deputados para consolidar Brasília como capital administrativa e como capital de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Paulo Octávio, Juscelino Kubitschek criou Brasília, mas, como diz o poeta, quem ama cuida. V. Ex^a ama, cuida e faz Brasília crescer.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, Dia Mundial da Saúde, venho registrar minha surpresa com mais um desencontro de informações, que revela a inconsistência da política nacional de saúde.

Entrou esta semana em rede nacional de televisão um comercial em que o Ministério da Saúde anuncia a distribuição de 1.480 ambulâncias por todo o País para atender o SAMU, o Serviço Móvel de Atendimento de Urgência.

Uma ligação gratuita para o número 192 promete acionar o atendimento de emergência em caso de traumas, partos, ataques cardíacos e outras urgências, 24 horas por dia.

Tudo leva a crer que se trata de novo surto da propaganda enganosa que já obrigou o Governo a tirar do ar os comerciais do Pronaf e do Bolsa Família. O ator dá a boa notícia tendo ao fundo um pátio cheio de ambulâncias, dando a entender que a maior parte dos veículos é de UTIs móveis, compradas e distribuídas pelo Ministério da Saúde.

Se a imagem corresponde à verdade, e a empresa Rontan Eletro Metalúrgica, de Tatuí, em São Paulo, já conseguiu adaptar os veículos adquiridos da Chrysler, Renault e Nissan, por meio de pregão, vale questionar se a alegada economia de 20% a 30% – segundo o Governo – obtida na compra conjunta continuará sendo considerada diante da complicada logística de distribuição desses veículos. Essa pergunta fica no ar.

Difícilmente isso irá ocorrer, porque foi essa dificuldade logística que demandou todo o processo de descentralização de compras do Governo, que é mais racional e evita a concentração de recursos da União.

Quero dizer que, se isso não for verdade e se as imagens são de computação gráfica, não há dúvida de que a propaganda falta com a verdade. A dificuldade de condensar, em poucas palavras, a complexidade de uma operação que envolve as três esferas de Governo não justifica a falta de transparência na divulgação das imagens.

O SAMU, tampouco, é um presente do Governo Federal. O Ministério da Saúde vai investir, para fazer funcionar esses postos de atendimento, cerca de R\$120 milhões. E conta com R\$180 milhões, que deverão ser acrescentados por Estados e Municípios. Portanto, é um programa de parceria, o que a propaganda do Governo não revela.

Por enquanto, apenas seis prefeituras do PT aderiram ao SAMU. Mas o comercial, veiculado em todos os Estados, estimula o cidadão a ligar para o 192. Ele será atendido pelos bombeiros ou pela polícia militar, que ainda não tem informações sobre o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, peço permissão a V. Ex^a para interrompê-la por instantes, na oportunidade – e quis Deus que eu estivesse presidindo esta sessão – em que a mocidade estudiosa do meu Estado, o Piauí, está presente nas galerias. São alunos do Instituto Dom Barreto, de Teresina. Eles estão no curso de Relações Internacionais da UNB.

O nosso Estado, o Piauí, tem uma bandeira igual à do Brasil, com as mesmas cores, mas tem uma estrela: essa mocidade, orgulho do nosso Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu me associo a V. Ex^a, Sr. Presidente, cumprimentando os estudantes do Piauí que honram esta Casa com suas presenças.

Voltando ao SAMU, quero dizer que, em 2004, o Ministério da Saúde investirá R\$120 milhões, como coloquei aqui, sendo que R\$180 terão que ser de contrapartida de Estados e Municípios. Portanto, não é um programa do Governo Federal, como quer passar a propaganda. Por enquanto, apenas seis prefeituras do PT aderiram ao SAMU, mas o comercial, veiculado em todos os Estados, estimula o cidadão a ligar para o 192. Será atendido pelos bombeiros ou pela polícia militar, obviamente de responsabilidade dos Estados, que ainda não têm informação sobre o serviço, o que é uma irresponsabilidade, porque, na verdade, a propaganda diz que o programa já está em pleno funcionamento.

Segundo o Ministério da Saúde, o SAMU atenderá 132 Municípios e 20 capitais, e não todo o País, como afirma o comercial. O *site* do Ministério informa que, até junho, serão 150 UTIs e 650 ambulâncias – portanto, 800 unidades.

A abrangência desse serviço, pergunto, justifica uma campanha nacional? No entanto, ele desperta hoje a atenção do País inteiro, com uma propaganda que, acredito, provocará uma demanda muito grande. Pergunto também: será que os bombeiros estão preparados para essa sobrecarga que virá do atendimento

ao 192? Essa é uma pergunta que deixo para todos aqueles que estão me ouvindo neste momento. O serviço é importante, não resta dúvida alguma, mas não é a melhor imagem para marcar os avanços da saúde num dia como hoje.

Ele prioriza o atendimento de emergência, em detrimento da cultura da prevenção, que exigiu um grande esforço de capacitação dos agentes de saúde. Se a população já procura o pronto-socorro em vez do posto, essa campanha vai pressionar ainda mais os hospitais.

A propaganda institucional, paga e divulgada com recursos públicos, deve prestar conta das ações do Governo à sociedade e não vender ilusões em clima de propaganda eleitoral. O Presidente Lula admitiu ontem que se deve divulgar o que é feito pelo Governo Federal e tem reclamado que os governos estaduais não costumam divulgar o recurso federal. Entendemos que, por uma questão ética, os governos estaduais devem mostrar o que é recurso federal, o que é recurso estadual e o que é recurso municipal, a fim de que o cidadão contribuinte possa avaliar os seus impostos por meio dos serviços prestados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo menos uma vez por semana, em seus discursos, o Presidente tem pedido paciência ao Brasil, mas o desperdício de tempo e dinheiro para maquiagem a realidade no intuito de desmentir o imobilismo do Governo nos deixa no limite da paciência.

Apenas propaganda já não convence, como aponta a queda de popularidade do Governo na última pesquisa do Ibope. Na falta de programas consistentes, o que se vê é um improviso atrás do outro. Ao mesmo tempo em que apóia hoje a campanha internacional que trata as mortes no trânsito como uma questão de saúde, o Governo é lento nas ações voltadas à recuperação do péssimo estado das rodovias federais – uma das causas de acidentes fatais.

Ontem foi lançado com pompa o Programa Nacional de Erradicação da Hanseníase. Enquanto isso, perto de Brasília, em Anápolis, sem médicos e recursos até para a alimentação, a Unidade José Pereira Rodrigues vai fechar as suas portas e deixar na rua vinte de seus pacientes portadores do Mal de Hansen, porque a entidade acumulou uma dívida de R\$45 mil, desde que o Ministério da Saúde alterou a política de atendimento à hanseníase.

Outro desencontro na política de saúde: a Liderança do Governo, na semana passada, impediu que a CAS debatesse a obrigatoriedade do tratamento odontológico nos postos do SUS. Mas o próprio Presidente Lula acaba de lançar um programa de saúde bucal e anuncia a distribuição de dentaduras. O Governo não

permitiu que o Senado da República debatesse com a sociedade e votasse um projeto que seria implementado pelo SUS, mas lançou um programa sem nenhum debate com esta Casa.

Em relação às outras ações, já se gastou muito dinheiro na divulgação do Fome Zero, um programa que não consegue sequer usar os recursos orçados. É quase impossível descobrir onde despacham os gestores do programa, rebaixado à secretaria, porque a nova estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criada em 23 de janeiro, ainda não foi regulamentada.

O Governo promete, agora, divulgar a tabela de gastos com publicidade. Mais do que isso, o País precisa ter total acesso às informações sobre as políticas públicas, orçamentos e repasses de recursos. É um direito da sociedade tão penalizada pela atual carga tributária.

A transparência facilitará o trabalho do TCU, da imprensa e da Oposição e até poupará a imagem do Governo de tantos desgastes.

Quando o desmentido vira hábito, ao eleitor resta apenas o desencanto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Por cessão do Senador Alberto Silva, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Piauí, que discursará diante dos alunos do Instituto Dom Barreto, daquele Estado.

Gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que resta uma hora de sessão e que há cinco inscritos para falar. Pediria que fossem breves, para que todos tenham a oportunidade de usar da palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão de 7 de abril, quarta-feira da Semana Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que assistem a esta sessão por meio da TV Senado e da Rádio Senado AM e FM ou que deste discurso terão conhecimento pelo **Jornal do Senado**, quis Deus que estivesse aqui presente o melhor do Brasil, a mocidade estudiosa do meu Piauí.

Muito à vontade, pedi para falar no lugar do Senador Alberto Silva, porque hoje é um dia meu e do Piauí, o Dia Mundial da Saúde. Quis Deus que um médico estivesse presidindo esta sessão, o Dr. Augusto Botelho, de Roraima, de Boa Vista.

Senador João Batista, a Organização Mundial de Saúde, que tenta fazer com que a saúde seja como o sol, igual para todos, reza: saúde não é apenas a ausência de doença ou enfermidade, mas é o mais completo bem-estar físico, mental e social. Então, é preciso entender bem-estar social. Por isso, Juscelino, médico, entrou na política. No Piauí, houve quantos Governadores médicos, como eu?

Por que fazer saúde tem a ver com bem-estar social? Senador João Batista, fazer saúde é combater o pauperismo, a miséria, a fome; é prover o bem-estar social e não só o bem-estar físico ou mental. Daí por que homens como eu, o Senador Augusto Botelho e Juscelino Kubitschek, para servir mais, deixaram seu templo de trabalho, a sala de cirurgia. Deus, guiando nossas mãos, fez-nos salvar uma vida aqui e outra acolá, mas trocamos o bisturi por outro instrumento: a caneta, o poder. Não nos encanta o poder pelo poder, mas a oportunidade de servir – e, na Semana Santa, essas coisas são simples. Disse Cristo: “Vim ao mundo não para ser servido, mas para servir”. Essa é a mensagem que quero dar.

Quero dizer ao Partido que governa, ao PT, que tem na sua sigla a palavra “trabalho”, e ao Senhor Presidente Lula, em quem o Piauí, eu e muitos brasileiros devotamos nossas esperanças: façam uma reflexão! Não usem a palavra “trabalho” para ganhar a eleição, mas no compromisso da voz de Deus, que disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa é a afirmação para a reflexão dos políticos que governam. Essa é uma mensagem clara de Deus, pois é obrigação do governante propiciar trabalho. Trata-se de um dever, de uma mensagem, que o núcleo duro do Palácio tem dificuldade de entender.

Senador Alvaro Dias, a dureza é motivo de vanglória, e a ignorância é audaciosa. Como professor de Biologia e de Fisiologia e como médico, sei que duro é quem não pensa, não raciocina. A natureza mostra que temos de ser flexíveis: a árvore dura se quebra com a ventania, e a flexível dobra-se.

Nesta Semana Santa, comemora-se, por coincidência, o Dia Mundial da Saúde. E, orgulhosamente, Senador João Batista, afirmo, não como Senador da República, mas como médico, que entendo ser a ciência médica a mais humana das ciências. É o médico o grande benfeitor da humanidade.

Aqui, em Brasília, afirmo que um dos orgulhos do Piauí é ter, neste País, uma das medicinas mais avançadas, referência e excelência nacional. Não iria cansá-los. Bastaria dizer que poucos Estados entram na Medicina moderna da era dos transplantes e que fazemos – e não vou cansá-los, porque um quadro

vale por dez mil palavras – transplante cardíaco com êxito. Isso mostra o avanço.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte no momento adequado?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a – que tem orgulho daquele bravo Estado do Rio Grande do Sul, de um povo trabalhador, que deu a este País as mais expressivas lideranças da nossa História –, sintetiza e simboliza muito bem a grandeza do homem político do Rio Grande do Sul, justamente quando, nesta Casa, é ainda uma esperança do PT, no qual todo o Brasil confiou. V. Ex^a, nesta Casa, escreveu as mais belas páginas da política e do seu Partido, na luta contra os preconceitos raciais, defendendo o negro, o idoso, o aposentado e o aumento do salário mínimo. É com muito orgulho que o Senador do Piauí abre mão do seu serviço para ouvir o representante do Rio Grande do Sul, mas, na certeza, de que, se houvesse as Olimpíadas de Estado, o Piauí levaria a medalha de ouro, e o seu Estado, a medalha de prata.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, na verdade, eu estava na Vice-Presidência, ouvi a fala de V. Ex^a e fiz questão de apartear-lo, sabendo que, nas galerias, se encontram jovens do seu grande e sempre muito bem defendido Piauí. V. Ex^a foi muito feliz ao dizer que a forma de homenagear a saúde é combater a chaga social. Quero dar aqui o meu testemunho, para que essa juventude leve ao Piauí a certeza de que o Senador Mão Santa é um lutador pelas causas sociais, pelas causas populares, em defesa, inclusive, de um salário mínimo justo, já que, se aprovarmos um salário mínimo decente, iremos beneficiar cem milhões de brasileiros. Senador Mão Santa, fiz questão de apartear-lo, embora brevemente – o tempo está limitado –, para que os jovens do Piauí levassem este meu depoimento como uma homenagem ao Piauí e ao seu brilhante trabalho de Senador da República. Parabéns, Senador Mão Santa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a presença e a participação do Senador Paulo Paim e quero me apresentar, já que estamos na Semana Santa. Na paixão de Cristo, houve um homem que se apresentou para ajudá-Lo: Cirineu. Quero ser o seu Cirineu, Senador Paulo Paim, na luta em defesa dos idosos, na luta pela igualdade e pela liberdade dos negros, na luta em defesa dos aposentados, na luta pelo melhor salário mínimo.

Senhor Presidente da República, em certa ocasião, afirmei que a humildade une os homens e que o orgulho os divide. Que volte a governar o País o Presidente Lula humilde!

Um quadro vale por dez mil palavras.

Trago, do jornal **O Globo**, o que diz Dom José Maria Libório Camino Saracho, representante de Deus nesta terra, Bispo de Presidente Prudente: “Lula está dormindo”. Essa reflexão é muito oportuna nesta Semana Santa.

Que missão dura foi a que Deus Pai deu a seu Filho, Jesus! Houve horas de dificuldade em que Cristo quis ficar desesperado, chegando a pedir ao Pai: “Afasto de mim esse cálice!” Mas Ele cumpriu a sua missão, que o mundo todo, há 2.004 anos, revive.

Atente bem, Presidente Lula: tire um grande ensinamento dessa passagem! No Domingo de Ramos, Jesus chega aclamado, ovacionado, acreditado, e, na sexta-feira, ocorre a Sua paixão. Esse foi um ensinamento às multidões. Estamos aqui porque Cristo cumpriu sua missão. Cristo falou bonito. Não havia naquela época a televisão e o rádio de que dispomos, Senador Eduardo Suplicy, mas Cristo subiu a montanha e disse: “Bem-aventurados os humildes, os mansos! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Faço uma reflexão, Senhor Presidente da República. Senador Vitalício Carreira, que está aqui há trinta anos, por que seguimos Cristo? Ele discursou bem. O Senador Pedro Simon também discursa bem; acredito que a liderança dele dure um século, mas é difícil que dure 2.004 anos.

O Pai-Nosso, que beleza de discurso! É um minuto, são 56 palavras. Senador Eduardo Suplicy, há somente 56 palavras no Pai-Nosso. Atente bem para isso e se inspire!

Por que seguimos Cristo? Porque Ele fez obras; não foram só palavras. Olhe o ensinamento, Presidente Lula: afaste-se do núcleo duro, que nada tem para lhe ensinar, que só complica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seguimos Cristo. Vamos comemorar e estamos comemorando. O plenário não está vazio. Os Senadores são cristãos. Logo irei ao meu Piauí rezar, segundo nossas tradições cristãs.

Seguimos Cristo, porque Ele fez obras, Senador Paulo Paim: fez cego ver; fez aleijado andar; fez mudo falar; fez surdo ouvir; limpou os corpos dos leprosos, tirou o demônio dos endemoninhados, multiplicou o vinho. Então, Presidente Lula, trabalhe, faça obras, realize! Vossa Excelência ainda não fez um sala de aula neste Brasil. Vossa Excelência está sendo enganado.

A popularidade do Presidente Lula caiu.

Senador Paulo Paim, quero transmitir, por intermédio de V. Ex^a, que é do PT, um ensinamento ao Presidente. Conheço freio em caminhão, em bicicleta, em carroça, em trem e até em avião – esse avião zero que vem aí tem freio. Até em homem se coloca freio!

Adalgisa coloca um freio, e a gente freia. Mas não sei se existe freio em queda política. Não tem não, Senador Eduardo Suplicy. Está caindo e vai cair. Mudem os rumos, a direção.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Reflitam sobre a vida de Cristo: é preciso fazer obras. E isso não houve. Este País decresceu, pecou contra Deus. “Comerás o pão com o suor do teu rosto.”

Olhem o que disse o Bispo: “Lula está dormindo”.

O GLOBO: Por que o senhor beijou e lavou os pés dos sem-terra?

DOM JOSÉ MARIA LIBÓRIO CAMINO SARACHO: É um gesto de fraternidade. A sociedade deve ser fraterna e servir, longe das teorias, sejam quais forem. A prática cristã nos leva a servir.

O GLOBO: Os sem-terra são bem-vindos na Igreja?

DOM JOSÉ: Todos são bem-vindos. (sic) (...)

O GLOBO: O senhor acha que Lula está dormindo?

Quem responde é o ministro de Deus:

DOM JOSÉ: Está! Falta sensibilidade. Ele acha que vai resolver tudo, mas o nosso povo está sem trabalho, está com fome. E ele está engordando. Por que não faz a CPI do Waldomiro? É uma oportunidade para pôr as coisas às claras. Se errou, peça perdão. Aprenda e não vai mais errar.

Aproveito os minutos finais para dizer o seguinte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a me concederá um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concederemos, mas temos de falar mais alto para, primeiro, acordar o Lula, porque só falta um minuto.

Sua Excelência ontem fez mídia sobre a saúde. O Presidente inaugurou ontem no Acre, Estado governado pelo PT, um hospital para tratar de lepra. Mas há abandono em Anápolis, cidade importantíssima do Estado de Goiás.

Senador Augusto Botelho, é uma prova do meu amor ao Piauí. Senador Paulo Paim, Deus foi muito bom.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem um segundo para me conceder o aparte; do contrário, não conseguirei, regimentalmente, fazê-lo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Mas eu tenho a bondade e a generosidade do Presidente-médico. S. Ex^a dará o tempo para V. Ex^a falar. Não se preocupe, porque estou confiante na generosidade do Sr. Presidente, no espírito da lei.

Senador Eduardo Suplicy, Deus foi muito bom para mim. Primeiro, fez com que eu nascesse no Piauí, me casasse com uma mulher do Piauí, tivesse filhos no Piauí, governasse o Estado do Piauí. Hoje, represento nesta Casa o Piauí.

Senador Paulo Paim, ouça este testemunho: Deus foi tão bom para comigo que eu só soube o que era desemprego nas funções de governante. Quando terminei a minha pós-graduação, fui chamado à diretoria do hospital. Um Deputado Federal de Goiás, muito rico, dono do melhor hospital da região, havia sido eleito e deveria escolher um médico para cuidar do hospital. Eu fui apontado pelo Diretor da UTI, Tufik Simão, mas não aceitei. Também recebi ofertas para inaugurar o Hospital do Ipase, com o Professor Serrão. Mas eu queria ir para o Piauí.

Estamos na Semana Santa. Senador Eduardo Suplicy, Moisés, líder da antigüidade, como V. Ex^a é líder do povo de São Paulo, libertou o povo de Deus e passou 40 anos para guiá-lo para uma terra que deveria ter água, leite e mel – a Terra Prometida. Penso, Senador Paulo Paim, que ele se perdeu. A Terra Prometida é o Piauí, que tem muita água, leite, mel e felicidade.

Encerrarei e concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Suplicy.

Em Anápolis, há um hospital de leprosos, e o Piauí dá o exemplo. Senadores Paulo Paim e Augusto Botelho, serei breve e vou dar minha experiência. O Piauí tem também um leprosário e fica na minha cidade. Em 1945, surgiu a sulfona, medicamento para tratar os leprosos. Quem teve lepra antes de 1945 está mutilado e deformado – está sem nariz, sem perna, sem orelha. E esse povo está em Anápolis. Está aqui no jornal **Correio Braziliense**. Enquanto uma mídia extraordinária faz propaganda, o jornal, no dia seguinte, mostra que dezenas e centenas de mutilados estão morrendo bem aqui no Estado de Goiás.

Então, eu ensinaria ao Governo o que eu aprendi no meu Piauí, com o povo do meu Piauí.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. O fato é que a saúde do Brasil, Senador Eduardo Suplicy, vai mal. Ela vai muito bem na propaganda e na mídia que o Governo faz na televisão. Desligou-se a televisão, acabou o Governo do PT.

Ouç o aparte deste extraordinário Líder do PT do Estado de São Paulo, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Mão Santa, seis Senadores ainda estão inscritos. Pedimos que os pronunciamentos sejam

mais breves para que todos tenham a oportunidade de falar. Inclusive o Senador Eduardo Suplicy, que está na pontinha da fila.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, eu aproveitaria minhas últimas palavras...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/ PT – SP) – Vou atender ao pedido de V. Ex^a, para que eu mesmo possa ter direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Ótimo, Senador!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, utilizaria minhas últimas palavras aos Céus e a Deus: Oh, meu Deus, abençoe o povo do Brasil nesta Semana Santa e que o Governo se inspire em Deus, buscando trabalho para os brasileiros! Com trabalho, vão desaparecer a fome, a miséria, o pauperismo; e virão a educação, a saúde e a felicidade.

Estas são as nossas palavras, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado.

A Presidência comunica ao Plenário que, além do Senador Valdir Raupp, mais cinco oradores presentes têm intenção de falar.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre as parcerias público-privadas, registro uma audiência que tivemos ontem, no Ministério da Agricultura, com o Secretário Executivo daquela Pasta, Dr. José Amauri, e toda a sua equipe técnica. Também participaram do encontro técnicos do Ministério das Relações Exteriores, representantes do meu Estado, o Secretário de Agricultura, representando o Governador, e vários outros técnicos e empresários ligados à pecuária e à indústria frigorífica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Rondônia, o meu Estado, tem um rebanho de 10 milhões de cabeças de gado e conseguiu o certificado de área livre de aftosa junto à OEA – que fomos receber na França no ano passado – para que possa exportar para a União Européia. Está vindo de Bruxelas, no final do mês, uma missão da União Européia para certificar várias outras plantas industriais do Brasil. Ficaram fora dessa recomendação do Ministério da Agricultura Rondônia e Tocantins. Fomos, então, pedir encarecidamente – e peço também aqui desta tribuna – ao Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e toda sua equipe técnica que fizessem gestão junto ao Ministério das Relações Exteriores e à União Européia para que Rondônia também possa ser inspecionada e, posteriormente, credenciada para

exportar carne para a União Européia. Estamos prontos porque fizemos o dever de casa: a febre aftosa está erradicada no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito brevemente este plenário será chamado a discutir e deliberar sobre o projeto de lei que regulamenta as parcerias entre o setor público e o privado para a realização dos empreendimentos necessários ao nosso desenvolvimento.

O objetivo maior desse projeto é o de captar recursos da iniciativa privada, conjugados com sua maior agilidade empreendedora, para a implantação e operação de infra-estrutura e serviços para os quais o Estado brasileiro não dispõe de dinheiro suficiente.

É, pois, em sua essência, um dos mais importantes projetos de lei que se possa imaginar para o atual estágio de organização do Brasil do futuro. O sentido realista dessa iniciativa só pode ser aplaudido. O Estado, ou, numa visão mais abrangente, a sociedade reconhece que não tem como utilizar o que arrecada para realizar todas as empreitadas que deve. Busca, assim, Sr. Presidente, em seus grupos privados, os recursos de que necessita para atender à demanda dessa mesma sociedade. É uma alternativa válida e justificada. Resta apenas que a norma legal que regerá essa parceria e a prática ao longo do tempo de fato contemplem os interesses da sociedade de modo justo e eficaz. Que aos grupos privados que investirão nos empreendimentos seja reservada a justa remuneração pelo capital, tecnologia ou mão-de-obra que emprestarão à parceria.

Antecipando as benéficas conseqüências da promulgação da lei federal, Estados como Minas Gerais e São Paulo já começaram a montar o arcabouço logístico e legal que lhes permitirá, ato contínuo, iniciar a execução dos projetos de que necessitam.

Contudo, Sr. Presidente, por mais meritória que seja, a promulgação da lei, por si só, não deverá garantir a atração de capitais privados para os projetos de parceria. Será indispensável que o Estado, em suas diferentes esferas – federal, estadual e até municipal –, articule a adesão do setor privado nacional e estrangeiro, com a estruturação de um ambiente mais favorável aos investimentos. Tal quadro se configura, por exemplo, por ambiente normativo bem-definido e estável para os diferentes setores em que o Estado visa a atrair os parceiros privados, como, por exemplo, rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica e saneamento básico.

Todavia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a entrada em vigor de uma lei sobre as PPPs terá uma radical conseqüência sobre a gestão do Estado brasileiro sob a ótica da responsabilidade fiscal e do controle orçamentário.

Os prazos de vigência das parcerias podem ser de até 35 anos, como previsto no projeto de lei. Tal prazo compromete mais de um exercício e mesmo diversos mandatos presidenciais, o que exige que a sua execução esteja incluída no Plano Plurianual (PPA) e nas leis de orçamento da União e dos Estados federados. Ou seja, nada será realizável sem a obediência, por parte das autoridades, das regras estritas de responsabilidade gerencial das contas da Nação e das suas Unidades Federativas, o que, diga-se de passagem, é mais do que louvável se queremos chegar ao estágio de nação organizada e desenvolvida com justiça social.

Sr. Presidente, estou convicto de que a prática regulada por lei das PPPs, as parcerias público-privadas, será um passo decisivo na direção de uma gestão transparente e racionalizada dos recursos públicos no Estado brasileiro. Com sistemas reguladores bem-definidos nos diferentes setores envolvidos nos projetos; com sistemas de fiscalização, como o do Tribunal de Contas da União, bem-estruturados; com o interesse de que os empreendimentos sejam rentáveis por parte dos parceiros privados; com a pressão crescente da demanda social por governos responsáveis e por serviços satisfatórios, estaremos organizando, pela primeira vez em nossa história, a verdadeira integração entre Estado e sociedade, com vistas à construção de um Brasil mais justo e desenvolvido.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com prazer, Senador Leonel Pavan, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Queria cumprimentar o nobre Senador pelo seu brilhante pronunciamento e dizer que Santa Catarina também está orgulhosa, já que V. Ex^a também é um catarinense – foi para Rondônia levar a pujança do trabalho de Santa Catarina e hoje é um Senador que causa orgulho ao nosso País. Há pouco, estivemos reunidos com o Ministro dos Transportes e estávamos falando justamente sobre as PPPs, as parcerias com a iniciativa privada. Para as nossas rodovias, hoje, só há uma solução: buscarmos realmente essa parceria. Falávamos sobre a rodovia 370, a BR-101, e que, se o Governo não tomar essa iniciativa, se o Governo não avançar com a maior brevidade possível nesse projeto, teremos dificuldades no futuro. Assim como V. Ex^a está reivindicando, está lutando para que o País avance, para que o País cresça, para que tenhamos obras com qualidade, nós também, do PSDB, nós, de Santa Catarina, estamos torcendo para que isso ocorra o mais breve possível e possamos colocar à disposição do Brasil obras com qualidade, em parcerias do Governo Federal, dos go-

vernos estaduais e dos governos municipais. Hoje está na moda isso, é moda usar a palavra parceria. Por isso, é muito importante que possamos desenvolver esse projeto com a maior brevidade possível. Parabéns, ilustre Senador!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Pavan. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao nosso pronunciamento.

Gostaria de pedir compreensão ao Presidente da Mesa, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, porque tenho direito a vinte minutos – vejo que falei só nove e, no painel, o meu tempo já está se esgotando. Fui generoso com a Senadora Lúcia Vânia, que precisava viajar, cedi o meu tempo – aliás, fiz uma permuta, porque senão ela estaria ainda aqui, neste momento, na tribuna. Além disso, V. Ex^a também usou da palavra por 25 minutos. Então, gostaria de pelo menos mais uns cinco ou sete minutos para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ser generosos com V. Ex^a, mas queremos também generosidade para com os nossos companheiros inscritos, os Senadores Augusto Botelho, Delcídio Amaral, João Batista e Eduardo Suplicy.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Continuando o nosso pronunciamento, Sr. Presidente:

Vejo, nesse ponto, uma questão de fundo que atinge o nosso País de modo muito mais profundo do que a pura e simples regulamentação de parcerias. Na realidade, trata-se de um conjunto de escolhas que deveremos fazer tendo como referência o projeto de sociedade que desejamos para o futuro do Brasil nas próximas décadas.

Tais escolhas envolvem matérias como a matriz energética que deveremos ter; a matriz modal de transportes, principalmente terrestre e aquaviário; a matriz de telecomunicações; a matriz urbanística que nosso povo deseja, megalópoles ao estilo norte-americano ou cidades menores ao estilo europeu, por exemplo, e assim por diante.

Essas são escolhas de fundo que nortearão, certamente, a construção das parcerias. Sem elas, continuaremos a agir como temos feito, à base de impulsos ou de pressões de momento, que produzem, como têm produzido, instabilidade e fuga da iniciativa privada dos investimentos em bens sociais.

E, para não ficar apenas nas teses, cito um exemplo de antecipação da realidade à legislação, o da pavimentação de 2.440 quilômetros de rodovias em parceria entre os produtores rurais e demais segmentos do agronegócio no Estado do Mato Grosso, que propiciará sensível redução dos custos de escoamento das safras da região.

Cito um exemplo do meu Estado. Quando Governador, realizei uma parceria com um grupo privado, o Grupo Maggi – um de seus representantes é o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que hoje está fazendo essas parcerias no Estado. Construímos um porto graneleiro, em Porto Velho, à margem do rio Madeira. Depois dele, construímos outro porto, sempre com a parceria privada. Portanto, meu governo, o governo federal e a iniciativa privada, o Grupo Maggi, construíram esse porto que está escoando grande safra da produção do Mato Grosso. Depois dele, veio a Cargill, outra empresa privada que construiu um outro terminal graneleiro em Porto Velho. E já está para sair o terceiro terminal, em parceria com um grupo de Mato Grosso, ou seja, há sempre uma parceria com a iniciativa privada. Portanto, mesmo sem legislação específica, se o ambiente é favorável, dentro de uma perspectiva de longo prazo, a iniciativa privada tem interesse em dar o braço ao Estado para viabilizar projetos de interesse recíproco.

Nesse quadro, a Região Amazônica é um dos territórios mais férteis para a implantação de parcerias bem-sucedidas. Temos grandes riquezas, espaço e pouca infra-estrutura. Tudo favorece a realização de empreendimentos grandiosos e altamente rentáveis para a Nação e para os que neles investirem. Exemplos são: a modernização da rodovia BR-364, em Rondônia, estrada que liga o restante do País à Região Norte e aos produtos da Zona Franca de Manaus; o projeto Rio Madeira, com a construção das usinas de Jirau e Santo Antonio, gerando 7 mil *megawatts* de energia para o Brasil, não só para Rondônia, e mais de 20 mil empregos diretos, uma parceria entre Furnas e empresas privadas para o aproveitamento hídrico energético do rio; ou o gasoduto Urucu, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia, parceria Petrobrás – Noroeste Gás, que dotará nossa região do gás natural necessário ao nosso progresso, abastecendo a termoeletrônica de Porto Velho para reduzir as tarifas de energia doméstica e industrial, eliminando a queima diária de um milhão de litros de óleo *diesel*.

Mas para isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama agilizem as licenças ambientais desses grandes empreendimentos de que o Brasil precisa. Concordo, Senador Mão Santa, em que o Governo Lula precisa dar uma arrancada imediata no progresso do nosso País para gerar emprego e renda para o nosso povo. Não existe outra saída para o Presidente Lula a não ser o crescimento econômico. Mas, para isso, precisamos fazer, de imediato, obras grandiosas de infra-estrutura, não só com o apoio da iniciativa privada, mas também do Governo Federal.

E assim, Sr. Presidente, poderíamos listar uma encorpada relação de projetos necessários e urgentes para o nosso País. As redes de saneamento das regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras são amostras desses projetos, se quisermos elevar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do nosso povo.

Concluindo esta breve intervenção, desejo deixar gravada na memória dos meus nobres Pares a importância do projeto que chega para nossa deliberação. Ressalto, mais ainda, que não teremos que decidir apenas sobre o texto e suas implicações imediatas. Há implicações mais profundas, muito sérias, que perpassam mandatos, décadas e que devem ser a razão da forma final da lei que aprovaremos nesta Casa. Ela será, em grande parte, a moldura do quadro da construção da sociedade brasileira para o século XXI.

Em próxima oportunidade, já com os avulsos distribuídos aos meus nobres Pares, voltarei ao assunto, para que possamos entabular uma discussão técnica mais aprofundada e detalhada sobre o projeto de lei em si.

Aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, desejo que, nesta semana da Páscoa, renovemos as nossas esperanças por um futuro melhor para o nosso País e que Deus possa iluminar o nosso Presidente, toda a sua equipe e todos nós, para que possamos construir um País mais justo e mais humano.

Uma feliz Páscoa a todas as famílias brasileiras, em especial às famílias do meu Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, congratulo-me com o Senador Paulo Paim, pois estamos na mesma trincheira, lutando pela defesa dos pobres e dos mais humildes deste País.

Complemento o discurso do Senador, fazendo uma reflexão sobre o que vimos na televisão na noite passada, quando uma família de brasileiros foi expulsa da França. Quem viu aquele programa ficou até certo ponto surpreso, porque aquele moço tratava de cavalos, tinha uma casa fornecida pelo patrão, um carro fornecido pelo patrão, alimentação fornecida pelo patrão e ganhava o salário mínimo de R\$4 mil. Veja bem, Senador Paulo Paim, e V. Ex^a nunca pediu um

salário mínimo nem de R\$2 mil. V. Ex^a está pedindo um salário mínimo de R\$ 500!

O que está faltando hoje é ousadia por parte do Governo. O Presidente que saiu passou oito anos caçando marajás, atropelando os funcionários que trabalhavam e que se dedicavam, oprimindo-os, fazendo com que ficassem quase os dois mandatos presidenciais sem receber aumento de espécie alguma. E essa situação proliferou pelo País inteiro. Até hoje, praticamente todas as prefeituras adotam a mesma política. No meu Município, Serra, no Espírito Santo, há oito anos o funcionalismo não recebe aumento, muito embora a arrecadação tenha triplicado. Como diz Boris Casoy, Senador Mão Santa: “Isso é uma vergonha!”.

O Governo Lula poderia ousar mais, porque os empresários também ousariam e não ficaria apenas o MST ousando no nosso País e, muitas vezes, agindo ao arrepio da lei.

Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a pediu obras ao Presidente Lula, lembrando Jesus Cristo como obreiro e considerando que somente as obras tirarão o Governo Lula do atoleiro em que se encontra. Nós do Espírito Santo não estamos pedindo obras, por incrível que pareça. Estamos tão massacrados que todos nós, Senadores do Espírito Santo, temos pedido apenas o que já tínhamos no passado, as conquistas obtidas e que, hoje, estamos quase perdendo.

Gostaríamos apenas que o Governo Federal contivesse o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente no nosso Estado, para que não criassem parques marinhos de forma irresponsável, para que deixassem a Petrobras – essa empresa espetacular, maravilhosa, que honra a nossa Pátria – trabalhar, fazer prospecção de petróleo; que a ANP pudesse licitar os poços de petróleo que foram descobertos e que transformaram o nosso Estado na segunda maior reserva de petróleo. Presidente Mão Santa, gostaríamos que o Governo Federal deixasse a Aracruz Celulose trabalhar, transportando pelo mar eucaliptos da Bahia para o Espírito Santo, onde está localizada a maior indústria de celulose do mundo. Sr. Presidente, gostaríamos que os nossos proprietários rurais pudessem continuar produzindo e que não viesse a mão pesada do Governo desapropriando terras produtivas, como está ocorrendo em nosso Estado. Gostaríamos que o Espírito Santo pudesse utilizar o seu porto, que está praticamente paralisado devido a falta de verbas, e não encontramos a mão amiga do Governo Federal para nos ajudar. Gostaríamos que a nossa Garoto pudesse continuar produzindo bombons para este País e para o mundo, essa empresa tão nobre e digna, que sofreu a ação da mão pesada do Cade.

Presidente Mão Santa, não bastasse tudo isso, tenho em mãos para mostrar aos Srs. Senadores desta Casa dados sobre a transferência de verbas da União aos Estados brasileiros. Pasmem os senhores, o Estado de São Paulo – coitado de São Paulo! – teve uma queda enorme no recebimento de verbas federais: dos R\$ 502 milhões recebidos em 2002, recebeu R\$ 358 milhões em 2003, uma queda de 28,6%.

E o meu Espírito Santo recebeu apenas R\$ 18 milhões. O Acre recebeu R\$ 83 milhões – graças a Deus, embora ainda seja pouco. O seu Piauí, Sr. Presidente, recebeu, graças a Deus, R\$ 100 milhões. E o meu Espírito Santo, apenas R\$ 18 milhões.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E a minha Santa Catarina?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Santa Catarina, que recebeu R\$ 66 milhões em 2002, recebeu no ano passado R\$ 60 milhões – graças a Deus, Senador Leonel Pavan. Mas o meu Espírito Santo recebeu apenas R\$ 18 milhões.

E o Governador Paulo Hartung é um dos principais aliados do Governo Lula. E aí não entendemos mais a política neste País.

Pernambuco recebeu, em 2002, R\$ 205 milhões. Em 2003, houve uma queda astronômica, perdeu 39% das verbas, ficando ainda com R\$ 124 milhões. E o meu Espírito Santo, repito, ficou com apenas R\$ 18 milhões. Só perdemos para Roraima, Estado governado por outro aliado do Governo, que recebeu apenas R\$ 14 milhões.

Precisamos pôr a mão na consciência e cuidar dos mais pobres, sejam os trabalhadores, sejam os Estados. Não temos mais condições de viver como estamos. O brasileiro não encontra mais emprego.

Presidente Lula, vamos ousar! Vamos pagar um salário mínimo de pelo menos R\$500,00. Vamos fazer essa experiência!

Os impostos são indexados, representam percentuais sobre o valor dos produtos. Quando o trabalhador receber R\$500 mensais, poderá ir à farmácia, à casa de material de construções e ao supermercado para fazer compras e pagar impostos. E a arrecadação das Prefeituras, do Estado e do Governo Federal aumentará.

Vamos nos nivelar à Europa, onde se remunera bem o produtor, dando um salário compatível para que ele possa comprar os produtos necessários a sua família.

Não podemos continuar a ter medo de aumentar salários neste País, porque o salário do pobre volta para os cofres dos supermercados, para as lojas e em forma de tributo. Vamos fazer uma aventura! Vamos ousar, Presidente Lula! Vamos ouvir o Senador Paulo Paim e

os Senadores que desejam que os trabalhadores brasileiros tenham uma melhor condição de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, que belo e profundo pronunciamento!

Diria a V. Ex^a que, quando fui Prefeito de minha cidade, vivíamos uma época de inflação. Então, todas as vezes que a folha de pagamento atingia 80% – aí está o Senador Leonel Pavan –, eu pensava que não conseguiria pagar o salário dos funcionários, mas o ICMS aumentava automaticamente.

Então, são verdadeiras as suas afirmativas.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT do Estado de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 7 de abril, comemoramos a passagem do Dia Mundial da Saúde, que neste ano vai ser dedicado a um importante tema: o trânsito.

O trânsito, assunto sobre o qual de vez em quando vem falar aqui o nosso Senador de Santa Catarina, é uma doença. Mas as pessoas não têm tanto medo do trânsito como têm do câncer. Mas é preciso que comecem a temer porque o trânsito tem matado mais do que o câncer na nossa sociedade.

A decisão da Organização Mundial de Saúde de escolher o trânsito como tema das comemorações do Dia Mundial de Saúde não podia ser mais acertada. Anualmente, mais de um milhão de pessoas espalhadas pelo mundo morrem vítimas de acidentes de trânsito, o que é uma barbaridade. No Brasil, apesar dos esforços públicos, no sentido de disciplinar o trânsito o número de vítimas ainda é alto: 30 mil mortes.

Desse número muitos são os idosos vitimados pela irresponsabilidade dos motoristas. A estatística preocupa os cidadãos da terceira idade que se sentem inseguros e, muitas vezes, evitam ir a determinados lugares pela falta total de segurança no trânsito. Para diminuir esse problema é preciso conciliar um maior rigor na fiscalização do trânsito com um apelo aos motoristas. A rua é um espaço público e deve ser seguro para todos, sobretudo para os idosos e crianças. Um dos reguladores dessa segurança é, sem sombra de dúvidas, o trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, peço permissão para interrompê-lo regimentalmente. Esta sessão terminaria às 14 horas, mas vou prorrogá-la por 15 minutos para ouvirmos dois grandes oradores, os Senadores Suplicy e Delcídio, que estão inscritos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Dirigir com responsabilidade não é somente uma forma de se evitarem multas. É muito mais que isso. Dirigir com responsabilidade é garantir ao semelhante mais qualidade de vida. Um caminho para todos viverem cada vez mais e melhor.

Sr. Presidente Mão Santa, no ano passado, a Organização Mundial de Saúde divulgou um estudo segundo o qual os acidentes de trânsito lideraram as estatísticas mundiais de mortes violentas por causas externas em 2001, com 1,2 milhão de vítimas. Em segundo lugar, está o homicídio, responsável por 600 mil mortes.

No Brasil, uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde identificou que os acidentes de trânsito provocaram, em 2001, a morte de 30 mil pessoas nas ruas e estradas do País, média que se mantém desde então.

Esperamos que tanto o Governo como as entidades da sociedade civil desenvolvam ações que promovam uma reflexão entre as pessoas e adotem medidas concretas que possam reduzir a “epidemia” do trânsito. A sociedade precisa se unir e entender que trânsito seguro é uma questão de compromisso e que é possível revertermos esse quadro.

A maioria das mortes no trânsito brasileiro em 2001 ocorreu entre homens. Foram 24 mil óbitos, 82% do total de mortes por essa causa registrados em todo o País. A maior concentração de casos se situou na faixa etária de 20 a 39 anos, representando 44% das vítimas fatais. Ainda segundo o Denatran, morreram, no ano de 2002, 18.877 pessoas em virtude de acidentes de trânsito. Esses acidentes deixaram um saldo de 318.313 vítimas não fatais; quer dizer, quase 400 mil pessoas “adoeceram” em decorrência do trânsito.

Segundo técnicos do Ministério da Saúde, o uso abusivo de bebidas alcoólicas, a alta velocidade e as condições precárias dos veículos foram as principais causas de acidentes. Devemos considerar que também as condições de nossas estradas, em mau estado, aumentam o número de vítimas.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador Leonel Pavan, que vive brigando para duplicar as estradas de seu Estado, as estatísticas de vítimas fatais e não fatais decorrentes de acidentes de trânsito bastam para demonstrar cabalmente o quão estamos longe, os brasileiros, da desejada conscientização e educação para o trânsito.

Não bastassem a dor e o desgosto proporcionados pela perda de um parente ou amigo, os acidentes de trânsito acabam por sobrecarregar a máquina estatal da saúde, gerando gastos inestimáveis aos cofres públicos.

O Brasil precisa, definitivamente, acabar com essa história.

De acordo com o Código Nacional de Trânsito, “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito”.

De fato, leis mais rígidas não têm o condão, por si só, de diminuir o número de acidentes. Para que isso ocorra é necessária a prática de um conjunto de políticas públicas que visem a educar o condutor principalmente. Este, por sua vez, tem o dever, para consigo e para com o próximo, de buscar adequar a sua conduta aos parâmetros legais e até morais.

Espero que esta importante data, o Dia Mundial da Saúde, sirva como mais um meio de conscientizar os nossos motoristas.

Nosso País não pode mais conviver, definitivamente, com as alarmantes estatísticas produzidas pelo trânsito.

Encerrando, gostaria de desejar feliz Páscoa para todos os brasileiros, especialmente aos do meu querido Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao extraordinário Senador do PT, do Estado de São Paulo, Prof. Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, Presidente dos nossos trabalhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de expressar firme apoio ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela maneira como tem conduzido a sua Pasta, sobretudo nesse episódio recente de pressão do governo dos Estados Unidos para que o Brasil abra mão de direitos importantes de salvaguarda do conhecimento tecnológico desenvolvido para o enriquecimento de urânio, graças ao empenho de engenheiros, técnicos e trabalhadores, e a investimentos realizados em Aramar ou Resende.

O Ministro Celso Amorim, em recentes pronunciamentos, especialmente nas declarações que fez ontem, na Câmara dos Deputados, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reiterou que, conforme está estabelecido na Constituição de 1988: “O Brasil utiliza-se da energia nuclear e do seu conhecimento da utilização do urânio exclusivamente e sempre para fins pacíficos.”

Não é admissível que o governo dos Estados Unidos pressione o Governo brasileiro como se tivéssemos saindo desse rumo. Nós, diferentemente de outras nações, que, inclusive, fizeram experimentos com bombas atômicas, sempre reiteramos a uti-

lização de qualquer aspecto da energia nuclear para fins pacíficos.

Ora, Sr. Presidente, na fábrica de Resende, há centrífugas que os inspetores da Associação Internacional de Energia Atômica gostariam de examinar, mas é preciso reiterar que o Brasil assinou e tem cumprido todos os compromissos do Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares. O Governo dos Estados Unidos quer ter conhecimento do que é feito nessas centrífugas, mas não permite que nossos técnicos tenham acesso ao que faz com a sua própria energia nuclear, inclusive para utilização bélica. Além disso, contrariando o previsto no Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares, os Estados Unidos não destruíram seus arsenais de armas nucleares. Dessa maneira, exigem um compromisso diferente daquele que assinamos.

Deputados e Senadores dos mais diversos Partidos, inclusive da Oposição, com relação a esse ponto, estão expressando a sua solidariedade à firmeza do Governo brasileiro, tanto do Ministro Celso Amorim quanto do Ministro José Viegas, da Defesa. Inclusive, quero aqui transmitir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que vou convidar o Ministro Celso Amorim para, na data que S. Ex^a considerar adequada, comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a fim de nos esclarecer a respeito de tudo isso, que é de grande interesse para todos nós, Senadores. Se for para assinar qualquer acordo adicional relacionado ao Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares e ao procedimento de inspeções, conforme o Ministro Celso Amorim expôs ontem na Câmara e poderá fazê-lo aqui, o Governo brasileiro tem a disposição de fazê-lo, desde que resguardados os direitos dos brasileiros de desenvolverem essa tecnologia, mas, sem que simplesmente se coloque abertamente para o conhecimento de quaisquer outros, de forma a preservar aquilo que é de direito, de propriedade intelectual dos brasileiros. É importante fazer esse convite ao Ministro Celso Amorim. Nesta oportunidade, quero lembrar a V. Ex^{as}, especialmente aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, na quarta-feira próxima, às 10 horas, os Ministros Márcio Thomaz Bastos e Jorge Félix, respectivamente, da Justiça e da Agência Brasileira de Inteligência, acompanhados do Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, estarão na Comissão para prestarem esclarecimentos sobre os episódios relatados pelo Sr. Carlos Alberto Costa, diretor do FBI no Brasil por 4 anos, que, em depoimento à Polícia Federal, ao Ministério Público e à **Carta Capital**, relatou episódios muito sérios a respeito de como o FBI paga diversos membros da Polícia Federal brasileira e agentes da Abin para realizarem missões,

as quais não estão sendo contabilizadas, nem transmitidas ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, ontem, ouvimos o depoimento de um assim denominado “cooperador” da Agência de Administração das Drogas – a *Drug Enforcement Agency* –, dos Estados Unidos, que contratou esse brasileiro, um jovem, para realizar inúmeras missões, até que um dia esse senhor foi instado a realizar uma missão que tipicamente contrariava a Constituição brasileira, as normas legais, que merece agora ser objeto de esclarecimento.

Sr. Presidente, quero informar que, a respeito desses episódios, solicitei à Embaixadora Donna Hrinack uma audiência, e hoje, às 16 horas, estarei lá para relatar o que ouvimos – dez parlamentares ouviram o depoimento – dessa pessoa e para procurar saber que esclarecimentos tem a Embaixada dos Estados Unidos acerca do assunto, inclusive antes de ouvirmos o ex-diretor do FBI na próxima terça-feira, às 18h30min, após a sessão.

Assim, considero importante que o Governo brasileiro atenda a essas solicitações e a esse compromisso que assinamos, aprovado pelo Congresso Nacional, relativo ao Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares, e que o Governo seja firme, tendo o apoio do Congresso Nacional, suprapartidariamente, na defesa de nossos interesses.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao extraordinário Senador Delcídio Amaral, do Estado do Mato Grosso do Sul, do Partido dos Trabalhadores.

Quero lembrar, como estamos na Semana Santa, que os últimos serão os primeiros.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Amém, meu caro Presidente. Obrigado pelas palavras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim aqui para falar de outro assunto, mas, ouvindo o discurso do Senador João Batista Motta, do Espírito Santo, e o do Senador Valdir Raupp, de Rondônia, eu não poderia deixar de falar acerca da questão do meio ambiente.

Corumbá, minha cidade, localizada no Mato Grosso do Sul, enfrenta hoje um problema muito sério em função do licenciamento ambiental da mina de Urucum pela Companhia Vale do Rio Doce. Isso representa a demissão de 512 funcionários, sem falar nos empregos indiretos que a Vale proporciona naquela região.

Ora, o nosso esforço maior é no sentido de produzir mais e gerar empregos. Espero que o bom senso prevaleça, porque uma decisão da Vale no sentido de sair da mina de Urucum é absolutamente dramática para a minha cidade, Corumbá, e para o Mato Grosso

do Sul. Estamos em um momento de gerar emprego, de descomplicar e de colocar na prática aquilo que a população brasileira espera: produção, emprego. Esse é o desafio de todos nós. E, mais do que nunca, Sr. Presidente Mão Santa, vamos trabalhar e batalhar para isso, aliás, como também V. Ex^a tem registrado diariamente aqui no Senado Federal.

Mas, como V. Ex^a disse, Sr. Presidente, o tempo da Quaresma é dedicado, segundo a tradição cristã, ao recolhimento e à reflexão por parte dos fiéis. Estamos às portas da Páscoa, a nossa Páscoa de fé, de Jesus, de Deus no coração.

Nesses quarenta dias que relembram a estada de Jesus Cristo no deserto, o pensamento do cristão deve se voltar para dentro de cada um, de modo a realizar um exame de consciência sobre suas ações, sobretudo quanto a sua observância do mandamento básico do amor ao próximo e da rejeição ao egoísmo.

No espírito da Quaresma, há quatro décadas completadas este ano, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem promovendo, sempre nesse período do calendário litúrgico, a Campanha da Fraternidade. Nada poderia ser mais apropriado para esses quatro decênios de reflexão do que o alerta aos homens de bem para as condições de carência em que vivem milhões de brasileiros, nossos irmãos. Em um país desigual e injusto, a fraternidade é mais que uma convenção ritualística. Trata-se de um dever social do cidadão privilegiado, que tem acesso a moradia, a escola, atenção médica e emprego, quando tantos nada disso têm.

A cada ano, para conferir um caráter objetivo ao propósito da promoção da fraternidade, a CNBB escolhe um tema de alcance social. Em 2004, o tema escolhido é "Água: fonte de vida". Mais uma vez, é uma opção pertinente, ao demonstrar a fina sintonia dos bispos católicos brasileiros com o sofrimento dos humildes e com os principais problemas do mundo e de nossa sociedade.

Com efeito, o acesso à água de boa qualidade é, infelizmente, direito de poucos. Isso ocorre, na verdade, em escala global: há países que, pela própria natureza, dispõem de pouca água apropriada para o uso humano. Grande parte da população mundial sofre com a escassez e precisa utilizar, quando consegue obtê-la, água de má qualidade, seja por ser salobra ou por estar contaminada.

No Brasil, como em tantos outros aspectos econômicos e sociais, temos um paradoxo. Nosso País foi aquinhado, pela natureza, com a maior reserva de água doce do mundo, não somente por dispor de grandes bacias hidrográficas, como a do Amazonas e a do Paraná, mas também pela existência de tesouros como o aquífero Guarani, gigantesco bolsão de água

subterrânea. O paradoxo está, como de hábito, em nossa tendência para a desigualdade, para a exclusão social e para o desperdício.

Pois não é um absurdo, não é uma imoralidade absoluta o fato de que, no País mais rico do mundo em recursos hídricos aproveitáveis, haja tantos milhões de pessoas sem acesso à água com um mínimo de qualidade?

Quando falamos em dificuldade de obtenção de água, vêm-nos em geral à mente as imagens do sertão nordestino, com suas vítimas da seca. De fato, o Nordeste é uma região problemática, mas as tecnologias de prospecção e as técnicas de gestão de recursos hídricos, desde há muito, conhecem as soluções para as dificuldades da região. Falta-nos, no caso, a decisão política de reinvestir os recursos do Estado, originados dos tributos recolhidos de todos, para o atendimento definitivo das necessidades do povo mais humilde.

É disso, dessa necessidade de repensarmos nossas atitudes, que a Campanha da Fraternidade da CNBB nos vem lembrar, neste ano como nos 39 anteriores, desde que foi instituída.

Contudo, é preciso dizer que os sertanejos nordestinos não são os únicos brasileiros excluídos do direito ao acesso a água adequada ao uso humano. Em todas as regiões, principalmente nas periferias das grandes cidades, nas favelas e invasões, os pobres sofrem com a inexistência de infra-estrutura de água e esgoto sanitário. É um quadro terrível: com frequência, essas populações se instalam em áreas de mananciais importantes, que deveriam ser protegidas da ação antrópica, que deveriam constituir reserva natural. Assim, o abandono dessa gente pelo Estado e pela sociedade acaba por causar a poluição e a contaminação de uma água vital para todos.

Essa relação entre pobreza e degradação ambiental é, ou deveria ser, argumento lógico e econômico suficiente para uma ação no sentido de mudar a maneira como nossa sociedade está estruturada, de modo a torná-la mais justa. No entanto, a verdadeira razão pela qual devemos transformar a sociedade brasileira pode ser encontrada simplesmente na afirmação dos valores humanitários que as campanhas da fraternidade, promovidas a cada quaresma pela CNBB, nos trazem à consciência.

Há aproximadamente quinze dias, na semana em comemoração ao Dia da Água, tive a honra de presidir a mesa redonda sobre Regulação de Recursos Hídricos, evento realizado durante o seminário Vamos Cuidar das Águas no Brasil, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e Secretaria de Recursos Hídricos, ocasião em que especialistas, autoridades, parlamentares, sociedade civil, usuários e pesquisadores discutiram as principais

questões dos nossos recursos hídricos, procurando encontrar soluções.

Programas importantes para o uso racionalizado da água foram lançados nesta semana. O Programa Água Doce é um deles e visa a alcançar a região do semi-árido nordestino, onde vivem mais de 18 milhões de pessoas, em uma área quase do tamanho do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

O Brasil possui uma disponibilidade de água de superfície de 32.869 m³/habitante/ano – dados de dezembro de 1998 –, sendo que mundialmente se considera alerta de escassez hídrica o patamar de 1.700 m³/habitante/ano, seca crônica 1.000 m³/habitante/ano, e escassez hídrica absoluta 500 m³/habitante/ano. Acontece que nossos confortáveis 32.869 m³/habitante/ano, 12% das águas superficiais do planeta, estão distribuídos de forma desigual, com 81% do volume na região Norte, 8% na região Centro-Oeste e 11% nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, onde vive 86% da população brasileira.

Há Estados tais como Pernambuco, Alagoas, Sergipe e inclusive o próprio Distrito Federal que têm sua disponibilidade hídrica entre o alerta de escassez hídrica e a seca crônica.

O Diretor da Unesco, Dr. Koichiro Matsuura, fez um alerta no qual afirmou que, nos próximos vinte anos, é esperado que a média mundial de abastecimento de água por habitante diminua um terço.

O Congresso Nacional tem colaborado responsabilmente para as necessidades de legislação e normatização das questões hídricas e de maneira democrática. A criação da Agência Nacional de Águas (ANA) é um exemplo dessa atuação consciente.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para informar a esta Casa que encaminhei requerimento, por meio da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para que seja realizado, em junho próximo, seminário sobre a água, em comemoração à Semana do Meio Ambiente, ocasião em que poderemos debater profundamente essas questões que são tão importantes para o Brasil e para o povo brasileiro.

O Brasil é destaque mundial da nova consciência do uso sustentável dos recursos hídricos. Precisamos continuar nossos esforços visando a suprir com água de boa qualidade as gerações que virão.

Esperemos, portanto, que o alerta sensato sobre o direito de todo homem, mulher e criança ao fornecimento de água e de serviços sanitários venha trazer a consciência da necessidade urgente da solução da injustiça social prevalente em nosso País, que se manifesta na desigualdade do acesso à água e no desperdício por parte dos que dela dispõem.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Delcídio Amaral, cumprimento V. Ex^a por enaltecer a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Ela faz que todos reflitamos sobre a utilização da água como algo essencial para o ser humano. Também cumprimento V. Ex^a por propor ao Senado Federal que, em junho próximo, discuta o assunto nesta Casa, em cooperação com o seminário recém-realizado por iniciativa da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Essas iniciativas são muito positivas, sobretudo para um País que precisa estar consciente da extraordinária abundância de recursos hídricos que possui, que precisam ser melhor aproveitados e distribuídos. Temos regiões com muita água e regiões com escassez. O uso inteligente e a melhor distribuição de água, bem como os cuidados com a sua qualidade são elementos fundamentais para o melhor desenvolvimento de todos os brasileiros. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador Eduardo Suplicy, é uma honra ser apartado por V. Ex^a, pois é um competente Senador e uma referência de homem público para o Partido dos Trabalhadores.

Para encerrar, Sr. Presidente, devo dizer que a água, como afirma o lema da campanha da CNBB deste ano, é a fonte de toda a vida. No simbolismo religioso cristão, ela é meio de purificação, de lavagem do pecado, como no rito do batismo.

Promovamos, pois, a justiça social no acesso à água e a todos os serviços que constituem os direitos inerentes à dignidade humana. À CNBB enviemos o aplauso merecido por sua ação, sempre oportuna, de nos fazer lembrar dos valores fundamentais do cristianismo.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu e aproveito para desejar aos Senadores e Senadoras, aos Deputados Federais, aos Parlamentares do País, aos funcionários do Congresso Nacional, à população do Brasil, a todas as famílias, especialmente as de Mato Grosso do Sul, da minha Corumbá, da minha Ladário, uma feliz Páscoa. Que todos tenham Deus no coração! Que Jesus Cristo ilumine o coração e a mente de todas as famílias brasileiras e dos nossos governantes, a fim de que possamos construir um País que tenha futuro, um País cidadão, fraterno, solidário!

Peço, Sr. Presidente, o registro na íntegra do meu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lida a seguinte:

SENADO FEDERAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17,
DE 2004
{DESMEMBRADA DA PEC 228/2004, NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS [ORIUNDA DA PEC 41/2003, NAQUELA CASA
(Nº 74/2003, NO SENADO FEDERAL)]}

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências (distribuição a Estados e ao Distrito Federal do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE).

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. *(Cide)*

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do art. 159 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.

.....
 III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL Nº 228, DE 2004

(Nº 74-A/2004, no Senado Federal)

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.
.....
VIII - comércio exterior e interestadual, inclusive a definição de importação e exportação;
.....” (NR)

“Art. 34.
.....
V -

c) reter parcela do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, devida a outra unidade da Federação;

.....” (NR)
“Art. 36.

V - no caso do art. 34, V, c, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal.

.....” (NR)
“Art. 61.

§ 3º Lei complementar que disciplinar o imposto previsto no art. 155, II, poderá, ainda, ser proposta por um terço dos Governadores de Estado e do Distrito Federal ou por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.” (NR)

“Art. 100.
§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, até o limite máximo de dois por cento das receitas correntes líquidas, conforme definido em lei complementar, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, ou em até cento e vinte parcelas, quando excedido o limite máximo, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
.....” (NR)

“Art. 105.
.....
III -

d) contrariar a regulamentação de que trata o art. 155, § 2º, VIII, ou lhe der interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal.

....." (NR)
 "Art. 146.

IV - estabelecer limites e mecanismos de aferição e controle da carga tributária nacional, que deverão considerar, dentre outros, a receita tributária dos entes federados, o Produto Interno Bruto e a dívida pública, de forma a propiciar carga tributária compatível com o desenvolvimento econômico e social, bem como assegurar que a melhoria dos indicadores referidos resultem também em benefícios para a sociedade.

....." (NR)
 "Art. 149-A.

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput não se aplica o disposto no art. 146, III, a, podendo a mesma ter por base o consumo de energia elétrica, exceto no caso dos consumidores industriais com tensão de fornecimento igual ou superior a quinze quilovolts, cuja cobrança deverá ser calculada com base na testada do imóvel em que forem exercidas suas atividades industriais." (NR)

"Art. 150.

VI -

e) importação de obras de arte de artistas brasileiros, ainda que produzidas no exterior, e de artistas estrangeiros que versem sobre temas brasileiros.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias retro enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

....." (NR)
 "Art. 152-A. É vedado aos Estados e ao Distrito Federal, no exercício da competência prevista no art. 155, II, e § 2º, XI, dispor sobre matéria não relacionada na lei complementar de que trata o inciso XII ou na resolução de que trata o inciso IV, ambos do art. 155, § 2º, ou, ainda que relacionadas, possuam conteúdo ou forma diferentes daquelas nelas constantes."

"Art. 153.

§ 3º

V - não poderá ser utilizado para fins de aproveitamento de créditos decorrentes de incentivos fiscais atribuídos a contribuições

socialis submetidas ao princípio da não-cumulatividade.

§ 4°

IV - não incidirá sobre as florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, as áreas cobertas por florestas nativas, primitivas ou regeneradas, as comprovadamente impréstáveis para quaisquer explorações agrícolas, pecuárias, granjeiras, aquícolas ou florestais, bem como aquelas sob restrição normativa de caráter ambiental.

....." (NR)
Art. 155.

§ 2°

II - a isenção e a não-incidência, salvo determinação em contrário da lei complementar:

c) não acarretarão anulação do crédito relativo a insumos, nas operações anteriores à saída da indústria, de papel destinado à impressão de jornais, livros e periódicos;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá:

a) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, não podendo estabelecer alíquota superior a vinte e cinco por cento;

b) relativamente às operações e prestações interestaduais, as alíquotas de referência, para efeito específico de determinação da parcela do imposto devida ao Estado de origem, nos termos do inciso VI, b;

V - terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de cinco, observado o seguinte:

a) o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g. definirá a quais mercadorias, bens e serviços serão aplicadas, devendo tal definição ser aprovada por resolução do Senado Federal, vedada alteração das definições;

b) a menor alíquota será aplicada aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica de baixo consumo, às máquinas e implementos agrícolas, aos insumos agropecuários, inclusive material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e aos medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar e as mercadorias, bens e serviços definidos pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, g;

c) a exceção da alíquota prevista na alínea b, as demais não poderão ser inferiores à maior alíquota de referência de que trata o inciso IV, b;

d) o órgão de que trata o inciso XII, g, poderá redefinir para uma alíquota menor a alíquota aplicável a determinada mercadoria, bem ou serviço, bem como restabelecer a alíquota definida na forma da alínea a;

e) relativamente à energia elétrica, as alíquotas poderão ser diferenciadas em função da quantidade consumida e do tipo de consumo;

VI - relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:

a) o imposto será calculado pela aplicação da alíquota da mercadoria, bem ou serviço sobre a respectiva base de cálculo;

b) a parcela devida ao Estado de origem será obtida pela aplicação da alíquota de referência prevista no inciso IV, b, sobre a base de cálculo, que, para efeito de apuração dessa parcela, não compreenderá o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação ou prestação configure fato gerador dos dois impostos;

c) a parcela devida ao Estado de localização do destinatário, inclusive nas aquisições feitas por consumidor final na venda ou faturamento direto, será a diferença entre os montantes obtidos na forma das alíneas a e b;

d) quando for aplicada a alíquota a que se refere o inciso V, b, e essa for menor ou igual à alíquota de referência aplicável, o imposto caberá integralmente ao Estado de origem;

e) a parcela do imposto a que se refere a alínea c não será objeto de compensação, pelo remetente, com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;

f) o imposto poderá ser cobrado no Estado de origem, nos termos de lei complementar;

g) lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que se refere a alínea c será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário, podendo condicionar ao seu efetivo pagamento o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes;

h) somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado onde se encontram para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;

i) relativamente à prestação do serviço de transporte terrestre e aquático, somente será interestadual aquela vinculada a mercadorias, bens, valores, móveis e pessoas, passageiros

ou não, cuja contratação preveja como destino físico unidade da Federação diferente daquela onde se iniciou a prestação;

j) nas operações com gás natural e seus derivados, o imposto será devido na forma das alíneas a a c;

i) para efeito do disposto na alínea g, na hipótese de ser estabelecido um sistema de compensação de arrecadação entre as unidades da Federação de origem e de destino, poderá ser estabelecida exceção à regra prevista na alínea e, desde que assegurada a atribuição da integralidade da parcela do imposto a que se refere a alínea c ao Estado de localização do destinatário;

VII - não será objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:

a) para atendimento ao disposto no art. 146, III, d, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas a e b do inciso II;

b) a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar;

c) nas hipóteses previstas em lei complementar, relacionadas com tratados e convenções internacionais, regimes aduaneiros especiais, áreas aduaneiras especiais, regimes de bagagem e outras situações especiais relativas às atividades de comércio exterior;

d) para atendimento de programas de incentivo à cultura e de assistência social, nos termos definidos em lei complementar;

VIII - terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;

IX -

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

c) sobre as transferências interestaduais de mercadorias e bens entre estabelecimentos do mesmo titular;

X -

e) sobre as prestações de serviços de televisão por assinatura;

xi - a instituição por lei estadual limitar-se-á a estabelecer a exigência do imposto na forma disciplinada pela lei complementar de que trata o inciso XII;

XII -

a) definir fatos geradores e contribuintes do imposto;

b) dispor sobre substituição tributária, inclusiva, se for o caso, as hipóteses de transferência de responsabilidade pelo pagamento da parcela do imposto a que se refere o inciso VI, c;

.....

f) assegurar o aproveitamento do crédito relativo à remessa de serviços e de mercadorias para outro Estado, com a observância do disposto no inciso VI, e, e do crédito relativo ao montante cobrado nas operações anteriores decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, segundo critérios que estabelecer;

g) dispor sobre a competência e o funcionamento do órgão colegiado integrado por representante de cada Estado, do Distrito Federal e da União;

h) disciplinar o processo administrativo-fiscal;

i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;

j) dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, III, d, e para definição de tratamento diferenciado para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, segundo parâmetros e critérios que estabelecer;

l) prever sanções, inclusive retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais, aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;

m) dispor sobre o processo administrativo de apuração das infrações da legislação do imposto praticadas pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo;

n) definir a forma como o Estado de localização do destinatário exercerá a sujeição ativa na hipótese do inciso VI, c;

o) prever a obrigatoriedade da prestação, por meio eletrônico, das informações relativas à realização de cada operação e prestação, no momento de sua realização, a sistema integrado de informações, disponível às administrações tributárias;

XIII - compete ao órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, mediante aprovação pelo número de votos definido em lei complementar, observado o mínimo de quatro quintos de seus membros:

a) editar a regulamentação de que trata o inciso VIII;

b) autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 6°;

c) estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;

d) fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;

e) estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização na hipótese do inciso VI, c.

.....
 § 7° Ressalvado o disposto no § 2°, X, b, a incidência do imposto de que trata o inciso II do caput, sobre energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados:

I - ocorre em todas as etapas da circulação, desde a saída do estabelecimento produtor ou a importação até a sua destinação final;

II - em relação à energia elétrica ocorre também nas etapas de produção, de transmissão, de distribuição, de conexão e de conversão, até a sua destinação final." (NR)

"Art. 158.

.....
 III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados ou registrados em seus territórios;

.....
 Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, conforme lei complementar;

II - um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal." (NR)

"Art. 159.

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....
 b) vinte e três inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....
 § 5° Da entrega de recursos a que se refere o inciso I, b, o equivalente a um ponto percentual deverá ser destinado ao Fundo de Participação dos Municípios, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

§ 6º À parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 3º, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do caput, aplica-se a seguinte:

I - quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos Estados;

II - três por cento, conforme o disposto no inciso I, c, do caput.

§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, da seguinte forma:

I - noventa e três por cento, nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;

II - sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das Regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.

§ 8º Dos recursos de que trata o § 7º, vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os Municípios das regiões nele referidas." (NR)

"Art. 171-A. A lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia nacional e autorizar a cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções que visem a neutralizá-las ou coibi-las.

Parágrafo único. A cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções poderão alcançar as práticas ocorridas a partir da data da publicação do ato que indicar o início do processo de sua apuração."

"Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei." (NR)

"Art. 203.

Parágrafo Único. A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, podendo ser financiado e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei." (NR)

"Art. 216.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, bem como para a importação de obras de arte de artistas estrangeiros.

....." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"Art. 95. A regra enunciada no art. 150, III, c, da Constituição, não se aplica ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição, nos dois primeiros anos de vigência da lei complementar que o disciplinar."

"Art. 96. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição, será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.

Parágrafo Único. O percentual referido no caput será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério da Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:

I - publicação preliminar da apuração;

II - prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades federadas;

III - publicação definitiva."

"Art. 97. Na hipótese de a entrega dos recursos a que se refere o art. 159, I, b, da Constituição, nos exercícios de 2005 e 2006, não alcançar o montante equivalente ao valor entregue no exercício de 2004, acrescido de um bilhão e quinhentos milhões de reais, a União complementar os recursos de modo a garantir a entrega desse montante, nos termos da lei."

Art. 3º A transição do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, para a forma definida nesta Emenda, observará o seguinte:

I - cabe a lei complementar:

a) fixar prazos máximos de vigência para incentivos e benefícios fiscais, definindo também as regras vigentes à época da concessão, que permanecerão aplicáveis;

b) criar fundos ou outros mecanismos necessários à consecução da transição;

II - fica vedada, a partir da promulgação desta Emenda, a concessão ou prorrogação de isenções, reduções de base de cálculo, créditos presumidos ou quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativos ao imposto;

III - para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, IV, b, da Constituição, para vigência nos dois primeiros exercícios da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser fixadas de forma a manter equilíbrio com o sistema de partilha das alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda;

IV - lei estadual poderá estabelecer adicional de até cinco pontos percentuais nas alíquotas definidas nos termos do art. 155, § 2º, IV e V, a, da Constituição, observado o seguinte:

a) o adicional poderá ser estabelecido para, no máximo, quatro mercadorias e serviços, que tenham, em 1º de janeiro de 2003, alíquotas superiores às que viam a ser definidas;

b) a alíquota da mercadoria, bem ou serviço, acrescida do respectivo adicional, não poderá ser superior à alíquota efetiva vigente em 1º de janeiro de 2003;

c) o adicional estabelecido poderá vigorar pelo prazo de três anos, contado do início da exigência do imposto na forma desta Emenda, devendo ser reduzido, após o referido prazo, em, pelo menos, um ponto percentual ao ano, até a sua completa extinção;

V - para efeito do disposto no art. 155, § 2º, XIII, d, da Constituição, o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, do mesmo parágrafo, poderá estabelecer um sistema de transição, definindo critérios para que os Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal fixem os prazos de pagamento;

VI - lei complementar poderá permitir a manutenção das exigências previstas na legislação estadual vigentes na data da promulgação desta Emenda, estabelecidas como condição à aplicação do diferimento do lançamento e pagamento do imposto.

Parágrafo único. Para efeito do inciso I, a, o prazo máximo de vigência dos incentivos e benefícios fiscais não poderá exceder onze anos, contado da data da promulgação desta Emenda.

Art. 4º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição, permanecerem aplicáveis os critérios de distribuição dos recursos referidos no dispositivo constitucional vigente até a data da promulgação desta Emenda.

Parágrafo único. A transição para os novos critérios ocorrerá no prazo mínimo de seis anos, de tal sorte que nenhum Município sofra perdas em relação ao valor das receitas a que fazia jus anteriormente.

Art. 5º No primeiro ano de vigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, na forma dada por esta Emenda, o Senado Federal, observado o disposto no art. 52, XV, da Constituição, proporá revisão do Sistema Tributário Nacional, para vigência em 2007, especialmente:

I - alteração dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV, 155, II, 156, III, 195, I, b, 212, § 5º, 239 e 240, da Constituição, visando à simplificação e racionalização de suas cobranças e às suas transformações em

tributos, sempre que possível, consolidados e incidentes sobre o valor adicionado;

II - estabelecimento de novo sistema de partilha federativa dos tributos, levando em conta, especialmente, as alterações referidas no inciso I.

Parágrafo único. A revisão prevista no caput deverá levar em consideração o disposto no art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Art. 6º A lei complementar estabelecerá um sistema de ressarcimento das eventuais reduções da arrecadação dos Estados e do Distrito Federal do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, definindo montante e critérios de entrega de recursos, decorrentes das alterações introduzidas por esta Emenda.

Parágrafo único. O Poder Executivo da União encaminhará projeto de lei complementar de que trata o caput no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.

Art. 7º O Senado Federal, em até cento e vinte dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, sob o regime de urgência constitucional, que instituirá política de desenvolvimento industrial com vistas a reduzir as desigualdades regionais, observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

I - garantia de crescente recursos orçamentários para investimento em infra-estrutura nas regiões menos desenvolvidas;

II - regionalização do Orçamento-Geral da União de investimentos;

III - concessão de financiamentos com juros e prazos diferenciados e favorecidos, com a finalidade de incentivar a produção.

Art. 8º As alterações na redação dos incisos II, IV a IX, XI e XII, do § 2º do art. 155 da Constituição, produzirão efeitos a partir da vigência da lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, mantendo-se aplicáveis, até então, as redações vigentes até a data da promulgação desta Emenda.

§ 1º ~~A resolução do Senado Federal, a lei complementar e o regulamento de que tratam, respectivamente, os incisos IV, XII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição, na forma dada por esta Emenda, deverão ser editados até 31 de dezembro de 2004.~~

§ 2º A lei complementar referida no caput deverá ser apresentada no prazo de cento e vinte dias, contado da promulgação desta Emenda, definindo, especialmente, em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica nas operações de baixo consumo, insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e aos medicamentos de uso humano, as listas e condições para aplicação da menor alíquota e, se for o caso, da isenção.

Art. 9º Ficam revogados o inciso I do art. 161, a alínea e do inciso XII do § 2º e os §§ 4º e 5º do art. 155

todos da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 8º.

Senado Federal, em 31 de dezembro de 2003



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Ofício nº 2415 (SF)

Brasília, em 31 de dezembro de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminha Proposta de Emenda Constitucional.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003, constante dos autógrafos juntos, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Por oportuno, informo a Vossa Excelência que o texto da proposta aprovada pelo Senado Federal, foi adequado à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.



Senador ROMEU TUMA
Primeiro Secretário

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**
.....

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**
.....

CRONOGRAMA ESTIMATIVO DE DISPÊNDIO
Contratos de Empréstimo

MUTUARIO: República Federativa do Brasil
 INTERESSADO: Ministério da Fazenda
 CREDOR: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
 Destinação/PROJETO: Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade
 Valor da operação: 427.200.000 Moeda: EUR
 Contrapartida: -
 Modalidade: Margem Fixa
 Juros: Libor 6m + spread fixo ESTIMATIVA: 2,59 %
 Carência (anos): 5,00
 Amortização (parcelas): 16
 Com. de Compromisso: 0,85 % (sobre saldo não desembolsado)
 Comissão do Banco: 1,00 % (flat sobre a operação)
 Data de assinatura: 15/4/2004

DATAS	DESEMBOLSOS	SUB-TOTAL	PAGAMENTOS				SALDO DEVEDOR	CONTI PARTI
			Juros (%) 2,59	Comissão do Banco	Comissão de Crédito (%) 0,85	Principal		
abr/04	427.200.000	4.574.600	-	4.272.000	302.600	-	427.200.000	
out/04	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
abr/05	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
out/05	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
abr/06	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
out/06	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
abr/07	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
out/07	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
abr/08	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
out/08	-	5.532.240	5.532.240	-	-	-	427.200.000	
abr/09	-	32.232.240	5.532.240	-	-	26.700.000	400.500.000	
out/09	-	31.886.475	5.186.475	-	-	26.700.000	373.800.000	
abr/10	-	31.540.710	4.840.710	-	-	26.700.000	347.100.000	
out/10	-	31.194.945	4.494.945	-	-	26.700.000	320.400.000	
abr/11	-	30.849.180	4.149.180	-	-	26.700.000	293.700.000	
out/11	-	30.503.415	3.803.415	-	-	26.700.000	267.000.000	
abr/12	-	3.457.650	3.457.650	-	-	-	267.000.000	
out/12	-	3.457.650	3.457.650	-	-	-	267.000.000	
abr/13	-	30.157.650	3.457.650	-	-	26.700.000	240.300.000	
out/13	-	29.811.885	3.111.885	-	-	26.700.000	213.600.000	
abr/14	-	29.466.120	2.766.120	-	-	26.700.000	186.900.000	
out/14	-	29.120.355	2.420.355	-	-	26.700.000	160.200.000	
abr/15	-	28.774.590	2.074.590	-	-	26.700.000	133.500.000	
out/15	-	28.428.825	1.728.825	-	-	26.700.000	106.800.000	
abr/16	-	28.083.060	1.383.060	-	-	26.700.000	80.100.000	
out/16	-	27.737.295	1.037.295	-	-	26.700.000	53.400.000	
abr/17	-	27.391.530	691.530	-	-	26.700.000	26.700.000	
out/17	-	27.045.765	345.765	-	-	26.700.000	-	
abr/18	-	-	-	-	-	-	-	
out/18	-	-	-	-	-	-	-	
abr/19	-	-	-	-	-	-	-	
out/19	-	-	-	-	-	-	-	
abr/20	-	-	-	-	-	-	-	
out/20	-	-	-	-	-	-	-	
abr/21	-	-	-	-	-	-	-	
out/21	-	-	-	-	-	-	-	
abr/22	-	-	-	-	-	-	-	
out/22	-	-	-	-	-	-	-	
abr/23	-	-	-	-	-	-	-	
out/23	-	-	-	-	-	-	-	
abr/24	-	-	-	-	-	-	-	
out/24	-	-	-	-	-	-	-	
abr/25	-	-	-	-	-	-	-	
out/25	-	-	-	-	-	-	-	
abr/26	-	-	-	-	-	-	-	
out/26	-	-	-	-	-	-	-	
abr/27	-	-	-	-	-	-	-	
out/27	-	-	-	-	-	-	-	
abr/28	-	-	-	-	-	-	-	
out/28	-	-	-	-	-	-	-	
abr/29	-	-	-	-	-	-	-	
out/29	-	-	-	-	-	-	-	
abr/30	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	427.200.000	535.504.100	103.729.500	4.272.000	302.600	427.200.000		

Custo Efetivo (CEO) 2,72%

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....
Art. 159. A União entregará:

.....
III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Incluído pela Emenda

Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos art.s. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual

excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
Art. 177. Constituem monopólio da União:

.....
Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional no 33, de 11-12-2001:

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

I – a alíquota da contribuição poderá ser:

a) diferenciada por produto ou uso;

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b;

II – os recursos arrecadados serão destinados:

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.”(NR)

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 30 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 37.

.....
XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcio-

namento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

..... “ (NR)
“Art. 52.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

..... ”(NR)
“Art. 146.

III –

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I – será opcional para o contribuinte;

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.”(NR)

“Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.”

“Art. 149.
.....

§ 2º

II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

..... (NR)

“Art. 150.

III –

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

§ 1º A vedação do inciso III, I, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, 1, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, 1, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

..... “(NR)
“Art. 153.

§ 3º

IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

..... “(NR)
“Art. 155.

§ 2º

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....
d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

.....
 § 6º O imposto previsto no inciso III:

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.”(NR)

.....
 “Art. 158.

.....
 II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a

propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

.....
 “Art. 159.”(NR)

.....
 III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo.

.....
 § 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.”(NR)

.....
 “Art. 167.

.....
 IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198,

§ 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....
 “Art. 170.”(NR)

.....
 “Art. 170.

.....
 VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

.....
 “Art. 195.”(NR)

.....
 IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

.....
 § 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**; e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.”(NR)

.....
 “Art. 204.

.....
 Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

.....
 “Art. 216.

.....
 § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a** e **b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição.

..... “ (NR)

“Art.82.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

..... ”(NR)

“Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º.”(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.”

“Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a rela-

ção entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, **a**.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

“Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.”

“Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, **d**, da Constituição.”

Art. 4º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta Emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da

Constituição, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigerão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.

Art. 6º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Brasília, 19 de dezembro de 2003.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado João Paulo Cunha
Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
1º Vice-Presidente

Deputado Luiz Piauhyllino
2º Vice-Presidente

Deputado Geddel Vieira Lima
1º Secretário

Deputado Severino Cavalcanti
2º Secretário

Deputado Nilton Capixaba
3º Secretário

Deputado Círo Nogueira
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas, constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2004

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2002, que “dispõe sobre a impressão de trabalhos gráficos”, com vistas a permitir as publicações de autoria de Senador ou desenvolvidas sob sua orientação a respeito de assuntos históricos ou culturais de interesse regional, bem como àquelas destinadas ao apoio a atividades de caráter humanitário.

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.1º

IV – Publicações de trabalhos de autoria de Senador ou desenvolvidos sob sua orientação a respeito de matéria de natureza constitucional e/ou legal, bem como sobre assuntos históricos ou culturais de interesse regional, cuja divulgação não se destine a propaganda eleitoral;

.....

VII – Publicações destinadas a apoiar ações de utilidade pública de caráter humanitário, educativo e cultural, relevantes para a cidadania brasileira.

.....

§ 6º Para a impressão das publicações de que trata o inciso VII, o pedido deverá ser dirigido ao Conselho Editorial do Senado Federal.”(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senado Federal dispõe, hoje, de um dos mais bem aparelhados parques gráficos públicos do País, destinados a prover o Poder Legislativo de autonomia necessária no que diz respeito ao cumprimento da publicidade, indispensável à divulgação dos atos legislativos.

Na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP), são produzidas as publicações oficiais referentes ao processo legislativo, ou seja, os Diários do Congresso Nacional e do Senado Federal, as Ordens do Dia, os Avulsos, os Suplementos, os Anais e todos os demais documentos necessários à atividade legislativa.

Além disso, cumprindo função essencial para a preservação da história e da memória nacional, edita obras selecionadas pelo Conselho Editorial e pela Subsecretaria de Edições Técnicas com títulos bastante significativos.

Também confecciona publicações necessárias ao desenvolvimento das atividades dos órgãos do Senado, tais como: manuais, boletins, apostilas, relatórios, treinamentos, convites, cartazes, materiais de expediente personalizados e de divulgação das atividades públicas dos Senadores e outros.

Até mesmo obras para segmentos minoritários da sociedade têm sido produzidas, como é o caso das publicações em braile, com uma linha editorial específica da legislação brasileira.

Mesmo assim, entretanto, a SEEP não tem podido estender seus serviços a outras causas públicas importantes, como: as campanhas nacionais em prol dos direitos humanos, a localização de pessoas desaparecidas, contra a violência, assim como o resgate e a valorização históricos e culturais de interesse regional.

A ampliação dos serviços prestados pela SEEP, abrangendo as publicações de utilidade pública voltadas a fins humanitários, históricos e culturais, mais do que impedir a omissão e preencher lacunas no extenso leque dos essenciais serviços que já presta ao País, confere-lhes a marca da responsabilidade social, engrandecendo como um todo a instituição Senado Federal.

Infere-se então, que a partir das alterações propostas neste Ato, com a deliberação sempre a cargo da Presidência, entidades da sociedade civil ou do Poder Público podem requerer respaldo junto ao Senado Federal para atividades que sejam de utilidade pública de caráter humanitário, educativo e cultural, relevantes para a cidadania brasileira.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2004 – Senadora
Roseana Sarney.

LEGISLAÇÃO CITADA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 6, DE 2002

Dispõe sobre a impressão de trabalhos gráficos.

A Comissão Diretora Do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e considerando a necessidade de definir a natureza dos trabalhos gráficos a serem realizados no âmbito da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, Resolve:

Art. 1º Os trabalhos gráficos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP consistem em:

I – Publicações oficiais referentes ao processo legislativo (Diários do Congresso Nacional e do Senado Federal, Ordens do Dia, Avulsos, Suplementos, Anais, etc), publicação de obras selecionadas pelo Conselho Editorial e pela Subsecretaria de Edições Técnicas e as publicações necessárias ao desenvolvimento das atividades dos órgãos do Senado (manuais, boletins, apostilas, relatórios, materiais de expedientes, treinamento, convites, cartazes, etc);

II – Materiais de expediente personalizados para os gabinetes dos Senadores e demais órgãos da Casa;

III – Publicações relativas às atividades parlamentares desenvolvidas no âmbito dos plenários e das comissões do Senado e do Congresso Nacional, tais como: separatas de projetos de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares, inclusive na forma de tablóide;

IV – Publicações de trabalhos de autoria de Senador ou desenvolvidos sob sua orientação a respeito de matéria de natureza constitucional e/ou legal, bem como sobre assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, cuja divulgação não se destine a propaganda eleitoral;

V – Serviços gráficos compreendidos em objeto de convênios firmados no âmbito do Senado Federal, desde que não configurem propaganda eleitoral; e

VI – Publicações em Braille de títulos restritos a assuntos constitucionais, legais, históricos ou culturais de interesse nacional.

§ 1º Para a impressão das publicações de que tratam os incisos III e IV, a Comissão Diretora fixará para os Senadores cota anual, individual, intransferível e não cumulativa com a do ano subsequente.

§ 2º Para os membros da Mesa e Líderes a cota de que trata o parágrafo anterior será o dobro da fixada para senador.

§ 3º A tiragem em Braille é limitada a 30 exemplares por senador.

§ 4º A apropriação de custos referente à impressão de que trata o inciso II será debitada à conta da Primeira-Secretaria e, quando se tratar de órgão administrativo do Senado Federal, será encaminhada à SEEP pelo Diretor-Geral.

§ 5º Os materiais de expediente de que trata o inciso II compreendem:

- a) agenda telefônica;
- b) bloco ofício ou meio ofício timbrado;
- c) bloco rascunho/risque-rabisque;
- d) bloco recado/lembrete telefônico;
- e) cartão de aniversário;
- f) cartão de apresentação;
- g) cartão de cumprimento;
- h) cartão de gabinete;
- i) cartão de visita;
- j) envelopes;
- k) formulário de transmissão de fax;
- l) papel carta;
- m) papel ofício ou meio ofício timbrado;
- n) papel pautado;
- o) pasta de mesa;
- p) pasta de despacho;
- q) pasta porta avulso.

Art. 2º A exceção dos materiais de expediente destinados aos órgãos do Senado, as solicitações de impressão serão dirigidas diretamente à SEEP.

§ 1º As obras destinadas às feiras de livros deverão ser encaminhadas para impressão com antecedência mínima de 60 dias.

§ 2º Autuado o pedido de impressão, o requisitante/autor dispõe do prazo de 30 dias para a apresentação completa dos originais.

§ 3º Durante a fase de preparação das provas dos originais, as alterações propostas pelo requisitante/autor serão encaminhadas ao Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU.

§ 4º Aceita a prova final dos originais, o requisitante/autor determinará o correspondente “imprima-se” e o texto não mais sofrerá alterações.

Art. 3º A Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP não imprimirá folhetins, calendários, cadernos escolares, cartões de natal ou qualquer outra publicação cuja divulgação possa configurar propaganda eleitoral.

Art. 4º As relações das obras a serem publicadas pelo Conselho Editorial e as destinadas a feiras de livros serão encaminhadas à SEEP até o dia 30 de abril do corrente exercício para inclusão na proposta orçamentária do exercício seguinte.

Art. 5º Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se os Atos do Primeiro-Secretário nº 6 e 11, de 1995.

Senado Federal, em 20 de março de 2002. _ **Ramez Tebet — Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Antero Paes de Barros — Marluce Pinto.**

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, José Agripino, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, João Tenório, Romero Jucá, Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio encaminharam discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita honra que retorno novamente à Tribuna desta Casa para aplaudir um texto do jornalista Herbert de Moraes Ribeiro, diretor-responsável do **Jornal Opção**, que eleva o nível intelectual no Estado de Goiás. Na edição desta semana, Herbert de Moraes se superou, tarefa difícil tendo em vista a seqüência de textos primorosos que vem apresentando ao longo das semanas. Seu excelente editorial “O rei está nu e o Estado corre risco” é muito bem resumido no subtítulo: “O governo Lula está usando o Caso Waldomiro Diniz para voltar-se novamente contra as instituições republicanas, numa tentativa de controlar o Judiciário, amordaçar o Ministério Público e calar a imprensa”. Na verdade, é uma síntese não apenas do artigo, mas do próprio Governo Federal que, a seu ver, “não tem projeto, nem obras, nem rumo”, pois “as imagens fantasistas de Duda Mendonça já não são suficientes para enganar o povo”.

Em seu ensaio, Herbert discorre sobre políticos populistas e suas práticas, citando suas conseqüências nefastas. O jornalista é preciso em sua opinião sobre a experiência que se queria diferente, mas que se revelou igual a qualquer gestão populista: “Hoje, o PT é governo e cobra uma oposição responsável por parte de seus adversários, esquecendo-se de que, quando estava do outro lado, valia-se de qualquer crítica, mesmo as mais disparatadas. Ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PT esmerou-se em explicar o Brasil tomando por base a África. Lançando mão de estatísticas duvidosas, o PT hipertrofiava a miséria do país, apregoando a existência de uma legião de miseráveis, que, segundo a esquerda mais exacerbada, chegava a 50 milhões

de pessoas. Hoje, desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse, essas cifras foram convenientemente esquecidas”.

Herbert alerta: “O governo Lula tem trilhado um perigoso caminho — o de tentar confundir-se com o Estado. O próprio presidente comporta-se, em seus recorrentes pronunciamentos, como se fosse uma figura imperial, que vai além de dirigir o governo, confundindo-se com o próprio Estado”. Critica as teorias conspiratórias, aponta rumos e oferece sugestões. Ou seja, o jornalista faz em poucas linhas o que os auxiliares federais deveriam oferecer ao presidente da República: uma visão sincera, e nesse caso magistralmente escrita, de um governo para o qual o País torce que ainda dê certo. Por isso, Sr. Presidente, passo a ler, para que conste nos Anais, o citado editorial “O rei está nu e o Estado corre risco”, do jornalista Herbert de Moraes Ribeiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR DEMÓSTENES TORRES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O rei está nu e o Estado corre risco

O governo Lula está usando o Caso Waldomiro Diniz para voltar-se novamente contra as instituições republicanas, numa tentativa de controlar o Judiciário, amordaçar o Ministério Público e calar a imprensa

Herbert de Moraes Ribeiro

Por ser o governo do povo, a democracia vive sempre às voltas com tentações populistas. Nunca faltam políticos demagogos que se arvoram a falar diretamente às massas, como verdadeiros Messias, ungidos por algum poder sobrenatural, capaz de torná-los intérpretes naturais dos anseios da população. Ao longo de sua história, o Brasil mostrou-se pródigo na produção desse tipo de governante. A tradição populista no país é tão arraigada que nem mesmo o regime militar escapou dela. Exatamente o general que fez o governo mais duro, o general Emílio Médici, cultivou, também, o populismo, associando sua imagem à paixão nacional pelo futebol.

Nas eleições de 1994, o populismo levou um desajeitado Fernando Henrique Cardoso a montar num jegue no interior do Nordeste, supervisionado por Antônio Carlos Magalhães, o experimentado populista baiano. Apesar dessa recaída de campanha, Fernando Henrique Car-

doso não fez um governo populista — talvez o principal mérito de sua gestão. Particularmente, nunca fui um entusiasta do governo Fernando Henrique, mas reconheço que ele teve uma conduta rara na história do país — procurou valorizar as instituições republicanas. Mesmo enfrentando uma oposição altamente difícil — a oposição do Partido dos Trabalhadores, que, por qualquer motivo, arremetia o povo contra o governo, promovendo marchas sobre Brasília, com gritos de “Fora, FHC!”

Hoje, o PT é governo e cobra uma oposição responsável por parte de seus adversários, esquecendo-se que, quando estava do outro lado, valia-se de qualquer crítica, mesmos as mais disparatadas. Um exemplo desses disparates exercitados pelo PT na oposição era a reiterada comparação que o partido fazia do país com as nações africanas, sempre em desvantagem para o Brasil.

Ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PT esmerou-se em explicar o Brasil tomando por base a África. Lançando mão de estatísticas duvidosas, o PT hipertrofiava a miséria do país, apregoando a existência de uma legião de miseráveis, que, segundo a esquerda mais exacerbada, chegava a 50 milhões de pessoas. Hoje, desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse, essas cifras foram convenientemente esquecidas. Já se passaram 13 meses do governo Lula, mas a nação ainda não viu nenhuma medida concreta que pudesse reduzir a miséria tão apregoada pelo PT em outros tempos. O Programa Fome Zero, apesar de toda a propaganda em torno dele, ainda não saiu do papel. E os 10 milhões de empregos que Lula prometeu gerar na campanha revertem-se, a cada dia, em novas levas de desempregados, vítimas de uma economia estagnada, asfixiada por juros estratosféricos.

Como se não bastasse a decepção administrativa, agora a nação também amarga os efeitos de uma traição ética — o nebuloso caso protagonizado por Waldomiro Diniz, braço direito do ministro José Dirceu, poderoso chefe da Casa Civil. A revista **Época** de 16 de fevereiro último (com circulação antecipada para o dia 13 daquele mês), mostrou Waldomiro Diniz cobrando propina de um bicheiro, o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Na ocasião, Diniz era presidente da Loteria, a Loteria do Estado do Rio de Janeiro, e sua

conversa com Carlos Cachoeira fora gravada em vídeo pelo próprio empresário.

Segundo a revista, “Waldomiro tentou negar as imagens, mas acabou confessando: levou dinheiro do jogo do bicho para a campanha eleitoral do PT”. O assessor do ministro José Dirceu confessou ter recebido de Cachoeira a quantia de 100 mil reais, que, segundo ele, foi repassada ao comitê de Geraldo Magela, candidato ao governo de Brasília pelo PT. Além disso, Waldomiro Diniz contou ter negociado “contribuições mensais de 150 mil reais” para Benedita da Silva, do PT, e Rosinha Matheus, hoje no PMDB, na época, candidatas ao governo do Rio de Janeiro. Em troca desses serviços, Waldomiro Diniz também cobrou 1 por cento de propina para si mesmo.

Essas revelações cindiram ao meio o governo Lula e a história do PT — que passam a ser contados antes e depois de Waldomiro Diniz. O partido perdeu o monopólio da ética e o governo submergiu numa paralisia administrativa. Ao logo das últimas semanas (já se vão quase dois meses), o governo não faz outra coisa senão defender-se das denúncias, numa tentativa desesperada de barrar uma CPI no Congresso para investigar o caso. A única medida concreta tomada pelo governo foi a demissão de Waldomiro Diniz, mesmo assim, com a ressalva de que a falcatura de que ele é acusado fora praticada antes de sua nomeação para o cargo de assessor de José Dirceu.

Na semana passada, uma nova fita de vídeo deu novo rumo ao caso. Na terça-feira, 30 de março, o Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgou uma gravação de vídeo em que o subprocurador José Roberto Santoro pressiona o empresário Carlos Cachoeira a lhe entregar a fita em que Waldomiro Diniz aparece lhe pedindo propina. O diálogo entre o subprocurador e o empresário se deu de madrugada, nas dependências do Ministério Público, e Santoro, num dado momento da gravação, diz que não queria que Cláudio Fonteles, o procurador-geral da República, soubesse que ele estava empenhado em “ferrar o ministro José Dirceu” e “derrubar o governo Lula”.

Tão logo o teor da nova fita foi divulgado pelo Jornal Nacional, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, veio a público afirmar que o episódio mostra uma conspiração para derrubar o presidente Lula. O próprio Lula —

que nada declarou sobre a fita que incrimina Waldomiro Diniz — afirmou que a nova fita revela um episódio “muito grave”. De um modo geral, a imprensa aceitou a versão do governo e o episódio envolvendo o subprocurador José Roberto Santoro passou a ser equiparado às propinas cobradas por Waldomiro Diniz. O governo insinua que Santoro trabalha em favor do tucano José Serra, candidato derrotado por Lula em 2002.

O subprocurador José Roberto Santoro e seus colegas sustentam que as palavras usadas na conversa com Carlos Cachoeira fazem parte de uma estratégia comum de promotores e procuradores públicos quando lidam com pessoas acusadas da prática de crime. O objetivo era intimidar Cachoeira para que ele colaborasse com a Justiça. Mesmo depois dessas explicações dos procuradores, o ministro Márcio Thomaz Bastos continuou insistindo na tese de que há uma conspiração para derrubar o governo do “operário de 53 milhões de votos”.

Ao insistir na tese de que há uma conspiração para derrubar o presidente Lula, o ministro da Justiça torna-se menor do que o cargo que ocupa, prestando-se ao deplorável papel de porta-voz de um partido sectário. No episódio em questão, o máximo que pode haver é o uso eleitoral das denúncias, com o objetivo de enfraquecer o PT nas próximas eleições e, também, em 2006. Obviamente, a oposição ao governo Lula — setores do PFL e do PSDB — regozijaram-se com o Caso Waldomiro e tentam tirar o máximo de proveito eleitoral do episódio, tanto agora, nas eleições municipais de 2004, quanto em 2006, na reeleição de Lula.

Todavia, o notório uso eleitoral das denúncias não pode ser confundido com um suposto uso conspiratório das mesmas. Em qualquer democracia do mundo é papel dos partidos opositoros ressaltarem os pontos negativos do governo, com o objetivo de convencer o eleitor a mudar o poder de mãos. Às vésperas de cada pleito, essa tentativa de minar eleitoralmente o governo recrudescer e cabe ao eleitor julgá-la. Se a oposição tiver sucesso, o eleitor irá optar pela alternância de poder, caso contrário o partido da situação será reeleito. No fundo, é exatamente isso o que querem os setores de oposição do PFL e do PSDB — querem enfraquecer eleitoral-

mente o governo, com o objetivo de eleger mais prefeitos agora e, quem sabe, derrotar o próprio Lula em 2006.

Isso é legítimo? Sem dúvida, porque o uso eleitoral de uma denúncia submete-se ao calendário da democracia — nesse caso, a queda-de-braço entre oposição e governo se resolve nas urnas, de acordo com o juízo do eleitor. Já a conspiração para derrubar um governo não é necessariamente ilegítima, mas pode vir a sê-lo, porque ela não espera o calendário eleitoral — tenta abreviar o mandato do partido de situação, arrancando-o do poder antes do tempo. E de um modo antidemocrático, porque o eleitor não é chamado a fazer o papel que lhe cabe — o do juiz no processo.

Mesmo assim, derrubar um governo corrupto — antes do término do seu mandato — também faz parte da democracia. Ou o PT se arrepende, hoje, de ter ido as ruas para abreviar o mandato do presidente Fernando Collor? Aliás, o PT deveria arrepender-se do que fez com o presidente Fernando Henrique Cardoso, perseguido ao longo dos oito anos de governo com o bordão “Fora, FHC!”. Aquela atitude do PT, sim, era uma atitude conspiratória, golpista até, porque não respeitava a vontade das urnas, tentando derrubar o governo à força, mediante denúncias na imprensa, tentativas de CPI e uso do Ministério Público.

Aliás, a acusação que o governo faz pesar sobre o subprocurador José Roberto Santoro — a de estar a serviço do tucano José Serra — também vale para o procurador Luiz Francisco — acusado de estar a serviço do PT durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Não se pode esquecer que Luiz Francisco chegou a participar de conversas e gravações obscuras com o senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, no episódio do painel do Senado. Por conta disso, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda acabaram perdendo seus mandatos de senadores.

Em outras palavras, o PT foi o principal parceiro do Ministério Público quando estava na oposição. Agora, no governo, ressuscita a “Lei da Mordaca”, que tem o objetivo de calar o Ministério Público. Não é à toa que, logo depois de falar da suposta conspiração para derrubar Lula, o ministro Márcio Thomaz Bastos voltou a defender o controle externo

do Judiciário e do Ministério Público. Aliás, tentar controlar as demais instituições republicanas têm sido uma obsessão do governo Lula desde o dia da posse.

Na verdade, o governo Lula tem trilhado um perigoso caminho — o de tentar confundir-se com o Estado. O próprio presidente comporta-se em seus recorrentes pronunciamentos, como se fosse uma figura imperial, que vai além de dirigir o governo, confundindo-se com o próprio Estado. Não é à toa que, numa de suas declarações infelizes, o presidente chegou a dizer que só Deus poderia impedi-lo de fazer o que pretende fazer pelo país, como se no Brasil não houvesse um Congresso e uma Constituição, perante os quais todo governante tem de prestar contas.

A rigor, a conspiração denunciada pelo ministro da Justiça habita o âmago do próprio governo. Se há uma conspiração em curso, ela não nasce do trabalho da oposição, mas da vocação autoritária do próprio governo. É o que se depreende das palavras do ministro da Justiça quando evocou os 53 milhões de votos obtidos por Lula e sua condição de operário para condenar a tentativa de “derrubar” o governo. Esse apelo direto às massas trai a vocação recôndita do PT de saltar sobre as instituições na tentativa de dialogar diretamente com o povo.

Todas as atitudes do governo Lula, desde o primeiro dia, mostraram o ceticismo do PT em relação às instituições republicanas. A criação do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social, por exemplo, foi uma tentativa — felizmente frustrada — de criar um “Congresso Nacional” paralelo, nomeado pelo presidente Lula. Tentou-se repetir, no plano nacional, o que os prefeitos petistas fazem no plano municipal, com o chamado orçamento participativo. Posteriormente, o presidente Lula oficializou um “fórum” de governadores para fazer a reforma, esvaziando, novamente, o poder do Congresso Nacional.

Com a crise política desencadeada pelo Caso Waldomiro Diniz, o governo Lula teve que arquivar esse perfil messiânico de contato direto com as massas. O próprio presidente passou algumas semanas demonstrando mais comedimento em suas declarações. Entretanto, a fita com a gravação do subprocurador José Roberto Santoro despertou o lado autoritário

do PT, típico dos partidos de esquerda. Apesar de ter feito algumas flexibilizações em sua ideologia para ocupar o governo, o PT continua sendo um partido fechado em si mesmo, a começar pela tendência de se julgar com o monopólio da verdade.

Entretanto, ainda que o subprocurador José Roberto Santoro estivesse mesmo querendo derrubar o governo Lula, não se pode esquecer que a munição com que tentaria alcançar seu intento não foi inventada por ele, mas fornecida pelo próprio partido — Waldomiro Diniz, o cobrador de propinas de bicheiros, foi nomeado para o cargo de principal assessor da Casa Civil pelo ministro José Dirceu. Que, por sinal, já o havia bancado no governo de Anthony Garotinho e Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, e de Cristovam Buarque, em Brasília.

Por outro lado, a fita que mostra Waldomiro Diniz cobrando propina é corroborada por depoimentos de outras pessoas ligadas ao PT, como o ex-secretário nacional de Segurança Pública, o antropólogo Luiz Eduardo Soares. Ele afirmou, numa entrevista ao portal AOL, que já se desconfiava, dentro do PT, das ligações perigosas de Waldomiro Diniz com o jogo do bicho. Ele próprio levou essas suspeitas ao conhecimento da governadora Benedita da Silva e do próprio José Dirceu, mas nenhuma providência foi tomada. Soares ainda acusou o PT de adotar práticas stalinistas.

Mas não param aí as denúncias da ligação do PT com o jogo do bicho. José Vicente Brizola, filho de Leonel Brizola, que foi presidente da loteria estadual do Rio Grande do Sul, na gestão do petista Olívio Dutra, também afirmou que foi pressionado a recolher dinheiro de bicheiros e repassá-los à campanha majoritária do PT no Estado. Ora, diante de tantas denúncias que partem das entranhas do próprio PT, onde está a tentativa da oposição de desestabilizar o governo?

Na verdade, o governo que se desestabilizou sozinho, na medida em que o presidente Lula lembra o protagonista do célebre conto A Roupa Nova do Rei, de Hans Christian Andersen. Como o rei do conto, o governo Lula está nu — não tem projeto, nem obras, nem rumo. Por isso, para cobrir a própria nudez, veste-se com as imagens

fantasistas de Duda Mendonça. Que já não são suficientes para enganar o povo. Daí a necessidade que o governo sente de controlar o Judiciário, amordaçar o Ministério Público e calar a imprensa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para comentar o artigo intitulado “Eu creio, a CPI é possível”, de autoria do presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de ontem, 5 de abril.

Em seu artigo, o Senador trata da evolução do caso Waldomiro Diniz afirmando que a instalação da CPI no Senado continua sendo a melhor solução para essa história infeliz. O caso “...continuará paralisando o país, perturbando a política e animando a especulação financeira, enquanto, de forma clara, pública e inquestionável, não forem ouvidos, questionados e proclamados os culpados e os inocentes”.

Para que conste dos anais do Senado Federal, Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado na **Folha de S.Paulo** seja dado como lido para que fique integrando este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de São Paulo
5 de abril de 2004

Eu creio, a CPI é possível

Jorge Bornhausen

Quando a credibilidade de um governo passa a depender de gravações clandestinas e o submundo do crime descobre que é capaz de gerar crises políticas e decidir sobre os humores da sociedade, estamos diante de um quadro agudo de decadência moral. Nunca a marginalidade da chantagem, do jogo e da corrupção teve tanta audiência neste país como está conseguindo atualmente, com suas fitas e vídeos.

Esse é o diagnóstico mais generoso que se pode fazer da evolução do caso Waldomiro Diniz, um episódio de corrupção de quinta categoria que poderia ter sido resolvido como uma decisão asséptica. No caso, uma CPI do Senado, que teria se instalado por consenso,

sem que seus membros fossem carimbados como opositoristas e governistas.

Um mínimo de bom senso lembraria ao presidente e ao seu ministro da Casa Civil que uma investigação externa do Senado lhes faria bem. Para começar, ela os livraria de suspeições de protecionismo ou condescendência para com o funcionário pilhado em flagrante de corrupção. Também demonstraria disposição de mapear o grau de contaminação da ação do funcionário desonesto, menos pela aplicação simplória do adágio “cesteiro que faz um cesto faz um cento.” Na verdade, era fato notório que o tal Waldomiro, em Brasília, manteve-se no ramo em que se iniciou na Loterj. É inquestionável que patrocinou interesses nas negociações que se desenvolviam na Caixa Econômica.

Qual o quê!

Seguindo maus conselheiros, o governo escolheu o caminho prepotente e atrabiliário de afastar a investigação externa que o Senado promoveria. Uma temeridade, já que tanto gerou suspeitas sobre os motivos que inspiraram a decisão como estimulou o mercado da chantagem a manter o país sob a expectativa da “próxima gravação”. Além, naturalmente, de manter insepulto, exalando mau cheiro, o caso Waldomiro Diniz, que não respeitou nem as madrugadas do castelo espelhado da Procuradoria, na avenida das Nações.

A CPI do Senado, porém, continua sendo a melhor solução para essa história infeliz. O caso Waldomiro Diniz não deixará de atazanar o governo e paralisar o país, perturbando a política e animando a especulação financeira, enquanto, de forma clara, pública e inquestionável, não forem ouvidos, questionados e proclamados os culpados e os inocentes, hoje vilmente misturados no rol dos suspeitos.

Aliás, continuo otimista, confiante em que o Supremo Tribunal Federal vá suprir o grande equívoco do governo de usar uma omissão do regimento interno do Senado para descumprir a Constituição Federal. Como se o “nada” (ou seja, uma omissão) pudesse suplantar o “tudo” do dispositivo constitucional. Ora, se a Constituição determina claramente que um terço do Senado pode decidir a convocação de uma CPI, que outro poder, truque ou mezinha prodigiosa terá força para impedir que se cumpra tal disposição?

Lendo atentamente o despacho do ministro Celso de Mello, que recusou a medida liminar para o mandado de segurança que impetrei, encontrei sinais de que o caso não está liquidado. Como relator do mandado, o ministro Celso de Mello reconheceu a “extrema relevância” do pedido e afirmou que a questão “impõe graves reflexões” em face do problema essencial dos direitos das minorias parlamentares, assegurado pela Constituição.

Não vislumbro pruridos no Supremo de mandar vir à bacia de Pôncio Pilatos. Por que negaria socorro da interpretação constitucional, que lhe cabe, diante do evidente e perverso esbulho que se está fazendo de um direito da minoria do Senado? A alegação de que se trata de questão **interna corporis** do Senado é simplesmente cavilosa.

Tudo isso só acontece porque o principal interessado, o presidente da República, não percebeu que, sob a democracia, não dá para esconder, ou simplesmente exonerar “a pedido”, os auxiliares e amigos que o traíram envolvendo-se em casos de corrupção. Alguém precisa dizer ao presidente que, além de não ser Deus -sua última descoberta pessoal, auto-proclamada com grande ênfase-, não depende de um ato da sua vontade sustar a instalação de uma CPI assegurada pela Constituição.

Jorge Konder Bornhausen, 66, é senador pelo PFL-SC e presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82) e ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta Tribuna para registrar o artigo do presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 29 de março do corrente.

O referido artigo mostra que as dificuldades para o escoamento da soja pelo porto de Paranaguá e os prejuízos para o produtor brasileiro na atual safra têm origem na incapacidade do governo de cumprir sua parte no processo de exportação e de promover uma ação administrativa de emergência na área dos transportes.

Na verdade, como está escrito no artigo “não houve planejamento estratégico” e a perda dos agricultores em 2004 já é fato consumado.

Para que conste dos anais do Senado Federal, Sr. Presidente, requeiro que o artigo da **Folha de S. Paulo** seja dado como lido para que fique integrando este pronunciamento

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de São Paulo
publicado em: 29-03-2004

O governo, a soja e o trovão

Jorge Bornhausen

O grande azar do “desgoverno Lula” é que as fábulas estão sendo reescritas e o castigo já não anda a cavalo, antecipa-se como o raio, que já caiu quando se vê o relâmpago e ouve-se o trovão.

Por isso, nesses dias, enquanto a TV mostrava a fila de caminhões de soja alcançando 80 km, cobrindo toda a extensão da rodovia que vai de Paranaguá à região metropolitana de Curitiba, e os repórteres anunciavam que havia navios esperando mais de 30 dias ao largo, os jornais circulavam com a revelação de que os produtores brasileiros estão perdendo US\$ 1,2 bilhão na atual safra com o deságio, espécie de castigo pela demora e dificuldades de o produto chegar aos portos importadores.

Trata-se de uma espécie de taxa que o mercado internacional aplica a determinados produtos, conforme as dificuldades e o tempo exigido até que os compradores os tenham em seus armazéns. São dólares que deveriam engordar as receitas brasileiras de comércio exterior e que são perdidos como punição às más condições de infra-estrutura e entraves burocráticos do nosso país. Ou seja, é dinheiro que o agricultor brasileiro deveria receber pela soja que produziu e perde pela incapacidade do governo de cumprir sua parte no processo de exportação.

Antigamente, no tempo em que o castigo andava a cavalo, esse prejuízo só apareceria no final, quando se fechasse a contabilidade. Agora, em tempos de internet, é apurado on-line. O raio já caiu, isto é, o tal

ágio já está sendo cobrado, e não se espera o fim da safra para fazer a conta. O relâmpago e o trovão servirão apenas, como se verá nos próximos meses, quando se registrarem os justos protestos e indignação dos agricultores. O prejuízo já está sacramentado e inscrito na conta negativa do ano 2004 do “desgoverno Lula” e seus petistas despreparados, concorrentes sérios ao título de pior equipe de administradores já reunida neste país.

Mas o que se pode esperar de um governo que perde tempo – já estamos avançados no segundo mês desde que a denúncia do caso Waldomiro apareceu – tentando abafar um rele caso de corrupção, mobilizando para isso todo o seu sistema de apoio parlamentar, só para impedir uma CPI requerida legalmente?

Esse tempo perdido do governo Lula e seus principais colaboradores no inútil pega-esconde para sepultar um caso de corrupção faz falta à ação administrativa concreta de emergência na área dos transportes, que, além da sobrecarga com o aumento das safras, sofreu os efeitos das chuvas do último inverno.

Na verdade, não houve planejamento estratégico e o país está colhendo 52 milhões de toneladas de soja com uma logística de armazenamento e transportes estabelecida quando colhia apenas 28 milhões de toneladas. Mais ou menos, como ouvi de um produtor do Mato Grosso do Sul, “o mesmo que usar um motor de Ferrari numa velha carcaça de um fusquinha”. O prejuízo seria muito maior se não tivesse ocorrido uma quebra de safra de 8 milhões de toneladas, por adversidades climáticas nos principais Estados produtores.

Se o país tivesse um governo atento à nossa realidade, estaríamos todos mobilizados para vencer a grande batalha de escoamento dessa impressionante safra de grãos e a redução do absurdo deságio de US\$ 1,2 bilhão, que certamente cobriria, com vantagem, só com os impostos que geraria, um verdadeiro plano nacional de combate à pobreza, que mudaria a situação

de indignação de setores rurais e urbanos. Evidentemente um verdadeiro projeto social, menos propaganda e mais socorro à população necessitada.

Que brasileiro, alertado pela reportagem de Mauro Zafalon, no Agrofólio de 23/3, de que a soja brasileira estava sendo negociada na Bolsa de Chicago por apenas US\$ 9,3575 por bushel, enquanto a soja americana obtinha US\$ 1.056,10, não sentiu indignação com o fato de esse deságio humilhante derivar única e exclusivamente da nossa desorganização operacional? Principalmente porque esse deságio não foi imposto por nenhum imperialismo, mas foi consequência do fato elementar de os navios do importador levarem no máximo quatro dias para encostar e carregar sua carga de soja americana no golfo do México, enquanto estão levando 35 dias para realizar a mesma operação em Paranaguá.

E quem paga o pato? O produtor, que é quem tem sua soja desvalorizada.

Já que é incapaz de perceber as diferenças da velocidade da luz e do som e se comporta diante dos raios da economia com tanta insensibilidade, o governo poderia ao menos entender o ribombar desse trovão, expresso na espantosa cifra de US\$ 1,2 bilhão perdidos pela agricultura brasileira. Prejuízo devido a um governo que perde tempo abafando CPIs, quando deveria estar preparando o país para a safra de 2005, já que a perda dos agricultores em 2004 é fato consumado.

Já que o governo vive em busca de temas para uma agenda positiva, está aí um magnífico pretexto para fazer alguma coisa. Ouvir o trovejar dessa perda de US\$ 1,2 bilhão da safra de soja e fazer alguma coisa para que não se repita. Ou continuaremos a patinar no abafa-abafa do caso Waldomiro Diniz?

Jorge Konder Bornhausen, 66, é senador pelo PFL-SC e presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82) e ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

QUEM É QUEM

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a colunista Eliane Cantanhêde, da **Folha de S.Paulo**, no dia 23

de março de 2004, promove um verdadeiro desagravo à imprensa brasileira. Segundo ela, leitores e leitoras petistas acusam os jornalistas de serem muito duros e implacáveis com o governo Lula.

Em desagravo, a colunista esclarece que:

1. Quem fez nota oficial pedindo mudanças na economia foi a Executiva do PT;
2. Quem se reuniu, no dia 21-03-2004, para criticar a meta de inflação foram mais de 600 petistas, inclusive 15 deputados federais;
3. Quem promove o desmonte da gestão de Cristovam Buarque no MEC é o petista Tarso Genro;
4. Quem foi reclamar a José Dirceu da falta de verbas foi o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues;
5. Quem disse que o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, é “vagabundo” foi o mesmo Roberto Rodrigues;
6. Quem vendeu o “Fome Zero” como o principal programa do governo e nunca entregou a mercadoria foram Lula e Graziano;
7. Quem anunciou o programa “Primeiro Emprego” como salvação dos jovens e, durante meses, só empregou um solitário cidadão foi o Ministro Jaques Wagner;
8. Quem reclama da Saúde, da Educação e da área social inteira são os próprios ministros, assessores e parlamentares ligados a Lula; e,
9. De forma sintetizada: quem nomeou Waldomiro Diniz foi José Dirceu, quem mantém relações intensas com Rogério Buratti é o próprio PT, quem abre o flanco para que José Sarney e Renan Calheiros mandem no Senado é Aloísio Mercadante.

Desta forma, que culpa têm os colunistas? É o próprio governo o responsável pelo seu desgaste. As crises do governo Lula não são criadas por jornalistas, nem pela oposição, mas sim pelo próprio governo e sua base aliada.

Dessa forma, solicito que a matéria em anexo, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 23 de março de 2004, integre este pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE SÃO PAULO

TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2004.

CI LÚCIA VANIA

ELIANE CANTANHÊDE

Quem é quem

BRASÍLIA - É engraçado quando leitores e leitoras petistas (e ainda governistas) reclamam que nós, colunistas, estamos sendo muito duros e implacáveis com o governo Lula.

Quem fez nota oficial pedindo mudanças na economia foi a Executiva Nacional do próprio PT, partido de Lula e do governo.

Quem se reuniu no domingo passado para criticar a meta de inflação, as taxas de juros e o superávit primário foram mais de 600 petistas, inclusive 15 deputados federais.

Quem se aproveitou de solenidade no Planalto para pedir publicamente a cabeça de Palocci foi Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido do vice-presidente da República.

Quem está promovendo o desmonte da gestão do petista Cristovam Buarque no MEC não é nenhum adversário; é o petista Tarso Genro.

Quem está furibundo e foi reclamar a José Dirceu da falta de atenção, de verbas para programas essenciais e de condições de trabalho na Agricultura foi Roberto Rodrigues (aliás, o ministro mais elogiado por Lula em

recente jantar com jornalistas).

Quem andou dizendo em reunião com dezenas de ouvintes que Guido Mantega é "vagabundo" (entre outros adjetivos) foi o mesmo Rodrigues dos elogios presidenciais.

Quem vendeu o "Fome Zero", Brasil e mundo afora, como o principal programa do governo e nunca entregou a mercadoria foram Lula e Graziano — que, aliás, acaba de ser premiado com a volta ao Planalto.

Quem anunciou o "Primeiro Emprego" como a tábua de salvação dos jovens e, durante todos esses meses, só empregou um solitário cidadão foi o ministro Jaques Wagner, que era do Trabalho e agora está no Planalto.

Quem reclama da Saúde, da Educação e da área social inteira são os próprios ministros, assessores e parlamentares ligados a Lula.

E, afinal, quem nomeou Waldomiro Diniz foi Dirceu, quem mantém relações intensas com Rogério Buaratti é o próprio PT, quem abre o flanco para Sarney e Renan Calheiros mandarem no Senado é Mercadante.

Que culpa temos nós?!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A QUESTÃO DOS BINGOS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “Um jogo disputado”, de autoria do colunista Zuenir Ventura, publicado no jornal **O GLOBO**, de 10 de março do corrente.

O artigo, que solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, mostra que o governo do Presidente Lula ainda tem um caminho longo pela frente no que diz respeito à questão dos bingos. Se, por um lado, o governo ainda precisa explicar o escândalo Waldomiro Diniz, por outro, terá que defender a sua Medida Provisória que proibiu o jogo.

O que vale destacar é que em nenhum dos dois casos há consenso dentro do governo. Há pessoas do governo que defendem o funcionamento da CPI, assim como há pessoas que defendem a legalização do jogo, adotando posição contrária à MP.

É esperar para ver.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo
10-03-2004

UM JOGO DISPUTADO

Pelo que se vê e pelo que ainda se verá, o governo pode ter tido menos trabalho para se livrar da CPI do Bingo do que vai ter para enfrentar a reação que está se organizando para combater a medida provisória que há um mês proibiu o jogo e as máquinas caça-níqueis. É uma frente formada por empresários do setor, funcionários, lobistas, jogadores compulsivos e até inocentes freqüentadores.

As manifestações de rua em várias cidades, como a marcha de Brasília, que reuniu 30 mil trabalhadores do Nordeste, do Sudeste e do Sul, são a face mais ruidosa da campanha, cujo principal argumento é a defesa coletiva dos 120 mil empregos diretos e 200 mil indiretos que se perderiam, segundo cálculos do setor, se as casas de bingos não forem reabertas (ainda não foram demitidos para serem usados nos protestos).

Com a proximidade das eleições, a causa deve ganhar o reforço do oportunismo de candidatos em busca de dividendos eleitorais. Em

São Paulo, por exemplo, o sindicalista Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, já saiu em campo, tentando a liderança do movimento. Ele, que foi o vice na chapa de Ciro Gomes, é o provável candidato do PDT à sucessão de Marta Suplicy.

Mais do que no plano jurídico, onde a luta se dará por meio de recursos e apelos, é no Congresso que os empresários esperam ganhar a batalha política com o apoio da “bancada do bingo”, que inclui parlamentares do próprio PT. O porta-voz informal dos defensores da legalização é o deputado petista Gilmar Machado e ninguém menos que a vice-líder do partido no Senado, Ideli Salvati, é autora de um dos 30 projetos que existem propondo a regulamentação do que Waldomiro Diniz chamou, quando esteve na Câmara, de “jogo do bem”.

Esta semana apareceu na internet um novo aliado. Confesso que quase fiquei sensibilizado com os depoimentos que me chegaram de senhoras aposentadas, viúvas, divorciadas, reclamando da proibição. Não se apresentavam como jogadoras compulsivas, mas como pessoas que buscavam fugir da solidão e do tédio no jogo, sua única opção de lazer. “Era o momento de encontrar as amigas, de conversar, tomar chá. Que pecado há nisso?”

Da parte delas nenhum. Mas quanto mais vêm à tona as atividades criminosas que se escondiam atrás da fachada dessas inocentes freqüentadoras – contravenção, narcotráfico, máfia, lavagem de dinheiro – mais se espera que o governo resista às pressões e não permita que os bingueiros revertam o jogo.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) –

REFORMA POLÍTICA

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Correio Braziliense**, do dia 10 de março, e a **Folha de S. Paulo**, do dia 11 de março de 2004, tratam da Reforma Política. O fato é que o governo não quer discutir a matéria.

Percebe-se que os aliados do PT na Câmara: PTB, PL e PP rejeitaram a intenção de levar a proposta ao plenário da Câmara dos Deputados ainda em 2004 e ameaçaram obstruir a análise de medidas provisórias, caso o projeto fosse levado à pauta.

A idéia era apressar a votação da Reforma Política como forma de sair do assunto Waldomiro Diniz. O preço, de se deixar para depois a Reforma, é a permanência do “problema da governabilidade”, ou seja, o partido vitorioso no Executivo, não elege uma maioria parlamentar, o que acarreta alianças artificiais.

Outros problemas, estes causados pelo financiamento público de campanhas, segundo Marilena Chauí, são: a desinformação social sobre os gastos da campanha, o comprometimento secreto com interesses privados e a possibilidade de enriquecimento ilícito dos que se apropriam indevidamente dos fundos de campanha.

Dessa forma, solicito que as matérias em anexo, que referem-se às matérias publicadas pelo **Correio Braziliense**, do dia 10 de março, e a **Folha de**

S.Paulo, do dia 11 de março de 2004, integrem este pronunciamento e, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em Prol da Reforma Política

ENTRE MUITAS falhas institucionais, as do sistema de representação e do financiamento de campanhas justificam a urgência de uma reforma política.

No final da ditadura, quando o MDB poderia superar a Arena com maioria parlamentar, o problema foi resolvido conseguindo novos parlamentares arcaicos, entre outros meios, pela transformação dos territórios em Estados e pela criação de novos Estados com o desmembramento de alguns existentes. A seguir, o sistema partidário e eleitoral levou a distorção da representação tanto pela super-representação dos Estados recém-criados, como pela proliferação de partidos artificiais ou de aluguel.

O resultado tem sido a impossibilidade de um partido virtuoso no Brasil. Uma maioria parlam. inexistente convive com o alarmante problema da improbabilidade. Este, ao levando ao avanço das práticas artificiais, quando tal não ocorre, a distorção de uma prática própria da democracia parlamentar, a negociação entre Executivo e Legislativo (concedo x desde que você conceda). Passa-se da negociação pelo meio da compra de votos parlamentares. A CPI, instrumento essencial da moralidade pública, tem-se mostrada inócua, pois não funciona porque, através do voto, não é o sistema, o eleito, o não a causa.

Por sua vez, o financiamento privado das campanhas eleitorais, careta pelo menos três graves improbidades públicas: a) desinformação social, pois candidato, quando publicam gastos que não correspondem à realidade; b) gastos, por indivíduos e partidos, à margem de seus programas e compromissos públicos, comprometem-se com interesses privados dos financiadores, favorecendo os economicamente poderosos à custa dos direitos das outras classes sociais; c) possibilidade de enriquecimento ilícito dos que se apropriam privadamente dos fundos de campanha. Além de corrigir essas falhas (e muitas outras), uma reforma política republicana e democrática também terá como efeito mudar a forma da discus-

são sobre a relação entre ética e política, pois, nisso costumamos deslizar para uma atitude paradoxal, porque pré e pós-moderna ao mesmo tempo.

A concepção pré-moderna da política considera o governante não como representante dos governados, mas de um poder mais alto (Deus, a razão, a lei etc.), que lhe confere a soberania como poder de decisão pessoal e único. Para ser digno de governar, o dirigente deve possuir um conjunto de virtudes que atestam seu bom caráter, do qual dependem a paz e a ordem. O governante virtuoso é um espelho no qual os governados devem se refletir, imitando suas virtudes — o espaço público é idêntico ao espaço privado das pessoas de boa conduta e a corrupção é atribuída ao mau caráter ou aos vícios do dirigente. Por isso criticam-se os vícios do tirano e nunca se examina a tirania como instituição política.

A concepção pós-moderna aceita a submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e de espetáculo, torna-se indústria política e dá ao marketing a tarefa de vender a imagem do político e reduzir o cidadão a figura privada do consumidor. Para obter a identificação do consumidor com o produto, o marketing produz a imagem do político enquanto pessoa privada: características corporais, preferências sexuais, culinárias, literárias, esportivas, vida em família, bichos de estimação. A privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço público. Por isso a avaliação ética dos governos não possui critérios próprios a uma ética pública e se torna avaliação das virtudes e vícios dos governantes, e como no caso pré-moderno, a corrupção é atribuída ao mau caráter dos dirigentes, e não às instituições públicas.

A concepção moderna funda-se na distinção entre o público e o privado, portanto na ideia de República, e volta-se às práticas da representação e da participação, logo à ideia de democracia. O exemplo mais contundente da concepção moderna pode ser encontrado na abertura de um texto clássico, o "Tratado Político", de Baruch Espinosa.

Todos os que até então escreveram sobre a política, diz ele, nada trouxeram de útil para a prática devido ao moralis-

mo, que os faz imaginar um mau humano racional, virtuoso, que se esforça para executar os seres humanos reais, ti como viciosos e depravados (por movidos por sentimentos ou paixão). Tais escritores, quando querem parecer sumamente éticos, sábios e santos predializam louvores a uma natureza humana que não existe em parte alguma e atacam aquela que realmente existe. Ora, prossegue Espinosa, a natureza e não por vícios os seres humanos são movidos por paixões, imitadas por inveja, orgulho, cobiça, violência, maldicência, cada qual quer de que os demais vivam como ele próprio. Mas também são impelidos por paixões de generosidade e misericórdia, amizade e piedade, solidariedade e respeito mútuo. Pretender, portanto, que na política se deslucem das paixões, ajam segundo apenas os preceitos da razão, e comprazer-se na ficção.

Por conseguinte um Estado cujo bem estar, segurança e prosperidade dependam da racionalidade e das virtudes pessoais de alguns dirigentes e "um Estado fadado à ruína". Para haver paz, segurança, bem-estar e prosperidade, "preciso um ordenamento institucional que obrigue os que administram a República, quer movidos pela razão, quer pela paixão, a não agir de forma desleal ou contrária ao interesse geral". Pouco importam os motivos interiores dos administradores públicos; o que importa é que as instituições os obriguem a bem administrar. Virtudes e vícios do Estado não são virtudes e vícios privados dos dirigentes e cidadãos, mas virtudes públicas, isto é, a qualidade das instituições, ou vícios públicos, isto é, deficiências institucionais. Assim, a crítica moralizante à corrupção cede lugar à crítica cívica das instituições, ou seja, à moralidade pública.

Quando falamos em reforma política, é disso que estamos falando.

Reforma política fica para depois

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), tornou-se ontem vítima dos efeitos indiretos do caso Waldomiro Diniz. Pressionado por PTB, PL e PP, o petista teve de recuar da idéia de votar ainda este ano a reforma política. Agilizar a votação do projeto foi uma das respostas encontradas por João Paulo para diminuir as atenções sobre o escândalo. A proposta mais complicou do que solucionou problemas. Polêmico, o projeto de mudanças partidárias dividiu a base aliada e quase provocou uma crise. Desautorizado, ele aceitou retirar a reforma da pauta do plenário.

Minutos após encerrar um seminário na Câmara em que o PPS, com o apoio do PSB, defendia a votação da reforma política, os líderes dos três partidos se reuniram na casa do presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP). Em um almoço, traçaram a estratégia para impedir a rápida votação da reforma política. Como arma principal adotaram a ameaça. Ao chegar à Câmara, avisaram a João Paulo que se juntariam à oposição para evitar a análise de 17 medidas provisórias que estão na fila de votação do plenário. A pauta então ficaria "trancada", impedindo que qualquer projeto fosse votado.

Para não levar a idéia adiante, apresentaram três exigências: mudanças nas regras de financiamento público de campanha e de listas fechadas e retirada da urgência para o projeto. "Waldomiro erra e o povo é que paga", ironizou o líder petebista na Câmara, Roberto Jefferson (RJ). "Dinheiro público tem de ir para o Fome Zero, não tem de financiar campanha de ninguém", reforçou o líder do PL.

A movimentação provocou uma reunião de emergência com o líder do governo na Câmara,

Miro Teixeira (PDT-RJ). "Demos o sangue pelo governo, e na hora da dificuldade, o governo vota junto com os adversários", reclamou o líder do PP, Pedro Henry (MT). Além do PT, os grandes partidos — PMDB, PSDB e PFL — defendem a votação dos principais itens da reforma política. "Não devemos fazer uma luta dentro de casa", apelou Miro aos aliados.

Para resolver o problema, porém, a preocupação de Miro era má. Ainda pela manhã, logo após uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher no Congresso, João Paulo defendia a votação da reforma. "Vou convencer os líderes", dizia, confiante. "João Paulo quis ajudar na crise, pautar uma matéria e sair do assunto Waldomiro. Mas adotou uma medida que nos atinge no peito", reclamou Jefferson.

A saída encontrada foi pedir ao líder do PT, Arlindo Chinaglia (SP), para retirar o projeto do plenário e retornar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para um exame "mais detalhado". Se cumprir todos os prazos, o projeto dificilmente será votado este ano, já que a partir de julho os parlamentares estarão concentrados na eleição municipal. "A bancada do PT retira a assinatura do pedido de urgência para que o trabalho da CCJ não seja apressado e para que o mal entendido não perdure", justificou o

Já PPS e PSB não escondiam o desejo de ver a reforma aprovada o quanto antes. O projeto diminuiu de 5% para 2% o percentual da cláusula de barreira, medida que exige o número mínimo de votos de cada partido para ter representação no Congresso. Em 2002, por exemplo, ainda com as regras de transição, o PPS obteve apenas 3,2% dos números de votos nacionais. Se a reforma não vier até 2006, o partido corre

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a epidemia de AIDS tirou a vida de mais de 3 milhões de pessoas, somente no ano de 2003; cerca de 5 milhões de pessoas foram infectadas pelo HIV, elevando para 40 milhões o número de pessoas infectadas pelo vírus em todo o mundo.

Na América Latina e Caribe são mais de dois milhões de pessoas infectadas pelo HIV, das quais pelo menos 100.000 pessoas morreram de AIDS em 2003.

O Brasil ainda é o país com o maior número de pessoas infectadas da América Latina e Caribe, o que nos obriga a nos mantermos permanentemente alertas, mesmo considerando que obtivemos muito sucesso em programas anteriormente implantados.

Atualmente, já existem políticas públicas mais adequadas, maior compromisso político, maior participação social, maior mobilização de diversos setores da sociedade, melhores programas de tratamento, maior prevenção, e melhores dados estatísticos.

Contudo, apesar de tudo isso, ainda estamos muito distantes de uma verdadeira solução para o grave problema da AIDS.

O Brasil já realizou grandes melhorias em programas de prevenção entre grupos mais vulneráveis e programas de redução dos efeitos negativos em relação às pessoas que já contraíram a enfermidade. Porém, não podemos dormir sobre os sucessos anteriores, pois ainda somos muito vulneráveis em relação à epidemia, que se tem propagado dos maiores centros urbanos para os municípios menores de todo o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem perder de vista que a epidemia não está, de forma alguma, controlada em nível mundial e que o Brasil não é uma ilha de tranquilidade em relação ao vírus da AIDS, queremos nos congratular com o Ministério da Saúde, com a Secretaria de Vigilância em Saúde e com a coordenação do Programa Nacional de DST e AIDS pela recente publicação denominada “Critérios de definição de casos de AIDS em adultos e crianças”.

Trata-se de publicação de mais alta importância e de grande aplicação prática no campo da vigilância sanitária em relação à síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tendo como referência a notificação

universal de casos de AIDS, como doença de notificação compulsória.

Com a aplicação da metodologia apresentada nessa publicação, é possível calcular o avanço da epidemia em todo o País, em determinadas áreas ou grupos de risco, facilitando o estabelecimento de políticas públicas adequadas para o combate à epidemia e seus efeitos.

O documento representa uma evolução nos critérios de definição de casos de AIDS, acompanhando os avanços tecnológicos disponíveis, desde a primeira definição de caso de AIDS, em 1982, pelo CDC (Center for Disease Control and Prevention) dos Estados Unidos da América.

A atual revisão de critérios para definição de casos de AIDS em crianças e adultos tem como objetivo aumentar seu grau de sensibilidade, em consonância com a realidade epidemiológica brasileira e com os avanços técnicos, científicos e organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com essa nova metodologia, fruto da experiência acumulada ao longo de dezesseis anos de vigilância sanitária em relação à AIDS, no Brasil, é possível chegar-se a uma notificação mais precoce e à redução do sub-registro, com maior probabilidade de sucesso para o tratamento e prevenção.

Hoje, temos melhoria no grau de definição de casos de AIDS, com a simplificação de critérios, com o estabelecimento de um processo de validação desses mesmos critérios, com monitoramento e avaliação, fortalecendo a vigilância da AIDS no Brasil.

Tudo isso nos permite evitar o excesso de otimismo e o conseqüente afrouxamento dos padrões de vigilância, já que algumas pessoas acreditam que a epidemia está superada, a partir da descoberta de novas drogas e medicamentos.

Nada mais enganoso, nada mais digno de atenção e vigilância.

Mesmo os países desenvolvidos, países ricos como os Estados Unidos, ainda não conseguiram controlar efetivamente essa grave epidemia.

O otimismo em relação aos novos tratamentos pode dificultar o verdadeiro combate à epidemia. Basta observarmos que, nos Estados Unidos da América, existem mais de 300 mil pessoas infectadas com o HIV, apesar das grandes somas de recursos financeiros investidas em pesquisas e do surgimento de novos medicamentos de alta tecnologia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa preocupação primordial é garantir a todas as pessoas infectadas com o HIV tratamento digno, respeito e cuidados especiais, com aplicação da participação social na elaboração das políticas públicas responsáveis pelo combate à epidemia da AIDS.

É grande nossa preocupação com as populações mais pobres, com as pessoas mais desinformadas, com aqueles grupos de risco que não dispõem de um atendimento adequado da área de saúde pública.

Para tanto, preconizamos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), para que haja democratização no atendimento de pacientes mais vulneráveis e das populações mais pobres e excluídas.

Para romper a cadeia de transmissão do HIV, precisamos racionalizar a aplicação dos escassos recursos públicos colocados à disposição do Ministério da Saúde, para evitar desperdícios e propiciar uma política preventiva, de diagnóstico precoce e correto.

Não podemos permitir que o HIV seja mais um fator de discriminação e de aumento das desigualdades sociais no Brasil.

Precisamos promover e estimular iniciativas de pesquisa e disseminação dos conhecimentos científicos e tecnológicos que objetivem reduzir os efeitos negativos da epidemia de AIDS e doenças correlacionadas.

Não se trata de priorizar ou dar tratamento exclusivo às políticas públicas de combate à AIDS.

Trata-se de garantir os direitos de cidadãos que passam por imensas dificuldades, que correm risco de morte e que precisam adotar medidas adequadas para romper a cadeia de transmissão do HIV.

Por tudo isso, quero deixar aqui minha solidariedade pessoal e apoio político a todos aqueles que estão contribuindo e contribuíram especificamente para a edição da publicação "Critérios de definição de casos de AIDS em adultos e crianças".

Nunca é demais ressaltar a atenção redobrada que devemos tomar em relação à AIDS, principalmente nesses tempos em que alguns acreditam que os novos medicamentos já controlaram a epidemia.

Desejo cumprimentar as equipes técnicas do Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Humberto Costa, do Secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, e do Diretor do Programa Nacional de DST e AIDS, Alexandre Grangeiro.

O controle efetivo da epidemia de AIDS é tarefa que não termina, no atual estágio da ciência e de desenvolvimento da medicina.

Não podemos deixar que o otimismo dificulte o verdadeiro combate à epidemia de AIDS, sem cairmos no pessimismo nem no desânimo, para que possamos dar conforto, confiança e dignidade a todos os nossos irmãos brasileiros que hoje padecem dessa enfermidade e que merecem nosso integral apoio.

Tenho plena convicção de que o Senado da República é totalmente solidário com essa causa meritória, e dará sua contribuição efetiva para a garantia dos direitos de todos esses brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o episódio Waldomiro Diniz está longe de um final, muito menos de um final como querem e anunciam às escâncaras as principais lideranças governistas. Ao contrário disso, todos os dias muita coisa vem à luz, no noticiário dos jornais, do rádio e da televisão.

Por isso, para que no futuro o historiador possa ter elementos para aferição da atual quadra vivida pelo País, estou incorporando a este pronunciamento o noticiário em anexo, dos nossos principais jornais.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para Bastos, caso Waldomiro pode ter surpresas

Ministro garante que Lula e Dirceu não foram atingidos e que tudo será investigado

VANNILDO MENDES
e EDSON LUIZ

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acha que não dá para prever a duração do caso Waldomiro Diniz e que o governo poderá ser surpreendido por fatos novos. Mesmo assim, o ministro garante que tudo será investigado, independentemente das descrições.

Bastos avia que o caso Waldomiro impôs algum problema ao governo, mas não ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem ao ministro da Casa Civil, José Dirceu. "A situação retomou o curso normal. O governo não chegou a parar", diz.

Para o ministro, é necessária a imediata quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de Waldomiro. Ele aproveita para comentar a morosidade da Justiça, que ainda não deu uma sentença. "Acho que quebra de sigilo é providência fundamental para você ver as coisas", diz.

Nesta entrevista, Bastos anuncia que serão abertos inquéritos nos três principais pontos de conexão descoberta. Isso inclui a renovação de contrato de R\$ 650 milhões para operação das loterias entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTEch e o envolvimento de Rogério Buarati, ex-auxiliar do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, indicado por Waldomiro para intermediar a negociação.

Estado - O que se pode esperar das investigações do caso Waldomiro Diniz?

Márcio Thomaz Bastos - A investigação será a mais ampla possível, procedimentalmente.

Estado - O que se pode esperar das investigações do caso Waldomiro Diniz?

...as articulações que o inquérito for revelando. É disso que a Polícia Federal está incumbida. Essa foi uma recomendação expressa do presidente Lula, a qual ele recentemente renovou. Não está havendo interferência ou qualquer tipo de pressão.

Estado - Mesmo se continuarem envolvidos outros membros do governo, como Rogério Buarati, ex-assessor do ministro Antônio Palocci?

Bastos - Vale para tudo. Vale para todas as articulações. O que for aparecendo, é lá investigando, fazendo whatever fita.

Estado - Você acha que o inquérito seja o mais amplo, o mais abrangente?

Bastos - Mas eu tenho de ser criterioso. Porque de repente começam a dizer: olha lá, o ministro da Justiça está querendo influenciar... Está protegendo? Está perseguindo? Então, eu tenho que ter uma noção de onde eu vou chegar. Não dá para ser aleatório. O Dr. Paulo Lacerda (diretor-geral da PF) é que é o escolhido.

Estado - A investigação já completaram um mês e o inquérito teve de ser prorrogado. Isso não lhe dá uma sensação negativa em relação ao caso?

Bastos - Acho improvável. Não do Ministério Público, nem da polícia, com certeza. Eles estão trabalhando num caso grande. A vontade é grande de apurar tudo. Agora nós tivemos esses percalços da greve dos policiais e o percalço da demora na quebra de sigilo.

Estado - Mas a investigação não é o que tem que ser feito?

Bastos - Quem investiga, o Ministério Público.

Estado - O senhor acha que o inquérito...

Bastos - É importante acontecer. Eu às vezes acho o trabalho mais seguro do que o mais rápido. O tempo da imprensa é um tempo de investigação. Às vezes é outro. Mas eu acho que quebrar o sigilo é principalmente o telefônico e bancário, é providência fundamental para você ver as conexões. É preciso ver também o que vem da sindicância administrativa (chamada pelo Palácio do Planalto) que apura os atos do Waldomiro no governo.

Estado - A sindicância pode ser encaminhada para o Ministério Público?

Bastos - O Ministério Público tem atribuições para isso.

Estado - Essas investigações do governo não têm o poder de estabelecer o mandato da oposição em favor de um CPI?

Bastos - Essa é uma investigação que a gente não sabe o tamanho. Eu não acho que ela venha sendo mal feita, ou que foi instrumentalizada, ou que esteja a serviço de algum outro objetivo que não seja a própria investigação. A CPI é uma questão do Congresso. Eu não gosto de me meter nisso. Mas eu acho que o Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando.

Estado - O senhor acha que deveriam ser ouvidas mais pessoas?

Bastos - A gente nunca sabe o que vai acontecer. Esse Buarati, por exemplo, é uma figura que não tinha esse horizonte e de repente aparece. Investigar a situação do Waldomiro no governo não é o mesmo coisa. Os fatos mostram isso. Mas não foi uma decisão minha. Foi uma decisão da Comissão do governo. Foi o primeiro a falar de tom, e está outro caminho a gente poderia ter sido surpreendido. Por exemplo, com esse caso da GTEch (contrato de operação de loterias entre a multinacional e a Caixa), que aconteceu no governo.

Estado - Os fatos investigados até agora permitem concluir que o ministro José Dirceu está isento de responsabilidade?

Bastos - O ministro José Dirceu está investigado. Eu posso dar em relação a ele um depoimento pessoal. Para dar a medida do tempo, os meus pais

foram padrinhos de casamento dos pais dele. Eu conheço Dirceu há muito tempo. Já advoguei para ele, já fiz várias parcerias com ele. Agora, no convívio diário do governo, eu pude notar a sua absoluta vocação pública. O objetivo dele é o governo dar certo. Ele é impetuoso, não se prende a detalhes, valores que não seja o de trabalhar.

Estado - O senhor acha que a situação da política brasileira esteja muito complicada?

Bastos - Não.

O PT é o único partido orgânico que tem no Brasil. Só precisa aprender a administrar melhor as coisas.

Estado - O senhor acha que o ministro Dirceu tenha absoluta certeza na probabilidade de sua honestidade dele?

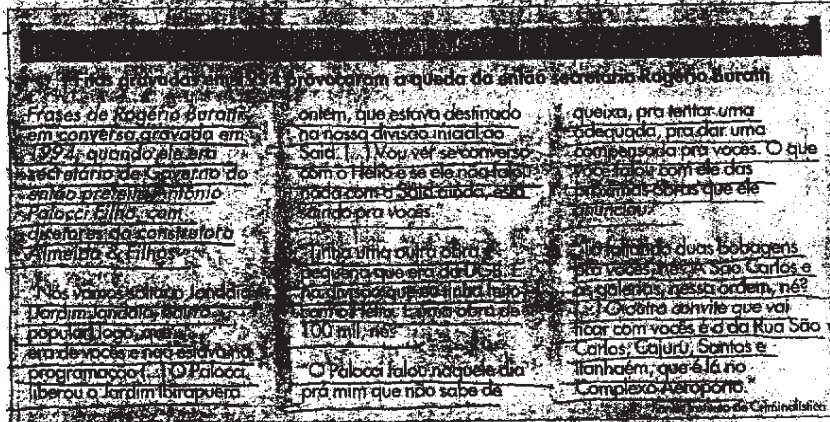
Estado - O senhor acredita que o ministro Dirceu tenha absoluta certeza na probabilidade de sua honestidade dele?

Estado - O senhor acredita que o ministro Dirceu tenha absoluta certeza na probabilidade de sua honestidade dele?

Bastos - Não sei. É uma situação muito complicada. O governo não chegou a parar. É isso que está ocupando a minha atenção, mas o governo só continuou trabalhando. Nem o José Dirceu parou. Alguns assuntos vai medir os danos de imagem. O presidente, eu acho que não foi atingido nada. O governo pode ter tido algum desgaste. Passou-se mais de um mês de investigações e não se acusou ninguém do governo. Não é como aqueles escândalos de outras

nosa, e natural que Buratti - originário de Osasco, onde ajudou a fundar o PT, e de onde veio, como assessor de Palocci, num Pulo de 1994, que mudou até hoje a fisionomia da cidade - não se desmanche a milímetro. Mas, em 1994, quando ele era secretário do Governo do Estado, prestou auxílio ao então Palocci Filho, então chefe de gabinete do consultor Almelto & filhos.

Nos tempos de Jorginho Jordim, candidato à prefeitura popular local, Buratti estava no programa do O Palocci, liberou a Jordim na época



trava. Foi em Brasília, mas quando Buratti se retirava, quando se retirava, informou que já não passava mais em consultoria para Santos - desde que deixou a cidade, ele não voltou mais. Buratti também participou de concursos públicos para a Prefeitura, cuja parceria se realizou de transferir a fama em 1999, depois de entrar para a Leão Leão.

A julgar pelo interesse da americana Gtech, o prestígio da BBS - cadastrada com o endereço da filha de uma copeira da Leão Leão, num conjunto habitacional em Jardimópolis, na grande Ribeirão - tem ganhado alcance internacional, até mesmo fora de sua expertise. A versão dos executivos da multinacional, de que a contratação de Buratti tivesse sido condição imposta pelo então chefe de assessoria parlamentar da Câmara, Wilson Dantas, não faz sentido, assegura Buratti: o empresário dirigiu o ministro e Palocci sequer conhece o ex-criado do ministro José Dirceu.

Guilofia - A saída de Buratti da prefeitura representou uma mudança em sua vida; ele deixou de contratar serviços para o município e passou a obter contratos do município. E tomou abruptamente as coisas. Juntos, de trabalho amigável, que o uniam ao seu antigo preceptor e atual ministro. Palocci não quer nada com Buratti, mas conserva o entusiasmo pelo Grupo Leão Leão, do qual ele é vice-presidente - agora afastado até que se esclareça o escândalo da Gtech. O ministro "sentiu orgulho de sua relação cordial com a Leão Leão, que representa a vitalidade da região e um exemplo do seu capitalismo", segundo sua assessoria.

Palocci, como prefeito, no mês de novembro de 2002, contratava:

Buratti procurava obter contratos para a Leão Leão. E a relação não passava disso. Daí a surpresa de Buratti quando foi informado, pela TV Record, de que o chefe de gabinete do ministro, Juscelino Dourado, de quem foi sócio e padrinho de casamento, estivera em sua casa na manhã de sábado, um dia depois do explosivo depoimento dos executivos da Gtech.

Segundo a Record, Dourado, que atendeu o telefonema, disse a Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

ve, "no máximo 10%" foram prefeituras do partido. Ou seja, apenas 30 a 40 administrações petistas se valeram da empresa para promover concursos públicos e outras intrincadas tarefas.

Enquanto Buratti trocou o serviço público pela iniciativa privada, seu amigo Ralf Barquete dos Santos fez o caminho inverso. Deixou a Leão Leão e se tornou assessor da Prefeitura de Palocci. Hoje consultor de empresas, Barquete também foi um dos árduos doadores da campanha de Palocci, que teve como principal doadora a prestação de contas, a Leão Leão.

Outro que transitou entre o público e o privado foi Luiz Antônio Prado Garcia, presidente do Instituto de Previdência dos Municípios na primeira gestão de Palocci (1993 a 1997) e da Comissão de Licitações na segunda (2001-2002). Além de sócio de Buratti na Assessorarte, esse mundo é pequeno.

Palocci: Ele se envolveu num episódio inadequado

De Leão Leão, Buratti não se desmanche a milímetro. Mas, em 1994, quando ele era secretário do Governo do Estado, prestou auxílio ao então Palocci Filho, então chefe de gabinete do consultor Almelto & filhos.

Nos tempos de Jorginho Jordim, candidato à prefeitura popular local, Buratti estava no programa do O Palocci, liberou a Jordim na época

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

de Buratti e justificou sua presença dizendo que pretendia alugá-la, foi visto em seguida pelo porteiro, saindo do condomínio: "Esteve?"; perguntou Buratti, que, por estar se mudando de casa, parece ter perdido o controle sobre quem entra e sai. "Eu não sabia, não". Dourado nega ter estado na casa dele. A independência de Buratti em relação ao PT é ilustrada também pelo fato de que, segundo ele, entre 68 a 300 clientes que a Assessorarte já te-

Justiça do Rio quebra sigilo de Waldomiro

Decisão também atinge o bicheiro Cachoeira, por suspeita de irregularidades na Loterj

FELIPE WERNECK

RIO - A juíza da 17.ª Vara Cível, Teresa de Andrade Castro Neves, em exercício na 6.ª Vara de Fazenda Pública, determinou na noite de ontem a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-assessor da Presidência Waldomiro Diniz e do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A partir de hoje, um oficial de Justiça deverá cumprir o mandado de quebra do sigilo no período de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002, quando Waldomiro dirigiu a Loteria do Rio de Janeiro (Loterj).

O pedido do MP havia sido feito com base em relatório apresentado na semana passada pela Procuradoria-Geral do Estado, após análise dos atos administrativos do ex-presidente da Loterj. Um promotor disse ontem ao Estado já ter "provas" de que Waldomiro alterou um edital de licitação para a exploração de jogos. O objetivo seria favorecer Cachoeira.

"A quebra do sigilo é fundamental para pegar a quantidade de dinheiro que foi movimentada na época", disse o promotor. "Já solicitei à Secretaria de Administração o valor do salário que Waldomiro recebia na Loterj para saber se houve discrepância. Também será possível, em tese, saber para onde foi o dinheiro."

Editais - De acordo com a investigação, Waldomiro encaminhara ofício ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) pedindo a alteração do edital em março de 2002, e a mudança foi efetivada. Há pouco mais de um mês, a revista *Epoca* divulgou trechos de uma gravação feita em 2002 em que Waldomiro aparece negociando propina com empresários ligados às loterias eletrônicas e mudando a licitação para exploração de jogos eletrônicos com Cachoeira.

A alteração de duas cláusulas do edital restringiu a situação da vencedora da licitação, a empresa Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos. De acordo com as investigações, isso seria beneficiado o consórcio Combratlog, de Cachoeira, que pôde continuar com o monopólio das loterias virtuais.

Apesar de o procurador-geral do Estado, Francesco Conte, ter afirmado, ao divulgar o relatório, que a modificação no edital ocorrera em junho de 2002, Waldomiro fez o pedido de alteração ao TCE em mar-

ço, quando a licitação já estava em curso, como mostra ofício assinado pelo então presidente da Loterj.

O suposto favorecimento à empresa de Cachoeira teria ocorrido, então, no último mês

do governo de Anthony Garotinho, à época no PSB, e não durante a gestão de Beneditina da Silva (PT), como afirmara Conte, que foi nomeado para o cargo pela atual governadora, Rosinha Garotinho (PMDB).

Waldomiro teve

reunião secreta na Caixa

Em 2003, junto com Cachoeira, ele foi recebido pela diretoria do banco

VÂNILDO MENDES
e EDSON LUIZ

BRASÍLIA - O ex-assessor parlamentar da Casa Civil, Waldomiro Diniz e o empresário de jogos eletrônicos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, reuniram-se secretamente com a diretoria da Caixa Econômica Federal em 25 de março de 2003 para discutir a renovação do contrato de operação das loterias por 25 meses. O aditivo de renovação foi então assinado em 2 partes em abril e, até o final, renderá aproximadamente R\$ 650 milhões de comissão à multinacional, ou cerca de R\$ 25 milhões ao mês.

A visita de Waldomiro e Cachoeira está notificada no CD de registro de entradas do Departamento de Segurança do estabelecimento, apreendido pela Polícia Federal em busca realizada na sexta-feira, a pedido do Ministério Público. A busca foi considerada arbitrária pela Caixa, que decidiu ontem mover representação na Corregedoria do Ministério Público contra o procurador da República Marcelo César Serra Azul por abuso de poder. Na representação, assinada por Carlos e Waldomiro, foi feita a denúncia de que o Ministério Público não teria sido informado de fato de uma reunião em que se discutiu a renovação administrativa para responsabilização civil e penal do procurador.

Serra Azul confirmou ser o autor do ofício determinando

que a Polícia Federal realizasse a diligência, a cargo do delegado Giovanni Santini.

Ele explicou que apenas possui prerrogativa funcional que lhe confere o direito de realizar investigações. "É uma diligência normal". A Consultoria Jurídica da Caixa, todavia, entende o oposto e ontem mesmo começou a preparar a representação baseada na Lei Complementar 75 (Estatuto do Ministério Público); o Parágrafo 5.º do Artigo 8.º da lei estabelece que as requisições do Ministério Público devem atacar um órgão de controle interno, não um órgão de controle externo, por meio de um novo ofício.

A direção da Caixa, porém, não quis comentar o teor da conversa entre diretores da Caixa e com Cachoeira e Waldomiro. Ex-língua oficialmente, soube-se que a reunião foi com o vice-presidente da Instituição, Paulo Britas, encarregado pela diretoria de negociações externas do contrato. O misterioso encontro deverá motivar o debate que o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, manterá hoje na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Mattoso irá na condição de convidado, mas está disposto a jogar linha na rede para se obter o benefício de uma licitação. O diligente sustenta que a Caixa não recebeu da empresa Hebara informações suficientes para assumir a operação das loterias desde 2000, mas desde então vem sendo impedida de se cancelar a autonomia de gestão por conta de sucessivas limitações da Justiça.

BANCO CAIXA DEU DEVOLUÇÃO DE MATERIAL

da Justiça. "Somos presos pelos de um emaranhado de ações e impasses da Justiça", argumenta o diligente.

Segundo a direção da Caixa, as relações com a Gtech sempre foram complicadas desde a assinatura do contrato, em 1997. A empresa sequer havia participado da licitação e ocupou o lugar de uma empresa licitada mediante expediente fraudulento. Apesar disso, a Gtech foi ao longo dos anos beneficiada por ações judiciais, muitas delas embiadas pela juíza da 17.ª Vara Cível.

Em março de 2003, a Caixa Econômica Federal recebeu um ofício do Ministério Público do Rio de Janeiro, solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal de Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira.

Desde 1997, são frequentes as pressões políticas de congressistas em favor da multinacional. A Caixa está separando os arquivos de parlamentares mais ostensivos.

Na defesa dos interesses da empresa, entre os quais a deputada Zulaine Costa (PSDB-SP), a deputada Flávia Ambrósio da Silva comentará a investigação.

Carlinhos e a PNB, a empresa que ganhou o contrato, estão sendo investigados por suspeita de fraude. O Ministério Público também está investigando a empresa Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos, a vencedora da licitação. O Ministério Público também está investigando a empresa Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos, a vencedora da licitação. O Ministério Público também está investigando a empresa Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos, a vencedora da licitação.

Assessor da Casa Civil ameaça processar Soares

Marcelo Sereno rejeita acusações feitas por ex-secretário nacional de Segurança Pública

WILSON JOSÉ

RIO — O chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, Marcelo Sereno, disse ontem que vai processar

da, afirmou. "Ele saiu por causa de problemas no Ministério da Justiça e por causa da contratação da mulher e da ex-mulher."

Sereno disse estar convencido, como ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), de que o ex-secretário de Segurança é um "boateiro". "Acho que Luiz Eduardo tem dificuldades para viver longe dos holofotes da imprensa", afirmou

de acordo com o ministro da Justiça, Sérgio Cabral. Sereno também afirmou que não tem nada a ver com o caso. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno.

de acordo com o ministro da Justiça, Sérgio Cabral. Sereno também afirmou que não tem nada a ver com o caso. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno.

de acordo com o ministro da Justiça, Sérgio Cabral. Sereno também afirmou que não tem nada a ver com o caso. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno.

de acordo com o ministro da Justiça, Sérgio Cabral. Sereno também afirmou que não tem nada a ver com o caso. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno. "Eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Sereno.

CPI do Banestado pode quebrar sigilo de Mellão

Pedido virá de Paes de Barros; ex-vereador foi preso cobrando propina em nome da CPI

MARIANA GAETANO e BRUNO TAVARES

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), vai pedir aos integrantes da comissão que aproveem a quebra dos sigilos bancário e telefônico do ex-presidente da Câmara Municipal, Armando Mellão. O ex-vereador foi preso na semana passada cobrando propina para evitar que a CPI apresentasse denúncia contra o ex-deputado estadual Reynaldo de Barros Filho (PP).

Paes de Barros se declarou "intrigado" pelo fato de Mellão ter usado o nome da CPI. "É esquisito", resumiu. "Quando soube do caso consultei a base de dados da CPI e verificamos que o nome da pessoa que Mellão tentava extorquir não está na nossa base de dados. Em outras palavras, não há nenhuma investigação da CPI que possa ser ligada a Barros Filho. Isso pode demonstrar que não houve vazamento de informações". O senador tucano revelou ter tomado conhecimento do caso há cerca de um mês, informado pelo relator da CPI, José Mentor (PT-SP). A época,

ele não teria informado o autor ou a vítima do acaque.

Barros Filho prestou depoimento de quase três horas, ontem, na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Ele voltou a afirmar que, desde janeiro, vinha sendo procurado por Mellão. Reynaldo Filho chegou à PF por volta das 17h30 e não deu declarações. De acordo com o advogado dele, Laércio Benko Lopes, seu cliente está "abalado com o que aconteceu". O pai do ex-deputado estadual, Reynaldo de Barros, foi padrinho político de Mellão. Os dois, no entanto, estavam rompidos desde 1998.

O advogado, um dos protagonistas da investigação iniciada pela PF há 40 dias, contou que teve pelo menos oito encontros com Mellão. Todas as conversas foram gravadas em vídeo e, por enquanto, são as provas mais contundentes contra o ex-vereador, que deve depor hoje.

De acordo com a PF, uma das quatro armas encontradas em sua casa foi uma pistola ponto 40, de uso restrito. Para os federais, esse flagrante já seria suficiente para mantê-lo detido por mais tempo. A prisão temporária de Mellão vence hoje, mas a procuradoria deve pedir a prorrogação por mais cinco dias. O advogado de Mellão, Paulo Amador da Cunha Bueno, disse que o flagrante foi "uma armação política".

Batalha judicial se arrasta há quatro anos

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — O contrato dos serviços de captação e transmissão de transações lotéricas entre a Caixa Econômica Federal e GTech virou uma grande batalha judicial que começou há quase quatro anos. Desde 1997 a Caixa e a GTech mantêm contrato, mas foi em setembro de 2000, depois que o banco abriu concorrência internacional para instalar os serviços de captação e processamento eletrônico, que a guerra judicial começou.

Em outubro, a GTech impetrou mandado de segurança na Justiça e ganhou liminar para impedir a licitação. A Caixa recorreu e obteve efeito suspensivo da liminar, dando prosseguimento à concorrência.

Em março de 2001 a GTech ganhou na Justiça o direito de apresentar proposta única e integrada. A Caixa recorreu, alegando que não poderia realizar a licitação com dois modelos de propostas e a da GTech era diferente da prevista no edital. Mas a Caixa não obteve êxito e teve de revogar a concorrência inter-

nacional. A GTech recorreu, já que o Tribunal Regional Federal (TRF) cassou o mandado de segurança pelo fato de o processo ter sido encerrado.

A GTech entrou com ação para impedir que a Caixa contratasse a Procomp e a Hughes/Embratel para prestação de serviços alternativos de captação e transmissão de transações não lotéricas. Em junho de 2002, a Caixa fez audiência para contratar serviços de atividades lotéricas e correspondentes bancários, mas a GTech ganhou no-

va ação 15 dias depois, suspendendo o processo. Em novo recurso, a Caixa ganhou no TRF e a GTech impetrou medida cautelar, que foi rejeitada por um juiz e aceita por outro. A Justiça anulou a contratação da Procomp e da Hughes/Embratel.

Outras 9 decisões judiciais foram dadas a favor e contra a GTech, prolongando-se até hoje, impedindo novas contratações da Caixa para adquirir equipamentos. Com isso, a multinacional continua com os serviços lotéricos e não lotéricos.

DOMINGO, 21 DE MARÇO DE 2004

NACIONAL
INVESTIGAÇÃO

O ESTADO DE SÃO PAULO - A

Estamos aprisionados, diz presidente da Caixa

Jorge Mattoso nega ter havido interferência externa no contrato com a Gtech

FAUSTO MACEDO

“**A** Caixa está aprisionada”, protesta o economista e professor Jorge Mattoso, de 54 anos, ex-militante do antigo Partido Operário Comunista, ex-prisioneiro político nos anos de chumbo, presidente da Caixa Econômica Federal.

A Caixa do governo Lula está no centro de uma polêmica que envolve perversa batalha de liminares na Justiça e a Gtech Brasil Ltda, multinacional americana que detém o controle absoluto da rede de loterias da instituição, negócio de R\$ 650,2 milhões - faturamento estimado para um período de 25 meses.

Personagens das páginas policiais, Carlinhos Cachoeira, Bicheiro, e Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro José Dirceu, da Casa Civil, teriam atuado nos bastidores do contrato da Caixa com a Gtech. E o que apuram a Polícia Federal e a Procuradoria da República.

“Não houve qualquer interferência externa na negociação desse contrato, ninguém do fora interferiu, em nenhum mo-

mento sofremos qualquer tipo de pressão ou conversamos com a Gtech ou demos autorização à empresa para que se relacionasse com quem quer que seja”, garante Mattoso.

Convidado a depor no Senado, terça-feira, o presidente da Caixa dirá aos parlamentares da Comissão de Fiscalização e Controle: “A Gtech teve contatos com o Sr. Cachoeira ou com o seu Waldomiro”. Isso não diz respeito à Caixa. Se alguém tentou vender terrenos na rua, com venhamos, eu não posso ser responsabilizado por isso, a Caixa fez a negociação, a melhor possível, fizemos o que precisava ter sido feito.”

A negociação a que se refere o presidente produziu aditamento contratual que, segundo ele, trouxe significativa redução de gastos. “Pela primeira vez reduzimos os valores, conseguimos desconto de 15%, o que representa R\$ 107 milhões de economia durante o prazo aditado”, contabiliza.

Também conseguiu aquilo que considera “absolutamente indispensável”, ou seja, caminho aberto para expandir audacioso projeto de correspondentes bancários. A Gtech tinha obtido liminar na Justiça que impedia a Caixa de continuar ampliando o programa. O banco li-

“Não me perguntem porque a Gtech obteve isso”, argumenta o economista. “Os correspondentes bancários não têm nada com a Gtech, é uma estratégia da Caixa para expansão de sua presença nos grandes centros e nas regiões periféricas do País”.

Passado - Nem esse triunfo tranquiliza o presidente, que assumiu em 16 de janeiro de 2003. “Eu queria entender o passado, esse passado que aprisiona a Caixa, por isso pedi auditoria para entender os motivos daquele distrato feito em 2000 e porque a Gtech foi contratada sem licitação”.

Mandou fazer auditoria. Conseguiu entender? “Acho que sim”, diz. Qual a conclusão? “Cabe à Justiça”, esquivase. Enviou os resultados da apuração ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

“Está a mo-
diante de um con-
trato que vem de
muitos anos, infe-
lizmente, desde
1997”, relata
Mattoso. “A Caixa está aprisionada não só pelo contrato, mas sobretudo por uma série de liminares, de várias decisões judiciais requeridas pela Gtech que

nos impedem de fazer novas licitações, eles não querem que a Caixa assuma parte nenhuma, querem ficar com tudo, esse é o problema. A Caixa se insurgiu contra isso.”

Mattoso diz ter “recebido um pepino, que era dar continuidade ou não a essa relação com a Gtech”. “Assumi essa realidade, a Caixa aprisionada do ponto de vista jurídico, tecnológico e negocial”.

Para ele, a negociação realizada foi a melhor, “comparativamente ao passado”. Ela assegura continuidade do contrato por pelo menos 18 meses e permite que a Justiça se pronuncie sobre a estratégia da Caixa com relação aos pregões e licitações. E o banco ganha fôlego para se preparar e assumir com independência as operações.

Ele não admite ter sonegado informações à Procuradoria. “O Ministério Público cumpre suas obrigações legais, mas muitas vezes temos dúvidas com relação a procedimentos”, desabafa. “Soube, pelos jornais, que o MP estaria abrindo processo contra a Caixa por não dispor de determinado documento; reafirmo que todos os documentos têm sido entregues ao TCU, à Justiça, à PF e ao MP”.

**‘SOUBE DO
PROCESSO
PELOS
JORNAIS’**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Coisas menores e maiores”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado nos jornais **O Globo** e **Correio Braziliense**, de 4 de abril do corrente.

No seu artigo, o ex-presidente faz uma avaliação da administração petista destacando, entre outras coisas, a falta de um projeto de governo consistente com a realidade e a sua conseqüente paralisação administrativa, colocando em risco a oportunidade de uma retomada futura de crescimento.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado nos jornais **O Globo** e **Correio Braziliense**, de 4 de abril do corrente, seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS MENORES E MAIORES

O Globo, 04-04-2004
Correio Braziliense, 04-04-2004

Falta de projeto de longo prazo põe em risco retomada de crescimento.

Voltando na quinta-feira de Lima e de Nova York, vejo nas manchetes dos jornais afirmações do presidente Lula que me preocupam. Em uma, diz que o país “está altamente vulnerável”. Noutra, afirma que não tem “os poderes de Deus” (será que alguém imaginou tal blasfêmia?). É verdade que houve oportunidade, também recente, em que afirmou, com razão, que não ocorrerá “plano Lula” algum para a economia, e sim a continuidade do bom senso, reforçando o que o ministro da Fazenda vem dizendo há muito tempo.

Também no plano político o desencontro declaratório é grande. Em tom de desabafo o presidente diz que não se conforma que as pessoas estejam mais para o pessimismo do que para o otimismo, apesar das tantas coisas boas feitas pelo governo. Seria a mí-

dia a responsável por esse desconforto? Ou seriam os “conservadores”, como sugeriu o próprio presidente? Mas quais, os do PT, se assim pudéssemos chamar os “radicais” que tanto criticam o governo? Ou seriam os “conservadores” da própria sociedade, que parecem apoiar a política econômica do governo? Ou quem sabe seria a oposição, sempre vendo tudo errado, quando o governo faz supostamente tudo certo? Ou haveria mesmo, como chegou a afirmar um ministro, uma conspiração no ar, que é percebida nas alturas rarefeitas do Planalto, mas dela não se tem notícia na planície?

Quem já passou pelas alturas e também pelas agruras e vertigens do Planalto entende o porquê de tanto desaguizado e, se menciona o ocorrido, não o faz para maldar, mas para procurar entender. Esse mal-estar governamental não é característica só do Brasil. O mundo passa por uma acomodação tectônica provocada pela globalização. As margens de manobra dos governos, mesmo do mais poderoso deles, são pequenas diante da nova lógica dos mercados. Ao não se compreender a natureza das modificações ocorridas e as novas oportunidades, que apesar de tudo se abrem para os países, as percepções do dia a dia ficam confusas. E mais confusas ainda quando, pela falta de um projeto de governo consistente com a realidade, os líderes políticos ziguezagueiam entre a paralisação administrativa e as tentações voluntaristas de volta a um passado impossível de ser retomado.

O erro do governo é de base. Começou com a repetição demagógica de ter recebido uma “herança maldita”, em vez de reconhecer com palavras o que reconheceu na prática desde a assinatura do acordo com o FMI em 2002: as dificuldades daquele ano derivaram da percepção pelas pessoas e pelos mercados de que haveria uma “ruptura”. Não houve ruptura, mas continuidade. Ao menos no plano financeiro e macroeconômico. As decisões responsáveis tomadas pelo governo Lula, com um aperto fiscal correspondente ao tamanho da ameaça verbal dos anos anteriores de demagogia opositora,

garantiram melhores oportunidades ao país em 2003.

Infelizmente, a despeito do esforço feito nessa direção, a falta de um projeto de longo prazo, capaz de acentuar as mudanças que já estavam em curso nas políticas sociais e na máquina estatal, modificando-as, melhorando-as ou substituindo-as por outras inovadoras quando fosse o caso, põe em risco a oportunidade de uma retomada futura de crescimento. Essa retomada foi preparada com a virada nas exportações, que vinha ocorrendo desde o ano 2000, graças à mudança cambial de 1999; com a normalização e modernização da agricultura, que passou por anos de trabalho para acertar a dívida agrária e para reequipar o setor; e com a recuperação dos investimentos nacionais e externos (superiores estes a US\$ 150 bilhões de dólares entre 1995 e 2002).

Havia um governo que tinha um projeto claro de futuro, baseado na modernização do estado, na criação de uma atmosfera de confiança para atrair e gerar investimentos e num compromisso sério com políticas sociais na educação, na saúde, na reforma agrária e na criação de uma rede de proteção social. Os resultados iniciais desse compromisso espelharam-se nos avanços registrados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas, e até mesmo na melhoria do coeficiente Gini, que mede as desigualdades de renda, como reconhecido no último relatório do Banco Mundial sobre essa matéria.

O mais preocupante é que dificilmente se repetirão anos tão favoráveis na economia internacional quanto 2003 e possivelmente 2004. Nunca as taxas de juros internacionais estiveram tão baixas, há muito tempo os preços das commodities não eram tão altos, fazia anos que não se via um mercado tão favorável para as exportações. Tudo tem transcorrido tão bem que houve mesmo superávit na conta corrente com o exterior. No plano interno, o déficit nominal caiu para 3% do PIB, enquanto a inflação, depois do repique eleitoral de 2002, voltou a situar-se em patamares mais do que aceitáveis. Nada, portanto, justifica a visão de uma vulnerabilidade

intrínseca de nossa economia, fruto de uma suposta “herança maldita”.

A sensação de mal-estar registrada pelo presidente vem da inoperância gerencial e dos recuos na regulação de uma economia moderna de mercado que, estando o Estado em crise fiscal, necessita principalmente do investimento privado nacional e estrangeiro para expandir-se e gerar empregos. Decorre, em suma, da falta de um horizonte de crescimento que deriva não de vulnerabilidades intrínsecas, mas dos erros de concepção e gestão do próprio governo, que limitam a confiança no país.

O Ministério da Fazenda parece sitiado em seu bom senso (não isento, naturalmente de críticas quanto a exageros conservadores do BC) por um conjunto de ministérios que, com as exceções de praxe, se compraz em nada fazer ou em sonhar fazer o impossível: uma volta aos anos setenta. Anos setenta, seja dito de passagem, que se notabilizaram por um forte crescimento econômico, é verdade, mas também pelo crescimento ainda mais veloz da desigualdade, produto da combinação do nacional-estatismo com o regime autoritário.

Cabe o anseio do presidente Lula de não se envolver nas “coisas menores”, desde que fique claro que intrigas palacianas e desvios de conduta de servidores próximos do núcleo de poder não pertencem a essa categoria. E desde que se entenda que nada maior existe do que dar ao país um horizonte de futuro. É isso que todos nós, apesar das críticas e diferenças, esperamos. Porque oportunidades perdidas nem sempre voltam, ou não voltam a tempo de evitar problemas maiores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, sob a proteção de Deus, lembrando as palavras de Cristo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 32 minutos.)

Ata da 34ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa,
Luiz Otávio e Juvêncio da Fonseca*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 40, DE 2004 (Nº 152/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Os méritos do Embaixador Oto Agripino Maia, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 74 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE /APES

Brasília, 24 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Embaixador Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador Oto Agripino Maia, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – **Celso Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OTO AGRIPINO MAIA

CPF.: 075.053.534-20

ID.: 1822-MRE

Nascido em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 6 de abril de 1943. Filho de Tarcisio de Vasconcelos Maia e Joseresa Tavares Maia.

1965-66. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

1966. Curso de Prática Diplomática e Consular do Instituto Rio Branco.

1982. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Tese: "A Reaproximação com os Países Socialistas da Europa Oriental no período 1945-1962: Expectativas e Resistências Brasileiras Refletidas na Ação Diplomática".

3/3/1967. Terceiro Secretário.

1/5/1967. Divisão de Produtos de Base. Assistente do Chefe.

1/1/1968. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos. Assistente do Secretário Geral Adjunto.

1968/69. Representante Alterno do Itamaraty no Instituto do Açúcar e do Alcool.

1970. Removido para a Embaixada em Londres.

5/3/1970. Promovido a Segundo Secretário por Merecimento.

12/4/1973. Removido para a Missão Junto às Comunidades Européias em Bruxelas.

25/5/1976. Promovido a Primeiro Secretário por Merecimento.

28/7/1976. Departamento da Europa do MRE. Assistente do Chefe.

1978. Divisão da Europa II. Sub-Chefe.

1978/79. Representante Alterno do Itamaraty na SUDENE.

2/3/1979. Promovido a Conselheiro por Merecimento.

1983. Divisão da Ásia e Oceania II. Chefe.

29/6/1984. Promovido a Ministro de Segunda Classe por Merecimento.

1984. Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Coordenador.

1985/1990. Cônsul-Geral em Londres.

1990. Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República.

18/6/1991. Promovido a Ministro de Primeira Classe.

1991/92. Subsecretário-Geral da Presidência da República.

1993/1995. Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do MRE.

No período 1967/92 participou de reuniões internacionais sobre o comércio do açúcar, da borracha, do trigo e do estanho em Genebra, São Paulo, Londres, Tóquio; das negociações do Acordo Comercial Brasil/CEE, e do Acordo Brasil/CEE sobre o Comércio de Têxteis; de missões empresariais a diversos países da Europa Oriental, de comissões mistas com a União Soviética, Polônia e Iugoslávia; dirigiu os pavilhões brasileiros em feiras internacionais em Moscou, Poznam, Brno, Leipzig, Zagreb; participou como conferencista em seminários em Moscou, Berlim e Buenos Aires; pronunciou conferências na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Comando e Estado Maior das três armas; acompanhou o Presidente da República em visitas oficiais a Tóquio, Nova York (ONU), Madri e Santa Cruz de la Sierra, e o Ministro de Estado em visitas oficiais a Moscou e Lima.

1996/2001. Embaixador em Pretória.

2001/04. Embaixador Junto à Santa Sé.

Publicações em revistas:

“A Libra Esterlina e o Sistema Monetário Internacional”. Revista Brasileira de Política Internacional, 1972.

“El Proceso de Integración en Europa Occidental”, Revista de Integración Latino-Americana, n. 20, 1978.

Condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal, 1977.

Légion d’Honneur, Oficial, França, 1978.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil, 1985.

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Italiano, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grã-Cruz, 1991.

Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz, 2004.



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

SUÉCIA

Dados básicos

Nome oficial: Reino da Suécia

Idioma: Sueco (minorias de idioma finlandês e sami)

Capital: Estocolmo

Data nacional: 6 de junho (Dia da Bandeira Nacional)

Sistema de governo: Monarquia constitucional (regime parlamentarista)

Religião: Luterana (83% da população). Há 200.000 muçulmanos na Suécia e 155.000 católicos.

Área: 449.964 km²

População: 8.960.000 hab. (julho de 2003). Cerca de 20% da população é de origem estrangeira (inclusive países nórdicos) e 10% nasceu no exterior.

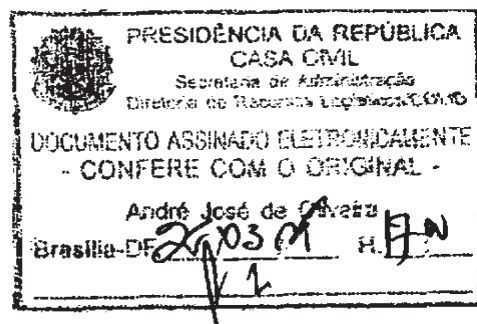
Principais centros urbanos: Estocolmo ("grande Estocolmo" 1.800.000 hab.), Gotemburgo (800.000 hab.) e Malmö (500.000 hab.)

Densidade demográfica: cerca de 20 hab/km², o que torna a Suécia um dos países de menor densidade demográfica da Europa

Expectativa média de vida: 77 anos/homens e 82 anos/mulheres

Taxa de natalidade: 1,64 ou 10,2/1000 hab.

Taxa de mortalidade infantil: 3,4/1000 nascidos vivos



Principais indicadores econômicos

Taxa de ocupação da mão-de-obra: 78,8% (2002)

Taxa da população com acesso à Internet: 61,7% (2002)

Porcentagem do PNB aplicado em pesquisa científica e tecnológica: 3.9% (2002)

Sistema de governo

Monarquia constitucional com regime parlamentarista. O monarca não tem poder político – seu papel é representativo e simbólico (simboliza a Nação). O poder é exercido pelo Parlamento (Riksdag) e pelo Primeiro Ministro (Statsminister), líder do partido majoritário, e Gabinete (Regering) por ele designado. Os membros do Gabinete são em geral membros

do Parlamento, mas políticos sem assento no Riksdag ou especialistas independentes sem filiação partidária também podem ser designados para o Gabinete. Os Ministérios (Departamentet) são pequenos e em contam com poucos funcionários, a maioria politicamente independente, embora alguns altos funcionários tenham conexões partidárias. Os Ministérios lidam principalmente com a formulação de leis e regulamentos e com a distribuição orçamentária. Cabe às Agências Administrativas (Ambetsverk) a implementação das decisões do Governo. Em trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores cada Ministério lida com as questões internacionais afetas a sua área de atribuições.

O Parlamento é unicameral, com 349 representantes eleitos por voto direto (mandato de 4 anos), pelo sistema de representação proporcional. Um partido precisa deter no mínimo 4% dos votos nas eleições gerais para qualificar-se para eleger representantes no Parlamento. Consoante a política de promoção da igualdade de gêneros, a proporção de representantes mulheres na atual legislatura é de 45%. A cada 4 anos são realizadas eleições gerais (a última foi em 15 de setembro de 2002). A presidência do Riksdag é exercida pelo Presidente (Talman) e três Vice-Presidentes.

O Parlamento pode, por maioria absoluta, passar voto de não-confiança em todo o Gabinete ou em ministros individualmente. A Constituição permite a realização de plebiscito para consulta da vontade popular ou para emenda da Lei fundamental.

Principais autoridades

Chefe de Estado: Rei Carlos XVI Gustavo (desde 19 de setembro de 1973)

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Göran Persson (desde março de 1996)

Ministros:

Pär Nuder

Ministro da Coordenação Política

Thomas Bodström

Ministro da Justiça

Mona Sahlin

Ministra da Democracia e Assuntos de Integração

Leila Freivalds

Ministra das Relações Exteriores

Barbro Holmberg

Ministra da Migração e Política para Refugiados

Carin Jämtin

Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento

Leni Björklund

Ministra da Defesa

Lars Engqvist

Ministro da Saúde e Assuntos Sociais

Berit Andnor

Ministra da Infância e Família

Morgan Johansson

Ministro da Saúde Pública e Serviços Sociais

Bosse Ringholm

Ministro das Finanças

Gunnar Lund

Ministro de Assuntos Econômicos Internacionais e Mercados Financeiros

Lars Erik Lövdén

Ministro do Governo Local e Habitação

Thomas Östros

Ministro da Educação e Ciência

Lena Hallengren

Ministra da Educação Pré-escolar, Assuntos da Juventude e Educação para Adultos

Ann-Christin Nykvist

Ministra da Agricultura, Alimentação e Pesca

Marita Ulvskog

Ministra da Cultura

Lenna Sommestad

Ministra do Meio Ambiente

Leif Pagrotsky

Ministro da Indústria e Comércio

Ulrica Messing

Política interna e Partidos

Os partidos têm perfil ideológico bem definido e um dos principais traços da política interna é a disputa pelo poder entre socialistas e não-socialistas. A divisão Esquerda-Direita perdeu parte de seu significado no contexto pós guerra-fria, mas em linhas gerais os partidos da Esquerda e Social Democrata, este último sempre apoiado pelo movimento sindicalista (Confederação Geral dos Trabalhadores Suecos/LO, predominantemente operária), enfatizam as políticas distributivas, a preservação do modelo nórdico do “welfare state” com sua pesada carga tributária, e a não-participação em alianças militares (leia-se na OTAN). Os não-socialistas advogam o modelo liberal da economia de mercado, a redução dos impostos e do papel do Estado, e o progressivo engajamento na OTAN. Quanto à política para a Europa, os não-socialistas querem o aprofundamento da inserção na União Européia e, à exceção do partido de Centro, apoiaram a adesão à União Monetária Européia (EMU), ao passo que a Esquerda e os Verdes nutrem desconfiança pela UE e são contrários à UME. O partido Social Democrata é majoritariamente pró-europeu, mas muitos de seus membros nutrem desconfiança quanto à integração com a Europa, temerosos de que ela possa solapar o tradicional sistema de “welfare”. A agremiação ficou dividida quanto à conveniência do ingresso na UME.

A despeito das diferenças ideológicas, a tradição sueca do consenso leva os partidos a cooperarem em diversas áreas – não há, por exemplo, divergências fundamentais entre os Social Democratas e os não-socialistas em matéria de disciplina fiscal, combate à inflação e medidas de incentivo ao emprego no setor privado. Observa-se, ademais, tendência de movimento para o centro do espectro político na maioria dos grandes partidos políticos. Na Social-Democracia a “guinada à direita” traduziu-se no enxugamento do setor público, contenção dos gastos sociais, privatizações, e em medidas que tendem a flexibilizar o mercado de trabalho. A cúpula do partido Social Democrata está hoje sob liderança “direitista” que advoga mudanças no programa e na retórica partidária.

Atualmente 7 partidos têm assento no Parlamento: Social Democrata (S), com 144 cadeiras; Moderado (M - conservador), com 55 cadeiras; Liberal (FP), com 48 cadeiras; Democrata Cristão (KD), com 33 cadeiras; Esquerda (V), com 30 cadeiras; Centro (C), com 22 cadeiras; e Verde (MP), com 17 cadeiras. O partido Social Democrata tem dominado o cenário político sueco por quase um século. Governou continuamente de 1932 a 1976. Entre 1976 e 1982 sucederam-se governos não-socialistas. Em 1982 a Social Democracia retomou o poder, mas perdeu as eleições gerais de 1991, quando os Moderados formaram governo minoritário com os partidos Liberal, Centro e Democrata Cristão. Nas eleições de 1994 os Social Democratas formaram novo governo (minoritário). Em 1998 o partido Social Democrata conseguiu manter-se no poder, mas com um dos piores resultados de sua história (36,4% dos votos), constituindo governo minoritário com o apoio da Esquerda e dos Verdes. Nas últimas eleições, realizadas em 15 de setembro de 2002, os Sociais Democratas foram vencedores com 39,8% dos votos.

As eleições gerais de 2002 resultaram em pequena variação no total dos votos obtidos pela Esquerda e pela Direita, mas revelou significativa migração entre os partidos do mesmo bloco. Entre os socialistas, os ganhos dos Social Democratas foram obtidos às custas do partido de Esquerda, cuja representação no Parlamento diminuiu no mesmo número de 13 novas cadeiras conquistadas pelos Social Democratas. Entre os conservadores, o grande vencedor foi o partido Liberal que triplicou os resultados obtidos em 1998 e passou a ser a terceira maior força eleitoral do país. O partido Moderado foi o maior perdedor, embora tenha mantido sua condição de maior partido de oposição. Os Social Democratas continuam a governar com o apoio parlamentar da Esquerda e dos Verdes. Assim como na última legislatura, a “coalizão” tem problemas de estabilidade e é de difícil administração devido às divergências de propósitos dos integrantes, às tendências por vezes radicais do partido Verde e à ambição da Esquerda de aumentar sua participação nas decisões políticas. A cooperação entre os três partidos sofre ainda tensão pelo não cumprimento de promessas de campanha por parte do governo, em razão de restrições orçamentárias. A manutenção do pacto de cooperação dependerá sobretudo do bom desempenho da economia, que dará ao governo meios de sustentar a política de benefícios sociais, enquanto ao mesmo tempo mantém baixas a inflação e a taxa de desemprego. Na eventualidade de perda do apoio dos partidos de Esquerda e Verde, espera-se que o Primeiro-Ministro esforce-se para evitar a dissolução do Parlamento. Sua estratégia provavelmente incluiria algum tipo de negociação com os partidos de centro-direita ou a obtenção de apoio ad hoc de diferentes partidos, de acordo com as políticas a serem implementadas.

Relações Igreja-Estado

Em 1544 a Suécia foi proclamada Reino Luterano e a Igreja Sueca esteve ligada ao Estado até a revisão legal iniciada em 1995 pelo Parlamento; em 2000 completou-se a separação da Igreja e do Estado.

Política externa da Suécia

Por 180 anos, em uma Europa dividida por disputas entre grandes países e por diferentes alianças ideológicas, a Suécia buscou segurança mediante uma política de neutralidade e não participação em alianças. O fim de Guerra Fria na década de 90 permitiu ao país reavaliar esta tradicional posição. Mudança crucial foi a decisão de aderir à União Européia, confirmada por referendo em 1994. Hoje, os três eixos principais de atuação da política externa da Suécia são a dimensão setentrional, i.e., o relacionamento com os vizinhos nórdicos, a Rússia e os países bálticos; a dimensão européia, que tem como foco a integração com a EU; e a dimensão global, cuja base é a ONU, e onde é projetada a visão idealista da diplomacia sueca. O país contribui com cerca de 0,7% do seu PNB para programas de cooperação e desenvolvimento internacional.

Traço característico da política externa da Suécia é a tensão entre o idealismo e amplitude das ambições e o foco real de seu interesse e limites de sua capacidade de atuação. País que se reconhece detentor de pouco excedente de poder (“small country” na auto-definição sueca) e cujo interesse imediato - por ser antes de tudo um “global trader” - é a garantia do mais amplo acesso de seus produtos aos mercados mundiais, a Suécia abraça causas de humanismo universal, acredita ter vocação natural (alicerçada na sua tradicional

neutralidade) para a mediação de conflitos internacionais e é pródiga no lançamento de iniciativas e planos de ação para questões globais, como a prevenção de conflitos, a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. A título de exemplo, será realizada, em janeiro de 2004, conferência internacional sobre a prevenção do genocídio, última do ciclo de conferências que teve início em 1999 com o Fórum Mundial sobre o Holocausto. A Suécia tem sofrido, no entanto, um rebaixamento de seu perfil como ator político internacional. Na nova configuração do poder mundial a neutralidade e o não alinhamento perderam conteúdo e o país não conseguiu ainda encontrar novo papel que esteja à altura de suas ambições.

Com a adesão à UE a singularidade da diplomacia sueca foi em parte substituída pela agenda comum europeia. O interesse pela América Latina – com exceção do Brasil, Chile e México - vem decrescendo (a Suécia fechou suas Embaixadas em Lima e Caracas) e a política externa sueca para a região é hoje pautada em grande parte pela política externa da UE para a América Latina. Assim, por exemplo, o interesse mútuo Suécia-América Latina na liberalização do comércio de produtos agrícolas é inibido por outras decisões da UE. Na definição do Primeiro Ministro Göran Persson (discurso na Cimeira América Latina-Caribe-União Européia, 28.06.99) os elementos essenciais da “parceria estratégica” bi-regional concentram-se na liberalização do comércio e no fortalecimento da democracia e proteção dos direitos humanos.

Com relação aos países em desenvolvimento, foi atribuída prioridade à intensificação da cooperação com o Brasil, África do Sul e Índia.

No relacionamento com os EUA, a moldura inter-regional UE-EUA - Nova Agenda Transatlântica (NTA) e plano de ação Parceria Econômica Transatlântica (TEP) – e as preocupações comuns europeias (política ambiental, relações com a Rússia, política de defesa e segurança externa) são indissociáveis da agenda bilateral. O governo Social Democrata considera “central” seu diálogo com Washington, em contraste com posicionamento mais distante nos anos 60 e 70. Göran Persson deu apoio imediato e inequívoco à resposta militar americana aos ataques terroristas de setembro de 2001, mas manifestou-se igualmente contra a intervenção militar no Iraque sem o aval da ONU. As relações bilaterais têm sofrido algum desgaste por conta de divergências ideológicas, principalmente em questões relativas ao multilateralismo, meio ambiente e direitos humanos.

Firme proponente da liberalização do comércio internacional, a Suécia é entusiasta das negociações patrocinadas pela OMC.

A Suécia e sua área de influência

Com o fim da guerra-fria, a importância atribuída pela Suécia à estabilidade na região nórdico-báltica, conjugada à proximidade geográfica, interesse estratégico, laços históricos e culturais, e oportunidades de comércio e investimentos fizeram da região a área de influência efetiva da diplomacia sueca. “A região báltica é uma das que mais crescem no mundo. A Suécia e as empresas suecas desempenham papel central nessa dinâmica” (documento da Chancelaria). O governo sueco criou dois fundos (“Baltic Billion Funds”) para estimular o intercâmbio econômico-comercial e o emprego e fortalecer a posição das empresas suecas na região báltica. Programas de cooperação para o desenvolvimento com a

Europa central e do leste foram iniciados em 1989, que teve continuidade, desde 1999, com o programa “Developing cooperation between neighbouring countries” (Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Rússia e Ucrânia). O foco principal do programa é ajudar os países bálticos e a Polônia no processo de reformas para integração à UE ampliada. Na visão da Suécia, a incorporação da Europa central e do leste à União Européia e à OTAN é a melhor garantia de estabilidade regional e cria novas perspectivas de segurança e crescimento econômico. A Suécia em particular tem interesse em explorar as potencialidades desse mercado.

Relação Suécia-Rússia e cooperação regional no Báltico e Barents

A Suécia sempre atribuiu alta prioridade às relações com a Rússia, que considera país chave para a estabilidade na Europa. A presidência sueca da EU em 2001 ofereceu amplas oportunidades para o estreitamento de diálogo visando aumentar a cooperação em matéria ambiental, econômica e comercial, incentivar as reformas estruturais na Rússia e a adesão russa à OMC. Na visão sueca, a cooperação depende do “entendimento sobre valores democráticos básicos”, o que a faz equilibrar as críticas à maneira como a Rússia vem conduzindo o conflito na Chechênia, às violações de direitos humanos e ao cerceamento da liberdade de imprensa com a necessidade de reforço do clima de entendimento e confiança mútua.

Parte da cooperação com a Rússia tem como marcos institucionais o Conselho dos Estados Bálticos Marítimos (Council of the Baltic Sea States) e o Conselho Euro-Ártico de Barents (Barents Euro-Arctic Council), ambos derivados da nova configuração pós-guerra fria. O primeiro, criado em 1992, inclui os países bálticos, Suécia, Noruega, Islândia e Comissão Européia, e visa desenvolver a democracia, a confiança entre os Estados membros, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. O segundo foi estabelecido em 1993 (com a adoção da Declaração de Kirkenes) e é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores dos 5 países nórdicos, a Rússia e um representante da Comissão Européia. O Conselho Euro-Ártico de Barents tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente (uma das regiões mais sensíveis à mudança climática global), a cooperação em economia e comércio, energia, ciência e tecnologia, turismo, infra-estrutura, ecologia, e educação. Um dos principais interesses da Suécia nas duas organizações é a cooperação (e as perspectivas de lucrativo intercâmbio de know-how e tecnologia) em matéria ambiental e de segurança nuclear (tratamento dos detritos nucleares).

A Suécia e a ONU

A participação na ONU (da qual é membro desde 1946) é uma das prioridades constantes da política externa da Suécia. A linha mestra da atuação sueca na ONU foi formulada em 1960 por Dag Hammarskjöld (ex-SGNU) em discurso à AGNU: o propósito das N.U. não é servir os interesses das grandes potências e sim proteger os países de menor poder relativo através da afirmação da primazia do direito internacional. A Suécia considera a ONU o foro ideal para expressar seus interesses globais e buscar influir sobre os acontecimentos internacionais. O ex-Primeiro Ministro Olof Palme (1927-86) seguiu a inspiração de Dag

Hammarskjöld e definiu os quatro objetivos da Suécia na ONU: 1) promover o desenvolvimento e o respeito pelo direito internacional; 2) proteger e promover os direitos humanos; 3) promover a paz mundial através da solução pacífica de controvérsias, da diplomacia preventiva e das operações de paz; 4) promover o desarmamento, em especial o desarmamento nuclear. A estes acrescentou-se, nos últimos anos, o da proteção do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Suécia deseja reforçar o papel da ONU na ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, mediante maior cooperação entre o sistema das N.U., as instituições de Bretton Woods e o setor privado. Consoante estas prioridades, a Suécia é um dos mais generosos contribuintes às agências humanitárias (ACNUR e UNICEF) e aos programas da ONU de ajuda ao desenvolvimento (com percentual que tem variado de 1% a 0.7% do PNB), bem como um dos maiores contribuintes de pessoal militar e civil para as operações de paz.

Para a Suécia o Conselho de Segurança é o único órgão internacional com mandato para exercer (ou autorizar) o uso da força. Neste contexto, preconiza que a autoridade do CSNU seja plenamente respeitada e que o órgão se torne mais representativo e efetivo. A reforma do CSNU melhor refletiria o mundo atual (discurso do representante sueco na abertura da 58ª Assembléia-Geral -2003). O país é um dos mais ativos advogados da reforma das N.U. (defende a adoção de métodos de trabalho mais democráticos e transparentes, com a restrição do uso do veto) o que, no seu entender, conferiria maior representatividade, eficácia, democratização e transparência aos processos decisórios, aperfeiçoando e fortalecendo tanto a AGNU como o CSNU. A Suécia exerceu três mandatos como membro não-permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato sueco coincidiu com o do Brasil e a ocasião serviu ao estreitamento do diálogo e da cooperação entre os dois países nos assuntos relativos ao CSNU.

Política de Defesa, Neutralidade e Não-Alinhamento

Tradicionalmente a política de segurança sueca traduziu-se pela combinação de não-alinhamento militar em tempo de paz e neutralidade em tempo de guerra. O fim da guerra fria e o processo de integração com Europa tornaram obsoleta esta doutrina, obrigando a reformulação e a redefinição da política de segurança do país. Em fevereiro de 2002 o governo Social Democrata e os três principais partidos de oposição chegaram a acordo no Parlamento para redefinir, de forma mais pragmática, a política de defesa e segurança externa. A Suécia permanece não alinhada (ausência de participação em alianças militares), mas abrandou sua preocupação com a neutralidade e passou a dar mais ênfase à cooperação com outros países. Neste sentido, a nova doutrina estabelece que “ameaças à paz e à nossa segurança podem ser melhor evitadas pela ação concertada e em cooperação com outros países” e considera que, como membro da EU, é a Suécia “parte de uma comunidade baseada na solidariedade, cujo principal propósito é a prevenção de guerra no continente europeu”. A redefinição da doutrina de segurança externa, com a interpretação mais restrita do termo “neutralidade” e a manutenção do não-alinhamento em alianças militares, permitem, segundo o governo, que a Suécia exerça papel estabilizador na área setentrional e báltica, tenha liberdade de ação para exercer liderança em prol do desarmamento e não-proliferação, e goze de confiança como país independente e com vocação mediadora de conflitos.

A Suécia participa da Força Rápida Européia, à qual ofereceu contribuição de homens, armamento, aviões (caças Gripen) e navios. É, no entanto, reticente quanto a propostas de um sistema europeu conjunto de defesa, devido ao receio de evolução que contradiga a não-participação da Suécia em alianças militares e de enfraquecimento da autoridade do CSONU. A Suécia favorece, igualmente, a estreita cooperação no campo da defesa entre a EU e a OTAN, vista como garantia da aliança transatlântica e do engajamento americano na Europa. Desde 1994 a Suécia integra o mecanismo de cooperação com a OTAN “Partnership for Peace” (PFP), que não envolve compromisso de defesa mútua. A Suécia teve a preocupação de evitar que a expansão da Aliança Atlântica – especialmente no que tange à adesão das três repúblicas bálticas - alimentasse a desconfiança da Rússia e preconiza que a PFP contribua “para o desenvolvimento de uma segurança pan-européia”. Antes das eleições de 2002 os partidos Moderado e Liberal advogaram explicitamente a adesão à OTAN, enquanto os demais partidos permaneceram firmemente opostos. A opinião pública é majoritariamente contrária à adesão, de forma que não se espera no médio prazo mudança na política de não participação em alianças militares.

As forças armadas suecas passam processo de reestruturação, tendo abandonando sua prévia preocupação com a prevenção de invasão para adotar o princípio de criação de um sistema de defesa operacionalmente mais flexível. O tamanho das forças militares foi reduzido, enquanto o planejamento concentrou-se no aperfeiçoamento da capacidade e da eficiência.

Desarmamento

A Suécia entende que desarmamento, não-proliferação, e controle de armas estratégicas e convencionais constituem fator essencial à paz e segurança mundial. A Suécia sempre propugnou pela eliminação total das armas nucleares e outras armas de destruição em massa e, juntamente com o Brasil, é um dos participantes da “Nova Agenda para o Desarmamento”, criada pela Declaração “Towards a Nuclear Weapon Free World: the need for a new agenda” (09.06.98) visando dar novo impulso à eliminação dos armamentos nucleares. A Suécia apóia as principais iniciativas internacionais em curso para o desarmamento e sob sua presidência foi adotada a “Declaração UE-Canadá sobre Não-Proliferação, Controle de Armas e Desarmamento” (Estocolmo, 21.06.01), que afirma a disposição comum de implementar o Documento Final da Conferência de Revisão do TNP, cooperar para a entrada em vigor do Tratado para a Proscrição dos Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty), a negociação de tratado para o banimento da produção de material fissil para fins militares (FMCT), a criação de comitês da Conferência do Desarmamento para o desarmamento nuclear e a prevenção da corrida armamentista no espaço, e a negociação de Protocolo para conferir efetividade à Convenção sobre Armas Biológicas (CBW). A Declaração reafirma a preocupação com a proliferação, especialmente de mísseis balísticos, e apóia a promoção de um código de conduta para atividades com mísseis e o fortalecimento do MTC. A Suécia classifica como “vital” o papel das ONU para fazer cumprir os regimes existentes sobre armas de destruição em massa e considera “crucial” a experiência da Comissão de Monitoramento Verificação e Inspeção (discurso do representante sueco na abertura da AGNU, 2003).

A despeito de ser um dos maiores exportadores mundiais de armamentos, a Suécia também apóia iniciativas para controle da produção, venda e circulação de armas convencionais e deseja o fortalecimento da CCW (convenção sobre proibição e restrição de certas armas convencionais). As ONGs pacifistas suecas são influentes junto à opinião pública e no Parlamento e seu protagonismo externo é paralelo ao crescimento do papel das ONGs nas N.U. – o movimento internacional para a proscricção das minas anti-pessoal deve parte de seu sucesso à atuação das ONGs suecas. O “Stockholm International Peace Research Institute- SIPRI” publica um conceituado anuário sobre gastos militares, exportações e importações de armamentos no mundo, para o qual o governo brasileiro tem prestado informações. A “Swedish Peace and Arbitration Association” combate as exportações suecas de armamentos e tem revelado à imprensa negócios secretos que violam os “princípios éticos” que deveriam guiar as exportações de armas pela Suécia.

Direitos Humanos

A Suécia é pioneira na criação de instituição protetora dos direitos e liberdades fundamentais: o “Ombudsmän” (“Justitieombudsmän”) foi criado em 1809 para ouvir e encaminhar as queixas dos cidadãos sobre violações de seus direitos por parte da autoridade pública. O Ombudsmän é eleito pelo Parlamento para mandato de 4 anos e tem total autonomia, podendo investigar, interpelar, iniciar procedimento disciplinar e fazer recomendações ao poder executivo (seu mandato exclui os parlamentares e representantes eleitos pelo povo). A partir de 1971 foram instituídos novos “Ombudsmän” para a proteção de direitos específicos. Os mais sérios problemas da Suécia em direitos humanos são o racismo, xenofobia, discriminação étnica e o ressurgimento de grupos racistas e neonazistas que utilizam a intimidação e a violência contra imigrantes, refugiados, sindicalistas e jornalistas. A Suécia adotou um plano nacional de ação contra a intolerância e em janeiro de 2002 adotou o Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos para o período 2002-2004. O plano trata das responsabilidades da Suécia quanto ao tema, estabelece os objetivos de longo prazo do governo e descreve o papel dos diferentes atores nacionais com relação ao trabalho de promoção e proteção dos direitos humanos.

A temática da democracia e direitos humanos é prioritária na agenda sueca e a opinião pública e os partidos políticos acompanham a situação dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo a manifestar-se. Na conceituação da social-democracia, o país é a “casa do povo” (“folkhemmet”, 1928), a comunidade participa ativamente da gestão pública e os grupos e associações não-governamentais são interlocutores fundamentais para o governo – as ONGs recebem subvenções oficiais e são parceiros preferenciais na execução de projetos de cooperação internacional.

Segundo o discurso oficial, a promoção da democracia e dos direitos humanos é um dos esteios da política externa sueca. A Suécia está incorporando o conceito de “segurança humana” ao discurso diplomático – na visão sueca a segurança do indivíduo está diretamente ligada à garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e as violações maciças e sistemáticas dos direitos fundamentais são causas de conflitos que podem colocar em risco a paz e a segurança. Na visão da Chancelaria sueca, os direitos humanos estão se constituindo em um sistema uniforme de valores que deve permear a política externa como um todo e refletir-se nos planos multilateral e bilateral. Uma política

externa favorável aos direitos humanos deve ser simultaneamente preventiva e reativa, i.e., incluir tanto a crítica e a pressão para que cesse uma situação de violação de direitos, quanto o incentivo e a cooperação – o fortalecimento da democracia e do respeito dos direitos humanos é ao mesmo tempo objetivo e condicionante da política sueca de cooperação para o desenvolvimento.

A Suécia e a UE

A Suécia aderiu à União Europeia em 1995, após plebiscito em que a corrente pró-UE venceu por pequena margem de votos. A Suécia exerceu pela primeira vez a Presidência de turno da UE de janeiro a julho de 2001, com resultados considerados positivos tanto pelo governo quanto pela opinião pública. A presidência sueca logrou resultados no plano de trabalho proposto – priorizando a ampliação da UE (“Enlargement”), o pleno emprego (“Employment”) e a proteção do meio ambiente (“Environment”) - e nas questões de particular interesse para o povo sueco – ampliação, transparência no acesso público a documentos oficiais, igualdade de gêneros e meio ambiente. O Primeiro Ministro Göran Persson sublinhou que o êxito da Cúpula de Gotemburgo (15-16 junho 2001) em tornar irreversível e fazer avançar o processo de ampliação da UE constitui a mais importante contribuição da Suécia à consolidação da paz, democracia e prosperidade na Europa. A população continua, no entanto, reticente em relação às vantagens de ser membro da EU. No plebiscito sobre a adesão à União Monetária Europeia (EMU), realizado em setembro de 2003, o campo contrário ao euro foi vitorioso por diferença de mais de 14% (56,1% contra 41,8%), a despeito do sim ter recebido amplo apoio do “establishment” sueco e tratamento simpático dos meios de comunicação. O resultado significou derrota pessoal para Persson, que se empenhou pessoalmente na campanha pela adesão. O Primeiro Ministro continua, no entanto, atribuindo prioridade à integração com a Europa e ao anunciar, em sua declaração de governo na sessão de abertura do Riskdag (16.09.03), que o resultado do referendo seria “naturalmente respeitado”, insistiu que a Suécia “será um membro ainda mais ativo e um parceiro construtivo da cooperação europeia”.

Preocupa à Suécia a tendência de federalização da UE. O país favorece o modelo tradicional da cooperação inter-estatal, que lhe daria mais margem de negociação. Os suecos temem a perda de sua identidade nacional, a redução progressiva da margem de autonomia estatal e a dissolução de sua capacidade de influência em uma Europa federalizada que, segundo pensam, seria crescentemente controlada pelos “grandes países”. A reação do governo à proposta de constituição da UE é basicamente positiva, mas a posição oficial com relação a alguns pontos só será inteiramente definida após manifestação do Parlamento, no final de novembro de 2003. O Riksdag é majoritariamente contrário à proposta de eleição de um Presidente para o Conselho de Ministros, o que poderá levar o governo, já ambivalente quanto à idéia, a rever sua posição ou a exigir mudanças no texto proposto. A Suécia é também crítica quanto à criação do cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo em vista seu papel duplo na Comissão e no Conselho de Ministros, e vê com apreensão as propostas referentes à política externa e de defesa comuns no que diz respeito a eventual perda do direito de veto. A necessidade de reforma da Comissão é encarada com realismo, embora o país se veja obrigado a perder seu direito de ter Comissário com direito a voto.

Conflito no Oriente Médio

O Primeiro Ministro Göran Persson iniciou reaproximação da Suécia com Israel e fez visita oficial àquele país em outubro 1999. Desde a visita de Tage Erlander em 1962 nenhum Chefe de Governo sueco havia ido a Israel e as relações bilaterais nas últimas décadas foram marcadas pela desconfiança mútua. A inflexão imprimida por Göran Persson surpreendeu seu próprio partido e agradou sobretudo a oposição não-socialista, que elogiou a ruptura com a postura habitual e a busca de um enfoque “equilibrado” – a Suécia continuou sendo importante doadora de ajuda externa à Autoridade Palestina e os contatos com Arafat e lideranças palestinas permaneceram no mesmo patamar. A reaproximação com Israel prosseguiu com a amistosa acolhida ao Primeiro Ministro Ehud Barak no Forum Internacional sobre o Holocausto (Estocolmo, janeiro 2000), mas esfriou com a queda do governo Liberal em Israel. A Chancelaria sueca, que se mantinha cautelosa em relação à iniciativa do Primeiro Ministro, voltou a exprimir com firmeza sua condenação da linha confrontacionista da política israelense.

Persson empreendeu tentativas para reeditar o papel mediador exercido pela Suécia em 1988 em relação ao conflito no Oriente Médio, e ofereceu facilidades para a realização de reuniões em Estocolmo entre emissários de Israel e da Autoridade Palestina, mas terminou reconhecendo tacitamente (Cúpula UE-EUA, Gotemburgo 15-16 junho 2001) que as dimensões do problema estão fora do alcance da diplomacia sueca. Visita do Primeiro-Ministro à região (Israel e Palestina) tem sido repetidamente adiada pelo clima de violência da região. Na frequente diferença de tom entre os comentários do Primeiro-Ministro e da Chancelaria sobre o conflito é justificada como “natural”, em vista da diferença de suas funções. A Suécia apóia decisivamente o “Road Map” como via para se chegar à paz na região, mas está ciente de suas limitações.

Relações Brasil-Suécia/Breve histórico

- Primeiro brasileiro ilustre a visitar a Suécia: José Bonifácio (1796-78), que estudou geologia e mineralogia em Uppsala.
- Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Suécia em 5 de janeiro de 1826.
- D. Pedro II visitou Estocolmo e Uppsala (1876). Foi recebido na Academia Sueca de Letras.
- Em Riddarholm (igreja onde estão sepultados os soberanos suecos) há placas recordatórias dos Imperadores D. Pedro I (cuja segunda esposa, Dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da Rainha Josephine, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e D. Pedro II e do Presidente Epitácio Pessoa, ex-Cavaleiros da Ordem do Serafim (mais alta condecoração sueca).
- 1890-91 e 1910-11: chegada ao Brasil de duas levas de imigrantes suecos (cerca de 5 mil)
- 1909: primeira linha de transporte marítimo regular Brasil-Suécia
- A partir do final do sec. XIX (Ericsson foi a pioneira) e sobretudo no período entre-guerras, iniciaram-se os investimentos suecos no Brasil, cujo fluxo intensificou-se e diversificou-se de 1946 em diante, concentrando-se em São Paulo.

- 1984: Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Sílvia ao Brasil. Assinatura de Acordo bilateral sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criação de Comissão Mista intergovernamental.
- 1985: Chanceler Olavo Setúbal visita a Suécia
- 1986: Chanceler Roberto de Abreu Sodré comparece às exéquias do ex-Primeiro Ministro Olof Palme
- 1987: Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Suécia e é recebido pelo Rei Carlos XVI Gustavo, pelo Primeiro Ministro Ingvar Carlsson e pelo Chanceler Sten Andersson.
- A partir de 1987 registraram-se diversas visitas de autoridades brasileiras à Suécia (ex: Ministro das Minas e Energia, Ministro da Aeronáutica, Ministro da Infraestrutura) e de autoridades suecas ao Brasil (ex: Ministro da Indústria, Comandante-em-Chefe da Aeronáutica). O Presidente Fernando Collor de Mello visitou Estocolmo em 1991.
- 1995: Visitas do Ministro dos Transportes e do Ministro dos Esportes a Estocolmo
- 1996: Visitas do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Marinha à Suécia
Visita do Ministro da Indústria e Comércio Björn von Sydow ao Brasil, acompanhado de comitiva de empresários suecos
Visita do Ministro da Marinha Peter Esbjörn Nordbeck ao Brasil
- 1997 (outubro): Visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos Dr. José Gregori a Estocolmo
- 1998 (14-21 março): Missão Real Tecnológica (“Royal Technology Mission”) chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil
- 1999 (maio): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil
- 1999 (dezembro): Visita da Ministra da Justiça Laila Freivalds ao Brasil
- 2000 (janeiro): Visita do SNDH Dr. José Gregori a Estocolmo, chefiando a delegação brasileira ao Fórum Internacional sobre o Holocausto. Encontro bilateral e almoço com a Ministra da Justiça da Suécia.
- 2000 (julho): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil e assinatura de Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa
- 2000 (agosto-setembro): Visita da Comissão de Finanças do Parlamento da Suécia ao Brasil (Brasília, Rio e São Paulo)
- 2000 (setembro): Visita do Ministro da Defesa Dr. Geraldo Quintão à Suécia
- 2001 (abril): Visita do Ministro da Defesa Björn Von Sydow ao Brasil
- 2002 (21-24 fevereiro): Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Estocolmo para participar de reunião sobre a Governança Progressista.
- 2002 (22-24 junho) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson ao Rio de Janeiro para participar das cerimônias de transferência de sede da cúpula do Meio Ambiente para Joanesburgo2002 (junho)
- Visita do Vice-Presidente Marco Maciel a Estocolmo
- 2002/2003 (28 dezembro-2 janeiro) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson à frente da delegação sueca para a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
- 2003 (outubro) Visita da Vice Primeira-Ministra Margareta Winberg ao Brasil

As relações bilaterais são extremamente cordiais, facilitadas por laços criados desde o final do século XIX, pelo dinamismo das empresas suecas estabelecidas no Brasil, e pela circunstância de a Rainha Sílvia ser filha de brasileira e ter grande amizade pelo Brasil. Registre-se a recente frequência dos contatos do mais alto nível, com duas visitas do Primeiro Ministro Göran Persson ao Brasil, a última para as solenidades de posse do Presidente Lula da Silva, e a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Estocolmo, em fevereiro de 2002, para participar da Reunião de Cúpula sobre Governança Progressista, ocasião em que cumpriu extensa programação bilateral. Os atuais contatos entre lideranças suecas e autoridades do governo brasileiro são igualmente profundos e têm raízes, entre outras, na área de atividades partidárias e sindicais. Em sua declaração geral de governo frente ao Parlamento, em setembro de 2003, Goran Persson atribuiu, de forma inédita, importância especial ao nosso relacionamento bilateral. A imagem do Brasil junto ao povo sueco é basicamente positiva e a pequena comunidade brasileira residente na Suécia (estimada em cerca de 5 mil pessoas) está bem integrada. Nossa presença e visibilidade estão, porém, em patamar inferior ao seu potencial. As oportunidades de promoção do turismo, exportações, cooperação científica e tecnológica e divulgação cultural poderiam ser melhor aproveitadas.

A substância do relacionamento Brasil-Suécia é sobretudo de ordem econômico-comercial e o desequilíbrio da balança comercial aponta para a conveniência de traçar-se uma política de exportação dos produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. Por outro lado, as possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil são promissoras. A agenda bilateral comporta outros temas de importância, como evidenciado nas consultas políticas de alto nível Brasil-Suécia conduzidas por representantes das duas Chancelarias (Brasília, novembro 1997). No plano político, verifica-se convergência de posições básicas sobre questões da agenda internacional – desarmamento e não-proliferação, meio ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado – a despeito de diferenças de prioridades, ênfase e concepção de soluções. O diálogo frequente e construtivo entre os dois países em foros multilaterais tem conduzido à participação do Brasil em iniciativas da Suécia, como a “Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear” e o Grupo dos 16. Durante o período 1997-98 em que Brasil e Suécia coincidiram como membros não-permanentes do CSONU ocorreram diversos exemplos de concertação de posições a respeito de crises internacionais sob consideração do Conselho.

A cooperação em matéria militar e de defesa tem sido um dos aspectos importantes do intercâmbio Brasil-Suécia, com troca de visitas de alto nível e a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar (São Paulo, em 07.07.2000) e Protocolo Adicional (cooperação aeronáutica). O Brasil compra armamentos suecos (a Marinha brasileira contratou aquisição de torpedos Bofors em 1999) e a Embraer desenvolve projeto conjunto com a Ericsson (radares para aeronaves). Oficiais brasileiros participam de programas de treinamento em operações de paz oferecidos pela Suécia. Tema de especial interesse para a Suécia na área da cooperação militar é a sua participação na concorrência para o fornecimento das aeronaves caça que deverão reequipar a Força Aérea Brasileira. A proposta sueca inclui importante pacote de “offset”, que envolve compensação na área de transferência de tecnologia e oferece grande potencial para a cooperação econômica.

A conjugação das experiências do Brasil e da Suécia em cooperação para o desenvolvimento poderia resultar em projetos triangulares geridos pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e ASDI/SIDA (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional), especialmente nos países lusófonos (Angola, Moçambique, Timor Leste).

O marco institucional para a cooperação científica e tecnológica é o Acordo Bilateral de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) que prevê reuniões de comissão mista. Foram realizadas três reuniões e a quarta, prevista para 1994, foi cancelada. A Suécia privilegia a cooperação direta entre as instituições de pesquisa e o mecanismo das comissões mistas na prática foi substituído por iniciativas próprias de centros de pesquisa, universidades e empresas privadas de ambos países. A STINT (Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education), fundação privada subvencionada pelo governo sueco, é uma das principais financiadoras de projetos de pesquisas conjuntas entre universidades brasileiras e suecas. A ASDI/SIDA oferece anualmente cursos de treinamento (curta duração) em instituições suecas a técnicos brasileiros (sobretudo aos do setor público). A realização de seminário no Brasil, com a cooperação da STINT, seria útil para divulgar junto aos centros brasileiros de pesquisa as oportunidades de intercâmbio com a Suécia, ainda pouco conhecidas.

Em questões de direitos humanos, o diálogo bilateral ganhou impulso com a visita à Suécia do Secretário Nacional de Direitos Humanos (Dr. José Gregori) em 1997, que resultou em “Declaração Conjunta”. Embora a declaração não mencione a possibilidade de cooperação sueca para a implementação de projetos do Programa Nacional de Direitos Humanos – como era a intenção original do SNDH – a Suécia contribuiu com SEK 1 milhão (através da ASDI) para o projeto de treinamento da polícia militar em promoção dos direitos humanos. A Suécia também ofereceu cooperação, nos termos da declaração conjunta, para a troca de experiências em matéria de proteção dos direitos da criança. ONGs suecas trabalham no Brasil na promoção dos direitos da criança, dentre as quais a [World Childhood Foundation](http://www.childhoodfoundation) (www.childhoodfoundation) fundada pela Rainha Sílvia).

Economia

O grande alicerce da economia sueca é sua indústria tecnologicamente avançada e altamente produtiva. Num primeiro plano, destacam-se os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações. Num segundo plano, as indústrias florestal (madeira, de papel/celulose) e química. Despontou na Suécia há relativamente pouco tempo o novo setor da informática, Tecnologia da Informação (IT), de serviços relacionados a negócios via Internet, que já rendeu ao país uma posição dianteira na Europa.

O desempenho da economia sueca, embora ainda superior à média europeia, tem se deteriorado desde o segundo semestre de 2002, quando o governo social-democrata do Primeiro Ministro Goran Persson foi reconduzido pela terceira vez ao poder, em meio a

promessas de crescimento econômico e de continuidade do “welfare state” do país. A realidade entretanto não se adequou às promessas de Persson no quadro de uma crise econômica mundial que, agravada pela guerra no Iraque, atingiu os maiores exportadores do país, sobretudo do setor de equipamentos de telecomunicação, tendo obrigado a companhias como a Ericsson e a Electrolux a demitir grande número de funcionários.

Histórico

Pode-se dizer que a economia sueca moderna é resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico iniciado no século XVIII com o domínio de conhecimento industrial voltado para a siderurgia e a mecânica. Mas somente no século XX, no período pós-guerra, conseguiu a Suécia concretizar seu potencial econômico e consolidar uma posição proeminente no mundo industrializado. A neutralidade durante a II Grande Guerra permitiu que a indústria e a força de trabalho suecas fossem poupadas. Com seu parque industrial intacto, numa Europa arrasada pela guerra, o país obteve, quase sem investimento algum, uma grande vantagem comparativa. Com uma produção voltada para a exportação, tornou-se altamente competitiva nesse cenário europeu com poucos concorrentes, o que, conjugado à grande demanda de insumos para a reconstrução da Europa, permitiu um rápido crescimento econômico, ao qual atrelou-se o desenvolvimento das grandes indústrias e o desenvolvimento de know-how e da capacidade de produção em grande escala.

Nesse estágio da industrialização do país, as empresas suecas comprovaram que a conquista de mercados no exterior era a melhor alternativa para que pudessem se expandir, ao invés de se limitarem ao relativamente pequeno mercado interno. Essa opção implicou a contínua conquista e ampliação dos mercados externos, estratégia vigente até hoje. Mas não se ampliaram somente as exportações. As empresas multinacionais de origem sueca destacam-se pela exitosa tática de investir também na instalação de unidades de produção em países geograficamente estratégicos, permitindo-se assim a distribuição direta do produto naquele mercado alvo e países adjacentes.

PIB

A indústria de transformação, que inclui os principais setores de tecnologia de ponta, engenharia mecânica e telecomunicações, contribui com 50% do PIB, enquanto a indústria florestal - madeireira para móveis, polpa e papel - é responsável por 20% da economia do país, seguida da indústria química, que teve grande expansão na última década e hoje responde por 12% da produção industrial. Por fim, estão os setores de alimentos, com 8%, e siderurgia, com 6% do PIB.

Parcela importante do PIB da Suécia é constituída de empresas multinacionais de grande porte. Como se percebe, a opção pelo modelo exportador fez muitas empresas suecas dependentes do mercado externo. Essa dependência, por sua vez, fez do empresariado sueco um partidário da globalização e um genuíno defensor do livre comércio.

Segundo dados estatísticos recém-publicados, o Produto Interno Bruto sueco cresceu 1,3% no segundo trimestre de 2003, graças principalmente ao ligeiro aumento das

exportações e ao consumo doméstico. Tal percentual é inferior ao do primeiro trimestre, calculado em 2%, mas demonstra que a economia sueca continuou a se expandir em nível superior aos dos países da União Monetária Européia.

Investimentos em Tecnologia

Outros aspectos de grande relevância no que toca à indústria sueca, principalmente entre as de escala multinacional, são os re-investimentos e a alocação de parte considerável de seus recursos financeiros em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A indústria sueca está entre as que mais intensamente investem em P&D no mundo. Cabe notar que a maior parte da tecnologia industrial é desenvolvida em laboratórios e centros de pesquisa sediados no país. Os novos produtos desenvolvidos são geralmente testados no próprio mercado sueco e sua produção deslocada para unidades no exterior.

Além da redução nas exportações, a capacidade ociosa de grande parte da economia bem como a incerteza a respeito do desenrolar da situação econômica mundial, reduziram os investimentos da iniciativa privada. O setor empresarial, assim, reduziu os investimentos em 13% no primeiro trimestre de 2003 e 5% no segundo, o que, somado às dificuldades do setor público, contribuiu para a desaceleração do crescimento. A redução do nível de investimentos, pelo oitavo trimestre consecutivo, tem sido apontada como uma das principais causas da fragilidade das atividades econômicas do país.

Exportações

Fatores externos contribuíram para deteriorar uma situação que já era desconfortável, dado que as exportações suecas já vinham se reduzindo desde 2001, apesar da pequena recuperação verificada em 2002. Deve-se, entretanto, estabelecer algumas nuances. Alguns segmentos do setor de exportações demonstraram ligeiro crescimento, como o de maquinaria, o de caminhões e peças de veículos, o de comida, o de roupas, e o de produtos químicos, com um aumento de entradas de aproximadamente 2 bilhões de dólares. Esse desempenho foi contrarrestado pela má atuação de outros segmentos do setor de exportações, particularmente o de elétricos, o de telecomunicações e o de veículos de passageiros. As importações também tiveram um declínio de aproximadamente 1,4 bilhão de dólares em 2002. Aqui também é conveniente relevar algumas nuances: as importações de comida aumentaram, mas houve decréscimo na importação de eletrônicos e equipamentos de telecomunicação, de produtos químicos básicos e de óleo cru. Desse modo, em 2003, o setor de exportações tem mostrado sinais de recuperação em relação a 2002. Essa recuperação, entretanto, foi contrabalançada pelo aumento das importações. Nesse contexto, as exportações para o Japão, para os EUA e para o Reino Unido se reduziram, refletindo a valorização da coroa em relação às moedas desses países. No que se refere aos países da zona euro, as exportações aumentaram, como foi o caso também da Noruega, China, e Polônia. As importações suecas dos EUA, por seu lado, também declinaram, enquanto aquelas provenientes de Noruega, Dinamarca, Polônia, Finlândia, China e Rússia aumentaram.

Empregos

A redução do crescimento econômico sueco desde 2001, aliada à crise mundial, tem tido um impacto cada vez maior no mercado de trabalho. O crescimento do emprego foi

praticamente nulo em 2002, seguindo-se a três anos de crescimento superior a 2% anual. Como a população economicamente ativa continuou a se expandir nesse período, cresceu também o índice de desemprego, que se elevou a 4,7% nos primeiros meses de 2003, comparado com os 4,1% do mesmo período do ano anterior. O setor industrial foi profundamente afetado pela desaceleração dos investimentos e das exportações. O nível de emprego nos setores mineiro, manufatureiro e de utilidades, considerados globalmente, declinou em média 3,8% nos primeiros meses de 2003. Nos setores financeiro e de seguros, a redução foi de 0,9%. Somente nos setores de educação e de construção houve crescimento, de 2,4% e 1,4%, respectivamente.

Moeda e câmbio

A coroa tem se valorizado em relação ao euro e, sobretudo, ao dólar, desde o final de 2001 em função, entre outros, das boas condições relativas da economia sueca (inflação baixa e crescimento superior à média dos países da zona euro). A valorização da coroa em relação ao dólar, nos primeiros meses de 2003, foi de aproximadamente 23% em relação ao mesmo período de 2002. A valorização em relação ao euro, embora mais reduzida, tem sido constante, contrariando inclusive as previsões de que haveria desvalorização da coroa após o “não” dos suecos ao euro. A vitória do “não” retratou a visão negativa da Suécia sobre a situação das principais economias européias, mostrando o lado pragmático da população, que não aceitou os argumentos sobre as vantagens da moeda única quando a economia do país mostra fundamentos sólidos e mantém taxa de crescimento superior à Alemanha e França, países tecnicamente em recessão. O resultado do referendo sobre o euro tem implicações importantes no que se refere à condução da política monetária. Estima-se que o Riksbank (Banco Central) continuará a operar a política monetária da mesma forma que faz hoje, mantendo sua previsão de inflação atual.

Inflação

Os índices de inflação sofreram redução no decorrer de 2002, como resultado do menor crescimento econômico e do fortalecimento da coroa, e se situou em 2% em média ao ano. Nos primeiros meses de 2003, a subida dos preços dos combustíveis e, particularmente, da eletricidade deram margem a temporário aceleração da inflação. Os custos relativos ao setor energético, todavia, logo recuaram, e o índice inflacionário voltou ao patamar anterior. Calcula-se que o índice médio de inflação rondará os 2,3% no período 2003/2004.

Perspectivas e Projeções

Segundo estimativas oficiais, espera-se um crescimento do PIB de 1,4% em 2003 e de 2,0% em 2004. O aumento da remuneração também será modesto, mas as baixas taxas de juros e a estabilidade econômica aumetarão o consumo doméstico. Prevê-se forte crescimento do consumo doméstico e público em 2004. Os investimentos no setor industrial continuarão a crescer, embora modestamente, como também os investimentos estatais, sobretudo no setor de infra-estrutura. Em um prazo mais longo, estima-se que o PIB crescerá a taxas maiores após 2004, sem criar pressões inflacionárias. Dados oficiais prevêm-se outrossim aumento de produtividade e do nível de emprego.

Relações Econômico-Comerciais Brasil-Suécia

Histórico

As relações comerciais entre o Brasil e a Suécia datam de 1808. O primeiro Encarregado de Negócios sueco mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro naquele ano, pois havia recebido instruções para estabelecer-se junto ao Príncipe Regente, posteriormente elevado à condição de rei com o título de D. João VI, quando este transferiu a Corte de Portugal para o Brasil. Ainda em 1808, inaugurou-se o primeiro escritório comercial da Suécia e, nos anos subseqüentes, foram criados consulados nas principais cidades portuárias brasileiras.

Em 1810, um grupo sueco instalou pequena mineradora no Estado de São Paulo. Apesar do estabelecimento dessa empresa, que exportava minério de ferro para a Suécia, o fluxo comercial ao longo do século XIX foi pouco expressivo entre os dois países, restringindo-se a chá, canela, gengibre e pimenta. Um século depois, em 1908, o estabelecimento de uma linha de navegação direta entre Gotemburgo e portos brasileiros

atraiu os primeiros investimentos suecos para o Brasil: Ericsson, AGA e Electrolux. Após a II Grande Guerra, a presença sueca cresceu de maneira significativa e mais de cem firmas se estabeleceram no país. Hoje, são mais de 170 empresas, desde escritórios de representação a unidades de produção industrial de grande escala, como Volvo, Ericsson, Scania, Eletrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS, Sandvik, entre outras. As empresas suecas empregam cerca de 30.000 pessoas e movimentam cerca de USD 5, 1 bilhões (dados de 2000).

Investimentos suecos no Brasil

Diz-se que “São Paulo é a segunda maior cidade industrial sueca, depois de Gotemburgo”. Essa referência reflete a grande concentração de empresas suecas em São Paulo, entre a década de 80 e inícios dos anos 90, as quais chegaram a ser responsáveis, naquela cidade, por mais de 45.000 empregos. Hoje o número de empregados reduziu-se com a terciarização de serviços e com a redistribuição de investimentos em outros estados.

Após uma queda geral no volume de fluxo de capital aplicado no Brasil no início da década de 90, as empresas suecas estabelecidas no país voltaram a investir com a consolidação do Plano Real. Em 1997, o fluxo de investimentos ressurgiu, com USD 350 milhões, aumentando para USD 1.390 milhões em 1998, USD 850 milhões em 1999 e USD 490 milhões em 2000. Segundo dados colhidos pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, sediada em São Paulo, as empresas suecas no Brasil têm intenção de efetivar investimentos no total de USD 3.1 bilhões no Brasil entre 2002 e 2005.

A título de exemplo, vale mencionar que nos últimos anos houve os seguintes investimentos suecos no Brasil: Volvo (fábrica de motores), Scania (fábrica de cabines), Tess (operadora de telefonia celular), Veracel (fábrica de papel e celulose), SKF (fábrica de rolamentos), Ericsson (fábrica de telefones celulares e construção de um centro de pesquisas e desenvolvimento) e ASSA ABLOY (fábrica de fechaduras de segurança).

Os investimentos suecos se concentram nos seguintes setores: indústria automotiva (36%), indústria metalúrgica (20%), eletro-eletrônica e telecomunicações (14%), indústria química (12%) e indústria mecânica (5%).

- Investimentos - série histórica em milhões

1997: USD 350

1998: USD 1.390

1999: USD 850

2000: USD 490

Relações comerciais

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia somou USD 782 milhões em 2002, sendo USD 270 milhões relativos a exportações brasileiras para a Suécia e USD 512 milhões de exportações suecas para o Brasil. A participação das exportações para o mercado sueco no total exportado pelo Brasil em 2002 foi de 0,30%, enquanto as exportações suecas para o Brasil representaram 1,22% do total importado pelo Brasil em 2002.

Exportações brasileiras para a Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
85-Aparelhos elétricos, stéreo, televisão	1534	51.668.000,00
09-Café	36626	35.302.000,00

84-Máquinas e instrumentos	7628	35.235.000,00
87-Veículos automotores e suas partes	7042	31.816.000,00
23-Ração animal - soja	74322	14.540.000,00
02-Carne - refrigerada e congelada	2763	11.023.000,00
44-Madeira	75137	9.217.000,00
72-Ferro e aço	5971	7.932.000,00
64-Calçado e partes	222	5.361.000,00
24-Tabaco	1363	4.965.000,00
Total das exportações		270 milhões

Importações brasileiras da Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
84-Máquinas e instrumentos	11560	176.785.000,00
85-Aparelhos elétricos, estéreo, televisão	2699	126.590.000,00
87-Veículos a motor e suas partes	8372	50.395.000,00
90-Equipamentos óticos, foto e equip. cirúrgicos	179	26.146.000,00
30-Produtos farmacêuticos	159	25.117.000,00
72-Ferro e aço	11173	18.575.000,00
39-Produtos de plástico e borracha	5009	11.367.000,00
73-Produtos de ferro e aço	2088	9.347.000,00
82-Ferramentas manuais e talheres	284	7.409.000,00
29-Produtos químicos	5792	6.269.000,00
TOTAL das importações		512 milhões

Balança comercial - Série histórica

Exportações brasileiras em milhões

1997 – USD 246,86

1998 – USD 238,83

1999 – USD 280,05

2000 – USD 271,84

2001 - US\$ 197,07

Importações brasileiras em milhões

1997 – USD 705,97

1998 – USD 907,48

1999 – USD 792,23

2000 – USD 676,07

2001 - US\$ 661,08

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 41, de 2004 (nº 150/2004, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 146, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004; e

– Nº 42, de 2004 (nº 154/2004, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2004, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 143, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.856, de 5 de abril de 2004.

As Mensagens nºs 41 e 42, de 2004, anexadas, respectivamente, aos processados dos Projetos de Lei de Conversão nºs 9 e 8, de 2004, vão à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Nº 164/2004, de 5 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 136, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

– Nº 184/2004, de 2 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 10, de 2004** (nº 84/2004, na origem), de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, o relatório da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de novembro de 2003 a janeiro de 2004, incluindo quadros demonstrativos dos lançamentos da República no mercado global.

Cópia do Aviso foi anexada ao processado da Mensagem nº 61, de 2003.

Os processados vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003** (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esgotou-se, na última quarta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto da Lei do Senado nº 636, de 1999**, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que *obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde*.

Tendo sido rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 180, de 2004**, que “Abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 1.400.000.000,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 180, DE 2004

Publicação no DO	8-4-2004
Emendas	Até 14-4-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	8-4 a 21-4-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	21-4-2004
Prazo na CD	de 22-4-2004 a 5-5-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-5-2004
Prazo no SF	6-5 a 19-5-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-5-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-5 a 22-5-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-5-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	6-6-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2004 – CN**Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“II —

4) Poder Executivo

Limite de R\$250.600.000,00 destinados ao provimento de cargos e funções vagos ou criados nas áreas de:

..... “(NR)

“III —

4) Poder Executivo

Limite de R\$903.000.000,00 destinados à reestruturação da remuneração de cargos integrantes dos Planos de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal e planos equiparados e de carreiras das áreas de Agricultura, Auditoria e Fiscalização, Ciência e Tecnologia, Educação, Gestão e Diplomacia, Jurídica, Previdência, Regulação, Segurança

Pública, Segurança Social, Tecnologia Militar, Trabalho e Defensoria Pública da União.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 155

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004”.

Brasília, 5 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM nº 48/2004-MP

Brasília, 23 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – Lei Orçamentária de 2004.

2. Essa alteração tem por objetivo adequar o referido Anexo, mediante o acréscimo de R\$253.000.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais) ao limite financeiro destinado à reestruturação de carreiras e a redução de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) daquele destinado aos provimentos de cargos e funções vagos ou criados, no âmbito do Poder Executivo.

3. Além do mais, promoverá a inclusão das áreas jurídica e de segurança pública nas autorizações do item III do mencionado Anexo, a fim de viabilizar futura proposição de reestruturação de remuneração de carreiras.

4. A medida em proposição visa cumprir o disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, que prevê a necessidade de autorização específica para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras; bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

5. Cumpre destacar que será posteriormente encaminhada proposta de abertura de crédito suplementar para promover as alterações nas programações específicas da Administração direta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a adequá-las aos novos limites financeiros do referido Anexo VII.

6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O **Projeto de Lei nº 02, de 2004-CN** vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Projeto de Lei nº 2, de 2004–n, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001–CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do projeto:

Até 17-4 – publicação e distribuição de avulsos;

Até 1º-5 – prazo para a realização de audiências públicas;

Até 6-5 – prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;

Até 9-5 – prazo para a apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 15-5 – prazo para a votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;

Até 30-5 – prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 4-6 – prazo para a publicação e distribuição de avulsos;

Até 25-6 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela Subcomissão;

Até 15-8 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

Até 20-8 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 25-8 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 268-L-PFL/2004

Brasília, 6 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Júlio Cesar para integrar, como membro titular, a Comissão Mista

destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 171, de 4 de março de 2004, que “Antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001”, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Of. PSDB/Nº 433/2004

Brasília, 5 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Yeda Crusius, como membro titular, e o Deputado Ronaldo Dimas, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória 178, de 2004, “que autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Exª inscrito em primeiro lugar, nobre Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que fala por cessão da nobre Senadora Fátima Cleide.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, como está impresso no **Correio Brasileiro**, hoje é um dia histórico na UnB.

Na capa desse jornal, há uma ficha de inscrição e a indicação de que é a primeira universidade federal que garante quota para negros na universidade; e

mostra uma menina negra dizendo que o seu sonho está tornando-se realidade.

Aproveito este momento para falar da importância dessa iniciativa da UnB e para falar também da Universidade Federal da Bahia que, em 2005, reservará 43% de suas vagas para estudantes afro-brasileiros. Como sabemos, na Bahia, cerca de 85% da população é de afro-descendentes ou afro-brasileiros.

Estive recentemente em um debate sobre políticas de quotas na Escola Paulista de Medicina, na Universidade Federal de São Paulo, e fui informado pelo Professor Hélio Santos de que aquela universidade discute também, com muita responsabilidade e seriedade, a possibilidade de abrir naquele espaço, que é considerado da elite formadora nacional, vagas para afro-descendentes.

Sr. Presidente, tenho assistido também debate no Governo e na sociedade sobre a política de quotas como lei. Tenho muita satisfação em, mais uma vez, anunciar à Casa que trabalho nessa área há algumas décadas e que o estatuto da igualdade racial, de nossa autoria, contempla a política de quotas e está pronto para ser aprovado, se for essa a vontade do Congresso, tanto na Câmara como no Senado.

Lembro neste momento que a lei dos direitos civis, nos Estados Unidos, vai completar, no mês de julho, 40 anos e ninguém tem dúvida sobre a ascensão econômica, social e política dos negros norte-americanos, numa demonstração, Sr. Presidente, de que, apesar das críticas ao sistema norte-americano, sem sombra de dúvida, eles tiveram coragem, pois aprovaram as leis que beneficiaram os afro-descendentes daquele País. E aqui no Brasil percebo que há uma relutância; numa hora se fala que vai haver medidas concretas, em outra dizem que não é bem assim. É preciso que tenhamos coragem, a mesma que tivemos em outros tempos para aprovar leis que consagraram o caminho da busca da igualdade, da liberdade, para, de fato, fazer com que avançássemos no campo social.

Lembro-me, há muito tempo, de um argumento que ouvi de setores da sociedade brasileira de que não se devia aumentar o valor do salário mínimo, porque os pobres não saberiam o que fazer com um salário maior e acabariam gastando, bebendo e se perdendo na vida fácil. Podem ficar tranquilos, porque os trabalhadores brasileiros saberão muito bem, sim, administrar o valor do salário mínimo, até porque está comprovado que eles conseguem sobreviver, apesar do valor insignificante desse salário em nosso País.

Falando nisso, Sr. Presidente, lembrando a importância do Estatuto da Igualdade Racial, gostaria também de lembrar que esta é uma semana decisiva para a questão do salário mínimo. O dia 1º de maio se

aproxima. Entendo que o Governo do Presidente Lula não pode, em seu segundo ano, continuar com um salário mínimo abaixo de US\$100. E diria mais. A situação política, econômica e social é muito positiva. O Governo, de que faço parte, poderia neste momento demonstrar seu compromisso com o social, encaminhando o debate no Congresso Nacional – e o projeto já se encontra na Casa – a fim de que o salário mínimo ultrapasse a barreira dos US\$100. O projeto que apresentei, repito, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e em andamento na Comissão de Assuntos Econômicos, eleva o salário mínimo para cerca de US\$105, aproximadamente R\$312. Seria mais ou menos o percentual de reajuste que o Governo concederá aos servidores que recebem os menores salários.

Espero obter resposta ainda esta semana, já que encaminhei correspondência nesse sentido ao Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu, aos Ministros da Fazenda, do Trabalho e do Emprego e da Previdência Social. Queremos discutir o salário mínimo. Estou convencido, Sr. Presidente, de que é possível, sim, chegarmos acima de US\$100, ou seja, acima de R\$300.

Além do salário mínimo, sobre o qual venho falando quase diariamente desde o dia 1º de abril, volto hoje a falar da PEC paralela.

Na semana passada, estive conversando com a Casa Civil e fui informado de que o Líder do Governo na Câmara vai procurar os Senadores para conversar a respeito do acordo aqui firmado sobre a PEC paralela. Continuo dizendo que não acredito que esse acordo estabelecido com a Oposição e a Situação seja rompido. Acho positivo o indicativo de o Líder do Governo, Professor Luizinho, dialogar com os Senadores, para que, na terça-feira à tarde, a Comissão Especial delibere sobre a PEC paralela, aprovando – espero – o que foi acordado e aprovado por unanimidade no Senado: paridade, transição, subteto, aposentadoria para donas-de-casa, vínculo dos desempregados à Previdência e controle social. Esses são os artigos fundamentais.

Alguns Deputados dizem que ali há um espaço que permite manter salário deste ou daquele marajá. Se perceberem isso e nos provarem, que o cortem. Tenho certeza de que não estamos aqui, nenhum Senador nem da Situação nem da Oposição, preocupados com salário de marajás. Queremos, sim, garantir o acordo firmado, que, com certeza, diminui o prejuízo sofrido pelos servidores com a PEC original.

Esperamos que essa reunião, que deve ser realizada amanhã pela manhã, referende esse grande entendimento. Ninguém tem dúvidas sobre o acordo feito aqui. Ele foi registrado nas notas taquigráficas, com a palavra do Líder Aloizio Mercadante, do Relator

Tião Viana e dos Líderes da própria Oposição, que votaram, naquele momento, confiando no cumprimento do acordo. Há ainda o discurso de todos nós, inclusive o meu, na tribuna, avalizando o acordo e relatando telefonemas recebidos do Presidente da República e dos principais ministros que tratam do assunto. Hoje, mais uma vez, reafirmo essa posição.

Por isso, insisto e venho à tribuna todos os dias fora da PEC paralela e do reajuste do salário mínimo.

Não passa pela minha cabeça, Sr. Presidente, que possamos chegar a junho sem a aprovação da PEC paralela. Entretanto, no fim de semana, a revista **Época** – se não me engano – publicou matéria dizendo que a PEC paralela foi para o espaço e que não será votada este ano, com certeza. Acho que essa informação não está correta. Quem a passou está equivocado. Estou convencido de que a PEC paralela será aprovada.

Do contrário, queiramos ou não, virão a debate alguns assuntos que não gosto de citar no plenário, mas não há como deixar de fazê-lo. Como esta Casa vai votar outras emendas à Constituição? Falo, por exemplo, da reeleição à Presidência das duas Casas. Nada tenho contra ou a favor, até porque não sou candidato, nem a vice. Sou a favor da alternância. Não sei como a PEC da reeleição está sendo tão rapidamente aprovada na Câmara. Já dizem que virá para esta Casa em maio. Se depender de obstrução de um Parlamentar da Situação... Não sou contra nada, mas sou a favor da PEC paralela. Não acredito que o Senado da República vá aprovar, em primeiro lugar, uma PEC que surgiu bem depois da proposta da PEC da Previdência, esquecendo os servidores, que estão em uma expectativa enorme para a votação.

Estou apenas comentando. Entendo que não há clima, Sr. Presidente, para aprovarmos outras iniciativas sem resolver a PEC da Previdência. Foi um acordo firmado, selado – eu diria até beijado – pelos servidores públicos. Cerca de 80 entidades nos pediram que, diante do fato consumado, trabalhássemos pela aprovação da PEC paralela. Todos fizemos isso, inclusive os Senadores que eram contrários, como os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos e tantos outros. Lembro-me de um Senador que só votou conosco na última hora, o Senador Magno Malta, do PL. S. Ex^a se mantinha em uma posição muito dura em relação à PEC original, mas votou conosco na perspectiva de que o acordo seria cumprido.

Estou tranquilo, Sr. Presidente, porque acredito que o acordo será garantido. Entendo a indignação do Senador Magno Malta na tribuna por inúmeras vezes e de tantos outros Srs. Senadores.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Paulo Paim, acompanho sempre os pronunciamentos de V. Ex^a, especialmente quando cobra o cumprimento do acordo para aprovação da PEC nº 77. O PDT, Partido ao qual pertencço, tem cinco Senadores e deu cinco votos contra a PEC nº 67, a PEC original, e cinco votos a favor da PEC nº 77, acreditando que o acordo seria cumprido. Trata-se de restabelecer credibilidade entre Lideranças do Congresso que dão sustentação ao Governo e a Oposição, mas, especialmente, restituir credibilidade ao Governo. Se esse acordo não for cumprido, dificilmente a Oposição se sentirá, não digo obrigada, mas, sim, à vontade para estabelecer novos acordos, porque este é emblemático. Toda a Nação brasileira o acompanhou. Só votamos a favor da PEC nº 77 porque ela significava a recuperação de injustiças praticadas na PEC nº 67, e, se o acordo não for cumprido, além de ficarem mantidas as injustiças, ficará também um conceito muito ruim para o Governo e para as Lideranças do Governo nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Lembro que fui procurado no dia não apenas por V. Ex^a, mas também pelo seu irmão. Dizia no meu Estado que os Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias só votaram em razão da confiança que nós passamos. E o Senador Jefferson Péres até abriu mão dos prazos em nome do acordo. Para não prejudicar o entendimento, S. Ex^a preferiu se retirar do plenário, pois considera sagrado o cumprimento dos prazos regimentais.

Por isso, ao comentar a PEC paralela, faço questão de dizer que ainda estou confiante no cumprimento do acordo pelo Governo. Também concordo com V. Ex^a: a questão é de credibilidade. Ela é fundamental. É a palavra empenhada. Para mim, é a honra, é a ética.

Neste momento, tudo está colocado com muita transparência, e o não-cumprimento, Senador Papaléo Paes, que ora solicita um aparte, vai deixar todos nós em uma situação muito difícil, muito complicada.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, reconheço o seu pronunciamento como muito importante, tratando de três temas que o País realmente acompanha, mas quero me ater à questão da PEC nº 77, que veio para esta Casa como uma salvação de direitos que a PEC nº 67 retirou do servidor público. A PEC nº 77 contou com todo o apoio e a dedicação de V. Ex^a no sentido de haver um compromisso para que fosse aprovada na íntegra, como

o foi, neste plenário. Eu votei contra a PEC nº 67, e quando V. Ex^a conversou comigo, mostrando a necessidade de uma alternativa e me apresentando a PEC nº 77, raciocinei da seguinte maneira: como pode o Governo passar por todo o desgaste para aprovar a PEC nº 67, quando poderia, na própria 67 – já que a PEC nº 77 iria para a Câmara de qualquer forma –, fazer as adequações, retornando a matéria posteriormente à Câmara para aprovação? Realmente não duvidei de V. Ex^a, de maneira alguma. Nós o temos como um Senador muito competente, possuidor de muita experiência legislativa e se assim estava falando era porque tinha a certeza do compromisso assumido diretamente pelas pessoas que tinham autoridade para fazê-lo. Informei, então, a V. Ex^a que não votaria contra a PEC nº 77. Assim, retirei-me do plenário no momento da votação para que não aparecesse nenhum voto contrário à proposta. Logicamente, a PEC nº 77 contempla o que a PEC nº 67 retirou, mas fico assustado em ver que fomos convocados, por 30 dias, e não aconteceu absolutamente nada de produtivo na Câmara dos Deputados. Hoje, estamos no meio do mês de abril, não temos qualquer resultado e ainda estamos na expectativa de o Líder do Governo vir conversar conosco. Mas o que, não sabemos. Então, espero que V. Ex^a continue a sua luta para que a PEC nº 77 seja aprovada na íntegra e venha contemplar aquilo que os funcionários públicos esperam: não terem seus direitos seqüestrados.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, quero dizer que V. Ex^a retrata, na sua fala, exatamente os fatos acontecidos naquele dia. E me lembro do que disse V. Ex^a: “Senador Paulo Paim, já que para V. Ex^a é importante que seja aprovada por unanimidade e como estou duvidando desse acordo, mas dando assim mesmo um voto de confiança, retiro-me e não voto contra”. E V. Ex^a não votou contra, confiando na palavra por nós empenhada.

E quero dizer algo a V. Ex^a, inclusive usando um termo que pode ser forte: neste fim de semana, um jornal do Rio Grande do Sul fez uma matéria comigo sobre um livro de poesia, uma segunda edição que estou lançando com algumas inovações. Ao longo dessa conversa, falei das minhas angústias e preocupações, já que esse livro de poesia somente trata das questões sociais; e no meio da conversa eu falo a palavra “traição”, mas com a seguinte lógica: se a PEC paralela não for aprovada, eu me sentirei traído pelo Governo e pelo meu Partido.

De fato, se isso acontecer, vou-me sentir traído porque, naquele dia histórico, estava presente neste plenário o Presidente José Genoino, por quem

tenho o maior respeito. S. Ex^a me procurou durante todo aquele dia da votação da PEC original que veio da Câmara, sempre me dizendo para ficar tranqüilo e defender a posição do Governo, pois a PEC paralela, onde estavam as propostas mais importantes, seria aprovada.

Sendo assim, somente a partir da aprovação da PEC paralela é que poderei andar neste plenário de cabeça erguida. Digo isso porque se, efetivamente, a PEC paralela não for aprovada vai valer exatamente o sentimento que aquele jornal deixou transparecer, qual seja, não terei nenhuma condição de acompanhar qualquer votação quando uma palavra empenhada não é cumprida.

E vim à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, exatamente para dizer que tenho uma expectativa muito grande de que vamos dialogar amanhã e o acordo será honrado. E nessa linha do otimismo, também espero que o salário-mínimo a ser anunciado no dia 1º de maio ultrapasse a barreira dos US\$100. E isso será bom, inclusive para o Governo, já que o salário tem toda uma simbologia, visto que reflete exatamente no bolso das famílias mais pobres do País.

A melhor forma de combater a miséria e ir ao encontro da inclusão social é elevar o valor do salário-mínimo, assunto que, tenho certeza, será a tônica das centrais sindicais e das confederações no próximo dia 1º de maio: a linha vai ser o combate ao desemprego e a valorização do salário-mínimo.

Espero, portanto, que o Governo tenha sensibilidade de entender esse momento, pois já estamos no segundo ano de um Governo que assumiu um compromisso com a questão social. Eu mesmo estou na tribuna falando há mais de 22 minutos, mas a população quer ação, resultados, questões concretas. Só o discurso não resolve mais.

Por isso, volto a insistir na importância da aprovação da PEC paralela, que vai beneficiar seis milhões de servidores públicos, e na aprovação de um salário-mínimo que ultrapasse a faixa dos US\$100, que trará um benefício direto e indireto para mais de 100 milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desde que esta Casa, no final do ano passado, fez um acordo com o governo para a aprovação da reforma da Previdência Social, con-

dicionando-a à aprovação da chamada PEC Paralela, esta emenda que completaria a reforma não tem seguido na Câmara dos Deputados aquilo que foi combinado.

Para a aprovação da PEC Paralela o Congresso Nacional foi convocado extraordinariamente, o que envolveu não apenas a interrupção do recesso parlamentar, mas também vultosas despesas para a Nação. No entanto, o prazo da convocação não foi suficiente e a tramitação da matéria avançou pelo ano legislativo.

Passados mais de quatro meses do acordo firmado entre o governo e o Senado, o que temos assistido é a um vai e vem de pareceres, hora pela aprovação do texto que saiu desta Casa, hora alterando toda a sua essência, de tal forma que a PEC Paralela corre o risco de se transformar em um monstro sem dizer para que veio.

A tradição parlamentar diz que os acordos devem ser cumpridos. Aliás, o cumprimento dos acordos é também da própria essência do Legislativo em qualquer parte do mundo. Na medida em que são rompidos ameaçam a sobrevivência da instituição parlamentar.

Por tudo isso não dá para entender porque a Câmara dos Deputados não dá celeridade à tramitação da PEC Paralela, a exemplo do que vem fazendo com a emenda constitucional que trata da reeleição do seu presidente e do presidente do Senado.

Agora, há uma nova luz no fim do túnel. O novo líder do governo na Câmara, Deputado Professor Luizinho (PT-SP), vai se reunir amanhã com os senadores da base do governo para conhecer os termos do acordo fechado como Senado para a aprovação da PEC Paralela.

Contamos ainda com uma manifestação do líder da bancada do PT na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), garantindo o apoio da bancada para os compromissos reconhecidos pela equipe do governo que participou das negociações.

Não temos dúvidas de que o ministro Ricardo Berzoini, ainda que deslocado para o Ministério do Trabalho confirmará o acordo, do qual participou como ministro da Previdência e Assistência Social, ao lado deste senador, de todos os líderes partidários e do líder do governo no Senado, o eminente Senador Aloizio Mercadante.

Estamos certos de que a partir da reunião de amanhã estarão abertos novos canais de comunicação permitindo ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados falarem novamente a mesma linguagem.

Essa reunião deve ser um novo marco, uma porta aberta para que os acordos já firmados, as-

sim como outros que venham a ser acertados, possam ser cumpridos por ambas as Casas, ajudando a desobstruir pautas e a dar celeridade ao processo legislativo.

Salário Mínimo

Outro assunto que mês a esta tribuna no dia hoje diz respeito ao novo valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio próximo. A nova data-base traz o reajuste para o dia da grande festa universal do trabalhador, mas não devemos ficar por aí.

Os trabalhadores, aposentados e pensionistas da Previdência Social que vivem com um salário mínimo por mês estarão completando no dia 1º de maio um período de treze meses sem qualquer reajuste assistindo seus magros salários serem corroídos pela inflação.

Para que a festa do Dia do Trabalho seja completa, precisamos ir além da simbologia da nova data-base e oferecer ao trabalhador brasileiro um salário que s ainda não é o ideal, que cubra com mais realismo as suas perdas.

Temos defendido nesta Casa que em vez de medida provisória para fixar o novo salário mínimo o governo deveria se valer do instrumento do projeto de lei. Pelo simples fato de que quando o Congresso foi chamado a legislar sobre o salário mínimo os trabalhadores tiveram melhores reajustes.

Estamos a treze dias úteis da data que deve vigorar o novo salário mínimo. Se o governo enviar a proposta em regime de urgência, ainda haverá tempo para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se debrucem sobre o Orçamento e encontrem o valor mais favorável possível ao trabalhador.

Entendemos que este valor deve ser alcançado aplicando-se à correção do salário mínimo o mesmo percentual que o governo pretende dar para reajustar os vencimentos dos servidores públicos de baixa renda.

Se isso for feito, um reajuste da ordem de 30% elevará o valor do salário mínimo para 312 reais dará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a oportunidade histórica de romper a barreira da sua equivalência de 100 dólares pela qual vimos lutando ao longo dos nossos mandatos parlamentares.

Esse novo valor também vai contribuir para retirar o Brasil, que está entre as 15 maiores economias do mundo, daquela lista dos países que pagam os mais baixos salários de todo o planeta.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

**PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM(PT-RS)
SOBRE COTAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
12.04.04**

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Senadores**

A Universidade Federal da Bahia, a partir de 2005, vai reservar ~~43%~~ de suas vagas para estudantes afro-brasileiros. Embora em muitos cursos da instituição o número de estudantes negros seja superior a 43%, esses são os cursos considerados de menor prestígio.

Dos 56 cursos da Universidade Federal da Bahia, 18 deles não alcançam 30% de negros, e os mais concorridos, como Direito e Medicina, possuem índice abaixo dos 5%.

Estamos falando da realidade do estado da Bahia, onde quase oitenta por cento da população é constituída de afro-brasileiros, negros e pardos.

Em Medicina, para afastarmos da discussão a questão do “mérito”, muito grata aos adversários das cotas, no último vestibular 17 estudantes negros ficaram acima da linha de corte, ou seja, da nota considerada mínima, e no entanto não foram aprovados. Com a adoção do sistema de cotas, eles poderão cursar Medicina no próximo ano.

A Universidade Federal da Bahia segue os passos da UnB, a Universidade de Brasília, exerce a sua autonomia e cria também seu programa de inclusão.

Programa que inclui reserva de vagas na pós-graduação, o desenvolvimento de programas de financiamento para linhas de pesquisa, com foco étnico-racial, bolsas adicionais específicas com apoio de fundações, como já existe na Fundação Ford, além da criação de um programa de preparação para a pós-graduação.

Estivemos o ano passado participando de debates na Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, e fomos informados pelo Prof. Hélio Santos de que o Conselho Universitário deve estar anunciando nos próximos dias uma reserva de vagas de 10% para afro-brasileiros.

O fato é que a idéia de se dar um tratamento positivamente diferenciado aos negros em razão da discriminação de que são vítimas vai ampliando sua circulação na sociedade brasileira, com excelentes resultados. Restritos por enquanto à área da educação.

O Congresso tem enormes responsabilidades nessa área. Vários projetos circulam há anos na Câmara e no Senado, sem conseguir sensibilizar os parlamentares.

Não falo só do Estatuto da Igualdade Racial, mas o estatuto é o projeto mais completo, porque reúne um conjunto de políticas que abarcam dimensões tais como mercado de trabalho, meios de comunicação, cultura, saúde, educação e muitos outros.

A Lei dos Direitos Civis, nos Estados Unidos, irá completar quarenta anos no próximo mês de julho. Ela foi para os negros norte-americanos uma segunda emancipação. Os indicadores sociais e econômicos da população negra nos EUA mostram o acerto histórico dessa decisão.

O fato de o racismo persistir, não significa que as ações afirmativas não criaram muitas oportunidades para aos afro-americanos, oportunidades que não existiam antes da Lei dos Direitos Civis.

Há mais de cem anos da Lei Áurea, continuamos levantando argumentos para não fazermos nada. Saudamos desta tribuna as iniciativas que a sociedade vem tomando, encontrando soluções para a questão das desigualdades no ensino superior.


SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

(Documento fornecido ilegível pelo o autor)

PARLAMENTARES UTILIZAM EMENDAS COMO ARMA ELEITORAL

Um grupo de 110 deputados e senadores entra na disputa das eleições municipais deste ano com uma forte vantagem em relação aos seus adversários: as verbas do Orçamento da União. Eles destinaram R\$ 63 milhões em emendas individuais aos municípios onde disputam as prefeituras. O dinheiro foi reservado, preferencialmente, para obras com

apelo nas urnas, como postos de saúde e tratamento de esgoto. Um dos campeões do clientelismo é Lindberg Farias, pré-candidato em Nova Iguaçu (RJ). Outros 21 parlamentares petistas que disputam a eleição apresentaram R\$ 19 milhões em emendas para seus municípios — uma média de R\$ 860 mil.

TEMA DO DIA, PÁGINA 2 E 3

Esta parte deve ser preenchida apenas por candidatos que desejarem concorrer pelo SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS.

<input type="radio"/> Branca	<input checked="" type="radio"/> Preta	Declaro ser pessoa de cor preta ou parda e, também, ser negro(a). Declaro, ainda, que desejo me inscrever no 2.º Vestibular de 2004 da Universidade de Brasília (UnB) para concorrer às vagas reservadas ao Sistema de Cotas para Negros. Declaro, por fim, conhecer e aceitar todas as regras estabelecidas no edital de abertura do vestibular referido acima e aquelas contidas no Guia do Vestibulando do 2.º Vestibular de 2004 da UnB.
<input type="radio"/> Amarela	<input type="radio"/> Indígena	
<input type="radio"/> Indígena	<input type="radio"/> Sem declaração	
<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	

Jelizângelo Pereira de Jesus
ASSINATURA DO CANDIDATO

HOJE É DIA
HISTÓRIA NA UnB

Foi em 1978, apenas uma data importante. Mas no primeiro dia de inscrições para o próximo vestibular da UnB marcou uma mudança histórica. Pela primeira vez em uma instituição federal, candidatos negros ou pardos podiam disputar as vagas no sistema de cotas que lhes reserva 20% dos lugares. Uma norma, por esse tempo, como Elizabeth Pereira de Melo, que associa a UnB de hoje ao negro, pois que dificuldades para entrar na universidade. Ou uma novidade por trazer para os cotistas a medida. Em suas palavras sobre as mudanças:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Dentro do critério de intercalar os oradores regularmente inscritos com aqueles que se inscreveram para uma comunicação inadiável, concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador João Ribeiro e, em seguida, ao nobre Senador Papaléo Paes, que fala por cessão da nobre Senadora Serys Shessarenko.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo esta tribuna, na tarde de hoje, para deixar registrado nos Anais desta Casa Legislativa a passagem do cinquentenário de uma das mais importantes instituições de ensino do meu Estado.

Trata-se do Colégio Dom Orione, da cidade de Tocantinópolis, que tem prestado inestimável serviço de educação à população daquela cidade, contribuindo efetivamente na formação das melhores lideranças tocaninenses.

É preciso registrar, como bem lembrou, em conversa recente, meu particular amigo, meu compadre e Prefeito de Tocantinópolis, o talentoso José Bonifácio Gomes de Souza, que a construção desse colégio foi, antes de tudo, um ato de desabrida coragem, sacrifício humano e pioneirismo daqueles padres italianos que enfrentaram, há 50 anos, as águas revoltas do Tocantins para fundar o colégio em nome da “Ordem da Divina Providência de Dom Orione”.

O marco triste da história ficou por conta do fato de que, no dia em que aportavam à região, os quatro padres foram colhidos por uma tempestade que deixou vivo apenas o Padre André Alice, que não deixou de cumprir a sua missão.

Hoje, essa história é recompensada com a competência com que o colégio se desincumbe com a sua tarefa de ensinar. Para que se possa ter uma idéia da qualidade do ensino que é ministrado por essa organização, basta que se observe a sua atuação em recente concurso da Secretaria da Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, que classificou seu projeto pedagógico intitulado “Educando o Jovem para um Consumo Crítico e Consciente” entre os quinze melhores do Brasil, em uma lista de 741 concorrentes inscritos no Concurso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Médio.

Das comemorações alusivas aos 50 anos da inauguração do Colégio Dom Orione consta intensa agenda de atividades que se estenderão até o próximo dia 17 de abril.

Dentre elas, estarão incluídos: concurso de redação, alvorada festiva, exposição de projeto artístico, oficinas pedagógicas, peça teatral e exposição com

referência à presença dos orionitas em Tocantinópolis. Também será lançado um livro produzido pelos próprios alunos e realizado um desfile cívico resgatando a história do Colégio.

Com toda certeza, Tocantinópolis está vivendo uma comemoração à altura da importância do Colégio Dom Orione. Prova disso é que lá estarão presentes, além das autoridades locais, o Governador Marcelo Miranda, o ex-Governador Siqueira Campos, o Deputado Estadual Fabion Gomes, irmão do Prefeito, e outras importantes lideranças políticas. Também estarão presentes o Bispo de Palmas, Dom Alberto, o Bispo de Tocantinópolis, Dom Lázaro, entre outras autoridades eclesiais.

Estão, portanto, de parabéns a diretoria, professores, alunos e ex-alunos daquele Colégio, o operoso povo da cidade de Tocantinópolis e o Estado do Tocantins, por ter no seu território tão insigne instituição de ensino.

Parabéns, Tocantinópolis! Parabéns, nosso querido Colégio Dom Orione!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Papaléo Paes, do PMDB do Amapá.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de começar meu pronunciamento, mais uma vez, chamo atenção para a PEC nº 77. Todos nós deveríamos usar a tribuna para dedicar alguns minutos a essa questão.

Não quero ser repetitivo, mas, diante da expectativa de que o Líder do Governo na Câmara terá uma reunião com os Senadores para conversar sobre as alterações que querem fazer na PEC nº 77, é necessário mantermos nossa posição de que o texto a ser aprovado na Câmara dos Deputados deverá ser o mesmo aprovado no Senado Federal. Devemos intensificar nossas ações, porque esta Casa assumiu um compromisso com o povo brasileiro, com os servidores da Nação de não permitir que a PEC nº 77 seja modificada, mantendo os prejuízos da alteração da Lei da Previdência proposta na PEC nº 67.

Portanto, mais uma vez, fica o meu registro de protesto contra o não-cumprimento de acordos e contra a não-aprovação da PEC nº 77.

Entretanto, o motivo da minha presença nesta tribuna é para falar sobre um projeto de lei que apresentei nesta Casa relacionado à questão eleitoral.

Muito se fala no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Executivo e no restante da sociedade sobre a reforma política. Muitas vezes, no entanto, esquecemo-nos de que é preciso também aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro. A experiência mostra que pequenas mudanças podem trazer grandes resultados.

Assim, nesta oportunidade, venho à tribuna falar sobre o projeto de lei de minha autoria, que recebeu o nº 71, de 2004, nesta Casa, para o qual peço apoio, visando sua aprovação. O objetivo é alterar o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985.

A lei nº 7.444, de 1985, trouxe, é importante dizer, significativas mudanças no processamento eletrônico do sistema eleitoral. Como resultado disso, houve a eliminação de antigos vícios e a criação de mecanismos para impedir novos vícios.

Muitos se perguntariam, então, por que precisamos mudar a lei se ela é tão boa? A resposta, nem tão óbvia assim, é que quase vinte anos se passaram e a sociedade brasileira mudou profundamente nesse intervalo. As eleições por meio eletrônico tornaram-se a regra e foram incorporadas em nosso cotidiano. O título de eleitor, no entanto, permaneceu intocado, e o último censo eleitoral aconteceu há quase 20 anos.

Portanto, dois são os objetivos do projeto de lei. Em primeiro lugar, aprovar um novo modelo de título eleitoral que deverá conter, além dos dados de qualificação, a fotografia do eleitor. Em segundo lugar, em razão do novo título, proceder-se-á ao recadastramento do eleitorado brasileiro.

O título de eleitor é hoje um dos pontos mais frágeis do processo eleitoral brasileiro. Como não contém foto do eleitor, fraudadores se valem desse expediente para burlar o registro de eleitores, enganar as mesas eleitorais e, conseqüentemente, existe a possibilidade de distorção nos resultados das eleições, especialmente nas cidades menores e mais distantes dos grandes centros.

Como informo na justificção do projeto de lei, não é raro encontrar, ainda, cabos eleitorais inescrupulosos, que enganam cidadãos menos informados e mais ingênuos. Dessa forma, ocorre fraude na transferência de títulos e inscrição de eleitores em várias localidades. A conseqüência é a inflação do número de pessoas votantes e o viciamento do processo eleitoral.

A fotografia no título eleitoral praticamente elimina a possibilidade de fraudes, haja vista que torna mais fácil a identificação do eleitor, tal como ocorre atualmente no caso da carteira de motorista.

Um novo censo eleitoral, por sua vez, faz-se necessário porque o último foi feito em 1986. Naquele ano, o Brasil dispunha de 69 milhões de eleitores. Na

última eleição, em 2002, segundo o cadastro do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, esse número havia aumentado para 115 milhões de eleitores, ou seja, um crescimento de 66%. Em média, de acordo com os técnicos do Superior Tribunal Eleitoral, o eleitorado brasileiro cresce 5% a cada dois anos.

Se o Tribunal Superior Eleitoral merece ser louvado por seus esforços para manter a qualidade de seu cadastro, não podemos deixar de observar que esse trabalho é parcial, porque depende da colaboração espontânea do eleitor. Além disso, somente no momento de votação, o Tribunal dispõe de informações sobre o universo de eleitores.

Apesar do zelo da Justiça Eleitoral, um novo censo eliminaria as duplicidades de registros e eliminaria os cadastros falsos e incorretos ou de pessoas já mortas.

A democracia é um processo. Nunca podemos dizer que esteja concluída. Aprimorá-la e torná-la melhor a cada dia é um dever e uma obrigação de todos nós que abraçamos a vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mudança no título eleitoral e o conseqüente recadastramento são medidas que, à primeira vista, não são de grande monta. Tenho, no entanto, a certeza de que tal mudança produzirá resultados muito significativos. Diminuir-se-ão as fraudes eleitorais e teremos, conseqüentemente, um sistema que represente de maneira mais fidedigna e apurada o verdadeiro valor da democracia: a realização da vontade do povo.

A inspiração que tivemos para que pudéssemos formular esse projeto de lei veio justamente do nosso dia-a-dia, da nossa experiência com o processo eleitoral.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Papaléo Paes, parablenzo-o pela oportunidade do pronunciamento que faz, em um momento em que se discute a reforma eleitoral em nosso País. O Brasil já avançou bastante na questão do voto, com a implantação da urna eletrônica. Somos um dos primeiros países do mundo a introduzi-la no processo eleitoral. Então, como já utilizamos a urna eletrônica no processo eleitoral, com alta tecnologia de informação, por que não criamos um título de eleitor, de acordo com o seu projeto, semelhante a um cartão eletrônico com a fotografia do eleitor e senha, para melhor identificação? Estou apresentando um projeto estabelecendo que o eleitor possa votar, pelo menos para Presidente da República, onde estiver, em qualquer lugar do Brasil. Na última eleição para Presidente da República, 8 milhões de eleitores deixaram de votar, porque não estavam nas suas cidades. Isso desequilibra qualquer processo

eleitoral. Se esses 8 milhões tivessem votado, talvez o resultado da eleição fosse diferente. É injusto que 8 milhões de brasileiros não consigam votar no dia da eleição, porque estão em trânsito. Se introduzimos a urna eletrônica, por que não possibilitar que o eleitor vote em qualquer cidade onde estiver no dia da eleição? Com a nova tecnológica, creio que é possível aperfeiçoar muito o processo eleitoral brasileiro. Parabéns pelo seu projeto, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado. Parabenizo-o também, Senador Valdir Raupp, pelo seu projeto que traz uma alternativa para o processo eleitoral, que temos que buscar. Quando apresentamos um projeto desse tipo, procuramos estabelecer a discussão do assunto. É muito importante e interessante reconhecermos essa discussão como fundamental para a democracia brasileira, bem como a questão da reforma política, parada na Câmara dos Deputados. E vejo até com bons olhos, pois iriam atropelar tudo e todos para aprovar uma reforma não muito discutida entre nós. Portanto, o processo eleitoral é fundamental para a democracia e, por isso, merece discussões. Parabéns a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, ouvia o discurso de V. Ex^a pelo rádio do carro, quando V. Ex^a tentava acordar o Partido do Governo para a responsabilidade e os compromissos na aprovação da PEC paralela. Em relação a essa PEC, a situação das lideranças que acreditaram no Governo ficou muito difícil. Eu, graças a Deus, Presidente Eduardo Siqueira Campos, não acreditei desde o início. Após o massacre dos aposentados e dos servidores públicos, entendi que houve a perda da palavra. V. Ex^a, como Presidente da Subcomissão de Saúde – tema que tão bem domina –, enriquece o País e entusiasma e surpreende a todos nós ao abordar temas tão palpitantes. No que se refere à democracia, queremos aqui afirmar o nosso otimismo. Não com relação ao Governo. O Governo está no fundo do poço, adverti desde o início. Mas há uma conscientização no Brasil a respeito da democracia. Não é uma conquista do PT, é nossa, do País. A humanidade sempre buscou formas de governo. Já dizia Aristóteles que “o homem é um animal social”, e Thomas More dizia que “o homem não é uma ilha”. E o povo, decepcionado com os governos absolutistas dos reis, foi às ruas gritando: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. E tombaram todos os governos dos reis absolutistas, e surgiu o governo do povo, pelo povo e para o povo, que é a nossa democracia. Na própria França, surgiu Napoleão para fazer o Código Civil. E o Brasil foi avançando. Tivemos momentos de exceção, com a ditadura civil de Vargas

e a ditadura militar, que não foram boas experiências. Aí estão o livro de Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**, que traduz o lado ruim da ditadura Vargas, e os recentes livros de Elio Gaspari, sobre o lado ruim e cruel da ditadura militar. Então, houve essa conscientização de aperfeiçoamento e estamos todos esperançosos. Não se ouvirá gritos “Fora Lula”, porque houve uma conscientização, uma conquista. Queremos aperfeiçoar as instituições. Para colaborar com seu inspirado e corajoso discurso, quero dizer que vergonhoso é o modelo adotado pelo PT, que distribuiu pelo País um monte de DAIs e DASs no serviço público. E deles sugam, tiram parcela dos seus salários para compor um fundo partidário. Isso é feio, é corrupção eleitoral. E esses funcionários, diante da vida difícil, vão aplicar métodos, como fez Waldomiro Diniz, de pedir propina a bicheiros, praticar corrupção, para sobreviver. Então, essas coisas têm que ser denunciadas, para que façamos a reforma, porque, mesmo estando no Governo, o PT não é exemplo de nada.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte, que revela a sua cultura, a sua capacidade de desenvolver os temas discutidos nesta Casa.

Na última parte da sua participação, V. Ex^a falou sobre a contribuição salarial que o servidor deve fazer aos Partidos. Não sou a favor desse tipo de contribuição, porque o servidor ocupa um cargo público. Devemos pagar, todos nós que ocupamos cargo público, com competência, dedicação e responsabilidade.

Quando fui Prefeito de Macapá, pelo PSDB, havia um modelo dentro da Prefeitura no qual todos os detentores de cargos de nomeação do Prefeito descontavam uma determinada parcela para o Partido do então Prefeito. Quando assumi, alguns assessores me perguntaram como ficaria o desconto. E eu respondi que isso não mais ocorreria.

Sou contra esse tipo de contribuição. Sou contra o fato de a pessoa ganhar o seu salário e tê-lo descontado em folha, com a autorização do próprio prefeito, para que seja destinado a um partido político.

Observe V. Ex^a que todo esse processo está ocorrendo dentro de uma pequena prefeitura – o que pode ser visto como um laboratório —, mas, se ampliarmos, veremos que ocorre também nos grandes centros do poder.

Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a. Nós, que fomos dois labutadores das PECs 67 e 77, devemos manter, juntamente com o Senador Osmar Dias, as nossas ações no sentido de exigir que o Governo cumpra o seu compromisso em relação à PEC 77.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que usará da palavra para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade do período destinado a uma comunicação inadiável para anunciar a solicitação que nós, integrantes da Bancada Federal do Tocantins, três Senadores e os oito Deputados, fizemos a S. Ex^a o Ministro Roberto Rodrigues. Queremos dirigir-lhe uma correspondência. Mais do que isso: uma exposição de motivos, que certamente traz muita preocupação à Casa, já que há a perspectiva de iminentes prejuízos à economia tocantinense e à economia do Estado de Rondônia, cuja Bancada é composta pelos nobres Pares Valdir Raupp, Fátima Cleide e Paulo Elifas.

Sr. Presidente, no dia 25 de abril haverá uma visita de inspeção, uma missão da Comunidade Européia a alguns Estados para a aprovação de instalações utilizadas para a exportação de carne.

Como é do conhecimento de todos, o Estado do Tocantins tem aproximadamente 7,5 milhões de cabeças no seu rebanho e Rondônia tem dez milhões de cabeças. Na troca de informações entre a Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Pecuária e a missão estrangeira, estariam sendo priorizados três Estados: Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso para essa visita.

Sabemos como são criteriosos os estrangeiros, o Mercado Comum Europeu, as missões de inspeção, com relação à qualidade exigida para a compra de produtos por aqueles países. É fato também, Sr. Presidente, que, há mais de cinco anos, o Tocantins faz parte da zona livre de aftosa. Não há nenhum registro nesse sentido, não há nenhum problema de febre aftosa ou de qualquer outro tipo de doença há mais de cinco anos. O Estado do Tocantins, dentro do progresso que vem experimentando, tem excelentes condições de abate e frigoríficos da melhor qualidade. Hoje temos uma infraestrutura pronta para que o Tocantins esteja entre os maiores exportadores de carne do País.

Sr. Presidente, lerei o ofício assinado por toda a Bancada:

Sr. Ministro, os integrantes da Bancada Federal do Estado do Tocantins, no Congresso Nacional, vêm à presença de V. Ex^a, em caráter

emergencial, solicitar os indispensáveis esforços deste Ministério bem como da Secretaria de Defesa Agropecuária no sentido de incluir o nosso Estado no roteiro da missão da Comunidade Européia, que ocorrerá a partir de 25 de abril do corrente.

Desde já, faço uma sugestão: que este ofício seja acrescido das assinaturas dos três Senadores de Rondônia, porque, por questão de justiça a um Estado que também é zona livre de aftosa, Rondônia não pode ficar excluído desta missão. Uma vez excluído, Senador Valdir Raupp, tenha certeza V. Ex^a de que os mercados, na hora das aquisições, das compras, não incluirão Rondônia exatamente pelo fato de o Estado não ter sido inspecionado por esta importante missão.

Portanto, nós, Senadores do Tocantins, estamos pleiteando essa audiência para amanhã. Na quarta-feira, o competente Ministro Roberto Rodrigues estará no Tocantins, mas não queremos criar um constrangimento a S. Ex^a na visita ao nosso Estado. Queremos antes, amanhã, participar dessa audiência. E creio que seria muito salutar se os representantes de Rondônia, que estão sofrendo igual discriminação, estivessem junto conosco não apenas endossando este ofício, mas esta solicitação, para a qual o Estado de Rondônia tem total apoio da sociedade tocantinense.

Fizemos um esforço, que não foi pequeno. Vem de cinco anos, quando cumprimos todas as exigências da Adapec, que é a nossa agência de defesa agropecuária, por meio da nossa Secretaria da Agricultura, hoje dirigida pelo importante técnico, Dr. Roberto Saium. Estava na condição de Secretário da Agricultura o Vice-Governador do Estado Raimundo Nonato Pires dos Santos; preside a Agência de Defesa Agropecuária o Dr. Felipe Nauar Chaves.

Conseguimos, com muita dificuldade, chegar a essa condição antes de muitos Estados exatamente por ser esta uma das principais características do Tocantins. A nossa preocupação é realmente grave, uma vez que toda a classe produtora do Estado também está empenhada nesta visita. Quero destacar aqui a atuação do suplente de Senador, José João Estival, que comanda o segmento dos donos de frigoríficos. Mas o importante é defender a economia do Tocantins, defender o nosso rebanho de mais de sete milhões de rezes e, principalmente, defender o Estado no esforço que fez durante esses anos: estamos há mais de cinco anos livres da febre aftosa.

Portanto, Sr. Presidente, acredito e confio na sensibilidade de S. Ex^a o Ministro Roberto Rodrigues. Confio em que a Secretaria de Defesa Animal há de fazer um expediente e enviar à União Européia, incluindo

não só o Estado de Tocantins, bem como o Estado de Rondônia, para que não sejamos discriminados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nós concedemos a palavra ao Senador do PMDB do Estado de Rondônia, Valdir Raupp, orador inscrito para esta sessão não deliberativa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pedi um aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, que neste momento já preside a sessão, para falar da exportação de carne bovina para a União Européia, até porque eu estava inscrito como o próximo orador e farei, neste momento, alguns comentários sobre essa questão.

Presidente Eduardo Siqueira Campos, na semana passada, já que não foi possível a audiência naquela ocasião com o Ministro Roberto Rodrigues, estivemos com o Sr. José Amaury, Secretário-Executivo, que substitui o Ministro na ausência de S. Ex^a. Na ocasião, fizemos essa cobrança e não falamos somente em Rondônia.

Eu também agradeço a V. Ex^a por ter também comentado aqui sobre Rondônia. Naquela oportunidade, pedimos por Rondônia e Tocantins, sabendo que foram os dois Estados injustiçados nessa medida.

A alegação do Ministério é de que a decisão não é deles, mas da Missão de Bruxelas, onde fica a sede da União Européia, e que a Missão não teria incluído os Estados do Tocantins e de Rondônia. Já estavam incluídos São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e nessa oportunidade seriam incluídos apenas Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Mas é justo, pois Tocantins, como V. Ex^a mesmo disse, já há cinco anos está livre da aftosa, assim como Rondônia. No ano passado, acompanhei em Paris, na França, a missão de Rondônia, juntamente com o Governador Ivo Cassol, vários Deputados Federais e demais autoridades, quando o Estado recebeu o certificado de área livre de febre aftosa.

Assim, é justo que, neste momento, os Estados do Tocantins e de Rondônia sejam incluídos também. Amanhã, vamos subscrever o seu ofício ao Ministro, pois, apesar de a decisão não ser apenas do Ministério, este pode influenciá-la muito. Fui informado de que há um grande **lobby** dos que já estão incluídos, como São Paulo, o mais forte em exportação de carne, e outros, para que os nossos Estados não sejam incluídos.

Rondônia já possui mais de 10 milhões de cabeças de gado de boa qualidade, assim não é justo que o Estado seja excluído da exportação de carne para a União Européia.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Osmar Dias, profundo conhecedor da matéria.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Como Senador pelo Paraná, Estado considerado livre da febre aftosa, sem vacinação, reconheço o direito de Tocantins e Rondônia também o serem, sobretudo porque já cumpriram, tecnicamente, todos os pré-requisitos para isso. Acompanho a questão da febre aftosa há muitos anos e sei do esforço dos dois Estados, que, há cinco anos, não apresentam nenhum foco de febre aftosa, o que significa que já há tempo de sobra. Tecnicamente, o Instituto Internacional de Epizootias da França considera como prazo mínimo o período de 36 meses, já cumprido, portanto, por esses Estados. Como Senador pelo Paraná, não apenas reconheço, mas apóio o pleito de V. Ex^{as}.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a é justo e, por isso, neste momento, está sendo solidário ao nosso pleito.

Antes de iniciar o pronunciamento propriamente dito, gostaria de registrar, na tribuna de honra do plenário, a presença do Prefeito Joaquim Rezende, da cidade de Nova Brasilândia D'Oeste, do Estado de Rondônia, acompanhado dos Vereadores Francisco Benteo, Aurindo de Almeida, Luiz Faustino e outros. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade na nossa Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para tratar de um tema da maior importância no processo de construção da cidadania e de superação das desigualdades sociais que marcam nosso País: a erradicação do analfabetismo.

De uma forma geral, as elites brasileiras preferem negligenciar esse tema; preferem vê-lo no contexto das políticas educacionais, sem a devida prioridade, pois assim não precisam encarar essa realidade que tanto nos choca. No entanto, não obstante muitos deixem em segundo plano a abordagem de nossas mais graves mazelas, é preciso pôr o dedo na ferida, conhecer detalhadamente a realidade, debater alternativas para sua superação e fiscalizar a execução de políticas públicas adequadas.

Sr. Presidente, na última campanha presidencial, falou-se muito no combate à fome. Sem dúvida, aprofundar esse debate representou um importante passo, forçando as camadas privilegiadas da sociedade a voltarem seus olhos para a gravidade da questão. Diagnósticos foram elaborados; especialistas foram ouvidos; metas foram definidas; ambiciosos programas sociais foram desenhados e implementados. A sociedade

aguarda ansiosa a notícia de que a realidade começa a mudar. Esperamos ver, em breve, Sr. Presidente, nos jornais, a notícia de que os programas sociais instituídos pelo Governo Federal atingiram seus objetivos e de que a ajuda emergencial finalmente chegou aos bolsões de miséria onde a fome ainda leva sofrimento, retirando dignidade de milhões de brasileiros.

Assim como a fome, Sr^{as} e Srs. Senadores, o analfabetismo também constitui um indicador contundente de nossas desigualdades sociais. Por isso, o Constituinte de 1988, atento às reivindicações da sociedade pela universalização dos direitos de cidadania no Brasil, inscreveu no artigo 214 da Constituição Federal a prioridade ao combate ao analfabetismo no conjunto das políticas públicas de educação.

É importante observar que, no plano meramente declaratório, o combate ao analfabetismo sempre foi prioridade no Brasil. Estudos contabilizam 23 projetos e campanhas de alfabetização de adultos instituídos no País desde 1854, há mais de 150 anos. Em geral, adotam-se políticas de caráter assistencialista, com pouca fundamentação pedagógica, sem caráter permanente e com baixo nível de profissionalização dos educadores envolvidos. Assim, o problema se perpetua de maneira inaceitável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo o **Mapa do Analfabetismo no Brasil**, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, existem, no Brasil, mais de 16 milhões de analfabetos. Esse número corresponde a 13,6% da população com 15 anos de idade ou mais.

É importante observar que esses dados partem do conceito de indivíduo alfabetizado como sendo aquele capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

O **Mapa do Analfabetismo** esclarece que, se utilizarmos o conceito de analfabetismo funcional, cada vez mais empregado no mundo contemporâneo, e que corresponde à totalidade de pessoas com menos de quatro séries de estudo, existem, no Brasil, 30 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Esse, sem dúvida, é um dado alarmante.

Segundo a publicação do Inep, 59% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental não apresentam habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado para concluintes dessa série. Não são considerados aptos a continuarem seus estudos no segundo segmento desse nível de ensino. Dessa forma, também podem ser considerados analfabetos, ou seja, é preciso relativizar a afirmação, tão alardeada, de que o Brasil conquistou a universalização do ensino fundamental.

Houve uma conquista importante, não há dúvida, mas que só estará completa quando o ensino tiver qualidade compatível com o direito de cada brasileiro ao exercício pleno de sua cidadania e com o País que pretendemos construir.

O **Mapa do Analfabetismo no Brasil** ressalta que o melhor antídoto para o analfabetismo é assegurar escola para todos na idade correta. Nas condições atuais, entretanto, corremos o risco de continuar a gerar analfabetos funcionais. Afinal, Sr. Presidente, 35% dos analfabetos, no Brasil, já freqüentaram a escola. Esse dado demonstra, inequivocamente, as limitações de nosso sistema de ensino, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade.

Os dados sobre o analfabetismo revelam, também, as desigualdades regionais que marcam o Brasil. O Nordeste concentra 50% do total de analfabetos do País, correspondendo a oito milhões de pessoas. Na distribuição do total de analfabetos por unidade da Federação, destaca-se outro dado importante: cerca de 50% deles concentram-se em cinco Estados: Bahia, São Paulo – e aqui há um paradoxo –, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

O Estado de São Paulo está inserido nessa lista por ser uma metrópole. Talvez, no interior do Estado de São Paulo, haja o melhor nível de ensino do País. Entretanto, devido à pobreza e à miséria concentradas nas favelas na periferia da Grande São Paulo, o Estado enquadra-se entre os piores no combate ao analfabetismo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Valdir Raupp, como V. Ex^a é assíduo na Comissão de Educação, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e acrescentar um dado tão alarmante quanto os manifestados em seu discurso. Recentemente, a Unesco analisou 107 países para levantar os índices de repetência no ensino fundamental e no ensino médio. O Brasil foi o centésimo colocado. Apenas sete países têm o índice de repetência maior do que o do Brasil, e esses sete países situam-se no continente africano. Esse fato demonstra que o discurso de V. Ex^a é oportuno, além de ser um alerta para que o Governo não apenas lance programas, mas os operacionalize. Parece-me que o grande mal do atual Governo é lançar muitos programas e não operacionalizar nenhum.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a também tem sido muito diligente como Presidente da Comissão de Educação.

O analfabetismo no Brasil reproduz as iniquidades que caracterizam nossa sociedade. Há muitos anos,

os economistas e os sociólogos nos alertam para a gravidade do cenário da concentração da renda e da riqueza no Brasil. Entre outros dados impressionantes, acrescenta-se que, no Brasil, a renda dos 20% mais ricos corresponde a 32 vezes a dos 20% mais pobres. São as desigualdades regionais entre riqueza e pobreza que tornam difícil a erradicação desse problema tão sério que é o analfabetismo no Brasil. Assim, a distribuição da população iletrada nas camadas sociais segue a mesma lógica: nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos, a taxa de analfabetismo é de apenas 1,4% o que quer dizer que, se os brasileiros ganhassem, em média, de 10 a 20 salários mínimos, a taxa de analfabetismo seria mínima, e não alarmante como é. Já entre as famílias que ganham menos de um salário mínimo, a taxa é de quase 30%. Vejam que a diferença oscila de 1,4% para 30%, tendo em vista a renda familiar.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem declarado, desde as primeiras semanas de seu Governo, sua determinação em abolir o analfabetismo no Brasil. Para isso, criou, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. O principal recurso para o cumprimento dessa meta é o Programa Brasil Alfabetizado, que funciona por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos. Dessa forma, procura-se conjugar esforços do Governo e da sociedade civil, a exemplo de diversas outras experiências bem-sucedidas nesse setor.

Senador Mão Santa, mesmo estando o meu tempo escasso, ainda assim concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, nós, que fomos prefeitos e governamos nossos Estados, fizemos alguns programas nesse sentido. Eu mesmo implantei um programa denominado Nenhum Piauiense Analfabeto. Mas quero dizer a V. Ex^a que, recentemente, fui ao Chile. Naquele País, havia uma lei que obrigava o Estado a garantir oito anos de estudos ao cidadão. Senador Tião Viana, V. Ex^a, que talvez seja a luz mais forte do seu Partido, o PT, atente bem: no Chile, o Presidente Ricardo Lagos, que foi Ministro da Educação depois da ditadura de Pinochet, houve três presidentes democratas, e S. Ex^a foi Ministro da Educação do primeiro deles – agora substituiu a lei anterior: os 8 anos foram transformados em 12. Portanto, o Estado é obrigado a propiciar 12 anos de estudo aos cidadãos. Seriam como o nosso primário, o ginásio e o científico gratuitos e obrigatórios. Só não ocorre assim com a universidade, mas, nesse caso, os chilenos têm créditos e só começam a pagar dois anos depois de formados. O Chile, mesmo em condições de nature-

za mais adversas do que as nossas, tem um padrão de vida bem melhor do que o nosso. Tanto que dizem que Santiago é Londres, e que o Chile é a Inglaterra da América do Sul. Então, é isto: V. Ex^a está dando um grito, e, digamos, depois dele, teremos que buscar o exemplo da luz da educação. E mais: lá, cheguei à conclusão de que, a cada ano de estudo, a renda do cidadão aumenta 16%.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

A página do Ministério da Educação na Internet informa que esse programa pretende alfabetizar, gradualmente, 20 milhões de brasileiros: 3 milhões em 2003, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e 5 milhões em 2006. Vê-se, portanto, que o Governo do Presidente Lula estabeleceu metas ambiciosas, gerando grandes expectativas nos meios educacionais e na sociedade brasileira como um todo. Ainda não houve a divulgação oficial de análises e resultados parciais da implementação do programa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dados têm mostrado que as políticas de combate ao analfabetismo estão entre as mais ineficazes medidas historicamente tomadas pelo setor público no Brasil – isso ocorre há décadas. O Governo do Presidente Lula não pode perder a oportunidade histórica de reverter esse gravíssimo quadro. Seus especialistas possuem conhecimento técnico e experiência na condução de programas para tanto.

À sociedade, por sua vez, cabe colaborar de diversas formas, envolvendo-se com as políticas adotadas. Mas precisa, sobretudo, acompanhar minuciosamente os desdobramentos dos programas propostos pelo Governo Federal. É preciso que a opção pelas parcerias com instituições da sociedade civil, como instrumento prioritário no combate ao analfabetismo, conforme expresso no Programa Brasil Alfabetizado, não dilua nem diminua a responsabilidade dos órgãos governamentais, que têm a obrigação constitucional de enfrentar esse problema de forma eficiente.

Sr. Presidente, desde a semana passada, eu estava programado para debater este tema da tribuna. Coincidentemente, o jornal **O Globo**, de ontem, às páginas 10, 11 e 12, presenteia-nos com uma ampla matéria a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil. Na reportagem, dizem que esse programa será implantado para valer. E os recursos do Fundef, que até então não estavam sendo destinados aos jovens e adultos, com a criação do Fundeb, passariam a lhes ser destinados também. Os Municípios e os Estados não vão matricular alunos acima de 15 anos, colocando-

os em salas de aula, porque ocupariam as vagas dos alunos do Fundef, que não recebem nada por isso.

No início do ano passado, apresentei projeto de lei na Comissão de Educação. A matéria, que ainda não veio ao plenário, recebeu parecer favorável do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, destinando dinheiro do Fundef para jovens e adultos. Mas não será apenas por meio da iniciativa privada que vamos combater o analfabetismo no Brasil, o setor público também deve investir pesado na área. E somente o Fundeb ou o projeto que apresentei no ano passado poderão resolver o problema.

Atingidas as ambiciosas metas propostas por este Governo, Sr. Presidente, teremos alcançado um patamar superior no que se refere à superação das desigualdades sociais e à construção da cidadania no País. Permaneceremos atentos, reconhecendo os avanços e cobrando resultados efetivos das políticas para o setor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância e generosidade.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu que agradeço, Senador Valdir Raupp, pela oportunidade que V. Ex^a concede ao Senado Federal e a toda a população brasileira.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme anuncio sempre, por menor que seja o tempo de que disponha para falar, e hoje é muito pequeno esse tempo, há dois assuntos aos quais sempre me dedico, nem que seja meio minuto. O primeiro diz respeito à aprovação da PEC paralela. É inaceitável! A PEC paralela foi aprovada pelo Senado Federal em dezembro. Já estamos em meados de abril e a Câmara não a aprova. Está aqui o Relator das PECs nºs 67 e 77. Sabe S. Ex^a, como todos nós Senadores e Senadoras sabemos, quanto nos custou em termos de trabalho, de discussão, de debates, de audiências públicas para que construíssemos a PEC nº 77, a PEC paralela, para agora estarmos vivenciando todo esse tempo sem sua aprovação na Câmara. Tenho já me pronunciado a respeito inúmeras vezes e continuarei cobrando todos os dias em que assomar à tribuna. É um ato de responsabilidade que tem que acontecer urgentemente.

O segundo tema refere-se à liberação dos recursos da Cide para as estradas. Há aqueles que dizem: mas já saiu até uma medida provisória repassando 29% dos recursos da Cide para os governos estaduais e a Senadora continua insistindo. Continuo insistindo, sim, porque esses recursos que foram repassados para os governos estaduais estão sendo aplicados, pelo menos no meu Estado, Mato Grosso, em estradas estaduais. E, uma vez que é repassado para os governadores, com certeza eles querem, devem e têm autonomia para aplicar esse recurso. Cobro aqui mais recursos da Cide para restauração, conservação e construção das estradas federais, que têm de ser repassados via Denit.

Não podemos crer que, repassando 29% para os governos estaduais, as estradas federais vão melhorar. Isso não vai acontecer, porque esses recursos estão sendo aplicados nas estradas estaduais. Queremos os recursos da Cide com a destinação para a qual essa contribuição foi criada, qual seja, conservação, restauração e construção de estradas federais, mas o dinheiro não está sendo aplicado. São R\$10 bilhões que estão com o Tesouro.

Quero falar a respeito de um assunto que o Senador Valdir Raupp já comentou: a educação. Se queremos que o País dê um grande salto, precisamos de um programa de geração de empregos, de reforma agrária e, sobretudo, de educação.

A educação passa por vários aspectos. Em primeiro lugar, pela universalização do acesso. Todos têm o direito a estudar em uma escola pública. É só bater na porta e dizer: “quero uma vaga”, e a vaga tem que existir. A Constituição assegura a todos os brasileiros educação pública, gratuita e de qualidade. Não estou preocupada com as escolas particulares, que continuam funcionando como uma empresa. Os recursos públicos têm que ser suficientes para que todos os estudantes tenham acesso à escola e, principalmente, para mantê-los na escola. Não adianta que todos tenham direito a um lugar na escola se depois não conseguem permanecer por uma série de outros motivos.

Por último, ainda com relação ao aluno, quero falar sobre a democratização das relações de poder. Só teremos uma escola de qualidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando tivermos uma mudança nas relações de poder que vão da escola à Presidência da República. Precisamos mudar essas relações. É uma discussão maior, mais profunda.

Para os trabalhadores em educação, é necessária uma formação permanente e condições dignas de trabalho, o que envolve também a questão salarial. Precisamos, fundamentalmente, de pesquisa. Educação para a mesmice não leva a mudanças, à transforma-

ção. Só conseguiremos que a sociedade mude para valer quando tivermos uma educação para a construção do conhecimento, ou seja, para a transformação e não para a mesmice. A serviço de quem um mais um são dois? Contra quem estão a divisão e a subtração? A favor de quem estão a soma e a multiplicação? É de educação para a transformação que precisamos neste País, uma educação dentro da visão de construção do conhecimento e não o simples repasse de conhecimentos. É uma discussão longa, apropriada e necessária para um grande projeto de educação para a transformação da nossa sociedade, do nosso País. É óbvio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é preciso alfabetizar todos os brasileiros. Não é possível continuar querendo dar um grande salto em desenvolvimento científico, tecnológico, com um número tão grande de analfabetos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, do nosso querido Estado do Paraná, onde S. Ex^a, há pouco, inaugurou um grande centro de desenvolvimento para o turismo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Serys praticamente iniciou o tema que devo abordar nesta tarde, assim com o fez o Senador Valdir Raupp, que forneceu dados alarmantes sobre os ensinamentos fundamental e médio no País, a evasão escolar, a repetência e o analfabetismo, que persiste. Fiz um aparte ao Senador Valdir Raupp, dizendo que o Governo tem pecado em lançar programas, mas não operacionalizá-los. Lança idéias que não são acompanhadas da ação. Então, fica apenas na conversa.

Agora o Governo anuncia – e está no jornal **Folha de S. Paulo** – o programa Universidade para Todos. Falo como Presidente da Comissão de Educação do Senado. Vou levar esse assunto para debate na Comissão. Fizemos um requerimento, que foi aprovado na Comissão, para debatermos a reforma universitária e, dentro desse assunto, inclui-se também essa questão que o Governo apresenta com singeleza para a sociedade brasileira, mas que não é tão simples assim, a chamada venda ou compra de vagas, como foi denominada já a troca que o Governo pretende fazer de vagas nas universidades privadas por tributos de que abrirá mão.

Vejo uma grande distorção nessa proposta, principalmente em relação ao discurso de fortalecimento da universidade pública brasileira, que o PT sempre fez, sobretudo durante a campanha eleitoral e até mesmo durante sua gestão no Governo. Essa contradição já

vem chamando a atenção, inclusive, dos reitores das universidades federais, que criticaram duramente o projeto. E o fizeram com razão, porque o que se esperava é que o Governo do PT ampliasse o número de inscrições nos vestibulares e de vagas nas universidades federais – assim como esperávamos que o que ocorresse nos Estados governados por Partidos que apóiam o Governo Federal fosse coerente com o discurso deste. No entanto, o que vemos é o contrário.

No Paraná, por exemplo, o Governo do Estado mandou fechar 43 cursos universitários nas universidades estaduais, que estão proibidas de realizar o vestibular. Não estão prejudicados apenas aqueles que desejam prestar vestibular para esses cursos, mas os que já obtiveram o diploma neles, que será desvalorizado. Quem detém diploma de um curso superior fechado, evidentemente, levará junto a desconfiança do mercado de trabalho, que dirá: “esse curso, com certeza, não é de qualidade, porque senão não teria sido encerrado pelo Governo” – o que não corresponde à realidade.

O pior, Sr. Presidente, é fechar cursos como os da Universidade de Maringá e Londrina, que têm uma influência enorme no desenvolvimento regional. Fechar o Curso de Zootecnia, por exemplo, ou de Agronomia em uma Universidade como a de Maringá é promover o retrocesso; significa até desrespeito com a atividade econômica que sustenta o desenvolvimento da região e tem sido, na verdade, a base do desenvolvimento nacional: o agronegócio.

Isso ocorreu com outros cursos de tecnologia, inclusive com extensão, em Cianorte, que visavam à formação de técnicos que dão sustentação ao desenvolvimento de uma atividade econômica importantíssima naquela região: o setor têxtil.

Mas quero chamar a atenção para a reforma universitária e para a questão que envolve a universidade brasileira. De 1995 para 2004, as universidades brasileiras perderam, em recursos para custeio, 24%. Portanto, houve redução de um quarto, o que significa que é impossível remunerar bem professores ou servidores ou, ainda, manter essas universidades funcionando em um nível de qualidade que já tiveram e que não têm mais.

No que se refere aos investimentos, 70% foram reduzidos, ou seja, de cada R\$100,00 que se aplicavam em 1995, hoje se aplicam apenas R\$30,00 nas universidades federais. As 43 universidades federais estão praticamente numa única situação: a de dar dó.

O Hospital das Clínicas, hospital universitário paranaense que é referência para o mundo no transplante de medula óssea, está hoje numa situação de carência absoluta; seus profissionais são obrigados,

muitas vezes, a pedir contribuição da comunidade, para manter a prestação de seus serviços não apenas para o povo do meu Estado, mas do Brasil inteiro, que os procura em Curitiba.

Enfim, a universidade está numa crise financeira sem precedentes, e o Governo anuncia o Universidade para Todos. (Pausa.)

Sr. Presidente, estou tendo dificuldades. Vou para a outra tribuna, porque há uma conversa alta no meu ouvido, e fica difícil concentrar-me no que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço aos Srs. Senadores e aos que estão na Tribuna de Imprensa que nos dêem oportunidade de ouvir o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se eu estiver incomodando os Senadores que estão conversando, trocarei de tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A sua palavra está garantida, Sr. Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava falando que o Governo do PT – talvez seja isso que tenha sido tão comentado aqui do lado – prometeu ampliar as vagas nas universidades públicas, mas, na verdade, reduziu-as.

Nós temos o seguinte dado: as 43 universidades federais detêm cerca de 530 mil vagas ocupadas. No Brasil, há um pouco mais de 3,4 milhões de estudantes universitários, entre os quais quase 2,5 milhões são estudantes de universidades privadas, sendo que 530 mil estão nas universidades públicas federais e 520 mil, aproximadamente, estão nas universidades públicas estaduais.

Pois bem, o ex-Ministro Cristovam Buarque, que hoje é Senador, fez um estudo segundo o qual, para dobrar o número de vagas nas universidades federais, o Governo precisaria investir de R\$800 milhões a R\$1 bilhão a mais. Ou seja, dobrando o recurso, dobraria também o número de vagas, para oferecer a esse universo de estudantes que deixam o ensino médio para ingressarem nas universidades. Ocorre que os investimentos nas universidades – como já falei anteriormente – estão decrescendo: para este ano de 2004, o que se prevê é a aplicação de R\$610 milhões a R\$620 milhões.

Então, há redução de recursos para as universidades federais, e o Governo tenta compensar isso, trocando vagas nas faculdades privadas por isenção de impostos. Mas quero oferecer alguns dados que demonstram que esse programa, pelo menos conforme entendo, não vai funcionar como o Governo espera. Hoje, os incentivos dados às entidades filantrópicas que

trabalham com o ensino superior já chegam a R\$840 milhões, o que é mais do que o Governo investe nas universidades federais e o mesmo número citado pelo estudo do MEC, o que possibilitaria a abertura de uma quantidade de vagas igual à já existente nas universidades federais. Em vez de 530 mil estudantes nas universidades federais, seriam aproximadamente um milhão de estudantes, caso esse dinheiro, que significa isenção para as filantrópicas, representasse captação de impostos pelo Governo. Se este vai abrir mão de mais impostos, seria necessário que garantisse aquilo que já está na lei: as filantrópicas são obrigadas a investir 20% da receita em gratuidade, ou seja, em oferta de vagas para alunos carentes. Mas isso não ocorre, porque não há fiscalização.

Se já está na lei que as entidades filantrópicas são obrigadas a destinar 20% da sua receita à gratuidade de ensino para alunos carentes, o que me garante que esse novo programa contará, efetivamente, com a troca de impostos por vagas para alunos carentes?

É claro que tenho o direito, assim como todo cidadão brasileiro, de duvidar que esse programa dará certo. Para mim, o que vai acontecer é que o Governo apenas deixará de recolher impostos, como o PIS, a Cofins, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além da contribuição para o INSS. E sabemos que a Previdência Social continua em crise apesar da tentativa de reforma que foi feita por meio da PEC nº 77, cuja votação na Câmara dos Deputados aguardamos, acordo que até agora não foi cumprido. Espero que seja. O Brasil inteiro espera que o Governo tenha palavra inclusive para que possa manter sua credibilidade ou para recuperar um pouco a que tem perdido. Estamos aqui colocando em dúvida – eu estou colocando em dúvida – o programa que o Governo está lançando mediante o qual pretende trocar vagas. Diz o Governo que criará setenta e cinco mil novas vagas nas universidades privadas, vagas que serão trocadas por impostos.

Se o Governo não garante recursos para as universidades federais e abre mão de impostos, colocando à disposição das faculdades privadas o dinheiro desses impostos para que seja revertido em vagas, tenho o direito de duvidar que isso ocorrerá, porque as filantrópicas não estão trocando os 20% que a lei determina de gratuidade de ensino por vagas para alunos carentes. Os impostos que elas deixam de pagar somam R\$840 milhões todos os anos. Parece-me aqui mais uma generosidade do Governo para com entidades privadas abrir mão de recursos públicos que poderiam, se captados, ser transformados em mais vagas nas universidades federais. Sinceramente, não entendo essa iniciativa do Governo.

Por isso, como Presidente da Comissão de Educação, quero convocar o Ministro para debater essa questão, porque, se já temos uma lei que obriga as filantrópicas a reservarem 20% da receita para trocarem por vagas, não tenho dúvida alguma em colocar aqui, em discussão, um projeto do Governo que, para mim, será inócuo.

Na verdade, quando os donos de universidades privadas afirmam haver 530 mil vagas ociosas, trata-se muito mais de uma reserva de mercado do que propriamente de vagas ociosas, porque, com os novos critérios para a autorização e funcionamento de cursos, para a criação de novas vagas, os donos das faculdades privadas, preventivamente ou por precaução, criaram vagas a mais, o que não significa dizer que já têm à disposição professores em número suficiente para atender a uma demanda que crescerá de 10% a 20%, segundo anuncia o novo programa do Governo. Penso que essas vagas não existem realmente, que estamos falando de vagas reservadas para uma futura ampliação e não de vagas ociosas, com estrutura ou infra-estrutura das escolas e professores qualificados em número suficiente para atender ao aumento da demanda.

Então, Sr. Presidente, o Governo colocará à disposição das entidades privadas um dinheiro que está fazendo falta para as universidades federais do nosso País.

Quando estive na Comissão de Educação, o Ministro Tarso Genro foi questionado a respeito da abertura de cotas nas universidades e da venda de vagas. Ao defender a venda de vagas, S. Ex^a garantiu que teremos, dentro de muito pouco tempo, praticamente o dobro de alunos carentes, por esse processo de abertura de vagas, nas universidades privadas. Parece-me mais uma meta irreal, mais um dos lançamentos do Governo que não se concretizará, exatamente porque não há base técnica para isso. O Governo não consegue fiscalizar o que já existe; não conseguirá também fiscalizar o que está criando agora.

Além disso, é preciso reconhecer a situação das universidades federais que estão localizadas no sul País – no Rio Grande do Sul, são quatro ou cinco universidades; em Minas Gerais, são oito universidades federais, sendo 43 no Brasil. Temos, no Paraná, uma universidade que vem a cada ano se depreciando no que se refere a sua infra-estrutura e a sua capacidade de especializar, qualificar os seus professores. Não vejo uma política, de forma transparente, cristalina, do atual Governo, de se fazer a inclusão da classe trabalhadora, ou, pelo menos, dos mais carentes e mais necessitados em nosso País na universidade pública ou no ensino gratuito, como queiram, exatamente porque o

Governo não coloca recursos suficientes para que as universidades dêem conta do recado. As universidades são cobradas em relação a essa qualidade. Agora, vamos tratar da reforma universitária. Mas não se fala em reforma universitária sem falar em autonomia das universidades, sem se falar, sobretudo, em capacidade financeira para que as universidades possam continuar com seus serviços de extensão, com o ensino e, principalmente, com a pesquisa. Essa pesquisa tem sido negligenciada pelas universidades públicas não porque querem, mas por absoluta falta de recursos a que são condenadas praticamente todas as universidades brasileiras.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, assim como todo o País também o ouve. Quero dar o meu testemunho da admiração que hoje tenho por V. Ex^a. Nos 180 anos de Senado, mesmo com Rui Barbosa, é difícil saber quem foi o melhor, mas afirmo que V. Ex^a está entre os melhores Senadores da História da República, pela competência, obstinação e altruísmo com que V. Ex^a preside a Comissão de Educação, a mais importante desta Casa. Para concluir, registro que o último livro que li foi de Carlos Werneck de Lacerda: **O Poder das Idéias**. Ele simplificava: “Se se quer saber se um país vai bem, basta analisar as universidades. Se elas estão bem e são fortes, o país vai bem. Se estão ruins, vai mal”. V. Ex^a aborda esse caso e, mesmo não sendo médico e, sim, engenheiro agrônomo, está fazendo o diagnóstico dessa patologia que afeta nossas universidades.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a as palavras, o carinho e o aparte.

Sr. Presidente, ao finalizar o meu pronunciamento, reafirmo que a Comissão de Educação não ficará omissa diante de tantos anúncios feitos pelo Governo na área de Educação.

Quando Ministro, o Senador Cristovam Buarque esteve três vezes na Comissão de Educação para falar da reforma universitária e do programa de quotas, que também precisa ser mais discutido porque talvez o critério racial não seja o melhor. Temos em nosso País milhares de pessoas de todas as raças que, nas condições sociais em que se encontram, jamais poderão ingressar na universidade. Talvez o projeto do Senador Sérgio Cabral, que foi aprovado na Comissão de Educação e que institui a quota social pela renda, fosse muito mais adequado e deveria ser adotado, neste momento, pelo Ministério da Educação.

Sr. Presidente, esta questão da venda ou troca de vagas por impostos precisa ser melhor discutida

pela Comissão de Educação. Já estamos debatendo o financiamento das empresas de televisão e da mídia impressa que o BNDES pretende conceder para pagar dívidas daquelas empresas. A Comissão de Educação vai se debruçar sobre os assuntos, polêmicos ou não, que sejam do interesse da sociedade brasileira, porque não podemos nos omitir quando o Governo deixa de cumprir o seu papel de fortalecer e ampliar as vagas nas universidades federais para tentar, de forma paliativa e talvez até para se esconder atrás desse programa, fugir da sua responsabilidade, para falar em troca de impostos por vagas nas universidades privadas.

Estou colocando esse programa em dúvida, sim, porque entendo que o Governo não está tendo a competência para, primeiro, ampliar aquilo que prometeu, ou seja, as vagas nas universidades federais, e, segundo, fiscalizar que as entidades privadas filantrópicas ofereçam 20% da sua receita em vagas gratuitas para alunos que ganham menos ou que têm renda familiar, **per capita**, menor que um salário mínimo e meio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Já chegou a autorização da Liderança, Senadora?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então V. Ex^a já pode usar o seu tempo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para falar em nome da Liderança.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – São vinte minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – São cinco minutos. O tempo foi reduzido. Estamos em medida de contenção de tempo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É interessante como para nós o tempo sempre é reduzido.

Aceitarei os cinco minutos e falarei de duas questões que considero muito tristes, ocorridas nesses dias, no Estado de Rondônia e em nosso País. Depois, falarei sobre a Conferência da Amazônia.

Mas deixo claro, aqui, o meu repúdio a esse tipo de questão, porque outros Líderes falam até cinquenta minutos aqui. A partir de agora, Sr. Presidente, farei questão de registrar isso diariamente. Farei o **Diário do Senado Federal**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, quero apenas dar a explicação que a Mesa me solicita: como se trata de uma sessão não deliberativa, o tempo estipulado pelo Regimento da Casa é de cinco minutos para todos, independente de Partido.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não há problema. Serei fiscal do tempo no Senado, a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a, com certeza, terá tempo para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se for possível, Sr. Presidente, cederei meu tempo, de vinte minutos, para a Senadora Fátima Cleide e ficarei com seu tempo de cinco minutos, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador, não posso decidir em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas, por delegação de competência de outros Senadores e por parte da Mesa, não há problema algum.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, agradeço e farei uso apenas de cinco minutos do seu tempo. Portanto, ficarei com dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está bem, Senadora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita tristeza, registro hoje o episódio ocorrido, divulgado em rede nacional de imprensa e via satélite para todo o mundo, no sábado, no meu Estado de Rondônia, na cidade de Espigão D'Oeste.

Notícias desconstruídas ocuparam todos os meios de comunicação desde a última quinta-feira, sobre trágico incidente havido entre garimpeiros e índios Cinta Larga da reserva Roosevelt – em Rondônia. Mais uma vez, mais um conflito na reserva Roosevelt oriundo da ganância da nossa sociedade.

Impressionam a genérica ausência de um elemento fundamental nos fatos noticiados. Os garimpeiros, que também são trabalhadores, e merecem o nosso respeito, entraram ilegal e clandestinamente na área indígena. Tinham plena consciência da transgressão que cometiam e não o faziam pela primeira vez. Na véspera, quinze deles, flagrados em atividade ilegal e

criminosa, foram levados pelos próprios índios à barreira de fiscalização da Funai na entrada de suas terras.

Como é a prática dos veículos locais de comunicação, o foco da maior parte das notícias sobre esse episódio carregou “na índole selvagem dos índios” que “chacinaram” garimpeiros trabalhadores.

É lamentável, Sr. Presidente, que as notícias veiculadas tendam a colocar os índios como vilões e os garimpeiros como vítimas dos índios, sem lembrar estupro e assassinatos contra os índios, a própria invasão das terras indígenas e os crimes ambientais cometidos pelos garimpeiros.

O índio seqüestrado e amarrado durante doze horas, em praça pública, na Cidade de Espigão D'Oeste, chama-se Marcelo Kakin Cinta Larga, professor bilíngüe sem envolvimento com o garimpo. Foi seqüestrado em plena luz do meio dia, próximo a uma delegacia de polícia, torturado, amarrado e malhado como Judas, Senador Mão Santa, em pleno Sábado de Aleluia.

É um absurdo que coisas desse tipo aconteçam em pleno século XXI!

Enquanto isso, a polícia militar do meu Estado apenas cercou o índio, em vez de tirá-lo daquela situação, no mínimo, constrangedora. Cercou-o e deixou que ficasse por ali até a noite do sábado.

Sr. Presidente, lamento que episódios como esse ainda aconteçam no nosso Estado, na nossa Amazônia, até porque os garimpeiros, desempregados, têm sido estimulados por políticos locais, sim, a acreditar que poderão melhorar de vida invadindo terra indígena. Contudo, a experiência histórica tem sido a manipulação de garimpeiros enviados para abrir frentes de exploração, que, uma vez regularizada, é dominada por grandes empresas mineradoras.

Situação difícil e que também merece minha solidariedade expressa é a da Prefeita do Município de Espigão D'Oeste, Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos, que fica com as sobras da violência para administrar. Sr. Presidente, a situação exige urgente campanha de esclarecimento e sensibilização da população rondoniense em favor de um relacionamento saudável, harmônico e solidário com os povos indígenas que compartilham o território e os recursos naturais da região, e contra a ação antiindígena e até xenófoba da mídia local. Um diagnóstico etnoambiental da terra indígena Cinta Larga também é urgente, bem como um plano de gestão da terra indígena que garanta atendimento a saúde e educação, fortalecimento da cultura, desenvolvimento socioeconômico sem agressão ao meio ambiente e proteção do território indígena e dos povos que ali vivem.

Caso não sejam tomadas providências, correremos o risco de ver repetido o genocídio dos Cinta Larga,

conhecido como o Massacre do Paralelo 11, ocorrido no ano de 1963. É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que isso ocorra justamente no mês de abril, quando deveríamos discutir políticas públicas que resguardassem a segurança e a cultura de nossas etnias.

Gostaria ainda de expressar a minha solidariedade e a solidariedade dos amazônidas ao nosso companheiro, Senador João Capiberibe. Nesse sentido, Sr. Presidente, faço questão de ler, para que seja registrado nos Anais do Senado Federal, o texto do jornalista Ricardo Noblat, que diz:

As testemunhas admitiram receber “uma mixaria” para depor.

O destino de João e Janete

Na próxima quinta-feira, o ministro Fernando Neves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dará seu voto no julgamento que poderá cassar os mandatos do senador João Capiberibe e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá. Três dos sete ministros do TSE já votaram pela cassação. O casal é acusado de ter comprado o voto de duas eleitoras por R\$26 cada um, pagos em duas prestações – a primeira de R\$6 e a segunda de R\$20.

João foi prefeito de Macapá e governou o estado duas vezes. Vereadora e três vezes deputada estadual, Janete é a deputada federal mais votada da história do Amapá. Durante a ditadura de 64, os dois pertenceram à Aliança Libertadora Nacional e pegaram em armas contra os militares. Presos, fugiram para o Chile em 1970 e, dali, para o Canadá. Serviram ao governo socialista de Samora Machel em Moçambique. Retornaram ao Brasil com a anistia de 1979.

O Ministério Público Eleitoral do Amapá recusou-se a oferecer denúncia contra o casal por achar que inexistiam provas convincentes do crime de compra de votos. Por quatro votos contra três, o Tribunal Regional Eleitoral absolveu o casal. O processo foi parar em Brasília por iniciativa do ex-Senador Gilvan Borges, do PMDB. Se Capiberibe perder o mandato, Borges ocupará sua vaga.

Levadas por Borges, as eleitoras Rosa Saraiva dos Santos e Maria de Nazaré da Cruz Oliveira, moradoras de um bairro pobre de Macapá, declararam à Justiça que venderam seus votos a Maria Rosa Gomes, militante do PSB. Maria Rosa desmentiu-as. Em novembro do ano passado, as duas procuraram um dos

advogados de Capiberibe. Sem que soubessem, o encontro foi filmado.

A fita mostra que as duas admitiram ter recebido dinheiro de Borges para depor contra o casal Capiberibe (“uma mixaria”, disse uma delas). Mas que estavam dispostas a inocentar o casal em troca de R\$20 mil. À época Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro deu parecer pela cassação dos mandatos do casal. O Ministro-Relator do caso no TSE, Carlos Veloso, encampou o parecer de Brindeiro. O Senador Capiberibe admite que descuidou do processo porque jamais imaginou que poderia perdê-lo.

Senador João Capiberibe, faço questão de que essa matéria seja transcrita nos Anais do Senado Federal, porque tenho total confiança na sua pessoa. Conheço a sua luta no Amapá e sei que essa luta incomoda muito as elites, não apenas as do Amapá, mas, principalmente, aquelas que querem dominar o Brasil. Portanto, conte conosco. E digo ainda que também os participantes da III Conferência da Amazônia, realizada em Porto Velho no início deste mês, foram unânimes em solidarizar-se com V. Ex^a e com a Deputada Janete.

Conheci o Amapá governado pelo então Governador João Capiberibe. Talvez nunca tenha tido oportunidade de dizer-lhe, mas, como defensora do desenvolvimento sustentável da Amazônia, uma das coisas de que mais me orgulho foi ouvir um taxista falar-me do PDSA. Perguntei-lhe: “O que é isso?” E ele me respondeu: “É o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá”. A mesma coisa ocorreu em uma pequena banca do mercado. Isso significa, Senador João Capiberibe, que a população do Amapá soube entender qual era o governo que o defendia, governo esse que implantou no Estado um plano de desenvolvimento sustentável para a população.

Fica aqui nossa solidariedade, nosso abraço fraterno. Conte conosco para o que der e vier, Senador João Capiberibe.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA.) – Na ausência do Líder, concedo a palavra, como Líder, ao Senador Ney Suassuna,.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, percorri alguns Estados do Brasil durante os festejos da Semana Santa. Tendo voltado

recentemente de meu Estado, a Paraíba, fui à Bahia e ao interior de dois Estados vizinhos.

É deplorável a situação das estradas brasileiras. Para um País que fez a opção do transporte rodoviário, é mortal a situação em que se encontram nossas estradas.

Implantamos a Cide, que já rendeu milhões e milhões de reais, mas o dinheiro ainda não chegou para a recuperação das estradas. Na Paraíba, Senador Mão Santa, tínhamos orgulho de ter a melhor rede rodoviária do País. É um Estado pequeno, seco, com estradas que se mantinham em bom nível de conservação. Hoje, não temos estradas, mas buracos coligados no antigo leito de uma estrada. E isso tem causado transtornos muito sérios à população, seja da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, seja do Piauí.

No caso da Paraíba, Sr. Presidente, a duração dos percursos aumentou muito. No caso de Itaporanga a Patos, antes se gastavam 45 minutos; hoje, estão sendo gastas três horas e meia. E o pior: os acidentes são constantes, danificando viaturas e acarretando perda de vidas. Em duas semanas, seis pessoas morreram. Em uma cidade, Cachoeira dos Índios, morreu o vice-Prefeito em um acidente de carro; agora, morreu o Prefeito. Essa cidade fica um pouco mais longe, e o deslocamento até a capital significa uma loteria. Com tantos buracos na estrada, dificilmente se chega à capital sem que haja um acidente sério, sem que se quebre a barra de direção ou a suspensão. E isso tem custado vidas. Em duas semanas, no trajeto de Itaporanga a Patos, três motociclistas quebraram o pescoço, pois bateram em um buraco e foram arremetidos ao chão.

Não sei até quando continuaremos dessa forma. O povo brasileiro é paciente, tranqüilo e nunca perde a esperança. Mas quantos Senadores já vieram a esta tribuna, Senador Mão Santa, reclamar da situação caótica das nossas estradas? Contudo, nada foi feito até agora. Aliás, a cada dia que passa, a situação fica pior. E o prejuízo será muito grande, principalmente no caso do Nordeste e de outros lugares do País que passaram por grandes chuvas, pois a própria base das estradas está-se acabando, e assim será mais caro consertá-las.

Então, em nome do PMDB, deixo aqui a nossa preocupação. É preciso que o dinheiro da Cide, que está sendo retirado para áreas administrativas ou financeiras do País, seja aplicado para o fim para o qual ela foi criada: a melhora do nosso sistema rodoviário, em um País que depende da malha rodoviária para que a mercadoria chegue ao consumidor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o assunto que me traz hoje a esta tribuna refere-se à forma da homologação ou não das terras indígenas, principalmente no que diz respeito à Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Procurei acompanhar de perto todos os debates travados até agora em relação àquela região, principalmente no Estado de Roraima; procurei conversar com muitas pessoas sobre o assunto e, agora, li o relatório apresentado por uma das comissões – ainda não li o relatório que está sendo elaborado pela Comissão aqui do Senado, mas li o da Câmara. Também li, no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, comentários sobre o que aponta o relatório. Além disso, fui à procura de artigos de lei, pronunciamentos, artigos publicados na imprensa, feitos por várias pessoas que já se debruçaram sobre o assunto.

De tudo isso, o que vejo é que existe uma dúvida muito grande quanto à homologação ou não, de imediato, de Raposa Serra do Sol.

Uma delas é que, em toda área indígena, há problemas tanto de subsolo como de solo, problemas em relação aos recursos hídricos e em relação às fronteiras, ou seja, estão sendo alegados vários problemas. O jornal **Folha de S. Paulo** cita o relatório da Câmara no tocante às regiões de fronteira, menciona a questão da nova faixa e fala do problema da descontinuidade das populações que habitam em mais de um país, como os ianomâmis e, principalmente, a população de Raposa Serra do Sol.

Em relação à situação das fronteiras, li importante documento da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, que constituiu CPI para estudar os limites dos Municípios do Estado. Quero até parabenizar os membros da Assembléia pelo brilhante trabalho. A primeira lei que se reporta a terras em áreas de fronteira é a Lei nº 601, de 1850, que, no seu art. 1º, estabelece:

Ficam proibidas aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros, em zonas de até dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Portanto, o Imperador Dom Pedro I já estava preocupado com a situação do Brasil com os seus países vizinhos.

A segunda lei é da Constituição Federal de 1934, que estende esse limite de dez léguas, aproximadamente 66 quilômetros, para 100 quilômetros. Já em 1939, ainda no Governo de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, fixou essa área para 150 quilômetros e, em 1988, a Constituição Federal reafirmou esse limite de terra.

Isso quer dizer que essas terras são de propriedade da União. Então, como ficam as terras indígenas que se localizam nas fronteiras com os países vizinhos? Diz o art. 20 da Constituição Federal:

Art. 20. São bens da União:

.....
XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

.....
§ 2º A faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Vou ler um trecho de artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 19 de novembro de 1996, de autoria do então Ministro Jarbas Passarinho:

Ora, a demarcação das terras indígenas era obrigação imperativa da norma constitucional no prazo de cinco anos a contar da promulgação da Carta Magna. Fazê-la de maneira contínua, e não como procedera o Governo anterior, foi meu dever, depois de me familiarizar com estudos de antropologia cultural. A terra lanomâmi era, e é, tradicional e permanentemente habitada por eles. Aliás, desde tempos imemoriais, “imprescindível ao seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”, como prescreve o texto constitucional. O art. 20 da Constituição declara as terras indígenas como bens da União. Logo, as terras não são propriedade dos índios, que é o primeiro equívoco dos “nacionalistas epidérmicos”. Ademais, as jazidas em lavra ou não de recursos minerais pertencem à União, nos termos do art. 176 da Constituição.

Finalmente, a faixa de fronteira “é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”, segundo o § 2º do mesmo art. 20 da Constituição. A terra demarcada situa-se na faixa de fronteira. Está, pois, a soberania nacional plenamente garantida.

E ele ainda diz que, com isso, a terra está duplamente sob a propriedade do Governo Central. Nesse caso, Sr. Presidente, a segurança de fronteira não é o grande problema.

Portanto, se há três leis rigorosas tratando da região de fronteira e o relatório aponta para mais uma nova faixa, pergunto: é para essa nova faixa ficar totalmente desabitada? Se é uma área totalmente desabitada, quem vai prestar a segurança nacional? É para ser habitada, ter sua população adensada, criando-se cidades e povoados? Se isso acontece, então, não podemos induzir um novo arco do desmatamento no extremo norte do País.

Os dados apresentados pelo INPI mostram o arco do desmatamento saindo de Porto Velho até São Luiz, no Maranhão, acelerando a chegada do desmatamento do centro para o norte. Então, ao se criar uma nova faixa de fronteira, com densidade de ocupação muito grande, podemos estar criando um segundo arco do desmatamento.

Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de discutir melhor sobre áreas indígenas em zona de fronteira.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Uma importante revista semanal publica, nesta semana, matéria sobre o grande número de ONGs nessas áreas, inclusive na Raposa/Serra do Sol, com bandeiras da União Européia hasteadas. Entrevistaram uma francesa de uma das ONGs que disse: “Aqui, a responsabilidade é da Europa”. Indagaram por que não havia bandeira do Brasil e ela respondeu: “O Brasil não colabora com nada”. A preocupação de qualquer um que se interessa pelo poder nacional é que, com tanta infiltração e tão pouco controle de nossa parte, daqui a pouco irão criar uma nação lanomâmi reconhecida no exterior e com problemas. Talvez seja demasiado o tamanho da área para quinze mil índios, mas o Exército brasileiro poderia fixar os seus postos lá, para que uma reserva indígena na fronteira com outro país não traga conflitos desnecessários para as gerações futuras de brasileiros. Vamos dar as terras de que eles necessitam, mas não precisa ser na fronteira com outro país. Eles podem tranquilamente ter lar na Calha Norte, em uma área de militares que estejam protegendo a nossa fronteira, para não gerar esse tipo de problema. Não estou dizendo que os índios não sejam capazes de fazê-lo, embora alguns caciques estejam indo para Europa falar em nação indígena, quando a nação é uma só: a nossa nação brasileira. Realmente, ficamos meio divididos com essa situação, principalmente nós que não

somos da região e não a conhecemos bem. Entretanto, se são várias etnias em uma região de 15 milhões de hectares para 15 mil índios, isso realmente é algo a se pensar. Deixo registrada a matéria publicada pela revista esta semana, mostrando, inclusive, que não foi encontrada nem bandeira brasileira pelos militares que foram visitar as ONGs, que não são poucas e que não estão controladas pelo nosso Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, agradeço a observação. O tema abordado por V. Ex^a é um dos pontos que pretendia citar. Até agora tentava descrever minha preocupação com as áreas de fronteira e defender a demarcação em áreas contínuas. Se essa era uma das dúvidas, não é mais.

A segunda questão que desejava abordar refere-se ao tamanho do território. Até agora, tentei explicar o que se discute, com respaldo no art. 231 da Constituição Federal, acerca da área mínima necessária para que uma comunidade indígena possa sobreviver. Os níveis tecnológicos são muito diferentes. Se o modo de vida indígena requer uma área muito maior do que aquela apontada pela mecanização, o Governo deve respeitar. O problema não é o tamanho da área para o indígena, pois estava em questão o mínimo necessário para sua sobrevivência. Se fizermos uma alteração brutal, estaremos desconsiderando o precedente constitucional da área de preservação e conservação.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a falou sobre a presença de pessoas talvez desconhecidas pelo Poder Público. Essa questão também nos preocupa. É claro que qualquer instituição, qualquer organização, em qualquer Estado ou localidade brasileira, para fazer alguma manifestação, precisa do conhecimento e do consentimento do Poder Público. Por isso, instituições dessa natureza devem ser fiscalizadas e até mesmo convidadas a se retirarem, se for o caso, como já ocorreu quando da tão propalada questão da biopirataria.

Falando ainda sobre terra indígena, sobre a situação da área de Raposa/Serra do Sol, apresentada como um empecilho ao desenvolvimento do Estado, devo dizer que, se demarcarmos aquela área descontínua, estaremos abrindo um novo precedente para todas as áreas já demarcadas.

São mais de cem áreas hoje no Brasil inteiro com realidades desse tipo. Assim poderemos estar abrindo um precedente descomunal de novas contestações e não mais uma zona de conflito, mas uma centena de novos conflitos. Principalmente a região do Estado do Mato Grosso ao Amapá, há situações semelhantes a essa, muito próximas umas das outras.

No Acre há cinco ou seis etnias – não vamos chamar de nação, porque essa é a forma como eles

se denominam, que chamamos tradicionalmente de populações indígenas. A preocupação de que uma população indígena mantenha suas características e possa vir a se constituir em nação também é desnecessária, porque sabemos que há comunidades de japoneses, italianos, holandeses, poloneses e alemães, que preservam suas tradições e cultura, têm escolas próprias e, em alguns casos, até os dez anos de idade, não falam Português. Se há a preocupação de que as comunidades indígenas possam provocar uma rebelião, em busca da autodeterminação ou da constituição de um novo território, então deveríamos nos preocupar também com as comunidades estrangeiras. Em Goiás e Mato Grosso, por exemplo, encontramos núcleos de populações russas, ucranianas, que preservam a sua cultura. Portanto, esse também não é um problema.

Quanto à situação do desenvolvimento: para onde e como crescer? O Estado tem a preocupação com áreas de terra para a sua autogestão. O Acre tem 15 milhões de hectares, que se encontram quase na totalidade sob a égide da Constituição Federal, em uma área de 150 km de fronteira. Ou seja, o Governo do Acre não tem competência nem determinação sobre as terras do Estado. Temos menos de 5%, apenas duas pontas do Estado que estão fora dessa jurisdição. E estamos conseguindo trabalhar. Fez-se o zoneamento do Estado, que estabelece o que é terra de preservação, o que é área indígena, o que é área para agricultura, para pecuária e para exploração madeireira. Esse também não é o nosso problema.

Qual é, então, o problema? O subsolo. Quem determina o uso do subsolo? A Constituição preceitua que quem determina o uso do subsolo é o Congresso Nacional, o Conselho de Defesa Nacional e a Presidência da República, que, por meio de lei complementar do Congresso Nacional, poderão definir como usar um subsolo rico em minerais caso esteja em terras indígenas, inclusive dando o direito de participação das comunidades indígenas nos lucros dessa exploração. Esses não são os problemas do Estado de Roraima.

Tememos que uma orientação malfeita, talvez no afã de acertar e de resolver logo o caso, possa induzir o Presidente da República a tomar uma atitude que seja passível de contestação e de esticamento do problema e, pior, de agravamento, abrindo um precedente para que outras áreas venham a sofrer o mesmo problema.

Assim, a solução para aquele caso seria: para demarcação em área contínua, o Município deveria ser deslocado, por não poder localizar-se em área indígena. Sendo assim, sugerimos que não seja necessário extinguir o Município, basta que a sede do Município

seja transferida de um ponto para outro, fora da área indígena e toda a base territorial do Município manter-se-ia a mesma. Então o Município de Uiramutã não seria extinto, seria mantido.

Ao promovermos essa mudança de sede para um ponto às margens de uma rodovia federal asfaltada, estaríamos propiciando, inclusive, um ganho importante para aquela comunidade. O Governo Federal precisaria construir essa nova cidadezinha.

Há outras compensações para o uso do solo daquele Estado. O Incra tem demonstrado total interesse em abrir novas áreas para assentar todas aquelas pessoas que poderão vir a sair ou que até já saíram de outras áreas indígenas, como São Marcos e outras, e que não receberam a sua terra de direito. O Incra está se dispondo a conseguir essas terras, que podem chegar a quase um milhão de hectares.

Portanto, o que vejo é uma política negociada de compensações para que possamos eliminar essa pauta negativa do Governo do Estado de Roraima e do Governo Federal e ainda não abramos um precedente violento do qual possamos nos arrepender.

Não se trata de pressão internacional ou de estarem cobrando isso do Presidente. Creio que o Presidente demonstrou muito equilíbrio ao não tomar uma atitude unilateral e precipitada, procurou estudar melhor os fatos, tanto que não tomou a decisão até agora. Mas acreditamos que, hoje, os elementos estão mais claros.

Gostaria que, tendo acesso aos relatórios, não precisássemos votá-los imediatamente, seja aqui no Senado ou na Câmara, para que pudéssemos analisar melhor os pressupostos que preocupam as pessoas que estão propondo a descontinuidade da faixa de fronteira, e vencermos esse medo.

Li todos os artigos do ex-Senador Jarbas Passarinho e alguns acórdãos do atual Ministro do Supremo, Nelson Jobim, Ministro da Justiça à época. Procuramos ouvir uma série de juristas envolvidos nessa questão. E a conclusão é que, realmente, não há o que temer.

Se considerarmos que o medo seja o da ocupação do Território Nacional, precisamos nos lembrar que vários países possuem tecnologias avançadíssimas para fazer a ocupação de um território, vide o que se deu no Golfo, no Iraque e nas áreas atingidas pelas guerras. Nas guerras atuais vemos o uso da alta tecnologia. Se quiserem ocupar, eles o farão, independentemente de haver meia dúzia de índios em uma faixa de fronteira. Não é isso que vai proteger o Território Nacional.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Desejo apenas parabenizá-lo pelo pronunciamento. Tenho acompanhado o seu trabalho na Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e posso testemunhar o esforço sobre-humano que V. Ex^a faz para apresentar propostas para essa situação. Entre todos os integrantes da Frente, V. Ex^a foi quem apresentou uma proposta que considero exequível. Parabéns a V. Ex^a. Sobre esse receio em relação à faixa de segurança nacional plantado no meio político e na população, entendo que é uma coisa que já deveria ter sido superada, porque, afinal de contas, a nossa história mostra que quem mais defendeu as fronteiras no Brasil para que elas existissem hoje como são foram os nossos indígenas. O Senador João Capiberibe, há pouco tempo, numa audiência em que estávamos com o Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, dizia que desafiava alguém a mostrar um palmo de terra que tenha sido conquistado em nossa fronteira por militares. Na realidade, os nossos indígenas sempre garantiram essa segurança e esse marco fronteiriço para o Brasil, principalmente na nossa Amazônia. Creio que devemos, como responsáveis pela elaboração de políticas para as nossas populações, inclusive indígenas, discutir formas de contribuição para que a relação dos índios e não-índios possa ser mais harmoniosa. Devemos pensar em oferecer uma educação diferenciada, um sistema de saúde diferenciado, uma assistência diferenciada, até porque se, hoje, considera-se que há muita terra para poucos índios, isso se dá justamente porque, algum tempo atrás, tiramos muita terra deles. No meu Estado, há um exemplo bem claro, que são os Karitianas, que moram próximo à cidade de Porto Velho, que chegaram a se resumir a apenas cinquenta e, a partir da demarcação e da homologação das suas terras, estão ampliando a sua população e, atualmente, chegam a um mil habitantes. Entendo que assegurar a existência desse povo significa assegurar também a sua terra. Obrigada, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda é possível ouvir o Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Com prazer, concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Sibá Machado, o Brasil é um País multicultural, multiétnico, portanto, mestiço; e temos a grande chance de construir uma civilização respeitando as diferenças. A questão indígena em nosso País é fundamental na construção do processo democrático, na convivência com as diferenças. Avançamos muito. O Brasil tem uma legislação que garante direito aos povos indígenas,

que garante aquilo que é fundamental para o índio, mas que lhe foi retirado: a terra. Venho de um Estado fronteiriço. Há mais de 600 quilômetros de fronteira com o Departamento Francês da Guiana. A política indigenista da França garante alocação familiar, renda mínima para todos os povos indígenas que vivem do lado da Guiana. No entanto, aquela fronteira é dividida entre vários povos: os Palikur, que são povos do tronco Caribe; os Karipunas, que são povos recém-formados – uma junção de remanescentes de várias etnias que dividem a faixa da fronteira; e os Waiãpi. Os índios que vivem no Brasil tentam permanentemente convencer os índios que vivem do outro lado da fronteira a virem morar no Brasil, porque o Brasil lhes garante a terra. Mesmo recebendo dinheiro, eles saem da Guiana para morar no Brasil. Portanto, a nossa política indigenista e as nossas leis são generosas. E temos a convicção de que são os povos indígenas que vivem naquela fronteira que dão a dimensão da nacionalidade brasileira. A presença deles é decisiva para a segurança nacional. Os índios, na verdade, representam a garantia de respeito às nossas fronteiras, e, nesse aspecto, já existe uma integração entre o Sivam e eles. Há dois meses, passei dois dias com os Palikur. Encontrei um posto naquela área indígena com telefone e fax em contato direto com as nossas Forças Armadas. Portanto, essa integração é que garante a segurança nacional, e não o *apartheid*, não a insistência em se desconhecer a importância da contribuição dos povos indígenas. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que a presença militar em áreas de fronteira dentro de terras indígenas, além de ser uma prerrogativa constitucional, significa tranquilidade, e as comunidades concordam com isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, próximo orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, desejo anunciar que amanhã será um dia que julgo importante para a democracia brasileira, para a história do Senado Federal e para a soberania do voto no Brasil. Esperamos que todos os líderes partidários se manifestem em solidariedade ao nobre Senador João Capiberibe, pela situação que está enfrentando no Estado do Amapá.

Há poucos instantes, eu conversava com o Líder Arthur Virgílio, do PSDB – por sua história política, pela sua biografia de homem que olha com os olhos da liberdade para o nosso País, para a democracia brasileira – sobre a defesa intransigente da legitimidade, da autoridade das instituições públicas. Estamos apreensivos pela autonomia do voto, pela autoridade que a democracia deve ter sobre todos. Sem dúvida alguma, a situação em que vive hoje o Senador João Capiberibe é delicada e traz muita apreensão a todos que acreditam na democracia e que respeitam e cultuam a autonomia do voto.

A Amazônia brasileira, de modo muito distinto, passa por um momento de cautela, de preocupação e transfere toda a sua apreensão para a confiança no Tribunal Superior Eleitoral, que, sem dúvida, adotará uma medida sábia, de salvaguarda do processo democrático institucional brasileiro no julgamento do caso do Senador João Capiberibe. Mas reservo para o dia de amanhã a minha manifestação como Líder do Partido dos Trabalhadores, que solicitei, já que a nossa Líder efetiva, Senadora Ideli Salvatti, está afastada por uns dias em razão de problemas de saúde.

Sr. Presidente, mas o que me traz, neste momento, à tribuna do Senado Federal é o registro – que faço com muita satisfação – da viagem do Presidente Lula ao Estado do Acre, que ocorreu há poucos dias. O Presidente Lula cumpriu, ao lado da sua esposa, nossa companheira Dona Marisa da Silva, uma bela agenda de Governo, uma agenda de desenvolvimento na Amazônia ocidental, que consagrou o nosso otimismo e a nossa certeza sobre a condução dos trabalhos do Governo. Se alguns têm dúvida a esse respeito, nós não temos. O Governo está governando bem e consolida a parceria institucional de gestão na federação brasileira. O Estado do Acre se afirmou como uma bela oficina dessa parceria. O Presidente Lula já rompe a barreira da timidez, em relação a viagens de ex-Presidentes da República ao nosso Estado, e, pela terceira vez, pisou, nesta fase do seu Governo, em nosso solo acreano, consolidando compromissos e já colhendo resultados.

Chegou a Rio Branco cedo. Visitou a cidade e participou de eventos juntamente com Ministros de Estado. Estiveram presentes o Ministro da Saúde, Humberto Costa; o Ministro José Viegas; o Comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno, e o Ministro Miguel Rossetto.

O primeiro ato foi a inauguração do primeiro Hospital do Idoso da Amazônia, chamado Hospital Lauro Campos, numa homenagem justa e que demonstra a grandeza política do Governo Jorge Viana e do Governo Federal ao Senador Lauro Campos. S. Ex^a, no

exercício do mandato, generosamente atendendo a um pedido meu, fez a indicação de uma emenda individual que possibilitou a construção e o funcionamento do Hospital do Idoso.

O Senador Lauro Campos tinha como característica a visão de alargar horizontes. Estudou por 50 anos. Foi um grande intelectual brasileiro. Fazia críticas justas ao atual modelo de desenvolvimento – uma crítica ao desenvolvimento em si. S. Ex^a foi mais além agora: estendeu, em sua generosidade de pessoa, de homem público, a mão para a Amazônia ocidental e, assim, pudemos inaugurar o primeiro Hospital do Idoso da Amazônia ocidental com o nome Lauro Campos. Um belo ato. Na oportunidade, foi declamado um dos poemas do Senador Lauro Campos, denominado “As Quatro Estações da Vida” – que S. Ex^a pôde viver. S. Ex^a acreditava na solidariedade como o grande vetor das relações humanas.

Tivemos a presença de seus familiares, de Dona Oraida Campos e dos filhos Bernardo e Carlos. Todos ficaram emocionados ao testemunhar a satisfação com a qual o Presidente Lula participou daquele momento.

A partir de agora, as pessoas da terceira idade, em nosso Estado, terão plena cidadania, plena dignidade no momento de uma enfermidade, de um infortúnio.

O início da agenda do Presidente da República foi esse. Depois, seguimos para um outro Município, onde Sua Excelência afirmou sua responsabilidade para com a reforma agrária brasileira. Fomos ao Município de Manoel Urbano. A querida Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia, estava nos acompanhando para também prestar sua homenagem. Esteve presente também o Senador Augusto Botelho. S. Ex^a testemunhou a política de saúde que está sendo desenvolvida no Acre. Lá, o Presidente Lula inaugurou o primeiro assentamento florestal do Brasil, um modelo de reforma agrária que compatibiliza de maneira completa o desenvolvimento sustentável com uma concepção de preservação. É o fortalecimento da expansão econômica para a região amazônica.

A reforma agrária foi consolidada em mais de 70 mil hectares, naquele dia, em um município que o Presidente da República visitou, nos anos 90, como cidadão brasileiro, como agente público. Agora, retornou como Presidente da República para demonstrar seu respeito a um modelo de reforma agrária que não seja apenas depositar seres humanos em determinado lugar para passar privações. Lá, vamos conciliar atividades da terra, do desenvolvimento rural, com ati-

vidades de saúde, de educação e de inclusão social. Foi um belo ato.

Depois, deslocamo-nos para um outro pólo do Estado, para uma região chamada Vale do Juruá, que é o extremo oeste do Brasil. O Presidente do Brasil inaugurou uma estrutura portuária forte das hidrovias da Amazônia Ocidental, consolidando uma política de acesso e dignidade aos trabalhadores daquela região na área de escoamento e troca de produtos com o Estado do Amazonas. As nossas chamadas “rodovias”, os rios amazônicos como Juruá e outros, trocam cidadania e experiências políticas e econômicas. A hidrovia é a grande força do movimento econômico da região.

Juntamente com o Governador Jorge Viana, o Presidente comparou o modelo equivocado antes existente, em que um estivador carregava uma tonelada por dia e ganhava R\$5,00, com a atual estrutura de dignidade, em que os sindicatos têm amparo para se organizar e reivindicar melhor preço para o transporte da produção, além de uma estrutura moderna que permita o seu escoamento efetivo.

Nesse período, houve a reativação do Correio Aéreo Nacional, atividade da Força Aérea Brasileira que sobrevive, no País, há 78 anos. Uma presença histórica das autoridades militares da Força Aérea Brasileira, o Brigadeiro Bueno, comandou a operação de entrega da reativação do CAN ao Presidente da República, cujos profissionais visitarão municípios isolados da Amazônia, levando-lhes atividades de desenvolvimento e integração.

Tudo isso nos orgulha muito e demonstra que é possível governar este País já, pois, quando se tem um Governo estadual preparado, competente e pronto para fazer parcerias com a União, podem-se alcançar resultados em curto prazo. O Governo de Jorge Viana demonstrou que é possível olhar com outros olhos. Toda ação que desenvolvemos no Estado do Acre conta com a parceria de gestão do Presidente Lula, o qual, por sua vez, afirmou que toda ação que o Governo Federal implanta e tenta consolidar no Estado do Acre tem a colaboração do Governo do Estado e da Bancada Federal, que agem com responsabilidade política.

Tratou-se de um belo exemplo de democracia, maturidade política e responsabilidade social de que a Bancada Federal participou, juntamente com o Governador Jorge Viana, o Presidente Lula e seus Ministros de Estado.

Sr. Presidente, quem dera isso se irradiasse para todos os Estados da Amazônia, com todos os Municípios, de todos os Partidos políticos, recebendo recursos do Orçamento-Geral da União para execução de obras

públicas. Isso demonstraria a capacidade de não se olhar para Partidos, para simpatias político-eleitorais, mas para as necessidades da população brasileira que vive na Amazônia.

Saio testemunhando esse encontro de maneira muito feliz. Todos os Parlamentares que dele participaram têm uma visão de muita confiança e esperança no futuro das relações políticas entre União e Estados brasileiros, e o Acre afirmou-se como um grande laboratório.

Em anos anteriores, todos fomos testemunhas da briga pelo Orçamento, das lutas, nas madrugadas, por minguados recursos para os Estados. Quando ocorria a sua aprovação, em dezembro, janeiro ou fevereiro, imaginávamos o calvário que teríamos pela frente. Nas últimas horas do mês de dezembro, tínhamos alguma autorização de empenho do Orçamento-Geral da União, mas não sabíamos quando, no outro ano, os Estados iriam receber aqueles recursos para implantar e executar obras.

Agora, não. O Presidente Lula foi ao Estado do Acre no mês de abril, assinou autorização de empenhos, por meio de seus órgãos responsáveis, dizendo que estavam feitos a parreira e o modelo de gestão eficiente. Há co-responsabilidade, compromisso, confiança e conteúdo nas ações que estão sendo realizadas. Elas têm os olhos do investimento com prioridade social e responsabilidade política e social. Isso é tudo o que se espera da gestão brasileira. No mais, nós e o Governo do Estado temos que fazer a nossa parte, levando o investimento, consolidando a agroindústria e gerando a busca de uma política de infra-estrutura eficiente para que se alcancem indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômicos à altura do que a população do Estado e da Amazônia estão precisando.

Espero, sinceramente, que essa agenda possa se repetir em outros Estados e que não haja desculpas de alguns Governadores de que as dificuldades são maiores do que o horizonte de parcerias e de resultados que podemos obter de maneira consolidada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2004 que, “altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Es-

trutura”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O requerimento lido será inserido em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Saúde, acerca do programa de Farmácias Populares.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informações acerca do cronograma de implantação de farmácias populares, especificando quando, quantos e quais os municípios do Amazonas a serem contemplados com tais unidades. Além disso, e com base em denúncia do jornal **Folha de S. Paulo**, indicar quando e em quais municípios deverão ser implantadas as primeiras 30 dessas farmácias.

Justificação

O Jornal **Folha de S. Paulo** denuncia, na edição do dia 8 de abril de 2004, que o Governo Federal já se prepara para implantar as primeiras 30 farmácias populares, privilegiando o Estado de São Paulo com 20 dessas unidades, pelo que formulo o presente requerimento de informações ao Ministério da Saúde, indagando, ademais, quais os municípios da Amazônia a serem contemplados.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto

de aplauso ao Sr. Eirir Ribeiro eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio *Faz Diferença*.

Justificação

O Prêmio *Faz Diferença* é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do *O Globo* e um por representante da Fecomércio-RJ.

O tráfico de drogas tomou-se um dos grandes problemas a ser enfrentado pelos governantes de nosso País. O crime organizado, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, semeia violência e esgarça o tecido social. As iniciativas de combate devem sempre ser louvadas. Por isso, a comissão julgadora justificou a indicação do Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Eirir Ribeiro, por “ter sido afastado do comando do batalhão de São Cristóvão depois de denunciar que o Secretário de Esportes, Francisco de Carvalho, o Chiquinho da Mangueira, havia pedido trégua no combate aos traficantes do Morro da Mangueira”. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2004

Requeiro nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no dia de hoje, de Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do Jornal **Diário do Pará**. Laércio Barbalho, pai do ex-Senador e hoje Deputado Federal ‘Jader Barbalho, foi fundador do Partido Social Democrata (PSD), em 1946, legenda que o levou a três legislaturas na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no período de 1954 a 1966. Transferiu-se ainda em 1966 para o MDB, partido que ajudou a fundar, elegendo-se para mais um novo mandato como Deputado Estadual. Em 1982 Laércio Barbalho afastou-se da militância política para dedicar-se a outra paixão: o jornalismo, onde demonstrou seu lado empreendedor, prestando relevantes serviços ao povo do Estado do Pará, escrevendo seu nome na história do jornalismo paraense.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à sua família e ao jornal **Diário do Pará**, periódico paraense onde Laércio Barbalho era Diretor Superintendente.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB-PA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2004

Requer ao Ministro da Saúde informações acerca da política de prevenção ao câncer de mama.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informações sobre a nova política governamental na área de prevenção de câncer de mama, incluindo o programa do Instituto do Câncer no tocante a equipamentos.

Segundo denúncia do jornal **Folha de S. Paulo**, apenas nove por cento dos municípios brasileiros dispõem de mamógrafos, o que toma o acesso a exames extremamente difícil.

Justificação

O jornal **Folha de S. Paulo** publica, em sua edição do dia 2 de abril de 2004, extensa reportagem, mostrando que o acesso a exames preventivos de câncer de mama é restrito a pouquíssimas mulheres, já que nem dez por cento dos municípios possuem equipamentos. Ao Senado Federal compete a fiscalização dos atos do Executivo, razão deste requerimento de informações versando sobre tão preocupante aspecto.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre os valores gastos pela Radiobrás com a produção do programa “Café com o Presidente”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-

Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre o programa “Café com o Presidente”:

1) Qual o valor gasto pela Radiobrás, em 2003, com a produção do programa “Café com o Presidente”?

2) O programa é feito pela Radiobrás?

3) Existe algum contrato com outra empresa para a realização do referido programa?

4) Qual o valor e a vigência desse contrato?

5) Qual o nome da empresa responsável pela produção do referido programa?

Justificação

A Radiobrás opera cinco estações de rádio, dois canais de televisão, uma agência de notícias e um serviço radiofônico via satélite utilizado por mais de 600 emissoras de rádio em todo o país. Possui o maior complexo de transmissores da América Latina e quinto do mundo, com capacidade de transmissão para a quase totalidade do planeta. Além disso, mantém escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e conta, ainda, com correspondentes em nove capitais brasileiras.

No entanto, o jornalista Cláudio Humberto publicou em sua coluna de 4 de abril do corrente a seguinte nota: “Gasto anual: a Radiobrás diz que os R\$40 mil de produção do “Café com o Presidente refere-se ao ano de 2003. A estatal tem equipamentos e pessoal para fazer o programa, mas entregou a tarefa a uma empresa de um amigo do chefão”.

Dessa forma, Senhor Presidente, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para esclarecer de que forma a Radiobrás – que é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação de Governo – está atuando no sentido de atingir seu objetivo de servir como um canal de interlocução dos órgãos do Governo Federal com a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 421, de 2004**Requer voto de pesar ao ator Fernando Almeida, assassinado na madrugada do último dia 4 de abril, em Realengo-RJ.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pelo prematuro falecimento do ator Fernando Almeida, que estreou na televisão aos 5 anos de idade e fez vários trabalhos em novelas e minisséries brasileiras.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela advertência para a cada vez maior banalização da violência urbana, que já atingiu outros atores conhecidos do grande público. Nesse contexto se insere a matéria publicada no jornal **O Globo** de 7-4-2004.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 422 , de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do jornal **O Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com avaliação feita pela comissão julgadora “surpreendeu adversários e até aliados em seu primeiro ano de governo, mantendo a política econômica de austeridade fiscal e superando as expectativas do mercado financeiro. No Congresso, conseguiu aprovar em sete meses as reformas da Previdência Social e Tributária”. Diante do exposto, pedimos aos nossos Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 423, de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, eleito personalidade na categoria Economia pelo Prêmio *Faz Diferença*.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do **Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

A eleição do Ministro Antônio Palocci para a categoria Economia do Prêmio Faz Diferença vem coroar a gestão profícua do Ministro à frente da economia de nosso país, reconhecida por autoridades em economia nacionais e estrangeiras. Não por acaso, a comissão julgadora refere-se ao Ministro como “o médico que se tornou Ministro da Fazenda e conseguiu dar credibilidade à política econômica do novo governo

Pelo exposto, pedimos aos nobres Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 424, de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do **Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

Zilda Arns, eleita personalidade do Ano, é fundadora da Pastoral da Criança, o mais bem sucedido projeto brasileiro de combate à mortalidade infantil. A Pastoral, que atua em todos os estados, reúne 230 mil voluntários e atende a 1,7 milhão de crianças. Pelo exposto, pedimos aos nobres Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 425, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso, em memória, à família do Senhor Sérgio Vieira de Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do jornal O Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário, da Organização das Nações Unidas – ONU para Direitos Humanos morreu em 19 de agosto do ano passado, durante ataque terrorista à sede da ONU em Bagdá. O prêmio entregue à sua mãe, Gilda Vieira de Mello, é mais uma justa homenagem a este brasileiro que dedicou sua vida ao conagração dos povos.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 426, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano na categoria Esportes pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

A eleição da atleta gaúcha, Daiane dos Santos, para a categoria Esportes do Prêmio Faz Diferença faz justiça ao grande destaque da ginástica brasileira cujos feitos em torneios mundiais da modalidade colocam nosso país em patamar nunca antes alcançado. Daiane tornou-se a primeira brasileira a sagrar-se campeã mundial de exercícios de solo. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Aloísio Teixeira eleito Personalidade na Categoria Magazine pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

A cidade do Rio de Janeiro enfrenta graves problemas de violência urbana, assim como sérias deficiências de infra-estrutura urbana. O Sr. Aloísio Teixeira, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou projetos que levaram os universitários a comunidades vizinhas, como o Complexo da Maré. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 1997, a realização no dia 19 de abril de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Índio.

Justificação

Durante a realização do I Congresso Indigenista Interamericano no México, em 1940, os representantes de diversos países americanos decidiram convidar os índios, tema central do Congresso, para o evento. Entretanto, a comissão encarregada de fazer o convite encontrou resistência por parte dos índios que, habituados a perseguições e traições, mantinham-se afastados das reuniões, de nada valendo os esclarecimentos e tentativas dos congressistas. Dias depois, convencidos da importância do Congresso na luta pela garantia de seus direitos, os índios resolveram comparecer. Esta data, por sua importância na história do indigenismo das Américas, foi dedicada à come-

moração do Dia do Índio. A partir de então, o dia 19 de abril passou a ser consagrado ao índio, em todo o continente americano.

Também por deliberação dos congressistas foi criado o Instituto Indigenista interamericano, órgão internacional, com sede no México, ao qual estariam ligados Institutos Indigenista nacionais encarregados de zelar pela garantia dos direitos indígenas. No Brasil a adesão ao Instituto foi determinada pelo então Presidente Getúlio Vargas que, atendendo aos apelos do Marechal Rondon, assinou o Decreto nº 5.540, de 2-6-43, determinando que, a exemplo dos demais países americanos, o Brasil comemorasse o Dia do Índio, em 19 de abril.

Diante do exposto, nada mais oportuno do que prestarmos as devidas e merecidas homenagens aos índios neste dia 19 de abril.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide – Serys Slhessaenko – Ana Júlia Gaspar – João Capiberibe – Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Retorna-se à Lista de Oradores.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que disporá de vinte minutos, por permuta com o Senador Luiz Otávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. É a V. Ex^a, precisamente, que devo a gentileza desta permuta. Aproveito o ensejo para reafirmar meu apreço e sentimento de bom coleguismo em relação a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o jornal **O Globo** estampa entrevista, praticamente de página inteira, de um homem qualificado, o Ministro Aldo Rebelo, por quem devoto sentimento de amizade pessoal e respeito político. Considero-o um verdadeiro homem público e entendo que suas intervenções nos chamam para um debate elevado. Era assim quando no Governo estava eu e S. Ex^a, na Oposição, e não será diferente estando S. Ex^a no Governo e sendo eu Líder de um Partido de Oposição como o PSDB. Entretanto, toda essa relação pessoal e todo esse respeito não me fazem obscurecer o dever que tenho de criticar pontos que julgo equivocados da entrevista de S. Ex^a, e passo a fazê-lo.

O Ministro Aldo Rebelo deu a Fernando Henrique Cardoso uma opção muito pobre: assumir o papel de ex-Presidente estadista ou o de Líder da Oposição.

Não sei se criticar um governo com base em erros que porventura pratique tira de alguém a condição de estadista. Não sei se, por outro lado, o silêncio transforma outro alguém em estadista, pura e simplesmente.

Chamo a atenção para o fato de que, sendo o Ministro Aldo Rebelo a figura qualificada que é, a figura séria que é, a figura por mim estimada que é, nós temos que refugar, de qualquer maneira, a perspectiva dessa coisa aterrorizante que é o pensamento único.

O ex-Presidente pode ou não pode falar? Se o Presidente não pode falar, o Ministro Aldo Rebelo desqualifica, ou seja, diz que não são estadistas, implicitamente, José Sarney e Itamar Franco, que têm falado. O Presidente José Sarney tem sido, inclusive, o grande baluarte com que conta o Governo nesta Casa. S. Ex^a tem sido um grande impulsionador do processo de aprovação de matérias nesta Casa. E, por outro lado, a pergunta que me restaria, diante de tais colocações, seria: Presidente que fala a favor do Governo é estadista? Presidente que fala contra o Governo não é estadista? Quando o Presidente Fernando Henrique disse que determinados gestos do Governo estavam corretos, aí ele era estadista; quando ele disse que determinados gestos do Governo estavam equivocados, aí virou líder da Oposição. É outra coisa complicada.

O Poder, visto por pessoas honradas, como o Ministro Aldo Rebelo, e certamente visto por um Partido honrado, como é o meu, o poder não é essa delícia não. Ou seja: alguém, então, fala porque é candidato à Presidência da República. O Presidente Fernando Henrique tem dito e repetido: “Será que não se tem mais nada de bom para se fazer na vida a não ser se candidatar a Presidente da República toda a vez”. Não é essa a sua vontade, não é esse o seu desejo, não é essa a sua intenção. O que ele não aceita é uma cassação de direito políticos pela segunda vez. A ditadura o fez. Mas o Governo não pode inibi-lo nem pelas expressões mais rudes de alguns dirigentes deste Governo, nem pela expressão delicada e sóbria deste homem público, correto, que é o Ministro Aldo Rebelo.

Diz o Ministro: “Somos obrigados a lembrar a situação em que encontramos o País.”

Essa é a forma delicada – e o Ministro Aldo Rebelo é um cavalheiro de verdade – dessa tolice, dessa coisa atoleimada que inventaram. É o sinônimo educado dessa coisa atoleimada da tal herança maldita.

Na verdade, a economia meramente voltou à situação de equilíbrio do princípio de 2002, antes de o mercado haver “precificado” o chamado “custo Lula”, o chamado “custo PT”. O próprio Presidente Lula, em longa entrevista à revista **Veja**, reconheceu isso: “Não confiavam em mim. Achavam que eu ia tocar fogo no País; e eu não toquei fogo no País.” Ou seja, Sua Excelência, implicitamente, reconheceu que, com o seu passado, com as suas idéias, com as suas teses, criou toda aquela celeuma, que agravou os fundamentos da economia brasileira, complicou os seus fundamentos, inclusive no período do seu antecessor. Muito bem. Retornarei a esse assunto daqui a pouco.

Mas, o Ministro Aldo Rebelo, diz uma outra coisa. “O Governo Fernando Henrique Cardoso teve a mais baixa taxa de crescimento da história.” Não é verdade! Os anos imediatamente anteriores foram de taxa menor. Não está computando o Ministro as numerosas crises internacionais enfrentadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, nem está S. Ex^a levando em conta que, navegando em mar-de-almirante, ou voando em céu de brigadeiro, o Presidente Lula desmentiu, pela inércia administrativa, pela inação administrativa, pela falta de lucidez microeconômica, o Governo desmentiu os prognósticos de crescimento de 2,5% a 2% para o ano de 2003, quando teve início o seu Governo. Acabou sendo responsável, Sua Excelência, por um crescimento para baixo, de 0,2%, em um ano de enorme liquidez internacional: juros altos, juros americanos de 1%, juros japoneses de 0%, sobrando dinheiro para o Brasil fechar suas contas. Apesar de tudo isso, o Governo brasileiro não soube conduzir o País na rota do crescimento econômico positivo. Isso não ocorreu em nenhum dos oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ainda não passamos por crise alguma. Este Governo dificilmente passará quatro anos sem enfrentar uma crise internacional. Sinais há. Não passará quatro anos navegando em mar-de-almirante. É preciso saber como se comportará um Governo que, na hora da bonança, se comportou tão mal.

Então, diz o Ministro Aldo Rebelo: “A intenção de Fernando Henrique é fortalecer o PFL e o PSDB”. Se for, não vejo nenhum pecado. Não vi o Partido do Ministro, o PC do B, não vi o PT ou qualquer outro Partido, no passado, se eximir de fazer críticas por medo de crescer eleitoralmente. Não vi ninguém fazer isso. Se eu fizer a crítica ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – eu Líder do PC do B, eu Líder do PT – eu vou crescer eleitoralmente. Logo, eu não

faço a crítica porque não quero crescer eleitoralmente. Ora, isso seria exagero; seria supormos um escrúpulo exagerado. Ao contrário. Falavam em “Fora FHC” e em desestabilizar um Governo constitucionalmente eleito e reeleito, derrotando o candidato Lula no primeiro turno. Não houve nem sequer o segundo turno. Não houve dúvida alguma. Foram duas surras, cada uma em um turno. Em cada eleição não houve dois turnos: foi um turno só. Então, no primeiro momento de cada mandato, lá vinha a cantilena de desestabilização, de “Fora FHC”, e por aí afora.

A grande verdade é que estamos a um dia de completar dois meses – vou fazer um neologismo – de aniversário de mês desse caso Waldomiro.

O documento que o Palácio soltou não visava a atingir a verdade; visava a ser um documento; visava a montar um *script* com um culpado de tudo: Waldomiro. E culpado sem ter sido ouvido. Ou seja, na pressa de produzir um documento, o Governo negou ao Sr. Waldomiro o direito de se defender na Comissão. Ele não se defendeu. Não ouviram o Ministro José Dirceu, não ouviram ninguém. Era apenas assim: “Dentro de tantos dias temos que soltar um documento para a imprensa se faltar de analisar o documento. E, aí, então, nós vamos, quem sabe, dar a volta por cima e começar a pensar em outras coisas.” De um lado, vinha a tal Agenda Positiva; de outro lado, lá vinha essa idéia de que o culpado de tudo, o mordomo, o supermordomo da história, era o Sr. Waldomiro Diniz. Isso tudo junto a um Governo que já não vinha sendo competente, que já havia mostrando inação administrativa, isso tudo paralisou o País. Essa é a realidade. O País está literalmente paralisado. Quem disser o contrário está vivendo em um outro planeta, ou analisando a situação de outro País que não o País Brasil.

Tenho, ainda, no capítulo “Herança Maldita”, o artigo de hoje do ex-Senador José Serra, que peço seja incluído nos Anais da Casa, intitulado “De barriga cheia”. José Serra, de maneira correta e eficaz, pega alguns tópicos, repete o raciocínio que aqui expendi, de que o Presidente Sarney é considerado um estadista. É ótimo que ele fale, porque fala a favor. O ex-Presidente Itamar, não é bom quando fala contra; se falar a favor é bom. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode falar de jeito algum, a não ser quando diz que, porventura, o Governo acertou em determinado momento. Portanto, é estadista quem fala a favor do Governo. Ex-Presidente que, porventura, fale contra não é estadista. Isso é grave porque revela um

certo traço autoritário de quem profere essa linha de argumentação.

É fundamental se reconhecer que, neste País, todos podem falar, sim, e lutou-se muito para que houvesse democracia no Brasil e para que cada um falasse exatamente o que quisesse, arcando com a responsabilidade e com as conseqüências de seus atos e de suas palavras.

Retornarei ao que disse o ex-Senador José Serra. Ao falar da tal herança, ele lembra o que significou a transição. Senador Mão Santa, sobre transição, Líderes do PT dizem: “Foi uma transição muito bonita. Precisamos recuperar aquele espírito”. Ótimo! É bom recuperar sempre o melhor espírito. O que não devemos é ter o pior espírito.

As pessoas pensam, em um senso comum, que talvez essa transição bonita tenha ocorrido da seguinte maneira: “Sente-se, Fernando Henrique.” “Não, Lula, sente-se você”. “Fernando Henrique, sente-se você.” “Não, Lula, sente-se você”. Quer dizer, rapapé. Não estamos falando de rapapé, mas, sim, de atitudes. Enumerarei quais são as atitudes.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso provocou um superávit de mais de R\$3 bilhões em 2002. Conselheiros lhe diziam: “Gaste tudo porque isso ajudará o candidato de seu Partido”. Fernando Henrique não gastou, porque quis que o novo Governo entrasse com mais margem de manobra. Pergunto se isso é herança maldita. Está na hora de falarmos em tom baixo, para que as pessoas comecem a julgar, para valer, o que está ocorrendo neste País e se estamos ou não sendo envolvidos por um brutal sentimento de frustração em relação à inação de um Governo, que recebeu inclusive toda a ajuda que começo a descrever.

Diz José Serra: “A segunda providência foi a diminuição relativa dos restos a pagar em 2003”. O Governo Fernando Henrique privou-se de iniciar ou prosseguir obras e ações, facilitando a tarefa orçamentária do Governo Lula, porque Restos a Pagar são sempre, como todos sabemos, uma grande dor de cabeça para governos que estão entrando.

Terceira medida, terceira herança, ou terceiro bem da herança, se posso chamar assim. O Presidente Lula, já no final do Governo Fernando Henrique, por intermédio do Ministro Antonio Palocci, pede à equipe de transição o aumento de várias contribuições, entre as quais a Cide, a contribuição sobre o lucro líquido das empresas. O Ministro Malan encaminhou ao Presidente Fernando Henrique essa solicitação e a

bancada majoritária destas duas Casas a apoiou, ou seja, o governo passado pediu e obteve o aumento de carga tributária. Tenho dito isso quinhentas vezes e ninguém me contesta. Já disse isso ao Ministro Antonio Palocci, que, aliás, é uma pessoa que respeito e jamais diria que não é verdade o que estou falando. Ele sabe que é verdade, até porque foi ele que pediu. Então, o governo assumiu o ônus de aumentar a carga tributária do País para resolver o problema de liquidez do governo que entrava.

O quarto tópico levantado pelo Ministro José Serra é que o Presidente Fernando Henrique, há poucos meses da eleição, aumenta em três pontos percentuais a taxa Selic, por entender que toda aquela celeuma provocada pela dúvida que tinham os mercados sobre o Presidente Lula precisava ser esclarecida, mostrando-se que o governo não iria abandonar o primado da austeridade.

Isso foi repetido, depois, a pedido do governo de transição, do Presidente Lula, e o Presidente Fernando Henrique novamente concedeu um aumento de juros, no finalzinho de seu governo, talvez pensando em poupar o Presidente Lula do dissabor de ter que fazê-lo logo. O Presidente Lula teve que fazer isso, teve que aumentar os juros duas vezes, em dois meses seguidos, logo ao entrar, mas teria que ter feito em quantidade cavalariça, em função da crise que a sua própria imagem havia criado em relação ao governo que entrava.

Devo recordar ainda que o Presidente do meu Partido, José Serra, lembra que há mais de sessenta anos o Federal Reserve Bank, o Banco Central americano, não aumenta juros seis meses antes de uma eleição. Pois esse governo o fez, sabendo do prejuízo eleitoral que teria. Pensando em manter o País governável.

Há ainda aumento de combustíveis.

No penúltimo dia de seu governo, o Presidente Fernando Henrique praticou aumento de combustíveis, também por um acordo com o Governo Lula, procurando poupar o Presidente Lula do desgaste inicial que poderia muito bem ficar para um governo que saía, com o desgaste natural de quem governou o País por oito anos.

Volto a repetir isso porque a pior coisa é a balela, é a repetição da inverdade mil vezes, que termina virando verdade e assumindo um sabor desagradável.

Dizem assim. Aliás, meu querido Aloizio Mercadante disse outro dia: “Governo que engavetou CPIs...” Estamos diante de um Governo que não se limita a engavetar CPIs. Estamos diante de um Governo que tem procurado desfazer o instituto das CPIs neste País. Ou

seja, está procurando o Governo impedir que haja CPI, a não ser que seja uma CPI do interesse da maioria, desmontando o raciocínio, Senador Sibá, do legislador anglo-saxônico, que dizia que, para fiscalizar o rei, entre outros instrumentos, era necessária a CPI, que não era instrumento da maioria. Nos Parlamentos, em se reunindo um terço das assinaturas, automaticamente, ter-se-ia a CPI instalada e funcionando.

A esse respeito, há uma matéria muito interessante que será julgada no mérito pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um mandado de segurança de autoria dos Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres, que questiona, em outras palavras, não fala em Waldomiro, não é uma coisa tópica, é uma coisa genérica. No fundo, está em jogo – e a decisão do Supremo haverá de ser sábia – se dá ou não, daqui por diante, para a minoria no Brasil instalar uma CPI.

Estamos diante de um Governo que não se limita a engavetar CPIs. Já vi muitos governos fazerem isso. Estou diante de um Governo que quer negar o direito à minoria de fazer funcionar CPI, algo grave, que não se tentou nem no período militar nem no período dos generais; algo que não se tentou nem na época em que não se tinha liberdade de imprensa e não se tinha a perspectiva de a Oposição ter as suas denúncias sequer divulgadas à luz do dia.

Quero apenas, esquecendo o Senado e o Congresso, referir-me à Câmara dos Deputados, para acabar de uma vez com a inverdade de que o outro governo o tempo inteiro negava CPIs e as engavetava. Digo mais, que foi o governo, do período republicano brasileiro de 1945 para cá, que mais CPIs admitiu pela sua maioria. Citarei algumas da Câmara dos Deputados, Casa que recém abandonei. Tudo no Governo Fernando Henrique, de 1999 a 2002: 1. Planos de saúde; 2. Serasa; 3. Combustíveis; 4. Evasão de dívidas – esta ficou sobrestada, vou esquecê-la; 4. Fundef; 5. Fraude no INSS; 6. Tráfico de animais e plantas; 7. Tortura e maus tratos; 8. CPMF; 9. Banespa; 10. Sivam; 11. Proer; Dizia-se que, se investigassem o Sivam e o Proer, o governo cairia. Investigaram os dois, e o governo não caiu. 10 ou 11, Senador Álvaro Dias! Já me perdi, tantas foram as CPIs toleradas pelo Governo passado. 12. Obras inacabadas; 13. Ocupação de terras na Amazônia; 14. Mortalidade materna; 15. CBF e Nike; 16. Finor; 17. Narcotráfico; 18. Medicamentos; 19. Funai; 20. Desperdício de alimentos; 21. Crise no setor produtivo da borracha; e 22. Arrecadação de uma taxa sobre a borracha e Ibama.

Quero, de uma vez por todas, esclarecer. O outro governo tolerou 22 CPIs só na Câmara, em quatro anos, sem levarmos em conta os quatro anos iniciais de seu governo. No Senado, não saberia, de pronto, dizer, porque não estava nesta Casa. No Congresso, algumas tantas se processaram também. Há, pois, uma diferença fundamental entre um governo que nem sempre aceitou todas as CPIs que estavam à sua frente, por entender que algumas – como aquela tal que tinha 22 itens – visavam meramente a tumultuar o quadro político, até por inconstitucionalidade, mas que conseguiria conviver com 22 CPIs, em quatro anos, na Câmara dos Deputados. Este Governo que está aí não gosta de nenhuma. Nem para investigar o Governo passado. Não gosta e ainda quer obter uma resposta que silencia a Nação brasileira, dizendo que não dá para haver CPI de modo algum. É fundamental estabelecermos a diferença entre um governo que diz: “Convivi com 22 CPIs, na Câmara dos Deputados, em quatro anos” e um outro que diz: “Não quero CPI para me investigar! Não quero CPI para investigar o meu vizinho! Não quero CPI para investigar o Fernando Henrique! Não quero CPI para investigar ninguém!” Simplesmente, o Governo Lula é contra o instituto da CPI. É o que está provado com atitudes que temos, que são mais do que engavetamentos, de se dizer que sou minoria e obtenho um terço dos votos da Casa. Em seguida, o Líder diz que não indica. O Presidente da Casa também não se sente obrigado a indicar. Assim sendo, não há CPI. Só haverá CPI quando o Governo quiser. E o Governo só vai querer quando for uma CPI para investigar por que há pessoas fazendo xixi na piscina de águas minerais. Será a “CPI do Xixi”. Vai haver CPI quando o Governo quiser investigar por que as emas do Palácio da Alvorada estão mais magras do que há dois anos. Ou seja, CPIs fúteis, que signifiquem até recursos do Governo, como cortina de fumaça para desviar a atenção de assuntos momentosos como este, que merece uma CPI verdadeira, que é o caso Waldomiro.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, com o brilhantismo de sempre, proclama que o assunto não pode estar encerrado, como desejam o Ministro José Dirceu e o Governo. É um assunto que não está esgotado. A sociedade brasileira exige sua conclusão, de forma afirmativa. E nós esperamos, sim, que o Supremo Tribunal Federal possa recolocar o País nos caminhos da democracia, porque o mais grave nesse comportamento do Governo, que optou pela arquitetura

da esperteza a fim de impedir a instalação de CPI, é a afronta à Constituição Federal. O Governo não está afrontando apenas a Oposição, não está afrontando o Parlamento, não está apenas desrespeitando a sociedade; além de tudo isso, que já é muito, está agredindo a Constituição do País, já que esta assegura à Minoria o direito da instalação de CPI. O único óbice seria não alcançar um terço de assinaturas. E esse óbice não existe, porque se alcançou um terço de assinaturas. Portanto, o que há é uma agressão à Constituição, e esperamos, sim, que o Supremo Tribunal Federal possa recolocar o País nos trilhos da democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao caro Senador Alvaro Dias o aparte, que praticamente justifica o encerramento do meu pronunciamento, até por seguir com brilhantismo a lógica da modesta argumentação que eu vinha alinhando.

O fato, a grande realidade, é que o País piorou. Hoje, o Presidente José Genoino fala: vamos comparar setor por setor. É muita caradura. Que setor S. Ex^a quer comparar? Os dois setores que têm funcionado razoavelmente bem são aqueles de pessoas que tinham vinculação conosco: o do Ministro Furlan, que tem seguido o que estava prescrito, e o do Ministro Rodrigues, no agronegócio. Comparando qualquer outro setor, é até covardia imaginarmos que este Governo se apresenta gerencialmente à altura do que vinha fazendo o outro governo, com seus erros e defeitos. Outro dia, o Senador Antonio Carlos Magalhães denunciou a perseguição a certos Governadores e o privilégio a outros, bem como a Prefeitos, ligados à Base governista: política de campanário, medíocre, mesquinha, tola, enfim.

O Brasil piorou, sim. O Brasil piorou porque cresceu para baixo. E cresceu para baixo, porque houve falta de ousadia na política macroeconômica e de lucidez na política microeconômica; houve inação administrativa. E o Governo, depois, se paralisou, porque não soube enfrentar, de maneira altaneira, a crise Waldomiro. Então, fica o tempo inteiro empurrando a culpa para os outros; parece aquele menino-problema, que vai morar na casa dos tios, faz o malfeito e está sempre empurrando a responsabilidade para os primos. No entanto, os primos estavam lá há 200 anos e não tinham praticado nenhum malfeito. Vai-se descobrir, daqui a pouco, que o menino-problema estava ali a aprontar das suas e sempre com o escapismo, dizendo: a culpa não é minha, mas do fulano; a culpa não é minha,

mas do beltrano. É preciso que o Governo faça uma coisa básica: governe.

Acabei de mostrar, de maneira contundente, que o governo passado não engavetava CPI nenhuma. Tolerou 22 CPIs, só na Câmara dos Deputados, em quatro anos. Cheguei de viagem agora, não tive tempo de ir até o final.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Este Governo engavetou todas que chegaram a suas mãos, inclusive algumas que eram para investigar o governo passado. Ou seja, há número para se investigar o cartão SUS, e o requerimento foi para o Arquivo, porque o Governo não quis indicar os nomes para a composição da CPI. Ele investigaria o quê? Perderia o maior tempo, mas investigaria o governo passado, na gestão do Senador José Serra.

Fala tanto que houve escândalo na privatização, algo que poderia ter investigado por meio de uma CPI do Sistema Telebrás – e havia número para isso na Câmara –, mas o requerimento foi para o Arquivo, porque não forneceu os nomes das pessoas para compô-la.

Estou, portanto, diante de um Governo que é contra o instituto da CPI; que é contra investigar a si próprio e morre de medo disso; que é contra investigar até os governos passados. Continuo dizendo o que, no começo desta Legislatura, anunciava aos meus colegas: podem pedir, porque assino tranqüilamente qualquer uma que vier; agora, queria que parássemos com a impostura, com o diversionismo.

Volto a repetir que é um prazer dialogar, porque tenho muito respeito e carinho pelo Ministro Aldo Rebelo. É um grande prazer dialogar com uma pessoa do nível de S. Ex^a, que, no entanto, de maneira delicada e diplomática, termina incorrendo nos mesmos equívocos de pessoas que não são nada delicadas, nem diplomáticas e insistem nessas teses que são desmontáveis a olho nu, conforme imagino que tenhamos, neste momento, demonstrado à Nação e ao Senado Federal, para a sua análise douta, Sr. Presidente.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Data: 12/04/2004

De barriga cheia

Por José Serra

Os dirigentes do PT e do governo federal não gostaram do artigo que Fernando Henrique publicou em "O Estado de S. Paulo", com reparos à administração petista. Incomodados, desencavaram a crítica já gasta da "herança maldita" e acrescentaram a impropriedade de o ex-presidente intrometer-se na política cotidiana.

Evidentemente, a alegação de impropriedade é imprópria. Afinal, o principal sustentáculo político do governo Lula é um ex-presidente da República, o senador José Sarney. O ex-presidente Itamar Franco representa o Brasil na Itália. É Fernando Henrique, ao que consta, não sofreu nenhuma cassação de direitos políticos. Ex-presidente a favor pode imiscuir-se na política interna e externa, ex-presidente contra não pode? Trata-se de uma variante da ideologia do pensamento único -digo variante porque, no caso, não há o "pensamento" (programa de governo, visão do país), mas apenas o "único". Quanto a heranças, cabe lembrar que a transição que o governo Fernando Henrique preparou para seu sucessor foi extraordinariamente benigna. Não me refiro apenas à escrupulosa abertura de informações e ao evidente cuidado para não usar a "máquina" para interferir no processo eleitoral, mas também às providências adotadas na área econômico-financeira. Basta recordar, a respeito, cinco medidas. A primeira foi a magnitude do superávit primário em 2002, que ultrapassou em pelo menos R\$ 3 bilhões a meta estabelecida com o Fundo Monetário Internacional. Ou seja, R\$ 3 bilhões que poderiam ter sido gastos em bens e serviços durante o ano eleitoral foram poupados, deixando raio de manobra relevante para o governo que viria depois.

A segunda providência foi a diminuição relativa dos restos a pagar em 2003. "Restos a pagar" são despesas autorizadas ou "empenhadas", no jargão orçamentário, mas não pagas. Ao diminuir o percentual desses restos de 2002 para 2003, o governo Fernando Henrique privou-se de iniciar ou prosseguir várias obras e ações, facilitando a tarefa orçamentária do governo Lula. Restos a pagar provocam sempre uma grande dor de cabeça administrativa.

Terceiro: no final de 2002, o governo Fernando Henrique e a bancada do PSDB facilitaram a aprovação das medidas tributárias solicitadas pela futura administração petista, mesmo a contragosto, pois algumas delas elevariam a já alta carga tributária, como o aumento da Cide, o prolongamento das alíquotas maiores da Contribuição sobre os Lucros e os vetos a alívios tributários concedidos pelo Congresso.

Quarto: mesmo no fragor da disputa eleitoral, o governo Fernando Henrique, via Banco Central, não hesitou em empinar as taxas de juros, culminando com o aumento de três pontos percentuais entre o primeiro e o segundo turnos, a fim de aplacar o nervosismo do chamado mercado financeiro. Note-se, como lembrou Pêrsio Arida, que o Federal Reserve -o banco central norte-americano-, há cerca de 60 anos, não mexe na taxa básica de juros nos seis meses anteriores a uma eleição presidencial.

Finalmente, o governo Fernando Henrique promoveu um reajuste dos preços da gasolina e do gás no penúltimo dia de mandato, tomando para si todo o ônus social da medida.

Não se tem notícia de maior altruísmo numa transição presidencial para a oposição. Os dirigentes do PT e do governo federal choram, portanto, de barriga cheia, esquecidos de que, pelo menos nesse caso, o Fome Zero parece que funcionou.

José Serra é presidente do PSDB e escreve às segundas-feiras nesta coluna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador Roberto Saturnino Braga, V. Ex^a está inscrito como Líder e segundo orador e, finalmente, o Senador Antonio Carlos Magalhães, como Líder da Minoria.

Logo após, seguindo a lista de oradores inscritos, falará o Senador Mão Santa, em substituição ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no mundo, aqueles que não estão participando diretamente estão assistindo à revolução biotecnológica que está ocorrendo. Na engenharia genética estão sendo depositadas as maiores expectativas. Na verdade, o que ocorre hoje é, verdadeiramente, a construção de um mundo novo, com a busca da evolução proporcionada pela ciência. Essa revolução tem importância estratégica para os brasileiros, não só pela biodiversidade que o Brasil possui, mas, principalmente, pelo potencial da biotecnologia para a nossa agricultura.

Para que o Brasil continue competitivo em diversos segmentos do agronegócio é de fundamental importância que se dê a devida atenção ao potencial da biotecnologia. É fundamental a atenção na construção de um marco regulatório claro e preciso, que defina, de forma inequívoca, as competências de cada órgão em caso de liberação de organismos geneticamente modificados, evitando-se que a legislação nacional se transforme em uma manta de retalhos, onerando-se e até se inviabilizando o desenvolvimento de setores vitais para a economia nacional. É fundamental estabelecer regras claras para as atividades de pesquisa e comercialização de produtos oriundos da engenharia genética. Se isso não for feito o quanto antes, vão proliferar ações judiciais envolvendo a matéria. O setor produtivo e os consumidores não podem arcar com mais esse ônus.

O papel do Senado no processo de regulamentação é da maior importância. E estamos exatamente tratando da urgência, porque, lamentavelmente, há no Brasil episódios que definem o grande prejuízo que teremos, se não estabelecermos imediatamente esse marco regulatório.

O projeto de lei de biossegurança, aprovado na Câmara, apesar dos avanços, ainda enseja interpreta-

ções dúbias e, o mais grave, não é claro, quando trata das atividades comerciais envolvendo organismos geneticamente modificados. Essa falta de clareza pode inviabilizar o aproveitamento pelo setor produtivo do potencial da biotecnologia. E é evidente que os prejuízos seriam imprevisíveis.

Vejamos alguns dados que demonstram os riscos, principalmente no setor da indústria de alimentação animal.

A produção brasileira de alimentos balanceados para animais é uma das maiores do mundo. O setor faturou mais de US\$ 7 bilhões em 2003; perdemos apenas para a China e os Estados Unidos da América. Nosso parque industrial utiliza as mais sofisticadas tecnologias de produção disponíveis; o potencial para produção de matéria-prima e os profissionais qualificados criam as condições necessárias para o setor continuar crescendo em ritmo até superior à média mundial.

O setor faz previsões otimistas para 2004 devido a três fatores: aumento no consumo de proteína animal e derivados; fortalecimento da produção com ampliação na base de rebanhos; e aumento na demanda internacional pela carne brasileira de bovinos, suínos, aves e peixes, a exemplo do frango, cuja exportação cresce ano após ano.

Apresento a outra face da moeda; faço uma denúncia e conclamo o Senado a refletir sobre o que passarei a expor. Primeiramente, destaco que o milho representa o principal ingrediente da ração animal; o setor consome 60% da safra nacional de milho. Uma quebra de safra ou aumento das exportações pode ter consequências graves para o mercado interno.

Fato concreto é a crise por que passou a avicultura de Pernambuco. Em 2003, em meio a uma grave crise de desabastecimento devido à falta de milho para alimentar a criação, a importação de milho proveniente da Argentina, pela Associação dos Avicultores de Pernambuco – Avipe, foi parar na Justiça Federal. A importação do milho argentino era a melhor alternativa para o setor. Todavia, o milho produzido na Argentina, em sua maioria, é geneticamente modificado. Mesmo com parecer técnico da CTNBio* garantindo a segurança alimentar do milho, a importação se tornou objeto de ação judicial.

O cenário em Pernambuco era o de mais de 170 granjas fechadas no Estado, deixando-se cerca de 125 mil pessoas desempregadas, direta e indiretamente. A produção de frango caiu 30% no período. Vejam, Sr^s e Srs. Senadores: 125 mil pessoas desempregadas!

Descumprindo ordem judicial que autorizou o desembaraço e o uso do milho importado, o Ibama decretou a apreensão do milho transgênico que já havia sido descarregado no Porto do Recife. Argumentou

que a importação do milho transgênico para consumo animal era legal, mas a Avipe não havia comunicado o órgão em tempo hábil, para a elaboração de um termo de ajuste e conduta. O milho foi posteriormente utilizado na produção de ração animal, e nenhum problema foi constatado.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, caso ocorra uma crise no abastecimento de milho, a situação continuará a mesma: ou seja, qualquer tentativa de importação de milho da Argentina irá suscitar novas ações judiciais.

Sr. Presidente, este é o alerta que trago à Casa: ocorrendo crise de abastecimento de milho em 2004, de onde vamos importar o produto? Grande parte do milho produzido na Argentina é geneticamente modificada. A que custo vamos atravessar os oceanos em busca de milho convencional? As conseqüências finais serão verificadas na cesta básica. Se não o setor produtivo nacional, pelo menos a avicultura nordestina corre o risco de viver novamente uma crise.

É por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que comparecemos à tribuna para alertar principalmente a Liderança do Governo, além das Lideranças da base de apoio ao Governo para a importância de agilizarmos a tramitação do projeto que trata da biossegurança. Isso é fundamental para evitarmos crises semelhantes à que ocorreu em Pernambuco, no único setor do agronegócio a desempregar cerca de 125 mil trabalhadores.

Isso é muito grave! Por isso estamos fazendo esse alerta ao Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Luis Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, 1º Vice-Líder do Bloco.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, há pouco, estive na tribuna o Líder Arthur Virgílio, tecendo comentários serenos e tranquilos, mas críticos, sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo, publicada no jornal **O Globo** de ontem. Sinto-me no dever de vir à tribuna também tecer alguns comentários – espero que tão serenos quanto os de S. Ex^a – a respeito do que disse o Líder Arthur Virgílio.

Sobre as intervenções do ex-Presidente Fernando Henrique, há um certo consenso nacional, do qual comungamos nós todos – estou certo disso –, de que um ex-Presidente deve preservar a sua altivez, a

elevação do seu patamar de situação política e evitar críticas diretas a administrações que lhe sucedem. É claro que o ex-Presidente tem até obrigação de fazer comentários, apresentar sugestões, enfim, de contribuir com a sua experiência extremamente válida para que se encontrem soluções para os problemas brasileiros; mas, tanto quanto possível, deve evitar a crítica direta. Temos observado que o Presidente José Sarney e o próprio Presidente Itamar Franco têm evitado esse tipo de crítica direta que o ex-Presidente Fernando Henrique até então havia evitado, mas ultimamente tem feito, sobre a gestão do Presidente Lula.

É uma questão de dosagem de compreensão das coisas. Ninguém está dizendo que o ex-Presidente deve se calar. Se há, na sua visão, o cometimento de algum erro grave, uma palavra de advertência deve ser dada. Mas a advertência difere da crítica e é algo que uma personalidade como um ex-Presidente pode e deve fazer. Deve, porém, evitar críticas.

Acreditamos que essa apreciação se coloca no âmbito das interpretações, que, como todos sabemos, é sempre eivado de algum personalismo, algum subjetivismo natural dos seres humanos.

Pensamos que o próprio Presidente Lula tem evitado referências àquilo que a imprensa acabou veiculando como “herança maldita”. Aqui na nossa Bancada mesmo temos evitado, de modo geral, críticas nesse sentido, sem deixarmos, entretanto, de apresentar nossas objeções, nossos pontos de vista contrários a toda uma diretriz política na gestão econômica que foi feita no período do ex-Presidente Fernando Henrique.

Creio, porém, Senador Arthur Virgílio, que só a perspectiva histórica é que vai dar a justa medida dessas apreciações. Assim como V. Ex^a estava envolvido na gestão do ex-Presidente FHC, estou envolvido na gestão do Presidente Lula. Não temos a perspectiva que confere a isenção para um juízo que só a história pode fazer. Na minha opinião, o juízo da gestão econômica do ex-Presidente FHC não será bom, creio, devido à teimosia na âncora cambial, a excessiva política de juros altos, que começou a produzir o círculo vicioso que hoje está aí obrigando juros altos para poder fazer face às despesas e conter a inflação. Aquela política de privatizações que tirou o controle nacional sobre uma série de setores estratégicos, muito especialmente o setor de telecomunicações, foi uma decisão desastrosa. Mas tudo isso na subserviência ao mercado, a retirada da ação governamental no sentido da ação desenvolvimentista do Governo.

Tudo isso foi muito ruim, mas não está dentro das minhas capacidades fazer evidentemente um juízo nacional. Faça o meu juízo pessoal, subjetivo. O juízo nacional, o juízo histórico será feito no tempo oportuno.

no com a perspectiva necessária, assim como o juízo do Governo Lula, que ainda não se pode fazer na perspectiva pessoal e subjetiva, dado que não chegou nem à metade do seu mandato, pois há ainda divisões e dicotomias que estão expressas no seu Governo e que vão se resolver no tempo oportuno, dando assim a feição final do seu Governo no fim de quatro anos.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à questão do caso Waldomiro Diniz, entendo que é dever da Oposição insistir neste tema, faz parte da sua pauta de deveres. Entretanto, a própria opinião pública do País está observando que o caso vai perdendo importância. Vai perdendo importância porque as investigações...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já concluo, Sr. Presidente.

As investigações prosseguem por parte da polícia, por parte da imprensa, que gostaria muito de achar novos veios a explorar neste caso, e, entretanto, o tema vai-se revelando cada vez menos grave do que aparentemente no primeiro momento foi estampado e muito explorado politicamente pela Oposição.

De forma, Sr. Presidente, que eram esses os comentários, muito limitados devido à exigüidade do tempo, que eu me senti no dever de fazer em relação ao discurso do Líder Arthur Virgílio sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, com base no art. 14 do Regimento Interno, peço a palavra por haver sido citado por S. Ex^a o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para uma explicação pessoal, de acordo com o art. 14, inciso VI.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bastante tópico. O primeiro tópico: o caso Waldomiro. Saiu uma resposta pífia do Palácio segundo a qual, se fizéssemos uma enquete junto à imprensa, ela optaria pela CPI. Mais ainda. A Polícia Federal disse que era necessária uma CPI. Durante aquele momento grevista, ela se sentia de mãos atadas. Isso, antes de o Governo haver colocado sob suspeição o Ministério Público. Ou seja, esclarecimento para valer mesmo, só se houver, no caso Waldomiro e sobre ele, a interferência congressual.

Segundo tópico: vejo o Presidente José Sarney aprovando matérias aqui, todos os dias, para o Presidente Lula. Isso pode. Isso é papel de estadista. Pode perfeitamente o Presidente Sarney ficar aqui aprovando e esperando votação. E creio que S. Ex^a não

está errado. Até tenho ajudado muito. O PSDB tem votado praticamente as mesmas matérias que vota o PT aqui. Somente sustento que não dá para dizermos que é comportamento bom de ex-presidente ajudar o Governo Lula; e é comportamento inadequado criticar o Governo Lula.

O Presidente Fernando Henrique não deixou de ser político, nem cidadão. Portanto, tem seus direitos intactos e vai usá-los na medida das suas inquietações intelectuais e políticas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Observo ao nobre Senador Eduardo Suplicy que, em explicação pessoal, não há apartes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria fazer observações pontuais, mas respeitarei o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há pouco vimos e ouvimos uma contundente declaração do ex-Presidente Jimmy Carter contra o Presidente George Bush. Tenho certeza absoluta de que a maioria do Governo Lula haverá de ter concordado com as declarações feitas por Carter a respeito de Bush. Jimmy Carter, aliás, talvez seja considerado o melhor ex-presidente da história americana.

Logo, não dá para manter essa concepção maniqueísta: se é para apoiar, vale – é estadista, é muito bom, uma figura maravilhosa, fantástica; mas se é para criticar, não vale, é melhor calar, é falta de decoro.

Falta de decoro praticou o Sr. Waldomiro Diniz. Falta de decoro é fingirmos que não vemos esse acinte contra a opinião pública praticado pelo Sr. Waldomiro Diniz, que anda no supermercado como se fosse a Madonna, uma prima-dona que não quer dar autógrafos. Não sei se pensa ser a Madonna ou a Darlene Sampaio. Não quer dar autógrafos. Está incomodado. A estrela está incomodada demais. Sabemos que se trata de larápio, e gostaria de saber se tem conexões para dentro e para fora do poder que está aí posto.

Dois meses se passaram, e ninguém foi punido, nem o Sr. Waldomiro. A verdade é esta: produziram um documento, não buscaram a verdade. É a sensação que tenho, e penso ser a mesma que assalta a Nação brasileira.

Outro tópico sobre o qual quero falar é a tal herança maldita. Não foi a imprensa que criou essa figura. Foi o Governo que martelou nisso. E a imprensa, democraticamente, dando vez ao contraditório, dizia “Fulano de tal do Governo disse que era uma herança maldita; Beltrano de tal da Oposição disse que não é.” Então, as razões se chocavam. Não é verdade que a imprensa tenha inventado esse termo e que o Governo

Lula, tão cândida e inocentemente, esteja constrangido, porque, de tão britânico e tão cavalheiresco, não gostaria de ver a discussão se travar nesses termos, muito fiel àquela coisa tão de rapapés que foi a transição de um Governo para o outro.

É claro que a perspectiva histórica é que vai dar o tamanho de cada Governo, sim. Mas, enquanto isso, não dá para ficarmos quietos. Assim, não vamos julgar ninguém, nem o Governo Collor. Vamos dizer que o Governo Collor ainda não foi analisado na inteireza das suas ações. Quem vai dizer mesmo sobre ele é a história. Enquanto isso, fico quieto; enquanto isso, não se teria feito a tal CPI, não se teria deposto democraticamente o Presidente Collor.

Finalmente, submetido ao mercado é este Governo, que conseguiu, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma proeza: baixou a taxa Selic, e os juros reais subiram da última vez, porque baixou com medo, baixou politicamente e de maneira temerosa. Submissão ao mercado, para mim, é isso. É uma coisa até esdrúxula, até ridícula do ponto de vista técnico. Ou seja, se baixa a Selic, os juros reais sobem. O que se queria era dar satisfação ao mercado, mostrar que o Governo estava voltando a se manifestar no sentido do rebaixamento da taxa básica de juros. E não fizeram as contas mínimas, percebendo que, daquele jeito, não estavam baixando juros, mas aumentando-os. Portanto, o debate é travado. É claro que nesses termos, que são sempre os mais adequados para o Congresso Nacional.

Devo repisar que, como me expressei da primeira vez, se alguém quiser que o ex-Presidente Fernando Henrique não fale, que peça às tevês para não o entrevistarem, que peça aos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo** para não publicarem seus artigos mensalmente. Essa é a alternativa que sugiro, haja vista não podermos tolerar a intransigência da ditadura de volta, ou seja, o pensamento único de que uma pessoa pode falar, mas outra não.

O Presidente José Sarney é o maior estadista de todos. Creio que o Presidente José Sarney possui a veia do estadista, sim. Se está ajudando a aprovar matérias, pode falar. O ex-Presidente Fernando Henrique não pode criticar. Portanto, para voltar a ser chamado de estadista pelos palacianos, S. Ex^a precisa, agora, elogiar o Governo Lula e dizer que é muito bonito esse quadro que o Brasil deplora, como a anarquia do MST. Não pode dizer que está faltando lucidez em relação ao marco regulatório.

Não dá para aceitar que os fatos se processem dessa forma. Portanto, encerro o meu pronunciamento, dizendo que há duas alternativas para silenciar o ex-Presidente Fernando Henrique, sem ser pela forma ditatorial, que afastamos desde logo, por completo

– acredito que ninguém imagine que a ditadura possa ser possível no Brasil de hoje. Hipótese A: Fernando Henrique pode ser convencido de que este Governo é uma maravilha. Hipótese B: o Governo poderá fazer com que os jornais não publiquem seus artigos e as televisões não o entrevistem. Fora isso, S. Ex^a irá, às vezes, até elogiar. Quem sabe, apoiará este Governo, que tem o compromisso de governar até o final. Ao contrário do “Fora FHC”, que levianamente cantavam e bradavam nas ruas, vamos dizer: “Fique Lula, porque seu dever é governar para valer – o que ainda não fez – até o final de seu mandato”. Portanto, quem sabe, chegará o momento – bato na madeira porque não quero que esse momento chegue – em que a palavra do ex-Presidente Fernando Henrique será para ajudar Lula a estabilizar seu poder. Talvez S. Ex^a venha a ser elogiado nesse momento. Entretanto, não há como dizer a alguém com toda a sua formação acadêmica e com todo o seu viés no debate intelectual: “Você foi ex-Presidente e, agora, não deve mais opinar. Você deve opinar, a não ser que seja elogiando.” Quem sabe se designa uma cadeira de Secretário aqui da Mesa para S. Ex^a aprovar projetos com mais rapidez ainda? Não é isso o que o Presidente Fernando Henrique vai fazer. S. Ex^a vai criticar e elogiar sempre que achar que deve. Desde o início, falo que é inútil esse trabalho de, com delicadeza ou de uma maneira rude, tentarem constrangê-lo para que não fale, porque ele vai falar. Falou no regime dos generais e vai falar, agora, no regime do nosso Presidente Lula, que, tenho certeza, não vai negar fogo quanto ao seu compromisso com a democracia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação. Não vou contraditar o Senador Arthur Virgílio. A meu juízo, se não estou equivocado, o dispositivo da explicação pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Roberto Saturnino, penso que ele terminou justamente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu não vou contraditá-lo, já disse. Só queria observar...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Penso que, regimentalmente, teríamos de ouvir o próximo orador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Claro, mas antes quero fazer uma observação de

caráter regimental, Sr. Presidente, sustentando que a explicação pessoal é um dispositivo que o Regimento garante ao Senador, quando é citado de uma forma capaz de diminuir a sua imagem perante os seus Colegas. E não foi o caso. Eu citei o nome do Senador Arthur Virgílio apenas para me referir ao seu discurso, e não fiz nenhuma alusão que pudesse atingir, nem de longe, na mais longínqua posição, a sua honorabilidade, ou levantar qualquer desconfiança. De forma que, a meu juízo, não caberia no caso a explicação pessoal.

S. Ex^a gosta sempre de ter a última palavra e aproveitou-se do dispositivo regimental para me contraditar. Não sinto necessidade de contraditar, agora, tudo o que S. Ex^a disse. Penso que os nossos pontos de vista estão bem claros. Quem nos escutou direta ou indiretamente compreendeu perfeitamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– A meu juízo, se não me engano, esse dispositivo da explicação pessoal não deve ser usado nesses casos para, simplesmente, contraditar o pronunciamento de um outro Senador que apenas se referiu ao Senador em causa de uma forma que não tem nada a ver com o respeito que ele merece e desfruta perante todos os seus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS.) – Senador Roberto Saturnino, a Mesa quis apenas ser democrática, naturalmente deixando que se use da palavra com um pouco mais de liberdade, mas, pelo que estamos observando, isso vai acabar complicando ainda mais o Regimento, porque é anti-regimental a fala de S. Ex^a e é anti-regimental a palavra agora, e ficamos com o próximo orador, sem poder falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS.) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 14, inciso VI, não é verdadeiro que esteja escrito no Regimento que apenas a palavra injuriosa mereceria resposta.

O Senador Roberto Saturnino até tem razão: talvez devesse haver esse dispositivo no Regimento, mas não é isso o que dele consta. Entendo que a redação seria melhor nos termos sugeridos pelo Senador, mas não é isso que a letra da lei diz e que a praxe da Casa registra.

No mais, de forma alguma, tenho a pretensão ficar com a última palavra. Sou uma pessoa de convicções, como acredito que todo Senador deva ser, e que todos os meus colegas são: pessoas de convicção

que estão aqui para debater assim como eu. Eu estou aqui precisamente para debater.

Há pessoas, nesta Casa, que fazem a limpeza, a iluminação, que trabalham na TV Senado. O meu trabalho aqui, entre outras coisas, é estudar as matérias e vir debatê-las. Portanto, não me senti em nenhum momento ofendido pelo Senador Roberto Saturnino, de maneira alguma. Entendo que S. Ex^a tem posições diferentes das minhas, embora tenha me tratado com todo o respeito. Mas me amparei, sim, no art. 14, § 2º, do Regimento Interno, para usar da palavra e S. Ex^a, sem se dizer aludido, tendo sido aludido por mim, usou dos seus cinco minutos com toda a legitimidade.

Tampouco me dirigi a S. Ex^a de maneira grosseira ou pouco polida. A interpretação do Regimento, a meu ver, está correta. Assim, V. Ex^a, como jurista emérito que é e tendo todo esse corpo a assessorar a Presidência, haverá de me dar razão. A interpretação correta talvez fosse a do Senador Roberto Saturnino, mas, na praxe, não é o que vigora no Regimento.

Praticamos um momento de debate e, se fôssemos interpretar o Regimento diferente do que é, seríamos dois a ficar calados: o Presidente Fernando Henrique, que só pode falar para elogiar, e eu, que não posso falar com base no que me garante o art. 14, § 2º, conforme pode ser perfeitamente cotejado e checado por V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a tem toda a liberdade regimental, tanto assim que utilizou a palavra duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já não bastassem as dificuldades que enfrentamos, próprias de um País que busca se desenvolver, temos assistido a um embate, no âmbito do próprio Governo, que, a persistir, somente nos trará ainda mais prejuízos e atraso.

Refiro-me ao que o brilhante jurista Miguel Reale, em seu artigo do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último sábado, chama de “**fundamentalismo ecológico**” e que estaria presente em áreas do Poder Público, em especial no Ibama.

Sr^{as} e Srs. Senadores, dezenas de obras se encontram, neste momento, paralisadas, porque o Ibama impede seu prosseguimento.

Como bem salienta Miguel Reale, se as autoridades ambientais têm bons fundamentos para dizer – **e nem sempre têm (sou eu quem afirmo)** – que um

projeto causará danos importantes, é sua obrigação apresentá-los com clareza e sem perda de tempo.

Enquanto isso, obras necessárias, fundamentais para o desenvolvimento, permanecem paradas.

A necessidade de desenvolver o País não pode ser vítima de seguidos obstáculos, muitos deles mais de caráter ideológico do que técnico.

Como bem lembra o Senador Gilberto Mestrinho, com o seu humor característico de amazonense, o jacaré não pode ser mais importante do que o homem. Matar jacaré pode levar uma pessoa à cadeia, mas se o jacaré mata o homem, é premiado!

Enquanto os órgãos ambientalistas fazem isso, o jornal **O Globo**, este sábado, informou que as obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis, estão paralisadas. Os técnicos do Ibama teriam pedido um estudo de impacto ambiental, pois se preocupam com a sobrevivência de um molusco chamado “berbigão”. O berbigão é mais importante do que essa estrada fundamental para o desenvolvimento do sul do País.

Pois é isso. Graças a esse molusco, que tem um outro apelido impubescível, a obra está paralisada. Restam 400 metros! Mas o berbigão não deixa que se faça.

Sr. Presidente, enquanto órgãos ambientalistas e parte do Ministério Público criarem obstáculos e mais obstáculos, veremos casos como o relatado no **Jornal do Comércio** semanas atrás: uma grande empresa investiu US\$30 milhões na construção de um terminal graneleiro no porto de Santarém, no Pará. Pois, na mesma solenidade em que recebeu o título de “empresa do ano”, anunciou a suspensão temporária de seus investimentos na região.

A razão? Segundo a direção da empresa, a decisão foi tomada “*até que algumas pessoas se convençam que é lícito investir, segundo a legislação vigente no País e conforme as regras ambientais definidas*”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas críticas que faço, não as dirijo à nossa colega e amiga Ministra Marina Silva, que é séria e sempre concentrou seu esforço, inclusive aqui nesta Casa, para garantir que o desenvolvimento do País se desse sem a degradação do meio-ambiente. Mas os fatos estão aí.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Infelizmente, não posso; a Mesa não deixa e só tenho cinco minutos. Mas já concordo com o que V. Ex^a iria dizer.

Todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores certamente têm consigo exemplos de obras em seus Estados que ainda não se iniciaram ou, pior, estão paralisadas por motivos semelhantes. Não podemos chegar ao ponto

limite de um dia vermos alguém defender que “ou se acaba com o Ibama ou o Ibama pode acabar com o desenvolvimento no Brasil”.

Não quero isso, mas isso pode acontecer. Se o Governo não tiver coragem de frear as ações impróprias do Ibama e, muitas vezes, do Ministério Público, o Ibama vai acabar com o País.

Os órgãos que, de alguma forma, tratam com o meio ambiente, entre eles o Ibama, são importantes para o País, ninguém nega, mas não podem fazer o que fazem. Na Bahia, linhas de transmissões já existentes não podem ser reforçadas, como é o caso de Ibiquara e Cascavel e outras localidades. Essa linha de transmissão, Sr. Presidente, propiciaria 50 mil empregos. Essa é a realidade.

É preciso, pois, que o Poder Público entenda a defesa do meio ambiente como função protetora da sociedade e não como instrumento de entrave ao crescimento da economia.

Nunca será demais lembrar que esse crescimento corresponderá a mais emprego para o brasileiro. Como lembra o próprio Miguel Reale, esse grande jurista que, aos 92 anos, é mais lúcido do que muitos de 30 anos, o Poder Público deve compreender que a salvaguarda do meio ambiente não pode prevalecer sobre o valor da pessoa humana.

Sabemos que existe um choque entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, que está prejudicando muitíssimo a agricultura brasileira. E sabemos que poucos Ministros, neste Governo, têm a competência de Roberto Rodrigues. O Ministro da Agricultura é um homem capaz, mas está impedido de trabalhar: ou lhe faltam recursos, ou lhe falta apoio para enfrentar a força da Ministra do Meio Ambiente, a nossa colega e amiga Marina Silva.

Portanto, temos que chamar a atenção para isso, e como colaboração. Ninguém quer atrapalhar o Governo, mas colaborar. No entanto, não se pode colaborar com a guerra entre Ministros.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido o artigo do jurista Miguel Reale, visto que não terei tempo de lê-lo.

Além disso, gostaria de dar esta manchete para todo o povo brasileiro: “**Spread** brasileiro é o maior do mundo”.

É isso, Sr. Presidente, que entrava o nosso desenvolvimento; é isso que o Governo do Presidente Lula deve modificar. Vai modificá-lo, tenho certeza. Se não o fizer, sua popularidade cairá a cada dia e chegará a um ponto em que Sua Excelência não poderá mais governar bem o País, como é o nosso desejo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA-
LHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º do Regimento Interno.)*

O HOMEM E A NATUREZA

Miguel Reale

(10-4-2004 - O Estado de S. Paulo)

Não há dúvida que, na compreensão do que seja “defesa do meio ambiente” e do papel que nele cabe ao ser humano, houve notável progresso nos debates havidos sobre o tema, a começar por não mais se “encarar o homem como um ser vivo qualquer”. Já agora se reconhece que “o homem é o principal sujeito do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas não o único” (3/3 e 30/3).

Persiste-se, todavia, em não considerar o homem dotado de autonomia e de poder criador para as transformações que, a todo instante, é ele obrigado a introduzir no meio ambiente em benefício da coletividade.

A bem ver, continua-se idealizando o meio ambiente como se fosse sempre uma fonte perene de benesses, na qual o homem estaria passivamente inserido, quando, na realidade, muitas vezes, é ele que, como agente criador de civilização e de melhores qualidades de vida, se vê na contingência de interferir no que é natural e espontâneo para estancar seus efeitos nocivos.

Vivendo no Nordeste, onde, no dizer de José Américo de Almeida, “a natureza é menos mãe do que madrasta”, Tobias Barreto chegou a afirmar que “a cultura é a antítese da natureza, no tanto quanto ela importa uma mudança no natural, no intuito de fazê-lo belo e bom”. Sem concordar com esse exagero, não se pode deixar de reconhecer que, continuamente, se deve à iniciativa humana a criação de meio ambiente compatível com as exigências vitais.

Como escreve Houaiss em seu monumental dicionário, em ecologia, meio ambiente é “o conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que cerca os seres vivos, influenciando e sendo influenciado por eles”. Sob outro prisma, poder-se-ia dizer que é o “espaço natural circundante no qual atuam os seres vivos”.

Ora, dentre os seres vivos, o homem é o agente por excelência das transformações introduzidas no meio ambiente, visando a alcançar formas de vida cada vez mais ecologicamente equilibradas, como é previsto no artigo 225 da Constituição de 1988.

Assim sendo, quando há iniciativas do Poder Público ou de empresas privadas no sentido, por exemplo, de construir barragens para usinas elétricas ou o

abastecimento de água potável, ou de abrir estradas para comunicações necessárias, cumpre fazer-se um “balanceamento de valores”, com a análise de todos os elementos em jogo, a fim de optar-se pela solução mais consentânea com as exigências essenciais à vida, de que tanto se fala, e ao desenvolvimento do País.

Como bem acentuou editorial do Estado de 31 de março último, “é preciso entender a defesa do meio ambiente como função protetora da sociedade e não como poder para entravar o crescimento da economia. Se as autoridades ambientais têm bom fundamento para dizer que um projeto causará danos importantes, é sua obrigação afirmá-lo com clareza e sem perda de tempo. Mas não é seu papel, nem seu direito, fazer de sua função um meio de impor ao País suas idiosincrasias ou de criar obstáculos ideológicos ao desenvolvimento”.

Não se trata, pois, de “antropocentrismo”, nem de ver o homem como “valor absoluto”, que não existe, mas sim de reconhecer que a salvaguarda do meio ambiente não pode prevalecer sobre o valor da pessoa humana, que, a meu ver, é o valor-fonte de todos os valores, por significar o homem situado na sociedade, um eu em correlação essencial com o dos demais membros da comunidade. Não há estudo de Axiologia que não admita uma escala ou hierarquia de valores, correlacionados uns com os outros em sintonia com o tipo de civilização atingida, nos limites de suas peculiares circunstâncias.

Nessa ordem de idéias, nenhum dano haverá ao meio ambiente por exigir-se que ele corresponda a um bem de vida considerado essencial ao ser humano. Mesmo porque, atualmente, a não ser nas ainda inexploradas florestas da Amazônia e de outras poucas partes do planeta, não há meio ambiente que não tenha sido influenciado pela ação do homem, como, para dar um só exemplo, aconteceu com o cerrado, que deixou de ser visto como terra inexplorável para tornar-se campo de um novo bandeirismo, não em busca de esmeraldas, mas sim de algodão, soja e milho.

Qual é o meio ambiente para um holandês, que constantemente afronta as ameaças do oceano? Qual o meio ambiente para um londrino, um nova-iorquino ou um parisiense senão o correspondente ao das cidades estupendas que construíram? Em todos eles, valores naturais compuseram-se com os humanísticos numa díade incindível. Não há nada, por conseguinte, que justifique atitudes do Poder Público inspiradas no “fundamentalismo ecológico”, que consiste em conversão do meio ambiente num valor absoluto, após afirmar-se que este não existe...

É claro que, se do estudo dos diversos fatores operantes resultar que o fim visado por um empreen-

dimento não compensa o dano a ser causado ao meio ambiente, é legítima a interferência do Ministério Público, no exercício de sua alta missão. Deverá sempre ser uma decisão tomada com a devida prudência - e não é à toa que a Jurisprudência é o nome clássico da Ciência do Direito -, pois, se o artigo 170 da Carta Magna exige, em seu inciso VI, que a atividade econômica preserve o meio ambiente, os incisos III e IV também salvaguardam a função social da propriedade e a livre concorrência.

Felizmente, a orientação dominante em nossos tribunais é no sentido da subordinação do meio ambiente aos valores existenciais, tal como ainda recentemente ocorreu, com a cassação de liminares que haviam suspenso a construção da barragem de Piratininga e Biritiba-Mirim, que se destina a abastecer de água potável o Reservatório da Cantareira, e a experiência da flotação das águas do canal do Rio Pinheiro graças a grande investimento que visa a antecipar a utilização do Reservatório Billings e da Usina Henry Borden na produção de energia elétrica, problema que a todos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pelo tempo que resta para o encerramento desta sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca; Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão de segunda-feira, 12 de abril, por meio do sistema de comunicação do Senado, quis Deus que esta sessão fosse presidida pelo grande jurista e Senador Juvêncio da Fonseca. Entendo que a justiça é um valor fundamental, uma inspiração divina. O Filho de Deus, em passagem pela Terra, disse-nos: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça (...)” Deus entregou leis a Moisés. Então, a justiça é divina. Mas a nossa não é divina, é feita por homens. Os romanos dizem: **errare humanus est**. Portanto, há erros, e precisamos refletir sobre eles, corrigi-los, minimizá-los.

Estamos aqui com o caso do Senador João Capiberibe. Atentai bem! Posso falar sobre esse assunto, porque também sofri processos semelhantes. Senador Ney Suassuna, sou um privilegiado, pois sou um homem do Piauí, mas fui afastado de um Governo em que fui colocado pelo povo por duas vezes. O Senador Sibá Machado também teve o privilégio de nascer no meu Estado e lá ser líder. O Piauí ensinou a este País, quando seu povo cassou os caçadores. Essa é uma reflexão.

Quero afirmar aqui a posição do meu Partido, o PMDB, Movimento Democrático Brasileiro, que essa é uma questão de entendimento. Senador Juvêncio da

Fonseca, a democracia, traduzida por um jurista como V. Ex^a, Abraham Lincoln, é o governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo é soberano, é quem decide. E o povo do Amapá é grandioso como o povo do Piauí, pois, na sua sabedoria, mandou para esta Casa dois representantes extraordinários: o ex-Governador João Capiberibe e o ex-Prefeito Papaléo Paes. Esse povo é tão sábio que também mandou para cá o nosso Presidente José Sarney. Isso é democracia.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho ouvido falar muito em CPI, mas, em 180 anos, nenhuma foi mais eficaz, mais brava, mais corajosa do que a CPI do Judiciário. São humanos. **Errare humanus est**. Os médicos erram, não é, Dr. Papaléo Paes? Por que não? Aquela CPI serviu para reflexão. Senador Antonio Carlos Magalhães, foi Deus que lhe colocou para este debate, que estou acompanhando. Olha como está errado: qualquer um afasta um Prefeito, um herói escolhido pelo seu povo, pela sua gente. Não há elemento algum da democracia de maior importância e valor e que mereça mais respeito do que um Prefeito. Ele administra sua esposa, seus filhos, seu pai, sua mãe, seus avós, seus amigos, e é afastado, às vezes, pelo segundo colocado, que quer o seu lugar, em uma trama diabólica.

Então, Senador Antonio Carlos Magalhães, penso que, diante desses casos em que o Prefeito é afastado, a Assembléia Legislativa deve se manifestar em 72 horas, para frear o processo. A justiça é uma inspiração divina, mas também tem demônios que nela se acobertam. No caso de um Governador, com 78 horas, o Senado, Poder máximo, manifesta-se. Devemos refletir sobre isso.

Quanto a mim, disseram que venci porque dei luz. Dei sim. A minha esposa, Adalgisa, no Serviço Social, quitava a conta de todos os pobres que gastavam menos de 30 quilowatt. Senador Papaléo Paes, V. Ex^a sabe o que é isso? É uma casa que tem um, dois, três ou quatro bicos de luz. Havia uma despesa de R\$800 mil, que representava um terço das casas dos pobres, que são a maioria. E cada casa dessas tinha cinco ou seis habitantes.

Também me acusaram de dar alimento. E dei mesmo! Esse negócio de Fome Zero não é do Presidente Lula. Eu construí, com a minha esposa Adalgisa, o primeiro restaurante popular neste País. O Governador Anthony Garotinho foi lá ver; depois, fez um restaurante em que cobrava. O Governador Mário Covas também esteve comigo e fez um restaurante. Eu tirei a polícia do lado, e a minha esposa pegou...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já está na hora do jantar, da sopa na mão. Em uma hora dessas, os pobres comiam.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Senador Mão Santa, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É. Mas não vamos interromper o meu ensinamento a este Governo. Então, foi lá também, Senador Antonio Carlos Magalhães, que disseram que...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Senador Mão Santa, gostaria de terminar o meu aviso. Infelizmente, estamos interrompendo V. Ex^a para prorrogarmos a sessão por mais dez minutos: cinco minutos são para que V. Ex^a complete o seu pronunciamento; cinco minutos, democraticamente, para o Senador Garibaldi Alves Filho, que precisa usar da palavra pelo menos por esse período.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quero dizer da solidariedade do PMDB. Já haviam falado o Senador Pedro Simon, símbolo maior do Partido, e o Senador Ramez Tebet. Agora sou eu, mas serei breve. Deus escreve certo por linhas tortas.

Anteriormente, o Senador Antonio Carlos Magalhães falou em **spread**, que, no Brasil, é o maior do mundo.

Para que brasileiros e brasileiras entendam o que estou dizendo, *spread* é a diferença entre o custo do dinheiro para a instituição financeira e o quanto ela cobra para emprestar para consumidores e empresas. Em 2003, o *spread* foi de 43,7 pontos, em média. Os bancos brasileiros captaram recursos pagando 23,4% ao ano e emprestando a juros 67,1% ao ano.

Segundo o FMI, o **spread** cobrado no Brasil é o maior do mundo. A situação brasileira é simplesmente escandalosa. Vejam algumas comparações: na zona do Euro, o **spread** é de 3,1%; nos Estados Unidos é 3%; no Japão, 1,8%; no Reino Unido, 0,1%.

Que vergonha! A taxa de intermediação cobrada pelos bancos que atuam no Brasil é 14 vezes maior que a taxa cobrada pelos bancos nos Estados Unidos!

Com relação aos chamados países emergentes, a nossa distância é também alarmante. Vejamos alguns dados: na Rússia, é de 9,1%; na Índia, 5,4%; na África do Sul, 4%; no Chile, 3,5%; na China, 2,6%.

Vejamos os percentuais de alguns países vizinhos: no Paraguai, é de 37,65%; na Argentina, 15,4%; na Bolívia, 13,6%; na Venezuela, 12%.

O *spread* no Brasil compõe-se de 32% de margem de lucro, 28% de impostos diretos e indiretos, 16% de inadimplência e 24% de despesas administrativas.

Logo, o Governo tem uma ampla margem de manobra para diminuir o *spread* e a taxa de juros cobrada pelos bancos: reduzir a margem de lucro dos bancos e reduzir os impostos cobrados. Só assim poderíamos tirar o Brasil desta triste situação de recordista em juros no mundo, o que está freando qualquer possibilidade de o País crescer e gerar os empregos que a sociedade exige.

Desde o início, eu dizia que o Palocci não era do ramo. Essa é a situação do Brasil. Não adianta publicidade, opinião publicada e paga.

Neste último fim de semana, estive no meu Estado com médicos e empresários e nunca vi tanto desânimo no Piauí e no Brasil!

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra de quando terminou o curso de Medicina? Eu concluí o curso de Medicina em 1966 e logo comecei a trabalhar. Nos primeiros anos, ao fazer a declaração do imposto de renda, os colegas diziam: “Dos doze meses trabalhados, o equivalente a um mês de trabalho vai para o Governo.” Isso era no início, quando me formei em Medicina.

Atentem bem, brasileiras e brasileiros, agora, neste Governo do PT, o Partido...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Partido dos Tributos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Boa complementação, Senador Pavan. De doze meses trabalhados, o equivalente a cinco meses vão para o Governo!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E o que o Governo oferece em resposta é uma educação péssima, um serviço de saúde comprometido, uma segurança pública inexistente, uma esperança zero! Essa é a verdade.

Então, são essas as nossas palavras.

Deixaria, para acordar o Governo, aquela mensagem de Juscelino Kubitschek, que se virava para seus companheiros, no Palácio, e perguntava: “Como vai o monstro?” Ele chamava José Maria Alckmin e Israel Pinheiro e perguntava: “Como vai o monstro?” O monstro era o povo.

Registro aqui que o povo está sem esperança e sem motivação. Vi médicos brilhantes, competentes, sem entusiasmo, sem coragem. Vi empresários sem coragem, porque nenhum negócio tem rendimento.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o PT mostrou sobretudo falta de estudo e saber. O primeiro livro que qualquer administrador tem de ler é **O Príncipe**,

de Maquiavel, escrito na época do Renascimento na Itália, que diz que o príncipe não pode ser afeminado, tem de ter capacidade de decisão, não pode ser rapina, não pode se aproveitar das mulheres dos seus súditos e não pode começar seu governo aumentando impostos. Esse é o princípio elementar que o PT não conhece.

O País está sacrificado e sem perspectiva, porque o trabalho não gera riqueza. O Brasil entregou-se a Meirelles e Palocci, que se entregaram e entregaram a Pátria aos banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} aprendem logo, mas esse PT é duro. O núcleo é duro. Chega a ser burro, não aprende. Já estamos com quase 16 meses de Governo e não vemos progresso para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Eu daria só um exemplo. O Governo acha que está tudo muito bom. Se juntarmos os gastos do Governo Federal, em 2003, com saúde, educação, trabalho, assistência e organização agrária, chegamos a R\$60 bilhões. E só de juros relativos a nossa dívida interna chegamos a R\$160 bilhões. Estão endeusando os banqueiros, o capital e o dinheiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São essas as nossas palavras e os nossos ensinamentos ao Partido que está no Governo para trazer de volta a riqueza e esperança ao nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves por cinco minutos, o tempo necessário para terminar a sessão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Eu ainda gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Hoje não há mais condições. Já estamos na prorrogação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas a Liderança não tem condições de requerer a sua inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – O PSDB já usou da palavra na pessoa do Senador Alvaro Dias.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas o PT falou três vezes pela Liderança, um pelo Bloco

e dois pelo PT, o Senador Tião Viana e a Senadora Fátima Cleide e o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Leonel Pavan, já estamos prorrogando o horário e o fizemos por um motivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a realmente tem uma consideração muito grande com os Senadores e, nesta Casa, demonstra ser uma das pessoas mais coerentes ao permitir que os Parlamentares se expressem.

Hoje, pela manhã, dezenas de pessoas que compraram e reservaram lugares na TAM ficaram sem passagem e sem viajar, em razão de a empresa ter vendido passagens a mais. Para impedir que fosse processada, a TAM deu aos passageiros uma contribuição de R\$200 – ou uma multa – para usarem como crédito. Inúmeras pessoas, empresários e microempresários, que já haviam reservado a passagem – inclusive eu –, não conseguiram viajar por causa da irresponsabilidade da TAM.

Solicitamos ao DAC que faça a devida investigação. Inúmeras pessoas impetrarão ações na Justiça porque perderam negócios.

É lamentável que as empresas menosprezem, desrespeitem os consumidores e ofendam a sua moral e a sua honra.

Esperamos que a TAM tome providências a esse respeito. Certamente, as pessoas que foram prejudicadas entrarão na Justiça, e eu serei testemunha daquilo que presenciei hoje, pela manhã, no aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa faz apenas uma observação: se continuarmos a quebrar o Regimento a todo instante, nossa sessão não será regular, nem de tolerância, mas uma sessão sem a observação regimental.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Garibaldi Alves Filho, inscrito anteriormente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa região Nordeste e o meu Estado, o Rio Grande do Norte, têm hoje uma grande perspectiva para o seu desenvolvimento no que concerne à fruticultura, ao camarão em viveiro e à fabricação de tecidos ou, em última análise, ao setor têxtil, além de outros produtos. Grande parte desses produtos é voltada para a exportação; grande parte desses produtos, Sr^{as} e Srs. Senadores, é produzida, hoje, por empresas que não são grandes, são empresas

pequenas e não chegam a ser classificadas como médias empresas. Entretanto, o desempenho das mesmas tem levado a um crescimento muito grande das exportações da nossa região e do nosso Estado. Daí a nossa preocupação com algo que venha a afetar o desempenho dessas empresas, o que seria, realmente, matar a “galinha dos ovos de ouro”.

Estou diante de um desses exemplos, e não podemos deixá-lo passar despercebido, sem uma palavra de advertência, de apelo; sem uma providência por parte do Governo Federal e, mais especificamente, do Ministério do Trabalho para solucioná-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, empresas produzem melão no nosso Estado. São 167 projetos de pequeno e médio porte na região em que estão sendo prejudicados por uma fiscalização que eu não diria apenas rigorosa, porque não se deve reclamar do rigor, não se deve reclamar do direito, mas eu diria que, dentro desse rigor, há excessos que vêm sendo cometidos pelos fiscais do Ministério do Trabalho. Tanto assim que jornais da cidade de Mossoró comentam esses fatos.

O jornal do último domingo traz uma matéria cuja manchete é a seguinte: “Multas descapitalizam a fruticultura”. A denúncia não é do jornal. O jornal faz ecoar uma denúncia do Comitê Executivo de Fitossanidade, do Rio Grande do Norte, o chamado Coex, órgão que representa essas 163 empresas de pequeno e médio porte da região.

O exemplo citado desse abuso na fiscalização é o da empresa Soagri – Comércio, Importadora e Exportadora Ltda., que recebeu duas multas dos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que, somadas, ultrapassam os R\$160 mil.

O diretor da Soagri, Sr. Mauro Antonio Gurjão, confirmou a multa. Ele garantiu que a empresa está trabalhando totalmente dentro da formalidade, com o registro da carteira profissional de todos os funcionários e o recolhimento dos encargos trabalhistas.

De acordo com Mauro Gurjão, as duas multas foram aplicadas por causa das reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalhador Rural (CIPATR), que atrasaram.

A comissão está formada. São 16 pessoas.

Na verdade, em vez de se multar em função delas, multou-se em função de todos os funcionários da fábrica, gerando, portanto, essa multa de R\$160 mil e a preocupação com relação ao destino dessas empresas e ao seu desempenho. São hoje pequenas e médias empresas, mas grandes exportadoras do melão e da fruticultura do Rio Grande do Norte.

Quero fazer um apelo ao Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, para que tome providências e separe o joio do trigo. Precisamos ter consciência do que é joio e do que é trigo; do que é rigor e do que é excesso; do que é direito e do que é errado; do que é trabalho e do que é realmente excesso.

Portanto, deixo isso registrado porque sei o quanto representam para o nosso Estado essa produção de melão e o setor de fruticultura. E, mesmo que a sua contribuição seja humilde para as exportações brasileiras...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– ... elas vão se agigantar, Sr. Presidente. Quem sabe se, brevemente, em médio prazo, não estaremos falando aqui do Rio Grande do Norte e do Nordeste como grandes exportadores do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro que conste nos Anais da Casa ofício que acabo de receber do Ministério da Justiça, por meio do qual o Sr. Ministro da Justiça informa a necessidade de nos aprofundarmos melhor no conhecimento das denúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Alberto Costa, que foi Diretor do FBI, bem como dos fatos que foram divulgados nesses últimos dias a respeito do depoimento do Sr. Maurício William Vilela. Tanto ele quanto o Ministro, General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, que viriam depor, quarta-feira, às 10 horas, na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Ambos pedem que seja adiado o depoimento para que possam conhecer melhor todas as informações.

Aproveito para registrar que encaminhei ofício ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Saulo Castro de Abreu Filho, solicitando sejam encaminhadas todas as informações relacionadas aos episódios relatados, inclusive na Comissão que mencionei na semana passada, pelo Sr. Maurício William Vilela, porque há indícios de que muitas das informações prestadas por S. S^a não foram corretas.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Gabinete do Ministro
Assessoria de Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios Bloco T Ed. Sede – 4º andar - sala 406
70064-900 – Brasília – DF.
429-3723 / 3527/ Fax: 429-3342 – aspar@mj.gov.br

Ofício nº 678/04 - GM/ASPAR

Brasília, 12 de abril de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO SUPLICY
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Senado Federal
70165-900 – BRASÍLIA – DF.

Assunto: Audiência na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência

Senhor Presidente,

De ordem do Senhor Ministro da Justiça, venho informar a Vossa Excelência da impossibilidade do comparecimento do Senhor Ministro na audiência marcada para a próxima quarta-feira, na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, pelas razões abaixo:

Em função dos novos fatos noticiados pela imprensa no final de semana p.p., os quais precisamos recolher maiores informações, e também, em virtude de ainda estarmos checando as denúncias apresentadas pelo senhor Carlos Alberto Costa na matéria publicada na revista Carta Capital e em depoimento tomado na Polícia Federal, bem como, tomamos conhecimento da dificuldade de agenda do Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, que, no entendimento de ambos, seu depoimento será complementar aos depoimentos do Senhor Ministro da Justiça e do Diretor-Geral da Polícia Federal, portanto, devendo ocorrer na mesma audiência, é que solicitamos o adiamento desta audiência, para outra data a ser agendada de comum acordo com o Gabinete de Segurança Institucional.

Coloco esta assessoria à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

Respeitosamente,


PAULO PIRES DE CAMPOS
Assessor Especial do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Não há mais oradores inscritos.

A SRA. Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Tenório, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRIMEIRO (E ÚNICO) EMPREGO

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Programa “Primeiro emprego”, lançado em julho do ano passado com o objetivo de criar 250 mil vagas para jovens até o final de 2004, está paralisado e precisa passar por mudanças o mais rápido possível, sob pena de aca-

bar entrando para a lista de fracassos na área social do atual governo.

Matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 21 de março do corrente, intitulada “Só Renison, 21, ganhou Primeiro Emprego”, mostra que a maior parte do dinheiro gasto no Programa neste ano foi direcionada para o pagamento de diárias de viagens e passagens. É urgente a necessidade de se reavaliar o Programa.

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requerio, Senhor Presidente, que a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

FOLHA DE DINHEIRO

Tel.: 011/3224-3273
E-mail: dmbevo@fol.com.br
Fax: 011/3224-2287

Serviço de Atendimento ao assinante:
Grande São Paulo 011/3224-3030
Demais localidades 0800-703-8000

PÁGINA B1 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 21 DE MARÇO DE 2004

TRABALHO Lançado em 2003 pelo presidente Lula, programa oficial só registra neste ano pagamento de R\$ 200 para copeiro na Bahia

Só Renison, 21, ganhou ‘Primeiro Emprego’

MARTA SALOMON
DA SUPLENÇA DE BRASIL A

Lançado em 30 de junho de 2003 e sancionado em outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma das prioridades de seu mandato, o programa *Primeiro Emprego* pretende obter vagas para 250 mil jovens até o final de 2004. Mas conseguiu criar — e pagar — por ora um único emprego.

O Sijafi (sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais) registra até a manhã da última quinta-feira o pagamento de apenas uma parcela de R\$ 200 do incentivo anual de R\$ 600 ou R\$ 1.200 (dependendo do tamanho da empresa) que o programa repassa aos que contratarem, por no mínimo um ano, jovens entre 16 e 24 anos de famílias pobres e sem ensino médio completo.

O depósito beneficiou um restaurante de culinária italiana em Salvador (BA). Chamou-se Renison Santos Freire, 21, o jovem contratado como copeiro pelo Primeiro Emprego. Recebe um salário mínimo.

A maior parte do dinheiro gasto nos primeiros dois meses e meio do ano foi consumida em diárias de viagens e passagens, ou seja, na administração do programa. O

total não chega perto de 0,01% dos R\$ 189,1 milhões destinados ao Primeiro Emprego pelo Orçamento da União de 2004.

“Estamos só no início, não dá para fazer uma avaliação ainda, e as dificuldades serão corrigidas nos próximos dias por meio de medida provisória”, anunciou o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Renúcio Todeschini. Apesar de lançado em junho passado, o programa só foi aprovado em outubro pelo Senado.

A proposta de medida provisória encaminhada pelo Ministério do Trabalho ao Palácio do Planalto prevê aumentar os estímulos aos empresários que aderirem ao programa. O governo estuda facilitar as contratações e suavizar os compromissos formais exigidos dos empresários de manter o número de empregados no período de pelo menos um ano.

O aumento do valor do subsídio também não está descartado. Empresas estatais também deverão ser autorizadas a participar.

Segundo Todeschini, “a ideia é simplificar o programa e gerar uma avaliação maior para os empresários”. As mudanças devem ser anunciadas por Lula e o ministro Ricardo Berzoini (Trabalho) ainda nesta semana.

→ LEIA MAIS sobre o “Primeiro Emprego” à pág. B4

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Poder reconstruído”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de março do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado Federal, confirma o que toda a sociedade já sabia: Quem manda mesmo no governo Lula é o Ministro José Dirceu. A base de apoio ao governo fica com-

pletamente desorientada sem a presença do Ministro. Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

2 | POLÍTICA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE
BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2004
Editor: Osvaldo Buarim Jr // osvaldo.buarim@correioweb.com.br
Subeditores: José Carlos Vieira e Leonardo Cavalcanti
Coordenadora: Fernanda Nardelli // fernanda.nardelli@correioweb.com.br
fax: 214-1155 e mail: politica@correioweb.com.br
Tels. 214-3194 e 214-1186

“DIRCEU, COM VOCÊ HOJE E SEMPRE, SEM AREIA”
Frase estampada em cartaz em homenagem ao aniversário do chefe da Casa Civil

33 DIAS *Foi o intervalo de tempo que Dirceu levou para falar publicamente sobre o caso Waldomiro Diniz*

CRISE GOVERNISTA

Ministro da Casa Civil, José Dirceu, anuncia o próprio renascimento como líder do PT e do governo durante ato de desagravo. Aliados de Lula, que passaram o último mês desorientados, respiram aliviados

Poder reconstruído

ADRIANO CEDLIN
DA EQUIPE DO CORREIO

Partiu do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), a melhor definição para os danos causados pela crise Waldomiro Diniz no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Existem dificuldades porque o nosso coração foi atingido”, avaliou. Para João Paulo, o coração do PT no governo é o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. “Temos que bombear sangue para ele”, completou. E o coração do PT voltou a bater anteontem à noite. O poderoso ministro do governo Lula anunciou seu próprio renascimento: “Já comeci minha vida outras vezes e o farei de novo”.

Dirceu ressurgiu das cinzas durante ato de desagravo a ele, anteontem, num hotel em Brasília. O ministro-chefe da Casa Civil foi homenageado por prefeitos petistas que estavam participando de um seminário de políticas públicas no capital federal. A data do encontro, 18 de março, coincidiu com a comemoração do aniversário de José Dirceu, que completou 58 anos.

Não foi só por solidariedade que os petistas decidiram homenagear Dirceu. O ministro da Casa Civil

voltou a se apresentar como líder porque o PT e o governo precisam dele. Em outubro, o partido viverá seu primeiro teste nas urnas depois que chegou ao comando do governo federal. Se Dirceu continuar enfraquecido, o PT e o governo se tornam mais vulneráveis. Isso compromete o desempenho do partido nas eleições municipais e resulta no mais óbvio: torna mais difícil a reeleição do presidente Lula em 2006. A luz amarela começou a acender depois que a oposição fez pressões para a criação de comissões parlamentares de inquérito sobre o caso Waldomiro.

Dentro do Palácio do Planalto, identificou-se que era preciso não só barrar as CPIs, mas também ajudar Dirceu a renascer, a ser reconstruído. O primeiro passo foi manter a agenda do ministro-chefe da Casa Civil como gerente do governo — determinação dada por Lula no começo deste ano. Mesmo no auge da crise, Dirceu continuou realizando audiências com os demais ministros do governo. A medida que o tempo foi passando, novas iniciativas foram tomadas.

A cena principal da reconstrução deu-se no Encontro de Prefeitos do PT, na noite de terça-feira no Hotel Nacional. Superprodução do marqueteiro Duda Mendonça, com um vídeo sobre a vida de Dirceu, e cartazes com frases elogiosas a ele espalhadas

pelo salão. “Dirceu, com você hoje e sempre, sem areia”, dizia um dos cartazes. O vídeo emocionou Dirceu, mas não foi capaz de alterar seu estilo. Ele falou logo após a exibição da fita produzida pelo publicitário Duda Mendonça. Em tom de ameaça, afirmou que falará tudo o que pensa sobre o caso Waldomiro em “15, 30 dias”.

Alívio e crítica

No Congresso, a volta de Dirceu teve leituras diferentes, dependendo do referencial. Para a base governista, foi um alívio. A sensação era de que os aliados de Lula precisam ter José Dirceu como eixo ou, do contrário, ficam desorientados. “Um pouco do desgoverno que se verificou na base foi em função de termos tido o Zé ferido, acuado, por esses dias”, avaliou a líder do PT no Senado, Idelf Salvaratto (PSC). “Não tem como a coisa funcionar se não tem operador. E o operador é José Dirceu.” Para ilustrar, Idelf contou uma conversa que teve ontem com um policial federal do Sindicato de Santa Catarina, sobre a greve da categoria. “Agora, estou sentindo firmeza: o Zé voltou para a negociação”, disse o policial.

O discurso mostrou que o ministro passou por um momento difícil, mas superou essa etapa e retomou seu papel na cena política”, avaliou o líder do

governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). "Foi uma experiência dolorosa para ele. Mas o homem público cresce na adversidade", continuou Mercadante. "José Dirceu expressou com seu discurso que a crise política está chegando ao fim", festejou o senador Tião Viana.



Se os governistas elogiavam a volta do mesmo Dirceu de antes, os oposicionistas

o criticavam pelo mesmo fator. "Pelo visto, ele não aprendeu nada com o episódio. Voltou tão arrogante quanto antes", atacou o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN). Os oposicionistas criticavam principalmente as ameaças de Dirceu, de que falará sobre o episódio no futuro, e de que os oposicionistas "estão brincando com o perigo". "Se ele sabe de alguma coisa, que diga logo. Se não, é prevaricação", provocou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). "Foi um discurso estabulado. Ele até admitiu que é incompetente", concluiu o senador tucano Antero Paes de Barros (MT). (Colaborou Rudolfo Lago)

ULTIMATO AO PL

A nota pública do PL, divulgada na terça, não foi suficiente para conter a crise política deflagrada com as declarações do presidente do partido, deputado Valdemar Costa Neto. Em reunião ontem, no gabinete do vice-presidente José Alencar, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, deu ultimato ao PL: ou o partido se comporta como aliado ou vai para a oposição. "Não podemos fazer aliança platônica, que não se realiza", afirmou o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo.

PMDB quer mais espaço

RUDOLFO LAGO

DA EQUIPE DO CORREIO

Enquanto o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, busca reconstruir-se, o PMDB trabalha para tentar ocupar o vácuo político deixado por ele quando sentiu-se acuado com o caso Waldomiro. Ontem, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), reuniu 19 dos 23 senadores do partido para um almoço em sua casa. O tema: como aumentar a capacidade de influência do partido sobre o governo nesse momento de crise.

A lógica de Renan é de que a crise não deve afugentar o PMDB do governo. Pelo contrário. É agora que o partido pode agir para penetrar no núcleo petista, fragilizado pelas denúncias e tonto por não saber lidar com os percalços que o caso Waldomiro provocou. "Agora, o que importa não é nem o número de cargos que temos ou poderemos ter. Não temos que correr atrás de cargos. Temos de correr atrás de influência", disse Renan.

No momento em que fazia o almoço, um dos senadores peemedebistas, Pedro Simon (RS), entregava, junto com o líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), uma representação no Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de arquivar a CPI dos Bingos. "Isso não é atitude que contribui", atacou Renan. "Simón age como um vampiro da crise."

Estratégias

Renan quer criar condições objetivas para que o PMDB passe a opinar nas estratégias do governo. "Não podemos mais ser chamados apenas como bombeiros. Precisamos ser chamados antes, para evitar que os incêndios aconteçam", disse o líder do partido no Senado. Após o almoço, o Planalto emitiu os primeiros sinais de que poderá atender os desejos de Renan e do PMDB. "Há uma abertura do governo para isto, o que inclui o ministro Palocci", afirmou o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Uma das formas pensadas para permitir a participação do PMDB e dos demais partidos da base é apressar a instalação do Conselho Político, com os líderes partidários.

O almoço de Renan, no entanto, formalizou uma baixa. "Não suporto mais essa conversa de pedir calma porque o governo enfrenta um momento difícil", reagiu o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). "Isso significa menos um senador na base de apoio do governo. Sou independente", anunciou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRESO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE SP

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “PF prende ex-presidente da Câmara de SP”, publicado no jornal “Folha de S. Paulo” de 20 de março do corrente.

O artigo traz mais um escândalo de corrupção em nosso país, somando-se ao assunto do momento envolvendo o Palácio do Planalto.

Dessa vez é com o ex-presidente da Câmara de São Paulo, Armando Mellão, membro de partido que é

da base aliada do Governo Lula, que dizia ter influência em CPI para livrar investigados e extorquir políticos e doleiros. Mais uma vergonha para nosso país e isso não pode continuar.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

A 10 sábado, 20 de março de 2004

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

OPERAÇÃO PANDORA Segundo a polícia, Mellão dizia ter influência em CPI para livrar investigados e extorquir políticos e doleiros

PF prende ex-presidente da Câmara de SP

FABIO SCHIVARTCHE
PEDRO DIAS LEITE
DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo Armando Mellão Neto, 42, foi preso em flagrante ontem num flat no Itaim Bibi, bairro de elite de São Paulo, sob a acusação de extorquir dinheiro do ex-deputado estadual Reynaldo de Barros Filho (PP).

Mellão foi detido em uma operação da Polícia Federal ao negociar o recebimento de um envelope com R\$ 581.400. O dinheiro foi entregue pelo advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes.

Pelas investigações da PF, que começaram há 40 dias, Mellão dizia falar em nome de congressistas da CPI do Banestado — que apura remessas ilegais de dinheiro ao exterior — e afirmava que podia barrar investigações em troca de dinheiro. No jargão policial, “vendia fumaça”: negociava um poder que não tinha. Segundo a polícia, o esquema de Mellão funcionava havia um ano.

Pitta

Apenas no caso de Reynaldo Filho, a negociação total girava em torno de US\$ 2,4 milhões. Outra vítima, segundo a Folha apurou, foi o ex-prefeito Celso Pitta (PSL-SP), que não teria pago. Procurada, sua assessoria não respondeu até o fechamento desta edição.

Os três parlamentares citados pelo ex-vereador como seus interlocutores na CPI — os deputados José Mentor (PT-SP) e Rodrigo Maia (PFL-RJ) e o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) — negam qualquer envolvimento.

Com prisão temporária decretada, Mellão nega a extorsão. “O que mais dói nisso é saber que foi uma armação”, afirmou.

Instalada em junho do ano passado, a CPI do Banestado encontrou uma conta de Pitta em um banco norte-americano, aberta



Ele [Mellão] dizia que a prisão de Reynaldo Filho seria boa para abafar o caso Waldomiro Diniz na imprensa

LAÉRCIO BENKO LOPES
advogado, contando um dos argumentos usados por Mellão para convencê-lo a pagar a propina

em 1994 com US\$ 110 mil. O ex-prefeito sempre negou — e continua negando — ter a conta.

Padrinho político

No caso que se tornou público ontem, os figurantes giram em torno da era Maluf-Pitta à frente da Prefeitura de São Paulo (1993-2000). O pai de Reynaldo Filho, Reynaldo de Barros, foi um dos secretários mais influentes da gestão malufista. Mellão começou na política pelas mãos do ex-secretário, mas os dois estavam rompidos desde 98. Armando Mellão presidiu a Câmara Municipal no auge do escândalo da Máfia dos Fiscais (1999-2000), que terminou até com vereadores cassados.

O trabalho da PF que culminou na prisão de Mellão começou em janeiro, depois que o deputado Mentor foi procurado por advogados ligados a pessoas que estavam sendo extorquidas por Mellão. A pedido do petista, o Ministério da Justiça determinou a entrada da PF no caso. A investigação, denominada “caixa de Pan-

dora”, durou dois meses, gravou fitas de vídeo e grampeou ao menos 50 telefonemas.

Colaboração

Um dos protagonistas da investigação foi o advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes. Ele passou a colaborar com os policiais logo que os grampos da PF no celular de Mellão apontaram seu cliente como uma das vítimas.

Foi o advogado quem armou, em conjunto com a PF, a cena para a prisão de Mellão. Duas microcâmeras colocadas pelos policiais no quarto do flat — alugado por Lopes — gravaram toda a negociação, ontem de manhã.

Em um envelope em cima da mesa havia um cheque de Reynaldo Filho no valor de R\$ 531.400, nominal a Mellão, e mais R\$ 50 mil em dinheiro, divididos em cinco maços de notas de R\$ 100.

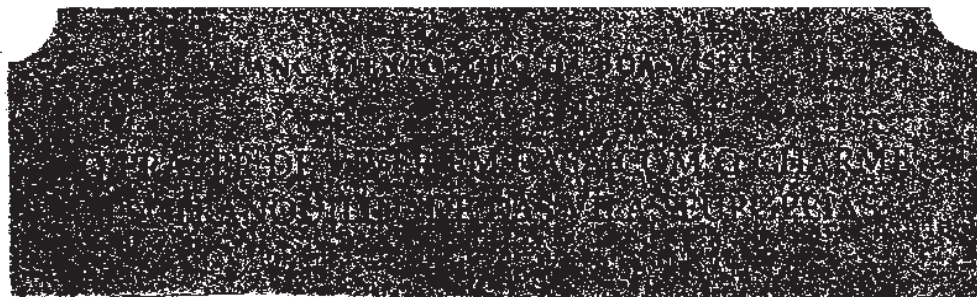
Depois do acerto financeiro, Mellão ainda fez um pedido ao advogado: “Laércio, você ficaria muito enrolado se eu pedisse para você só ir comigo até o carro para levar o dinheiro agora?”. A conversa está gravada em vídeo, em poder dos investigadores.

A PF não divulgou ainda as outras provas que diz ter das chantagens praticadas por Mellão. Suspeita-se que pelo menos outras 11 pessoas estivessem sendo vítimas dele. A polícia espera que nos próximos dias outros achados por Mellão deponham no processo.

Abafar Waldomiro

O advogado Laércio Benko Lopes lembra-se dos métodos de chantagem utilizados — envelopes apócrifos com falsas denúncias, como contas inexistentes no exterior — e um dos argumentos utilizados por Mellão para convencê-lo a pagar a propina.

“Ele dizia que a prisão de Reynaldo Filho seria boa para abafar o caso Waldomiro Diniz na imprensa”, conta Lopes.



AS CONVERSAS DE MELLÃO

Diálogo gravado pela PF

Advogado: Ele quer aceitar isso aqui, 1 milhão, lá fora. Você dá o número da conta que você quiser, tá? Ele precisa na semana que vem.

Armando Mellão: Ele vai dar alguma coisa, tá? É o final de semana, metade até meio dia.

União, 17/05/06

Armando Mellão: As coisas foram feitas pela Polícia Federal, não foi? Mellão se preso.

Polícia antes da entrada da Polícia Federal: O Mellão não fez nada, não tinha nada, eu não tinha nada, envelope.

Mellão responde: Não, não vou falar nada.

Polícia: Os policiais entram, policiais entram, condenam que o ex-presidente da Câmara Municipal soltou as mãos.

último Labo

Ex-vereador nega extorsão e diz que há 'equivoco'

DA REPORTAGEM LOCAL

Sob prisão temporária na sede da Polícia Federal de São Paulo, Armando Mellão Neto, ex-presidente da Câmara Municipal da cidade, nega que tenha extorquido Reynaldo de Barros Filho. "Não negociei nada. Fui visitar um amigo e falar de dois assuntos: campanha política e a venda de um automóvel. Aí vem a polícia e dá a entender que [o dinheiro] é meu", afirmou.

Mellão não tocou no dinheiro, mas a Polícia Federal acredita que os grampos feitos durante os 40 dias de investigações e a gravação realizada no flat ontem são suficientes para incriminá-lo. Após o flagrante, a polícia fez diligências no escritório e na casa de Mellão, onde foram encontradas duas armas em situação irregular.

Segundo o delegado Wagner Castilho, ele será indiciado por extorsão, crime contra o sistema financeiro, posse ilegal de armas e exploração de prestí-

gio. Pode ser condenado a até 20 anos de detenção. Já foi solicitada a quebra do sigilo fiscal e bancário de Mellão.

Visivelmente constrangido e tentando esconder as algemas das imagens gravadas por cinegrafistas, Mellão, que se autointitula empresário, disse que seria uma "burrice" aceitar o pagamento por um crime com um cheque nominal. "Além de ser ilícito, seria muito burro."

No caso da gestão Pitta, Mellão não deixou a política. Ele é hoje terceiro suplente de deputado estadual pelo PMDB. O partido informou ontem que suspendeu sua filiação e que, se as denúncias forem comprovadas, ele será expulso da sigla.

O advogado de Mellão, João Ramaccioti, reafirmou que as acusações são infundadas. Para justificar a denúncia, disse: "Todo político tem amigos e inimigos".

Mellão havia insinuado que as denúncias contra ele teriam motivação política. O advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes, é filiado ao PV e diz que estuda a possibilidade de candidatar-se a vereador neste ano. Mas nega qualquer interesse eleitoral ao justificar sua participação ativa nas investigações.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A CULPA É DA IMPRENSA!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “A imprensa e outros fantasmas do PT”, publicado no jornal “Valor Econômico” de 9 de março do corrente.

O artigo, de autoria do repórter especial de política, Cristiano Romero, mostra que o Partido dos Tra-

balhadores continua tratando a imprensa como um adversário político.

Com está escrito no referido artigo, “... Se nada mais for descoberto envolvendo integrantes do governo ou do Partido, o assunto Waldomiro desaparecerá da mídia”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Política

CRISTIANO ROMERO

A imprensa e outros fantasmas do PT

De novo, a imprensa. O governo e, especialmente, o PT vêm a mídia como um dos principais responsáveis pela crise política das últimas três semanas. Em nota oficial divulgada sexta-feira, a cúpula do partido afirmou que seus dirigentes e o governo Lula tornaram-se alvo de “campanha sistemática”, promovida pela imprensa e por setores da oposição, para “desconstruir” o capital ético e político do PT.

No governo, a visão é a mesma. Um ministro influente, uma das vozes mais sensatas do PT, atribui a imprensa boa parte da responsabilidade pela crise. “O ministro José Dirceu é um quadro do partido que está sendo devorado pela fome insaciável da imprensa”, diz ele. “A imprensa hoje é como um animal que estava enjaulado e que saiu com uma voracidade para se alimentar como raramente se viu.”

Na avaliação desse ministro, o alimento do “animal enjaulado” é a comprovação de uma falsa tese: a de que o PT é um partido corrupto igual aos outros, e que o governo é do PT, portanto... “Todo mundo vai em cima disso. Não se trata mais de ponderar o fato, se vale à pena ou não do ponto de vista jornalístico colocar certas coisas nos jornais. Trata-se de defender uma tese”, reclama o ministro.

Um integrante do governo, numa reunião no Palácio do Planalto, chegou a dizer ao ministro Dirceu que a imprensa se tornou a “doença” dele. O remédio para essa doença, explicou o ministro ao chefe da Casa Civil, “não está em você”.

O que está por trás desse raciocínio tem um viés autoritário. Se o remédio para a crise não está no ministro da Casa Civil, ou seja, em seus esclarecimentos sobre o escândalo envolvendo seu ex-assessor, ele está na mídia. Na ditadura, a imprensa também era uma “doença” para os generais. A enfermidade, como se sabe, foi tratada à base da censura e repressão.

Não é a primeira vez que os petistas reclamam da imprensa neste governo. Antes do caso Waldomiro, o presidente Lula queixou-se publicamente das “esperulações” dos jornalistas sobre a reforma ministerial. Disse que elas atrapalhavam o bom funcionamento da administração pública.

O presidente do PT, José Genoíno, alega que, se “alguns setores” da imprensa, têm o direito de criticar o governo e o PT, ele também pode fazer o mesmo. Genoíno refere-se a “certos articulistas”, isto é, àqueles que, no jornalismo, exercem o direito de opinião. “Na medida em que esses jornalistas falam, por que também não posso discordar deles? Que história é essa de que na democracia não se pode criticar o Judiciário, o Ministério Público e a imprensa?”, diz o principal dirigente do PT.

A crítica à imprensa, assim como a outras instituições, é salutar. Ajuda-a a aprimorar seu trabalho, a corrigir distorções. A pergunta do presidente do PT pode, po-

Ministro vê a mídia como doença de José Dirceu

rêm, ser devolvida a ele: "Numa democracia, por que não se pode criticar o PT?". O fato é que o governo e seu partido só esperam afagos da imprensa.

O próprio Genoïno tem uma pista para explicar essa distorção. "O PT tinha uma relação de muita proximidade (com a imprensa). Vamos deixar claro: uma

atitude permissiva, até não tanto republicana", reconhece ele.

A visão de que a imprensa é um ator político que conspira contra os governos em geral vem sendo desenvolvida, curiosamente, desde a redemocratização do país, no início dos anos 80. Antes, por causa do regime militar, imprensa e oposição e imprensa e esquerda quase que se confundiam na luta contra a ditadura, o inimigo comum a ser combatido. Isto explica o "mea culpa" de Genoïno. "Mudamos de papel e, agora, a imprensa quer que façamos a mesma coisa."

O problema está justamente aí. O governo petista quer que a imprensa aja como quase sempre agiu quando o PT era oposição: que lhe cubra de elogios e lhe dê crédito infinito. Os petistas, infelizmente, confundem informação com opinião. A crise política não se originou do editorial de um jornal ou de um artigo ferino de um "animal enjaulado", mas do trabalho investigativo do repórter Andrei Meirelles, da revista "Época".

Waldomiro Diniz só foi demitido porque Meirelles obteve cópia da fita de vídeo mostrando o ex-assessor de José Dirceu cobrando propina de um bicheiro. Muitos petistas alegam que, após a denúncia, alguns órgãos da imprensa exageraram fatos, distorceram outros, promoveram investigações, atacaram o "patrimônio ético" do PT. É possível.

O caso Diniz foi uma quase-novidade que despertou muito interesse na imprensa e na sociedade. Embora não se trate do primeiro caso de corrupção envolvendo o partido, provocou espanto justamente porque imprensa e sociedade acreditavam que essas coisas não aconteciam nas hostes petistas. Daí, a imaginar que a imprensa está conspirando para nivelar o PT, associando-o a agremiações partidárias menos afamadas, há uma grande distância.

Não se trata aqui de defender o comportamento de uma entidade chamada "imprensa", mas a instituição. Há bons e maus jornalistas, empresas sérias e irresponsáveis, todas aí expostas ao escrutínio público e diário dos leitores e de outras instituições da sociedade. Retratar o governo do PT sem retoques é o melhor salvo conduto para a imprensa que, como reconhece Genoïno, andou de mãos dadas com o partido por mais de duas décadas.

Não tendo nada a temer, o PT não tem razão para reagir ao trabalho da imprensa. Se nada mais for descoberto envolvendo integrantes do governo ou do partido, o assunto Waldomiro Diniz desaparecerá da mídia.

José Genoïno já tirou lições importantes da crise. Na sua opinião, o PT foi magnânimo quando imaginou que seria fácil governar um país como o Brasil. Ainda assim, ele continua vendo a imprensa como um adversário político, comparável aos partidos que fazem oposição ao governo.

"O PT estava acostumado com duas idéias. A de que governar é fácil e a de que se governa sem adversários", reconhece o presidente do PT. "Estamos entrando em contato com o lado sangrento, perverso da política. Temos que estar preparados para isso."

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o episódio Waldomiro Diniz continua ocupando grande parte do noticiário nacional, muito embora o governo venha fazendo o possível para vender a idéia de que o caso já está encerrado. A cada dia que passa, novos personagens vão surgindo nessa novela.

Pela oportunidade do tema, incluo neste meu pronunciamento as matérias em anexo, para que pas-

sem a constar dos anais do Senado e da história política do país.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

Ministério Público investiga empresa de outro ex-petista

Waldomiro teria proposto a contratação da São Tomé à GTech na negociação com a Caixa

AS LIGAÇÕES DE BURATTI

JOSÉ DIRCEU Buratti trabalhou com o ministro da Casa Civil enquanto estava na Assembleia Legislativa de São Paulo. O ex-secretário de Palocci atuou na Assembleia de 27 de março de 1987 até, pelo menos, o início de 1992.	JOÃO PAULO CUNHA Buratti foi um dos fundadores do PT em Osasco, nos anos 80, e foi o lugar da presidente da Câmara. Buratti trabalhou com ele na Assembleia de São Paulo, nos anos 90 e em seu primeiro mandato como deputado federal, em 1995.
---	---

WALDOMIRO DINIZ Nas investigações sobre o caso Waldomiro Diniz, dirigentes da GTech afirmaram que o ex-assessor do Planalto impôs a contratação de Buratti à empresa para "facilitar" a renovação do contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal em 2003.	ANTONIO PALOCCI FILHO Além de secretário do Governo do ministro da Fazenda em Ribeirão, Buratti foi assessor de Palocci na época em que foi deputado estadual. Buratti é vice-presidente do grupo Leão Leão, maior doador da campanha de Palocci em Niterói.
---	--

Foi assessor de Dirceu desde o início da década de 90. No governo Lula, foi subordinado à Casa Civil até meados de janeiro. Flagrado em vídeo de 2002 pedindo propina e contribuição de campanha, foi exonerado do cargo a pedido em fevereiro.

(SP) na gestão do hoje ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho e União de empresas que prestam serviços a prefeituras petistas. Diante da recusa da matriz da GTech nos EUA a contratar Buratti, Waldomiro teria oferecido os serviços de outra empresa. De acordo com indicações dos dirigentes da multinacional ao Ministério Público, a empresa seria a São Tomé, também vetada pela matriz da GTech. A São Tomé foi aberta em maio de 2002 por Carvalho e sua mulher, Rosimar Cipriano. Integra o capital da construtora uma outra empresa, a Santo Amaro Participações Ltda., também de propriedade do casal.

Tomé Engenharia e Construção Ltda. "A São Tomé não faz consultoria nem entende daquele serviço." O nome de Carvalho apareceu no noticiário como dono da Construrban, empresa de lixo contratada sem licitação, junto com outras 15 empresas, pela Prefeitura de São Paulo. O caso ocorreu no início do mandato de Maria Súplicy (PT) na prefeitura. "Nenhum problema foi constatado", afirma Carvalho sobre o episódio.

Empresário diz conhecer GTech só pelos jornais
O empresário Ubiratan Sebastião de Carvalho disse ontem que só ouviu falar da GTech pelos jornais e nega ter oferecido proposta de consultoria à multinacional. "Não tenho nenhum conhecimento desse assunto. Pode ser alguma sacanagem." Carvalho disse que pode ter se encontrado com Rogério Buratti. "Em reuniões de empresas, às vezes pode ter havido algum contato", disse o dono da empresa São

As duas empresas, abertas no mesmo dia, têm o mesmo endereço: a casa de Carvalho no Morumbi, bairro nobre de São Paulo. A Santo Amaro também é dona da Construrban, empresa de coleta de lixo e principal negócio de Ubiratan Sebastião de Carvalho. A GTech diz que não contratou nenhum consultor sugerido por Waldomiro Diniz na negociação. "A GTech não forneceu dinheiro ou outro tipo de vantagem indevida a qualquer pessoa, empresa ou partido político com a intenção de influenciar as negociações com a Caixa", afirmou a empresa, errata, na semana passada. A Caixa, por sua vez, nega que tenha havido interferência externa na negociação do contrato. Em 8 de abril do ano passado, a GTech e a Caixa assinaram a renovação por 25 meses do contrato de R\$ 25 milhões por mês para o gerenciamento das loterias.

MARTA SALOMON ANDRÉA MICHAEL
DAS LICITAÇÕES DE BRASÍLIA
O Ministério Público Federal investiga o nome de uma segunda empresa cuja contratação teria sido oferecida à GTech como alternativa aos serviços de consultoria de Rogério Buratti durante as negociações com a Caixa Econômica Federal. Trata-se da São Tomé Engenharia e Construção Ltda., de propriedade de Ubiratan Sebastião de Carvalho. Ex-deputado do PT, ele também é sócio da Construrban, empresa de coleta de lixo contratada sem licitação pela prefeita de São Paulo, Maria Súplicy (PT), em 2001. A Folha, o empresário disse e afirmou que nunca fez contato com a GTech, a empresa responsável pelo processamento de dados das casas lotéricas do país.

"Provavelmente, se houve alguma insinuação, é alguma sacanagem por parte da GTech ou de quem está por trás da GTech", disse Carvalho. Em depoimento dado à Polícia Federal e ao Ministério Público na sexta-feira da semana passada, dois dirigentes da multinacional afirmaram: que Waldomiro Diniz, assessor do ministro José Dirceu (Casa Civil) demitido após divulgação de gravação de 2002 na qual pede propina a um empresário do ramo dos jogos, intermediaria a renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal. Na véspera da data prevista para a assinatura da prorrogação do contrato de R\$ 650 milhões, Waldomiro teria sugerido a contratação da BES, empresa de Rogério Buratti, ex-secretário de governo da Prefeitura de Ribeirão Preto

Ex-secretário se afasta do cargo na Leão Leão

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO

RUBENS VALENTE
ENVIADO ESPECIAL RIBEIRÃO PRETO

O vice-presidente executivo do grupo Leão Leão, Rogério Tadcu Burati, pediu ontem afastamento do cargo até a conclusão das investigações da sua suposta participação no escândalo Waldomiro Diniz. O pedido foi aceito, de acordo com a assessoria de imprensa da empresa.

Amanhã, a empresa publicará anúncio em jornais sobre o afastamento temporário de Burati.

O afastamento ocorreu no mesmo dia em que a imprensa divulgou que Burati tinha empresa em Jardinópolis, a BBS Consultores Associados Ltda., que utilizava o endereço da copera Lourdes Perico Dias. Ela trabalha na sede da Leão Leão, em Ribeirão Preto.

A Folha apurou que dois diretores da empresa Gtech Brasil afirmaram à Polícia Federal que a BBS foi a empresa sugerida por Burati para assinar contrato com a Gtech por um valor de R\$ 6 milhões. A assinatura de um contrato de consultoria, segundo os diretores, foi condição sugerida pelo ex-assessor do Planalto Waldomiro Diniz para a renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal.

Ontem, a Prefeitura de Jardinópolis enviou à Promotoria documentos sobre a empresa, entre

eles guias de recolhimento de impostos e contratos sociais.

Segundo o contador José Henrique Barreira, contratado para a BBS por Burati, a empresa fatura atualmente entre "R\$ 200 mil e R\$ 300 mil". Barreira diz que Burati não é funcionário contratado pela empreiteira, mas consultor remunerado por meio da BBS, cuja maior fatura é a Leão Leão. O cargo de Burati é o segundo mais alto do grupo Leão Leão.

O grupo tem cerca de 1.900 funcionários e fatura anualmente cerca de R\$ 170 milhões, segundo sua assessoria. É formado pela Leão Leão Ambiental, Leão Leão Infra-Estrutura e Serviços e Triângulo do Sol. A assessoria da Leão Leão não soube informar se o contrato com a BBS será mantido com o afastamento de Burati.

Sobre a empresa em Jardinópolis, o contador alegou que isso ocorreu devido a menor carga tributária na cidade. A alíquota do ISS em Jardinópolis era, em 2000, de 1% do faturamento. Já em Ribeirão variava de 2% a 5%. Ainda na versão do contador, a copera Lourdes foi escolhida por Burati porque era de confiança e mora em Jardinópolis. Ele alega que não há irregularidade nisso.

A BBS, segundo Barreira, não mantém contratos com órgãos públicos. Ele não soube informar quantos contratos a BBS tem além do que mantém com a Leão Leão,

Presença de Waldomiro na Caixa é investigada

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

DA SUCCURSAL DO RIO

O Ministério Público investiga a presença de Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, nas dependências da Caixa Econômica Federal tanto no período de transição como em pleno governo Lula, na época da renegociação do contrato com a Gtech do Brasil.

Os procuradores teriam, inclusive, documentos que poderiam comprovar a passagem de Waldomiro pelo banco estatal nas duas épocas. Esses documentos seriam do trâmite interno da Caixa, uma liberação do setor de segurança para que ele transitasse no banco mesmo sem ser funcionário da instituição.

O Ministério Público busca algum registro de imagem da presença de Waldomiro na Caixa, que poderia ter sido feito pelo sistema de segurança da instituição.

O ex-assessor de José Dirceu, segundo depoimento de diretores da Gtech, tentou intermediar a negociação para renovação do contrato da Caixa com a multinacional para gerenciamento do sistema de loterias do país.

A Caixa nega a interferência externa na negociação que resultou na prorrogação por 25 meses —até maio do ano que vem— do contrato entre a Gtech e o banco.

O Ministério Público e a Polícia

Federal investigam também eventuais ligações de Waldomiro Diniz e dois funcionários da Caixa que trabalharam, como o ex-assessor do Palácio do Planalto, na equipe do governo de Cristovam Buarque (1995-1998) no Distrito Federal. São eles Paulo Campos e Felipe Torelli.

A Polícia Federal também suspeita que Waldomiro tenha eliminado provas do suposto ato de corrupção. Na sua casa, em Brasília, foram apreendidos apenas documentos como contas de luz e água. A PF esperava encontrar indícios contra Waldomiro. Agora, os investigadores consideram como elemento essencial das investigações a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário do ex-assessor parlamentar.

No dia 14 de fevereiro, a Justiça expediu um mandado de busca e apreensão em oito endereços: em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Brasília. Apenas dois dias depois, agentes federais executaram o mandado na casa de Waldomiro.

A 5ª Vara Federal Criminal determinou na última quarta-feira que a PF explique porque as buscas demoraram a ser feitas.

Os policiais que atuam no inquérito do caso Waldomiro dizem acreditar que ele tenha eliminado documentos depois de ter sido entrevistado pela revista "Ípoca", quando soube que estava sendo investigado.

Assessor da Caixa tem ligação com Buratti

Ralf Barquete, auxiliar da presidência do banco, é amigo do empresário, acusado de envolvimento na intermediação de contrato da Caixa

RICARDO BRANDT
DE REPORTAGEM LIMA

A presidência da CEF (Caixa Econômica Federal) tem como um de seus assessores especiais o economista Ralf Barquete Santos, que manteve no passado relações com Rogério Leão Buratti, acusado de ser o beneficiário num esquema para a renovação de um contrato da GTEch do Brasil com a CEF para a operação de loterias.

Uma empresa de Buratti deveria ser contratada por um valor que variava de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões como condição para que o contrato da GTEch com a CEF fosse renovado. O esquema foi intermediado por Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, entre março e abril do ano passado, segundo depoimentos de dirigentes da GTEch à Polícia Federal.

Barquete, segundo a assessoria de imprensa da CEF, é assessor para assuntos de recursos humanos. Ele trabalha no banco desde fevereiro de 2003. Barquete está licenciado por motivos de saúde desde julho do ano passado.

Waldomiro, acusado de ter indicado Buratti à GTEch, foi exonerado do cargo que ocupava em fevereiro passado depois da divulgação de uma fita de vídeo em que ele aparece cobrando propina de um empresário de jogos, em 2002, quando trabalhava no governo de Benedita da Silva (PT-RJ).

Buratti e Barquete tiveram em comum a passagem pela Prefeitura de Matão (SP) na gestão do PT entre 1996 e 2000. Buratti foi assessor especial do prefeito Adauto Scardoelli (PT) de janeiro de 1997 a abril de 1998. Depois, continuou atuando politicamente na cidade, mas sem cargo, segundo relatos de políticos locais ligados à política.

Barquete assumiu cargo na prefeitura em dezembro de 1998. Foi secretário de Fazenda e de Admi-

nistração até o fim do governo.

Em 2000, a Assessorarte, que pertenceu a Buratti e hoje é de Irma Rosângela Buratti e de Luiz Antonio Prado Garcia, foi contratada pela Prefeitura de Matão para realizar concurso público. Não há contestação legal do contrato.

Os caminhos de Buratti e Barquete também se cruzam indiretamente em outros dois momentos. Ambos foram secretários da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) quando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, era prefeito da cidade (1993-1996 e 2001-2002). Buratti foi secretário de Governo na primeira gestão Palocci. Ele foi demitido do cargo em outubro de 1994, após ser flagrado negociando benefícios numa licitação.

Barquete foi secretário da Fazenda na segunda gestão Palocci. Ele assumiu em 2001 e só saiu para trabalhar na CEF em Brasília.

Os dois ex-assessores de Palocci também têm em comum as relações com o grupo Leão Leão, uma holding composta por empresas de construção, gestão ambiental e serviços de limpeza pública. O grupo foi o maior doador da campanha de Palocci na eleição para a Prefeitura de Ribeirão em 2000.

A Leão Leão também obteve entre 1997 e 2000, na administração do PT em Matão, quatro contratos que foram julgados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). Um deles foi julgado ilegal na Justiça em primeira instância e está em fase de recurso.

Buratti é hoje vice-presidente da Leão Leão. O empresário de origem paulista prestou serviço de consultoria para o grupo em 1990 e 1991, segundo a assessoria da holding.

O ex-prefeito de Matão Adauto Scardoelli disse que Barquete não foi indicado por Buratti. Ele (Barquete) veio por intermédio de uma empresa de informática.

Buratti afirmou ontem por

A REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Os aliados do ministro da Fazenda no governo federal

NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Justelino Dourado
Chefe-de-gabinete do Ministério da Fazenda, foi secretário da Casa Civil, superintendente da Codesp (Cia. de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão) e diretor da Cetarp (Centrais Telefônicas de Ribeirão S/A) nas gestões de Palocci.

Ademirson Arivaldo da Silva
Assessor especial de Palocci no Ministério da Fazenda. Tem também um assento no Conselho de Administração da Aliança do Brasil. É uma espécie de secretário particular de Palocci desde quando o ministro era vereador em Ribeirão.

José Ivo Vannuchi
Responde pela área parlamentar do Ministério da Fazenda. Foi assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto e também foi prefeito de São Joaquim da Barra (parte de Ribeirão).

NO BANCO DO BRASIL E NA CAIXA

Ralf Barquete Santos
Assessoria especial da Presidência da Caixa Econômica Federal. Foi ligada ao Ministério da Fazenda. Foi secretário da Fazenda de Ribeirão.

Nelson Rocha Augusto
Presidente da BBD-TVM (Banco do Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, autarquia ligada ao Banco do Brasil e ao Ministério da Fazenda. Ex-secretário do Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão e ex-diretor do Banco Ribeirão Preto.

Galeno Amorim
O jornalista deixou a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto para assumir a coordenação do Programa Nacional do Livro e Leitura e do programa Fome de Livros do Ministério da Cultura. Trabalha na sede da Biblioteca Nacional, no Rio.

NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

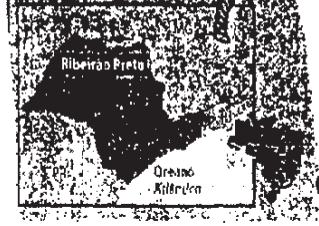
Margareth Rose
Silva Palocci
A mulher de Palocci é médica e foi nomeada no ano passado para uma das assessorias da presidência da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), do Ministério da Saúde.

Fernando Mendes Garcia Neto
Supervisor de projetos, Coordena a implantação do Cartão Nacional de Saúde (seu cargo é ligado a secretaria-executiva do Ministério da Saúde). Foi assistente do secretário da Saúde de Ribeirão.

NO MINISTÉRIO DA CULTURA

O MINISTRO

Antonio Palocci Filho
O ministro da Fazenda fez carreira política em Ribeirão Preto, onde foi vereador e prefeito duas vezes (1993-96 e 2000-02). Também foi deputado estadual.



colaboração MARCELO TOLEDO e ROBERTO PASNAN, da Folha de Ribeirão

Banco afirma que Ralf Barquete não atua em decisões

DA REPORTAGEM LOCAL

A Caixa Econômica Federal informou que Ralf Barquete Santos é assessor especial da presidência do banco, mas está licenciado do cargo desde julho do ano passado, sem participar nas decisões internas. A família de Barquete foi procurada em Ribeirão Preto. Segundo um familiar, ele está internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Nenhum ou-

tro familiar entrou em contato com a reportagem.

Rogerio Buratti informou, por meio de assessoria, que é amigo de Barquete desde 2000. A assessoria do Ministério da Fazenda foi procurada para falar da relação entre Antônio Palocci e Barquete, secretário da segunda gestão do ministro em Ribeirão, mas não quis comentar.

O grupo Leão Leão informou, por meio de assessoria, que Barquete foi consultor de gestão e operação empresarial da holding em 1990 e 1991. Em relação a Buratti, vice-presidente do grupo, a assessoria afirmou que a relação profissional dele com o grupo começou em 1999, com serviços de consultoria.

Quanto aos quatro contratos com a Prefeitura de Matão julgados irregulares pelo TCE, a Leão Leão disse que considera todos regulares e que está recorrendo para mostrar a legalidade.

Quanto ao contrato de alcatô, que era de outra empresa, o grupo afirmou que foi o ex-prefeito Adauto Scardovelli (PT) que preferiu não fazer uma segunda licitação para o serviço. No caso do lixo, a Leão Leão disse que a empresa anterior não conseguiu seguir com o serviço e lhe repassou. Sobre o emissário de esgoto, o grupo afirmou que foi uma obra inesperada e que teve início dentro de outro contrato.

Contratos são considerados irregulares

DA REPORTAGEM LOCAL

Entre 1997 e 2000, o grupo Leão Leão obteve quatro contratos de gestão do PT em Matão (SP). Os quatro foram julgados posteriormente irregulares pelo TCE. Eles estão em fase de recurso. Para um, foi mantida a rejeição. Um também tem condenação judicial em primeira instância, mas a empresa recorreu ao Tribunal de Justiça.

Esse último caso é de 1999, quando Barquete era secretário municipal em Matão e já havia trabalhado para a Leão Leão, que foi contratada sem licitação para construir um emissário de esgoto. Após denúncia, a prefeitura fez licitação já com obra iniciada.

Outros dois contratos do grupo em Matão são de 1997, quando Buratti era assessor do prefeito. A Leão Leão assumiu a pavimentação e a coleta de lixo em contratos de cessão de serviços. Depois, Buratti veio a trabalhar no grupo. Com anuência do então prefeito Adauto Scardovelli (PT), a Leão Leão assumiu os serviços prestados por outras duas empresas.

O quarto contrato, de 2000, era para construção de viadutos e uma ponte. O edital não foi cumprido. O ex-prefeito diz não haver irregularidades em seu governo.

O quarto contrato, de 2000, era para construção de viadutos e uma ponte. O edital não foi cumprido. O ex-prefeito diz não haver irregularidades em seu governo.

Ministro levou 8 aliados de Ribeirão para ocupar cargos no governo Lula

RICARDO WESTIN
JULIA DUARTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Seguindo o exemplo do levantamento promovido pelo PT na administração federal, o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) aproveitou sua influência para emplacar no governo Lula parte de seus aliados de Ribeirão Preto.

Além de Ralf Barquete Santos, assessor da Caixa Econômica Federal, estão no governo pelo menos outras sete pessoas que eram ligadas a Palocci na época em que ele era prefeito da cidade (veja quadro acima).

Esse grupo ficou conhecido como "República de Ribeirão".

A lista começa pela mulher do ministro, Margaret Rose Silva Palocci. Ela, que era médica sanitária da prefeitura, foi nomeada para a Funasa, em Brasília.

Nelson Rocha Augusto, ex-secretário de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão, virou presidente da BBTVM, a atarquiada ligada ao Banco do Brasil, que tem

carteira de mais de R\$ 100 bilhões.

Além de ser assessor especial do Ministério da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva ganhou um assento no Conselho de Administração da Aliança do Brasil, companhia de seguros ligada ao Banco do Brasil, com direito a salário. Ele sempre foi uma espécie de secretário de Palocci.

O último a juntar-se à "República de Ribeirão" foi Galeno Amorim. Há um mês, ele trocou o cargo de secretário de Cultura de Ribeirão por um gabinete na Biblioteca Nacional, no Rio.

Mesmo sendo dono de uma editora, ele tornou-se o responsável pela compra de livros para bibliotecas públicas de todo o país.

Em 2002, o Ministério Público propôs uma ação civil pública contra Amorim. Ele foi acusado de beneficiar sua editora, a Palavra Mágica, na primeira Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, em 2001. Nas duas edições seguintes, uma liminar o impediu de vender seus livros na feira.

O ex-secretário diz que os dois

trabalhos não são incompatíveis: "Não vendi nenhum livro para a prefeitura enquanto fui secretário. Agora, na Biblioteca Nacional, solicitei à editora que não crescesse nossos livros em programas do governo federal".

Outro ribeirão-pretano no governo é Fernando Mendes Garcia Neto, subsecretário de Saúde na segunda gestão de Palocci. É supervisor de projetos do Cartão Nacional de Saúde, uma das prioridades do ministério. Ele foi comissionado em março de 2003 ao Ministério da Saúde e continua recebendo o salário do município.

Colaborou a Folha de Ribeirão

OMBUDSMAN

Excepcionalmente, a coluna do ombudsman não é publicada hoje. O mandato de Bernardo Aizenberg terminou no último dia 11. O novo ombudsman assume em 5 de abril.

SOMBRA NO PLANALTO

Juíza manda quebrar sigilo de Waldomiro e Cachoeira

Decisão atende a pedido feito na semana passada pelo Ministério Público Estadual

FABIANA CIMIERI
DA SUCURSAL DO RIO

A juíza interina da 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio, Teresa de Andrade Castro Neves, decretou ontem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz e do empresário do jogo Carlos Augusto Pereira Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a partir de 2002.

O pedido foi feito na semana passada pelos promotores Vinícius Cavalleiro e Cláudio Tenório, do Ministério Público Estadual. Eles investigam se Waldomiro cometeu improbidade administrativa ao alterar um edital de licitação da Loteria (Loteria do Estado do Rio) em 2002.

Uma comissão de sindicância foi criada para investigar a gestão de Waldomiro na presidência da Loteria, cargo que ocupou de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002 — governos de Anthony Garotinho (enjoio no PSB e hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT). A comissão apura se ele beneficiou Cachoeira ao restringir o edi-

Decisão é 'ótima', afirma advogado de ex-assessor

DA SUCURSAL DO RIO

O advogado de Waldomiro Diniz, Luiz Guilherme Vieira, disse considerar "ótima" a decisão de quebra de sigilo de seu cliente.

Vieira afirmou que já havia colocado à disposição das autoridades judiciais e policiais os sigilos telefônico, bancário e fiscal de Waldomiro.

"Há mais de um mês, comu-

niquei por escrito ao delegado da PF César Nunes que meu cliente abria mão de todos os sigilos", disse.

O advogado afirmou ter ficado contente com a decisão da Justiça estadual.

"Algumas pessoas atribuíam a proximidade da Justiça Federal a uma manobra para encobrir a apuração da verdade", disse.

A Folha deixou dois resumos no escritório do advogado Ricardo Sayeg, que defende o empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Ele não havia respondido às ligações até a conclusão desta edição.

tado na semana passada, Waldomiro mudou o edital e atendeu ao pedido do empresário.

Em fevereiro deste ano, foi divulgado um vídeo de 2002 no qual Waldomiro aparece pedindo propina a Cachoeira. O subchefe de Assuntos Parlamentares foi, en-

ção, exonerado "a pedido".

Dois pedidos de quebra de sigilos de Waldomiro aguardam, há um mês, apreciação da 5ª Vara Federal Criminal.

Novo inquérito

O delegado da PF (Polícia Federal) Hebert Mesquita disse que, nas próximas duas semanas, tentará obter provas no inquérito que investiga-se Waldomiro Diniz cometeu o crime de lavagem de dinheiro. O novo inquérito, aberto na sexta-feira, oficializa a investigação da procuradora Andréa Araújo, que tem como base uma carta rogatória enviada pela Justiça italiana em 1998.

Mesquita investigará se as empresas Combralog, Bingu Matic e Betalonic (que teriam como sócio o empresário espanhol Alejandro Ortiz) receberam investimentos da máfia italiana. O advogado de Ortiz, Daniel Bialski, pediu ontem o arquivamento do inquérito. Segundo ele, a mesma investigação foi feita pela PF em 1999 e acabou arquivada por falta de provas. Em resposta, Mesquita disse que há novas provas.

SOMBRA NO PLANALTO

Perícia identifica diálogos de Waldomiro

Leitura labial em aeroporto mostra trechos que mencionam lavagem de dinheiro no exterior e "acabar" com alguém

CASACIVIL DE BRASÍLIA

O ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz e o empresário do ramo de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tiveram conversado, em maio de 2002, no aeroporto de Brasília, sobre lavagem de dinheiro e também sobre a necessidade de "acabar com uma pessoa".

A conclusão faz parte de um laudo de perícia contendo a leitura labial da conversa dos dois. O documento foi entregue à Polícia Federal na última sexta-feira por

dois peritos contratados no Rio de Janeiro.

Os especialistas conseguiram reconstituir duas páginas de diálogo, apenas em momentos em que os dois ficam de frente para as câmeras do circuito de vigilância interna do terminal. Não foi possível determinar, por exemplo, o contexto do que significa "acabar com alguém".

Waldomiro e Cachoeira foram filmados no saguão de embarque do Aeroporto de Brasília no dia 20 de maio de 2002, quando o empresário do Planalto ocupava a presidência da Lotery (Loterias do Es-

tado do Rio de Janeiro), na gestão de Beneditina da Silva.

Waldomiro Diniz, que era o homem de confiança do ministro José Dirceu (Casa Civil), foi o responsável pela maior crise do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No dia 13 de fevereiro, ele pediu exoneração do cargo que ocupava na Casa Civil.

O laudo foi anexado ao inquérito que investiga suposta corrupção ativa e tráfico de influência cometidos por Waldomiro. No início de fevereiro, outro vídeo divulgado mostrava o ex-assessor do Planalto pedindo propina de

Na Cachoeira sobre doações para campanha eleitoral.

Segundo apurou a Folha, os dois citam um nome durante o diálogo. Ao abordarem a necessidade de lavar dinheiro, os dois também concordam que a operação deve ser feita "no exterior".

Os peritos conseguiram identificar que Cachoeira pediu o número de um telefone a Waldomiro. Oficialmente, a PF afirmou desconhecer o teor do laudo, mas confirmou que o trabalho foi feito a pedido do delegado Antônio César Fernandes Nunes, que preside o inquérito.

Nunes também vai requisitar o inquérito sobre a morte em acidente de trânsito de Armando Dile, ocorrida no final de 2002. Dile chegou a trabalhar com Waldomiro no Rio e foi apontado por ele como o beneficiário da propina de 1% cobrada de Carlinhos Cachoeira.

A PF suspeita das circunstâncias da morte de Dile, ocorrida em um acidente considerado "banal" pelos investigadores. A decisão de requisitar o inquérito ocorreu antes da conclusão do laudo pericial sobre a conversa de Waldomiro com Cachoeira no

Aeroporto de Brasília.

Outro lado

A Folha ligou, por volta das 21h, para o advogado Luis Guilherme Vieira, que defende Waldomiro, mas ele não foi localizado. Luis Guilherme Vieira não estava em seu escritório. O seu celular também só dava sinal de ocupado. A reportagem também não conseguiu localizar a assessoria de imprensa de Carlos Ramos. A Folha ligou ontem à noite no celular, mas as ligações caíram na caixa postal. Foi deixado recado, mas não houve retorno. (MIRIAM FERREIRA)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

Promotores buscam documentos em empresa de Buratti no interior

DA FCO. HARBELIÃO

Com mandados de busca e apreensão e apoio policial, um grupo do Ministério Público de Ribeirão Preto esteve ontem em três endereços, em Jardinópolis e Ribeirão Preto (314 km de SP), à caça de documentos da BBS Consultores Associados, empresa que pertence a Rogério Tadeu Buratti.

Os seis promotores envolvidos na operação decidiram pedir a quebra do sigilo fiscal e telefônico da BBS, que funciona no endereço da manicure Rosemar Mota Dias, em Jardinópolis. Ela disse ter "emprestado" o endereço por R\$ 240 anuais há dois anos.

Rosemar é filha de Lourdes Fericó Dias, copeira do grupo Leão Leão, do qual Buratti era vice-presidente-executivo até a última sexta-feira, quando pediu um afastamento temporário.

Os promotores investigarão todos os contratos firmados pela Leão Leão com prefeituras petistas no Estado e se a BBS é uma empresa de Buratti ou pertence a Leão Leão. "[A BBS] não funciona no endereço declarado à Receita Federal. Isso já é um crime", disse o promotor Aroldo Costa Filho. O crime é de falsidade ideológica.

No final da tarde, dois promotores foram à sede da BBS, na casa de Rosemar, onde apreenderam

contas telefônicas, uma reportagem da Folha do dia 19 e um informe de rendimentos da BBS ao BicBanco no valor de R\$ 7.591,83.

A suspeita de a BBS poder pertencer à própria Leão Leão está ligada ao fato de o contador da holding e da empresa de consultoria ser o mesmo: João Francisco Cândido. Na casa de Cândido, em Ribeirão Preto, estiveram quatro promotores no final da tarde de ontem. Do local, foram recolhidos um computador e vários documentos contábeis da BBS.

Tanto Buratti quanto a Leão Leão disseram que só se manifestarão após serem notificados.

Procuradoria diz ter prova de ida de Waldomiro à Caixa no ano passado

RURI DANTAS
MARTA SALOMON
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal obteve documentação que comprova uma visita de Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, à sede da CEF (Caixa Econômica Federal) no dia 25 de março do ano passado, véspera de uma reunião entre os diretores do banco e executivos da GTech do Brasil, multinacional que gerencia o sistema de loterias do país.

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-presidente Antonio Carlos Lino Rocha e o diretor de Marketing, Marcelo Rovai, ambos da GTech disseram que Waldomiro vinculou a renovação de contrato com a Caixa à contratação de Rogério Tadeu Buratti como consultor por um valor que acabou sendo reduzido para R\$ 6 milhões. Buratti foi secretário de Governo do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) durante sua gestão na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Buratti será intimado a depor na PF na semana que vem, para esclarecer as informações dadas pelos executivos. Em entrevistas recentes, ele afirmou desconhecer Waldomiro Diniz.

Ainda não se sabe com quem Waldomiro se encontrou no dia

25 de março do ano passado. Procuradores obtiveram na quinta-feira uma cópia do CD de arquivo da portaria do prédio da Caixa em Brasília, no qual ficam registrados os nomes e documentos de todos que entram no edifício.

A Caixa informou que desconhece o conteúdo do CD e considera que o Ministério Público extrapolou suas funções ao "confiscar" o disco, que seria o original. O banco preparava no início da noite de ontem uma representação judicial contra o procurador Marcelo Serra Azul, com base na Lei Orgânica do Ministério Público. Segundo o banco, deveria ter havido um requerimento oficial das informações, concedendo prazo de dez dias para que o CD fosse entregue.

A assessoria de imprensa de Serra Azul afirmou que ele agiu dentro do permitido pela lei, pois não teria havido busca e apreensão, apenas a requisição do CD à equipe de segurança que prontamente o entregou.

"Pessoa influente"

Na reunião do dia 26 de março, o banco estatal agendou para dali a cinco dias a assinatura do contrato com a GTech. Na manhã de 31 de março, Waldomiro informou aos executivos que uma "pessoa influente", que seria Bu-

ratti, os procuraria. À tarde, Paulo Bretas, vice-presidente de Logística da CEF e coordenador da negociação com a GTech, telefonou informando de "pendências jurídicas" sobre o contrato, que só foi renovado no dia 8 de abril. A Caixa sempre negou qualquer contato de Waldomiro com Bretas.

Em março do ano passado, Waldomiro ainda ocupava a subchefia de Assuntos Parlamentares do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam se Waldomiro praticou corrupção e tráfico de influência interferindo na renovação de contrato da Caixa com a GTech.

Waldomiro foi exonerado "a pedido" no dia 13 de fevereiro, quando foi divulgado vídeo em que pedia propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachocira. Este mesmo empresário combinou o primeiro encontro de Waldomiro com Rovai e Lino Rocha, da GTech, em janeiro do ano passado.

Depoimento

O presidente da CEF, Jorge Mattoso, dará explicações hoje, às 10h, na CFC (Comissão de Fiscalização e Controle) do Senado sobre a renovação do contrato entre a instituição e a GTech.

Caso Waldomiro: disquete comprova ida à CEF

Ex-assessor da Casa Civil esteve na sede da Caixa na véspera de a instituição decidir renovar o contrato com a Gech

Jairton de Carvalho

BRASILIA. O Ministério Público Federal obteve um documento indicando que o ex-vice-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz esteve na sede da Caixa Econômica Federal em 25 de março de 2003, um dia antes de a instituição renovar o contrato com a Gech para o processamento de lotelas. O procurador da República Marcelo Serra Azul encontrou a informação em documentos apreendidos na Caixa na quinta-feira passada. Como a apreensão foi feita

sem autorização judicial, a Caixa entrou com uma representação na Corregedoria da Procuradoria da República contra Serra Azul sob a alegação de que ele cometeu abuso de autoridade.

Ida de Waldomiro à Caixa está registrada em disquete. Segundo o Ministério Público, a ida de Waldomiro à Caixa em 25 de março está registrada em disquete. No dia 26, dirigentes da Caixa se reuniram e decidiram renovar o contrato com a Gech por mais 25 meses, como a empresa pleiteava em 8 de abril, o contrato foi assinado.

O Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando a suposta influência de Waldomiro nos negócios da Caixa com a Gech. A direção da Caixa afirmou ontem, por intermédio da assessoria de imprensa, que não tem condições de informar se Waldomiro de fato esteve na sede da instituição, porque na prática não há registros de autorização de acesso ao prédio estão em poder do Ministério Público. O vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Breitas, reconheceu, no entanto, que sequer conhece o ex-assessor.

O presidente da Associação

dos Juizes Federais (Aufe), Paulo Sérgio Domingues, disse que é necessário ordem judicial para que o Ministério Público determine busca e apreensão de documentos. Segundo Domingues, o procurador pode requisitar documentos a um órgão público, mas se este estiver sob sigilo, é necessária ordem judicial.

— O Ministério Público não pode entrar e sair pegando documentos — disse Domingues. Mas para Marian Martins Vieira, ex-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o procurador agiu corretamente

se o documento que requisitou não está protegido por sigilo constitucional.

Juiz quebra sigilo de Waldomiro e Cachoeira

Ontem, a juíza em exercício da 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio. Theresa de Anárade Castro Neves, decidiu determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico de Waldomiro e do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, no inquérito que apura se houve improbidade administrativa mediante licitação da Loteriue teria beneficiado Cachoeira.

A medida da juíza abrange o período de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002. A juíza determinou ainda que a medida seja posta em prática a partir de hoje. Um oficial de Justiça entregará o documento aos bancos, à Receita Federal e às operadoras de telefonia.

A comissão de sindicância criada pelo governo para investigar Waldomiro entregou ontem seu relatório final ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Até o fim da noite, porém, o Planalto não havia decidido se divulgará ou não o teor do documento. ■

PF investiga se ex-assessor agia fora do Brasil

Conta na Suíça ligaria Waldomiro à lavagem de dinheiro

BRASILIA. A Polícia Federal investiga ramificações dos negócios de Waldomiro Diniz no exterior. A PF abriu esta nova linha de apuração após encontrar, entre os papéis apreendidos na investigação, um recibo em que o falecido Armando Dilli, ex-assessor de Waldomiro na presidência da Loteri, aparece como titular de uma conta na Suíça. A PF suspeita que Dilli atuava como sócio de Waldomiro.

Dilli também foi assessor da Gech e consultor do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A descoberta da conta na Suíça coincide com informações obtidas pela Polícia Federal a partir da leitura labial de uma conversa

gravada em vídeo entre Waldomiro e Cachoeira, no Aeroporto Internacional de Brasília, em 20 de maio de 2002.

Segundo a perícia, Waldomiro e Cachoeira falam sobre a expansão dos negócios do bicheiro e a necessidade de se lavar dinheiro no exterior. O laudo, elaborado por dois peritos, foi concluído semana passada.

— Dinheiro, sabe como é tem de disfarçar. Não pode ser feito aqui (no Brasil). Tem que ser feito lá fora (no exterior).

— diz Waldomiro a Cachoeira na conversa gravada, conforme o laudo da perícia.

Conversa pode respingar na imagem de políticos

A PF quer saber agora se há alguma relação entre a camuflagem do dinheiro no exterior mencionada por Waldomiro e a movimentação bancária em nome de Dilli na Suíça. A polícia trabalha com a hipótese de Dilli ter atuado como sócio ou como taranja de Waldomiro. Pelas investigações iniciais, Dilli fez um contrato de consultoria com Cachoeira a pedido de Waldomiro. A suspeita é de que o contrato foi usado para dar aparência legal a su-

postas transações entre Waldomiro e Cachoeira.

A longa e descontraída conversa entre o ex-assessor e o bicheiro no aeroporto poderá respingar na imagem de diversos políticos. Num determinado momento, Waldomiro informa que as negociações na esfera política para a ampliação dos negócios de Cachoeira estão dentro do plano traçado inicialmente por eles.

— Fiz o contato com o governador e nos outros estados também. Eles estão nos apoiando — diz Waldomiro.

Não fica claro, neste trecho, quais são os interesses de Cachoeira. Mas, em outro momento da conversa, os dois falam em acabar e queimar os concorrentes de uma disputa em curso. Entre os possíveis alvos deste ataque estaria o bicheiro Carlos Roberto Martins, ex-sócio de Cachoeira. Waldomiro afirma que Cachoeira precisa temer eventuais reverses porque o bicheiro está devidamente protegido.

— Não se preocupe que ninguém vai tocar em você. Você terá cobertura total — diz Waldomiro, segundo os peritos. (J.C.) ■

Para Dirceu, caso Waldomiro está encerrado

Chefe da Casa Civil nega paralisação do governo e diz que país trabalha para reduzir o superávit primário e, gradualmente, os juros

JULIA DUAILIBI

DA REPORTAGEM LOCAL

Após 40 dias de crise no governo e de ataques da oposição, o ministro José Dirceu (Casa Civil) tentou brigar o caso Waldomiro Diniz dos holofotes e inseriu no debate o tema econômico: disse que o país está trabalhando para a redução do superávit primário e para a queda gradual dos juros.

Dirceu — enfraquecido desde a divulgação de fita gravada em 2002 na qual seu ex-assessor aparece pedindo propina a um empresário do ramo de jogos — disse não haver paralisação no governo e foi categórico: “O caso Waldomiro Diniz não me incomoda. Considero o assunto encerrado”.

Depois de dizer ter ficado “incomformado” com a denúncia contra o ex-assessor Waldomiro Diniz, Dirceu declarou que, durante 40 dias, sua vida e o governo foram “devassados”, “investigados”, mas que nada foi encontrado. “Esse governo não tem nenhuma denúncia de corrupção. Não rouba nem deixa roubar.”

Assim como Dirceu, o ministro Luiz Gushiken (Comunicação) também disse que o caso Waldomiro é um “assunto resolvido”.

“O governo já resolveu. Primeiro, demitindo o assessor, pediu a exoneração. Segundo, colocando a Polícia Federal para investigar. Do ponto de vista do Executivo, a questão está resolvida. Agora, se o debate existe no Congresso, a questão é outra”, disse Gushiken.

Pauta econômica

Dirceu tem defendido nos bastidores a mudança na política econômica atual como forma de restabelecer a divisão de forças no chamado núcleo duro do governo. Ao colocar em pauta o tema econômico, polêmico não só no PT como no próprio governo, traz para o centro do debate Antônio Palocci Filho (Fazenda), defensor do superávit primário (economia para o pagamento de juros) em 4,25% da PIB. “Todos queremos a redução dos juros, e o país precisa trabalhar para uma redução do superávit. Mas, para isso, precisa administrar a questão da dívida”, disse Dirceu no fórum “Inclusão Social e Desenvolvimento”, organizado ontem pela GloboNews, em São Paulo.

Apesar de dizer que a esquerda petista, ao cobrar mudanças na economia, “não fala em nome do PT nem em nome da bancada do partido”, Dirceu considerou que as propostas do grupo não são “insensatas”. “O problema é timing” e reduzir o superávit. Se não dermos aos credores garantias de que vamos pagar a dívida, teremos de administrar a fuga de capitais e a poupança interna”.

Dirceu disse mais de uma vez que o “tempo da economia” nem sempre é o da sociedade. Defendeu “um pacto político-empresarial-parlamentar para que o Brasil, de maneira persistente e responsável, continue a transição para o crescimento econômico”. Senão, afirmou, “cairemos na ilusão dos pacotes [econômicos], dos milagres de medidas salvadoras”.

Paralisação

Segundo o ministro, não existe paralisação no governo, mas “problemas políticos e administrativos que precisam ser resolvidos”. Citou como exemplo a escassez de recursos e as greves dos servidores, como a dos agentes da PF. Ele classificou ainda de “irrealidade ou irrealismo o discurso de que o governo e o país estão parados”.

O ministro, seguindo orientação do presidente Lula de colocar em foco aspectos positivos, afirmou que o governo pensa em dar um aumento para os servidores. Declarou ser um “otimista” com os rumos da economia brasileira e afirmou que o crescimento neste ano será de “mais de 3,5%”.

“Se é verdade que o Brasil tem um modelo econômico perverso porque exclui, também é verdade que se está trabalhando para criar as condições de retomada do crescimento econômico”, disse ao comentar críticas do presidente da CIB, Roberto Busato, para quem a gestão econômica não reduziu a desigualdade social.

Dirceu enumerou o que chamou de “os grandes problemas do país”: falta de recursos, corrupção e necessidade de mais transparência. “Se conseguirmos assentar 35 mil famílias por problemas de verbas”, disse o ministro sobre a reforma agrária.

Colaboração: a Souto e Silva da Brasília

Ministro confirma que Buratti foi seu assessor em SP

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro José Dirceu (Casa Civil) admitiu ontem que Rogério Tadeu Buratti trabalhou em seu gabinete na Assembleia Legislativa de São Paulo, indicado pelo PT, no final da década de 80, quando cumpria mandato de deputado estadual.

“Rogério Buratti trabalhou na Assembleia Legislativa com vários deputados. Trabalhava, inclusive, comigo em meu mandato de deputado [86-89]. Não convivi, mas trabalhei na ligação com o meu gabinete, como fez com outros deputados”, disse Dirceu, em São Paulo.

Buratti é ex-secretário de governo de Antônio Palocci Filho, em sua primeira gestão em Ribeirão Preto (1993-1996). De acordo com depoimento de diretores da G-TEch, Waldomiro Diniz condicionou a renovação do contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal à contratação dos serviços de consultoria de Buratti.

O ministro disse ter conhecido Buratti em Osasco. “Convivi com ele na década de 80, depois nunca mais tivemos contato”, afirmou Dirceu, para quem “é evidente, todos sabem que Buratti foi filiado e dirigente do PT durante dez anos”.

Ao ser indagado sobre a operação montada pelo PT na Assembleia, na semana passada, para não divulgar a ficha de Buratti, onde estão os nomes dos gabinetes em que trabalhou, o ministro disse: “Desconheço. O que eu sei é que o Brasil tem e há setores da imprensa que se consideram acima da lei”.

**PERGUNTAS
SEM RESPOSTA
DO CASO
WALDOMIRO**

Por que José Dirceu desconsiderou as notícias de envolvimento de Waldomiro Diniz com jogos no Rio, achando que uma carta de seu assessor resolveria as dúvidas do caso?

Quando o ministro Dirceu soube as denúncias?

Que reunião aconteceu em Waldomiro para a Lotofácil?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Waldomiro informou a Dirceu as técnicas que foram usadas para a fraude?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Foi Waldomiro quem indicou Dirauti para a Utech, conforme dizem seus diretores?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Por que o ministro Dirceu não pediu explicações para o ministro Luiz Gushiken?

Campanha contra a crise vai custar R\$ 8 mi ao governo

ASSEMBLEIA FEDERAL

A campanha publicitária que o governo federal vai veicular nos meios de comunicação nos próximos dias para tentar reverter a repercussão negativa do caso Waldomiro Diniz vai custar R\$ 8 milhões, segundo o ministro Luiz Gushiken (Comunicação).

Gushiken nega que o motivo do lançamento da campanha seja a imagem de paralisia que o governo tem passado à opinião pública desde que o escândalo veio a público, em 13 de fevereiro.

“Essa campanha faz parte de um procedimento de rotina. Eu tenho uma secretaria que se responsabiliza pela comunicação de governo. Nós temos três agências de publicidade e devemos apresentar para a sociedade periodicamente o que o governo faz”, disse.

O governo tem uma verba de R\$ 124 milhões para gastar com publicidade institucional em 2004. Até o dia 5 de março, havia gasto R\$ 1,1 milhão. A campanha de R\$ 8 milhões representa 7% da verba total da área institucional.

O governo tem ainda uma verba em torno de R\$ 100 milhões para a chamada publicidade de utilidade pública —divulgar campanhas de vacinação, por exemplo—, além da verba publicitária das estatais.

Segundo o ministro, a campanha vai focar principalmente o Bolsa-Família —resultado da unificação de projetos de transferência de renda— e programas na área de agricultura familiar.

Questionado se os discursos do presidente não tinham mais utilidade, já que essas ações haviam sido ressaltadas por ele na semana passada, Gushiken afirmou que uma coisa não elimina a outra.

“Eu acho que o importante é esclarecer adequadamente cada cidadão deste país o que o governo faz com o dinheiro que arrecada. Se o presidente fala, nem por isso está eliminada a necessidade da estrutura do governo, que é uma estrutura de publicidade, de também informar a sociedade —informações boas, positivas, ajudando que a sociedade deve receber positivamente.”

Segundo o ministro, a campanha vai informar que o Bolsa-Família atinge mais de 3 milhões de famílias e que o valor médio dos benefícios, que era de R\$ 22 até 2002, hoje mais do que duplicou.

“Nós queremos informar para a sociedade que até o final do ano haverá uma ampliação significativa dessa transferência de renda. Queremos mostrar também que houve na área da agricultura familiar um processo de ampliação do crédito em níveis nunca existentes no país. Enfim, vários temas que eu achei que era hora de apresentar à sociedade de uma forma mais consistente”, disse.

Gushiken apresentou ontem no Alvorada um pesquisa qualitativa (com grupos específicos de entrevistados com perfil parecido de renda e escolaridade) que mostra que o caso Waldomiro Diniz chegou ao “povoão”, segundo um ministro presente.

Ou seja, o caso Waldomiro agora é mais conhecido nos setores da população de menor escolaridade e de menor renda. Pesquisa Datafolha do início deste mês mostrou que Lula foi preservado e que o ministro José Dirceu (Casa Civil) foi atingido pelo caso. A pesquisa qualitativa de Gushiken aponta para um início de desgaste de Lula e do próprio governo.

Waldomiro Diniz, o assessor do Palácio do Planalto

Ministro diz que jornalistas são mal-educados e vê mau-caratismo PT recorre ao governo federal para obter apoio do PMDB-SP a Marta

LAURENTE, ...

car Burati desde os anos 80, foi indagado sobre ter se encontrado com o empresário em Brasília. A participação ontem do ministro José Dirceu (Casa Civil) em evento sobre inclusão social em São Paulo foi marcada por um boicote local com a imprensa. Incentivado com uma série de perguntas sobre o seu relacionamento com o empresário Roberto Luicetti e as implicações do caso Waldemir Diniz, o ministro Dirceu chamou os jornalistas presentes no local de "bando de mal-educados". Ele disse ser "mau-caratismo" uma das questões mais importantes que devem ser tratadas quando se fala de inclusão social. Dirceu deu voz quando, após ser afirmado con-

cer Burati desde os anos 80, foi indagado sobre ter se encontrado com o empresário em Brasília. O ministro respondeu a uma pergunta de um jornalista do "Globo": "É isso que não pode ser a verdade; eu já disse que não tive relação com ele, mas a maioria de jornalistas que o cercavam para perguntar sobre o seu relacionamento com o empresário Roberto Luicetti e as implicações do caso Waldemir Diniz, o ministro Dirceu disse ainda ter direito de opinar e de portar-se de "mau-caratismo". Dirceu classificou de "mau-caratismo" uma das perguntas: "Você faz a pergunta e eu respondo; é mais do que mau-caratismo". Para o ministro, há setores da imprensa que agem como se estivessem acima da lei. Ele se referiu a tentativas dos jornalistas, na re-

LAURENTE, ...

Com dificuldade de conseguir apoio do PMDB à pré-candidatura da prefeita Marta Suplicy à reeleição, o PT paulista recorreu ao governo federal. O deputado federal José Menor esteve ontem reunido com o ministro José Dirceu (Casa Civil) em São Paulo para pedir apoio à tentativa de trazer o PMDB do ex-governador Orestes Quirino para a campanha da petista Quirino, presidente estadual do PMDB, tem resistido a se coligar com Marta. Ele reivindicou para seu partido o cargo de vice, o que o PT já descartou ao indicar o se-

cretário de Governo, o petista Rui Falcão, para o posto. Os petistas ofereceram ao PMDB coligação na chapa proporcional e cargos na administração municipal. Mentor reuniu-se ontem, a portas fechadas, com Dirceu, que participou do fórum "Iniciativa Social e Desenvolvimento", organizado pela GloboNews. Durante cerca de 20 minutos, conversaram sobre as eleições municipais paulistanas. "Acho importante o PMDB nos apoiar por aqui. Avançar a candidatura da prefeita. Todos nós queremos a prefeita mais quatro anos em São Paulo", disse Mentor. Com o apoio do PMDB, o PT tem a pro-

feito deve praticamente dobrar. O apoio de Dirceu é importante uma vez que o setor do PMDB ligou ao ex-governador reivindica espaço no governo federal. Quirino foi um dos primeiros nomes do partido a apoiar Lula, mas não indicou nenhum ministro. Com a reforma ministerial promovida pelo presidente Lula em janeiro deste ano, o PMDB foi contemplado com duas pastas, Previdência e Comunicações. Questionado sobre o encontro com Quirino, amanhã, em Brasília, Dirceu disse: "Não é só sobre São Paulo. É sobre o Brasil. Sobre a relação do PMDB conosco em todo o país". (Ib)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti (BLOCO/PT-SC)

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 429, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o Ofício “S” nº 30, de 2003, que “solicita autorização para efetuar a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$20,000,000.00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos à execução do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura”.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2004. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Tasso Jereissati** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 430, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos PRS 066, de 2002, e o PRS 002, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos

do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 8, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 431, DE 2004

Requer Voto de Pesar, pela trágica morte do skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que ele, desde 2002, esperava derrotar com a construção de um centro social.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela trágica morte do **skatista** brasileiro Wellington Silva, vítima de bala perdida durante tiroteio de traficantes de drogas, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Vice-campeão brasileiro por duas vezes, em 1998/90, bicampeão carioca e vice-campeão paulista de skate, Wellington optou pela Rocinha, onde passou a morar e onde buscava construir um centro social para atividades esportivas, inclusive na modalidade por ele praticada. Apelidado de Maluquinho pelo campeão mundial de skate Bob Burnsquit, Wellington de Souza era um ídolo nessa favela e no Brasil. Pioneiro no skate na Rocinha, ele praticava seu esporte preferido desde os 15 anos. Esperava concretizar o sonho de implantar o centro social da Rocinha, seu propósito era iniciar os jovens da favela nessa prática esportiva. Não conseguiu. O verdadeiro clima de guerra que hoje é uma triste realidade no Rio, ceifou prematuramente a vida do campeão.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja levado ao conhecimento da família do **skatista**, em Belo Horizonte, onde ele viveu boa parte de sua infância.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se em razão da trajetória de vida do **skatista** Wellington de Souza. Ele sonhava com o fim da violência na Favela da Rocinha, mas acabou sendo mais uma das vítimas da ação dos traficantes.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. _ **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 432, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que, à frente de um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, foi responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção. O estudo levantou 804 espécies sob essa ameaça em todas as regiões do planeta, onde vivem 11,6 mil espécies consideradas importantes pela ciência. Uma das espécies ameaçadas, segundo a pesquisa, é a petereca de folhagem, que vive no Sul de Minas e na Mata Adântica.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e ao Ministério do Meio Ambiente.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se por mais um notável feito da ciência brasileira, no caso a pesquisa conduzida por um pesquisador do País, que liderou o estudo de uma ONG.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. _ **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 433, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado ao Ministro da Educação, Exmo, Sr. Tarso Fernando Herz Genro, o seguinte pedido de informações:

- 1) Qual a situação dos estrangeiros que exercem atividades médicas no Brasil; e dos brasileiros que fazem cursos universitários no exterior, em especial o curso de medicina na

Bolívia? Existe um levantamento do número de brasileiros que estão cursando Medicina na Bolívia?

2) Existe alguma Resolução do Ministério da Educação que regularmente as revalidações dos diplomas de estrangeiros na área médica?

3) Como é feita a revalidação dos diplomas dos estrangeiros?

4) Que critérios são utilizados para avaliação?

5) Existe o princípio da reciprocidade entre Brasil e Bolívia?

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 434, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 435, DE 2004

Requer, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea a do art.

215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, as seguintes informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação:

1) Qual o montante, por órgão oficial, dos gastos com publicidade, propaganda e atos de divulgação das atividades governamentais nos exercícios de 2002 e 2003?

2) Conforme os gastos e os meios de comunicação informados anteriormente, quais foram as pessoas jurídicas e físicas – empresas de comunicação social – beneficiadas pelos desembolsos contratados nos exercícios de 2002 e 2003 e quanto recebeu cada uma delas?

Justificação

Para justificar a proposição, considero oportuno transcrever, na íntegra, matéria divulgada pelo **Jornal do Brasil**, na página A4 da edição de 7-4-4:

“O Governo Federal gastou no ano passado R\$563,6 milhões com publicidade e propaganda nos meios de comunicação, cerca de R\$79,7 milhões a menos que o volume utilizado no Governo Fernando Henrique Cardoso em 2002.

Na estatística divulgada ontem pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (SECOM), a TV foi o veículo que mais recebeu recursos (R\$344,2 milhões), seguido das revistas (R\$64,3 milhões) jornais (R\$58 milhões) e rádios (R\$52,6 milhões).

Embora pregue total transparência no setor e queira tornar esta prática periódica a partir de agora, o governo não divulgará o **ranking** das empresas de comunicação que mais recebem recursos em publicidade e propaganda oficial. Sem esclarecer exatamente o porquê, o chefe da Secom, Ministro Luiz Gushiken, afirmou que, caso divulgasse este **ranking**, o governo poderia comprometer a negociação de preços que vem realizando junto a cada empresa de comunicação, nos contratos feitos para campanhas governamentais.

Ainda sem ser elucidativo, Gushiken justificou que nestas negociações as empresas acabam revelando dados estratégicos e o governo poderia quebrar esse sigilo. Ressaltou a importância dessas negociações, pelo fato de terem produzido uma significativa redução nos preços do mercado.

– A coisa corria de forma muito frouxa aqui – disse.

Os dados fornecidos no **site** da Secom (www.planalto.gov.br/secom) podem ser acessados por qualquer cidadão. Gushiken explicou que os técnicos da secretaria estudam agora a periodicidade da divulgação, que deverá tornar-se semestral. A mídia internet tem se tornado importante para a publicidade oficial. No ano passado, o governo gastou R\$8,1 milhões, cerca de R\$71 mil a menos que o gasto registrado em 2002.

Os dados da Secom não incluem a publicidade legal nem os gastos com a produção e os patrocínios.

O Ministério da Saúde foi o órgão que mais gastou no ano passado com publicidade (R\$48,6 milhões), o que se justifica, segundo o ministro, pelas inúmeras campanhas que costuma realizar ao longo do ano. Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ocupou a segunda posição, com R\$14 milhões. O Ministério do Trabalho gastou R\$8,7 milhões e o da Educação, R\$5,6 milhões. O Banco Central também realizou campanhas e utilizou R\$6,3 milhões, enquanto o BNDES desembolsou R\$167 mil.

O Ministério da Previdência, apesar de ter tido em 2002 um ano de intensa batalha política para aprovar no Congresso determinados cortes em sua estrutura, utilizou poucos recursos, apenas R\$3,6 milhões para convencimento da população da necessidade de mudanças.”

Como acredito que a elucidativa reportagem do **Jornal do Brasil** mostra um total desconhecimento (seria desprezo?) por parte do Ministro Luiz Gushiken das regras básicas que norteiam a gestão pública, que deve ser pautada pela transparência, pela publicidade e pela impessoalidade, apresento este requerimento. Se o senhor ministro assegura que o atual governo gastou menos do que o anterior em publicidade, deve demonstrar isso com dados comparativos. Apresente este requerimento em função de tarefa que me é imposta pela Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional a missão de fiscalizar o Poder Executivo. Não posso me furtar a ela.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Pedro Simon**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2004

Requer Voto de Aplauso á pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade De São Paulo-USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e a Universidade De São Paulo – USP, pela obtenção de patente do “cupulate”, tipo de chocolate obtido em projeto desenvolvido nessa Universidade, mediante o aproveitamento do cupuaçu, fruto da Amazônia.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, onde se desenvolveu projeto para o aperfeiçoamento do “cupulate”, que já havia sido patenteado pela EMBRAPA. A vitória alcançada com a obtenção da patente é, também, significativa como mais um elemento-símbolo na luta contra a biopirataria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004, – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São Lidos os seguintes:

PARECERES NºS 329 e 330, DE 2004

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

PARECER Nº 329, DE 2004,

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc**: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

nior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (PL nº 3.512, de 1997, na origem), de autoria do Poder Executivo, propondo alterações na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi analisado pelas Comissões de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), e de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), tendo recebido pareceres favoráveis, com emendas.

O art. 1º do projeto de lei faz alterações na Lei nº 7.678, de 1988, e o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. De acordo com a justificação encaminhada pelo Poder Executivo quando da apresentação do projeto à Câmara, as alterações são necessárias para adequar a legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul.

No Senado Federal, o projeto foi apreciado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que emitiu parecer favorável, e deverá ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, trata de normas relativas à produção, circulação e comercialização de vinho e derivados de uva, sendo necessária a sua análise por esta Comissão, pois, de acordo com o art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete-lhe opinar sobre proposições que dizem respeito à inspeção e fiscalização de alimentos.

A matéria se encontra na esfera das competências legislativas da União, sendo, neste aspecto, constitucional. Ademais, por ser compatível com a ordem jurídica infraconstitucional e ter tramitado de acordo com as normas regimentais desta Casa legislativa, o projeto de lei em análise está em condições de ser aprovado, pois satisfaz os critérios de juridicidade e regimentalidade.

Com relação à técnica legislativa, observamos que o uso da notação (NR) encontra-se em desacordo com as regras sobre alteração de leis, constantes da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei complementar nº 107, de 2001, segundo a qual a notação (NR) deve vir apenas ao final do artigo alterado. Ademais, de acordo com a mesma lei complementar,

as diversas referências a números e percentuais, devem vir grafados por extenso. Com o objetivo de sanar tais imprecisões, apresentamos emenda de redação ao art. 1º do PLC nº 89/2000.

O projeto de lei em análise tem o mérito de reconhecer o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovado em 1996 por meio da Resolução GMC nº 45/1996. Vale destacar que a harmonização da legislação do Mercosul, principalmente no que se refere às normas relativas à qualidade, ao trânsito e à comercialização de alimentos e bebidas é um importante avanço no sentido da consolidação do bloco de uma forma mais ampla que a simples união aduaneira.

Com relação à vitivinicultura brasileira, vale destacar que um dos aspectos marcantes é sua diversidade e complexidade. Na verdade, temos várias vitiviniculturas no País: a de clima temperado no sul; a subtropical em São Paulo e Minas Gerais; e a tropical no Vale do Rio São Francisco. Além das condições climáticas, essas regiões se diferenciam pelas estruturas fundiária, tecnológica, humana e mercadológica.

O Estado do Rio Grande do Sul é tradicional produtor de vinhos finos, sendo a Serra Gaúcha a principal região produtora. Apresenta estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades familiares, com área média de quinze hectares, pouco mecanizada devido à topografia acidentada. Outra região vinícola de destaque é o Vale do São Francisco, que se caracteriza, principalmente, pela produção de uva de mesa, sobretudo da variedade Itália. Entretanto, recentemente tem havido crescimento significativo da produção de uvas destinadas à produção de vinhos finos.

A agroindústria do vinho no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1970, realizou importantes investimentos na modernização das vinícolas, com o objetivo de atender à crescente demanda por vinhos finos, de melhor qualidade e maior preço. Atualmente, pode-se dizer que o nível tecnológico utilizado na elaboração dos vinhos finos nacionais é comparável ao existente nos países de vitivinicultura avançada.

Merece destaque, também, a qualidade dos vinhos espumantes nacionais, inclusive com reconhecimento internacional, o que abre a perspectiva de incremento das exportações agroindustriais brasileiras.

A aprovação do projeto de lei ora em análise será uma forma de reconhecer a evolução e a modernização por que tem passado a vitivinicultura nacional, adequando a legislação brasileira aos conceitos e padrões da vitivinicultura internacional.

III – Voto

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, votamos pela sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, a seguinte redação:

“Art. 1º Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

§ 1º Os produtos nacionais de que trata este artigo deverão estar acompanhados da respectiva guia de livre trânsito, expedida pelo órgão fiscalizador ou, por entidade pública ou privada, mediante delegação.

..... (NR)”

“Art. 8º Os vinhos serão classificados:

I – quanto à classe:

- a) de mesa;
- b) leve;
- c) fino;
- d) espumante;
- e) frisanter;
- f) gaseificado;
- g) licoroso;
- h) composto.

II – quanto à cor:

- a) tinto;
- b) rosado, rosé ou clarete;
- c) branco;

III – quanto ao teor de açúcar:

- a) nature;
- b) *extra-brut*;
- c) *brut*;
- d) seco, *sec* ou *dry*;
- e) meio doce, meio seco ou *demi-sec*;
- f) suave; e
- g) doce.

§ 1º O teor de açúcar e a denominação para classe serão fixados, para cada produto; no regulamento desta lei.

§ 2º As bebidas definidas nesta lei, com graduação alcoólica expressa em graus Gay Lussac, terão o seu teor alcoólico expresso em

percentual (%) por volume, à razão de um para um (v/v) a vinte graus Celsius. (NR)”

“Art. 9º Vinho de mesa é o vinho com teor alcoólico de oito inteiros e seis décimos por cento a quatorze por cento em volume, podendo conter até uma atmosfera de pressão à vinte graus Celsius.

§ 1º Vinho frisanter é o vinho com teor alcoólico de sete por cento a quatorze por cento em volume, e uma pressão mínima de 1,1 a 2,0 atmosferas à vinte graus Celsius, natural ou gaseificado.

§ 2º Vinho fino é o vinho de teor alcoólico de oito inteiros e seis décimos por cento a quatorze por cento em volume, elaborado mediante processos tecnológicos adequados que assegurem a otimização de suas características sensoriais e exclusivamente de variedades **Vitis vinífera** do grupo nobres, a serem definidas em regulamento.

§ 3º Vinho de mesa de viníferas é o vinho elaborado exclusivamente com uvas das variedades **Vitis viníferas**.

§ 4º Vinho de mesa de americanas é o vinho elaborado com uvas do grupo das uvas americanas e/ou híbridas, podendo conter vinhos de variedades **Vitis vinífera**.

§ 5º Nos rótulos dos vinhos será permitida a utilização de expressões clássicas internacionalmente usadas, previstas no regulamento desta lei, bem como alusões à peculiaridades específicas do produto ou de sua elaboração.

§ 6º No rótulo do vinho fino será facultado o uso simultâneo da expressão ‘de mesa’. (NR)”

“Art. 10. Vinho leve é o vinho com teor alcoólico de sete por cento a oito inteiros e cinco décimos por cento em volume, obtido exclusivamente da fermentação dos açúcares naturais da uva, produzido durante a safra nas zonas de produção, vedada sua elaboração a partir de vinho de mesa. (NR)”

“Art. 11. Champanha (**Champagne**), Espumante ou Espumante Natural é o vinho cujo anidrido carbônico provém exclusivamente de uma segunda fermentação alcoólica do vinho em garrafas (método Champenoise/tradicional) ou em grandes recipientes (método Chaussepied/Charmad), com uma pressão mínima de quatro atmosferas à vinte graus Celsius e com teor alcoólico de dez por cento a treze por cento em volume. (NR)”

“Art. 12. Vinho moscato espumante ou Moscatel Espumante é o vinho cujo anidrido carbônico provém da fermentação em recipiente fechado, de mosto ou de mosto conservado de uva moscatel, com uma pressão mínima de quatro atmosferas a vinte graus Celsius, e com um teor alcoólico de sete por cento a dez por cento em volume, e no mínimo vinte gramas de açúcar remanescente. (NR)”

“Art. 13. Vinho gaseificado é o vinho resultante da introdução de anidrido carbônico puro, por qualquer processo, devendo apresentar um teor alcoólico de sete por cento a quatorze por cento em volume, e uma pressão mínima de 2,1 a 3,9 atmosferas a vinte graus Celsius. (NR)”

“Art. 14. Vinho licoroso é o vinho com teor alcoólico ou adquirido de quatorze por cento a dezoito por cento em volume, sendo permitido, na sua elaboração, o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, mosto concentrado, caramelo, mistela simples, açúcar e caramelo de uva. (NR)”

“Art. 15. Vinho composto é a bebida com teor alcoólico de quatorze por cento a vinte por cento em volume, elaborado pela adição ao vinho de mesa, de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo e mistela simples.

..... (NR)”

Art. 17. Os produtos resultantes da destilação do vinho com teor alcoólico até quatorze por cento em volume, e de seus derivados, somente poderão ser elaborados em zonas de produção sob controle específico do órgão fiscalizador, classificando-se em: aguardente de vinho, destilado alcoólico simples de vinho, destilado alcoólico simples de bagaço, destilado alcoólico simples de borras e álcool vínico.

§ 1º Aguardente de vinho é a bebida com um teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius obtida exclusivamente de destilados simples de vinho ou por destilação de mostos fermentados de uva.

§ 2º Destilado alcoólico simples de vinho é o produto com teor alcoólico superior a cinquenta e quatro por cento e inferior a noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, destinado a elaboração de bebidas alcoólicas e obtido pela destilação simples ou

por destiloretificação parcial seletiva de mostos e/ou subprodutos provenientes unicamente de matérias-primas de origem vínica, resultante de fermentação alcoólica.

.....
§ 5º Álcool vínico é o álcool etílico potável de origem agrícola, com teor alcoólico superior a noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, o qual é obtido exclusivamente por destilação e retificação de vinho, de produtos ou subprodutos derivados da fermentação da uva.

§ 6º Álcool etílico potável de origem agrícola é o produto com teor alcoólico mínimo de noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtido pela destiloretificação de mostos provenientes unicamente de matérias-primas de origem agrícola, de natureza açucarada ou amilácea, resultante da fermentação alcoólica, como também o produto da retificação de aguardente ou destilados alcoólicos simples. Na denominação de álcool etílico potável de origem agrícola, quando feita referência à matéria-prima utilizada, o produto resultante será exclusivamente dessa matéria-prima.

..... (NR)’

Art. 18. Conhaque é a bebida com teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, obtido de destilados simples de vinho e/ou aguardente de vinho, envelhecidos ou não. (NR)’

Art. 19. Brandy ou conhaque fino é a bebida com teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, obtida de destilado alcoólico simples de vinho e/ou aguardente de vinho, envelhecidos em tonéis de carvalho, ou de outra madeira de características semelhantes, reconhecida pelo órgão competente, de capacidade máxima de seiscentos litros, por um período de seis meses.

..... (NR)

Art. 20. Bagaceira ou grappa ou graspa é a bebida com teor alcoólico de trinta e cinco por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida a partir de destilados alcoólicos simples de bagaço de uva, com ou sem borras de vinhos, podendo ser retificada parcial ou seletivamente. E admitido o cone com álcool etílico potável da mesma origem para regular o conteúdo de congêneres. (NR)’

‘Art. 26.

.....
 § 3º Os produtos referidos neste artigo somente serão liberados à comercialização em seu recipiente original, sendo vedada qualquer alteração de marca e classe, devendo ser acondicionados em vasilhames de até cinco litros de capacidade.

..... (NR)

‘Art. 41. Para produtos envasados, somente poderá ter a denominação de determinada uva o vinho que contiver, no mínimo, setenta e cinco por cento dessa variedade, sendo o restante de variedades da mesma espécie.

..... (NR)

‘Art. 47. Nas zonas de produção, é facultado ao vinicultor elaborar, engarrafar ou envasar vinhos e derivados em instalações de terceiros, mediante a contratação de serviços, por locação ou qualquer forma de arrendamento ou cessão, cabendo ao produtor a responsabilidade pelo produto, desobrigado de fazer constar no rótulo o nome do engarrafador, ou do envasador. (NR)’

Sala da Comissão 19 de novembro de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Maguito Vilela** – **Sérgio Cabral** – **Ney Suassuna** – **Papaléo Paes** – **Gerson Camata** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Morais** – **Eduardo Azeredo** – **Tasso Jereissati** – **Leonel Pavan** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Osmar Dias**.

PARECER Nº 330, DE 2004

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (PL nº 3.512, de 1997, na origem), de autoria do Poder Executivo, propõe alterações na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Referido projeto recebeu pareceres favoráveis, com emendas, nas Comissões de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), e de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), da Câmara dos Deputados. Também foi aprovado na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal. A emenda de redação ao art. 1º,

aprovada pela CAS, promoveu a adequação do PLC nº 89/2000, ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, modificada pela Lei Complementar nº 107/2001, sobre as normas a serem obedecidas quando da alteração das leis.

Assim, o PLC nº 89/2000, em seu art. 1º propõe alterações na Lei nº 7.678/1988, enquanto o art. 2º determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação. O Poder Executivo, quando da apresentação do projeto a Câmara, justificou as alterações propostas pela necessidade de adequação da legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul.

Na Comissão de Assuntos Econômicos não foram apresentadas emendas no prazo regulamentar.

II – Análise

O Projeto de Lei em exame constitui-se em proposta de grande relevância econômica para a viticultura brasileira e sua agroindústria. Assim, de acordo com o disposto no item II, do art. 99, do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal opinar sobre a matéria.

O Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovada em 1996 por meio da Resolução GMC nº 45/1996, objetiva a harmonização da legislação do Mercosul, no que se refere às normas relativas à qualidade, ao trânsito e à comercialização de alimentos e bebidas.

A indústria vitivinícola brasileira está concentrada no Rio Grande do Sul, que responde por mais de 90% da produção nacional. Estimativas recentes indicam que a cadeia produtiva nesse Estado envolve aproximadamente 572 indústrias vinícolas e 13 mil pequenas propriedades. De acordo com dados publicados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2002, a produção de uvas americanas/híbridas foi de 369 mil toneladas e, de vinho e mosto, 339 mil toneladas. Ainda de acordo com a mesma fonte, os cultivares da espécie **Vitis Vinifera**, utilizados para a produção de vinhos finos também apresentaram boa produção: as uvas viníferas tintas totalizaram 19 mil toneladas e as uvas brancas e rosadas, 28 mil toneladas.

A indústria vinícola brasileira ainda é relativamente jovem e o consumo é baixo, especialmente se comparado aos países europeus e mesmo a países como Argentina e Chile. Os vinhos de mesa – que representam em tomo de 80% dos vinhos nacionais – devem seu sabor intenso e frutado, bastante característico, às uvas americanas e híbridas utilizadas em sua fabricação.

Já os denominados vinhos finos são fabricados a partir de cultivares da espécie **Vitis Vinifera** e os produtores brasileiros vêm aperfeiçoando tanto a produção da uva propriamente dita, quanto a tecnologia de elaboração dos vinhos. Esse comportamento está de acordo com a tendência mundial de redução da quantidade consumida em benefício de um aumento no consumo de vinhos de melhor qualidade.

De fato, nos últimos anos, os vinhos nacionais apresentaram sensível melhora, obtendo vários prêmios internacionais, com destaque para os espumantes, que alcançaram qualidade comparável à de produtores mais tradicionais.

Como parte da política de aperfeiçoamento do setor vitivinícola do Brasil, é oportuno lembrar que o país deverá integrar, em breve, a Organização Internacional do Vinho (OIV), principal organismo de caráter técnico científico da vitivinicultura mundial. Na prática, o País passará a ter maior comprometimento com normas internacionais de qualidade, vindo, assim, a ter maiores possibilidades de conquista do mercado externo.

A aprovação do PLS nº 89, de 2000, justificado pela necessidade de adequação da legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, é compatível com o processo de aperfeiçoamento apresentado pela vitivinicultura nacional.

III – Voto

Considerando a constitucionalidade, a juridicidade, e o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, votamos pela sua aprovação, com a emenda de redação aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala da Comissão, _ **Ramez Tebet**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Ana Julia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Serys Shessarenko** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Anonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Sérgio Guerra** – **Tasso Jereissati** – **Patrícia Saboya Gomes**.

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2000

(Do Poder Executivo)

PARECER DA COMISSÃO

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em reunião ordinária

realizada hoje, Aprovou, unanimemente, o Relatório favorável do Deputado Inácio Arruda oferecido ao Projeto de Lei da Câmara 89/00, que altera dispositivo da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares:

Deputado **Dr. Rosinha**, Presidente; Senador **Pedro Simon**, Vice-Presidente; Senador **Rodolpho Tourinho**, Secretário-Geral – Senadores **Eduardo Azeredo**, **Eduardo Suplicy**, **Ideli Salvatti**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Sérgio Zambiasi**; Deputados **Eduardo Paes** e **Oliveira Filho**.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2003. – Deputado **Dr. Rosinha**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 89, DE 2000

Altera dispositivo da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e da outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Inácio Arruda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão para exame o Projeto nº 89/2000, oriundo da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado.

Pretende o referido projeto alterar dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, de forma a internalizar no ordenamento jurídico pátrio a Resolução Mercosul nº 45/96, que aprovou o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, que estabelece critérios técnicos para a produção, comercialização e controle sob os aspectos sanitários e tecnológicos dos vinhos e derivados da uva e do vinho para os Estados-Membros do Mercosul.

O referido Projeto de Lei da Câmara contempla todas as pretensões apresentadas pelo Poder Executivo e contextua as alterações imprescindíveis à internalização do Código Vitivinícola do Mercosul.

II – Voto do Relator

A matéria ora em análise é de grande importância e de elevado conteúdo técnico, o que não traz

dificuldade para a sua apreciação por ser de evidente solução legislativa.

Todos os segmentos da produção à comercialização de vinhos e derivados da uva e do vinho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram consultados e manifestaram-se favoravelmente à aprovação do PLC nº 89/2000, justificando a importância e o desenvolvimento que sua aprovação trará para os vinhos e derivados da uva e do vinho brasileiros.

A internalização de normas e procedimentos técnicos uniformizados é uma condição imprescindível para a concretização do Tratado de Assunção, para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, que estabelece a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente.

Dispõe o Tratado de Assunção que os Estados Partes assegurarão condições eqüitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, **dumping** e qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Nesse sentido, com a atualização das normas técnicas brasileiras, o segmento vitivinícola brasileiro passa a ser inserido no contexto internacional, no diz respeito à classificação, terminologia e práticas enológicas reconhecidas internacionalmente.

A vitivinicultura brasileira é relativamente nova e a participação dos produtos brasileiros no mercado internacional é pequena em comparação com o volume importado desses produtos. Porém, possui um grande potencial de crescimento, com a conseqüente diminuição das importações, e geração de empregos. Só no Estado do Rio Grande do Sul funcionam mais de quinhentos estabelecimentos vinícolas, gerando mais de cem mil empregos diretos, com reflexo em outros estados, na distribuição, revenda, etc.

A participação dos vinhos importados em relação aos vinhos de uvas viníferas comercializados no país representou 49,3%, em 2002. O equilíbrio no balanço internacional da cadeia vitivinícola tem grandes perspectivas de ocorrer em médio prazo, através dos investimentos que estão sendo realizados especialmen-

te em regiões tropicais, onde é passível se produzir em qualquer época do ano, com grande potencial de colocação no mercado externo e pelos novos plantios de uvas para vinho tanto na região tradicional, quanto em pólos emergentes em regiões não tradicionais, que deverão reduzir significativamente as importações de vinhos finos.

Esse segmento da agroindústria é concentrado principalmente no Sul do país, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul detém mais de 90% da produção nacional de vinhos, onde estão diretamente envolvidas mais de 16 mil famílias.

No Nordeste brasileiro, grandes investimentos vêm sendo feitos no cultivo da uva e na produção de vinhos e derivados da uva e do vinho, principalmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, com geração de renda para a população daquela região. Esses produtos vêm tendo grande aceitação no mercado externo e interno.

São, portanto, indiscutíveis as vantagens e a necessidade da existência de Regulamentos Técnicos unificados para o Mercosul, levando, ainda, em conta que o Regulamento Vitivinícola do Mercosul fora chancelado pelo Grupo Mercado Comum que é o órgão executivo do Mercado Comum, coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Partes.

Concluo nesse encadeamento, que a proposta do Poder Executivo para a alteração de definições relativas aos vinhos e derivados da uva e do vinho é meritória, oportuna e conveniente, garantindo a efetiva internalização da norma acordada no âmbito do Mercosul, que cumpre a nós implementar.

Diante das razões expostas neste parecer, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 89/2000.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2003. – Deputado **Inácio Arruda**, Relator.

MENSAGEM Nº 43, DE 2004

(Nº 160/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea **f** da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

*Alfredo Luiz de Almeida Cardoso C.R.M. : 5245440-0
Rua Barão de Jaguaripe 30 apartamento 201 – Ipanema -Rio de Janeiro cep 22421-000
Telefone residencial(21)2523-4077
Comercial (21) 3861-8000
Celular (21)9994-6006*

DADOS PESSOAIS:

Nascimento – 15 de Maio de 1963

Local de Nascimento – Petrópolis /RJ

Nacionalidade- Brasileira

Filiação- Segisfredo Cardoso e Minerva Almeida Cardoso

Estado Civil – Divorciado

Identidade – 0494 3529-0 - Instituto Félix Pacheco – RJ

CPF – 735.105.647-15

FORMAÇÃO ESCOLAR:

Primeiro Grau no Colégio Padre Correa – Correias, segundo distrito de Petrópolis – 1969 a 1976.
Segundo Grau – O primeiro e segundo anos cursados no **Centro de Ensino Integrado de Petrópolis, atual Pedro II**, nos anos de 1977 e 1978. O **terceiro ano no Colégio Werneck**, em 1979, também na cidade de Petrópolis



FORMAÇÃO MÉDICA :

Formado em 1985 pela **Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense** - Niteroi , RJ

Médico Especialista em Clínica Médica por conclusão da **Residência Médica** no período de março/89 a fevereiro/91 , no Hospital Naval Marcílio Dias - Rio de Janeiro (RJ)

Médico Especialista em Terapia Intensiva por aprovação em Prova Nacional aplicada pela AMIB em 1994.

Pós Graduação em Administração – MBA EXECUTIVO pela Coppead – UFRJ - 1999

ATIVIDADES PROFISSIONAIS :

1986-1987- Médico Plantonista do CTI do Hospital de Clínicas de Ipanema - Rio de Janeiro

1986-1987 - Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica do Hospital Naval Marcílio Dias

1986 -1987 - Médico Plantonista do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1987 -1988 - Encarregado da Divisão de Saúde do Navio Transporte de Tropas Custódio de Melo - responsável pelo atendimento médico , ações preventivas , controle epidemiológico , controle de materiais e medicamentos necessários a uma tripulação de cerca de 300 homens.

1987-1988 - Médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil - responsável pela aplicação da política de atenção à saúde , controle epidemiológico , planejamento e execução de operações navais (no que tange à área de saúde) , planejamento de aquisições de materiais e medicamentos para toda Força de Apoio (cerca de 15 navios)

1989-1991- Médico Residente do Hospital Naval Marcílio Dias

1990 - 1991 - Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niteroi (RJ) - responsável pela gerência técnico administrativa de uma unidade de terapia intensiva de 14 leitos

1991 - Médico Assistente do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1991-1994 - Chefe de Clínicas do Hospital Mário Lioni (Duque de Caxias -RJ) - responsável pela montagem e gerencia técnico administrativa dos serviços de Clínica Médica , Clínica Cirurgica e Terapia Intensiva

1992-1993- Assistente da Divisão de Saúde do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)- - um dos responsável pela atenção à saúde de cerca de 4.000 homens , além da gerência administrativa de toda divisão

1994-1995 - Diretor do Hospital de Clínicas Mário Lioni - responsável pela gestão técnico administrativa de um Hospital de 60 (sessenta) leitos

1995 - Diretor da Rede de Centros Médicos ESHO- responsável pela gestão técnico administrativa de nove ambulatórios que realizam em média 30.000 consultas e 10.000 procedimentos /mes

1995 1996 - Superintendente da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO) do Grupo Amil - responsável pela gestão técnico administrativa de toda Empresa que engloba 03 Hospitais , 09 Ambulatórios , 35 postos de Atendimento dentro de Empresas e 01 Unidade Neonatal ; pela política de pessoal de cerca de 1600 funcionários . Instituiu programa de Gestão pela Qualidade , desenvolveu e expandiu Informatização técnico administrativa ambulatorial e hospitalar , alterou forma de manuseio estoques . Atuou na formação médica (criação de curso de pós graduação em Terapia Intensiva credenciado pela AMIB) e Administrativa , entre outras.

1997 – 2000- Diretor Geral do Hospital Barra D'Or – responsável pela implantação e operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 140 leitos de alta complexidade..

2000 –2002 – Diretor Geral do Hospital Copa D'Or – responsável pela implantação, operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 150 leitos de alta complexidade.

2002- 2003 – Diretor Técnico da Gestal – Responsável Técnico da Gestal, empresa de Gestão Hospitalar do IHS (associação do Icatu Participações, do IFC e do Grupo português José de Mello na para projetos na área de saúde). Responsável pela estruturação técnica da empresa e pela criação de um projeto de investimento em uma Rede de Hospitais de baixo custo.

2003 – até hoje – Diretor da Phoenix . Empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de Hospitais e Operadoras de Saúde.

ATIVIDADES ACADÊMICAS :

Monitor de Farmacologia – 1982 -1985

Acadêmico-Plantonista da Emergência do Hospital Universitário Antonio Pedro –1982- 1985

Acadêmico - Plantonista da Unidade de Emergencia do Hospital Municipal Souza Aguiar -1984

Acadêmico-Plantonista do Centro de Terapia Intensiva do Hospital do Andaraí -1985

APROVAÇÕES EM CONCURSOS :

Residência Médica do Inamps (Clínica Médica)- 1986.

Corpo de Saúde da Marinha do Brasil (Clínica Médica)- 1986

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Clínica Médica).- 1986

ATIVIDADES CIENTÍFICAS :

Co Autor do Livro "Ventilação Mecânica "- Editora REVINTER

Co Autor do Livro "Drogas em terapia Intensiva "- EDITORA REVINTER

PARTICIPAÇÃO EM JORNADAS, CURSOS E CONGRESSOS

XXIV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Recife -1986

XXV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Salvador -1991

XXVI Congresso de Pneumologia e Tsiologia – Natal -1992

IV Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro -1991

II Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1990

III Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1992

I Congresso Sudeste de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro 1992

VIII Congresso Mundial de Terapia Intensiva - Madrid -1992

IX Congresso Mundial de Medicina de Emergencia e Desastre - Estocolmo -1992

V Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Lisboa 1994

XXVII Feira de Material e Equipamentos Hospitalares - Hospital - Hanover 93 /95

Corpo Docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica ministrando instrução no CURSO de ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR – 1998 /1999/2000

HOSPITAL BUSINESS – Rio de Janeiro -1998

I Fórum de Hospitais Privados – Brasil Top Hospital – Brasília 2001

Saúde das Américas – Angra dos Reis – 2001

Hospital Strategy & Governance in Latin América – Miami –2001

II Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo – 2001

Gestão do Negócio Saúde – Salvador – 2002

III Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo –2002



Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 9.961,
DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III. “f”, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000.

Vide Lei 9.961. de 28-1-2000

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.

Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

IDIOMA

Inglês – Nível Intermediário
Cultura Inglesa (1976-1980)
English for you – (1994-95-96)
Berlitz (2002-3-04)

Rio de Janeiro, 3 de março de 2004 – **Alfredo Luiz de Almeida Cardoso.**

PARECER Nº 331, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, (nº 2.313/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por intermédio da Mensagem no 385, de 16 de maio 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

Da exposição de motivos formulada pelo Senhor Ministro de Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, cumpre destacar o seguinte:

O Acordo em pauta constitui instrumento valioso no escopo de cooperação bilateral, ao prever o intercâmbio de experiência entre as escolas formadoras de diplomatas dos dois países.

Acordos nesse âmbito reforçam a aproximação entre os Governos do Brasil e de outros países e são instrumentos de peso para a melhor interação entre agentes diplomáticos. Nesse aspecto, o Ministério de Relações Exteriores, por intermédio do Instituto Rio Branco, tem procurado, sobretudo a partir de 1976, com o programa de bolsistas estrangeiros, fomentar a implementação de acordos entre academias diplomáticas, no que tem obtido elevado grau de êxito.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional sob exame foi apreciado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e de Redação, nas quais recebeu parecer favorável.

II – Análise

Inserido em significativo processo de aproximação entre Brasil e Tunísia, o presente Acordo explora uma das mais sensíveis áreas da política externa: seleção, formação e aperfeiçoamento contínuo do pessoal diplomático.

No Brasil, o Instituto Rio Branco constitui-se em uma das expressivas e prestigiosas instituições republicanas, com imensos serviços prestados à Nação. Criado em 1946, em comemoração ao centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, seus objetivos são desenvolver a compreensão dos elementos básicos da formulação e execução da política externa brasileira e iniciar os alunos nas práticas e técnicas da carreira diplomática.

A parceria que ora se pretende implantar é medida oportuna da política externa brasileira. Privilegia um país em desenvolvimento e com desafios econômicos, comerciais e sociais semelhantes aos do Brasil. A República da Tunísia assimila tanto a cultura árabe como a africana. Tem se revelado dinâmica, moderna, comprometida com a estabilidade política e com o diálogo entre os países da comunidade internacional. A experiência na formação de diplomatas estrangeiros, sobretudo de diplomatas de países em desenvolvimento, não é novidade na experiência do Itamaraty.

A possibilidade de intercâmbio de conhecimento, de informações, de técnicas diplomáticas e de professores poderá contribuir para a consolidação de parceria estratégica, à medida em que o Brasil tenha acesso privilegiado às peculiaridades tunisinas. Os métodos e as prioridades da formação diplomática da República da Tunísia, certamente, permitirá maior acesso a outro povo, outro mercado e outras instituições nacionais. A compreensão que desse país teremos irá além das

rotineiras informações de agências internacionais. Ao revés, será fruto do convívio e do consenso que projetos comuns podem forjar.

O Instituto Rio Branco, desde 1976, já formou 132 diplomatas estrangeiros. Encetar relações privilegiadas com outras academias congêneres contribuirá para o engrandecimento de uma casa já aberta a novas propostas, ao diálogo e às diversas possibilidades que a ordem internacional continuamente apresenta. A parceria dá continuidade à tradição de Rio Branco, baseada em rigoroso preparo técnico e em relações amistosas com os diversos povos do mundo.

No plano político, a aproximação com a República da Tunísia revela-se de grande interesse estratégico para o Brasil, que poderá passar a contar com aliado de grande expressão nas contendas internacionais vindouras, como, por exemplo, nas árduas negociações sobre liberalização comercial que estão por vir, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. A liderança internacional que o Brasil quer e necessita, de fato, assumir, não pode prescindir de aliados de prestígio e do reconhecimento no consenso das Nações, como é o caso do tradicional país norte-africano, hoje profundamente vinculado, política e economicamente, à União Européia.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, nada havendo que conflite com as disposições constitucionais pátrias, sendo constitucional e legal, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, com as seguintes Emendas de redação:

EMENDA Nº 1-CRE, DE REDAÇÃO

Dê-se a Ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, a seguinte redação:

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

EMENDA Nº 2, CRE, DE REDAÇÃO

Art. 1º Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002. – Sala da Comissão, 18 de março de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marco Maciel** – **Antônio Carlos Maga-**

Ihães – Rodolpho Tourinho – Cristovam Buarque
 – Fátima Cleide – Marcelo Crivella – Lúcia Vânia
 – Gilberto Mestrinho.

PARECER Nº 332, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômico, sobre a Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB). – Relator: Senador Fernando Bezerra.

I – Relatório

Com a Mensagem nº 33, de 2004, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).

Conforme a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, EM nº 00024/2004-MF, de 1º de março de 2004, trata-se de operação de crédito “em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional.”

O empréstimo compreende as seguintes características:

- a)** mutuário: República Federativa do Brasil;
- b)** mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c)** valor: equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal;
- d)** finalidade: Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro

ao Brasil (PAFIB), em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional;

e) modalidade de empréstimo: **Fixed Spread Loan** (FSL), com possibilidade de: **(a)** conversão de moeda; **(b)** conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e **(c)** estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros; todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

f) prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2004;

g) carência do principal: seis anos;

h) amortização: dezesseis parcelas semestrais, sendo seis (6) parcelas consecutivas com vencimentos de 15-4-2009 a 15-1-2011, mais dez (10) parcelas consecutivas de 15-4-2013 a 15-10-2017, ou seja, sem pagamentos em 2012;

i) juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da LIBOR 6 meses e **spread** de 0,50% ao ano;

j) comissão de compromisso: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante;

k) comissão à vista: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 00024/2004-MF, de 1º de março de 2004; os Pareceres nºs PGFN/COF/Nº 261/2004, de 1º de março de 2004 e nº 46/STN/COREF/GERFI, de 10 de janeiro de 2004, respectivamente, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional; o Ofício Decec/Diope/Sucre-2004/038, de 26 de fevereiro de 2004, a Carta nº 02/MF, de 20 de janeiro de 2004, do Ministro da Fazenda ao Presidente do Banco Mundial; informações sobre os limites de endividamento da União e cópias do Acordo de Empréstimo, tendo como parte integrante as “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixa” do BIRD, datadas de 1º de Setembro de 1999.

II – Análise

A presente solicitação satisfaz as exigências contidas na Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre os limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo, de interesse da União e de suas entidades.

Com efeito, tanto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional como a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação; a minuta do contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da mencionada Resolução nº 96, de 1989; há dotações no Orçamento Geral da União de 2004 para fazer face aos encargos da operação e foram observados os limites de endividamento da União. Por outro lado, o Banco Central do Brasil autorizou o credenciamento do empréstimo.

Segundo os pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, às fls. 5 a 13 do processo, o presente empréstimo do BIRD está inserido no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, cujos recursos serão destinados a compor as reservas internacionais do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República Federativa do Brasil. Portanto, o presente empréstimo, “ao destinar-se à amortização de dívida externa, terá impacto positivo na capacidade financeira da União, ao reduzir o custo de rolagem da dívida pública”.

Cabe ressaltar as seguintes informações da STN, às fls. 10 e 11 do processado:

...”o referido empréstimo está sendo concedido em reconhecimento das reformas estruturais empreendidas nas áreas de logística, ambiente de negócios, financeira e de progresso tecnológico, objetivando incentivar ações que favoreçam o crescimento sustentável e equânime, bem como a competitividade da economia brasileira. Na medida em que avancem as reformas mencionadas ou afins, novos empréstimos programáticos desta natureza poderão ser concedidos ao Brasil”.

Além disso, como se trata de empréstimo programático do BIRD (**adjustment loans**), os recursos da operação não são destinados a novos investimentos e, assim, não é exigida contrapartida com recursos nacionais. Na verdade, esse tipo de operação do Banco Mundial exige a prévia realização de ações governamentais previstas em compromissos de políticas setoriais e, como reconhecimento às ações e reformas

estruturais já empreendidas, permite àquela instituição a concessão de novos empréstimos.

Com efeito, o próprio contrato (Acordo de Empréstimo) relaciona as ações já efetuadas (fls 48 a 54 do processado), dentre as quais destacam-se:

reestruturação geográfica das concessões de ferrovias, como parte do Plano de Revitalização das Ferrovias; aprovação, pelo Ministério da Fazenda, de estratégia para a reforma do sistema alfandegário, com vistas a facilitar o comércio e a proteção das fronteiras; medidas estruturais na área de transportes, mediante reestruturação do Ministério dos Transportes, organização do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Denit), transferência de cerca de nove por cento das estradas federais não-tronco para quinze estados; estabelecimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANITT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, em novembro de 2003, que defina regras gerais para os procedimentos de concorrência e parcerias entre os setores público e privado na administração pública; elaboração de proposta a respeito da reforma da legislação antitruste; adoção da simplificação dos procedimentos para o registro de empresas, a chamada “FÁCIL”; promulgação da Emenda Constitucional nº 42, que se refere a parte da reforma tributária; simplificação de regras para a exportação; aprovação do projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, que trata das falências – ora em discussão nesta Casa; promulgação da Emenda Constitucional nº 40, de 2003, que trata do sistema financeiro nacional e que permite a sua regulamentação mediante leis complementares, ao invés de uma lei geral; implementação de um novo sistema de pagamentos e que está operando satisfatoriamente; emissão de regulamentos relativos à alocação e aptidão dos ativos de empresas do setor de seguros e ao registro e custódia para empresas seguradoras; estabelecimento de aberturas de contas bancárias simplificadas e de crédito para proporcionar o acesso de pessoas de baixa renda aos serviços financeiros nos bancos; projeto de lei, de 2002, que proporciona incentivos para pesquisa tecnológica e científica e inovação em instituições públicas de pesquisa e estabelece mecanismos de gerenciamento aplicáveis a tais instituições; regulamentação das medidas que promovem ligações entre as universidades e centros de pesquisa públicos e o setor privado (através do Fundo Verde-Amarelo) e que criam os instrumentos de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor privado; estabelecimento de critérios, em 2002, para empréstimos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor privado e concedidos pela

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); ratificação, em 2002, do Protocolo de **Kyoto** e subsequente implementação de medidas pela Comissão Interministerial sobre Mudança Climática.

Segundo estimativas de dispêndios, às fls. 14 do processo, o custo efetivo orçado do empréstimo é de 2,72% ao ano, “constituindo-se em indicativo favorável para contratações em euros, se comparado com operações da mesma natureza já realizadas pelo Governo Brasileiro, bem como emissões de títulos da República”.

Assim, como as operações autorizadas pelo Senado Federal, ao longo de 2001-2003, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil, pelo Banco Mundial, a exemplo dos Empréstimos Programáticos de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL), a presente operação, inserida no mesmo programa de apoio, visa dar suporte indireto ao crescimento sustentável com equidade. No caso, o suporte ocorre mediante o fortalecimento das reservas cambiais do País e, simultaneamente, o financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional, na medida em que os recursos poderão ser utilizados para saldar compromissos externos. Isso se dá pelo fato de que os custos de rolagem da dívida pública são maiores que os da presente operação. Logo, o empréstimo permite, assim, um ganho fiscal adicional e fortalece, por via de consequência, a estabilidade cambial e monetária.

Registre-se que, na instrução processual, consta apenas o Acordo de Empréstimo, não acompanhado do documento “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixada do BIRD, datadas de 1º de Setembro de 1999”. Por se tratar de documento padrão do BIRD, utilizado em todas as operações daquela instituição nesta modalidade de empréstimo, consideramos que essa lacuna não traz problemas quanto à solidez e a segurança jurídica da operação sob exame.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2004

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável

com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos do empréstimo a que se refere o **caput**, caracterizados como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB), serão destinados a compor as reservas externas do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o artigo anterior contém as seguintes características:

a) mutuário: República Federativa do Brasil;

b) mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

c) valor: equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal;

d) finalidade: Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB), em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional;

e) modalidade de empréstimo: **Fixed Spread Loan** (FSL), com possibilidade de: **(a)** conversão de moeda; **(b)** conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e **(c)** estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros; todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

f) prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2004;

g) carência do principal: seis anos;

h) amortização: dezesseis parcelas semestrais, sendo seis (6) parcelas consecutivas com vencimentos de 15-4-2009 a 15-1-2011, mais dez (10) parcelas consecutivas de 15-4-2013 a 15-10-2017, ou seja, sem pagamentos em 2012;

i) juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa

anual composta da LIBOR seis (6) meses e **spread** de 0,50% ao ano;

j) comissão de compromisso: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante;

k) comissão à vista: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta (540) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – Presidente: **Ramez Tebet**
– Relator: **Fernando Bezerra – Aloizio Mercadante – Ana Júlia Carepa – Delcídio Amaral – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares – Geraldo Mesquita Júnior – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Jonas Pinheiro – Eduardo Azeredo – Almeida Lima – Aelton Freitas – Lúcia Vânia.**

PARECER Nº 333, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39, de 2004 (nº 153/2004, na origem) que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2004.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 39, de 2004 (Mensagem nº 153, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Já foi muito debatida, nesta Comissão, a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo

Senado Federal, cabe a esta comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central.

II – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tomava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora tenha-se mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

O caráter de simples formalidade de que se reveste a análise e voto da Programação Monetária fica evidenciado pelo prazo com que se aprecia a matéria. Estamos, em meados do mês de abril, analisando a programação para o segundo trimestre: ou seja, já se passou parte do período para o qual são estimados os quantitativos monetários e feitas as previsões pelo Banco Central.

Sabidamente a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso foram as recentes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fizeram longas exposições e foram bastante questionados a respeito da política econômica.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta

agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2004, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária e cambial do País.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a programação monetária para o segundo trimestre de 2004.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2004

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 39, de 2004.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Delcídio Amaral**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Azeredo** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 329 e 330, de 2004**, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, concluindo favoravelmente ao **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000** (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi encaminhado à publicação o

Parecer nº 333, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004** (MSF 39/2004), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 332, de 2004**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 12, de 2004** (MSF 33/2004), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Pafib*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 316/04-BLP

Brasília, 5 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Reinaldo Betão (PL/RJ), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Almir Moura (PL/RJ), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2004, que “dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 354/04-BLP

Brasília, 7 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Humberto Michiles (PL/AM),

na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Milton Monti (PL/SP), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 178, de 31 de março de 2004, que “autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 355/04-BLP

Brasília, 7 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Almir Sá (PL/RR), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 179, de 1º de abril de 2004, que “Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado Sandro Mabel, Líder do Bloco PL/PSL.

OF/GAB/I/Nº 258

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 178, de 31 de março de 2004, que “autoriza em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei 10.336, de 19-12-2001, nas condições que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Hermes Parcianello
Marcelo Castro

Suplentes

Asdrubal Bentes

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

Of. 301/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Militão (PTB-MG), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Mucio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 175, de 22 de março de 2004, que “acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Of. 303/2004

Brasília, de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Roberto Magalhães (PTB-PE), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Mucio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 179, de 2 de abril de 2004, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Of.Lid.PP nº 415

Brasília-DF, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a satisfação de indicar o Deputado Luis Carlos Heinze, do PP/RS, como Titular da CPMI da Reforma Agrária e Urbana, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana e os movimentos sociais de trabalhadores, em substituição ao Deputado Feu Rosa, do PP/ES.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 73/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exa., tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Titular na Comissão de Legislação Participativa, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designa o Sr. Senador Marcos Guerra para compor, como Titular, a Comissão de Legislativa, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 74/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Suplente na Comissão de assuntos Sociais, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designará o Sr. Senador Marcos Guerra para compor, como Suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 75/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Suplente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designará o Sr. Senador

Marcos Guerra para compor, como Suplente, a Comissão de Serviços de Infra-estrutura, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 76/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Titular, em substituição ao Senador Antero Paes de Barros, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao art. 144 da Constituição Federal, para estender aos delegados de polícia a garantia da inamovibilidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 144 da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 144.

.....

§ 10. É assegurada aos delegados de polícia de carreira a garantia da inamovibilidade. (NR)”

Justificação

A Constituição Federal (CF) outorga aos juízes e aos membros do Ministério Público as garantias de vitaliciedade, de inamovibilidade e de irredutibilidade de vencimentos. O objetivo dessas prerrogativas é o de garantir a isenção e a independência da função jurisdicional desses agentes públicos, evitando perseguições de natureza administrativa e financeira. A CF também as estende a outras categorias profissionais, como os Ministros do Tribunal de Contas da União (art. 73, § 3º), o Auditor de Contas do Tribunal de Contas

da União (art. 73, § 4º), os Conselheiros de Tribunal de Contas do Estado ou de Tribunal de Contas dos Municípios (art. 75) e os defensores públicos (art. 134, parágrafo único).

Na verdade, por força constitucional, todos os funcionários públicos (detentores de cargo ou emprego público) gozam da garantia da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV). A vitaliciedade e a inamovibilidade seriam o grande diferencial das carreiras supracitadas (à exceção do cargo de defensor público, que não possui vitaliciedade) em relação ao restante do funcionalismo público.

Se assim se deu com essa gama de categorias funcionais, por que não dizer o mesmo quanto aos delegados de polícia? Por que o defensor público tem direito à inamovibilidade e o delegado não? Não há razão plausível para que o delegado de polícia não goze também da garantia da inamovibilidade. Não são raras as notícias, principalmente em pequenas cidades do interior, onde ainda há resquícios do coronelismo, e grupos tradicionais dominam e representam o próprio poder estatal, sobre delegados que foram transferidos bruscamente para qualquer outro lugar simplesmente porque o prefeito municipal ou seu vice, o deputado estadual da região, o vereador, ou qualquer outro líder político, não gostou de seu modo de atuação, ou porque prendeu ou indiciou algum parente.

Não é aceitável num País com gravíssimos problemas de segurança pública que qualquer delegado de polícia possa ser removido da comarca por uma simples movimentação política promovida por um vereador de apenas 18 anos de idade que tenha alguma influência junto ao secretário de Segurança Pública ou a alguma autoridade pertencente ao seu grupo político. O resultado é que, em cidades interioranas, agentes e delegados de polícia não se envolvem com filhos de autoridades, mesmo que os encontrem em estado de flagrância criminosa.

O fato é que os delegados de polícia representam uma categoria profissional desprestigiada no Brasil, uma vez que são os responsáveis pelas investigações criminais – e, por isso, atuam como um apêndice do Poder Judiciário –, e, ao mesmo tempo, sequer têm as mesmas garantias que se asseguram aos defensores públicos.

Ora, se o defensor público, que não acusa, nem investiga ninguém, goza da garantia da inamovibilidade, o mais razoável é que o delegado de polícia, que exerce função de risco, mexe com interesses superiores, investiga filhos de autoridades e políticos, e expõe a sua vida e a sua família, também a tenha.

Portanto, a presente proposta de emenda constitucional objetiva estender aos delegados de polícia

a garantia da inamovibilidade, para se evitar arbitrariedades e diminuir a dependência da autoridade policial de intempéries políticas. Essa medida é fundamental para tornar a persecução penal mais eficiente em nosso País.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Romeu Tuma – José Jorge – Antonio Carlos Magalhães – Papaléo Paes – Ney Suassuna – Almeida Lima – Valdir Raupp – Romero Jucá – Maria do Carmo – Heloisa Helena – Jonas Pinheiro – Roberto Saturnino – Rodolfo Tourinho – Garibaldi Alves – Antonio Carlos Valadares – João Batista – Eduardo Siqueira Campos – Alvaro Dias – Paulo Octavio – Tasso Jereissati – Ramez Tebet – Leonel Pavan – Demóstenes Torres – Gilberto Mestrinho – Pedro Simon.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 42 de 31 de dezembro de 2003.

TÍTULO V Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade na defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

.....
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 82, DE 2004**

Revoga os arts. 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941

– Código de Processo Penal –, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revogam-se os arts. 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

O protesto por novo júri é um recurso processual penal privativo da defesa por meio do qual se pede a realização de novo julgamento caso o réu seja condenado a cumprir pena por crime doloso contra a vida superior a vinte anos. Nele não se examinam a legalidade, a legitimidade ou a justiça da condenação, bastando o mero numerário da pena aplicada.

O instituto surgiu no Código de Processo Criminal do Império (1832), e, a partir de 1841, com a sua reforma, sua aplicação passou a se restringir aos casos em que o réu fosse condenado às penas de morte ou de galés perpétuas. Com a proclamação da República, apesar de essas penas extremas terem sido abolidas, o instituto, esdruxulamente, permaneceu.

Trata-se, portanto, de instituto anacrônico, pois já não existem no Brasil as penas de morte e de galés perpétuas. Além disso, o protesto por novo júri é uma afronta ao princípio constitucional da soberania dos veredictos do tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII, c). A rigor, apesar de ainda ser reconhecido pelos tribunais, já teria havido a sua revogação com o advento da Constituição de 1988, que não o recepcionou, pois lei ordinária, como o Código de Processo Penal, não poderia criar um mecanismo processual que burla uma decisão tomada soberana por força constitucional, como a dos jurados, sob o irrisório fundamento da quantidade da pena aplicada.

O instituto ainda estimula os magistrados a aplicarem penas inferiores aos vinte anos, mesmo se, no caso concreto, o criminoso merecesse pena no teto de trinta anos, só para não se abrir possibilidade para o recurso e, como consequência, para a extensão contraproducente do processo no tempo, o que retira justiça e legitimidade da decisão judicial.

O protesto por novo júri, por fim, reforça na sociedade a idéia de morosidade da justiça penal, de insegurança jurídica e de ineficiência da máquina judiciária.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004 – Senador **Aelton Freitas**.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nota: para procura rápida de palavra digite: Ctrl+f

Legenda:

Asterisco (*):	Houve modificação
Texto em preto:	Redação original (sem modificação)
Texto em azul:	Redação dos dispositivos alterados
Texto em verde:	Redação dos dispositivos revogados
Texto em vermelho:	Redação dos dispositivos incluídos

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

c) a soberania os veredictos;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83 DE 2004

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condena-

dos e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 28. O trabalho do condenado, como direito social de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, e sua oferta por parte do Estado será obrigatória.

Parágrafo único. A execução do trabalho ofertado, nos termos do art. 31, é condição para a concessão dos benefícios de que trata os arts. 112, 122, 131 e 180 desta lei.

..... (NR)”

“Art. 112.

§ 3º A execução de atividades laborais é condição para a progressão de regime, salvo se o preso não tiver condições para o trabalho. (NR)”

“Art. 123.

IV – o preso estiver executando atividades laborais, salvo se não tiver condições para o trabalho. (NR)”

“Art. 180.

V – o condenado esteja executando atividades laborais, salvo se não tiver condições para o trabalho. (NR)”

Art. 2º O art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 83.

VI – esteja executando atividades laborais, nos termos do art. 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, salvo se não tiver condições para o trabalho.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Execução Penal prescreve que o trabalho é obrigatório para os presos condenados, mas não traz a obrigatoriedade da oferta de trabalho por parte do Estado. A Constituição Federal de 1988 qualifica o trabalho como direito social (art. 6º, **caput**), e a Lei de

Execução Penal ainda o qualifica, em seu art. 28, **caput**, como “dever social”. Isso traz distorções ao sistema de execução penal, e o resultado é que a minoria da população carcerária do Brasil de fato trabalha, o que fere os próprios fins do sistema penitenciário, que é a reintegração social (art. 1º da Lei nº 7.210, de 1984), a sua sustentabilidade (art. 29, § 1º, **d** da Lei nº 7.210, de 1984) e os direitos da vítima (art. 29, § 1º, **a** da Lei nº 7.210, de 1984).

O presente projeto, portanto, torna a oferta de trabalho aos presos obrigatória, ou seja, dever do Estado e direito do preso – e, portanto, agora passível de ação civil pública em caso de descumprimento –, e condiciona a obtenção de benefícios penais por parte dos condenados à execução de atividades laborais. Dessa forma, o Estado se torna responsável direto, jurídica e moralmente, pela reintegração social do preso, sob pena de responder por sua omissão.

Essas medidas são fundamentais para tirar dos presídios a qualificação repulsiva que hoje recebem de “universidades do crime”, e convida o Estado a dedicar mais atenção à situação psicossocial daqueles que ele mesmo condena.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 83 O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

IV – tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

V – cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da

tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)

1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I – comportamento adequado;

II – cumprimento mínimo de 1/6 (*um sexto*) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (*um quarto*), se reincidente;

III – compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Art. 180. A pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que:

I – o condenado a esteja cumprindo em regime aberto;

II – tenha sido cumprido pelo menos 1/4 (*um quarto*) da pena;

III – os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 71 1940 – Código Penal, passa a do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de viger acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 71.
.....

§ 2º Em caso de crimes consumados ou tentados contra a vida, não se aplica o disposto no *capta* e no § 1º deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A inovação trazida ao art. 71 do Código Penal (crime continuado), considerando o debate sempre atual sobre a possibilidade de aplicação ou não do referido artigo aos bens personalíssimos, vem para

excluir a aplicação do princípio da continuidade delitiva aos casos de crimes consumados ou tentados contra a vida, pelo fato de ser este o maior bem jurídico que um cidadão possui, não sendo de forma alguma razoável transformar vários homicídios, como os que aconteceram no episódio da chacina em Vigário Geral/RJ, num crime só, e com aumentos de pena que na maior parte das vezes resultam em uma pena final muito inferior ao que se teria em caso da soma regular (art. 69 do CP).

Enquadrar homicídios em continuidades delitivas é estímulo, por exemplo, aos variados esquadrões de morte que existem hoje no País – muitos compostos até mesmo de policiais –, pois a pena menor significa obtenção precoce de benefícios penais (liberdade condicional, progressão de regime etc), além de os criminosos se beneficiarem com a multiplicidade de entendimentos hoje vigentes sobre o que é e o que não é a continuação de um crime (modo de execução, local, lapso temporal etc.).

Nesse sentido, o projeto abraça o entendimento já esposado pelo Supremo Tribunal Federal de que “nos crimes consumados ou tentados, contra bens personalíssimos – vida, honra e liberdade – não se pode aplicar o princípio da continuidade delitiva, salvo casos especialíssimos” (STF – RE – Rel. Firmino Paz – RTJ 101/462).

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

Legenda:

Texto em preto:	Redação original (sem modificação)
Texto em azul:	Redação dos dispositivos alterados
Texto em verde:	Redação dos dispositivos revogados
Texto em vermelho:	Redação dos dispositivos incluídos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Parte Geral

TÍTULO I Da Aplicação da Lei Penal

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as pe-

nas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

§ 1º Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

§ 2º Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

Art. 71. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços. *(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

Parágrafo único. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código. *(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2004

Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É opcional a retransmissão de programa oficial de informações dos poderes da república.

Art. 2º Fica revogada a alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com a obrigação instituída pelo art. 38, alínea “e”, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, hoje denominado a “Voz do Brasil”, ficando reservados 30 (trinta) minutos para a divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Nesse sentido, milhares de radiodifusores vêm, há várias décadas, em respeito ao dispositivo legal apontado, dedicando uma hora de sua programação para a transmissão de informações acerca dos Poderes da República.

Cumprindo, preliminarmente, admitir que a disponibilização de uma programação oficial de informações dos Poderes da República é útil e ajuda a desenvolver o senso cívico e o acesso a informações que podem ser de grande interesse a determinada parcela da população. O citado dispositivo, no entanto, na forma como proposto na Lei nº 4.117/62, não harmoniza com a Carta Constitucional de 1988 no que tange aos direitos fundamentais da liberdade de pensamento e do acesso à informação, indispensáveis a qualquer regime democrático.

A Carta Magna dispõe em seu art. 220, **caput** e parágrafos, que a manifestação do pensamento, a criação, a informação e a expressão, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição, sendo que nenhuma lei conterá preceito que constitua embaraço à plena liberdade de informação jornalística. Ressalte-se que a liberdade jornalística não se resume à simples liberdade de imprensa, pois alcança qualquer forma de notícias, comentários e opiniões realizados por qualquer veículo de comunicação social.

Ora, resta claro que o art. 38, alínea **e** da Lei nº 4.117/62, quando obriga que o radiodifusor, com exceção do de televisão, transmita obrigatoriamente o programa dos Poderes da República, viola o direito da livre manifestação do pensamento, uma vez que restringe a própria possibilidade dessa manifestação. No mesmo sentido, o art. 5º da Constituição, que estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos, prescreve em seu inciso IV que será livre a manifestação do pensamento.

Ademais, o dispositivo tratado transgredir um outro direito fundamental, qual seja, o direito de ter acesso à informação. E o que resguarda o art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal. De fato, a liberdade de informação se desdobra na liberdade de informar, que coincide com a própria liberdade de manifestação do

pensamento, e a liberdade de ser informado ou de ter acesso à informação, que revela o interesse da coletividade para que tanto o indivíduo como a comunidade estejam informados para melhor exercício das liberdades públicas. Dessa forma, a inconstitucionalidade do art. 38 da Lei nº 4.117/62, quanto ao acesso à informação, é também manifesta.

A obrigação decorrente do dispositivo ora aludido não deixa de possuir maiores conseqüências em razão de esta recair somente sobre o serviço de radiodifusão sonora (o rádio), não alcançando o serviço de radiodifusão de sons e imagens (a televisão), uma vez que hoje existe grande diversidade de meios de comunicação. Não pode, entretanto, o poder público, amparando-se na existência de outras formas de comunicação, cercar o direito de manifestação do pensamento assim como o do acesso à informação associado a um determinado veículo de comunicação social.

À guisa de exemplo, é oportuno ilustrar a situação de uma pessoa que, ao retornar de seu trabalho, dirige com o rádio ligado durante a programação da Hora do Brasil. Esta pessoa não possui outra opção senão a de desligar o rádio ou ouvir aquela programação. Apesar da existência de outras formas de comunicação, naquele momento ao indivíduo é negado seu direito constitucional de acesso à informação e denegado ao fornecedor da informação a sua difusão.

Não só o radiodifusor tem sua discricionariedade editorial violada pelo próprio Estado, ao impor a transmissão compulsória de um programa, como o ouvinte tem negado seu direito de acesso à informação, vez que não lhe é oferecido escolha: ou bem ouve ao programa oficial ou não ouve nada. Todas as rádios estão constringidas a transmitir o dito programa simultaneamente.

Cumpra, por fim, notar que o rádio e a televisão constituem imprensa, no caso imprensa eletrônica, gozando da proteção e submetida aos ditames do Capítulo da Comunicação Social da Constituição. A discricionariedade editorial é elemento característico fundamental da imprensa: cabe ao jornal, à revista, ao rádio e à televisão escolher o que publicar e o que transmitir. No meio impresso seria absolutamente impensável uma “Página do Brasil”, em que jornais e revistas publicariam compulsoriamente as notícias oficiais dos Poderes da República.

Dessa maneira, levando em conta a inconstitucionalidade do art. 38, alínea e da Lei nº 4.117/62 e os direitos constitucionais da liberdade de manifestação do pensamento e do acesso à informação, sugerimos que fique à discricionariedade dos próprios radiodifusores a transmissão ou não da programação dos Poderes da República.

Assim restaria eliminado o mais persistente entulho autoritário da história do Brasil, criado ainda na Era Vargas.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004 – **Jorge Bornhausen.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;
.....

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....
XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
.....

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:
.....

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da

propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Diretora e de Educação, cabendo a última em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como possibilita o Regimento, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de pedir minha inscrição, conforme o Regimento, no momento adequado, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Peço igual providência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, estando inscritos pela ordem a nobre Senadora Heloísa Helena,

a nobre Senadora Ana Júlia Carepa e o nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Eu queria fazer dois pedidos: minha inscrição para uma comunicação inadiável, se houver a possibilidade, e também minha inscrição para falar como Líder do meu Partido, para que eu possa falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em quarto lugar, portanto na primeira suplência para as comunicações inadiáveis, e como primeiro Líder inscrito para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro deles, ao 1º Vice-Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início desta sessão, lamento o que ocorreu hoje pela manhã em frente ao Palácio do Planalto. Um jovem desempregado de trinta anos tocou fogo no próprio corpo no desespero de estar sem emprego, sentindo-se totalmente desamparado. Foi socorrido pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros com queimaduras de terceiro grau e está neste momento no Hospital Regional da Asa Norte.

Faço este registro com tristeza, Sr. Presidente. A situação do desemprego e da renda do brasileiro preocupa todos nós. Por isso, falamos tanto da importância da valorização do salário mínimo.

Há pouco tempo, um triste episódio ocorreu neste plenário, quando um cidadão ameaçou jogar-se das galerias, também devido ao desemprego. Agora vemos outro desempregado incendiar-se em frente ao Palácio, no desespero, para que alguém se sensibilizasse e lhe conseguisse um trabalho. Esse senhor chama-se José Antônio de Souza. Já vi cena semelhante em filmes, mas nunca presenciei uma tocha humana sendo filmada por câmeras de televisão, simbolizando a luta contra o desemprego.

Sr. Presidente, faço novamente o apelo para que consigamos combater esta chaga que tanto machuca, que tanto esfola e que tanto sangra o coração do nosso povo: o desemprego.

Sr. Presidente, a exemplo do que fiz em outras oportunidades, desde o dia 1º de abril, volto a pedir a aprovação da PEC paralela, nos moldes em que foi aprovada pelo Plenário desta Casa, por unanimidade, com a presença de setenta Senadores. Sei que essa PEC será votada na tarde de hoje na Comissão Especial da Câmara.

Sr. Presidente, mais uma vez quero dizer que, para mim, é muito importante a palavra empenhada. Se esse acordo for rompido, será muito ruim para o Senado, para a Câmara, para a democracia e para o Legislativo. Por isso, apelo novamente para que honremos a palavra empenhada. Caso contrário, será muito difícil daqui para frente alguém chegar neste Plenário e pedir voto para essa ou aquela matéria, dizendo que será bom para o Brasil. Se não pudermos confiar mais nos interlocutores, quer sejam da sociedade organizada, quer sejam dos Poderes constituídos, ficará muito difícil, na minha avaliação, a aprovação de qualquer emenda constitucional neste plenário.

Faço este apelo na expectativa de que ele seja atendido.

Sr. Presidente, hoje quero mais uma vez falar sobre o salário mínimo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Concedo-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Paulo Paim, divido com V. Exª as agruras, as tristezas e as decepções que está vivendo. A agrura de V. Exª pode ser muito mais emocional do que é para o conjunto dos Srs. Senadores – até os de Oposição –, porque sabemos que, na base do Governo, V. Exª foi o comandante. Com a batuta de V. Exª, fomos orquestrados – eu, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Aelton Freitas e outros Senadores da base do Governo, que se recusavam a votar a PEC nº 67 como veio da Câmara, entendendo o papel revisor do Senador e a capacidade de esta Casa avançar em matéria tão importante. Dessa luta, resultou a PEC nº 77, que traz avanços referentes à regra de transição, à paridade, aos inativos, meu caro Presidente, Senador Eduardo Campos. O Governo firmou acordo com as Lideranças para que, em se aprovando a PEC nº 67, a PEC nº 77 fosse votada imediatamente. Ninguém é obrigado a fazer acordo com ninguém. Mas, em minha terra, minha mãe, Dona Dadá – volto a dizer, analfabeta profissional – dizia o seguinte: “O que é combinado não é caro”. Isso foi combinado com as Lideranças desta Casa. Confiamos na palavra vinda do Palácio pela boca de seus interlocutores, os Líderes do Governo, mas assistimos a um fiasco, a uma desmoralização pública.

Houve convocação extraordinária, quando a Câmara deveria votar essa matéria, mas seu Presidente resistiu, porque os avanços saíram do Senado e não daquela Casa. Estamos buscando beneficiar a quem? A população brasileira? Ou buscamos bônus para nosso proveito em eleições futuras? A mim entristece muito esse fato. A angústia de V. Exª também é minha. Espero que a PEC 77, que está sendo desmantelada na Câmara, seja votada como saiu do Senado. Tenho plena consciência, Senador Paulo Paim, de que, se a PEC voltar modificada a esta Casa, o Governo terá muitas dificuldades de votá-la por conta de ter quebrado a sua palavra e porque nós, Senadores, não permitiremos que a sociedade, o funcionalismo público federal e os aposentados deste País sejam punidos com o proposto na PEC 67. Queremos avanços e, como V. Exª, exigimos que o acordo seja cumprido para que a PEC 77 seja votada imediatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador. Ouvirei os Senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma e Maguito Vilela. Posteriormente, falarei sobre os quatro apartes.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, inicialmente, como sempre faço, permitame render-lhe tributo, porque todos nós lutamos pela PEC paralela e continuamos a ter V. Exª como referência numa luta que deixou de ser só sua e passou a ser do Senado e até do Governo, vez que se comprometeu a fazer com que a PEC paralela, que ameniza a perda dos servidores públicos, fosse aprovada. Mas estamos vendo que ela terá outro destino na Câmara dos Deputados. Não quero mais reiterar o apelo que V. Exª e todos formulamos para que haja maior brevidade. Agora peço que a PEC seja aprovada de qualquer jeito. Senador Magno Malta, ouvi o aparte de V. Exª. A esta altura, meu desejo é de a PEC venha para esta Casa, porque aqui temos autonomia e liberdade. A maior parte dos projetos deste País – veja o caso das medidas provisórias – começa na Câmara. Aqui, via de regra, são alterados e voltam para a Câmara, que sempre dá a última palavra. Se a Câmara votar, como espero, a matéria terá de voltar para esta Casa. Aqui, a PEC foi aprovada por unanimidade, portanto, caso volte a esta Casa, tenho a esperança de que iremos restabelecê-la em defesa dos compromissos que assumimos. Senador Paulo Paim, já não mais peço sua aprovação tal como saiu desta Casa – e seria obrigação do Governo insistir, junto a seus aliados, no cumprimento do compromisso assumido –, mas que, pelo, menos, façam-na sair da Câmara, para que venha para esta Casa, onde haveremos de restabelecer os compromissos assumidos. Naquele dia, votaram 79, 80 ou 81 Srs. Senadores porque todos estávamos

comprometidos com as reformas. Votamos a reforma da previdência com o compromisso de apreciarmos a PEC paralela, porque ninguém aceitava a reforma da previdência tal qual foi concebida. Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho e pela dedicação e a todos que estão ao lado de V. Ex^a nessa luta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, como o Senador Ramez Tebet, quero prestar as minhas homenagens a V. Ex^a pela postura, pela dignidade no trato não só dessa matéria, como também de várias outras aprovadas ou rejeitadas por esta Casa. Falei algumas vezes com o Líder Tião Viana, homem de bem, sério, correto, respeitoso, a quem fiz alguns pedidos, como a inclusão dos delegados de Polícia nas carreiras jurídicas. Mas S. Ex^a não pôde atendê-los por pressão de Governadores de Estado. Então, pedi que incluísse os pontos levantados por V. Ex^a na PEC 67, e o nobre Líder alegou que faria a PEC Paralela, para não atrapalhar o andamento da PEC 67. Não votei com S. Ex^a porque eu tinha compromisso com as carreiras que chefiar. Então, não pude votar, mas acreditei que o acordo firmado entre V. Ex^a, homem de bem do PT, o Presidente da República e todos os membros do Governo quanto à apreciação da PEC 77 durante a convocação extraordinária. No entanto, a convocação foi usada como meio de o Governo encher esta Casa de medidas provisórias, e nem se discutiu a PEC 77. O Senador Ramez Tebet tem razão ao dizer que o Senado já não é a Casa revisora de medida provisória, mas apenas a Casa visitada por medida provisória, porque quem as revisa é a Câmara dos Deputados. A medida provisória já vem vencida para esta Casa. Aqui, nem emenda se pode fazer. Daqui, a matéria volta para Câmara, onde é corrigida como querem, e está encerrado o assunto. Nós, que somos Casa revisora, nem temos como trabalhar, porque, todo dia, temos quatro, cinco medidas provisórias impedindo o andamento correto de sessões em que discutiríamos temas de nosso interesse. Minha solidariedade, Senador. Digo a V. Ex^a, do fundo do coração, que sinto uma tristeza imensa pela traição que V. Ex^a vem recebendo e espero que ela não se complete. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados votará a PEC 77. Como disse o Senador Ramez Tebet, que vote hoje do jeito que quiser, aqui iremos corrigir. Meus parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador. Ouço o Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Paulo Paim, não serei repetitivo. Concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a e com todos aqueles que

abordaram o tema PEC paralela. Quero me solidarizar com V. Ex^a porque o Brasil inteiro conhece a sua luta em favor dos trabalhadores, em favor da geração de empregos neste País e pela retomada do desenvolvimento. Lamento o episódio ocorrido em frente ao Palácio do Planalto, quando um jovem ateou fogo ao próprio corpo em protesto pela falta de oportunidade de trabalho e de meio de satisfazer as suas necessidades e as de sua família. Neste momento, o Brasil tem que concentrar seus esforços na geração de emprego. Caso contrário, a situação vai descambar. Hoje, tive notícia de que todas as empreiteiras do País, inclusive aquelas que conservam as estradas, estão paralisando seus trabalhos em todo o Brasil porque o Ministério dos Transportes não tem feito o pagamento. Essa situação é extremamente preocupante, porque o desemprego aumentará. Nessas estradas, há necessidade de mão de obra para corrigi-las; a agricultura, outra geradora de empregos, precisa de mais investimentos; também precisa de recursos a retomada da construção civil e do desenvolvimento do País, para que haja geração dos empregos necessários, o calcanhar de Aquiles do Governo. Apoiei o Presidente Lula. Estive com Sua Excelência nos momentos de glória e estarei nos momentos de dificuldades, em todos os momentos. Não sou daqueles que estão presentes nos bons momentos e deixam o barco à deriva nos tempos ruins. Não! Estarei até o fim; ajudei a elegê-lo, trabalhei por ele, tenho responsabilidade e vou ficar até o fim, apoiando, lutando, votando a favor. Mas é importante que todos contribuamos para que o Governo retome o desenvolvimento do País, renegocie essas dívidas, alongando-lhes o perfil. É preciso haver investimento para que não seja sombrio o futuro do nosso País. Deixo aqui a minha solidariedade a V. Ex^a, homem que o Brasil conhece e aplaude pelas posições. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Paulo Paim, eu sabia, como todo o Brasil, da existência de um Deputado combativo, correto, sério. Não fui Deputado, por isso nunca tive o prazer de conviver com V. Ex^a na Câmara dos Deputados, mas sabia da seriedade com que V. Ex^a levava à frente os objetivos a que se determinava. Quando V. Ex^a veio para esta Casa, pude então apreciar o valor de V. Ex^a, um homem determinado. Apesar de o Partido ter feito pressão, V. Ex^a não cedeu, manteve-se como uma rocha. Presto-lhe a minha solidariedade, pois me sinto tão traído quanto V. Ex^a em relação a PEC Paralela. Um acordo foi feito. Chegaram a oferecer-lhe uma carta escrita. V. Ex^a disse que não precisava de carta, que bastava a palavra. E a palavra não está sendo cumprida. V.

Ex^a, nesta Casa, é admirado por todos nós, mas está fazendo falta também na outra Casa, não V. Ex^a, mas outras pessoas como V. Ex^a. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a todos os Senadores que se manifestaram a respeito desse assunto. Percebo com alegria, neste momento de tristeza, que há unanimidade no plenário em relação ao cumprimento do acordo firmado com Senadores da Situação e da Oposição.

Por isso, mais uma vez, apelo ao Presidente Lula e aos seus Ministros para que respeitem o acordo firmado não apenas com Paulo Paim, mas também com o Senado da República. Votaremos outras emendas à Constituição, e, de novo, nos será pedido um voto de confiança, mas, se o acordo for rompido, ficará muito difícil alguém dar um voto de confiança quando a palavra empenhada é negada. Como a votação será hoje à tarde, e o Senador Magno Malta deu-me uma notícia não muito boa antes de eu subir à tribuna, espero que até o momento da votação o Governo mude seu entendimento, porque, do contrário, será difícil, para não dizer impossível, continuar acompanhando votações nas quais não há respeito ao que foi discutido, acordado entre Senadores e Executivo.

Esperarei até o fim da tarde, torcendo para que não se efetive esse ato contra nós e os seis milhões de servidores públicos, que aguardávamos a aprovação da PEC Paralela conforme o combinado. Posso perder, ganhar ou empatar, mas não, como disse o Senador Pedro Simon em outra oportunidade da tribuna, ser enganado, como se fosse um passa-moleque. Isso porque inúmeros Senadores confiaram na nossa palavra. Empenhamos a nossa palavra, eu, o Líder Tião Viana, o Líder Aloizio Mercadante. O Presidente do PT, José Genoíno, que estava no plenário, acompanhou a votação e disse: podem votar. Foi a palavra da Casa Civil, foi a palavra do Ministro Berzoini, que se reuniu com o Bloco de apoio ao Governo, quando lá estavam inúmeros Senadores do PMDB e do PSB. S. Ex^a disse que poderia discordar do mérito, mas que, uma vez firmado o acordo, ele teria que ser cumprido.

Portanto, não dá para entender isso.

Como o meu tempo terminou, Sr. Presidente, aprofundarei o debate sobre o salário mínimo amanhã, quanto voltarei à tribuna, com certeza, pois vou me inscrever, nem que tenha que vir para cá ao meio-dia, para conseguir aquele espaço de cinco minutos. Comentarei uma nota técnica que recebi do corpo de assessores do Senado, do mais alto nível, que afirma ser possível, ainda este ano, um salário mínimo que ultrapasse a barreira dos R\$300,00. Trata-se de uma nota técnica da maior qualidade, feita pelo corpo técnico da Casa, e que demonstra que esse aumento é

viável. Amanhã, vou mostrar, mais uma vez, que um salário mínimo de US\$100, com o mesmo percentual, no mínimo de US\$100 dólares, aos aposentados e pensionistas é possível.

Rendo aqui as minhas homenagens ao Senador Geraldo Mesquita, que, sei, tem parecer favorável do PSB, Partido da Base do Governo, garantindo que o salário mínimo atinja, pelo menos, R\$310,00. Esse valor não é definitivo, uma vez que depende do índice da inflação do mês de abril, ainda não divulgado, e da inflação dos últimos doze meses. O aumento real, conforme o relatório que li, é de 20 centavos a hora. Não é possível que uma economia como a nossa não resista se conceder um aumento de 20 centavos a hora uma vez por ano. Assim, considerando a inflação do período, o salário mínimo atingiria R\$310,00.

Não é possível que o Brasil continue – entra governo, sai governo – tendo o pior salário mínimo do continente americano. Será que só o Brasil não pode se movimentar para melhorar o salário daqueles que ficam na base da pirâmide? Será que é porque aqueles que ganham salário mínimo não têm poder de mobilização e de pressão? Claro que não têm. Virei à tribuna mostrar que quem ganha um salário mínimo não consegue pagar luz, água, gás; não dispõe do mínimo para se vestir, para o transporte, sobrando apenas R\$50,00 para a alimentação do mês. É claro que esses não podem se mobilizar, não têm poder de pressão.

Uma vez um cidadão, de idade avançada, que ganha um salário mínimo, disse-me que o sindicato dele é o Congresso; que o Congresso é que pode melhorar o valor do salário mínimo.

Está, portanto, depositada em nós a confiança de 100 milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, como Líder do PFL, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a devidamente inscrito. A Mesa aguardará a delegação por parte da Liderança, mas V. Ex^a fica inscrito, em segundo lugar, logo após o Líder Magno Malta, o primeiro inscrito para falar após a Ordem do Dia.

A Presidência deseja, antes de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ramez Tebet, registrar a presença do Deputado Aginaldo Muniz, Coor-

denador da Bancada do Estado de Rondônia, do PPS daquele Estado, aqui, junto à Presidência. Para nós, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é uma honra a presença de V. Ex^a. Aproveito a oportunidade para agradecer aos populares, às pessoas que nos assistem das galerias, da tribuna de honra e aos profissionais que fazem a cobertura desta sessão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entreguei hoje, à consideração da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, um substitutivo ao Projeto recebido da Câmara, que trata da nova Lei de Falências, que eu quero chamar de Lei de Recuperação das Empresas.

Deixei de apresentar o relatório sobre um projeto de lei, também oriundo daquela Casa, que altera aspecto do sistema tributário nacional e que faz com que as duas matérias tenham que, necessariamente, tramitar juntas, porque as alterações da Lei de Recuperação de Empresas ou Lei de Falências têm que estar, em algum dos seus aspectos, perfeitamente conectadas com o sistema tributário nacional. Não pude apresentar a matéria porque tenho que estudar melhor o assunto. Tenho dúvidas quanto a este tema. Dialoguei muito no Ministério da Fazenda e percebi que eles têm boa vontade. Mas, ao estudar essa matéria, deparei com a Emenda Constitucional nº 42, promulgada no dia 19 de dezembro de 2003, que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. O art. 52, inciso XV, da Constituição nos dá competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, em sua estrutura e em seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Vejam bem, temos a responsabilidade de periodicamente – não diz de quanto em quanto tempo – avaliar como está funcionando o sistema tributário nacional.

Ora, sabemos que a reforma tributária, que aprovamos aqui no Senado, apenas permite à União arrecadar para ter receita; os aspectos mais importantes estão na Câmara dos Deputados ainda para ser aprovados. Sabemos que o Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias, queixa maior da classe empresarial, daqueles que produzem, dos assalariados, dos trabalhadores.

Assim sendo, Sr. Presidente, devemos deixar disciplinadas as nossas atribuições aqui no Senado da República. Essa avaliação do desempenho tributário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cabe ao Senado da República. Essa é uma

das funções do Senado da República. Faço este pronunciamento para dizer que estou estudando e já pedindo o auxílio da Consultoria Legislativa desta Casa, considerando a Emenda nº 42, que alterou o art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, no sentido de que o Senado deve fazer essa avaliação periódica, esse acompanhamento. Temos que ter normas para isso; e para ter essas normas, precisamos mexer no Regimento Interno do Senado. O Senado tem que se adequar a essa nova competência, e nosso Regimento Interno tem que estar preparado para essas inovações.

Vou aprofundar o estudo sobre a matéria e estou pedindo a colaboração da nossa competente Consultoria Jurídica do Senado para que elabore um projeto de resolução prevendo essa nova competência no rol das competências da comissão própria. Qual a comissão própria para tratar desse assunto? Cumprindo meu dever como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Graças ao relatório que estou fazendo da Lei de Falências e de algumas alterações no sistema tributário nacional, deparei com o tema que me chamou a atenção. Inclusive conversei com o Dr. Carreiro, que está ao lado de V. Ex^a.

Precisamos criar um capítulo específico e incluí-lo na competência das atribuições privativas do Regimento Interno do Senado e na Comissão de Assuntos Econômicos, que está mais preparada, é adequada e tem justamente essa finalidade. Assim vamos poder exercer as atribuições do mandamento constitucional. Caso contrário, ele vai ser letra morta na Constituição. Se não fizermos isso, vai ser letra morta na Constituição. Vamos ter a oportunidade de ouvir autoridades federais, autoridades estaduais, autoridades municipais, poderemos requerer informações sobre como anda a arrecadação dos tributos nos Municípios, vamos saber como está a sonegação no País. Tudo isso se reveste de uma importância fundamental, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Pedi a palavra em nome da Liderança do meu Partido; já está esgotado o tempo – V. Ex^a me fez sinal –, um minuto e trinta segundos a mais. Vou encerrar, mas peço a colaboração de todos: que todos entendam que essa prerrogativa é do Senado da República e terá que ser da Comissão de Assuntos Econômicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Voltando à lista de oradores, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Estado do Piauí.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Siqueira Campos, que preside esta reunião, minhas palavras iniciais são para dizer da minha satisfação de ver em uma revista o comentário de que V. Ex^a foi o Senador que mais presidiu reuniões no Senado no ano que passou. Mas faltou alguma coisa, faltou dizer que presidiu com competência, enriqueceu as liberdades democráticas deste Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer um assunto muito interessante para o País e tentar acordar o Presidente da República, tentar levar uma luz ao núcleo duro do Governo. Trata-se da coluna de Sebastião Nery, transcrita no **Diário do Povo**, do Piauí, cujo título é: “PT e Gás”.

Senador Juvêncio da Fonseca, atentai bem:

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 95, o gás custava R\$4,80. Hoje, R\$30,00. No período, a inflação subiu a metade. Essa é a mais clara prova do crime do modelo econômico (...) e Lula está exacerbando.

O gás é o oxigênio econômico do povo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, não tem Fome Zero sem gás. Ninguém come cru. O próprio Presidente diz que quem come apressado come cru. E não é isso que ele deseja ao povo brasileiro.

Nas cozinhas ou nos carros, é cada dia mais insubstituível e usado pelo interior todo, sobretudo nas grandes periferias e no Norte e Nordeste. Se tivesse restado ao PT, depois que descobriu os jatos e as waldomiradas do poder, alguma sensibilidade social, faria do gás uma plataforma econômica e política. É o dia-a-dia do povo.

É assim que o PT imagina ganhar as eleições de outubro? Vai ver!

Eu queria dizer, Senador Siqueira Campos, que um quadro vale por dez mil palavras. Todos nós, Senador Capiberibe, fizemos a nossa campanha política. Eu fiz a minha em um carro pequeno, um Tracker. Lembro, Senador Papaléo, que com R\$50,00 enchia o tanque do Tracker e andava pelo Piauí pedindo votos. Hoje essa quantia dá apenas um terço do tanque. Esse é o quadro que representa a situação de cada mãe de família, de cada casa.

A Petrobras não é a Petrobras dos nossos sonhos, de quando éramos meninos. Senador Antonio Carlos Magalhães, dizia Getúlio: “O petróleo é nosso”.

Hoje a Petrobras não é nada disso, porque se desvirtuou totalmente.

A carga tributária da gasolina já corresponde a 59,2% do preço cobrado do consumidor. Quer dizer, Senador Papaléo, quando pagamos R\$100,00, estamos dando 59,2% ao Governo do PT. Em cada canto do País, quando se põe gasolina na Biz, na moto, no jipe ou no carro velho, 59,2% são para o Governo.

Quando a Petrobras foi criada, Senador Antonio Carlos Magalhães – que saudade de Getúlio, que dizia: “O petróleo é nosso!” –, o imposto era de 4,8%. Ninguém pode agüentar essa situação. O PT é o partido dos tributos. Em 1953, apenas o Imposto Único incidia sobre o preço da gasolina. A alíquota era 4,8% do valor da revenda. Agora está aí essa situação. Eu iria adiante: nos Estados Unidos, o litro da gasolina em dólar é US\$0.47, aqui é US\$0.70. A renda deles é muito maior. Lá um operário ganha US\$8.00 por hora. Como trabalha dez horas por dia, ele ganha US\$80.00. É o que o brasileiro ganha por mês, mas, lá, a gasolina custa é praticamente a metade.

Senador Duciomar, nos Estados Unidos, um litro de gasolina custa US\$0.47 e no Brasil, US\$ 0.70. Diria apenas que especialistas estimam que o preço da gasolina vendida pela Petrobras está 11,5% mais alto do que o cobrado no mercado internacional.

A gasolina brasileira custa 11,5% mais do que a vendida, por exemplo, no Golfo do México.

E mais, o nosso gás de cozinha custa 15% mais.

Portanto, vamos esclarecer. Atentai bem! O preço da gasolina na bomba em março de 2004, no Rio de Janeiro, era de R\$1,95; na Petrobras era R\$0,51. Atentai bem: de R\$0,51 para R\$1,95. Além disso, entre a distribuição e a revenda, há o acréscimo de R\$0,26; o custo do álcool adicionado (25%), R\$0,12; o ICM, R\$0,631; Cide, PIS, Cofins, R\$0,41; enfim, desse valor – R\$1,95 –, paga-se mais de R\$1,00 de imposto, muito mais da metade; aproximadamente 60%. Nos Estados Unidos, Capiberibe, somadas todas as taxas, o percentual é 26%.

Eu queria dizer que, além disso, há outro tubarão: a própria Petrobras. O lucro dela foi extraordinário. No primeiro semestre de 2003, ela obteve um lucro de R\$9,3 bilhões. Não seria mais interessante cobrar menos impostos e baratear o preço do gás de cozinha e dos derivados do petróleo? Não seria mais interessante a Petrobras ter menos lucro e baratear o preço do gás de cozinha? Porque, Senador Duciomar, o brasileiro e a brasileira já não estão usando gás para cozinhar; estão voltando ao fogão a lenha. No Norte e no Nordeste, estão cozinhando com gás dia sim, dia não; nos outros dias estão comendo coisas frias, como sanduíche de mortadela.

Este País é engraçado. E o PT está tornando-o trágico. Hoje mesmo o Professor Suassuna nos dizia que, quando o dia amanheceu, parecia que estava na guerra do Iraque. Neste País, o Presidente de República deu espetáculo de crescimento a que todos nós assistimos. O mundo nunca antes viu um espetáculo de crescimento como o proporcionado por Lula: houve, ao longo da história, de 15 a 16 Ministérios e, de chofre, há quase quarenta Ministérios. Que crescimento!

Com tantas estruturas, bastaria sintetizar o investimento em todas as estruturas sociais, saúde, educação, segurança e assistência social, cujo orçamento é 60 bilhões. Só de juros esse Governo pagou 160 bilhões no ano passado. Agora a Petrobras faz caridade com o chapéu dos outros. O povo não come, compra o gás, a gasolina e o óleo diesel mais caros do mundo, e os “bonitinhos” do PT fazem filantropia.

Senador Duciomar Costa – V. Ex^a me pede um aparte –, a Petrobras patrocina vários programas culturais e artísticos – sem falar no que gasta com publicidade. Se alguém quiser ajuda, pode ir à Petrobras. Ela deveria ter vergonha na cara e diminuir as despesas. Os Ministérios sociais deveriam funcionar e baixar o preço do gás. Senador Antonio Carlos Magalhães, esse seria o início do Programa Fome Zero, porque o País vê agora o avião zero, o carro zero e a nota zero que o povo brasileiro está dando a esse Governo.

Com a palavra o Senador do PTB do Pará, Duciomar Costa.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Mão Santa, como sempre, V. Ex^a traz assuntos importantes para o povo brasileiro. Quanto à situação do gás, foi feita uma reportagem por um veículo de comunicação que mostrou que grande parte da população brasileira, principalmente nos Municípios carentes, está voltando a cozinhar a lenha, por falta de condição de comprar gás. Tivemos a informação de que a distribuidora chega a ganhar até duas vezes e meia o que os revendedores ganham. Os revendedores de gás de todo o Brasil inclusive estão se mobilizando e pedindo a ação da Comissão de Fiscalização e Controle, na qual apresentaremos requerimento para tratar dessa matéria tão importante para o povo brasileiro, já que o gás de cozinha afeta justamente aqueles que ganham menos neste País. Esse assunto é sério e tem que ser tratado nesta Casa. Parabéns, Senador, por estar trazendo assunto tão oportuno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Senador Duciomar Costa.

Só para que V. Ex^{as} tenham noção do que estou falando, citarei os projetos: Posto-Escola, Cidadão Capaz, Jovem Aprendiz, Mova Brasil, Telecentros de Inclusão Digital, Agricultura Familiar, Molhar a Terra,

Agricultura Urbana, Pintando a Cidadania, Fomento ao Cooperativismo, projeto de tudo para infância e adolescência, Siga Bem Criança, Projeto de Unidade, Fome Zero, Cartão Fidelidade BR. Todos esses são programas da Petrobras.

Vamos simplificar as coisas, Presidente Lula: exerça a sua autoridade, exerça o altruísmo e a dedicação. Todos estão se aproveitando, fazendo gastos e tornando, Senador Juvêncio da Fonseca, ineficientes os Ministérios criados, porque não há recursos.

Este País não vai bem. Não adianta querermos enganar o povo brasileiro com o que se chama não de opinião pública, mas de opinião publicada – com esse dinheiro, com essa programação e com a mídia da Petrobras.

Aprendi com o povo do meu Estado que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Este País está insustentável – essa é a verdade.

Sou otimista, como Juscelino era, além de médico. Como nós, ele foi cirurgião, prefeito, Governador. Até cassado Juscelino foi, Senador João Capiberibe e Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele disse que é melhor ser otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Sou otimista porque houve uma consolidação, Senador Juvêncio da Fonseca, da democracia. A esperança da mocidade, dos idosos, das mulheres e das crianças está na democracia, que garante uma alternância de poder. O povo não suporta a desesperança.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a também é médico. Para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Nós, médicos, buscamos a causa das doenças, a etiologia, por meio de exames. E os exames estão aí. Todas as pesquisas feitas no meu Piauí ou em qualquer lugar do Brasil demonstram que a grande desgraça deste País é o desemprego.

A revista **Época** fez um longo trabalho demonstrando que o aumento do desemprego é diretamente proporcional ao aumento da violência. Onde ele abunda prolifera a violência. Esse é o rumo que tem de buscar o Presidente da República.

O povo está com seu ganho insustentável, porque aumentaram a gasolina, o gás de cozinha, o óleo diesel, a energia elétrica, o telefone, os comestíveis, mas os salários não aumentaram. O servidor público, ridiculamente, em dez anos, teve um aumento de 1%

E atentai para o despertar. O próprio Senador do PT, Paulo Paim, que traz o que de melhor há naquele partido, há poucos instantes dizia que temos um dos salários mais baixos de toda a América Latina, sem dúvida nenhuma. Eu não falo nem nos países ricos.

Acho que o Presidente da República começaria a governar se se sentasse, um dia, nessa condição da

Petrobras, que, sem dúvida nenhuma, é uma das responsáveis pelo aumento do custo de vida neste País, que devia ser minimizado, diminuindo-se impostos, gastos desnecessários, principalmente com a propaganda. Porque a verdadeira propaganda foi ensinada por Ulysses Guimarães: ouçam a voz rouca do povo nas ruas. E o povo está dizendo que não suporta mais a incompetência do PT dirigindo este País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador João Batista Motta, do PMDB do Estado do Espírito Santo.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo do meu pronunciamento é relatar a V. Ex^{as} e principalmente ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a quem rogo a intervenção devida, um grande equívoco administrativo perpetrado pelo GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.

Em 1996, pecuaristas capixabas deram início a projeto de implantação de um frigorífico no Município de Montanha, no Norte do Espírito Santo, região castigada pela seca. Para a concretização do empreendimento, contaram com a parceria do GERES, que tem como operador o Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Após o início das obras, a modificação do projeto, visando sua ampliação e adaptação para atendimento ao mercado exterior, foi negociada com o GERES, tendo sido aprovada. Isso gerou a Resolução nº 966, de 21 de janeiro de 2000, que deferiu a destinação de recursos complementares. Ocorre que nem todos os acionistas do empreendimento aceitaram as condições adicionais impostas pelo Bandes, que implicavam alienação de grandes propriedades rurais.

Dessa forma, os pecuaristas preferiram não aceitar mais recursos oferecidos pelo GERES, tampouco contrair empréstimos bancários, haja vista as altas taxas de juros praticadas na ocasião.

Em duas oportunidades, junho e outubro de 2003, os empreendedores apresentaram ao Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Geres – proposta de conclusão do projeto, com seus próprios recursos, no prazo de 18 meses.

Ocorre, Sr^{as} e Srs. Senadores, que em nenhum momento o sistema Geres/Bandes respondeu às propostas dos empresários. Muito pelo contrário, surpreendeu todos com o cancelamento sumário da participação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, o Funres. E há outro fato grave: usaram

como motivo para o cancelamento a não-execução da proposta dos pecuaristas, cientes de que estes aguardavam o deferimento ou não do pleito para que pudessem agir.

O que causou enorme estranheza, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Ministro Ciro Gomes, foi o modo unilateral e altamente lesivo empregado para barrar um empreendimento de grande importância para a região norte do Estado do Espírito Santo.

O projeto foi concebido pelo bom senso administrativo e pela preocupação socioeconômica. Sua implementação trará inúmeros empregos e desenvolvimento aos Municípios de Montanha, Pinheiros, Boa Esperança, Ponto Belo, Ecoporanga, além de outros inclusos na área mais pobre do Espírito Santo, castigada pelas secas. Na realidade, a implantação do Frigorífico Norte Capixaba é uma das pouquíssimas alternativas econômicas daquela região. As obras têm que ser retomadas o mais rápido possível, a bem da economia capixaba, pois, no mérito, são indiscutíveis os ganhos que advirão com seu pleno funcionamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou me referindo a um projeto sério, concebido por pessoas sérias, de interesse tanto do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, quanto dos trabalhadores rurais, que já sofrem bastante com os efeitos da seca, e dos pecuaristas, que são pessoas de bem, detentores de 80 mil cabeças de gado em mais de 50 mil hectares, cujas dívidas não alcançam sequer 10% dos seus ativos.

Os pecuaristas mereciam e merecem resposta à sua proposta de terminarem o projeto, em curto espaço de tempo e com recursos próprios. Ninguém está querendo deixar de pagar nem contrair empréstimos.

A decisão que paralisou as obras é uma injustiça muito grande para empreendedores, para trabalhadores e, conseqüentemente, para a economia capixaba. Além de ferir os preceitos legais da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório, a decisão unilateral e o excesso de formalidade do Geres/Bandes não se coadunam com a política do Governo de criar empregos e estimular empreendimentos.

Concluindo, Sr. Presidente, rogo ao Ministro Ciro Gomes que intervenha nessa equivocada decisão administrativa do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – Geres –, para que se restabeleçam condições de diálogo e de prosseguimento no projeto Frigorífico Norte Capixaba!

Confio no descortino e no senso de justiça de S. Ex^a, assim como acredito na seriedade e na honradez dos pecuaristas envolvidos no projeto. Não há falcatrua, não há má vontade dos empresários, nem qualquer ilegalidade que impeça a retomada do em-

preendimento! Aguardamos, portanto, a intervenção do atuante Ministro Ciro Gomes.

Sr. Presidente, complementando aquilo que desejaria falar aqui nesta tarde, eu gostaria de voltar a um assunto que tem afligido muito também o nosso Estado.

Ontem, nós, o Governador Paulo Hartung, assim como toda a Bancada capixaba, comparecemos ao gabinete do Ministro Aldo Rebelo e lá deixamos onze quesitos para que fossem respondidos. São onze reivindicações do nosso Estado que estão à mercê dos Ministros e do Governo do nosso País.

Eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, que alguns itens que eu gostaria de abordar não começaram nesse Governo, como, por exemplo, o procedimento do Cade no rumoroso caso da Garoto, em que existiram dois pesos e duas medidas, a situação financeira das empresas e o aspecto social, que foi deixado de lado. Esse foi um problema sem precedentes na história do nosso Estado, mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse problema não foi gerado nesse Governo. As pessoas que estão no Cade foram nomeadas ainda pelo Governo passado, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e não merecem mais o nosso respeito.

Eu gostaria de dizer que os três parques marinhos que estão querendo criar no meu Estado, o que vai mutilar, por certo, toda a nossa economia, não tiveram início nesse Governo. O Ibama projetou a construção desses três parques no Governo passado. As pessoas que deram início a essa maldade contra o meu Estado o fizeram no Governo passado, no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

As desapropriações que estão acontecendo no meu Estado, gerando conflitos de norte a sul, tirando a tranquilidade do homem do campo, também não tiveram início nesse Governo. No meu Estado, exigem-se oito cabeças por cada hectare. No sul da Bahia ou em Minas Gerais, em Nanuque, Carlos Chagas, Teixeira de Freitas, Mucuri, apenas são exigidas 4,6 cabeças por hectare. Essa lei vem de 40 anos atrás. Houve uma revisão em 1996. Não fizeram justiça ao meu Estado, e isso está provocando uma situação de desordem para o homem do interior.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria ainda de dizer que, quando se fala de desapropriação de terras e de conflito no campo, isso também não começou nesse Governo. Essa tolerância com o MST já vem do Governo passado. Quem não se lembra quando invadiram o Ministério da Agricultura e colocaram galinhas em cima da mesa do Ministro? Isso não ocorreu nesse Governo, mas no Governo passado.

Temos feito reclamações e exigimos do atual Governo que deixe de ser frouxo e enfrente os problemas

encontrados pelo Governo passado e os problemas que estão surgindo agora.

Cito, por exemplo, o conflito da Rocinha, a guerrilha que está ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro. E essa guerrilha não ocorre somente lá, mas também de norte a sul do País, no interior, onde o agricultor não está tendo mais tranquilidade para produzir. E o agricultor é que tem puxado toda a mola espiral do desenvolvimento econômico deste País. Se o Brasil não afundou até hoje, isso se dá porque a agricultura brasileira tem-se portado com galhardia com relação a essa problemática.

Portanto, Sr. Presidente, repito: o que desejamos é que esse Governo tenha a coragem de enfrentar os problemas. A guerrilha da Rocinha, no Rio de Janeiro, e a guerrilha do interior do Brasil podem levar-nos ao caos. Talvez, tenhamos que enfrentar uma nova ditadura. Esse Governo tem a responsabilidade de pelo menos garantir a democracia linda, a democracia bela, que hoje se pratica neste País, onde todos podemos falar do interesse dos nossos Estados, onde podemos reclamar de todos os Ministros, onde ninguém é jogado no mar, onde ninguém é assassinado, onde todos são respeitados.

É evidente que necessitamos, Sr. Presidente, de fazer uma distribuição de renda com mais responsabilidade, com mais determinação. Este é o momento em que o Governo Federal tem que acordar e ver a responsabilidade que está em suas mãos.

Por isso, eu gostaria de falar, mais uma vez, que confio no Presidente Lula. Quero que o Presidente Lula, um homem que conhece a problemática brasileira, um trabalhador sofrido, não se deixe envolver nas intrigas do dia-a-dia. Não temos que perder tempo dando resposta a Fernando Henrique ou a qualquer outro político do passado. O nosso compromisso deve ser com o futuro. O nosso compromisso deve ser com o desenvolvimento deste País. O nosso compromisso deve ser com melhores dias para as nossas crianças, para a nossa saúde, para a nossa educação. Temos que olhar para a frente, Presidente Lula! Temos que esquecer o passado! Temos que fazer com que este País volte a crescer, porque está estagnado – e não é de agora. Há muitos anos, estamos enfrentando essa estagnação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confio que o Presidente da República tenha coragem e determinação. Confio que os Ministros deste País não esqueçam do meu Estado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Perfeitamente, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente quando V. Ex^a diz que o Governo deve deixar de ser frouxo e, conseqüentemente, começar a ter coragem. Hoje, o Brasil está passando por um dos momentos mais difíceis da sua História, principalmente quando se trata de segurança. Estamos seguidamente acompanhando, pela imprensa internacional, a guerra do Iraque. Assistimos a lutas de culturas em vários países do mundo. No entanto, em nosso Brasil, aqui tão próximo, há uma guerra maior do que a do Iraque. O nosso País vive um momento de desespero pelo que estamos vendo e ouvindo sobre a falta de comando, por parte do Governo, referente ao narcotráfico, referente aos desmandos que estão ocorrendo no Rio de Janeiro. São desmandos por parte dos bandidos, e há falta de ação das autoridades. Estamos passando por um momento dos mais difíceis. O Presidente Lula disse que só Deus seria capaz de impedi-lo de fazer o nosso País ocupar o lugar de destaque que nunca deveria ter deixado de ocupar. Passam-se alguns meses, e o mesmo Presidente diz o seguinte: “Que Deus ajude o povo brasileiro!” O Presidente deve deixar de ser frouxo, deve ter coragem e deve realmente pedir a Deus que o ilumine, que lhe dê condições de governar este País, Senador João Batista Motta. Não é possível que estejamos vendo um Governo fracassado, acovardado, mediante tamanha injustiça praticada contra a sociedade brasileira. Não é possível que o Governo não tome nenhuma posição severa, séria, que venha trazer esperança e segurança ao povo brasileiro em relação ao que está acontecendo no Rio de Janeiro. Não se trata apenas do narcotráfico. Há também insegurança na agricultura, no campo, na educação, na saúde; acima de tudo, há a insegurança que o Governo está passando ao povo brasileiro. Peço a Deus, sim, que ilumine o Presidente Lula, para que Sua Excelência comece a governar este País, garantindo mais tranquilidade e segurança à sociedade brasileira.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan o aparte e peço à Taquigrafia que insira no meu pronunciamento as suas palavras.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Magno Malta, do meu Estado, com muita honra.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nobre Senador João Batista Motta, V. Ex^a vem a esta tribuna transmitir à Nação brasileira e a esta Casa as reivindicações feitas pela Bancada do Estado do Espírito Santo nesta Casa, composta por V. Ex^a, por mim, pelo Senador

Marcos Guerra, que acaba de assumir – quero saudá-lo em nome da Bancada desta Casa e da Bancada Federal, da qual sou o coordenador –, e pelo Senador Gerson Camata, que se encontra licenciado. Ontem tivemos uma conversa amistosa e significativa com o Ministro Aldo Rebelo – para mim, foi uma das melhores conversas que já tive com Ministros. Expusemos ao Ministro Aldo Rebelo as preocupações do Estado do Espírito Santo, as quais V. Ex^a tão bem ressalta da tribuna. Apresentamos não somente problemas pontuais, mas também as agruras e o sofrimento da população do Estado do Espírito Santo. Vemos aglutinar sobre nós uma série de injustiças. Dizia o Ministro: “É uma infeliz coincidência”. Queira Deus que seja uma infeliz coincidência! Se os nossos portos forem inviabilizados, diante do conjunto portuário do Estado do Espírito Santo, vamos inviabilizar o Estado do Espírito Santo. O que acontecerá se os nossos portos não operarem mais, se nossas *trades* não puderem mais importar matéria-prima para remédio? A Anvisa, desavisadamente, tem tentado punir o Estado do Espírito Santo. O que será do Espírito Santo se, neste momento, não for dada atenção para a situação do Cade? De forma discriminada, foi tratada a questão do Estado do Espírito Santo. Uma fábrica de família que estava fechando suas portas foi socorrida por uma maior; não foram duas que se juntaram para fazer monopólio no País, mas foi uma que socorreu outra que estava falindo. V. Ex^a destaca pontos significativos, o grito e o anseio da população do Estado do Espírito Santo. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a. Encerro o meu aparte, pedindo a atenção do Presidente Lula, das Lideranças de Governo, das Lideranças do PT, que muito combateram. A Força Tarefa não pode ser desmontada e retirada do Estado do Espírito Santo. O crime organizado naquele Estado está ferido de morte, mas não morreu. E eles estão batendo palmas. Houve uma reação contrária e negativa ao Sr. Procurador José Roberto Santoro, a quem rendo homenagens por ser um grande homem neste País. Foi como que fazer um desagravo público ao crime organizado deste País. Atingir José Roberto Santoro é fazer um desagravo ao crime organizado no País. Por isso, peço, encarecidamente, em nome de uma população que, durante doze anos, viveu refém do crime organizado no Espírito Santo, que a Força Tarefa no Espírito Santo seja mantida. Esse é o 12^o ponto que esquecemos de colocar no documento. Muito obrigado, Senador João Batista Motta. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço-lhe, Senador Magno Malta, a participação.

Meu tempo está esgotado. Vou usar a benevolência do Presidente apenas para agradecer de coração

ao Ministro Aldo Rebelo pela maneira simpática com que nos recebeu, por seu equilíbrio e pela vontade de resolver os problemas por S. Ex^a demonstrada.

Aproveito a oportunidade também para agradecer ao Governador Paulo Hartung, que se está destacando como um dos melhores Governadores deste País e que nos acompanhou nessa audiência. Agradeço também aos meus companheiros de Bancada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Mesa que está havendo distribuição na Casa de material apócrifo, isto é, sem assinatura. E, o mais grave: com etiquetas produzidas pelo Senado. São montagens feitas a partir de jornais locais.

Trata-se de uma montagem, tal qual o processo a que respondo no TSE. Solicito à Mesa que tome providências.

Denuncio que já encontrei neste plenário – inclusive me choquei com ele – um cidadão indiciado pela CPI do Narcotráfico no Amapá. Pedi satisfação à segurança, mas até hoje não me deram nenhuma resposta. Ele continua circulando em todos os gabinetes dos Senadores. Por isso, solicito providências urgentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador João Capiberibe, em resposta a V. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno e a Resolução nº 17, esta Presidência enviará imediatamente à Corregedoria sua solicitação para as providências cabíveis.

A Presidência aproveita para registrar a honrosa presença em nossas galerias dos alunos do curso de Direito da Faculdade de Santo Agostinho, de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Para nós, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é uma honra a presença dos alunos, coordenadores e professores nesta sessão deliberativa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever, pela Liderança da Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita após o Líder José Agripino.

O Senador Arthur Virgílio, que havia também solicitado a inscrição, tem aqui sua inscrição devidamente registrada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para não causar prejuízo aos oradores inscritos para comunicações inadiáveis, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

Senadora Heloísa Helena, a Presidência esclarece a V. Ex^a que, se não o fizesse agora, certamente, com quatro inscrições solicitadas pelos Líderes, o direito de V. Ex^a seria preterido, em função do próprio Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a sensibilidade de V. Ex^a.

Parece-me que o Senador Mão Santa já falou, na manhã de hoje, sobre a questão do desemprego e sobre um senhor de 30 anos que, segundo está na mídia, Senador Romeu Tuma, ateou fogo no próprio fogo, hoje de manhã, em frente ao Palácio do Planalto e está com queimaduras de terceiro grau em mais de 60% do corpo, Senador Jefferson Péres.

Como dizia um velho poeta, a mecânica da vida se encarrega de nos fazer esquecer de determinados fatos dramáticos que estão escondidos pelas frias estatísticas oficiais. Essa questão do desemprego é extremamente grave. O desemprego não é apenas o principal problema referido em todas as pesquisas que são feitas na população brasileira. Muitos aqui tiveram a oportunidade de analisar alguns dados que foram produzidos pelo IBGE relacionando o desemprego com a violência.

Não é um fato simples. Não é o caso do cidadão que veio aqui tentar se jogar, pegou o dinheiro e fugiu, não voltou para casa; ou do cidadão que tocou fogo no próprio corpo hoje de manhã, porque é o desemprego a característica mais perversa de uma sociedade capitalista. É o desemprego que desestrutura relações familiares, que faz a menina vender o corpo por um prato de comida, que joga os jovens, filhos da pobreza especialmente, na marginalidade como último refúgio.

Penso que é de fundamental importância refletirmos sobre as alternativas que podem ser realizadas e que já passaram por esta Casa. Tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no ano passado, de alardear para a opinião pública que estávamos votando duas reformas que, na verdade, eram farsas

políticas, fraudes intelectuais. E, no ano passado, o Governo e parte importante do Congresso Nacional apresentavam essas reformas como a panacéia que resolveria os males do Brasil. É evidente que vimos que isso não foi feito.

A reforma da previdência tinha um mecanismo para incluir milhares de filhos da pobreza neste País, que, com suas respectivas aposentadorias ou possibilidade de aposentadorias, poderiam dinamizar a economia local, gerar emprego e renda. Mas isso não foi feito.

A reforma tributária, a segunda farsa política e segunda fraude intelectual, por sua vez, não desonerou a produção, não estabeleceu mecanismo de dinamização da economia, não gerou emprego nem renda. A tal da reforma tributária só fez saquear oficialmente 20% dos cofres públicos, inclusive dos investimentos que poderiam dinamizar a economia, gerar emprego e renda.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficamos assim: as frias estatísticas oficiais escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas. Depois começamos a falar da necessidade de as Forças Armadas investirem no Rio de Janeiro, porque a gigantesca maioria dos filhos da pobreza está sendo tragada pela marginalidade como último refúgio, porque este Plenário, quando votou a desvinculação de receita da União, autorizou o Governo Federal a saquear oficialmente os investimentos, a área importantíssima da segurança pública.

O policial civil e o policial militar não têm mecanismo de inteligência para combater o narcotráfico, não têm salários dignos e acabam se submetendo à promiscuidade entre o aparato de segurança e o crime organizado.

E, agora, esse caso extremamente lamentável de uma pessoa que atea fogo ao próprio corpo para, de alguma forma, denunciar o desemprego.

É por isso que é de fundamental importância que tenhamos coragem de fazer o debate sobre essa política econômica. Aquela política econômica que vem sendo patrocinada ao longo da história recente deste País, que agrada aos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, aos parasitas do Banco Mundial e ao capital financeiro, não deu certo em nenhuma nação do mundo. Ela dá certo para o setor especulativo.

Os dados que foram apresentados ultimamente pelo IBGE não é uma coisa qualquer: 0,001% da população brasileira toma conta de 46% da riqueza nacional! Cinco mil famílias tomam conta da riqueza nacional!

O que aconteceu no último ano não é uma coisa qualquer: houve a diminuição de mais de R\$ 22 bilhões no consumo das famílias brasileiras, se comparado ao

ano de 2002. Menos consumo, mais empobrecimento. Menos consumo significa estoques de mercadorias inalteradas e mais desemprego na indústria, na fábrica, no comércio.

Então, é de fundamental importância que tenhamos coragem de fazer o debate sobre a política econômica. Há necessidade, inclusive, de cobrar do Governo Federal que, em vez de se ajoelhar covardemente diante dos gigolôs, parasitas das instituições de financiamento multilaterais, possa fazer a liberação ao menos dos recursos que estão estabelecidos para investimento no Orçamento Público, para que possamos dinamizar a economia, e não fazer o debate só quando acontece alguma coisa dessa.

Este é o problema: a banalização da miséria, do desemprego e da violência está de tal forma agigantada nas mentes do povo brasileiro que tem de haver uma confusão gigantesca no Rio de Janeiro, um trabalhador tem que tentar pular daqui de cima ou atear fogo no próprio corpo diante do Palácio do Planalto para que possamos discutir a política econômica deste País.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino, que falará para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PFL.

Em seguida, a Presidência dará continuidade à lista de oradores inscritos para uma breve comunicação e dos demais Líderes inscritos para antes da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar, rapidamente, de dois assuntos que são da maior gravidade.

O primeiro deles, Sr. Presidente: hoje completam-se dois meses do caso Waldomiro e, curiosamente, o Sr. Waldomiro presta depoimento na CPI que investiga o assunto no Estado do Rio de Janeiro.

Muito embora ele tenha sido frio e calculista no seu depoimento, alguns fatos importantes ficaram para serem apreciados e para serem objeto de confrontação e investigação.

Tenho a informação de que o Sr. Waldomiro Diniz teria dito no seu depoimento que teria sido vítima de chantagem por parte de um jornalista, Mino Pedrosa, e que teria oficiado a três Ministros – inclusive aos Ministros Waldir Pires e Márcio Thomaz Bastos – reclamação nesse sentido; havia enredado que estava sendo vítima de chantagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim está muito claro que, uma vez que oficia a um Ministro de Estado um fato de tamanha gravidade, o Sr. Waldomiro está distribuindo ou repartindo com o Poder

Executivo o objeto que o preocupava e que deveria preocupar, e muito, o Governo – que não tomou, ao que me consta, nenhuma providência.

O fato seguinte refere-se à fita de vídeo em que o Sr. Waldomiro Diniz solicita dinheiro para campanhas eleitorais e 1% do valor para si.

Senador Mão Santa, urge que a comissão parlamentar de inquérito seja instalada. Há dois recursos – já apreciados pela CCJ e constantes da pauta de matérias a serem apreciadas nesta Casa – que solicitam que o Presidente da Casa indique, no caso de omissão dos líderes partidários, os nomes dos membros para compor a comissão parlamentar de inquérito.

Temos duas instâncias, Senador Arthur Virgílio: temos a instância dos recursos, que, acredito, com os fatos que se estão sucedendo, serão apreciados e aprovados por este Plenário – nesse caso, S. Ex^a o Presidente da Casa cobrirá a omissão dos líderes dos partidos que não indicaram os membros da CPI –, e temos a outra instância, Senadora Heloísa Helena, que é a do Judiciário.

Já me manifestei, nesta tribuna, sobre o mérito do despacho do Ministro Relator em um mandado de segurança impetrado por Senadores do meu Partido, inclusive por mim, em que o pleito não é concedido por não entender S. Ex^a que a matéria está prejudicando o mérito se não for imediatamente apreciada. No entanto, no que diz respeito à fumaça do bom Direito, o Ministro é claríssimo ao reconhecer o direito das minorias e o perigo que a democracia sofre quando esse direito não é preservado.

Portanto, no momento em que se completam dois meses do caso Waldomiro, a Nação inteira, frustrada com a expectativa de um governo probó, espera esclarecimentos. E a Oposição vem registrar os termos do depoimento feito na comissão parlamentar de inquérito do Rio de Janeiro e vem manifestar sua expectativa favorável aos dois lances: a votação dos recursos, em que o Plenário se manifestará favoravelmente ao entendimento de que o Presidente da Casa terá a obrigação de indicar os membros da CPI; ou, se não o fizer, a manifestação do Judiciário, que – com absoluta certeza – dará à democracia brasileira o prêmio da proteção às minorias.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é igualmente importante. Confesso a V. Ex^a que guardo profundas preocupações com o nosso País. Senador Jefferson Péres, preocupa-me a trinca de megaproblemas que estamos atravessando. Refiro-me ao terrível problema do desemprego, que atinge o percentual de 20%; aos baixos investimentos, que não nos dão garantia nenhuma de crescimento sustentado a partir de 2005 – nosso baixíssimo nível de investimento público e

privado, nos âmbitos interno e externo, representa um perigo para um país como o Brasil, que injeta anualmente milhões de pessoas no mercado de trabalho, milhões de frustrados; e à questão da população, decepcionada com as promessas feitas pelo Governo e ainda não atendidas.

Senador Jefferson Péres, isso nos atinge porque a classe política pode ser nivelada por baixo. O povo pode entender, uma vez que votou no Presidente Lula e este não atende àquilo que prometeu, que todos somos “farinha do mesmo saco”, e V. Ex^a e eu podemos pagar o preço do descrédito do cidadão no País em que vivemos.

Diante dessa trinca de problemas – desemprego, baixos investimentos e frustração de expectativas –, ocorre-me a preocupação com a questão da segurança. Os jornais do Brasil e do mundo inteiro estão divulgando, se não em primeira página, nas páginas internas, a penosa fotografia do pseudonarcotraficante morto, sendo carregado por um policial em um carrinho de mão. Na guerra de grupos mafiosos por ocupação de espaços do narcotráfico, os meios de comunicação divulgam qual o caminho menos perigoso para que as pessoas possam ir de um ponto a outro no Rio de Janeiro.

Nisso tudo, Sr. Presidente, o que mais me preocupa é a falta de coordenação institucional. O poder federal, o poder estadual e o poder municipal, os três manifestam a intenção de somar esforços na guerra contra a violência e contra o narcotráfico, mas, na prática, não se entendem.

Há um ano, o Prefeito César Maia ofereceu R\$100 milhões para formar um bolo de recursos públicos para que a segurança do Rio de Janeiro tivesse prioridade efetiva a partir da alocação de recursos para instrumentalização do aparelho policial. Porém, tal proposta ficou no vazio. Não teve reposta.

Mais uma vez, ocorre um problema que julgo seriíssimo, Sr. Presidente. A questão da segurança no Rio de Janeiro – que é mais aguda do que em Natal, João Pessoa e Teresina, onde também já existe insegurança – está maculando a imagem do Brasil. O Brasil do futebol, do povo alegre, da música bonita está sendo maculado pelas más imagens dos meliantes carregados em carrinhos de mão espalhadas nos jornais do mundo inteiro. O Brasil está “pagando o pato” e está tendo a sua imagem maculada por uma questão seriíssima chamada segurança. Assistimos à disputa, no Rio de Janeiro, sobre quem vai atuar, quem ocupa o espaço de quem.

Sr. Presidente, quero apresentar o produto de uma conversa que tive, hoje pela manhã, com os Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, preocupados

com essa questão. Tenho a certeza de que o Senador Arthur Virgílio também falará sobre isso, mas tomo a liberdade de trazer ao conhecimento da Casa a proposta, que será apresentada na reunião de quinta-feira, depois de amanhã, da Subcomissão de Segurança, presidida pelo Senador Tasso Jereissati. Se aprovada, o Prefeito César Maia, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, a Governadora do Estado e o Ministro da Justiça serão convidados para discutir o assunto neste plenário.

Sr. Presidente, a razão de apresentarmos essa proposta é que os episódios acontecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros lugares do Brasil são espasmódicos, geram comoção circunstancial, mas, passados um, dois, três dias, caem no esquecimento, e nenhuma providência efetiva é tomada.

Nesse sentido, a Subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati elaborou um elenco de providências legislativas permanentes, institucionais, que, se votadas em regime de urgência, poderão dar segurança a todos nós, brasileiros, em relação às atitudes a serem tomadas para proteger a população do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Teresina, de Cuiabá, de Palmas, de todo o País.

Ouso fazer essa proposta e espero que o Senador Tasso Jereissati, se assim entender, apresente-a à Subcomissão. Se acolhida, a proposta será trazida ao Plenário, para que possamos estabelecer a união das três esferas de poder, trazendo o nosso aconselhamento e a nossa provocação – no bom sentido –, para que a questão da segurança no Brasil seja tratada de forma institucional e para que os recursos materiais e humanos do Município e do Estado do Rio de Janeiro e da Nação chamada Brasil se unam em defesa do cidadão, neste momento, do Rio de Janeiro, mas do País, que está ameaçado pela questão da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa para uma comunicação inadiável.

Estão inscritos, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia, como Líder da Minoria, e o Senador Arthur Virgílio.

Posteriormente, daremos início à Ordem do Dia. Portanto, peço aos oradores que cumpram rigorosamente o tempo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste e nos ouve, na verdade, quero fazer uma denúncia do que ocorreu na última quinta-feira, 8 de abril, vésperas da Semana Santa, no Estado do Pará. Tratou-se de uma agressão à liberdade de manifestação da imprensa brasileira, porque não interessa

se a vítima é um pequeno jornal ou uma grande rede de televisão.

Enfurecido, após ler uma reportagem publicada no jornal **Gazeta Carajás**, o Deputado Estadual do PSDB do Pará Faisal Salmen agrediu e ameaçou de morte o jornalista e diretor-proprietário daquele jornal, um jovem chamado Juno Brasil.

O fato ocorreu quando esse jornalista se encontrava no restaurante Bela Vista, localizado na avenida, por coincidência, Liberdade, esquina da rua Lauro Corona, no Bairro da Paz – vejam só quantas ironias –, no Município de Parauapebas. Por volta das 23 horas da última quinta-feira, o Deputado Faisal o avistou e, descendo do seu carro, dirigiu-se à mesa em que se encontrava o jornalista, iniciando uma sessão de xingamentos com palavras de baixo calão e afirmando alto e bom som “você quis acabar comigo, mas eu é que vou te matar”.

Ato contínuo, ele jogou um copo com cerveja no rosto do jornalista. Não satisfeito, Faisal retornou ao restaurante e acusou aos berros o Sr. Juno Brasil de ser traficante em Minas Geais, calúnias essas presenciadas inclusive por um soldado da Polícia Militar de nome Oliveira e pelos freqüentadores do restaurante, que assistiam estupefatos ao descontrolado Deputado Estadual.

O que mais choca nesse episódio é a mesquinhice do que motivou as agressões. Seriam injustificadas sob quaisquer aspectos, mas a matéria jornalística que, na verdade, despertou a ira do Deputado é um trabalho jornalístico, sim, um trabalho que nem de longe macula a imagem, a honra ou a dignidade do próprio Deputado.

Tratou-se da notícia de uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral pelo Deputado Federal Anivaldo Vale, do PSDB do Pará, mesmo Partido do Deputado Estadual que agrediu e ameaçou de morte o jornalista. Foi esta a consulta do Deputado Federal: é permitido ao ex-cônjuge de Prefeito municipal exercendo o mandato em reeleição ser candidato na eleição subsequente ao mesmo cargo atualmente ocupado, considerando que a separação de fato, reconhecida por sentença definitiva, ocorreu antes da posse do primeiro mandato e da edição da Emenda Constitucional nº 16, de 04/06/1997, e que, contudo, o divórcio sacramentado judicialmente somente ocorreu no curso do mandato originário, por força do disposto no § 6º, parte final, do art. 226 da Constituição Federal?

O TSE respondeu negativamente a essa possibilidade. Ou seja, o ex-cônjuge da Prefeita reeleita, de quem somente se divorciou no período do atual mandato, não poderá ser candidato à sucessão daquela nas eleições deste ano. Segundo o jornal, essa seria

a situação do Deputado Faisal, ex-marido da atual Prefeita, Izabel Mesquita.

Evidentemente, tal notícia, uma vez confirmada, não é alvissareira para os planos do Deputado, que pretende e que já se encontra inclusive abertamente em campanha eleitoral.

É interessante o fato de as autoridades só verem um tipo de campanha; as outras não conseguem enxergar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Mais assustador ainda é o comportamento da Polícia Civil, pois em Parauapebas, quando o jornalista se dirigiu à delegacia para registrar a ocorrência de que fora ameaçado de morte, inclusive com o testemunho de uma comerciante, que o acompanhou para testemunhar, o policial civil de prenome Walter disse que não havia escrivão de plantão para registrar ocorrência. Curiosamente, o Deputado Faisal já estivera lá momentos antes para registrar a ocorrência de que ele teria sido o Deputado agredido e ameaçado pelo jornalista, querendo, na verdade, transformar a vítima em réu.

No dia seguinte, o jornalista dirigiu-se novamente à delegacia, e o Delegado João Bosco Júnior ouviu-o perante a testemunha e salientou que, por ser feriado santo, a delegacia não dispunha de escrivão e que o jornalista deveria voltar apenas no outro dia. Ou seja, o jornalista só conseguiu fazer o boletim de ocorrência policial na manhã do sábado, 10 de abril.

Esses absurdos devem servir de aviso às autoridades federais, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará – meu Estado –, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Ministério Público, pois, certamente, teremos no Município de Parauapebas uma das eleições mais tensas e violentas do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Está em jogo a prefeitura da maior renda **per capita** do Pará. Só para 2004 Parauapebas tem um orçamento de R\$114 milhões para 100 mil habitantes.

Eu e os Senadores Azeredo e Rodolpho Tourinho fomos a Parauapebas, porque fazemos parte de uma subcomissão. O Senador Azeredo mostrou espanto pelo fato de não haver na cidade sequer um hospital regional, apesar de ser governada durante quatro anos por esse Deputado e durante oito anos por sua ex-esposa, que politicamente o apóia.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, lembro mais uma vez a liberdade de imprensa, a “vista da Nação”, como a definiu Rui Barbosa, cujo busto se encontra neste plenário, que não pode ser embaçada pela truculência daqueles que se recusam a admitir o

estado de Direito e que querem suprimir as garantias de cidadania, para implantar um faroeste onde o supremo valor seria sua força e arrogância.

Faço um apelo ao Governador do Estado do Pará, que, inclusive, é correligionário, partidário desse Deputado, para que tome providência no sentido de dar proteção a esse jornalista, Juno Brasil, contra futuras agressões e para garantir um comportamento adequado, sim, às Polícias Civil e Militar guarnecidas em Parauapebas.

Seria interessante o TRE do Pará e o Ministério Público estudarem a possibilidade de requererem apoio federal para que seja garantida liberdade de expressão e manifestação no processo eleitoral daquele Município não apenas no dia da eleição, mas nos três meses anteriores, a partir do registro das candidaturas.

Para concluir, insisto nas providências que visam antes de tudo preservar a liberdade de manifestação e o processo eleitoral em Parauapebas, que não pode ficar a mercê da violência e da brutalidade de um Deputado que parece se querer comportar como um coronel sem galões nem merecimento, intimidando e agredindo, como se vivêssemos numa terra sem leis e sem governo.

Portanto, não pode imperar a lei da força, o que tem de imperar é a força da lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, nobre Senador Arthur Virgílio, que fará uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, falarão o último orador inscrito para comunicações inadiáveis, Senador Maguito Vilela, e a última Líder inscrita antes da Ordem do Dia, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz dois meses que se registra a impunidade não só de Waldomiro Diniz, mas a impunidade em torno de Waldomiro Diniz. Faz dois meses, Sr. Presidente, que o máximo a que chegou o Governo, como resposta a uma sociedade sedenta de verdade foi um documento. A sociedade pretende a verdade e não a enrolação pela via de um documento palaciano, de um documento chapa-branca. Documento que não ouviu, por exemplo, o Ministro que nomeou o Sr. Waldomiro Diniz, o Ministro José Dirceu. Não ouvir, Senador Jefferson Péres, nem sequer o próprio Sr. Waldomiro Diniz, ou seja, no afã de servir à causa da impunidade, nem sequer deu direito de defesa ao réu confesso que, nem por isso, deve deixar de ter direito de defesa registrado, que é o Sr. Waldomiro Diniz.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje um homem ateou fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto. O Governo, que veio para melhorar as condições sociais do Brasil, hoje convive com monges não-budistas se imolando como protesto pelo desemprego recorde a que chegou este País. O Governo, que veio para moralizar esta República, que ele dizia perdida em desvãos, este Governo convive de maneira bastante *à l'aise*, bastante *à vontade* com a impunidade e suas conseqüências nefastas e seus exemplos nefandos na direção da próxima geração.

É irônico, o Sr. Waldomiro Diniz passeava a sua impunidade na CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro com **habeas corpus** no bolso. Portava-se como se portam os meliantes. Perguntado se, respondia que não tinha nada a dizer, ou seja, o objetivo principal era não ir para a cadeia. O objetivo de ficar bem com o vizinho, como procedem os homens de bem, não. Não quer ficar bem com vizinho nenhum, não quer dar respostas à sociedade. Quer apenas não ser preso e, para isso, se cerca de advogados competentes e dos cuidados que a lei brasileira, às vezes, frouxa, às vezes, flébil, prodigaliza quem pratica esses malfeitos.

Algumas coisas graves foram ditas pelo Sr. Waldomiro Diniz. Em uma delas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Waldomiro Diniz confirma que deu dinheiro para um certo Paulinho, que seria um dos chefes da campanha do candidato do PT aqui, no Distrito Federal. Outra, Sr. Presidente, dizendo-se chantageado pelo bicheiro Cachoeira, o Sr. Waldomiro Diniz confirma que pediu providências ao Procurador-Geral da República de então, Dr. Brindeiro, ao ainda, antes era e hoje continua sendo Corregedor-Geral da República, Dr. Valdir Pires, e ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e as providências não vieram, as providências não foram tomadas. Na verdade, viu-se foi a Nação envolvida em baixo conluio.

Ainda há pouco, eu consultava a Senadora Heloisa Helena sobre determinado mote para o meu discurso. Minha idéia era misturar ironia com indignação. Mas aqui tomei conhecimento deste fato: "Homem ateia fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto".

Waldomiro não foi molestado. Waldomiro se porta como uma prima-dona, como se a própria Madona, que, cansada de dar autógrafos, diz a celebridade: "Não quero a imprensa no meu encalço no supermercado". Após ganhar o Oscar da corrupção no Brasil, a celebridade diz: "Não quero dar autógrafos, não quero ser incomodado pela imprensa. Acha ele que tem direito à paz em um País onde há corrupção endêmica, há gente tocando fogo nas próprias vestes? E não se faz nada para mudar efetivamente esse quadro, que, na

verdade, aponta para caminhos de desesperança e de desilusão?

Dois meses, e não é aniversário; precisaria de mais dez. Aniversário, portanto, forço a situação, de dois meses da impunidade; nenhuma resposta.

Cheguei a pensar em fazer algo que não é do meu estilo: cantar parabéns para o Waldomiro. Mas não canto, recito:

Parabéns para Waldomiro, nesta data não feliz. Muitas infelicidades para esta Nação vilipendiada, onde desempregados ateiam fogo às vestes e onde corruptos não vão para a cadeia, apesar de todas as propostas e de todas as promessas de que haveria uma redenção mudando radicalmente procedimentos neste País.

Waldomiro Diniz é a cara de uma ordem que não está sabendo se governar. Waldomiro Diniz é a cara da desordem provocada no campo. Waldomiro Diniz é a cara das providências de fancaria. Waldomiro Diniz é a cara das falsas desculpas. Waldomiro Diniz é a cara da hipocrisia. Waldomiro Diniz é a cara da falsa moralidade. Waldomiro Diniz é a cara do Brasil que precisa ser mudado, sim, e do avesso, se quisermos prestar uma verdadeira homenagem ao homem que ateou fogo às suas vestes em protesto, em desilusão, em desesperança, contra um quadro que começa, objetivamente, sem dúvida alguma, na própria fome, no próprio desemprego, mas termina subjetivamente, pelo menos, num protesto contra uma ordem de coisas que privilegiam quem assalta e, ao mesmo tempo, pune, e com a morte pelo fogo, quem é assaltado neste País infeliz.

Portanto, não canto, recito o que não é parabéns, o que é, na verdade, o brado de indignação de um povo que não tolera mais que se compactue com essa ordem aí posta de que, de desculpa em desculpa, vai-se afundando na falta de crédito. E se não tiver crédito – prestígio se recupera, mas crédito, não, credibilidade, não, se afunda na falta de credibilidade –, essa ordem terá dificuldades para governar um País que anseia por começar, Senador Jefferson Péres, a ser de fato governado, algo que não está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está inscrito.

Temos a inscrição do Senador Maguito Vilela, que vai falar agora, e, em seguida, o Senador Antero Paes de Barros, por cessão da Senadora Lúcia Vânia. Logo após, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi aprovado, no início deste mês, pela Comissão de Educação, o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko, relatado por mim, que propõe seja atribuído ao Arquivo do Senado Federal a designação Arquivo Cora Coralina.

Em sua justificação, a Senadora aduz uma série de razões para que esta Casa Legislativa adote tal homenagem. Entre os motivos, está o fato de 2004 haver sido definido por lei como Ano da Mulher. Como uma das inúmeras providências para marcar o transcurso desse período, o Arquivo do Senado Federal, esse importante referencial da memória brasileira, passaria a ter o nome da ilustre escritora e poeta goiana.

Como bem lembra a autora da proposição, Senadora Serys Slhessarenko, Cora Coralina é um ícone para este País. Mulher nascida em um tempo em que a elas não era franqueado acesso à educação formal ou ao desempenho artístico, superou tais limitações externas ao tornar-se uma leitora poderosa, germe da futura escritora. Ainda que por muito tempo limitada à tradicional condição de dona-de-casa, jamais deixou de afirmar-se em sua individualidade. Tanto é assim que seus versos, suas histórias, enfim, sua literatura, refletem sempre um conteúdo crítico, ainda que aparentemente apenas fale de situações do cotidiano. Mas nada supera a imagem que temos dela: uma mulher que, já aos setenta anos, não tendo desistido de sua vocação, revela-se ao País como talentosa poetisa. Ela é a própria imagem e modelo da capacidade de superação das adversidades, como mulher que vence num mundo de predominância masculina. Um exemplo de ternura e tolerância perante uma sociedade machista e excludente.

O Arquivo do Senado Federal, por sua vez, é um repositório privilegiado da memória deste País, por guardar aqui 180 anos da vida pública nacional, uma vez que, desde o Império, já era um local onde os fatos importantes da história brasileira eram decididos. Esse arquivo tem sido – e tem potencial para ser muito mais – uma fonte inesgotável de pesquisas sobre a história brasileira. Com a atribuição do nome Arquivo Cora Coralina a ele, estaremos propiciando a junção de dois repositórios significativos da memória nacional: um físico, representado pelos documentos, e outro imaterial, representado por tudo quanto significa Cora Coralina para o nosso País, para o Brasil.

A aprovação do projeto é uma honra para mim, que o relatei, como também para todo o povo do meu Estado, Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Senador Antero Paes de Barros, que fará uma comunicação de interesse partidário pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje se completam dois meses da divulgação da fita de vídeo em que Waldomiro Diniz aparece pedindo propina ao dono de casa de jogo Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Nesse tempo, ficou claro que Waldomiro Diniz trabalhava e ainda trabalha para gente muito poderosa.

Hoje, Waldomiro Diniz foi ouvido pela CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. É preciso registrar que, sobre o episódio Waldomiro Diniz, a Comissão de Sindicância Interna do Governo não chegou a conclusão alguma. Não há nada lá que incrimine Waldomiro Diniz. Aliás, no depoimento de Waldomiro à Assembléia do Rio de Janeiro, ele elogia a Comissão de Sindicância Interna do Governo.

Os procuradores que investigaram e propuseram denúncia contra Waldomiro por advocacia administrativa, renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, foram transformados em réus e colocados sob suspeita pelo Governo, com a tese da conspiração e em processo interno movido pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

O Governo move mundos e fundos para manter tudo sob sigilo. A CPI dos Bingos, proposta aqui pelo Senador Magno Malta, teve as assinaturas necessárias. Inusitadamente, esta Casa, por meio das Lideranças e da Mesa, disse que, não havendo a indicação dos membros, a CPI não se instalaria. Mas, para o bem da Nação, as coisas continuam a ser reveladas, queira ou não queira o Governo.

Hoje pela manhã, o ex-assessor da Casa Civil da Presidência depôs perante a CPI do Rio de Janeiro. Apesar das tentativas de Waldomiro, que se apresentou calmo, tranquilo, bem treinado, depois de 60 dias, sem nunca ter sido ouvido, algumas coisas ficaram evidenciadas.

Waldomiro Diniz revelou que foi chantageado por Carlinhos Cachoeira desde o início. Ele disse textualmente: “Estou sendo chantageado por esse senhor com base nessa fita”. Mais ainda, informou em detalhes como foi o processo da chantagem a partir de janeiro de 2003, quando assumiu a Subchefia de Assuntos

Parlamentares do Palácio do Planalto. E contou como foi informado da existência da fita de vídeo registrando seu encontro com Carlinhos Cachoeira.

Waldomiro revelou à CPI do Rio de Janeiro que, em junho do ano passado, enviou ofício ao Ministro da Justiça e ao Corregedor-Geral da República, o Dr. Waldir Pires – que se apresenta tão zeloso para investigar determinados Municípios brasileiros. Waldomiro Diniz disse que já no telefonema da chantagem, em janeiro de 2003, e quando foi publicada a matéria na revista **ISTOÉ**, resolveu tornar pública a chantagem. Telefonou para Carlinhos Cachoeira e perguntou qual era a história da fita. E Carlinhos Cachoeira lhe deu explicações. Isso demonstra que se falavam por telefone, mas nem o sigilo telefônico do Sr. Waldomiro Diniz foi quebrado, o que é grave.

Waldomiro Diniz revela que, em junho, encaminhou ofício também ao Procurador-Geral da República. E se ele já sabia que a chantagem era resultante da existência de uma fita, aqui a conclusão mais óbvia. O que Waldomiro Diniz disse na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro leva à conclusão de que ele sabia da fita, sabia que estava sendo chantageado e pediu a autoridades da República que tomassem as providências necessárias para evitar a chantagem.

Sr. Presidente, vou formular por escrito, na sessão de amanhã, um requerimento, para pedir à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que encaminhe ao Senado da República esses ofícios que Waldomiro diz ter entregue ao Ministro da Justiça do Brasil, ao Corregedor Waldir Pires e também ao Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, para que o Senado tenha oficialmente registrados esses ofícios nos seus Anais.

Portanto, o Governo sabia das fitas desde junho. Se Waldomiro diz que informou ao Governo da chantagem e que a chantagem tinha esses motivos, o Governo sabia dessas fitas desde junho e não se pode dizer surpreendido pela divulgação da matéria em fevereiro de 2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vamos permitir que enterrem a Constituição. Já existem aqui as assinaturas da CPI dos Bingos. Faltam três assinaturas para a CPI do Waldomiro. O depoimento de Waldomiro na CPI do Rio de Janeiro foi enfatizado por um Deputado do PMDB, que disse: Eu não posso ir além, porque recebemos ordens da Justiça, e só podemos perguntar sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e sobre a sua atuação na Loterj.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, quero apelar para a auto-estima do Senado. Assinem o requerimento, Srs. Senadores, e vamos fazer a CPI do Waldomiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder João Capiberibe, que falará pela Liderança do PSB.

V. Ex^a dispõe de até 5 minutos, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não venho a esta tribuna simplesmente para me defender. Minha defesa tem sido feita de forma espontânea e contundente. Dos meus Pares que ocuparam a tribuna do Senado ou fizeram aparte, nos últimos dias, vários se referiram à minha trajetória política, o que já seria, por si só, a defesa que tenho a oferecer.

Gosto de acreditar que se trata de uma verdade. Patei toda minha vida pública, desde a luta pela redemocratização, da luta contra a ditadura, pela mais insistente defesa da transparência, tanto na política quanto na administração. Foi uma das principais bandeiras de minhas campanhas eleitorais para Prefeito de Macapá, para Governador do Amapá, por duas vezes, e para Senador da República. E vem sendo uma bandeira do meu mandato – como todos aqui podem testemunhar, bem como os amapaenses – insistir sempre na busca da ética na política e exigir de meus correligionários que assim se pautem.

A Deputada Federal Janete Capiberibe, minha esposa, adotou essa postura em toda a sua vida pública. Estamos juntos desde a militância nos anos 70. Estivemos juntos na vida clandestina, na prisão, na tortura e no exílio. Estamos juntos na vida pública e em todos os pleitos eleitorais que enfrentei nos últimos anos. A Deputada Janete Capiberibe, na Legislatura passada, foi a única Deputada a devolver publicamente a quantia de R\$7 mil recebida indevidamente pelos integrantes daquela Legislatura. Foi a Deputada Federal mais votada do Amapá, de toda a história do Amapá, recebendo o apoio de quase 10% do eleitorado. É possível, então, perguntar que sentido teria envolver-se, nessas condições, em uma transação de compra de votos pela quantia de R\$26,00 cada um, quando recebeu 23.203 votos do povo do Amapá, quase 10% dos votos do nosso colégio eleitoral, que é pequeno?

Não! Nada disso faz sentido. Não faz sentido inculpar-nos de uma barganha como essa. Não faz sentido apontar-nos como responsáveis por ela. Nenhuma das acusações que constam do processo que ameaçam o meu mandato e o da Deputada Janete Capiberibe faz sentido, a não ser o de buscar privar-nos do mandato que o povo do Amapá nos confiou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Concedo-lhe o aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, gostaria de dar o meu testemunho a respeito de tudo o que conheço de sua vida pública, seja quando o visitei, quando V. Ex^a era Governador do Estado do Amapá, seja durante o tempo em somos companheiros no Senado. Posso testemunhar que V. Ex^a, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem tomado inúmeras iniciativas, como, por exemplo, a de estudar tudo o que se refere ao Mercosul e à Alca. Assim, quero dar o meu testemunho a respeito da seriedade com que conduz a sua vida pública, o interesse da população do Amapá, os projetos que aqui tem apresentado, inclusive o referente à transparência das ações na vida pública. E propõe que o Congresso Nacional e o Governo do Presidente Lula venham a adotar a sua própria iniciativa como Governador do Estado. Não sei de todos os detalhes, mas tenho certeza de que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, quando vierem a examinar a seriedade de propósitos e a maneira como V. Ex^a se tem conduzido, à luz de todos os fatos, verão que o que V. Ex^a está falando é condizente com a verdade que caracteriza toda a sua vida pública. Senador João Capiberibe, permita-me, inclusive, que eu faça um apelo ao Presidente José Sarney, porque S. Ex^a é um Senador pelo Estado do Amapá e, como todos nós, tem tido a oportunidade de acompanhar a seriedade de procedimentos e de propósitos do Senador João Capiberibe. A decisão que o Tribunal Superior Eleitoral está para tomar é de interesse de todos os Senadores. Tenho certeza de que cada um de nós que o conhecemos podemos aqui dar esse testemunho. Era isso que eu gostaria de registrar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço o aparte de V. Ex^a. Reafirmo a nossa confiança na Justiça eleitoral.

Ouço o aparte do Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Inicialmente, quero agradecer ao Presidente José Sarney pela tolerância democrática, como magistrado que age na Presidência do Senado. Por entender o momento difícil por que passa um Senador da República perante seus colegas, permite uma tolerância regimental, para que possamos externar a nossa solidariedade ao Senador João Capiberibe. Senador João Capiberibe, V. Ex^a não é um homem conhecido apenas no Senado Federal, mas um homem público conhecido no Brasil, que tem uma história que se confunde com a história da democracia brasileira. Posso dar o meu testemunho de que V. Ex^a tem, na sua origem, a índole democrática, a índole pela liberdade e por uma sociedade justa. V. Ex^a militou na Aliança Libertadora Nacional (ALN),

que atuou contra a ditadura militar, tendo que sair do Brasil para um exílio no Chile. E, na queda de Salvador Allende, promovida pela ditadura militar, onda que assolava a América Latina, teve V. Ex^a de se refugiar no Canadá. Transferiu-se depois, com a sua família e com a sua companheira Janete para Moçambique, um governo socialista, lutando pela construção da cidadania. Quando da abertura democrática brasileira, V. Ex^a retornou à Amazônia, no Estado do Acre, criando as comunidades agrícolas. V. Ex^a trabalha com Miguel Arraes, no Estado de Pernambuco, também pelas sociedades, pelas ligas camponesas, em defesa de um Estado camponês. Alguém com essa biografia, alguém que recompõe uma visão de desenvolvimento sustentável e de ética na política no Estado do Amapá jamais poderia ter o nome confundido com o de alguém que pudesse trocar a dignidade de uma vida como homem público por R\$26,00. Considero delicado o momento por que passa a democracia brasileira. Infelizmente, nem todos prestam atenção ao que está acontecendo. As testemunhas que acusaram V. Ex^a garantem, em depoimentos gravados, que foram cooptadas, que foram pagas por um agente político local para fazer uma denúncia ardisosa contra V. Ex^a. E, como resultado disso, há uma decisão que induz a um processo de cassação. Receba a minha solidariedade e a certeza de que a soberania do voto e a defesa intransigente da democracia da Justiça Eleitoral brasileira farão parte da consciência dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pelas suas palavras.

Ouço o aparte do Senador e Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador João Capiberibe, da mesma maneira, registro o senso de justiça do Presidente José Sarney, que, no bom sentido, infringindo o Regimento, permite que V. Ex^a, em uma comunicação de liderança, que se deveria cingir a cinco minutos, conceda apartes a seus colegas para tecerem comentários sobre esse episódio que tem surpreendido todos nós. Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Senador João Capiberibe, devo dizer que tenho profundo respeito pela instituição do Tribunal Superior Eleitoral. Mais ainda, tenho apreço pelo saber jurídico e pela conduta irreprochável, até enquanto eu a conheço, do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, que foi o Relator da matéria. Ainda assim, manifesto a minha estranheza – e já fiz isso – baseado em dois argumentos que são o cerne do pensamento que desejo expender. O primeiro é que, coerente com o voto que proferi na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

danía, quando ali se discutia a reforma do Judiciário, a minha opinião era e é a favor da constituição de uma Comissão de Controle Externo. Por outro lado, essa Comissão poderia, no máximo, indicar à punição juízes pilhados em infração, ou seja, não se tiraria do Judiciário o poder de ele próprio punir os seus membros, mas continuaria fazendo o que faz o Executivo, que demite o Ministro quando o julga inapetente ou corrupto. Isso não depende de nós. Posso indicar ao Presidente da República a demissão de determinado Ministro, mas quem demite ou admite é o Presidente da República, e me parece que esse é um pouco o cerne da divisão de poder entre os Poderes. Creio que a comissão externa deve indicar a punição, mas não deve punir. O Judiciário ficaria com a palavra final. A minha opinião é que algo parecido deveria aplicar-se a esta Casa. Alguém pode dizer que se trata de corporativismo, o que não é verdade. Em primeiro lugar, não sou corporativista. Votei a favor da cassação dos Srs. Sérgio Naya e Hidelbrando Pascoal e votarei a favor da cassação de quantos Parlamentares prevariarem à minha frente e a meu juízo. Então, não se trata de corporativismo, mas de saber se este Poder pode sofrer a influência de outro Poder. Portanto, não é desrespeito ao TSE nem desapareço ao Ministro Carlos Velloso. Com relação ao primeiro item que almejo arrolar neste aparte, externo a preocupação que tenho com o fato de se invadir ou não a esfera de competência de um Poder. Em segundo lugar, resalto que o comportamento de V. Ex^a na Casa é irrepreensível. V. Ex^a se porta como um Senador dentre aqueles que, a meu juízo, atuam com mais profundidade, com mais acuidade, com mais presença, com mais serenidade, refletindo a sua experiência de ex-Prefeito, de ex-Governador, a sua vivência de homem público que já enfrentou momentos difíceis e duros em sua trajetória de vida tão bonita. V. Ex^a, pelo comportamento que tem na Casa, merece de mim, logo de início, o grande benefício da dúvida. Ainda quanto a esse item – não quero passar do segundo item –, imagino que passos serão dados nessa trajetória! Ou seja, quais seriam os próximos punidos? Pelo que vi, R\$ 26,00... Não estou dizendo que não se faça corrupção com R\$26,00; subornar um guarda com R\$26,00 é tão grave quanto subornar um Ministro com US\$2,6 bilhões. Estou dizendo apenas que conhecemos um pouco as mazelas do sistema eleitoral brasileiro. E, por outro lado, fico a imaginar se não se está aplicando um remédio por demais amargo, azedo no caso de V. Ex^a. Ou seja, a decisão, a esta altura, talvez infelizmente, está nas mãos do Tribunal Superior Eleitoral. Imagino que o quadro se definirá com a manifestação do quarto e do quinto Ministros. Três se manifestaram contra a manutenção do mandato de V. Ex^a. Volto a dizer, sem

nenhum desrespeito ao Tribunal, nem mais falando em defesa das prerrogativas desta Casa, que estranho os fatos. Ou seja, ou este passa a ser um País tão perfeito que alguém é punido porque supostamente comprou um voto por R\$26,00 – e então eu ficaria até feliz com a declaração da extinção do mandato de V. Ex^a, se for verdade o que disseram –, ou não é verdade que o Brasil esteja se livrando de todas as suas mazelas e, portanto, estaríamos aqui praticando um ato que levaria ao requinte de crueldade com V. Ex^a e sua esposa, sem que estivéssemos passando o Brasil a limpo. A título de exemplo, o Sr. Waldomiro Diniz está depondo na CPI da Assembléia do Rio de Janeiro muito à vontade. Como dizem os franceses, ele está à *l'aise*, falando só o que quer, preocupado em não ser preso. Ao mesmo tempo, o que se lê nos jornais é que V. Ex^a será punido porque, em depoimentos contraditórios, duas pessoas disseram ter recebido R\$26,00 para votar em V. Ex^a. Revelo, pois, a minha estranheza com relação a esse episódio. Verifico o perigo de tais precedentes e manifesto a única certeza que posso externar: a de que, ao longo do tempo em que convivi com V. Ex^a no Partido Socialista Brasileiro, a que ambos fomos filiados antes da fundação do PSDB, e nesta Casa, ambos recém-chegados, marinheiros de primeira viagem, de maneira amigável e fraterna, não vi um só ato, nessas duas ocasiões que presenciei de perto, que pudesse desabonar a conduta pública de V. Ex^a. Talvez V. Ex^a seja adversário do meu Partido no Amapá, mas não é isso que está em jogo. Está em jogo o depoimento que eu daria. Se alguém me perguntasse: “Arthur, como militante do PSB, você viu alguma coisa errada do Capiberibe?” Eu diria: “Não vi.” E, se continuasse: “Arthur, como Senador da República, você presenciou algo que desabonasse a conduta do Senador Capiberibe?” Sendo bom ou não para quem quer que seja do meu Estado do Amapá, até para o meu Partido, eu teria de dizer: “Não vi.” Ao contrário, vi demonstrações de espírito público, de grandeza, de compreensão e de independência, quando V. Ex^a renunciou a uma Vice-Liderança do Governo, sem que perdesse o fio do apoio ao Presidente que ajudou a eleger e no qual legitimamente confia. Em outras palavras, Senador, reafirmo todo o meu apreço pessoal por V. Ex^a e, de maneira muito afetuosa, digo que o meu sentimento é de estranheza. Não é de desrespeito à figura ínculta do Ministro Relator nem à figura íntegra da instituição do Tribunal Superior Eleitoral, pois conheço praticamente todos seus integrantes e atesto sobre o comportamento de cada um – se é que não é vaidade me achar no direito de ficar atestando quem é bom e quem não é neste País. O meu sentimento é de estranheza por entender que há duas hipóteses: ou

o Brasil está ficando tão perfeito que até supostos pequenos deslizes desse tipo seriam punidos, ou é caso de se manifestar, de fato, uma grande estranheza. Por isso, a minha Bancada se reuniu e optou por emprestar solidariedade a V. Ex^a neste episódio. Estou fazendo o que posso fazer, sei que é pouco, mas desejo a V. Ex^a felicidades ao longo desse tormentoso momento da sua vida pública. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Líder Arthur Virgílio.

Sr. Presidente do Senado, agradeço a compreensão e concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador João Capiberibe, as minhas primeiras palavras são de agradecimento pela compreensão do Presidente da Casa, Senador José Sarney, conhecedor da tradição do Senado, por permitir a V. Ex^a que ocupe a tribuna para defender a sua honra e o mandato que o povo lhe outorgou. Cumprimento V. Ex^a pela tranquilidade com que faz seu pronunciamento, confiando na Justiça Eleitoral. Pessoalmente, manifesto minha convicção de que o próprio Ministro Carlos Velloso, Relator do processo, cujo conceito no País inteiro é de um homem honrado, juiz zeloso, poderá averiguar melhor os fatos para avaliar a possibilidade de rever seu voto. Digo, com muita convicção, que o mandato é algo muito sério, que representa uma conquista nas urnas e que não podem duas testemunhas, que também está nos autos que foram manobradas para dar a declaração de que receberam R\$26,00, atingir o mandato de V. Ex^a e da sua esposa, que se elegeu Deputada Federal pelo seu Estado. Já disse pessoalmente a V. Ex^a: “Torne públicas essas fitas. Permita que a imprensa tenha acesso a elas”. Este não é o instante de haver segredo de justiça sobre um fato absolutamente relevante para a discussão do mandato de um Senador da República, já que as testemunhas alegam que foram induzidas ou convencidas – sabe-se lá de que forma – a esse tipo de depoimento. Cumprimento V. Ex^a e registro que ficaremos na expectativa e na esperança de que o Tribunal Superior Eleitoral faça justiça a V. Ex^a, porque fazer-lhe justiça significa fazer justiça à democracia brasileira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo um aparte ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador João Capiberibe, dirijo a V. Ex^a a minha palavra com a autoridade de adversário. O que direi deve estar protegido pelo escudo que nos separa politicamente por sermos adversários. Entretanto, isso não me impede de ser jus-

to e franco com V. Ex^a. Inteirei-me do drama pelo qual V. Ex^a está passando. Penso que o crime que V. Ex^a cometeu foi o de ser mal assessorado. No processo movido contra V. Ex^a, há o depoimento de duas pessoas – creio que são duas senhoras –, que dizem ter votado em V. Ex^a em troca de R\$26,00. Se fosse um real, já seria uma coisa muito grave, porque voto não se deve vender, dá-se ou não. Formou-se um processo contra V. Ex^a, e entendemos que processo é movido em razão do que consta dos autos, onde V. Ex^a cometeu o crime da má assessoria. Mas um mandato é uma coisa difícil de ser conseguida. Por trás de um mandato, há toda uma vida pública. Senador João Capiberibe, fui Prefeito de Natal, Governador do Rio Grande do Norte, Senador, Governador, Senador e Senador e sei o que me custou cada mandato que exerci. Isso custa conceito, serviço prestado e honorabilidade pessoal, que levam à avaliação dos eleitores, que são milhares. Não é um só ou dois, nem são R\$52,00, mas é uma vida pública inteira, que precisa ser avaliada. V. Ex^a foi Governador e Senador pelo Estado do Amapá. V. Ex^a dispõe, agora, de uma fita em que essas pessoas que, no processo, diziam ter vendido voto a V. Ex^a por R\$26,00, dizem – está gravado, mas não consta dos autos do processo – ter recebido dinheiro para prestar aquele depoimento. É a contraprova, mas não está nos autos do processo. E, para defender o mandato de V. Ex^a, Senador João Capiberibe, meu adversário, a quem nada devo, mas desejo esta Casa limpa, espero que se faça justiça e, assim, quero fazer um apelo aos Ministros do TSE: considerem esta prova e não cassem o mandato de V. Ex^a pelo crime de má assessoria. Mandato é uma coisa difícil de ser conseguida, e não se pode trocá-lo por má assessoria. Fica aqui o meu apelo e o meu reconhecimento de que V. Ex^a é um cidadão de bem. Há pouco mais de um ano, acompanho os seus pronunciamentos, que defendem sempre os interesses de seu Estado, de sua região, com dignidade, com altivez, sem abaixar a cabeça mesmo para o Governo a que serve, mas defendendo com dignidade os seus pontos de vista. E, em nome do conceito que guardo de V. Ex^a, faço este apelo, que espero seja ouvido pelos Ministros do TSE, para que considerem a contraprova definitiva, que pode, de uma vez por todas, acabar com o processo injustamente movido contra V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador José Agripino.

Antes de conceder o aparte ao Senador Magno Malta, gostaria de esclarecer que encaminhamos a fita ao TSE, que consultou a Procuradoria Eleitoral do Ministério Público Federal, que usou a fita para nos acusar. A fita que encaminhamos ao processo e que

deveria nos inocentar foi usada contra nós, assim como a própria argüição oral do meu advogado também foi usada como se ele tivesse me acusado.

Esse é o relatório, é o parecer do Ministério Público Federal. É em relação a esse parecer visto em Brasília que o Ministério Público Federal no Amapá não apresentou nenhuma denúncia, porque não encontrou indício capaz de mover ação eleitoral contra os nossos mandatos, da Deputada Janete e o meu.

Muito obrigado por suas palavras. E concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Capiberibe, é verdade que a maioria dos Srs. Senadores já se manifestou... Tenho que falar sentado? Eu não sabia, sou novo na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Para não ser confundido com o orador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nesse momento de agura que o Senador está vivendo, eu não gostaria.... Quero apartear-lo porque sei o que é sofrer uma injustiça. Sei o que é ser vilipendiado pela indignidade de terceiros. O argumento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio foi brilhante, e não há mais necessidade de abordar esse assunto, tão bem exposto também pelo Senador José Agripino. Quando eu era Presidente da CPI do narcotráfico, em um primeiro momento, chamado pelo Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Sr. Anthony Garotinho, que foi candidato a Presidente da República pelo seu Partido, para que pudesse socorrê-lo em seu Estado, fomos em comitiva ao Amapá uma, duas, três vezes e, ali, detectamos a casa de caboclo que seus adversários – e é uma felicidade para um homem de bem possuir adversários com aquele tipo de comportamento – armaram para V. Ex^a e sua família, na tentativa de derrubar o seu governo. As mais duras torpezas foram enviadas às mãos deste então Presidente da CPI do narcotráfico. A figura a que V. Ex^a se refere e que está circulando nos corredores do Senado Federal – e é preciso que a Segurança da Casa e a Mesa tomem providências – é a mesma que foi à Câmara dos Deputados, exatamente na sala da CPI, para entregar-me um documento. Estava acompanhada de um ex-Senador da República. E, com o argumento de que me admirava muito e que entregaria um documento à CPI, disse que gostaria de levar uma foto de recordação. Esse cidadão que circula hoje nos corredores do Senado Federal, não se sabe com a vênua de quem – é preciso saber –, entregou-me um papel, enquanto o senhor jubilado, ex-Senador, fotografava a cena em que ele me abraçava. Dois dias depois, a Polícia Federal trouxe essa foto à CPI do narcotráfico. E esse cidadão espalhou **outdoors** por todo o seu Estado: “Aqui está Magno Malta.

Quem não deve não teme”. Tomamos as providências cabíveis. Voltamos ao Estado. A Justiça deu ordens para que os **outdoors** fossem retirados rapidamente. Esse cidadão foi indiciado, teve sua prisão decretada e desapareceu. Logo depois, foi preso. Hoje anda livre e possivelmente seja de onde venham essas indignidades contra V. Ex^a, contra sua esposa e sua família, a quem quero confortar neste momento, porque sei a dor que sente por ser vilipendiado de forma descarada e moleque por quem não tem o mínimo de vergonha na cara. Conheço a sua situação e quero apelar ao TSE, ao bom senso dos homens de bem que fazem justiça neste Estado. Já não tenho dúvida de que, se a Mesa do Senado, na pessoa do Presidente José Sarney, determinar essa investigação, saberemos rapidamente de onde veio o crachá desse rapaz, quem o colocou aqui, o porquê disso e onde ele está alocado. Descobriremos rapidamente quem está tentando alvejar a sua honra e a sua dignidade. Se V. Ex^a deve, que pague. Como o Senador Arthur Virgílio disse, fomos nós da CPI do narcotráfico que conduzimos a cassação de Hildebrando Pascoal e de Deputados Estaduais por este País. Não há nenhum problema. Tenho me posicionado também onde existe indignidade. Até onde conheço de V. Ex^a e dos documentos que seus inimigos enviaram à CPI do narcotráfico tentando incriminá-lo – conheço-os todos profundamente, porque os li e minha assessoria também, os 164 assessores da CPI do narcotráfico –, nada encontramos. Trata-se de uma documentação fraca, flácida, com requintes de indecência. Concluo meu aparte dizendo que CPI é uma coisa boa. Não fora a CPI do narcotráfico, eu não poderia, com tanta autoridade, fazer este aparte para falar do que conheço, não do caráter de V. Ex^a e da nossa convivência de um ano e três meses. Mas tenho documentos que me foram enviados pelos seus adversários na CPI do Narcotráfico, e nada existe que possa denegrir a sua imagem, o seu governo e a sua família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador João Capiberibe, quero também trazer a minha palavra de solidariedade a V. Ex^a. Ao conhecer e acompanhar – lá de Minas Gerais – a atuação de V. Ex^a como Governador do Amapá, pude constatar o seu interesse público e a maneira transparente de atuar. Hoje, companheiros no Senado, tenho observado a sua vontade de ver o Brasil melhorar e a sua luta na negociação da Alca, para que gere frutos que sejam do interesse maior do povo brasileiro. Tenho certeza de que o seu

mandato nesta Casa foi conseguido arduamente. Não há nenhum concurso mais difícil, neste País, do que o do voto; aquele no qual se busca a aprovação popular. Este é um momento de dificuldade por que passa V. Ex^a e sua esposa, sem dúvida nenhuma. No entanto, é em momentos de dificuldade que se fortalece ainda mais a nossa convicção na democracia. No passado, sua luta contra o regime ditatorial que o País enfrentava foi intensa, e não será a luta de agora que o fará enfraquecer. Tenho confiança de que V. Ex^a terá bons resultados pela frente. Meu abraço pessoal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, creio que o Senado Federal está expressando a V. Ex^a, por meio das diversas correntes políticas, uma solidariedade merecida, por sua carreira, por sua história, pela sua contribuição à vida pública nacional, à luta democrática, à luta pela ética na política. Pude acompanhar a posição de enfrentamento que, na condição de Governador, V. Ex^a manifestou com alguns setores poderosos do Estado e as seqüelas que essa posição deixou ao longo da história. No entanto, quero também fazer uma crítica: V. Ex^a precisa trocar a sua assessoria jurídica. É evidente que nesse processo houve uma falha jurídica. A decisão do TSE foi tomada em função da incompetência da sua assessoria jurídica. Desculpe-me, mas quero falar com franqueza! Creio que esse problema tem que ser corrigido. Basta olhar a sua história, o seu mandato, a sua trajetória para ver que são incompatíveis com a decisão do TSE, que é um órgão sério, de credibilidade e que deve, sim, coibir todas as formas de abuso do poder econômico nas eleições, porque isso fere o princípio democrático. A decisão em curso mostra que houve uma defesa muito precária; está sendo reparada, felizmente, inclusive com as testemunhas, que estão reapresentando os seus depoimentos em outras condições, desmontando a tese que havia anteriormente. Fico muito feliz que isso esteja ocorrendo. Tenho certeza de que o TSE será sensível aos argumentos que estão sendo apresentados. O Senado Federal, em grande consenso, está manifestando a sua solidariedade e o seu apoio, com a certeza de que o Estado do Amapá e esta Casa não podem prescindir da sua presença. Seu mandato é de grande estatura política e dá uma contribuição imensa à vida pública nacional. Por tudo isso, creio que lhe faltou uma boa defesa jurídica. V. Ex^a está com tantas atribuições, com tantas responsabilidades em seu mandato de Senador que não tratou essa questão com a devida importância, e,

infelizmente, a situação chegou a esse desfecho. Porém, é reversível. Creio que um memorando pode ser apresentado, alterando-se a defesa jurídica, porque politicamente a sua trajetória é incompatível com esse processo. Temos certeza de que o TSE será sensível a essa questão, e poderemos contar com a sua presença ativa, aguerrida, combativa, séria, competente na vida pública e no plenário do Senado Federal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mercadante.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero também me solidarizar com V. Ex^a, perfilando-me ao lado de todos quantos já falaram a respeito desse assunto. Testemunho também que, durante esse período de mais de um ano como Senador, V. Ex^a tem honrado o mandato, tem estado presente em todos os debates com uma preocupação imensa com os destinos do Brasil. O perfil de V. Ex^a, na verdade, honra o Senado Federal. Nesse sentido, quero também me solidarizar com V. Ex^a. Acrescento, como já foi dito pelo Senador Mercadante, que toda a sua trajetória e história de vida apontam justamente no sentido contrário daquilo que o processo vem tentando mostrar. V. Ex^a é uma pessoa que busca transparência, busca o compromisso e o diálogo com o povo. Jamais pensaria, tenho absoluta certeza, na possibilidade de usar de meios escusos para conseguir votos. Acredito que o próprio Tribunal Superior Eleitoral poderá avaliar com mais calma todas as circunstâncias que envolvem o processo, inclusive penso que os próprios Ministros que já manifestaram os seu votos – já que se busca justiça neste caso – possam também rever a sua posição em função das provas que serão apresentadas. Sugiro a V. Ex^a que requeira da Mesa do Senado uma cópia das manifestações de todos os Senadores de todos os partidos políticos, hipotecando solidariedade a V. Ex^a, para que o próprio Senado possa – se V. Ex^a requerer nesse sentido – enviá-las ao Tribunal Superior Eleitoral. Quero deixar claro que muito nos honra ter V. Ex^a como Senador do Bloco de apoio, mas o apoio está sendo manifestado por todos os partidos políticos que conhecem e acompanham o dia-a-dia de V. Ex^a no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas uma informação: como estou inscrito, eu gostaria de saber até quando pode durar um pedido para se falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Continua com a palavra o orador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço imensamente a compreensão.

Há alguns Senadores inscritos. Concedo, então, um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Caro Senador João Capiberibe, como seu companheiro de Partido, eu estava aqui disciplinadamente aguardando que os demais Senadores se manifestassem, mas agradeço a concessão da palavra para dizer que jamais vi o Senado Federal interromper o seu funcionamento normal para apoiar um Senador. Veja V. Ex^a que há matérias importantes a serem apreciadas e votadas hoje, neste plenário. No entanto, o Senado Federal, a partir da pessoa do seu Presidente, que entrou no jogo, que entrou na luta, parou para apreciar e debater a questão que envolve a tentativa de cassação do seu mandato e do mandato da sua digníssima esposa, a Deputada Janete Capiberibe. Trago, antes de mais nada, a solidariedade e a camaradagem dos companheiros que fazem o PSB no Acre, que me autorizaram a transmitir a V. Ex^a a solidariedade e o compromisso com a luta que V. Ex^a trava – e não é de hoje, houve inclusive passagem pelo nosso Estado, o Acre. V. Ex^a deve perceber que o homem público, quando é digno e honrado, não precisa sair alardeando isso para que as pessoas percebam, para que seus companheiros de atividade parem e percebam a estatura moral e a honradez dessa pessoa. Veja V. Ex^a que o Senado Federal hoje parou para reconhecer tais fatos, ou seja, a honradez, a dignidade e a história política que V. Ex^a oferece não só ao Estado do Amapá, mas a este País; é uma história de luta, de construção de um Estado de periferia, onde há tanta necessidade e vicissitude, assim como no Acre. V. Ex^a tem mostrado para o povo do Amapá e deste País o que é a vontade de transformar a vida das pessoas pequenas, normalmente excluídas do tal processo de desenvolvimento. Hoje, o Senado parou, Senador Capiberibe, sem que V. Ex^a elevasse a voz ou necessitasse dizer: “Eu sou honrado”. V. Ex^a não precisa afirmá-lo, pois nós o conhecemos e por isso fazemos esta demonstração coletiva. Todas as Lideranças desta Casa se pronunciaram; diversos dos seus companheiros e de suas companheiras estão se manifestando para reconhecer isso, não para intimidar uma instituição da grandeza do Tri-

bunal Superior Eleitoral, mas para lhe dizer o que não está nos autos, talvez de forma cabal e incisiva: que o Senador Capiberibe é um homem honrado e com uma vida política sem mácula, algo a respeito do que devemos pensar. V. Ex^a é um cidadão e um político com larga folha de serviços prestados a este País e que não tem mácula. Nós estamos aqui para dizer ao Tribunal Superior Eleitoral, com todo o respeito que seus Magistrados merecem, que o que consta nos autos, pelo que nos foi dado saber, foi articulado, montado, engendrado para mostrar algo que não diz respeito a V. Ex^a. Há uma tentativa de cassação de mandato de um cidadão que propôs, nesta Casa, o Projeto Transparência e que o instalou, quando Governador, em seu Estado. Corrupção, Senador Capiberibe, ou tentativa de praticá-la, não combina com um cidadão como V. Ex^a. Não há a menor possibilidade, com o seu desprendimento, com a sua altivez e estatura de homem público, de político sério, de que uma insinuação como essa sequer chegue perto de V. Ex^a. Então, afirmamos e oferecemos aos eminentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral a convicção de que, além daquilo que consta nos autos do processo – como eu disse, engendrado para distorcer fatos e levar a uma situação que é do desagrado do povo do Amapá e do País –, deve-se ter consciência de toda a sua vida política, de toda a sua história de luta. Como eu já disse na semana passada, o TSE, certamente, prende-se àquilo que é praxe no foro: o que não está nos autos não está no mundo. É hora, Senador João Capiberibe, principalmente em relação a um fato tão grave como esse, de entendermos que tudo o que está no mundo e diz respeito a V. Ex^a e a sua esposa deve estar nos autos, não fisicamente, mas na consciência dos Ministros, para que levem em consideração todos os fatos relacionados à atividade pública de V. Ex^a e de sua esposa. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo seu aparte.

Com a anuência do Sr. Presidente, José Sarney, concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ)

– Senador Capiberibe, V. Ex^a há de estar constando, como todos nós, que esses apartes, esses pronunciamentos revelam que o Senado está chocado com a ameaça grave que pesa sobre V. Ex^a. Não se trata de manifestações de coleguismo ou de

corporativismo, mas de um sentimento de justiça, pois conhecemos V. Ex^a e também aqueles que o estão perseguindo há muito tempo e que já quiseram cassar o seu mandato de Governador. Esse assunto foi discutido no Senado, que tem conhecimento dos precedentes desse caso. O desencontro completo entre a futilidade das acusações e a gravidade da decisão parece-nos algo quase incompreensível. Então, o Senado está chocado, daí essas manifestações de solidariedade, que são merecidíssimas. Esses apartes e pronunciamentos vão além da solidariedade, no sentido de levar o apelo aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, sem querer discutir com S. Ex^{as}, para que evitem algo que nos vai parecer uma injustiça gigantesca. Para nós, que conhecemos os precedentes, as figuras e a futilidade das razões alegadas, será uma injustiça gritante, cuja ameaça o Senado está chocado. Dessa forma, expressamos a nossa solidariedade e o apelo aos Ministros do Superior Tribunal Eleitoral para que seja evitada essa tremenda injustiça.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Saturnino, pelo seu aparte.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador João Capiberibe, eu o conheço há muito tempo. Estivemos juntos no PSB por vários anos, juntamente com sua irmã Raquel, minha ex-companheira como Deputada Federal. Acompanhei a sua vida pública e Pernambuco possui ligações bastante fortes com V. Ex^a. Evidentemente, essas denúncias não são consistentes. Como já foi dito, elas não combinam com a sua personalidade ou com a sua atuação de homem público. Evidentemente, a Justiça tem seus argumentos e o Senador Mercadante falou em apreciação correta da matéria por seus advogados. Tenho a convicção, como a têm todos os Senadores e a opinião pública em geral, que essa questão será esclarecida, porque para ninguém faz sentido aceitar ou imaginar as denúncias que foram assacadas contra V. Ex^a. Quero dar-lhe o meu abraço de companheiro e a minha solidariedade, dizendo-lhe que esses fatos acontecem na vida pública, mas que serão resolvidos e prevalecerão a justiça, o valor do mandato de V. Ex^a e a coerência política do povo amapaense, que sempre o elegeu com votações consagradoras.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, que relata

o Projeto Transparência na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador João Capiberibe, quero me associar a todos os Senadores que aqui falaram. Não o conheci como Governador de seu Estado, mas passei a conhecê-lo como colega, nesta Casa, e posso testemunhar que todos os gestos e atos de V. Ex^a têm sido os de um homem honrado e honesto. Serenamente, V. Ex^a está, neste momento, defendendo a sua honra e o seu mandato, contando com a solidariedade de todos os seus companheiros e de sua esposa, que também é uma Deputada Federal trabalhadora e determinada. Tenho certeza de que o Tribunal Superior Eleitoral haverá de reconhecer tudo o que está sendo dito nesta Casa a respeito de V. Ex^a para fazer-lhe justiça. Assim esperamos. Aguardamos, com ansiedade, por esse resultado, a fim de que V. Ex^a possa retornar às atividades normalmente. Receba o meu abraço, o meu carinho e, acima de tudo, a solidariedade de quem reconhece em V. Ex^a um homem honrado, honesto e probo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, em primeiro lugar, transmito a V. Ex^a a solidariedade da Senadora Ideli Salvatti, que se encontra enferma, portanto, impossibilitada de aqui estar fisicamente. Mesmo assim, S. Ex^a aqui está espiritualmente, tanto que está acompanhando a sessão do Senado pela TV Senado. Também a Senadora Fátima Cleide, tendo em vista o encurtamento do tempo, transmite a V. Ex^a sua solidariedade, por intermédio de minhas palavras. Senador João Capiberibe, a partir do que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio, quero dizer que também conheço a história de V. Ex^a, transcorrida no Estado do Acre. A V. Ex^a, que tão bem conhece a Bacia Amazônica de montante a jusante, que esteve em Cruzeiro do Sul, no Acre, e pôde, ali, conviver conosco, queremos lhe dizer que o respeitamos, tendo em vista sua história na vida pública como Governador, como Parlamentar, e hoje como Senador da República. Portanto, são muitas as benesses deixadas por V. Ex^a nos Estados do Acre e do Amapá. V. Ex^a, agora, trava uma luta no exercício de seu mandato por uma causa nacional. A possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral, sozinho,

se debruçar sobre uma matéria como essa é algo que nos preocupa. Já assistimos a uma série de outras situações colocadas contra membros desta Casa, nas quais o Senado Federal se reportou, dirimindo-as e apontando soluções. Hoje, estamos aqui, a mercê de uma decisão, que poderá ser dada na quinta-feira, e de forma extremista, colocando-o em xeque. Trata-se de uma situação delicada e preocupante diante do conhecimento que temos da vida pública de V. Ex^a, haja vista as manifestações expandidas pelos nobres Pares desta Casa. Aqui estamos, todos, integralmente, creio que o conjunto da Casa, preocupados com essa decisão. Estamos com V. Ex^a, e, quem sabe, talvez nos irmanarmos a uma opinião já emitida pelo Senador Tião Viana no sentido de manifestar, por escrito, o pensamento desta Casa sobre o que está acontecendo e também entregar uma moção de apoio a V. Ex^a, aprovada por mais de seiscentas personalidades da vida política da Amazônia, que se reuniram em Porto Velho no início deste mês. Estamos preocupadíssimos com essa decisão, à qual não poderá partir de suposições. Imaginamos que haja ambigüidades e contradições na acusação, bem como matérias não resolvidas e apostamos na possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral fazer uso da razão e analisar os fatos a partir da realidade, de forma a retornar a tranqüilidade ao mandato de V. Ex^a, principalmente a segurança de qualquer outro mandato, seja a dos Parlamentares do Congresso Nacional ou a de outra instância legislativa qualquer. Quero me irmanar a tudo o que já foi dito pelos demais Parlamentares que me antecederam.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, pedindo-lhe permissão para conceder um penúltimo aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador João Capiberibe, do alto desta tribuna, na semana passada, tive a ocasião de me pronunciar sobre essa questão, e, não só da minha parte como da de diversos outros Senadores, V. Ex^a recebeu total solidariedade. Solidariedade pelo seu comportamento ético e decente. Solidariedade a um homem devotado à causa pública, e não é de agora. O passado de V. Ex^a ilustra sua vida política, notadamente porque V. Ex^a foi e continua sendo um homem de coragem na defesa de suas convicções, na luta pelo fortalecimento dos ideais que consubstanciam a democracia em nosso

País. V. Ex^a teve a coragem de enfrentar o regime discricionário, tendo sido obrigado a sair do País, acompanhado de sua esposa – hoje Deputada Federal, que também está sob ameaça de cassação –, e jamais se dobrou aos poderosos. Sempre foi um homem que agiu com altivez, emprestando ao Brasil o exemplo de que ninguém deve recuar na luta em defesa da plenitude democrática. Por isso, nobre Senador João Capiberibe, Líder do nosso Partido, receba, mais uma vez, a manifestação da minha solidariedade, da minha amizade. Vejo, aqui do Plenário do Senado Federal, três nomes em destaque compondo o nosso painel: José Sarney, João Capiberibe e Papaléo Paes. O Senado Federal não pode prescindir, de forma alguma, seja por qualquer motivo, da presença destes três Senadores, porque V. Ex^{as} são os dignos representantes do Amapá, que honram aquele Estado e o Brasil, pela força que dão ao regime democrático no nosso País.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Capiberibe, aqui falo em nome do meu Partido, o PMDB, que é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Aprendi que na democracia, segundo Abraham Lincoln – um homem que tão bem representa a história da justiça –, o governo deve ser do povo, pelo povo, para o povo. Passei por tudo isso, mas, graças a Deus, o povo do Piauí, lá, cassou os caçadores. E a mesma grandeza que vejo no povo do Piauí, vejo-a também no povo do Amapá que, com a sua liberdade, a sua clarividência, nos mandou outros dois extraordinários Senadores: esta beleza de Senador do PMDB, Papaléo Paes, cuja história o País e o mundo respeitam, e o melhor dos Senadores, o nosso Presidente José Sarney. Então, esse povo tem que ser respeitado, pois é assim que se vive e se aperfeiçoa a democracia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador João Capiberibe, o Senado Federal já se manifestou, por intermédio de importantes representantes de vários Estados, dizendo tudo o que tinha a dizer. Minha palavra é no sentido de me juntar a todos, associando-me à luta de V. Ex^a neste instante. Como testemunha, acrescentaria que lutamos juntos, “prefeitamos” juntos e sofremos jun-

tos em um momento de dificuldades e incertezas vivido pelo País. Sempre tive em V. Ex^a o exemplo de um homem lutador e, acima de tudo, idealista. Portanto, receba deste seu modesto companheiro de Senado da República o abraço e a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfará. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a anuência do Presidente, concedo o último aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador João Capiberibe, também gostaria de juntar minha palavra a de todos os companheiros que há pouco falaram do assunto que se refere a V. Ex^a. Gostaria de somar minha solidariedade a tudo que foi dito, e faço minhas as palavras de meus colegas do Piauí, os Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes. V. Ex^a foi Prefeito e Governador, como nós que também exercemos esses mandatos, queira receber de nossa parte, igualmente, o apoio e a solidariedade neste momento de sua vida como político, em que está sendo, como se fala nos jornais, processado. Todos já falaram aqui e quero repetir as palavras do Senador Mão Santa: o povo soberano de seu Estado soube reconhecer e lhe trouxe vários mandatos, como nós também no Piauí. E S. Ex^a mencionou, entre muitos dos que foram elevados pelo voto popular, o nosso Presidente Sarney, a quem, juntamente com o Senador Mão Santa, empresto meu tributo pelo que foi, é e representa nesta Casa, além de ser também Senador pelo Estado de V. Ex^a, o Amapá. Queira V. Ex^a receber também minha solidariedade, juntamente com meus companheiros do Piauí.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Capiberibe, quero expressar publicamente minha solidariedade a V. Ex^a. Hoje, nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, convocou-nos para uma reunião com todos os Senadores do Partido, e o tema foi justamente a solidariedade que devemos prestar a V. Ex^a por estar sendo prejudicado em sua atuação política e em seu mandato. Nobre Senador, eu não o conhecia pessoalmente. Sou de Santa Catarina e já ouvi inúmeras vezes referências sobre a sua pessoa, mas não o conhecia. E, neste período de um ano e quatro meses aqui no Senado, a nos-

sa convivência nesta Casa, mesmo atuando com pensamentos diferentes em relação ao Governo, fez com que eu o admirasse mais a cada dia. Sua atuação, a transparência e a ética com que V. Ex^a trabalha a coisa pública, nos fez admirá-lo, e muito. E, nos pronunciamentos dos Senadores e Líderes de Partidos aqui presentes, houve sempre referência sobre a admiração e o respeito que todos têm pelo seu trabalho e pela sua conduta na vida pública. Fica aqui também a nossa solidariedade. Esperamos que haja justiça para aqueles que fizeram, estão fazendo e muito farão ainda pela população brasileira. Fica aqui o nosso respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, permitindo-nos este debate em plenário. E agradeço também às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela manifestação de apoio, de solidariedade.

A minha maior preocupação em ocupar esta tribuna é uma preocupação institucional. Caso sejamos cassados, a Deputada Janete e eu, abre-se um precedente inaceitável: qualquer detentor de mandato eletivo estará permanentemente arriscado a perdê-lo. Bastará, para isso, que o adversário consiga dois depoimentos que o acusem de comprar votos. Estará aí estabelecido, na jurisprudência brasileira, um esdrúxulo mecanismo de violação da manifestação de vontade popular expressa nas urnas.

Manifesto aqui, como já fiz antes, minha confiança no Tribunal Superior Eleitoral. Confesso que não considero possível que se consuma a violência de cassar o mandato de um Senador da República e de uma Deputada Federal com base no testemunho de duas pessoas que se dizem capazes de vender seus votos por R\$26,00 e que, mais ainda, são flagradas em uma escandalosa tentativa de extorsão.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir dos acontecimentos mais do que graves que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, devemos levar em conta que, a esta altura, não se está discutindo uma questão regional, pois o Rio de Janeiro é a porta de entrada do País, nosso grande cartão-postal. Trata-se de um Estado formado até por cariocas, até por fluminenses. Na realidade, é um Estado que pertence a todos os brasileiros.

A partir daí, vi crescer, entre os Líderes desta Casa, um sentimento de preocupação muito grande e que não é contra nem a favor de qualquer governo. Temos, sim, uma preocupação legítima com o que acontece no Rio de Janeiro do ponto de vista da segurança pública. Queremos dar apoio ao Prefeito César Maia e à Governadora Rosinha Matheus. Queremos ajudar o Presidente Lula a sair desse difícil desafio.

Hoje, conversando com o Líder José Agripino e com o Senador Tasso Jereissati, este último nos comunicou que estava convocando a Subcomissão de Segurança para, a partir daí, fazer uma reunião, com a presença dessas personalidades responsáveis pelo Estado mais o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para discutirmos, de maneira alta, ativa, brasileira, essa questão. Aí, surgiu a idéia de não se fazer a reunião da Subcomissão, que funcionaria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e sim, a partir das dez da manhã de quinta-feira, se fosse esse o acordo com V. Ex^a e a Mesa, aqui neste plenário, por imaginar que o tema atrairá gente, atrairá debate, mostrará a preocupação do Senado e também, sem dúvida alguma, a nossa solidariedade para com o povo do Rio de Janeiro.

Está na hora, Sr. Presidente, a meu ver, de nós, Parlamentares de quaisquer Estados, formarmos uma frente parlamentar em defesa do Rio de Janeiro, suprapartidária, preocupados que estamos com o que este Estado representa do ponto de vista cultural, histórico e emocional para cada um de nós.

Portanto, a idéia que proponho neste momento, seguindo o que já foi sugerido aqui pelo Senador José Agripino, Líder do PFL, é que, na quinta-feira, a partir das dez da manhã – seria o ideal –, reuníssemos a Governadora, o Prefeito da cidade e Ministro Márcio Thomaz Bastos para um debate muito amplo, convidando figuras importantes da sociedade civil – ou seja, de maneira mais pura não se poderia dizer o que vou dizer agora –, no intuito efetivo de ajudar o Presidente Lula a encontrar

soluções, ajudar a Governadora a encontrar soluções, ajudar o Prefeito a não ver tão atormentados os seus munícipes. O Senador José Agripino já se referiu a isso. Informalmente, conversamos com V. Ex^a e o Líder Aloizio Mercadante ainda há pouco. Percebo que isso cresce como uma unanimidade nesta Casa. O Rio de Janeiro e o Brasil merecem isso. Está na hora do basta, está na hora do chega, está na hora de uma atitude, que pode muito bem começar pelo consenso do Senado Federal, que é tão bem presidido por V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Roberto Saturnino, gostaria de, antes, responder a questão de ordem do Líder Arthur Virgílio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas acrescentar o meu apoio a essa proposta do Senador Arthur Virgílio – e creio que posso falar em nome do Estado do Rio de Janeiro, como Senador presente. Efetivamente, o Senado, que representa a Federação, está preocupado. Todos, independentemente do Estado que representam, estão preocupados com a situação do Rio de Janeiro, que parecer ter entrado numa inviabilidade. Numa situação dessa, é mais do que lícito, é nosso dever procurar, tentar encontrar soluções, escutando uma parte e outra, o Governo do Estado, a Prefeitura, outras Prefeituras do entorno do Rio de Janeiro, enfim, buscar soluções e ver como o Governo Federal pode participar desse esforço no sentido de pôr um fim efetivo a essa situação que angustia a população do Rio de Janeiro.

De modo que expresso minha solidariedade, apoio e concordância com a proposta do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já havia conversado com o Senador Arthur Virgílio e também com V. Ex^a no sentido de promovermos um debate entre a Governadora do Estado, que é a responsável direta pela segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e o Ministro da Justiça, que tem a responsabilidade pela segurança pública no âmbito federal.

Considero que são essas as duas autoridades que deveriam prestar esclarecimentos sobre a estratégia de enfrentamento do crime organizado, sobre as medidas

que estão sendo tomadas ou poderão ser. Tenho certeza de que este é o momento em que a sociedade civil brasileira, a sociedade organizada e o Estado brasileiro devem unir-se para, conjuntamente, envidar todos os esforços para enfrentar o crime organizado e o narcotráfico, que, seguramente, trazem prejuízos imensos não apenas à cidade que é cartão postal para o planeta em razão de sua beleza natural, de sua história e riqueza cultural, mas também ao País, à imagem da Nação brasileira.

Trata-se de uma reunião importante para o Senado, e deveríamos realizá-la o mais breve possível. Entrei em contato com o Ministro da Justiça, que está totalmente à disposição para a audiência, aguardando que o Senado marque o horário.

Creio que deveríamos realizá-la no âmbito da Comissão, como têm sido feitas todas as audiências, mas, se houver problemas de espaço, poderemos fazê-la no plenário do Senado.

Há total concordância da nossa parte. Esse é um debate oportuno, necessário, urgente, e devemos empenhar-nos para que aconteça na quinta-feira pela manhã, às 10h.

O SR PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o PMDB também se associa a essa idéia. Nós já telefonamos para a Governadora, que deverá estar presente, junto com o Secretário de Segurança. Essa é uma idéia de muita força neste momento em que parecemos viver uma guerra civil. Com toda certeza, a reunião será produtiva, e o Senado poderá apontar caminhos para melhorar esse quadro dantesco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de reiterar o que falei na tribuna às 15h30min. Penso que quem pode colaborar no sentido de equacionar, compatibilizar, somar ações deve estar presente a esse debate.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, tem uma série de formulações no plano legislativo que, se aprovadas, serão norma permanente de atuação; por exemplo, no tocante às Forças Armadas, elas poderão atuar circunstancialmente, em momentos de aflição, de explosão. Isso não existe no plano institucional, porque não há lei nesse sentido.

A sugestão que dei e está acolhida pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador Aloizio Mercadante é a de que a subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereis-

sati votasse e fizesse o convite a essas autoridades, para que, na quinta-feira, estivessem no Senado as pessoas que têm responsabilidade pela segurança no Rio de Janeiro ou as que com ela estão envolvidas: o Ministro da Justiça, que tem tido reuniões seguidas com o Secretário Nacional de Segurança; a Governadora Rosinha Matheus; o Secretário de Segurança Anthony Garotinho. E por que não o Prefeito Cesar Maia, que, há um ano, ofereceu-se para contribuir com R\$100 milhões, para a formação de um bloco de recursos a serem aplicados no combate à violência e na melhora do aparelho judicial, no Rio de Janeiro? Por que excluir o alcaide da cidade, que é, em última instância, o responsável maior pelo bem-estar da sociedade do Rio de Janeiro?

Reitero, portanto, nos termos em que fiz a proposta, a necessidade da presença nesta Casa das autoridades federais, estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Atendendo à solicitação das Lideranças e analisando o assunto sob o ponto de vista institucional, ressaltamos que a Constituição não dá competência ao Senado Federal – naturalmente resguardando a autonomia dos Estados – de convocar Governador para depor perante esta Casa.

Contudo, asseguramos um mecanismo, que consiste na boa idéia do Senador Arthur Virgílio de convidar essas autoridades a comparecerem ao Senado por intermédio das Comissões. Evidentemente, elas aceitarão, ou não, o convite.

O Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado Federal, também aceitou a idéia de convidar as autoridades mencionadas.

A Presidência oferece o plenário para esse fim, visto que o horário não coincide com a sessão do Senado.

Atendendo a esse pleito, resolvemos o problema. Será útil para o País o debate sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2004

Requeiro nos Termos do Art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o Art. 397, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos

sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.

Justificação

Segundo informações parciais da Polícia Rodoviária Federal, o número de vítimas fatais nas estradas federais de Minas Gerais durante a Semana Santa, foi quase o dobro do número registrado no mesmo período no ano passado que teve um dia a mais. Foram 27 mortes este ano contra 14 no ano passado.

O mesmo se repetiu praticamente em todo o País.

Não há como não se resignar com a morte, fatalidade imprevisível.

Entretanto, a estatística acima mostra claramente que algo tem que ser feito, urgentemente, e vários apelos desta casa, até de apoiadores do Governo, não tem sido ouvidos por ele.

Ouvindo o Ministro e discutindo com ele alternativas, o Senado estará propiciando o necessário debate para que o Governo volte a atuar efetivamente na solução destas graves questões.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – O requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

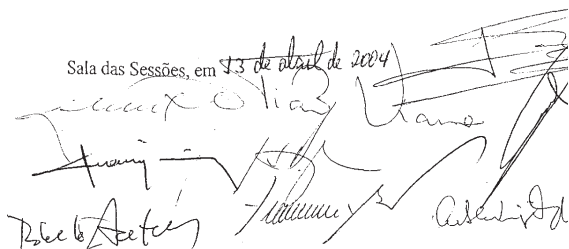
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 – Violência Doméstica.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2004



REQUERIMENTO Nº 439, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para a MSF 33,

de 2004 que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – PAFIB.”

Sala das Comissões, 13 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Os requerimentos lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Artigo 40, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, me seja concedida licença para participar do Intercâmbio Luso-Brasileiro que será realizado em Lisboa, Portugal, de 18 a 25 de abril do vigente ano, como membro da FRESCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo, com ênus para o Senado Federal. Comunico que estarei ausente do País no período de 18 a 25 de abril.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, Mensagens do Senhor Presidente da República, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 43, DE 2004

(Nº 160/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

*Alfredo Luiz de Almeida Cardoso C.R.M. : 5245440-0
Rua Barão de Jaguaripe 30 apartamento 201 – Ipanema -Rio de Janeiro cep 22421-000
Telefone residencial(21)2523-4077
Comercial (21) 3861-8000
Celular (21)9994-6006*

DADOS PESSOAIS:

Nascimento – 15 de Maio de 1963

Local de Nascimento – Petrópolis /RJ

Nacionalidade- Brasileira

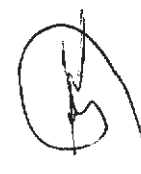
Filiação- Segisfredo Cardoso e Minerva Almeida Cardoso

Estado Civil – Divorciado

Identidade – 0494 3529-0 - Instituto Félix Pacheco – RJ

CPF – 735.105.647-15

FORMAÇÃO ESCOLAR:



Primeiro Grau no Colégio Padre Correa – Correias, segundo distrito de Petrópolis – 1969 a 1976.

Segundo Grau – O primeiro e segundo anos cursados no **Centro de Ensino Integrado de Petrópolis, atual Pedro II**, nos anos de 1977 e 1978. O **terceiro ano no Colégio Werneck**, em 1979, também na cidade de Petrópolis

FORMAÇÃO MÉDICA :

Formado em 1985 pela **Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense** - Niteroi , RJ

Médico Especialista em Clínica Médica por conclusão da **Residência Médica** no período de março/89 a fevereiro/91 , no Hospital Naval Marcílio Dias - Rio de Janeiro (RJ)

Médico Especialista em Terapia Intensiva por aprovação em Prova Nacional aplicada pela AMIB em 1994.

Pós Graduação em Administração – MBA EXECUTIVO pela Coppead – UFRJ - 1999

ATIVIDADES PROFISSIONAIS :

1986-1987- Médico Plantonista do CTI do Hospital de Clínicas de Ipanema - Rio de Janeiro

1986-1987 - Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica do Hospital Naval Marcílio Dias

1986 -1987 - Médico Plantonista do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1987 -1988 - Encarregado da Divisão de Saúde do Navio Transporte de Tropas Custódio de Melo - responsável pelo atendimento médico , ações preventivas , controle epidemiológico , controle de materiais e medicamentos necessários a uma tripulação de cerca de 300 homens.

1987-1988 - Médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil - responsável pela aplicação da política de atenção à saúde , controle epidemiológico , planejamento e execução de operações navais (no que tange à área de saúde) , planejamento de aquisições de materiais e medicamentos para toda Força de Apoio (cerca de 15 navios)

1989-1991- Médico Residente do Hospital Naval Marcílio Dias

1990 - 1991 - Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niteroi (RJ) - responsável pela gerência técnico administrativa de uma unidade de terapia intensiva de 14 leitos

1991 - Médico Assistente do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1991-1994 - Chefe de Clínicas do Hospital Mário Lioni (Duque de Caxias -RJ) - responsável pela montagem e gerencia técnico administrativa dos serviços de Clínica Médica , Clínica Cirurgica e Terapia Intensiva

1992-1993- Assistente da Divisão de Saúde do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)- - um dos responsável pela atenção à saúde de cerca de 4.000 homens , além da gerência administrativa de toda divisão

1994-1995 - Diretor do Hospital de Clínicas Mário Lioni - responsável pela gestão técnico administrativa de um Hospital de 60 (sessenta) leitos

1995 - Diretor da Rede de Centros Médicos ESHO- responsável pela gestão técnico administrativa de nove ambulatórios que realizam em média 30.000 consultas e 10.000 procedimentos /mes

1995 1996 - Superintendente da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO) do Grupo Amil - responsável pela gestão técnico administrativa de toda Empresa que engloba 03 Hospitais , 09 Ambulatórios , 35 postos de Atendimento dentro de Empresas e 01 Unidade Neonatal ; pela política de pessoal de cerca de 1600 funcionários . Instituiu programa de Gestão pela Qualidade , desenvolveu e expandiu Informatização técnico administrativa ambulatorial e hospitalar , alterou forma de manuseio estoques . Atuou na formação médica (criação de curso de pós graduação em Terapia Intensiva credenciado pela AMIB) e Administrativa , entre outras.

1997 – 2000- Diretor Geral do Hospital Barra D´Or – responsável pela implantação e operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 140 leitos de alta complexidade..

2000 –2002 – Diretor Geral do Hospital Copa D´Or – responsável pela implantação, operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 150 leitos de alta complexidade.

2002- 2003 – Diretor Técnico da Gestal – Responsável Técnico da Gestal, empresa de Gestão Hospitalar do IHS (associação do Icatu Participações, do IFC e do Grupo português José de Mello na para projetos na área de saúde). Responsável pela estruturação técnica da empresa e pela criação de um projeto de investimento em uma Rede de Hospitais de baixo custo.

2003 – até hoje – Diretor da Phoenix . Empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de Hospitais e Operadoras de Saúde.

ATIVIDADES ACADÊMICAS :

Monitor de Farmacologia – 1982 -1985

Acadêmico-Plantonista da Emergência do Hospital Universitário Antonio Pedro –1982- 1985

Acadêmico - Plantonista da Unidade de Emergencia do Hospital Municipal Souza Aguiar -1984

Acadêmico-Plantonista do Centro de Terapia Intensiva do Hospital do Andaraí -1985

APROVAÇÕES EM CONCURSOS :

Residência Médica do Inamps (Clínica Médica)- 1986.

Corpo de Saúde da Marinha do Brasil (Clínica Médica)- 1986

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Clínica Médica).- 1986

ATIVIDADES CIENTÍFICAS :

Co Autor do Livro "Ventilação Mecânica "- Editora REVINTER

Co Autor do Livro "Drogas em terapia Intensiva "- EDITORA REVINTER

PARTICIPAÇÃO EM JORNADAS, CURSOS E CONGRESSOS

XXIV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Recife -1986

XXV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Salvador -1991

XXVI Congresso de Pneumologia e Tsiologia – Natal -1992

IV Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro -1991

II Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1990

III Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1992

I Congresso Sudeste de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro 1992

VIII Congresso Mundial de Terapia Intensiva - Madrid -1992

IX Congresso Mundial de Medicina de Emergencia e Desastre - Estocolmo -1992

V Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Lisboa 1994

XXVII Feira de Material e Equipamentos Hospitalares - Hospital - Hanover 93 /95

Corpo Docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica ministrando instrução no CURSO de ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR – 1998 /1999/2000

HOSPITAL BUSINESS – Rio de Janeiro -1998

I Fórum de Hospitais Privados – Brasil Top Hospital – Brasília 2001

Saúde das Américas – Angra dos Reis – 2001

Hospital Strategy & Governance in Latin América – Miami –2001

II Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo – 2001

Gestão do Negócio Saúde – Salvador – 2002

III Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo –2002



IDIOMA:

Inglês – Nível Intermediário
 Cultura Inglesa (1976-1980).
 English for you - (1994-95-96)
 Berlitz (2002-03-04).

Rio de Janeiro, 03 de Março de 2004


 Alfredo Luiz de Almeida Cardoso

Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Romeu Tuma
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário, Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
 PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
 III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
 f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

.....
 Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
 DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000
 Vide Lei 9.961, de 28-1-00

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e dá outras providências.

.....
 Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

MENSAGEM Nº 44, DE 2004
 nº 161/2004 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
 De conformidade com o disposto no art. 52. inciso III, alínea f da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 52 do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000. submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum Vitae

INDICE

CAPÍTULO I - DA IDENTIFICAÇÃO

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL

CAPÍTULO III - DA GRADUAÇÃO

3.1. - Estágios Voluntários

3.2. - Cargos Estudantis

CAPÍTULO IV - DO APERFEIÇOAMENTO

4.1. - Residência Médica

4.2. - Cursos de Especialização

4.3. - Seminários

CAPÍTULO V - DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

5.1.- Trabalhos Comunicados

5.2.- Trabalhos e Livros Publicados

CAPÍTULO VI - DOS TÍTULOS E DISTINÇÕES

6.1.- Concursos

6.2.- Médico Assistente em Serviços Universitários

CAPÍTULO VII - DA BANCA EXAMINADORA

CAPÍTULO VIII - DAS COMISSÕES

CAPÍTULO IX - DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CAPÍTULO X - PALESTRAS, CONFERÊNCIAS E CURSOS

CAPÍTULO XI - DO IDIOMA

CAPÍTULO I - DA IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Nome : Gilson Caleman
- 1.2. Data de Nascimento : 08/11/1953
- 1.3. Naturalidade : Osvaldo Cruz - SP
- 1.4. Nacionalidade : Brasileira
- 1.5. Filiação:
- Pai : Agostinho Caliman
- Mãe : Maria Aparecida Siena Caleman
- 1.6. Estado Civil : Casado
- 1.7. Sexo : Masculino
- 1.8. Endereço : Rua Santa Helena, nº 2245
Bairro Aeroporto Marília - SP
CEP 17514-410
- 1.9. Cédula de Identidade : 6.183.262
Órgão Expedidor : SSP/SP
- 1.10. Título de Eleitor : 559.493.401-75
- 1.11. C.P.F. : 725.932.888-68
- 1.12. Certificado Militar : 569.572

1.14. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

Nº do Registro : 36.930

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL:

2.1. Curso Secundário:

Colégio Alfredo Pucca

Curso : Colegial (Científico)

Conclusão : 1972

2.2. Curso de Graduação:

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Curso : Medicina

Conclusão : 1979

CAPÍTULO III - DA GRADUAÇÃO:

3.1. Estágios Voluntários:

3.1.1. Estágio Voluntário como Plantonista do Pronto Socorro Central, da Santa Casa de São Paulo, na área de Clínica Médica, totalizando 17 (dezessete) plantões de 12 (doze) horas.

Período : 02/01/78 a 01/04/78.

3.2. Cargos Estudantis:

3.2.1. Representante Estudantil junto ao Departamento de Fisiologia, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1975 a 1976.

3.2.2. Diretor do Departamento Científico junto ao Centro Acadêmico Manoel de Abreu, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1976 a 1977.

3.2.3. Delegado Representante do Centro Acadêmico Manoel Abreu, no IX ECEM Brasil, realizado em Florianópolis (U.F.S.C.)

Período : julho de 1977.

3.2.4. Vice Presidente do Centro Acadêmico Manoel de Abreu, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1977 a 1978.

3.2.5. Representante de Classe na Comissão de Ensino da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1977 a 1978.

CAPÍTULO IV - DO APERFEIÇOAMENTO:

4.1. Especialização:

4.1.1. Residência Médica na área de Medicina Social, junto ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1980 a 1981.

4.1.2. Especialização Médica na área de Homeopatia, junto à Associação Paulista de Homeopatia.

Período : 1982 a 1983.

4.1.3. Curso de Especialização em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde, promovido pelo PROHASA, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP.

Período : 05/03/85 a 17/12/85

4.1.4. Mestrando em Medicina Baseada em Evidências - Universidade Federal de São Paulo.

Período : Março de 2002 até a presente data.

4.2. Cursos de Aperfeiçoamento:

4.2.1. Curso de Hansenologia – Hospital Lauro de Souza Lima, Departamento de Hospitais de Dermatologia da Coordenadoria de Assistência Hospitalar, da Secretaria de Estado da Saúde.

Período : 26 a 31/01/1983.

4.2.2. Curso de Didática para Medicina Geral e Comunitária, promovido pelo Centro Latino Americano de Tecnologia Educacional para a Saúde (OPAS).

Período : 19 a 21/07/83.

4.2.3. Curso de Procedimentos de Auditoria, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP.

Período : agosto/1993.

4.2.4. Curso sobre Planejamento Estratégico Situacional, com o Prof. Dr. Carlos Matus Nomo, promovido pela Fundação Altadir. Quito. Equador

Período : dezembro/1998.

4.3. Seminários:

4.3.1. Seminário de Aplicação do Enfoque de Risco na Organização dos Serviços de Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde e Organização Pan-americana de Saúde.

Período: 30/01/84 a 03/02/84.

CAPÍTULO V - DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

5.1. Trabalhos Comunicados:

5.1.1. "Coleta e apuração dos dados necessários ao estudo da Meningite da região da grande São Paulo", junto à Faculdade de Ciências Médicas da Faculdade de São Paulo (em colaboração com a Central de Informações da Secretaria de Saúde e com o Ministério da Saúde).

Período: 1975 a 1976.

5.1.2. "Levantamento Epidemiológico", realizado no município de Cotia, com a finalidade de fornecer subsídios para a instalação do Hospital Centro de Saúde de Cotia, promovido pelo Departamento de Medicina Social, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período: 1º semestre de 1975.

5.1.3. "Influência da testosterona na atividade contrátil em colo uterino das ratas", realizado junto ao Departamento de Ciências Fisiológicas, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período: 1976 a 1977.

5.1.4. "Estudo descritivo da mortalidade por doenças do aparelho respiratório".

Período: 1976 a 1978 (publicado em 1981)

5.2. Trabalhos e Livros Publicados:

- 5.2.1. Importância das infecções respiratórias agudas (IRA) em crianças no município de São Paulo. Rev. paul. Pediatr;3(9):6-16, jan.-fev. 1985. Tab. Localização: BR1.1
- 5.2.2. Avaliação de procedimentos de alto custo em nefrologia e oncologia: em busca de resultados. Belo Horizonte; s.n; 1994. 106 p.tab, ilus. Localização: BR67.1/616.61*3
- 5.2.3. Informações, controle e avaliação do atendimento hospitalar SUS. Brasília; OPAS; 1995. 56 p. tab. (Desenvolvimento de Serviços de Saúde, 14). Localização: BR599. 1; Z699, CALi, 1995; BR1.1; 3000.00.
- 5.2.4. Auditoria, controle e programação de serviços de saúde. São Paulo; Instituto para o Desenvolvimento da Saúde/ Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Assistência Médico-Hospitalar / Banco Itaú; 1998. 145 p (Saúde & Cidadania, 5).
- 5.2.5. Interdisciplinabilidade na educação médica: a experiência da Faculdade de Medicina de Marília (Famema). Rev. adm. Pública; 34(6):81-93, nov.-dez. 2000.graf . Localização: BR939.1 .

CAPÍTULO VI - DOS TÍTULOS E DISTINÇÕES:

6.1. Concursos:

6.1.1. 11º (décimo primeiro) colocado no Concurso de Médico Sanitarista, da Secretaria de Estado da Saúde, realizado no mês de maio de 1981, e nomeado no mês de agosto de 1983.

6.1.2. 1º (primeiro) colocado no Concurso para Professor Assistente do Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina de Marília, realizado no mês de fevereiro de 1989.

6.2. Atividades Docentes:

6.2.1. Professor Assistente do Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina de Marília, desde fevereiro de 1989.

6.2.2. Chefe da Disciplina de Planejamento e Administração dos Serviços de Saúde, da Faculdade de Medicina de Marília, desde agosto de 1998 até a presente data.

6.2.3. Coordenador do Curso "Avaliação de Qualidade em Saúde", promovido pela Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, em maio/92.

6.2.4. Professor do Curso de Suprimento / Aperfeiçoamento da Administração de Serviços de Saúde, promovido pelo SENAC de São Paulo, em maio/93.

CAPÍTULO VII - DA BANCA EXAMINADORA:

- 7.1. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Residência Médica, na área de Medicina Geral e Comunitária, promovida pela Comissão Regional de Aperfeiçoamento das Equipes de Saúde / Superintendência Regional INAMPS de São Paulo, em 1984.
- 7.2. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Dentista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 15/08/1997.
- 7.3. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico (Clínica Médica e Cirurgia Geral) do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 22/04/1999.
- 7.4. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Pediatra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, em 16/02/2000.
- 7.5. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Obstetra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 29/07/2000.
- 7.6. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Obstetra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital

das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em janeiro 2003.

CAPÍTULO VIII - DAS COMISSÕES:

- 8.1. Membro e Preceptor da Comissão de Ensino do Programa de Residência de Medicina Geral e Comunitária da Associação Hospitalar de Cotia / INAMPS, no período de março de 1982 a janeiro de 1985.
- 8.2. Membro da Comissão que elaborou os novos termos de adesão da Secretaria de Saúde / SUDS – SP – Resolução CIS nº 061/88.
- 8.3. Presidente da Comissão Ministerial que elaborou a Proposta de Implantação de Política Nacional de Medicamentos – Portaria MS nº 461 de fevereiro de 1994.
- 8.4. Membro da Comissão Assessora da X Conferência Nacional de Saúde, no período de abril a setembro de 1996.
- 8.5. Presidente da Comissão de Farmacologia e Padronização de Medicamentos, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, desde maio de 1996 até a presente data.
- 8.6. Membro Representante da Faculdade de Medicina de Marília no Conselho Municipal de Saúde de Marília, desde janeiro de 1996 até outubro de 2001.

- 9.1. Médico Sanitarista Auxiliar da Associação Hospital De Cotia.
Período : janeiro/82 a agosto/84.
- 9.2. Diretor Técnico Substituto da Associação Hospital De Cotia
(Centro de Saúde Escola).
Período : agosto/84 a dezembro/84.
- 9.3. Membro do Grupo de Trabalho criado pelo Secretário da
Saúde em Outubro de 1985, que formulou a Proposta de
Reforma Técnico Administrativa da Secretaria de Saúde de
São Paulo.
- 9.4. Diretor Técnico do Módulo de Saúde de Mauá - SP.
Coordenação do Programa Metropolitano de Saúde.
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.
Período : janeiro de 1985 a 19/11/86.
- 9.5. Diretor Técnico do Ersa-10 de Mauá - SP.
Coordenação de Regiões de Saúde 1 - SES - SP.
Período : 19/11/1986 a julho de 1987.
- 9.6. Coordenador Regional de Promoção da Integração dos
Serviços de Saúde Superintendência Regional do INAMPS
São Paulo.
Período : outubro/1987 a dezembro/1988.
- 9.7. Sub-Coordenador da Unidade da Avaliação e Controle do
Suds-SP.
Período : outubro/1987 a dezembro/1989.

- 9.8. Assistente Técnico de Direção do Ersa-45 - Marília, exercendo a função de responsável pela Unidade de Avaliação e Controle.
Período : janeiro/89 a junho/91.
- 9.9. Coordenador substituto da Coordenação de Regiões de Saúde 2, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.
Período : 19/01/90 a 21/05/90.
- 9.10. Professor concursado do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : abril/89 até a presente data.
- 9.11. Membro do Grupo de Trabalho da Organização Pan-Americana de Saúde, para Proposta Metodologia de Avaliação de Qualidade de Serviços de Saúde.
Período : dezembro/1991.
- 9.12. Médico Auditor da Unidade de Avaliação e Controle, Escritório Regional de Saúde de Marília – SES – SP.
Período : junho/91 a fevereiro/93.
- 9.13. Coordenador Geral dos Projetos Especiais da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.
Período : fevereiro/93 a julho/93 - Portaria Ministerial nº 125 de 02/02/93.
- 9.14. Coordenador Geral de Controle de Serviços de Saúde do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos

Serviços de Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

Período : julho/93 a fevereiro/94 - Portaria Ministerial nº 810 de julho/93.

- 9.15. Diretor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde - Ministério da Saúde.

Período : fevereiro/94 a fevereiro/95 - Decreto Presidencial de fevereiro/94.

- 9.16. Secretário de Assistência à Saúde Substituto - Ministério da Saúde.

Período : abril/94 a fevereiro/95 - Decreto de 12/04/94.

- 9.17. Membro do Grupo Ministerial que elaborou proposta do Sistema Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde - Portaria Ministerial nº 22 de 06/01/94.

- 9.18. Representante do Ministério da Saúde (Suplente) na Comissão Intergestora Tripartite da Secretaria de Assistência à Saúde.

Período : fevereiro/94 a fevereiro/95.

- 9.19. Representante suplente do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Saúde.

Período : abril/94 a fevereiro/95.

- 9.20. Representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para elaboração de alternativas de financiamento do SUS.
Período : agosto/94 a dezembro/94.
- 9.21. Assistente Técnico de Direção da Diretoria Executiva da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : março/95 a maio/96.
- 9.22. Consultor do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), para elaboração da Norma Operacional Básica nº 01/96 do Ministério da Saúde.
Período : março/96 a julho/96
- 9.23. Consultor do Convênio entre Fundação Unicamp e CASSI (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil), visando a reorientação da assistência médica aos beneficiários.
Período : janeiro/96 a dezembro/97.
- 9.24. Diretor Técnico do Hospital das Clínicas de Marília da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : maio/96 a maio/01.
- 9.25. Consultor do Institute For Health Sector Development, London – England, prestando consultoria junto à Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, sobre Central de Regulação e Indicadores de Atenção Secundária.
Período : junho/00 a dezembro/00.

- 9.26. Consultor da Agência de Saúde Suplementar do Rio de Janeiro, visando a elaboração de Indicadores de Qualidade de Assistência na Saúde Suplementar.
Período : junho/00 a agosto 2001.
- 9.27. Diretor Técnico da Unidade Materno-Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : fevereiro/01 até fevereiro 2004.
- 9.2.8. Diretor Técnico do Hospital Regional de Assis - Convênio Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e Faculdade de Medicina de Marília.
Período : março de 2002 até outubro/2002
- 9.2.9. Diretor Administrativo da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : outubro de 2002 até a presente data.
- 9.30. Diretor Tesoureiro da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília.
Peíodo : maio 2003 até a presente data.
- 9.31. Consultor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação de Serviços de Saúde- Secretaria de Assistência à Saúde- Ministério da Saúde.
Período : Novembro 2003 até a presente data.

CAPÍTULO X - PALESTRAS e CONFERÊNCIAS :

- 10.1. Palestra no Curso de Planejamento, promovido pela Secretaria de Estado da Saúde, em dezembro/88, realizado em Campinas e Bragança Paulista.
- 10.2. Relator da Mesa Redonda "Controle e Avaliação do SUS", IX Conferência Nacional de Saúde , em Brasília - DF.
- 10.3. Debatedor na Mesa Redonda "Sistema de Informação no SUS", IX Conferência Nacional de Saúde, em Brasília - DF.
- 10.4. Debatedor na área sobre a descentralização da Gestão dos Serviços de Saúde, no Congresso da Abrasco, em Recife, julho/94.
- 10.5. Palestra sobre "Controle e Avaliação no SUS", no 10º Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde, em Goiânia - GO, em agosto/94.
- 10.6. Palestra sobre Gestão de Qualidade em Saúde, apresentada na Oficina de Trabalho promovida pelo Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Niterói	- 03/94
São Paulo	- 06/94
São José Dos Campos	- 07/94
Manaus	- 08/94
Marília	- 11/94
Joinville	- 04/95

- 10.7. Palestra sobre Descentralização da Gestão de Serviços de Saúde, apresentada no Encontro Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, em Fortaleza, em dezembro/94.
- 10.8. Relator da III Conferência Municipal de Saúde do Município de Marília, em dezembro/95.
- 10.9. Coordenador e Relator da Mesa Complementar "Sistema de Custos nos Serviços de Saúde", da X Conferência Nacional de Saúde, em setembro/96.
- 10.10. Debatedor da Mesa Complementar "O Hospital Universitário - Perspectivas Atuais", da X Conferência Nacional de Saúde, em setembro/96.
- 10.11. Palestra sobre Controle e Avaliação no Sistema Único de Saúde, na Conferência Municipal de Saúde de Foz de Iguaçu - PR, em agosto/97.
- 10.12. Palestra sobre a Prevalência da Diabetes Mellitus no Brasil, do Programa de Haward - Medical International; Joslin Diabetes Centers e Sociedade Brasileira de Diabetes, Marília - SP, em abril/98.
- 10.13. Palestra sobre Central de Regulação, no I Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, em agosto/98.
- 10.14. Palestra sobre a Inserção dos Hospitais Universitários e de Ensino no SUS, na Oficina de Trabalho, realizada pelo Conselho Nacional de Saúde, em abril/99.

- 10.15 Palestra sobre Avaliação e Controle, no II Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, em Praia Grande - SP, em abril/99.
- 10.16. Palestra sobre inserção dos Hospitais Universitários no Sistema Único de Saúde, no curso de Capacitação Gerencial dos Gestores Municipais (Região de Campinas), promovido pelo Departamento de Medicina Preventiva da UNICAMP, em outubro/2001, outubro 2002 e outubro 2003.

CAPÍTULO XI - DO IDIOMA:

- 11.1. Curso Intermediário de Inglês, realizado no Instituto Audiovisual de Ensino de Línguas.
Período: 10/05/75 a 12/11/76.

Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário, Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

.....
Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000
Vide Lei 9.961, de 28-1-00

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.

.....
Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

.....
O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais.

Tendo em vista o feriado do dia 21, quarta-feira, as sessões de segunda e terça-feira próximas serão deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti (Bloco/PT SC)

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias de 25, 30 e 31 de março, 1º e 6 de abril, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À Medida Provisória foram apresentadas 13 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Zarattini (PT-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida

Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de janeiro e não se instalou; a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 6 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 17 de março; o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 8 de março, e o de sessenta dias de vigência, no dia 23, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 23 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Delcídio Amaral Relator revisor, a quem concedo a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de lei de conversão de que trataremos hoje é relativo à medida provisória editada pelo Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com o propósito de alterar a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Seguindo o rito do processo legislativo relativo às medidas provisórias, a Medida Provisória nº 163, de 2004, foi apreciada quanto a sua admissibilidade e mérito no plenário da Câmara dos Deputados, tendo a Casa de origem concluído por sua admissibilidade quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e de sua adequação orçamentária, e, no mérito, pela sua aprovação sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, que ora vem à revisão do Senado Federal.

Por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o prazo de validade da medida provisória foi prorrogado por mais 60 dias, a partir de 20 de março último.

O conteúdo do referido projeto de conversão apresenta os seguintes tópicos principais:

Define novas atribuições para a Casa Civil da Presidência da República;

Cria a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e o respectivo cargo de Ministro;

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante transformação do extinto Ministério de Assistência social, e transfere para o novo Ministério diversos órgãos que atuam na implementação da política social;

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Gratificadas “para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades” (art. 11);

Extingue órgãos e transfere competências e cargos para órgãos da nova estrutura;

Eleva de 40% para 65% o percentual do adicional a ser pago aos servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente designados para exercer cargo em comissão de natureza especial ou cargo de direção de instituição federal de ensino, com o propósito de “incentivar a profissionalização do exercício dos cargos em comissão”.

Convém lembrar, Sr. Presidente, que estão sendo criados 2.793 cargos dentro do processo do Governo Federal, no sentido de eliminar e rever a terceirização das consultorias, incentivando efetivamente a profissionalização de nossos funcionários. Convém lembrar também que dentro dessas 2.793 vagas estão as 1.000 vagas aprovadas pela Medida Provisória nº 105, do ano passado, que foram cortadas em virtude de reduções orçamentárias.

Com relação à admissibilidade e à constitucionalidade citadas anteriormente, gostaria de registrar o pleno atendimento à Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, lembrando que o acréscimo de despesa previsto para o exercício de 2004 está previsto no Anexo VII, item 4, da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Para os exercícios de 2005 e 2006, existem os recursos contemplados em razão da série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Quanto ao mérito, manifesto a exposição de motivos do Poder Executivo que acompanha a mensagem presidencial sobre a presente medida provisória:

(...) alguns ajustes tópicos mostram-se necessários para conferir maior efetividade à ação governamental, especialmente no que se refere às áreas social e de coordenação política e institucional da estrutura da administração pública federal. A presente proposta de medida provisória tem como objetivo promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações de Governo.

Sr. Presidente, em face do exposto, da admissibilidade, da constitucionalidade, da relevância e urgência e pela exposição de motivos do Poder Executivo no encaminhamento da Medida Provisória, voto pela aprovação integral do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, restando prejudicada a Medida Provisória nº 163, de 2004.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o meu relatório.

É o seguinte o texto do Parecer do Relator – revisor na íntegra:

PARECER Nº 334, DE 2004–PLEN

De Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, originário da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Decídio Amaral**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de Conversão Drove-niente da Medida Provisória editada pelo Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com o propósito tkaliemra Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. O ato normativo foi baixado pelo Chefe do Executivo com vistas à implementação do que foi divulgado recentemente pela mídia como reforma ministerial.

Seguindo o rito do processo legislativo relativo às Medidas Provisórias, a Medida Provisória nº 163, de 2004, foi apreciada quanto a sua admissibilidade e mérito no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo a Casa de origem concluído por sua admissibilidade, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e de sua adequação orçamentária, e no mérito, pela sua aprovação sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, que ora vem à revisão do Senado Federal.

Por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o prazo de validade da MP foi prorrogado por mais sessenta dias, a partir de 20 de março último.

A Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

O conteúdo do referido ato apresenta os seguintes tópicos principais:

Define novas atribuições para a Casa Civil da Presidência da República.

Cria a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e o respectivo cargo de ministro.

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante transformação do extinto Ministério de Assistência Social, e transfere para o novo Ministério diversos órgãos que atuam na implementação da política social.

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Gratificadas “para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades” (art. 11).

Extingue órgãos e transfere competências e cargos para órgãos da nova estrutura.

Eleva de 40% para 65% o percentual de adicional a ser pago aos servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente designados para exercer cargo em comissão de natureza especial ou cargo de direção de instituição federal de ensino, com o propósito de “incentivar a, profissionalização do exercício dos cargos em comissão”.

II – Análise

Da Admissibilidade e constitucionalidade

A MP foi editada em conformidade com as normas art. 62 da Constituição Federal e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Determina o art. 8º da Norma Regimental que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

A justificativa apresentada pelo Governo enseja ajuizar como atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, valendo ressaltar que a matéria situa-se no âmbito de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, **a e e**, da Constituição Federal.

Verifica-se, ainda, que se trata de matéria não incluída entre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 51 – ou do Senado Federal – art. 52 –, tratando-se de matéria tipicamente enquadrada no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 60, § 4º, da Carta Magna.

Restam também atendidos os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a julgar pelas afirmações contidas na exposição de motivos, segundo as quais “o acréscimo de despesa previsto para o exercício de 2004 está previsto no Anexo VII, item 4, da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Para os exercícios de 2005 e 2006, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, esse aumento de despesa mostra-se compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos”.

Do mérito

A providência contida na MP guarda consonância com a diretriz que vem sendo seguida pelo Executivo, desde governos anteriores, no sentido de proceder a ajuste na estrutura organizacional da Administração Direta por meio de medida provisória, em consonância com a competência do Chefe do Executivo para dirigir a Administração Federal, nos termos do inciso II do art. 84 da Constituição Federal.

Para justificação das medidas baixadas, o Executivo assim se manifesta na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial sobre a MP:

(...) alguns ajustes tópicos mostram-se necessários para conferirem maior efetividade à ação governamental, especialmente no que se refere às áreas social e de coordenação política e institucional da estrutura da administração pública federal. A presente proposta de medida provisória tem como objetivo promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações de Governo.

O novo desenho institucional dos órgãos de cúpula da Administração Federal situa-se, evidentemente, no campo de poder discricionário do Chefe do Executivo.

Com relação ao tópico de menor transparência no articulado da MP – a criação de cargos de confiança, art. 11 – o Executivo assim justifica a proposta em sua exposição de motivos:

(...) a proposta visa suprir a carência de cargos em comissão gerenciados pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de possibilitar

o atendimento das demandas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, viabilizando o redesenho de suas estruturas organizacionais, para um melhor desempenho de suas competências institucionais. (...) Assim, para atender tais demandas da administração pública federal e para estruturar os órgãos criados e transformados, propõe-se criar cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas (FG) (...)

Cumprir registrar, a propósito, que não é costume político-legislativo desta Casa opor questionamentos de oportunidade e conveniência a propostas de criação de cargos na Administração Federal, desde que atendidos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e de adequação orçamentária e financeira.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela admisibilidade, constitucionalidade, relevância urgência e pela aprovação integral do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, restando prejudicada a Medida Provisória nº 163, de 2004.

Sala das Sessões, – **Delcídio Amaral**, Relator-
Revisor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres da Relator: Deputado Zarattini (PT-SP), e da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Submeto ao Plenário a constitucionalidade e a urgência.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a discutirá o mérito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido – AL) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Votam contra a Senadora Heloísa Helena e os Se-

nadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros.

Pediria aos demais Senadores que desejam registrar o voto contrário para declinarem os seus nomes pelo microfone, a fim de que a Mesa não omita nenhum Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Almeida Lima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores Almeida Lima, Efraim Morais e Lúcia Vânia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Agripino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores José Agripino e José Jorge.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Senador Reginaldo Duarte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores Reginaldo Duarte, João Tenório, Eduardo Azeredo e Marcos Guerra.

Aprovadas, passa-se à apreciação do mérito.

Passamos à discussão do mérito do Projeto de Lei de Conversão e das emendas em turno único.

Com a palavra o Senador José Jorge, primeiro inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, na realidade, esta Medida Provisória faz poucas alterações na estrutura administrativa do Governo Federal, praticamente nenhuma. Ela serve mesmo para criar um grande trem-da-alegria. Aliás, se eu não considerasse tanto o Senador Delcídio Amaral e se não fosse uma pessoa de tão alto nível, diria que ele é o maquinista desse trem-da-alegria. Se verificarmos, cria 2.800 cargos em comissão.

Vou ler para ficar mais claro, porque o resto da medida provisória não tem nenhuma importância, Senadora Heloisa Helena. Trata-se apenas da criação de 2.800 cargos para serem preenchidos pelos companheiros do Partidos dos Trabalhadores, enquanto temos dez milhões de desempregados, inclusive alguns desesperados, como o que hoje tocou fogo em seu próprio corpo defronte do Palácio do Planalto. Esses desempregados não estão sendo levados em conta, mas os companheiros que não se elegeram, os companheiros que estão desempregados têm as seguintes vagas: 11 DAS-6; 70 DAS-5; 280 DAS-4; 260 DAS-3; 480 DAS-2; 220 DAS-1; 1.175 FG-1; 190 FG-2 e 99 FG-3. Somei e são praticamente 2.800 cargos em comissão para serem preenchidos pelo Governo com os companheiros.

Outra questão grave: de todos esses cargos, quando preenchidos pelos militantes do Partido dos

Trabalhadores, 10% serão pagos ao partido. Além de aumentarmos a despesa pública com cargos que, na realidade, não são necessários nessa quantidade, vamos encher a tesouraria do PT com esse dinheiro. Se considerarmos um salário médio de R\$1.000, são R\$2.800 milhões por mês, dos quais 10% vão para o PT, R\$280 mil por mês que, durante um ano, são quase R\$3 milhões que vão encher os cofres do PT.

Tenho, Sr. Presidente, um projeto que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo qual queremos impedir que partidos políticos obriguem pessoas que estão em cargo em comissão a pagar percentual do seu salário como dízimo para ser utilizado em atividades políticas. Quando o governo nomeia uma pessoa para um cargo em comissão, quer-lhe dar um salário digno, para a pessoa sobreviver e sustentar a sua família. Ora, a pessoa já paga Imposto de Renda, já paga Previdência e, agora, ainda é obrigada a pagar 10% para o partido, que, na realidade, são recolhidos de forma bastante autoritária.

No Capítulo II do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, cujo título é “Das Contribuições Obrigatórias”, art. 171, lê-se:

Art. 171. Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao partido correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela progressiva a que se refere o art. 173 deste Estatuto.

Existe uma tabela progressiva de acordo com os salários. Ainda segundo o § 3º do art. 171:

§ 3º. O detentor de cargo ou função no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao partido, bem como a fornecer à tesouraria do partido cópia dos contra-cheques, cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

Ele tem de enviar o contra-cheque ao partido, assim como cópias de leis ou decretos referentes à remuneração.

Sr. Presidente, é uma cobrança compulsória para aqueles que ocupam cargos e são filiados ao PT. Por outro lado, existe uma emenda a essa medida provisória. E inclusive faço um apelo para que o Senador Relator Delcídio Amaral aceite a emenda, que considero moralizadora. Já que vamos criar os 2.800 cargos propostos pelo Governo, que, pelo menos, não se permita cobrar dessas pessoas nomeadas para os cofres do PT.

O Deputado Ricardo Barros apresentou, na Câmara dos Deputados, emenda que dispõe:

Parágrafo único. É vedado o débito em folha para os cargos de confiança de que trata o caput deste artigo, para fins de contribuição partidária.

Não apenas para o PT, mas para qualquer partido haverá o veto de que essas pessoas sejam descontadas em folha. Isso acontece atualmente, mas é ilegal a cobrança em folha.

Então, peço ao Senador Delcídio Amaral que olhe com carinho para dar um parecer favorável a essa emenda. Assim, pelo menos nesse caso, que essa situação seja considerada. Tenho um projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e espero poder aprová-lo rapidamente. O Senador Alvaro Dias, que é o Relator, já deu parecer favorável, mas, por enquanto, pelo menos em relação a esses cargos criados pelo próprio Governo, que se impeça que o PT possa receber dinheiro a partir dos salários que foram colocados.

Portanto, Sr. Presidente, posiciono-me contrariamente à medida provisória e ao Relatório do Senador Delcídio e a favor do destaque que solicitei ao lado de outros Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, o Presidente Fernando Henrique fez comentários a respeito da atuação do Governo e foi vigorosamente criticado porque entendem que, na condição de ex-Presidente da República, não podia falar.

Dentre as muitas coisas ditas, afirmou que o País não tem projeto. Há um vácuo na Administração Pública. No entanto, é preciso reconhecer que o Governo não tem projeto de governo; que não sabe o que fazer com as ameaças de João Pedro Stédile; que não tem uma proposta para a reforma agrária; que não priorizou a reforma agrária no Orçamento da União; que não tem proposta para a segurança pública e dá as costas ao Rio de Janeiro, onde há uma guerra civil instalada; que não fez a reforma tributária, embora se vanglorie de tê-la feito; que aumentou impostos ao invés de não tê-los aumentado. O Governo age assim e, lamentavelmente, estabelece claramente para a Nação que há uma paralisia. Quantos mil funcionários federais nós temos? Com todos esses milhares de funcionários federais, o

Governo está parado, não tem nenhum planejamento. Quem faz o planejamento do Governo é a argumentação em decibéis. O Governo toma providências muito mais pelos gritos do Stédile do que em função da argumentação do Ministro do Planejamento. E esse Ministro criticava o Governo.

Não é ética esta medida provisória que estamos votando aqui. Daqui a três meses, a Administração Pública do Brasil inteiro não poderá contratar; daqui a três meses, os prefeitos e governadores não poderão contratar. Este é um ano eleitoral, e o Governo vem com a proposta de criar exatos 2.791 novos cargos. Há um detalhe para o qual quero chamar a atenção do Plenário: são cargos em comissão. Sei que não há impedimento legal para a contratação de pessoas para ocuparem cargos em comissão, desde que eles existam. O Governo está criando 2.791 novos cargos em comissão em um ano eleitoral e estabelece, com sua medida provisória, uma profunda injustiça para com os servidores.

O fato foi mencionado pelo Senador do Mato Grosso do Sul, relator da matéria. O Senador Delcídio Amaral, no art. 12, letra “c”, diz que haverá um aumento de 40% para 65% nos cargos comissionados. Pergunto-lhes: os servidores públicos federais terão aumento de 25% ou esse aumento refere-se exclusivamente aos cargos comissionados? Há uma enorme coincidência. Os cargos comissionados são exclusivamente aqueles que, pelo Estatuto, estão obrigados a contribuir com o Partido dos Trabalhadores. O que é isso? Trata-se de um projeto para um Governo que se está envolvendo na chamada teia Waldomiro Diniz, que afirmou tê-lo alertado em junho, sem que nenhuma providência fosse tomada. Este é o momento para que o Governo retome o debate ético e peça a retirada desta medida provisória. Isso não é correto. É mais uma forma de criar fundos de arrecadação para campanha.

O Senador José Jorge já disse aqui: para os que contribuem com 10%, a receita mensal para o partido será de R\$280 mil; existem os que contribuem com 30%, ou seja, uma receita de R\$740 mil, se o cálculo for feito sobre 30%. Não é absolutamente correto que o Governo trabalhe dessa forma. Ou seja, o que se vai fazer com a segurança no Rio de Janeiro? Quais foram as propostas apresentadas pela Comissão de Segurança? As Forças Armadas serão ou não utilizadas no combate ao crime organizado? Serão utilizadas ou não no combate ao narcotráfico? As Forças Armadas cuidarão ou não das nossas fronteiras? Haverá ou não apoio à Governadora Rosinha e ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho? São perguntas que o Governo não sabe responder. Não há projeto de Governo.

Agora, aumentam 2.791 cargos, e a conta é feita assim: isso é bom para manter o poder? Isso é bom para ter apaniguados? É essa a questão que se está debatendo.

O País está parado! As ações do Governo não existem. As estradas brasileiras nunca estiveram tão abandonadas. As rodovias federais nunca estiveram tão desassistidas. A reforma agrária nunca foi tratada com tanto desleixo. Esperávamos que houvesse uma política melhor em todas essas áreas. E qual é a única providência que o Governo toma? A de contratar servidores em comissão. Qual a outra providência que o Governo toma? Aumentar de 40 para 65%. De quem? Daqueles que podem contribuir com o Partido do Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rigorosamente este projeto não é ético, rigorosamente esta medida provisória não poderia sequer ter sido apresentada em um ano eleitoral, rigorosamente isso não vai alterar em nada a eficiência da Administração Pública Federal. O Governo propõe aumentar em 2.791 servidores e não consegue cumprir a lei dos agentes da Polícia Federal, cuja legislação lhes dá o direito, já que se exige curso superior para entrar na carreira, de ter o salário equivalente a quem tenha responsabilidade de ter curso superior. Por que essas questões não são avaliadas? Por que é dado um tratamento preferencial a quem tem cargos de comissão, aos que são indicados por bilhetinhos, aos que são acertados dentro do Congresso Nacional para que possam ocupar essa ou aquela função? Isso rigorosamente não é ético, não é correto. Isso é um apadrinhamento desnecessário para ver se, dessa forma, a eleição é mais bem enfrentada.

Mas o Brasil não quer isso. O que vejo são as pessoas aplaudindo a decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral ao reduzir o número de vereadores. As pessoas não estão observando a eficiência da máquina pública.

O Governo comete um erro gravíssimo. Temos de fazer com que o serviço público chegue a todos, mas na política do Governo do PT, eles querem todos os seus apaniguados dentro do serviço público, quando o correto seria o serviço público chegar a todos.

É lamentável que não exista plano de Governo; é lamentável que não exista projeto de Governo; é lamentável que só exista projeto de poder, mas não tenho dúvida de que a população brasileira não perdeu a capacidade de se indignar. A população brasileira quer acesso aos serviços públicos, quer o fim das filas na saúde, quer educação com acesso para todos, quer o estabelecimento de acesso às universidades públicas e não quer que o Governo aja para inchar a máquina

pública, que ficará mais pesada, lenta e ineficiente. Isso só tem uma vantagem, na avaliação do Governo: descontar mais para o Partido dos Trabalhadores.

Isso é eticamente indefensável, Sr. Presidente, e eu conclamo o Senado a rejeitar esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para discutir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, faço questão de registrar que não condeno as disposições estatutárias de partido algum que estabelece que seus filiados, por livre e espontânea vontade, contribuam com um percentual do seu salário para as estruturas partidárias. Eu mesma, mesmo depois de expulsa do PT, fiz questão, inclusive, de honrar uma dívida que tinha com o Partido, onde é cobrado juros sobre juros, para garantir isso.

Mas me preocupo muito em ver o tesoureiro do PT fazer o tráfico de influência para liberar recursos atrasados de empreiteiras e, certamente, utilizar isso a fim de conseguir dinheiro para campanha. Isso realmente me preocupa, do mesmo jeito que me preocupou muito ouvir o depoimento do Sr. Waldomiro, hoje, dizendo que se utilizou dinheiro sujo do narcotráfico para financiar campanhas do PT. Isso me preocupa bastante.

Em relação à medida provisória, vou tratar de algo que já tratava quando o então Presidente Fernando Henrique mandava para cá a criação de cargos, porque é a mesma coisa. O Presidente Fernando Henrique fez; o Presidente Lula faz. É a mesma coisa! Ou seja, é tratar o aparato público, o aparelho de Estado como uma caixinha de objetos pessoais a ser manipulada conforme as conveniências dos dirigentes políticos de plantão, das estruturas partidárias ou da moeda de troca estabelecida nas relações promíscuas entre o Poder Legislativo e os interesses eleitorais dos partidos políticos da base de bajulação nos seus respectivos Estados. Isso é o que me preocupa, porque diz respeito a uma questão que sempre discutimos no passado.

Às vezes, fico realmente impressionada com tanta metamorfose, porque metamorfose bonita é a da música do compositor Raul Seixas. No âmbito da política, isso vira demagogia eleitoreira, é algo horrível.

No passado, Sr. Presidente, sempre discutíamos a necessidade e trabalhamos muito para a aprovação de determinadas alterações da legislação vigente no País. Inclusive, aprovou-se, em 1989, a Lei nº 7.834, que autorizava investimentos a serem disponibiliza-

dos no Orçamento público com o fulcro de priorizar cursos a serem oferecidos aos servidores públicos, a fim de prepará-los devidamente para as chefias, o assessoramento, visando garantir aquilo que sempre entendíamos que era de fundamental importância: a continuidade das ações do serviço público.

É evidente que deve haver um grau de liberdade do comando político de uma determinada estrutura pública para os cargos de primeiro escalão e também para garantir a permeabilidade entre pessoas que estão fora do aparato público, na sociedade em geral, e que podem ter muito a contribuir, com a sua competência técnica, dentro da estrutura do aparelho do Estado. Entretanto, sabemos como funciona o debate dos cargos comissionados: uma distribuição aleatória, arbitrária e clientelista. Há abundância dos cargos comissionados na Administração Pública. Não é à toa que existem, hoje, mais de 19,6 mil cargos comissionados somente no Poder Executivo, sem contar os Poderes Legislativo e Judiciário. São mais de 19,6 mil cargos comissionados na Administração Direta, Autárquica e Fundacional! E o que tem sido feito com esse dispositivo? Aquele dispositivo, alterado na Constituição, para que os cargos comissionados pudessem ser preferencialmente ocupados pelos servidores públicos das carreiras de Estado, tornou-se absolutamente inútil, porque há um verdadeiro abismo entre o referido dispositivo e a forma como esses cargos comissionados são hoje ocupados.

Então, o que significa esta medida provisória, Sr. Presidente? A indicação de apadrinhados sem qualquer vinculação permanente com o serviço público. Para tanto, basta vermos os dados oficiais que tratam da análise da ocupação desses cargos de livre provimento. O que está havendo é a proliferação, de maneira acintosa, da utilização dos cargos públicos pelas máquinas dos partidos políticos. Portanto, o Governo Lula consolida, do mesmo jeito que o Governo Fernando Henrique consolidava, uma visão patrimonialista e personalista, como se o cargo fosse propriedade de quem dele dispõe para livre nomeação. Os princípios de impessoalidade e moralidade são jogados na lata do lixo para favorecer o jogo político com as respectivas bases de bajulação.

E é por isso, Sr. Presidente, que não posso votar favoravelmente a esta medida provisória, porque conhecemos as interferências fisiológicas e clientelistas, a moeda de troca que, muitas vezes, é associada à corrupção em nosso País e, freqüentemente, leva a uma subversão do sistema de mérito.

Além disso, nem sempre as pessoas que entram no serviço público são necessariamente as mais éticas. Podem entrar as mais preparadas, mas isso não

significa que é **sine qua non** que entrem as pessoas mais éticas. Entretanto, em nome da profissionalização do serviço público, da organicidade e continuidade das políticas públicas, do aumento da eficácia e da eficiência da ação de Governo, é de fundamental importância planos de cargos e carreiras, o reconhecimento dos servidores públicos, para garantir a eficácia da prestação do serviço do aparelho de Estado, e não isso que, infelizmente, é criado a cada momento. Certamente, no jogo político, existe a necessidade da criação de novas moedas de troca, para atender à voracidade e garantir a “pança cheia” da base de bajulação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 20, que estamos apreciando e por votar, pode constituir-se num passo importante para que o Governo Lula responda adequadamente às observações feitas aqui de que nada se estava fazendo.

Em verdade, a melhoria representada pelo projeto de lei de conversão, sobretudo a transformação de alguns órgãos que serão abrangidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é algo de grande relevância, que já se iniciou com a unificação dos programas Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás, todos transformados no Bolsa Família. Desde o final do ano passado, esse programa beneficiou 3,6 milhões de famílias e abrangerá, em meados deste ano, 4,5 milhões e, em 2006, 11,3 milhões de famílias, correspondendo a, aproximadamente, 45 milhões de pessoas, praticamente um quarto da população brasileira.

O programa Bolsa Família ainda é um tanto modesto e trata da transferência de renda de R\$ 50,00 a R\$ 95,00 para as famílias cuja renda seja, no máximo, R\$ 50,00 **per capita** e que tenham crianças até 16 anos. Para as famílias com renda mensal **per capita** entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00, a contribuição é de R\$ 15,00, R\$ 30,00 ou R\$ 45,00, não havendo os R\$ 50,00 para as famílias mais pobres.

Esse é um passo importante na direção da proposta aprovada pelo Senado e pelo Congresso Nacional de se instituir gradualmente, a partir de 2005, uma renda básica de cidadania, para que haja maior eficiência no combate à fome, na erradicação da pobreza absoluta e na melhoria do sentido de equidade da sociedade brasileira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores manifestaram hoje grande preocupação com a guerra do narcotráfico nas favelas da Rocinha e do Vidigal no Rio de Janeiro. Para resolvermos situações como essa, precisamos colocar

em prática programas de natureza social que transformem a realidade brasileira.

Sr. Presidente, de maneira alguma eu estaria de acordo com a proposta ventilada pelo Sr. Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, que dela já recuou, de construção de um muro que separasse a população da favela da Rocinha de outras partes do Estado. Ora, nós que condenamos o Muro de Berlim, o muro da Cisjordânia ou o muro da fronteira dos Estados Unidos com o México não podemos aceitar a separação entre brasileiros da favela da Rocinha e os de outras áreas do Rio de Janeiro. Portanto, essa não é uma solução de bom-senso.

Entre as principais medidas de prevenção ao crime, além daquelas que envolvem sua repressão, está a implementação de programas sociais, como o Bolsa Escola e outros que serão postos em prática, de maneira mais eficaz, com as medidas contidas no projeto de lei de conversão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– De acordo com o art. 179 do Regimento Interno, a sessão está automaticamente prorrogada até que seja concluída a votação da matéria.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são 2.800 cargos em comissão.

Na verdade, o DNA deste Governo já havia sido exposto e conhecido quando da edição da medida provisória que elevou a estrutura superior da administração federal do nosso País para mais de 40 Ministérios, aí incluídas as Secretarias Especiais com **status** de Ministério. Enquanto a República brasileira convive com essa estrutura, os Estados Unidos possuem não mais do que 15.

Naquela oportunidade, fui o único Senador a votar contra e, coerentemente, não poderia agir de forma diferente no dia de hoje. É claro que votarei contra. E isso é uma prática de coerência.

Quando chefei um Executivo municipal, não agi de forma diferente, por entender que o País, um Estado, um Município precisam de recursos para a atividade-fim, para levar ao cidadão, lá na ponta, saúde, educação, segurança pública, estradas em condições de promover e facilitar o escoamento da produção. Os recursos públicos servem para isso e não para a promoção do que podemos considerar uma farra com o dinheiro do povo.

Eu não tinha dúvida, Sr. Presidente, de que esse seria o perfil desse Governo, um Governo que veio para transformar, mas amplia as dificuldades por que passam

os brasileiros: 2.800 cargos de cargos em comissão, mais de 40 Ministérios e secretarias especiais!

No ano passado, apresentei a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição, em que estabelecia, no máximo, vinte Ministérios. Agora, amplia-se a máquina, agiganta-se a máquina, com o único objetivo – e aqui já foi dito – de ampliar a estrutura do Partido dos Trabalhadores, na medida em que, em decorrência do apadrinhamento, os “companheiros” do PT terão emprego em situação de desigualdade com o brasileiro que estudou e está desempregado.

Em vez de cargos em comissão, o Brasil precisa de agentes policiais federais, que sejam contratados mediante concurso público, a fim de que não nos envergonhemos diariamente quando a televisão mostra, em fronteiras do Sul do País, a evasão de divisas pela falta de agentes, policiais ou auditores fiscais para fiscalizar. Dois mil e oitocentos cargos para apaniguados, quando estamos precisando de agentes florestais para a preservação do meio ambiente. E há grandes extensões de terra em todo o Norte e Centro-Oeste do País sendo devastadas, porque ali falta a presença do Estado, por intermédio de seus agentes, que são servidores efetivos, estatutários, contratados mediante concurso público, assegurando a oportunidade de emprego aos brasileiros.

Contudo, como eu disse, este ainda não é o Governo que veio para transformar a realidade injusta do nosso País. Este é um Governo que prometeu mudanças e não muda nada. Esse perfil deu para ser identificado por ocasião da primeira medida provisória que ampliava a estrutura do Poder Executivo, para empregar nos Ministérios os que foram desempregados pelo voto do povo brasileiro nas urnas, nas últimas eleições. Isso significa uma falta de respeito para com o nosso País, com a República, com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, sabemos que, nesta Casa, o Governo tem maioria, mas as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que compõem essa maioria não devem esquecer de que, em uma democracia representativa ou indireta como a nossa, quando os representantes, que somos nós, não atendem aos anseios da população, não raras vezes – e a história registra –, cabe ao povo tomar as rédeas do seu destino em suas mãos e impor ao governante o caminho que ele deve seguir. Quando Deputados e Senadores não representam a sociedade como devem, à população, ao povo não cabe outra decisão senão ir às ruas como foram em Aracaju, no último dia 2 de abril, mais de 10 mil pessoas, exigindo emprego, exigindo “CPI já, chega de corrupção”, exigindo ética e comportamento decente.

E é isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que aqui estamos a defender. Quando nós, represen-

tantes, não sabemos ou não temos a sensibilidade suficiente para auscultar o povo, cabe a ele tomar as decisões e, de forma democrática e legítima, no exercício da sua cidadania, tenho certeza de que o povo brasileiro assim se comportará diante da insensibilidade do atual Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro dia o Senador Delcídio Amaral elaborou um relatório a respeito de outra medida provisória sobre a qual eu tinha dúvidas. Mas S. Ex^a me convenceu a votar a favor da medida provisória, pela competência com que sempre prepara seus relatórios.

Hoje, apesar da competência do Senador Delcídio Amaral, eu não me convenci e vou votar contra esta medida provisória. E talvez, se o Senador Delcídio Amaral estivesse em meu lugar, desse o mesmo voto. Portanto, confesso que entendo a posição de S. Ex^a de relatar favoravelmente a uma medida provisória que propõe a criação de quase 3 mil cargos em comissão.

Podemos comparar a medida provisória com o badalado programa do Governo, o Primeiro Emprego, que, aliás, o Governo pirateou de um projeto de minha autoria que apresentei em 1995. E o Governo não teve sequer a consideração de convidar-me para a assinatura da lei. E tanto o meu como mais 39 projetos sobre a matéria foram para a gaveta, e o Governo aprovou o dele.

Mas, apesar de toda a badalação do Governo, o Programa Primeiro Emprego – está nos jornais – gerou, até hoje, 2 mil empregos. No meu Estado, o Paraná, foram sete empregos gerados com o Programa Primeiro Emprego. E o Governo propõe, por meio de uma medida provisória, a criação de cargos de comissão. Em um ano em que serão realizadas eleições municipais, eticamente, portanto, creio que não combina com o próprio discurso do Governo, nem com a legislação vigente, a criação desses cargos. Abre-se mão daquilo que sempre foi o discurso do PT: a contratação de servidores públicos só deveria ocorrer por intermédio de concurso público. Abandona-se o discurso, abandona-se o argumento que sempre foi tese do PT – o respeito à sociedade com a realização de concursos públicos – para se contratar apadrinhados políticos e oferecer-lhes cargos de comissão.

Aqui está a prova. Uma reportagem do jornal **O Estado de S.Paulo** diz o seguinte: “o Presidente do PT, José Genoíno, disse que, dos 22 mil cargos de confiança disponíveis – ele está se referindo aos

cargos já disponíveis –, 15 mil e quatrocentos cargos, ou seja, 70%, seriam destinados ao PT”. Repito: dos 22 mil cargos de confiança, 15.400, o que representa 70%, seriam destinados ao PT.

A reportagem traz uma análise sobre o critério que vem sendo utilizado pelo Governo para preenchimento dos cargos em comissão.

Por exemplo, no caso da ANP, o Governo indicou o ex-Deputado Haroldo Lima, cuja maior credencial para o cargo era a sua filiação ao Pc do B; para a Agência Nacional de Telecomunicações, o Governo escolheu o engenheiro Pedro Jaime Ziller, sindicalista e homem ligado ao ex-Ministro Miro Teixeira. No fim do ano passado, reportagem de **O Estado de S.Paulo** mostrou que a Radiobrás havia iniciado uma ampla reformulação dos seus quadros para competir com agências de notícias privadas. Antigos funcionários de carreira, que ganhavam entre R\$2,5 e 4 mil foram, foram substituídos por profissionais com salários entre R\$6 e 8 mil.

Na Embrapa, o Presidente Cleyton Campanhola trocou 19 dos 37 chefes de centros de pesquisa por pessoas de sua confiança ou indicados pelos sindicatos e pelo PT – ainda mais a Embrapa, que exige conhecimento técnico e história no mundo científico para um funcionário ocupar cargo de chefia nos centros de pesquisa!

Eu preferiria ter de votar aqui uma mensagem ou qualquer outro dispositivo que propusesse a preocupação do Governo com a fiscalização para o combate à febre aftosa.

Faltam fiscais em todo o Brasil, e estamos colocando em risco um mercado conquistado a duras penas. O Brasil, maior exportador de carne do mundo, pode perder essa posição, esse *status*, se não reforçar a sua estrutura técnica contratando fiscais por meio de concursos públicos. No entanto, prefere cargos de comissão.

Eu também votaria a favor se aqui estivesse sendo proposto um concurso público para se contratar mais efetivo policial, mais polícia para combater a criminalidade neste País. Mas por concurso público. Policial militar ou civil. Aí eu votaria a favor.

Eu votaria a favor se estivéssemos apoiando a contratação de pesquisadores para a Embrapa, uma empresa de pesquisa que não está merecendo do atual Governo o apoio que sempre recebeu. Não foi por acaso que a Embrapa chegou a conquistar o respeito que conquistou no cenário científico internacional, mas foi porque recebeu apoio. E, hoje, ela não tem recursos para desenvolver pesquisas, não tem recursos para substituir os cientistas que, em busca de melhor remuneração, acabam deixando a empresa.

Eu votaria a favor se fosse para destinar recursos às universidades. Houve uma redução de 70% nos recursos a partir de 1995 e de 24% nos recursos de custeio. Portanto, as universidades enfrentam crise por falta de recursos financeiros e também humanos. Professores deixam a universidade pública deste País, em função do pequeno salário que recebem, em troca de melhores salários na universidade privada ou até em entidades de pesquisa. Eles poderiam ser melhor remunerados se o Governo não estivesse executando essa prática fisiologista – porque essa é uma prática fisiologista! –, que marca profundamente o Governo do PT e fere de morte o discurso do Partido dos Trabalhadores.

Eu votaria a favor se estivéssemos apoiando aqui a estrutura de pessoal dos hospitais universitários, que estão hoje capengando, praticamente pedindo esmola à comunidade para sobreviver. Cito aqui o Hospital das Clínicas de Curitiba, referência para o mundo inteiro, que hoje não tem dinheiro para fazer a reforma do seu centro cirúrgico. O hospital está pedindo inclusive apoio aos Parlamentares por meio de emendas. Transmito aos diretores do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná que não adianta fazermos emendas. O Governo não libera emenda de quem não pertence à Base de apoio. Farei emenda, mas o Governo não a liberará. Será que eu terei que repetir aqui o que falei outro dia? Não tenho, evidentemente, os mesmos instrumentos que tem um filho ou um amigo de Ministro. Como não sou filho nem amigo de Ministro, não consigo liberar as minhas emendas!

Portanto, eu gostaria de aqui apoiando a contratação de funcionários para a Embrapa, para as universidades, para a polícia, para possibilitar ao Governo tomar as providências que a população espera, mas não está tomando. Porém, cargos de comissão, Sr. Presidente, sinceramente! Em um ano eleitoral, isso me soa como uma proposta até indigna do Governo. O Senado Federal vai acabar aprovando a matéria, porque aprova tudo o que vem para cá. São medidas provisórias que entopem as nossas pautas de votação e não permitem que se vote um projeto de autoria de um Senador ou de um Deputado. Passivamente, o Senado aceita e vota tudo!

Vou votar contrariamente a essa matéria, porque creio que ela é uma agressão à inteligência dos brasileiros.

Entendo a posição do Senador Delcídio Amaral, que respeito. Creio que, sendo do PT, S. Ex^a não poderia dar outro parecer. Se estivesse em outro partido, sei que V. Ex^a votaria contra a matéria.

Votarei também a favor da emenda do Deputado Ricardo Barros, do Paraná, que proíbe que se descon-

te desses cargos comissionados o dízimo, ou seja, os 10% para o Partido dos Trabalhadores. A meu ver, em um ano eleitoral, isso não pega bem.

Como vou votar contra o projeto de lei de conversão, talvez eu não precise votar contra a emenda proposta pelo Deputado Ricardo Barros e adotada pelo Senador José Jorge.

Sr. Presidente, encerrando, eu gostaria que esses empregos fossem acrescentados também ao Primeiro Emprego, que, até agora, não saiu do papel e do discurso do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para discutir.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não gostaria de me manifestar como o farei.

Para qualquer pessoa que acompanhou com sobriedade a evolução política do Brasil dos últimos anos, seria inconcebível imaginar que, na atual conjuntura do País, um Governo, eleito com o apoio da grande maioria da população, com o apoio de quase totalidade dos funcionários públicos e das corporações sindicais, com compromissos assumidos por muitos anos e construídos em uma luta permanente, que este Governo remetesse, a pretexto de pretender melhorar a máquina pública, um projeto como esse.

O Senador Delcídio Amaral, sem dúvida um político lúcido, mas apenas o Relator substituto da matéria, deve ter sentido imensa dificuldade para relatá-la hoje, pois é sóbrio, é inteligente e sabe que ninguém constrói reforma alguma com esse tipo de medida.

Produzir contratação de funcionários públicos para cargos de comissão às vésperas de eleição é tudo menos algo que represente reforma, mudança e respeito à integridade da profissão dos funcionários públicos; compromete o processo político, é um grosseiro retrocesso. Nos Estados politicamente mais avançados, isso não se admite. Eu sou do Estado de Pernambuco. Os últimos Governadores de Pernambuco jamais mandaram uma mensagem desse tipo para ser votada na Assembléia, pois ninguém teria coragem para tanto.

Contratar pessoas por critério eminentemente político, à véspera de eleição, para fazer favorecimento político, operação política, é um crime neste momento da vida brasileira. Parece até que o Presidente Lula esqueceu o país real e vive num lugar de fantasia. A anunciada competência do Ministro José Dirceu, se comprovada em documento desse tipo, é evidente que não existe. Não é boa nem má, é uma fraude. Esse é

um momento à incompetência, à irresponsabilidade pública que o PT jamais deveria subscrever.

Não posso imaginar o Senador Eduardo Suplicy defendendo essa matéria como se ela representasse austeridade, valorização do serviço público. Isso não é sincero. Alguém não pode dizer isso e se fazer acreditar.

É assombroso este documento: são 70 milhões de novas despesas. Destes, 36 milhões são para despesa direta que, somados ao valor da despesa indireta, devem praticamente duplicar.

O Governo criará mais cerca de 5.000 cargos, para os quais serão nomeadas pessoas da forma como já está ocorrendo, ou seja, com total e completa falta de compromisso público, em rateios absolutamente inconsistentes sob o ponto de vista técnico. Isso está sendo feito por um Partido que ouvi, durante muitos anos, defender o respeito, a integridade das carreiras, a profissionalização dos servidores públicos, a necessidade de treinamento, de respeito a quem trabalha na máquina pública brasileira.

Quando há necessidade de se melhorar o serviço público, de aumentar a carga fiscal e a despesa com serviços como esse é uma total e completa falta de consistência. Onde está o discurso macroeconômico, microeconômico e político deste Governo? Qual é a lógica que sustenta isso? Qual é a base disso tudo? O que se está desejando fazer? Uma instrumentalização da máquina pública para produzir populismo em um País como o Brasil, que já superou essa fase há muitos anos? Devemos ser otimistas, acreditar no País e entender que o desafio das ruas precisa ser enfrentado com categoria política qualificada, com lideranças políticas conseqüentes, que se podem reunir para examinar problemas nacionais com divergências. No entanto, não é possível se chegar a uma conclusão ou a um acordo baseando-se numa proposta indefensável, inconsistente, que não faz sentido nenhum no Brasil atual. Depois, reclamam da imprensa, da interpretação dos formadores de opinião pública, quando agridem, diariamente, a inteligência da população, dos que acreditaram no PT. Este é um Partido que não honra a sua história.

Fico perplexo quando ouço petistas que conheci há muitos anos defender um material como esse, indefensável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coerentemente com minha história, defendo a medida provisória. Tenho certeza de que, depois dos argumentos que vou apresentar, os

Senadores de fato abertos ao debate, ao diálogo e à construção reconhecerão os méritos e a fundamentação da iniciativa que o Governo está promovendo. Não é possível se omitirem alguns fatos que estão na medida provisória e que não foram, até agora, discutidos.

Em primeiro lugar, desses 2.800 cargos, 1.472 são cargos em comissão, exclusivos para funcionários públicos. Seus ocupantes receberão uma remuneração melhor para desempenhar uma função pública qualificada, exclusiva para funcionários concursados. Este é o primeiro argumento que peço considerem aqueles que falaram com tanta veemência, sem analisar com mais profundidade o que está sendo proposto: metade dos cargos são exclusivamente para funcionários públicos concursados, que vão receber comissão porque desempenharão uma função relevante no Estado, assim como funciona no gabinete dos Senadores – ou não é assim? Podemos reivindicar um funcionário público que, ao vir em comissão, se for concursado, receberá uma contribuição a mais na sua remuneração referente ao cargo de confiança. É para esse tipo de função.

Em segundo lugar, no ano passado, o Governo extinguiu mil cargos em confiança por meio da MP nº 103. A medida provisória em discussão reconstitui os cargos que existiam. Por que eles foram extintos? Porque passamos por uma severa crise fiscal e financeira, foi feito um ajuste com o corte de 10% nos cargos em comissão, os quais foram extintos por não haver disponibilidade de recursos no Orçamento da União do ano passado. Houve, então, um aumento da receita tributária, fizemos um ajuste fiscal, o superávit primário foi elevado e, neste ano, está sendo possível dar aos servidores concursados um reajuste que nunca tiveram: entre 10% e 30% da sua remuneração. Há muitos anos, não havia reajuste salarial linear neste País, como está ocorrendo agora. Além disso, neste ano, estamos triplicando o volume de investimentos e está havendo um excesso de arrecadação, em razão da previsão orçamentária, que permite que essas concessões sejam feitas conforme a responsabilidade fiscal mantida pelo Estado.

Onde está a verdadeira divergência com o passado? Vamos discutir os fatos como se apresentam: onde está o problema fundamental? O problema fundamental é que as consultorias aumentaram, nos últimos oito anos, em 600%. Assim, a inteligência do Estado brasileiro foi transferida para as empresas privadas de consultoria, que se apropriaram do seu conhecimento e saber fora do aparelho estatal. Além disso, nos oito anos do Governo anterior, 160 mil cargos foram terceirizados no Estado brasileiro. Não foram 1.400 ou 2.800, mas 160 mil cargos terceirizados para empresas privadas.

Ora, qual é a tarefa do Estado? A visão neoliberal é a do Estado mínimo: quanto menos Estado, mais mercado, mais eficiência e mais produtividade. Não é assim. Os pobres deste País e a sociedade brasileira precisam, sim, de políticas públicas e de um Estado mais forte. Os que menos têm precisam mais do Estado e o Brasil precisa de um Estado inteligente, qualificado e preparado para enfrentar os grandes desafios.

Não podemos entregar para as empresas de consultoria – com as quais o gasto aumentou em 600% – o saber do Estado brasileiro, muito menos transferir para empresas terceirizadas 160 mil cargos, como aconteceu na administração anterior.

Estamos, basicamente, criando 2.800 cargos de confiança. Destes, metade é para funcionários públicos concursados e a outra metade, para reconstituir os mil cargos que foram extintos no ano passado, Senador Sérgio Guerra, pela MP nº 103. Além disso, a medida provisória trata da reestruturação administrativa, de novas funções, novas instituições e novas competências. Parte desses cargos em confiança é para as universidades federais, porque é absolutamente indispensável que se fortaleça o saber, a inteligência nacional, em alguns lugares que estavam precariamente servidos.

Outras funções são essenciais para melhorar a qualidade do serviço público como o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, que é um Ministério novo e que tem a função de introduzir o Programa Bolsa-Família tem que ser fortalecido para executar e empenhar a função – é uma estrutura nova –, de coordenação das políticas públicas que está instituída, e que foi transferida do Ministério do Planejamento para a Casa Civil.

Eu ponderaria que não se trata do que está sendo apresentado aqui. Vamos discutir com franqueza, com transparência e com profundidade. Estamos criando 40 mil cargos concursados. Na Polícia Federal dobramos o efetivo por meio de concurso – foi mencionado aqui um exemplo claro, necessário, urgente, determinante. Essa medida provisória apenas reconstitui cargos que haviam sido extintos no ano passado. E metade dos cargos que estão sendo criados em comissão, são para os funcionários públicos concursados efetivos, que irão passar a desempenhar uma função específica. Por tudo isso, não vejo razões para esse tipo de objeção.

O outro argumento, esse sim político-eleitoral, superficial no debate do que é uma organização partidária, diz que o problema fundamental do cargo em confiança é que, para os 1.400 servidores públicos concursados, não é a filiação partidária e sim a competência da função que vai determinar a indicação e a designação. Para uma casa política como esta, a filiação partidária muitas vezes é importante, porque

o sujeito que está no partido tem compromisso com o programa, temos um coligação de partidos que sustenta o Governo, e tem-se filiados a partidos, que são qualificados, que vão prestar serviços técnicos e políticos relevantes ao País.

Há um argumento, que é o problema da contribuição do filiado ao PT – é um problema exclusivo do PT – em cargos de confiança.

Gostaria de dizer aqui, de público, que tenho muito orgulho de, durante os 24 anos de existência do Partido, ter sempre contribuído. Fui Deputado durante oito anos, mais um ano de Senador, 9 anos. Mas, durante 15 anos, com meu salário de professor universitário, eu dava uma parte para o Partido. E, como Senador da República, dou 24% do meu salário para o Partido! Por quê? Porque entendemos que o mandato é partidário. E, quando nascemos, no passado, o Partido não tinha recursos financeiros para competir com poderosas estruturas partidárias que tinham fontes de financiamento que nunca tivemos. Nascemos nas fábricas, no campo, nas igrejas, uma militância social, e a contribuição dos militantes era uma forma de preservar a independência e a autonomia do Partido. Foi assim que o Partido se viabilizou ao longo da história.

Então, aqueles que são filiados ao PT, voluntariamente, querem contribuir, porque é voluntária a filiação ao Partido, e contribuem do seu salário, seja o metalúrgico, seja o professor, seja o funcionário público, sobretudo aqueles cuja função pública se deve à existência do Partido, como é o caso do Parlamentar, cuja contribuição é a mais elevada, é progressiva, sim. Um Parlamentar do Partido contribui com 24% do seu salário. Tenho orgulho e honra de fazer isso. É assim que se constrói o verdadeiro Partido no País. Porque o maior problema que temos, para todas as forças partidárias, é a questão do financiamento de partido, é o problema do financiamento da campanha eleitoral, são as dificuldades que a democracia a todo momento está apresentando. Tentamos superar essa idéia, mas não foi possível! Vivemos problemas semelhantes às outras estruturas partidárias. Mas a maior independência do partido se dá pela contribuição, pela fidelidade, pelo compromisso do partido. E isso é um princípio constitucional. A Constituição diz que os partidos têm liberdade para recolher recursos, para se organizar e manter um estatuto, portanto, que vai definir. Cabe aos filiados do partido definir se devem ou não contribuir.

Entendo que há uma disputa política, já que este é um ano eleitoral. Mas considero precários os argumentos apresentados.

Concluo dizendo aos Senadores que sempre dialogaram e discutiram em cima dos fatos, dos argu-

mentos e da fundamentação que fortalecer o Estado brasileiro é uma forma de melhorar a dimensão pública. É melhorar, sobretudo, a qualidade dos serviços, a inteligência do Estado, que foi muito precarizada pela terceirização dos serviços públicos – 160 mil cargos e 600% de aumento de recursos em firmas de consultoria. Estamos eliminando esse processo. Criamos 40 mil cargos públicos a fim de trazer para o Estado servidores concursados. Desses 2.800 cargos, metade é exclusivo para funcionários concursados efetivos, que vão exercer cargo em comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– E a outra metade restitui os mil cargos em comissão extintos no ano passado. Assim sendo, não vejo outra razão e motivação que não seja aprovar a Medida Provisória, que é meritória, e muito mais abrangente do que esse capítulo. Ela estrutura todo o serviço público, na nossa visão do que é o novo programa de Governo. Tenho a certeza de que será aprovada com ampla participação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, para discutir, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante, que ocupou a tribuna, ao descer, cordialmente bateu em meu braço e disse: “Argumentos”. Sr. Presidente, mais do que argumentos, vou apresentar fatos que falam por si só. Diga o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Jamais me guiei por essa máxima, essa premissa. Nunca!

Em 1990, fui eleito, pela segunda vez, Governador do meu Estado. Uma luta dura em que enfrentei praticamente todas as forças políticas do meu Estado juntas. E me orgulho muito de ter ganho a eleição e ter assumido o Governo com a fama de ser um sujeito duro na queda.

Quando assumi o Governo, Sr. Presidente, deparei-me com uma duríssima realidade, que imaginava fosse dura, mas não tão dura quanto a que encontrei. O Estado devia quase três meses de salários atrasados. A receita total – ICMS, fundo de participação, **royalties** de petróleo – tudo somado equivalia a menos do que o valor de uma folha. Era o absoluto caos. Devia três folhas e toda a receita do mês não cobria uma folha. V. Ex^a há de convir que o quase herói que havia acabado de ganhar a eleição contra todas as forças políticas do Estado juntas estava numa situação no mínimo embaraçosa. E resolvi fazer aquilo que eu tinha que fazer, trincando os dentes: fazer uma reforma administrativa, como a que se propõe o atual Governo,

que não governa um mar de rosas, é verdade. Vamos convir: não governa um mar de rosas. O País tem grandes dificuldades. Tem uma dívida pública interna que consome muito mais do que deveria, em matéria de recursos públicos, sobra pouquíssimo dinheiro para investimentos, e é preciso que o Governo se imponha à austeridade.

O que eu fiz? Propus à Assembléia Legislativa uma reforma administrativa em que, se não me falha a memória, eu encerrava atividades de quatro secretarias e acho que sete companhias de economia mista. Demiti, naquela época, perto de 4 mil pessoas e propus à Assembléia Legislativa – Senadora Heloísa Helena, faça o que digo, mas não faça o que faço; estou dizendo, aqui, o que eu fiz – o cancelamento das empresas públicas e secretarias e apresentei quadros em que eu fazia o balanço da criação de alguns cargos e da subtração de outros, órgão por órgão. Vivía uma crise dura, como a crise dura é a que o Brasil vive. E propunha: secretaria tal, tantos cargos – CC-1, CC-2, CC-3 estão extintos. Cria-se a secretaria tal, que herda cargos A, B e C. E fazia um balanço, nominando órgão por órgão, o que estava propondo aos representantes do povo, que eram os Deputados estaduais. Apresentei e foi aprovado. Implantei a reforma. E consegui, no final do ano, colocar o pagamento do pessoal em dia e economizar o que o Estado impunha que se economizasse para eu poder governar. Economizar o que o Estado impunha para que eu pudesse governar e distribuir os recursos públicos, não apenas com os funcionários, mas com toda a sociedade do meu Rio Grande do Norte.

Muito bem. A que se propõe o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva? Sua Excelência, repito, não vive em um mar de rosas e se impõe a realizar uma reforma administrativa. Sejam claros e cite os Ministérios que foram fechados, os que sobreviveram e os que foram criados: o Ministério ocupado pela Ministra Benedita da Silva encerrou suas atividades; o Ministério administrado pelo Ministro Graziano foi encerrado e cedeu lugar a um novo Ministério, que foi entregue ao Dr. Patrus Ananias de Sousa; foi criado um Ministério novo e entregue ao Deputado Aldo Rebelo. Dois Ministérios foram extintos e dois, criados. De resto, a administração pública é a que aqui está. Não é igual porque está mais ineficiente do que era em um passado próximo. Para fazer face à reforma, propõe-se a criação de 1.322 novos cargos de confiança e a instituição de 1.475 funções gratificadas.

Sr. Presidente, se estivéssemos discutindo a realização de concurso público para a contratação de pesquisadores, por exemplo, como bem disse o Senador Osmar Dias, de agentes de segurança da Polícia

Federal, de auditores da Receita, enfim, de servidores que produzissem para a máquina administrativa, eu estaria lá embaixo orientando minha Bancada para que votasse a favor, tendo em vista a necessidade do Estado.

Vejo, Sr. Presidente, que estão pedindo um cheque em branco, sem nominar, sem fazer quadro de compensação, sob o argumento de que é necessária, para o funcionamento da máquina administrativa, a contratação de 1.322 novos cargos de confiança, ao bel-prazer e à livre escolha do Governo do PT, que já mostrou que é pródigo na escolha, é evidente, de petistas de carteirinha, de petistas com a estrelinha vermelha na lapela, para ocuparem funções de confiança, em que os méritos mais exigidos não são propriamente a competência profissional ou funcional, mas a ocorrência ou o uso da estrelinha na lapela.

São 1.322 cargos de confiança e 1.475 funções gratificadas. Para fazer face à modernidade? Para fazer face ao crescimento da máquina pública? Não vejo como tal.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu que já votei contrariamente, num primeiro momento, a esta matéria, no que diz respeito à constitucionalidade e à urgência, vou votar no mérito contra e a favor da emenda que julgo perniciosa, porque vai como que, utilizando-se de recursos públicos, engordar os caixas do Partido dos Trabalhadores, uma vez que, na medida em que se atribui aumento de salário a 1.475 funcionários, a quem se vai dar função gratificada, ou se vai dar emprego aos cargos de confiança, que são 1.322 novos funcionários, com dinheiro público do Poder Executivo, vai-se retirar até 10% para os cofres do Partido dos Trabalhadores. Nenhuma prevenção. Zelo com o dinheiro público.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quantos oradores restam?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Cinco oradores, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me informar que, logo após o término da sessão, iniciaremos a reunião da Comissão que examina as atividades de inteligência, prevista para às 18 horas e 30 minutos, que vai ouvir o Sr. Carlos Alberto Costa, ex-diretor do FBI no Brasil.

Estão convidados os membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o Governo pretende com esta medida provisória é uma reforma administrativa às avessas, consagrando o fisiologismo na contramão da eficiência administrativa. Certamente, esta Casa aplaudiria uma proposta do Governo que viesse para eliminar a superposição de funções, o paralelismo desnecessário, supérfluo e dispendioso.

O Governo premia o fisiologismo, certamente atendendo às expectativas da base aliada, retribuindo o apoio que recebe com a destinação de cargos de confiança que servem para aplacar determinadas consciências.

O Governo, na contramão da eficiência, engordou a máquina pública de forma extraordinariamente nociva ao Erário e comprometedor da eficiência administrativa. O Governo criou Ministérios, cargos de confiança, que exatamente contrariam o propósito de economizar em favor de atender ao ajuste fiscal imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo cresceu tanto com um Ministério inusitado quantitativamente que promove a conflagração interna. Instala-se verdadeira Torre de Babel, onde Ministros se desentendem exatamente em função da heterogeneidade do Ministério do Presidente Lula, especialmente embalada pelo gigantismo proposto por um modelo que contraria a modernidade.

Não há relação entre custo e benefício na proposta governamental. Há um aumento de despesa no item “custeio”, quando o Governo corta, para atender à meta do superávit primário de 4,25%, investimentos fundamentais. Por exemplo, ainda hoje recebi em meu gabinete, desesperada, a dirigente de um sanatório da cidade de Maringá, no interior do Paraná. Os recursos do SUS não chegam, os recursos do Ministério da Saúde não chegam. Enquanto isso, nas ruas da cidade,

crece visivelmente o número de mendigos, lamentavelmente atingidos pela debilidade mental.

O que estou pretendendo dizer é que o Governo esgotou sua capacidade de investir a tal ponto que nega recursos a setores dramaticamente fundamentais, como aquele a que me referi.

Portanto, não tem direito o Governo de engordar a máquina pública desnecessariamente, sem buscar eficiência à custa do Erário, aumentando as despesas de custeio.

Desde o início, há uma contestação do modelo, que é fisiológico, e a composição dos quadros administrativos não leva em consideração critérios essenciais, como os da competência, da probidade, da qualificação profissional. O critério atende apenas a um projeto de poder e não ao projeto de Nação.

O que se esperava de um Partido como o PT, programaticamente defendido por aqueles que queriam mudanças radicais no País, era, sem dúvida, a instalação da proposta ética, desde o primeiro passo, na composição dos quadros administrativos não leva em consideração critérios essenciais, como a competência, a probidade, a qualificação profissional. O critério atende apenas a um projeto de poder, e não ao projeto de Nação. O que se esperava de um Partido como o PT, programaticamente defendido por aqueles que queriam mudanças radicais no País, era, sem dúvida, a instalação da proposta ética, desde o primeiro passo, na composição dos quadros administrativos, até o exercício do mandato governamental.

Contudo, o que se vê, desde o início, é exatamente o oposto. O Governo não levou em conta os critérios da ética, da competência e da qualificação profissional; assim, rebaixou o nível da Administração Pública brasileira. Os serviços públicos hoje são prestados de forma a não atender às expectativas da sociedade.

Ainda agora, há uma conflagração no campo. Há a exacerbação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, revoltados com a paralisia governamental, consequência da ineficiência não só do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas sobretudo do Incra, que não foi instrumentalizado de forma competente para atender à necessidade de implementação de um plano de reforma agrária no País. E estamos colocando fogo no campo, com as invasões, com a desordem que se estabelece, com a agressão à lei, diante da falta de autoridade do Governo e da ineficácia do seu instrumento operador da reforma agrária no País.

Em primeiro lugar, o projeto de poder. Isso é visível, porque há uma relação estreita do crescimento dos quadros administrativos no plano dos cargos de confiança com o caixa partidário, com o caixa do PT. À medida que cresce o número de petistas no Gover-

no, há alimentação do caixa do Partido. O PT deixa de ser Partido dos Trabalhadores e passa a ser o partido-caixa, o partido mais rico do País, que se enriquecerá ainda mais, sem sombra de dúvida, se essa medida provisória for aprovada, permitindo-se a contratação de mais de 2.500 cargos de confiança pelo Governo Federal.

É possível que se diga, como disse o Líder do Governo, que é legal essa contribuição compulsória dos detentores dos cargos de confiança ao partido que representam. Mas pergunto: é ético abastecer de recursos públicos o caixa partidário, com objetivos eminentemente eleitorais, para atender à aspiração de continuísmo no poder, que se estabeleceu desde a posse do Presidente da República?

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, essa medida provisória, lamentavelmente, constitui abuso, extrapola os limites do bom senso de quem quer uma administração razoavelmente eficiente.

Não há dúvida de que determinados fatos que ocorrem no País hoje levam à indignação e à revolta, como ocorre em relação ao campo, Senador Arthur Virgílio. Acabo de presidir a CPMI da Terra, em que se revelou um quadro estarrecedor de desobediência civil, de desrespeito à autoridade constituída, de afronta à legislação vigente, de agressão a direitos estabelecidos, exatamente pela falta de autoridade e pela incompetência administrativa demonstrada pelo Governo.

Apesar disso, com essa medida provisória, o Governo não procura reformar os quadros administrativos, aparelhando a Administração Pública de forma competente – medida que atenderia a essas aspirações sociais que levam setores do Brasil à convulsão, como ocorre no campo.

Hoje, é no campo. Mas quem pode assegurar que essa conflagração rural não chegará às cidades, diante da insatisfação popular com os rumos do atual Governo?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por isso, Sr. Presidente, concluo, apelando para a responsabilidade parlamentar. Votaríamos, com o maior prazer, uma medida provisória por reforma administrativa que viesse reduzir despesas de custeio e acrescentar modernização e eficiência à máquina pública. Mas não podemos votar favoravelmente a uma medida provisória que vem na contramão da eficiência e que consagra, sem dúvida nenhuma, a reforma administrativa às avessas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Comunico ao Plenário que a Presidência convoca uma sessão conjunta, a realizar-se quinta-feira, dia 15

do corrente, às 11 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada, em sua primeira parte, à promulgação da Emenda Constitucional nº 43, de 2004, e, em sua segunda parte, à leitura de mensagens presidenciais.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trem da alegria! Nós só poderíamos iniciar, fazendo uma homenagem aos mineiros.

Esse trem que vem por aí não tem como maquinista o Senador Delcídio Amaral. Na realidade, S. Ex^a é o Relator **ad hoc**. O relatório – se não me engano – é da Senadora Idelli Salvatti, e o Senador simplesmente o leu. Lamento a ausência da Senadora, mas S. Ex^a é a grande maquinista desse trem feito pelo seu Partido, que consiste na criação de 2.800 cargos comissionados às vésperas das eleições municipais, para melhorar a situação do PT.

O Presidente do PT, ex-Deputado José Genofino, já afirmou que 70% serão do Partido. Não adianta o PMDB, o PSB, o PTB, o PL, os outros partidos da Base quererem mais do que isso, porque S. Ex^a não abre mão de 70%. Portanto, quem nos está ouvindo ou assistindo pela TV começa a imaginar que, em seus Estados e Municípios, haverá cargos comissionados e certamente procurará os Líderes que apóiam o Governo.

Já que são 2.800 cargos, aconselho esses companheiros e companheiras a procurarem os Deputados e Senadores, principalmente os do PT, para obterem informações e terem direito de contribuir para o Partido.

Sr. Presidente, o Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, no debate qualificado que se desenvolve nesta noite, disse que 1.482 funcionários concursados terão direito a uma parcela e que o restante será do Partido. Posteriormente, faremos uma avaliação, para saber quantos desses companheiros se filiaram após a aprovação dos cargos comissionados. Aconselho a quem não se filiou que o faça, porque ficará mais perto de ter direito à parcela destinada aos concursados. Sugiro que as pessoas se filiem ao PT, para estarem mais próximas de um dos cargos comissionados. Esse será um dos itens. São várias as condições para ocupar este cargo. Uma delas, e a mais importante, é que há um recolhimento para o partido. Leio aqui que o Deputado Jorge Bittar, dirigente do PT, defende contribuição de filiados e que o PT admite arrecadar pelo menos R\$ 80 milhões em 2004.

Registro a presença nesta sessão do meu eterno líder, Deputado Ricardo Fiúza. Quando cheguei ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, em 1990, tive a honra de ser liderado por S. Ex^a.

Há pouco eu perguntava ao Deputado Ricardo Fiúza a sua opinião a respeito de como está a reforma partidária na Câmara dos Deputados. E S. Ex^a disse-me que está mais para a gaveta. Eu insisti: Está mais para a gaveta? E respondeu-me: Na de baixo.

Então, está totalmente engavetada.

Ora, Sr. Presidente, por que o PT quer fazer reforma partidária? Para que o PT quer financiamento público de campanha se já está sendo financiado, Senador Tasso Jereissati? Este é o financiamento. Todo funcionário filiado ao PT está tirando dinheiro dos cofres públicos para financiar o partido, sem ter que dar satisfação à Justiça Eleitoral, porque fazem da forma que bem entendem. Por quê? Para que o PT precisa de reforma partidária? Não precisa. Ele já tem o dinheiro que precisa para fazer a campanha.

Pois bem, enquanto isso, o espetáculo do crescimento continua. Senador Mão Santa, se V. Ex^a estivesse no meu lugar diria “atentai bem, atentai bem”. De quinze ministérios, para quarenta. Foi o primeiro crescimento. Objetivo: colocar os companheiros que perderam as eleições para Governador, para Senador e para Deputado Federal nas eleições passadas; segundo o Senador Heráclito Fortes, são os “derrotérios”.

O que eu diria mais? Esses mesmos companheiros que foram derrotados estão nomeados, com certeza muitos vão sair agora faltando quatro meses para disputar as eleições municipais, muitos, e já contribuiram bastante, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, nesses cerca de um ano e seis meses, quando deixaram o Governo, com os cofres do PT, e terão recursos fartos, suficientes para financiarem suas campanhas.

Enquanto isso, o que observamos é que as invasões do MST também são um verdadeiro espetáculo de crescimento. Só neste mês são 67 fazendas. Continua crescendo o Governo. O número de desempregados aumenta a cada dia, e estou vendo a Base do Governo, particularmente o PT, cada vez mais cabisbaixo porque a reforma da previdência, a famosa PEC paralela não sai, pelo motivo aqui exposto: “O impasse atrasa a PEC paralela, porque – diz o Governo – vai aumentar despesas”. Que novidade, Senadora Heloísa Helena! Vai aumentar despesas, conseqüentemente não se vota a PEC paralela! Mas se vota a criação de 2.800 cargos, dos quais 70% serão nomeados pelo PT, e 30% pelos outros companheiros da Base.

Muito bem, Sr. Presidente! Eu gostaria de, aqui, ainda deixar claro que o Líder Mercadante disse que foram extintos 1.000 cargos, e criados 3.000. Pelo menos, em termos de cargos, existe inflação. Está bem inflacionado o PT em relação a esses cargos!

Eu gostaria de dar um último conselho – para ficar dentro do meu tempo – aos companheiros concursados

dos, aos companheiros que ainda não estão filiados ao PT e que estão à procura de um cargozinho: filiem-se, filiem-se, porque o Partido quer arrecadar! O Partido está atrás de mais dinheiro, são só R\$ 80 milhões que serão arrecadados em 2004. Aqueles famosos voluntários do passado, que iam às ruas defender a estrela do PT, hoje, só vão fazer campanha se tiverem cargos comissionados, porque todos aqueles que eram participantes, todos aqueles que eram os queridinhos dos Senadores, Deputados Federais, Governadores do PT estão com cargos comissionados! Os outros companheiros têm que pedir o seu cargo para serem voluntários nesta eleição.

Lamento, sinceramente, que o Governo esteja utilizando a máquina a fim de tentar diminuir o impacto que será sua grande derrota nas eleições municipais. Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, repito, não é o maquinista desta medida provisória. V. Ex^a simplesmente a está lendo. Como disse o Senador Osmar Dias, V. Ex^a, se não fosse do PT, não votaria a matéria.

Ao concluir, deixo claro, Sr. Presidente, que, no momento, o País está paralisado. É a paralisia das medidas provisórias. O Governo não deixa o Congresso Nacional existir, não o deixa legislar. O PT não é Governo e quer ser Oposição. Não é Governo porque está parado. E lembro José Simão: “quem fica parado é poste”. Está na hora de o PT começar a andar e governar, pois há quem faça oposição no Congresso Nacional em defesa da minoria, do povo e do trabalhador brasileiro, aquele que quer trabalhar, não aquele que vai receber um emprego a fim de votar e trabalhar para o PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, para discutir, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se formos direto no assunto, vamos ver com muita clareza o desdobramento do processo de aparelhamento do Estado.

Em setembro passado, o Ministério da Previdência mudou as regras dos concursos internos para escalões superiores, atribuindo pontuação a quem exerceu cargo de direção em sindicatos e entidades comunitárias. Este é um item.

Antes disso, as 27 diretorias da Fundação Nacional de Saúde – Funasa haviam sido ocupadas graças à revogação de uma norma de 2000, que estabelecia a obrigatoriedade de pessoal da própria Funasa exercer os cargos regionais de chefia.

Não nos esqueçamos do episódio em que, por razões de mera dissensão política – não entra aqui no mérito se era bom técnico ou não –, o marido da Depu-

tada Federal Maninha foi demitido porque era marido da Deputada Federal Maninha. Não sei se foi contratado por ser competente. Sei que não foi demitido por ser incompetente. Foi demitido porque a Deputada Federal Maninha tomou determinada atitude que desagradou aos donos do poder. Este é um fato.

Mais ainda. Em seguida, tivemos o caso Inca – Instituto Nacional do Câncer, que por falta de indicação de nomes para compor a CPI, terminou indo para o arquivo. Mas vimos o escândalo de aparelhamento que foi o caso, mexendo diretamente com a vida de pessoas portadoras de uma das doenças mais cruéis que pode acometer qualquer ser humano.

Depois, percebemos e passamos, numa viagem lamentável, na esteira do aparelhamento, pelo Ministério da Saúde, de Ciência e Tecnologia, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pela Agência Nacional de Petróleo, pelo Instituto de Reforma Agrária, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Matéria de **O Estado de S. Paulo**, do final do ano passado, afirma que a Radiobrás havia iniciado uma ampla reformulação dos seus quadros para competir com as agências privadas. Ou seja, estou tentando mostrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que há um projeto de aparelhamento do Estado em marcha. E isso não é um fato isolado, não é um mero gesto de fisiologia. É também um gesto de fisiologia, mas não é apenas isso. É um gesto de fisiologia acoplado a outro e a uma brutal tentativa de aparelhamento do Estado brasileiro, em benefício de um Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Se tivesse de escalonar o tamanho do delito, eu diria que o mais grave de todos, o mais perverso, o mais cruel, até porque seus efeitos maléficos vão explodir após o Governo Lula, é o aparelhamento que se dá no interior da Embrapa, a empresa que talvez seja a mais competitiva, a mais séria e a mais poderosa geradora de tecnologia para o agronegócio do mundo inteiro. A Embrapa, hoje, vê cientistas encurralados por militantes políticos. Essa denúncia já é de farto conhecimento da Nação.

Ouvi, dos poucos oradores que aqui defenderam o Governo no dia de hoje, algumas curiosidades. Por exemplo: são 2.700 cargos, mas apenas metade é para contratação de novos funcionários. Pergunto: e se, em vez de a medida provisória criar 2.700 cargos, ela contratasse apenas pessoas de fora e se esquecesse do pessoal de dentro da máquina, referindo-se a apenas 1.500 pessoas? Seria escandaloso, ou não? O escândalo seria menor se fossem apenas 1.500 pessoas. Logo, é maior, pois são quase 3.000 pessoas, desnecessárias num momento em que o bom senso é a idéia que deve nortear o cérebro de qualquer admi-

nistrador experiente. Vejo aqui vários administradores que já passaram pela experiência de gerir. Todos sabem que o bom administrador poupa no custeio para que sobrem investimentos. Se não o fizer, vai perder a oportunidade de realizar, por exemplo, políticas públicas e sociais de alcance efetivo, o que acaba sendo um tiro no pé.

Vi poucos oradores referindo-se ao governo passado. Há sempre uma síndrome da comparação com o governo passado. Não comparam no trabalho, na eficiência administrativa, mas imaginam terem direito a defeitos, que julgam serem defeitos, do governo passado. Dizem que o governo passado terceirizava de maneira culposa. Afirmo que terceirização dolosa foi a da ONG *Ágora*, dirigida por um amigo do Presidente da República, o Sr. Mauro Dutra, que usou mal o dinheiro do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Foram R\$7,5 milhões destinados à qualificação de pessoal. Nas páginas dos jornais **Correio Braziliense** e **Estado de Minas**, Senador Eduardo Azeredo, vimos o escândalo do aparelhamento a partir da terceirização contra os interesses do trabalhador brasileiro.

Vou votar a favor da emenda que está sendo destacada, a do Deputado Ricardo Barros, que proíbe que as pessoas nomeadas para esses cargos contribuam para o fundo partidário, se porventura o Governo conseguir aprovar essa matéria. Pergunto novamente, Sr. Senador Eduardo Azeredo: será que se faz campanha nesse partido apenas com contribuição partidária?

Hoje, vimos Waldomiro Diniz admitir que repassou dinheiro para um certo Paulinho não sei das quantas. Não é o Paulinho da Viola, que sei homem de bem e que tem toda a tradição de fazer o que há de melhor e mais puro na cultura popular brasileira. Mas um certo Paulinho teria recebido o dinheiro que Waldomiro arrecadou do submundo da contravenção para a campanha do PT aqui no Distrito Federal. Ou seja, antes o PT fizesse campanha apenas com a contribuição dos seus militantes. Waldomiro Diniz admite que contribuiu para esse Partido fazer campanha com o dinheiro da contravenção também. Esse é um fato lamentável.

Falaram aqui em fortalecer o Estado brasileiro. Então, contratando militantes se fortalece o Estado brasileiro? Eu teria uma outra sugestão: não aparelhar a Embrapa, para que o Brasil não emborque e não vire do avesso o grande projeto de desenvolvimento do nosso agronegócio, que tem sido o sustentáculo de todos os resultados deste e do governo passado, pela eficiência da agricultura brasileira. Se querem fortalecer o Estado brasileiro, façam uma reforma ministerial, inclusive encurtando o número deles. Havia 27 ministérios no governo passado, e era muito. Hoje, são 36, e alguns são inúteis. Há o Ministério da Pesca, para o

qual foi escolhida uma pessoa de Chapecó, que fica a 800 quilômetros do lugar onde há água salgada. Deve haver algum córrego em Chapecó, mas, com certeza, não se faz de jeito algum nenhuma perspectiva natural a partir da nomeação de alguém tão distante da realidade da pesca oceânica.

Sr. Presidente, ainda há coisas estarrecedoras. Volto a dizer que tenho em minhas mãos um bonito gesto de militância do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizando desconto dos seus vencimentos para os cofres do PT. Quem dera, Senador Antonio Carlos Magalhães, só sustentasse a campanha o dinheiro do Presidente Lula, dos Senadores e dos Deputados, descontado de seus subsídios honrados. Quem dera não tivessem recorrido a Waldomiro Diniz!

De qualquer maneira, quero repor aqui ainda uma última verdade. Disseram que o governo anterior não dava aumentos. Em 1994, a folha salarial era de R\$24,5 bilhões; em 1995, passou para R\$35 bilhões; em 2002, último ano do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a despesa com a folha foi de R\$75 bilhões. O reajuste linear, em 1995, foi de 22%; em 2002, foi baixo: 2,5%. Peço apenas que nos atenhamos à verdade dos fatos. Alguém pode dizer que o reajuste foi fraco em 2002. Até posso concordar com isso, mas quem disser que não houve reajuste linear não comparece aos autos falando a verdade, que significa o nosso compromisso de respeitarmos uns aos outros nesta Casa. Em 1995, houve um reajuste muito expressivo, de 22%.

Vamos votar contra essa medida provisória por entendermos que ela não serve ao País, ao Estado brasileiro, nem ao Governo Lula – é um tiro no pé: nomeiam-se militantes, o partido se enriquece, faz uma campanha rica, mas perde credibilidade e leva uma surra nos centros urbanos fundamentais. É isso o que estão cavando...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. É exatamente isso que parecem estar querendo. Ao mesmo tempo, estamos vendo a capacidade de o Estado brasileiro investir – que já é curta – perdida nesses meandros.

É bom dizer para quem está nos ouvindo que a contratação desse pessoal significa menos crianças na escola, significa menos perspectiva de geração de emprego, significa menos dinheiro nas mãos de micro e pequenos empresários.

Não há dinheiro mágico. Não há mais, graças a Deus, neste País, a ciranda a partir da rotativa da Casa da Moeda. Não se trabalha, felizmente – esse é um mérito também deste Governo –, com a inflação. Então, quando se retira dinheiro daqui é porque vai fal-

tar; quando se põe dinheiro aqui, estará faltando mais adiante. Esse dinheiro custa o sacrifício da sociedade como um todo para beneficiar meia dúzia, sim, de apaniguados, para beneficiar 1.500 apaniguados, sim, desnecessários. O Brasil funciona bem sem eles.

E eu digo mais ainda na minha última frase: se o Governo com o que tinha não conseguiu governar o País, não consegue dominar e tocar a máquina, eu pergunto: será que com 1.500 petistas contratados vai conseguir fazer o que não fez desde que se elegeu, que é governar o País?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa pergunta inquieta a todos os que nos ouvem e certamente eu a dirijo à consciência mais íntima de cada membro responsável de um Governo que tem que dizer a que veio, porque até o momento só desdisse o seu passado e não está sabendo apontar um caminho na direção do futuro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para também demonstrar a nossa preocupação com esta medida provisória que o Governo ora nos envia. Dá-nos a impressão de que se quisesse caprichar para fazer as coisas da maneira errada, não poderia fazer melhor. Primeiro, aumenta a carga tributária de uma maneira expressiva e da pior possível, na medida em que o aumento da carga tributária foi por intermédio de imposto indireto, que atinge justamente o consumidor, o assalariado, aquele que não tem como deixar de pagar o seu imposto.

Agora mesmo está nos chegando uma nova medida do Cofins que aumenta os impostos indiretos, sobre carregando a agricultura, por exemplo. E fizemos a pergunta: para que esse aumento de carga? Com certeza, para diminuir a necessidade de superávit fiscal e, assim, aumentar o poder de investimento do Governo em obras de saneamento, habitação, educação, saúde, que estão paradas por falta de investimento, alegando-se justamente esse enorme sacrifício fiscal que tem que ser feito para que possamos pagar as nossas dívidas e evitar a inflação.

Mas a maior prova da inconveniência desse aumento da carga tributária é esse tipo de gasto que o Governo está propondo. Como já foi dito aqui, não se trata apenas de gasto em pessoal especializado, que aumenta a produtividade, que transmite conhecimento

e que oferece à população brasileira serviço público da melhor qualidade, o que considero absolutamente necessário e fundamental. Lamentavelmente, está-se aumentando o gasto justamente em pessoal que não traz nenhum tipo de benefício direto ou indireto à população. É o gasto com o pessoal que é escolhido exclusivamente a critério político, o gasto em pessoal de confiança, não concursado, para cuja escolha não se adota nenhum tipo de critério objetivo a fim de perceberem os proventos oriundos do Erário.

E fico perplexo em que se faça isso, porque, se de um lado se aumenta a carga tributária, está-se diminuindo a possibilidade de crescimento e se evitando o crescimento da geração de empregos. E do outro lado, está-se aumentando os gastos justamente com aqueles que não trazem ou melhoram a qualidade do serviço público, nem trazem nenhum tipo de conhecimento que pode aumentar a geração dessa mesma riqueza ou desse mesmo emprego.

Ouvi aqui hoje – e por esta razão pedi para falar – o argumento de que no ano passado foram extintos mil cargos comissionados e que agora estão sendo repostos. Foram extintos mil cargos comissionados porque havia uma crise fiscal e agora se repõem mil e tantos cargos porque não existe mais a crise fiscal; e não existe mais a crise fiscal em decorrência do aumento da carga tributária.

Mas não posso entender nenhuma das duas afirmativas: primeiro, a que não existe mais a crise fiscal; segundo, que foi aumentando a carga tributária. Aliás, lamento que isso esteja sendo declarado publicamente. Isso, Sr. Presidente, é quase um decreto aceitando que o crescimento do País vai ser medíocre nos próximos anos.

Com a taxa de juros e a carga fiscal que temos é impossível, do ponto de vista técnico, qualquer tipo de crescimento econômico acima do crescimento da nossa população. Portanto, estamos dando praticamente um adeus definitivo à promessa feita durante a campanha eleitoral da criação dos dez milhões de empregos.

Por outro lado, em função desse tipo de crise que se agrava a cada dia, gerada por essas contradições administrativas, estamos assistindo, aí sim, não ao grande espetáculo do crescimento, mas ao triste e sombrio espetáculo da violência, que está assustando o País inteiro e já virou manchete dos grandes jornais e noticiários internacionais.

Inclusive estamos propondo que haja uma audiência pública com a presença do Ministro da Justiça, do Governador e do Prefeito do Rio de Janeiro; e se discute até a possibilidade de se colocar tropas federais para tranquilizar o País e o exterior. Mas verificamos que isso é praticamente impossível, porque, no mes-

mo dia em que se nega aos militares qualquer tipo de reajuste, trazendo insatisfação a todo seio da família militar, estamos propondo a criação de 1.500 a 2.500 cargos, entre gratificados e comissionados.

Assim, não existe clima para que se aja nem que se faça nenhum tipo de intervenção mais dura, diante da insatisfação que existe, não somente entre militares, mas também entre os funcionários da Polícia Federal, ou seja, justamente aqueles responsáveis pela manutenção da segurança.

Alerto V. Ex^{as} que fazem parte da base do Governo de que este é um momento grave. Não estamos brincando! As cenas veiculadas na televisão, em que se viam aquelas luzes, como se fossem mísseis, passando pelos prédios e pelas favelas do Rio de Janeiro, lembravam muito mais cenas do Iraque e do Afeganistão do que as cenas que estávamos acostumados e gostávamos de ver: o grande e belo Rio de Janeiro. Isso não é brincadeira! É uma mostra de uma guerra civil muito séria e não podemos ter esse tipo de distração. Enquanto a sociedade clama no meio dessa miséria e violência, criam-se 1.500 cargos comissionados para serem usados de maneira política, com critérios exclusivamente políticos e sem nenhuma relação com a realidade que estamos vivendo.

Por isso, espero que o Governo e a base governista faça uma reavaliação do que está propondo, diante do espetáculo que vimos no último fim de semana, para que todo o tostão, qualquer recurso federal ou estadual seja usado diretamente na redução desse clima de violência e de falta de unidade, de atrito dentro da sociedade civil que está acontecendo hoje.

Dizer que estão substituindo terceirizados não é verdade, pois os terceirizados são substituídos pelos concursados. Dizer que estão substituindo consultorias especializadas não é verdade, porque para consultorias devem ser contratadas empresas especializadas em determinado assunto ou especialistas e não cargos políticos.

Por esta razão, deixo aqui a nossa palavra e o nosso alerta para que esse momento seja de reflexão e de percepção da realidade nacional que estamos vivendo, que não é feita de discursos, mas de fatos e do dia-a-dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos ouve e nos assiste, parece que vejo um filme antigo. Interessante! Parece que as pessoas passaram a desconhecer a realidade e até tentam alterá-la.

O projeto trata da criação de 1.321 cargos comissionados no Brasil inteiro destinados, predominantemente, a servidores públicos. O Governo anterior extinguiu milhares de cargos públicos e terceirizou o serviço público. Sabem qual é a porcentagem de aumento dos cargos de consultoria no Governo anterior? Seiscentos por cento. Esse é um percentual significativo.

Para aqueles que defendem o Estado mínimo, o Estado brasileiro representa a metade do Estado americano. Nada mais neoliberal do que o Estado americano. Porém, o Estado brasileiro consegue ser a metade do Estado americano e um oitavo do Estado francês.

As 1.472 funções gratificadas – o povo pode não saber ou confundir – são exclusivamente para servidores públicos concursados. O mais importante é que são 40.800 novos postos para serem preenchidos por concurso público, prioritariamente para as áreas de seguridade social e de segurança pública.

Quantas vezes defendemos da tribuna deste Senado segurança pública para o nosso povo? Como podemos defender segurança pública se não tivermos agentes públicos de segurança? E como vamos fazer isso? Vamos só contratá-los? Vamos contratar consultores ou terceirizar os agentes de segurança? Ou vamos fazer concurso público, inclusive para as agências reguladoras e para outras atividades?

Há quem não conheça o interior da Amazônia. Eu conheço o interior do meu Pará, por onde tenho andado muito fazendo audiências públicas. Chamamos o povo da cidade, os Prefeitos – de qualquer partido –, e a reclamação que mais ouvimos é sobre a falta de funcionário no INSS, para atender o povo e, no Ibama, para acabar com o absurdo do desmatamento. Sabem qual é o resultado do desmatamento e da extração ilegal da madeira? Recentemente, em uma ação da Polícia Federal – que não pegou peixe grande, apenas peixe médio –, descobriu-se que mais de R\$ 40 milhões deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos exatamente pela ação ilegal, pela falta de fiscalização.

Alguém aqui pode negar que os salários da Unit são um absurdo e que precisam ser melhorados? Talvez alguns prefiram que não melhorem por estarem acostumados a ser pagos por empresas, mas não é isso o que defendemos, de forma alguma.

O Governo cortou 10% dos cargos, que têm que ser repostos, e estão-se criando ministérios. Ninguém está inchando o Estado. Na verdade, está-se fazendo o Estado para atender o povo, principalmente aquele que está no interior e que reclama que falta funcionários para atendê-los. Senador Aelton Freitas, V. Ex^a sabe o que é isso.

É para atender esse povo que será feito concurso público. É para atender o povo que alguns não tinham

interesse e não se importavam em fazê-lo, porque eles eram exatamente os pobres da sociedade. Por isso, fizeram uma favelização agrária. No meu Estado, há assentamentos localizados a 200 quilômetros de qualquer estrada.

Esse projeto de conversão contribuirá para a melhora do Incra, para a realização de uma reforma agrária decente. Favelização, não! Não queremos colocar gente no meio do mato, sem assistência técnica, sem acesso a crédito, sem luz, sem água potável, sem lhes dar condições de se transformarem em cidadãos – não em favelizados rurais –, em produtores rurais inseridos na economia do Município, valorizando, inclusive, a economia local. É para isso que queremos concurso público, para que possamos atender melhor.

Criamos e aprovamos aqui 169 Varas novas da Justiça do Trabalho, e não serão todas criadas num ano, serão paulatinamente. O projeto estava paralisado há três anos. Há concurso feito, e vários desses candidatos aprovados, com certeza, serão aproveitados. Mas, se não for possível efetivar todos, teremos que realizar novos concursos. A Justiça do Trabalho tem que chegar ao povo, inclusive àquele cidadão que está no interior, para combater o trabalho escravo, de que o meu Estado, infelizmente, é campeão. É para isso.

Não vamos aqui passar uma falsa idéia para a população brasileira. O Estado brasileiro já é mínimo, ele é metade do americano, e o francês é oito vezes maior.

Dizem que se estão criando cargos para o PT ou para o partido X. Cito o caso da Embrapa, aqui lembrado por várias vezes. Com muito orgulho, digo que a primeira mulher Presidente da Embrapa da Amazônia oriental, com sede no Pará, a Dr^a Tatiana Sá, recebeu o Prêmio Cláudia. A revista **Cláudia**, que eu saiba, não premia pessoas por filiação partidária. A Dr^a Tatiana Sá recebeu o prêmio na área de ciências por um trabalho junto a comunidades rurais em que substituiu o método de queima da terra por outro que torna a terra mais produtiva. A Dr^a Tatiana Sá possui um currículo invejável. É uma pesquisadora de valor e de competência reconhecida nacional e internacionalmente. Não me venham dizer que ela foi ali colocada porque pertence ao partido A, B ou C. Ela foi ali colocada por ser competente e eficiente.

Quanto a dizer que os filiados não podem contribuir com seu partido político, isso é um absurdo. Contribuo todo mês. Não tenho desconto em folha, porque não quero, mas preencho um cheque todo mês, de livre e espontânea vontade, porque, quando me filiei ao Partido, li o Estatuto. Talvez alguns estejam acostumados a não precisar da contribuição de seus filiados, porque recebem outras contribuições, mui-

to mais fortes, muito mais polpudas do que a de 1% dos filiados. E o máximo que se paga é 20%. Esse é o percentual da minha contribuição mensal de livre e espontânea vontade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Será que, agora, vão também proibir as contribuições às igrejas? Será que o dízimo também será proibido? Será que vamos proibir também a contribuição aos sindicatos?

Isso me parece um discurso velho da ditadura, da Direita mais reacionária, que quer, na verdade, destruir a organização dos trabalhadores, impedir que eles se organizem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que esses argumentos contra a emenda não passam de provocação. O próprio Líder e Presidente do PFL fez uma consulta ao TSE, que respondeu:

Ao responder à consulta do Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, o Tribunal Superior Eleitoral considerou que os Partidos políticos podem receber contribuição em dinheiro de filiados que ocupem cargos em comissão no Governo.

Isso é de livre e espontânea vontade de cada filiado. Faz quem quer. Quem não quer não faz, não se filia e não se submete ao estatuto e ao regimento do Partido. Que procure outro Partido.

Portanto, o próprio PFL já teve a resposta. Não vamos votar algo que seja inconstitucional.

Eu defendo a medida provisória, que vai, sim, tornar mais eficiente diversos órgãos do nosso Governo, que atenderão aos filhos da pobreza que vivem lá no interior do País, não só na minha região amazônica, no meu Pará, como também nas Regiões Sul e Centro-Oeste, no Vale do Jequitinhonha, que precisam de nós.

Tenho certeza de que as Sr^{as} e os Srs. Senadores sabem que votarão o que é bom para melhorar o atendimento público no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico me perguntando por que o PT, de repente, muda drasticamente o seu discurso. Era o PT que tinha um discurso moralista, um discurso crítico contra os governos municipais, estaduais e até contra o

Governo federal quando estes falavam em criar cargos de confiança, medida que, segundo o PT, traria benefícios apenas aos Partidos, aos apadrinhados.

Será que há algo por trás de tudo isso?

A população brasileira também nos pergunta seguidamente: “Por que o PT, o Governo Lula aumentou o número de Ministérios para 11?” Em uma hora, eram 12; na outra, 13; depois, 14. Depois, diminuem. O PT condenava a quantidade de Ministérios que havia no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quais os motivos que levam o Governo a criar 2.807 cargos? Durante a campanha eleitoral, prometiam uma reforma administrativa para enxugar a máquina, prometiam que tirariam as pessoas que ocupavam cargos de confiança, aqueles nomeados por decreto, para aproveitar quem realmente tinha melhores conhecimentos da máquina pública. O PT prometeu, na campanha, a moralização do serviço público, afirmando que não haveria perseguição, clientelismo, apadrinhamento político. Que motivos levaram o PT a mudar drasticamente os seus discursos?

O povo brasileiro, hoje, está desesperado. Os trabalhadores pedem oportunidades e clamam para que o Governo cumpra a promessa feita na campanha eleitoral de gerar dez milhões de empregos.

Estamos vendo, meu Líder Arthur Virgílio, um Governo de tributos, um Governo que taxa os nossos empresários, os nossos trabalhadores, com o argumento de que não há dinheiro, de que precisa arrecadar para investir na agricultura, em infra-estrutura, em saneamento, nos Municípios. Aqui no Senado, seguidamente ouvimos discursos de Senadores da Base de Apoio, dizendo que o Governo não tem dinheiro.

A maioria dos Srs. Senadores já foi Prefeito, Governador ou até mesmo Presidente da República e sabem que, quando não se tem dinheiro, quando falta recurso para investir nos compromissos sociais, para cumprir promessas de campanha e atender às necessidades da população, o primeiro caminho deve ser enxugar a máquina administrativa, cortar a própria carne, para que a população não seja prejudicada. E o que estamos vendo aqui é o contrário. O Governo reclama que não tem dinheiro, não atende às emendas dos Parlamentares, não envia recursos para os Municípios e Estados que estão em calamidade pública, e ainda cria novos cargos, gastando o dinheiro que diz que não tem. Não dá para entender.

A minha indagação é: como o Governo diz que não tem dinheiro para atender aos Prefeitos do interior, aos desempregados, às nossas empresas, à nossa produção e, de repente, envia uma medida provisória, criando 2.807 cargos, enfiando goela abaixo, com a esperança de que a sua Base de Apoio vá aprová-la?

Talvez os que estão nos assistindo agora não entendam bem, mas essa medida representa quase R\$60 milhões de investimento do Governo em cargos que serão ocupados por nomeação do Presidente Lula e de seus Ministros. E o pior: são cargos que, certamente, serão ocupados por pessoas filiadas ao PT ou a Partidos da Base do Governo.

Às vezes, fico pensando o seguinte: quando os prefeitos vêm a Brasília, os ministros lhes dizem que não há dinheiro, que não há meios para atendê-los, porque a “herança maldita” fez isso e fez aquilo. No entanto, o que observamos, por outro lado, é que o Governo desperdiça recursos públicos.

Hoje, há inúmeras pessoas assistindo a este debate. Elas também não sabem que o Governo não manda recursos para os nossos Estados, não manda recursos para os nossos Municípios e está deixando os prefeitos sem as mínimas condições para atender as suas comunidades. O Governo está inchando a máquina administrativa não com pessoas desempregadas, que precisam dos empregos, mas com pessoas ligadas a ele por compromissos eleitorais, principalmente em um período de campanha.

Será que o PT não quer vencer as eleições? Esse projeto é um tiro no pé do Governo! Criar empregos para atender à Base do Governo, sendo que há milhões de desempregados, é dar um tiro no pé.

O que me estranha e me deixa até revoltado é que se fez uma reforma para economizar; uma reforma que, todos sabem, prejudicou os velhinhos, as viúvas, os aposentados e os funcionários públicos. Se a questão era economia, como criar 2.800 novos cargos, por medida provisória, sem concurso público? Se o Governo implementou reformas para tirar direitos dos velhinhos, por que não fazer reformas para dar escola às criancinhas? Por que não reformar para dar habitação, casas aos sem-casa? Por que não fazer um projeto de economia para atender realmente os mais de 10 milhões de desempregados deste País?

O Governo Lula ainda é um Governo de propaganda – e propaganda enganosa, o que é pior! Diz que não tem dinheiro para nada e, ao mesmo tempo, edita medidas provisórias criando cargos sem concurso, sem dar condições para que outros também tenham a mesma oportunidade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não, Sr. Líder Arthur Virgílio!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão. Este é um Governo de propaganda, e o próprio Governo se queixa de a propaganda não estar boa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A verdade é que a propaganda do Governo não é real, é enganosa. Portanto, o Governo não confia nem na própria propaganda!

Quero dizer a todos os Senadores e a todos os que nos ouvem que o Governo, até agora, liberou, para a agricultura, apenas R\$ 73 mil, ou seja, 0,04% do Orçamento; para a ciência e tecnologia, R\$375 mil, o correspondente a 0,18%; para a educação, R\$ 352 mil, o equivalente a 0,05%; para a justiça, R\$10 mil, ou seja, 0,001%; para as minas e energia, R\$ 8,3 mil, isto é, 0,01%; e para o trabalho e emprego, zero.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, já vou encerrar. Mas, para comprar um avião, o Governo tem dinheiro; para dar emprego aos seus apaniguados políticos, tem dinheiro! Lamentamos esse fato profundamente.

Eu gostaria de vir à tribuna para elogiar, mas sou obrigado a usar a tribuna para lamentar, juntamente com a população brasileira, este desgoverno.

Quero fazer um apelo mais uma vez: Presidente Lula, é uma campanha nacional. Peço-lhe que comece a governar o País. Torcemos para isso, pois queremos um Brasil pujante e forte, assim como V. Ex^a. Estamos trabalhando, falta o seu Governo trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para discutir a matéria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao assomar a tribuna e analisar este projeto de conversão, eu gostaria de fazer uma análise com base nos projetos que têm norteado o meu comportamento nesta Casa.

Embora sendo de Oposição, procuro sempre analisar com seriedade todos os projetos, principalmente os da área social, pois presido a Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, neste momento, eu gostaria de solicitar a todos aqueles que nos vêem pela televisão, a todos os meus Pares, que prestem bem atenção no argumento utilizado pelo Governo ao encaminhar o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004.

Segundo o argumento do Governo:

A matéria reveste-se de relevância e urgência, em decorrência da necessidade de otimizar a organização da administração pública federal, especialmente para tornar mais sinérgicas as medidas de combate à miséria e à fome, bem assim a necessidade de esta-

belecer estrutura gerencial adequada para a execução das prioridades governamentais.

Continuou o Governo:

Ademais, os cargos criados permitirão implementar, desde logo, as necessárias reestruturações de órgãos e entidades de grande importância para o cumprimento do programa de Governo ...

Por fim, o Governo ainda argumenta:

“Esse conjunto de medidas permitirá, de imediato, melhoria significativa na qualidade da gestão pública” – como se a gestão pública eficiente dependesse única e exclusivamente da contratação de pessoal. Argumenta ainda o Governo que essa contratação se destina também à “coordenação política e administrativa do Governo, em particular da área social, o que se refletirá, ao longo do ano, em ganhos de eficiência para a administração federal e toda a sociedade”.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já disse o Senador Alvaro Dias que essa é uma reforma administrativa às avessas. Na verdade, neste momento, surge a eterna comparação do Governo atual com o Governo passado. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade em que o Partido do Governo está sempre relembando a “herança maldita” – nas suas palavras – para prestar um depoimento sobre o Governo anterior no que diz respeito à reforma administrativa da área social.

Ao assumir o Governo, o Presidente Fernando Henrique encontrou uma área social fragmentada, que continha, no conjunto das ações, cerca de cinco mil servidores públicos. Estes consumiam três vezes mais recursos do que o que era destinado às atividades fins. A primeira ação que desenvolvemos foi no sentido de enxugar essa máquina, com a preocupação de não demitir, mas de lotar esses servidores em outros órgãos, onde pudessem fazer um trabalho importante para toda a comunidade.

Dos cinco mil funcionários da área social, permaneceram cerca de 550 servidores. Os senhores poderiam me perguntar: “E a eficiência da gestão com apenas 550 servidores?” Posso afirmar que a eficiência se revelou no número de atendimentos naquela ocasião.

Eu gostaria de chamar a atenção do Partido dos Trabalhadores, que hoje está no Governo, para o fato de que, talvez, a dificuldade de gestão enfrentada pelo Partido se deva principalmente a alguns pontos que precisam ser observados.

Em primeiro lugar, entende este Governo que todas as ações devem ser centralizadas. Já se provou, no passado, que a centralização gera ineficiência da máquina administrativa.

O segundo ponto importante que o Governo faz questão de ignorar é a necessidade de parceria com as prefeituras e governos estaduais. O Partido dos Trabalhadores, no Governo, nega-se a fazer tais parcerias. Dessa forma, recebe de volta a ineficiência da gestão petista, sentida em cada canto do País.

Não bastam a criação de 2.700 cargos públicos e a afirmação de que metade deles será preenchida por concurso público, pois sabemos que essa dissimulação serve apenas para mascarar uma situação de fato.

Outro ponto importante que devemos observar é que, continuando o Governo a centralizar as ações e a negar as parcerias com as prefeituras, persistirá a existência de uma área social ineficiente e incompetente, como já ocorre.

Como eu disse anteriormente, com 550 servidores na área de assistência social, implementamos a LOAS; o benefício da Ação Continuada – um salário mínimo – para o idoso e para a pessoa deficiente, atendendo cerca de 700 mil pessoas; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atingindo 800 mil crianças; repassamos o **per capita** das creches e dos abrigos a todo o País e instalamos o Programa de Geração de Renda em todos os Municípios Brasileiros.

Toda essa ação se desenvolveu em função das parcerias que estabelecemos com os governos estaduais e municipais.

Portanto, fica o alerta ao Governo de que inchar a máquina e colocar funcionários nas áreas administrativas é lutar para a centralização e a ineficiência da máquina pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como toda obra humana é imperfeita e tem seus defeitos e falhas, o mesmo acontece com essa medida provisória, com esse projeto de lei de conversão. Há nele alguns aspectos que devem ser considerados como inoportunos para o momento vivido pelo Brasil: momento de desemprego, de crise, de descrédito e falta de iniciativa.

Se a área competente do Governo tivesse mais sensibilidade, não teria cometido o erro de, após suprimir mil cargos da administração federal, criar outros 1.321, sob o pretexto de que a máquina estava sofrendo a falta desses cargos.

Ora, Sr. Presidente, isso é falta de previsibilidade. Se o Governo acreditava não ter condições orçamentárias para preencher os cargos da administração federal, no mínimo, pela previsibilidade de, num amanhã,

precisar dos mesmos, deveria tê-los mantidos vagos para uma oportunidade em que pudessem ser ocupados. Entretanto, não foi o que houve.

Na situação que estamos vivendo, funcionários estão insatisfeitos por falta de aumento e há greve da Polícia Federal, sem o atendimento nas negociações de uma instituição que tem o dever de assegurar para todos os brasileiros a segurança no ir e vir em todo o País. Podemos, sem dúvida, dizer que a Polícia Federal é uma instituição nobre, que tem prestado um serviço enorme ao Brasil. No entanto, suas reivindicações mínimas não têm sido levadas em conta, não têm sido consideradas pelo Governo, com o qual apóia, do Presidente Lula.

É verdade, Sr. Presidente, que a máquina administrativa federal, ao longo dos últimos anos, tem sido muito prejudicada pela ação nefasta de outros governos. Para o Governo Collor, o servidor público era um “marajá”, que tinha o sentimento satânico de afundar a administração pelos “altos salários” que recebia. Logicamente, havia privilegiados que atingiam patamares até hoje existentes, situação que a reforma constitucional que votamos procurou corrigir.

O governo passado, do nosso cordial, verdadeiro magistrado e cavalheiro Fernando Henrique Cardoso, conseguiu deixar um vácuo de 124 mil servidores públicos. E como eles foram substituídos? Por meio da terceirização de 160 mil cargos. O serviço público ficou à deriva, em segundo plano, e prevaleceu a escolha, o “QI” de políticos “que indicavam”. Não só no Governo Federal, mas também nas administrações estaduais e municipais, os servidores terceirizados, de empresas privadas, recebiam salários irrisórios e prestavam um péssimo serviço, enquanto as empresas engordavam suas contas.

Sr. Presidente, além disso, o governo passado criou o famigerado PDV – Programa de Demissão Voluntária. Quantos entraram nessa canoa furada! Funcionários do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, de instituições as mais diversas, inclusive de universidades, seguiram o canto da sereia do governo e resolveram integrar o PDV, demitindo-se. Emergiram em uma verdadeira aventura de montar pequenas e microempresas, que depois vieram a falir – quase 90% delas desaparecem do mercado anualmente –, e estão aí os servidores demitidos, as viúvas e os viúvos do PDV do governo passado.

Há uma situação caótica, na administração federal, que precisa ser corrigida, Sr. Presidente, que é o preenchimento anual de pelo menos 30 mil vagas de servidores que desaparecerão anualmente nos próximos quatro anos. Isto é, em quatro anos de administração federal, nada menos que 120 mil servidores

serão aposentados. Como ficará, Sr. Presidente, essa máquina, que hoje já é emperrada, atrasada, caótica? Quando se fala em paralisação e na inoperância do Governo, temos que reconhecer que isso tem a ver também com a falta de iniciativas para preenchimento de cargos por concurso público, conforme propõe o próprio Governo, e consta do Orçamento da União para este ano. Há uma previsão de pelo menos 40 mil servidores contratados, admitidos por concurso público. É um avanço, sem dúvida alguma, quando se vai nessa direção. Ano passado, mais de 25 mil servidores foram admitidos por concurso de provas e títulos no Governo.

Se considerarmos que o Governo passado preferiu o PDV e a terceirização e o Governo volta a valorizar a administração pública federal, contratando por concurso novos servidores, chegaremos à conclusão de que existem pontos positivos a serem considerados, tirando essa questão aqui tão alardeada pelos dignos e eminentes membros da Oposição, que disseram que são quase três mil cargos em comissão, quando, na realidade, são 1.472 funções gratificadas e 1.321 cargos em comissão.

Se pelo menos o Governo Federal dissesse na medida provisória para onde iriam esses 1.321 cargos em comissão, a coisa teria ficado até mais transparente, mais palatável, para os Srs. Senadores. No entanto, o que diz o art. 11? Que são criados vários cargos – DAS de 1 a 6 – nos Ministérios, mas não diz quais são os Ministérios que receberão esses cargos.

Então, não seria mais conveniente, mais transparente, já que o Governo resolveu criar esses cargos, que dissesse que os Ministérios tais e tais vão receber DAS. Mas, aqui, de forma genérica, cria-se 1.321 cargos, mas sem nenhuma indicação para onde irão as pessoas nomeadas, em qual Ministério do Governo do nosso Presidente Lula serão lotadas.

Por isso, Sr. Presidente, pelo que pude observar, entendo que a Medida Provisória, no que toca aos cargos, há reação; mas, no que toca aos outros artigos, não há nenhuma reação. Sem dúvida, todos os governos, sejam eles quais forem, fazem reforma administrativa e propõem mudanças nos órgãos da Administração Federal.

O calcanhar de Aquiles desse projeto é, sem dúvida alguma, a criação desses cargos sem indicar para onde irão as pessoas que serão nomeadas.

Por isso, a minha opinião, que já transferi ao Líder do Governo, é que esse projeto, da forma como está, deveria ser repensado. Que a criação de cargos ficasse para uma outra oportunidade, quando o Governo estiver em melhor situação e pudermos aprovar o restante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem a minha posição, inclusive, muitas vezes, apoiando o Governo, em que o meu Partido é, com justa razão, Oposição. No entanto, distingo os atos. Hoje, venho defender o Governo. Quem vai votar a medida provisória não pode ser governista. É inimigo do Governo. O Governo não pode, neste momento, contratar servidores, em número que varia de 1.500 a 2.700, para cargos em comissão. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Tenho dito que um dos erros deste Governo é ter 36 Ministérios. Tenho a certeza de que o Líder do Governo nesta Casa, o inteligente Senador Aloizio Mercadante, não seria capaz de nominar sequer 25 deles. Dou um prêmio a qualquer petista que disser os nomes dos 36 Ministérios. Por que esses Ministérios existem? Porque foi necessário se fazer a acomodação, tanto do próprio PT quanto a de seus aliados. O resultado é que o Governo não produz, e isso prejudica a popularidade inegável do Senhor Presidente da República. Nenhum de nós pode negar que poucas pessoas chegaram ao Governo com a popularidade que chegou Lula. Entretanto, a popularidade do Presidente está caindo por falta de atuação do seu Governo; caindo porque Sua Excelência não tem tempo de despachar com os 36 Ministros. Creio que muitos deles passam até um ano sem despachar com o Presidente. Resultado: há sempre um núcleo para Sua Excelência se aconselhar. Além das lutas internas, como a do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, ou do Ministério da Fazenda com o Ministério do Planejamento, enfim, de todos esses programas feitos pelo Governo, nenhum pôde ser executado.

Sr. Presidente, V. Ex^a já exerceu a Presidente da República e sabe que é indispensável, além dos trabalhos normais, a rotina de despachos com os Ministros. Quem governou Estados – e aqui vejo muitos ex-Governadores – sabe que despachar é indispensável para se saber o que se passa nessa ou naquela Pasta, nesse ou naquele área ou setor. No entanto, o Presidente da República não pode saber disso de jeito nenhum, levando-se em conta o elevado número de Ministérios.

Ora, Sr. Presidente, tendo em vista a existência de muitos Ministérios – vamos falar a verdade –, há um número exagerado de funcionários públicos. Esse número é tão grande que o remanejamento desse pessoal seria uma obrigação do Governo e não a cria-

ção de novos cargos. Na hora em que se criar novos cargos, sentimos que todas as classes irão reivindicar e obter aumento salarial. Isso significa que os investimentos vão cair além da queda brutal que existiu no ano passado.

O Governo tem de tomar ciência dessa situação, que é grave. É grave porque, amanhã, afetará diretamente os Estados. No momento em que se dá 17%, como preliminar, para os agentes da Polícia Federal e em que os militares, que já viviam sossegados há muito tempo, vêm agora reivindicar salários, não temos um bom sinal.

Ninguém vai pensar que aquelas setecentas ou mil senhoras que estiveram na praça do Palácio do Planalto não estavam autorizadas por seus maridos. Elas não estavam fardadas, mas é como se estivessem, porque estavam falando em nome de seus maridos, pelos seus salários.

Portanto, Sr. Presidente José Sarney, nós, que já vivemos tantos acontecimentos, sabemos como essas coisas começam e como acabam. E não temos interesse, de jeito nenhum, em que a democracia sofra qualquer colapso. Queremos viver no regime democrático, mas este não suporta o que se vem fazendo contra ele. Sentimos que obras não são feitas; que não há Estado que esteja satisfeito; que os grandes centros se movimentam, refletindo todos eles nas pesquisas do Presidente da República.

Será Sua Excelência o culpado? Creio que sim, porque seria covardia minha dizer que a culpa não é do Presidente, mas de fulano, sicrano ou beltrano. Contudo, o Presidente ainda tem tempo de encontrar o bom caminho. E V. Ex^a, Senador José Sarney, poderia ser um bom conselheiro, pois também viveu momentos difíceis em seu governo, mas soube atravessar os percalços com habilidade e fazer a transição para um adversário que não se pôde questionar.

Portanto, se V. Ex^a tem deveres com o Governo, todos nós os temos também, seja o Senador Tião Viana, seja o Senador Aloizio Mercadante, seja o Senador Arthur Virgílio, seja o Senador Tasso Jereissati, seja o Senador Sérgio Guerra. Todos temos deveres com o Governo. Todos queremos o bem do País, mas também o Governo tem que nos ajudar, porque, sem essa ajuda verdadeira, o Governo não sai do caos em que se encontra.

Esta medida provisória jamais poderia ter sido enviada para o Congresso. Esta medida provisória, dada a sua complexidade, teria que ser um projeto de lei. Deveria ter sido estudada para que pudesse vingar conscientemente com os Srs. Senadores. Sei que muitos Senadores vão votá-la como aqui está. Sei que ela

passou na Câmara, mas não se trata disso; nenhum vai votar conscientemente.

Tenho certeza de que o Senador Eduardo Suplicy está horrorizado com esta medida provisória, mas tenho certeza de que, pela fidelidade partidária, S. Ex^a vai votá-la.

O que acho, neste instante, é que deve haver um momento de reflexão, reflexão geral de todos os Srs. Senadores, no sentido de encontrar um caminho que ajude o Governo. Mas não é assim que se ajuda o Governo. Ajuda-se o Governo votando as medidas certas e advertindo-o para que não se votem as medidas erradas.

O País vive uma fase extremamente difícil! Vemos já uma guerra civil no Rio de Janeiro. Temos que convocar Governador, Ministro e, da próxima vez, o Ministro da Defesa com os comandantes militares. É assim que começa, mas não sabemos como acaba.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao Senado no sentido de que não aprove esta medida provisória. Falo conscientemente, porque tenho ajudado, à medida do que me é possível – eu e pelo menos grande parte do meu Partido –, o Governo. Mas, neste instante, é impossível ajudá-lo, aprovando esta medida provisória. Temos o dever de rejeitá-la e, se não o fizermos, quem vai pagar é a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, custo, coerência, oportunidade são alguns dos pontos que nos fazem questionar esta medida provisória. Coerência, porque o PT sempre foi tão contra o uso de medidas provisórias e agora as usa para criar cargos desnecessários no dia-a-dia. Coerência, porque é importante lembrar que o PT sempre quis defender o funcionário público, dizendo que não podia existir contratação sem que fosse por meio de concurso público. E estamos falando aqui de 2,8 mil cargos sem concurso público.

Não é possível dizer, e vamos repor corretamente os fatos, que 1,5 mil funções comissionadas não são de livre escolha. Elas são de livre escolha, sim. São para funcionários que já estão trabalhando, mas são gratificações adicionais escolhidas ao bel-prazer dos dirigentes. Os DAS de recrutamento amplo, que se somam a essas funções gratificadas, vão totalizar, portanto, os 2,8 mil cargos que o Governo quer criar por meio de uma medida provisória como se fosse uma questão de urgência total. Essa não é uma questão urgente. Há muitas outras questões urgentes que precisam da atenção do Governo.

Outros pontos precisam ser colocados aqui. Chega dessa questão de ficar falando que o Governo passado sucateou a administração pública. Os números falam por si. A folha salarial do Governo Federal, em 1994, era de R\$ 24 bilhões, já na época do real, chegando, em 1995, a R\$ 35 bilhões, com o aumento linear dado no primeiro ano do Governo Fernando Henrique. Chegou, em 2002, a R\$ 75 bilhões; ou seja, um aumento de 24 para 75. Se não houve algum reajuste, não entendo mais nada de aritmética, de matemática. Esse é o custo da folha porque houve reajustes lineares e reajustes diferenciados por categorias.

Então, deixemos claro que não é preciso ficar repetindo a catilinária de que houve achatamento, destruição da máquina pública, esse jargão sempre repetido.

Há ainda, Senadora Ana Júlia, a contribuição partidária. Não estamos questionando que haja contribuição partidária voluntária. O que se critica é a contribuição partidária obrigatória. Particpei da fundação do PSDB, em 1988, e pago, desde aquela época, uma contribuição partidária voluntária de 3%, que é o que o PSDB estipulou, e não os 24% obrigatórios do PT. Com isso, realmente, esses quadros que são preenchidos partidariamente acabam elevando a receita partidária. Não há como negar isso, pois são fatos claros.

A organização do Governo está deixando a desejar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – São 24% apenas para os Parlamentares, do líquido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O nosso é 3% do bruto.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a poderá vir para o PSDB e será muito bem-vindo. No Partido, são apenas 3%, e não 24%.

O propósito do PSDB é o de que o Governo tenha uma melhor organização, deixando de ser uma direção que não se encontra. Este é o 16^o mês de Governo, e precisamos de ação. Há dois meses, o Denit – órgão nacional que substituiu o DNER – está sem dirigente. Essa, sim, é uma questão urgente. No feriado da Semana Santa, verificamos as tristes estatísticas por todo o Brasil; no caso do meu Estado, Minas Gerais, houve o dobro de acidentes fatais nas estradas federais. No entanto, não vejo ação, nem urgência do Governo em preencher a direção do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Trocou-se o Ministro dos Transportes, mas a questão dos transportes continua relegada a segundo plano e sem a atuação devida, sem a assistência do Governo.

Terminarei a minha fala, porque sou sempre de falar pouco – não é da minha característica discursos longos –, plagiando o PT: o que está faltando é vontade

política. O PT já gostou muito de usar esse linguajar, e hoje precisamos cobrar dele essa atitude. Precisamos de vontade política para que o Brasil funcione. Após 16 meses de Governo, o País não cresceu, nem demonstrou mudança expressiva nas áreas de saúde e transportes – pelo contrário, piorou. O País continua tendo os juros mais altos de todo o mundo, e estamos aqui discutindo uma questão de alguma maneira irrelevante: a criação de novos cargos, que o Governo insiste em fazer por meio de medida provisória, a qual deveria ser usada apenas para assuntos urgentes.

Este é o apelo que deixamos: que o Governo resolva, de uma vez por todas, trabalhar e decidir, em vez de se dedicar às incansáveis e tão famosas reuniões de seu Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto propriamente dito, peço permissão ao Senador Mão Santa e ao Senador Alberto Silva para comunicar, com profunda tristeza, o falecimento em Teresina, há poucos minutos, do grande desportista piauiense Pedro Alelafi, vítima de complicações pós-operatórias.

Trata-se de um homem benquisto, principalmente no meio esportivo do meu Estado, parnaibano, conterrâneo de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Aproveito a oportunidade para enviar aos seus familiares votos de sentido pesar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando ao mundo dos vivos, confesso que resisti muito em fazer uso da tribuna para discutir essa questão, mas, diante da argumentação conflitante entre os próprios defensores do Governo, resolvi prestar alguns esclarecimentos.

Meu caro Presidente José Sarney, a cada verdade, a cada impropriedade dita nesta tarde, tive uma preocupação. Não olhei para nenhum dos companheiros sentados, para nenhum colega Senador. Não somos isentos; somos apaixonados na questão: ou somos contra, ou somos a favor. Eu olhava para a tribuna e para a galeria e via a cara de decepção de quem ouvia afirmativas não-verdadeiras.

Quero convidá-los para que, a partir de amanhã, percebam que, cada vez em que se diz uma inverdade da tribuna, nas galerias – agora vazias, mas que, durante a tarde, foram visitadas por diversos grupos – e na tribuna de honra, faz-se um gesto de quem diz: “fui grampeado, caloteado; enganaram-me, não foi esse o voto que dei”.

Não se está discutindo aqui a colaboração partidária de quem detém mandato eletivo. Que sejam 20%, 30%, 50% ou até 100%. É uma opção! O que se discute – chamo a atenção de quem nos está ouvindo, e todo o País está, Senador José Sarney – é outra questão: o PT, no Brasil inteiro, Governador Tasso Jereissati, entrou com ações, muitas delas ações populares, contra Governadores e Prefeitos que descontavam certas quantias dos seus funcionários detentores de função gratificada. O Senador Mão Santa, Governador do Piauí, foi vítima de uma ação popular. Quase todas as ações morreram. Até quero pedir aos líderes sindicais dos servidores públicos do Brasil inteiro que remetam ao Congresso Nacional cópias dessas ações feitas por Deputados Estaduais, ou prepostos do PT, contra as administrações que faziam isso.

E, exatamente agora, Senador Romeu Tuma, o PT defende essa prática aqui.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Teria a maior honra em conceder um aparte a V. Ex^a, mas o Regimento é inimigo nosso neste instante.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – O Regimento Interno permite, Senador. Estamos discutindo a matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Permite, Sr. Presidente? Então, concedo a V. Ex^a o aparte, com o maior prazer, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Gostaria apenas de esclarecer a V. Ex^a que o Senador Jorge Bornhausen fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral, que considerou que os partidos políticos podem receber contribuição em dinheiro de filiados que ocupem cargos em comissão no Governo. Segundo o Ministro Relator, Carlos Madeira, a contribuição de filiados que detenham cargos passíveis de exoneração na Administração Pública federal, estadual ou municipal não viola o art. 31, § 2º, da Lei dos Partidos Políticos. O Senador indagou ao Tribunal Superior Eleitoral se é lícito aos partidos receberem recursos financeiros referentes a descontos compulsórios, com amparo estatutário, de filiados ocupantes de cargos de livre provimento. A resposta foi positiva. Só espero que V. Ex^a não proponha acabar com os dízimos, nem com as contribuições para os sindicatos.

A SRA. Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em seguida, Senadora Heloísa Helena.

Agradeço, Senadora Ana Júlia, pois V. Ex^a está fornecendo-me exatamente o argumento que eu pro-

curava. A questão é ética. A consulta já havia sido feita anteriormente, mas o Partido de V. Ex^a entrou contra Governadores que praticaram esse ato no Brasil inteiro. Estou apenas demonstrando, Senadora, que o Partido de V. Ex^a está fazendo agora o que combateu a vida toda. Sei que o PT tem um objetivo e vai conseguir alcançá-lo, se é que já não conseguiu.

O PT, ao final deste mandato, será o partido mais rico do Planeta. Vai fazer inveja à organização partidária da Espanha. E não estou falando daquelas contribuições espontâneas, estou falando da arrecadação oficial, essa compulsória que o servidor está espontaneamente fazendo para não perder sua função gratificada.

Ouvirei a Senadora Heloísa Helena, que há bem pouco tempo, participava dessa doação de 24% para o PT. Quero ouvi-la com muita alegria.

A Sra. Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Quero contribuir para o debate, Senador Heráclito, e já tive oportunidade de fazê-lo. Sinceramente, não vejo problema nas contribuições individuais, que sejam feitas por qualquer um. Tive a oportunidade de, mesmo expulsa pelo PT, pagar juros sobre juros – porque aprenderam muito com a agiotagem internacional a que servem – da minha dívida. Mesmo expulsa do PT! Não tenho nenhum problema quanto a isso. O problema são as contribuições chamadas polpudas. Para mim não é constrangimento nenhum um militante, seja ele filiado ou ocupante de cargo, disponibilizar um percentual do seu salário para ajudar ao partido. Para mim, não tem problema se é 1% ou 30%. Preocupo-me quando vejo o tesoureiro do PT intermediar interesses privados para liberar dinheiro atrasado de construtora, ou de empreiteira, ou de seja lá quem for, para depois ir lá pegar alguma coisa. Preocupo-me quando vejo na televisão o que vi hoje: o Waldomiro dizer que “molhava” a mão com dinheiro sujo do narcotráfico de um tal de Paulinho, que não era meu assessor. Era assessor de alguém e que recebia para dar dinheiro. O problema não é esse. Afirmaram aqui que metade dos cargos comissionados serão para servidor de carreira. Não vamos iludir os coitados, por Nossa Senhora, porque não é assim. Dos cargos comissionados, não; das funções gratificadas, sim, porque função gratificada obrigatoriamente é para quem é da Casa. Temos que dizer isso, para não iludir os coitados dos servidores públicos. Quero que todos os servidores públicos tenham aumento salarial. Eu brigava no Governo Fernando Henrique, que achatou e destruiu o setor público; e o Governo Lula faz exatamente igual. O problema é que a média da função gratificada é de R\$ 240, para usar como argumento de dizer que metade dos cargos vai ser para o servidor público. Não é. A média do que está no projeto para ser

atribuído a servidor público é de R\$200, enquanto que a média do cargo comissionado, esse, sim, é a média de mais de R\$4.000. Isso apenas para contribuir com o debate, porque sei que o Governo sabe que vai perder. Não vai votar porque muitas vezes a Base bajula, mas não está aqui para votar; certamente vão convencer o nosso querido Relator, por quem tenho muito carinho e respeito, porque ele não é arrogante – e a arrogância sempre cega as pessoas – e não tenta ganhar no grito, tenta ganhar no argumento, a usar o mecanismo regimental de pedir 24 horas para dizer que vai analisar uma emenda, que não será analisada, para não votar, deixar para votar amanhã, e não perderem hoje. Peço desculpa por ter-me estendido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a enriquece este modesto pronunciamento.

Peço ao ouvinte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já vou terminar, Sr. Presidente, pediria apenas dois minutos. Estrearam-me aqui com os apartes, e quero apenas dois minutos para concluir meu raciocínio.

Peço aos que estão nos ouvindo, nesse instante, que peguem um lápis ou uma caneta e façam uma conta rápida. (Deputado Dr. Rosinha, por quem tenho o maior respeito e apreço, desde a época em que apitava no plenário da Câmara dos Deputados defendendo o que estamos defendendo hoje.) Façam a conta. Quantos servidores públicos a União, os Estados e Municípios têm? Brasil, faça essa conta e veja o que estou dizendo. Esse Partido será, Presidente Sarney, o mais rico do Planeta. Assim sendo, não haverá arrecadador, gastador que o quebre. Vamos ver um País quebrado e um Partido milionário.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a e, por dever de justiça, homenageio o Senador Delcídio Amaral, esse grande Líder. Somente o espírito público – e nós que o conhecemos podemos dizer – traria S. Ex^a à tribuna para defender esta causa.

Aproveito para rogar a Deus que o restabelecimento da Ideli Salvatti seja o mais rápido possível. Você que está nos ouvindo, Ideli, venha defender isso. Este é um trabalho seu, o projeto é seu. Não faça o pobre e esforçado Senador Delcídio Amaral ter que defender essa questão. Aproveito para lhe desejar uma boa e rápida recuperação. Que V. Ex^a venha curada não só da coluna, mas, também, das idéias, para fazer com que, neste plenário, cheguem os seus correligionários e os da Base e defendam teses como essa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT cobrou muito de uma frase do ex-Presidente Fernando Henrique, a famosa “esqueçam o que eu escrevi ou

o que eu disse”, e está esquecendo tudo, e principalmente a sua história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que estão sofrendo na nossa Pátria amada por esse desgoverno.

Senador Tasso Jereissati, a última vez que nos encontramos foi no coração do Brasil, no Rio de Janeiro, no Canecão. O humorista cearense, Tom Cavalcante, inicia o espetáculo, o espetáculo da verdade, da alegria. Lembro muito bem quando terminamos a votação da PEC nº 67. Inspirado em Ulysses, ouvi a voz rouca das ruas do Piauí e ouvi o povo dizer: três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Assim começa o seu espetáculo o humorista cearense Tom Cavalcante.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, sem dúvida alguma, é a cabeça mais ventilada do Senado.

Falou-se aqui que os Estados Unidos têm o dobro da população, mas eles têm muito mais dinheiro, dez vezes mais. Não é válida a comparação. Estamos no nosso Brasil.

O Senador Antonio Carlos Magalhães falou bonito. Está ali o Rui Barbosa, outro baiano. Só há um caminho. A salvação está na Justiça, com a lei e dentro da lei.

Falou-se dos americanos, mas esqueceram suas riquezas, sua população e o fato de que sua Constituição tem 7 artigos e 27 emendas. A nossa é a sétima. O Presidente José Sarney, inspirado, contratou alguns notáveis. Afonso Arinos fez o modelo, mas os Parlamentares acharam por bem fazê-la e aqui está a nossa Constituição, com 250 artigos.

Presidente Lula, é difícil ensinar o PT. O núcleo é duro demais, cabeça dura. Aqui está a salvação. Isso não é brinquedo. Eu estou aqui porque sou do PMDB de Ulysses Guimarães, que beijou esta Constituição. Senador Arthur Virgílio, ele a beijou e disse “quem trair a Constituição trai a Pátria”.

Está aqui, no Capítulo sobre a Administração Pública:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei...

A Constituição não fala em medida provisória. Lei é lei. Medida provisória é um remédio para os casos de urgência e relevância.

O ridículo é tão grande que hoje todos os bingos estão funcionando em São Paulo, porque uma juíza considerou a matéria urgente.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, eu, como médico, sei o que é urgência. Urgência é uma apendicite, uma bala na barriga, uma peixeirada, uma hérnia estrangulada, uma úlcera perfurada, uma ruptura de baço, uma hemorragia, uma prenhez ectópica. Urgência são essas situações. Portanto, esta medida provisória não tem nada de urgente! Isso é ridículo, é ignorância, é falta até de dicionário! Não tem nada de urgente. É uma administração, um organograma de uma reforma.

O art. 37, inciso II prevê:

A investidura em cargo e emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei (...)

Esta é a verdade. Inspirando-me em Cristo, “em verdade, em verdade, vos digo”: este Governo é de pouco entendimento!

Um Senador cujo nome prefiro não citar – espero que S. Ex^a mesmo se manifeste – disse: “O PT é um Partido de desempregados e famintos”. Refleti a esse respeito, porque S. Ex^a é um dos mais sábios, competentes e experientes Senadores desta Casa. Creio que o PT está acabando com seus desempregados, está resolvendo esse pleito, mas, na prática, isso é uma falta de vergonha, é o que o povo da rua, lá no meu Piauí, chama de “trem da alegria” para a eleição.

Agora, vamos saber quem é o maquinista. Não é o Senador Delcídio Amaral. O PT tem as suas exceções. Talvez S. Ex^a seja uma estrela que brilhe no PT, entre as outras que estão apagadas. Então, não tem nada a ver com isso, como o grande piauiense Heráclito Fortes disse. Nós sabemos das participações do Senador Delcídio Amaral em todas as leis que sugeriram para melhorar este País. Até medidas provisórias, como a última do setor elétrico, contam com a sua inteligência.

Aprendi muito aqui, Senador Antonio Carlos Valadares. Primeiro, o número exato é 2.793. Dizer que alguns vão ser do serviço público... Só quem vai ser chamado mesmo é quem tem a carteirinha do PT. E esse negócio de tirar 24% é muito, não entra na cabeça de ninguém. Eu não vou permitir que partido algum me tire isso, porque tenho a minha mulher e os meus filhos para cuidar. Eu vivo disso. Eu já fui, mas

não aprendi a roubar! Essas mãos não são santas; são humanas, honradas e honestas. Tirar 24% do que se ganha? Não posso entender isso.

Agora, este é o complemento: eles vão nomear e colocarão todos os seus familiares. Eu não tenho inveja daqueles que ficaram ricos por meio do trabalho, mas não concordo com esses caminhos tortuosos. Isso é uma vergonha! E mais: o PT tem de entender que o povo lhe entregou o Governo pela democracia, pela alternância do Poder. Não queríamos o candidato do Governo: o povo não quis, eu não quis, o Presidente Sarney não quis.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mão Santa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Além dos 27% do Imposto de Renda, além da Previdência, são mais 24% para o Partido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E está aí o TSE cassando por R\$26,00. Vamos é cassar todo o PT por essa imoralidade!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, aprendi muito. V. Ex^a é um dos mais sábios, mas disse que não sabe para onde vão esses nomeados do “trem da alegria”. Eu quero saber do maquinista, e não é o Senador Delcídio. Senador Antonio Carlos Valadares, eu já aprendi muito. V. Ex^a é uma das maiores inteligências. Então, quero lhe ensinar: eles vão ser cabos eleitorais nas próximas eleições do PT.

Presidente José Sarney, V. Ex^a governou este País com sabedoria e firmeza. Houve emprego e crescimento. V. Ex^a tinha onze ou doze ministros. Depois, veio o Presidente Collor, com 16. Então, Lula, é um espetáculo de grandeza: passar de 12 para quase 40 é muita grandeza.

Fui prefeitinho, assim como o Senador Arthur Virgílio. Antonio Palocci é o melhor do núcleo duro, porque foi prefeitinho. Em terra de cego, quem tem um olho é rei – lá no PT, mas aqui não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos que entender, Senador Edison Lobão, que a democracia é formada pelos poderes. Quantos representantes eles têm aqui? O povo não confiou no PT. Do contrário, teria colocado aqui 40, 50 ou 60.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Na minha cidade, a encantadora Parnaíba, amada por José Sarney, não tem nenhum Vereador do PT, e nem vai ter. No Piauí, parece que há dois Deputados Estaduais. Aqui, podemos contar os Senadores com os dedos das mãos.

Então, entregou-se o Executivo, mas democracia é isso. E o Judiciário deve estar por cima, observando.

Agora, o patrão disso tudo, Senador Tasso Jereissati, atentai bem, é quem paga a conta. Quem paga é o povo, que não suporta mais isso.

Presidente José Sarney, é uma vergonha! A cada ano, o Governo do PT, partido dos tributos, retira cinco meses de cada brasileiro ou brasileira que trabalha. Votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, último orador inscrito.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que será diferente ocupar esta tribuna. Sou do PMDB e também tenho procurado ajudar o Governo na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos e em plenário. Mas hoje é um dia em que verdadeiramente precisamos ajudar. Já perdi algumas oportunidades e não quero perder mais nenhuma.

Precisamos raciocinar um pouco e ouvir as sugestões daqueles mais experientes na vida pública e que se encontram nesta Casa. Estou presenciando uma sessão que há muito tempo não assistia no Senado da República. É uma sessão de humor verdadeiro. E sabem o porquê disso? Porque o Senado não pode continuar recebendo medidas provisórias dessa natureza – e tenho alertado para isso –; medidas provisórias sem que sejam analisados os requisitos da urgência e da relevância; medidas provisórias que parecem demonstrar ato de imperialismo governamental, para não dizer de insensibilidade, como quem diz: “Eu mando, e a Casa tudo aprova”. Não pode ser assim!

O Governo precisa de cargos? Qual é a lei e o que ela diz? É essa a primeira indagação de quem assessora o Governo. Isso é caso de medida provisória? Essa é a indagação que devem fazer ao Presidente Lula aqueles que estão ao seu lado, para que não aconteça o que estamos constatando aqui hoje: são 2.800 cargos, entre aquelas funções gratificadas e os que serão criados. Será que isso é caso de urgência?

Ouvi dizer aqui que o Poder Público está precisando, que não há funcionários nas repartições. Só se está constatando isso agora? Por que não se abre concurso público conforme determina a Constituição e foi falado aqui? Por que não dizem ao Presidente

Lula que o momento nacional não comporta tamanha insensibilidade?

Dizem que as universidades precisam de professores e alegam que não se pode contratar, apenas uma exposição de motivos, que nem é do Presidente da República, mas um parecer que veio da Câmara informando que as universidades serão atendidas. Outros falam que se vai atender ao Incra. Mas a medida provisória explica quantos são os funcionários que irão para o Incra, para o lagro, para a Embrapa que está acabando ou para o setor universitário? Ninguém fala nada.

E o Senado vai votar uma matéria dessa natureza? Ela não pode ser votada assim. Esta é uma Casa de responsabilidade.

Estão certos aqueles que ocuparam esta tribuna abrindo caminho. Dirijo-me, agora, ao Senador Delcídio Amaral, Relator *ad hoc*, a fim de que S. Ex^a obtenha o consentimento da Liderança do Governo para retirarmos esse projeto de pauta. Vamos estudá-lo melhor, vamos dar esta chance ao Poder Executivo, porque me parece que esse projeto não tem condições de passar. Isso arrepia! É um cheque branco que daremos ao Poder Executivo. Não se sabe onde serão colocados esses funcionários, não se sabe sob que critérios serão escolhidos.

Não quero envolver os partidos políticos, mas qual é o critério da escolha desses militantes? Estou deixando as funções gratificadas que são em número de 1,7 mil de lado. Quais são os critérios para a escolha deles? Vão servir aonde, em que lugar? Será ao bel-prazer do Poder Executivo? O Senado não tem obrigação de saber onde serão lotadas essas pessoas que serão nomeadas?

Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero ajudar o Governo, mas acredito que o ajuda melhor se ocupar esta tribuna e fizer este alerta, porque em reuniões com Senadores tenho dito o que agora estou dizendo aqui em alto e bom som.

Não é possível sairmos às ruas e dizermos que não há dinheiro para o aumento dos funcionários públicos se há R\$58 milhões para gastar em nomeações de novos funcionários. Que respostas daremos à população se as explicações que foram dadas aqui, positivamente, não convenceram?

Perdoem-me aqueles que defenderam a medida provisória, mas o que está escrito no texto da medida provisória é completamente diferente dos discursos de quem a defendeu.

Quando ouvi o Senador Tasso Jereissati falar, fui lá e o cumprimentei. Foi um discurso de quem conhece a realidade brasileira, daquilo que está acontecendo, hoje, no Brasil: a violência que se está alastrando no Rio de Janeiro e também nos quatro quadrantes deste País; o problema agrário, o problema de invasão de

terras, que também atinge todo o território nacional; as greves dos funcionários públicos que por aí pululam. Sinceramente, não há condições de se votar uma medida dessa, porque não temos condições de dar resposta ao povo brasileiro. Esta é a verdade: não há condições de responder às indagações dos que estão desempregados; não há condições de responder às indagações daqueles que estão necessitando de apoio; não há condições de dizer que falta remédio nos hospitais.

O que é isso? São de R\$58 a R\$60 milhões por ano, Sr^{as} e Srs. Senadores! São R\$5 milhões por mês! Entreguem isso a cada um dos nossos Estados, e vamos resolver muitos problemas de infra-estrutura. Mas se o que se está precisando é de pessoal, vamos aplicar esses recursos na contratação desse pessoal, mas tudo dentro da Constituição, dentro da lei.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me perdoe. V. Ex^a sabe que sou um homem de espírito partidário, sou um homem que milito no PMDB, tenho honra, tenho orgulho disso! Presidente José Sarney, V. Ex^a é do meu Partido e não tem responsabilidade alguma nisso, mas preside a sessão e está ouvindo tantos discursos! O meu talvez esteja causando estranheza. Pode ser que esteja. Mas prefiro estar tranqüilo comigo mesmo neste momento...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De maneira alguma, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...dizendo que meu Partido tem que participar do Governo, porque se nós ou outros partidos que apóiam o Governo estivéssemos lá, com a nossa experiência...

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...sendo alertados para as medidas, perguntaríamos: será que deixaríamos que uma medida provisória como essa surgisse no plenário do Senado da República? Será que deixaríamos que fosse para a Câmara dos Deputados? E quando digo nós, não estou dizendo que o PMDB é dono da verdade. Estou dizendo que pessoas de diversos partidos que apóiam o Governo poderiam ajudar. Mas não participamos de coisa alguma, e aqui temos que comparecer a fim de votar uma matéria dessa natureza.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já ia encerrar, mas concedo com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – O tempo do orador está esgotado. Não pode mais haver apartes.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Em 16 segundos. Usarei apenas cinco a fim de prestar uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, o orador já ultrapassou o tempo em dez segundos. Não há mais condições de conceder apartes.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se a Presidência decidiu assim, só lamento que o tempo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É o Regimento, e não o Presidente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...que o tempo de ultrapassagem possa ser de apenas dez segundos. Vi muitos oradores, que brilharam e brilham nesta Casa, ultrapassarem, na presente sessão, muito mais de cinco ou dez minutos. E aponto um, até por mérito, pelo discurso que proferiu, meu amigo Senador Heráclito Fortes. Tenho dito, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não utilizarei mais do que cinco segundos. Meu objetivo é prestar uma homenagem ao último orador.

Entendo que a palavra de todos é extremamente importante, mas a palavra de um ex-Presidente do Congresso Nacional, com certeza, tem um peso enorme. Portanto, o apelo do Senador Ramez Tebet deve ser analisado por todos nós.

Este era o objetivo: prestar uma homenagem àquele que foi Presidente desta Casa e do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Almeida Lima, esclareço a V. Ex^a que, na forma do Regimento, o aparte é reduzido do tempo destinado ao orador, que já havia ultrapassado seu horário, sem isso implicar que pudesse prosseguir, pois a Mesa tem sido tolerante. Apenas estou cumprindo o Regimento. Infelizmente, essa é a minha função.

Não havendo mais oradores, declaro encerrada a discussão.

Tem a palavra o Relator, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabedor de que há um destaque, a Emenda nº 8, peço 24 horas para que o bom senso efetivamente seja alcançado e que voltemos a discutir a matéria, se Deus quiser e com a permissão de todos, na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Na forma do art. 348, inciso II, do Regimento Interno, defiro o requerimento do Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por ser tão tarde, são 21 horas e 51 minutos, em consonância com o Deputado Carlos Melles, Presidente da Comissão Mista do Controle das Atividades de Inteligência, estamos adiando para o dia 28, às 9 horas e 30 minutos, o depoimento do Sr. Carlos Alberto da Costa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Relator pediu 24 horas, o que significa dizer que votaremos amanhã, após às 21 horas e 50 minutos.

São os seguintes os demais itens da Ordem do Dia cuja apreciação é sobrestada:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias

das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF.00002-04/SF.LID-PL

Brasília, 13 de Abril de 2004

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, respeitosamente informar a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Partido Liberal – PL –, do qual exerço a função de Líder nesta Casa, deixará de integrar o Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração – Senador **Magno Malta**, Líder da Bancada do Partido Liberal – PL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, esclarecendo o espírito das 24 horas a que me referi e que o meu caro Senador Efraim Morais comentou, é no intuito de fazermos a avaliação do destaque apresentado à Mesa de hoje para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Duciomar Costa, a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Augusto Botelho e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publica-

dos na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, para facilitar o trabalho do historiador do futuro, venho pedindo, nessas últimas semanas, a inserção nos Anais do Senado de matérias publicadas pela imprensa, com análises e informações sobre o Governo petista do Presidente Lula.

Os textos que venho escolhendo mostram com absoluta fidelidade que lamentavelmente o Brasil está entregue a um conjunto de meros principiantes. Além de principiantes, e a julgar por tantos vaivens, há também alguma incompetência na equipe do Governo.

Isso tudo é preocupante e, como resultado, a Nação se inquieta, diante de seguidas promessas de ação governamental, para a retomada do desenvolvimento. Nada, infelizmente, tem dado certo e o que se vê é o desemprego despencar a cada dia.

O que a imprensa publica é reflexo das desesperanças do povo brasileiro. Já quase nada se espera do Governo, que, por outra face, insiste na postura absurda de resistir à apuração de acontecimentos pouco recomendáveis, como o episódio Waldomiro Diniz.

Na revista **Veja** desta semana (edição de 14-04-04), o jornalista Diogo Mainardi, severo e vigilante crítico da atualidade brasileira, demonstra já ter também perdido esperança de recuperação do Governo Lula. E diz: “O que mais surpreende nos petistas é que eles ainda não perceberam que, independentemente da CPI, o Governo Lula acabou. Em junho de 2003, previ que Lula seria desmascarado em dois anos. Durou ainda menos. Na época, tracei um paralelo entre Lula e Silvio Berlusconi, o primeiro-ministro italiano. Para impedir investigações contra suas empresas, Berlusconi sempre acusa o Ministério Público de ter motivações políticas. E uma de suas principais bandeiras é intensificar o controle externo sobre a Justiça.”

O Governo petista resiste a qualquer investigação do Caso Waldomiro, sem perceber que cava sua própria sepultura, sem dúvida com muito mais do que sete palmos.

Na semana passada, mencionei em Plenário que o governo petista tenta, na prática, criar um novo e canhestro *Plano Cohen* na tentativa de encobrir essa insensata resistência do Planalto, que não quer a apuração dos atos praticados pelo Sr Waldomiro Diniz, ex-auxiliar do Ministro-Chefe da Casa Civil. O *Plano Cohen* foi um plano forjado em 1937 para justificar a implantação, por Getúlio Vargas, da ditadura conhecida como *Estado Novo*.

Essa grotesca invenção de uma pretensa subversão comunista, não passou de um texto do então capitão Olympio Mourão Filho, para justificar o golpe varguista.

No Brasil de hoje, conduzido por um governo caracterizado pela inércia, o jeito petista de tentar rebater

a insatisfação do povo é a mistura de planos de propaganda com palavreado de pouco ou nenhum nexos.

No Brasil de hoje, conduzido por um governo caracterizado pela inércia, o jeito petista de tentar rebater a insatisfação do povo é a mistura de planos de propaganda com palavreado de pouco ou nenhum nexos.

O primeiro a sair disparando palavras ao vento, sem sentido, e sempre de mau gosto, é o próprio Presidente Lula. Em seus deslocamentos aos diferentes pontos do País, ele aproveita para fazer o que mais gosta, as falas desse tipo.

Há pouco, foi em Rio Branco, no Acre. O Presidente, como noticia a **Folha Online**, reclamou dos Governadores que “não informam, por meio de propaganda, a participação do Governo Federal em obras estaduais.”

Como se vê, para Lula mais importante que tudo é a propaganda. Propagar é o que vale, mesmo que as mensagens não reflitam a realidade. Foi assim, faz pouco, com as falsas imagens filmadas numa grande fazenda do interior de São Paulo como se fossem área de assentamento de agricultura familiar.

Pelo *Plano Cohen Petista*, a qualquer um é vedado se expressar, não importa que seja um ex-Presidente da República, um empresário ou um estudante. A seguir assim, daqui a pouco o Governo petista reimplanta a censura no País.

Não se trata aqui de exagerar o tom da postura falante de Lula. Sem medir sua fala, eis, textualmente, o que ele disse em Rio Branco: “*Como este é um ano eleitoral, todo mundo se dá ao luxo de falar o que bem entende.*”

Se os pecadilhos de Lula se limitassem a essas folclóricas costuragens, não seria demasiado perdoá-lo. Afinal, estamos na Semana Santa, época de conceder absolvição, como sugere a Igreja, aos *pobres de espírito; eles não sabem o que fazem.*

Com a repetição dessa postura, já cansativa para o povo, o Presidente Lula deixa a impressão de que é o único dono da verdade.

Esse, aliás, é um dos motivos da contínua queda na popularidade de Lula e de seu Governo. Ontem, o Ibope divulgou uma nova consulta popular, mostrando queda de seis pontos em uma semana.

E mais: ao povo resta uma única conclusão. Só Lula e seu Governo não enxergam, ou fingem não enxergar, o que se passa no País. Não há quem não veja a decadência desse Governo, em seu imobilismo. O jornal **El País**, de Madri, um dos mais importantes da Europa, faz um raio-x da administração Lula e conclui logo no título: “Promessas de Lula estão ‘paralisadas’.”

Nessa última quinta-feira, a crônica *O Brasil não é para principiantes*, do sociólogo Roberto Damata, no *Caderno 2* de **O Estado de S. Paulo**, comprova a utilidade dos registros impressos no passado para uma melhor compreensão dos dias correntes.

O cronista recorre a um conto de Machado de Assis, publicado há precisos 122 anos. No conto intitulado *A Sereníssima República*, do livro **Papéis Avulsos**, em 1882, relata o cronista:

Machado de Assis antecipa que o Brasil não é mesmo para principiantes (*neófitos*, escreve Damata) quando conta a história das aranhas que, decidindo organizar-se numa república, e verificando que em todas as suas eleições havia fraude, elas mudam a forma do voto ou da urna, certas de que assim vão corrigir a corrupção eleitoral. Tal método não difere muito das nossas propostas de controle externo dos procuradores, do fechamento dos bingos, mas deixando de lado os profissionais e o bicheiro intocado.

Deixo Machado e o ano de 1882. Passo para os dias atuais e insiro nos Anais da Casa outras manifestações de setores responsáveis, diante da difícil situação brasileira, a meio caminho do caos.

Leio trechos de matéria em que a revista **Veja** analisa o atual quadro brasileiro. A apreensão parece intensa, a ponto de a revista trazer ao debate o nome do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eis o que assinala a *Veja*:

As idéias do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estão de volta ao debate político. Na semana passada, em artigo publicado por vários jornais, FHC destravou o dique das críticas ao governo. Acusou a administração petista de sofrer de “inoperância gerencial”, desperdiçar a chance de extrair vantagens do bom momento da economia mundial e de não ter projeto de longo prazo para o país.

A falta de um projeto com características de longo prazo, ou, pelo menos, consistente, para levantar a economia brasileira, é, nos dias de hoje a maior preocupação do povo. E, é claro, os políticos responsáveis, interferem no processo, com o propósito de ajudar o País a sair do atoleiro.

Que é necessário fazer alguma coisa, ninguém tem dúvida. Só quem nada faz é o Governo, até aqui perdido, sem rumo, sem projeto algum.

Mesmo diante de quadro aterrador como o da realidade atual, o Planalto parece muito mais voltado para outros esquemas, como mostra a matéria do jornal **O Estado de S.Paulo**, que também incluiu neste pronunciamento.

A matéria mostra que o Governo petista, por quanto, segue criando grupos de trabalho, como se isso resolvesse os nossos problemas. Aliás, Lula parece indiferente ao velho adágio, que diz: “Quer engavetar algum assunto? Crie uma comissão ou um grupo de trabalho.” O teor da matéria, bem como os das demais publicações, seguem em anexo.

Governo Lula já criou 55 grupos de trabalho

Temas são os mais variados e vão de Machado de Assis a hip hop; somente sob a coordenação da Casa

Civil

há 37 áreas de discussão

VERA ROSA e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Da atuação de Machado de Assis como servidor público ao desenvolvimento do hip hop, grupo de trabalho para debater os mais variados temas é o que não falta no governo Lula. Cultivado ao longo de seus 24 anos de história, o assembleísmo do PT tomou conta do Planalto em 15 meses de administração. Na maioria das vezes, não produziu resultados práticos. Levantamento feito pelo Estado indica a existência de 55 grupos de trabalho interministeriais em andamento, criados por decreto ou portaria. Desse total, 37 são coordenados pela Casa Civil. Mas pode haver muito mais: a cada dia surgem subgrupos e comissões “gerados” a partir do primeiro núcleo. “É como se fosse uma centopéia”, define um ministro que integra a coordenação política do governo.

A conta não inclui os conselhos e câmaras, que, ao contrário dos grupos – em tese, com prazo determinado para terminar os trabalhos –, são permanentes.

O Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), coordena a comissão criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de julho do ano passado, dia em que os funcionários da Previdência entraram em greve, para “elaborar estudos sobre a atuação de Machado de Assis como servidor público”. Da Academia Brasileira de Letras, Sarney sugeriu identificar na obra do escritor os personagens que eram funcionários do Estado e como eles agiam. Nove meses depois, nada. Em que pese a importância literária de Machado de Assis, qual o objetivo desse trabalho para o governo? “Queremos ter uma concepção de servidor público que seja exemplar para os dias de hoje, uma referência”, diz Fernando Tolentino de Sousa Vieira, diretor-geral da Imprensa Nacional e um dos oito integrantes da comissão. Machado de Assis começou a vida como auxiliar de tipógrafo e chegou a diretor do Diário Oficial. É patrono da Imprensa Nacional, que está atualizando uma resenha sobre sua obra. Esta, na prática, é a finalidade da comissão criada por decreto presidencial. “Não temos prazo para terminar o trabalho, mas o ideal é que seja divulgado em 28 de outubro, dia do servidor”, comenta Vieira, com planos ambiciosos para o futuro.

“Quem sabe podemos fazer uma série sobre os funcionários públicos que se tornaram intelectuais?”

Hip Hop – Há pouco mais de duas semanas, Lula recebeu representantes do movimento hip hop em seu gabinete. Pronto: mais um grupo de trabalho interministerial. “Foi um acontecimento histórico”, conta o produtor Celso Athayde, parceiro do rapper MV Bill, que também estava lá.

Propusemos ao Presidente, e ele aceitou, a formação do grupo para discutir com o governo as nossas demandas em várias áreas. O hip hop não é só música: é um movimento social, cultural e político.” Athayde diz não temer que as propostas se percam na máquina da burocracia, resultado bastante comum após meses e meses de reuniões. “Risco existe até no casamento”, observa, pragmático. Mas dá um recado: “Se não formos atendidos, vamos gritar. O Movimento dos Sem-Terra (MST) também usa os próprios mecanismos para fazer pressão.

Depois de muito debate, o grupo coordenado pelo vice-presidente José Alencar apresentou um calhamaço de sugestões destinadas à transposição das águas para o semi-árido nordestino. Mas uma questão atormenta o governo: afinal, qual é a área compreendida pelo semi-árido? Para resolver essa dúvida, foi criado novo grupo de trabalho no dia 30 de março. Sob a batuta do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a equipe tem prazo de 120 dias para concluir relatório recomendando “estudos” que possam subsidiar decisões sobre quais municípios devem integrar a região do semi-árido.

Também de **O Estado de S.Paulo**, recolho o trecho seguinte, que é bem uma demonstração dos vaivens do Planalto:

Até o fim da semana, os 15 deputados federais que assinaram a “Declaração de Páscoa– Antes que seja tarde:mudança já!” buscaram novas adesões ao documento que será apresentado ao diretório nacional do PT, no fim de semana. Na quarta-feira, outros oito Deputados da Articulação de Esquerda lançaram sem alarde um manifesto exigindo a “redução substancial do superávit primário para 2005 e 2006” e, entre outros itens, “a renegociação das dívidas dos municípios e sua transformação em investimentos do Governo Federal.

Rio Branco – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu as críticas do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que em artigo publicado no último domingo criticou a falta de um projeto de longo prazo do atu-

al governo. Em discurso na inauguração do Hospital do Idoso, em Rio Branco (AC), Lula disse que como este ano é um ano eleitoral “todo mundo se dá ao luxo de falar o que bem entende”. “Eu acho normal. Também falei muito, a vida inteira. Não reclamo. Eu só queria lembrar uma coisa: Tem gente que governou este País nos últimos 30 anos – a maioria está no poder ainda, não saiu não – e agora eles cobram de nós como se nós pudéssemos fazer em 500 dias o que eles não fizeram em 500 anos”, afirmou.

Lula disse que continuará sua gestão com responsabilidade e reafirmou que não dá para concretizar os projetos com rapidez. O Presidente voltou a afirmar que assumiu o poder no momento em que o País tinha uma dívida “praticamente impagável”, e entrou mais uma vez em contradição ao afirmar que tomou a decisão de não falar de governos anteriores, porque tem que olhar para a frente. “Eu vou dizer uma coisa para vocês. Quanto mais dificuldades, mais eu gosto. Eu sou um homem chegado a desafios”, disse.

Ele lembrou que no ano passado o País “comeu o pão que o diabo amassou”, mas que ainda assim o governo investiu R\$ 1,7 bilhão, enquanto em 2002 o seu antecessor contratou R\$ 262 milhões e pagou apenas R\$ 19 milhões. “Entre 1998 e 2001 morreram 300 mil crianças por falta de saneamento básicos”, disse.

Lula reclamou dos governadores que não estão informando, por meio de propagandas, a participação do governo federal em obras estaduais. Segundo ele, quando Fernando Henrique era presidente só os governadores Jorge Vianna, do Acre, e Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, ambos do PT, informavam que as obras estavam sendo feitas com dinheiro enviado pelo governo federal. “Ninguém quer fazer propaganda. O que queremos apenas é que seja dada corretamente a informação para o povo brasileiro saber quem está fazendo as coisas neste país. Isso é apenas uma questão de honestidade”, afirmou.

O Presidente disse também que pretende assumir todos os compromissos feitos durante a campanha eleitoral, lembrando inclusive de comícios feitos em 1980, no Acre. Ele prometeu enviar ambulâncias ao Estado e garantiu que esses veículos serão bem equipados, muito “chiques”. “Como disse o Joãozinho Trinta, quem gosta de miséria é intelectual. O povo gosta é de coisa boa”.

Leonêncio Nossa, enviado especial

06/04/2004 – 16h08

Jornal espanhol diz que promessas de Lula estão “paralisadas” da Folha Online

Uma semana depois de destacar a queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o jornal espanhol “El País” publicou reportagem nesta terça-feira em que afirma que as “reformas e mudanças prometidas” pelo governo do PT estão “paralisadas”.

Segundo o diário, Lula chegou ao poder “com o lema de que finalmente ‘a esperança venceu o medo’” e com uma “receita para construir um Brasil novo e diferente”, mas “aos poucos percebeu que, como ele mesmo afirmou, ‘não tem os poderes de Deus’”.

O “El País” criticou ainda, em tópicos, os programas que terminaram o primeiro ano de mandato abaixo da meta, como o Fome Zero e o de geração de empregos.

Leia abaixo os principais trechos da reportagem.

Desemprego

Lula havia prometido criar em quatro anos 10 milhões de novos postos de trabalho, mas 2003 acabou, sobretudo na Grande São Paulo e nas principais grandes cidades, com o maior desemprego (19%) dos últimos 18 anos. Hoje 54% dos trabalhadores são informais, sem qualquer contrato de trabalho e sem direitos sindicais.

Fome Zero

“Devia ter sido o programa-estrela de Lula, que quer exportá-lo para o exterior, mas está praticamente paralisado. Foi substituído o ministro responsável pelo projeto, José Graziano, amigo de lutas políticas de Lula durante 40 anos. O projeto encontra dificuldades por motivos burocráticos e porque é disputado pelas prefeituras, pois dá muitos votos, a Igreja e o PT, que gostaria de controlar o projeto com novos critérios, na sua opinião mais democráticos. O novo ministro, Patrus Ananias, é amigo da Igreja.”

Reforma agrária

“Se alguém tinha força moral e política para abordar no mesmo dia de sua posse a tão esperada e necessária reforma agrária era Lula, fundador do maior partido de esquerda da América Latina e um dos criadores do Movimento dos Sem Terra (MST). De fato, o novo presidente disse assim que chegou que com ele o MST ‘não ia precisar invadir terras’. Não

foi assim. Como a reforma nem começou, o MST continua com as invasões, e com maior virulência.”

Reforma trabalhista

“Era uma das mais urgentes. Lula, primeiro sindicalista a chegar à presidência, queria dar um empurrão em toda a política sindical e trabalhista, num país onde a carga fiscal para os empresários é enorme e dá lugar a milhões de empregos ilegais. Cinquenta por cento dos trabalhadores não têm contrato. Essa reforma, segundo o governo, não poderá ser efetuada antes do próximo ano.”

Ambiente

“Com um território como a Amazônia, dez vezes maior que a Espanha, com 26% da água potável do mundo e um dos territórios mais saqueados em sua enorme biodiversidade, o Brasil precisava de uma política ecológica profunda. Lula nomeou para o Ministério do Meio Ambiente Marina Silva, que nasceu na selva e é uma das políticas mais empenhadas no setor e mais honrada. Mas ela esteve a ponto de demitir-se várias vezes e, ao que parece, em 15 meses não teve nenhum encontro a sós com o presidente.”

Popularidade do Governo Lula cai 6 pontos em uma semana

São Paulo – A popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua em queda: caiu 6 pontos percentuais em uma semana. É o que mostra uma pesquisa realizada entre os dias 27 e 31 de março, divulgada nesta terça-feira pelo Ibope.

Em relação à pesquisa Ibope/Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada entre os dias 20 e 24 de março, o novo levantamento aponta uma queda de 34% para 28% na avaliação de ótimo e bom do governo. Na mesma comparação, a avaliação regular subiu 6 pontos, passando de 41% para 47%. Essa diferença explica a queda no conceito ótimo e bom, já que o índice de ruim/péssimo ficou nos mesmos 23%. Nas duas pesquisas, 2% não opinaram ou responderam não saber.

Por outro lado, a aprovação do presidente Lula sofreu uma queda menos acentuada. Entre os que aprovam a maneira como o presidente está administrando o País, o índice caiu de 54% para 51%. Já o percentual dos que reprovam a gestão de Lula aumentou de 39% para 42%.

Mudança maior ocorreu no índice confiança, que caiu 7 pontos, passando de 60% para 53% dos entrevistados. Na mesma proporção, caiu também a percepção dos rumos seguidos pelo País. Mais da metade da população adulta (52%) acha que o caminho está errado. Eram 46% na consulta anterior.

De forma geral, a queda na popularidade do governo ocorreu em todos os segmentos, mas foi maior nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos municípios menores e no interior dos Estados. Quanto ao índice de confiança, as maiores quedas foram registradas entre os jovens (63% para 52%), os mais instruídos (68% para 54%), regiões Norte e Centro-Oeste (60% para 50%) e municípios de porte médio (67% para 53%).

Para fazer o levantamento, o Ibope entrevistou 2 mil eleitores em 151 municípios do País. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais, considerando um grau de confiança de 95%.

Queda de popularidade pode levar Lula ao populismo, diz IIF

São Paulo – O governo Lula pode ser tentado a dar uma guinada populista em política econômica, caso a popularidade do presidente da República caia de forma expressiva. A avaliação é do Institute of International Finance (IIF), em seu mais recente relatório sobre o Brasil. Neste caso, a reviravolta na economia viria com um aumento dos gastos públicos ou com a concessão de subsídios a determinados setores da economia, e conseqüentemente redução do esforço fiscal do governo. Esse é o grande risco que o IIF aponta, ao apresentar suas perspectivas para a economia do País.

O IIF diz que a reação negativa do mercado, nesta hipótese, seria “imediate e severa”, prejudicando as projeções de crescimento a médio prazo. A crise política, detonada com o escândalo Waldomiro Diniz, está começando a se dissipar e não deve prejudicar a popularidade do presidente Lula se continuar como um incidente isolado, de acordo com o IIF. No relatório, o instituto cita pesquisas que apontam que 80% da população acredita que o presidente não estava a par dos acontecimentos envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto. O IIF pondera que o resultado das eleições municipais de outubro será importante para a definição do futuro do governo Lula.

Se o PT tiver um desempenho ruim ou derrotas expressivas, crescerão as pressões políticas em favor de mudanças na economia. Apesar desta advertência, o IIF diz, no relatório, que espera a recuperação do crescimento, do emprego e da renda real entre o 2º e 3º trimestres deste ano, o que deve facilitar o desempenho eleitoral da base partidária do governo e conseqüentemente do Executivo. “Uma vitória expressiva do PT não apenas fortalecerá a base política de Lula como a probabilidade de sua reeleição em 2006, assim como o apoio às reformas”, diz o relatório do IIF.

Na hipótese contrária, de derrota e enfraquecimento do PT, a expectativa é de que, além de uma guinada populista na condução da economia, a aprovação de reformas no Congresso ficaria difícil. De acordo com o IIF, isso seria prejudicial ao País a médio prazo, porque o crescimento sustentado, numa base de 4,5% ao ano, depende da aprovação de reformas, como a da legislação trabalhista, da reforma do Judiciário, e melhorias na infra-estrutura do País (energia e telecomunicações).

Dívida pública faz com que Brasil continue vulnerável

Apesar da expressiva recuperação em 2003, o Institute of International Finance (IIF) afirma que a economia brasileira continua vulnerável a choques externos, à deterioração das condições políticas internas e ao afrouxamento de políticas. A base desta vulnerabilidade, diz o IIF, é a alta dívida pública do País que é sensível ao humor dos mercados. A partir de uma hipótese positiva, em que o esforço fiscal será mantido e não haverá mudanças significativas no cenário externo, o IIF projeta que a relação dívida líquida do setor público contra PIB será de 56% no final de 2004.

No relatório sobre o Brasil, o instituto projeta um crescimento de 3,4% para o PIB brasileiro neste ano, que virá do aumento do consumo e de investimentos. Em 2005, a expectativa é de uma expansão do PIB de 3,6%. As projeções são otimistas para o IPCA: 5,9% no fechamento deste ano e 4,5%, em 2005. A partir de abril ou maio, o IIF acredita que as pressões inflacionárias sazonais se dissiparão, permitindo a queda das taxas de juros.

No final de 2004, a expectativa é de que a Selic esteja entre 14% e 13%. A projeção é de que a taxa de câmbio feche o ano entre R\$ 3,00/R\$ 3,20, sem causar pressão nos índices

de preços. O IIF acredita que o Banco Central irá aumentar, ao longo deste ano, as reservas internacionais do País, para preparar a saída do País do Fundo Monetário Internacional (FMI). A projeção é de que as reservas ultrapassem US\$ 50 bi no final de 2005, sendo que no final deste ano, seriam US\$ 34,7 bi.

Rita Tavares

Lula atravessa momento crítico, diz cientista político

São Paulo – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atravessa um dos momentos mais críticos em sua administração, desde que tomou posse. Além da fragilidade provocada pelo escândalo Waldomiro Diniz, Lula enfrenta, acirramento das mobilizações em todo o País, inclusive dos sem-terra, e críticas de que seu governo está paralisado. Para reverter essa situação, o presidente deveria sair do discurso e partir para a prática, com a tomada de ações que reflitam resultados concretos, sobretudo na área econômica.

A análise foi feita hoje pelo cientista político e pesquisador da PUC e da FGV de São Paulo, Marco Antônio Carvalho Teixeira. “O governo precisa abrir o processo de discussão para a mudança de rumo, sair do discurso para a prática, mas sem perder a credibilidade conquistada na área macroeconômica”, explica.

O pesquisador atesta que essa não será uma missão fácil, pois terá de ser feita num ano eleitoral e com o governo fragilizado. “Reunir os partidos da base aliada neste momento não é tarefa fácil, pois em ano eleitoral, todos pensam primeiramente no fortalecimento de seus quadros, vide o exemplo do PMDB”, complementa.

Para Carvalho Teixeira, o governo do PT está numa sinuca: “O presidente Lula vive seu pior momento no poder, com uma crise prolongada que não foi debelada com a divulgação da conversa do subprocurador-geral da República, Roberto Santoro. E o quadro só vai se reverter com resultados econômicos positivos”, avalia.

Para o pesquisador, não adianta mais o Conselho de Política Monetária (Copom) cortar os juros em percentuais baixos (como por exemplo, 0,25%), produzindo apenas um efeito psicológico e não prático na economia. Outro ponto levantado pelo pesquisador é o fato de que antes da crise deflagrada pelo escândalo Waldomiro, o Presidente Lula era o maior cabo eleitoral do pleito municipal deste ano.

“Lula era a grande vedete dessas eleições municipais, mas atualmente pode ser uma âncora, no sentido de puxar os candidatos que apóia para baixo.” Carvalho Teixeira alerta, ainda, para a reação da população com a retórica do atual governo. “O prazo que a população deu para o presidente implantar as mudanças que prometeu está se esgotando, por isso Lula precisa sair da retórica e partir para a ação.”

Elizabeth Lopes

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho realizou, com estrondoso sucesso nos dias 3 e 4 de abril, em Porto Alegre, o Congresso PTB 100%. Com um público de mais de mil e quinhentas pessoas, entre autoridades nacionais, estaduais e municipais, e uma militância participativa e aguerrida, o encontro foi mais uma demonstração inequívoca de força, mobilização e organização partidárias.

Estiveram presentes os nossos deputados federais e estaduais; os Presidentes do PTB Estadual e Metropolitano, Edir Domeneghini e Leão de Medeiros, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, movimentos partidários e lideranças do PTB, de todo o Estado.

Destacamos, com grande honra, as presenças dos nossos dirigentes nacionais, Dep. Federal Roberto Jefferson – Presidente Nacional do PTB; do Senador Duciomar Costa – Líder do PTB no Senado; e do Dep. Federal José Múcio – Líder do PTB na Câmara de Deputados. Foi a primeira vez que tivemos a satisfação de reunir e receber os maiores dirigentes nacionais do Partido, mostrando que encerramos aquele tempo de divergências para, juntos, buscarmos os melhores caminhos que farão com que o PTB cresça, no Rio Grande e no Brasil.

O Congresso PTB 100%, evento de caráter inédito entre os partidos políticos, foi realizado com o objetivo de subsidiar, a partir de uma série de palestras e uma feira de produtos e serviços, os nossos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, para o pleito eleitoral deste ano.

Sem dúvida, um dos pontos altos foi a 1ª Feira de Produtos Eleitorais, realizada paralelamente durante os dois dias de palestras. Com a presença de fornecedores, representantes de gráficas, agências de publicidade e até mesmo serviços de som e áudio, o objetivo foi mostrar a gama de recursos materiais disponíveis para uma campanha eleitoral. Esta meta foi amplamente atingida pois o grande interesse demonstrado na visitação do público às dezenas de estandes ali instalados, foi manifestado nos contatos realizados entre candidatos e expositores.

Os candidatos do PTB, vindos de todo o estado, foram orientados a partir de um ciclo de palestras, sobre diversos assuntos, desde *marketing* e estratégias de

campanha, relação com a imprensa, legislação eleitoral, controle e prestação de contas, até soluções criativas para a disputa eleitoral que se aproxima.

Foi realmente um evento de qualidade superior. O Presidente Nacional do PTB, Deputado Roberto Jefferson, que tem peregrinado e construído permanentemente o nosso partido por este Brasil afora, durante o seu caloroso discurso garantiu que o PTB do nosso estado é um dos mais organizados, vibrantes e participativos de todo o País. Por isto, em meio ao aplauso entusiasmado de todos, anunciou que pretende levar o próximo Congresso Nacional do PTB (que seria em Brasília), este ano, para o Rio Grande do Sul. Esta iniciativa certamente irá coroar o trabalho dos nossos dirigentes, autoridades e militância, enchendo de contentamento o coração de todos os petebistas gaúchos.

Outro ponto alto do nosso Congresso foi a criação (aprovada por aclamação da Assembléia Geral) do Instituto Solon Tavares de Pesquisas. Este instrumento, temos a certeza, nasce para ser uma das principais artérias do Partido no estado, alimentando e vivificando, com estudos, subsídios e eventos, o PTB do Rio Grande do Sul, qualificando sempre e mais os nossos quadros partidários para que possamos, ao assumir o poder, desempenhá-lo com a seriedade e o conhecimento necessários ao bom desempenho de nossas responsabilidades.

O trabalhismo vem sofrendo constantes modificações e adaptando-se aos novos tempos e às mudanças políticas, sociais e econômicas. Precisamos projetar para o futuro, à luz das transformações mundiais, propostas e ações que apontem caminhos para a nossa sociedade, com ênfase permanente no social e nas relações que se baseiem no diálogo e na parceria. O nosso pensamento político, ideológico pado na solidariedade, grande pedra angular que vem conferindo inquestionável força e grandeza ao PTB gaúcho, já está colhendo os seus frutos.

A solidariedade como responsabilidade social ganhou força e hoje é a principal bandeira do nosso Partido no Rio Grande do Sul, o que ficou claro no intenso espírito de união observado no encontro, bem como na linha dos discursos proferidos, todos em prol da conciliação e do diálogo, da paz e da construção do bem comum. Temos a convicção de que a Solidariedade, como paradigma, é capaz de levar-nos à superação das maiores e mais cruéis chagas sociais impostas a esta grande Nação.

A realização do Congresso PTB 100%, juntamente com a pioneira Feira de Produtos Eleitorais, mostra como estamos construindo um partido que está na vanguarda das demais agremiações. Reunir num mesmo evento candidatos, lideranças, detentores de mandatos eletivos, dirigentes partidários e especialistas em legislação, comunicação, pesquisa e em tantas outras áreas, mostra a preocupação do PTB, não apenas de assegurar o espaço conquistado

mas também de avançar muito mais, com qualidade e seriedade, preparando os nossos quadros com a modernidade que os tempos exigem.

A partir deste Congresso, que recebeu a marca 100% para lembrar outra façanha igualmente inédita (a implantação do partido na totalidade dos municípios gaúchos), partimos céleres para a campanha eleitoral, querendo multiplicar nossa força nos municípios e preparar o terreno em que semearmos novas vitórias.

Quero agradecer a todos os participantes deste que foi um dos mais grandiosos eventos políticos realizados pelo PTB do Rio Grande do Sul. Registro a nossa satisfação e o nosso reconhecimento pela presença e pela participação ativa de todos os companheiros que garantiram o êxito do Congresso PTB 100%.

Na oportunidade, renovamos, mais uma vez, o nosso compromisso de união de todos os esforços frente ao desafio permanente e instigante de consolidar o grande partido político que este Estado e este País merecem.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Saúde foi instituído pela Organização Mundial da Saúde para que, a cada ano, no dia de sua fundação, 7 de abril, seja debatido um relevante tema de saúde pública.

No presente ano, foi escolhido um seriíssimo problema de saúde pública global, embora, à primeira vista, não pareça ser, exatamente, um problema de saúde.

O tema a ser debatido em todo o mundo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o da segurança no trânsito, opção mais do que justificada quando sabemos que a insuficiência da mesma é responsável por nefastas conseqüências sobre a vida e a saúde de milhões de pessoas a cada ano.

De acordo com a OMS, a perda de vidas, em decorrência dos acidentes de trânsito, alcança 1 milhão e duzentas mil pessoas por ano. Desses óbitos, cerca de 90% acontecem em países em desenvolvimento.

Os objetivos eleitos pela organização para este Dia Mundial da Saúde são não apenas o de “conscientizar sobre o impacto na saúde e os custos sociais e econômicos das lesões no trânsito”, mas também o de trazer resultados concretos no sentido de minorá-los.

Para isso, é imprescindível que se supere a abordagem fatalística, que vê como inevitável a ocorrência de um elevado número de acidentes no trânsito.

A taxa anual de mortes, em relação ao número de veículos, é uma boa medida para avaliarmos a discrepância da ocorrência de acidentes nos diferentes países: se na França ela fica em 2,35 mortes por 10

mil veículos, nos Estados Unidos a mesma taxa fica em 1,93, chegando no Brasil a 6,8 mortes.

Em outros países essa incidência de mortes é ainda mais alta, como ocorria no Brasil antes da aprovação do atual Código de Trânsito, há cerca de 6 anos e meio, quando a média era de oito mortes por 10 mil veículos. As consideráveis variações dessa taxa comprovam que medidas acertadas podem diminuir, e muito, os calamitosos danos causados pelos acidentes de trânsito, os quais levam estudiosos do assunto a identificarem uma epidemia mundial.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde computou que 30 mil 527 homens, mulheres e crianças morreram em decorrência de acidentes de trânsito em nosso País, no ano de 2001. O número de feridos, por sua vez, ultrapassou os 350 mil, sendo responsáveis por 30 a 40% do que o Sistema Único de Saúde gastou com internações por causas externas (aquelas resultantes de acidentes e violência, em geral). Na rede Sarah Kubitschek, referência mundial em reabilitação surgida em Brasília, mais da metade dos casos atendidos estão relacionados a acidentes de trânsito.

O que fazer, Senhor Presidente, para evitarmos a persistência dessa calamidade, que, mais tempo, menos tempo, atinge algum conhecido de cada um de nós ou, ainda pior, alguma pessoa que nós é cara?

De modo geral, todos nós sabemos as respostas para isso. No momento de aplicar ou de cumprir as medidas necessárias é que a sociedade brasileira se mostra por demais tolerante ou negligente. Ainda faz parte de nossa formação cultural uma visão excessivamente permissiva em relação às infrações de trânsito, em particular quando praticadas por nós mesmos ou por nossos amigos.

De acordo com o diretor do Departamento Nacional de Trânsito, Ailton Brasiliense, as principais causas dos acidentes com vítimas são a ingestão de bebidas alcoólicas, a alta velocidade e a não utilização do cinto de segurança, além da imprudência do pedestre.

Para combater esses e outros fatores de acidentes, é necessária uma legislação precisa e rigorosa, a qual se faça cumprir por uma fiscalização eficiente, que utilize as melhores tecnologias disponíveis, e por multas que desestimulem a ocorrência das infrações.

Diversos pontos da legislação de trânsito podem ser aperfeiçoados, como um maior rigor na punição do motorista alcoolizado, como se propõe atualmente em um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados, e, presentemente, sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Mas, por mais que se melhorem as leis e a fiscalização, os resultados ainda serão limitados se não houver uma profunda mudança cultural em relação

ao trânsito. A educação para um trânsito civilizado deve ser feita nas escolas ou em campanhas que despertem os sentimentos de responsabilidade e de solidariedade para com o próximo, como na presente campanha ensejada pelo Dia Mundial da Saúde. Só assim poderemos banir a verdadeira selvageria que se vê em nossas ruas e estradas, traduzida em sistemático desrespeito à segurança própria e à dos demais cidadãos; selvageria particularmente hostil para com os pedestres, que se encontram em situação mais frágil.

Para garantir, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Dia Mundial da Saúde, que elegeu a segurança no trânsito como sua preocupação, tenha resultados amplos e concretos, pedimos o empenho e a conscientização de todos, no sentido de fazer algo para tornar menos perigoso o nosso trânsito – não só as autoridades competentes como a maioria da população brasileira, quer na condição de motorista, quer na condição de pedestre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dados do mapa da exclusão elétrica levantados pelo Ministério das Minas e Energia evidenciam uma lamentável realidade no Pará, aviltante não só relativamente àquele Estado, mas ao Brasil: um de cada quatro paraenses, Excelências, não tem acesso ao serviço de energia elétrica. Isto é: 1,5 milhão de pessoas no Pará vive sem os benefícios da eletricidade.

Segundo esse mesmo mapa da exclusão elétrica – estudo produzido pelo Ministério das Minas e Energia para o programa Luz para Todos –, há 12 milhões de pessoas nessa situação no País. O Pará, infelizmente, insere-se nesse quadro da seguinte forma: pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, metade da população de 45 municípios paraenses vive em domicílios sem energia elétrica. Trata-se de pessoas de baixa renda, 90% das quais percebem menos de três salários mínimos mensais. A maior parte dos excluídos, 65%, está em áreas rurais do Estado; vive à margem de rodovias, como a PA-150, por exemplo, a menos de cinco quilômetros da bem iluminada e maior ponte da Alça Viária, sobre o rio Guamá, no município de Acará, onde 74% dos domicílios não contam com energia elétrica.

Cite-se, ainda, entre tantos e tantos outros, Chaves, no Marajó, com 77% dos domicílios isentos de luz. A propósito, há depoimentos deprimentes, como o do Sr. Rui, publicado no Jornal **O Liberal**, em 11 de abril em curso, que declara: “Vivo sem energia desde que nasci”. D. Iralice, casada, mãe de vários filhos, que se divide há muitos anos nas tarefas diárias do roçado ao lado da família, ouviu falar numa

tal “geladeira” – um sonho que pensa já nem mais poder realizar.

Trata-se, inegavelmente, de uma triste, senão vergonhosa, realidade nacional, e aqui me posiciono em nome do meu Pará, que abriga nada mais, nada menos do que a Usina de Tucuruí – a maior produtora de energia genuinamente nacional – hoje com capacidade de fornecimento de quatro milhões de quilowatts de energia, todavia com potencial para 8 milhões de quilowatts, o que lhe possibilitaria abastecer energeticamente não só todo o Estado do Pará, mas a totalidade dos municípios do Norte e do Nordeste brasileiros.

Trago a lume, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dados. Arrosto-lhes esse gravame social do País e lanço desta tribuna um apelo veemente ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia para que contemplem, de perto, o Estado do Pará e a urgente necessidade de se erradicar a enorme exclusão energética de que é vítima grande parte da sua população sofrida.

O Governo do Estado do Pará, por meio da Rede Celpa, concessionária de energia elétrica daquele Estado, apresenta números, alegando que os programas de eletrificação rural estaduais atenderam, de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, 38,4 mil domicílios, em 632 localidades de 100 municípios paraenses. É fato. Alega-se mais: o Governo Estadual investiu, nesses três anos, R\$ 67 milhões em tais programas. O Programa Luz no Campo – em parceria com o Governo Federal – já levou energia a diversas localidades do Pará. É fato, também.

Todavia, Sr. Presidente, é preciso muito mais. Urgem mais ações, mais efetividade, mais eficácia, de maneira que se extinga essa triste modalidade de exclusão social no País, a retratar uma realidade cruel: comunidades inteiras vivendo sem luz no Estado do Pará em pleno Terceiro Milênio, já na chamada era da informática, da robótica, das pesquisas e incursões pelo homem da Terra por planetas outros do nosso sistema solar.

Peço, portanto, ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia que direcionem o Programa Governamental “Luz para Todos”, efetivamente e sem delongas, ao Estado do Pará.

Finalizando, deve-se dizer que um País com 12 milhões de habitantes sem energia elétrica certamente estará na contramão da história e da competitividade mundial. Estará primando pelo avesso do avanço, pelo avesso do progresso, do alcance da cidadania plena e, mais do que isso, pelo avesso da justiça e da paz social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Brasília, 13 de abril de 2004

Governo Lula tem saldo negativo com BID e Bird

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Venho a esta Tribuna destacar uma matéria publicada na Gazeta Mercantil, edição dessa terça-feira, 13 de abril que ilustra bem a paralisia em que se encontra o Governo Lula.

A reportagem revela que o governo brasileiro já acumula um saldo negativo com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Isso porque o BIRD e o BID têm concedido bem menos financiamentos ao País do que têm recebido com amortizações, juros e comissões de empréstimos.

A perda líquida entre os financiamentos e os pagamentos passa de 3 bilhões de dólares, nos primeiros 14 meses do governo. É bom frisar que, nesse período, o desembolso de recursos pelo dois bancos internacionais, ainda, foram relativos a projetos contratados na gestão anterior.

Aliás, durante os oito anos do governo tucano, o saldo dos desembolsos com financiamentos de diversos projetos foi positivo para o Brasil em 6,9 bilhões de reais. O volume de recursos contratados foi tão elevado que permitiu não apenas a liquidação dos compromissos de amortizações e juros de empréstimos realizados no governo Itamar Franco, mas reforçou as reservas internacionais do Brasil.

Essa é uma situação preocupante porque, como lembra o professor Belmiro Valverde, da Universidade Federal do Paraná, a economia brasileira depende de recursos a custos mais baixos e prazos mais longos, como os oriundos desses organismos internacionais. São recursos que ampliam de modo significativo o potencial de crescimento econômico sustentável do Brasil, gerando empregos e reduzindo a pobreza.

Senhoras e senhores senadores: a matéria da Gazeta Mercantil vem comprovar aquilo que temos mostrado na Tribuna desta Casa por várias vezes: a paralisia do atual governo, que agora se estende também à sua incapacidade para formular projetos que podem ser financiados por dois organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Projetos capazes de resultar em alternativas de geração de empregos, na redução da pobreza e no crescimento econômico de nosso país.

Muito obrigada. – Senador Lúcia Vânia.

GAZETA MERCANTIL

■ SÃO PAULO ■ RIO DE JANEIRO ■ BRASÍLIA ■ PORTO ALEGRE
 ■ BELO HORIZONTE ■ RECIFE ■ BLUMENAU ■ SALVADOR

Herbert Levy (1911-2002)

Diretor - Responsável: Luiz Fernando Ferreira Levy

ANO LXXXIV - Nº 22.808 - TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2004

IMPRESSO EM BRASÍLIA - R\$ 2,50

Governo Lula tem saldo negativo com BID e Bird

Perda líquida em 14 meses é de US\$ 3,05 bilhões

Ivanir José Bortot
de Curitiba

Apesar de se manifestarem otimistas com o processo de retomada do crescimento da economia brasileira, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm concedido bem menos financiamentos ao País do que têm recebido como amortizações, juros e comissões de empréstimos.

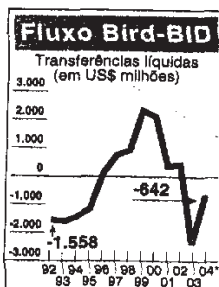
Nos primeiros 14 meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desembolso de recursos do BID e do Bird — relativos a projetos contratados pelo governo passado — foi de apenas US\$ 2,49 bilhões. No mesmo período, o

“Isso mostra que houve uma paralisia na concessão de novos financiamentos ao Brasil”, comenta o professor Belmiro Valverde, da Universidade Federal do Paraná. O que preocupa, segundo ele, é que o processo de retomada de crescimento da economia brasileira depende de recursos a custos mais baixos e prazos mais longos, destinados a projetos de infra-estrutura, dos quais o País se ressentiu.

Durante os oito anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o saldo dos desembolsos com financiamentos de diversos projetos (deduzidos juros e amortizações) foi positivo para o Brasil em R\$ 6,9 bilhões. O volume de recursos contratados foi tão elevado que permitiu não só a liquidação dos compromissos de amortizações e juros de empréstimos realizados durante o governo do ex-presidente Itamar Franco, como ajudou a reforçar as reservas internacionais do Brasil.

As contratações de financiamentos junto ao BID e Bird feitas no governo FHC somaram US\$ 24,53 bilhões, com uma média anual de US\$ 3,1 bilhões. Já as contratações realizadas no primeiro ano do governo Lula foram de US\$ 2,38 bilhões, aos quais se vieram somar US\$ 108 milhões no primeiro bimestre deste ano.

Continua na página A-7



Fonte: Ministério do Planejamento/Secretaria de Assuntos Internacionais. Até fevereiro.

Brasil pagou àquelas instituições internacionais US\$ 5,54 bilhões, ou seja, houve uma saída líquida de US\$ 3,05 bilhões. Só com amortizações foram pagos US\$ 4,308 bilhões em 2003 e em janeiro/fevereiro de 2004, segundo a secretaria de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, no dia de hoje para tratar de tema de altíssima relevância, não só para a população de Roraima, mas também para todo o País. Trata-se da questão da atuação ou, melhor dizendo, da ingerência das ONGs Internacionais nos assuntos relativos à demarcação de terras indígenas.

O meu querido Estado de Roraima, nos últimos meses, tem freqüentado a mídia como nunca antes visto. Todos os telejornais têm abordado, de forma emocionada ou não, os problemas advindos da anunciada homologação da área indígena denominada Raposa/Serra do Sol.

As manifestações contrárias que se seguiram à declaração do Ministro Márcio Thomaz Bastos de que a homologação se daria nos moldes de uma área contínua não partiram somente dos índios e não-índios que ocupam a região pretendida, mas também de cidadãos que habitam os diversos rincões do Estado.

Rodovias foram interditadas, um clima de tensão tomou conta do Estado. No meio do tumulto que se estabeleceu em Roraima, alguns jornalistas, numa leitura distorcida do evento, chegaram a falar em morte e até de espancamento de missionários.

No frigid dos ovos, restou e ainda resta, não adequadamente respondida uma pergunta: “se a maioria dos índios, ocupantes da área Raposa/Serra do Sol e a quase totalidade dos não-índios ocupantes da mesma área são contra uma demarcação contínua, por que então realizá-la dessa forma?”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou contra a demarcação de terras indígenas e, nesse sentido, já me pronunciei em várias oportunidades. Todavia, o procedimento demarcatório deve ser pautado pelo mínimo de razoabilidade. Aliás, este princípio tem no Senador Mozarildo Cavalcanti o seu mais ardoroso defensor aqui no Senado.

Demarcar de forma contínua a área Raposa/Serra do Sol significará um desastroso evento para os habitantes do meu Estado, sobretudo sobre a economia e para a sociedade em geral. Certamente, a estabilidade das relações sociais ficarão seriamente comprometidas, com de fato ficou, com o mero anúncio da homologação.

Com a demarcação de forma contínua da Raposa/Serra do Sol, dois municípios – Normandia e Uiramutã – simplesmente desaparecerão do mapa. Estas duas municipalidades contam, hoje, com uma vigorosa infra-estrutura urbana, um comércio significativo e, principalmente, são palco de uma amistosa

relação entre índios e não-índios que perdura a mais de 200 anos.

Em Pacaraima, Uiramutã e Normandia, pode-se constatar a maciça presença dos índios na estrutura de poder, na posição de prefeitos e vereadores. Os índios participam, democraticamente, dos mecanismos de formação da vontade dessas importantes municipalidades e vasta parte deles já está totalmente integrados às formas de vida dos não-índios, não sendo raro os que se ocupam do comércio, e há até os que já galgaram as cadeiras das faculdades.

Além disso, a demarcação de forma contínua representará a expulsão de produtores de arroz, milho, feijão etc., que há muito lá se estabeleceram, mesmo antes de as áreas por eles hoje ocupadas serem declaradas como áreas indígenas. A homologação de demarcações anteriores, procedidas sem qualquer indenização e adequado reassentamento, tem gerado verdadeiros bolsões de pobreza na Capital, formado por antigos proprietários ou posseiros advindos de terras indígenas.

Por fim, a demarcação, da forma que pretende o Ministério da Justiça, unirá cinco tribos indígenas numa mesma área geográfica. Isto irá representar, futuramente, um choque entre etnias que, ao certo, não se coaduna com o desejo do Governo Federal de conservar os índios em sua integridade física e sua cultura.

Vale aqui abrir parêntese para dizer que a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol representará a afetação de uma área de um milhão e setecentos mil hectares. Com o atendimento da nossa reivindicação, consistente em realizar uma demarcação que preserve vilas, estradas e terras produtivas, será excluída somente 6% da referida área.

Sr. Presidente, estas são, grosso modo, as principais conseqüências que advirão da homologação, de forma contínua, da área Raposa/Serra do Sol.

Cabe, neste quadrante, realizar a seguinte indagação: “por que demarcar desta forma a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, se os problemas que daí advirão são incalculáveis e de conseqüências imprevisíveis?” E mais. A que interesses serve esta demarcação?

Sr. Presidente, a resposta é tão evidente que salta aos olhos de qualquer pessoa que se interesse, realmente, pelo bem-estar do Brasil. Por trás da demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol estão os interesses dos Países ricos do planeta que se fazem representar por ONGs. Estas, na sua grande maioria travestidas de entidades protetoras dos índios, atuam sob o olhar complacente do Governo Federal, de maneira desenfreada.

Dotadas de um incalculável poder financeiro, haja vista o poderio dos Países patrocinadores, as ONGs conseguem o que querem e a qualquer preço.

Se demarcar uma terra indígena for sinônimo de morte, desemprego e sofrimento, não pensarão duas vezes estas ONGs antes de lançarem mão de seus poderosos *lobbies* para que se proceda à demarcação.

O próprio Presidente da República, em visita ao Estado do Acre no ano passado, afirmou, sem titubeio, que as ONGs internacionais possuem mais poder de pressão do que os próprios partidos políticos do Brasil.

O mais interessante, nisso tudo, é que as áreas indígenas demarcadas no meu Estado, estão situadas, coincidentemente ou não, sobre incalculáveis riquezas minerais. Aliás, de a muito é do conhecimento dos Países ricos do mundo, o fato de Roraima ser uma das maiores províncias minerais do Planeta.

A área Raposa/Serra do Sol possui, em seu subsolo, uma enorme jazida diamantífera, além de outros minerais nobres como ouro e urânio. Da mesma forma, a já homologada e registrada reserva indígena Yanomami, cuja extensão avança por vasta área do meu Estado (uma área correspondente ao território de Portugal), possui inesgotáveis reservas de minerais nobres, como ouro, diamante, vanádio, nióbio, dentre outros.

Diante dessa coincidência entre as áreas demarcadas e o rico subsolo, temos o dever de fazer uma nova indagação: as ONGs Internacionais estão realmente querendo preservar o índio, sua cultura e tradição, ou estão interessados, de fato, no rico subsolo sobre os quais as reservas se assentam? Lembrando que, quando se demarca uma terra indígena, torna-se de todo impossível a exploração dos recursos naturais situados na reserva.

Acredito não só que o interesse é pelo subsolo, como acredito que as ONGs estão querendo, também, nossa biodiversidade. Aliás, o tema “Biopirataria” está na ordem do dia, e seria estultice minha acreditar que as ONGs não estão se aproveitando das reservas indígenas para praticar este odioso crime. Estão, inclusive, se aproveitando, ou melhor, se locupletando, às custas dos conhecimentos tradicionais de nossos índios.

É um absurdo perceber que os estrangeiros, membros de ONGs, tem mais facilidades de transitar e permanecer numa área demarcada do que o próprio exército ou polícia federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, termino este pronunciamento fazendo um apelo ao Governo Fede-

ral para que realmente fiscalize e monitore a atividade dessas ONGs internacionais em nosso território.

Estas ONGs não podem contar mais com os olhares complacentes do Governo e atuarem ao seu bel-prazer, sob pena de a tão propalada internacionalização da Amazônia ganhar dimensões irreversíveis.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: importantes estudos sociológicos afirmam que a violência, também em nosso País, é consequência da irrecusável falta de harmonia no processo de desenvolvimento da sociedade. Em mais um valioso e substancial acréscimo à discussão do tema, acaba de ser divulgada a versão resumida do livro “Violências nas Escolas”, resultante de iniciativa da UNESCO, apoiada, entre outros, pelo Banco Mundial, pelo Instituto Ayrton Senna e pela Fundação Ford.

A publicação, que já constitui importante referência para o debate acerca do enfrentamento do problema da violência escolar, é de autoria da Professora Miriam Abramovay, da Universidade Católica de Brasília, e Vice-Coordenadora do Observatório de Violência Escolar no Brasil, além de Consultora de organizações internacionais sobre temas relacionados à violência e à juventude, e da Professora Maria das Graças Rua, da Universidade de Brasília, e Consultora da UNESCO.

A obra, em síntese, considera a violência como dano físico ou simbólico imposto a indivíduos ou grupos. Ela é vista, em geral, associada à pobreza, à desigualdade social e às falhas de comunicação.

Ao mesmo tempo, é “contrária ao uso da razão, consentimento e diálogo, relacionando-se ao abuso de poderes em diversos tipos de relações sociais”, muitas vezes com recurso à força das armas, à intimidação e ao desrespeito do outro.

A violência física nas escolas caracteriza-se por brigas, agressões, invasões, depredações, ferimentos e mortes, contrapondo alunos aos professores, alunos aos funcionários.

A violência simbólica não é percebida tão facilmente: é exercida pela sociedade, ao não encaminhar o jovem para o mercado de trabalho, por negar oportunidade para o desenvolvimento de sua criatividade e para usufruir de atividades de lazer.

Também acontece quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse ou quando os professores não se esforçam pela qualidade de suas au-

las e “não respeitam os alunos, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento”.

Por igual, refere-se “à violência sofrida por professores, quando são agredidos, em seu trabalho e em sua identidade profissional, pelo desinteresse e indiferença dos alunos”.

“As brigas são corriqueiras e banalizadas e, muitas vezes, incentivadas pelos colegas”. Casos de abuso sexual foram denunciados, tanto entre alunos como entre membros do corpo docente. “Furtos e roubos no ambiente escolar, caracterizados como violência contra o patrimônio, ocorrem de forma constante”. Atos de vandalismo, nas escolas públicas e particulares, muitas vezes estão associados à má administração e à falta de compartilhamento e preservação do bem público.

As escolas “lidam com brigas, atos de agressividade e diversos tipos de violências por meio de normas”, entre elas as “advertências, suspensões, transferências e expulsões, que dependem da gravidade da questão”.

“A disciplina, enquanto responsabilidade e compromisso, é apresentada como condição básica para manter a ordem”, sendo as regras, muitas vezes, questionadas pelo corpo técnico pedagógico e os alunos, como as de uso de uniforme, observância de horários, entre outras.

A despeito das críticas, sobretudo às regras comportamentais, “a tendência entre os alunos é gostar da escola onde estudam”. Eles reclamam do desinteresse e da “indisciplina dos próprios colegas, do aspecto e das condições físicas da escola, da carência de recursos humanos e materiais e da falta de assiduidade e de competência dos professores”.

A par de reunir exemplos de abuso de poder, autoritarismo e de punições arbitrárias, a escola é local de violência simbólica. “(...) o poder de conferir notas, ignorar os alunos com seus problemas, tratá-los mal, recorrer a agressões verbais e expô-los ao ridículo, quando não compreendem algum conteúdo, são algumas violências que aparecem de forma recorrente na fala dos estudantes”.

Os professores, por sua vez, “sofrem quando são agredidos em seu trabalho e em sua identidade profissional pelo desinteresse e indiferença dos alunos, criando um ambiente de tensão cotidiana”. Muitos afirmam não gostar das aulas, da carga horária, das condições de trabalho e da remuneração, criticando os alunos por sua indisciplina e falta de interesse e de dedicação aos estudos.

Em seu depoimento, o alunado demonstra desconfiança de que o ensino ministrado constitua garantia

de qualificação para o enfrentamento futuro do mercado de trabalho. Porém, os de baixa renda reconhecem a escola como “canal de mobilidade social”, e quase todos acreditam que seu estabelecimento de ensino lhes transmite coisas úteis para a vida e para o futuro.

A discriminação avulta dentre as formas de violência. O racismo apresenta-se em “comportamentos disfarçados de brincadeiras e piadas” ou por uma pseudocordialidade. Muitos que se utilizam de tais práticas não lhes atribuem intenções racistas, embora elas sejam “sentidas como tal por quem é alvo”. Certos alunos, porém, confessam que têm preconceito racial e que se envolvem em brigas motivadas pelo racismo.

As conclusões de diferentes pesquisas forneceram importantes meios para a compreensão das formas como os jovens lidam com a violência, dentre elas destacando-se a noção de que “a violência não é monolítica: para alguns, as violências se apresentam comuns e banalizadas; para outros, como conseqüência da discriminação racial e da exclusão social.”

Muitos apenas identificam como violências as que causam danos físicos, existindo os que as reconhecem quando produzem dor, medo, tristeza, baixa auto-estima, desvalorização e pela recusa em reconhecer a dignidade com que todos merecem ser tratados.

Em geral, o alunado afirma que a violência nas escolas é uma das causas do desinteresse, da falta de concentração nos estudos, da perda de dias letivos e da má vontade de assistir às aulas, “por ficarem nervosos, revoltados, com medo e inseguros, tudo trazendo prejuízo para o desenvolvimento acadêmico e pessoal.”

Entre os professores, “o absenteísmo é uma das conseqüências diretas da violência e da falta de reconhecimento pelo mérito de seu trabalho”. Outros resultados são a perda de estímulo para o trabalho, o sentimento de revolta e a dificuldade de se concentrar nas aulas.

Depoimentos comumente aceitos de Geraldo Pieroni, em “Os Degredados na Colonização do Brasil”, e de Sawaia, em “As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social”, levam à compreensão de “que não há como entender a violência de forma dissociada de suas raízes sócio-históricas”.

Assim, as marcas sociais são reveladoras de como se estabeleceu e se desenvolveu a violência. Portanto, “a iniquidade e assimetria das relações de poder estabelecidas durante a nossa história estão no centro da questão da violência e da exclusão”.

Especialistas a isso acrescentam que, no início do século XX, “o castigo físico era utilizado em nosso sistema educacional como forma de excitar a memória infantil. Submetidas a esses suplícios, as crianças brasileiras tinham a sua estrutura de personalidade formada com base na aplicação de punições. Funda-

mental para a formação de uma sociedade, a educação nacional estava permeada pela violência”.

Diferentes diplomas legais fundamentaram a doutrina da exclusão e a expansão da violência, entre eles o que estabeleceu a criminalização da vadiagem e da greve.

A mulher negra foi discriminada e marginalizada em toda a história do País: foi escrava, reprodutora, explorada pelos senhores. Permaneceu desprovida de conquistas sociais durante décadas, passando de ex-escrava a mal assalariada, da senzala à favela, de ama-de-leite a mãe solteira.

Portanto, a questão racial, em conjunto com a instabilidade e a arbitrariedade políticas, prestou-se à consolidação das diferenças sociais. Dessa forma, a análise do processo político nacional também se presta para esclarecer as razões da explosão de violência que hoje enfrentamos.

Concluimos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a nossa intervenção, consignando que o edificante trabalho das professoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, exposto com nitidez e eficiência na versão resumida de “Violências nas Escolas”, representa notável aporte de conhecimentos para a reflexão e a pesquisa de soluções que, finalmente, conduzam à eliminação da violência, também nas escolas.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, as matérias remanescentes da pauta de hoje.

São os seguintes os itens sobrestados:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (BLOCO/PT-MS)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 52 minutos.)

**ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 214, de 18 de dezembro de 2003)

RETIFICAÇÃO

1) No Sumário da Ata, à página 41770, 1ª coluna, no item 1-,

Onde-se lê:

**“1 - ATA DA 2ª SESSÃO
DELIBERATIVA, EM 17 DE DEZEMBRO DE
2003”**

Leia-se:

**“1 - ATA DA 2ª SESSÃO
DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 17
DE DEZEMBRO DE 2003”**

Ata da 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney e Romeu Tuma, da Srª Serys Shhessarenko,
e dos Srs. Papaléo Paes, Luiz Otávio e Osmar Dias*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – He-loísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Shhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 335, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 93, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Na Câmara dos Deputados, realizou-se o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2004. – **Osmar Dias**, Presidente – **Lúcia Vânia**, Relator – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **João Capiberibe** – **Aelton Freitas** – **Cristovam Buarque** – **Maguito Vilala** – **Valdir Raupp** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Papaléo Paes** – **Luiz Otávio** – **Jonas Pinheiro**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 844 / 03

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULAR - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					VAGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				VAGO				
DUCTOMAR COSTA					VAGO				
ABELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA	X				GARBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA					LUIZ OTÁVIO	X			
SERGIO CABRAL					ROMERO LUCA				
JOSÉ MARANHÃO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE	X				JOÃO TENÓRIO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM; 14 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/02/2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas regulamentadoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cum-

pridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 93, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste poderá ser efetuado por meio de emenda de redação que propomos ao final.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2004. – **Osmar Dias**, Presidente – **Lucia Vania**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2002** (nº 1.586/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Primavera de Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 12 de abril de 2004, e publicou, em 13 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 181, de 2004**, que “Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea ‘a’ do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e

seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	4. Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)

Ideli Salvatt	1. Duciomar Costa
Magno Malta (cessão)	2. Sibá Machado
João Capiberibe	3. Tião Viana

PDT

Jefferson Peres	1. Almeida Lima
-----------------	-----------------

(1)PL

Aelton Freitas	1. (vago)
----------------	-----------

(2)PPS

Mozarildo Cavalcanti	1. vago
----------------------	---------

(1) O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004.
(2) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	1. Fernando Ferro
Angela Guadagnin	2. Ivan Valente

PMDB

José Borba	1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2. Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)

José Carlos Aleluia	1. Rodrigo Maia
Enéas	2. Kátia Abreu

PP

Pedro Henry	1. Celso Russomanno
-------------	---------------------

PSDB

Sebastião Madeira	1. Eduardo Gomes
-------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1. Ricarte de Freitas
---------------------	-----------------------

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel	1. Miguel de Souza
--------------	--------------------

PPS

Júlio Delgado	1. Lupércio Ramos
---------------	-------------------

PSB

Renato Casagrande	1. Dr. Evilásio
-------------------	-----------------

(*)PSC

Pastor Amarildo	1. Renato Cazzolino
-----------------	---------------------

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 13-4-2004
- Designação da Comissão: 14-4-2004
- Instalação da Comissão: 15-4-2004
- Emendas: até 19-4-2004 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 13-4-2004 a 26-4-2004 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 26-4-2004
- Prazo na CD: de 27-4-2004 a 10-5-2004 (15º a 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 10-5-2004
- Prazo no SF: de 11-5-2004 a 24-5-2004 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 24-5-2004
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-5-2004 a 27-5-2004 (43º a 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-5-2004 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-6-2004 (60 dias).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, Ofícios que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 30/LM/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 12, de 2003 – CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar irregularidades

cometidas por empresa de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos ‘salvados’, conforme denúncia do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão”, solicito a gentileza de providenciar a substituição do nobre Senador ALVARO DIAS pelo Senador MARCOS GUERRA que passará a integrar a referida Comissão como membro Titular.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 031/LM/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 27, de 2003-CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de pardais”, indico o nobre Senador Marcos Guerra, que passará a integrar a referida Comissão como membro suplente.

Cordialmente, Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 107/04

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, em substituição aos atuais membros, os nomes dos Deputados Edson Duarte e Leonardo Mattos para integrarem, na condição de titular e suplente, respectivamente, a atual composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. 67/2004-GLGOV

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho o nome do Senador Romero Jucá para ocupar 1ª Vice-Liderança do Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Aloízio Mercadante**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício GAB-306/I Nº 14/04

Brasília, 14 de abril de 2004

Assunto: Substituição de parlamentar

Excelentíssimo Sr Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Dr. Elimar Máximo Damasceno para ocupar a titularidade do Prona na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Dr. Amauri Robledo Gasques, que se desligou do Prona desde dezembro de 2003 e filiou-se ao Partido Liberal (PL).

Informo, ainda, que a vaga de suplente será ocupada por este signatário.

Atenciosamente, – Dr. **Enéas Carneiro**, Deputado Federal – Líder do Prona.

OF. PSDB/Nº506/2004

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Vittorio Medioli, como membro titular, e o Deputado Ronaldo Dimas, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 179, de 2004, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Di-

reitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2004

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Importação os instrumentos musicais quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins, e, para uso pessoal, por músico profissional, regularmente inscrito no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil há, pelo menos, dois anos da data da solicitação do benefício.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo, quando outorgada a pessoa física, abrange apenas um instrumento musical por beneficiário e não será outorgada novamente antes de decorrido o prazo de cinco anos contados do despacho concessivo de isenção anterior.

Art. 2º A isenção será reconhecida pela repartição competente do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 3º A destinação do produto adquirido nos termos desta Lei a finalidade diversa daquela referida no art. 1º, bem como sua alienação, antes de cinco anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça as condições nela estabelecidas, sujeitam o alienante ao pagamento do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária, sem prejuízo das penalidades porventura cabíveis.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O apoio às manifestações culturais vem se constituindo numa das mais belas formas de atuação de muitos de nossos governos estaduais e municipais, os quais, nos últimos anos criaram importantes programas voltados para a preservação e o desenvolvimento das manifestações artísticas da população local. Na área federal, todos bem conhecemos os profícuos resultados dos incentivos instituídos pela “Lei Sarney”, cujos princípios foram restabelecidos pela “Lei Rouanet”.

Todas essas iniciativas estatais, na realidade, decorrem do dever atribuído ao Estado de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, dever esse consagrado no art. 215 da Constituição.

E quando se fala em cultura brasileira, a primeira forma de expressão que nos vem à mente é, sem dúvida, a música. Destaca-se ela como elemento distintivo das manifestações culturais nacionais, eis que seus efeitos benéficos se estendem a toda a população, sem exceção, pobres ou ricos, idosos ou recém-nascidos. Incentivar a cultura brasileira significa, portanto, incentivar especialmente a música e seus artífices.

Com esta iniciativa, buscamos mitigar um dos problemas enfrentados pelos músicos brasileiros: o alto preço dos instrumentos musicais importados.

Sabemos que, salvo raras exceções, é modesta a remuneração atribuída aos músicos pelo trabalho que realizam em prol de nossa cultura. Além disso, à proporção que o músico se aprimora em sua arte, surge a necessidade da aquisição de instrumentos mais sensíveis e sofisticados, muitos dos quais ainda não produzidos no País, o que o obriga a adquiri-los no mercado internacional e a suportar todos os ônus inerentes à operação de importação.

Não obstante, em face da parca remuneração média da categoria profissional, muitos músicos têm renunciado ao aprimoramento profissional, haja vista que a importação dos instrumentos musicais necessários ao progresso na carreira toma-se, geralmente, inviável. A impossibilidade da aquisição de instrumentos estrangeiros deve-se não só ao seu elevado preço, no país de fabricação, mas também aos encargos fiscais que incidem sobre a importação, razão pela qual entendemos ser

necessário propiciar a redução do custo final dos instrumentos mediante redução da carga tributária sobre eles incidente.

De fato, uma maneira de fazer justiça a uma classe de profissionais que cultiva e divulga nossa cultura seria a concessão do benefício, propiciando, assim, aos seus integrantes, a oportunidade de expandirem seus conhecimentos e aprimorarem sua técnica de execução e interpretação.

A isenção relativa ao Imposto de Importação é, aqui, proposta de molde a evitar que o benefício fiscal venha a ser utilizado de forma deturpada. Tivemos o cuidado de inserir nesta proposição algumas precauções que, além de restringir a isenção a um único instrumento a cada cinco anos, minimizando os efeitos da renúncia fiscal, asseguram a outorga do benefício apenas nos casos em que ele se justifique.

Tendo em vista o alcance social deste projeto, que toma o instrumento musical mais acessível àqueles que dele efetivamente necessitam como principal meio de trabalho e, dá, assim, importante incentivo ao aprimoramento de nossa cultura musical, contamos com o apoio decisivo dos nobres colegas Parlamentares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 441, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das propostas de emendas à Constituição de nº 11, de 2003, e a nº 8, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2004

Requeiro, nos termos do Art. 221, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do Senhor Pedro Alelaf, grande desportista do Piauí, ex-jogador de futebol, fundador e Presidente do Parnaíba Esporte Clube, pelo seu falecimento, nesta data, na Cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senadores **Mão Santa – Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2002, que “Altera a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica” e o Projeto de Resolução do Senado nº 71, de 2003, que “Estabelece alíquota mínima do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, medicamentos, insumos agrícolas, energia elétrica de baixa renda e sobre prestações de serviços de transportes e comunicações, para produtos da cesta básica”, por tratar-se de matéria correlata.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

*Supremo Tribunal Federal*Ofício nº *403* /PBrasília, *13* de *abril* de 2004.

INQUÉRITO Nº 1608

DENUNCIANTE: Ministério Público Federal

DENUNCIADOS: Luiz Otávio Oliveira Campos

Manoel Coriolano Monteiro Imbiriba Neto

José Alfredo Heredia

Alfredo Rodrigues Cabral

Enio Erasmo da Costa Alves

Lauro da Costa Nery Filho

David Jacob Serruya

José Roberto Lobão da Costa

Paulo Érico Moraes Gueiros

André Moraes Gueiros

Senhor Presidente,


Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 31 de março de 2004, proferiu, nos autos do processo mencionado, a seguinte decisão:

"O Tribunal, por decisão unânime, arquivou o inquérito quanto aos indiciados José Jesu Sisnando D'Araújo e Alberto Jacob Serruya. O Tribunal, por maioria, recebeu a denúncia contra os acusados Luiz Otávio Oliveira Campos, Alfredo Rodrigues Cabral, José Alfredo Heredia, David Jacob Serruya, Paulo Érico Moraes Gueiros e André Moraes Gueiros, pela prática dos delitos

(Fl. 2 do Ofício nº *403* /P, de *13* /4/2004).

dos artigos 19 e 20 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e do artigo 299 do Código Penal, vencidos, em parte, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, e Gilmar Mendes, que excluíam o delito do artigo 299 do Código Penal. E, por unanimidade, o Tribunal, recebeu também a denúncia contra os acusados Manoel Coriolano Monteiro Imbiriba Neto e José Roberto Lobão da Costa, pela prática dos delitos do artigo 19 da Lei nº 7.492/86 e do artigo 299 do Código Penal, e relativamente a Enio Erasmo da Costa Alves e Lauro da Costa Nery Filho, apenas com relação ao crime previsto no artigo 299 do Código Penal. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim e, neste julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República e, pelo denunciado, Luiz Otávio Oliveira Campos, o Dr. José Gerardo Grossi. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Maurício Corrêa".

Atenciosamente,



Ministro MAURÍCIO CORRÊA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, como possibilita o Regimento, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela or-

dem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presi-

dente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na seguinte ordem: Senadora Heloísa Helena, Senador Valdir Raupp e Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há meses, em todos os momentos que ocupo a tribuna, tenho chamado a atenção permanentemente e demonstro o meu inconformismo quanto à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 77 e quanto aos recursos provenientes da arrecadação da Cide. Enquanto esses dois problemas não forem resolvidos, continuarei a falar sobre eles da tribuna. Espero que haja uma solução em breve, pois o problema já se alonga demais. Pretendo até contar quantas vezes tratei dessa

questão aqui, pois não podemos fazer de conta que o problema foi esquecido, superado e resolvido.

Primeiro, abordarei a PEC Paralela, cuja tramitação, mais uma vez, está parada na Câmara. Estão acontecendo reuniões com entidades que se mobilizaram, e muito, durante a discussão das PECs 67 e 77. Naquela ocasião, essas entidades se mobilizaram, e, infelizmente, devem continuar, porque a PEC 77, que se encontra encalhada na Câmara, tem que ser aprovada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Serys Slhessarenko, solidarizo-me com V. Ex^a quanto à aprovação da PEC 77. Quando da discussão da PEC Paralela, fui muito pessimista em relação à sua aprovação, pois não acreditava que se daria na velocidade que o Senado estava esperando, mesmo porque o Governo não tinha muito interesse em sua aprovação, apesar do acordo feito, e porque o Regimento da Câmara é mais complexo que o do Senado para a aprovação da PEC Paralela. A questão relativa ao Regimento, ao atraso, já está superada. Falta apenas vontade política do Governo para que a matéria seja aprovada o mais rápido possível. Tanto V. Ex^a como o Senador Paulo Paim têm sido baluartes na defesa da PEC nesta Casa, mas, para que tenhamos real possibilidade de aprová-la, é necessário que V. Ex^a e o Senador Paulo Paim comecem a votar contra algumas matérias de interesse do Governo. Só assim começarão a escutar aquilo que V. Ex^a está dizendo. Até lá, bate e volta. Quando de votação de matérias importantes, não é preciso, mas em matérias como as de hoje, esse trem da alegria que pretendem ver aprovado, seria um bom começo. Assim, chamaríamos a atenção do Governo para o que está ocorrendo nesta Casa. Senadora Serys Slhessarenko, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, como já disse, continuaremos insistindo neste assunto. A Câmara tem de aprovar a PEC. Essa história de que o Regimento é complexo não convence. Houve até convocação extraordinária por conta disso. Lá se vão meses, e a matéria não avança. Mas tem de avançar.

Outro assunto que abordo cada vez que assomo à tribuna é a questão dos recursos da Cide. Não sei se em outros Estados não existem problemas nas estradas federais, mas no meu Estado, Mato Grosso, existem, e muito graves.

Repito que a medida provisória que destina 29% dos recursos da Cide para os Estados foi aprovada,

e os governadores estão usando esse dinheiro para consertar as estradas estaduais. Não estou discutindo se é correto, se é incorreto; já aconteceu, está acontecendo. Mas nós exigimos recursos, nós precisamos de recursos para as estradas federais. Em Mato Grosso, a BR-163, a BR-070, a BR-364, a BR-158 e a BR-174 estão praticamente intransitáveis, sendo que, na BR-163, há três pontos de emergência já decretados. Todavia, foram arrecadados pelo Tesouro R\$10 bilhões provenientes da Cide. E nada pode ser feito ou nada deverá ser feito, Senador Valdir Raupp, V. Ex^a que também luta pela melhoria das estradas federais em Rondônia. Os recursos da Cide destinam-se à conservação, restauração e construção de estradas federais.

Eu até vou contar quantas vezes falei aqui, da tribuna, a respeito deste assunto. E vou continuar falando. Se eu consegui me inscrever todos os dias, falarei todos os dias, porque considero inaceitável a manutenção da situação daquelas estradas, principalmente agora com a chegada do período de estiagem na região Centro-Oeste, da qual faz parte o meu Estado de Mato Grosso. Ou nós conseguimos recursos para consertar agora as estradas federais da região ou, com a volta das chuvas em agosto e setembro, nada poderemos fazer.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senadora Serys Slhessarenko, parabeno V. Ex^a por debater mais uma vez este tema. Desde o ano passado, V. Ex^a vem carregando a bandeira da restauração das rodovias federais. É lamentável que, depois de aproximadamente um ano e quatro meses, não tenhamos essas rodovias recuperadas, porque o prejuízo é muito grande. No final da semana passada, percorri aproximadamente 600 quilômetros de rodovias federais em meu Estado. Numa das viagens que fiz à noite, percorri 500 quilômetros e vi caminhões, automóveis e ônibus parados, com pneus estourados após terem caído em buracos à noite, quando não se tem boa visibilidade. O prejuízo causado pelos buracos é muito grande. Como V. Ex^a, tenho discutido muito sobre esta questão e venho fazendo isso desde o início do ano passado. Mas, infelizmente, ainda não há um projeto de recuperação para as BRs. Se existe projeto, não está sendo colocado em prática. V. Ex^a, que é do Partido do Presidente da República, e eu, do PMDB, que faz parte da Base de Apoio ao Governo, desejamos que o Governo dê certo e por isso não estamos criticando, mas apelando para que o atual Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, do Estado do Amazonas, nos apóie. O Ministro irá amanhã à noite ao meu Estado, onde lançará um programa de recuperação das BRs e da duplicação de um trecho próximo a Porto Velho. Acredito que o Ministro recen-

temente empossado dará um novo rumo ao Ministério dos Transportes. Não creio que a retirada de parte de recursos da Cide para recuperação de estradas comprometa o superávit primário, uma vez que essa contribuição foi criada pelo Congresso Nacional também para esse fim. Se assim é, por que não destinar, pelo menos, 20%, 30% desses recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a restauração de nossas BRs? Isso ia movimentar a economia e trazer desenvolvimento para o nosso País. O Governo precisa, o mais rapidamente possível, de um plano de ação não só na área de transporte, mas em todas as áreas. A iniciativa privada é importante para alavancar o crescimento do País, mas o Governo precisa também fazer a sua parte, principalmente na área de infra-estrutura – transporte, energia elétrica, saneamento básico, hidrovias, comunicação –, onde tem que investir maciçamente. Desejamos que isso aconteça o mais rápido possível. Parabeno mais uma vez V. Ex^a pelo pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador. V. Ex^a diz muito bem quando fala que estamos clamando por esses recursos. A Cide foi criada para três finalidades determinadas, uma delas a questão do meio ambiente, mas a principal é conservação, restauração e construção de estradas federais. Foram repassados 29%, através de medida provisória, para os governadores. É claro, como já disse aqui, que os governadores estão aplicando esse dinheiro nas estradas estaduais. A população anda pelo Estado, precisa de estradas federais, estaduais e municipais transitáveis. Então, que se faça bom uso desses 29% nas estradas estaduais. Mas as estradas federais estão totalmente deterioradas, precisam ser restauradas, e, para isso, são necessários recursos, Senador. Por isso, dirijo um apelo não apenas ao Ministro dos Transportes, mas, principalmente, ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Os recursos têm que ser liberados, porque a Cide foi criada para essa finalidade. Esses recursos não se destinam a compor o superávit primário, mas a tapar buracos, asfaltar estradas federais. Quando se abastece qualquer veículo, a Cide é imediatamente cobrada, por conseguinte temos direitos. Vidas estão sendo ceifadas, há dificuldade de escoamento da produção, prejuízo com o veículo que passa pelas estradas esburacadas e se estraga. Há momentos em que fico pensando que isso só ocorre em meu Estado. Será que é só em Mato Grosso –, o maior produtor de soja e algodão, que tem o maior rebanho bovino do País, o segundo maior numa série de outros produtos – que as estradas estão deterioradas? Será que é só lá que há dificuldade para o transpor-

te? Será que é só lá que pessoas têm que morrer em acidente um atrás do outro?

E disse que ia só lembrar desse assunto, mas não pude deixar de comentá-lo porque ele traz grandes dificuldades ao Estado do Mato Grosso.

Eu havia destinado meu tempo hoje para falar da questão reforma agrária, da proposta do nosso Governo. O Presidente da República assegura R\$1,7 bilhão para a reforma agrária em 2004, agora com dados realmente relevantes. Nossa expectativa é positiva: a reforma agrária vai começar realmente para valer. Sobre esse assunto, poderei falar outro dia, pois tenho urgência de me referir a uma outra questão. Senador Tião Viana, V. Ex^a é médico, e o assunto de que vou tratar refere-se ao posicionamento do voto do Brasil na ONU pela estratégia global de alimentação saudável. A esse respeito, várias organizações da área de medicina nos encaminharam um documento. Quero lê-lo a fim de que fique registrado o esforço por parte do nosso Governo, por parte do Senado, por parte principalmente do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, os três ministérios mais diretamente envolvidos com a questão.

Trata-se de um manifesto das Sociedades Científicas Brasileiras sobre a Estratégia Global para Alimentação Saudável, da Organização Mundial de Saúde, a recente manifestação adversa do Governo Brasileiro. Está havendo dúvidas com relação a esse voto na ONU. A votação ocorrerá em menos de um mês, e o Brasil precisa ter uma posição favorável a essa Estratégia Global para Alimentação Saudável.

As sociedades científicas signatárias do presente manifesto vêm a público com dois propósitos principais: 1) reiterar o seu apoio entusiástico à iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) denominada "Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde" e 2) manifestar estranheza diante da eventual possibilidade de mudança do voto do Brasil na ONU.

E pedem apoio político às entidades públicas e, em especial, ao Congresso Nacional.

São várias as razões que consubstanciam o apoio à iniciativa da Organização Mundial de Saúde:

A primeira razão decorre da extrema gravidade [inclusive o Presidente da sessão neste momento, o Senador Papaléo Paes, que também é médico, sabe da importância dessa questão] representada pela escalada mundial das doenças crônicas não transmissíveis, in-

cluindo, em particular, aquelas associadas à alimentação inadequada e à inatividade física, como a obesidade, o diabetes, a hipertensão arterial, a doença coronariana, a doença cérebro-vascular e vários tipos de câncer. Inquéritos epidemiológicos realizados em vários países, incluindo o nosso, vêm demonstrando que a velocidade de crescimento do problema tende a ser ainda maior nos países em desenvolvimento e, dentro destes, entre os segmentos mais pobres da população.

A segunda razão prende-se ao trabalho minucioso e atualizado, conduzido pela OMS, evidenciando as provas científicas que relacionam alimentação, atividade física e saúde e que demonstram o papel fundamental que dietas ricas em gordura, açúcar e sal e pobres em fibras e micronutrientes, ao lado de estilos de vida sedentários, exercem sobre o crescimento explosivo de doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo.

A terceira razão se ampara no longo e cuidadoso processo de construção da Estratégia, observado pela OMS, que envolveu a consulta criteriosa a toda a comunidade científica internacional e criou amplas oportunidades de participação para todos os países, diferentes instâncias da sociedade civil, o setor produtivo e demais agências internacionais. Por ter atuado intensa e propositivamente, com o auxílio e apoio das sociedades signatárias deste manifesto, em todas as etapas que redundaram na elaboração da Estratégia Global, incluindo a aprovação da Resolução WHA55.23, o Governo brasileiro não deveria apenas apoiar a iniciativa mas, sim, considerar-se um dos principais protagonistas de sua construção.

A quarta razão reside na consistência e no equilíbrio das ações propostas pela Estratégia Global. Sem desconsiderar a importância de capacitar os indivíduos a fazer escolhas saudáveis quanto à sua alimentação e padrões de atividade física, a Estratégia Global prevê ações de caráter regulatório, fiscal e legislativo sobre o ambiente que visam tornar factíveis as escolhas saudáveis.

Por último, como quinta razão, julgamos importante salientar que a Estratégia Global não é um documento prescritivo, mas, sim, um conjunto de orientações e indicações que devem ser adaptadas à realidade dos diferentes países e integradas às suas políticas nacionais de alimentação e nutrição.

Por fim, os signatários deste manifesto reconhecem que determinadas orientações da Estratégia têm o potencial de acarretar dificuldades para alguns setores empresariais, exigindo dos mesmos mudanças e adaptações. Ainda assim, como no caso do combate ao tabagismo, julgamos que interesses econômicos não devam ter precedência sobre a saúde e o bem-estar da população.

Assinam este manifesto os presidentes das seguintes entidades: Associação Médica Brasileira; Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade; Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade Brasileira de Diabetes; Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Sociedade Brasileira de Hipertensão; Sociedade Brasileira de Nefrologia; Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Sr. Presidente, fiz questão de ler este documento na íntegra. Teríamos ainda proposituras nesse sentido, mas o nosso tempo está esgotado e havia necessidade de registrá-lo da tribuna do Senado da República, porque o Brasil precisa dar o seu voto, em 17 de maio, na ONU, a favor da Estratégia Global de Alimentação Saudável. Para isso precisamos da mobilização inclusive do Congresso Nacional do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Peço a palavra como Líder do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação de interesse da Liderança do Partido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se ainda há espaço para mais uma inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Já temos quatro inscritos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, fico como quinto inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Como quinto inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14,

inciso II, alínea a, do Regimento Interno, com a devida autorização do Senador José Agripino, que é o Líder do PFL no Senado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está sendo muito difícil ser Oposição ao Governo do Presidente Lula. São tantos os fatos a criticar, a trazer a debate neste plenário que, muitas vezes, ficamos em dúvida sobre o que falar. Eu pensava em falar hoje sobre o depoimento do Waldomiro Diniz, que considereei muito comprometedor para o Governo. Pensei em falar também sobre o retrocesso que é o projeto das agências.

Pela manhã, quando lia o jornal, vi que D. Marisa, esposa do Presidente Lula, resolveu plantar dois jardins, Senador Tião Viana, com a estrela do PT, um no Palácio da Alvorada, outro na Granja do Torto, aparentemente. Ora, são palácios oficiais, não podem ter símbolo partidário. Tudo isso daria discurso.

Mas resolvi falar sobre o adiamento do programa Universidade para Todos. Essa é mais uma atrapalhada em que o Governo se mete. O Ministro Tarso Genro, logo que chegou ao Ministério da Educação, quando substituiu o nosso companheiro e colega Senador Cristovam Buarque, chegou como aquela pessoa que queria tirar o atraso. Ele chegou após mais de um ano de Governo e queria fazer em quinze dias aquilo que S. Ex^a imagina que não foi feito durante o ano anterior. Assim, inventou uma série de programas, a meu ver, todos equivocados. São programas lançados pelo Governo sem análise técnica, ou seja, sem uma análise econômica ou um debate com a sociedade.

Houve, por exemplo, o fim do provão. Já era previsto, ele modificou, mas manteve o fim do provão. Houve ampliação do ensino fundamental, do seu controle e acompanhamento, de uma maneira que considero não técnica e até mesma absurda. Há também no âmbito do ensino superior a questão das quotas, um assunto bastante polêmico, que o Governo queria tratar por medida provisória; entretanto, o próprio Governo, ou algum assessor, achou por bem fazê-lo por meio de projeto de lei. Já existe um projeto de lei sobre a matéria aqui no Congresso Nacional – eu mesmo sou autor de um.

Ontem, todas as pessoas foram convidadas para o lançamento desse programa chamado Universidade para Todos. Esse programa é uma enganação! É uma espécie de Fome Zero. Na realidade, é mais um programa para sair no jornal, para mostrar à mídia que se está fazendo alguma coisa. O que se pretende com esse programa – que, pelo que li, pode até ser

interrompido – é comprar vaga ociosa em universidade particular.

Ora, Sr^a Presidente, comprar vaga ociosa em universidade particular significa exatamente beneficiar os donos das piores faculdades porque V. Ex^a sabe tão bem quanto eu que não existe vaga ociosa em escola boa, assim como não existe vaga ociosa em curso bom. Elas existem nos piores cursos das piores escolas. É aí que querem colocar os estudantes pobres, os negros, os índios. E deixar as universidades públicas, que são elitistas, para a elite econômica e social do País.

Esse é um programa que, na realidade, não passa pela comunidade universitária, não passa pela comunidade educacional, se for discutido.

E o que se viu? Ontem, marcou-se uma reunião para hoje para que esse programa fosse lançado por medida provisória – o que é outro absurdo. Mas ontem o Presidente Lula resolveu adiar o lançamento desse programa. Achei que foi muito bom que ele tivesse sido adiado. Deve até acabar esse programa, segundo meu ponto de vista. Não precisamos disso.

Um programa para atender os estudantes de renda mais baixa deve ser feito nas universidades públicas e pelo sistema de financiamento que já existe, através da Caixa Econômica. Então, a única coisa a fazer, se se quiser, é oferecer mais vagas por esse sistema.

Está dito aqui o seguinte:

“Presidente Lula adia o Universidade para Todos”

O Presidente Lula adiou o lançamento do programa Universidade para Todos, que pretende abrir vagas para alunos pobres nas universidades privadas em troca de incentivos fiscais. Já havia até solenidade marcada para amanhã no Palácio do Planalto, com convites distribuídos para a assinatura da medida provisória que criaria o programa. O adiamento é por prazo indefinido.

A mesma coisa aconteceu no Nordeste há um mês. Iam lançar um programa – se não me engano, o Nordeste Competitivo – por duas medidas provisórias, mas na última hora alguém percebeu que elas eram inconstitucionais, pois a matéria de que tratariam só poderiam ser estabelecidas por emendas constitucionais.

Então, o que se vê é que o Governo está perdido, quer dizer, ele toma uma decisão hoje e amanhã é obrigado a voltar atrás, porque não teve como examinar melhor o assunto. Talvez por excesso de Ministro. Quarenta e cinco Ministros, aliás – desculpem –, trinta e cinco Ministros é difícil de coordenar, Sr^a Presidente, principalmente porque o Presidente Lula nunca foi

Prefeito ou Governador e não tem experiência na área administrativa. Certamente, se tivesse sido Governador, não teria criado tantos Ministérios. Hoje há 35 Ministérios, cujos Ministros não se entendem e ficam batendo cabeça. O adiamento do programa Universidade para Todos é a prova mais cabal de como as coisas estão sendo conduzidas. É por isso que o Presidente Lula tem, seguidamente, perdido apoio da população brasileira, conforme demonstram as pesquisas.

Era só isso, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Shhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. PT – MT) – Com a palavra o nobre Senador Sérgio Zambiasi pela Liderança do PTB.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é este; porém, ao cumprimentar o Senador José Jorge, cuja manifestação acompanhei, eu não poderia deixar de dizer que conheço o Ministro Tarso Genro de longa data, visto que S. Ex^a é gaúcho e foi Prefeito de Porto Alegre, e considero S. Ex^a um homem preparado para a vida pública. Tenho absoluta convicção, mesmo não tendo procuração para defendê-lo, de que S. Ex^a cumprirá o mandato calcado na seriedade, na transparência, e de que a sua passagem pelo Ministério da Educação, sem dúvida nenhuma, será histórica. S. Ex^a transformou o processo educacional em Porto Alegre, de cuja história faz parte, como Prefeito. Confiamos plenamente na sua administração. Podemos até concordar que há excesso de Ministérios, porém o Ministério da Educação é insubstituível. Confiamos plenamente no êxito da administração do Ministro Tarso Genro à testa desse Ministério.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Tomara que V. Ex^a tenha razão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Muito obrigado, Senador José Jorge, pela compreensão.

Venho à tribuna para tratar de outro tema, que é questão das emancipações.

Em 1996, inexplicavelmente, sem que houvésemos sofrido qualquer mudança na ordem institucional brasileira, uma emenda constitucional centralizou nas mãos da União, retirando-a dos Estados, a competência de legislar sobre as emancipações de respectivos municípios, até então garantida na Constituição de 1988.

Ora, as leis são instituídas para serem cumpridas, porém devem ordenar-se de forma a contemplar o bem comum. Não podem ser instituições fim das decisões e sim meio, para uma sociedade aspirar a um futuro melhor e evoluir para alcançar tal objetivo.

Por isso, apresentamos no Senado Federal, onde tramita desde o ano passado, proposta de emenda constitucional que devolve aos Estados a competência, que entendemos legítima, de legislar sobre as emancipações de seus respectivos municípios, em nome da autonomia e do respeito ao pacto federativo, valorizando o papel precípuo dos Parlamentos estaduais, que melhor conhecem as particularidades e as realidades de cada região.

Pesquisas e dados estatísticos desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que as regiões que passaram pelo processo de emancipação tiveram suas realidades revigoradas social, política, cultural e economicamente.

Com a elevação da qualidade de vida observada nos últimos anos, no Rio Grande do Sul especialmente, tendo o PIB dos municípios emancipados crescido anualmente desde 1990, as melhoras ocorridas foram verificadas não apenas entre as populações emancipadas, como também nos seus municípios de origem e nas regiões vizinhas.

Segundo essas pesquisas, municípios novos passam a cuidar melhor do patrimônio público, de escolas, redes de saúde, infra-estrutura, saneamento, limpeza, inclusive desenvolvendo ações ambientais com atenção à preservação de rios, nascentes e matas. O motor que move essa transformação é o aumento da auto-estima da população que, num contexto de mais liberdade, passa a participar de um projeto autônomo e real de comunidade, num exercício de cidadania que contempla inclusive o surgimento de novas lideranças políticas locais, discutindo problemas, encaminhando alternativas com mais propriedade.

Os novos municípios passam a ter projeto de vida com decisões relativas ao futuro de sua gente, criando identidade própria, evitando o êxodo para centros maiores. A comunidade planeja e realiza seu próprio presente projetando seu futuro com menores restrições e pressões de sedes municipais distantes, muito distantes, e muitas vezes limitadoras e cerceadoras de opções.

Existem vários exemplos de países que estão na vanguarda em termos de administração pública, como a Suécia, por exemplo, com 72% da administração municipalizada, implicando, diretamente, grande autonomia financeira e administrativa para que as gestões locais possam avançar.

Todavia, a história da administração pública no Brasil é uma história de centralização. O excesso de poder da União sempre desequilibrou as forças de nossa sociedade, relegando nossos representantes regionais – governadores e prefeitos – à condição de pedintes, sujeitos aos humores daqueles que ocupam o poder central.

O Brasil, país com distâncias continentais e diferenças regionais tão grandes, pode ser um conceito demasiadamente amplo e vago para algumas populações do sertão, do pantanal ou do pampa gaúcho. O município, não. Ele é o próprio cotidiano das pessoas: nele nascemos, estudamos, trabalhamos, morremos.

Nele está contido o conceito de comunidade, nele exercemos a nossa cidadania. É a partir do município que nos construímos.

A base política do cidadão é o município, e ele próprio é o conceito mais moderno de administração. Há que se resgatar o direito de as comunidades se organizarem segundo seus interesses mais legítimos, cuja competência de análise e decisão deve voltar às Assembléias Legislativas, constituídas por homens e mulheres com verdadeiro conhecimento de causa em seus respectivos Estados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero registrar a presença nas galerias da Casa – a quem não poderíamos ficar alheios – de pessoas, provavelmente trabalhadores da área de bingo, que tiveram seus direitos de servidores dessas casas abalados por uma decisão do Governo, a qual realmente me parece muito polêmica pela maneira como foi tomada. Todos nós, nesta Casa – não quero aqui discutir mérito –, recebemos a mensagem de que o Governo, por meio de seus representantes nesta Casa, iria regularizar e regulamentar a situação dos bingos. Logicamente, quando o Governo passa essa mensagem, as pessoas que investem nessa área aumentam seus investimentos, com a segurança de que a regularização fará com que possam ampliar seus negócios.

Então, quero prestar a minha solidariedade a todos os que sofreram essas conseqüências e chamar a atenção para o fato de que hoje está na pauta da nossa sessão a medida provisória sobre os bingos, que é uma medida drástica, dramática, não dando nenhuma sensação de sobrevivência, para que possamos pelo menos discutir de forma ampliada esses

casos e chegar a uma solução. Se são 300 mil, 200 mil, cinco mil ou somente um trabalhador, os direitos são os mesmos.

Presto aqui a nossa solidariedade a essas pessoas. Reconhecemos a necessidade de todos, tanto dos investidores, quanto dos funcionários.

Trazemos um assunto completamente diferente desse. Não podemos deixar de comentar, mais uma vez, a questão da PEC nº 77, que a cada dia fica mais confusa, Senador Ramez Tebet, trazendo-nos a sensação de que realmente o compromisso não vai ser cumprido. E há também uma situação em que nossa sessão é preenchida totalmente por discussões sobre medidas provisórias, sem darmos uma solução. O Governo está atropelando os nossos trabalhos, apresentando uma medida provisória em cima da outra.

Ontem, por exemplo, a partir das 16 horas, os Senadores discutiram sobre uma medida provisória só, e não se chegou, até às 22 horas, à conclusão alguma. Realmente, esta Casa ficaria constrangida, sem saber explicar para o povo como é que se quer criar mais de dois mil cargos quando os representantes dos Governos dizem que é preciso diminuir a despesa com servidores. E, para isso, fizeram o Plano de Demissão Voluntária. Milhares de pessoas, desesperadas com seu salário baixo, optaram por aquela indenização achando que o que receberiam ira resolver o problema de suas vidas. Essas pessoas, hoje, estão passando necessidade.

O Governo dizia que era necessário fazer a reforma da previdência e apresentou a esta Casa a PEC nº 67, para que se diminuísse a folha de pagamento, para que diminuíssem as despesas com encargos e salários dos servidores públicos. Agora, o Governo quer criar quase três mil cargos para nomeações, as quais colocamos em dúvida: serão nomeações feitas de uma maneira correta, ou serão nomeações apenas políticas? Disso não se sabe.

Faço esse registro, Senador Ramez Tebet, e lembro o discurso que V. Ex^a fez ontem aqui sobre a participação do PMDB no Governo. V. Ex^a deixou bem claro que o PMDB quer participar de uma forma responsável do Governo, não trocando apoio por cargos. Entendo assim, não faço questão de um cargo, isso não me interessa. Mas todos nós Parlamentares e todos nós do PMDB não queremos ser figuras decorativas, votando em plenário a favor de tudo o que o Governo quer. Temos que ser ouvidos antes, exatamente para votarmos de acordo com a nossa consciência.

Parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento de ontem, em que deixou bem clara essa situação e até concluiu que, se o PMDB estivesse fazendo parte do Governo, das ações administrativas gerenciais do

Governo, colaborando com o Governo, jamais uma medida provisória como aquela viria para esta Casa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Papaléo Paes, não pedi o aparte apenas para agradecer a gentileza de V. Ex^a, mas para dizer que, em treze minutos, V. Ex^a fez um discurso de mais de meia hora, porque abordou vários assuntos que são plenamente atuais e que estão aqui nesta Casa. Permito-me, uma vez que V. Ex^a me concedeu um aparte, abordar essa medida provisória do bingo sem entrar no mérito dela, apenas dizendo o seguinte: imagine V. Ex^a que os bingos existem, os Estados os haviam regulamentado, o Governo manda uma mensagem para cá e diz que vai regulamentar o jogo no Brasil, depois vem uma medida provisória, e tudo isso acaba. Penso na segurança jurídica, no que o abuso de medida provisória pode provocar no País. Uma medida provisória pode desconstituir situações já consolidadas. Contratos e leis ficam desconstituídos por uma simples edição de medida provisória. O que provoca isso? Provoca insegurança no seio da população. V. Ex^a já vem abordando nesta Casa um sentimento partidário, consentâneo com suas raízes e com a história do Partido, e não estranho o fato de V. Ex^a ocupar esta tribuna hoje para fazer essas considerações de forma simples e sincera, sem erguer a voz, apenas chamando a nossa atenção, procurando mostrar para a sociedade e para o Governo a situação. Realmente, todos nós queremos colaborar. E colaborar não é chegar e homologar, mas sim falar o que sentimos a respeito das questões do nosso País. Isso é o que V. Ex^a tem feito nesta Casa. Desde que V. Ex^a chegou aqui, eu já o admirava, mas, na votação da reforma da previdência, vi a coragem de V. Ex^a. Meus cumprimentos por sua atuação.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. Suas palavras enriquecem nosso pronunciamento e nos dão uma sensação de que estamos no caminho certo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Papaléo Paes, antes de abordar o assunto que motivou este aparte, eu gostaria de fazer um registro histórico sobre a assunção à Presidência da Casa do Senador Osmar Dias, que está assumindo a postura de um verdadeiro Senador do Império. Desejo a V. Ex^a felicidade nessa rápida passagem pela Presidência,

esperando que V. Ex^a volte em outras circunstâncias, presidindo-a por delegação dos companheiros, porque mérito e competência V. Ex^a possui para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes. É pena que eu não tenha direito à reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a é contra ou a favor da reeleição?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Sou sempre contra a reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está certo.

Mas V. Ex^a tem mérito para trilhar os caminhos e fazer com que tenhamos o privilégio de ser presididos por V. Ex^a. Caro Senador Papaléo Paes, durante a tarde inteira vimos essa discussão que sempre resvalava para a questão maior: a desconfiança em relação à atitude não muito clara do PT, às vésperas de eleições, em querer preencher de maneira rápida esses cargos. Ontem apresentei a questão e fiz uma contabilidade rápida do montante que o PT arrecada hoje com a participação voluntária dos servidores brasileiros para as contribuições do seu fundo partidário. Não sou contra o detentor de mandato eletivo que se filia a um Partido, por desejo próprio, por vontade de contribuir com aquela agremiação que lhe dá guarida, como também não sou contra o servidor público dar tal contribuição. Foi o PT que entrou com ações populares contra os Governos que praticavam esse tipo de expediente em vários Estados, usando todos os artifícios de combate possíveis. Na hora em que assume o poder, o Partido utiliza-se exatamente do método que sempre combateu. Isso é legal – a Justiça já disse. O que se questiona é se, moralmente, o PT tem condições de fazer a cobrança. Não tenho dúvida de que, ao final de quatro anos, o PT será o Partido mais rico do planeta. É só fazer a conta de quem contribui no universo dos servidores públicos. Haverá um partido milionário num país empobrecido. Essa é outra questão. O PT, para ser fiel a tudo o que pregou durante 20 anos, deve se debruçar mais atentamente sobre esse projeto e precisa observar que pelo menos 70% do que está aqui foi o que o Partido levou às praças públicas como tendo sido erros cometidos pelo Governo de então. O Partido prometia à população brasileira corrigir esses erros de imediato. Na semana passada, em um debate com as Lideranças do PT, questionei o prazo de que o PT necessita para começar a governar, para pagar promessas. Temos paciência. Senador Papaléo Paes, V. Ex^a é um homem equilibrado e permanentemente atento. Se examinarmos todas as crises que o Governo viveu até agora – o Senador Magno Malta poderá dizer se tenho ou não razão –, veremos que todas elas foram criadas pelo Governo. Nunca vi uma Oposição

tão desejosa de ajudar um Governo a dar certo quanto a Oposição brasileira de agora, mas o Governo não se ajuda. Há um “fogo amigo” – e está muito em moda esse termo – atacando o próprio Governo. Não acusem o PFL, o PSDB ou um dissidente disso ou daquilo! Todas as crises são criadas pela base do Governo. Há uma guerra entre amigos, uma fogueira de vaidades. A questão que estamos vivenciando é apenas mais uma. Não venham aqui com estatísticas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique nos mandou 100 medidas provisórias e que o PT nos mandou 70! Não se trata de um campeonato de bola ao cesto. O problema é que os membros do PT combateram medidas provisórias durante todo o tempo e diziam para a população brasileira que as sepultariam a partir do momento que seu Governo tomasse posse no País, mas, ao contrário, proporcionalmente, esse Governo já mandou mais medidas provisórias para esta Casa do que o do ex-Presidente Fernando Henrique. É bom que se frise que algumas das emendas reeditadas haviam sido, no período de transição, devidamente combinadas com o Governo atual. Eu pretendia fazer essas considerações em apreço a V. Ex^a, que é o grande representante do Norte brasileiro nesta Casa. Aproveito para felicitá-lo por, embora participar da base do Governo, reconhecer que essa situação está demais.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, eu o concederei ao Senador Magno Malta.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Eu e o Senador Magno Malta estamos aqui falando sobre a democracia em que as damas falam em primeiro lugar. Mas, às vezes, não sou muito dama.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Principalmente, as mulheres valentes falam primeiro.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Papaléo Paes, eu me inscrevi para fazer uma comunicação inadiável, para falar sobre os trabalhadores dos bingos. Vou deixar esse assunto para mais tarde em função da minha inscrição. Também não vou falar sobre a criação dos cargos, porque ontem já ficamos aqui – coincidentemente, todos os Senadores que aqui estamos – até às 22 horas tratando dessa situação vexatória, vergonhosa, desses balcões que são montados, onde se apropria o espaço público como se este fosse uma caixinha de objetos pessoais a ser manipulado pelo Partido A ou pelo Partido B. Sinto-me muito envergonhada, porque falávamos muito quando esse tipo de estrutura era montado por quem tinha um tucaninho de broche. Hoje, os que criticavam o tucaninho de broche, que são os da estrelinha no peito, fa-

zem a mesma coisa. Mas vou aproveitar o aparte para falar sobre a PEC paralela. Já vi muitos Parlamentares cobrarem o acordo relacionado à PEC paralela. V. Ex^a e o Senador Osmar Dias, além de mim e de alguns outros Senadores desta Casa, fizeram um esforço hercúleo, um esforço sobre-humano para possibilitar as modificações relacionadas à reforma da Previdência. E, evidentemente, não a caracterizo como reforma da previdência. Trata-se de uma farsa denominada “reforma da previdência”. Não era reforma da previdência, porque com ela não se combateram privilégios, não foram auditadas as contas da Seguridade Social – superavitária, apesar dos saques que são feitos pelos cofres públicos e pelo Palácio do Planalto para engordar os gigolôs do Fundo Monetário Internacional – e não foram incluídos os filhos da pobreza. Muitas entidades de servidores, de forma correta, tentavam fazer com que algumas alterações aqui fossem feitas. Todo o tempo e o tempo todo, eu e vários outros Parlamentares dizíamos: “Se queremos promover as alterações e se as alterações promovidas na PEC nº 67 voltarão para a Câmara – da mesma forma que ocorreria se uma nova PEC fosse feita –, por que ela não foi alterada quando lá estava?” Então, Senador Papaléo Paes, espero realmente que essa PEC paralela tenha uma tramitação rápida e que o Governo cumpra a sua palavra. Não adianta responsabilizar os Deputados e a Câmara. Sabemos que o Governo, para aprovar o que quer, faz até balcão de negócios, com distribuição de cargos e de prestígios, com liberação de emendas e de poder. Foi o que o Governo fez nas duas fraudes da reforma dita previdenciária e da reforma dita tributária. Então, espero realmente que a PEC paralela seja aprovada o mais rápido possível. É evidente que muitos – e espero que estejam com dor na consciência – impossibilitaram que as alterações fossem feitas na PEC originalmente. E o fizeram por convicção, por concepção. Mas muitos outros se aproveitaram da PEC paralela para, de alguma forma, fazer jogo de cena para os trabalhadores do setor público. Portanto, espero realmente que a PEC paralela seja aprovada, até porque esse foi um compromisso do Governo e de muitos Senadores da Casa que se expuseram no debate para aprová-la. Entretanto, não tenho dúvida de que não se trata de responsabilidade da Câmara dos Deputados. Vamos acabar com isso, que é muito feio. Isso é falta de coragem! É preciso dizer que a responsabilidade é do Governo, porque o Governo, quando quer, aniquila até a Constituição, acabando com a possibilidade de se instalar uma CPI. Imaginem, então, o que o Governo faz para aprovar a reforma!

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Realmente, a PEC

nº 67 foi muito bem usada para se conseguir número para aprovar a PEC nº 77 e também para fazer esse jogo de cena para o servidor público.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Senador Papaléo Paes, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Eu o estava ouvindo do meu gabinete e me dirigi ao plenário exatamente com a intenção de apartear-lo. Aproveite-me Deus que eu chegasse em bom tempo para poder apartear-lo. Representantes dos servidores públicos federais, pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), estão reunidos no Plenário nº 7 nos esperando, os Senadores que são a favor da PEC nº 77, a chamada PEC paralela, para nos congratularmos e reafirmarmos nosso compromisso. Eu dizia a eles ali no corredor: “A Câmara pode fazer o que quiser com a PEC nº 77, porque, quando ela chegar ao Senado Federal, vamos colocá-la no devido lugar”. Os avanços conseguidos por esta Casa – a regra de transição, a paridade, a questão dos inativos e dos portadores de doenças incapacitantes – foram uma grita da Oposição, do Senador Paulo Paim, da Senadora Serys Slhessarenko e daqueles que somos da base do Governo e de alguns Senadores, inclusive o nosso querido Geraldo Mesquita, do PSB. Vamos mantê-las. Só votamos a PEC nº 67 porque nos foi dada a garantia de que a PEC nº 77 seria votada, que os seus avanços seriam votados. Só não sabíamos que iriam instigar a Câmara contra o Senado. Neste ponto, a vaidade tomou conta. Lembro-me de que estive numa reunião no gabinete do Presidente da Câmara, com líderes das duas Casas, e eles disseram que não admitiriam aquilo porque quem tinha sido vaiado havia sido eles; quem tinha levado tomatada na cara havia sido eles. Agiam como se fosse uma gincana, uma disputa. Na verdade, quem está em jogo são os servidores públicos federais, são servidores de outras categorias, que tiveram a perspectiva de avanço com essa PEC paralela, uma invenção do Senador Tião Viana. Que saudades de Tião Viana na Liderança! Tião, pelo menos, ganhava-nos pelo coração. Muitas vezes, não concordávamos nem com o mérito do que estava sendo discutido, mas a figura de Tião, respeitosa, carinhosa... Que saudades do Senador Tião! S. Ex^a criou essa PEC paralela e, acreditando nos avanços nela embutidos, esta Casa votou a PEC nº 67. V. Ex^a também era um dos irredutíveis, mas acreditou no avanço e nas promessas que nos fizemos de que isso seria votado imediatamente. O que aconteceu, então? Uma convocação descabida no recesso, com gastos exorbitantes, mas a Câmara não votou a matéria. O Presidente da Câmara reagiu duramente, e agora a PEC nº 77 está sendo alterada na sua totalidade na-

quela Casa para ficar igual à PEC nº 67. Não permitiremos isso. Reafirmo aos servidores e aposentados deste País que essa PEC paralela é terminativa no Senado. V. Ex^a sabe disso, Senador Papaléo Paes, e, sendo terminativa, vamos manter aqui aquilo que garantimos. Isso é muito ruim, porque a credibilidade do Governo e o respeito às lideranças vão quase a zero nesta Casa. Sinto-me profundamente decepcionado, porque me sinto enganado neste momento, a não ser que a situação tome outro corpo. Percebo, pela reação que existe nesta Casa, que a credibilidade do Governo não está abalada no Senado da República, está no chão. Isso vai valer para todas as outras questões. Então, vejam que há uma questão como essa e há uma medida provisória em pauta para criar três mil cargos. Quero, de antemão, garantir que o meu Partido, o PL, não vota a favor dessa medida provisória. Votamos contra, queremos vê-la no chão, porque votar a favor, neste momento, na minha visão, seria um escárnio contra a população brasileira. O moço que ateou fogo ao corpo em frente ao Palácio do Planalto é do meu Estado, da cidade de Cariacica. Ele agiu assim porque estava desempregado, angustiado. E o que estamos fazendo? Quando não se produz trabalho, produz-se desonra. A honra de um homem é o seu trabalho. Um homem sem trabalho é um homem sem honra. E um homem sem honra é levado a qualquer situação. Portanto, entendo que este não é o momento. O Governo tinha de retirar essa medida provisória de pauta em respeito não só a esta Casa, nem à outra, mas em respeito à sociedade brasileira. Se, na campanha eleitoral, falava-se em dez milhões de empregos, não se pode criar três mil da noite para o dia, porque será indicação meramente política. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, vou concluir meu pronunciamento – aliás, as minhas palavras, porque o pronunciamento que trouxe para hoje vai ficar para uma próxima oportunidade. Quero só lembrar que não votei na PEC nº 67 porque não acreditei – e quero estar errado nessa situação – na PEC nº 77. Votei contra a PEC nº 67 porque jamais acreditaria que, depois de o Governo passar por tanto desgaste aqui dentro e na Câmara para aprová-la, aprovaria uma outra corrigindo aquela.

A outra questão que quero levantar, sobre a qual V. Ex^a falou muito bem, é que alguém me perguntava nesta Casa, por esses dias, como eu estaria me sentindo do lado de fora. Ora, Senador Magno Malta, não há um aqui dentro, por mais opositor que seja, que es-

teja torcendo para que o Governo se dê mal. Estamos torcendo pelo bem do Governo, que é o bem do nosso País. O que nos angustia muito é que me parece que o Governo, o Executivo, não escuta, como diz o Mão Santa, a voz rouca das ruas. E a conseqüência é que nós, que convivemos diariamente, estamos, sim, ouvindo nas ruas a falta de crédito do Governo perante o povo. E é necessário que se faça uma pesquisa, não uma encomendada por fregueses do Governo, mas uma pesquisa séria, para saber a realidade. Isso porque não podemos perder a esperança. Assim, a falta de credibilidade existe e, politicamente falando, o Governo está sendo considerado um não cumpridor de compromissos políticos. Isso é muito ruim para um Governo em que o povo brasileiro acreditou e para o qual deu 60% dos seus votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, A SRA. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Pela ordem.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse, como Líder do meu Partido, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Ex^a deseja falar antes da Ordem do Dia? Fica inscrito como Líder do seu Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria que me inscrevesse para falar pela Liderança do PSDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PSDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse para falar pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – O Senador Jefferson Péres também está inscrito pela Liderança do PDT.

Consulto S. Ex^a se deseja usar seus cinco minutos neste momento. (Pausa.)

Então, tem a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

Senador Magno Malta, V. Ex^a também deseja usar a palavra agora?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quero falar depois do Senador Jefferson Péres, até porque eu sou fã dele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Em seguida falará V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos, nos cinco minutos que me são concedidos.

As instituições republicanas no Brasil nunca foram grande coisa. Mas ontem me convenci de que o que falta mesmo neste País é espírito republicano. Vou falar algo antipático, mas que precisa ser dito. Presenciei ontem, neste plenário, um fato inusitado: a Ordem do Dia foi adiada por mais de uma hora, com Senadores se sucedendo em solidariedade a um Colega nosso, com críticas a uma questão **sub judice** no Tribunal Superior Eleitoral. Não há precedente. Nunca vi isso. A questão está em julgamento num tribunal composto por três Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dois advogados saídos de uma lista sêxtupla indicada pelo Supremo Tribunal Federal. É um Tribunal, portanto, idôneo.

Ontem, vi Senadores se sucedendo em apartes ao nosso Colega, pelo qual tenho respeito e consideração, Senador João Alberto Capiberibe, mas ele está **sub judice**. Elogiaram-no muito como Governador – o TSE não está julgando o desempenho do Senador Capiberibe como Governador do Amapá –, e elogiaram-no como Senador – o Tribunal não está avaliando a atuação do Senador aqui no Senado. O Tribunal está julgando a denúncia de um fato ocorrido durante a campanha eleitoral. Ou a denúncia é verdadeira, ou não é.

Vi pessoas criticarem o Tribunal e os três Ministros que deram o seu voto porque teriam se precipitado, julgando com duas provas inconsistentes. Meu Deus do céu! Leram os autos? Como pensar que Ministros de um Tribunal Superior são tão levianos a ponto de julgar e querer a cassação do mandato de um Senador por provas insubsistentes, inconsistentes?

Houve quem quisesse que o Presidente do Senado fosse ao Tribunal, Senador Osmar Dias, o que seria uma interferência absolutamente indébita de um Poder em outro. Estou torcendo para que o Senador João Alberto Capiberibe – que infelizmente não está presente para me ouvir – se saia bem nesse processo, mas o Senado não tem nada a ver com isso. **Dura lex sed lex**. Ou houve a compra de votos ou não houve. Quem vai avaliar e decidir o caso é o Tribunal.

Se houve compra de votos – e o Senador Capiberibe, com certeza, não tem nada a ver com isso, foi a sua equipe, mas não importa –, Senador Osmar Dias, o mandato do Senador está maculado de um vício insanável, que implica perda de mandato, conforme a lei. E vi os Senadores indignados com isso, questionando a autoridade ou a isenção do Tribunal Superior Eleitoral.

Dizer isso me custa antipatia aqui – o que pouco me importa, pois não estou em campeonato de simpatia, Senador Osmar Dias –, mas isso é falta de espírito republicano. Não importa que seja Senador. Se infringiu a lei – não sei se o fez –, que se apliquem as respectivas penas. A lei, em uma república com “R” maiúsculo, vale para o gari e vale para o Senador da República.

Sr. Presidente, outro assunto é a famosa PEC paralela. Na reunião de Líderes que houve ontem, ficou acertado que a proposta será votada na Câmara dos Deputados em maio. Possivelmente em maio, Senadora Heloísa Helena. O relatório do Deputado Pimentel já mudou o teto do funcionalismo nos Estados – uma das grandes reivindicações da classe –, já mudou a regra especial, que não é mais para os que se aposentarem até a promulgação da PEC, mas sim até 1998.

Se a proposta for votada na Câmara dos Deputados em maio – e talvez seja em junho –, voltará para o Senado, mas sabemos que não haverá votação de matéria alguma no segundo turno. E ainda estou aqui com um calhamaço de discursos de Senadores e Líderes dos Partidos da base governista.

Senadora Heloísa Helena, quando subíamos na tribuna para dizer que duvidávamos que aquela PEC fosse para valer e que a Câmara dos Deputados referendasse o acordo, recebíamos como reposta a indignação dos Senadores governistas. Não tínhamos o direito de duvidar da palavra empenhada.

O que está havendo? Onde estão os Líderes que deram sua palavra? Onde estão os Senadores, como Paulo Paim e Pedro Simon, que, de boa-fé, votaram a PEC nº 67 porque foram convencidos de que a PEC paralela seria aprovada?

Que País é este, Sr. Presidente, onde acordos assumidos publicamente no plenário do Senado não são cumpridos, e tudo fica por isso mesmo?

Chegou no plenário o Senador João Capiberibe. Acabei de dizer desta tribuna que estou torcendo pela absolvição de V. Ex^a e que ficarei muito alegre se ela ocorrer. No entanto, com absoluta franqueza, parece-me impróprio que Senadores duvidem da idoneidade ou da isenção de um Tribunal Superior e, mais ainda, que se dirijam aos seus Ministros. Trata-se de um assunto da inteira alçada daquele Tribunal.

Portanto, antes que minhas palavras sejam deturpadas, digo-lhe isso com toda a sinceridade. V. Ex^a merece respeito e, mais do que respeito, estima. V. Ex^a tem sido um bom Senador realmente, mas essa matéria é da alçada do Tribunal Superior Eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem.) – Peço a palavra por ter sido citado pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, V. Ex^a tem a palavra, por cinco minutos, para uma explicação pessoal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não houve compra de voto. Devo satisfação a esta Casa. Devo satisfação ao povo do Amapá, que me elegeu para o Senado, e aos meus Pares, Senadores e Senadoras, com os quais convivo ao longo de um ano e quase quatro meses.

Portanto, procurei meus colegas para explicar-lhes que não compramos votos; que não conhecemos as pessoas que nos acusam, nem elas nos conhecem; que não houve nenhum contato entre nós e os nossos acusadores. E é minha obrigação, sim, explicar. Somos agentes políticos, eleitos legitimamente pelos cidadãos e cidadãs dos nossos Estados. Representamos os Estados nesta Casa e, com muita frequência, discordamos, mas temos respeito uns pelos outros. Exatamente por isso, preocupa-me, sim, prestar satisfação a todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

Afirmo categoricamente que não houve compra de votos, em nenhum momento, no pleito de 2002, até porque fiz uma campanha para o meu candidato a Governador, que foi derrotado. Não fiz campanha para o Senado. Fiz campanha para Governador, porque queria ver o meu candidato me sucedendo no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que se fundamenta nas teses do desenvolvimento sustentável, na combinação da economia com preservação ambiental. Considero um absurdo converter a Amazônia em campo de soja; considero um absurdo reproduzir um modelo em uma região que ainda está intacta e preservada, onde poderemos construir o novo. Eu queria ver o meu Governador eleito para dar continuidade a um programa de oito anos, um programa bem-sucedido, considerando os dados estatísticos do IBGE.

Portanto, insisto que esta Casa merece uma prestação de contas do meu mandato. Mais do que isso, as manifestações das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, ao longo desses dias, foram feitas com profundo respeito à Justiça Eleitoral. Em nenhum momento vi qualquer restrição à ação da Justiça. Ao contrário, há uma confiança irrestrita de que esse processo será concluído fazendo justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Com a palavra, pela Liderança do PL, o Senador Magno Malta.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna não é exatamente esse assunto, mas, sim, o fato de que quero saudar os trabalhadores dos bingos, presentes hoje nesta Casa. Alguns estavam conversando comigo. A minha posição é conhecida neste País. Sou o Presidente da Frente Parlamentar Contra a Legalização dos Bingos por convicção e sou o autor do requerimento de instalação da CPI dos Bingos.

Saúdo os trabalhadores presentes e reafirmo o que tenho dito, que toda regra tem exceção. Existem neste País, Senador Geraldo, 20% de empresários que lidam com bingo, meu Presidente Osmar Dias, e que trataram o bingo como empresa para gerar emprego. Mas a maioria absoluta dos bingos é fachada para lavagem de dinheiro de contravenção. Infelizmente, as pessoas que os usam, as pessoas que lá estão e os que neles trabalham estão interessados no seu trabalho, o que é justo.

Mais do que justo seria que, ao enviar a medida provisória, o Governo já estivesse enviando junto uma proposta para absorver os trabalhadores que agora estão sem trabalho devido ao fechamento dos bingos. Liguei para o Ministro Berzoini fazendo uma proposta para que esses funcionários fossem absorvidos rapidamente. A minha proposta, Senador Geraldo, era chamar a CNC e a CNTur, que tomam conta da rede hoteleira brasileira, de bares e similares, que tomam conta da rede de churrascarias deste País, porque de 80% a 85% dessa mão-de-obra poderia ser absorvida na rede hoteleira brasileira, que é vasta, e eles estariam dispostos a fazer isso.

Num segundo momento, o Governo poderia chamar os Governadores de Estado e o seu Secretário de Turismo para convocar todos os demitidos de bingo. A princípio, poderia começar cadastrando os que têm carteira assinada, que não representam esse número de trabalhadores que estão sendo colocados na rua. Em seguida, cadastrar-se-iam aqueles que pertencem

a cooperativas que prestam serviço a bingo – até porque a cooperativa é uma maneira simples de não se pagar tributo. Uma terceira medida a ser estabelecida seria cadastrar, entre aqueles que fazem segurança, apenas os que não foram expulsos da Polícia Militar e que não respondem a processo criminal. Passei essa proposta ao Governo e ao Ministro Berzoini.

Quanto aos ex-funcionários dos bingos, que estão hoje sem trabalhar, é mais que legítimo que estejam atrás dos seus trabalhos, que o queiram de volta, porque a honra de um homem é o seu trabalho. E não se pode desonrar sem oferecer uma perspectiva de honra, porque a coisa fica sem justificativa.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna – vou falar desse assunto mais tarde – é o número de homicídios no Espírito Santo, que cresceu 369% em 20 anos, segundo o jornal **A Gazeta** de hoje, do meu Estado. A violência urbana é uma situação tremenda, angustiante por que passa a população brasileira. No meu Estado, que viveu 12 anos refém do crime organizado, a situação durante muito tempo foi assustadora, porque só estávamos nas páginas policiais da imprensa, da mídia escrita, falada e televisada deste País, meu Presidente.

A situação por que passa hoje o Rio de Janeiro é semelhante à tragédia que vivem os pequenos municípios, numa menor escala. A violência imposta pelo crime no Rio de Janeiro, advindo do tráfico e do uso de drogas, tem de chamar a nossa atenção para o tipo de instrumento que devemos produzir para a Justiça brasileira a fim de que ela possa fazer justiça com mão de ferro àqueles que têm tocado o terror, Senador Motta, e tirado a paz da sociedade brasileira.

No Brasil, parece-me que, quando o crime põe o pé na parede e diz “eu quero”, “nós queremos”, os homens públicos “põem o galho dentro” e dão um passo atrás, como se estivessem amedrontados.

Avaliem V. Ex^{as} a nova Lei de Narcotráfico votada na Câmara e que está vindo para esta Casa: ao traficante, tudo; ao usuário, nada.

Meu amigo, isso não existe. Só existe traficante porque existe usuário. Se quer quebrar um empresa, acabe com o seu cliente; se quer promovê-la, promova o seu cliente. É verdade que o usuário não tem de ser tratado como traficante. Desta tribuna já disse e avalio que, se fizessemos uma guerra contra calça **jeans** neste País, impedindo que as pessoas a usassem, fechariam as fábricas, porque faltaria usuário. Como pode uma lei que propõe ao traficante tudo, ao usuário, nada?

Há o instrumento chamado justiça terapêutica, criado por nós na Lei de Narcotráfico e descaracterizado na Câmara. Tive o prazer de ser o Relator da Lei

de Narcotráfico, criada após a morte de Celso Daniel, na Comissão Mista de Segurança, composta por membros da Câmara e do Senado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Segundo a Lei do Narcotráfico, o juiz deve impor ao usuário ou dependente a recuperação e, depois, as penas alternativas. Morre nisto: só se faz o cadastramento. Ora, trata-se de um incentivo à impunidade. É preciso que, em não cumprindo as penas alternativas, o juiz disponha de outro instrumento, porque, para o projeto que foi votado na Câmara, os traficantes estão batendo palmas e fazendo mil festas, porque os usuários estarão impunes e protegidos pela lei, e eles poderão traficar. Aí está a violência do Rio de Janeiro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a situação do Rio é grave. Não importa só que o Exército vá às ruas, Senador Motta, porque vai às ruas e irá embora após três, oito dias. E depois? Como fica? Qual é o plano efetivo? O clima do narcotráfico no Brasil, quando vivemos um estado de exceção na segurança pública brasileira, requer muito mais que isso, requer um projeto efetivo.

Como é o clima de guerra? Como ocorre na guerra? Quando se descobre o aparelho do inimigo, onde está o seu potencial bélico, pode-se destruí-lo e assumir o seu lugar. A saída para o Rio de Janeiro é colocar batalhões da Polícia Militar no topo dos morros, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E abrir mais entradas nas favelas, porque só existe uma em cada favela. É necessária também a presença efetiva do Estado num plano efetivo, porque o tráfico de drogas e os traficantes substituem o Estado nas favelas, socorrendo os moradores, sendo benfeitores da população. O Estado precisa se fazer presente.

Deve-se discutir um plano efetivo, em que o Estado esteja presente e deixe de ser ausente nas comunidades mais carentes não somente do Rio de Janeiro, mas do País todo, porque o que vamos resolver se colocarmos o Exército nas ruas e tirá-lo com oito, dez, doze dias?

Governos e políticos não podem digladiar-se. É preciso, agora, prestar atenção, porque, senão, o que está ocorrendo no Rio vai alastrar-se por este País inteiro em função da falta de política de segurança pública. É preciso agora aproveitar esse incidente, discutir, Senador Guerra, e convocar uma nova reforma na Constituição brasileira para instituímos prisão per-

pétua para narcotraficante e para integrantes do crime organizado no Brasil e para, a partir daí, mudarmos essa lógica infame que tem colocado a população brasileira contra a parede.

Sr. Presidente, desculpe ter-me alongado. Obrigado pela benevolência. Gostaria de sempre tê-lo na Presidência, porque V. Ex^a é bom de coração. Ultrapassei o tempo em três minutos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Magno Malta, eu gostaria de ouvir V. Ex^a mais um pouco, mas outros Senadores também desejam usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, e transfiro a Presidência ao Senador Luiz Otávio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um seminário no Rio de Janeiro de avaliação do Governo Lula, promovido pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

No dia de ontem, o economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro Fernando Cardim afirmou aquilo que estamos cansados de afirmar: o Governo Lula está sem rumo. Mas foi além e disse que o Presidente Lula pode acabar o seu mandato como o ex-Presidente argentino Fernando de la Rúa.

Relembrando, Fernando de la Rúa, eleito em 1999, foi obrigado a renunciar em dezembro de 2001, após uma grave crise político-econômica, quando também renunciou o Ministro da Economia Domingo Cavallo.

O professor e economista Fernando Cardim afirma que não há projetos de curto nem de longo prazo, que o Governo não tem rumo, nem de curto, nem de longo prazo, que o curto prazo foi entregue ao Ministro da Fazenda e o longo prazo ainda está esperando para saber qual é a estratégia de desenvolvimento imposta pelo atual Governo.

Se há falta de rumo, consagra essa ausência, sobretudo neste momento, a desordem institucionalizada no meio rural.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna responsabilizar o Governo. Não há como não responsabilizar o Governo do Presidente Lula pela institucionalização da desordem no meio rural brasileiro. Não há mais lei. O império da lei cede espaço à violência, porque não há autoridade governamental, que não se impõe. Há uma apatia sem precedentes por parte do Governo, talvez constrangido por ter sido, ao longo do tempo, parceiro do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As lideranças do movimento insistem em afirmar que o Governo Lula é aliado. Estabeleceu-se, neste momento, uma aliança promíscua, porque a violência faz degenerar a instituição pública brasileira, oferecendo espaço a uma desordem que certamente será responsável por prejuízos imprevisíveis à nossa economia.

Faço apenas um relato dos últimos dois meses, março e abril, embora abril ainda esteja em curso. Nesse período, houve 102 invasões, das quais 69 foram patrocinadas pelo MST, em 16 Estados da Federação, onde aproximadamente 21 mil famílias estão acampadas. Muitos desses trabalhadores são desempregados urbanos que se reúnem, integram o movimento e invadem as terras, provocando a insegurança de forma fatal para a produção agrícola brasileira.

O Governo é, sim, responsável. O MST foi instrumentalizado politicamente pelo Partido dos Trabalhadores. O MST apoiou abertamente a candidatura de Lula à Presidência da República, e Lula afirmava ser o único candidato capaz de promover reforma agrária em paz no País. Certamente esse constrangimento leva à inanição, à passividade, diante de toda esta movimentação que afronta a legislação do País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Infelizmente, Senador Eduardo Suplicy, estou falando pela Liderança e não há como conceder apartes.

Ontem, ao final da reunião da CPI da Terra, a conclusão foi um diagnóstico pessimista que impõe uma missão das mais difíceis ao Governo brasileiro. O bolsão de pobreza cresce assustadoramente no campo; a pressão social é avassaladora; e o Governo necessita disponibilizar recursos e instrumentalizar o Incra para que se promova a reforma agrária no País de forma mais competente, recuperando a credibilidade. A descrença dos trabalhadores sem terra e dos proprietários rurais leva a essa conflagração.

Ontem, houve acusações de parte a parte. Os trabalhadores sem terra acusam os proprietários rurais de constituírem milícias armadas, promovendo a violência. Os proprietários rurais acusam os trabalhadores sem terra, por meio do MST, de promoverem a violência.

Desta tribuna, responsabilizamos o Governo. Das acusações de proprietários às acusações de trabalhadores sem terra, preferimos responsabilizar o Governo. Um governo é eleito para impor autoridade, estabelecer o respeito à ordem e à lei vigente. O Governo Lula está sendo incompetente para fazer com que a ordem se estabeleça no País e incapaz de fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço para dar como lido um artigo escrito por Xico Graziano,

publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Vendeta na Reforma Agrária”, que deveria ser lido pelo Presidente Lula – é recomendável –, pois traz sugestões importantes que podem contribuir para que Sua Excelência tente semear a paz no campo. De início, convocando os seus aliados do MST para um diálogo, a fim de impedir a continuidade desse movimento de rebeldia, que leva pessoas humildes, trabalhadores muitas vezes desesperados, à violência. A responsabilidade por essa violência é, acima de tudo, do Governo Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º do Regimento Interno.)

VENDETA NA REFORMA AGRÁRIA

Xico Graziano

O Incra não está encontrando terras improdutivas para desapropriar. Por isso, mesmo contra sua vontade, não consegue implementar novos projetos de assentamento rural. Perdido, o governo experimenta de seu próprio veneno, destilado pelo MST, seu antigo aliado.

Afora a confusão, esse “abril vermelho” pode trazer uma guinada positiva na questão agrária brasileira. Para tanto, basta o Incra ter a coragem de afirmar aquilo que os economistas rurais não-ideológicos já sabem: terras disponíveis, hoje, somente se encontram na Amazônia ou no sertão. E considerá-las improdutivas significa afrontar a ecologia. Ou a agronomia.

Nas principais regiões agropecuárias do país, as fazendas se modernizaram e incorporaram “frentes internas” no processo produtivo. A expansão dos cultivos exigiu, também, a abertura de novas fronteiras, especialmente aquelas verificadas em Mato Grosso, na Bahia, no Tocantins, Piauí e Maranhão. Esse processo de expansão produtiva tem sido notoriamente documentado.

Paradoxalmente, o fim do latifúndio improdutivo virou um problema. Eternamente insatisfeito, o MST coloca a faca no pescoço do governo e exige mais assentamentos. Como escapar do dilema?

O melhor caminho seria brandir a arma da verdade. Ninguém melhor que o PT, agora no poder, para chamar os pseudo-revolucionários do MST e conversar sério. A portas fechadas, quiçá rodeados por algum bispo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“Olha”, diria o Ministro, “demos aqui uma analisada com calma e descobrimos que aqueles números estão ultrapassados, a realidade mudou, a safra expan-

diu-se, a pecuária renovou-se, o Lula está gostando, divisas entram no país, os empregos, pelo menos no campo, se expandem, por isso, calma aí companheiro, chega de invasão, vocês estão atrapalhando o país. Entendeu Stédile?!”

Incerto seria o resultado da conversa. Boa vontade não se deve esperar de quem é contumaz em brandir facões e foices. Além do mais, seus líderes sabem que a realidade da agricultura está diferente. Pouco importa. Eles vivem do problema, não da solução.

Quando radicalizam, seu intento real visa a acessar verbas federais, repassadas em convênios com finalidades disfarçadamente altruístas. A tática almeja fortalecer a organização para disputar espaços no poder. Que exercem de forma autoritária. Quem ainda pensa o MST como movimento social padece da santa inocência.

Complicado é o governo cair na armadilha. A movimentação dos sem-terra embute claramente uma farsa. A horda invasora, regra geral, se constitui de desempregados urbanos, facilmente manipuláveis pela fábrica de sem-terra montada na organização.

O perigo se esconde dentro do aparelho de Estado. O acirramento das invasões empurra os pseudo-revolucionários ali infiltrados, provocando um deus-dará na reforma agrária. Desgraçadamente, o governo tem abandonado critérios técnicos e normas processuais, entrando no jogo da confusão. O pior resultado surge: imóveis produtivos estão sendo desapropriados para aplacar a fúria do MST.

A Fazenda Vale dos Bois, em Goiás, é um exemplo dessa insanidade administrativa. Com 1500 hectares, totalmente explorada com pecuária, alta lotação das pastagens, reserva florestal averbada à margem da escritura, coisa rara por lá, empregados com carteira assinada, sem nenhuma história de conflitos, tudo como manda o figurino. Não adiantou nada.

Motivada por uma vendeta, a fazenda entrou na roda do infortúnio. A bronca vem de uma deputada estadual chamada Magda Mofatto, ex-proprietária do imóvel, contra o atual detentor da área, seu companheiro de outrora. Por aquelas razões que nunca se descobrem nas brigas desse gênero, a mulher jurou aniquilar o homem, um advogado de bem.

Há coisa de um ano, a fulana mancomunou com o Incra de Goiás a desapropriação da fazenda que lhe pertencera. Juntou a fome com a vontade de comer. Tudo em nome da reforma agrária. Feito o conluio, daí para frente uma sucessão de vistorias e laudos resultou no desfecho previamente arranjado: a fazenda está declarada improdutivo, apta para desapropriação. O MST bate à sua porta. Um absurdo total.

Somente aos *experts* é possível descobrir como se processam tais operações. Métodos caquéticos de avaliação, baseados em índices que verificam o estoque, não o fluxo da produção, facilitam a montagem desse processo kafkiano, comandado pelo delírio ideológico. Os artifícios garantem que é ocioso aquilo que esbanja produção, praticando uma avaliação às avessas. Uma triste mágica.

Como, no passado, se flagraram os fazendeiros maquiando a produtividade, emprestando gado para colocar dentro de sua cerca, agora os técnicos do Incra vistoriam a fazenda, mas nem contam o gado existente. A eles interessam tão somente documentos, provando qual o rebanho que o proprietário manteve, no ano anterior. Se inexistirem notas fiscais, ou papéis não forem encontrados, dane-se o coitado do produtor. A fazenda vira improdutiva na hora. Pela caneta.

Quem lê isso, não acredita. Mas é assim que funciona. O grau de improdutividade é calculado numa máquina de somar reses e dividir pastos. A possibilidade de manipulação é enorme. Estando, como se sabe, o Incra aparelhado pelo MST, aqui sim está o verdadeiro bode tomando conta da horta.

A solução para o dilema agrário que se esconde nesse abril será essencialmente política. Poderia, todavia, se iniciar pelo aprimoramento dos normativos técnicos que definem a ociosidade da terra. Representaria um bom começo para banir a vendeta e excluir a falcatura da reforma agrária.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º
do Regimento Interno.)*

Comentários Conjunturais 14 ABRIL

► **Em Seminário” AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA” promovido ontem no RJ pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, o Economista e Professor da UFRJ, Fernando Cardim, afirmou que o governo Lula “está sem Rumo” e pode acabar seu Mandato como ex-presidente Argentino Fernando De la Rúa.**

► **DADO: O Presidente De la Rúa foi eleito em 1999 e foi forçado a renunciar em 20 de dezembro de 2001, após grave crise político-econômica.(o então ministro de economia da Argentina, Domingo Cavallo, renunciou juntamente com o presidente De la Rúa).**

► **ATENÇÃO: Pontos destacados pelo Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fernando Cardim, em sua palestra no seminário da ABONG, sobre os rumos do governo Lula:**

► **” NÃO HÁ PROJETOS DE CURTO NEM DE LONGO PRAZO”;**

► **” O GOVERNO NÃO TEM RUMO, NEM DE CURTO NEM DE LONGO PRAZO”;**

► **” O CURTO PRAZO FOI ENTREGUE AO MINISTÉRIO DA FAZENDA E O LONGO PRAZO AINDA ESTÁ ESPERANDO PARA SABER QUAL É A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO”;**

► **MOTES CONJUNTURAIIS**

► **2. CENÁRIO CONFLAGRADO**

► **ONDA DE INVASÕES: AS AÇÕES DOS SEM-TERRA NOS MESES DE MARÇO E ABRIL TOTALIZAM 102 INVASÕES NO TOTAL**

► **69 PATROCINADAS PELO MST**

► **NUMA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE 16 ESTADOS DA FEDERAÇÃO**

► **21 MIL FAMÍLIAS OCUPAM AS ÁREAS, APROXIMADAMENTE.**

► **A CIDADE DO RIO DE JANEIRO VIVE CLIMA DE GUERRA CIVIL, COM REPERCUSSÃO INTERNACIONAL**

► **3. OPERAÇÃO ABAFA, COORDENADA PELO GOVERNO, GANHA CONTORNOS DEFINITIVOS APÓS O DEPOIMENTO DE WALDOMIRO DINIZ À ALERJ.**

► **O MINISTÉRIO PÚBLICO OFERECEU DENÚNCIA APARENTEMENTE ANTES DA HORA, NÃO HÁ SEGURANÇA DE QUE O JUIZ ACEITARÁ AS ACUSAÇÕES. TUDO PODE SER ARQUIVADO.**

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a está inscrita, mas há ainda três Senadores inscritos para fazer uma comunicação inadiável, entre eles a Senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas, e o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que a Senadora Fátima Cleide abordou o mesmo assunto ainda esta semana, mas não poderia deixar de falar sobre o conflito dos índios cintas-largas, em Espigão d'Oeste, Rondônia, com garimpeiros.

A tragédia é realmente muito grande. Falaram em vinte mortos, mas as últimas notícias são estarrecedoras, mencionam sessenta e duas mortes.

Desde o ano passado, venho alertando as autoridades federais – não só eu, mas a Prefeita Lúcia Tereza, os vereadores daquele município, as autoridades do Estado. Algumas providências foram tomadas, mas é quase impossível, para a Polícia Federal e até mesmo a Polícia Estadual, proteger os limites de uma reserva de dois milhões de hectares da invasão de garimpeiros e, na Sexta-feira da Paixão, houve o conflito entre índios armados e garimpeiros, uma verdadeira chacina.

Esperamos a apuração dos fatos pela Polícia Federal. E hoje fui informado pelo Superintendente da Polícia Federal de Rondônia que o Delegado Dr. Mauro se encontra em Espigão d'Oeste, acompanhado de uma equipe grande da Polícia Federal. Depois de muitas delongas da Funai, após cinco dias ou mais, a Polícia Federal foi autorizada a entrar na reserva.

A situação é desesperadora, principalmente para as famílias de garimpeiros mortos no conflito. Esperamos que o número de 62 mortos, que não é oficial, não seja verdadeiro.

Com todo o respeito, como prefeito e governador sempre tive uma convivência muito boa com os índios de Rondônia, assim como com garimpeiros e com toda a sociedade do meu Estado. Entendo que os garimpeiros também têm alma, são pessoas dignas, desempregadas, desesperadas em busca do ganhão de cada dia.

Sr. Presidente, assim como ainda existe a ilegalidade dos garimpeiros, existe também a ilegalidade dos índios, porque o subsolo nas reservas não está registrado para ninguém. Ninguém está autorizado a garimpar diamantes na reserva Cinta-Larga. Eu sugeri ao Ministro da Justiça e à Ministra das Minas e Energia a criação de uma cooperativa, única solução legal para a questão daquela reserva. Dessa forma, os índios cintas-largas explorariam os diamantes, e um posto da Caixa Econômica Federal, instalado dentro da reserva, compraria os diamantes, evitando assim o contrabando. A reserva do Roosevelt, situada na reserva Cinta-Larga, no Espigão do Oeste, é a maior jazida de diamante do mundo. Quem sabe não estaria aí a solução para a falta de recursos da Funai, que não tem dinheiro sequer para a saúde dos índios? Com a criação da cooperativa, parte dos recursos ficaria para os índios cintas-largas e parte seria destinada à manutenção da Funai em todo o Brasil. Se é a maior jazida de diamantes do mundo, legalmente explorada, acompanhada pelos órgãos oficiais, poderia ser uma saída para a situação da Funai.

Deixo aqui registrada a situação de Rondônia, que merece muita atenção. Estivemos ontem com o Governador do Estado, com a bancada federal, com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que nos prometeu que hoje – e já está lá o delegado da Polícia Federal – tomaria as primeiras ações e que, na próxima semana, numa ação mais pesada, haveria uma varredura para que se obtenha oficialmente o número de garimpeiros mortos naquela reserva.

Sr. Presidente, deixo aqui o nosso alerta à Nação, às autoridades federais, para que providências mais energias sejam tomadas na reserva Cinta-Larga.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ainda na prorrogação da Hora do Expediente...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento, justamente sobre essa questão que o Senador Valdir Raupp acabou de se referir, seja dado como lido. No documento, tento es-

clarecer os fatos que estão ocorrendo em Rondônia. Lamento que as notícias sejam tão desencontradas a respeito de tão triste episódio.

Juntamente com o Senador Valdir Raupp e com a Bancada Federal do Estado de Rondônia, estamos atuando junto ao Ministério da Justiça, que já tomou providências. Peço mais uma vez ao Governador do Estado de Rondônia que mantenha a Polícia Florestal na força-tarefa formada com a Polícia Federal na fiscalização da área indígena da reserva Roosevelt.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizou-se, ontem à noite, no Ministério da Justiça, uma reunião sobre os últimos episódios do conflito entre os índios Cintas-Largas e garimpeiros que ambicionam as jazidas de diamantes nas terras indígenas de Rondônia.

Participaram da reunião o Ministro Márcio Thomaz Bastos, acompanhado por seu chefe de gabinete e seu assessor especial para assuntos indígenas, e o Governador Ivo Cassol, acompanhado por parlamentares das bancadas estadual e federal de Rondônia.

Questionado sobre as providências necessárias à resolução do conflito que recrudescer em Rondônia, o ministro informou que o governo tem pleno conhecimento da situação e já definiu as ações a realizar em caráter de urgência. Tão logo se concluíam as buscas para o resgate dos corpos vitimados no confronto entre índios e garimpeiros, terão início as providências definidas pelo Ministério da Justiça para evitar o agravamento da situação e a reincidência de invasões garimpeiras na área indígena.

Na condição de parlamentar de Rondônia, quero aqui contribuir para o esclarecimento dos fatos relativos ao trágico conflito que se desenvolve em meu estado.

São 4 as Terras Indígenas Cinta Larga: TI Roosevelt, TI Parque Aripuanã, TI Aripuanã e TI Serra Morena, totalizando 2,7 milhões de hectares.

Sobre uma imensa jazida de diamantes, desde que foram contatados, em fins dos anos 1960, os Cintas-Largas têm sido agredidos e invadidos por garimpeiros e madeireiros – o que resultou na redução de 5.000 indivíduos para 1.300 sobreviventes.

Assim como em outras regiões brasileiras, restam grandes concentrações de recursos naturais em Rondônia onde restam áreas ocupadas tradicionalmente por povos indígenas.

Por quê?

Ao contrário dos argumentos recorrentes, inclusive aqui no Senado, essa “coincidência” não é deliberada pelos antropólogos que atestam a ocupação tradicional indígena nas diferentes áreas. Essa coincidência de recursos naturais, minerais e biológicos, nas áreas indígenas, hoje, deve-se ao fato de que o insustentável padrão de produção e consumo dos não-índios, já esgotou tudo que se tomou dos povos originais do território brasileiro.

Ao contrário de nós, não-índios, as populações descendentes dos povos originais deste Continente – que conseguiram, por diferentes condições históricas e culturais, se manter longe de nossos hábitos -, não esgotaram os recursos que manejam milenarmente. E, por isso, os têm em abundância hoje.

Este é o caso dos Cintas-Largas, por exemplo, que estão no centro de uma disputa insana e selvagem pela jazida de diamantes em seu território – diamantes considerados de ótima qualidade em jazidas de fácil acesso.

Antes de questionar e corrigir nosso sistema degradador de exploração de recursos naturais, muitos de nós arvoram-se a transgredir o direito desses povos a decidir por si mesmos como querem e se querem explorar o que é de seu exclusivo usufruto por direito e por justiça.

Para conter o processo violento contra os Cintas-Largas, depois de seus direitos minimamente reconhecidos a partir da Constituição de 1988, o Governo Federal, de vez em quando, retirava os garimpeiros invasores. Mas estes sempre retornavam pouco tempo depois.

A partir do governo Lula, o Ministério da Justiça coordenou uma operação, no início do ano passado, para retirar e manter fora da área indígena cerca de 5 mil garimpeiros da TI Parque Aripuanã, constituindo um grupo tarefa da FUNAI, apoiado pela PF, pela Polícia Florestal e pelos próprios Cintas-Largas.

O grupo tarefa elaborou, junto com as lideranças CL um “Plano Emergencial para Proteção e Apoio ao Etnodesenvolvimento Sustentável do Povo Cinta-Larga” – o Congresso Nacional aprovou crédito suplementar para que fossem destinados recursos para sua execução. O plano consiste em atividades a serem desenvolvidas pelos próprios Cinta Larga, em piscicultura e agroextrativismo, além de reflorestamento das áreas degradadas pela extração de minério e pedras preciosas e pelo desmatamento provocado pelas madeireiras.

Nesse processo, deu-se início a um mínimo resgate social e cultural dos Cintas-Largas, com a melhoria de algumas estradas de acesso às aldeias, abertura de roças comunitárias, implementação pre-

liminar do projeto de piscicultura na aldeia Roosevelt, e o incentivo à produção de Pupunhas e Açaí para retirada de palmito. Também se manteve a fiscalização por sobrevôos às 4 áreas Cinta Larga, atenta à presença ilegal de novos focos de garimpo e retiradas de madeira.

Contudo, o maior mérito de toda esta operação deve-se ao trabalho de resgate da auto-estima daquele povo, de suas condições básicas de sobrevivência e de relacionamento com a sociedade envolvente.

Impossível, porém, a esta altura da história recente daquele povo, evitar a exploração de diamantes. Os próprios índios estão convencidos de que, mesmo que quisessem, não poderiam evitá-lo, pois a sociedade envolvente os pressiona pela exploração dos diamantes.

Essa situação exige regulamentação, através de atos administrativos do governo federal (MJ, MME e MMA), além de medidas legislativas que cabem ao Congresso Nacional – na regulamentação do artigo 231 da Constituição que diz respeito aos direitos indígenas à exploração de recursos minerais em suas terras.

Uma equipe de técnicos desses três ministérios e lideranças indígenas iniciaram a discussão dessa matéria até outubro do ano passado, quando chegaram a uma minuta de decreto – para ser discutida no governo, sob a coordenação do MME, e entre as organizações indígenas, sob a coordenação da COIAB.

Os ministérios do atual governo e as organizações indígenas da Amazônia defendem que é preciso regulamentar a Constituição.

Porém enquanto essa discussão não for concluída, o Ministro da Justiça afirma que entende ser seu dever concentrar esforços em ações de proteção aos Cinta-Larga e a seu território, contra a ação social e ambientalmente devastadora do garimpo ilegal, apoiando o grupo tarefa em suas atividades de retirada dos garimpeiros e as demais previstas no plano emergencial.

E em relação aos agentes da FUNAI e órgão aliados nessa operação, queremos aqui registrar nossa solidariedade e nosso respeito aos responsáveis pelo fato de que, depois de 20 anos de ausência, é a primeira vez que a FUNAI investe no indigenismo e mantém técnicos qualificados naquela região.

A equipe que desenvolve este trabalho, conta com a confiança dos Cintas-Largas – o que é muito importante neste momento -, deve ser apoiada e ter aprimoradas as condições para continuarem trabalhando, inclusive para que continuem colaborando com a

apuração minuciosa de denúncias de corrupção e crimes ambientais naquela área.

Do nosso ponto de vista, aquela equipe precisa ser ampliada e sua atuação terá de avançar para uma ação duradoura e íntegra, como exige a gravidade dos problemas sob sua responsabilidade.

Nesse sentido, as mortes dos garimpeiros devem ser, mais que lamentadas, apuradas rigorosamente, inclusive com a devida investigação sobre a participação de agentes políticos e policiais locais denunciados por estímulo à re-invasão da área indígena, a agressão aos índios em geral e a seus bens.

Por tudo isso, é fundamental que ampliemos a participação de outros parceiros institucionais importantes nessa difícil tarefa: MPF, Ibama, MMA, Secretaria de Direitos Humanos, ABIN, SIPAN, FUNASA, MEC, todos os órgãos de governo que tenham afinidade com as soluções formuladas para este conjunto de problemas, de modo a dar sustentação articulada e integrada às ações necessárias e improrrogáveis em favor dos Cintas-Largas, de Rondônia e do Brasil.

Brasil, tão rico e tão grande, mas que não conhece a sua pluralidade étnica e, por isso mesmo, ainda não aprendeu a amá-la e respeitá-la efetivamente, nem compreende o quanto essa pluralidade torna tão singular e mais bela nossa identidade nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a será atendida na forma do Regimento. V. Ex^a também continua inscrita para falar após a Ordem do Dia.

Ainda na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins, tem assegurado o uso da palavra para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tocantins realiza, pela quarta vez, o maior evento de difusão de tecnologia direcionada ao setor rural de toda a região Norte brasileira. Trata-se da quarta edição da AGROTINS – Feira de Tecnologia Agropecuária –, uma iniciativa do Governo do meu Estado, que é tomada por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em parceria com instituições públicas (federais, estaduais e municipais), com a iniciativa privada e entidades de classe ligadas ao setor produtivo.

Pude constatar hoje, pessoalmente, o entusiasmo de todos os participantes que, na companhia do Minis-

tro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, do nosso Governador Marcelo Miranda, do vice-Governador Raimundo Nonato Pires dos Santos, do nosso Secretário de Agricultura, Roberto Jorge Sahium, e dezenas de outras importantes autoridades participaram da abertura oficial do evento.

Até o final desta semana, estarão expostos no Centro Agrotecnológico de Palmas os resultados de pesquisas realizadas por universidades e pela Embrapa, nos quais se destacam as novas tecnologias em sementes, insumos, técnicas de cultivo e manejo de pragas e doenças. Além disso, serão apresentadas as novas áreas de plantio de culturas anuais, tecnologia para agricultura familiar, para piscicultura, suinocultura, avicultura e também as últimas novidades em máquinas, equipamentos, implementos e serviços destinados ao campo.

Nesta edição, o parque de exposição foi ampliado e ganhou melhorias na sua infra-estrutura, com a inauguração de auditórios, área de alimentação e espaços mais bem divididos para os expositores e visitantes.

Na esteira das novidades, foram também inauguradas as obras da Unidade de Laboratórios da Unitins Agro, no Complexo de Ciências Agrárias do Estado do Tocantins. Esse é o resultado do termo de acordo de cooperação técnica entre a Unitins (Fundação Universidade do Tocantins) e a Seagro (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), visando à implementação da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento rural do nosso Estado.

Na Unidade de Laboratórios da Unitins Agro funcionarão laboratórios de solos, fitossanidade, biotecnologia e cultura de tecidos, além de herbário, sala de experimentos, câmara fria, sala de treinamentos e ainda o Nemet – Núcleo Estadual de Meteorologia, numa área de 622m².

São esperados cerca de trinta mil visitantes, os quais deverão movimentar algo em torno de 20 milhões de reais. A feira tem ainda como meta capacitar 3 mil produtores rurais, 500 técnicos, implantar 60ha com experimentos e unidades demonstrativas.

As obras e iniciativas, juntamente com os resultados esperados nesta 4ª AGROTINS, mostram o quanto o Estado do Tocantins tem a oferecer ao Brasil e o quanto está se aparelhando e se preparando para assumir a liderança no setor da agropecuária em nosso País.

A abertura, hoje, da AGROTINS foi um sucesso e contou com a presença do Ministro Roberto Rodrigues.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Senadora Heloísa Helena tem a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, ao chegar ao meu local de trabalho, depararei com dezenas de trabalhadores das chamadas casas de bingo. Eles estavam quase que desesperados na entrada do Congresso Nacional, ora tentando entrar aqui – e havia determinação de que não poderiam fazê-lo –, ora dizendo que a estrutura do governo estadual os estava impedindo de apresentar as suas faixas e reivindicações.

Sr. Presidente, eu me senti na obrigação de fazer um apelo à Casa, porque, como todos sabem, já tive oportunidade de, por várias vezes, me pronunciar sobre a maldita estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico, esteja ele onde estiver, esteja com raízes no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto, no Judiciário, nas estruturas de fiscalização deste País, nas casas de bingo, na estrutura do capital financeiro, esteja ele onde estiver. Nada me irrita mais do que o moralismo farisaico dos que acham que a solução para o combate ao narcotráfico está nas sardinhas, ou seja, nos filhos da pobreza, caracterizados como sardinhas, que abarrotam os presídios deste País, enquanto os verdadeiros tubarões da estrutura do narcotráfico permanecem absolutamente impunes. Até porque quem tem iate ou avião para transportar livremente pasta base de cocaína ou outras estruturas importantes para o narcotráfico é evidente que não são os filhos da pobreza.

Sr. Presidente, sei que este é um debate que vamos fazer na próxima semana porque, embora esteja na pauta, a tal MP dos Bingos não será votada agora. O apelo que faço à Casa é que tenhamos uma atenção muito especial. Já tive oportunidade de ser muito sincera em relação ao caso. A minha preocupação é especialmente com os trabalhadores das casas de bingo. É evidente que não podemos generalizar dizendo que todos os empresários dessa estrutura estão diretamente envolvidos com a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico no País. Eu já disse várias vezes nesta Casa que só uma comissão parlamentar de inquérito poderia realmente me fazer, até humildemente, pedir desculpas à opinião pública, aos empresários do bingo ou à cúpula do PT incrustada no Palácio do Planalto; eu só diria que eles são ino-

centes se uma comissão parlamentar de inquérito me mostrasse isso, até porque a estrutura dos jogos neste País sempre foi instrumento para lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico. E se existem empresários de bingo, ou Ministro da Casa Civil, ou Presidente da República, ou Senador, ou Parlamentar envolvidos com a estrutura do narcotráfico e a lavagem de dinheiro, é de fundamental importância que haja uma CPI, porque só a CPI, por ter poder de investigação próprio das autoridades judiciais, pode realmente identificar e desvendar os mistérios sujos dessa operação. Daí a necessidade, a importância de se abrir uma comissão parlamentar de inquérito.

Sr. Presidente, espero que o Relator da medida provisória e os Senadores possam se dedicar especialmente a analisar a situação dos trabalhadores empregados nas casas de bingo. Isso é de fundamental importância. Temos que pensar coletivamente que alternativas vamos criar, porque a esta altura apenas o Senador Maguito Vilela pode efetivamente incluí-las, por meio de projeto de lei de conversão. E espero que isso possa ser feito com auxílio desta Casa.

Mais uma vez, Sr. Presidente, faço um apelo para que os Líderes da Base do Governo indiquem os membros da comissão parlamentar de inquérito para que possamos, de fato, desvendar os mistérios sujos da lavagem de dinheiro do narcotráfico em nosso País. Se existem ou não representantes dos empresários de bingo na Casa Civil ou no Palácio do Planalto, a única alternativa que temos para desvendar esses mistérios sujos é a comissão parlamentar de inquérito.

Na próxima semana estaremos analisando a chamada MP dos Bingos, que todos sabem caracteriza uma demagogia vexatória do Palácio do Planalto. Na abertura dos trabalhos da Casa, apresentaram aqui, em mensagem presidencial, a regulamentação dos bingos e, depois que o escândalo Waldomiro estourou, para abafar a operação, montaram uma tropa de choque aqui no balcão de negócios para viabilizar que a base de bajulação não indicasse os membros da comissão parlamentar de inquérito e acabaram editando a medida provisória. Portanto, fica o meu apelo ao Relator da medida provisória e a todos os Senadores para que estudemos uma alternativa concreta, ágil e eficaz para os trabalhadores, que são mulheres e homens dignos que nada mais estão fazendo do que defender os seus postos de trabalho. Num País marcado pela maior taxa de desemprego dos últimos 18 anos, é inadmissível que o Senado fique insensível diante de uma situação como essa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

3

Item 1:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral
(Bloco/PT – MS)

A sessão foi suspensa por solicitação do Relator, que pediu 24 horas para emitir o seu Parecer sobre a Emenda nº 9 apresentada.

Com a palavra o Relator.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir mais vinte e quatro horas exatamente para buscar um acordo para esse tema tão importante debatido na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com art. 348, II, defiro a solicitação de V. Ex^a.

Encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(PMDB-RR)

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela
(PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, novamente gostaria de pedir ao Senador Delcídio Amaral que seja dada uma interpretação ao estado de espírito das vinte e quatro horas, senão vamos começar muito tarde amanhã. Se a Oposição resolver considerar rigidamente as vinte e quatro horas, iremos começar a votação praticamente às 16 horas e 30 minutos. São quatro itens ou mais a serem votados, de acordo com o que vier da Câmara dos Deputados.

Agradeceria também se V. Ex^a puder informar ao Plenário se foi confirmada para amanhã aquela audiência pública proposta ontem sobre a situação no Rio de Janeiro, com a presença da Governadora e do Prefeito, a ser realizada à tarde, no plenário desta Casa, para que todos os Senadores possam se programar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A pergunta de V. Ex^a pode ser respondida pelo Presidente da Subcomissão de Segurança da Comissão de Constituição e Justiça, que ficou encarregado de fazer a audiência pública referida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um pequeno esclarecimento sobre o andamento dos trabalhos, até porque o Senador Delcídio Amaral tem todo o direito, como Relator, de solicitar mais 24 horas. É importante que fique absolutamente claro para o povo brasileiro que quem está obstaculizando a votação da matéria não é a Oposição. A Oposição quer votar contra, porque não quer ser parte de um vexatório balcão, certamente, de criação de cargos, a serem distribuídos, em ano eleitoral, sabe Deus a quem. Então é importante que se deixe claro que não é a Oposição que está obstaculizando. Se a base do Governo não tem número suficiente para aqui aprovar a medida provisória, ela efetivamente tem que assumir isso. Ou entendamos todos nós que o Senador Delcídio Amaral quer mais 24 horas para trabalhar a possibilidade de modificação do relatório. Mas a Oposição nada tem a ver com isso. Se ficamos até as 22 horas de ontem debatendo o tema é porque regimentalmente é permitido. Se poucos defenderam o Governo, é porque a proposta é feita mesmo para se defender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tem a palavra pela ordem o nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu queria me referir à opinião, à palavra do Senador Eduardo Suplicy, que mencionou que a Oposição poderá ser rígida com relação às 24 horas. Como a Senadora Heloísa Helena acabou de dizer, quem está pedindo prazo não é a Oposição. A Oposição estava pronta para votar ontem à noite, prontinha. Havia número, ela estava pronta para votar.

Acontece que a matéria é inconveniente ao interesse nacional, é inoportuna no momento em que os policiais federais fazem um “apitação” ou um “relampejado” na porta do Ministério da Justiça reivindicando aumento de salário que o Governo insiste em não dar. Como é que o Governo aparece com uma proposta, com uma medida provisória que trata da nomeação, sem concurso público, de mil e quatrocentas pessoas para cargos de confiança, com salário de mil a sete mil reais, salário médio superior a quatro mil reais, e mais inúmeras funções gratificadas e quer que a Oposição se manifeste favoravelmente?

Não estamos obstaculizando a apreciação da matéria, mas defendendo um ponto de vista. Vamos votar de forma contrária e estamos prontos para votar! Se o Relator assim o desejar, se quiser fazer encaminhamento de votação agora, a Oposição estará pronta para votar e votará – repito – de forma contrária.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de entregar ao Relator umas contas que tive oportunidade de fazer, para exatamente auxiliá-lo no parecer que vai dar sobre esse destaque.

Dei-me o trabalho, Sr. Presidente, de examinar, desde o DAS-6 ao DAS-1, os valores dos salários e o percentual que o PT cobra de cada um desses companheiros. Cito como exemplo o valor de DAS-6, que é de R\$7,5 mil de salário para um total de 12 pessoas, o que resulta em R\$90 mil, com um custo total anual de R\$1,170 milhão. O PT cobra desses 12 companheiros 10%, o que equivale a R\$117 mil. Na tabela, segue o valor de DAS-5, que é de R\$6,3 mil de salário, o que corresponde a um custo total anual de R\$5,733 milhões. O PT cobra 10%, o que equivale a R\$573 mil.

Para não ser repetitivo e não perdermos tempo, entreguei esses dados ao Senador Delcídio Amaral – e gostaria de dizer que os estou entregando também a outros companheiros, inclusive ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB em exercício –, exatamente para que possamos analisar isso com mais calma.

Há outro fato importante, Sr. Presidente. Ontem, o Senador Aloizio Mercadante disse que muitos desses recursos eram para funcionários públicos concursados. Também fiz essa conta: do total de R\$46,373 milhões, que esse trem da alegria vai custar por ano, o valor de R\$41,992 milhões é exatamente o correspondente aos cargos comissionados. Apenas R\$4,380 milhões

são correspondentes a gratificações – portanto, são 10% desse salário.

Entendo que são pontos muito esclarecedores, a fim de que possamos votar o projeto. Peço, inclusive, ao Senador Delcídio Amaral que amanhã possamos votar o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa aguarda a solicitação de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Será entregue logo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, pela Liderança do PFL.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, de acordo com a autorização da Mesa.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje a fim de tecer alguns comentários a respeito de uma questão altamente importante para a nossa economia, que tem penalizado de forma injusta os consumidores, sobretudo os mais carentes. Refiro-me à cobrança do GLP, ou seja, em linguagem mais simples, o aumento no preço do gás de cozinha. Esse aumento tem sido divulgado pela imprensa, em uma versão equivocada, procurando atribuir aos Estados produtores, como é o caso do meu Estado, a culpa por parte do recente aumento de um produto essencial à cesta básica do brasileiro.

Segundo a tese divulgada, inclusive pelo Governo, os Estados produtores estariam cobrando indevidamente o ICMS do gás natural, onerando o GLP, seu derivado direto, e praticando o crime da bi-tributação, já que, por sua vez, os Estados consumidores continuam cobrando o ICMS no local da venda.

Tais notícias têm repercutido, nesta Casa, em pronunciamentos do meus ilustres Pares com muita

razão, preocupados que estamos com esse impasse, porque realmente pode estar ocorrendo uma bi-tributação, prejudicando o comprador. Mas, a bem da verdade, ao contrário do que se tem noticiado, a culpa não cabe aos Estados produtores, mas sim aos Estados consumidores, que, acredito por engano, continuam a cobrar um ICMS que não lhes cabe.

Permitam-me, preliminarmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer-lhes que minha afirmação não está lastreada em análises acadêmicas sujeitas a contestações variadas, mas na interpretação rigorosa do texto legal que rege nosso sistema tributário.

Embora discorrer sobre dispositivos tributários requeira uma análise um tanto árida, parece-me, contudo, inadiável fazê-lo para evitar que novas penalidades tributárias continuem a recair ilegalmente sobre um consumidor já tão esmagado por uma legislação tributária absurda, uma das maiores do mundo, que, lamentavelmente, o atual Governo continua insensatamente aumentando.

Primeiramente, é imperativo que se diga que os Estados produtores do gás natural e seus derivados não estão inovando ou criando direito algum ao realizarem a cobrança de parcela de ICMS na origem da operação de comercialização do GLP, produzindo a partir do gás natural. Estão apenas acordando de uma letargia de 15 anos e exercendo o direito constitucional que lhes é assegurado: realizar a cobrança de tributo que lhes cabe.

O primeiro aspecto importante que merece o devido reparo é o de natureza técnica. É o pressuposto fático que indica a tributação. Daí por que o conceito atribuído às coisas e fatos ensejou a hipótese de incidência da norma tributária. Desconsiderar a natureza das coisas para enquadrá-las em determinada norma é ferir de morte a adequação do fato ao direito, ou seja, a aplicação da lei hipotética ao mundo real, lei esta de cuja criação participou, ativa e indispensavelmente, esta Casa – e a seus membros é incumbido o respeito, a obediência e, principalmente, o zelo.

Analisando-se a questão sem emocionalismo e nos reportando simplesmente ao texto legal, não resta nenhuma dúvida. Afirmar que o GLP, o gás de cozinha, é produzido em refinaria e que também poderia ser produzido diretamente no poço de petróleo, ou seja, “destilado por Deus, que ali o colocou”, é o mesmo que conferir igual valor à grafite e ao diamante. Afinal, ambos são formados por átomos de carbono que a natureza apenas arrumou de forma diversa.

A diferença do tratamento tributário conferido ao petróleo e seus derivados, e ao gás natural e seus derivados, é decorrente do fato de que, muito embora os dois sejam compostos por átomos de carbono, a

natureza arrumou-os de formas diferentes: o petróleo em estado líquido e o gás natural em estado gasoso. Portanto, indispensável é a distinção entre os dois produtos que, até por determinação legal, poderiam ter o mesmo tratamento. Ocorre, entretanto, que essa não foi a opção do Constituinte ou do Legislador ordinário.

A realidade fática, ou seja, a diferença entre os dois produtos compostos de carbono, foi plenamente acolhida por esta Casa, que aprovou a legislação tributária pertinente, e hoje integra o texto legal.

Impõe-nos, portanto, puramente cumprir a lei e não apelar para sofismas diversionistas, que redundam em bi-tributação pela cobrança ilegal do GLP, o gás de cozinha, nos Estados consumidores. Em resumo, a lei estabelece sem laivo de dúvidas: esse privilégio pertence exclusivamente aos Estados produtores, de modo inverso ao que ocorre com o petróleo.

A Constituição Federal, em seu art. 20, § 1º, deixa claro o fato de que, para o constituinte, petróleo e gás natural não são a mesma coisa, merecendo tratamento diferenciado, tanto que ambos são expressamente mencionados entre os bens naturais, cuja exploração dará direito ao recebimento de participação no resultado por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Estabelece o art. 20, § 1º da Constituição:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Petróleo ou gás natural. O constituinte, de maneira deliberada, distingue os dois produtos, identificando-os e conferindo-lhes tratamento diferenciado. Quisesse o constituinte identidade de tratamento, utilizar-se-ia de um termo genérico para se referir a ambos os produtos, a exemplo da denominação substantiva hidrocarboneto, onde os dois produtos poderiam ser igualmente classificados, para que tivessem o mesmo tratamento.

Percebe-se, dessa forma, que não foi apenas Deus quem diferenciou os hidrocarbonetos petróleo e gás natural, os nobres integrantes do Congresso Nacional também o fizeram. Registre-se, aliás, com todo senso de justiça.

Em decorrência dessa distinção realizada é que o petróleo e o gás natural sempre tiveram tratamento tributário diferenciado previsto na Constituição. Qui-

sesse o constituinte conferir tratamento idêntico teria feito expressa menção aos dois hidrocarbonetos no § 2º, X, **b**, do art. 155 da Constituição Federal, que trata da regra da não incidência do ICMS.

Essa regra excepcional informa não incidir o ICMS “sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”. Como a opção do constituinte foi tratar diferentemente o petróleo e seus derivados, do gás natural e seus derivados, apenas foram retirados da hipótese de incidência o petróleo e os lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.

Com efeito, afigura-se claramente que é a única e exclusiva para o petróleo e seus derivados a regra de não incidência, não sendo aplicável ao gás natural e seus derivados, como é o caso do GLP produzido no Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, ratificando o entendimento consagrado pelo constituinte originário, o constituinte derivado, ao editar a Emenda à Constituição nº 33, confirma a regra inicial implícita existente por exclusão de que ao petróleo e ao gás natural e seus respectivos derivados será conferido tratamento tributário diferenciado.

Temos, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que à comercialização de GLP aplica-se à regra geral tributária, cabendo aos Estados produtores a primeira fase da cobrança do ICMS, e aos demais a cobrança do imposto sobre a diferença de alíquota, de forma a não ocorrer cumulatividade tributária. A compreender de outro modo, chegar-se-ia ao entendimento esdrúxulo por parte dos contribuintes de que a circulação de gás natural e seus derivados não seria tributada, pois estaria carente de previsão legal para que a amparasse, o que, convenhamos, é coroar o absurdo.

Diante da transparência e clareza da legislação, dúvidas não tenho de que este Plenário ou qualquer pessoa jamais poderá, de boa-fé, questionar a constitucionalidade da decisão dos Estados produtores em ampliar aos derivados do gás natural e, dentre eles, ao GLP dele derivado, o mesmo tratamento tarifário do ICMS praticado para qualquer outra mercadoria.

No caso específico do Estado de Sergipe, o GLP lá produzido é derivado única e exclusivamente do gás natural e não do petróleo, razão pela qual o tratamento tributário a ser conferido ao referido produto é o mesmo atinente ao gás natural e às mercadorias em geral, pois aplicável, repita-se, à regra matriz geral.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Maria do Carmo Alves, quando puder, gostaria de ter permissão para um aparte.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Maria do Carmo Alves, não vou entrar no mérito da ordem econômica e do problema do ICMS sobre o gás liquefeito de petróleo ou de gás natural, como V. Ex^a está expondo. V. Ex^a tem o zelo de descrever não só o gás liquefeito, como fazer uma comparação com o combustível produzido à base de petróleo. Também trata da legislação pertinente à cobrança correta do ICMS. O ângulo que devemos focar é a responsabilidade do Governo Federal sobre o aspecto social. Havia, para as pessoas mais carentes, um benefício de desconto, uma suplementação, para que as pessoas pudessem comprar o gás. Parece-me que o preço hoje é de R\$30,00 por botijão, e o Governo tinha de dar uma boa parte para que a parcela da sociedade mais carente pudesse, com seu salário, adquirir e utilizar com tranquilidade o gás para preparar a sua refeição diária. Mas o preço do botijão não poderia ultrapassar 10% a 15% do valor do salário mínimo. Então, esse aspecto, com a junção de todos os projetos sociais, enseja-nos analisar onde ficou a ajuda que o Governo Federal dava para a compra do botijão de gás. Pela descrição de V. Ex^a, isso parece ter desaparecido. Esse é um ponto que temos de analisar. V. Ex^a está pensando no mais carente, naquele que realmente precisa da ajuda do Estado para sobreviver, naquele que não está pedindo esmola, pois está ganhando alguma coisa. Essa não é uma luta contra a fome, mas pelo direito de usar os benefícios da modernidade. Cumprimento V. Ex^a e reafirmo que o Governo tem de nos informar onde foi parar a ajuda ao cidadão para a compra do gás.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Maria do Carmo, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Maria do Carmo, dois assuntos da maior importância foram tratados aqui: um por V. Ex^a e o outro pelo Senador Romeu Tuma. Quero me somar a V. Ex^a e dizer claramente que não há bitributação. Não está havendo qualquer bitributação, e os Estados produtores não podem ser acusados disso. O que está havendo é que a Constituição não está sendo respeitada – esse é o ponto –, quando se faz a cobrança do ICMS na fronteira. V. Ex^a tem absoluta razão de abordar esse tema, mesmo porque teremos de discutir cada vez mais esse assunto. Não devemos permitir que a Emenda à Constituição nº 33 seja desrespeitada. Então, V. Ex^a tem absoluta razão, e não está havendo em hipótese alguma bitributação. O outro aspecto levantado por V.

Ex^a e também exposto pelo Senador Romeu Tuma é o preço do GLP, do gás de cozinha. No meu entendimento, temos que ampliar a subvenção a esse produto, porque a sua produção – e refiro-me não ao que é produzido no poço, mas ao que é destilado do petróleo, nas refinarias – fica ao critério exclusivamente técnico da Petrobras e dos seus quinhentos mil acionistas. Então, precisamos ver o que o povo, neste momento, tem a receber. Tem que haver claramente uma subvenção para o GLP. Louvo sobremaneira a ponderação feita por V. Ex^a, tanto em relação a essa questão social quanto no tocante ao aspecto constitucional. Por mais que o assunto seja árido, como disse V. Ex^a, não há bitributação, mas desrespeito à Constituição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não, Senador

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Maria do Carmo Alves, congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade deste pronunciamento. Enquanto aqui estamos discutindo a questão da bitributação, o povo nos telefona. Graças à eficiência da TV Senado, acabo de receber vários telefonemas do povo, de cidadãos de classe média e baixa do meu Estado do Piauí, pedindo para que eu parabenize V. Ex^a pela sensibilidade de trazer esse assunto à Casa. O último telefonema que recebi foi de uma senhora que reside em um dos bairros mais populosos de Teresina, Dirceu Arcoverde, que me disse: “Pois é, Senador, enquanto isso, o botijão de gás vai sofrer um aumento de R\$5,00. Até que se discuta este assunto, o sofrimento vem para o nosso bolso”. Portanto, associo-me a V. Ex^a nessa cruzada e coloco-me à sua inteira disposição. O discurso de V. Ex^a tem que ter consequência. É apenas o início de uma luta que vem de algum tempo e que precisa ser levada a sério, para que se encontre uma solução com rapidez para a questão. Louvo também o Senador Rodolpho Tourinho pelo aparte enriquecedor, uma vez que, especialista na questão, traz ao debate subsídios importantes para a defesa do menos assistido e do mais carente. Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço aos Srs. Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho e Heráclito Fortes pelos apartes. Concordo com V. Ex^{as} em que temos que nos empenhar fortemente nessa luta, porque as pessoas mais carentes não podem pagar mais de R\$30,00 por um botijão de gás. Lamentavelmente, vamos voltar ao tempo em que se cozinhava nos fogões a lenha, se vigorar a proposta de aumentar o preço do botijão de gás em R\$5,00.

Portanto, Sr. Presidente, o que podemos verificar é que o procedimento fiscal adotado pelos Estados produtores não caracteriza um problema de bitributação na venda de GLP, porque, sendo o ICMS um imposto não cumulativo, a carga tributária já paga é compensada da carga tributária futura.

Somente haverá bitributação se os Estados consumidores abandonarem os princípios que regem a ordem tributária nacional, passando a exigir recolhimentos indevidos contra os quais os contribuintes deverão valer-se do Poder Judiciário para livrar-se da obrigação.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL RN) – Senadora Maria do Carmo Alves, acrescento um fato a mais ao que V. Ex^a acaba de citar. Haverá bitributação se não for respeitada a Emenda nº 33, de 2002. V. Ex^a defende é a possibilidade de se evitar que o seu Estado e o meu Estado, por exemplo, além de uma queda, levem um coice. Porque Sergipe e Rio Grande do Norte produzem petróleo e não recebem nenhum real de ICMS. Se o seu Estado e o meu Estado cobrassem ou se a Constituição permitisse que fosse cobrado o ICMS sobre o petróleo extraído de Sergipe ou do Rio Grande do Norte, o Governador João Alves e a Governadora Wilma Faria, talvez, nem precisassem vir a Brasília buscar coisa nenhuma. A riqueza do Estado seria suficiente à equação dos problemas de Sergipe e do Rio Grande do Norte. A Constituição não dá cobertura, mas dá cobertura, pela Emenda nº 22, para o gás extraído, independentemente do petróleo, ou seja, gás independente de petróleo, até transformado em GLT, para que o gás consumido por outros Estados pague a tributação no Estado de origem. O que V. Ex^a, portanto, está defendendo, e quero endossar em gênero, número e grau, é a Constituição Brasileira, que, se por um lado, nos apenas na questão do ICMS do petróleo, por outro, nos dá cobertura no ICMS do gás. Mas perder a arrecadação do ICMS do petróleo e, agora, por meio de um *bypass* na interpretação da lei, falar em bitributação, permitir a cobrança do ICMS na fronteira de Estado produtor com Estado consumidor, é burlar a Constituição. Estou acompanhando esse assunto muito de perto com a Governadora do meu Estado, com os interesses da Bahia e de Sergipe, dos centros produtores de gás, vou procurar ajudar no que puder na interpretação da Adin que está colocada junto ao Supremo e que trata desse assunto, não para defender interesses do meu Estado de Sergipe, pura e simplesmente, mas para defender, como Parlamentar

que sou e V. Ex^a o é, a Constituição, a defesa da interpretação clara e cristalina, sem nenhuma dificuldade do que reza a Constituição brasileira, que eu ajudei a fazer em 1988.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – O caso da nossa Paraíba é exatamente contrário ao do Rio Grande do Norte. A Paraíba está sendo taxada com o maior índice sobre o gás. Não é culpa do Estado de V. Ex^a e de nenhum outro Estado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Sr. Presidente, serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo já se esgotou.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Já vou concluir. A verdade é que a Paraíba está sendo bitributada e estamos com esperança nessa Adin. Entendemos a posição de V. Ex^a, que tem que defender o seu Estado, mas estamos muito perplexos de ver que, em um Estado pobre como a Paraíba, o preço do botijão de gás aumentou em 10,18%, chegando, em algumas cidades, a R\$40,00. Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço aos Senadores José Agripino e Ney Suassuna pelos apartes tão esclarecedores.

Acredito que atribuir o aumento do preço do botijão de gás de cozinha aos Estados produtores é esquivar-se de responsabilidade, que é própria dos Estados consumidores.

Logo, se está sendo constatado o aumento do número de latas de óleo servindo de fogareiro nesses Estados consumidores, devem os parlamentares interessados, junto aos seus governadores e às suas Secretarias de Fazenda, diligenciar para que estes não penalizem o pobre cidadão, promovendo de modo ilegal o aumento do gás de cozinha, visto serem eles os únicos responsáveis pela cobrança em duplicidade do ICMS.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a responsabilidade e a solução do problema do aumento do custo do botijão de gás, no que diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, está nas mãos dos Estados consumidores do GLP derivado do gás natural, não cabendo, portanto, culpa alguma aos Estados produtores, que apenas aplicam a legislação pertinente de acordo com as normas constitucionais vigentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador Efraim Morais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, li, nos jornais, que o PL pediu para se desligar do Bloco. Indago à Mesa se esse fato é verdadeiro, porque, se o for, o PMDB passará a ser o maior Partido no Senado e, portanto, terá direito à Liderança da Maioria. Assim, instarei ao meu Líder, como fez hoje toda a Bancada, que faça valer os nossos direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, ontem foi lido o requerimento do Senador Magno Malta, Líder do PL, informando o desligamento do PL do Bloco. A solicitação de V. Ex^a será levada à Presidência da Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo ao Senado Federal que estamos recebendo a visita auspiciosa da Senadora Ideli Salvatti, recuperada de uma cirurgia importante da coluna. S. Ex^a está quase pronta para o bom combate nesta arena democrática que é o plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência manifesta as boas-vindas à Senadora Ideli Salvatti e deseja sua pronta recuperação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento de V. Ex^a. Quando o Senador Ney Suassuna pede para mudar o Líder da Maioria, por acaso S. Ex^a está querendo destituir o Líder Aloizio Mercadante?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do Governo!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas o Governo é a Maioria. Quem é o Líder da Maioria nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Líder do Governo é o Senador Aloizio Mercadante e o Líder do PMDB é o Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E quem é o Líder da Maioria?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não há. Por enquanto não se apresentou.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – S. Ex^a é Líder do PT.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas a Senadora Ideli Salvatti é Líder do Bloco de apoio ao Governo, e não da Maioria.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É verdade. É a Líder da Maioria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Maioria tem que ter mais de 40 membros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria que não houvesse debate entre os Parlamentares. Peço aos Srs. Senadores que se dirijam à Mesa para que sejam esclarecidas as dúvidas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero só perguntar quem é o Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não há. Com a saída do PL, devido ao número de Senadores, a Senadora Ideli Salvatti perdeu a Liderança da Maioria. Portanto, o PMDB tem que definir e encaminhar ao Presidente o nome do Líder do partido majoritário, que é o PMDB.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Há precedente na Casa. Como as definições de Bloco de apoio ao Governo e da Maioria foram determinadas no início dos trabalhos deste período legislativo, a ponderação que faço à Mesa é que considere a possibilidade de se manter a Líder Ideli Salvatti à estrutura administrativa, que lhe é de direito, até o fim deste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela estrutura administrativa para cálculo do início da gestão, está certo, mas para a discussão em plenário, modifica o quadro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Portanto, apenas do ponto de vista administrativo.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, em primeiro lugar, quero saudar, com muita alegria, o retorno da Senadora Ideli Salvatti a este plenário. Pelo visto, S. Ex^a não vai encontrar aqui dias de calmaria, mas de tormenta, provocada pelos próprios aliados da sua Bancada.

Quero dizer ao Senador Ney Suassuna, a quem quero muito bem, que discordo frontalmente de S. Ex^a. A Senadora Ideli Salvatti só poderá deixar de ser Líder da Maioria se esse cargo tiver que passar para o Senador Efraim Morais, porque, na marcha em que as coisas estão acontecendo, com essas intensas desfilições e mudanças de bloco, a tendência é a Minoria se tornar Maioria. Mas esse é um segundo processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há um orador na tribuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Estamos interrompendo o Líder da Minoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não

concluí a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vamos deixar o Senador Heráclito Fortes terminar a sua questão de ordem e já passarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito

obrigado.

Feito este registro, renovo aqui, em nome dos meus companheiros do PFL, a alegria pelo retorno da Senadora Ideli Salvatti. Quero dizer que S. Ex^a conta com o apoio do PFL para a sua permanência na presente função.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu já

a explicitarei: não abrimos mão na mudança das regras do jogo. A Senadora Ideli Salvatti, por vontade nossa e até mesmo por obediência regimental, será a Líder da Maioria nesta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,

pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna e, logo após, a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não

há equívoco, Sr. Presidente. A Senadora Ideli Salvatti continua Líder do PT ou do Bloco que remanesce. Apenas o PMDB, sendo agora o maior Partido, passa a ter direito à liderança da Maioria, função essa que

não existe, que passará a existir. Uma não colide com a outra.

Não estamos entrando nesse mérito, mas apenas pedimos informações à Mesa por ser este o nosso entendimento. Queremos esclarecimentos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vamos levar este tema à Presidência da Casa, para que, amanhã, S. Ex^a traga a definição.

V. Ex^a, sem dúvida, tem razão na contagem.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu caro

Presidente, quero deixar bem claro que a nobre Senadora Ideli Salvatti continua Líder do Bloco PT, PSB e PTB. Quem saiu do Bloco foi o PL, o que desfez o conceito de Bloco da Maioria, mas isso seguramente será interpretado a partir de agora pela Mesa, e S. Ex^a continuará Líder do Bloco PT, PSB e PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Efraim Morais, por favor, como Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, há mais um Senador pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) –

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – CE) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que o PSB já fez parte do Bloco de Oposição. Desligou-se do mesmo e, nem por isso, deixou de ser Oposição.

Assim, a informação que quero dar à Casa, recebida ontem, é que o Líder do PL se desligou do Bloco, mas continua apoiando o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a não é da Situação? V. Ex^a continua na Oposição, mas me parece que é da situação!

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais como Líder da Minoria, por vinte minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, veja V. Ex^a que a Minoria desta Casa está em paz; a Oposição está em paz, e a briga, a guerra ocorre dentro do Governo. Parece-me que o Governo do Presidente Lula não está satisfazendo as condições dos partidos aliados.

O assunto que vou tratar é sobre greve. Faço um apelo aos companheiros do Governo para que tenham paciência em relação a essa questão de liderança.

Concordo com o Senador Heráclito Fortes no sentido de que, com a saída do PL do Bloco, com o estremecimento do PMDB, vamos ter que acumular também a liderança da Maioria daqui a pouco. Portanto, peço ao companheiro e conterrâneo Ney Suassuna que tenha paciência. Sei da sua competência,

mas, no momento, segundo o próprio Governo, deve-se tentar uma agenda positiva. O Governo quer uma agenda positiva!

O Governo está paralisado, e quem está paralisando o Governo não é a Oposição; quem está paralisando o Governo é o próprio Governo, porque está na hora de o Presidente Lula governar.

Sr. Presidente, faço um apelo aos companheiros do Governo: façamos uma agenda positiva. Que venham ao plenário votar, porque ontem não conseguiram; hoje, também não vieram, e a Oposição estava aqui para votar!

Quando se queria implantar e se criar a CPI do Waldomiro, o Governo disse que a Oposição queria parar o Brasil. Abafaram a CPI do Waldomiro e, agora, não há agenda positiva! O Governo não se entende, as Lideranças não se entendem.

Como Líder da Minoria, faço um apelo à Base do Governo: vamos votar, vamos elaborar uma agenda positiva para o País, vamos ajudar o Governo a governar ou a iniciar o seu Governo.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago nesta tarde é a greve da Polícia Federal, órgão que V. Ex^a tão bem honrou, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. Greve que já dura dois meses e tem sido alvo de críticas e de transtornos, sobretudo em face da intransigência exibida pelo Governo Federal no trato da questão.

É uma atitude que surpreende e decepciona a todos por pelo menos dois motivos: o primeiro decorre de algo simples. Os grevistas, como pretendo demonstrar neste pronunciamento, têm razão, mas estão sendo tratados como se não tivessem. A lei – e irei demonstrá-la – está ao lado deles.

O segundo motivo decorre do paradoxo de estar agindo assim um Governo que tem em seu comando um Presidente da República cuja liderança e prestígio foram forjados exatamente no trato desse tipo de questão. Quantas e quantas vezes o líder sindical Lula criticou a intransigência dos patrões mesmo quando nenhuma lei estava sendo violada? No caso presente, repito, a lei está com os policiais grevistas. E o Presidente e ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva não manifesta a mais remota sensibilidade para com a natureza do que está sendo reivindicado. E o que está sendo reivindicado é justo e rigorosamente legal.

Senão, vejamos: as Leis nºs 5.645, de 1970, e 9.266, de 1996, transformaram todos os cargos dos quadros da Polícia Federal de nível médio em nível superior. Primeiramente, foram os delegados, pela lei de 1970. Depois, vieram os agentes, os escrivães e papiloscopistas, em 1996.

Ora, Sr. Presidente, ocorre que, em contradição com a elevação funcional dessas categorias ao nível superior, os vencimentos básicos respectivos não sofreram, desde então, qualquer alteração. Ou seja, servidores de nível superior recebem, ainda, oito anos após a sanção da lei, vencimentos de nível médio. E a situação é tanto mais esdrúxula quando se sabe que as diárias de deslocamento que eventualmente lhes são pagas têm como base a tabela de nível superior. Quer dizer, há o reconhecimento explícito de um direito que lhes é negado sistematicamente.

A situação seria risível e poderia ser encarada como mera falha da burocracia estatal não fosse a existência de afronta direta ao texto legal em vigor, reforçada pelas manifestações expressas do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, da Procuradoria Geral da República e da própria administração do Departamento de Polícia Federal (DPF). Fica, pois, difícil compreender a intransigência do Governo em não aquiescer à mais do que justa reivindicação dos profissionais da Polícia Federal.

O Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal protocolou, em 17 de setembro de 2003, no gabinete do Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, ofício em que encarecia que a reivindicação fosse encaminhada ao Ministro da Justiça para atendimento, o que foi feito no dia seguinte, com a observação do diretor-geral de que apoiava o pleito, com base em parecer da Coordenação de Recursos Humanos de seu próprio órgão e na manifestação da Advocacia Geral da União, de 2003.

Recebido o expediente do Diretor da Polícia Federal, foi ele encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para “análise e manifestação dessa Pasta”, no dia 24 de outubro de 2003, após o que nada aconteceu. O Governo silenciou sobre o pleito e não lhe deu resposta alguma, o que é simplesmente espantoso, para dizer o mínimo. Ao contrário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou a acusar os policiais de tumultuarem a vida dos cidadãos nos aeroportos e de reivindicarem aumentos salariais. Incomodou-se – e incomoda-se – com as consequências, mas despreza as causas. E elas se resumem no desprezo aos direitos dos grevistas.

Parece-nos, Sr. Presidente, que este Governo, para além do discurso da transparência, está-se tornando mestre na mistificação e no desrespeito aos pleitos da sociedade. A tabela que foi anexada à Lei nº 9.266 herdou das normas anteriores, para agentes, escrivães e papiloscopistas, os valores dos vencimentos básicos das então tabelas de nível médio, consolidando a dicotomia entre a classificação funcional revista

para cima e a remuneração retida em nível inferior, o que configura incongruência inaceitável.

Mesmo com pareceres favoráveis e com decisão da Justiça Federal da 5ª Região do Estado do Ceará, também favorável aos demandantes, o Governo faz ouvidos moucos e cala-se em seu dever de dar satisfação às legítimas pretensões dos demandantes da Polícia Federal.

Sr. Presidente, legislar não pode ser ato inócuo em nosso País se quisermos ter uma sociedade organizada e justa. Legislar e fazer respeitar as leis são pilares do Estado democrático de direito. A folclórica tradição brasileira de leis que “não pegam” é intolerável e demonstra o despreparo de dirigentes, legisladores e sociedade no exercício da democracia.

Respeito às leis – e leis justas – é princípio basilar, sem o qual desmorona a ordem jurídica, deteriora-se a credibilidade das instituições políticas do Estado e estabelece-se o caos social. Se as leis estão mal redigidas, que se lhes dê nova redação e a devida adequação às exigências sociais. O que não se pode é passar ao largo das leis, como se simplesmente não existissem. Nada mais pernicioso para uma sociedade do que a desmoralização de sua ordem jurídica e o advento de um estado de anomia. Esta, no entanto, parece ser a situação que se apresenta em face da demanda dos servidores da Polícia Federal.

Eles, por meio de sua legítima representação, formularam fundada e justa demanda às autoridades competentes, seguindo os devidos protocolos hierárquicos, sem que houvesse, da parte das autoridades ministeriais, qualquer empenho em estabelecer um diálogo. É no mínimo estranho, para um Governo que tem a comandá-lo um dos maiores líderes sindicais da História do Brasil.

Quando os superiores desprezam as demandas de seus subordinados, colhem, fatalmente, o desgaste de sua autoridade. No caso de uma corporação como a Polícia Federal, responsável pela mais alta administração da segurança nacional, é algo gravíssimo. Como podemos falar em segurança do Estado e dos cidadãos se a sua principal força é tratada como se não existisse?

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, uma das atribuições precípuas do Estado – sobretudo um Estado democrático de direito – é garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos. Um dos instrumentos mais eficazes para garantir esse ambiente de legalidade é o aparelho policial de vigilância e proteção da sociedade contra o abuso de indivíduos ou grupos que a ameacem. E a Polícia Federal é a elite dessa estrutura de proteção à sociedade. Não pode, pois, ser tratada

dessa maneira, fragilizando ainda mais a segurança do País.

No momento em que uma das principais cidades brasileiras, o Rio de Janeiro, presencia uma guerra entre traficantes, que ameaça a sua população pacífica e desarmada, não pode o Governo central dar tal tratamento a sua Polícia Federal, cujos serviços, mais do que nunca, fazem-se necessários. É a Polícia Federal quem zela pelas fronteiras e combate o contrabando de armas e drogas. É ela que precisa ser prestigiada neste momento. Como pode um agente da Polícia Federal zelar pelo cumprimento das leis de nosso País, se o governo a que serve as descumpre em relação a seus próprios agentes?

O Governo Lula, que assumiu com a promessa de ampliar e aprofundar a prática democrática, ouvindo e respondendo com presteza às demandas da sociedade brasileira, mostra-se, a cada dia que passa, mais e mais distante dessa mesma sociedade. Encastelado no discurso de que todos os males do País são uma herança maldita dos governos que o antecederam, mostra-se incapaz até de fazer cumprir a lei. Como, então, supor que irá cumprir parcela mínima que seja das demais promessas eleitorais?

Apesar disso, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desejo dar, ainda, crédito de confiança às sempre reiteradas boas intenções do Presidente Lula, a quem faço um apelo desta tribuna, para que reveja o comportamento de seu Governo junto aos servidores da Polícia Federal, dando acolhimento a mais do que justo pleito que formulam, desde o ano passado, a seus Ministros.

Confiante, Sr. Presidente, na sensibilidade social do Presidente e ex-líder sindical Lula, aguardo um desfecho justo e feliz para esse conflito ainda este mês.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que volte ao Presidente Lula o sangue do sindicalista, para que pelo menos converse, abra o diálogo com a Polícia Federal, com o funcionalismo público.

Com muito prazer, ouço V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senador Efraim Morais, quero aproveitar seu brilhante pronunciamento – sem querer desvirtuá-lo – para ler algumas manchetes de jornais que circularam pelo Brasil nos últimos dias. Permita-me, V. Ex^a, fazer esse levantamento: “A trajetória e a Tragédia do PT” – **Folha de S. Paulo**; “Coleta de Lixo em Campinas é alvo de denúncia do PT contra o PT – **O Globo**”; “O PT Federal não trabalha, mas cobra” – **O Globo**; “Gastos sociais não aumentam com Lula” – **Folha de S. Paulo**; “Nas mãos de Deus” – **Folha de S. Paulo**. “O Governo Lula passa a sensação de todo poderoso a fracassado.

Gasto com social fica estagnado no 1º ano de Governo Lula” – **Folha de S.Paulo**; “Lula aumenta a carga de tributos que afetam os pobres” – **Folha de S.Paulo**; “Presidente contraria discurso e corta gasto com saneamento” – **Folha de S.Paulo**; “Para Ianni, Lula frustra seu papel histórico” – **Folha de S.Paulo**; “Crise política abala confiança dos analistas na economia” – **Folha de S.Paulo**; “O preço da omissão. Governo cometeu o equívoco de achar que podia com MST”. O Presidente Lula dizia que eram seus filhos. “Queda da renda da população e incertezas sobre marco regulatório, carga tributária e juros pesam em decisões do empresariado. Investimentos em marcha lenta” – **Jornal do Brasil**; “PT tenta abafar série de críticas internas à política econômica” – **Folha Online**. Apenas usei o espaço de V. Ex^a para dizer à população brasileira, porque muitos não têm acesso aos grandes jornais do Brasil, que, quando acusam o nosso Líder Efraim Morais de fazer uma dura oposição, eles deveriam, de repente, responsabilizar a imprensa nacional. Esses títulos mostram o fracasso do atual Governo Federal e certamente dão razão a todos os seus pronunciamentos, que acontecem praticamente todos os dias, alertando o Governo Federal em relação a esse desgoverno, a este Governo que ainda não começou a trabalhar. O meu aparte foge um pouco de seu tema, mas o fiz para comunicar ao Brasil inteiro que a imprensa do País está chamando a atenção do Governo muito mais, às vezes, do que a própria Oposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan o aparte. Considero importante essa observação que, por meio da nossa televisão, V. Ex^a faz ao povo brasileiro, àqueles que não têm acesso à grande mídia, à grande imprensa nacional, para que entendam o que está acontecendo no País.

V. Ex^a diz que não há mais controle do Presidente Lula sobre seus filhos do MST. Imagine, então, com o irmão Waldomiro, como era chamado. Se Sua Excelência não controla os “filhos”, imagine o “irmão” Waldomiro.

Uma manchete de jornal hoje estampa que o Presidente da República diz que Dirceu continua o capitão do time.

Veja bem, V. Ex^a, para onde nós vamos! Se comparamos com o futebol, já que o próprio Presidente da República gosta de fazer muitas comparações, se continuarmos com esse capitão, não passaremos nem das eliminatórias. Essa é a minha preocupação e da sociedade brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, eu diria as palavras do Presidente Lula:

“O povo brasileiro não suporta mais mentiras, não suporta mais que as coisas não sejam cumpridas”. Luiz Inácio Lula da Silva, sexta-feira, em discurso no interior de Goiás. Embora pareça, mas ele não estava fazendo autocrítica.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui, mais uma vez, bem claro à sociedade brasileira, ao povo brasileiro, que ontem não se votou nada nesta Casa, que hoje não se votou nada nesta Casa, e a Oposição esteve presente ontem até às 21 horas e 50 minutos, esperando a base do Governo para que votássemos as medidas provisórias que foram enviadas pelo Executivo e que estão truncando a pauta do Senado Federal.

Hoje, aqui estamos nós, da Oposição, novamente, preparados para votar contra esse “trem da alegria” que o Governo criou, trazendo aproximadamente três mil cargos em comissão para serem utilizados pelos companheiros e companheiras do PT, para irem para as eleições municipais e para contribuir para os cofres do PT. Vamos votar contra! Há uma reação não só da Oposição, mas dos próprios Senadores e Senadoras da base que não querem votar esse “trem da alegria”, esse absurdo que está sendo trazido ao Plenário desta Casa. Em vez de resolver a questão da Polícia Federal e outras dezenas e centenas de compromissos que têm com o funcionalismo público; em vez de utilizar esse dinheiro para dar um melhor salário mínimo ao trabalhador brasileiro, o que pretende o PT? Ele quer cargos comissionados, para engordar seu caixa e gastar esse recurso – que é o suor do povo brasileiro; que é o imposto pago pelo povo brasileiro – na tentativa de ganhar as eleições.

Mas digo, Senador Leonel Pavan – o PT já sabe disso –, que estão abafando a CPI dos Bingos e a CPI do Waldomiro, mas não vão abafar a CPI das urnas, porque o povo brasileiro vai, sim, no mês de outubro, derrotar esse Partido que fez do palanque da eleição passada e do Governo, hoje, um verdadeiro estelionato eleitoral com a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de continuar lendo as manchetes dos jornais, porque fui cortado no aparte que estava fazendo ao nobre Senador Efraim Morais.

“Waldomiro confirma que doou R\$ 100 mil para candidato do PT Geraldo Magela (DF)” – **O Globo**. Ou seja, defende o Governo, mas diz que doou dinheiro para a campanha do PT do Distrito Federal.

“Magela e tesoureiro se contradizem” – **O Globo**;

“Assassinatos no Brasil crescem 130%” – **Folha de S.Paulo**;

“Recessão ou estagnação” – **Folha de S.Paulo**;

“Lula quer aumento real do mínimo de até 6%” – **Folha de S.Paulo**;

“Investimento em infra-estrutura cai 54%” – **Folha de S.Paulo**;

“MEC reduz em 300 mil a meta de atendidos pelo Brasil Alfabetizado” – **Folha de S.Paulo**;

“Desemprego afeta trabalhador com maior grau de instrução” – **Jornal do Brasil**;

“Cresce número de crianças que trabalham na rua” – **Jornal do Brasil**;

“Economia estagnada alastra violência” – **Jornal do Brasil**;

“PT recebeu 100 mil de Carlinhos Cachoeira” – **Jornal do Brasil**;

“Indústria de base tem 53,8% menos investimento.” **O Estado de S.Paulo**;

“Waldomiro confirma doação para campanha de Magela.” **Correio Braziliense**;

“Investimento no Governo Lula cai pela metade” **Correio Braziliense**.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, li os destaques de matérias de alguns jornais, para mostrar que não é a Oposição que está levantando esses casos. Se a imprensa alerta, comunica à população a situação por que passa o País, como nós, Parlamentares, temos de ficar calados?! Não podemos calar-nos; temos de agir, de usar as prerrogativas de Senador e vir à tribuna para dar nossa opinião. A imprensa está contribuindo, fazendo seu papel, e também nós somos obrigados a alertar a população. A imprensa está ouvindo o Governo e a Oposição, assim como o povo nas ruas, os empresários, os trabalhadores, porque a situação não está boa. Realmente, está um caos.

Sr. Presidente, quero deixar como lido um pronunciamento relativo a um pedido e a uma reclamação da Celesc, de Santa Catarina, referente à Lei nº 10.762, de 2003, que autorizava às empresas tributárias de energia elétrica de direito público a contratação de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, à semelhança do que é permitido às empresas privatizadas do setor.

Hoje, recebi um manifesto de várias entidades de classe – e, certamente, todos os Senadores –, que diz o seguinte:

As Entidades de Classe signatárias vêm manifestar a Vossas Excelências o mais veemente repúdio e indignação pelo descaso

do Governo Federal e Lideranças Partidárias quanto ao compromisso público assumido durante as negociações para a aprovação de EC 41/2003, compromisso este que consistia na aprovação da PEC 227 (PEC paralela), contendo os pontos modificados no Senado Federal, para não inviabilizar a aprovação da PEC original ainda em 2003 [que seria a PEC nº 77].

Entretanto, o que seria natural (o cumprimento do acordo político, jamais descumprido na história do Parlamento brasileiro), para revolta da Nação e de todos os que acreditaram no Governo, está se transformando em traição traduzida nas manobras para eternizar a votação PEC 227, na Câmara dos Deputados, e nas profundas modificações introduzidas pelo Relator, que pioram, em alguns casos, a situação geral dos servidores públicos.

Por estas razões, as Entidades propõem ao Senado Federal seja dada uma resposta adequada e decisiva à Sociedade, diante do descumprimento do acordo político, sugerindo-se, entre outras ações, a obstrução das votações até que a PEC paralela tenha sua regular tramitação e aprovação nos termos aprovados pelo Senado Federal [sic].

Essas entidades de classe tiveram uma conversa com o Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Paulo Paim, que sugeriu que entregassem também aos demais Senadores essa nota de repúdio. S. Ex^a disse que não haverá mais votação nesta Casa enquanto não se decidir a questão da PEC na Câmara dos Deputados.

Em função disso, passo a fazer um pronunciamento sobre a PEC.

No ano passado, aprovamos, no Congresso Nacional, uma reforma da Previdência Social. Na verdade, parte dela ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Não quero – e não preciso, porque os extensos debates que travamos ao longo do ano passado já bastaram para isso – falar sobre as amplas implicações dessa reforma. Ao lembrá-la hoje, quero apenas resgatar a razão, a justificativa maior para o esforço – que foi e ainda é grande – não só de fazê-la, mas também de lidar com os seus efeitos.

Essa justificativa, Sr. Presidente, da forma como vejo, só pode ser uma. Só se justifica tamanha intervenção na vida das pessoas se for para torná-la melhor; só se justifica todo o esforço que fizemos se a situação da Previdência, dos que dela dependem hoje e dos que dependerão no futuro ficar melhor do que antes.

Para o futuro, o que se dizia era que, caso não fosse reformada, a Presidência logo entraria em colapso. A questão não era se, no futuro, a situação estaria melhor ou pior. Sem reforma, dizia o argumento, simplesmente não haveria futuro.

E a situação dos aposentados e pensionistas hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, como está? Vejam que não estou agora falando dos que, no futuro, quando se aposentarem, sentirão diretamente os efeitos da reforma que aprovamos, mas daqueles que já estão aposentados. Esses enfrentam, há alguns anos, uma situação progressiva de empobrecimento.

Segundo declarações do Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, desde o início dos anos de 1990 até hoje, as aposentadorias e pensões já sofreram uma perda de mais de 58%. A perda atinge sobretudo os benefícios cujo valor ultrapassa o valor do salário mínimo. Acho que é desnecessário dizer quão angustiante deve ser, para um aposentado, a perspectiva de ver o seu benefício declinando à medida que se aproxima a velhice, com os cuidados e as necessidades especiais que ela implica.

Portanto, após concluídos ou quase concluídos, já que a chamada PEC paralela ainda tramita na Câmara os trabalhos resultantes da reforma da Previdência, temos ainda um ponto a considerar, tomando cuidado para sanar eventuais injustiças. Refiro-me à situação dos já aposentados ou dos que são beneficiários de uma pensão. Caso a reforma que aprovamos, com sua promessa de salvar ou garantir a sobrevivência do sistema de Previdência Social, não resulte também na melhora da situação dessas pessoas, o esforço ainda estará incompleto.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio ser pertinente lembrar aqui algumas das reivindicações pautadas pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, órgão representativo dos milhões de pessoas que recebem benefícios da Previdência Social. As principais reivindicações, como não poderia deixar de ser, dizem respeito aos reajustes e às revisões dos benefícios.

Quanto aos reajustes, os aposentados pedem que o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo seja estendido a todos os benefícios. Pelas regras atualmente em vigor, os benefícios com valor superior ao salário mínimo têm sofrido, proporcionalmente, uma perda mais significativa. Essa unificação do critério de reajuste, atrelando-o ao do salário mínimo, resgataria uma idéia presente nas disposições transitórias da Constituição de 1988, em seu art. 58, que previa a revisão dos benefícios mantidos pela Previdência Social na data da promulgação, “a fim de que seja restabeleci-

do o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão”.

Com relação às revisões, há uma luta constante para que sejam revistos benefícios referentes aos períodos de 1977 a 1988 e de 1994 a 1997. Nos dois períodos, houve erro no cálculo do valor das aposentadorias e pensões. Entre 1977 e 1988, a Previdência, em vez de utilizar a OTN ou a ORTN como índice para o cálculo, como previa a lei, usou outros índices. Entre 1994 e 1997, o que ocorreu é que o INSS, que utilizava, na época, o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) para a correção monetária dos salários de contribuição, interpretou, segundo a Justiça, erradamente as normas vigentes e aplicou o índice incorreto.

Tais erros, segundo levantamento do Ministério da Previdência, afetaram mais de um 1,8 milhão de pessoas. Reparar isso deverá custar cerca de R\$12 bilhões, só de acertos, além de R\$2,3 bilhões em fluxo anual.

É preciso reconhecer que o Governo tem-se movimentado para revisar esses benefícios. Ora, o Governo, em seus discursos de campanha eleitoral, anunciou que iria revisar, que faria uma reforma e corrigiria os possíveis erros do passado. Recentemente, o Ministro da Previdência fez reuniões para chegar a um acordo com os aposentados sobre a forma de fazer os acertos. Esperamos apenas que esse acordo seja alcançado e cumprido tempestivamente, sem demoras injustificadas.

Aliás, tempo, quando se trata de aposentadoria, é um elemento crucial. Depois de contribuir durante toda uma vida, 30, 35 anos, o trabalhador ainda tem que esperar que seus direitos sejam reconhecidos e honrados. Ainda se pede a ele paciência, enquanto vê sua renda esvaindo-se e o tempo passando. Mais do que em qualquer outro lugar, aqui é uma questão de justiça tratar dos assuntos com a celeridade que pedem. É justo, assim, que os aposentados peçam o pagamento imediato das ações judiciais já transitadas em julgado, a habilitação das centenas de milhares de idosos com direito a receber suas pensões e a agilidade no pagamento de precatórios. Não reconhecer essas reivindicações é injusto e desrespeitoso. Mais do que isso, deixar o tempo passar – e, quem sabe, até contar com isso – é sinal de insensibilidade e, até mesmo, de crueldade.

Outros pleitos, indo além do que é devido por meio dos benefícios, também são justos. Ações como a distribuição gratuita de medicamentos para pessoas portadoras de doenças continuadas, a implantação do plano de serviço funeral e a concessão de empréstimos especiais, com desconto nos carnês do INSS, certamente contribuiriam para aumentar a qualidade

de vida dos aposentados, diminuindo-se os efeitos do empobrecimento progressivo a que vêm sendo submetidos.

Tínhamos uma motivação para fazer a reforma da Previdência. Os defensores da necessidade dessa reforma argumentavam que, sem ela, a própria existência da Previdência e da Seguridade Social estaria em risco, privando-nos, no futuro, da perspectiva da aposentadoria. Se não reformássemos, a estrutura toda viria abaixo. Ora, reformamos! Esperamos agora que essa reforma se traduza não apenas na garantia de alguma perspectiva de aposentadoria para o futuro, mas também na melhora da qualidade de vida dos atuais aposentados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns dias atrás, o nosso Líder da Minoria, Efraim Morais, fez aqui um apelo a alguns integrantes da Base do Governo e até algumas apostas com eles, para fazerem debates. Não tínhamos nenhuma desconfiança sobre a questão de que estariam manipulando alguma coisa. Mas o problema é que a Base do Governo tinha total confiança no Governo de que ele atenderia o que nós aqui estávamos acordando. O Senador Efraim Morais tem que receber a aposta que fez no Senado Federal. O Governo ajudou o Líder da Minoria a vencer uma aposta contra membros do Governo. Mentiu para a Base do Governo, não mentiu para nós! Tanto que houve uma aposta, e não sabíamos se o Governo iria cumprir.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Efraim Morais, primeiro quero ceder um aparte ao nosso Senador Eduardo Azeredo, que tão brilhantemente fez inúmeros pronunciamentos referentes à PEC paralela.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Leonel Pavan, aproveite o pronunciamento de V. Ex^a para cobrar mais uma vez. Já estamos no dia 14 de abril. Quando aprovamos a PEC paralela, ainda no mês de dezembro, tínhamos o compromisso do Governo de que a aprovaríamos na Câmara dos Deputados rapidamente. É bem verdade que o Presidente convocou a Câmara e o Senado, mas nada caminhou para uma solução. Já faz quase quatro meses da promessa feita pela Bancada do Governo, evidentemente em seu nome. Não é possível que o Governo não tenha condição de influenciar sua Base na Câmara, que é até maior do que aqui no Senado. Todos os que acreditaram na PEC paralela estão esperando que o Governo aja e influencie seus aliados na Câmara dos Deputados no sentido da sua aprovação. Sou autor de algumas das emendas acolhidas, como a que reduz o prazo para

aposentadoria dos portadores de deficiência. Espero que o compromisso não seja quebrado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero, da mesma forma, conceder um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a lembrou a aposta que fiz da tribuna. No entanto, a melhor forma de eu receber essa aposta seria a Câmara dos Deputados cumprir o que foi acordado nesta Casa. Seria o grande prêmio que eu receberia, pois assim estaria diminuindo o sofrimento dos trabalhadores e dos servidores públicos brasileiros. Lamento que as discussões na Câmara dos Deputados levem, mais uma vez, ao adiamento da votação da PEC paralela.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Vou concluir o meu aparte, Sr. Presidente. Desta feita, o adiamento é por mais duas semanas. Sabe V. Ex^a que esta PEC ainda se encontra na Comissão Especial da Câmara, e não no Plenário. Está na Comissão Especial e depois será discutida e votada, em primeiro e segundo turnos, em Plenário. Como querem mudar, não vão respeitar o que acordou o Governo, que enganou o Congresso Nacional e traiu a sociedade brasileira. Digo a V. Ex^a que ficaria feliz – e todas as disputas deste Plenário seriam superadas – se a Câmara dos Deputados respeitasse a palavra do Governo. E não me digam que está havendo reação, não. A Oposição – PFL, PSDB e PDT – é favorável à PEC nº 77 da forma como foi aprovada aqui. Entretanto, a própria Base do Governo está paralisando a votação dessa proposta. Em outras palavras, o capitão deu ordem para que se não votasse a PEC paralela. Essa é a verdade. O povo brasileiro já está consciente disso. Todos sabemos que fomos enganados e o povo brasileiro, traído pelo acordo feito pelos Líderes do Governo e do PT e os aliados que, por unanimidade, votaram. O Governo sabe que, aprovando a PEC, vai diminuir seu caixa e, assim, não poderá contratar funcionários comissionados para engordar o caixa do PT e realizar as eleições municipais. Mas a CPI do dia 3 de outubro vem por aí, e o povo brasileiro saberá dar a resposta ao PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a tolerância de V. Ex^a, que tanto tem lutado pelos aposentados e pensionistas nesta Casa. Tenho uma admiração por V. Ex^a. O fato é tão importante que um ou dois minutos certamente não farão diferença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foram quase três minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, agradeço os apartes dos Senadores Eduardo Azeredo e Efraim Morais, que têm amplo conhecimento dessas questões e fizeram inúmeras emendas para beneficiar os aposentados e pensionistas.

O Senador Efraim Morais não fez a aposta para vencer, mas para ver se o Governo o ajudava a perder. O Governo deveria buscar fazer o Líder da Minoria perder. S. Ex^a apostou para forçar o Governo, e este, lamentavelmente, está fazendo perder a população brasileira, os aposentados e pensionistas.

Queremos dizer ao Presidente, ao Governo e à Base do Governo que queremos colaborar, contribuir e ajudar para que Sua Excelência suba nas pesquisas,

volte a ser reconhecido como o grande homem deste País. Um assessor do Presidente chegou a compará-lo a Jesus. Estamos torcendo para que Lula volte a ser um dos homens mais reconhecidos e populares do Brasil. Aceite a PEC, ajude a aprová-la, que, certamente, os aposentados irão reconhecer o esforço do Governo. Com certeza, os aposentados e pensionistas já estão reconhecendo o esforço da Oposição. Estão sentindo e vendo nosso esforço. Esperamos agora que a Base do Governo faça o mesmo para o bem de todos os aposentados do nosso Brasil.

*(SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR LEONEL PAVAN.)*

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Em 11 de novembro de 2003 o Presidente da República vetou o parágrafo segundo do artigo quarto da Lei de número 10.762, de 2003, que autorizava às empresas distribuidoras de energia elétrica de direito público a contratação de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à semelhança do que é permitido às empresas privatizadas do setor.

Essa Lei, como certamente o sabem muitos de meus Pares, instituiu o Programa Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, com o propósito de compensar as distribuidoras de energia que, além de descapitalizadas pela queda de faturamento

ocasionada pelo “apagão” de 2001, não receberam, entre 8 de abril do ano passado e 7 de abril deste ano, o repasse às tarifas de certos itens da parcela A, que inclui a Reserva Global de Reversão (RGR), a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a energia de Itaipu. Essas empresas passaram a ter o direito a uma compensação, executada mediante empréstimo pelo BNDES.

Esse repasse foi vedado pelo fato de que o reajuste integral das tarifas de energia elétrica, no ano passado, pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) – que é o indexador legal dos contratos de concessão às empresas do setor elétrico – causaria um *estouro* da inflação, em virtude do grande aumento verificado nesse índice no primeiro ano da Administração do Presidente Lula da Silva. Assim, se, por um lado, o Governo se viu obrigado a parcelar os reajustes e revisões que ocorreriam nesse período nas tarifas de energia elétrica, ele, por outro lado, autorizou, pela Lei 10.762, a concessão de empréstimos especiais pelo BNDES a essas empresas.

O parágrafo segundo do artigo quarto, dispositivo que foi vetado, tornava extralimite a concessão desse financiamento às entidades controladas por pessoas jurídicas de direito público interno, ou seja, às empresas estatais de distribuição. Na justificativa para o veto, a Presidência da República alega que a matéria seria de competência exclusiva do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme o artigo 22 da Lei 4.595, de 1964. Na prática, o veto impediu a contratação do financiamento pelas empresas estatais, pois essas já haviam alcançado o limite imposto pelo CMN, em contratos contraídos anteriormente.

Em poucas palavras: o Poder Executivo vetou um direito autorizado pelo Congresso Nacional, e deve-se esperar que volte a vetar qualquer iniciativa deste Poder para restabelecê-lo. Como conseqüência, empresas como a Companhia de Eletricidade de Santa Catarina (Celesc) encontram-se em grande dificuldade financeira.

Como se não bastasse o problema financeiro, nosso Estado foi atingido, no final do mês passado, pelo temporal que devastou o litoral Sul, causando muitos danos materiais, especialmente às redes de telefonia e de distribuição de energia elétrica. Foi noticiado que o vento teria derrubado mais de mil postes e destruído mais de 250 transformadores, fato que deixou, até os primeiros dias de abril, vários municípios sem energia elétrica.

Senhoras e Senhores Senadores, a Celesc vem tendo uma administração eficiente, o que torna injusta a decisão do veto da Presidência. Medidas como o melhor controle das despesas, a modernização administrativa, o equacionamento da dívida e a redução das perdas de energia levaram-na a fechar o ano de 2003, apesar do bloqueio dos reajustes, com lucro líquido de 168 milhões de reais e crescimento da receita de 22 por cento em relação a 2002. Por isso, gostaria de solicitar do CMN, autoridade competente na questão, a autorização para tratar esses financiamentos pelo BNDES como

extralimite, nos termos do parágrafo vetado da Lei de número 10.762.

Será uma maneira de fazer justiça às empresas estatais de distribuição de energia elétrica, que não devem ser tratadas de maneira discriminatória em relação a suas congêneres privatizadas. O povo dos Estados abastecidos por empresas estatais, como Santa Catarina, não pode sofrer as conseqüências dos desacertos das políticas federais para a concessão de serviços públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. Pediria a V. Ex^a que usasse o tempo necessário para o seu discurso para darmos oportunidade a outros inscritos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a.

Um minuto, Senador Ney Suassuna.

Senador Leonel Pavan, peço que V. Ex^a deixe sobre a mesa o discurso que pediu fosse publicado na íntegra. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos me conhecem nesta Casa já há vários anos – estou no segundo mandato – e sabem da minha alegria de viver, da minha satisfação de sempre estar buscando o lado bom da vida, o otimismo. Na minha rotina, normalmente quando levanto, ouço os programas de televisão até tal hora, em seguida leio os jornais e aí vou falar para as rádios da minha Paraíba. No entanto, tem sido duro, Sr. Presidente, nos últimos dias, ler os jornais, ver a televisão e manter o otimismo. E por quê?

O jornal **O Globo**, do dia 13 de abril, um dos periódicos que leio, traz a seguinte manchete: “Guerra na Rocinha mata mais dois e deixa dez mil sem aulas”. Olhem a crueza dessa fotografia – um cadáver sendo levado num carrinho de mão. Parece o Iraque, sem contar as demais manchetes. No mesmo dia, o **Jornal do Brasil** publica: “Guerra do tráfico se espalha”. E o **Jornal do Brasil – Brasília**: “Combates se ampliam no Rio”. Parece que estamos no Vietnã, no Iraque ou em qualquer país conflagrado.

No **O Globo** de hoje vemos: “A guerra civil brasileira”, mostrando que nem o Vietnã, nem o Iraque ou qualquer guerra dessas aproxima-se da violência que está ocorrendo no Brasil. São 600 mil homicídios entre 1980 e 2000, nesses vinte anos, quando em Angola, de 1975 a 2002, aconteceram 350 mil mortes. O Brasil teve mais do que o dobro. São 30 mil mortes por ano.

No Iraque, desde 20 de março de 2003, entre 8 mil e 10 mil pessoas perderam a vida. No Vietnã, em 11 anos de guerra, foram mortos 58 mil americanos. No Brasil, são 30 mil por ano, somando 600 mil nesses vinte anos.

Não há otimismo que agüente isso, Sr. Presidente.

E mais: segurança não é só o combate ao crime ou aos homicídios. Segurança é podermos trafegar de carro por estradas asfaltadas. As nossas estradas foram bombardeadas. Estão todas cheias de buracos pelas bombas das chuvas, dos pneus dos carros, pelo não-conserto.

Na Paraíba, vários hospitais não têm sequer al-godão; faltam medicamentos. Ou seja, se fosse mesmo guerra, nem atendimento médico nós teríamos, porque está faltando uma série de coisas.

Estou, como vice-Líder do Governo, fazendo um discurso pelo qual todos dirão que estou fazendo oposição. Não! Essa situação não é de hoje e não pode perdurar.

Eu sou um otimista. Mas como ser otimista? V. Ex^{as} se lembram de um discurso que fiz quando um filho meu, que graças a Deus estava em um carro blindado, levou uma rajada de balas? Mas a minha primeira mulher foi assassinada, eu levei um tiro no braço. Isso tudo em assaltos. Mas eu sou um dos brasileiros de sorte, porque tenho um carro blindado para andar.

Sr. Presidente, até quando vamos ficar na falação, sem resolver o problema? Aí se diz: É o Rio de Janeiro! É o mais emblemático, mas não é somente o Rio de Janeiro, Senador Mão Santa. Na Paraíba, assaltaram um depósito judiciário e levaram as armas. No Rio Grande do Norte, em três cidades da região, os bancos foram assaltados.

Senador Efraim Morais, ninguém passa pelo polígono da maconha de noite, sozinho; passa de dia, em comboio, naquele interior, no final de Pernambuco, em um pedaço do Ceará. É uma situação que nos deixa realmente tristes.

As escolas estão melhorando, mas não é o suficiente. Os hospitais, como eu disse, estão periclitantes. As estradas inexistem.

E como está a nossa área da navegação fluvial? Alguém já procurou ver a escravidão existente nos barcos? Não precisa ir longe, basta ir à Baía da Guanabara e ver quem está trabalhando naqueles barcos? São estrangeiros que trabalham em regime de escravidão, porque a bandeira não é brasileira.

Nós erramos muito: erramos em muitas privatizações; erramos até mesmo na condução da nossa economia.

Vejam, Srs. Senadores: eu li, para minha tristeza, que a China, que até há pouco tempo era um país grande e pobre, teve, no último mês, 19,4% de crescimento e foi obrigada a aumentar o compulsório em 0,5%. A alíquota, que era de 7%, passou para 7,5%, tirando de circulação 13 bilhões. Os chineses estão preocupados, pois, a continuar esse estado de coisas, não haverá eletricidade para manter todas as indústrias. Não ha-

verá tempo hábil para construir hidrelétricas para todas as indústrias que estão crescendo.

Quanto é o compulsório no Brasil? Cinquenta e três por cento. De cada R\$100,00 que depositamos no banco, R\$53,00 ficam retidos. E quanto é o **spread** no Brasil? Quarenta por cento.

Realmente não entendo por que não seguimos o exemplo dos que estão ganhando. E não é de hoje essa situação. Não é culpa do Governo Lula. Mas precisamos repensar nossa área econômica do início até agora, pois há alguma coisa errada.

Estou preocupado, porque o Brasil era a 8ª economia do mundo. Perdemos para a Espanha, para a Austrália, para a Coreia e para a Holanda. E saltamos da 8ª posição para a 15ª. O que está acontecendo com o nosso País? Será que somos nós, os legisladores, incapazes de criar leis para modificar a nossa sociedade? Será que não estamos em sintonia com a sociedade?

Amanhã, neste plenário, haverá uma reunião com o Ministro da Justiça, com – espero – o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, com o Prefeito do Rio de Janeiro, tentando...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Excelência, foi adiada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi adiada? Há poucos minutos estava confirmada!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não, a Dona Rosinha adoeceu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu falei com S. Ex^a hoje e S. Ex^a disse-me que estava mandando o Secretário de Segurança.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não. V. Ex^a me desculpe, mas o Senado não vai trazer o Ministro Márcio Thomaz Bastos para discutir com o Sr. Marcelo Itagiba, por melhor que ele seja.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, mas o Secretário é o Garotinho.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não, o Garotinho também não pode vir. Isso me foi dito pelo Senador Tasso Jereissati, que é o Presidente da Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É uma novidade para mim. Essa é uma informação que me entristece mais ainda, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pois gostaríamos de resolver pelo menos o problema emblemático. Mas não é só Rio, o País todo está sofrendo com esse problema de segurança. E se não tomarmos cuidado, daqui a pouco a situação vai ficar incontrolável na área econômica, na área social, na área de combate ao crime. Mas sou um homem de muita esperança. Tenho certeza de que o Governo vai tomar as atitudes que precisam ser tomadas.

Sr. Presidente, a minha preocupação maior – e quero encerrar aqui – é no sentido de que estejamos unidos, estejamos na mesma sintonia, pois tenho certeza de que o Governo vai fazer o que a sociedade também quer. Se não estivermos nessa sintonia, se não fizermos a legislação necessária para fazer as modificações, estaremos navegando na contramão.

É preciso, pois, que analisemos as situações caso a caso, pontualmente, e busquemos soluções. E sei que o meu partido e eu próprio estaremos à disposição para lutar de todas as formas para que entremos nessa sintonia.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, nobre Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a traz um assunto da maior importância: a questão da violência. A manchete da **Folha de S. Paulo**, hoje, diz: “Assassinatos no País crescem 130%”. E isso nos últimos 20 anos, o que é muito ruim e triste para o nosso País, ou seja, o aumento da violência. Assim, em função do quadro que se desenha na nossa querida cidade do Rio de Janeiro, ficamos tristes com a notícia que nos traz o Senador Antonio Carlos Magalhães de que a Governadora não poderá vir amanhã, pois o assunto é da maior importância. Eu, que sou membro do Conselho da República, estou encaminhando, com a assinatura de várias Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Inclui-me a minha.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Inclusive a de V. Ex^a, ao Presidente da República, um documento solicitando a convocação do Conselho da República para deliberar a respeito da violência e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. Isso porque o assunto diz respeito a toda a sociedade brasileira, em caráter de urgência. E há a preocupação desta Casa. É evidente que nos preocupamos quando a Governadora do Estado envolvido não pode estar presente. Aguardo, portanto, a adoção de providências por parte do Senhor Presidente da República no sentido de que seja convocado o Conselho da República e possamos discutir o problema do Rio de Janeiro e, evidentemente, o aumento da violência em nosso País. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a o aparte. Realmente, fui um dos subscritores porque acredito que é preciso que tomemos alguma atitude. O Congresso não pode ficar à parte, de maneira nenhuma.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Duciomar Costa, por gentileza.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Ney Suassuna, essa questão da violência está sendo agora colocada em evidência pela imprensa e o Senado, por conseguinte, tem procurado se manifestar, buscando colaborar para diminuir a violência no País. V. Ex^a questionava se poderíamos ser os culpados, se não seríamos nós, os legisladores, que não tomamos nenhuma atitude, deixando de dar uma resposta para a sociedade. Senador Ney Suassuna, essa é uma discussão que devemos travar aqui nesta Casa. Mas resolver o problema da violência apenas colocando o Exército no Rio de Janeiro ou equipar os homens com instrumentos capazes de combater a violência não é o suficiente. Se não procurarmos entender que não vamos conter a violência sem discutir, primeiramente, a questão social – e digo isso, pois entendo que a repressão pode combater até um determinado limite, mas a polícia não adentra nas casas –, não resolveremos a questão, pois o problema é social. Precisamos fazer o País andar, gerar emprego, fazer com que as pessoas tenham renda e possam sustentar as suas famílias com dignidade. O povo brasileiro precisa disso. Devemos isso à sociedade. Portanto, devemos travar essa discussão, que precisa ser ampla no contexto social, para que possamos dar uma resposta ao povo brasileiro. Não resolveremos o problema se utilizarmos apenas a repressão, colocando o Exército nas ruas e equipando os homens. Essa não é a solução. A questão é muito mais profunda do que isso. V. Ex^a tem toda razão quando diz que devemos uma resposta à sociedade brasileira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Duciomar Costa, pelo seu aparte.

Vou narrar para V. Ex^a um diálogo que tive outro dia em um táxi, no Rio de Janeiro. Estávamos atravessando a Linha Amarela e o motorista, preocupado, falava da insegurança da cidade como um todo. Ele se virou para mim, sem saber quem eu era, e disse: “O senhor fuma maconha?” Respondi: “Não”. Ele perguntou: “O senhor cheira cocaína?” Eu falei: “Não, senhor.” E continuou: “Se quiser comprar uma dessas substâncias, o senhor gastará mais de meia hora para comprá-las?” Eu disse: “Creio que não, porque dizem que em toda favela há um ponto de venda”. Ele concluiu: “Não apenas nas favelas, mas também em muitas esquinas. O que o senhor pensa de um policial que passa 30 dias por mês, até mesmo o ano inteiro, procurando esses pontos sem encontrar nada, e, quando invadem uma

favela, mostram onde era o ponto? Onde está a P2? Onde está a segurança da polícia, das Forças Armadas, e tudo o mais que não localizam esses pontos?”

É verdade que esse motorista está parcialmente certo. Realmente, há convivência. Entretanto, há outro aspecto: são as classes média e alta que financiam o tráfico, porque vão aos pontos de venda para comprar drogas e depois se sentem ofendidas por todos os subsídios maléficis provocados pelo tráfico. Precisamos pensar com mais seriedade nessa situação.

Alerto não apenas sobre esse fato, mas sobre a segurança como um todo, porque não basta haver segurança somente contra o homicídio, o narcotráfico, o crime organizado. As estradas e os hospitais também precisam de segurança. Por isso, peço que assumamos a nossa responsabilidade e tenhamos coragem de tomar atitudes mais duras. Na hora em que precisamos agir, alguns dizem: “Isso não pode ocorrer”. É evidente que algo deve ser feito, porque estamos vivendo uma época de guerra civil, conforme alertam os jornais, e devemos combatê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, segurança não se improvisa nem se inventa. O Senador Duciomar Costa tem razão. Precisamos pensar globalmente sobre o problema da segurança, porque estão improvisando e tentando resolver no grito. Não é assim que se resolve.

A criminalidade cresce na medida em que a repressão aumenta, mas sem nenhuma estratégia, sem nenhuma força para pelo menos apontar os alvos, os responsáveis, as lideranças. Às vezes, entram numa favela, matam inocentes, morrem policiais, e os bandidos continuam tranquilamente operando assim que a Polícia deixa o local.

Não há uma estratégia, uma operação de informações, uma busca da realidade de como o crime está ocorrendo. E a violência também cresce na razão direta do desemprego; a violência, não a criminalidade violenta, que é outra coisa.

Penso que V. Ex^a tem razão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me, Sr. Presidente, incluir no meu discurso este aparte voluntário de V. Ex^a, que é a parte mais brilhante de nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Segundo informação do Senador Antonio Carlos Magalhães, a audiência pública que seria realizada amanhã foi transferida para segunda-feira, às 18 horas. V. Ex^a confirma, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Perfeito, Sr. Presidente. Isso foi feito para que a Governadora

do Rio de Janeiro pudesse comparecer, uma vez que, por motivo de saúde, S. Ex^a não poderia comparecer amanhã. Nós transferimos a reunião para segunda-feira, às 18 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com as presenças do Ministro da Justiça, do Prefeito do Rio de Janeiro e, esperamos, da Governadora do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

Tem a palavra, pela ordem, por cinco minutos, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o jornal **A Tarde**, que me faz forte oposição na Bahia, mas que, inegavelmente, é o de maior circulação, traz hoje uma manchete que me sinto obrigado a ler neste plenário. E, já que não há nenhum líder do Governo para tomar conhecimento, peço a V. Ex^a que meu discurso seja remetido ao Ministro dos Transportes.

Diz a notícia:

Suspensão o dinheiro das estradas.

Marcadas para começar hoje, as obras de recuperação do trecho de 121 km da BR – 324, entre Tanquinho e Capim Grosso, foram suspensas porque o dinheiro não chegou.

O Ministério dos Transportes cancelou todos os repasses de recursos para estradas federais na Bahia. As Rodovias nºs 101, 116 e 407 também continuam precisando de obras urgentes.

Na página seguinte, o jornal faz ampla reportagem sobre a matéria.

Evidentemente, não vou culpar o atual Ministro dos Transportes que tem 30 ou 40 dias de exercício, mas culpo o Governo porque não é possível que as estradas federais baianas continuem no estado em que se encontram. E o pior é que o tráfego pesado das estradas federais corre para as estaduais, ou seja, as BA’s. Conseqüentemente, o que se observa é que também as estradas estaduais ficam intransitáveis.

Sei que isso não acontece apenas na Bahia, mas o meu dever é defender o meu Estado. Espero que o novo Ministro faça alguma coisa. Peço a V. Ex^a que envie o meu modesto discurso a S. Ex^a.

Sr. Presidente, a situação é deplorável em vários setores, mas nenhum é pior que o das rodovias. No último feriado, V. Ex^a viu quantos desastres ocorreram e quantas vidas foram ceifadas em virtude das intransitáveis estradas brasileiras. No seu Estado, Sr. Presidente, houve um número bastante grande de aci-

dentados. Minas Gerais, parece-me, foi o que teve o maior número de mortes em suas rodovias.

Por tudo isso, faço mais um apelo ao Governo Federal. Já fiz sobre outros setores, mas não tive êxito! Ontem, inegavelmente, houve uma reunião sobre o metrô com o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que me pareceu produtiva. O Ministro foi altamente gentil e me prometeu que os recursos do metrô fluiriam para melhorar o trânsito na cidade de Salvador. Sei que outros metrôs estão na mesma situação, mas, na Bahia o problema é mais grave, por ser o único Estado do Brasil que coloca recursos próprios nos metrôs.

Portanto, Sr. Presidente, peço ao Governo Federal que nos ouça e atenda a esse problema baiano. Estou muito à vontade, repito, porque o jornal que me faz oposição e apóia o Governo Federal é o que traz essa manchete em primeira página, numa matéria de oito colunas.

Por isso, Sr. Presidente,...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a traz um assunto que diz respeito a todo o País. Ao iniciar o seu pronunciamento, V. Ex^a disse que a situação crítica das estradas e a paralisação das obras não eram um problema apenas da Bahia. E também faz uma complementação importante quando diz que as estradas estaduais – no caso da Bahia, as BAs – estão sendo destruídas por carros pesados e por carretas, que já não trafegam mais pelas estradas federais, as BRs. No caso da Paraíba, são as PBs que estão intransitáveis. Faço este aparte porque espero que, pelo respeito que impõe V. Ex^a, pela força política e pelo patrimônio político que possui, o Ministro, ao receber este discurso, lembre-se também da pequenina Paraíba. Porque lá as obras, há muito tempo, estão paralisadas. E cito apenas um exemplo: existe um trecho de 90 quilômetros, entre as cidades de Patos e Pombal, que normalmente se percorre em 40 ou 50 minutos, no máximo, em boa velocidade. Atualmente, esse percurso é feito em 2 horas e 30 minutos. Conto isso porque tive a oportunidade de constatar agora na Semana Santa. Portanto, é necessário que o Governo entenda que está jogando fora um dos maiores patrimônios do País, que é a nossa malha rodoviária. Parabéns! E gostaria que V. Ex^a incorporasse este meu aparte ao seu pronunciamento a fim de que a Paraíba também seja lembrada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte, nobre Líder Efraim Morais. E tenho certeza de que o Ministro dos Trans-

portes, tomando conhecimento deste discurso, fará algo pela Bahia e também pela sua Paraíba.

A situação é grave, gravíssima, e apelo também ao Líder Aloizio Mercadante, que adentra neste instante no plenário, no sentido de nos ajudar. Ainda há pouco, disse que o Ministro das Cidades, ontem, foi muito gentil e prometeu dar um fluxo razoável ao metrô da Bahia.

Sobre o problema das estradas, eu trouxe aqui um jornal – V. Ex^a conhece bem a Bahia – que me faz oposição direta, que traz a manchete: “Suspensão o dinheiro das estradas”. Os recursos para todas as estradas foram contingenciados e não serão repassados.

De modo que se trata de uma situação grave que trago ao conhecimento do Senado, pedindo ao Governo a sua atenção e agora do Líder Aloizio Mercadante, cuja posição nesta Casa só é de merecer elogios pelo trato que dispensa aos seus colegas e a maneira com que leva as nossas reivindicações ao Governo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sempre ouvimos com muita atenção todas as ponderações, considerações e críticas que V. Ex^a encaminha a este Plenário, pela larga experiência política e pelo compromisso histórico que tem com o País, sobretudo com o Estado da Bahia. Houve um esforço grande do Governo em relação a recursos para os Estados e Municípios no que refere às estradas, por meio do repasse da Cide – 29% dos recursos da Cide serão repassados diretamente. No Ministério dos Transportes, este ano, estão programados investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões e muitos em parceria com os Governos dos Estados. De qualquer forma, analisarei o problema, levarei ao Ministro dos Transportes e comprometo-me, assim que tiver uma resposta, o mais breve possível, informar V. Ex^a. Verificaremos o que está ocorrendo e como equacionar essa questão. O Governo trabalha na perspectiva, este ano, de fazer um programa de recuperação das estradas de amplo alcance. No ano passado, foram 2.500 km e mais – não tenho de cabeça – a parte de “tapa-buraco”, que representou uma operação muito grande, de mais de 25.000 km, mas, a chuva vem e o “tapa-buraco” não resiste. Tem-se que recuperar e restaurar as estradas. E o programa visa, pelo menos, triplicar essas restaurações em relação ao ano passado. Mas analisarei a questão e trarei detalhadamente a V. Ex^a, se possível ainda nesta semana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex^a, que tem sido realmente um Líder atuante e tem procurado resolver todos os problemas que surgem aqui. Se eles não são resolvidos, a culpa não é de V. Ex^a, mas certamente das autoridades dos Ministérios.

Seja como for, V. Ex^a merece sempre o nosso respeito. E, por isso mesmo, agradeço o seu excelente aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sei se posso, Senador Heráclito Fortes, somente se o Presidente Romeu Tuma permitir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Romeu Tuma, com a sensibilidade nordestina que possui na alma, irá permitir. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com certeza, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, parabênizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Fiquei muito feliz por, mais uma vez, ver que V. Ex^a é um homem de estrela, e a Bahia um Estado de sorte. O Piauí tem, dia após dia, reclamado dessas mesmas estradas, mas não teve a felicidade de V. Ex^a de hoje, às 18 horas e 25 minutos, adentrar neste plenário o Líder Aloizio Mercadante e prometer imediatamente uma solução. Somente o prestígio de V. Ex^a e a importância da Bahia para sensibilizar o Governo, com o que fico muito feliz. Agora, faço um apelo ao Senador Aloizio Mercadante, esse grande Líder: estenda a sua generosidade ao meu sofrido Estado do Piauí. Temos os mesmos problemas, Senador Aloizio Mercadante. A soja da Bahia passa pelo Piauí e vice-versa. Na semana passada, tive a informação de que um caminhoneiro, contratado por uma empresa do Piauí, quis matar o contratante porque o seu caminhão quebrou na estrada. Uma viagem que deveria durar três dias demorou doze dias. Ele alegou que o trato não era aquele. A estrada estava esburacada, o caminhão quebrou e ele queria uma indenização pelos danos. Veja, Senador César Borges, que o Piauí é um Estado onde se prevê, para este ano, uma safra de um milhão de grãos. Mas tenho certeza de que o Senador Aloizio Mercadante, principalmente agora com a definição de que os recursos da Cide serão usados exclusivamente nas estradas, lançará seu manto protetor em defesa do Estado da Bahia, do Piauí, enfim, sobre o Nordeste – o Senador Tasso Jereissati pede também que V. Ex^a o socorra e inclua o Ceará nessa cruzada, assim como o Senador Antero Paes de Barros pede por seu Mato Grosso. Enfim, creio que teremos uma solução para o problema. Obrigado a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Gos-taria de mais um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Antes de conceder um aparte ao Senador Aloizio Mercadante, devo dizer que os recursos da Cide continuam bastantes para que sejam aumentados. Temos, todos nós, que agradecer a atitude do Líder Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, pedi mais um aparte para comentar que, com esse humor, essa ironia, que são próprias do Senador Heráclito Fortes, tenho certeza de que S. Ex^a, com a longa vivência política que tem, se fizer um estudo sobre o buraco na estrada que provocou a quebra do caminhão, irá descobrir que ele não tem apenas um ano, tem mais tempo. Quer dizer, o abandono das estradas no Brasil tem algum tempo. E o programa de recuperação das estradas é um grande desafio do País. O maior desafio que o Governo enfrenta é o buraco para a recuperação das estradas que está no orçamento e na dívida pública, que atingiu patamares absolutamente descabidos ao longo da história recente do País. Tínhamos uma dívida pública, há 9 anos, de R\$ 67 bilhões e assumimos o Governo com a dívida próxima a R\$ 725 bilhões. Esse endividamento constrange muito a capacidade de investimentos e gastos do Estado. Apesar disso, o esforço de responsabilidade fiscal, a contribuição que o Senado deu nas reformas previdenciária e tributária – e, nesta, com mecanismos inovadores criados por nós como a partilha da Cide –, ajudam a, dentro de um quadro de severa restrição fiscal e financeira, buscar novos recursos para investimentos em transportes e estradas. E tenho certeza de que a parceria entre Estados, União e Municípios melhorará de forma definitiva essa estrutura de transporte, essencial para a competitividade da economia, o turismo e o bem-estar. E o Piauí seguramente tem de estar dentro dessas prioridades, assim como todo o Nordeste, onde a carência de recursos é maior, regionalizando os investimentos e priorizando-os. Mas, de qualquer forma, a ponderação de V. Ex^a foi muito responsável. Seguramente, prestarei as informações, buscarei analisar o que está acontecendo e darei um retorno concreto e específico, estendendo-o ao Senador que, evidentemente, representa tão bem o Piauí nesta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço ao Líder Aloizio Mercadante, ao Senador Heráclito Fortes e a todos aqueles que apoiaram a minha fala. Agradeço também a V. Ex^a, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu para tratar de assunto

tão relevante para a Bahia. Não fosse a gentileza e a generosidade de V. Ex^a em compreender os grandes problemas nacionais, certamente não teria tido tempo para falar hoje aos meus conterrâneos e a todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A importância do assunto que V. Ex^a trouxe à tribuna atende praticamente aos anseios e às angústias de todos os brasileiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotou-se o tempo da sessão, mas, como V. Ex^a foi citado com honra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exatamente. Pelo fato de o Senador Aloizio Mercadante ter citado o meu nome neste plenário – o que vai para o meu currículo, para a minha biografia –, peço a palavra pela ordem.

Fico muito feliz pelo fato de o Senador Aloizio Mercadante, conhecido como o maior economista do PT e um dos maiores do Brasil, ter feito essas declarações.

Com relação à idade do buraco, compete ao Governo, por meio de um recenseamento próprio, saber a idade dos buracos das estradas brasileiras. Mas a questão não é essa.

O Senador Aloizio Mercadante, economista, homem de responsabilidade, que participou do programa de Governo do Presidente Lula, sabia das dívidas, sabia das dificuldades, conhecia a Lei de Responsabilidade Fiscal, que combateu na sua criação. No entanto, com tudo isso, prometeu nas praças públicas, no primeiro ano, recuperar estradas, dar salários, além de outras promessas.

Como o PT prometeu tudo isso, Senador Mercadante, se ele sabia que o buraco financeiro e o buraco das estradas existiam há tanto tempo? Caloteou o povo brasileiro. Não há outra resposta para isso. Ou V. Ex^{as} prometeram, em praça pública, o que não podiam cumprir, ou então, por questões políticas, não estão resolvendo o problema das estradas nordestinas.

Pobre povo nordestino! Mais uma vez, foi enganado. Mas o seu dia haverá de chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de a pauta encontrar-se sobrestada por medidas provisórias, defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o Requerimento nº 440, de 2004, do Senador Jonas Pinheiro.

Fica o Senador Jonas Pinheiro autorizado a participar da missão solicitada.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante. Trata-se de uma explicação pessoal, mas peço que seja breve, porque o tempo já se esgotou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ponderar as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Creio que o debate deveria ter sido feito de acordo com o tema que estávamos discutindo, mas, como passamos para outras áreas, é necessário um esclarecimento.

Fiz questão de intervir em deferência ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela responsabilidade que tem tido neste plenário, pelo espírito público, pela independência que preserva na vida pública. Portanto, eu não poderia deixar de mencionar a questão abordada pelo Senador Heráclito.

Nós, de fato, herdamos uma situação difícil – creio que o País inteiro tem consciência disso. Não vejo que essa situação possa ser superada se não houver um esforço suprapartidário, uma grande responsabilidade pública em equacionar algumas grandes questões do País.

Veja V. Ex^a que, dentro das restrições severas fiscais e financeiras que estamos atravessando, repactuamos a dívida da agricultura, ampliamos os recursos do Modfrota e conseguimos, nestes dois anos tanto no ano passado quanto neste ano, bater recorde histórico de safra agrícola no Brasil, sobretudo recuperando a pequena agricultura familiar. Conseguimos restaurar 2.500 quilômetros de estradas e tapar buracos de 25.000 quilômetros delas, dentro das restrições fiscais. Neste ano, vamos triplicar os investimentos na estrutura de transportes.

De fato, a maior restrição que o País atravessa são as finanças públicas. Mas, com a política de redução progressiva da taxa de juros – que hoje é a menor dos últimos nove anos –, com a reforma tributária que aprovamos, depois de nove anos de espera no País, estamos construindo uma base sólida para ampliar a capacidade de investimento de forma sustentável, estabilizar o País e permitir melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Por isso, tenho absoluta segurança de que estamos em um caminho promissor de recuperação do crescimento com estabilidade e de aprimoramento da estrutura viária, ou seja, investimento em estrutura. E a aprovação do PPP – a Parceria Público-Privada – é um dos instrumentos para se capitalizarem recursos do setor privado, junto com o setor público, para me-

lhorar o investimento em infra-estrutura e, com isso, dar competitividade às exportações, melhorar a estrutura de transporte e a eficiência do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de parabenizar o Líder e citar um fato: a incoerência do pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. A culpa de todos os buracos das estradas é do Governo Fernando Henrique. Porém, a grande safra colhida no ano passado é do Governo Lula, que não teve tempo de plantar um pé de xiquexique no Brasil!

Portanto, Líder Mercadante, parabéns pelo esforço de defesa, mas o povo brasileiro não é bobo e sabe que quem plantou ao longo desses anos, quem criou uma política agrícola que fez com que o Brasil crescesse, principalmente o Nordeste, não foi este Governo – temos aqui o testemunho do Senador Tasso Jereissati, um dos responsáveis por esse programa no Ceará; do Senador Mão Santa, do Piauí; do Senador Edison Lobão e de todos os que governaram. Então, é exatamente isto: V. Ex^{as} estão colhendo aquilo que o Presidente Fernando Henrique plantou. O buraco da estrada é conseqüência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para concluir, eu só queria ponderar que um pé de milho, ao que eu saiba, é colhido cinco meses depois de plantado. A soja também é uma cultura perene. Quando falo da safra de grãos, não há nenhum grão plantado no País que dure mais de um ano. Então, V. Ex^a precisaria, primeiro, ponderar a argumentação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço para este debate cessar, porque senão vamos extrapolar o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – De fato, o aumento na capacidade de exportação e de produção agrícola do Brasil não se deve somente aos governos, mas a condições estruturais extremamente eficientes que o Brasil possui. Somos um dos poucos países com terras ainda agricultáveis, com fronteiras agrícolas. Nosso clima é extremamente equilibrado. E houve, por meio da Embrapa, o esforço histórico na área de pesquisa, ciência e tecnologia.

Ao lado disso, a negociação da dívida vem sendo construída por este Governo, que conseguiu uma grande repactuação para permitir ao setor da agricultura financiamento e capacidade de investimentos. A ampliação do Programa Modefrota, do BNDES, contará

com R\$2,5 bilhões de recursos este ano. Tudo isso foi feito para aumentar a eficiência da agricultura.

Quanto à safra deste ano – não há nenhum grão que tenha um prazo tão longo –, haverá uma supersafra de 130 milhões de toneladas de grãos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Somente pondero, Senador, que o argumento mais aprofundado – cada um com sua visão política, sua história, seu posicionamento e na disputa entre Oposição e Governo, que é muito própria da democracia –, a discussão mais equilibrada seguramente permitirá uma contribuição mais eficiente para se equacionarem os problemas tão complexos e difíceis do Brasil.

Creio que o menos importante é saber de quem é o crédito. O mais relevante é aumentar a colheita e a capacidade de produção e de exportação. Neste mês, o Brasil está batendo recorde histórico de exportação, recorde histórico de safra agrícola e recorde histórico de saldo comercial.

Parabenizo sobretudo o homem do campo, o grande responsável por tudo isso.

Precisamos, porém, avançar no que se refere à reforma agrária. Devemos dialogar com os movimentos sociais do campo para que se respeite o Estado de direito e para que a reforma agrária seja compatível com esse impulso fantástico da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Heráclito Fortes e Senador Aloizio Mercadante, a esta altura, devemos homenagear os agricultores do Brasil e encerrar a sessão, porque senão vamos ficar debatendo e vamos esquecer quem são os responsáveis pela grande produção agrícola.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Aloizio Mercadante foi positivo não só para mim, mas para o Brasil, até porque é raro isso acontecer. A safra colhida não é fruto de um trabalho de cinco meses; cinco meses é o período da colheita. V. Ex^a tem que levar em conta a época em que os presidentes e os dirigentes da Embrapa não eram escolhidos por pressão partidária. É preciso considerar as pesquisas feitas, a infra-estrutura dada ao cerrado e, acima de tudo, o trabalho de longos anos. V. Ex^a está apenas usufruindo do sucesso. Aproveito o ensejo para solicitar à TV Senado a filmagem do elogio do Senador Aloizio Mercadante ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que será muito útil para o PFL da Bahia no pleito que se aproxima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode requisitar a cópia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Álvaro Dias, concedo-lhe a palavra pela ordem, mas espero que seja rápido, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

A exemplo do que sempre faz o Senador Eduardo Suplicy e na esteira das palavras do Líder Aloizio Mercadante sobre reforma agrária, lembro aos Srs. Senadores que amanhã, às 10 horas, a CPMI da Terra se reunirá para debater o processo de reforma agrária no País, com a presença da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Eu não sabia que os produtores rurais podem, agora, tirar férias, porque o Governo de Lula planta e produz por eles. Fiquei muito impressionado com essa descoberta e, certamente, os produtores rurais brasileiros ficarão muito felizes com isso.

Por outro lado, aprendi com o Senador Mercadante que a soja é uma cultura perene. Parece-me que o Senador não sabe diferenciar um pé de café de um pé de soja. Além disso, S. Ex^a não precisa se preocupar com as estradas porque é de São Paulo e o Governador Geraldo Alckmin cuida muito bem das rodovias do Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não posso negar-lhe a palavra, Senador Eduardo Suplicy, mas lhe pediria rapidez, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo-se iniciado a discussão de importante questão econômica, eu gostaria de informar a todos os Senadores que houve uma decisão relevante, hoje, do Copom, com o corte mínimo de 0,25 ponto, baixando a taxa de juros para 16% ao ano.

O Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central, fez uma tímida redução de 0,25, semelhante à que fez há um mês. Com isso, os juros caem para 16% ao ano, a menor taxa desde abril de 2001.

Considero-a ainda bastante modesta, Sr. Presidente, e gostaria de ponderar a respeito de uma situação. Eu perguntaria ao Presidente desta sessão, Senador Romeu Tuma: saberia V. Ex^a, nominalmente, quais são os membros do Copom?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria que V. Ex^a nos revelasse o seu segredo. Eu gostaria de saber quem manda no Copom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A pergunta tem o seguinte fundamento, Sr. Presidente: são tão importantes as decisões do Copom que talvez fosse relevante a proposição de que a Radiobrás passasse a transmitir as suas sessões, se não ao vivo, pelo menos gravando-as e reproduzindo-as no dia seguinte. Eu preferiria que o fizesse ao vivo.

A Radiobrás poderia, no programa de televisão e na própria rádio, transmitir as sessões, para que a população brasileira pudesse acompanhar de perto como são tomadas as decisões do Copom.

A minha pergunta, Sr. Presidente, foi feita no sentido mais respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode, com base no art. 216 do Regimento Interno, requerer informações ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei, mas eu tenho a lista desses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso seria interessante, pois assim seriam publicados no **Diário Oficial**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dado que as decisões do Copom são tão importantes, seria também fundamental que a população soubesse quais são os seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a poderia ser mais breve, pois o tempo já está irregular e ultrapassou mais de 15 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A minha sugestão, que colocarei em projeto de lei ou de resolução, é que as sessões do Copom passassem a ser transmitidas, se possível, ao vivo; se não, que o fossem 24 horas depois, pela Radiobrás, televisão e rádio, para que a população pudesse conhecê-las e os membros do Copom se sentissem suficientemente responsabilizados.

Dessa forma, assim como nós somos questionados, nas ruas, a respeito de nossas decisões, eles também seriam melhor identificados pela população, pelos trabalhadores, pelos empresários, por todos, inclusive pelo Senador Antero Paes de Barros, para que se soubessem as razões que os levaram, desta vez, a mais uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria para encerrarmos a sessão, pois estamos irregulares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, vamos fazê-lo. Antes, eu gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela idéia e apelar para que, além da Radiobrás, as próprias Rádio e TV Senado pudessem estar disponíveis para a transmissão das sessões do Copom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Também. Então, façamos um projeto em conjunto. Aliás, já apresentei um projeto de lei a esse respeito, mas a TV Senado está envolvida com as nossas sessões, cujos horários coincidem com os das sessões do Copom. Por isso pensei que elas pudessem ser gravadas e transmitidas depois.

Vamos pensar no melhor procedimento operacional. Farei uma visita ao Presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e dialogarei com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para que se aperfeiçoe a iniciativa legislativa que pretendo apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de a pauta se encontrar sobrestada por Medidas Provisórias, defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o **Requerimento nº 440, de 2004**, do Senador Jonas Pinheiro.

Fica o Senador Jonas Pinheiro autorizado a participar da missão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Paulo Elifas e Romeu Tuma, e A SRA. Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 8 de abril assinala o Dia Mundial de Combate ao Câncer. É importante emprestar a nossa voz para que se aprofunde a consciência dos brasileiros e de suas instituições no que se relaciona a essa doença, enfermidade terrível, de mil faces ameaçadoras, que mata, aleija, infelicita em todo o mundo, em países pobres, ricos ou emergentes.

No Brasil, em 2003, foram cerca de 400 mil novos casos de câncer. Portanto, 400 mil pessoas receberam a notícia de que tinham a doença. Nem sempre é um aviso que vem a tempo de possibilitar um tratamento que salve vidas. E quando, por sorte, o diagnóstico é precoce, como sempre deveria ser, e há possibilidade de tratamento e até chance de cura, ainda assim sofrem os enfermos e suas famílias devido aos procedimentos terapêuticos, geralmente, penosos e demorados.

Ainda em 2003, tivemos cerca de 127 mil mortes por câncer. Entre os homens, o câncer de pulmão é o que mais mata. É uma devastadora neoplasia maligna, quase sempre causada pelo cigarro. Para cada 100.000

habitantes, são 13 mortes. Logo a seguir, como grande matador entre os homens, vem o câncer de próstata. É também alto o número de mortes por câncer de estômago, esôfago, cólon e reto.

Entre as mulheres, o mais freqüente é o câncer de mama, seguindo-se o de pulmão e os do aparelho digestivo e do útero. Para homens e mulheres, o câncer de incidência mais comum, mais freqüente, é o de pele não-melanoma. No entanto, este não mata muito, pois, se detectado no início, é de fácil tratamento e cura.

Como vemos, Sr. Presidente, o câncer é um grande inimigo da saúde e da vida humana. Mas temos como reagir. A medicina brasileira acompanha os progressos mundiais das inovações científicas na luta contra o câncer. A primeira linha de defesa, nessa luta, é a prevenção. Para cada tipo de câncer, há para os indivíduos e para as famílias e a comunidade meios de se organizar, de se preparar, acompanhando, prevenindo, detectando a tempo os primeiros sinais da doença.

O papel dos médicos e das instituições de saúde é divulgar a idéia da prevenção, os métodos de prevenção. Tudo o que se pode investir e fazer em matéria de acompanhamento e de prevenção vale a pena, pois é enorme a diferença entre tratar no início e tratar no estágio avançado da doença. Os custos materiais e em sofrimento para as pessoas, as famílias e a sociedade crescem enormemente quando não se faz a prevenção, o acompanhamento.

O desafio posto para a sociedade brasileira, diante do câncer, é manter não somente uma medicina atualizada científica e tecnicamente, mas também um sistema de saúde pública que estenda os benefícios da prevenção e do tratamento a toda a população. Hoje, só têm garantido um bom atendimento aqueles muito abonados ou os associados a planos de saúde sólidos.

Temos, pelo Brasil afora, bons hospitais para tratamento de câncer. Alguns têm mesmo excelente padrão. Em termos de Poder Público, é muito útil o trabalho de compilação estatística feito pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA, do Ministério da Saúde. Com boas estatísticas e previsões sobre a incidência e a mortalidade associadas a cada tipo de câncer e suas variações regionais, as instituições médicas, públicas e particulares podem dimensionar corretamente seus esforços no combate a essa traiçoeira enfermidade.

Combate, Sr. Presidente, que se deve dar sem trégua, esclarecendo-se a população, dedicando-se os recursos para o estudo, a pesquisa e o aparelhamento técnico. Um esforço de todos, na luta contra o terrível mal que é o câncer, para o benefício de todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Governar é preciso”, de autoria do atual presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, José Serra, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de abril do corrente.

No seu artigo, o Presidente do PSDB avalia que “o governo Lula sofre de três problemas endógenos: a falta de um programa, a falta de capacidade administrativa e a ocupação do aparato de Estado pelo PT”. Com isso, conclui que a maior carência do Brasil, hoje, é a falta de Governo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de abril do corrente seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo
5-4-2004

GOVERNAR É PRECISO

Por José Serra

“Não há necessidade maior para as pessoas que vivem em comunidade do que a de serem governadas, autogovernadas se possível, bem governadas se tiverem sorte, mas, em qualquer caso, governadas.”(Walter Lippmann)

O governo Lula sofre de três problemas endógenos, começando pela falta de programa. O PT tinha um programa histórico que se baseava num diagnóstico-denúncia da sociedade brasileira: desigualdades, falta de acesso da grande maioria da população a terra, educação e saúde, economia a serviço dos bancos e do imperialismo, corrupção na administração, domínio da mídia pelos grandes grupos econômicos.

Chegando ao governo federal, o PT engavetou esse programa, mas não o substituiu por outro coerente. Foi acometido por uma variante da síndrome de Estocolmo -aquela que torna as vítimas apaixonadas por seus algozes. O que era condenado passou a ser adotado com gosto: aliança com os setores mais atrasados da política brasileira, política econômica baseada num tripé de juros estratosféricos, carga tributária sideral e cortes draconianos de gas-

tos essenciais, revogação do instituto da CPI, devoção aos credos do mercado financeiro internacional. O segundo problema é a falta de capacidade administrativa para fazer as coisas acontecerem, inclusive as que não exigem muito dinheiro. As iniciativas do Palácio do Planalto se resumem a ações de cooptação política, azeitamento da máquina publicitária, discursos cansativos e mobilização do aparato governamental para intimidar forças políticas e instituições que pensam ou agem de modo diferente do admitido pelos donos do poder.

Esse padrão, com poucas exceções, se estende aos ministérios. Mesmo na Saúde, onde, diferentemente da Educação, se procurou manter as diretrizes do governo Fernando Henrique, os retrocessos têm sido inegáveis: cortes de recursos, passagem dos remédios genéricos para o segundo plano das prioridades, loteamento da Funasa e do Inca, desaceleração do cartão SUS e do Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem.

O terceiro problema é a ocupação do aparato de Estado pelo PT. A direção partidária se transplantou para o núcleo do governo de mala e cuia e espalhou seus seguidores por todas as instâncias. Tudo isso sem nenhum projeto de sociedade, diferentemente do modelo bolchevique de partidização do Estado, que tinha pelo menos uma utopia, maravilhosa para uns ou abominável para outros, mas real. No modelo petista, trata-se de um bolchevismo patrimonialista.

Esse modelo tem vários problemas. Não gera desenvolvimento nem empregos, estanca as políticas sociais, não incentiva a moralidade e não leva a uma administração eficiente. Há governo demais se reunindo de forma exaustiva, armando truques publicitários, caçando bodes expiatórios, desperdiçando recursos públicos, como no caso dos erros da política de juros do Banco Central, que custam bilhões de reais canalizados para rentistas, e não para produtores. Por outro lado, no que importa, há governo de menos, funcionando mal.

Com a popularidade em declínio, há o risco de que a reação petista se torne cada vez mais baratinada e truculenta, como já vem acontecendo, tensionando a estabilidade institucional. Assim, se me perguntassem qual é a maior carência do Brasil hoje, eu diria que é a falta de governo. A sorte de os brasileiros serem bem governados parece distante, mas, a esta altura, governo que começasse a funcionar já seria lucro.

José Serra é presidente do PSDB e escreve às segundas nesta coluna.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para co-

mentar duas matérias publicadas nos jornais **O Globo** e **Jornal do Brasil**, que, mais uma vez, evidenciam a crise que insiste em continuar na base governista.

As matérias intituladas "Presidente do PL ataca Palocci", publicada no **Jornal do Brasil** de 16 de março, e "Lula dobra o PL e Valdemar", publicada no jornal **O Globo** de 17 de março, mostram o presidente do PL atacando o Ministro da Fazenda e a condução da política econômica no governo Lula.

Se somarmos esse recente episódio àquele gerado pelo documento do Partido dos Trabalhadores, que exigia mudanças na política econômica, obtemos

como resultado uma enorme incongruência: Partidos "usufruindo" do Poder e comportando-se como se fossem de oposição.

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Senhor Presidente, que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Presidente do PL ataca Palocci

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Valdemar Costa Neto diz que ministro não tem condições de tocar a economia do país

**LUIZ QUEIROZ X
PALOCCO DE TARSO LUIZA**

BRASÍLIA - A posse do novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, indicado pelo PL, e a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade não foram o bastante para amenizar a acidez das críticas proferidas pelo presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto (SP). Um dia após pedir, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, a cabeça do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, alegando que este não entende "buhufas" de economia, Costa Neto repetiu que a manutenção da política econômica val condizir o Brasil "direto para o branco".

O ministro Palocci tem competência para ser prefeito de Ribeirão Preto, mas não tem condições de tocar a economia do Brasil e já provou isso durante um ano. Não entende de economia e levou o país para o pior dos mundos: crescimento negativo, com aumento da dívida - atacou o presidente do PL, partido que integra a base governista e tem o vice-presidente da República, José Alencar.

Na avaliação de Costa Neto, o presidente Lula conseguiu, após muito esforço, obter uma economia de R\$ 20 bilhões (superávit primário) mas a dívida pública cresceu R\$ 80 bilhões.

- Não dá para o país gastar R\$ 150 bilhões e investir apenas R\$ 4 bilhões. Não há quem resista a isso - disparou.

Os ataques de Costa Neto não se restringiram ao ministro Palocci. Como na véspera, atingiram também o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

- É um homem que não tem afinidade com o PL, com o governo e com a aliança dos partidos.

O discurso de posse de Alfredo Nascimento mostrou que os ataques não partem de opiniões pessoais de Costa Neto, mas formam uma estratégia partidária. Filhado do PL, o ex-prefeito de Manaus defendeu ontem a sua condução nas áreas de juros, crédito que começa a ser detalhada hoje em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Os resultados serão divulgados amanhã.

Com os juros que estão sendo praticados no país, você tem problemas para pagar o boleto - afirmou.

Costa Neto também atacou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, embora tenha sido o presidente do PL a indicar o ministro. "Lula não tem a posição de Valdemar sobre o afastamento de Palocci e Meirelles", afirmou.

Em uma entrevista complementar - afirmou - o presidente do PL, tanto que o próprio PT tem uma posição econômica de Palocci.

Os deputados acionaram a defesa antipalocista. Arlindo Fariante, o vice-presidente da Câmara, Beto Albuquerque também atacou Costa Neto para o canto e disse que não deveria cancelar a indicação. Revoltado,

afirmou que está surgindo uma nova Darlene no governo - em referência à personagem de Deborah Secco na novela *Celebridade*, uma jovem deslumbrada que faz tudo para aparecer.

- O que ele disse é uma irresponsabilidade. O Valdemar suava de raiva aplaudindo o ministro dele. Ele não quer suar, não quer desgastar a hora de defender o governo? - esbravejou.

Para o vice-líder do governo, se Palocci não entende de economia, Costa Neto não entende de política. Albuquerque lembrou que a oposição do PL ao do PFL pouco importa para o governo.

- Quem dita os rumos da política econômica é o presidente Lula. E ele já disse o que quer acrescentar, referindo-se ao apoio irrestrito de Lula ao ministro Palocci.

Os petistas também trataram de se defender. Líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) garantiu que Palocci está fazendo um grande trabalho, que permitiu a retomada da confiança externa em relação ao Brasil.

- O cenário sólido e consistente está sendo possível graças ao trabalho de muita gente. E a atuação do Palocci vem sendo decisiva.

Mercadante também foi alvo das críticas de Costa Neto, que considerou o líder do governo um nome natural para o Ministério da Fazenda.

- Só que ninguém gosta dele. Ele é um cara traído, difícil, honesto, mas não foi colocado no cargo justamente porque ninguém suporta ele - disse o presidente do PL.

Interessado na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), também defendeu Palocci. Disse que 2003 foi um ano difícil e que o Brasil só não quebrou por conta da atuação firme. Admitiu que o PT, assim como o PL, defende a mudança nos rumos econômicos. Mas lembrou que isso não significa a troca do titular da Fazenda.

Se o presidente Lula resolver que é necessário mudar a linha de atuação, Palocci vai ser ouvido e será o condutor desta nova fase - garantiu Chinaglia.

Diante da briga interna na base do governo, a oposição ficou entre a preocupação e o sarcasmo. O líder do PT no Senado, José Agripino (RN), classificou o momento como preocupante. Retor-

cou: "O líder do PT na Câmara, José Carlos Alemaia, BAY, sempre falou que repata, toda dia pela manhã, uma frase do padre filósofo espanhol Baltasar Gracián, do século 17. O mantra serviria para o presidente se lembrar dos aliados no governo."

Um meio de lembrar dos aliados no governo, que dos meus inimigos, que do

Estamos diante de uma situação exposta na relação doméstica do Poder Executivo apontou.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Alemaia, BAY, sempre falou que repata, toda dia pela manhã, uma frase do padre filósofo espanhol Baltasar Gracián, do século 17. O mantra serviria para o presidente se lembrar dos aliados no governo.

Um meio de lembrar dos aliados no governo, que dos meus inimigos, que do

Estamos diante de uma situação exposta na relação doméstica do Poder Executivo apontou.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Alemaia, BAY, sempre falou que repata, toda dia pela manhã, uma frase do padre filósofo espanhol Baltasar Gracián, do século 17. O mantra serviria para o presidente se lembrar dos aliados no governo.

"Palocci tem competência para ser prefeito de Ribeirão Preto, mas não para tocar a economia do Brasil"
VALDEMAR COSTA NETO
PRESIDENTE DO PL

"Com os juros que estão sendo praticados no país, você tem problemas para pagar o boleto"
ARLINDO NASCIMENTO
MINISTRO DOS TRANSPORTES

"Se Lula resolver que é preciso mudar a linha de atuação, Palocci será o condutor desta nova fase"
ARLINDO CHINAGLIA
LÍDER DO PT NA CÂMARA

Ele é bom companheiro

BRASÍLIA - O Chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, comemora hoje 58 anos de idade e a data não será esquecida pelos amigos de afeto, verdadeiros e os de ocasião. Além da costumbre enxurrada de telefonemas e telegramas de políticos e de quem espera ser lembrado por ele no futuro, o ponto alto das homenagens ao ministro deverá ser o jantar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende oferecer ao amigo no Palácio da Alvorada.

Toda a cúpula petista e os líderes da base governista no Congresso devem estar presentes ao evento, não confirmado oficialmente pelo Palácio do Planalto até o início da noite de ontem. Mas as homenagens a Dirceu já começaram hoje pela manhã, numa iniciativa de quem subscrito no Gabinete Civil. Numa festinha particular, os servidores esperam comemorar o clima tenso vividos nos últimos 33 dias, quando se ouviram as primeiras denúncias contra o ex-chefe da Casa Civil e amigo do ministro, Waldomiro Diniz, que até hoje atormentam a vida política de José Dirceu.

Apesar dos pesares, a ocasião não poderia ser melhor para o ministro fazer aniversário. Em clima de festa, espera-se que o presidente aproveite o jantar para mais uma vez pedir que seus principais ministros esqueçam as divergências políticas e pensem no país. Portanto, se o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, for ao evento, o tom da noite será o da reconciliação.

Após um mês sem que até agora não se tenha uma informação concreta que comprove a vinculação do ministro José Dirceu com as atividades ilícitas do seu ex-

assessor de Assuntos Parlamentares (flagrado em vídeo cobrando província de empresário do jogo do bicho), aos poucos, o chefe da Casa Civil vem conseguindo retomar sua vida pública, com aparições ainda comedidas em cerimônias palacianas.

José Dirceu, a cada dia que passa, reforça a sua blindagem política e em boa parte ele deve isso ao apoio político que tem recebido do presidente Lula, que desde o início da crise procura motivá-lo, não deixando que o ministro se abata diante do noticiário sobre o escândalo

Lula não rebate críticas

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, durante a solenidade de posse do novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que fará nova reunião na próxima sexta-feira para discutir medidas que agilizem a conclusão de obras de infra-estrutura em todo o país. Os ministros da área deverão conversar com representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, BNDES e do Ministério Público sobre um dos principais gargalos que inviabilizam ou atrasam a execução de obras: a concessão de licenças ambientais.

- Vamos realizar uma ação combinada de todos os ministros para ver o que podemos fazer para a coisa funcionar - disse o presidente.

Lula fez um discurso de cerca de 20 minutos sobre os problemas da área de Transportes e evitou rebater as críticas do Partido Liberal à política econômica do ministro Palocci. O presidente ressaltou a importância do Ministério dos Transportes para o incremento das exportações e o crescimento da economia. Afirmou que o novo ministro Alfredo Nascimento está assumindo "uma pasta difícil", cuja demanda é superior aos recursos disponíveis.

O presidente garantiu que Nascimento ganhou liberdade total para escolher sua equipe no Ministério dos Transportes, já que ele "terá o desafio de fazer com que as

coisas comecem a andar

que foi grave no Brasil foi que não se fez as coisas boas que precisavam ser feitas, como não se fez corretamente a manutenção daquilo que precisava ser feito - lembrou Lula, afirmando ainda que o Ministério dos Transportes é uma pasta "que historicamente deixou a desejar".

O presidente destacou a importância do capital privado no setor de infra-estrutura. E pediu o esforço do Congresso na aprovação do projeto que cria o plano de Parceria Público-Privada.

- Certamente vamos convocar os empresários brasileiros para que eles assumam a responsabilidade de investir em obras em que possivelmente o poder público não teria o suficiente para construir - disse.

Ao se dirigir ao novo ministro, Alfredo Nascimento, o presidente Lula disse que ele passa a fazer parte de um conjunto de ministros "da melhor qualidade moral, ética e profissional".

Lula ainda brincou com Nascimento sobre a escolha dos técnicos que o ministro pretende levar para o ministério, fazendo uma alusão à situação do Corinthians no campeonato paulista:

- Eu tenho certeza que você terá visão de jogo e não deixará que o seu time vire o que virou o meu Corinthians ontem, que, se não fosse o São Paulo, seria massacrado da primeira divisão do futebol em São Paulo. (LQ).

Novo ministro é alvo de denúncias

BRASÍLIA - Sob denúncia do Ministério Público do Amazonas, o ex-prefeito de Manaus Alfredo Nascimento (PL) assumiu ontem o Ministério dos Transportes, dando saída honrosa ao colega de partido Anderson Adauto, que vai concorrer a Prefeitura de Uberaba (MG).

Segundo denúncia feita em 5 de fevereiro deste ano pela procuradora Noeme Tobias de Souza, Nascimento não listou entre seus bens, na declaração enviada ao Tribunal Regional Eleitoral em 1996 (primeira eleição) e 2000 (reeleição), a empresa Vulcanização Tarumã Ltda.

A empresa, que já foi a principal prestadora de serviços de recauchutagem de pneus para empresas de transporte de Manaus, pertence à mulher do prefeito, Francisca Leônia do Nascimento, e ao irmão dela, Francisco Rodrigues de Moraes.

Nascimento também é acusado de suposta ameaça a Francisco Cirilo Batará Anunciação, dono do jornal Diário do Amazonas. A ameaça teria sido motivada por reportagens sobre tráfico de influência envolvendo empresas de Nascimento.

Agência Folha

Lula dobra o PL e Valdemar

Presidente ameaçou demitir novo ministro dos Transportes e presidente do partido voltou atrás

BRASÍLIA
Para atender a uma exigência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o chamou para uma conversa ainda na segunda-feira, e sob pena de ver o recém-empossado Alfredo Nascimento fora do Ministério dos Transportes, o pre-

sidente do PL, Valdemar da Costa Neto (SP), tentou divulgar ontem nota em que assumia, sozinho, a responsabilidade pelas críticas à política econômica e ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Nas conversas com o PL, Lula foi firme e disse que poderia perder o apoio do partido, mas continuaria apoiando integralmente Palocci. À tarde, o vice-presidente José

Avencar, acompanhado de Nascimento, entregou a Lula uma nota não de Valdemar, mas de toda a bancada e a executiva na qual o PL reitera a preocupação com a política de juros, manifesta apoio incondicional ao governo e desautoriza o pedido de seu presidente pedindo a saída de Palocci. "A executiva nacional do Partido Liberal e sua bancada na Câmara reite-

ram posição de apoio incondicional ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reconhecem, ainda, que a substituição de ministro no Brasil é de competência exclusiva do presidente da República. Reafirmam, contudo, que o centro das preocupações do PL reside no fato de que as elevadas taxas de juros tribuem os investimentos em atividades produtivas."

Vice-líderes do PL insistem nas críticas

• Na nota, a bancada do PL atribuiu a uma opinião pessoal de Valdemar os comentários sobre o desempenho de Antonio Palocci. Mas os vice-líderes do partido não admitiram e pediram um documento, no qual se votam a condenação e política de rigor. Para desagravo de Valdemar:

— Não me desculpem pelo amor de Deus! Preciso salvar Nascimento. Tenho que fazer esse gesto — apelou Valdemar ao ser avisado da nota em solidariedade a ele.

Numa reunião de quatro horas, Valdemar foi enfático ao relatar detalhes da conversa que teve na segunda-feira com Lula, o vice-presidente da República, José Alencar, Nascimento e o líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO). Conhecido por seu tom dramático, Valdemar chegou a pôr as mãos na cabeça para ressaltar os riscos de Nascimento que, segundo ele, ameaçava voltar para Manaus e concorrer à prefeitura em 2006.

— Não tenho condições de ficar aqui — teria dito Nascimento.

Lula foi duro nas conversas com os dirigentes do PL.

— O que está acontecendo com o PL? Como fazem isso num momento em que o partido está sendo prestigiado? — cobrou.

Pela manhã, o ministro Aldo Rebelo foi porta-voz da maioria. Ainda que minimizando o impacto das declarações, disse que Valdemar expressou posição pessoal, não do partido. Mas afirmou que o governo esperava uma manifestação pública do PL.

— Aguardamos apenas que o PL, através de suas instâncias partidárias, manifeste sua opinião — disse, admitindo ainda a possibilidade analisar a proposta do líder do PMDB, deputado Renan Calheiros (AL), que teria sugerido a criação de um código de conduta para os partidos da base. — Não coloquei a proposta, mas estou aberto para examiná-la. A verdade é que a vida vai separando naturalmente quem é governo e quem é oposição.

Na véspera, após o constrangimento da posse, Nascimento esteve no Congresso, para uma reunião com a bancada. No encontro pediu ajuda dos deputados.

— Sei a dificuldade, não posso exercer meu trabalho no Ministério. Não posso ser ministro nem só do PL, nem só do governo. Por favor, conto com vocês. ■

COLABOROU Adriana Mesquita
 ► NO GLOBO ONLINE:
 Leia a íntegra da nota do PL.
www.globo.com.br/pas

Bruxas à solta na vida do novo ministro

— Pais de Nascimento sofrem acidente a caminho da posse

BRASÍLIA. Recém-empossado no cargo, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, não atravessa um bom momento. Na manhã de ontem, os pais do ministro, que foram a Brasília para a sua posse, sofreram acidente a caminho do aeroporto e foram internados com ferimentos superficiais. Esse foi só um problema das últimas 48 horas.

— Tudo está acontecendo de uma vez — queixou-se Nascimento.

Além dos ataques do presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, à política econômica, durante a cerimônia de posse de Nascimento, o novo ministro enfrenta problemas em Manaus. Para assumir o ministério, renunciou à prefeitura, o que precipitou a disputa eleitoral e acirrou os ânimos na cidade.

Nos últimos dois dias, seis de seus colaboradores deixaram a equipe de governo, sob o comando de um pretenso aliado, o presidente da Câmara, Luiz Alberto Carjão (PL).

Como Nascimento não tinha vice, Carjão tornou-se o prefeito em exercício e ficará no

cargo até que a Câmara eleja alguém para ocupar a cadeira nos próximos nove meses. O prefeito será escolhido em eleição indireta pelos 33 vereadores da cidade, Nascimento deixou a prefeitura certo de que faria o sucessor. Mas, no mesmo dia da posse do ministro, Carjão demitiu seus secretários de Fazenda, Aloisio Braga, e de Obras, Paulo Jacob.

Além dos dois, que seriam prefeito e vice na chapa idealizada por Nascimento, Carjão demitiu o presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos da cidade, Pedro Carvalho. A aliados, disse que tomou a decisão por constatar que o sistema expresso implantado pelo atual ministro dos Transportes em Manaus não funciona.

Para piorar, o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), exonerou três de seus secretários para que voltem à Câmara dos Vereadores. Agora, tem mais votos que Nascimento na Câmara para a eleição do novo prefeito. Braga conta com oito votos e Nascimento, com sete.

"O que está acontecendo com o PL? Como fazem isso comigo num momento em que o partido está sendo prestigiado?"

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Crise leva a cancelamento de almoço com Kirchner

Presidente antecipa seu retorno a Brasília

• BRASÍLIA e RIO. Preocupado com a repercussão da crise na base governista e com as críticas de aliados à política econômica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encurtou ontem o encontro que teve no Rio com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Lula desistiu do almoço com o colega argentino, previsto na agenda oficial, e antecipou a sua volta a Brasília. Convocou uma reunião com os ministros José Dirceu (Casa Civil), Afonso Rebello (Coordenação Política) e Luiz Dulci (Secretaria Geral). A assessoria da Presidência da República deu outra justificativa para a volta antecipada e informou que o presidente avaliou que as questões já haviam se esgotado no encontro com Kirchner e nas reuniões entre diplomatas brasileiros e argentinos.

O presidente também reuniu-se com o vice José Alencar, filiado ao PL, partido presidido pelo deputado Valdemar Costa Neto (SP), que antecedeu a substituição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Do encontro, Lula curtiu um pedido de desculpas pelas críticas feitas pelo deputado e a informação de que o ministro e o partido não se preocupam no Planalto não é exatamente com as críticas que surgem dentro da base. As declarações do presidente do PL são consideradas ruins mais pelo impacto que provocam na economia, especialmente no mercado financeiro.

Logo também convocou o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para outra reunião no fim de tarde. No encontro, o presidente participou do encontro com prefeitos no Hotel Blue Tree Park e recebeu quatro governadores: Germano Rigotto (RS), Luiz Henrique (SC), Roberto Requião (PR) e Zeca de PT (MS).

Alencar conversou cedo com Lula e ajudou a conter crise

Vicé-presidente desaprovou ataque de Valdemar

• BRASÍLIA. Mesmo tendo sido um dos mais renitentes críticos da política econômica no primeiro ano do governo Lula, o vice-presidente José Alencar não gostou do rompante do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Numa conversa ontem cedo com Valdemar, Alencar mostrou sua discordância com o pedido do presidente de seu partido para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fossem substituídos. Desde que Valdemar defendeu as demissões, Alencar atuou junto a Lula e a seu partido para apagar o incêndio e evitar que a relação do PL com o governo piorasse.

Para Alencar, Valdemar não devia ter agido impulsivamente, sem consultar o partido. Uma das preocupações do vice-presidente, mesmo quando manifestou suas divergências em relação à política de juros, foi a de não dirigir suas críticas a alguém especificamente. Segundo pessoas próximas a Alencar, que ainda convalesce de uma cirurgia de vesícula, ele reclamou das declarações de Valdemar com o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, que foi visitá-lo ontem no Jaburu.

No fim da tarde, depois que o PL já havia divulgado nota oficial reiterando seu apoio ao governo e a todos os seus integrantes, Alencar reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na conversa, o vice reforçou a posição do PL, garantindo que as declarações de Valdemar são pessoais e não representam o pensamento da maioria do partido. Em audiência separada com Lula, o novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em cuja posse Valdemar fez as críticas, repetiu o discurso do vice-presidente.

OPINIAO

ÔNUS E BÔNUS

• DEPOIS DE O PT formalizar a oposição à política econômica e o presidente do PL, partido aliado, Valdemar Costa Neto, fazer o mesmo de viva voz, deu-se uma incongruência.

PARTIDOS VITORIOSOS nas urnas, beneficiários do poder, comportam-se como se fossem da oposição. Para serem coerentes, PT e PL deveriam abrir mão dos incontáveis cargos públicos ocupados por seus militantes e apadrinhados.

É COMO estabelece uma velha regra: quem leva o bônus também precisa arcar com o ônus.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para falar sobre o povo brasileiro. De todas as cores, de todos os credos, de todos os sotaques. Brasileiros de mãos caçadas pelos guatambus da vida, brasileiros das filas dos hospitais públicos e das promessas de emprego, brasileiros da luta por um país mais justo e democrático na repartição de suas imensas riquezas, brasileiros que fazem do suor o combustível da esperança. Falo, portanto, em especial, dos brasileiros de Rondônia.

São muitos os Estados que avocam para si a condição de síntese do País, tanto no que há de mais belo, como nas suas maiores mazelas. Mas, nenhum deles tem, como Rondônia, a sua história moldada pelos contornos da realidade brasileira, principalmente nas últimas décadas. Rondônia é o ponto de encontro de todos os cantos e recantos do Brasil, uma terra nordestina de Severinos, uma terra nortista de Raimundos Nonatos, uma terra sulista de Silvas, Schmidt, Dalla Vecchia e Michaltzuk, uma terra de cosmopolitas, de sertanejos e de nativos de todos os nomes e sobrenomes, que se irmanam na gente rondoniense, retrato mais que perfeito da Nação brasileira.

Eu mesmo, um Silva do Paraná, usei o desafio de deixar a minha vida no norte do Paraná e dedicar-me, como médico, a uma população, que chegava a um território longínquo, mas que já se apresentava, em meados da década de setenta, como um “Novo Eldorado”. Éramos poucos profissionais médicos em Rondônia, naquela época, menos de vinte. Os núcleos populacionais mais se pareciam um amontoado de clareiras com quiosques e casinhas de madeira, ao longo de uma estrada quase intransitável, a mesma que Juscelino ousou chamar, um dia, de “lado esquerdo da cruz”, por se tratar da via de integração do País, via oeste.

Luz de lampião, candeeiro, vela, lamparina; água do poço, da cacimba, da cisterna, do rio, do regato, do córrego, do igarapé ou quaisquer que sejam os nomes ou os costumes dos lugares de origem daquela gente de semblante corado pelo sol-a-sol. Entrei portas adentro daquelas moradas singelas, vi nascer e morrer, o choro de alegria da chegada e as lágrimas de tristeza da despedida.

Quem conhece, portanto, como eu, Rondônia na sua história e na sua geografia, sabe da importância do processo migratório na ocupação do espaço rondoniense, que se estendeu, principalmente, ao longo da BR-364. E essa migração, e o conseqüente desenho da ocupação produtiva, deu-se através de políticas públicas, isto é, Rondônia cumpriu uma missão das mais estratégicas no contexto da política nacional de

desenvolvimento econômico e social. Rondônia respondeu, de pronto, na solução dos grandes problemas nacionais, ao longo dos últimos trinta anos, período de maior afluxo populacional para o Estado.

Rondônia possuía, principalmente no final da década de setenta, todos os ingredientes necessários para atenuar os focos de tensão social que se alastravam no campo e nas cidades brasileiras, particularmente motivados pela luta pela terra produtiva.

A BR-364 constituiu-se, portanto, ao longo destes anos de ocupação territorial de Rondônia, em leito de vida. Uma verdadeira passagem para o progresso. Um elo de ligação entre cidades que emergiram e que se desenvolveram às suas margens, uma entrada para todos os povos, uma saída para o mundo.

A colonização do estado de Rondônia, na sua grande maioria se fez por pequenos produtores rurais com características familiares, dão o perfil das cidades que se alastraram, principalmente ao longo da BR-364. O grande arquiteto e, quem sabe, o paisagista da rede de cidades de Rondônia foi o Incra. Foram os seus projetos de colonização e de assentamento dirigido os moldes para o desenvolvimento urbano e rural do Estado. Muitos deles emprestaram, inclusive, seus nomes para os municípios que se sucederam. São os casos de Ouro Preto D'Oeste, Cacaúlândia, Theobroma, Corumbiara, Colorado D'Oeste, entre outros. Trata-se de um processo diferente do se desenvolveu na chamada Amazônia Oriental. Lá, as terras foram ocupadas pelos grandes empreendimentos empresariais, que se estenderam em imensas extensões de terra, normalmente para a criação extensiva de gado. Rondônia, ao contrário, foi ocupada, produtivamente, pela policultura, de menor porte, o que propiciou, também, uma melhor distribuição fundiária. Em Rondônia, ainda hoje, quase 90% dos estabelecimentos rurais ainda se enquadram na categoria da pequena produção familiar de até cem hectares. Uma agricultura com essas características, que se sustenta na policultura, é menos sensível às crises, gera mais empregos a custos menores, produz alimentos e propicia o excedente necessário à exportação geradora de divisas. É assim Rondônia.

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores:

Por isso, Rondônia está pronta, mais uma vez, para responder às necessidades da Nação e de um povo que quer mudanças. Não há como conviver com tantos conterrâneos que ainda amargam a dor da fome. Nem com tantos desempregados à procura das placas de “precisa-se” e que só encontram as de “não há vagas”. Nem, tampouco, com tamanhas disparidades de distribuição de renda, que é responsável por esse verdadeiro *apartheid social* de um país rico, de

pobres. Os focos de tensão social, também hoje, se alastram pelas periferias, no campo e nas cidades, principalmente nos maiores centros urbanos. E, cada um destes lugares, por mais distante e, muitas vezes, esquecido, encontra em Rondônia os seus representantes, uma espécie de amostra humana, verdadeiros símbolos da riqueza das diferenças brasileiras de rostos e de sotaques.

Mas, Rondônia também vive essa mesma contradição: um Estado que ostenta potenciais de desenvolvimento dos mais significativos do planeta, com problemas sociais que se avolumam e que atingem o limite da violência. Recentemente, conforme amplamente divulgado pela imprensa, novo conflito, envolvendo garimpeiros e índios, ocorreu na reserva dos denominados índios Cinta Larga, na localidade de Espigão do Oeste, vizinho ao Município de Cacoal, onde atuou profissionalmente como médico. Esse conflito deixou um saldo de 23 vítimas, contabilizados até ontem à noite. Extra-oficialmente asseguram que há 62 corpos, muitos carbonizados. Por conhecer a região e conviver com a população local, temo que esse não seja o último conflito a ocorrer, apesar das providências já tomadas pela Funai e pelo Senhor Ministro da Justiça, através da Polícia Federal.

Pela história de Rondônia, pode-se demonstrar, por exemplo, que é possível realizar uma reforma agrária sem os ranços ideológicos que politizam a discussão da distribuição fundiária, nos limites de inviabilizá-la. Que é factível desenvolver uma economia baseada na pequena unidade de produção, que é possível também fortalecer uma sociedade com forte origem no ruralismo, desenvolvendo o núcleo urbano baseado na produção e trabalho agrícola. Que é possível fazer justiça social e por consequência desenvolver o País. Só por isto Rondônia é um Estado referencial para um planejamento em escala nacional, principalmente dos Estados da Amazônia Legal, contribuindo para amenizar e solucionar os problemas do Brasil de hoje, que são desemprego, fome e violência e a disparidade social sem precedentes.

Porém, é necessário que Rondônia tenha na BR-364, marco inicial da sua ocupação, sua espinha dorsal, não um “cordão sem ponta”, “cheio de nós”, esburacada e destruída. É necessário que seja recuperada, seja refeita nos trechos destruídos pelo transporte pesado de madeira, soja, café e boiadas. Que seja novamente via que transporta o progresso dos brasileiros de Rondônia, pois estando como está, destruída e abandonada, se transforma, também, em leito de morte.

Os agricultores de Rondônia, além do escoamento de sua produção, convivem com a má conservação das

estradas vicinais e das estradas que ligam os municípios fora da BR, quase todos sem cobertura asfáltica, e que, por isto, são penosamente punidos por um clima de intensa chuva que arrasta pontes de madeira, bueiros e solapam os leitos das estradas cascalhadas, porém sem terraplanagem.

Nos meses de janeiro a maio, as estradas vicinais, isolam os agricultores, que passam necessidade e morrem sem socorro médico, pois chegam tarde aos hospitais. Quantas de suas esposas tiveram que dar a luz em casa, à luz de vela, convivendo com a impossibilidade de transporte!

Neste momento, queremos dar uma sugestão ao Governo Federal, para que se debruce sobre a história do povo de Rondônia, setenta mil pessoas na década de 60 e um milhão e quinhentas mil nos dias de hoje. Se debruce e veja a história deste povo que, lutando com esperança, sem medo, transformaram uma floresta desabitada, inóspita, num exemplo de colonização, ocupação e fator de desenvolvimento social.

Rondônia precisa de muito mais, pois o povo que lá está, não cruza os braços, porém precisa de que o governo faça sua parte, que faça também parte da história os brasileiros de todos os Estados, gente de Rondônia, síntese do Brasil.

Obrigado Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deve estar preocupando a todo cidadão brasileiro a situação da saúde em nosso País. O atual Governo ainda não demonstrou ser capaz de manter a regularidade dos fluxos de investimento que a área necessita.

Na realidade o problema não atinge apenas hospitais públicos. O sistema de saúde em nosso País nunca pôde dispensar os serviços prestados tanto pelos hospitais privados quanto pelas entidades filantrópicas que tradicionalmente atuam nesse setor.

Recebi há pouco tempo correspondência enviada da Câmara Municipal de Bragança Paulista, assinada pelo seu Presidente, Clóvis Amaral Garcia, dando conta dos problemas enfrentados pelas Santas Casas de Misericórdia, problemas que não se restringem àquela cidade ou ao Estado de São Paulo, mas que são comuns a essas instituições por todo o País.

As Santas Casas, durante séculos, estiveram praticamente sozinhas na função de atender as necessidades mínimas de saúde da população brasileira. Desde 1543, quando a primeira delas foi fundada na cidade de Santos, elas se dedicam ao atendimento dos doentes e desvalidos, por vezes multiplicando sua ação no cuidado aos idosos, crianças, hansenianos e

prestando, inclusive, relevantes serviços na área de educação.

O Estado não tem sido capaz de substituir essas instituições, que continuam respondendo por quase metade dos leitos hospitalares disponíveis no País, com grande capilaridade, representada por suas mais de 2 mil e 500 unidades. Muitas delas são a única possibilidade de atendimento gratuito às populações carentes dos pequenos municípios brasileiros.

A manutenção dessas entidades está sendo feita quase que em caráter emergencial. Muito dependem da iniciativa de particulares, ou de operações de crédito, que, geralmente, só são realizadas quando o sistema já se encontra à beira da insolvência.

Ainda assim, as Santas Casas procuram manter a qualidade de seus serviços e são muitas as unidades consideradas como centros de excelência, constituindo-se em importantes referências regionais. Outras são conhecidas pela atuação como hospitais-escola e centros de difusão de novos conhecimentos na área médica.

O reconhecimento a esse distinto trabalho das Santas Casas de Misericórdia, entretanto, por vezes, fica apenas no plano sentimental. Acredito que é chegada a hora de um exame um pouco mais profundo da questão por parte dos Poderes Executivo e Legislativo do nosso País.

Precisamos avançar na regularização de fluxos de crédito e financiamento para apoiar o setor médico-hospitalar, evitando o colapso dos sistemas público e privado. Já não basta atender na extrema emergência econômica.

Investimento na área de saúde não pode ser encarado como uma despesa apenas. O retorno que ele dá aparece diretamente nas outras áreas, especialmente na melhora da condição de vida e da capacidade de trabalho de nossa população, colaborando para a ansiada recuperação do crescimento econômico.

Por sua vez, as Santas Casas têm solicitado ações de desburocratização que permitiriam uma atuação mais rápida e mais eficiente nesse importante papel que elas têm em nosso País.

Um exemplo da simplificação proposta por essas entidades pode ser apresentado na questão da exigência de certidões negativas de débito para com as Fazendas, no momento de celebração ou renovação de contratos.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 150, veda à União, Estados, Distrito Federal e Municípios tributar patrimônio, renda ou serviços de entidades de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

As Santas Casas têm esse reconhecimento de filantropia. Entretanto, por força da Lei nº 8.666, de 1993, são obrigadas a apresentar as tais certidões negativas de débito no caso de celebração de contratos públicos. A mesma exigência é repetida até mesmo em alguns contratos que elas estabelecem com entidades privadas.

Como nem todos os Estados e Municípios estão bem organizados como o Governo Federal para a emissão dessas certidões, algumas delas são demoradas, provocando atrasos na celebração ou renovação de contratos e perda de oportunidades. Adicionalmente, os prazos de tramitação dos contratos dentro das repartições públicas, por vezes, resultam no vencimento dessas certidões, que têm um prazo de validade definido, amiúde só percebido no momento de pagamentos de contratos ou transferências de recursos de convênios, e outras coisas assim.

A exigência parece constituir-se, portanto, apenas em um óbice burocrático, desnecessário quando se considera a lógica da situação.

Solicito, portanto, ao Poder Executivo, que estude mecanismos e mudanças na Lei de Licitações, de forma a estabelecer a exclusão de entidades filantrópicas, reconhecidas na forma da lei, da obrigação de ter de comprovar o óbvio.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O sistema de saúde em nosso País deve funcionar de forma integrada, com a conjugação de esforços públicos e privados, sejam tais esforços realizados por entidades com ou sem fins lucrativos.

Mas as entidades reconhecidamente filantrópicas devem receber tratamento e atenção diferenciados por parte do Governo, uma vez que atuam exatamente nas áreas de maior carência da presença do Poder Público.

Envio minha saudação às Santas Casas de Misericórdia de todo o País e peço a colaboração das Senhoras e Senhores Senadores no sentido de buscarmos soluções permanentes para mantermos viável essa bem sucedida parceria de séculos, indispensável à saúde da Nação Brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

SÍNTESE INDICADORES SOCIAIS

14 de abril

A leitura dos jornais de hoje oferece um cenário desalentador para nossas crianças e jovem. E ao mes-

mo tempo estimulante para os que formulam políticas públicas e trabalham pela redução das desigualdades sociais do País.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, que é destaque na maioria das edições, permite uma visão inédita do Brasil. Aponta as urgências e impede o retrocesso das conquistas dos últimos anos.

Por um lado, a pesquisa alerta para o agravamento da violência, que ceifa a vida dos jovens mais pobres. Especialmente no Rio de Janeiro, onde os rapazes entre 15 e 24 anos estão sendo assassinados em proporção quase oito vezes maior do que no restante do País.

Em relação às meninas, é o drama da gravidez precoce que compromete a qualidade de vida de homens e mulheres. De cada cinco bebês nascidos no ano passado, um é filho de uma jovem entre 15 e 19 anos. Nessa idade, elas deveriam estar na escola. É sabido que quanto maior o nível de escolaridade da mãe, mais chances terá a criança de viver, crescer com saúde e ter bom aproveitamento escolar. Além de contribuir para redução da violência, como destaca a cartilha do Unicef que irá auxiliar os pais nos primeiros anos de vida.

A pesquisa do IBGE também aponta para o impacto que o desemprego e a queda de renda terão no aumento do trabalho infantil, invertendo a tendência de declínio dos últimos quatro anos. Já é alarmante a participação dos ganhos das crianças na renda familiar: de 15 e 41 por cento, em especial no Nordeste! Por isso minha insistência na defesa do Peti.

Ao lado das más notícias, o trabalho aponta avanços, como a redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, a redução do analfabetismo e maior garantia de direitos à mulher. Eles resultam não só da ação do Governo, mas da parceria com estados, municípios, movimentos sociais, Igreja, universidades e apoio de organismos internacionais.

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE é, portanto, uma radiografia do Brasil que temos. Os desafios ainda persistem e ameaçam o cumprimento das exigências da Declaração do Milênio, que estabelece metas econômicas e sociais para os membros das Nações Unidas até 2015.

A arrogância do isolamento dos que detêm o poder político não contribui para a solução dos nossos problemas de saneamento, desigualdades raciais e distribuição de renda.

Setores responsáveis da sociedade, como a Igreja e as Organizações Não-Governamentais, já se manifestaram sobre a lentidão das ações sociais, reforçando o que a Oposição alerta há 16 meses, tendo como base a execução orçamentária.

Um exemplo, levantado por minha assessoria técnica, com base nos dados do primeiro trimestre do Siaf, confirma a falta de propostas e o improvisado na gestão.

Em relação à seguridade social - que reúne 131 programas - 34% deles tiveram execução zero! Ou seja, não receberam recursos em 2004.

E tem mais:

- A rubrica 0153, que destina 18 milhões para promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, não teve um real sequer empenhado.

- Para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças, dos 31 milhões previstos na rubrica 0073, foram repassados apenas 26 mil reais!

Isso se repete em relação a toda Lei Orçamentária envolvendo orçamentos fiscais e da seguridade social: 47% dos 370 programas de governo não receberam recursos.

A avaliação desapassionada da pesquisa convidada à reflexão sobre o país que sonhamos, a partir da análise profunda de nossos dramas, avanços e possibilidades. À Oposição cabe contribuir no diagnóstico, apoiar as boas idéias e criticar equívocos. Mas planejar e executar as ações é tarefa do Governo, de quem se exige mais liderança e ousadia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência informa às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a audiência pública marcada para amanhã, às dez horas, foi transferida para segunda-feira, às 18 horas, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral
(BLOCO/PT-MS)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(PMDB-RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos*

de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela
(PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)

Ata da 37ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Alberto Silva e Papaléo Paes

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2004

Altera o inciso VII do art. 208 da Constituição Federal, para estender aos educandos do ensino médio os programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VII do art. 208 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 208.

VII – atendimento ao educando no ensino fundamental e médio por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor no primeiro dia do ano subsequente à sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal foi elaborada nos anos de 1987 e 1988, quando tínhamos somente três milhões de alunos matriculados no ensino médio. Em 2003, o número de matrículas chegou a nove milhões, oito dos quais em escolas públicas gratuitas. Embora o ensino médio não seja obrigatório, como o fundamental, ele está quase universalizado, por força das demandas sociais e dos imperativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (arts. 4º, II, e 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Essa nova realidade, de matrícula massiva nos estabelecimentos de ensino médio, em cursos diurnos e noturnos, da maioria da população de 15 a 20 anos do

País, põs a nu a necessidade imperiosa de estender à última etapa da educação básica as mesmas políticas de assistência estudantil praticadas com êxito no ensino fundamental, principalmente de transporte e alimentação escolar e de fornecimento de livros didáticos.

Na realidade, muitos Estados, com a colaboração dos municípios, estão fornecendo transporte escolar, especialmente da zona rural para as cidades, onde se pode efetivar a oferta de cursos de ensino médio. A reclamação por merenda é quase universal e a reivindicação de livros didáticos corresponde a uma necessidade pedagógica e social imperiosa, dada a pobreza da maioria dos alunos, o alto preço dos livros e a carência de títulos nas bibliotecas e nas residências.

Quanto ao livro didático, o Ministério da Educação já tem programado para breve o fornecimento de títulos de português e matemática para os alunos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 10.172, de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação, prevê também esta iniciativa. Da parte do Legislativo, é fundamental adequarmos o texto constitucional, para ampliar esses direitos dos alunos e os deveres do Estado, assim como para justificar as ações do Executivo e embasar uma competente legislação infraconstitucional que regulamente estas políticas.

Espero a compreensão de meus pares para a urgente tramitação e aprovação desta propositura.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – Senador

Ney Suassuna – João Alberto Souza – Tasso Jereissati – Rodolpho Tourinho – Ramez Tebet – Garibaldi Alves – Fernando Bezerra – Antonio Carlos Valadares – Maria do Carmo Alves – Pedro Simon – Sérgio Zambiasi – Valdir Raupp – Mão Santa – Serys Sihessarenko – Geraldo Mesquita – Luiz Otávio – Leomar Quintanilha – Jonas Pinheiro – Patrícia Saboya – César Borges – Álvaro dias – Augusto Botelho – Heloísa Helena – Romero Jucá – Paulo Paim – Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino – Eduardo Siqueira Campos.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I
Da Educação

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

(Nº 89/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 118, de 2004, do Senador Demóstenes Torres;

Nº 90/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2004, da Senadora Fátima Cleide;

Nº 92/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 108, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 225/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando

as informações em resposta ao Requerimento nº 44, de 2004, da Senadora Ana Júlia Carepa;

Nº 320/2004, de 6 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 84, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são de competência daquele Ministério;

Nº 913/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.094, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 914/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 115, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são da competência daquele Ministério, mas dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos respectivos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 6, de 2004-CN (OF.STST.GDGCA.GP. Nº 182, de 2004, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2003.

Ofício nº 7, de 2004-CN (Ofício/Presi nº 2004010970, do Presidente do Conselho da Justiça Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas da Secretaria deste Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – exercício de 2003.

Ofício nº 9, de 2004-CN (Ofício do Primeiro Secretário do Senado Federal s/nº/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal do Exercício Financeiro de 2003.

Ofício nº 10, de 2004-CN (Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nº 05.180/04 na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Prestação de Contas desse Órgão, relativo ao exercício de 2003, para os fins previstos no art. 71 inciso I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 56 da Lei

Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ofício nº 11, de 2004-CN (Mensagem nº 19/GP, do presidente do Supremo Tribunal Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2003, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 7/2003 – Gab Min GP.

Ofício nº 12, de 2004-CN (GP-O/504/04, do Presidente da Câmara dos Deputados, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2003, nos termos da Constituição Federal, art. 84, XXIV.

Ofício nº 13, de 2004-CN (OFÍCIO PGR/GAB/Nº 383, do Procurador-Geral da República, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes, PMDB – AP)
– Nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o expediente lido vai ao Tribunal de Contas da União para elaboração do parecer prévio.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 375

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.670, de 2002, do Senado Federal (PLS Nº 71/00 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1989, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal Atenciosamente, – Deputado **Geddel Veira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o substitutivo encaminhado:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2000**
(Nº 6.670/202, naquela Casa)

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1999, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São estendidos aos portadores da Hepatite C ou da Hepatite B, em sua forma crônica, os direitos e garantias existentes para os portadores de HIV e doentes de AIDS, conforme o disposto nas seguintes leis:

I – Lei nº 7.670, de 9 de setembro de 1998, que estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) os benefícios que especifica e dá outras providências;

II – Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS; e

III – inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1999, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

Art. 2º Para o gozo do disposto no art. 1º desta lei, o portador de Hepatite C ou B deve submeter-se aos exames periciais conforme dispuser o regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

**PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL
E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores

de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de abril de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente sem serviços, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 8.541, de 23-12-1992)

LEI Nº 7.670, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.

LEI Nº 9.313, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica o recebimento da Mensagem nº 48, de 2004-CN (nº 179/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX da Constituição Federal, e do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 14, de 2004-CN (Ofício nº 1.732/2004, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício financeiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 15, de 2004-CN (Ofício nº 94/2004, do Presidente do Superior Tribunal Militar, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal-2004, Exercício de Referência-2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os expedientes lidos vão ao Tribunal de Contas da União, para elaboração do parecer prévio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Aviso nº 9, de 2004-CN (nº 597, de 13-4-2004, pela ordem), de Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, nos termos do art. 56 § 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, composta pelo relatório de gestão, bem como pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2003 em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O expediente, de acordo com o disposto no §2º, do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, vai à

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar antes da Ordem do Dia, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Exª está inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Minoria, para falar como primeiro orador após a Ordem do Dia.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, gostaria de usar da palavra, se fosse possível, agora mesmo, para uma comunicação inadiável.

Como são muitas Lideranças, se eu for esperar, o tempo se esgotará. Aproveitamos para usar a sensibilidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Senador Mão Santa, infelizmente, minha sensibilidade fica muito aquém do Regimento Interno. V. Exª fará uso da palavra no momento devido.

Como fui o primeiro a chegar a esta Casa, já estou inscrito para uma comunicação inadiável, mas aceito ficar em terceiro lugar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como fui o terceiro, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável. Pedi a palavra ao meu Líder pela Liderança. S. Exª está se dirigindo ao plenário. Caso me seja autorizado, gostaria de falar pela Liderança, passando minha vez para o Senador João Ribeiro. Caso contrário, gostaria de falar para comunicação inadiável, se possível.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Pela ordem de chegada, com todo o respeito que tenho ao Senador Mão Santa, cheguei primeiro do que S. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a poderia ceder-me a vez.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Hoje, infelizmente, não posso ceder a vez, porque tenho de tratar de um assunto urgente, os garimpeiros que interditaram a BelémBrasília. É muito importante fazer tal comunicação ao País e cobrar uma ação do Governo.

Pela ordem, eu seria o terceiro, caso o Senador Aelton Freitas fale pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador João Ribeiro, a ordem da inscrição é estabelecida de acordo com o momento em que o Senador faz o pedido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Houve um equívoco da minha parte: tenho de falar antes da Ordem do Dia, porque, depois, falará o Senador César Borges. O meu requerimento é para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de falar após a Ordem do Dia, pelo Bloco da Minoria. O Senador Leonel Pavan falará antes da Ordem do Dia, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^{as} estão inscritos.

Comunico a V. Ex^a, Senador João Ribeiro, que o Senador Aelton Freitas deverá fazer uso da palavra pela Liderança do PL. Por conseguinte, V. Ex^a está entre os três inscritos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, tudo bem, mas quero comunicar a V. Ex^a que cheguei antes do Senador Mão Santa. Portanto, S. Ex^a não pode falar antes de mim, pois a inscrição é feita por ordem de chegada e não de solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Regimento é claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, fiz um apelo à generosidade de V. Ex^a, e V. Ex^a cedeu o lugar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, devo falar pela Liderança agora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não, Sr. Presidente. Eu sou o primeiro inscrito, para falar pela Liderança do PMDB antes da Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, sou o segundo inscrito, para falar pela Liderança da Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Antes da Ordem do Dia, na prorrogação da Hora do Expediente, farão uso da palavra os Senadores Mão Santa, Aelton Freitas e Papaléo Paes, para uma comunicação de caráter inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a do Regimento Interno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 135, criada para eliminar a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, a Cofins, é um tema de altíssima importância, que merece toda a atenção dos Srs. Parlamentares.

Isso porque o impacto da elevação de 3% para 7,6% da alíquota da Cofins atingirá duramente diversos setores da economia, notadamente a agricultura, a saúde e os transportes, podendo trazer reflexos inclusive na redução da atividade econômica.

No meu Estado, Minas Gerais, essencialmente agrícola, estamos particularmente preocupados com a votação dessa medida provisória, que tem a relatoria do Senador Romeo Jucá, do PMDB.

Na área agrícola, entendo que a isenção da Cofins na importação de insumos agropecuários, sobretudo fertilizantes e defensivos, é outra medida fundamental, inclusive para que o País continue batendo sucessivos recordes em sua balança comercial.

Essa é uma proposta do ilustre Senador Osmar Dias, conhecedor profundo das atividades da agricultura e da agropecuária brasileira.

No caso específico do algodão, a cobrança da Cofins sobre a importação de defensivos agrícolas poderá impor um aumento de aproximadamente 9% nos custos ao produtor. O meu Estado, Minas Gerais, no passado, foi o maior produtor de algodão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Hoje nós importamos todo o nosso algodão do Paraná e de outros Estados da Federação.

Isso sem falar, Sr. Presidente, no agravamento da situação dos hospitais públicos, sujeitos ao mesmo aumento de custos quando tiverem que importar medicamentos não fabricados no País. Imaginem que o próprio SUS vai ser prejudicado, que o Governo será prejudicado, porque, quando tiver de fazer importação de medicamentos, ele terá que pagar acima do que já paga atualmente.

De igual forma, os custos das empresas de transporte de carga terão aumento médio de 2,79% sobre o faturamento. Na prática, a carga tributária do setor vai sofrer uma elevação superior a 80%. Agora imaginem V. Ex^{as} que o caminhoneiro, aquele que está tendo sérias dificuldades com os buracos nas estradas, aquele que vê o seu caminhão quebrar todos os dias na estrada, porque as rodovias brasileiras estão intransitáveis, ainda vai ter de arcar com uma contribuição maior, que vai de 3% para 7,6%.

Além disso, por apresentarem uma cadeia produtiva menor do que a indústria, os transportadores vão descontar como crédito tributário o custo de poucos insumos. Como resultado, vão acabar pagando uma carga tributária proporcionalmente maior.

Outros setores, como os moinhos, no entanto, vão ter de repassar o custo tributário adicional para o consumidor. Nesse caso, somente a farinha de trigo, matéria-prima do pãozinho nosso de cada dia, será majorada em 5% de uma vez.

Imaginamos o que isso vai representar na economia popular, principalmente na situação econômica das pessoas mais carentes, aquelas que vivem, na realidade, do pão de cada dia.

Grande empregadora de mão-de-obra, a construção civil arcará com uma alta de 100% em seus custos em razão do aumento da Cofins.

Como a MP nº 135 passa a tributar empréstimos obtidos no exterior, haverá pressão tanto sobre a cotação do dólar como sobre as taxas de juros no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro do Planejamento Tributário, o IBPT, dos 93 setores mais importantes que compõem a economia brasileira, 67% – ou 72% do total – terão aumento efetivo de carga tributária devido à elevação da Cofins. Ainda de acordo com o IBPT, levando em conta a média dos setores pesquisados, a elevação da Cofins representará um aumento real de 33,67% no custo efetivo das empresas.

Já a tributarista Fabiana Del Padre Tomé aponta que “a forma de não cumulatividade adotada na MP nº 135 pode ter efeito reverso, criando desigualdade na tributação dos contribuintes, conforme a atividade por eles exercida”.

A tributarista lembra também que situação semelhante ocorreu com relação à MP nº 66, convertida em lei em 2002, que tratava da não cumulatividade do PIS. Como a possibilidade de creditar parte do que foi recolhido é restrita a alguns setores, tem havido uma corrida à Justiça para garantir a isenção do aumento da Cofins. É o caso da Confederação Nacional do Comércio, a CNC, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a MP nº 135, sob

o argumento de que a medida permitiria o tratamento diferenciado entre empresas do mesmo setor

Caminho semelhante seguiram as cooperativas de crédito do meu Estado, Minas Gerais. Elas já obtiveram do Superior Tribunal de Justiça (STJ) isenção integral da cobrança da Cofins e do PIS. Os Ministros do STJ concluíram pela “inexistência de receitas nas operações decorrentes dos atos cooperativos”. Também em Minas, escritórios de advocacia ficaram livres, mesmo que em caráter liminar, do pagamento da Cofins.

Devido a tantas controvérsias, Sr. Presidente, é que acredito ser esse assunto da maior importância para os Srs. Senadores, e certamente o PMDB tem a responsabilidade de, por intermédio do Relator, Senador Romero Jucá, melhorar a Medida Provisória apresentada pelo Presidente da República, pelo Executivo, que é fruto de um acordo feito durante a votação da Reforma Tributária. Nós receberíamos aqui o esqueleto de uma nova proposta, que é exatamente o que está contido nessa Medida Provisória. É a preocupação que temos, como Senador pelo Estado de Minas Gerais e, tenho certeza, representando a maioria dos companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, como Líder da Minoria, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, devidamente autorizado pelo Líder da Minoria, Senador Efraim Morais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi inúmeros prefeitos do Estado de Santa Catarina justamente para discutirmos a distribuição do FPM. Fiz um apanhado para elaborar um pronunciamento nesta Casa e tentar chamar a atenção do Governo. Mas ainda estamos fazendo alguns estudos para verificar os percentuais que o Governo está repassando a alguns Municípios. Esse pronunciamento farei em outra oportunidade.

O que queremos hoje, mais uma vez, é dizer que a esperança depositada nas urnas na eleição do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi muito grande em Santa Catarina. Os vinte e poucos anos de Oposição sistemática, em que prometiam tudo a todos, deram resultado nas eleições de 2002 em Santa Catarina. O povo catarinense, acreditando nesse discurso e nas promessas eleitoreiras, deu ao candidato Lula a maior porcentagem de votos do Brasil, esperando obter melhorias para Santa Catarina e para o País.

O que aconteceu e acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que estamos vendo o oposto. Nada de concreto

foi realizado nem se está realizando nada a favor do nosso Estado. Continuam as promessas. O povo vem sofrendo com a estiagem, e o Governo Federal não ajuda em nada os agricultores catarinenses.

O prejuízo dos produtores catarinenses, com a quebra da safra de grãos de 2003/2004, provocada por problemas climáticos, especialmente a estiagem, soma 334,92 milhões. As perdas são de 666,9 mil toneladas de grãos, como mostra o levantamento produzido pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. A seca que castigou e ainda castiga o oeste do Estado há quase 90 dias promete trazer impactos negativos ainda maiores no médio prazo, com queda de até 80% nas lavouras de milho, soja, feijão e produção de leite. A estiagem está se tornando uma ameaça especialmente para os pequenos Municípios, que têm na agropecuária a principal fonte geradora de receitas públicas.

Sr. Presidente, meu querido e ilustre Senador Papaléo, com essa crise, a inadimplência no setor comercial aumentou cerca de 30%, causando prejuízos enormes para todos os catarinenses. Espero, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que este meu pronunciamento, que este meu apelo, que o grito dos catarinenses encontre eco no gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e no gabinete do nosso Presidente Lula, a fim de que passem a atender ao meu Estado.

Tenho visto no Senado, meu nobre Senador Mão Santa, inúmeros Senadores e Senadoras – e, hoje, vi também Deputados – reclamando pela falta de investimento na agricultura de seus Estados, pela falta de investimento nos assentamentos, pela falta de investimento em rodovias, pela falta de parcerias com as prefeituras do nosso País.

Se todos estão reclamando, não consigo ver o País que o atual Governo está vendo. Eles estão vendo um País em que não estamos vivendo, pois falam de um País com segurança, de um País que está produzindo, de um País que está exportando. O País está produzindo e exportando há muitos anos, ou seja, esse trabalho com a produção, com a agricultura, vem de muitos anos atrás. Mas não se vê nada de concreto daquilo que o Presidente sempre divulga para a mídia nacional e do que a base do Governo aqui apresenta.

Fico pensando nas dificuldades daqueles que fazem parte da base governista, que defendem o Governo, que tentam defendê-lo, que tentam achar meios para justificar para a população e para nós, Parlamentares da Oposição, os caminhos que o Governo está seguindo e que certamente, acreditam eles, estejam dando resultados. Mas não percebo esses resultados

nas palavras, nas ações dos Senadores, em conversas com Prefeitos e Vereadores, nem quando falo com os pequenos, grandes e microempresários. O que vejo, Senador Papaléo Paes, é um Governo que vira as costas para o Parlamento, para os demais homens públicos do País e para as reivindicações da sociedade brasileira. O que vejo é isso, lamentavelmente! E digo isso não por nós, porque não votei no Lula. Mas é lamentável que aqueles que nele votaram e que acreditaram num País forte, pujante, seguro, da forma como dizia o candidato na época, estejam vendo o desmantelamento do País.

Gostaria de poder usar esta tribuna, querido amigo Papaléo, nosso Presidente, para elogiar o Governo. E voltarei aqui para elogiar o Governo se houver alguma ação concreta e firme, que venha a ser aprovada pela população. Quero eu voltar aqui para fazer isso, Senador Mão Santa. Mas, infelizmente, até o presente momento, após um ano e quatro meses, estamos vendo o contrário: aposentados em desespero; crianças sem nenhuma perspectiva de futuro. Não vejo nenhum espírito público por parte do Governo para atender aos jovens, aos adolescentes, às famílias dos aposentados deste País.

O apelo que faço ao Presidente é que olhe por Santa Catarina, que sofreu inúmeros problemas e que sofre com estiagem, com seca, com inundações. Recentemente, sofreu com um ciclone ou com outro tipo de ameaça que ainda assola o nosso Estado, como a chuva de granizo. Peço ao Presidente que olhe por Santa Catarina, que lhe confiou uma votação histórica. Os catarinenses não querem continuar no desespero, achando que a esperança realmente acabou.

Esse é o apelo que faço em nome de todos os catarinenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje é o movimento dos funcionários públicos, um movimento grevista que já avança por vários dias. Como militante da Central Única dos Trabalhadores, durante metade da década de 80 e boa parte da década de 90, tendo sido Presidente da Central Única no Estado do Acre e, agora, ocupando uma cadeira no Senado Federal, elaboro algumas conclusões dos procedimentos e dos andamentos da greve e das negociações com o Governo.

Queria, aqui, fazer uma retrospectiva da situação do serviço público federal, das negociações a partir do Governo Fernando Collor.

No dia seguinte ao da posse, o Governo Fernando Collor impôs, dentre outras medidas, o confisco temporário de depósitos bancários e aplicações financeiras, demissão de funcionários, fechamento de órgãos públicos e privatização de estatais.

A base das medidas contra o serviço público se apoiava no liberalismo primitivo, que pregava o Estado mínimo, o liberalismo econômico, com a supressão das exportações e com a valorização apenas das importações, e a revisão da atuação do Estado em vários setores, principalmente nos setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Com o argumento de que a Administração Pública tinha servidores em excesso, o Governo de Fernando Collor demite milhares de pais e mães de famílias, funcionários públicos e, em muitos casos, pessoas que tinham até 30 anos de serviço público e que não estavam preparadas para exercer outras profissões.

As conseqüências dessas medidas foram: a baixa auto-estima do serviço público, ambiente ruim de trabalho, desestímulo total da pessoa humana. Foi atribuída ao funcionalismo público a culpa por muitos dos problemas brasileiros. Acredito que aquele foi um dos piores momentos da vida de trabalhadores e trabalhadoras, um verdadeiro inferno astral.

No Governo de Itamar Franco, retoma-se uma política de favorecimento para as vítimas do “furacão” que foi o Governo Collor. Nesse período, abre-se um processo de anistia para cerca de 44 mil funcionários demitidos. Também foram elaborados critérios para a volta das pessoas demitidas. Eram quatro as exigências para readmitir o servidor público: estar ainda desempregado; provar que, à época da demissão, pertencia ao quadro permanente, ou seja, que ocupava cargo efetivo na Administração Pública Federal; não registrar em seu currículo nenhum tipo de punição; e ter prestado dez anos ininterruptos de serviço público.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi incentivado o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e foi pautada no Congresso Nacional a criação de lei que permitisse o fim da estabilidade no serviço público.

Com o PDV, milhares de funcionários foram estimulados ao empreendedorismo individual, mas a maioria fracassou. Como já haviam perdido o emprego, o fracasso em empreendimentos resultou também na perda dos recursos resultantes dos seus direitos trabalhistas. Pude ver isso no dia-a-dia de funcionários antigos principalmente do Banco do Brasil, que, com mais de vinte anos, tiveram de aderir ao PDV, receber a indenização e partir para uma atividade que nunca

tinham experimentado. No meu entendimento, o PDV foi uma tentativa de mostrar que toda e qualquer pessoa dispunha de condições suficientes para ser tornar empreendedora, o que não é verdade.

O Governo Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, recusa a proposta do Estado mínimo. Para tanto, tem aberto permanentes negociações com os servidores públicos, tem iniciado procedimentos para novos concursos públicos, tem clamado por uma melhoria na qualidade do atendimento do serviço e, agora, tem iniciado as negociações para melhores e maiores reajustes salariais. Além disso, estabelecemos uma modernização das relações do trabalho com as reformas sindical e trabalhista, que estão sendo debatidas na elaboração da essência do projeto, nas mesas redondas que envolvem o Governo e as principais referências nacionais do sindicalismo de trabalhadores.

A questão referente ao salário mínimo, depois da Relatoria do PPA, ficou ainda mais clara para mim. O trabalhador, o empregador, o Estado brasileiro e as empresas privadas sempre se perguntaram: por que não se aumenta o salário mínimo no Brasil? A preocupação – pasmem! – não é apenas do servidor público federal, mas principalmente dos pequenos empregadores e dos pequenos Municípios. Se o salário mínimo é aumentado, a Confederação Nacional dos Municípios reclama que, imediatamente, milhares de Municípios brasileiros – creio que mais de 50% – ingressarão na Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos passarão a ser inadimplentes se o salário mínimo atingir R\$280,00.

Registro, portanto, um apelo dos trabalhadores, que é também do Congresso, pelo justo direito de aumento de sua renda e pelas condições reais de pagamento e sobrevivência de Municípios, de Estados e, principalmente, de pequenos empregadores.

Já está garantido o reajuste que corrigirá a inflação do período – que deve ser de 7,5% –, o que elevaria o salário mínimo para R\$259,00. Parlamentares e setores do Governo vêem com bons olhos o aumento de R\$40,00, o que elevaria o salário mínimo dos atuais R\$240,00 para R\$280,00, no próximo dia 1º de maio, se for também factível para Estados e Municípios, já que a Confederação Nacional dos Municípios está contra o aumento do salário acima da correção da inflação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas negociações com movimentos grevistas, ressalto o caso da Polícia Federal, que está em greve desde 09 de março. Agentes, papiloscopistas e escrivães afirmam que o Governo não respeita a Lei nº 9.266, de 1996, que estabeleceu a obrigatoriedade do diploma universitário para a carreira. Muitos desses profissionais foram admitidos no serviço público para receber salários de nível médio, em concurso destinado à categoria de

nível médio, e agora reivindicam salário igual ao dos delegados. Atualmente, recebem R\$4,2 mil e querem receber R\$7,8 mil, que é o salário dos delegados. O Governo ofereceu um aumento de 17% e a discussão de um projeto de reestruturação da carreira.

Conforme a lei, o servidor público que ingressar na Administração Pública como nível médio ou como nível superior somente tem direito a um aumento de 20% sobre o salário inicial. Não cabe a isonomia pretendida pelos policiais federais.

O PT tem total respeito ao direito de greve, que é legal e legítimo. É por isso que o PT também considera como conquista sua o art. 9º da Constituição Federal, que diz: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Os movimentos sociais têm legitimidade para protestar, reivindicar e pressionar seus interlocutores contratuais, mas não devem nunca esquecer da razoabilidade da proposição.

Senador Papaléo Paes, quero lembrar que, na época em que era líder sindical, sempre procurei avaliar a justiça e a legitimidade da necessidade que justificava o movimento grevista e analisá-lo dentro do contexto, da conjuntura daquele momento, para saber como apresentar a reivindicação dentro da chamada margem de exequibilidade. Eu fazia isso, porque a minha preocupação era mobilizar uma categoria para obter sucesso e não mobilizar uma categoria apenas para um exercício democrático do direito de greve. Um membro de uma categoria profissional participa de greves não por gostar ou por considerar simpática a característica de seus representantes, mas principalmente pela necessidade que o mobiliza. E é nesse contexto que acreditamos que a abertura já feita pelo Governo Federal para discutir com as categorias mobilizadas aponta para essa exequibilidade.

Os técnicos da Receita Federal aceitaram a proposta do Governo de criação de gratificações no valor de até 30% de seus vencimentos. Trata-se de três gratificações, cada uma equivalente a 10% do salário, condicionadas ao cumprimento de metas de desempenho. Se alcançadas todas as metas, os salários iniciais sobem de R\$2.537,00 para R\$3.937,00. Os vencimentos finais aumentam de R\$3.668,00 para R\$5.182,00. Porém, os auditores não concordaram com essa proposta.

Os fiscais agropecuários fecharam um acordo com o Governo que prevê um reajuste médio de 24% para a categoria. Os profissionais em início de carreira terão um reajuste salarial de 49%. Os servidores com salários mais altos terão um aumento de 16%.

A proposta do Governo Lula é que chegue ao fim a era do reajuste zero. Com essa política, estamos reafirmando a importância e o resgate do serviço público do Brasil, falando alto que terminou a época de reajuste zero.

O Governo Lula tem também a preocupação de dar mais qualidade ao serviço público. Até o final de 2004, nos primeiros dois anos do Governo Lula, terão sido contratados cerca de 65 mil novos funcionários, aprovados em concurso público já anunciado no mês passado. Nos oito anos do Governo anterior, foram contratados apenas 50 mil funcionários, o que confere um incremento de mais de 15 mil novos postos de trabalho.

Podemos afirmar contentes que o período de sucateamento da máquina pública brasileira acabou. O nosso Governo está reestruturando a administração pública para cumprir suas funções de instrumento para garantir a realização de políticas públicas, como controle e fiscalização, ou seja, a ação direta do Estado.

Sr. Presidente, hoje na CPMI dos conflitos agrários, debatemos muito o papel do Estado na mediação desta situação chamada “problema da terra”. Ouvimos bastante que o Incra é visto como impotente e incapaz da execução da reforma agrária. Ora, o Incra é uma instituição pública, do Estado brasileiro; não cabe depositar numa instituição o problema da terra. Trata-se de um problema conceitual vivido desde a chegada dos europeus nestas terras no século XVI, quando dividiram o Brasil em 15 grandes lotes. O conceito de grande propriedade, seja para produção, seja para deleite, um resquício do período feudal, ainda é bastante ideológico.

Parabenizo principalmente o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, companheiro Manoel de Serra, como o chamamos carinhosamente no meio sindical, pela capacidade que teve em compreender o problema e pelas respostas que deu a cada uma das perguntas. Vi muita lucidez naquele líder sindical. Tenho certeza de que, com lideranças dessa natureza, o Ministro Miguel Rosseto e o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, poderão contribuir, sim, com propostas bastante práticas para a solução dos conflitos agrários no Brasil.

Lembro que, no Governo José Sarney, quando foi anunciado o Plano Nacional de Reforma Agrária, a UDR nasceu no Brasil, propagando os leilões de bois para compra de armas. A partir daí, ocorreram conflitos sangrentos, como o massacre de Eldorado dos Carajás e o de Corumbiara.

Contudo, acreditamos em uma reforma agrária pacífica e administrada pelo Estado e, portanto, no

surgimento de um novo direito sobre a propriedade da terra.

Sr. Presidente, apresentamos uma proposta de emenda constitucional modificando a natureza do art. 186 da Constituição Federal, no sentido de que as terras de reforma agrária não sejam imediatamente entendidas como propriedade privada, mas como terra pública, a fim de que seja dada às famílias uma concessão de uso por tempo indeterminado. Essa realidade já é vivida na Amazônia brasileira, nos projetos de assentamentos extrativistas, cujo título é condominial – a família tem apenas o direito de posse por tempo indeterminado, com um plano de uso daquela terra feito em comunidade.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, por ter sido líder sindical, convivi com o comércio de terra de ambas as partes, os pequenos e os grandes: grandes que fomentavam a ocupação de terra para vendê-la mais caro; e pequenos que faziam rodízios de ocupação para fazer da terra também um comércio.

A terra de reforma agrária tem que ser de propriedade pública; jamais poderá ser transferida, com direito de venda. Assim, acredito que poderemos produzir, cada vez mais, a paz no campo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, com a sua permissão, peço a palavra para falar como Líder, neste momento, cedendo meu horário para uma comunicação inadiável ao meu Líder Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a, neste momento, por cinco minutos, como Líder do PL.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como produtor rural e representante da bancada ruralista nesta Casa, iria pedir um aparte ao Senador Sibá Machado, mas, com este pronunciamento, darei seqüência ao discurso de S. Ex^a, já que tratarei do mesmo assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna, na data de hoje, para abordar a preocupante relação conflituosa que está por todo o nosso País e tem marcado o Governo, o MST e os ruralistas nas

últimas semanas. Sinceramente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante da agricultura neste Senado da República, gostaria de estar aqui para anunciar as boas novas desse setor que tanto engrandece a nossa economia.

Gostaria de estar agora aplaudindo a reforma agrária, mas uma reforma agrária bem-planejada e feita em ritmo acelerado. Mas, infelizmente, isso ainda não é possível. Faço essa afirmação não como uma crítica de quem deixou o Bloco da Maioria nesta semana, mas como uma constatação e um alerta de quem deseja o sucesso deste Governo, especialmente na política agrária.

O momento requer cuidados especiais para que a violência no campo não produza novas vítimas nos próximos dias. O risco é iminente, pois os ânimos se acirram a cada dia.

Como todos nós podemos acompanhar, o MST e suas ramificações intensificaram, e muito, nas últimas semanas, as invasões – ou “ocupações”, como eles preferem chamar –, em diversos Estados brasileiros. O jornal **Folha de S. Paulo** revelou, no dia 08 de abril, que, no mês de março, registrou-se o maior número de invasões dos últimos cinco anos, sendo que, no primeiro trimestre deste ano, tais ações cresceram 19% em relação ao início do ano passado.

Não se pode simplesmente crucificar o movimento por isso. É compreensível a angústia sentida por seus militantes diante da morosidade de novos assentamentos, pois a eleição do Presidente Lula alimentou as suas expectativas.

Entretanto, os movimentos erram quando se dirigem à sociedade e às autoridades por meio de bravatas ameaçadoras. Elas não ajudam, e ajudam menos ainda as invasões de terras produtivas. A excelente imagem da agricultura nacional no exterior, Sr. Presidente, sai sempre arranhada, e um sentimento de insegurança pode, de fato, inibir investidores.

Quero, neste pronunciamento, dizer que o Presidente Lula precisa acompanhar, e acompanhar de muito perto, tais acontecimentos. Sua Excelência tem demonstrado bom senso no trato da questão, e sua autoridade é fundamental para garantir aquilo que é justo às partes interessadas.

Mas, além das providências urgentes, acredito que esta é a hora de o Governo repensar, e repensar bem, este modelo de reforma agrária praticado na atual conjuntura. É hora de o Governo usar todo o seu poder de articulação para abrir um canal de negociação amplo com ruralistas e militantes dos sem-terra e redefinir, Sr. Presidente, os rumos de uma possível reforma agrária, superando as resistências de parte a parte.

Dentro do atual modelo, acho pouco provável que mesmo um aumento de recursos possa viabilizar uma reforma justa, abrangente e benéfica para a agricultura nacional.

Acredito que seja prudente pensar em adotar um modelo que dê também aos ruralistas uma opção à pura e simples desapropriação.

Cada parte teria que ceder um pouco, mas o que impede, por exemplo, uma proposta bem-planeada, pela qual proprietários rurais cederiam parte de suas terras para os trabalhadores sem terra produzirem para o seu sustento, e em troca, ajudarem a incrementar a produção da propriedade. Acredito que, desta forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma reforma agrária causaria menos conflito e se daria de forma bem mais acelerada do que vem acontecendo.

É óbvio que uma proposta dessa natureza precisa de limites bem definidos para que seja encontrada uma solução justa para as partes. Pode até parecer utopia, mas, a médio prazo, sinceramente, não acredito que o atual modelo avance no nível desejado pelos movimentos sociais.

Enquanto não se encontra uma alternativa, o Governo precisa agir nas duas frentes distintas: interceptar ameaças e coibir, com rigor, aquilo que infringe a lei e o bom senso. Por sua vez, se não há outro modelo, o Governo precisa também fazer o que for necessário para dinamizar os novos assentamentos, inclusive, se necessário, alterações na estrutura administrativa.

A reforma agrária, no meu ponto de vista, tem que ser feita, mas quem vai determinar as condições é o Governo, aliando responsabilidade legal, compromisso com a causa social e disponibilidade de recursos.

É necessário não só definir metas, mas cumprir rigorosamente o que for prometido. Fazendo isso, tenho certeza, deixarão de fazer sentido as pressões do MST. Reafirmo que faço estas colocações no sentido de colaborar, pois, se fosse fácil fazer reforma agrária, o problema já não existiria em nosso País.

Sei, sim, que não é fácil, mas ainda assim confio na capacidade deste Governo, principalmente do Presidente Lula, uma pessoa sensível às causas sociais e defensor do cumprimento da lei.

Na política e na vida, os momentos de dificuldade acontecem para que possamos alcançar a superação. Dessa forma, quando as tensões no campo voltam a ameaçar, o Governo Lula tem uma excelente oportunidade de mostrar firmeza, competência e sabedoria para dar novos rumos à reforma agrária brasileira.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltar a esta tribuna ainda por diversas vezes para falar dos sucessivos recordes da agricultura nacional e de um país onde a reforma agrária acontece, ge-

rando benefícios sociais e fortalecimento produtivo. Essa é a nossa esperança, que precisa ser mantida e concretizada.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para concluir as palavras de um conterrâneo, Sr. Miguel Cabreira, do meu Município de Iturama, que sempre vem insistindo para que seja feito nesta tribuna um discurso desta natureza, favorável à reforma agrária, mas que também dê segurança e mantenha a qualidade de vida de nossos produtores rurais, hoje sem a menor condição e o menor sossego em suas propriedades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Líder, passo a palavra ao nobre Senador José Agripino, por cinco minutos. (Pausa.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a V. Ex^a que me inscreva, pelo PDT, por cinco minutos, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está garantida inscrição de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está havendo uma brutal corrosão da autoridade presidencial neste País. Ontem, era ensurdecador o barulho na Praça dos Três Poderes, a partir dos morteiros lançados por grevistas da Polícia Federal, protestando contra o que consideram ser a indiferença e a incompetência do Governo em relação a eles. Era algo comparável, por exemplo, Senador Mão Santa, a V. Ex^a ser governador, como foi – e bom governador do Piauí –, e a Polícia Militar resolver fazer uma manifestação dessas em frente a sua residência; ou, Senador Jefferson Péres, V. Ex^a – se porventura Manaus tivesse tido a honra de tê-lo como prefeito – receber da Guarda Municipal de Manaus tratamento parecido, ou seja, corrosão nítida e clara da autoridade presidencial.

No campo, estamos vendo o espetáculo das invasões. O Secretário Executivo do Ministério da Reforma Agrária claramente prevarica. Ele diz que, por ser inócua e por julgar antijurídica uma lei que está vigendo, a lei que nasceu da medida provisória do Governo passado que proíbe a avaliação, a desapropriação de terras invadidas, ele não cumpre a lei. E, se não cumpre a lei uma autoridade investida num cargo dessa responsabilidade, ou de qualquer responsabi-

lidade, está praticando o que para mim é claramente prevaricação.

Hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência no campo, perguntava ao Relator – ilustre Deputado – se eles pretendem, em primeiro lugar, cumprir com a lei que está aí; segundo, tem coisa melhor, porque, segundo eles dizem, é inócua, se tem coisa melhor, quando vão apresentar, Senador Osmar Dias, algo que seja mais efetivo ainda para conter as invasões? E se porventura ela é antijurídica, quando vão apresentar algo mais jurídico ainda, que ajude a conter essa explosão das invasões que está desorganizando a economia brasileira para o médio prazo, que está agredindo as perspectivas do agronegócio, que tem sido a sustentação do Governo passado, deste Governo, quando falamos em superávit de balança comercial, quando falamos em economia com perspectivas de diminuir a sua dependência em relação ao exterior? Agridem – e esse é um tiro de metralhadora no pé – o agronegócio; agridem, portanto, a própria perspectiva de êxito do Governo.

Estou pasmo, Sr. Presidente, porque eu próprio me sinto vítima de uma conspiração. Tudo mundo fala em conspiração, o Ministro Márcio Thomaz Bastos fala em conspiração, todo mundo fala em conspiração, Senador Jefferson Péres, sinto-me vítima de uma conspiração. Setores do PT diziam, há pouco tempo, no momento em que vinha à Casa o Presidente Henrique de Campos Meirelles, do Banco Central, que tinham que rever as metas de inflação, que, com essas metas, não dava para crescer. E, por entender que não há incompatibilidade entre crescimento econômico e inflação baixa – quanto mais baixa a inflação, menor o juro; quanto menor o juro, melhor a perspectiva de crescimento econômico –, eu me vi, na televisão, defendendo, eu e o Presidente Henrique Campos Meirelles, contra setores importantes do PT, a manutenção do compromisso com a inflação baixa. Ontem, de novo – sou uma vez mais vítima de um complô –, ligo a televisão e vejo-me. É sempre agradável um homem público saber como ele aparece depois de ter dito o que disse. E fiquei pasmo. Propus algo ousado, audacioso: R\$280,00 de salário mínimo, que significa 16.6% de ganho real para o trabalhador de salário mínimo. Significa um gasto, trocando em miúdos, de R\$8 milhões a mais para os cofres públicos. E percebi-me – e não é surpresa, pela coerência de V. Ex^a, Senador Paulo Paim – superado na minha ousadia por V. Ex^a, que pedia cem dólares, aliados pedindo R\$ 300,00. Eu digo: meu Deus do céu, há alguma coisa errada comigo ou alguma coisa muito errada com este Governo!

O Ministro Palocci diz que não pode dar mais do que R\$256,00. Imagino que uma pedida do Presidente

Lula a essa altura seja: “Palocci, vamos ter que dar um pouco mais, R\$260,00, R\$265,00, qualquer coisa”. E cada real aumentado vai significar R\$200 milhões a mais contra as contas públicas. Proponho R\$40,00 a mais, R\$8 bilhões a mais de gastos, algo que eu dizia que o Governo vai ter coragem para aceitar o desafio que lhe faço, o desafio de remanejar despesas. E, quando vi, apenas me surpreendi superado pelas pedidas que vinham da própria base oficial. Eu, que tenho convicção técnica de que R\$280,00 dá, de que é um sacrifício que o Governo faz e que vale a pena em favor do mercado de consumo brasileiro, a esta altura rendo-me à realidade, que é a do Governo: vou propor o meu destaque de R\$280,00 – não é decisão do meu Partido, mas minha, Senador César Borges, ainda não discuti isso com minha Bancada; minha Bancada pode querer menos ou mais, mas vou defender os R\$280,00 e pretendo apresentar emenda nesse sentido.

Muito bem, aparecendo uma outra opção do Senador Paulo Paim com US\$100.00, vou votá-la, e vou recomendar à minha Bancada que faça o mesmo. Aparecendo uma outra de algum partido da base aliada que proponha R\$300,00, vou votar, mas quero que se registre nos Anais que, como Líder de um partido de Oposição, como o PSDB, tido muitas vezes como irascível, como radical, como sectário – não sou nem irascível nem sectário; radical, talvez sim, por gostar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, de ir à raiz dos problemas –, pensei que eu colocava o Governo diante de um forte dilema e que eu o empurrava contra a parede. Estou pedindo a eles R\$280,00, R\$40,00 a mais. Estou pedindo a eles 16.6% de ganho real para o trabalhador de salário mínimo, e percebi que o Governo talvez possa dar muito mais, porque sua base pede mais. Se sua base pede mais é porque o Governo certamente pode dar mais. Minhas contas devem estar erradas. Se minhas contas estão erradas, vou insistir nas minhas contas, no meu destaque, Senador César Borges, e vou votar a favor de toda e qualquer proposta de majoração do salário mínimo acima da minha. Até porque um Governo que ganhou a eleição com 53 milhões de votos tem o direito de governar, acertando e errando. Portanto, vai arcar com as conseqüências de dar um aumento do salário mínimo acima do que eu julgo, na minha pobreza técnica, seria o máximo possível de se dar. Eu estipulo, Senador Suplicy, R\$280,00, mas voto acima disso, porque não votarei contra o interesse imediato do trabalhador brasileiro, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência faz um apelo aos oradores inscritos, porque inúmeros Senadores querem usar a palavra e alguns vão ter que viajar.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, ao Senador José Agripino e, depois, voltamos à lista de oradores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me alerte quando faltar um minuto, pois quero cumprir o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, meu pronunciamento vai na mesma linha do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, e não combinei nada com S. Ex^a. Creio que estou vocalizando aqui, Srs. Senadores, uma preocupação que ouço não apenas no plenário deste Senado, inclusive de Senadores governistas, mas que ouço nas ruas, que ouço em todos os lugares aonde vou – e tenho contato com pessoas de todas as classes sociais –, para não dizer apreensão, que vai se disseminando na sociedade brasileira em relação à erosão da autoridade.

O movimento que começou travestido de social, mas hoje movimento político, que é o MST, vai numa escalada extremamente preocupante, Senador José Agripino. Ontem ameaçaram – não sei se vão cumprir a ameaça – invadir o Palácio das Princesas. E o líder do MST em Pernambuco confirmou que o Palácio do Governo Pernambucano pode ser invadido. Senador Suplicy, infelizmente não lhe posso conceder aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não, estou falando como Líder. Tenho cinco minutos e vou cumprir rigorosamente. V. Ex^a depois ocupa a tribuna. Restam-me três minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fizemos um apelo inclusive ao Senador para que ficasse dentro do prazo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A medida provisória que está que está em vigor e que o Governo não revoga, segundo o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não será cumprida. Não vai simplesmente cumprir a lei, e isso se chama prevaricação. Uma autoridade, representante de um Ministro, diz que não vai cumprir uma lei em vigor; o Movimento diz que vai invadir o Palácio do Governo; não se cumpre, como aconteceu ontem no Pontal de Paranapanema, três decisões judiciais. Onde é que vamos chegar?

O Senador Osmar Dias me dizia, há pouco, que o clima é muito ruim no meio rural do Paraná. Em Paranaguá existe uma fila de caminhões que já ultrapassou Curitiba. São mais de 90 quilômetros de fila. Existe outra fila de caminhões imensa no Rio Grande do Sul; devido à greve dos fiscais federais.

Ontem, um agrupamento de policiais federais, em frente ao Ministério da Justiça, em algumas ocasiões, xingava o Ministro. Segundo soube – não sei se é verdade porque não ouvi –, o Ministro teria sido chamado de uma espécie canina. Se isso não for deterioração da autoridade, não sei mais o que é.

Eu poderia estar aqui tripudiando sobre o Governo, também pedindo queda de juro, pedindo a cabeça do Palocci. Ontem vi o presidente de um partido pedir, depois de da demissão do Ministro Palocci, a demissão do Presidente do Banco Central. E mais, segundo dizem, não sei se é verdade, que estaria querendo nada mais, nada menos do que a Delegacia da Receita Federal em seu Estado, um setor que até aqui, graças a Deus, tem sido blindado pelo Governo. Se começarem a distribuir Delegacias da Receita Federal para os partidos aliados, acabou-se um dos centros de excelência do País.

Ouçõ hoje que cientistas da Embrapa sentem-se extremamente pressionados, porque querem tomar decisões políticas e ideologizadas também nesse centro de excelência do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, um minuto a mais e já vou encerrar.

Não estou falando aqui como Senador de oposição, mas como cidadão brasileiro. Nesta marcha, o País vai degradingolar, não sei aonde vai dar, e eu não serei beneficiário disso. Daí a minha preocupação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para, muito rapidamente, esclarecer ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, temos diversos Senadores inscritos. Esta Presidência faz um apelo para que cumpramos o horário porque diversos Senadores terão que viajar. Em seguida, V. Ex^a terá a oportunidade: vou à tribuna, V. Ex^a me solicita um aparte e eu lhe darei dentro do meu tempo de cinco ou dez minutos. Fica assegurado este compromisso desta Presidência com V. Ex^a.

De imediato, passo a palavra ao nobre Senador José Agripino que está inscrito como Líder. Fica asse-

gurado o meu compromisso para com V. Ex^a: Dentro do meu tempo, V. Ex^a falará por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– No tempo em que o Senador José Agripino vier à tribuna, eu pararei.

Sr. Presidente, quero apenas esclarecer ao nobre Senador Jefferson Péres que o próprio Coordenador do MST nacional, Sr. Gilmar Mauro, e o Sr. Jaime Amorim, Coordenador em Pernambuco, esclareceram que não há nada de se querer tomar o Palácio, mas apenas um diálogo com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador José Agripino.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, minha palavra é rápida, até atendendo a apelos. Quero tratar de um assunto muito importante, que não é novo. Ontem o Copom, por decisão unânime, resolveu baixar 0,25% na taxa de juro Selic. Caiu de 16,25 para 16,0. Pouco, muito pouco, mas melhor do que nada. A reação dos sindicalistas e agentes econômicos foi negativa, e foi no mínimo tímida a atitude do Governo. O Governo diz que é isso que pode fazer no momento.

O que me preocupa, Sr. Presidente, e me traz à tribuna é que se fala seguidamente em taxa Selic de 17% ou 16,25% ou 16%, como se isso fosse a salvação da Pátria, como se baixando a taxa de juros em 0,25% se pudesse reativar o consumo ou levar o benefício direto para o cidadão. Não, porque entre a taxa Selic e a taxa que V. Ex^a, Senador Mão Santa, é submetido quando compra uma geladeira a prazo num **shopping center** ou numa loja, há uma coisa chamada **spread**, e o Governo está-se lixando para o *spread*. O que é o **spread**? É o risco, a diferença entre a taxa que os bancos pagam ao público, que coloca o dinheiro na aplicação – ou o Governo, que compra o dinheiro dos bancos – e a taxa que os bancos cobram quando emprestam dinheiro ao público. É a taxa de intermediação, da qual o Brasil é campeão ou vice-campeão – para ser mais preciso, é vice-campeão no mundo inteiro.

Senador Jefferson Péres, a taxa de *spread* no Brasil, ano passado foi de 44% – a diferença entre o custo do dinheiro tomado pelos bancos de V. Ex^a, que é poupador, ou de mim, que sou poupador de pequenas quantias. Os bancos emprestavam a V. Ex^a para comprar um automóvel ou a mim para comprar uma geladeira e cobravam 44% a mais do que nos pagava pelo dinheiro que estava aplicado na poupança. Era a taxa, no ano passado, mais alta do mundo. Pode-se dizer “ah, mas os países emergentes pagam esse pre-

ço”. Não, senhor. A média do *spread*, dessa diferença de taxa dos países emergentes, é de 4%; a do Brasil é onze vezes maior. Isso é o que interessa fazer. E o que é preciso fazer? Está nas mãos do Governo baixar a taxa para 16,25% ou 16%. Está nas mãos do Governo baixar o *spread*? Está, em grande parte está, em boa medida está, sim. E por que ninguém fala nisso? Se ninguém fala, vou falar e vou começar a falar e a insistir nesse assunto, porque diz respeito ao consumo, à reativação da economia e ao bem-estar, à qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Por que o dinheiro é caro? Por que os bancos querem garantir lucro? Sim, os bancos querem garantir lucro. Agora, o dinheiro é caro por algumas razões, e o Governo pode, sim, interferir e resolver a questão. Por exemplo, um produto é caro quando há pouco produto para ofertar e muito comprador. Isso é a lei da oferta e da procura. Há muito dinheiro disponível? Não, há pouco dinheiro. Por que há pouco dinheiro? Porque o Governo obriga que boa parte do dinheiro depositado nos bancos seja depositado no Banco Central no famoso depósito compulsório. O Banco tem R\$1 milhão, mas é obrigado a colocar R\$400 mil como depósito compulsório e fica com R\$600 mil para emprestar. Dispõe dos R\$600 mil para emprestar a quem quer que seja? Não, porque tem uma boa parcela de recursos vinculados para atividade “a”, “b” ou “d”. Então, sobra pouco dinheiro para emprestar. O Governo pode diminuir o depósito compulsório e pode mudar a legislação dos recursos vinculados, aumentando a quantidade de mercadoria disponível, para que o cidadão que compra no **shopping**, na loja o produto ou a mercadoria possa pagar e possa comprar pagando uma taxa de juros muito menor.

Para diminuir o **spread**, pode mexer com o lucro dos bancos? Não. Com o lucro dos bancos não pode. Mas, pode mexer, sim, Senador Papaléo, na questão dos impostos. Nesse caso, entra uma preocupação que tenho sobremaneira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Os impostos são a parte importante, Sr. Presidente, no componente do *spread* dos bancos. E os impostos são devidos a quem? À União, fundamentalmente. Os jornais de hoje registram a arrecadação recorde do mês de março – 15% a mais na arrecadação do que o previsto. Por quê? É só examinar na declaração da Receita por que cresceu 15%: foi porque cresceram absurdamente as receitas da Cofins e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das empresas e a arrecadação do Imposto de Renda. Pode-se dizer “mas isso já vinha

de muito tempo”. Não, senhor. A CSLL, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Empresas, foi mexida por este Governo. A tabela do Imposto de Renda, por mais que pedíssemos, não foi reajustada. A Cofins contra a qual tanto lutamos produziu esse excesso recorde de arrecadação. Está na hora de cuidarmos. E a medida provisória da Cofins dos Importados está para ser apreciada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Em nome do interesse coletivo, temos que tomar uma posição e rever com profundidade, porque esse excesso de arrecadação da Cofins, que é ótimo para os cofres da União, é péssimo para os empregos, porque cada milhão ou bilhão de real arrecadado a mais com a Cofins corresponde a milhares de empregos que não foram gerados ou perdidos pelas empresas, que, tendo de optar entre imposto e emprego, pagaram imposto e demitiram gente.

Essa é a nossa palavra, a nossa preocupação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos às comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Mão Santa.

A Presidência faz um apelo, mais uma vez, para que cada Senador respeite o tempo de cinco minutos, como forma de solidariedade àqueles Senadores inscritos, que inclusive me pediram que fosse rígido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pelo PSDB para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurada a inscrição de V. Ex^a logo que chegue à mesa a autorização da liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, solicito a inscrição, pela Liderança do PFL, para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a terá a palavra assegurada em terceiro lugar.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, ao

contrário do que eu disse desta tribuna no passado, Senador Arthur Virgílio, fui atendido no último pleito ao Presidente Lula. Consegui que Sua Excelência acabasse com os treinos dos peladeiros aos sábados.

Realmente foi uma vitória, diminuíram os atendimentos nos hospitais de traumatologia, mas quero confessar o meu respeito ao esporte, rendendo, em nome de todos os Senadores do Piauí, Heráclito Fortes e Alberto Silva, uma homenagem ao maior desportista da história do Piauí, Sr. Pedro Alelaf, falecido recentemente, para quem, nesta Casa, os Senadores do Piauí assinaram um requerimento de voto de pesar, e que foi lembrado por Heráclito Fortes e Alberto Silva, seu contemporâneo e conterrâneo.

Quero manifestar o que sente o Piauí. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a conheceu o extinto, a sua família e o seu trabalho. O Parnaíba Esporte Clube simboliza a vida de Pedro Alelaf. Ele foi seu fundador, seu atleta e seu dirigente por muitos e muitos anos. Ele simboliza, no Piauí, o apreço que toda a humanidade tem aos esportes.

Num plenário deste, Senador Efraim Moraes, Cícero dizia: **Mens sana in corpore sano**. Isso traduz a vida de Pedro Alelaf, parnaibano que se dedicou aos esportes e que via no esporte uma escola muito mais forte que a formal, porque no esporte cultivamos aquilo que, sem dúvida alguma, Senador Garibaldi, foi o maior presente de Deus: o nosso corpo. Aprimoramos e fortalecemos o nosso corpo e, sobretudo, aprendemos aquilo que Aristóteles disse “o homem é um animal sociável”. No esporte, aprende-se a conviver, porque ninguém joga sozinho, precisamos de uma equipe; aprendemos a obedecer regras e leis, Tião Viana, e, sobretudo, quando derrotados como na vida, diante de reveses, aprendemos que precisamos mais nos esforçarmos, mais lutarmos para conquistar a vitória.

Apresento a gratidão de todos os piauienses ao exemplo de vida e de amor que foi Pedro Alelaf – recentemente, faleceu sua esposa –, que constituiu uma família em que vários esportistas frutificaram. Um deles é alto funcionário do Senado.

Peço aos nossos pares que aprovelem esse requerimento de pesar à família de Pedro Alelaf, numa homenagem de reconhecimento e de gratidão do Senado, da nossa cidade de Parnaíba e do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, encaminhe à Mesa, que daremos procedimento imediato, atendendo sua solicitação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com os nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Mão Santa pela rigidez do horário, porque utilizou exatamente cinco minutos.

Passamos a palavra ao Senador Papaléo Paes, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não faz parte da minha índole reclamar por reclamar. No entanto, não posso deixar de externar a minha insatisfação pela falta de sensibilidade de um agente público, quando questões que estão pendentes devem ser resolvidas a fim de evitar conseqüências maiores e irreparáveis.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as Bancadas do Amapá, de Roraima e de Rondônia solicitaram, por meio de ofício, audiência ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para tratar da revisão do Plano de Carreira, bem como da política remuneratória dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais.

A referida audiência foi agendada e confirmada pelo gabinete do Ministro para ser realizada na data de hoje, às 15h30. Hoje, dia da audiência, recebemos um comunicado desmarcando-a e, o pior, com a informação de que não existe data e horário previstos para a realização da mesma.

Sr. Presidente, eis aí a total falta de respeito aos representantes que buscam ajudar o Governo a resolver as questões criadas pelo próprio Governo. Atribuo isso a uma total falta de responsabilidade, para não enquadrar em outros entendimentos que poderiam ser piores.

O Brasil precisa mudar. Quando vamos mudar? Será que é só nas campanhas eleitorais ou nos discursos para justificar o injustificável, como temos ouvido ultimamente?

Fica registrada a minha insatisfação, em nome das Bancadas que solicitaram a tão esperada audiência, frisando que, quando marcamos uma audiência com tanta antecedência, como foi o caso, mobilizamos as lideranças interessadas dos nossos Estados, distantes deste centro, que aqui vieram, e às 13 horas recebemos a comunicação de que o Sr. Ministro não poderia receber os membros das Bancadas e suas respectivas lideranças.

Isso é muito sério, é resultado das ações de Governo, principalmente de muitos ministros, o que traz conseqüências negativas à imagem do Presidente da República, que já está abalada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa agradece o cumprimento do horário.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, como Líder, por cinco minutos.

A Mesa faz a V. Ex^a o mesmo apelo que fez aos demais oradores: que cumpra o tempo a fim de que todos possam fazer uso da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitos os assuntos, mas o tempo, infelizmente, é nosso inimigo.

Inicialmente, quero render minha homenagem ao Dr. José Roberto Santoro, Subprocurador da República, que está sendo exposto publicamente de forma desnecessária. O Subprocurador José Roberto Santoro vem agindo com dignidade ao longo de sua vida, e é meu dever fazer este registro.

O Dr. José Roberto Santoro nos assessorou, por três anos, na CPI do Narcotráfico. No caso do Acre, de Hildebrando Pascoal e sua quadrilha, como Presidente daquela Comissão, eu, pessoalmente, encaminhei ofício ao Dr. Geraldo Brindeiro solicitando que deslocasse o Dr. Santoro e o colocasse no caso. Quero que o Brasil saiba que, não fosse esse Subprocurador, substituindo outra grande gigante, o Dr. Luiz Francisco, nesse caso, não teríamos chegado a lugar nenhum.

O Dr. José Roberto Santoro fez parte de uma missão especial no Espírito Santo, Estado que foi escravo do crime organizado por doze anos. O Espírito Santo é bonito e rico. Do ponto de vista turístico, é o segredo mais bem guardado do Brasil. Ninguém conhece nosso potencial turístico, porque ficamos conhecidos e expostos na mídia apenas nas páginas policiais, pois o crime organizado se institucionalizou no meu Estado.

Com base no relatório da CPI do Narcotráfico, soubemos que, dos 864 indiciados pela CPI, 10% eram do meu Estado. Sob o comando do Dr. José Roberto Santoro, ferimos de morte o crime organizado no Espírito Santo. Por isso, por dever, tenho de defendê-lo.

Não fizeram bem em expor Santoro. O Ministério Público arranhou-se; atirou no próprio pé. Se algo estava errado no comportamento de Santoro, deveriam tratar o assunto internamente. Para isso há a Corregedoria, e ele não fez nada de mais. Qualquer homem que investiga já fez mil vezes o que ele fez. O escroque que estava do outro lado da linha não falou uma só vez, como se estivesse gravando a mando de alguém.

Olhando para as câmeras, quero dizer à família do Dr. José Roberto Santoro, filhos e esposa, que não entendo alguém colocar sua vida em risco, fazer um trabalho digno e receber isso como pagamento. Tentar atingir Roberto Santoro é a mesma coisa que fazer um ato de desagravo ao crime organizado, é aplaudir o crime organizado. Não tenho procuração, Senador Arthur Virgílio, mas tenho o dever. V. Ex^a me acompanhou na Câmara, fomos companheiros. A CPI

do Narcotráfico, nos casos mais graves, contou com José Roberto Santoro.

O meu Estado está de luto, porque tiraram José Roberto Santoro de lá, tiraram os processos do crime organizado das mãos dele. Agora o crime organizado está fazendo festa, e todos nós estamos à mercê. Eu digo isso porque no Espírito Santo, que é um pequeno Estado, há cinco anos eu ando com a Polícia Federal guardando as minhas costas e da minha família.

Receba, Dr. José Roberto Santoro, a minha fala como um desagravo e como alguém que reverencia a sua determinação e a sua coragem. Lembro-me que diziam que o Dr. Luiz Francisco era o braço do PT dentro do Ministério Público, que tanto se beneficiou da coragem e do destemor de Luiz Francisco. Agora, José Roberto Santoro é o homem do PSDB. Ora, graças a Deus, porque o cara já fez tanto, que essas ilações não colam.

Sr. Presidente, era para ter feito esse registro há mais tempo, mas só agora tive a oportunidade de fazê-lo, por dever, porque, como brasileiro, como cidadão do Estado do Espírito Santo, todos nós devemos a José Roberto Santoro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar a presença, neste plenário, de um ex-Senador que sempre será um Senador na galeria dos melhores que a República já produziu. Ministro do Planejamento no Governo Itamar Franco, Vice-Governador e, portanto, por várias vezes governador interino do Ceará, empresário e sobretudo um grande brasileiro. Eu me refiro, V. Ex^a já percebeu, com a acuidade que o caracteriza, que eu me refiro a esta grande figura humana, política, que dá imensa honra ao meu Partido de pertencer aos seus quadros, mas tenho certeza de que orgulhece a política brasileira como um todo: Senador, Governador, Vice-Governador, Ministro Beni Veras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o ex-Ministro, ex-Senador e ex-Governador Beni Veras.

Jamais vou esquecer, Senador Beni veras, o artigo que V. Ex^a escreveu, publicado nos principais do País, intitulado “A luta de um homem só”, que era a nossa luta pelo salário mínimo. E V. Ex^a fez uma homenagem ao nosso trabalho. Parabéns a V. Ex^a. É uma alegria recebê-lo aqui no plenário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Gostaria de me inscrever para falar como Líder, após o Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Será assegurada a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador João Ribeiro, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a à tribuna na tarde de hoje é a minha preocupação com os garimpeiros de Serra Pelada, que estão acampados na cidade de Araguaína, às margens da BR-153, desde o dia 2 de abril, aguardando as providências do Governo Federal.

Tenho em mão um fax que a Prefeita Valdez Castelo Branco Martins, da cidade de Araguaína, enviou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pessoalmente, Sr. Presidente, fiz contato com o Palácio do Planalto, com o Ministro Aldo Rebelo, que tem me atendido muito bem, com sua assessoria e com outros setores do Governo.

Sr. Presidente, preocupam-me as reivindicações dos garimpeiros de Serra Pelada. Quero deixar bem claro que os problemas lá ocorridos não são de responsabilidade do atual Governo. Eles ocorrem desde o regime militar. Fui delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros e 2^o tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e tenho acompanhado a luta desses brasileiros, verdadeiros bandeirantes, que muitas vezes deixam a família e partem para a selva à procura de melhoria das condições de vida, na busca do sustento da família. Conheço muito bem a história de Serra Pelada, porque convivi com esses garimpeiros durante quase toda a minha vida pública. Neste momento em que o Brasil todo clama por emprego, apelo ao Presidente Lula para que determine a ida de alguém do Ministério de Minas e Energia à cidade de Araguaína para negociar com os garimpeiros, porque eles já paralisaram a rodovia Belém–Brasília por duas vezes. Na terça-feira passada, pedi a eles que não bloqueassem a única via de acesso à região Norte, principalmente em respeito à Semana Santa, comemorada em todo o mundo. Se assim agissem, com certeza, eles seriam repudiados pela população de Araguaína e por toda a região Norte. Eles atenderam ao nosso apelo. No entanto, a Prefeita Valdez está preocupada porque ontem houve um contato do Ministério das Minas e Energia, mas em nada resultou. Assim, por meio dos Líderes governistas desta Casa, peço que a Ministra Dilma Rousseff entre em contato com associações, sindicatos dos garimpeiros daquela região, cerca de mil homens. Os garimpeiros, repi-

to, já paralisaram a rodovia por duas vezes; disseram ontem que, se houver novo bloqueio da rodovia, não sairão mais de lá enquanto não houver solução para os seus problemas.

Sr. Presidente, eles estão reivindicando muito pouco: requerem a aprovação do estatuto do garimpeiro, em tramitação no Congresso Nacional; o recadastramento nacional dos garimpeiros, sobretudo dos garimpeiros de Serra Pelada; e o pagamento do dinheiro por eles depositados na Caixa Econômica Federal, aquele dinheiro do paládio, da sobra de ouro, que todos nós e o Brasil conhecemos.

É importante que o Governo forme uma comissão para resolver definitivamente essa questão. Não é possível tantos brasileiros ficarem aguardando durante tanto tempo como estão os garimpeiros de Serra Pelada. Peço à Senadora Ana Júlia e aos demais Senadores do Pará, aos Líderes paraenses, aos homens e mulheres que comandam este País para que apelem ao Presidente Lula no sentido de que Sua Excelência determine à Ministra Dilma Rousseff o envio de uma missão à cidade de Araguaína. Do contrário, repito, os garimpeiros novamente ocuparão a rodovia e de lá não sairão até a resolução dos seus problemas.

Sr. Presidente, deixo aqui o meu pedido e o meu alerta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os ex-territórios federais que foram transformados em Estados ou extintos, como é o caso do Território de Fernando de Noronha, tem um quadro de funcionários em extinção, ou seja, ninguém mais é admitido, e os atuais funcionários só saem por aposentaria ou morte.

Esses funcionários têm sido sistematicamente injustiçados no plano de promoção, de classificação e acesso. Agora, quando o Governo se prepara para dar aumento aos servidores federais, eles não terão direito a esse benefício. Por isso a Bancada dos Estados de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima solicitou ao Ministro Guido Mantega uma audiência para tratar desse assunto e levar-lhe nossas preocupações. O Governador de Roraima também nos acompanharia nessa audiência.

Sr. Presidente, uma vez que o Ministro cancelou a audiência, solicito de público ao Presidente da República que determine, por uma questão de justiça, a inclusão dos funcionários dos ex-territórios federais, especificamente dos funcionários do ex-território fede-

ral de Roraima. O valor do aumento não é muito alto, mas, se não for concedido aos ex-territórios, será zero, significando injustiça total.

Reitero essa solicitação ao Presidente da República, ao mesmo tempo em que peço ao Ministro Guido Mantega que observe alguns detalhes. O quadro de funcionários é pequeno, formado por pessoas muito mais próximas da aposentadoria do que em início de carreira; ninguém é mais admitido no quadro e, portanto, não haverá aumento significativo de despesa. Pleiteio apenas o reconhecimento pelos serviços prestados aos ex-territórios e pelos serviços que estão prestando aos Estados, porque eles foram cedidos pela União para os Estados ou estão redistribuídos.

Não é possível que um Governo como o do Presidente Lula permita que se faça uma injustiça como essa, de deixar fora do aumento que se pretende dar ao funcionalismo federal os funcionários dos ex-territórios federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por até vinte minutos.

Se V. Ex^a puder, apelo para que reduza o tempo do discurso.

Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude da limitação do tempo, vou deixar de ler o texto escrito e vou encaminhá-lo à Mesa, para ser publicado, na íntegra.

Pleiteio nesta tribuna que nos voltemos para o problema do desemprego. Há pouco ouvimos os oradores que se sucederam na tribuna pedindo um salário mínimo maior, um salário mínimo mais condizente com as necessidades do trabalhador brasileiro. É preciso que se saiba – e é claro que nós sabemos disso –, é preciso que se alerte para o fato de que milhares e milhares de brasileiros nem salário mínimo ganham porque estão desempregados. A economia do nosso País precisa ser impulsionada, de modo a absorver esses desempregados.

Assim, é preciso investir naqueles setores que melhor poderão dar resposta ao problema do desemprego. Ninguém pode errar, principalmente o Governo. O Governo não pode errar. Não se trata, como dizia aquele ex-Presidente, de considerar que o Governo tem uma bala só na agulha. O Governo não pode, de maneira nenhuma, deixar de investir num setor como o turismo. Esse é o setor que hoje mais emprega no Nordeste. Eu fui Governador de um Estado do Nordeste, Mão Santa foi Governador de outro, Tasso Jereissati

governou o seu Estado por três vezes, e todos nós sabemos que o turismo está trazendo um novo alento para a economia da nossa região.

Vou dar um exemplo do Rio Grande do Norte, o meu Estado. O número de empregos na rede hoteleira, por exemplo, cresceu 89%, de 1995 a 2000. No mesmo período, o número de turistas que visitou o Estado anualmente subiu de 500 mil para 1,2 milhão. Por isso é inconcebível que um programa que tem o apoio do Bird, o Prodetur, demore tanto a ser consolidado e só seja assinado agora, depois de quatro anos de negociações. A propósito, nós, Governadores que deixamos os nossos cargos nos anos de 2002 e 2003, deveríamos ter assinado o Prodetur 2, e não o assinamos.

Sr. Presidente, não se faz e não se incentiva o turismo apenas com dólares, com euros; pode-se incentivá-lo com reais. É o que o Governo Federal deve fazer e, justiça seja feita, está começando a fazer, com o Programa de Regionalização do Turismo, que sucede o Programa da Municipalização, que, em oito anos, capacitou profissionais em mil e quinhentos Municípios. O novo programa, partindo da mobilização municipal já implantada, propõe o desenvolvimento regionalizado da atividade turística no Brasil. Segue-se, dessa forma, a orientação da Organização Mundial do Turismo, que tem dado excelentes resultados em outros países.

Com a iniciativa, Sr. Presidente, procura-se estruturar e diversificar a oferta turística brasileira, ordenando os produtos em roteiros, de forma a valorizar a diversidade regional do País. Destaca-se na execução do programa o papel dos fóruns estaduais de turismo, que têm fundamental importância no processo de descentralização das atividades turísticas, uma vez que são responsáveis pela formulação das estratégias de planejamento e gestão. O Governo Federal já destinou R\$20 milhões, a serem utilizados no primeiro semestre de 2004. Mas é preciso investir mais, muito mais, para que possam ser realizadas as oficinas de planejamento turístico. Por meio dessas atividades, pretende-se capacitar profissionais nos Municípios que integrarão o programa. Portanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção para a importância do turismo na Região Nordeste e no Brasil, embora disso todos nós já estejamos convencidos. Mas não adianta só o convencimento; é preciso investir, Sr. Presidente; é preciso não apenas acreditar, mas investir, para que possamos combater as desigualdades regionais. Um programa como este – de regionalização do turismo – vai combater, sim, as desigualdades regionais.

Por isso, Sr. Presidente, para combater o desemprego aí está uma solução, aí está uma alternativa: vamos investir no turismo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA INTEGRA, DISCURSO DO SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que o desemprego ocupa o primeiro lugar nas pesquisas sobre as principais preocupações dos cidadãos brasileiros. Da mesma forma, as políticas de geração de novos postos de trabalho encontram-se presentes em todas as plataformas eleitorais e planos de governo nos últimos anos no Brasil. Ou seja, toda a sociedade brasileira se mobiliza em torno da questão da retomada do crescimento econômico e da construção de alternativas de geração de renda para movimentar a economia brasileira, elevar os níveis de consumo da população e gerar bem-estar e qualidade de vida. O problema, então, consiste, primeiramente, em identificar os setores capazes de produzir respostas rápidas aos investimentos, para, em seguida, implementar as políticas públicas adequadas.

Como cidadão do Nordeste, Sr. Presidente, sempre percebi muito claramente a importância que tem o turismo no contexto das políticas de geração de emprego e renda. Afinal, essa região – que possui uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, sendo maior do que a superfície total da Alemanha, França, Itália e Reino Unido juntos – já é o destino preferencial do turismo doméstico. Na condição de Governador do Estado do Rio Grande do Norte, procurei desenvolver uma série de políticas de fomento ao turismo, obtendo excelentes resultados. O número de empregos na rede hoteleira, por exemplo, cresceu 89% de 1995 a 2000. No mesmo período, o número de turistas que visitavam o Estado anualmente subiu de 500 mil para 1,2 milhão. O impacto do crescimento do número de turistas na economia local, e conseqüentemente na geração de empregos e na elevação da qualidade de vida da população, é muito significativo.

Sr. Presidente, o Brasil vem, aos poucos, despertando para a importância desse setor, mas ainda há muito a explorar, considerando o patrimônio natural, cultural e artístico que possuímos. Para que belas paisagens, praias maravilhosas, festas tradicionais e patrimônio histórico e artístico se tornem produtos turísticos, é necessário planejamento, além de investimento e gestão competente de políticas públicas. Nesse sentido, devemos acompanhar a tendência internacional de investir fortemente na promoção de roteiros regionais e, também, no aperfeiçoamento da infra-estrutura das áreas de interesse turístico.

Afinal, a chamada indústria sem fumaça representa uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo: segundo estimativas da Organização Mundial do Turismo, o setor já emprega cerca de 260

milhões de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 10% da força de trabalho global.

Consciente da importância econômica e social do setor, o Governo Federal tomou a acertada decisão de aperfeiçoar iniciativas voltadas para a regionalização do turismo no Brasil. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo Governo do Presidente Lula, por exemplo, dá continuidade ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que, em 8 anos, capacitou profissionais em 1.500 municípios. Assim, o novo programa, partindo da mobilização municipal já implantada, propõe o desenvolvimento regionalizado da atividade turística no Brasil. Segue-se, dessa forma, a orientação da Organização Mundial do Turismo, que tem obtido excelentes resultados em outros países.

Com a iniciativa, Sr. Presidente, procura-se estruturar e diversificar a oferta turística brasileira, ordenando os produtos em roteiros, de forma a valorizar a diversidade regional do País. Destaca-se, na execução do programa, o papel dos fóruns estaduais de turismo, que têm fundamental importância no processo de descentralização das atividades turísticas, uma vez que são responsáveis pela formulação das estratégias de planejamento e gestão. O Governo Federal já destinou R\$20 milhões, para serem utilizados no primeiro semestre de 2004, na realização de oficinas de planejamento. Por meio dessas atividades, pretende-se capacitar profissionais nos municípios que integrarão o Programa.

É preciso reconhecer a importância dessa iniciativa do Governo Federal, que, segundo o ministro Walfrido Mares Guia, representa uma verdadeira revolução do turismo brasileiro. O programa tem três vertentes principais: identificar o potencial das regiões, qualificar mão-de-obra e fazer obras físicas. O programa prevê, também, a destinação de recursos para promoção dos produtos turísticos. As prioridades serão definidas pelos estados e os recursos serão repassados pelo Ministério.

Esperamos, Sr. Presidente, que essa nova iniciativa possa contribuir para gerar o desenvolvimento econômico e social de que nosso País tanto precisa. Além disso, com o Programa de Regionalização do Turismo, o Governo passa a dispor de mais uma importante ferramenta para o combate às profundas desigualdades regionais que marcam o Brasil. O Nordeste – que, embora privilegiado pela natureza, precisa de maiores aportes de recursos do Governo Federal para o fomento ao turismo – espera ansiosamente que o Programa marque o início de uma fase de desenvolvimento e prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa agradece a V. Ex^a e chama, com a maior brevidade, a Senadora Ana Júlia Carepa, a quem faz apelo para que se pronuncie em no máximo 10 minutos, se possível, entendendo que o Senador Osmar Dias se encontra presente e está meio impaciente para fazer uso da palavra.

V. Ex^a tem a palavra, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu quero fazer um registro para a população que nos assiste e nos ouve. O Governo Lula tem, neste curto período de um ano e quatro meses, impulsionado uma mudança de prioridade nos investimentos públicos, marcada pelo direcionamento, por exemplo, dos fundos públicos para ações estruturais em setores durante muito tempo negligenciados, mas que são de fundamental importância para a grande maioria da população. Um exemplo disso é o setor de saneamento básico e abastecimento de água.

Gostaria de trazer à baila o caso do meu Estado, o Pará, que entre 1998 e 2002, ou seja, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebeu recursos oriundos de empréstimos do FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Nesses quatro anos, de 1998 a 2002, foi repassado o valor de R\$74.940.625,68 (setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), pela Caixa Econômica Federal. O Governador do Pará, na época, era do PSDB, partido do então Presidente da República, e o atual Governador também é do PSDB.

Para se ter uma idéia do que significa a diferença entre as prioridades desses Governos, somente nos dias 29 e 30 de dezembro de 2003, o Governo Lula assinou contratos com vários Estados, inclusive com o Governo do Estado do Pará, por meio da Companhia de Saneamento do Pará, a Cosanpa, que é do Estado, permitindo a obtenção de empréstimo no valor de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais). Ou seja, em um ano e quatro meses já abrimos possibilidade – a Cosanpa precisa fazer os projetos, ela tem um período para isso –, para o Pará, Estado cujo Governador não é do Partido dos Trabalhadores, é do PSDB, ter mais recursos do que nos quatro anos em que o Presidente da República era do PSDB. Portanto, o Estado poderá receber mais recursos para saneamento do que todo o recebido no segundo mandato do Governo anterior.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esses recursos destinam-se às seguintes obras:

1. Complementação da rede coletora convencional de esgoto dos bairros Bengui, em Belém, Sideral, Coqueiro e Jaderlândia, com capacidade de beneficiar uma população estimada em 150 mil habitantes no Municípios de Belém e Ananindeua, e o valor do financiamento é da ordem de R\$ 5,4 milhões;

2. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar uma população estimada em 250.895 habitantes, no Município de Belém, orçada em R\$5,4 milhões;

3. ampliação do sistema de captação de água no Rio Guamá, que banha a capital do Pará, a nossa querida Belém, com empréstimo no valor de R\$9 milhões;

4. conclusão da Estação de Tratamento de Água do Lago Bolonha, principal manancial de captação de água para Belém, para o que é destinado R\$35,1 milhões;

5. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar 40 mil habitantes, no Município de Marabá, com um financiamento de R\$4,5 milhões, convênio esse já assinado no Município de Marabá, no mês passado, com o Governador do Estado, com a Prefeitura e com Superintendentes da Caixa Econômica Federal no Pará;

6. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Castanhal, que fica a 70 quilômetros de Belém, com dotação de R\$5,4 milhões;

7. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar 171.431 habitantes, no Município de Santarém, com um valor de financiamento da ordem de R\$13,5 milhões, convênio esse que provavelmente será assinado amanhã, no Município de Santarém – não sei se poderei participar, mas gostaria muito de estar presente;

8. finalmente, ações para elevar a eficiência do Sistema de Abastecimento de Água das cidades de Ananindeua, Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, destinando-se para tanto R\$13,5 milhões.

Assinados os contratos, o Governo do Estado terá seis meses – portanto, até junho de 2004 – para a apresentação dos projetos na Caixa Econômica Federal, permitindo o início da liberação do dinheiro. O prazo de carência para o início dos pagamentos estende-se de abril a outubro de 2005, conforme o contrato, com

juros anuais de 8%, sendo que, no caso do empréstimo destinado especificamente à rede de esgoto em Belém, essa taxa cai para 6,5% ao ano.

Todos os Municípios e Estados brasileiros brigam para ter recursos do FGTS, porque estes são absolutamente subsidiados. Mas todos sabem que esses recursos são administrados pela Caixa Econômica Federal e que a sua liberação depende de vontade política. Aqui todos sabemos disso.

Com iniciativas como essa, o Governo Federal busca exatamente resgatar a enorme dívida social com uma grande parte da população excluída do saneamento básico e do abastecimento de água potável, tendo como conseqüência a abertura de postos de trabalho nas obras públicas, melhora nos índices de qualidade de vida da população e diminuição dos gastos com atendimento médico na rede pública de saúde em razão de doenças causadas pela falta e/ou deficiência no saneamento e abastecimento de água. A cada R\$1,00 investido em saneamento, economizamos R\$4,00, pelo menos, na área da saúde. Além disso, estamos gerando emprego, porque R\$81 milhões em obras, graças a Deus, vão gerar muitos postos de emprego, com certeza.

Faço esse registro, que penso ser muito importante, porque, de modo geral, tem-se falado que o nosso Estado tem sido discriminado em termos de recursos. O que vemos é exatamente o contrário. Está aqui a prova mais cabal disso.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, estou falando pela Liderança ou estou inscrita como oradora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrita como oradora. Mas fizemos um apelo para que todos falassem dez minutos, para, depois do discurso do Senador Osmar Dias, iniciarmos a Ordem do Dia. O apelo fica registrado. O Senador Osmar Dias é o próximo inscrito, e, em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou fazer o seguinte: por ser do meu Estado o Senador Duciomar Costa, concederei o aparte a S. Ex^a, mas peço que seja breve, para atender ao pedido do Presidente Paulo Paim.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senadora Ana Júlia, quero apenas me somar ao pronunciamento de V. Ex^a, para que, realmente, esses recursos sejam destinados ao Estado do Pará. A população paraense está esperando que todos nós – principalmente V. Ex^a, Senadora pelo PT, e também eu, que estou dando apoio ao Governo Federal – mobilizemo-nos no

sentido de que o Pará seja contemplado com recursos. Realmente, o Pará vem sendo bastante penalizado, principalmente com a interrupção de obras importantes, como, por exemplo, o Projeto Luz no Campo, o Projeto Alvorada e muitos outros que estavam sendo desenvolvidos no nosso Estado. Lamentavelmente, esses projetos foram paralisados, não se dando continuidade a essas obras e trazendo, dessa forma, à população do Pará um prejuízo muito grande. Espero que o Governo dê ao povo do Pará os investimentos que o nosso Estado merece.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Duciomar Costa, pelo seu aparte. Quero apenas corrigi-lo, porque o convênio já está assinado. Nós os estamos assinando em cada Município e aguardando que a Cosanpa mande os projetos para que os recursos sejam liberados. A Cosanpa está agindo dentro dos prazos legais.

Estou fazendo o registro de que já liberamos R\$81 milhões para saneamento e abastecimento de água para o Estado do Pará, mais recursos do que os recebidos nos quatro anos do segundo mandato do Governo do PSDB. Um Governo que é do PT, do Presidente Lula, mostra que não discrimina Estado nenhum.

Aliás, quero registrar que o Luz para Todos – e o Senador Rodolpho Tourinho é testemunha, até porque é um dos padrinhos desse projeto – será muito mais amplo e muito melhor do que o Luz no Campo e beneficiará, com certeza, milhões de paraenses, com uma diferença: eles pagarão apenas a conta. No Luz no Campo, eles pagavam a infra-estrutura.

Como eu me comprometi com o Senador Paulo Paim, gostaria apenas de fazer um registro e deixar como lido o meu pronunciamento, para não usar todo o tempo.

Hoje, ouvi falar muito do MST, mas penso que muitas coisas poderiam ser diferentes se não houvesse a impunidade. No sábado, completam-se oito anos de impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 trabalhadores foram assassinados. Muitos deles, como foi comprovado pelo Instituto Médico Legal do Estado do Pará, foram executados durante o mandato do ex-Governador Almir Gabriel. Infelizmente, ninguém está preso. Dezenove pessoas foram assassinadas, e os culpados estão em liberdade. A impunidade é a mãe da violência, é a maior incentivadora da violência. Talvez não existisse a situação atual se crimes como esse não estivessem impunes. No ano passado, oito pessoas foram mortas em São Félix do Araguaia, no Pará. Quanto mais impunidade, mais violência. Colocaremos fim à violência quando também colocarmos fim à impunidade.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso e agradeço a oportunidade de esclarecer ao Pará onde está cada centavo dos R\$81 milhões para saneamento e abastecimento de água que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, repassou para o Governo do Pará, do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB, antes ou após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra será concedida a V. Ex^a logo após a fala do Senador Osmar Dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, como último orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pena que não seja possível ampliar esta foto para que o Brasil possa vê-la. Trata-se de foto publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, e não foi tirada nem na Rocinha nem no Iraque, mas na sede de uma fazenda, onde o proprietário construiu um verdadeiro **bunker**, uma trincheira, a fim de poder continuar morando em sua residência, que, segundo o jornal, teve suas janelas estilhaçadas por balas. O proprietário vive amedrontado dentro da sua propriedade, considerada produtiva pelo Incra.

O pior, Sr. Presidente, é que esta foto é o retrato do desrespeito – não do MST, porque ele está fazendo aquilo que compete ao movimento, e estimulado pelo Governo –, desrespeito para com o setor produtivo, para com os produtores. O desrespeito à Constituição não parte em primeiro lugar do MST, mas do Governo, quando praticamente revoga a medida provisória, editada no Governo Fernando Henrique Cardoso, que determinava que áreas invadidas não seriam objeto de processo desapropriatório.

O Presidente do Incra, de forma irresponsável – porque é uma autoridade pública –, afirma que a medida provisória não vale, apesar de ter sido considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Tem ele mais poder de julgar constitucional ou não a medida provisória do que aquele Tribunal? Ele se julga acima da lei para dizer que a medida provisória não vale? É um desrespeito à Constituição, ao Estado de Direito.

As pessoas não podem mais viver tranquilas nas suas propriedades, nas suas casas, pois estão ame-

drontadas pelo MST, que está, sim, sendo estimulado pelo Governo. Não adianta negar. O Governo faz cara de paisagem, enquanto o campo está em polvorosa. Um caos de insegurança toma conta hoje dos produtores rurais.

E não adianta fazer discurso de homenagem aos produtores rurais, dizendo que eles foram responsáveis pelo superávit da balança comercial, que o agronegócio brasileiro segurou os índices de desemprego. Não adianta fazer discurso de homenagem e ter atitudes irresponsáveis como a do Presidente do Incra, endossada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. Aliás, uma atitude irresponsável e criminosa, que estimula o MST a fazer invasões a todo vapor – foram 102 invasões nesse período de governo. É um desrespeito aos produtores e à sociedade, porque quem não respeita o Estado de Direito está desrespeitando a Constituição e a sociedade.

Sr. Presidente, esta foto é o retrato da destruição da autoridade do Governo. O Governo está permitindo que a sua autoridade seja destruída todos os dias. Quando V. Ex^a vai à tribuna e cobra o cumprimento do acordo para que se vote a PEC nº 77, em outras palavras, V. Ex^a está avisando o Governo: ou cumpre a palavra, ou perde a autoridade. O Governo está perdendo sua autoridade com cada atitude irresponsável que pratica. Quando não cumpre o acordo para votar a PEC nº 77, está destruindo a autoridade. Quando permite as invasões e não garante a reintegração de posse, está destruindo sua autoridade.

Chegamos ao cúmulo de ver fazendas produtivas serem invadidas no Rio Grande do Sul, Estado do Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Pedro Simon e de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Agradeço-lhe, aliás, a oportunidade de estar falando neste momento, já que V. Ex^a concedeu-me a sua vez.

Diz o jornal que foi invadida uma fazenda produtiva de 360 hectares, com 345 cabeças de gado e uma plantação de soja, a Fazenda Bom Sossego. “O Coordenador do MST Nilton Lima, responsável pela invasão, informou que pouco importa o fato de a área ser produtiva”.

Vejam a que ponto está chegando o País! É uma verdadeira bagunça, que o Governo do Presidente Lula está patrocinando.

Disse o Coordenador do MST: “Se a terra é produtiva, que o governo a compre para assentamento”.

Aonde vamos chegar, Senador Ramez Tebet? Para onde estamos caminhando? Era essa a mudança

que prometeram para o País? Queriam mudar o País para subverter a ordem, para desrespeitar a Constituição, desrespeitar acordos, desrespeitar o cidadão, desonrar palavras e compromissos?

Senador Ramez Tebet, concedo um aparte a V. Ex^a, até para que eu possa tomar um copo d’água.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a pode saber que meu aparte vale muito mais do que isso, dado o apreço que dispense a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não quis dizer isso; quis dizer da minha indignação, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Tudo é brincadeira, Senador. Somos muito amigos, mas a minha interferência não é pela amizade, é pelo respeito que tenho não só pelo pronunciamento de V. Ex^a, como também pelos posicionamentos sempre firmes que tem no Senado. Essa é uma matéria que V. Ex^a conhece muito bem, pois vem de um Estado que está sendo agredido violentamente por essas invasões, assim como eu tenho minha origem no Estado de Mato Grosso do Sul, que sofre tremendamente com o mesmo problema. E, agora, o que estamos observando, e V. Ex^a salienta, é que o princípio da autoridade está arrasado. Quer dizer, há um desafio, um deslante, por parte do Movimento, desafiando as autoridades constituídas, desafiando o setor produtivo do País, desrespeitando a legislação. Como V. Ex^a disse, não interessa mais saber se é terra produtiva ou improdutiva. Senador Osmar Dias, V. Ex^a está refletindo não só o seu pensamento como representante do Estado do Paraná. V. Ex^a falou olhando para o Rio Grande do Sul, um grande Estado produtor, a exemplo do seu. E Mato Grosso do Sul tem sofrido também, e a nossa luta tem sido intensa. Porém, o que está chocante é que esse problema chegou a um determinado ponto que colocou em risco a ordem constituída no País. Temos que ser francos. Está na hora de colocarmos um basta nessa situação, e que esse basta seja feito dentro da ordem, que se faça cumprir a lei. O que não pode é que duas ou três pessoas façam pronunciamentos desafiando as autoridades constituídas do País, desafiando os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Senador Osmar Dias, cada vez cresce mais a minha admiração por V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a talvez não avalie o quanto foi importante o seu aparte, porque se encaixou na minha indignação. Quando eu disse que precisava tomar um

pouco de água, era de tanta indignação, que me secou a garganta, em função do que vem ocorrendo no meu Estado. Lá parece que não há lei, e as coisas que eu e as pessoas que conversam comigo enxergam são diferentes daquelas que constam em matérias pagas nos jornais.

O nosso porto é o mais eficiente do Brasil e, no entanto, há uma fila de 120 caminhões. Os caminhoneiros reclamam que estão abandonados à própria sorte.

V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem sido aqui sempre uma voz de prudência, alertando o Governo. O Partido de V. Ex^a apóia o Governo, mas V. Ex^a faz aquilo que deve fazer quem quer apoiar e ajudar de verdade: alertar. Quando V. Ex^a fala o faz com muita prudência e alertando o Governo. Por isso, agradeço a V. Ex^a pela interferência no meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a já tomou água, e eu gostaria de tomar um pouco do seu tempo, fazendo um aparte de um minuto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Por favor, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a não representa apenas os melhores Senadores da 52^a Legislatura. Nos 180 anos de Senado, poucos tiveram a sua competência. Ninguém o excede em conhecimentos de agronomia e pela maneira como preside a mais importante Comissão do Senado, a Comissão de Educação. Resumindo tudo o que penso, eu, como brasileiro, tinha medo do PT, tinha medo de que ele transformasse a nossa bandeira brasileira, com suas bonitas cores – o verde, o amarelo, o azul e o branco –, em vermelha. Mas não fez isso, Senador Osmar Dias. Ele só mexeu na faixa branca, no lema positivista “ordem e progresso”, que agora parece “desordem e regresso”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelas palavras e pelo aparte, sempre de muita inteligência.

Vou colaborar com o Sr. Presidente, que me pediu para ser breve em meu pronunciamento. Gostaria de continuar este discurso por muito tempo, porque tenho muitas coisas para falar, mostrar o que está errado e fazer uma proposta para o Governo – e vou fazê-lo. Antes, porém, quero apenas dizer ao Presidente Lula que, em vez de estar preocupado em aumentar a Cofins para arrecadar mais; em aumentar tributos, cada vez mais pesados para o setor produtivo; em ficar pensando na próxima medida provisória que vai editar; Sua Exce-

lência deveria atentar para as manchetes dos jornais que estão alertando para o estado de caos em que o País vive no que se refere à insegurança, não apenas no Rio de Janeiro, mas a que começa a tomar conta da pacata zona rural deste País, onde as pessoas, que lá podiam viver em paz, com serenidade e tranqüilidade, hoje estão ameaçadas, vivendo dentro de trincheiras, como a casa do Sr. Luiz Antonio Coelho Júnior.

Não é possível que uma fotografia como esta não chame a atenção de um Governo que foi eleito fazendo muitas promessas, entre elas a da mudança. Deus me livre, mas não quero nem pensar que esta seria a mudança prometida.

Espero que o Governo Lula corrija o rumo da sua atuação, os seus caminhos, porque senão a insegurança vai tomar conta de todos os cantos deste País. Os conflitos serão inevitáveis e, como disse a Senadora Ana Júlia Carepa, a impunidade é que leva aos conflitos. E o que vemos é impunidade aos invasores. Em vez de punir o invasor, o Governo o premia, aumentando as benesses que são distribuídas a quem invade, e, assim, é claro que ele está estimulando as invasões, sim.

É preciso que o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Presidente do Incra tomem mais cuidado com o que falam e com as suas atitudes, porque a posição deles, hoje, não é de sindicalistas, mas de autoridades públicas que refletem o pensamento do Governo. E se o pensamento do Governo é esse refletido pelo Ministro Miguel Rossetto, eu estou muito preocupado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao nobre Senador Geraldo Mesquita. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, tive a satisfação de fazer uma visita de trabalho a um velho amigo nosso de Senado, o ex-Senador e atual Presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo.

Fui recebido com distinção e simpatia por aquela autoridade e atendido no pleito que formulei e ainda fui contemplado com informações a respeito da condução que S. Ex^a imprime naquele Tribunal. Tive a grata satisfação, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, de receber a pasta do evento intitulado “Diálogo Público: o TCU em Diálogo com o Cidadão.”

Soube naquela ocasião que o Presidente Valmir Campelo havia feito a abertura, pela manhã, no auditório do TCU, desse ato de fundamental importância, em que o TCU fala com o gestor, fala com a sociedade. Mais de 300 pessoas participaram do evento, que, para minha maior satisfação, será levado aos Estados. No meu Estado do Acre, por exemplo, o evento será realizado nos dias 20 e 21 de maio e acredito que no seu Estado também ocorrerá, Presidente Paulo Paim. Ou seja, é o TCU concluindo pela necessidade de prestar ao gestor público, àqueles que lidam com recursos públicos na sociedade, o devido conhecimento técnico, o conhecimento que, muitas vezes, evita um ato cometido não por má-fé, mas por desconhecimento, por falta de maior informação.

Assim, parabeno o Presidente do Tribunal de Contas da União, ex-Senador Valmir Campelo, por essa iniciativa que considero excepcional e louvável.

O outro assunto que me traz a esta tribuna, hoje, é a necessidade de desejar boa sorte ao companheiro Senador João Capiberibe e sua esposa, Deputada Janete Capiberibe. É possível que o julgamento, que iniciou no Egrégio Superior Eleitoral, envolvendo essas duas figuras públicas, tenha continuidade hoje. Então, quero aqui expressar mais uma vez a minha solidariedade e desejar-lhes do fundo do coração toda a sorte que merecem.

Encontrei na Internet, em uma página aberta por simpatizantes da causa, manifestações que me deixaram, de certa forma, emocionado, porque nós, que conhecemos há tanto tempo o Senador João Capiberibe, cada dia nos surpreendemos mais um pouco com S. Ex^a. Houve manifestações de Deputados do Parlamento Europeu de todas as nacionalidades: França, Reino Unido, Irlanda, Suécia, Bélgica, além de artistas famosos como Chico Buarque e os Governadores Roberto Requião, Jorge Viana, Wilma Faria, Ronaldo Lessa, Paulo Hartung; jornalistas da estatura de Zuenir Ventura, de Márcio Moreira Alves; pesquisadores, juristas, manifestações de cidadãos de mais de quinze países, de solidariedade, de compromisso e de apoio à luta e à vida do Senador Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe. Histórias essas que cuidamos de resgatar na sessão histórica que realizamos aqui anteontem.

Por último, lembro a V. Ex^{as} um fato: nas últimas eleições, o meu querido amigo e companheiro Governador Jorge Viana viveu uma situação muito parecida com a vivida hoje pelo Senador Capiberibe. Por razões

outras, o Governador foi alvo de uma tentativa de cassação da sua candidatura, na época, à reeleição ao Governo do Estado. O povo acreano se mobilizou, o mundo político se mobilizou. O resultado produzido no nosso Estado, no Tribunal Regional Eleitoral, era contrário ao Governador Jorge Viana, e aqui o egrégio Tribunal Superior Eleitoral reverteu completamente aquela decisão, reconhecendo a honradez e a lisura do comportamento do Governador Jorge Viana.

Hoje, por coincidência, há um artigo do Governador, publicado no **Jornal do Brasil**, de apoio ao casal Capiberibe. S. Ex^a, que, mais do que ninguém, passou por momentos de dificuldade iguais a esse, vem a público dizer que vê com muita preocupação a ameaça de cassação do Senador Capiberibe e de sua esposa, a Deputada Federal Janete, ambos eleitos pelo PSB do Amapá.

Uma ação movida pelo ex-Senador Gilvam Borges, do PMDB, que começou a ser julgada no dia 1º de abril no Tribunal Superior Eleitoral, somando três votos a favor da cassação, deverá ser concluída hoje com a votação de outros quatro ministros do TSE. Falta apenas um voto, portanto, para afastar do Congresso esses dois democratas e ex-exilados que honram nossa região e nosso País.

Por aí vai o artigo do Governador Jorge Viana. Não vou lê-lo na íntegra, mas peço, Presidente Paulo Paim, que o artigo publicado no **Jornal do Brasil**, cuja cópia tenho em mão, seja transcrito, na íntegra, nos Anais desta Casa, para registro histórico da luta de alguém que também passou pelo mesmo momento de dificuldade, mas que recebeu, assim como tenho certeza absoluta de que o Senador Capiberibe receberá do Tribunal Superior Eleitoral, o reconhecimento da sua lisura e da sua honradez como homem público e como político da região Norte, do Acre e deste País.

Peço, então, a transcrição, na íntegra, do artigo do Governador por ser emblemático e por tratar de uma questão que preocupa a todos nesta Casa e, particularmente, o casal de parlamentares Capiberibe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MESQUITA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Apoio ao casal Capiberibe

JORGE VIANA

Governador do Acre

Vejo com muita preocupação a ameaça de cassação do senador João Alberto Capiberibe e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos eleitos pelo PSB do Amapá. Uma ação movida pelo ex-senador Gilvan Borges, do PMDB, que começou a ser julgada dia 1º de abril no Tribunal Superior Eleitoral somando três votos a favor da cassação, deverá ser concluída hoje com a votação de outros quatro ministros do TSE. Falta apenas um voto, portanto, para afastar do Congresso esses dois democratas e ex-exilados que honram nossa região.

João Alberto e Janete tentaram realizar no Amapá, a partir de 1995, o sonho de Chico Mendes para desenvolver a Amazônia sem destruí-la, mas enfrentaram muitas dificuldades com a reação das oligarquias políticas locais. Quem conhece as disputas regionais sabe que o processo contra o casal é quase uma vingança dessas oligarquias através da ação do ex-senador Gilvan Borges, que quer ocupar a vaga de Capiberibe. O ex-senador ficou conhecido por integrar a "bancada da bola" e apresentar projetos bisonhos ridicularizados pela mídia nacional.

O casal Capiberibe estabeleceu um elo de experiências novas e identidades profundas entre o homem e a natureza na região. Sei da história deles muito antes de nos conhecermos. Na época do golpe militar (1964), eles eram dois jovens inconformados com o cerceamento das liberdades imposto pelos militares e tomaram a decisão corajosa de lutar por uma sociedade livre, pondo suas vidas em risco. Começaram no movimento estudantil na pequena Macapá dos anos 70, depois ingressaram na Aliança Libertadora Nacional, sendo presos pela polícia política do regime em 1970.

A partir daí o casal passou por provas de resistência democrática inconcebíveis nos dias de hoje. Capiberibe ficou encarcerado um ano no presídio São José, de Belém, enquanto Janete, grávida da primeira de três filhos, sobreviveu num barraco miserável próximo ao presídio com a ajuda de amigos. Em 1971, a pequena família empreendeu fuga da Santa Casa, onde Capiberibe submetia-se a tratamento de saúde sob vigilância, viajando de madrugada numa pequena canoa. O casal atravessou outras ditaduras (Bolívia e Peru) para chegar ao Chile de Salvador Allende. Com a derrocada deste, em 1973, refugiaram-se no Canadá, de onde partiram para a África com apoio da Anistia Internacional.

Viveram quase 10 anos no exílio até poderem retornar em 1979. No Amapá, entretanto, ainda sofreram ameaças do então governador Anibal Barcellos, nomeado pelos militares, e precisaram vender cachorro quente nas ruas de Macapá. Depois foram trabalhar em Pernambuco, com Miguel Arraes, e ainda tiveram curta passagem pelo Acre.

Em 1985, reiniciaram a carreira política, estabelecendo um marco de profundas mudanças na história do Amapá. Ele foi prefeito da capital e governador reeleito, agora é senador. Ela começou como vereadora, cumpriu três mandados de deputada estadual e foi a deputada federal mais votada em 2002.

A acusação de compra de votos apresentada na ação de Gilvan Borges foi rejeitada pelo Ministério Público no Amapá e pelo próprio TRE, por inconsistência de provas. Também a Polícia Federal colheu depoimentos de duas pessoas que afirmam terem participado de uma farsa para cassar Capiberibe e sua esposa.

Vejo que ocorreram graves erros no processo encaminhado ao TSE, que levaram três ministros a votar pela cassação. Mas entendo que ainda é tempo de corrigi-los e fazer justiça, permitindo que os demais ministros salvem os mandatos de Capi e Janete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Este Presidente registra, mais uma vez, sua solidariedade à Deputada Federal Janete Capiberibe e ao Senador João Capiberibe.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 444, DE 2004

Senhor Presidente,

O Estado de Rondônia, a exemplo do que ocorre em outros estados brasileiros, como Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vive atualmente uma situação emergencial em relação às questões fundiárias, inclusive com ocupações de terra e graves conflitos indígenas, os quais podem trazer graves conseqüências, não só para os proprietários rurais como para a população indígena daquele Estado,

Nessas condições, requeremos, nos termos regimentais, que a competência da “Comissão Especial Externa – Questões Fundiárias RR/MS” se estenda também ao Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – Senador **Paulo Elifas – Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência, de acordo com decisões anteriores sobre o mesmo assunto, defere o requerimento que acaba de ser lido nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2004

Modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 8º-A a 8º-C:

CAPÍTULO III

Das Garantias aos Usuários De Programa de Computador

“Art. 8º-A Ao usuário de programas de computador é garantido o direito de conhecer a finalidade, e não autorizar a instalação, de rotinas ou programas acessórios, tais como mecanismos de coleta e transmissão de dados ou aqueles que abrem janelas publicitárias, a serem instalados juntamente com o programa principal.

§ 1º As rotinas e programas acessórios ao programa principal deverão ter sua finalidade e função descritos com clareza tal que ofereça ao usuário plenas condições de decidir quanto à conveniência de sua instalação ou posterior desinstalação.

§ 2º A decisão pela não instalação de rotinas ou programas acessórios a que se refere este artigo ou sua desinstalação, a qualquer tempo, não prejudicará a perfeita funcionalidade do programa principal instalado.

§ 3º Constitui crime de falsidade ideológica a instalação dissimulada de rotinas ou programas acessórios a que se refere o **caput** deste artigo sem o consentimento consciente do usuário.

Art. 8º-B No caso de redes locais ou corporativas de computadores é responsável pela autorização de instalação dos programas a que se refere o art. 8º-A o administrador da rede ou o usuário da estação de trabalho na qual se instalará o programa.

Parágrafo único. O usuário da estação de trabalho a que se refere este artigo será aquele que o administrador da rede designar.

Art. 8º-C. Toda rotina ou programa acessório a que se refere o art. 8º-A oferecerá fácil mecanismo de desinstalação, pelo qual, sem prejuízo ao programa principal, tais funções poderão ser desativadas, a qualquer momento, pelo usuário.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Difunde-se, em todo o mundo, a prática da espionagem eletrônica. Tratam-se, em geral, de programas ou rotinas acessórios a programas principais, destinados a informar seus criadores, entre outras coisas, sobre os hábitos de navegação, sítios mais visitados, tempo de permanência em páginas da rede mundial de computadores (**Internet**) etc. O objetivo é conhecer os hábitos de consumo dos usuários, de forma a lhes oferecer, posteriormente, produtos e serviços.

Esses pequenos programas, ao se esconderem em um computador, também são capazes de enviar a centros de recepção os endereços eletrônicos utilizados pelo usuário. Podem chegar à sofisticação de gravar cada tecla pressionada pelo operador do microcomputador sob vigilância, oferecendo relatório completo, por meio de um arquivo a ser enviado de volta, por meio da **Internet**. Tal recurso é chamado de **call home**, a indicar que os programas espíões “ligam para casa”.

Tais programas acompanham, em geral, aplicativos distribuídos gratuitamente pela **internet**, ou vêm juntamente com programas comprados, e espionam as máquinas onde são instalados sem o conhecimento do usuário.

A característica nefasta de tais programas, chamados, em inglês de **spyware** (programas espíões) ou **hardware** (programas de propaganda) é a de se instalarem na máquina do usuário sem seu inteiro conhecimento ou permissão, e sem mecanismos de desinstalação. Ao dar consentimento para a instalação do programa principal, o usuário não percebe estar permitindo a instalação de programas acessórios.

O presente projeto de lei pretende incluir, no capítulo destinado à proteção do usuário de programas de computadores da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador sua comercialização no País, dispositivos que protejam o usuário de tais programas e punam seus criadores da prática de inseri-los sorrateiramente. Isso é feito por meio da criminalização de mecanismos dissimulados de instalação de rotinas e programas acessórios ao principal, ou seja, programas que não estão diretamente ligados à solução pretendida pelo seu usuário, claramente, portanto, classificáveis como invasores.

A opção por uma lei extravagante se descartou diante dos mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 1998, ao constatar-se que o terceiro capítulo da apelidada “Lei de **Software**” fornecia ambiente adequado para receber os dispositivos intentados.

Tais dispositivos se resumem a oferecer, ao comprador de uma licença de uso de um programa principal, a informação de que está preste a instalar rotinas ou programas acessórios. Neste caso, haverá de descrever-lhes as funções e objetivos e permitir ao usuário, de forma simples, decidir se deseja ou não que tais sub-programas sejam instalados. Caso ele opte pela não instalação, não haverá de ser punido com a inoperância do programa adquirido ou baixado da internet, na condição de gratuito (**freeware**) ou de uso limitado (**shareware**).

Em muitos casos, as rotinas ou programas acessórios a um programa principal são de interesse do

usuário. São-lhe úteis e complementam as funções da solução que comprou. Mas há o perigo de passar a ser espionado, mesmo sob a alegação de que determinado programa acessório, ao fazer a “ligação para casa” denuncia a pirataria, é inaceitável, assim como a invasão de domicílio, a qualquer título, o seria. Solicito, portanto, o apoio de meus nobres colegas para esta importante contribuição.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

CAPÍTULO III

Das Garantias aos Usuários de Programa de Computador

Art. 7º O contrato de licença de uso de programa de computador, o documento fiscal correspondente, os suportes físicos do programa ou as respectivas embalagens deverão consignar, de forma facilmente legível pelo usuário, o prazo de validade técnica da versão comercializada.

Art. 8º Aquele que comercializar programa de computador, quer seja titular dos direitos do programa, quer seja titular dos direitos de comercialização, fica obrigado, no território nacional, durante o prazo de validade técnica da respectiva versão, a assegurar aos respectivos usuários a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa, consideradas as suas especificações.

Parágrafo único. A obrigação persistirá no caso de retirada de circulação comercial do programa de computador durante o prazo de validade, salvo justa indenização de eventuais prejuízos causados a terceiros.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

CAPÍTULO II
**Das Técnicas de Elaboração, Redação
e Alteração das Leis**

SEÇÃO I
Da Estruturação das Leis

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....
(Às Comissões de Educação de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2004

Altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro instituiu o Código Civil, providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, do Código Civil passa a ter com a seguinte redação:

“Art. 202.

I – na data da propositura da ação judicial, ainda que perante juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual. (NR)”

Art. 2º Fica restaurada a vigência do § 1º do art. 219 nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), redação dada pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos efeitos da citação, previstos no Código de Processo Civil (art. 219), é a interrupção da citação, ainda que Processo ordenada por juiz incompetente. O Código Civil revogado, em seu art. 172, inciso I, dispunha que “a prescrição interrompe-se: pela citação

pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente”.

O Código de Processo Civil, nesse particular, o havia derogado, posto que, além de atribuir à citação o efeito de interromper a prescrição, antecipa esse efeito à data em que foi proposta a ação, ao dispor, em seu art. 219, § 1º, que “a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação”.

Esse efeito da interrupção da prescrição só seria produzido se a parte interessada diligenciasse no sentido de promover a citação no prazo de 10 (dez) dias, a contar do despacho que a ordenou, prorrogáveis por até o máximo de 90 (noventa) dias, caso não se realize no primeiro prazo (art. 219, §§ 1º e 2º).

Daí que, tal como estava redigido o Código de Processo Civil, a prescrição seria considerada interrompida na data da propositura da ação (art. 263, 1ª parte), sob a condição de ser efetuada a citação dentro de dez dias do despacho que a ordenasse.

Tal como está redigido o inciso I do art. 202 do Código Civil em vigor, pode-se sustentar, com solidez de argumentos, que o art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil, o qual prevê a retroação dos efeitos da interrupção da prescrição à data da propositura da ação, restou revogado. Isto porque o Código Civil em vigor ressuscitou, de certa forma, a norma que, inscrita no Código Civil anterior (art. 172, I), já havia sido revogada pelo citado art. 219, § 1º do diploma processual.

Se é lei posterior ao Código de Processo Civil, e com o disposto no seu § 1º, do art. 219, incompatível, inevitável admitir a sua revogação deste pelo art. 202, inciso I do Código Civil.

Isso tem conseqüências nefastas de ordem prática, pois uma ação judicial, após ser proposta, pode levar um mês, dois meses ou mesmo mais de um ano para que o juiz aponha o seu despacho ordenador da citação, possibilitando até mesmo uma manobra astuciosa para se ver concretizada a prescrição pela inércia jurisdicional. Não é preciso discorrer muito sobre esse aspecto para se inferir quão drásticas podem ser as conseqüências que podem advir do dispositivo que se pretende alterar a redação.

Como causa subjetiva que é a interrupção da prescrição pela citação, e por isso mesmo depende da iniciativa da parte interessada, por ato do titular da pretensão contra quem corre a prescrição, é, sem dúvida, mais coerente com o sistema atribuir a essa mesma parte interessada o poder de interromper a prescrição com o ajuizamento da ação, estabelecendo que, para alcançar efetivamente o seu intento, toma-se imprescindível a citação válida do réu.

Por derradeiro, para melhor clareza do sistema, entendo que se faz necessário restaurar o dispositivo do Código de Processo Civil que dispunha sobre a interrupção da prescrição em decorrência da citação, com efeitos antecipados ao momento da propositura da ação judicial (§ 1º do art. 219), em consonância com a redação ora proposta para o inciso I do art. 202 do novo Código Civil, a fim de que não parem quaisquer dúvidas sobre a matéria.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Demóstenes Torres.**

LEGISLAÇÃO CORRELATA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

SEÇÃO III

Das Causas que Interrompem a Prescrição

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I – por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

II – por protesto, nas condições do inciso antecedente;

III – por protesto cambial;

IV – pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

V – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

VI – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 219. A citação válida toma prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

(Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 4º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 5º Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10-10-1973)

§ 6º Passada em julgado a sentença, a que se refere o parágrafo anterior, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

LEI Nº 8.952, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.889, de 11 de janeiro de 1973 – código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos mais imobiliários.

§ 1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:

I – que versem sobre direitos reais imobiliários;

§ 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.

Art. 18. O juiz, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a indenizar à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou.

§ 2º O valor da Indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a vinte por cento sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.

Art. 20.....

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas **a**, **b** e **c** do parágrafo anterior.

Art. 33.....

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária.

Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

Art. 45. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto. Durante os dez dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

Art. 46.....

Parágrafo único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

Art. 125.....

IV – tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Art. 62.....

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

Art. 170. É lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia, ou de outro método idôneo, em qualquer juízo ou tribunal.

Art. 172. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das seis às vinte horas.

§ 1º Serão, todavia, concluídos depois das horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

§ 2º A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 3º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição, esta deverá ser apresentada no protocolo, dentro do horário de expediente, nos termos da lei de organização judiciária local.

Art. 219.....

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa dias.

Art. 239.....

Parágrafo único.

III – a nota de ciência ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado.

Art. 272. O procedimento comum é ordinário ou sumário.

Parágrafo único. O procedimento especial e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário.

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

Parágrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis, o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

§ 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.

Art. 417. O depoimento, datilografado ou registrado por taquigrafia, estenotipia ou outro método idôneo de documentação, será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores, facultando-se às partes a sua gravação.

Parágrafo único. O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da

sentença, ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de ofício ou a requerimento da parte.

Art. 434. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento, ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados. O juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame, ao diretor do estabelecimento.

Art. 460.

Parágrafo único. A sentença deve ser ceda, ainda quando decida relação jurídica condicional.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 800.

Parágrafo único. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.

Art. 805. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa

para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.”

Art. 2º Ficam revogados o inciso I do art. 217 e o § 2º do art. 242, renumerando-se os incisos II a V daquele artigo e o § 3º deste, do Código de Processo Civil.

Art. 3º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2004

Retirada de requerimento.

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 160 de 2004, de minha autoria, em que solicito a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003.

Sala de Sessões, 15 de abril de 2004. – **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, com base no art. 256, § 2º, item I, do Regimento Interno, defere a retirada do requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003, volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2004

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para adaptá-lo à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência física

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica acrescentado um art. 172-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, com o seguinte teor:

“Art. 172-A: Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portador de deficiência física têm prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Parágrafo Único: O interessado na obtenção desse benefício deverá requerê-lo à autoridade judicial competente para decidir o feito, juntando prova da sua idade ou da sua condição de portador de deficiência física.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Este Projeto objetiva adaptar o Código de Processo Civil ao comando do art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que prevê prioridade de tramitação para os processos judiciais que tenham como parte pessoas maiores de 60 (sessenta) anos.

O segundo objetivo é o de estender essa prioridade aos portadores de deficiência física, dando efetividade ao disposto no inciso II, do § 1º, do art. 227 da Constituição Federal.

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 se refere somente ao atendimento ministrado aos portadores de deficiência física nas repartições públicas, sendo pertinente que a aludida prioridade seja expressamente prevista no Código de Processo Civil, para estender essa prioridade ao processo judicial.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Sérgio Cabral**.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

SEÇÃO I Do Tempo

Art. 172. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

§ 1º Serão, todavia, concluídos depois das 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento

prejudicar a diligência ou causar grave dano. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

§ 2º A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 8.952 de 13-12-94)

§ 3º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição, esta deverá ser apresentada no protocolo, dentro do horário de expediente. nos termos da lei de organização judiciária local. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

.....
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2004

Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido da alínea **j** com a seguinte redação:

“Art. 38.

j – as emissoras de televisão mantidas pelo Poder Público transmitirão, diariamente, por no mínimo um minuto, imagens de pessoas desaparecidas, devidamente identificadas e acompanhadas de mecanismo de contato, para o caso de serem encontradas. (NR)”

Art. 2º As alíneas **a** dos arts. 59 e 63 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 59.

a – multa variável de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais) atualizados na forma da legislação vigente.

.....(NR)”

“Art. 63.

a – infração do art. 38, alíneas a, b, c, e, g, h, i e j, e dos arts. 53, 57 e 71;

.....(NR)”

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em passado recente, uma telenovela de alcance nacional inovou seu conteúdo, agregando-lhe alcance social inusitado: introduziu em sua trama o tema de crianças desaparecidas, apresentando imagens reais. O resultado foi igualmente surpreendente: inúmeras dessas crianças foram encontradas, ainda durante a seqüência das apresentações da novela.

Por sua vez, a legislação caminhou no sentido de favorecer a colocação de imagens de desaparecidos em embalagens de produtos e em contas e faturas de agências de serviços, tais como contas de gás e luz.

O próximo passo, por previsível que possa parecer, é consolidar a experiência bem-sucedida, agregando-lhe caráter formal e compulsório, por meio do presente projeto. O que busca ele é, simplesmente, obrigar as emissoras de televisão ligadas ao governo, tais como algumas TV educativas, a TV Câmara, TV Senado e qualquer outra que se classifique como oficial, a agregar ao seu elenco de serviços à comunidade mais essa contribuição. Não se requer mais que um minuto diário, que poderá ser distribuído de acordo com a grade de programação da emissora.

Com sutil mudança na redação, ampliou-se o alcance da medida. Substituindo o termo “crianças” por “pessoas”, intentamos alcançar todos os desaparecidos.

O projeto prevê cominações penais, inseridas na mesma lei que se modifica (por força da Lei Complementar nº 95 de 1998, que restringe a elaboração de leis extravagantes), sem as quais macula-se o projeto de inocuidade. Dessa forma, aproveitaram-se os arts. 59 e 63, modificando-se, em cada um, a alínea **a**, que remete para o conteúdo de interesse, no art. 38.

Eis uma singela medida, de alcance e valor social inestimáveis. Das emissoras oficiais de televisão requerer-se-á sacrifício aceitável, considerando que poderão dividir o minuto requerido entre seus intervalos, no prazo de duas horas. A tarefa inclui, naturalmente, a coleta, processamento e disseminação das informações necessárias à execução do que ora se dispõe.

A propósito, os três poderes da República dispõem de produtoras de material televisivo, sendo, portanto, capazes de absorver a incumbência sem custos significativos. Diante do exposto, solicitamos aos nossos nobres pares o apoio indispensável ao sucesso da medida que se propõe.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Rodolpho Tourinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
 “Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato;

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário deverão ser informadas ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País;

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30

(trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;

f) as empresas, não só por meio da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei;

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade;

h) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.”

.....
 Art 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajara honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;

l) colaborar na prática de rebeldia desordens ou manifestações proibidas.

Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária.

Art 57. Não constitui violação de telecomunicação:

I – A recepção de telecomunicação dirigida por quem diretamente ou como cooperação esteja legalmente autorizado;

II – O conhecimento dado:

a) ao destinatário da telecomunicação ou a seu representante legal;

b) aos intervenientes necessários ao curso da telecomunicação;

c) ao comandante ou chefe, sob cujas ordens imediatas estiver servindo;

d) aos fiscais do governo junto aos concessionários ou permissionários;

e) ao juiz competente, mediante requisição ou intimação deste.

Parágrafo único. Não estão compreendidas nas proibições contidas nesta lei as radiocomunicações destinadas a ser livremente recebidas, as de amadores, as relativas a navios e aeronaves em perigo, ou as transmitidas nos casos de calamidade pública.

“Art. 59. As penas por infração desta lei são:

a) multa, até o valor NCR\$10.000,00”

“Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) infração dos arts. 38, alíneas a, b, c, e, g e h; 53, 57, 71 e seus parágrafos;”

“Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subseqüentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As Emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

§ 4º As transmissões compulsoriamente estabelecidas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 96,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

(À Comissão de Educação em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 446, DE 2004

Requeremos, nos termos do art. 336, I, do Regimento Interno do Senado Federal, regime de urgência para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, que “altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias”.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Marcelo Crivella – Antonio Carlos Magalhães – Roberto Saturnino – Renan Calheiros.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais sobre o relatório da Comissão de Sindicância que investigou

denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz no Palácio do Planalto.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais cópia do relatório, com todos os seus anexos, da Comissão de Sindicância que investigou as denúncias contra o ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz.

Justificação

O relatório elaborado pela Comissão de Sindicância interna do Palácio do Planalto que investigou a atuação do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, concluiu que foram cometidas diversas irregularidades, entre elas, crime de improbidade (desvio de conduta do servidor ou agente público no cargo).

No entanto, diversas falhas foram apontadas no trabalho da Comissão de Sindicância: entre os funcionários e autoridades que trabalham no Palácio do Planalto, não teriam sido interrogados pela Comissão de Sindicância os que exercem cargos de hierarquia igual ou superior a que Waldomiro Diniz exercia. Além disso, não foram ouvidos ex-funcionários que atuaram na estrutura da Casa Civil em 2003, não foram cheçadas as ligações de Waldomiro no sistema CTEL, em que as secretárias da Subchefia de Assuntos Parlamentares registram os telefonemas, e nem foram verificadas as ligações feitas diretamente de sua sala no Palácio do Planalto nem de seu celular, pertencente à própria Casa Civil.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as condições em que se deram as investigações promovidas pela referida Comissão de Sindicância.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício nº 153/04 – GLDBAG

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a exclusão do Senador Sibá Machado como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 12, de 2003-CN, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Ideli Salvatti**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica o desligamento do Senador Sibá Machado da referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Of.310/2004

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 181, de 12 de abril de 2004, que “autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea a do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já teria sido encaminhado à Mesa, pelo Senador Delcídio Amaral, mais uma vez, proposta de postergação

dessa relevante matéria, que é a Medida Provisória nº 163...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, iniciaremos a Ordem do Dia, e V. Ex^a poderá manifestar-se em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício SDA – nº 23/2004

Brasília, 15 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo em vista que, até o momento, as lideranças partidárias não chegaram a um acordo satisfatório para a apreciação da Emenda nº 8, destacada ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, solicito a transferência da sua apreciação para a Sessão Deliberativa Ordinária da próxima segunda-feira, 19 de abril do corrente.

Certo da atenção que Vossa Excelência dispensará à presente solicitação, externo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a esse respeito, existe uma dúvida que assalta a cabeça da Nação. Para uns, seria aparelhamento do Estado, seria

exercício explícito de fisiologia; para o Governo, para setores expressivos do Governo, seria essa matéria, nascida da elaboração da Casa Civil, e espalhados os seus efeitos para o resto do Governo, algo essencial para o funcionamento da máquina.

A Bancada do PSDB, consciente das suas responsabilidades, não querendo votar “não” por votar “não” e sem querer votar “sim” por não estar convencida, aproveita esta oportunidade, que nasce da postergação ditada pela falta de condições na Casa para se avançar em votações de temas mais profundos.

Neste momento, a Bancada do PSDB, por meu intermédio, faz um pedido de convocação do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, para que lá, falando sobre atos da Casa Civil, S. Ex^a explique as razões e necessidades efetivas disso. Se convencida, a Bancada do PSDB votará a favor da matéria que o Governo diz essencial para o funcionamento da sua máquina. Se não convencida, a Bancada do PSDB manterá o seu discurso contra a matéria.

Portanto, registro, primeiro, o envio do ofício pedindo a convocação do Sr. Ministro à Comissão de Fiscalização e Controle; segundo, peço a S. Ex^a que se decida por vir com brevidade. Poderíamos marcar, digamos, para terça-feira e discutiríamos o assunto exaustivamente. O PSDB, então, engrossaria a corrente daqueles que querem votar essa matéria. E, não convencido pelo Ministro José Dirceu, o PSDB, que julga imprescindível a vinda de S. Ex^a, pois foi quem elaborou a proposta, manteria, então, a sua posição.

Portanto, encaminhei o pedido de convocação. Entendo que essa seja uma forma de darmos ao Ministro uma enorme oportunidade de explicar a sua gestão, suas intenções e a sua visão estratégica da questão do Estado brasileiro. Não tenho dúvida de que S. Ex^a aceitará e, se convencida, a Bancada do PSDB estará aqui, ao lado do Governo, aprovando a matéria e encerrando um impasse que já se vai prolongando, talvez mais do que seria o desejado por esta Nação tão angustiada por tantas agitações que a afligem nesta quadra histórica de enorme delicadeza política, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A posição de V. Ex^a será devidamente discutida na Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere a solicitação do Relator revisor.

A apreciação da matéria fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 19 de abril.

Está encerrada a Ordem do Dia.
São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF).

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relativamente à proposição do Senador Arthur Virgílio, que está relacionada ao ofício do Senador Delcídio Amaral, avalio que poderia haver entendimento. Por que razão?

O Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, propôs votarmos o projeto de conversão em lei que se refere à reestruturação seja da Casa Civil, seja dos organismos como o novo Ministério de Desenvolvimento Econômico e Social, que abrangeu as atividades tanto do antigo Ministério da Assistência Social como da Secretaria Especial de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Este, inclusive, extinguiu o Programa Comunidade Solidária e trouxe uma série de medidas que foram profundamente estudadas, sobretudo pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, que dividiu a sua própria área, passando a Coordenação Política e Assuntos Institucionais para o Ministro Aldo Rebelo.

Na terça-feira última, todos pudemos ouvir um logo debate neste plenário, que se prolongou até às 21 horas e 50 minutos, em que havia dúvidas da Oposição quanto à necessidade da criação de 2.800 cargos e se parte deles não poderia ser preenchida por concurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, esse será um bom debate para a Comissão. Estou entendendo a intenção de V. Ex^a, que é das melhores, como a do Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A questão é que pode, porventura, haver um entendimento de aprovação dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só na Comissão. Aqui, não vamos aprovar nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas o que imagino é o seguinte, Sr. Presidente: estamos vendo um acordo de procedimentos sobre a votação desse projeto de conversão em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse debate poderemos fazer na Comissão e neste plenário, quando a matéria estiver na Ordem do Dia. No momento, encerramos a Ordem do Dia e há um orador na tribuna. Apelo a V. Ex^a que faça esse bom debate na Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas vou transmitir por que isso pode ser relevante.

O plenário do Senado é maior que o da Comissão de Fiscalização e Controle, e o requerimento que se refere a uma convocação pode, por entendimento, ser transformado em convite, aqui e agora. Muitas vezes isso já foi feito. Poderia haver um entendimento no sentido de que ficaria o Ministro convidado a expor perante a Comissão de Fiscalização e Controle. A proposição do Senador Arthur Virgílio é que isso seja realizado na terça-feira de manhã.

Supondo-se que as Lideranças da Oposição e dos partidos, inclusive do PMDB, que integra a base do Governo e levantou tantos questionamentos na terça-feira, fiquem satisfeitas com a explicação dada pelo Ministro sobre a reorganização administrativa do Governo; supondo-se que o Ministro José Dirceu explique: “Imaginávamos que 2.800 cargos seriam necessários, mas se, para o entendimento, é necessário...”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, faço um apelo para que V. Ex^a estabeleça um diálogo. Se construir um entendimento, encaminhe-o à Comissão, porque esta Presidência não pode deliberar e há um orador na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Mas tenho a impressão de que o Senador Demóstenes Torres é um dos principais interessados, porque S. Ex^a era o mais empenhado em chegar a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na segunda-feira, esse assunto voltará ao plenário e poderemos, então, estabelecer um debate, o contraditório e até, quem sabe, a construção de um entendimento, porque a Ordem do Dia de hoje já está encerrada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, vou sugerir que o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna, proponha esse possível entendimento para acelerar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Imagine V. Ex^a: se na terça-feira de manhã houver um entendimento a respeito disso, à tarde, desobstruiremos, finalmente, a pauta, porque, Sr. Presidente, o Ministro Celso Amorim pede para que votemos logo a indicação dos embaixadores cujos nomes estão pendentes; o Governador Geraldo Alckmin pede para votarmos logo a operação de empréstimo do Governo de São Paulo; e a Prefeita Marta Suplicy aguarda, há semanas, que consigamos desobstruir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência faz um apelo aos Líderes para que

estabeleçam um diálogo e busquem esse grande entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agora, o Senador Arthur Virgílio mencionou um possível caminho de entendimento. Só isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas colaborar. Na condição de Líder da Minoria, sugiro e autorizo o Senador Eduardo Suplicy a intermediar, junto ao Ministro José Dirceu, a negociação de uma data para discussão em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Demóstenes Torres, que pacientemente aguardou para dela fazer uso. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Neste País não se encontra nenhum porco abandonado, mas milhares de crianças comendo lixo nas ruas.

(Darcy Ribeiro)

Acaciano sem reparo, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vive visitando os personagens de Eça de Queiroz, especialmente quando se encontra com a dissimulação. Vago em gesto e pensamento, diante do banho de sangue que se iniciou na Semana Santa no Rio de Janeiro, decidi tatear o extremo da própria passividade. Durante o mais importante feriado religioso do País, quando os ânimos se desarmam, o fogo “guerrilheiro” dos narcotraficantes representou uma quebra de rotina suficiente para motivar, se não uma atitude, uma menção qualquer do Governo Federal. Mas o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, manteve-se ausente até o final da tarde da última segunda-feira, talvez imaginando que pudesse encerrar em obsequioso silêncio a sua inestimável prudência, que custou dez vidas, inclusive de dois policiais. Três foram vítimas de bala perdida.

Como já pude comentar, há algo de Pacheco em Bastos. Nestes 15 meses, raras vezes expandiu o talento inato. Em episódios até menos graves do que o da “guerrilha da Rocinha”, houve alguma manifestação de um idealista sábio, judicialiforme, incapaz de qualquer vulgaridade, mas de uma impostura parnasiana. Desta vez, no entanto, o Ministro da Justiça se guardou na omissão total, até que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da

Silva, determinou a Bastos alguma reação ante a crise de extrema gravidade. Foi quando o Ministro revelou traços da Síndrome de Condoleza, a Assessora de Segurança Nacional do Presidente George W. Bush, que, antes de 11 de setembro, sabia, mas olvidou os avisos de que haveria um ataque em território americano com o seqüestro de aeronaves. Bastos confessou ter sido informado dos preparativos do combate interno do Comando Vermelho no Morro da Rocinha, afirmou ter comunicado o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e como o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, apostou na prevaricação.

Não que Bastos não tivera sido cientificado da barbárie em um momento sagrado para os cristãos de todo o mundo. O Ministro da Justiça, com toda certeza, foi informado de que, na madrugada da última sexta-feira, 60 traficantes do Morro do Vidigal se passaram por policiais, simularam uma **blitz** e atacaram os motoristas de automóveis. O Ministro deve ter sido comunicado que a mineira Telma Veloso Pinto, uma mulher tomada pelo desespero, não atendeu ao comando bandido, tentou escapar ao cerco e foi metralhada.

Atendo aos acontecimentos, o circumspecto Bastos, imune a qualquer dramatização dos acontecimentos, certamente encontrou razões de profunda ruptura do tecido social, provocada pelo aumento das desigualdades no País, quando foi cientificado de que o bando, comandado pelo traficante Eudásio Eduíno Araújo, o Dudu, foragido da Justiça, subiu a Rocinha e matou mais duas pessoas. Ciente do seu papel institucional, deve ter formalmente efetuado o acompanhamento remoto das ações da Polícia Militar, que ocupou o morro. Depois deve ter sabido que dois integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) tombaram em combate.

No domingo à noite, depois que o corpo do “skatista” Wellington Silva fora enterrado, também é para ter recebido o comunicado de que outro morador da favela havia sido morto, atingido por uma bala perdida. Cerimonioso, Bastos, com toda platitude que lhe é peculiar, deve ter enviado ondas telepáticas de estabilidade e tranqüilização às instituições democráticas quando foi informado, na madrugada de segunda-feira, que a Sr^a Cláudia Caetano da Silva, impedida de deixar a Rocinha pelos traficantes, entrou em trabalho de parto e teve um bebê no morro.

O Ministro da Justiça, com o desvelo necessário, contabilizou as dez mortes no conflito, entre vítimas de bala perdida, traficantes e policiais. Mas ainda sonolento, só no começo da tarde de segunda-feira determinou ao Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que se pronunciasse. Prosopopéitico, Miranda conseguiu fazer uma mistura engenhosa

de exclusão de responsabilidade, demagogia e aquele velhaco humanismo. Primeiro afirmou que não adiantava bater às portas do Ministério da Justiça e disse que o problema da guerra entre narcotraficantes é do Estado do Rio de Janeiro.

O Secretário foi textual ao excluir a possibilidade da participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado. Ao mesmo tempo em que ofereceu a colaboração da Polícia Federal, deu asas ao balão de ensaio da federalização dos crimes considerados graves, para, em seguida, resumir, com compostura e rigor moral, a embromação do Governo Lula: a União vai fazer alguma coisa quando “houver um alto grau de violação dos direitos humanos e ficar caracterizada a impunidade”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao final da tarde da última segunda-feira, finalmente o Ministro da Justiça deu as caras com ares de sexta-feira da paixão. Tardio, desmentiu Miranda e, como é de hábito, fez uma declaração esterilizada: condicionou o combate ao crime organizado ao cerco, à lavagem de dinheiro; mostrou que, no momento, era politicamente correto falar em decretação do Estado de Defesa e aventou a possibilidade da cooperação das Forças Armadas para pôr ordem no morro. E anunciou a liberação de R\$ 9 milhões como se estivesse oferecendo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro verdadeiro esforço de guerra.

Vamos por parte. O tal objetivo primário de atacar a ponta do ciclo criminoso, com o combate à lavagem de dinheiro, é mero recurso de garganta. O que precisa ser feito em relação à Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro é a dificultação com medidas concretas, desde as privativas de liberdade até infiltração de agentes públicos em organização criminosas, escutas ambientais, etc. e isto o Ministério da Justiça é contra, porque acredita que a cadeia não recupera o delinqüente. Projeto de lei de minha autoria nesse sentido foi apresentado no mês de outubro do ano passado e sequer foi distribuído até a presente data. Sobre a possibilidade de decretação de um Estado de Defesa, é dispensável comentar tamanha estultice. A respeito da cooperação das Forças Armadas no combate ao crime organizado, o Governo Lula é rigorosamente contra – e olhem que patuscada: primeiro, o Governo anuncia que vai ceder quatro mil homens das Forças Armadas para não gerar outra crise aguda de credibilidade. Depois de um ofício do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, o Ministro da Justiça conduziu à fulanização um assunto de Estado de alta relevância. Mais uma vez o Governo do “Partido das Trapalhadas” se enrola na improvisação, porque não tem interesse de aprovar o Projeto de Lei

Complementar do eminente Senador César Borges que disciplina a matéria.

Sr. Presidente, ao anunciar a liberação dos tais raquíticos R\$ 9 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, o Ministro Márcio Thomaz Bastos advogou o embuste com competência tal que acabei por me convencer de que o Governo Lula aprecia se alimentar das perplexidades. De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), na última segunda-feira, portanto, na data da liberação da vultosa soma, dos poucos mais de R\$366 milhões previstos no Fundo Nacional de Segurança Pública...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Demóstenes Torres, clama V. Ex^a por segurança em nosso País. Vergasta a violência e pede a presença do Governo no cumprimento do seu papel de gestor da segurança nacional. A nenhum agente do Governo é dado o direito de se ausentar dessa responsabilidade. Cabe ao Ministro da Justiça, sim, cuidar da segurança de todos os brasileiros. Mas, se continuarmos da maneira que estamos, inclusive com a agitação permitida no campo, não haverá segurança possível para o povo brasileiro. E nós poderíamos, então, ter essa frase dolorosa: não há destino para a segurança do nosso País. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Edson Lobão. Com a propriedade que lhe é peculiar, vou mostrar a V. Ex^a um dado estarrecedor. Eu dizia que desses pouco mais de R\$366 milhões previstos no Fundo Nacional Segurança Pública, o Ministério da Justiça havia empenhado R\$ 1,460 milhão para o Sistema Integrado de Valorização Profissional e pago, acreditem V. Ex^{as}, a quantia R\$856,30 até segunda-feira. O Governo Federal gastou, até segunda-feira, 12 de abril, R\$856,30 nesse ano com segurança pública! Atualizando os dados, hoje, 15 de abril, o Governo Federal gastou R\$1.986,71, com segurança pública.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Isto não é suficiente sequer para retirar a ferrugem dos revólveres dos agentes de segurança no País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pelo menos para limpar uns três revólveres é capaz de dar, Senador Edson Lobão.

Este Governo propôs um novo plano de segurança pública – foi isso que o Presidente Lula prometeu. Se, no ano passado, dos R\$390 milhões previstos para a segurança pública, gastou R\$111 milhões – quase 30%

–, como é que este Governo pode falar em promover a segurança pública se, neste ano, até a data de hoje, Senador Mão Santa, gastou menos de R\$2 mil com segurança pública no Brasil? Isso é vexaminoso!

Lá se vai o segundo abril do Governo Lula e a apoplexia administrativa provocada pelo “reunismo” fez com que o Governo Federal executasse até agora 0,0001% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública no exercício de 2004. O Ministério da Justiça pensa que não vale a pena investir nas instituições policiais, sob o argumento de que elas são fontes de corrupção e aposta que o brasileiro, por ser pobre, é o grande culpado pela criminalidade violenta. Trata-se de duplo equívoco, enquanto é uma irresponsabilidade imaginar que a união do espetáculo de crescimento econômico com o maior programa de distribuição de renda do mundo, como já aludiu o Presidente Lula, vai gerar segurança pública espontânea. Isso é um verdadeiro absurdo.

Observem que a falta de uma política para o setor já começa a produzir idéias teratológicas, como o tal muro para cercar o Morro da Rocinha. Querem cercar os pobres no Brasil. Não querem resolver o problema da segurança pública. Querem segregar aqueles que estão morando com dificuldade e sofrendo as maiores agruras com relação à segurança pública. Querem fazer com que a sociedade brasileira, além do imobilismo em que já se encontra, seja efetivamente segregada, a parte mais pobre da parte mais rica – algo que não podemos tolerar.

Ao contrário de erguer barreiras, o Brasil precisa derrubar os obstáculos que se interpõem dentro do próprio Estado, para que ele possa desempenhar com denodo, competência e atualidade a tarefa de proteção da sociedade. É preciso, sim, ter coragem para derrubar o muro que separa as Polícias Militar e Civil e erguer uma polícia única. É imprescindível eliminar os obstáculos legais e regulamentar a atuação das Forças Armadas na missão de combate ao crime organizado. É curial demarcar linhas de punição severa para os crimes violentos e que envolvam o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, entre outros. É preciso reavaliar os critérios do Regime Disciplinar de Segurança Máxima, para que os bandidos ligados ao crime organizado possam pagar pelo que fazem e ter um tratamento absolutamente diferenciado dos bandidos comuns. É urgente o comparecimento da União nas políticas de segurança pública e com o devido preparo, pois, sem a participação financeira, toda atuação será retórica.

Concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes, estou atentamente ouvindo V. Ex^a falar sobre o

País. Agora, acerca do PT, é possível fazer uma reflexão. Não sei se é um partido de tonto ou de tabaréu. Mas, darei um quadro que vale por dez mil palavras, e busco a inteligência do Lobão para nos acompanhar. A ignorância é audaciosa no que se refere aos empregos que estão dando: digamos que o valor médio de remuneração seja de R\$4 mil. Deste valor, 20% é retirado para o partido; 27%, para o Imposto de Renda; 8%, para o INSS, totalizando 55%. Restam 45%, o que dá R\$1,8 mil. Agora, deste total, ele ainda vai pagar ICMS etc. Antigamente, trabalhávamos um mês para o Governo. Agora, são cinco meses. Está aí o PT, que tirou a burocracia, ao longo dos anos capaz e eficiente, de brasileiros técnicos e aprimorados, concursados, e colocou companheiros e companheiras que levaram a esse Estado que chamamos de “paradão”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É verdade. V. Ex^a fez uma comparação belíssima, porque chegou à conclusão de que R\$1,8 mil será mais ou menos o que perceberá o servidor nomeado, que é mais ou menos o que o Governo gastou, este ano, em segurança pública, ou seja, o salário de uma dessas pessoas que efetivamente será nomeada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa poderia estar realizando a vontade dos brasileiros, elaborando a reforma da Segurança Pública, mas prefere, por conta do rolo compressor, ser paciente da omissão do Governo Federal. Nesta semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um documento chamado “Síntese de Indicadores Sociais”, que traz números que dimensionam bem a carnificina à brasileira.

De acordo com o IBGE, entre 1980 e 2000, 2.070.000 milhões de pessoas morreram no País por causas violentas. O número corresponde a quase o total da população do Estado do Amazonas. O resultado é ainda mais estarrecedor quando são demonstrados os indicadores de homicídio. Em 20 anos, 598.367 brasileiros foram assassinados. No intervalo, a taxa de mortalidade teve um incremento de 130% e saltou, na média, de 11,7 mortos por grupo de 100 mil habitantes para 27 por 100 mil habitantes. Para se ter noção de quanto o quadro de violência se agrava e os marginais superam o poder do Estado, na tal “guerrilha” que o Ministro da Justiça mencionou, 62% dos quase 600 mil assassinatos ocorreram na década de 90. No ano de 1991, 52% dos homicídios, entre homens na faixa etária de 15 a 24 anos, ocorreram com emprego de arma de fogo. Já em 2000, os assassinatos com o emprego de armamento representaram 75%. A cada quatro homicídios, três são provocados por arma de fogo. São números que estarrecem, mas certamente

não comovem o Ministério da Justiça, que imagina fazer política de segurança pública fritando bolinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança do PSDB. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de uma semana, falei neste plenário sobre o agravamento das tensões em relação ao problema da terra em meu Estado de Pernambuco. Naquela oportunidade, disse que a ação governamental federal no meu Estado era, no mínimo, nula, não se confirmava.

Adverti, de maneira geral, as lideranças de vários partidos, em especial, daqueles que são da base do Governo, sobre o agravamento desse contexto de invasões no Estado de Pernambuco.

É do conhecimento geral que o Estado de Pernambuco tem uma estrutura fundiária complexa, uma tradição de lutas sociais muito intensa, historicamente comprovada, e um quadro fundiário bastante próprio e estratificado.

Pernambuco se divide em três grandes regiões. A região sertaneja, que ocupa a maior parte do Estado, onde a questão fundiária é irrelevante e onde há uma incompatibilidade completa entre os recursos naturais disponíveis, os problemas de clima e a possibilidade de uso econômico da terra. Numa segunda área, chamada de transição, que recebe ali o nome de agreste, a estrutura fundiária é caracterizada por pequena propriedade. O problema do agreste não é a posse da terra, mas a pequena produção, a economia familiar, a agricultura de pequeno porte.

A ausência de apoio e de crédito ou de adequação do crédito disponível; os problemas climáticos; a falta de escala, de treinamento; a falta de sementes no tempo adequado, de preços na hora devida e de organização da cadeia produtiva transformam a agricultura, quase de subsistência, do agreste de Pernambuco, como de outros Estados do Nordeste, em uma atividade condenada a produzir situações de pobreza.

Além do mais, há um problema crescente nessas áreas: a multiplicação das famílias transforma a pequena propriedade inteiramente inviável para a produção econômica.

Os filhos e netos de proprietários de terra são pessoas que não podem continuar no agreste e não vivem mais nele; migraram para as áreas metropolitanas, para conturbar o cenário de Recife, de parcela do Nordeste e de outras áreas do Brasil, como São Paulo.

A terceira área pernambucana é a Zona da Mata, que é um pedaço da história econômica do Brasil, onde, pela primeira vez, instalou-se a luta de classes de forma clara: de um lado, produtores rurais dos grandes canaviais e, de outro lado, trabalhadores. A característica desse tipo de agricultura é que não há classe média, não há intermediação – ou o patrão ou o peão –, não há fator de modernização e de estabilização. É um sistema que garante empregos muito pobres e que, de fato, condena toda a região à pobreza muito intensa.

No Recife, a área metropolitana é conseqüência do que se deu e ainda se dá em Pernambuco e do que acontece em outras áreas do Nordeste. Parcelas dos que migraram dessas áreas foram para Pernambuco e para a área metropolitana do Recife. Esse é o cenário pernambucano, que tem a infra-estrutura como base econômica para sustentar soluções aparentemente irresponsáveis.

O MST tem, em Pernambuco e em vários Estados – pelo menos em alguns de que tenho conhecimento –, uma atitude completamente irresponsável; não há o menor equilíbrio em sua ação. A idéia de pessoas e famílias que não têm emprego em área urbana ocuparem terras rurais de Pernambuco não faz sentido e é, no mínimo, uma irresponsabilidade. A nossa base rural não tem condições de suportar aqueles que já estão nela; há poucos recursos naturais para a população. Como resolver essas questões, que já são complexas pela razão que expus, transferindo-se pessoas que estão desempregadas no meio urbano para a área rural para conturbá-la ainda mais? Não há a menor racionalidade, a menor reflexão sobre o que se faz: a multiplicação de invasões em um Estado que tem uma tradição de luta social intensa.

Essa situação calamitosa de mais de 50 invasões tem sido levada com equilíbrio pelo Governador do Estado de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, personalidade política notoriamente formada no ambiente da democracia, das lutas sociais. S. Ex^a não é, seguramente, alguém que pode ser confundido com o representante de forças conservadoras, que se opõe às mudanças e, muito menos, à reforma agrária. Mas a situação do Estado evolui de forma perigosa.

Ontem à noite, fui informado pelo Governador de uma carta que endereçou ao Presidente Lula, nos seguintes termos:

Cumprimentando-o cordialmente, gostaria de reafirmar a preocupação do Governo de Pernambuco com o quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras neste Estado.

É importante ressaltar que, apenas entre março e abril deste ano, ocorreram 55 invasões de terras em Pernambuco, onde se estima existir centenas de famílias acampadas atualmente.

O empenho do atual Governo de Pernambuco no sentido de apoiar os assentamentos existentes no Estado e já legalizados, fornecendo infra-estrutura como poços artesianos, pequenas barragens e energia elétrica é conhecido. Da mesma forma, mantemos na Secretaria da Produção Rural e Reforma Agrária equipes permanentemente disponíveis para o diálogo com os movimentos sociais do campo.

Infelizmente, no entanto, o que se vê no momento presente é uma coincidência profundamente preocupante e desafiadora. De um lado, a insubordinação à lei por parte do MST e, do outro, a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da Reforma Agrária – o Incra – no encaminhamento das questões de sua responsabilidade.

Para culminar, a imprensa pernambucana registra, na data de hoje, a declaração de um dos coordenadores do MST no Estado, Alexandre Conceição, o qual diz, textualmente, referindo-se à marcha dos sem-terra na próxima sexta-feira, dia 16: “Nossa intenção é ocupar o Incra e, se conseguirmos, faremos o mesmo com o Palácio do Governo”.

O Governo de Pernambuco, Sr. Presidente, mantém-se disposto a ajudar, no que for possível, o Governo de Vossa Excelência a dar um melhor encaminhamento ao problema do campo e faz um apelo no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas para reduzir a tensão estabelecida na área rural mas não vai se furtar a enfrentar, de forma decidida, como sempre fez, movimentos que, ao arrepio da lei, desejem desafiar o estado de direito e desmoralizar a autoridade pública.

Na oportunidade, renovo votos de estima e distinta consideração *[sic]*.

Ouçó o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida, também gostaria da oportunidade do aparte, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sérgio Guerra, esta Casa, pelas vozes mais representativas – e V. Ex^a se inclui entre elas –, representa os Estados da Federação. Quase todos os Estados, por meio de palavras como as de V. Ex^a, estão repudiando essa insubordinação, isso que V. Ex^a está qualificando

de irresponsabilidade e que está ocorrendo em seu Estado. Pelo seu grau de conhecimento, por sua cultura e experiência, é certo que V. Ex^a está referindo-se também a outros Estados da Federação. Penso que hoje V. Ex^a é o segundo ou o terceiro Senador que levanta essa questão. Mas V. Ex^a a aborda com propriedade. Pernambuco é um exemplo de Estado preocupado na solução dos problemas sociais do País, altamente politizado, que não está suportando essa agressão ao princípio da autoridade. Por isso, cumprimento V. Ex^a. O Governador do seu Estado, cuja carta V. Ex^a acaba de ler, tem um índice de aprovação dos maiores do País. O Governador Jarbas Vasconcelos, que tenho o prazer e a honra de conhecer e admirar, escreve ao Presidente da República, manifestando seu desconforto, sua apreensão, como quem diz: vamos manter a autoridade em nosso País. Está-me parecendo, Senador Sérgio Guerra, que o pessoal não está querendo terra. Não é isso! Os desempregados da área urbana, que precisam de emprego, estão sendo usados como massa de manobra, para levar desassossego àqueles que estão produzindo no campo, o que é muito grave. E, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fala em abril vermelho e logo depois se anunciam verbas para a infra-estrutura nos assentamentos, para a solução de problemas ligados à questão agrária e fundiária do País, positivamente se abre um precedente muito sério. Então, cumprimento V. Ex^a; como é do seu conhecimento, sempre o admirei. V. Ex^a vai à tribuna, porque tem algo a dizer, realmente. Queria que transmitisse a seu Governador meu apreço e o do meu Estado. Em Mato Grosso do Sul, V. Ex^a sabe, a situação não está tão grave quanto no seu, mas temos sérios problemas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Ramez Tebet, homem que conhece a questão agrícola e fundiária no Brasil, que conhece os pernambucanos e a nossa situação.

O depoimento de S. Ex^a reforça a preocupação daqueles que, acima de Partidos, constatam que é preciso uma intervenção responsável nessa área. Não basta a publicação de recursos que são, efetivamente, virtuais para programas que não serão resolvidos com o déficit operacional que vem caracterizando por muito tempo – agravado agora – o sistema de reforma agrária do País.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Sérgio Guerra, a preocupação demonstrada por V. Ex^a na CPI da Terra, ao fazer menção à carta do Governador Jarbas Vasconcelos, e agora reiterada, é mais do que precedente. Gostaria de dar uma informação mais completa. Logo que V. Ex^a leu a

carta na CPI da Terra, procurei um dos coordenadores do MST, João Pedro Stédile. Como ele estava em uma reunião sobre a Alca, hoje pela manhã, em São Paulo, conversei com outro coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, a quem transmiti a preocupação expressa pelo Governador e por V. Ex^a. Ele me disse que Alexandre Conceição, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, havia esclarecido em declaração hoje ao jornal **Estado de S. Paulo**. Se V. Ex^a me permite, registro: “Alexandre Conceição disse ontem que a sua fala foi invertida pelo Governo, para justificar a repressão aos sem-terra. Ele afirmou que a marcha iniciada ontem vai terminar na frente do Palácio do Governo com os trabalhadores tentando uma audiência com o Governador. Só queremos conversar”. Então resolvi telefonar para Jaime Amorim, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, que disse que o desejo do MST, para o dia de amanhã, é ter a oportunidade de solicitar um diálogo diretamente com o Governador; e que eles não têm a intenção de ocupar o Palácio ou o Incra. Informou-me ainda – e transmito aqui as palavras ditas por ele – que os trabalhadores sem terra farão uma caminhada, passarão em frente ao Incra e em frente ao Palácio, e que desejam dialogar. Vejo com bons olhos a iniciativa de V. Ex^a – inclusive, foi solicitada pelo Presidente Alvaro Dias, da CPI da Terra – de se formar uma comissão de parlamentares, com a indicação, por parte de V. Ex^a, de alguns nomes que se dispõem a colaborar e tratar do assunto. Sugiro uma data adequada a todos, por exemplo, o próximo domingo – sábado tenho a reunião do Diretório Nacional do Partido, que talvez se prolongue até o domingo –, a fim de nos deslocarmos na busca de um entendimento, se V. Ex^a avaliar que esse procedimento ajudará, em nome da CPI da Terra. Ou seja, tudo o que a CPI, o Senado Federal e V. Ex^a fizerem poderão contar com a minha colaboração na busca de um entendimento, a fim de que a reforma agrária seja realizada de forma não violenta, com diálogo, mesmo que as diferenças de opiniões sejam muito fortes. Portanto, é muito válida a preocupação manifestada por V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy e sobre ele teço alguns comentários.

Ressalto a atitude pró-ativa e construtiva do Senador, que, nos diversos momentos de luta social no Brasil, sempre desempenha um papel de construção, solução e respeito às partes envolvidas.

No caso de Pernambuco, o desmentido do Sr. Manoel Alexandre Conceição, dado ao jornal **O Estado de S. Paulo**, não serve. Ele diz que não pretende invadir nem o Palácio do Governo nem o Incra, e diz que quem inventou isso foi o Governo do Estado.

Ora, o Governo do Estado e nenhum Governador responsável no Brasil inventaria uma coisa dessas, que atinge a sua autoridade. Efetivamente, foi declaração dada por ele aos três jornais pernambucanos e amplamente divulgada.

Elogiamos o compromisso do MST de não invadir palácios do Governo ou sede do Incra, reiterado a V. Ex^a – que assim seja.

O Governador de Pernambuco tinha perfeita consciência dessa ameaça e de que ela não se confirmaria, porque em Pernambuco há autoridade.

Por último, estimar que nós, no Congresso, tenhamos uma atuação mais permanente nesse cenário.

A questão da terra é, por natureza, apaixonante. Mas o fato concreto é de que há indícios bastante claros de que ela está fora de controle. É uma situação que preocupa governantes em geral, Partidos e, de maneira muito especial, afeta as possibilidades de o Brasil crescer, mesmo que modestamente. Crescimento se deve à produção agrícola.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, como é costume, os pronunciamentos de V. Ex^a nesta Casa vêm carregados de profundidade e, acima de tudo, tratam de assuntos de elevada importância. Mas este pronunciamento que V. Ex^a faz hoje nesta Casa, além da sua importância, pode transformar-se em uma peça histórica, porque traz em seu bojo essa carta do Governador Jarbas Vasconcellos. É o primeiro documento que o Brasil recebe de um governante que alerta pessoalmente o Presidente da República e, por conseqüência da sua divulgação, a toda Nação para o que estamos começando a viver. Este é um fato anunciado dias atrás, quando se ameaçava o abril vermelho. Não é um fato isolado. Isolada temos aqui nesta tarde – por isso quero louvar e parabenizar S. Ex^a – a atitude do Senador Eduardo Suplicy, que se alia ao Governador Jarbas Vasconcelos, a V. Ex^a e à Nação como um todo nas preocupações. Seria importante que essa fosse uma preocupação coletiva dos que compõem a base do Governo, que estivessem aqui não somente para se solidarizarem com o Governador Jarbas Vasconcelos e com os outros Governadores que estão vivendo o mesmo problema, mas também para apresentar soluções. Falo aqui um pouco do meu lado pernambucano e efetivo, por conhecer o Governador Jarbas Vasconcelos, que vem sendo freqüentemente reconhecido nas pesquisas que se realizam em todo o Brasil como o melhor Governador e o mais popular. Mas essa popularidade do Governador Jarbas Vasconcelos é conseqüência da sua atuação, da sua personalidade, da seriedade com que governa e, acima de tudo, da autoridade que

exerce; isso faz com que Pernambuco todo o admire. O que V. Ex^a acabou de dizer que jamais aconteceria, a invasão do Palácio Campo das Princesas, Pernambuco e o Brasil todo sabem. Agora, a quem interessa esse tipo de provocação? A quem interessa levar essa chama de incerteza? Portanto, acredito que V. Ex^a, neste momento, ao fazer este pronunciamento e trazer esse documento histórico a esta tribuna, presta um extraordinário dever ao País. Lamento que os Ministros encarregados da área, responsáveis pelo setor, não tenham se manifestado ainda a contento, para que pelo menos a Nação durma em paz. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço as palavras lúcidas do Senador Heráclito Fortes, que tem raízes em Pernambuco, conhece o Estado, sua conjuntura, dificuldades e virtudes.

Não me atribuo a menor importância neste episódio, que é, contudo, extremamente importante. Não é habitual nem aceitável que lideranças sindicais ou de entidades não sindicais ilegais, como o MST, ameacem publicamente instituições brasileiras sem que se tomem providências quanto a isso.

Ouçó o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço-lhe a oportunidade de manifestar-me, Senador Sérgio Guerra. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Esta questão preocupa hoje a Nação brasileira. Dentro do Governo, há uma situação problemática: o Ministro Miguel Rossetto deveria estar no âmago da questão. Deveria tentar resolvê-la, tomar providências, negociar, chamar todo o movimento para acertos, procurando atender às reivindicações, justas muitas vezes injustas são as ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No entanto, o Ministro não assume essa postura. Ao contrário, faz a defesa de ações totalmente ilegais, patrocinadas pelo MST. Veja o caso da Veracel, terra produtiva, grande investimento gerador de seis mil empregos diretos na construção de uma grande unidade. Nesse caso – observe bem, Senador –, o Ministro disse que o Governo Federal não poderia fazer absolutamente nada. Ninguém queria que se usasse a força, não, mas a negociação. Pois bem! O Governo do Estado é que teve de negociar e resolver a questão. Então, veja V. Ex^a que o Governo Federal se furta de sua responsabilidade. E, pela sua leniência, muitas vezes fomenta a multiplicação dessas ações tão danosas para o nosso País e para os nossos Estados, como é o caso de Pernambuco e da Bahia. Portanto, parabenizo V. Ex^a, mas temos de exigir que o Governo Federal assuma o papel de negociador dessa grave questão, haja vista que a falta de ação do Governo

Federal tem estimulado as ações violentas do MST. Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço a palavra do ex-Governador, administrador dos mais lúcidos e excelente Senador César Borges, que dá o foco adequado ao problema.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Estamos diante de um cenário extremamente complicado. Não é apenas o caso de alguém que, no Governo, promoveu irregularidades e corrupção. Esse é um caso grave. Estou falando agora da rua, do campo, do processo social de maneira geral e dos sintomas, que são gravíssimos.

Há poucos dias, estavam aqui famílias de militares reclamando do cenário de desprezo que se tem no Brasil, hoje, em relação às Forças Armadas. Não seremos nós da Oposição que vamos incendiar, nem provocar reações militares. Mas é evidente que o tratamento dado pelo Governo Federal brasileiro às suas Forças Armadas é desequilibrador e desequilibrado.

Outra estrutura extremamente sensível é esta da terra, sensível do ponto de vista macroeconômico, bem como do ponto de vista da segurança econômica e social. Precisamos encarar isso com mais responsabilidade – e seguramente esse Ministro não a tem, bem como não tem fundamento, origem e consistência para enfrentar o problema. O Presidente Lula deve entender que é extremamente urgente a nomeação de um ministro que saiba presidir esses fatos; que não se trata de recuar em relação aos seus compromissos para a reforma agrária, e que, ao contrário, essa política que está aí não produzirá reforma agrária alguma. Se o Presidente Lula não tiver essa capacidade de discernimento e de liderança – não posso acreditar seja essa a sua convicção, pois é um homem da terra, do sertão e brasileiro, trabalhador, que saiu do Nordeste brasileiro –, não teremos chance de resolver esse problema de forma estruturada e correta. Os sinais são de agravamento, de descontrole e de crescente irresponsabilidade.

Fiz esse pronunciamento hoje, convencido de que estou cumprindo o meu papel de representante do Estado, como Senador da República eleito com a tarefa de representar todos os pernambucanos e até muitos daqueles que precisam de uma reforma agrária.

Agradeço a atenção do Sr. Presidente e das Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do Governo, no momento apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito aqui na seqüência.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Aliás, a Presidência cometeu um pequeno equívoco. É a vez do Senador César Borges. Em seguida, V. Ex^a terá o direito à palavra.

Senador César Borges, V. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País vive hoje uma situação muito perigosa. Nesta tarde, diversos Senadores trouxeram suas preocupações em relação ao nosso País.

De um lado, há o discurso oficial do Governo, sempre pronto a mascarar qualquer situação indesejada, sempre pronto a minimizar a grave situação do País. De outro, a difícil realidade social e econômica vivida pelo Brasil e que infelizmente se agrava a cada dia.

A verdade é que o Governo do Partido dos Trabalhadores criou um mundo virtual, um mundo só para eles, que abriga todas as ilusões e fugas do seu Partido, tentando escapar de uma situação grave, dolorosa e desagradável para todos os brasileiros.

Nesse seu mundo imaginário, o Governo expressa o que gostaria de ser, não o que é o dia-a-dia. Faz discursos, promessas e previsões virtuais, tudo para vencer uma realidade cada vez mais hostil.

Para o Governo, tudo é sempre uma questão de discurso e *marketing*.

Quantas vezes, nesses 16 meses de Governo, ouvimos promessas de crescimento econômico, de espetáculo de crescimento? Os números apresentados pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro Guido Mantega como foi feito hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de que o País crescerá e gerará emprego e renda, não demonstram a realidade. Isso é algo criado apenas no imaginário dos governantes do País.

Essa situação, entretanto, torna-se cada vez mais insustentável, na medida em que, a cada dia, cresce a distância entre o discurso virtual do Governo e a realidade do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, citarei algumas informações que muitos já devem ter lido nos jornais da grande mídia nacional.

O jornal **Folha de S. Paulo** publicou a seguinte manchete: “Consumo das famílias tem queda recorde”. Em 2003, o total gasto pelas famílias no País foi R\$25,8

bilhões menor que o registrado em 2002. Foi a maior queda desde 1990, quando foi feito esse levantamento pela primeira vez.

A manchete do jornal **O Estado de S. Paulo** refere-se ao PIB – Produto Interno Bruto do Brasil, que, em 2003, somou R\$1,5 trilhão, e o País caiu da posição de 12ª maior economia do mundo para a 15ª.

Outra manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Indústria paulista cresceu apenas 0,2% em fevereiro”. E o Governo diz que o País já retomou o crescimento econômico.

Manchete do jornal **O Globo**: “Carga tributária subiu para 36,11%”. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostra que, ao contrário do que foi dito e previsto pelo Governo, houve crescimento real da carga tributária brasileira e houve um recorde de arrecadação do Governo, agora, no mês de março, não porque a economia esteja crescendo, mas porque o Cofins, em virtude da medida provisória, se aplica a vários produtos, inclusive importados, encarecendo-os para o bolso do povo brasileiro.

Diz outra manchete da **Folha de S. Paulo**:

“Investimento sobe em ritmo de contagotas”.

A taxa de investimento cresceu 0,8% em janeiro deste ano em relação a dezembro de 2003. Esses números ainda não são suficientes para compensar as quedas sofridas em novembro e dezembro de 2003. Quer dizer, falta investimento do setor público e do setor privado.

Diz outra manchete do **Estado de S. Paulo**:

“Comércio adia compras do 2º trimestre”. Diante do fraco crescimento das vendas nos três primeiros meses do ano, boa parte das lojas resolveu atrasar as encomendas para o Dia das Mães.

Diz uma manchete do **Jornal do Brasil**:

“Confiança do consumidor cai em relação ao fim do ano”. O consumidor brasileiro ficou menos confiante em relação à economia do País no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os últimos três meses de 2003, revelou pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Sr. Presidente, essas informações mostram que, apesar das constantes e reiteradas declarações oficiais de que tudo está bem e que já começou o espetáculo do crescimento, a situação do País não é nada boa.

Há um diálogo que teima em não se estabelecer, porque os interlocutores do Governo parecem tratar de outro país. É visível o descolamento entre o dis-

curso do Governo e a realidade dura na qual vivem os brasileiros ou, pelo menos, a grande maioria do povo brasileiro.

O recente caso da propaganda enganosa preparada pelo publicitário Duda Mendonça para divulgar os investimentos do Governo na agricultura familiar é a prova incontestável de que o discurso de palanque e o *marketing* têm seus limites.

A peça de publicidade do Governo, que retirou R\$8 milhões dos cofres públicos, não conseguiu mascarar a dura realidade de que o País está semiparalisado e, em alguns setores da economia, está paralisado, assim como os principais programas sociais e a própria máquina pública brasileira estão literalmente paralisados.

Ainda ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe aqui uma manchete de um jornal da Bahia dizendo que, com a recuperação das estradas da Bahia, as empresas se desmobilizaram porque não podem ficar mobilizadas se nada recebem. O Dnit está totalmente paralisado.

Mas, Sr. Presidente, será que é possível fazer alguma propaganda da atuação do Governo Federal na área social sem recorrer a uma encenação?

O Programa Fome Zero, menina dos olhos do Governo Federal, gastou, no ano passado, mais dinheiro com a burocracia do que efetivamente combatendo a fome do povo brasileiro.

Também o Programa Primeiro Emprego, lançado com pompa e circunstância pelo Governo Federal para ajudar os jovens, não empregou sequer 500 pessoas, número muito distante da meta de 250 mil empregos prometidos pelo ex-Ministro Jaques Wagner.

Hoje, a televisão mostrava para todo o Brasil as filas na cidade do Rio de Janeiro, causando, inclusive, tumulto público para disputar uma vaga de trabalho, que, infelizmente, a economia sem crescimento não oferece ao povo trabalhador brasileiro.

Enquanto isso, recursos para combater o trabalho infantil estão atrasados. Os recursos não estão sendo liberados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, que são recursos do trabalhador brasileiro, não estão sendo liberados para treinamento do trabalhador brasileiro.

Essa paralisia do Governo e, conseqüentemente, do próprio País, provocou uma crise dentro da própria base aliada, a qual se vive, hoje, aqui nesta Casa e também na Câmara dos Deputados.

Quase todos os partidos que compõem a Base vieram a público cobrar mudanças urgentes na política econômica e também social do Governo, supostamente a única responsável pela inação do Governo.

Alguns chegaram até mesmo a cobrar a demissão do Ministro Antônio Palocci, como o Presidente do PL.

Tenho sido um dos críticos da atual política econômica conduzida pelo Ministro Palocci, mas a verdade é que a grande paralisia do Governo se deve mais a questões internas do próprio Governo, ou seja, microeconômicas.

A falta de uma agenda microeconômica representa, sim, o grande fracasso desse Governo.

Gostaria de dar um aparte ao nobre Senador Mão Santa, do nosso querido Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, sem dúvida alguma, V. Ex^a, que foi Governador e, agora, é um Senador brilhante, representa a grande liderança do novo Nordeste, com perspectivas invejáveis. Eu gostaria apenas de dizer que há um desânimo de todos os profissionais liberais, de todos os empresários. Quando me formei em Medicina e comecei a trabalhar – e tenho 61 anos de idade – a cada ano trabalhado pagava-se um mês ao Governo. Atualmente, como disse V. Ex^a, esse percentual é de 27%. Ou seja, cada brasileiro paga de impostos cinco meses de seu trabalho, por ano, ao Governo. O PT é o Partido do tributo. Agora o PT é isso. E gostaria de prestar uma homenagem. A música revela mais do que a sabedoria, mais do que a filosofia. O cantor do trio elétrico da Bahia, Ricardo Chaves, canta: “Acabou, acabou...” Acabou o Governo do PT. Apenas o Senador Eduardo Suplicy está aqui presente, solitário, isolado e abandonado. Portanto, a música de Ricardo Chaves é o atual hino do PT: “Acabou, acabou...” Acabou o Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, nobre Senador Mão Santa, que sempre com fina ironia e criatividade coloca o temor dos brasileiros, pois em um ano e quatro meses de governo estamos vivenciando e verificando que o Governo realmente não possui um rumo para levar este País ao tão desejado crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida de todo o seu povo.

Mas eu dizia, Senador Mão Santa, que os verdadeiros culpados pelas dificuldades do País para a retomada do crescimento econômico sustentado são os condutores das políticas microeconômicas, muito mais até do que o Ministro Palocci. Esses condutores da política microeconômica, que são os Ministros do Governo, estão, na verdade, mostrando-se despreparados, com uma visão muito míope e estão levando o País a um retrocesso sem precedentes.

Temos hoje Ministérios demais e resultados de menos. Talvez porque os Ministros tenham sido escolhidos para atender acordos políticos ou reparar der-

rotas eleitorais. E essa situação é agravada também pela superposição de competência entre Ministérios que, por terem sido criados artificialmente, não têm uma ação conseqüente.

A reclamação da carência de recursos públicos é uma constante no Governo. Porém, se não há recursos públicos, é importante que sejam criadas condições de atração de investimento no setor privado. Porque efetivamente o Poder Público Federal perdeu sua capacidade de investimento: no ano passado, investiu menos de R\$2 bilhões. Este ano está previsto, no Orçamento, investir R\$15 bilhões e já fizeram contingenciamento de R\$6 bilhões. E quando terminar o ano – porque a execução até agora foi pífia, menos de 4% –, teremos um resultado praticamente igual ao do ano passado. Mas o que faz o Governo para atrair o investimento privado, a confiança dos empresários, responsáveis pela maioria dos empregos gerados neste País? Porque os empregos não serão gerados, Sr^{as} e Srs. Senadores, por esse trem da alegria que está para ser aprovado nesta Casa. Não vamos resolver a situação do povo brasileiro, criando 2.797 cargos comissionados, para os apaniguados do partido que está no Governo. Na verdade, vamos criar empregos, fomentando o setor privado a investir, a ter confiança no retorno do seu investimento, a ter tranquilidade para sua atividade econômica.

Mas o que fez, até agora, o Governo Lula para atrair investimentos na direção do setor de infra-estrutura, por exemplo, no qual disse ser tão importante a participação do setor privado? Infelizmente, nada, porque o projeto da Parceria Público-Privado, na verdade, visa burlar a Lei nº 8.666. Isso já está sendo denunciado em todo o País. Mas não ter a colaboração do setor privado, porque vai dar pelo PPP o respaldo para que o endividamento público continue crescendo, sem o risco que o setor privado assume nos seus empreendimentos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não sairia deste plenário tranquilo e satisfeito, se não tivesse a ousadia de apartear-lo no final de seu pronunciamento, repleto de lucidez muito peculiar à sua trajetória. V. Ex^a, didaticamente, mostra à Nação as preocupações de um homem público responsável, que teve a honra de

governar o seu Estado, a Bahia, e sabe mais do que ninguém qual é a importância de um investimento para o Estado, no momento em que ganhou uma disputa com o próprio PT, para a instalação ali de uma fábrica da Ford.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem lembrado, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Naquela época, a instalação de uma fábrica da Ford não foi prioridade para o Rio Grande do Sul. V. Ex^a comprou a briga e, de maneira brava, fez com que a Bahia hoje produzisse o único carro brasileiro vendido com ágio, o famoso EcoSport, um dos carros da linha Ford produzidos na Bahia. Para isso, é preciso ter garra, querer, gostar e saber administrar. Senador César Borges, estamos vivenciando uma paralisia. Estamos aqui em plena quinta-feira – o Senador Mão Santa lembrou muito bem –, e o Senado da República está acéfalo. No plenário, há uns poucos heróis, cumprindo o dever. É bom que a Nação veja que o Senado está vazio, porque não há debates. E quem traz debates para o plenário é o Governo. Quem governa traz o que quer votar para o plenário, que fica cheio ou vazio de acordo com a ordem e o humor do governante. Hoje, pela manhã, tivemos uma sessão de simples homologação ou aprovação do PPA e que não pôde ser realizada por falta de número. Quem traz número é a Maioria, e quem é a Maioria é o Governo. Hoje, houve o anúncio de um banco americano – e estou isento disso, porque discordo desses anúncios – que falava no aumento do Risco Brasil. Não ouvi uma voz do Governo dar uma satisfação à Nação brasileira, protestando, justificando, tranquilizando, seja lá o que for. Assim não dá, Senador César Borges! Nós, da Oposição, já estamos numa situação incômoda, porque queremos ajudar este Governo de todas as maneiras e não encontramos mais meios. Senador César Borges, o Brasil hoje assiste à TV Senado, ao nosso sistema de comunicação. E se avaliarmos, um ano e quatro meses de Governo, veremos que todas as crises existentes foram criadas pelo próprio Governo e não pela Oposição, que, às vezes acanhada, tenta ajudar, para mostrar que não está se entregando, que não faz fisiologismo – embora tenha quem faça –, porque quer que o Brasil dê certo. Mas para que isso aconteça é preciso que haja comando, liderança. Senador César Borges, louvo a presença na Presidência da Casa do Senador Alberto Silva, Governador do meu Estado por duas vezes, e pelas mãos de quem comecei a fazer política no Piauí, e que é testemunha da história. Quer ver em que consiste a falha do Governo? Por meio de um pedido de informação – e a imprensa está sempre atenta para isto –, vamos examinar quantos Congressistas o atual Presidente da República recebeu em um ano e quatro meses de Governo, e quantos Congressistas o ex-Presidente Fernando Henrique recebeu nesse mesmo período. Ninguém governa, no Brasil democrático, sem o apoio deste Congresso. Este Congresso é forte, embora

incompreendido, muitas vezes, pela opinião pública. Todos os que resolveram desafiar o Congresso brasileiro não se deram bem. Quando falo em audiências, não me refiro a churrascos, festas e viagens. É muito simples: vamos fazer um comparativo entre as agendas de trabalho dos dois Presidentes nos primeiros 16 meses de Governo. E, por justiça, serei o defensor do Presidente Lula. Sua Excelência não é o culpado de nada disso. A culpa é de quem o cerca. A preparação dessa agenda é feita por uma equipe. O mais competente de todos – vamos ser justos – está imobilizado. Quem tinha noção de governo e de comando, porque comandou um Partido forte como o PT, é, infelizmente, vítima de fogo amigo. Não foi a Oposição que criou essa situação. E o Governo está parado. Louvo V. Ex^a e parabeno-o pela Ford, pois o Nordeste, não apenas a Bahia, eternamente lhe será grato. Dou uma sugestão ao PT: aprenda com a Oposição de hoje a governar, que o Brasil dará certo! Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, agradeço seu aparte e o incorporo inteiramente ao meu pronunciamento. V. Ex^a fez uma análise muito correta da situação de paralisia ou semi-paralisia do Governo Federal. Agradeço a referência à conquista da Ford. Realmente, foi a determinação dos baianos, não apenas a minha como Governador, mas da Bancada da Bahia, liderada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelos nossos Deputados Federais. E tivemos a incompreensão do PT, que ficou contra. O PT baiano votou contra a ida da Ford para a Bahia. Todos sabem que a Ford ia para o Rio Grande do Sul, mas o PT não honrou os compromissos com a montadora. Essa foi a grande sorte da Bahia, e já havia compromissos assinados...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aconteceu com o Governo do Rio Grande do Sul o mesmo que com o Ronaldinho, na final da Copa da França: amarelou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, não houve a compreensão da importância de um empreendimento como esse. Nós trabalhamos, conseguimos levar a Ford para a Bahia, e hoje ela gera diretamente, pelo seu **site**, 5,5 mil empregos diretos e produz o impacto na economia de mais de 50 mil empregos indiretos.

Sr. Presidente, a Bahia, no ano passado, teve um crescimento do seu Produto Interno Bruto da ordem de 4%, enquanto o do Brasil diminuiu 0,2%, porque tivemos essa determinação. Recordo-me de que fiz publicar nos jornais, quando soube que a Ford tinha problemas no Rio Grande do Sul, anúncios que diziam: “GM e Ford, venham para a Bahia. Aqui se cumprem compromissos”. Isso despertou a Ford a procurar a Bahia, e nós

cumprimos todos os compromissos com aquela empresa, que hoje é um sucesso no meu Estado.

Felizmente, isso aconteceu graças à determinação dos baianos e – o Senador Heráclito Fortes vai me permitir – à ajuda do PT, porque se não houvesse o PT no Rio Grande do Sul, não teríamos conquistado a Ford para a Bahia. Infelizmente, essa é a verdade para os gaúchos.

Sr. Presidente, somente para concluir, o investimento em infra-estrutura é fundamental para permitir um crescimento saudável e sem sobressaltos.

Na área de transportes a situação é caótica. As rodovias e ferrovias federais precisam de recuperação urgente para baratear os custos e proporcionar segurança aos usuários.

Hoje a televisão estampava a fila de vinte e cinco quilômetros de caminhões no Porto de Paranaguá. Vejam o sobrecusto em cima dos produtos brasileiros, por conta dessa demora.

Se nada for feito para recuperar as nossas rodovias e ferrovias, teremos sérios problemas no escoamento da produção e um encarecimento dos fretes de uma forma geral, impondo dificuldades inúmeras aos setores econômicos.

A questão regulatória é vital para atração de investimento privado. Mas o que fez o Governo? Em vez de fortalecer as agências reguladoras, o Governo decidiu enfraquecê-las, afugentando o investimento privado e prejudicando o crescimento do País. Recentemente, sabe o Senador Romero Jucá, o Governo editou mais uma medida provisória sobre as agências reguladoras, para ganhar novamente, centralizando o poder dos Ministérios, quando as Agências eram exatamente para dar segurança aos investimentos externos.

Isso para não falar das invasões de terra tão comentadas nesta tarde, da polêmica dos transgênicos, da ausência de marco regulatório para área de saneamento básico e tantas outras questões sem solução e que inibem o investimento privado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para encerrar, Sr. Presidente, o Estado brasileiro está atrapalhando em vez de ajudar. É isso o que diz hoje a maioria dos analistas econômicos e políticos do País.

Como gosta o Senador Mão Santa de citações, disse certa vez o ilustre baiano Rui Barbosa: “Se tenho combatido a Monarquia, a culpa não é minha e, sim, dela, de sua aversão a reformas necessárias, o que a coloca numa situação que periga”.

Recorro às palavras de Rui Barbosa para ressaltar que, se tenho combatido essa realidade paralela imposta pelo discurso oficial, a culpa não é minha, mas

do Governo Federal, que, mediante atitudes escapistas, coloca a si próprio e o País em uma situação de fragilidade e perigo.

Longe da realidade, o Governo está-se perdendo em discussões estéreis e inúteis. É preciso que o Governo abandone imediatamente seu mundo imaginário e comece efetivamente a governar, cumprindo as promessas e realizando o sonho de felicidade social do povo que, com tão boa-fé, o elegeu. Quando isso acontecer, vamos aplaudir o Governo com satisfação e orgulho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva, 2º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy seria o próximo orador inscrito, e eu falaria em seguida pela Liderança do Governo. S. Ex^a, porém, concordou em trocar de lugar comigo, para que eu faça um breve registro de apenas um minuto, já que tenho uma reunião no Palácio do Planalto e preciso me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Já que o Senador Eduardo Suplicy está de acordo, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro sobre o reajuste dos servidores federais.

Na semana passada, os servidores de Roraima receberam uma informação verdadeira de que o Ministério do Planejamento estaria estudando o quadro de reajuste salarial dos servidores federais, que não abrangeria os militares e os servidores dos ex-territórios, Roraima, Amapá e Rondônia.

Entramos em contato com o Ministro Guido Mantega e demonstramos a S. Ex^a que seria inaceitável esse tipo de posição, porque representaria uma discriminação contra os Estados mais pobres do Brasil e contra servidores federais que atuam de forma decisiva para atender à população em toda as áreas do Estado.

O Ministro foi sensível a esse pleito e, desde a semana passada, garantiu-me que os servidores de Roraima também terão reajuste salarial à semelhança dos servidores federais. Como o Senador Mozarildo Cavalcanti já fez esse registro aqui, levantando dúvida

se aconteceria ou não, quero dizer que o compromisso do Ministro é de resolver a questão e eu estarei acompanhando, junto com os Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, assim como as Bancadas do Amapá e de Rondônia, para que nós não sejamos discriminados.

Quero fazer justiça ao Ministro, que entendeu a posição e já determinou estudos. Portanto, os servidores de Roraima também terão reajuste salarial federal da forma como estava previsto.

Era essa a comunicação que pretendia fazer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela Liderança do PT.

V. Ex^a dispõe de seis minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa, que me designou a utilizar a palavra pela Liderança do PT.

Aproveito a oportunidade para transmitir os votos de melhoras à Senadora Ideli Salvatti, que esteve aqui ontem. Eu a visitei anteontem, no Hospital Sarah Kubitschek, onde S. Ex^a está se recuperando rapidamente de uma cirurgia de hérnia na região cervical e, já na próxima semana, felizmente, estará de volta, para continuar o embate diante dos desafios dos Senadores Mão Santa, César Borges, Heráclito Fortes e Augusto Botelho e do Presidente desta sessão, enfim, de todos que estão sempre a nos instigar a responder os desafios e na defesa do Presidente Lula e do seu Governo.

Sr. Presidente, prezados Colegas, neste instante, no Tribunal Superior Eleitoral, está ocorrendo um julgamento de grande relevância para a vida de um de nossos colegas, o Senador João Capiberibe, conforme todos estão cientes.

Hoje, o eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari publicou artigo no **Correio Braziliense** sobre esse episódio, intitulado “Em nome da Justiça”, que me parece importante ler, inclusive em nome da Liderança do PT.

Uma das formas mais graves de afronta à Justiça, como valor fundamental da humanidade, é a utilização desonesta dos meios institucionais implantados para a promoção da Justiça, utilizando-os para a satisfação de interesses essencialmente injustos. Quando isso ocorre, a própria idéia de Justiça se corrompe, porque se confunde com simulação, e os órgãos que se pressupõe serem guardiões da Justiça se desmoralizam, porque já ninguém acredita em sua autenticidade.

Um fato muito grave está ocorrendo hoje no Brasil, que não pode ser ignorado por quem se preocupa com a preservação das conquistas democráticas e com a observância dos padrões éticos na convivência humana. Tramita no Tribunal Superior Eleitoral um processo que tem por objetivo a cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, eleitos pelo Amapá, duas figuras públicas do mais alto nível, por sua integridade, por seu espírito público, assim como por seu compromisso com os valores fundamentais da pessoa humana.

Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios, a oligarquia amapaense tenta cassar os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade. Alega-se que a eleição foi viciada por ter havido a compra de votos e, sem nenhuma comprovação do fato em si e, menos ainda, do envolvimento pessoal dos dois Parlamentares, pretende-se a cassação de seus mandatos. Antes de tudo, existe um pressuposto legal de regularidade das eleições, que só pode ser afastado se houver prova clara e indiscutível da prática de atos que afrontem princípios e normas constitucionais e legais, prejudicando direitos e comprometendo a legitimidade do resultado proclamado.

As eleições constituem um dos pontos fundamentais do sistema democrático representativo e não se pode declarar levemente sua nulidade, sob pena de abalar a estabilidade institucional. Se os candidatos foram declarados eleitos, se foram diplomados e se estão no exercício do mandato, a cassação com base em vício das eleições, irá desencadear uma série de conseqüências jurídicas e políticas graves: haverá inevitável efeito desmoralizador, lançando descrédito sobre o sistema eleitoral e a Justiça Eleitoral.

No caso em questão, já houve rejeição da denúncia pelo Judiciário do estado do Amapá. A conclusão do voto do presidente do TRE daquele estado é uma demonstração eloqüente de que o Judiciário pode ser confiável e de há juízes que são ciosos de sua independência e conscientes de sua responsabilidade, decidindo com imparcialidade em circunstâncias difíceis. O presidente do TRE do Amapá assim se expressou:

“Pronuncio-me pela fragilidade da prova produzida nestes autos com muita tranqüilida-

de, com a consciência de um juiz. E faço este registro muito à vontade, porque integro o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o órgão mais perseguido nos últimos quatro anos do governo do sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Poderia, neste momento, tirar proveito da minha posição para decidir de forma contrária. Mas, se assim o fizesse, não seria digno do cargo que exerço, não estaria sendo um autêntico juiz. Estou votando com minha consciência tranqüila, porque estou demonstrando ao sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe que na Justiça do Amapá há juízes”.

Louvo a atitude desse juiz por ter assim se expressado e formulado o seu voto.

O reconhecimento da inexistência de provas da prática de ilegalidade pelos denunciados levou o TRE a recusar as acusações.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

Peço desculpas por interrompê-lo, mas devo prorrogar a sessão por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Entre outros fundamentos foi ressaltado que mesmo a eventual prática de ilegalidades por algum eleitor ou adepto dos acusados não serviria de base para a cassação do mandatos, desde que tais ilegalidades não tenham tido influência nos resultados e sendo certo que os acusados não participaram das práticas ilegais, não sendo justo nem legal puni-los por atos de terceiros.

Dessa decisão do tribunal do Amapá houve recurso e o processo está agora no TSE. Evidentemente, os membros daquele tribunal são livres na apreciação das provas, mas é absolutamente necessário que sejam alertados para que não se deixem levar por eventual aparência de prova, o que poderá ocorrer pelo excesso de trabalho ou pela manipulação hábil dos fatos por parte dos acusadores. É indispensável que os julgadores da instância superior decidam com a independência e a imparcialidade demonstradas pelo presidente do TRE do Amapá.

Louvo aqui o sentido de imparcialidade e de juridicidade do Professor Dalmo de Abreu Dallari. Ele é Professor visitante da universidade de Paris, Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas, Professor

Titular da Faculdade de Direito da USP e nos dá aqui importantes lições, que espero estejam sendo ouvidas, neste instante, no Tribunal Superior Eleitoral.

Em nome também da Justiça, Sr. Presidente, ressalto, lembrando a Senadora Ana Júlia Carepa, que, neste sábado, fará oito anos que ocorreu o triste episódio do massacre de Eldorado de Carajás, em que inúmeros trabalhadores rurais sem terra foram mortos. E, até hoje, não há uma pessoa sequer que tenha sido detida por aquele ato que, infelizmente, constitui uma das páginas tristes da história da luta pela reforma agrária em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, por oito minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz uma grande expectativa para o Centro-Oeste a Emenda Constitucional nº 43, promulgada hoje, que prorroga a aplicação de um percentual mínimo de recursos federais em irrigação.

Pela relevância da matéria, quero cumprimentar seu autor, o ex-Senador goiano Mauro Miranda. Essa promulgação também é o reconhecimento do esforço da Bancada do Centro-Oeste, especialmente do seu coordenador, o Senador Jonas Pinheiro, que tem procurado dar agilidade a todos os interesses da região.

Apesar da importância dessa medida, gostaria de fazer algumas colocações com base em estudo técnico elaborado pela Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Em primeiro lugar:

– Discutiu-se, por um ano, o melhor prazo para a prorrogação, sem levar em conta que esse tempo será abatido do período estabelecido pela Emenda.

– Ou seja, de fato, a prorrogação será por apenas nove anos, e não dez, porque os efeitos da Emenda serão válidos até 05/10/2013.

Em segundo:

– Não será a prorrogação o mecanismo necessário e suficiente para garantir o cumprimento do percentual mínimo definido para a região Centro-Oeste, que é de 20%.

– Porque, durante o prazo dado originalmente pela Constituição de 1988, que era de 15 anos, não alcançamos sequer a metade do percentual previsto no dispositivo constitucional. Ou seja, esse dispositivo nunca foi cumprido na sua totalidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há que se criar condições para que realmente 20% dos recursos federais para a irrigação cheguem ao Centro-Oeste.

Estudo da Frente Parlamentar, e já encaminhado aos membros da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, detectou que, apesar de esse percentual nunca ter sido cumprido integralmente nas propostas orçamentárias, os valores alocados foram até maiores em determinados anos – essa é uma luta que travamos todos os anos na Comissão de Orçamento. Atingimos um percentual próximo a 20%, mas a sua execução está bem aquém do que conseguimos no Orçamento.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Enquanto as propostas orçamentárias, como eu disse, atingiram percentuais próximos aos 20%, a execução não chegou a 10%.

Esse diagnóstico prova que a questão não é temporal.

Com base nesse estudo, elaborei uma proposta que poderá ser somada à PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, que está tramitando nesta Casa. Trata-se da criação de um Plano Diretor de Irrigação Regional, na forma de lei específica.

Tenho notícia de que, na gestão do Senador Ramez Tebet, quando era Superintendente da extinta Sudeco, órgão pertencente ao Ministério da Integração Regional, S. Ex^a havia iniciado a elaboração de um Plano Diretor Regional de Irrigação. No entanto, após a sua saída, esse plano ficou paralisado, e hoje ressentimos a sua importância para que o percentual fosse aplicado.

A proposta da criação do Plano Regional de Irrigação mudará consideravelmente o panorama, pois induz um planejamento ordenado e contribuirá consideravelmente para o cumprimento do dispositivo constitucional ora prorrogado.

A canalização de esforços e recursos federais para o Centro-Oeste é, antes de mais nada, um bom negócio para o Brasil. É dever e interesse da União cuidar do desenvolvimento das regiões desfavorecidas em termos de infra-estrutura e de industrialização. No caso do Centro-Oeste, há uma motivação especial e adicional: o retorno será rápido e altamente compensador para o conjunto do País.

Encerro minhas palavras elogiando a promulgação da PEC nº 43, que nos possibilita a criação desse programa, que beneficiará a região Centro-Oeste.

Finalmente, chamo a atenção para a necessidade de a Bancada do Centro-Oeste, coordenada pelo eminente Senador Jonas Pinheiro, continuar sua luta no sentido de elaborar o Plano Diretor Regional de Irrigação, que, sem dúvida, fortalecerá a prorrogação

e fortalecerá, de forma muito especial, projetos da região Centro-Oeste.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, a Mesa se associa às propostas de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores João Alberto Souza, Flávio Arns, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, e os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho e Efraim Moraes enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 24 de agosto de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.156-5, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Adene. A mesma medida extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – antiga Sudene. Posteriormente, em 2003, o projeto de lei complementar, por seu turno, propôs a recriação da Sudene, na forma do art. 43 da Constituição Federal, e a extinção da Adene.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses sucessivos eventos, até este momento, não saíram das perspectivas e das boas intenções. A nova Sudene, blindada contra a corrupção, concebida para ser uma instituição capaz de incentivar e promover a competitividade regional, de privilegiar a questão social e abandonar a preocupação obsessivamente econômica, de alevantar e dinamizar valores econômicos e culturais locais, impulsionada por técnicos competentes e de visão estratégica, continua miragem. Nesse contexto, a solução da problemática do Nordeste brasileiro continuará miragem.

Não passou de miragem a comoção do Imperador que prometeu empenhar a coroa para resolver a tragédia das secas nordestinas; continuaram miragem, ao longo da República, as grandes promessas, lançadas periodicamente com entusiasmo e exaltação, mortas à falta de vontade política, sufocadas pela pusilanimidade, pela inconstância, pela falta de decisão sólida e pelo esquecimento advindo no “dia depois”.

As idéias, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, consagram-se quando deixam de ser emoção literária para tornarem-se realidade factual, instrumentos de trabalho e de solução, fortes e eficazes, identificados com as expectativas dos que têm esperanças e lutam por dias melhores.

Temo, diante das circunstâncias, que a nova Sudente acabe sendo mais uma lamentosa iniciativa sem conseqüências, mais uma ocasião de esvaziamento da esperança e de vãs promessas.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os grandes movimentos migratórios das últimas décadas alteraram a fisionomia das metrópoles brasileiras e criaram problemas de infra-estrutura urbana cada vez mais difíceis de solucionar. O abastecimento de água nas grandes cidades é uma dessas gravíssimas questões decorrentes da explosão urbana e agora adquire aspecto duplamente dramático – pelo que significa de sobrecarga nos orçamentos públicos e pelo que representa de agravamento da questão da saúde pública.

Os obstáculos estão ficando cada vez mais difíceis de superar. Culpa, em grande parte, das populações que habitam ocupações localizadas à margem dos mananciais, o que tem um efeito multiplicador sobre o número de agressões ao rio.

Especialistas ambientais asseguram que a solução para este gravíssimo problema, que põe em risco a sustentabilidade do desenvolvimento urbano, passa pela educação de massa. É urgente educar e, mais do que isso, mobilizar a sociedade para uma cruzada contra a degradação ambiental nas regiões metropolitanas.

Por isso, é com a maior satisfação que comunico a esta Casa o sucesso do projeto Pé no Rio, da Rede Bandeirantes de Televisão.

Lançado pela TV Catarinense, em Joaçaba, em 2001, o projeto está agora em sua quarta edição e hoje influencia o comportamento das populações de 30 cidades catarinenses, onde os índices de coleta seletiva do lixo estão entre os mais altos do Brasil.

A segunda etapa do projeto desenvolve-se na Região Metropolitana de Curitiba, em Ponta Grossa e no Litoral paranaense, através da TV Bandeirantes do Paraná, com a participação de estudantes da Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica, Unicenp, Universidade Tuiuti do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A idéia vitoriosa em Santa Catarina foi adaptada com sucesso às características da região Sudeste do Paraná e desenvolve-se em dez etapas, de janeiro a junho deste ano. A emissora de televisão funciona como catalisadora de forças sociais que se mobilizam a favor do meio ambiente, através de uma maratona denominada “Educação e Aventura”.

Ao lado de competições de *rafting*, rapel e ciclismo em alguns dos cenários mais belos do nosso país,

como Vila Velha e a Serra do Mar, a emissora transmite informações sobre cuidados com a mata ciliar, proteção da fauna terrestre e aquática, e tudo que se refere ao que o ex-presidente americano John Kennedy chamou de desafio do século, quando sugeriu a entrega de um prêmio Nobel da Paz e da Política a quem conseguisse resolver a questão da água.

Hoje, trinta anos após aquele memorável discurso, a Organização das Nações Unidas dedicou o ano de 2003 às discussões sobre os recursos hídricos. E a Campanha da Fraternidade deste ano elegeu a água como tema de sua evangelização.

Em resumo, a questão é grave e urgente – e precisa ser abordada com patriotismo e espírito de solidariedade, de forma inteligente e inovadora, como está sendo agora pela Rede Bandeirantes de Televisão e, em particular pelo Canal 2 de Curitiba. Desejo registrar este fato como um momento de reencontro entre a televisão e sua bela missão de servir educando e educar divertindo.

Sr. Presidente, desejo tratar de outro assunto na tarde de hoje.

Começamos o ano de 2004 vindo na TV as já costumeiras filas de caminhões em direção ao Porto de Paranaguá. O escoamento da produção de milho provocou uma fila de trinta quilômetros e a da supersafra de soja está chegando aos 130 quilômetros.

Segundo dados da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, nos últimos dez anos, de cada cinco toneladas – acrescida a movimentação de cargas –, uma migrou para a ferrovia, enquanto as quatro restantes sobraram para serem transportadas pelos caminhões.

Essa tendência é frontalmente contrária aos estudos de necessidades de desenvolvimento do Estado do Paraná. Um trabalho divulgado em 2002 pela Secretaria Estadual de Transporte, com base em modelo canadense, constatou que, em 1999, apenas 18% das principais cargas que circulavam no Paraná escoavam por vagões. Até 2020, a participação do modal ferroviário deve chegar a 45%.

Na prática, a tendência a que estamos assistindo é totalmente adversa. Enquanto as produções agrícola e industrial fizeram crescer as exportações/importações, aumentando a movimentação de cargas em Paranaguá em 12,2 milhões de toneladas nos últimos três anos, o modal ferroviário não acompanhou as necessidades econômicas do Paraná, absorvendo apenas 2,65 milhões de toneladas.

De 2001 a 2003, a movimentação do Porto cresceu 20,5% e a ferrovia ficou no tímido desempenho de 7,85%. A alternativa tem sido colocar cada vez mais caminhões nas rodovias ou desviar cargas para ou-

tros portos, acarretando grandes prejuízos econômicos para o Estado.

O Presidente Lula, no ano passado, lançou um grande desafio para a revitalização do sistema ferroviário nacional, uma vez que o processo de desestatização implementado por Fernando Henrique não atingiu os objetivos tão propalados.

No início da desestatização, em 1993, a movimentação do Porto de Paranaguá por caminhões era de 51% e a ferrovia transportava 36%. No ano de 2003, o transporte por caminhões já atingiu 69% e a participação de vagões caiu para 27%.

No Paraná, 340 quilômetros da malha ferroviária estão relegadas ao total abandono, caminhando para a perda total das obras de engenharia, um triste e doloroso fim, pois, segundo dados da Secretaria de Transporte do Paraná, cada quilômetro de ferrovia custa US\$800 mil para ser construído.

Com esse valor patrimonial que a União está perdendo, seria possível construir a nova linha Curitiba/Paranaguá, que, desde a década de setenta, aguarda recursos para a tão sonhada implantação.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em abril de 2003, aplicou multas de R\$2,7 milhões na América Latina Logística – ALL, pelo abandono de trechos concessionados.

Precisamos saber se a multa foi recolhida aos cofres da União. Como a medida punitiva não funcionou – pois os trechos hoje estão em situação pior que no ano passado –, caberia a aplicação de multas progressivas?

Esperamos que o Sr. Presidente da Agência Nacional de Transportes nos diga as medidas que vem tomando para a reversão desse estado de dilapidação do patrimônio público nacional.

Em 2003, a fila de caminhões no Paraná ultrapassou a marca de 100 quilômetros, passando pelo Município de Campo Largo, o que vem novamente ocorrendo em 2004. Corremos o risco de ver a serpente do comboio de caminhões subir a Serra do Purunã e invadir os Campos Gerais. Já é passada a hora para a tomada de decisões, antes que o problema tome dimensões intransponíveis.

O nosso produtor agrícola fez a sua parte. Não é justo que encare uma frustração por dificuldades de escoar o seu produto.

O Sr. Presidente desta Casa, apaixonado que é pela ferrovia, há de entender as minhas preocupações aqui apresentadas.

Obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, “a gente é o que a gente come”, dizia, no

século dezenove, o filósofo alemão Ludwig Feuerbach. O contexto em que disse essa frase pode até ser equivocado, assim como sua posição filosófica em geral, mas o fato é que a frase encerra, em certa medida, uma verdade inegável. Nossa saúde varia em função de muitos fatores, mas boa parte dela depende da qualidade de nossa alimentação. Pelo menos no que diz respeito à saúde, o filósofo alemão estava certo: somos o que comemos, saudáveis quando seguimos uma alimentação correta, doentes à medida que se degrada a qualidade de nossa alimentação.

De fato, a má nutrição está direta ou indiretamente associada à maioria das doenças. A deficiência nutricional, por um lado, é um fator que favorece ou agrava os quadros de doenças infecto-contagiosas. Pessoas mal nutridas ou desnutridas, geralmente com a imunidade enfraquecida, estão muito mais expostas a esse tipo de doenças. Além disso, por outro lado, a má nutrição está também relacionada a inúmeras doenças não-transmissíveis, como a hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, diabetes e até mesmo alguns tipos de câncer. E essas doenças, em conjunto, vale lembrar, já são a maior causa de mortes no mundo.

No Brasil, alguns graves problemas de saúde pública são causados por problemas nutricionais. Bem recentemente, o Unicef divulgou os resultados de uma ampla pesquisa sobre a deficiência de vitaminas e minerais nas crianças, na qual o Brasil, infelizmente, não faz boa figura. Segundo a pesquisa, 45% das nossas crianças sofrem de anemia causada por deficiência de ferro, ou anemia ferropriva, como dizem os especialistas. Nesse quesito, estamos em pior situação do que alguns outros países da América Latina, como a República Dominicana, El Salvador, Honduras e Guatemala.

Esse tipo de deficiência é especialmente grave porque, muitas vezes, não é tão evidente quanto a desnutrição energético-protéica, outro problema nutricional que tem, no Brasil, a dimensão de um problema de saúde pública. Enquanto os efeitos da desnutrição são evidentes e facilmente constatáveis, como o baixo peso e a baixa estatura, as conseqüências da anemia ferropriva são menos perceptíveis, mas não menos graves. A deficiência de ferro pode prejudicar fortemente o desenvolvimento intelectual das crianças, diminuindo os quocientes de inteligência.

Outras deficiências, como a de vitamina A e a de iodo, também constituem problemas de saúde pública no Brasil. Mas, ao lado dessas deficiências, o sobrepeso e a obesidade já começam, também aqui no nosso País, a representar um risco de saúde pública. Estudos internacionais mostram estatisticamente que a obesidade já é quase tão letal quanto o tabagismo.

No Brasil, só no período entre 1975 e 1989, houve um aumento de 100% na ocorrência de obesidade entre os homens e 70% entre as mulheres.

Por tudo isso, uma política consistente de saúde não pode negligenciar a dimensão nutricional. Nossa Política Nacional de Saúde atende a isso, já que inclui, como sua parte integrante, uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Recentemente, aliás, foi realizada, em Olinda, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de propor diretrizes para essa política e avaliar seu andamento.

Particularmente importante, Sr. Presidente, é o foco que essa política põe na assistência às gestantes, às mães amamentando seus filhos e às crianças menores de 7 anos em risco nutricional. São esses os beneficiários do programa Bolsa-Alimentação, agora integrado no programa Bolsa-Família, sobre o qual já tive ocasião de me pronunciar antes. Uma das boas notícias da situação da saúde no Brasil é que as taxas de mortalidade infantil vêm decrescendo consistentemente ao longo dos anos. Creio que poderíamos dizer, sem medo de errar, que parte do sucesso na luta contra esse tipo de mortalidade deve-se ao êxito de programas na área de alimentação e nutrição. O Brasil, por exemplo, já tem a maior rede de bancos de leite do mundo, que atende a milhares de recém-nascidos por ano.

Esse foco nas gestantes e no desenvolvimento e crescimento das crianças é confirmado e reforçado pelas prioridades do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, o Sisvan, que, em suas atividades de monitoramento, deverá concentrar sua atenção exatamente nesses grupos. De resto, a sistematização do processo de monitoramento da situação alimentar e nutricional é um componente essencial da política nacional de alimentação e nutrição e é peça fundamental para o bom funcionamento de toda essa política. Esse sistema, ampliado de modo a estender sua cobertura a todo o País e aperfeiçoado, servirá de eixo para a condução dessa política, dando-lhe consistência e aumentando sua eficiência e eficácia.

Uma das marcas distintivas da política de alimentação e nutrição é sua intersectorialidade. São muitos os setores do governo envolvidos, nos vários âmbitos federativos, além da sociedade civil e do setor produtivo. Há aspectos econômicos, culturais, educacionais, além dos epidemiológicos, a serem levados em conta. Justamente por isso, parece-me que a integração de esforços e programas é a maneira mais sábia de conduzir, nessa área, as ações.

Nesse espírito, eu não poderia deixar de lembrar aqui de um programa que, embora ligado à área de

educação, tem uma relevância toda especial para a questão da alimentação e da nutrição. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, mais conhecido como programa da merenda escolar. Trata-se do programa social mais antigo do Brasil nas áreas de educação e alimentação, e também um dos mais bem sucedidos. É ainda um dos maiores projetos do mundo na área de nutrição, atendendo a 35 milhões de crianças.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda nessa perspectiva da integração dos programas, eu não poderia deixar de mencionar os esforços que compõem o programa Fome Zero. Esse programa, embora focado na questão da segurança alimentar, tem, por sua amplitude, implicações que ultrapassam largamente a questão nutricional. Voltado para o combate à fome, sua mirada vai mais longe, em direção à erradicação da miséria e à eliminação de suas causas estruturais.

Menciono apenas de passagem esse programa porque, em sua amplitude, lembra-nos de como é fundamental a questão da alimentação. Partindo-se dela, um amplo leque de efeitos pode ser considerado. De fato, alimentar-se é a função vital básica. Assegurar uma alimentação correta é, no final das contas, garantir a base, o fundamento de uma vida plena e boa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no que diz respeito à saúde e à nutrição, há ainda muito a fazer no Brasil, como, de resto, em todas as áreas sociais, mas é preciso reconhecer que há avanços significativos. O número de crianças desnutridas, por exemplo, vem diminuindo. Há ainda outras deficiências a serem combatidas e vencidas, como a deficiência de ferro, a que me referi antes. Há também o desafio crescente da obesidade, no extremo oposto das disfunções que têm origem nutricional. No entanto, a prioridade conferida a um programa com a ambição e o alcance do Fome Zero, bem como sua visão integrada e intersectorial, permite-nos acreditar que a situação continue melhorando nos próximos anos. Torçamos e trabalhemos para que essa crença e essa esperança não sejam frustradas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a uma conjuntura mundial tão preocupante, em que as mais sofisticadas armas, com extraordinário poder de destruição, deixam de ser monopólio de Estados e passam a ser utilizadas com desenvoltura por grupos terroristas radicais, ganha atualidade o documento elaborado por 71 colegas congressistas peruanos, que acabo de receber e que, apoiando integralmente seus termos, faço questão de

registrar nesta Casa. Trata-se de Declaração encaminhada ao Congresso dos Estados Unidos da América, acompanhada de solicitação expressa no sentido de que seja reproduzida e endereçada aos demais Parlamentamentos do Continente.

Em síntese, pedem nossos colegas do Peru que a grande potência continental reorienta sua política de vendas de armas aos países latino-americanos, listando algumas das conseqüências funestas que esse tipo de comércio acarreta para a região. Partindo do pressuposto – incontestável, aliás – de que a aquisição de armas com elevado grau de sofisticação somente se explicaria em situação de guerra extremada, o que, felizmente, não é o nosso caso, o documento solicita que o Governo de Washington retome a sensata iniciativa do Presidente Jimmy Carter, anunciada em 1977, de coibir esse caríssimo comércio.

Desgraçadamente, como resultado de provável pressão exercida pelos grupos empresariais que lucram com tal atividade, o Presidente Bill Clinton revogou a anterior decisão da Casa Branca. Portanto, o que se pede neste momento nem mesmo é inédito: trata-se tão-somente de se proceder ao retorno do quadro vigente em fins da década de 70.

Argumentos é que não faltam para justificar a iniciativa dos parlamentares do vizinho Peru. Em primeiro lugar, a manutenção do comércio dessas armas, sob o ponto de vista moral, político, econômico e social, é indecoroso e deplorável. Seu resultado imediato é drenar os já parcos recursos existentes em nossos países, desviando-os dos indispensáveis programas de desenvolvimento. Na prática, portanto, o que deveria ser investimento social da mais alta relevância – a exemplo de projetos voltados para a universalização do sistema educacional público e para a criação e manutenção de um adequado serviço de saúde – transforma-se em gasto perdulário e desprovido de qualquer sentido moral e material.

Levando-se na devida conta que essas compras normalmente se efetivam com recursos oriundos de empréstimos internacionais, temos, em conseqüência, o significativo aumento da dívida externa, sem que esse endividamento se justifique pela utilização do montante captado em projetos econômica e socialmente necessários.

Há outro aspecto da questão, Sr. Presidente, ainda mais tenebroso: a compra desenfreada de armas de tal porte pela América Latina poderá desencadear, em nossa região, uma corrida armamentista em tudo e por tudo anacrônica e deletéria. Em certo sentido, isso poderia também levar à desastrosa derrota da decisão tomada, ainda na década de 60, reiterada

posteriormente, de fazer do Atlântico Sul zona livre de armas nucleares.

Poderíamos lembrar, ainda nessa linha de argumentação, que a constituição de arsenais dessa natureza poderá reavivar antigas rivalidades, as quais, decididamente, nossas nações vêm superando. É como se, na contramão de iniciativas de integração tão positivas quanto difíceis, como a constituição do Mercado Comum do Sul – Mercosul, e da Comunidade Andina, assim como das tratativas em torno de uma futura Área de Livre Comércio das Américas – Alca, quiséssemos criar tensões artificiais e reaprofundar as grandes distâncias que, no passado recente, tanto nos apartavam.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o nefasto gigantismo desse comércio de armas especiais também viola os acordos voltados para a paz e o desarmamento em nossa região, celebrados pelos chefes de Estado dos países integrantes do Grupo do Rio. Ademais, quando se desviam recursos de nossos países para a compra desses armamentos, agride-se o espírito e a letra da Carta da Organização dos Estados Americanos, a OEA, haja vista sua determinação – formalmente acatada por todos os países que compõem o sistema interamericano – relativa à obrigatoriedade coletiva de luta “para suprimir a pobreza extrema, que constitui um obstáculo para o pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério”.

Cumpro um dever indeclinável de trazer ao Senado da República tema dessa magnitude, que diz respeito diretamente ao Brasil e aos demais países latino-americanos. Ao parabenizar os colegas peruanos pela nobre iniciativa, hipoteco-lhes minha incondicional solidariedade e registro minha integral concordância com os termos utilizados no documento dirigido aos Parlamentares norte-americanos.

Não posso admitir que um Continente historicamente marcado por absurdos desníveis sociais e que tanta dificuldade encontra para trilhar o caminho do desenvolvimento possa, acintosa e inescrupulosamente, desviar recursos vitais à luta para a superação da miséria, do atraso e das iniquidades sociais para saciar a sede de ganho imoral por parte de uns poucos.

Que tenhamos a coragem de enfrentar esses inimigos da paz e do desenvolvimento com justiça social!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para elogiar os resultados altamente compensadores da

cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima e apresentar dados estatísticos sobre os benefícios econômicos e sociais que essa importante atividade agrícola vem proporcionando a milhares de pessoas em nível regional, sejam elas agentes públicos, entidades financiadoras, produtores, empregados, vendedores de insumos, comerciantes e compradores, prestadores de serviços e consumidores. Enfim, toda a cadeia produtiva ligada à produção do arroz irrigado no Estado de Roraima está sendo diretamente favorecida pelos progressos alcançados pela agricultura estadual.

Inegavelmente, a cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima, além de oferecer todos esses benefícios que acabamos de relacionar, tem incentivado a expansão da área agrícola, como mostraremos a seguir.

Segundo dados oficiais referentes à safra de 2002/2003, considerando uma área cultivada de 15 mil hectares, o resultado final da colheita registrou 84 mil toneladas do grão. Em termos de produtividade, a média atingida no espaço a que nos referimos foi de 5,6 toneladas por hectare. Segundo previsões dos técnicos agrícolas, para a safra de 2003/2004, em uma área plantada de 20 mil hectares, a colheita esperada deverá ser de cerca de 127 mil toneladas, e a produtividade por hectare poderá chegar a 6,3 toneladas.

Por sua vez, em termos de faturamento, os produtores bateram palmas, porque lograram vendas equivalentes a 90 milhões de reais em 2003. Até o final deste ano, as comemorações poderão ser ainda maiores, porque a renda bruta esperada deverá alcançar os 128 milhões de reais, ou seja, segundo as estimativas, 10,25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 1,2 bilhão de reais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grosso da produção de arroz irrigado no Estado de Roraima se concentra nos Municípios de Boa Vista, Cantá, Bonfim, Normandia, Pacaraíma e Uiramutã. A cultura do grão assegura a sobrevivência de milhares de trabalhadores. Mais de seis mil pessoas dependem de cerca de mil empregos que são gerados, diretamente, por essa atividade agrícola. Cerca de dois milhões de pessoas, habitantes dos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá estão se alimentando com o arroz irrigado produzido em Roraima.

Segundo levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Agrofloretais (Cpaf) de Boa Vista, órgão vinculado à Empresa Brasileira de Planejamento Agrícola (Embrapa), cada hectare de várzea em Roraima produz em média mais de 6 mil quilos de arroz. Con-

vém destacar que a média nacional não ultrapassa os 5 mil quilos por hectare.

É importante ressaltar que todo o sucesso da cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima é fruto de inúmeras pesquisas e estudos que se realizam há mais de 20 anos. Assim, durante esse tempo, os técnicos agrícolas e os engenheiros agrônomos tiveram todo o cuidado com o controle das doenças como a *brusone*, com as técnicas de adubação, com o controle das ervas daninhas, com a prevenção das pragas, com o melhor conhecimento do manejo de irrigação e com a introdução de culturas alternativas ao arroz. Dessa maneira, o que vemos hoje é realmente o resultado de mais de duas décadas de estudos e de experiências, como dissemos há pouco.

É importante dizer que o arroz é um alimento rico em carboidratos, importante fonte de vitaminas e sais minerais, como fósforo, ferro e potássio, e totalmente livre do mau colesterol que causa sérios danos às artérias coronárias.

Vale dizer ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2004 como o Ano Internacional do Arroz. Evidentemente, com essa decisão, a ONU reconheceu que a cultura do produto é essencial em todo o mundo, porque contribui de maneira importante para a erradicação da fome no planeta. Basta dizer que, hoje, o arroz é alimento básico para mais da metade da população mundial, que já passou dos 6 bilhões de habitantes. Só na Ásia, mais de 2 bilhões de pessoas obtêm de 60 a 70 por cento de energia com o consumo de arroz.

Eminentes Senadoras e Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que precisamos prestar mais atenção ao que está acontecendo em Roraima em matéria de desenvolvimento agrícola. Não podemos ignorar que o Estado é a última fronteira agrícola do País e começa a figurar no mapa do *agribusiness* nacional e mundial. O *agribusiness*, aliás, é o único setor da cadeia produtiva nacional que está gerando emprego, renda, produtividade, progresso e divisas com as exportações, que são cada vez mais volumosas.

Face a essa realidade e contando com o crescimento da produção, o Estado de Roraima se prepara tecnicamente e cientificamente para melhorar cada vez mais a qualidade e a produtividade da cultura do seu arroz irrigado. Só assim o Estado poderá conquistar melhor competitividade internacional para poder satisfazer parte da alta demanda mundial que está sendo projetada para os próximos 20 anos. A título de exemplo, apenas no continente asiático, as pressões do consumo deverão elevar as importações regionais

em mais de 10 milhões de toneladas nas próximas duas décadas.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sábado, 17 de abril, será a data do oitavo aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás. O assassinato de dezenove trabalhadores rurais do movimento dos sem-terra, que se encontravam na chamada curva do “S” na PA-150 é seguramente um dos mais terríveis marcos sangrentos na luta pela reforma agrária no Brasil, e sua repercussão foi tão intensa, que esta data se tornou o Dia Internacional da Luta pela Terra.

Não é possível desvincular a ação da PM no episódio, de uma circunstância pouco conhecida, qual seja, a reunião promovida pela Federação da Agricultura do Estado – FAEPA em Belém, semanas antes dos crimes, onde se bradava, como muitas vezes vemos ainda hoje se brada, pela ausência do uso da força de forma ostensiva contra os sem-terra. O resultado da pressão foi imediatamente absorvida pelo Governador da época, Almir Gabriel, que atendendo aos reclamos de uma meia dúzia que se dizia representar os produtores rurais do Pará, autorizou aquele contingente de policiais à dirigir-se até Eldorado de Carajás.

E por quê os sem-terra ocupavam a estrada? Seria mais uma demonstração de intransigência e radicalismo? Muito pelo contrário, a ocupação da Pa-150 foi o derradeiro recurso que aquele grupo de agricultores lançou mão para ser ouvido, pois havia meses se encontravam acampados à beira da estrada, sem interrompê-la, aguardando ações do INCRA que nunca vieram.

Veja-se a diferença de tratamento para o mesmo tipo de conflito. No Pará, há oito anos atrás, o Governador Almir Gabriel viu na ação da polícia a solução para um conflito com os trabalhadores rurais – conseguiu produzir um massacre que manchou a imagem de seu governo e do Brasil internacionalmente. Na semana passada, assistimos a desocupação de uma área na Bahia, de forma negociada, sem mortes e com a preservação da propriedade que cumpre função social. O Governo Lula agindo assim sinalizou aos produtores rurais com a perspectiva de que tem como realizar uma reforma agrária dentro dos marcos legais, e principalmente tem como enfrentar os conflitos no campo com o uso dos instrumentos da democracia. Fez valer sim sua força, preservou sua autoridade, mas tratou o conflito sabendo que os sem terra não são caso de

polícia, mas de política, de política agrária e de política agrícola.

Foi por isso que o governo federal assegurou uma verba suplementar de R\$ 1,7 bilhão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a execução da reforma agrária em 2004. O valor é suficiente para cumprir a meta de assentamento de 115 mil famílias até dezembro. Temos para isso acelerado a política de assentamentos, daí que foram assentadas 11.093 famílias durante o primeiro trimestre deste ano, o dobro da média dos últimos nove anos, que foi de 5.567 famílias, e até o dia 27 de março, o Incra investiu R\$50 milhões na obtenção de terras e realização de benfeitorias nos assentamentos.

Foram em razão de posturas políticas como a do Governador Almir Gabriel que nos últimos cinco anos o Pará aparece como o recordista nos índices de mortes no campo, sendo que em 2003, de 73 assassinatos, 33 ocorreram no Pará, praticamente todos impunes.

Faço assim o registro destes fatos, para que o massacre de Eldorado de Carajás fique na lembrança como um exemplo de como não se pode aceitar a brutalidade, a repressão contra movimentos sociais que em última análise, com seus erros e seus acertos, são produto de décadas da ausência de medidas efetivas de inclusão social e diminuição das desigualdades, que nunca serão supridas pela violência venha de onde vier.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a última pesquisa do Ibope, feita no mês de março passado, confirmou a tendência que vinha se apresentando nas pesquisas passadas: a aprovação ao atual governo e a popularidade do presidente Lula continuam caindo, deixando clara a insatisfação da sociedade com a condução do nosso país.

Os jornais **O Globo**, **Folha de São Paulo**, **Correio Braziliense** e **O Estado de S.Paulo**, em suas edições do dia 7 de abril passado, divulgam os dados da pesquisa que confirmam que a popularidade do governo Lula continua em queda.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias dos jornais acima citados sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento para que passem a constar dos Anais do Senado Federal. As matérias seguem em anexo.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO, 07/04/04

Ibope: 52% acham que país está no rumo errado

Pesquisa do instituto mostra que aprovação ao governo e popularidade do presidente Lula continuam caindo

• Pesquisa do Ibope feita de 27 a 31 de março e divulgada ontem mostra que continuam caindo a popularidade do presidente Lula e a aprovação ao governo. Em relação à consultada encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), feita uma semana antes, o percentual dos que aprovam o governo caiu de 54% para 51% e o dos que desaprovam subiu de 39% para 42%.

Outro dado da pesquisa muito preocupante para o governo: hoje, mais da metade da população (52%) acha que o Brasil está no caminho errado. Na pes-

quisa anterior, esse percentual era de 46%. O total dos que acham que o país está no caminho certo é hoje de 36%.

A confiança no presidente Lula sofreu queda ainda maior, de 60% na consulta anterior para 53% na divulgada ontem. Lula perdeu popularidade principalmente entre os jovens (de 63% para 52%), os brasileiros mais instruídos (de 68% para 54%) e moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (de 60% para 50%).

Entre as mulheres, o percentual dos que acham que o governo está no caminho errado

é bem acima da média nacional: 57%. Também entre os jovens a desilusão é grande: 56% acham que o Brasil não está no rumo certo.

O percentual dos brasileiros que acham o governo ótimo ou bom caiu de 34% para 28%, uma redução de seis pontos percentuais. Já a porcentagem dos que acham o governo ruim e péssimo se mantém em 23%. Outros 47% acham o governo regular.

A pesquisa foi paga pelo próprio Ibope, segundo o instituto. Ela ouviu dois mil eleitores em 151 municípios. A margem de erro é de 2,2 pontos. ■

Correio Aéreo

FOLHA DE SÃO PAULO, 07/04/04

PESQUISA Ibope registrou uma queda de 34% para 28% Cai mais seis pontos aprovação ao governo Lula, aponta instituto

DA REPORTAGEM LOCAL

A avaliação positiva da população sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu seis pontos percentuais (ou cerca de 17,6%), de 34% para 28% de respostas "ótimo" e "bom", segundo pesquisa divulgada ontem pelo Ibope.

Os entrevistados que consideraram o governo "regular" passaram de 41% para 47%. O índice de "ruim/péssimo" manteve-se em 23%. Segundo o levantamento, realizado entre os dias 27 e 31 de março, a confiança em Lula tam-

bém caiu, passando de 60%, aferidos na pesquisa anterior (entre os dias 20 e 24 de março) para 53%.

O levantamento aponta que a maioria dos entrevistados (52%) acha que o Brasil "está no caminho errado". O índice era de 46% na pesquisa anterior. Os entrevistados que vêem o país "no caminho certo" oscilaram negativamente (dentro da margem de erro de 2,2 pontos percentuais) de 40% para 36%.

A quarta pergunta feita pelo instituto também produziu uma oscilação negativa. Os entrevistados que "aprovam" a "forma do pre-

sidente Lula administrar" foram 51%, contra 54% da pesquisa anterior. Os que "desaprovam" passaram de 39% para 42%.

Segundo texto distribuído pelo Ibope, a pesquisa "mostra continuidade na tendência de queda dos principais indicadores de avaliação do governo" em "praticamente todos os segmentos". "[Foi] percebida uma mudança mais negativa nas regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste [o Ibope agrupa as duas regiões], nos municípios com menor número de habitantes e no interior dos Estados", diz o texto do instituto.

Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios das cinco regiões brasileiras entre os dias 27 e 31 de março. A pesquisa foi uma iniciativa do próprio instituto.

A margem de erro para mais ou para menos foi de 2,2 pontos percentuais. Foram feitas quatro perguntas que trataram dos temas: avaliação do governo Lula, confiança no presidente, avaliação sobre "a forma de o presidente administrar" e "caminho seguido pelo Brasil".

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DIA	07	MÊS/ANO	Abri/2004	EDITORIA	NACIONAL	CADERNO	A	PÁGINA	43
--------	----------------------	-----	----	---------	-----------	----------	----------	---------	---	--------	----

Avaliação do presidente cai mais 6 pontos no Ibope

A popularidade do governo Lula continua em queda: caiu 6 pontos percentuais em uma semana. É o que mostra uma pesquisa realizada entre os dias 27 e 31 de março, divulgada ontem pelo Ibope. Em relação à pesquisa Ibope/Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada entre os dias 20 e 24 de março, o novo levantamento aponta uma queda de 34% para 28% na avaliação

de ótimo e bom do governo. Na mesma comparação, a avaliação regular subiu 6 pontos, passando de 41% para 47%. Essa diferença explica a queda no conceito ótimo e bom, já que o índice de ruim/péssimo ficou nos mesmos 23%. Nas duas pesquisas, 2% não opinaram ou responderam não saber.

Por outro lado, a aprovação do presidente Lula sofreu uma queda menos acentuada. Entre

os que aprovam a maneira como o presidente está administrando o País, o índice caiu de 54% para 51%. Já o percentual dos que reprovam a gestão de Lula aumentou de 39% para 42%.

Mudança maior ocorreu no índice confiança, que caiu 7 pontos, passando de 60% para 53% dos entrevistados. Na mesma proporção, caiu também a percepção dos rumos seguidos pelo País. Mais da metade da população adulta (52%) acha que o caminho está errado. Eram 46% na consulta anterior.

De forma geral, a queda na popularidade do governo ocorreu em todos os segmentos, mas foi maior nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos municípios menores e no interior dos Estados. Quanto ao índice de confiança, as maiores quedas foram registra-

das entre os jovens (63% para 52%), os mais instruídos (68% para 54%), regiões Norte e Centro-Oeste (60% para 50%) e municípios de porte médio (67% para 53%).

Para fazer o levantamento, o Ibope entrevistou 2 mil eleitores em 151 municípios do País. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais, considerando um grau de confiança de 95%.

CORREIO BRASILIENSE, 07/04/04

AVALIAÇÃO POSITIVA DE LULA EM QUEDA

A avaliação positiva da população sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu seis pontos percentuais (ou cerca de 17,6%), de 34% para 28% de respostas “ótimo” e “bom”, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Ibope. Os entrevistados que consideram o governo “regular” passaram de 41% para 47%. O índice de

“ruim/péssimo” manteve-se em 23%. Segundo o levantamento, realizado entre os dias 27 e 31 de março, a confiança em Lula também caiu, passando de 60%, aferidos na pesquisa anterior (entre os dias 20 e 24 de março) para 53%. O levantamento aponta que a maioria dos entrevistados (52%) acha que o Brasil “está no caminho errado”. O Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios das cinco regiões brasileiras entre os dias 27 e 31 de março. A margem de erro para mais ou para menos foi de 2,2 pontos percentuais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Vítima de preconceito” publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de março do corrente.

A referida matéria mostra que o Presidente Lula, ao discursar no Ceará, teria dito que a oposição torce pelo fracasso de seu governo. A verdade, Senhor Presidente, é que a oposição de hoje jamais será contra o país. Mas cabe a ela, sim, fiscalizar as ações do governo e criticá-lo quando julgar necessário.

Se o desempenho do atual governo não tem alcançado os resultados esperados pela sociedade, é porque a sua gestão está com problemas. Não adianta tentar transferir a responsabilidade pelo o que não está dando certo para a oposição.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VIAGEM PRESIDENCIAL CORREIO IOMBALENSE, 10 DE MARÇO DE 2004 3F.
Lula diz, ao discursar no Ceará, que oposição torce pelo fracasso de seu governo, para que um "torneiro mecânico" não dê certo

Vítima de preconceito

Em meio a um dos momentos mais conturbados de seu governo, provocado pelas denúncias de envolvimento do ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz com empresários do ramo de jogos eletrônicos e pela forte atuação da oposição no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou sua visita a Fortaleza para reclamar daqueles que apostam no fracasso de sua gestão. Ao discursar ontem na cerimônia de lançamento do programa "Cresce, Nordeste", ele criticou a oposição, que estaria torcendo contra o governo. Sem identificar os opositores, Lula disse que são adversários os que desejam que nada dê certo.

"Essas pessoas agem como ex-marido, que não quer que a mulher seja feliz em outro casamento. Deve ter muita gente que deve pensar assim. Nós vamos deixar um torneiro mecâ-

nico dar certo, enquanto nós estudamos tanto? Isso não pode", afirmou Lula, deixando claro que se sente vítima de preconceito por sua origem humilde. Ele disse que cumprirá as metas de administração porque tem compromisso com o país e acredita nos que trabalham com ele.

O presidente também voltou a fazer críticas aos governos anteriores ao seu durante o lançamento do "Cresce, Nordeste", que prevê a liberação de R\$ 3 bilhões a empresários que queiram investir na região neste ano. "Muitas vezes a coisa pública foi tratada no Brasil como se fosse uma coisa de amigos, um clube de amigos, e não uma coisa pública de verdade", afirmou ele, na presença de ministros, congressistas e governadores do Nordeste, inclusive o tucano Lúcio Alcântara (CE).

Lula condenou ainda as antigas gestões do Banco do Nordeste: "O Banco do Nordeste, na prática, não cobrava as divi-

das, e cada vez emprestava menos." Ele disse que, em um ano, o atual governo investiu o que foi investido pelo banco nos dez anos anteriores.

O presidente disse também que "dinheiro não vai faltar" para projetos no Nordeste e prometeu concluir a transposição das águas do rio São Francisco até o meio de 2006. A obra divide opiniões no Nordeste, mas tem o apoio do Ceará, local do lançamento da campanha.

Ciro

O ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, que estava na comitiva presidencial, afirmou que tem "uma vontade muito grande" de se candidatar nas próximas elei-

ções municipais, mas que decidirá sobre isso até o dia 2, quando vence o prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos que vão concorrer às prefeituras municipais.

"Meu coração está em Fortaleza. Ou eu serei candidato, ou eu vou trabalhar diretamente na campanha, mas eu tenho uma vontade muito grande", disse **Ciro**. O ministro afirmou ter tratado desse assunto com o presidente Lula. "Ele (o presidente) sabe que eu tenho uma vontade muito grande", afirmou **Ciro**. "Mas ele sabe também que eu sou uma pessoa responsável e que vou cumprir meu dever", acrescentou.

À noite, o presidente Lula abriu a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Recife. O evento servirá para discutir a questão da fome no país e os programas sociais desenvolvidos para resolver o problema.

PROTESTOS NO NORDESTE

O presidente Lula enfrentou ontem, em Sobral (CE), protestos de funcionários do INSS que ameaçam entrar em greve por melhores salários. Por três vezes, um pequeno grupo de manifestantes tentou interromper o discurso de Lula durante solenidade no município. "Lula, perdemos a confiança. Não nos faça perder a esperança", estava inscrito em uma faixa. À tarde, em Recife, a PM impediu que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) realizasse uma manifestação contra o governo Lula, perto do Centro de Convenções, onde o presidente abriria a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Algumas prisões foram realizadas, provocando a revolta do grupo, que atirou pedras nos PM. A polícia disparou alguns tiros.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A vacilação de Lula”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de março do corrente.

O texto, de extrema atualidade, pelo que entendo que a sua inserção nos Anais do Senado é oportuna, mostra como as atuais divergências dentro e fora do governo deixam transparente a omissão e indefinição

do presidente Lula, que fica “vacilando” entre projetos incompatíveis.

Senhor Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A vacilação de Lula

O que era um atrito sério virou simples “de-sabafo” e, ontem, em vez de voltar a chamar de “vagabundo”, como o fez na semana passada, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, preferiu referir-se ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, como “grande companheiro”.

O problema é que palavras enfeitadas não repararam estragos produzidos por palavras cruas, especialmente quando pronunciadas em momentos de franqueza. Mais ainda, as atuais divergências dentro e fora do governo não se resumem a bate-bocas. Os atritos vão se multiplicando e o presidente Lula corre o risco de ver seu governo acabado antes do tempo.

Seria simplificador atribuir tudo à escassez de recursos, dentro da velha filosofia popular de que “em casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”.

O que há é omissão e indefinição do presidente Lula, que insiste em dizer que a política econômica de seu governo é a de Palocci e Meirelles, mas ao mesmo tempo não pune quem faz gol contra seu time.

Neste último fim de semana, convocada por 15 deputados federais, a esquerda

do PT reuniu-se em São Paulo para pedir um conjunto de mudanças tão drásticas quanto as que haviam sido pedidas pelos três políticos radicais e que, por isso mesmo, foram excluídos do PT. Querem forte redução do superávit primário, redução dos juros a “um dígito” (abaixo de 10% ao ano); desvalorização cambial; redução das metas de inflação para algo próximo de 10%; tarifas públicas desindexadas do dólar; e achatamento do spread dos bancos. Só faltou reivindicar o paraíso para a classe operária.

Unilateral – Mas não explicaram como tudo isso possa compor um todo coerente que evitasse descontrole da dívida pública e nova crise de credibilidade do governo que conduziu para fuga de capitais.

Vejamos o caso do superávit primário, que é a sobra de recursos (separada da arrecadação) destinada unicamente ao pagamento da dívida pública. Não foi o Fundo Monetário Internacional que exigiu um superávit primário de 4,25%. O acordo não punia quem mais do que 3,75% do PIB. A decisão de elevar o superávit para 4,25% foi do próprio governo Lula, em coerência com o

que está na Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002, em que se compromete a elevar o superávit para os níveis que viessem a ser necessários para garantir o controle da dívida pública.

Desse ponto de vista, a tal flexibilização do cálculo do superávit primário, que se quer arrancar do FMI, não faz sentido. Primeiramente, porque não foi o Fundo que o exigiu, como ficou dito. E, em segundo lugar, porque não adianta “flexibilizar” o cálculo para “diminuir” o superávit primário se ele assim calculado não for suficiente para controlar a dívida.

Tomemos o caso do ano passado. Talvez o cálculo flexibilizado pudesse ter reduzido o superávit primário, de R\$ 66,2 bilhões para alguma coisa em torno dos R\$ 55 bilhões, permitindo que R\$ 11,2 bilhões fossem canalizados não mais para a redução da dívida, mas para outras atividades prioritárias do governo. No entanto, essa redução exigiria um abatimento menor da dívida pública. Em vez de ter crescido R\$ 77,7 bilhões no ano passado, a dívida teria crescido R\$ 88,2 bilhões. Portanto, teria ficado mais alta, ou seja, em 59,3% do PIB e não nos 58,2%.

Renegação – Em outras palavras, essa flexibilização teria contribuído menos para dar sustentabilidade à dívi-

da pública. Ao contrário, levaria o risco de precipitar o processo de quebra de confiança sem garantir o crescimento econômico. Quer dizer, não importa o critério pelo qual fosse definido o tamanho do superávit se ele não leva em conta o cumprimento do seu objetivo.

Por isso, quando arma com a Argentina um pacto de pressão sobre o FMI para redefinição do tamanho do superávit sem perguntar primeiro se ele é ou não suficiente para controlar a dívida pública, o governo Lula contribui para que novos elementos reforcem a suspeita de que se prepara para renegar o que está na Carta ao Povo Brasileiro.

É também ingenuidade acreditar em que uma inflaçãozinha de 10% ao ano não faria muita diferença. Quem aceita 10% acaba tendo de engolir 15%. E, uma vez azedado o leite, quem teria moral para depois impedir o reajuste das tarifas públicas pelo IGP-M ou pelo dólar?

Ainda assim, ao contrário do que vem dizendo, o presidente Lula pode estar convencido de que a atual política está mesmo errada e de que é preciso mudar de rumos. Nesse caso, teria de providenciar imediatamente uma nova arrumação – se é que existe. Pior que tudo é ficar vacilando entre projetos incompatíveis.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o clima de insegurança no campo continua aumentando. A tensão social provocada pelas constantes invasões de terra promovidas pelo MST é um fato que, ao que parece, não está preocupando o governo do presidente Lula, já que nenhuma providência está sendo tomada pelo governo federal para solucionar este problema.

“Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST”: Este é o título da matéria publicada hoje, 15 de abril, pelo jornal *Folha de São Paulo*. O texto mostra que o governo do Estado de Pernambuco encaminhou carta ao presidente Lula cobrando providências do Incra para as constantes ocupações

Folha de S. Paulo – 15-4-04

CAMPO MINADO ³ Governador de PE vê morosidade da União; Jorge Viana diz que ação de sem-terra pode retardar reforma agrária

Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

O governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), enviou ontem carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cobrar providências do governo federal para solucionar o que ele chamou de “quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras no Estado”.

Na carta ao presidente, Jarbas diz que vê, “de um lado, a insubordinação à lei por parte do MST e, do outro, a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da reforma agrária — o Incra — no encaminhamento das questões de sua responsabilidade”.

Pernambuco é o Estado em que ocorreram mais invasões de terra desde o início da “jornada de luta” do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 27 de março. Desde então, o movimento já invadiu 28 áreas.

O governo estadual contabiliza 55 invasões, somando as ações dos outros 12 movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária em Pernambuco.

Para embasar sua crítica, o governador cita declarações do coordenador do MST em Pernambuco Alexandre Conceição, que disse à imprensa local que a intenção do movimento era “ocupar o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e fazer o mesmo com o palácio do governo”. Conceição confirmou as declarações à Agência Folha e

acrescentou que “as invasões podem não se limitar ao palácio, se o governo não colaborar”.

O secretário estadual da Agricultura, Gabriel Maciel, disse que uma força-tarefa de Brasília é necessária no Incra de Pernambuco para agilizar o processo de assentamento no Estado.

Segundo o secretário, Pernambuco tem uma demanda por assentamentos reprimida muito grande. De acordo com ele, 12 mil famílias foram assentadas, mas 25 mil se encontram acampadas pelo Estado e promovendo invasões. “Nós conversamos diariamente com o ministro Miguel Rossetto [Desenvolvimento Agrário] para buscar uma solução.”

Viana

O governador do Acre, Jorge Viana (PT), criticou ontem a onda de invasões do MST. Segundo o petista, as ações podem até “retardar” a reforma agrária. Segundo o governador, o governo federal tem tratado o MST com “cariíño”, mas não há reciprocidade. “A reforma agrária que está sendo feita hoje é mais rápida do que a realizada no passado. Mas, com essa onda [de invasões] estamos recolocando no cenário a UDR e os latifundiários, que estavam de fora, pelo menos durante o governo Lula. Acho que as ações não vão trazer mais recursos nem acelerar a reforma agrária. Podem, inclusive, retardar”, disse.

Colaborou JAIRO MARQUES, da Agência Folha

de terra que estão ocorrendo no Estado. Pernambuco é o Estado mais atingido pelas invasões de terra promovidas pelo MST e, baseado no que diz o coordenador do movimento no Estado, a crise está longe de alcançar uma solução.

Concluindo, senhor presidente, requeiro que a matéria da *Folha de São Paulo* seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Insegurança domina o país, afirma Serra

DA SUCURSAL BRASÍLIA

O presidente do PSDB, José Serra, afirmou ontem que o país vive três sentimentos: “Insegurança, pelo que está acontecendo no campo diante da falta de um projeto de reforma agrária; impunidade, pela falta de uma conclusão do caso Waldomiro depois de dois meses do escândalo; incompetência, porque o governo nada fez para impedir o que está acontecendo no Rio”.

“O que está acontecendo no Rio é um problema antigo, mas havia a idéia de que o atual governo tinha um programa de segurança como nunca tinha acontecido no Brasil e não estamos vendo esse programa em andamento. Isso inevitavelmente deixa de oferecer um horizonte para resolver problemas estruturais, que são bastantes complexos”, disse.

A Executiva Nacional do PSDB, em Brasília, aprovou nota na qual diz que a onda de invasões de terras “é fruto da ausência de uma política efetiva de reforma agrária”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para comentar o artigo de autoria da jornalista Dora Kramer, intitulado “A queda de abril”, publicado no **Jornal do Brasil** de 8 de abril do corrente.

O texto tem como base a última pesquisa do instituto Sensus, que registrou nova queda na avaliação da administração do presidente Lula. Enquanto o governo insiste em dizer que a origem dos seus problemas está na oposição, a diretoria do referido instituto aponta que o desemprego e a percepção do imobilismo são, na

verdade, os fatos determinantes para esta avaliação negativa do atual governo.

O resultado da pesquisa mostra, de forma inequívoca, a insatisfação que se vê nas ruas.

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo publicado no jornal acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil – 8-4-04

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

A queda de abril

Não é causa, mas conseqüência, a influência das eleições de outubro na queda da popularidade do presidente da República e da avaliação positiva de sua administração.

Foram 30 pontos percentuais a menos na avaliação pessoal e outros 30 na apreciação do desempenho governamental, desde a posse até agora.

De lá para cá, os números não oscilaram, não ficaram sequer no mesmo patamar de um mês para outro: caíram de forma sistemática, expressando a inequívoca insatisfação que se vê nas ruas.

É estranho, e preocupante, que o governo insista em manter distância dessa evidência buscando atribuir seus males aos adversários da política. Estes o que fizeram foi apenas valer-se da realidade e ganhar fôlego para tentar se recuperar da derrota de 2002.

Eloqüente é que a pesquisa detecta a queda nos índices exatamente na semana em que, pelos critérios do Palácio do Planalto, o governo estava conseguindo sair da crise.

Isso seria verdade caso a crise tivesse suas razões fundadas única e exclusivamente na flagrante corrupção do segundo homem na hierarquia dos assuntos parlamentares operados pela Casa Civil.

O escândalo eclodiu em fevereiro, quando a queda dos índices já chamava atenção por acentuada e contínua.

O chamado caso Waldomiro Diniz, aponta o diretor do instituto Sensus, Ricardo Guedes, é “variante interveniente”. Colabora, mas não determina.

Determinante, diz ele baseado na análise de suas pesquisas divulgadas a cada 40 dias, é o desemprego e a percepção de imobilismo.

Isso contra muito mais que eventuais críticas à política econômica. “O problema são as coisas que pararam de andar adequadamente em outros setores da administração, fora da área econômica”, pondera.

Ou seja, o governo está sendo alvo de uma avaliação de desempenho totalmente prática, e não política, por

Lula erra se pensa que origem de seus males está na oposição

parte da população. E contra isso, discursos, denúncias de conspirações e alegações eleitorais não fazem efeito.

“Se mostrar resultados, o governo se recupera”, considera Ricardo Guedes, lembrando que Lula ainda tem capital de confiança suficiente para se recuperar. “Fernando Henrique se recuperou da crise das

bolsas em 1999 e Lula ainda dispõe de índices de avaliação pessoal superiores aos do segundo mandato de FH”. Com bons resultados, afirma, tudo é possível.

O diretor do Sensus lembra um caso que ilustra bem seu raciocínio. É sobre o prefeito de Ipatinga (MG), Chico Ferramenta, do PT.

No ano passado, o prefeito sumiu da cidade, provocando pânico até no governo federal, cujo secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, interrompeu uma viagem para cuidar do caso.

Pois Chico Ferramenta apareceu dois dias depois num hotel em Belo Horizonte onde havia ido parar após longa jornada de dedicação à boêmia.

O episódio não afetou em nada a avaliação da população de Ipatinga sobre o desempenho de Chico Ferramenta na prefeitura. Ele conta com 70% de aprovação. E a cidade conta com 100% de saneamento, atendimento de Saúde e outros serviços públicos.

Não fosse isso, os prazeres do prefeito teriam tomado a cena em Ipatinga e servido de arma eleitoral para a oposição.

Aqui, no plano federal, é também disso que se trata, de correspondência mínima, em atuação administrativa, à confiança depositada pelo eleitorado em 2002, num candidato auto-referido como capaz, senão de resolver todos os problemas, pelo menos de “cuidar do Brasil”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 21 de março, do corrente intitulados “O destruidor exotismo petista”.

O fato é que, o governo desperdiça o apoio popular e o melhor momento da economia mundial dos últimos 10 anos. Segundo a jornalista, Suely Caldas, “irracionalidade é a tradução mais sintética para explicar essa exótica mistura de balbúrdia com paralisia que vive hoje o País”.

A irracionalidade referida é de parcela do governo que ataca a política econômica de Lula, sem propor alternativas. Enquanto durar este cenário, não acontece o espetáculo do crescimento.

E o que fazer para mudar?

O Estado de S. Paulo – 21-3-04

O destruidor exotismo petista

ENQUANTO DURAR O ESPETÁCULO DE IRRACIONALIDADE DO PT, NÃO SE REALIZA O DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

SUELY CALDAS

Esta semana o mercado acalmou, os ativos financeiros estabilizaram, o Banco Central reduziu a taxa de juros, o IBGE divulgou expansão de 1,7% na produção industrial e crescimento de 6% nas vendas do comércio, em janeiro. São boas notícias, mas ainda anêmicas, não dá para entusiasmar, nem imaginar que estamos próximos do “espetáculo do crescimento”. Elas se misturam com más notícias: a renda média dos trabalhadores é 6,2% menor do que a de janeiro de 2003, a taxa de desemprego (11,7%) continua elevadíssima, a crise política não foi superada e novos investimentos continuam empacados, não deslançam e ameaçam fazer do crescimento econômico deste ano um “sonho de uma noite de verão”.

Por que 15 meses depois, desfeitos os estragos da campanha eleitoral de 2002, macroeconomia em ordem, ainda vivemos esta sensação de andar para trás? Por que o governo desperdiça o maior apoio popular já desfrutado por um presidente da República na história do País? Por que não consegue tirar proveito do melhor momento da economia mundial dos últimos 10 anos?

Há inúmeras respostas para essas indagações e todas têm relação com o governo Lula e o PT – partido que comanda o País. Irracionalidade é a tradução mais sin-

tética para explicar essa exótica mistura de balbúrdia com paralisia que vive hoje o País. Há saída? Evidente que há e está bem próxima, a nosso alcance. Mas, definitivamente, o PT e a parcela do governo mais afinada com o partido do que com a governabilidade precisam recuperar a razão, perdida com o ataque destruidor que fazem à política econômica de Lula, sem propor uma única alternativa a ela. Em vez de trabalharem para ajudar Lula e Palocci a construir o caminho da prosperidade econômica, gritam, agitam, atiram a esmo contra o governo, trabalham para destruir o que Lula e Palocci corrigiram em 2003, à custa de sacrifícios da população, desemprego e queda de renda dos que ainda não perderam

emprego. Destruir é o que prometem fazer no seminário “Queremos outro Brasil”, que realizam hoje em São Paulo, com participação de 15 deputados petistas. Vivem em assembleísmo sem respostas. Falam, gritam, discutem, esperneiam e, no final, nenhuma proposta séria, inteligente, viável, que não implique descontrole da inflação e moratória da dívida pública. Atrapalhar é o que mais sabem fazer e do que mais gostam. Enquanto eram oposição a FHC era explicável, mas agora que viraram governo...

Trabalhar, avançar e construir o desenvolvimento seriam boas medidas. Ocorre que, o Presidente da República é tímido em cobrar dos ministros uma unidade.

Enquanto isso não se resolve, quem tem como investir não o faz, porque está inseguro. Sem investimento, o crescimento econômico fica atrasado. Assim, não se gera empregos. Sofrem o País, a população, os trabalhadores.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 21 de março, seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por mais absurdo que pareça, o apoio à política econômica de Lula veio da oposição, da voz do senador tucano Tasso Jereissati. “Afirmo que a desestabilização do ministro Palocci acarretaria o mais absoluto caos neste momento”, advertiu Jereissati, na quarta-feira. Advertência a quem? Aos petistas que pedem a cabeça do ministro da Fazenda em reuniões fechadas e incentivam o inexpressivo deputado Valdemar da Costa Neto (PL-SP) a fazê-lo em público.

Por onde andou esta semana, Lula repetiu que “a queda dos juros será mais forte quando o Brasil conquistar credibilidade”. E credibilidade se conquista com racionalidade em gastos, coerência de rumos, inflação controlada, reg-

gras estáveis, agenda microeconômica que estimule o investimento, muita firmeza na política econômica e trabalho intenso que envolva todos os ministros. Os empresários com cacife e capital para investir estão parados, atônitos, inseguros diante do espetáculo de exotismo e irracionalidade que o PT e os petistas do governo proporcionam ao País. Enquanto durar este, não acontece o outro espetáculo, o do crescimento.

O presidente Lula parece isolado na defesa do ministro Palocci

e sua política econômica. Sensitivo, percebeu que o caminho seguido pelo ministro da Fazenda é o único, não há desvios. O passo agora é colocar o governo inteiro para trabalhar, avançar, construir o desenvolvimento. Mas Lula não consegue, é tímido em cobrar de outros ministros unidade, que defendam Palocci com a mesma veemência, que não deixem pairar nenhuma dúvida quanto ao apoio coletivo do governo à política econômica. Isso ajudaria muito a apressar decisões de investimento. Na festa de seu aniversário, o ministro José Dirceu afirmou que “a política econômica não muda contra o ministro Palocci”. Limitou-se a afirmar secamente algo que tem como certo, que Lula tem repetido. Mas apoio a Palocci nenhum, nem uma palavra a favor da política econômica, nenhum argumento para convencer os companheiros de partido.

O PT brinca com o perigo. Sua pressão por mudanças é suicida, porque não convence Lula e atrapalha, afugenta investimentos, atrasa o crescimento econômico, a criação de empregos. O eleitor está de olho. Se esta exótica mistura de balbúrdia com pasmaceira não for superada, sofrem o País, a população, os trabalhadores. Mas o eleitor vai dar o troco em outubro. Não duvide disso o PT.

■ Suely Caldas é jornalista
E-mail: suelycaldas@psdb.com.br

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a sanção da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, o Novo Modelo do Setor Elétrico foi implementado.

A participação do Senado Federal foi decisiva no processo de aprovação do novo modelo. Das 766 emendas apresentadas à Medida Provisória, conseguimos estabelecer 16 emendas mais importantes que constituíram a Agenda Mínima do setor privado. Os debates foram inúmeros e extensos com o Ministério de Minas e Energia e com o relator-revisor da matéria, Senador Delcídio Amaral.

No entanto, um dos temas da Agenda Mínima que o setor privado julgou não ter sido atendido, a chamada emenda 2, foi o da Universalização.

De forma bastante oportuna, foi realizada, recentemente, uma audiência pública, na Comissão de Infra-estrutura, cujo requerimento apresentado por mim foi aprovado ainda no ano passado, para tratar da regulamentação do novo Programa e das diretrizes do Governo em relação à universalização.

Durante a audiência, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, avisou que serão aplicados R\$ 5,3 bilhões no programa Luz para Todos, rigorosamente fiscalizados, para garantir a universalização do fornecimento de energia elétrica e evitar desperdício do dinheiro. Na oportunidade tive a satisfação de reafirmar minha crença na universalização através de subvenções e que o novo Programa possa utilizar a exitosa experiência do Programa Luz no Campo.

Cumprir registrar a importância da audiência, pois esclareceu, de forma inequívoca, a impossibilidade de atendimento da emenda não acatada da Agenda Mínima, a emenda 2, na ótica do setor privado. Ficou demonstrado a correção do Senado e do Governo em não aprová-la, visto que implicaria apenas na desobrigação legal das distribuidoras em promover a universalização, prevista na Lei nº 10.438, de 2002.

A idéia da universalização é um objetivo que perseguimos desde o tempo em que estive a frente do Ministério de Minas e Energia.

Na minha gestão tive a satisfação de lançar o que até hoje foi o maior programa de eletrificação rural da América Latina: o Programa Luz no Campo. No Brasil até fevereiro do corrente, o Programa demonstra resultados muito significativos. Foram 682.879 consumidores rurais ligados ou com obras em andamento, ou seja, de cerca de 3,4 milhões de brasileiros que estavam no final do século XX vivendo no escuro e agora possuem energia elétrica.

No entanto, é preciso reconhecer que o modelo do Programa “Luz no Campo” foi se exaurindo ao longo do tempo em função de:

Não obrigatoriedade legal dos distribuidores em relação à universalização.

O fato do programa ser baseado em financiamentos da Eletrobrás, através dos recursos da RGR, às distribuidoras.

Restrições creditícias e financeiras das distribuidoras.

As dificuldades dos Estados e dos Municípios.

A alteração na legislação, desde o lançamento do “Luz no Campo”, mais recentemente, na Lei nº 10.438, de 2002, estabeleceu as diretrizes para a fixação das metas a serem observadas pelas concessionárias de serviço público de distribuição visando à universalização dos serviços de energia elétrica sem ônus para os solicitantes. A norma determinava a utilização prioritária dos recursos da CDE, oriundos das multas aplicadas pela ANEEL, e pagamentos de UBPs e, como mencionei anteriormente, possibilitava a utilização da RGR para financiar investimentos em universalização por parte das concessionárias e subvencionar a cobertura de insuficiências na concessão de subsídios tarifários à classe de consumidores de baixa renda.

De fato, a Lei fixou as obrigações para universalização sem estabelecer os meios e recursos suficientes de forma a não onerar os consumidores. A Resolução 223, de 2003, da ANEEL, publicada em obediência ao que rezava a Lei citada, listou as diretrizes para a fixação das metas para cada uma das 64 concessionárias, levando em consideração a capacidade de implementação de cada uma, associada às peculiaridades regionais de cada caso, além de buscar o menor impacto tarifário aos consumidores. Todavia, na sistemática proposta o processo de universalização estaria concluído apenas em 2015, nas localidades mais carentes do país.

No intuito de antecipar este prazo demasiadamente longo, apresentei, no ano passado o Projeto de Lei nº 224, que alterava a referida norma, antecipando a universalização para o ano de 2008. O meu projeto tornava exclusiva, ao invés de prioritária, a utilização dos recursos da CDE oriundos das multas aplicadas pela ANEEL e dos UBPs, para a universalização, além de possibilitar que os recursos da RGR fossem utilizados para subsidiar, e não mais financiar, os investimentos para este fim. Por fim, na proposição que apresentei, no intuito de evitar qualquer discricionariedade por parte do agente executor, inserimos critérios para definir como se daria a subvenção.

No segundo semestre do ano passado, após a edição de uma Medida Provisória que tratava especi-

ficamente de questões relativas ao reajuste de tarifas das concessionárias, foi construído um acordo entre este Senador e o Ministério de Minas e Energia que resultou na aprovação de um Projeto de Lei de Conversão que, além da matéria tratada na MP original, incorporou praticamente na íntegra o meu projeto sobre universalização.

No Senado o PLV teve uma tramitação ágil e, aprovado, originou o Programa Luz para Todos do Governo Federal. Cumpre, inclusive registrar que o Governo pôde aprimorar a minha iniciativa, na medida em que além de todas as fontes de investimentos que propunha, a Lei sancionada, incluiu a utilização de recursos da CDE para subvencionar a universalização.

Convém registrar inclusive que, recentemente, estive na companhia da Ministra Dilma Rousseff, na minha cidade, Salvador, para o lançamento do Programa “Luz para Todos” no meu Estado.

Na ocasião pude saudar a iniciativa lembrando e sugerindo, novamente, atenção para as experiências do “Luz no Campo” que em meu Estado resultou em mudanças muito significativas na área rural. Foram 153.715 consumidores ligados e com obras em andamento, levando a energia elétrica a mais de 750.000 baianos.

No caso do “Luz para Todos” na Bahia, segundo informações prestadas por ocasião do lançamento do programa, os investimentos somam pouco mais de R\$ 1 bilhão e se darão na seguinte proporção: 50% subsidiado pelo Governo Federal, 30% investido pelo Governo Estadual e os demais 20% pelas concessionárias (15% investimento direto da Coelba e 5% com recursos financiados também pelo governa através da RGR).

Quero, portanto, saudar o espírito mantido pelo MME em relação à importância da universalização dos serviços de energia elétrica no menor prazo possível e registrando que o Governo Federal deverá ter a coragem de responsabilizar-se pela efetiva subvenção dos investimentos se, de fato, pretende levar energia a todos os brasileiros até 2008.

Por fim, registro a importância da participação constante do Senado Federal em torno dos debates que ensejarão a regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico, com intuito de acompanhar e, eventualmente, aprimorar sua implementação.

Era o que tinha a dizer!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar de tema recorrente nesta Casa, nesta e em outras legislaturas. Refiro-me à questão sempre atual do financiamento

da Previdência Social. Sabemos que modificações importantes já foram efetuadas e trouxeram alguma melhora às contas do sistema, mas não a ponto de garantir sua auto-sustentação. E este é um drama que se agrava, sem que o governo apresente soluções objetivas.

As reformas recentes e anteriores efetuadas no texto da Carta de 1988 trataram mais dos trabalhadores, mostrando-se omissas, de forma inexplicável, quanto ao aperfeiçoamento possível e desejável da contribuição patronal. E é sobre isso que quero falar.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) fez chegar às minhas mãos importante estudo nesse sentido, denominado Alternativa de Financiamento, elaborado por fiscais previdenciários, que, por dever de ofício, conhecem essa problemática nos seus detalhes.

Antes de mais nada, devo dizer que o estudo da Anfip não traz propriamente novidade em sua essência, pois enfoca a proposta de contribuição sobre o faturamento das empresas. O interessante está em que a proposta prevê contribuição sobre o faturamento líquido, entendido este como a diferença entre o faturamento bruto e o valor da folha de salários, que atualmente serve de base para definir a contribuição previdenciária.

Ora, as empresas que utilizam menor grau de sofisticação tecnológica são as que mais empregam. As que se valem dos mais avançados processos tecnológicos, além de obterem ganho muito grande de escala, empregam pouco e são as que têm faturamentos mais elevados. Dessa forma, é justo que contribuam para outros benefícios dos trabalhadores, já que para o mais importante – o do emprego – contribuem muito pouco.

De outro lado, cada vez que se divulgam os resultados negativos da Previdência, voltam à tona propostas de redução de benefícios, de ampliação de carências e outras restrições, além da recusa a um aumento do salário mínimo acima da inflação, o que possibilitaria a prometida recuperação gradual do poder de compra do trabalhador. Essa, aliás, e discussão presente, tendo em vista a iminência de anúncio do novo salário mínimo.

Contribuem ainda para a diminuição da receita previdenciária, gerando descompasso com as despesas do sistema, que só tendem a crescer, a desindexação dos salários superiores ao mínimo, o que resulta em mais achatamento, sobretudo em face dos altos níveis de desemprego e da informalidade que tomou conta do mercado de trabalho.

A Constituição Federal define, em seu artigo 195, as participações no financiamento da seguridade so-

cial. É importante mencionar as contribuições sociais estabelecidas em seu inciso I: “do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro.”

Ocorre que a seguridade social é um conceito mais amplo, que engloba as áreas de saúde, previdência e assistência social. Atualmente, recursos diversos concorrem para a manutenção desses serviços. Segundo o estudo da Anfip, “contribuições sociais sobre faturamento, lucro, movimentação financeira etc. permitem construir um sistema que se autocomplementa: empresas com grandes lucros e outras com pequenos faturamentos, e vice-versa; empresas com diferenciados graus de utilização de mão-de-obra; e até mesmo a CPMF, que permite alcançar o mercado informal, a sonegação e rendimentos que nunca poderiam ser declarados”.

O propósito da Anfip é apresentar alternativas para a Previdência, que é apenas um dos ramos da seguridade social. O que não podemos fazer é prolongar **ad aeternum** a situação atual, em que as contribuições sobre a folha de salários arcam com a integralidade dos benefícios previdenciários urbanos e rurais e assistenciais. Além do mais, isso torna o emprego proibitivo, devido aos encargos que oneram sobremaneira a contratação de mão-de-obra, elevando em muito o custo de produção.

A se manter o modelo existente, para que haja equilíbrio nas contas, uma solução seria a de fixar a contribuição patronal e do autônomo em 25% (hoje é de 20%), ou elevar de 11% para algo em torno de 17% a contribuição do empregado. Tais alterações, segundo o mesmo estudo, “agravariam a situação do emprego, achatariam ainda mais os salários, ampliariam as injustiças do sistema tributário e reduziriam a já escassa participação dos salários na renda nacional”.

Pior para as empresas que se utilizam de mão-de-obra intensiva: a consequência seria a redução dos postos de trabalho e menor arrecadação para a Previdência. O fato é que essas são as empresas que deveriam receber o olhar amigo do governo, principalmente deste governo que prometeu gerar dez milhões de empregos – e até aqui só fez diminuir os que encontrou.

Para tanto, bastaria seguir o que estabelece o § 9º do mesmo artigo 195 da Constituição: “As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.”

Esse dispositivo que favorece a criação, ou pelo menos a manutenção, de empregos não recebe a devida atenção. Enquanto isso, numerosas empresas, utilizando-se de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), recursos que deveriam beneficiar apenas e tão-somente o trabalhador (e nem seria necessário frisá-lo), investiram em automação e modernização do parque produtivo, entre outras coisas. Ou seja, financiadas pelo trabalhador, essas empresas reduziram o número de empregos. Um cruel e intolável paradoxo.

Os remendos feitos na Carta Magna no que tange à questão previdenciária até o presente momento não resolvem o problema do seu financiamento.

Quanto à questão da seguridade (saúde, previdência e assistência social), o estudo da Anfip afirma que a análise do Orçamento da União revela que “o produto das contribuições sociais supera em muito as despesas da Seguridade Social”. Mais adiante, diz: “Entretanto, o que se verifica é que se utiliza o saldo positivo da Seguridade Social para engordar o superávit primário.”

Como atingir o equilíbrio financeiro e atuarial preconizado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998? A desoneração da folha de salários é uma medida que de há muito vem sendo pleiteada, principalmente para se diminuir o tão falado “custo Brasil”, e poderia, sem sombra de dúvida, ter um efeito extremamente benéfico para a geração de empregos.

O estudo da Anfip apresenta duas propostas: uma baseada no faturamento líquido das empresas, e a outra na redução da cota patronal para as empresas com uso intensivo de mão-de-obra.

A primeira proposta estabelece a Contribuição Social sobre o Faturamento Líquido, sendo este considerado a diferença entre o faturamento bruto e a folha de salários, a qual serve de base à contribuição previdenciária atualmente.

A proposta prevê a diminuição gradual da contribuição sobre a folha de salários, à medida que se amplia a contribuição sobre o faturamento. De importante, a certeza da formalização do emprego, em movimento oposto ao que ocorre hoje. Ressalta-se a importância de que a arrecadação das duas contribuições seja colocada sob a responsabilidade do mesmo órgão. Todos sabemos da fragilidade da folha de salários nos dias atuais, de sua limitada capacidade como base de con-

tribuições e do peso que representa para a produção em muitas empresas.

Suponhamos uma empresa intensiva em capital e com ampla utilização de tecnologia, faturando R\$100 mil no mês e com uma folha de salários de R\$5 mil. Essa empresa contribui com apenas R\$1.100,00 (22%) para a Previdência Social.

Suponhamos agora uma segunda empresa, com uso intensivo de mão-de-obra, faturando os mesmos R\$100 mil no mês e com uma folha de salários de R\$40 mil. Essa empresa deve recolher para a Previdência, como contribuição patronal, R\$8.800,00.

É ou não é um disparate?

A empresa altamente lucrativa e que gera pouquíssimos empregos recolhe com o mesmo faturamento um oitavo do valor recolhido pela que gera muitos empregos. Dessa forma, quem estaria interessado em contratar? Melhor investir em máquinas que dispensem mão-de-obra. Mas, se pudermos taxar o faturamento líquido, a primeira empresa contribuirá sobre 95% do seu faturamento bruto, e a segunda, sobre 60%. Será maior a contribuição daquela que emprega menos, ao contrário do que ocorre nos dias atuais.

O estudo da Anfip propõe aumentar gradativamente a contribuição sobre o faturamento líquido e diminuir progressivamente a atual contribuição patronal. Dessa forma, poderá haver estímulo à formalização do emprego, com a conseqüente melhora da arrecadação, rumo ao equilíbrio das contas do sistema previdenciário.

A segunda proposta que o estudo da Anfip apresenta baseia-se na redução da cota previdenciária patronal pela relação entre folha de salários e faturamento bruto, o que implicará a necessidade de aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A idéia é favorecer empresas e segmentos econômicos com uso intensivo de mão-de-obra. A contribuição sobre a folha poderia baixar até os 12%, pois, segundo entendimento dos autores, a contribuição da empresa não deve ser inferior à do empregado (que hoje chega aos 11%).

A proposta estabelece que: se a relação entre folha de salários e faturamento for menor que 0,3, a empresa continuará com a alíquota patronal para a previdência de 22%; se menor que 0,4, a alíquota cairá para 17%; se menor que 0,5, a alíquota será de 15%; e uma relação maior corresponderá a uma alíquota de 12%.

Para compensar a diminuição do recolhimento da parte patronal, a Cofins seria elevada de 3% para 3,3%.

Para o financiamento da seguridade social como um todo, valeria a pena repensar a Cofins, de forma a valorizar e incentivar aqueles que investem em produção. De acordo com o estudo que ora analiso, “deve-se privilegiar as atividades econômicas intensivas em mão-de-obra, de tal maneira que o mercado formal seja preservado e, para esse fim, evitar perdas de receita para a Previdência Social”.

Os problemas que envolvem o sistema previdenciário não são exclusividade brasileira. Nações ricas se vêem às voltas com a perspectiva de dias sombrios e tentam aumentar o tempo de contribuição e de permanência dos trabalhadores na ativa, o que tem gerado protestos e manifestações que repercutem na mídia mundial.

Daí nossa preocupação com o financiamento da Previdência Social brasileira. De outra forma, a tere-mos sustentada em grande parte pelos contribuintes em geral, em razão de déficits crescentes, ou puniremos ainda mais os trabalhadores, fazendo com que trabalhem até o fim dos seus dias.

Cabe aos dirigentes públicos e a nós, representantes do povo, encontrar a melhor solução para o sistema previdenciário brasileiro, de forma a garantir aos trabalhadores a merecida tranquilidade no outono da vida. Por essa razão, trouxe à reflexão desta Casa e peço que se insira em seus Anais este estudo criterioso da Anfip.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001****2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003****Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³****Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS		ALOIZIO MERCADANTE	
Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2004, que revoga os arts 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri. ..	217	Solidariza-se com o Senador João Capiberibe quanto ao episódio que envolve o nome do referido Senador. Aparte ao Senador João Capiberibe.....	245
Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2004, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condenados e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena.	218	Faz considerações à questão da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.	250
Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida.....	220	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	290
Faz reflexão sobre conflito, entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os ruralistas.	406	Faz considerações ao assunto abordado no pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães: a problemática das estradas. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.....	380
ALBERTO SILVA		Pondera as palavras do Senador Heráclito Fortes quanto às cobranças de promessas do PT durante a campanha eleitoral.	382
Soma a sua solidariedade ao Senador João Capiberibe neste difícil momento de sua vida. Aparte ao Senador João Capiberibe.	249	ALVARO DIAS	
ALMEIDA LIMA		Comenta sobre a divulgação de recente pesquisa do Ibope sobre a queda da popularidade do Governo Lula.	30
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	287	Faz comentários a respeito de invasões de terras pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).....	30
		Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio no que tange o impedimento do Governo Federal de instalação de CPI. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	159
		Pede premência na tramitação do projeto que trata da biossegurança e dos organismos geneticamente modificados.....	162
		Pede transcrição, nos Anais do Senado, de matérias publicadas na imprensa nacional sobre o episódio Waldomiro Diniz.	181

	Pág.		Pág.
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	293	dência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	284
Comenta a respeito de seminário no Rio de Janeiro sobre avaliação do Governo Lula.	350	Comenta matérias publicadas na imprensa a respeito de pesquisas que confirmam a queda da popularidade do Governo Lula.	458
Comenta artigo “Vendeta na Reforma Agrária”, de autoria de Xico Graziano, publicado no jornal O Estado de S. Paulo.	350	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Comenta sobre o artigo de autoria da jornalista Dora Kramer, intitulado “A queda de Abril”, publicado no Jornal do Brasil, de 8 de abril do corrente.....	465	Questiona sobre o fato do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, interferir em obras que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do País.	166
ANA JÚLIA CAREPA		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	304
Trata de denúncia sobre a ameaça de morte sofrida pelo jornalista Juno Brasil do jornal Gazeta Carajás do Estado do Pará cometida pelo Deputado Estadual Faisal Salmon.	236	Comenta matéria publicada no jornal A Tarde, da Bahia, sob o título “Suspensão do dinheiro das estradas”.....	379
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	299	Solicita que o seu discurso seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, apelando ao Governo Federal que dê atenção ao problema das estradas.	379
Registra a reorientação que o governo do PT está dando aos investimentos públicos na área de saneamento e abastecimento de água no Estado do Pará	416	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Trata do transcurso do oitavo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, no próximo dia 17 do corrente.	458	Transmite a sua solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe.	248
ANTERO PAES DE BARROS		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	303
Comenta sobre matérias publicadas no jornal O Estado de S. Paulo, sobre o episódio Waldomiro Diniz.....	91	ARTHUR VIRGÍLIO	
Solicita à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro dos ofícios que Waldomiro Diniz disse ter encaminhado ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, e ao corregedor-geral da União, Waldir Pires.	239	Comenta o artigo intitulado “Coisas menores e maiores”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado nos jornais O Globo e Correio Braziliense, de 04 do corrente.	98
Cumprimenta o Senador João Capiberibe pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador João Capiberibe.	243	Requerimento nº 416, de 2004, que requer informações ao Ministro da Saúde, acerca do programa de farmácias Populares.	152
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presi-		Requerimento nº 419, que requer ao Ministro da Saúde informações acerca da política de prevenção ao câncer de mama.	153
		Requerimento nº 420, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria	

Pág.	Pág.
de Comunicação de Governo e Gestão estratégica sobre os valores gastos pela Radiobrás com a produção do programa “Café com o Presidente”... 153	Critica a política agrária adotada pelo Governo Lula..... 407
Requerimento nº 421, de 2004, que requer voto de pesar ao ator Fernando Almeida, assassinado na madrugada do último dia 04 de abril, em realengo-RJ. 154	Apóia a proposta de aumento do salário mínimo. 407
Faz comentários sobre entrevista do Ministro Aldo Rebelo ao jornal O Globo, do mesmo dia. 156	Requerimento nº 447, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro- Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais sobre o relatório da Comissão de Sindicância que investigou de núcias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz no Palácio do Planalto. 434
Defende a gestão de Fernando Henrique... 156	Fez pedido de convocação, em nome da Bancada do PSDB, do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, para que fale sobre atos da Casa Civil..... 436
Critica o Governo Federal pela política de impedimento de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito..... 156	
Reitera tópicos de seu discurso de críticas ao Governo Federal..... 164	
Requerimento nº 431, de 2004, que requer voto de pesar, pela trágica morte do skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que ele, desde 2002, esperava derrotar com a construção de um centro social 194	AUGUSTO BOTELHO
Requerimento nº 432, de 2004, que requer voto de aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção. 194	Comenta sobre o Dia Mundial da Saúde, que tem como tema “O Trânsito”. 53
Requerimento nº 436, de 2004, que requer voto de aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade de São Paulo – USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido. 196	Trata das ONGs internacionais e da questão indígena no Estado de Roraima. 323
Critica os dois meses de impunidade do caso Waldomiro Diniz..... 237	CÉSAR BORGES
Faz considerações ao processo a ser julgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Aparte ao Senador João Capiberibe..... 241	Manifesta sua preocupação com as ações do MST, especialmente no Estado da Bahia..... 42
Comunica a decisão da Subcomissão de Segurança do Senado de convocar autoridades para debater o problema da segurança pública no Rio de Janeiro. 250	Parabeniza o Senador Sérgio Guerra pelo pronunciamento e importância, para a Nação, da questão levantada. Aparte ao Senador Sérgio Guerra... 444
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências..... 296	Critica o Governo Federal pela situação em que se encontra o País, fazendo um painel co manchetes publicadas em diversos jornais..... 445
Comenta matérias publicadas na imprensa, com análises e informações sobre o Governo Lula. 313	CRISTOVAM BUARQUE
Registra o artigo intitulado “Governar é preciso” de autoria do Sr. José Serra, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 5 do corrente..... 386	Requerimento nº 414, de 2004, que requer, nos termos do art. 40 § 1º, I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão no exterior, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre 11-4 e 23-4-2004, para comparecer aos compromissos relacionados abaixo, cujos convites faço anexar, e que não representarão quaisquer ônus para o Senado Federal” 1
	DELCIDIO AMARAL
	Manifesta sua preocupação com o aumento do desemprego em função da possibilidade de desativação da Mina de Urucum no Estado de Mato Grosso do Sul..... 55

	Pág.		Pág.
Reflete, por ocasião da semana santa, sobre a Campanha da Fraternidade da CNBB que tem como tema este ano “Água: fonte da vida”.....	55		
Parecer nº 333, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39, de 2004 (nº 153/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2004.....	212	2003, (nº 128/2003, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	1
Parecer nº 334, de 2004 – PLEN, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, originário da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	281	Requerimento nº 434, de 2004, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto Lei do Senado nº 4, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.....	195
DEMOSTENES TORRES		Parecer nº 331, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350 (nº 2.313/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.....	207
Aplauda o editorial do jornalista Herbert de Moraes Ribeiro, no Jornal Opção, intitulado “O rei está nu e o Estado corre risco”.....	78	Traz a sua palavra de solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe	244
Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, que altera a redação do inciso I do art 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro instituiu o Código Civil, providências.....	427	Requerimento nº 437, de 2004, requerendo, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 397, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.	251
Trata a atuação do Ministro da Justiça no episódio de violência na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, apontando a necessidade de uma política pública de segurança para o País.	438	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências	305
DUCIOMAR COSTA		Cobra a aprovação da “PEC paralela”. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	371
Cumprimenta o Senador Mão Santa por trazer assuntos importantes para o Plenário. Aparte ao Senador Mão Santa.	229	Comenta matéria “Vítima de preconceito”, publicada no jornal Correio Braziliense, edição de 18 de março do corrente	461
Faz apelo ao Governo Federal para que direcionem efetivamente ao Estado do Pará o programa governamental “Luz para Todos”	320		
Faz considerações a respeito da violência. Aparte ao Senador Ney Suassuna.....	378	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Soma-se ao pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa no que tange a força para que recursos sejam destinados ao Estado do Pará. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	417	Fala sobre a solicitação dos integrantes da bancada federal do Tocantins ao Ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues, para que faça gestões junto à missão da Comunidade Européia que inspecionará áreas de produção de carne bovina	
EDISON LOBÃO			
Clama por segurança no País. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	440		
EDUARDO AZEREDO			
Parecer nº 328, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 30, de			

	Pág.		Pág.
brasileira destinada à exportação, a fim de que inclua o Tocantins dentro dos estados a serem visitados.	135	de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	295
EDUARDO SUPPLY		Trata da necessidade de implementação de uma agenda produtiva para agilizar as votações no Congresso Nacional.	365
Faz consideração ao pronunciamento do Senador Álvaro Dias, no que tange as invasões de terras pelo MST. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	31	Faz apelo ao Presidente Lula para que reveja a política governamental em relação aos servidores da Polícia Federal.....	365
Solidariza-se com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que tem agido com firmeza para resguardar a tecnologia brasileira de enriquecimento de urânio.	54	Manifesta contrariedade ao Projeto de Lei de Conversão 20, de 2004.	365
Cumprimenta o Senador Delcídio Amaral por enaltecer a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Aparte ao Senador Delcídio Amaral...	57	Comenta o adiamento da votação da “PEC paralela”. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	371
Pede transcrição, nos Anais da Casa, de Ofício do Ministério da Justiça, solicitando adiamento de audiência na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, para conhecer melhor as denúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Alberto Costa, que foi diretor do FBI.	172	Parabeniza o Senador Ney Suassuna por trazer um assunto de tanta importância para a tribuna: violência. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	378
Testemunha a respeito da vida pública do Senador João Capiberibe, cumprimentando-o. Aparte ao Senador João Capiberibe.....	241	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães no que tange os problemas que enfrentam as estradas brasileiras. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães	380
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	286	Faz considerações sobre o estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – Anfip, denominado “Alternativa de Financiamento”, que enfoca a proposta de contribuição previdenciária sobre o faturamento das empresas.....	468
Comenta a baixa de juros, concedida através de decisão tomada pelo Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central.....	384	FÁTIMA CLEIDE	
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, no que se trata da convocação do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Comissão de Fiscalização e Controle.	437	Relata conflitos entre garimpeiros e índios cinto-larga, na reserva indígena Rooservelt, em Rondônia, no sábado que se passou.	143
Acrescenta informações ao pronunciamento do Senador Sérgio Guerra no que se diz respeito a CPI da Terra. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.....	443	Solidariza-se ao Senador João Capiberibe e a Deputada Janete Capiberibe, ameaçados de perda de mandato.	143
Comenta artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, intitulado “Em nome da Justiça”, publicado nesta quinta-feira pelo jornal Correio Braziliense, sobre o processo de cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, aos quais apresenta solidariedade.....	450	Cumprimenta o Senador Sibá Machado pelo seu pronunciamento em prol do não desmatamento amazônico. Aparte ao Senador Sibá Machado.	149
EFRAIM MORAIS		Requerimento nº 417, de 2004, que requer, nos termos do art 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Erir Ribeiro eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio Faz Diferença	152
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163,		Requerimento nº 422, de 2004, que requer, nos termos do art 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.....	154

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 423, de 2004, que requer, nos termos do art 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, eleito Personalidade na Categoria Economia pelo Prêmio Faz Diferença.....	154	FLÁVIO ARNS	
Requerimento nº 424, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.	154	Solidariza-se com o Senador João Capiberibe no equívoco que mencionou seu nome. Aparte ao Senador João Capiberibe.....	245
Requerimento nº 425, de 2004, requerendo, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso, em memória, à família do Senhor Sérgio Vieira Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.	155	Comenta a respeito da mobilização da sociedade para preservação dos recursos hídricos.....	453
Requerimento nº 426, de 2004, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano Categoria Esportes pelo Prêmio faz Diferença.	155	Trata da utilização do Modal Ferroviário para escoamento da produção agrícola do Estado do Paraná.	453
Requerimento nº 427, de 2004, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Aloízio Teixeira eleito Personalidade na Categoria Magazine pelo Prêmio faz Diferença.....	155	GARIBALDI ALVES FILHO	
Requerimento nº 428, de 2004, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 1997, a realização no dia 19 de abril de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Índio.	155	Critica a recente decisão do Supremo Tribunal Federal em reduzir o número de vereadores na maioria dos municípios brasileiros.	41
Pede transcrição de discurso a respeito do conflito entre garimpeiros e índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia.	354	Apela ao Ministro do Trabalho para verificar os excessos praticados pelos fiscais daquele Ministério na fiscalização da fruticultura do Estado do Rio Grande do Norte.	171
FERNANDO BEZERRA		Elogia o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltando a importância das atividades na geração de empregos e oportunidades.....	414
Parecer nº 332, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), que solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB)..	209	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
		Manifesta seu apoio em solidariedade ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe.	246
		Comenta evento promovido pelo TCU “Diálogo Público: O TCU em Diálogo com o cidadão”	420
		Manifesta solidariedade ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe.....	420
		HÉLIO COSTA	
		Requerimento nº 430, de 2004, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos PRS 066, de 2002, e o PRS 002, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.	193
		Defende alterações na Medida Provisória 135/2003, que eleva a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Confins .	401
		HELOÍSA HELENA	
		Comenta sobre experiências vividas, nos últimos meses, ao ensejo da Semana Santa, que evoca valores morais e religiosos.....	14

Pág.		Pág.
	Reflete sobre o desemprego no Brasil quando faz referências ao desempregado que ateou fogo sobre o próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto.	233
	Trata da importância do debate sobre a política econômica brasileira.	233
	Comenta a necessidade da liberação de recursos vinculados no orçamento público.	233
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	285
	Faz considerações à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	344
	Critica a Medida Provisória dos bingos e faz apelo no sentido de proteger os trabalhadores do desemprego.	357
HERÁCLITO FORTES		
	Associa-se aos demais Senadores na solidariedade à luta do Senador João Capiberibe por qual está passando. Aparte ao Senador João Capiberibe.	248
	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	306
	Critica o preenchimento de cargos de confiança no Governo Federal. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	344
	Congratula com a Senadora Maria do Carmo Alves pela oportunidade do pronunciamento que discute a questão da bitributação. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves.	362
	Faz considerações ao discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	381
	Interpela o Senador Aloízio Mercadante sobre promessa do PT na campanha eleitoral, de no primeiro ano, recuperar estradas, aumentar salários, dentre outras.	382
	Cumprimenta o Senador Sérgio Guerra pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.	444
	Faz considerações ao pronunciamento do Senador César Borges no que tange críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges.	447
	JEFFERSON PERES	
	Faz considerações sobre o processo contra o Senador João Capiberibe, em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral.	347
	Cobra a votação da “PEC paralela”.	347
	Manifesta sua apreensão com os conflitos no campo e as invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.	409
	JOÃO ALBERTO SOUZA	
	Defende a recriação da Sudene.	452
	JOÃO BATISTA MOTTA	
	Cobra do governo Lula mais ousadia para implantação de Projetos Econômicos e Sociais....	52
	Trata da transferência de verbas da União aos Estados Brasileiros.	52
	Comenta a respeito do equívoco administrativo do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) em relação ao Projeto Frigorífico Norte Capixaba.	230
	JOÃO CAPIBERIBE	
	Faz considerações quanto a questão de reservas indígenas no País. Aparte ao Senador Siba Machado.	149
	Presta esclarecimentos sobre o processo a ser julgado pelo Superior Tribunal Eleitoral que ameaça o mandato de S. Exa. e o de sua esposa, a Deputada Janete Capiberibe.	240
	Presta esclarecimentos sobre processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral.	348
	JOÃO RIBEIRO	
	Homenageia o transcurso do cinquentenário do Colégio D. Orione, em Tocantinópolis-TO.	132
	Comenta a abertura, no mesmo dia, da quarta edição da Agrotins – Feira de Tecnologia Agropecuária.	356
	Apela para providências do Governo no sentido de que seja formada a comissão para analisar o pleito de garimpeiros acampados na cidade de Araguaína – TO.	413

VIII

	Pág.		Pág.
JOÃO TENÓRIO			
Trata da intenção do Governo de não discutir a reforma política no Congresso Nacional, conforme matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, de 10 e 11 de março último.	87	Faz considerações ao pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves no que tange a bitributação. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves.	363
Pede transcrição, nos Anais do Senado, de matéria intitulada “Poder reconstruído”, publicada no jornal Correio Braziliense, de 18 de março último.	175	Cobra medidas do Governo Federal para reduzir “spread” bancário, o que contribuirá para a redução dos juros aos consumidores.	410
JONAS PINHEIRO			
Requerimento nº 440, de 2004, que requer, nos termos do art 40, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para participar do Intercâmbio Luso-Brasileiro que será realizado em Lisboa, Portugal, de 18 a 25 de abril do vigente ano, como membro da FRENCO-OP – Frente Parlamentar do Cooperativismo, com ônus para o Senado Federal. Comunica que estará ausente do País no período de 18 de 25 de abril.	252	Comenta artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal Folha de S. Paulo, intitulado “Eu creio, a CPI é possível”, de 5 do corrente.	82
JORGE BORNHAUSEN			
Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2004, que modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	221	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	283
JOSÉ AGRIPINO			
Comenta artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal Folha de S. Paulo, intitulado “O governo, a soja e o trovão”, de 29 de março último.	83	Solidariza-se com a Senadora Serys Silhessarenko quanto à aprovação da PEC 77. Aparte à Senadora Serys Silhessarenko.	337
Comemora os dois meses da denúncia do caso Waldomiro Diniz.	234	Critica a gestão do Ministro da Educação, Tarso Genro, e especialmente ao programa Universidade para Todos.	340
Preocupa-se com a questão da segurança decorrente dos recentes episódios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro.	234	LEONEL PAVAN	
Faz considerações a questão que envolve a Deputada Janete Capiberibe num processo a ser julgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Aparte ao Senador João Capiberibe.	243	Faz comentários acerca do Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	32
Comenta a respeito da Subcomissão Permanente de Segurança Pública e da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.	251	Comenta sobre a participação dos vereadores do Estado de Santa Catarina na caminhada entre os municípios de Osório e Palhoça, em Santa Catarina, para reivindicar a duplicação da rodovia BR-101..	34
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	292	Cumprimenta o Senador Valdir Raupp pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	50
		Critica postura da empresa aérea TAM quanto a vendagem a mais de passagens, o que acarretou transtorno à dezenas de pessoas.	171
		Comenta o artigo “PF prende ex-presidente da Câmara de SP”, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 20 de março último.	177
		Cumprimenta o Senador João Batista Motta pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador João Batista Motta.	232
		Manifesta solidariedade em seu nome e no de seu partido, o PSDB, ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe.	249
		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presi-	

Pág.	Pág.
dência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	300
Aproveita o pronunciamento do Senador Efraim Moraes para ler algumas manchetes de jornais que circularam pelo Brasil nos últimos dias. Aparte ao Senador Efraim Moraes.	367
Comenta manchetes de jornais sobre Waldoniro Diniz e as campanhas eleitorais do PT, a violência no país e no crescimento do desemprego. .	368
Comenta matérias intituladas “Presidente do PL ataca Palocci” e “Lula dobra o PL e Valdemar”, publicadas no Jornal do Brasil e no Jornal O Globo, de 16 e 17 do corrente, respectivamente.	387
Cobra liberação de recursos para superar a crise no setor agropecuário do Estado de Santa Catarina, devido à estiagem que atingiu a região.	402
Requerimento nº 445, de 2004, que requer, nos termos do art 259, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 160, de 2004, de minha autoria, que solicita a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei Senado nº 501, de 2003.	431
Analisa o artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, do dia 21 de março, do corrente intitulado “O destruidor exotismo petista”.	466
LÚCIA VÂNIA	
Comenta sobre o transcurso de Dia Mundial da Saúde.	45
Manifesta sua surpresa com uma recente propaganda do Governo Federal, no qual é anunciada a distribuição de 1.480 ambulâncias por todo País, criticando a iniciativa governamental.....	45
Trata da inconsistência na política nacional de saúde.....	45
Comenta o artigo “Quem é quem”, de autoria da colunista Eliane Catanhêde, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 23 de março último.	85
Comenta sobre a paralisação do Programa “Primeiro Emprego”, ressaltando a necessidade de sua reavaliação.	174
Comenta sobre a honestidade e honra do Senador João Capiberibe, solidarizando-se com o caso do referido Senador. Aparte ao Senador João Capiberibe.	247
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	302
Comenta sobre matéria publicada no jornal Gazeta Mercantil, do mesmo dia, intitulada “Governo Lula tem saldo negativo com BID e BIRD”.	321
Parecer nº 335, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.	328
Comenta sobre pesquisa de indicadores sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	393
Manifesta sua satisfação com a promulgação, hoje, da Emenda Constitucional 43, que prorroga, por 10 (dez) anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.	451
LUIZ OTAVIO	
Requerimento nº 418, de 2004, que requer nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no dia de hoje, de Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do Jornal Diário do Pará, sendo o mesmo comunicado à sua família e ao referido jornal.....	152
MAGNO MALTA	
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Paulo Paim quanto à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim.	224
Faz considerações ao pronunciamento do Senador João batista Motta, quanto ao ocorrido no Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador João Batista Motta.....	232
Solidariza-se com a questão que está envolvendo o Senador Capiberibe a qual procure denegrir sua imagem e de sua família. Aparte ao Senador João Capiberibe.	244
Cumprimenta o Senador Papaléo Paes pelo seu pronunciamento e faz considerações à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	345
Propõe que sejam absorvidos os trabalhadores de bingo.	348
Comenta o aumento do número de homicídios no Estado do Espírito Santo.	348
Faz reflexões sobre a violência urbana no país e a gravidade da situação no Rio de Janeiro.	348

	Pág.		Pág.
Trata da necessidade de uma política de segurança pública para o país.	348	Requerimento nº 442, de 2004, que requer, nos termos do Art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do Senhor Pedro Alelaf, grande desportista do Piauí, ex-jogador de futebol, fundador e Presidente do Parnaíba Esporte Clube, pelo seu falecimento, nesta sala, na Cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí.	335
Elogia o trabalho desenvolvido no combate ao crime organizado pelo Dr. José Roberto Santoro, Sub-Procurador-Geral da República.	412	Faz homenagem de pesar pelo falecimento do desportista piauiense Pedro Alelaf.	411
MAGUITO VILELA		Cumprimenta o Senador Osmar Dias pela pessoa que é. Aparte ao Senador Osmar Dias. ...	420
Concorda com o dito no pronunciamento do Senador Paulo Paim no que se refere à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	225	Faz críticas o Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges.....	447
Manifesta sua satisfação com aprovação do relatório de S. Exa. ao Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que denomina de Arquivo Cora Coralina ao arquivo do Senado Federal.	239	MARCELO CRIVELLA	
MÃO SANTA		Requerimento nº 446, de 2004, que requer, nos termos do art. 336, I, do Regimento Interno do Senado Federal, regime de urgência para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, que “altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias”.....	434
Comemora o transcurso do Dia Mundial da Saúde.	46	MARIA DO CARMO ALVES	
Comenta o artigo intitulado “Lula está dormindo”, de autoria de Dom José Maria Libório Camino Saracho, Bispo de Presidente Prudente.....	46	Trata da comercialização de gás liquefeito de petróleo e gás natural.....	360
Trata da difícil situação da saúde no Brasil.	46	MOZARILDO CAVALCANTI	
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Papaléo Paes quanto ao compromisso com a aprovação da PEC paralela. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	134	Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.	334
Faz considerações quanto a situação do analfabetismo no País. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	138	Apela para que os servidores dos ex-territórios brasileiros tenham o mesmo aumento salarial do funcionalismo federal.	414
Testemunha sua admiração pelo Senador Osmar Dias. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	142	NEY SUASSUNA	
Faz análise crítica à equipe econômica do Governo Lula.	169	Solidariza-se ao Senador Romero Jucá, quanto à inclusão equivocada de seu nome em investigações de desvio de verbas. Aparte ao Senador Romero Jucá.	17
Comenta sobre o preço do gás de cozinha .	228	Protesta contra o aumento do gás de cozinha decorrente do aumento da sua tributação em algumas capitais brasileiras.	33
Trata dos impostos incidentes sobre a gasolina.....	228		
Comenta a respeito do lucro obtido pela Petrobrás e programas realizados pela mesma	228		
Trata do problema de desemprego.	228		
Solidariza-se com o episódio que envolve o Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe.	248		
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	308		

	Pág.		Pág.
			XI
			Pág.
Reivindica recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para recuperação da malha rodoviária federal brasileira.	145	PAPALÉO PAES	
Comenta a existência de grande número de ONGs que cuidam de reservas, para que não haja desmatamento. Aparte ao Senador Sibá Machado.....	147	Cumprimenta o Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Paulo Paim..	126
Cumprimenta o Senador Paulo Paim pela pessoa política que é. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	225	Defende a aprovação da PEC paralela.	132
Fala, em nome do PSDB, que está sócio da idéia do Senador Arthur Virgílio no que tange a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.	251	Justifica o Projeto de Lei 71/2004, de sua autoria, que altera o artigo sexto da Lei 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a inclusão de fotografia do título eleitoral e a realização de recadastramento dos atuais eleitores, em todo território nacional.	132
Trata da bitributação que sofre o Estado da Paraíba. Aparte ao Senador Ney Suassuna.....	363	Comenta a respeito da polêmica da decisão do Governo em fechar os bingos no País.....	342
Comenta a falta de segurança no Brasil.	376	Posiciona-se contrário à Medida Provisória que faz mudanças na estrutura do executivo e cria cargos de confiança no Governo Federal.....	342
Trata das dificuldades enfrentadas pelo país no campo econômico.	376	Manifesta sua preocupação com o descumprimento do acordo firmado em torno da “PEC paralela”.	342
Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2004, que altera o inciso VII do art 208 da Constituição Federal, para estender aos educandos de ensino médio os programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	396	Faz críticas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que cancelou audiência com as lideranças e as bancadas do Amapá, Roraima e Rondônia, marcada para o mesmo dia, que iria tratar da revisão do plano de carreira e da política remuneratória dos servidores e policiais militares dos ex-territórios federais.	412
OSMAR DIAS		PAULO ELIFAS	
Comenta sobre a aprovação da PEC nº 77. Aparte ao Senador Paulo Paim.	126	Trata da necessidade da rodovia BR-364 no Estado de Rondônia.	391
Faz considerações ao pronunciamento do Sr. Valdir Raupp, no que tange o direito do Tocantins à exportação. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	136	Requerimento nº 444, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que a competência da “Comissão Especial Externa – Questões Fundiárias RR/MS” se estenda também aos Estados de Rondônia.	425
Cumprimenta o Senador Valdir Raupp pelo seu discurso acerca do analfabetismo. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	137	PAULO OCTÁVIO	
Critica o Governo Federal pelo fechamento de cursos de universidades públicas.	140	Demonstra sua surpresa com a matéria intitulada “Rio pode perder para Brasília a sede da Agência Nacional de Saúde Suplementar”, publicada no jornal O Globo, de 28 de março do corrente.	43
Requerimento nº 415, de 2004, que requer , nos termos regimentais , que o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2004, que “altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura”, seja encaminhando à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	151	PAULO PAIM	
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	288	Comenta a respeito da Lei de Falências. Aparte ao Senador Ramez Tebet.....	9
Critica a atuação do Governo Federal na condução da política agrária no País.	418	Faz considerações quanto ao excesso de medidas provisórias. Aparte ao Senador Ramez Tebet.....	9

	Pág.		Pág.
Comenta sobre a votação do salário mínimo, por faltarem somente 13 dias. Aparte ao Senador Ramez Tebet.....	9	comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.	200
Faz cobranças do acordo feito entre o Governo e o Congresso Nacional para aprovação da “PEC Paralela”.....	36	RAMEZ TEBET	
Faz comentários sobre audiência de S.Exa. com o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu..	36	Projeto de Resolução nº 10, de 2004, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	4
Trata da implementação efetiva do Estatuto do Idoso.	36	Mostra-se contrário ao excesso de medidas provisórias	8
Trata da importância do combate ao trabalho escravo no Brasil.	36	Demonstra sua preocupação com o andamento dos trabalhos legislativos.	8
Defende a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial e Social.	36	Requerimento nº 429, de 2004, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Ofício “S” nº 30, de 2003, que “solicita autorização para efetuar a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se ao recursos à execução do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura”.	193
Cumprimenta o Senador Mão Santa pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Mão Santa...	47	Projeto de Resolução nº 12, de 2004, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200,00 (quatrocentos e vinte sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracteriza como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para O crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB)	211
Comenta sobre matérias publicadas na imprensa a respeito de reservas de “cotas para afro-brasileiros” nas universidades públicas.	124	Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004.	213
Trata da importância da aprovação da “PEC paralela”.....	124	Rende tributo ao Senador Paulo Paim quanto à “PEC paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim.	224
Defende a instituição de um salário mínimo, no valor de cem dólares.	124	Faz considerações sobre a nova Lei de Recuperação de Empresas.	227
Comenta incidente ocorrido, no mesmo dia, em frente ao Palácio do Planalto, em que um jovem ateou fogo ao próprio corpo por estar desempregado.	223	Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências	310
Apela pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da “PEC paralela” à reforma da previdência.	223	Requerimento nº 443, de 2004, requerendo, na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2002, que “Altera	
PEDRO SIMON			
Requerimento nº 435, de 2004 que requer, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação.	195		
Parecer nº 329, de 2004, da Comissão de Assunto Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da república, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.	196		
Parecer nº 330, de 2004, da Comissão de Assunto Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da república, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e			

Pág.		Pág.
	a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica” e o Projeto de Resolução do Senado nº 71, de 2003, que “Estabelece alíquota mínima do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, medicamentos, insumos agrícolas, energia elétrica de baixa renda e sobre prestações de serviços de transportes e comunicações, para produtos da cesta básica”, por tratar-se de matéria correlata.....	335
	Faz considerações à Medida Provisória do bingo. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	343
	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Osmar Dias quanto à política agrária. Aparte ao Senador Osmar Dias.	419
	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Sérgio Guerra no que se trata do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. .	442
	REGINALDO DUARTE	
	Analisa o artigo intitulado “A avaliação de Lula”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, de 23 de março do corrente.....	463
	ROBERTO SATURNINO	
	Anuncia o início do processo de assentamento no campo pelo Governo Lula.....	35
	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo ao Jornal Nacional.	163
	Demonstra surpresa na denúncia feita ao Senador João Capiberibe. Aparte ao Senador João Capiberibe.	246
	Apóia a proposta do Senador Arthur Virgílio, quanto ao problema da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro	250
	RODOLPHO TOURINHO	
	Requerimento nº 433, de 2004, requerendo, nos termos do art 50, § 2º da Constituição Federal e art 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Tarso Fernando Herz Genro, informações que menciona.	194
	Faz considerações à bitributação mencionada no pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves.	362
	Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2004, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.	432
	Comenta lançamento do Programa Luz para todos no Estado da Bahia.	467
	ROMERO JUCÁ	
	Anuncia que moverá ação contra o Ministério Público Federal por ter tido o seu nome incluído equivocadamente numa investigação sobre desvio de verbas, no município de Cantá-RR.....	15
	Congratula o Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde e a coordenação do Programa Nacional de DST e AIDS pela referente publicação denominada “Critérios de definição de casos de AIDS em adultos e crianças”.	90
	Comenta a respeito da obra “Violência nas Escolas” de iniciativa da Unesco, com apoio do Banco Mundial, Instituto Ayrton Senna e Fundação Ford.	324
	Anuncia estudo, feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o reajuste salarial dos servidores federais dos ex-territórios.	449
	Apresenta resultados da cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima.	456
	ROMEU TUMA	
	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art 144 da Constituição Federal, para estabelecer aos delegados de polícia a garantia da inamovibilidade.....	215
	Comenta sobre a “PEC paralela”. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	225
	Faz considerações ao pronunciamento da Senadora Maria do Carmo Alves no que se trata de derivados petrolíferos. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves.	362
	Comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelo sistema de saúde brasileiro, em especial pelas Santas Casas de Misericórdia.	392
	ROSEANA SARNEY	
	Projeto de Resolução nº 11, de 2004, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2002, que “dispõe sobre a impressão de trabalhos gráficos”, com vistas a permitir as publicações de autoria de	

XIV

	Pág.		Pág.
Senador ou desenvolvidas sob sua orientação a respeito de assuntos históricos ou culturais de interesse regional, bem como àquelas destinadas ao apoio a atividades de caráter humanitário	76	Explicita justificativas sobre a PEC 13/2003, que altera a redação do parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de municípios.	341
SÉRGIO CABRAL		SERYS SLHESSARENKO	
Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2004, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para adaptá-lo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que finge como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência física. ..	431	Trata da necessidade de aprovação da “PEC paralela” na Câmara dos Deputados.	10
SÉRGIO GUERRA		Defende a utilização dos recursos da CIDE para a recuperação das estradas de rodagem.....	10
Comenta a respeito da Reforma do Judiciário. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	12	Faz considerações à Reforma do Judiciário.	10
Trata da questão da reforma agrária. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	12	Comenta a respeito da necessidade do avanço da reforma agrária.	10
Cumprimenta o Senador Romero Jucá pela sua atitude, ao qual se refere em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Romero Jucá	17	Apela para a aprovação da PEC paralela. ..	139
Comenta artigo intitulado “Um jogo disputado”, de autoria do colunista Zuenir Ventura, publicado no jornal O Globo, de 10 de março último.	87	Defende a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias federais.	139
Comenta o artigo “A imprensa e outros fantasmas do PT”, publicado no jornal Valor Econômico, de 9 de março último.	179	Faz comentários a respeito do pronunciamento do Sr. Valdir Raupp, em defesa da reforma da educação no Brasil.	139
Tece comentários a respeito da vida pública do Senador João Capiberibe, solidarizando-se com V. Exa. no caso que envolve seu nome. Aparte ao Senador João Capiberibe.	247	Faz considerações especiais sobre a “PEC paralela” e a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das rodovias.	337
Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	289	Trata do voto do Brasil no Congresso da ONU, em maio próximo, sobre Estratégia Global de Alimentação Saudável.	337
Trata da questão fundiária de Pernambuco.	441	SIBÁ MACHADO	
Pede transcrição de matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, no dia 15 de abril último, intitulada “Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST”.	464	Faz considerações sobre o desmatamento na Amazônia, áreas indígenas e zonas de fronteiras.	146
SÉRGIO ZAMBIASI		Manifesta sua solidariedade ao Senador João Capiberibe e transmite a da Senadora Ideli Salvatti, que se encontra enferma. Aparte ao Senador João Capiberibe.	247
Trata da realização do Congresso PTB 100%, pelo Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho, nos dias 3 e 4 do corrente.....	318	Requerimento nº 441, de 2004, que requer, nos termos do art 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das propostas de emendas à Constituição de nº 11, de 2003, e a nº 8, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.	335
Faz considerações ao pronunciamento do Senador José Jorge.	341	Faz avaliação histórica da situação do funcionalismo público no Brasil, do Governo Collor ao Governo Lula.	403
		TASSO JEREISSATI	
		Discute Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio	

	Pág.		Pág.
de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	298	Cumprimenta o Senador Papaléo Paes pelo seu oportuno pronunciamento. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	133
TIÃO VIANA		Comenta sobre o pronunciamento do Sr. Eduardo Siqueira Campos.....	136
Solidariza-se ao Senador João Capiberibe quanto a questão indígena.	149	Faz considerações sobre a erradicação do analfabetismo, analisando o mapa do analfabetismo no Brasil e das desigualdades regionais.....	136
Registra a ida do Presidente Lula ao Estado do Acre.	149	Cumprimenta a Senadora Serys Slhessarenko por carregar a bandeira da restauração das rodovias federais. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	338
Requerimento nº 438, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 – Violência Doméstica.	252	Manifesta sua preocupação com o conflito entre garimpeiros e os índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia.	353
Cumprimenta o Senador João Capiberibe pela pessoa política que é. Aparte ao Senador João Capiberibe.	241	Registra documento encaminhado pelos congressistas peruanos ao Congresso dos Estados Unidos para que reoriente sua política de venda de armas aos países latino-americanos.....	455
Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2004, que modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador.	425	VALMIR AMARAL	
VALDIR RAUPP		Comenta sobre a relevância do tema Segurança no Trânsito debatido por ocasião da comemoração do Dia Mundial da saúde, no último dia 7.....	319
Faz apelo ao Ministro da Agricultura para o credenciamento do Estado de Rondônia como área livre de aftosa, a fim de que possa exportar carne para a União Européia.	49	Trata da importância da prevenção e destinação de recursos para o estudo, a pesquisa e o aparelhamento técnico visando o combate ao câncer, a propósito do Dia Mundial de Combate ao Câncer, no último dia 8 do corrente.	385
Faz considerações sobre o projeto de lei que regulamenta as parcerias entre o setor público e privado para a realização dos empréstimos necessários o desenvolvimento.	49	Trata da questão da baixa qualidade nutricional do brasileiro.	454